



# HISTÓRIA do POSITIVISMO NO BRASIL

---

IVAN LINS

brasiliiana  
*volume 322*



## AO LEITOR

Há trinta e dois anos a Companhia Editora Nacional publicava, sem ainda poder calcular em tôda a extensão o vulto e o valor do empreendimento, o primeiro volume de sua **COLEÇÃO BRASILIANA: Figuras do Império e outros ensaios**, de Baptista Pereira. Desde 1931, e até hoje, publicou nada menos que 321 títulos, que somados a 79 reedições alcançam a expressiva marca de **400 lançamentos**, todos voltados para a cultura brasileira em todos os seus aspectos.

Com o volume de n.º 322, introduzimos na série algumas modificações materiais que nos pareceram indispensáveis para sua atualização e modernização, para uma circulação mais ampla e, o que nos parece mais importante, para o seu relativo barateamento, proporcionado por um formato maior e mais econômico. Estamos certos de que os leitores tradicionais da *Brasiliana* compreenderão o alcance e a necessidade de tais alterações, e verão nessas novas características uma promessa formal de nova, significativa e valiosa fase.

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

*tradição em bons livros  
desde 1926*

Próximas publicações: LUIS DA CÂMARA CASCUDO, *História da Alimentação no Brasil*. PE. SERAFIM LEITE, *Novas Páginas de História do Brasil*. ÁLVARO LINS, *Rio Branco*.

HISTÓRIA DO POSITIVISMO  
NO BRASIL

**B R A S I L I A N A**

*volume 322*

Direção de  
**AMÉRICO JACOBINA LACOMBE**

IVAN LINS

HISTÓRIA  
DO POSITIVISMO  
NO BRASIL

*...libera  
Verba animi proferre, et vitam  
impedere vero.*

(JUVENAL, IV, 90-91)

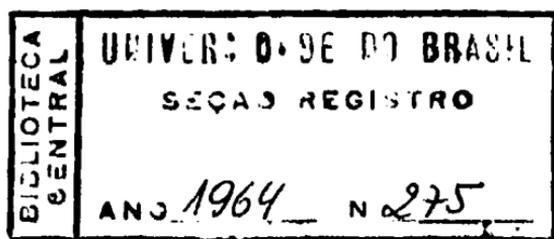
981  
3233  
4.302

211  
64

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

SÃO PAULO

*Trabalho preparado  
sob os auspícios*  
da  
SOCIÉTÉ D'ÉTUDES  
HISTORIQUES DOM PEDRO II



Exemplar N.º

0077

n.º reg. 153197

cod. 1000000 81540

*Direitos autorais desta edição reservados à*  
COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
Rua dos Gusmões, 639  
SÃO PAULO 2, SP

1964

Impresso nos Estados Unidos do Brasil  
*Printed in the United States of Brazil*

## TRABALHOS DE IVAN LINS

(da Academia Brasileira de Letras)

- O Crime, o Criminoso e a Responsabilidade Penal vistos à luz da Escola de Augusto Comte*, (Introdução de uma Tese), 1933, Rio, Tipografia do Jornal do Comércio. (Esgotado)
- Escolas Filosóficas ou Introdução ao Estudo da Filosofia*, Rio, Livraria São José, Terceira edição, 1955.
- Lope de Vega*, 1935, J. R. de Oliveira & Cia. (Esgotado)
- Benjamin Constant*, 1936, Rio, J. R. de Oliveira & Cia. (Esgotado)
- Católicos e Positivistas* (Carta aberta a Tristão de Ataíde), 1937, Rio, J. R. de Oliveira & Cia. (Esgotado)
- Um Aspecto Inédito da Vida e da Obra de Martins Fontes*, 1938, S. Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes. (Esgotado)
- O Humanismo e o Plano Nacional de Educação*, 1938, Rio, J. R. de Oliveira & Cia. (Esgotado)
- Três Abolicionistas Esquecidos: Benjamin Constant, Miguel Lemos e Teixeira Mendes*, 1938, Rio, J. R. de Oliveira & Cia. (Esgotado)
- Tomás Morus e a Utopia*, 1938, Rio, J. R. de Oliveira & Cia. (Esgotado)
- A Concepção do Direito e da Felicidade perante a Moral Positiva*, 1939, Rio, J. R. de Oliveira & Cia. (Esgotado)
- Ruiz de Alarcon*, Emiel Editôra, Rio, 1940. (Esgotado)
- A Idade-Média, a Cavalaria e as Cruzadas* (com prefácio de Afrânio Peixoto), curso público de oito conferências, realizado nos salões da Academia Brasileira de Letras e do Automóvel Clube do Brasil, em 1938, em comemoração do oitavo centenário de Saladino; 3.ª edição, Livraria São José, Rio, 1958.
- Descartes: Época, Vida e Obra* (com prefácio de Roquette Pinto): curso público de oito conferências, realizado, em 1937, no salão da Academia Brasileira de Letras, em comemoração do Tri-Centenário do "Discurso do Método", Rio, Epasa, 1940. (Esgotado). Em preparo a segunda edição.
- A Obra Educativa do General Rondon* — no volume *Rumo ao Oeste* da Biblioteca Militar, Rio, 1942. (Esgotado)
- A Cultura e o Momento Internacional*, Rio, Sauer, 1943. (Esgotado)
- Gonçalves de Magalhães*, Cadernos da Academia Carioca de Letras, Rio, Sauer, 1943. (Esgotado)
- O Positivismo no Brasil, in Declinália*. (Esgotado)
- É o Positivismo ateu? Pode ser considerado uma religião?* Rio, 1956.
- Aspectos do Padre Antônio Vieira*, 2.ª edição, Rio, Livraria São José, 1962.

## INÉDITOS

- O Teatro Espanhol: Lope de Vega, Calderon e Tirso de Molina.*
- Erasmus e seu tempo*, curso de seis conferências comemorativo do quarto centenário da morte de Erasmo, realizado em 1936 no salão da Academia Brasileira de Letras.
- Tomás Jefferson, pensador e homem de Estado.*
- A Reabilitação de França.*

- Concepções Econômicas, Políticas e Sociais de Augusto Comte.*  
*O Criador de Don Juan.*  
*L'Œuvre d'Auguste Comte et sa signification scientifique, philosophique et politique au XIX<sup>e</sup> siècle, a sair nos "Cahiers d'Histoire Mondiale"* editados pela Unesco.
- Direito, conceito absoluto, individualista. ou, ao contrário, relativo e social?*  
(Tese apresentada, ao Congresso Internacional de Filosofia realizado em 1954, em São Paulo).
- Positivismo e Catolicismo.* (Uma resposta a Fernando Callage).
- Idéias Esparsas* — 1.<sup>a</sup> série (coletânea de artigos publicados em jornais).
- A Bandeira Nacional: seu significado e sua história,* discurso proferido em 19 de novembro de 1948, no Rotary Clube do Brasil.
- Augusto Comte e a Ciência* — em comemoração do primeiro centenário da morte do filósofo.
- A Oratória Religiosa no Brasil,* aula no Curso de Oratória promovido pela Academia Brasileira de letras em 1959.
- Bergson à luz do Positivismo,* discurso na sessão da Academia Brasileira de Letras, comemorativa do centenário de Bergson.
- Clóvis Bevilacqua e o pensamento filosófico de seu tempo.*
- A Mensagem de Francisco Bacon em seu quarto centenário.*
- Gôngora e sua poesia.*
- João Pinheiro: sua formação filosófica e seus ideais políticos.*
- Lúis Murat.*
- Martins Júnior e a poesia científica.*
- Pascal: o cientista, o filósofo e o escritor.*
- Barbosa Lima e seus ideais republicanos.*
- Com as transformações da mentalidade humana desaparecerá, um dia, do cenário social, a religião? O Positivismo como religião e alguns aspectos de sua atuação no Brasil.* (Tese apresentada ao IV.<sup>o</sup> Congresso Nacional de Filosofia, realizado em Fortaleza, Novembro de 1962).
- O Contrato Social e Augusto Comte* — em comemoração do segundo centenário do *Contrato Social*.

Ao prezado Amigo,

Dr. PROTÁSIO VARGAS,

*que, pela dignidade de suas atitudes, pessoais e cívicas, tem comprovado, numa longa vida, a excelência moral da doutrina de Augusto Comte — homenagem do mais alto aprêço e da mais sincera admiração.*

I. L.



## S U M Á R I O

PREFÁCIO .....	5
----------------	---

### PRIMEIRA PARTE

#### *Primórdios do Positivismo no Brasil*

Cap. I — Primórdios do positivismo no Brasil .....	11
Cap. II — Nísia Floresta .....	19
Cap. III — O Dr. Segond no Brasil e as suas cartas .....	27
Cap. IV — Repercussão do positivismo nos meios intelectuais do Rio de Janeiro .....	35

### SEGUNDA PARTE

#### *Luís Pereira Barreto*

Cap. I — Três estudantes brasileiros aderem, na Bélgica, ao positivismo	45
Cap. II — Pereira Barreto — Um positivista voltado para a realidade brasileira .....	52
Cap. III — O positivismo de Pereira Barreto .....	61
Cap. IV — A maturidade e a velhice de Pereira Barreto .....	72

### TERCEIRA PARTE

#### *O Positivismo nos Estados*

Cap. I — O positivismo no Maranhão .....	95
Cap. II — O positivismo no Ceará .....	109
Cap. III — O positivismo na Bahia, Pernambuco, Paraíba e Pará ..	125
Cap. IV — O positivismo em São Paulo .....	138
Cap. V — O positivismo no Rio Grande do Sul .....	175
Cap. VI — O positivismo no Paraná e Minas .....	204
Cap. VII — O positivismo no Espírito Santo e no Estado do Rio ..	221

### QUARTA PARTE

#### *O Positivismo no Rio de Janeiro*

Cap. I — O positivismo invade a cõrte .....	233
Cap. II — O positivismo na Escola Politécnica, no Colégio Pedro II, na Escola Normal e outros estabelecimentos de ensino ....	253

Cap. III — O positivismo na Escola Militar, no Colégio Militar e na Escola Naval .....	277
--	-----

#### QUINTA PARTE

##### *O Positivismo e a República*

Cap. I — Benjamin, a abolição e a fundação da república .	303
Cap. II — Influência positivista no governo provisório ...	323
Cap. III — A separação da Igreja relativamente ao Estado .....	343
Cap. IV — Outros aspectos da influência positivista na organização da república .....	360
Cap. V — Ainda aspectos da influência positivista na organização da república .....	376
Cap. VI — Rui Barbosa e o positivismo .	388

#### SEXTA PARTE

##### *A Igreja e Apostolado positivista do Brasil*

Cap. I — Características do Apostolado	399
Cap. II — O ativo do Apostolado .....	412

#### SÉTIMA PARTE

##### *O Positivismo na cultura brasileira*

Cap. I — O positivismo na literatura brasileira .....	437
Cap. II — Ainda o positivismo na literatura brasileira .....	453
Cap. III — Outras repercussões do positivismo na literatura brasileira	464
Cap. IV — O positivismo nos discursos de recepção da Academia Brasileira de Letras .....	479
Cap. V — Reflexos positivistas em outros escritores .....	487
Cap. VI — O positivismo em diversos setores da vida brasileira ....	509
Cap. VII — A contribuição de Rondon à cultura brasileira .... ..	526

#### OITAVA PARTE

##### *Conclusão: O Positivismo continua*

O Positivismo continua .	545
--------------------------	-----

#### APÊNDICE

I — Cartas de Antônio Carlos d'Oliveira Guimarães, fundador da primeira Sociedade Positivista do Brasil, a Pierre Laffitte ....	577
II — Cartas de Miguel Lemos a Pierre Laffitte .....	579
III — Cartas de Pierre Laffitte a Miguel Lemos .....	622
IV — Carta de Raimundo Teixeira Mendes a Pierre Laffitte . ....	628
V — Cartas de Benjamin Constant a Pierre Laffitte .....	629
VI — Carta de Pierre Laffitte a Benjamin Constant .....	630
VII — Cartas do Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça a Pierre Laffitte e Robinet .....	633
VIII — Sémérie: "La conquête du Microbe" .....	647
IX — Programa de Filosofia e Lógica do Colégio Pedro II, enquanto era professor Agliberto Xavier .....	651
X — Bibliografia positivista .....	655

## PREFÁCIO

Os BONS LIVROS não valem só pelo que encerram, mas ainda pelo que sugerem. É o que acontece com a "*Contribuição à História das Idéias no Brasil*" do Professor João Cruz Costa, que, nesse livro, foi um dos primeiros a tratar com isenção, como assunto sério, o Positivismo em nosso país. Entretanto, por não haver, quando escreveu êsse trabalho, compendiados em volume, dados a respeito dos positivistas "*independentes*", sòmente a poucos dêles pôde referir-se. Foi o que suscitou ao autor dêste ensaio a idéia de escrevê-lo. A princípio devia ser apenas uma achêga, sob forma de artigo, apreciando o livro do Professor Cruz Costa. À medida, porém, que foi sendo escrito, êsse artigo foi crescendo, e de tal modo, que afinal se transformou no presente trabalho.

Num país, como o nosso, onde a generalidade das famílias não tem o hábito de guardar os papéis de seus chefes, torna-se difícil estudar e documentar a ação dos que, em graus diversos, se filiaram ao Positivismo e contribuíram para a sua difusão entre nós.

Enquanto as publicações do Apostolado Positivista do Brasil estão catalogadas e são encontradas em sua sede e em várias bibliotecas públicas (o mesmo acontecendo hoje com os escritos e artigos de Luis Pereira Barreto, relacionados, com heróica paciência, pelo Professor Roque Spencer Maciel de Barros que dêles fêz o exame num trabalho digno dos grandes centros universitários da Europa e da América (\*)), a atuação dos demais positivistas, que precederam e complementaram o apostolado de Miguel Lemos

(\*) — Veja-se ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS: *A Evolução do Pensamento de Pereira Barreto e o seu significado pedagógico* — tese de doutoramento apresentada à cadeira de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1955. A esta tese acrescentou o Professor ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, em 1959, uma outra, onde ainda se encontram várias indicações sòbre as primeiras manifestações do Positivismo no Brasil: *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*, São Paulo, 1959, tra-

e Teixeira Mendes, vai caindo num esquecimento difícil de ser quebrado pela falta de elementos elucidativos. Acham-se êstes perdidos em opúsculos e livros raros, em colaborações de jornais e revistas da época, em discursos e escritos sepultos nos Anais das Assembléias Legislativas da União e dos Estados, em sentenças e decisões judiciárias, em documentos que só se podem manusear nos caóticos e pouco acolhedores Arquivos das nossas escolas secundárias e superiores, onde vários discípulos de Comte leccionaram, ou perante cujas congregações defenderam teses de doutoramento ou de concurso.

O estudo dos "*positivistas independentes*" é, entretanto, indispensável. Sem o seu conhecimento, a história do Positivismo no Brasil torna-se incompleta, e, sob alguns aspectos, quase incompreensível.

Colecionando o autor, há perto de quarenta anos, dados e documentos sobre os discípulos brasileiros de Augusto Comte, anteriores ou alheios ao Apostolado, resolveu, incentivado pelo grande livro do Professor Cruz Costa, trazê-los à publicidade, principalmente depois que o Embaixador Paulo Carneiro colocou à sua disposição rico acervo inteiramente inédito: perto de três centenas de cartas de positivistas brasileiros, chilenos e mexicanos dirigidas a Augusto Comte, Pierre Laffitte, Robinet, Audiffrent, Congreve e outros discípulos franceses e ingleses do fundador do Positivismo, em cuja casa, em Paris, estão arquivadas.

A êsse acervo pertencem vinte e quatro cartas de Miguel Lemos a Pierre Laffitte. As mais importantes delas são, em apêndice, reproduzidas na íntegra, assim como tôdas as que foram consideradas de interesse para a história do Positivismo no Brasil.

Pretendendo êste ensaio fazer o levantamento, até aqui em grande parte ignorado, do que haja sido, entre nós, a penetração do Positivismo, antecedente ou paralela à ação do Apostolado, muitas são as suas falhas. Pede o autor a quantos, parentes ou amigos dos discípulos de Comte aqui enumerados (ou de outros que só por um lapso deixaram de ser referidos), possuam elementos esclarecedores da atuação de cada um, tenham a bondade de indicá-los para as correções, acréscimos e desenvolvimentos a serem introduzidos numa segunda edição. E, contando com a benevolência a que faz jus por visar tão só a contribuir para a elucidação de um dos mais importantes movimentos de idéias já verificados no Brasil, relembra o dístico de Ovídio:

*"Da veniam scriptis, quorum non gloria nobis  
Causa, sed utilitas officiumque fuit".*

(*Ex Ponto*, L. III, ep. IX, vs. 55 e 56).

balho que, como o antecedente, revela a grande capacidade de pesquisador do docente da Universidade de São Paulo e o notável papel que lhe está reservado na historiografia da cultura brasileira.

Já chegou o momento de se considerar a influência do Positivismo no Brasil como um fato social a ser encarado e investigado com o critério histórico idealizado por Tácito — *"sine ira ac studio"* — *"sem ódio, nem amor"*, isto é, sem ranger de dentes e sem ditirambos apoloéticos.

Sendo o fito dêste ensaio *"documentar com fatos"*, tão objetivamente quanto possível, o que haja sido a difusão do Positivismo no Brasil, muitos são os depoimentos que figuram em seu texto. Por outro lado, nenhuma de suas afirmativas deixa de ser acompanhada de competente prova. Numerosas serão, pois, as notas nêle incluídas e o autor pode, a êste propósito, repetir o que, em seu volume sôbre Heloísa e Abelardo, escreveu Gilson: *"Voici un petit livre plein de notes: elles n'en sont pas le style, mais elles en sont la probité"*. (2)

Ao terminar êste prefácio, quer o autor expressar o seu reconhecimento pela colaboração que lhe prestaram o Embaixador Paulo Carneiro, fornecendo dados e revendo o texto; o Professor João Cruz Costa, que apresentou preciosíssimas sugestões sôbre a feitura do livro; o Embaixador Júlio A. Barboza Carneiro, os Drs. Antônio Caldas Coni, Dario Viotti, Rodolfo Paula Lopes, Luís Hildebrando Horta Barbosa, João Francisco de Souza, Lycurgo de Castro Santos Filho, Noêmio Wenniger, Alberto P. Jacobina, Nilo Bruzzi, Austregésilo de Athayde, Elmano Cardim, Josué Montello, Múcio Leão, José Wanderley de Pinho, Mário Aristides Freire, Paulo Mendes Vianna, Edgar de Toledo, Kosciusko Barbosa Leão, Fábio Egydio, Senhorita Guiomar Franco, Professor Maciel Pinheiro, Ministro Edgar de Arruda, Professor Tocary Bastos, Professor Joaquim Pimenta, Bernardo Perissé, Venâncio Neiva, Joaquim Modesto Lima, Carlos Ribeiro, Almirantes Álvaro Alberto, Alfredo B. Colônia, Alfredo Morais e José Frazão Milanez, que, ou forneceram elementos elucidativos, ou tiveram a bondade de ler o texto e emendá-lo.

Êste agradecimento se estende à espôsa e aos filhos do autor — Otávio Hildebrando, Sofia Beatriz e Edmundo Mário — pela solicitude com que acompanharam a penosa elaboração dêste ensaio, que se prolongou por mais de sete anos, e, bem assim, à Senhorita Francisca Maria Fernandes pelo auxílio prestado em buscas e pesquisas em arquivos e bibliotecas. Entre tantos amigos, merece saudosa referência, por não figurar mais entre os vivos, Hugo Maia, bem conhecido em São Paulo e no Rio pelo seu amor às letras e pela dedicação e prazer com que estava sempre pronto a servir, contribuindo não só com as suas luzes, mas ainda com o grande círculo de suas inúmeras e valiosas relações pessoais no país e no estrangeiro.

(2) — GILSON: *Heloíse et Abelard*, pg. 5, Librairie Vrin, Paris, 1938.

Por fim quer o autor agradecer ao Embaixador Assis Chateaubriand por ter, estendendo o seu mecenato das artes plásticas ao setor cultural, espontâneamente tomado a si patrocinar, através da Fundação Dom Pedro II, a edição dêste livro, fruto de numerosos anos de estudo e trabalho — aquêlê trabalho que, segundo Virgílio, tudo vence: "*labor omnia vincit improbus*".

PRIMEIRA PARTE

PRIMÓRDIOS DO POSITIVISMO NO BRASIL



## CAPITULO PRIMEIRO

### PRIMÓRDIOS DO POSITIVISMO NO BRASIL

I) *O Positivismo difuso* II) *O Professor do Visconde de Taunay e os brasileiros alunos de Augusto Comte na Escola Politécnica de Paris.* III) *Brasileiros alunos particulares de Augusto Comte: Antônio de Campos Belos, Agostinho Roiz da Cunha e José Patrício de Almeida e Silva.* IV) *Felipe Ferreira de Araújo Pinho e Justiniano da Silva Gomes.*

#### I

**O**S QUE SE TÊM ocupado com a história do Positivismo no Brasil quase exclusivamente restringem o seu estudo à ação de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, fundadores da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil.

Antes dêles, porém, e mesmo paralelamente a êles, muitos foram os adeptos de Comte que contribuíram para a formação, entre nós, de uma atmosfera carregada de positivismo difuso. Já Miguel Reale, ao estudar "*Pedro Lessa e a Filosofia Positiva em São Paulo*", observou que, tomado em seu sentido global, com seus princípios e coordenadas bem definidas, indo da crença no determinismo universal até à certeza da capacidade emancipadora do homem sobre a natureza — foi o Positivismo o eixo em torno do qual girou "*o estado de espírito de toda uma geração*". Se, por vêzes, são visíveis as diferenças de interpretação, variando com a personalidade dos autores, esta circunstância, entretanto, não destrói a linha comum de pensamento, ligando correntes e teorias que, na época, se supunham distanciadas. E, assim, acentua aquê publicista, livros "como o de Sílvio Romero, "*Doutrina contra Doutrina*", contrapondo com veemência Augusto Comte a Herbert Spencer, chegam-nos hoje com vigor atenuado, como uma disputa entre irmãos ou primos". (1)

Outra não é a conclusão do Professor João Cruz Costa segundo o qual a *herança de Comte* se manifesta sob variados aspectos, conservando, porém, o mesmo fundo. Há acomodações a condições e necessidades especiais de cada um dos grupos que recebem inspiração do filósofo, cujos "sucessores farão, dêste modo, variar o sentido da doutrina em função dos seus próprios temperamentos". (2)

Aceitando apenas o espírito geral da doutrina e o seu método, sem aderirem ao culto e às prescrições da Religião da Humanidade, foram os positivistas independentes que, nas últimas décadas

do século passado, tornaram possível encontrasse entre nós ressonância política a ação sistemática da Igreja e Apostolado Positivista.

Sem êsses positivistas independentes (muitos dos quais ingressaram no magistério superior e secundário, militaram na imprensa, participaram do Governo Provisório, da Constituinte e das assembléias e governos estaduais, além de ocuparem importantes postos no Exército e na Marinha, no alto funcionalismo, na diplomacia e na magistratura) quase nula teria sido a influência política do Apostolado, freqüentemente envolvido em problemas de ortodoxia e cerimônias litúrgicas, assim como se foi tornando imperceptível, em nosso cenário cívico, depois de escassearem entre nós os discípulos de Comte alhcios ao grêmio de Miguel Lemos e Teixeira Mendes.

Sem a existência, no Brasil, de um ambiente saturado de *Positivismo*, devido aos que, em graus diversos, muito antes do Apostolado, e fora dêle, aderiram às linhas básicas das doutrinas de Augusto Comte, a influência destas últimas, no momento da fundação da República, teria sido um milagre tão inexplicável quanto o de Minerva ao sair armada de elmo, escudo e lança, da cabeça de Júpiter.

O valimento do Positivismo em nossa República, apenas oito anos depois de fundado o Apostolado por Miguel Lemos, não foi, na verdade, uma "*proles sine matre creata*". Vinham de longe as suas raízes.

Se tôda a atividade intelectual dos portugueses — como faz ver o Professor Cruz Costa, citando Lothar Thomas — "orienta-se para um *sentido positivo*, para uma forma concreta de pensamento, que se afasta e diferencia dos moldes das culturas dos demais países da Europa medieval, sendo fácil, desde a Idade Média, verificar no pensamento português a constância de uma posição empírica, pragmática" (3), no Brasil essa tendência não só persistiu, mas ainda se acentuou, como o prova o desinteresse generalizado do brasileiro em relação às cogitações de natureza puramente abstrata ou metafísica.

No que diz respeito ao Positivismo, que, na linha de Bacon e Descartes, de modo mais direto, sistematizou a reação do espírito moderno contra a metafísica medieval, vêm quase do seu nascedouro os primeiros contatos de brasileiros com êle.

## II

Refere-se o Visconde de Taunay, em suas *Memórias*, a certo professor de geometria — "*tormento, suor e lágrimas*" de sua passagem pelo Colégio Pedro II, pois fôra por êle reprovado. Vangloriava-se êsse professor de ter sido aluno de Augusto Comte, circunstância posta em dúvida pelo autor de *Inocência*.

Foi em 1855, quando cursava o quinto ano ginasial, que o conheceu. "Ah! quanto me fêz sofrer!" — escrevia, trinta e seis anos mais tarde, o Visconde, que, a partir daquela quadra, passou a avaliar quanto é longo um minuto quando temos os olhos pregados no ponteiro dos segundos... (4)

Já em 1855 êsse professor dizia-se republicano e disto se ufanava. Havia-se formado na *École des Ponts et Chaussées* de Paris, onde vivera mais de trinta anos e onde participara das baricadas de 1848. Referindo-se a Augusto Comte, comentava: "*Ouvi, meu caro senhor, as lições do grande mestre e por êle fui distinguido*". (5)

Esse discípulo de Comte é designado pelo Visconde ora como o *D*, ora como o *Machado*. (6)

Diante destas indicações, procurei averiguar se teria sido, de fato, aluno de Augusto Comte.

Sabendo ser um de seus nomes *Machado*, começando um outro pela letra *D*, meu primeiro cuidado foi o de indagar quais os brasileiros que, a partir de 1832 até 1840, figuraram entre os auditores livres dos cursos de Augusto Comte na Escola Politécnica de Paris. Através do Embaixador Paulo Carneiro, apurei haverem sido os seguintes, em ordem cronológica: em 1832, Henri Rose Guillon; de 1836 a 1837, José P. de Almeida; de 1837 a 1838, Patrício d'Almeida e Silva, Agostinho Roiz Cunha, Antônio de Campos Belos e Antônio Machado Dias; de 1838 a 1839 ainda foi aluno de Comte Agostinho Roiz Cunha, e, de 1839 a 1840, outro brasileiro, Pinho de Araújo.

Já aqui, por esta relação; se vê que um brasileiro, com o sobrenome *Machado* e outro começado por *D*, foi aluno de Augusto Comte de 1837 a 1838 — Antônio Machado Dias.

Restava, pois, apenas verificar se êste último fôra professor no Colégio Pedro II durante o período em que lá estudou o Visconde de Taunay. Recorrendo aos arquivos dêsse Colégio, encontrei no "*Livro de Assentamento dos Empregados do Colégio Pedro II — 1852 a 1856*", fl. 20, a prova de haver sido nomeado seu professor de matemática Antônio Machado Dias, por Decreto de 29 de outubro de 1852, tendo tomado posse em 11 de dezembro do mesmo ano.

Não tinha razão, portanto, o Visconde de Taunay de duvidar houvesse sido o seu professor discípulo de Comte, porquanto do livro de matrícula da Escola Politécnica de Paris consta o seu nome como aluno de 1837 a 1838, exatamente quando aí lecionava o fundador do Positivismo.

Como freqüentemente ocorre em ambientes de estudo e ensino é de crer que, ao trocar idéias com alunos e outros professores, haja Antônio Machado Dias aludido à obra de Augusto Comte, já que uma das suas "*ufanias*", conforme atesta o Visconde, era proclamar-se seu discípulo.

## III

Dos demais brasileiros que, na Escola Politécnica, frequentaram os cursos de Augusto Comte, três foram ainda seus alunos particulares, segundo consta de notas de seus arquivos, colhidas pelo Embaixador Paulo Carneiro e por êste fornecidas ao autor do presente estudo: José P. d'Almeida, Antônio de Campos Belos e Agostinho Roiz Cunha.

José P. d'Almeida figura na lista dos discípulos particulares de Comte desde janeiro de 1837, com o pagamento mensal de 80 francos. Em dezembro dêsse ano juntam-se-lhe os dois outros. Ao lado do nome de José P. d'Almeida, anotou Augusto Comte, em dezembro de 1837: "*Deux brésiliens (A. J. de Campos Belos et Cunha)*".

Em 30 de maio de 1838, Campos Belos escreve a Augusto Comte prevenindo-o de não poder continuar as aulas que vinha tendo com êle, porquanto deveria partir dentro em pouco para Munique, onde seus pais queriam terminasse os seus estudos. Uma das maiores tristezas que lhe causava a sua partida de França — dizia — era não poder continuar as lições que Comte sabia tornar tão cheias de interêsse. Duvidava jamais pudesse encontrar um professor capaz de substituí-lo. Não pensasse o filósofo que assim se externava por simples cortesia. Suas palavras traduziam a expressão fiel, mas bem mínima, dos sentimentos de estima e admiração que professava para com o seu mestre. Se pudesse ser-lhe de alguma utilidade em sua nova residência, os pequenos serviços que viesse a prestar-lhe consolá-lo-iam um pouco da infelicidade de tê-lo perdido.

Antônio Roiz da Cunha prosseguiu nas aulas particulares com Augusto Comte até março de 1839. Enquanto cursavam juntos, os dois brasileiros pagavam a soma de 150 francos por mês. Ao ficar só, Antônio Roiz da Cunha passou a pagar mensalmente 100 francos. De Falmouth, a 17 de março de 1839, escreveu êle a Augusto Comte uma carta de despedida.

José Patrício de Almeida permaneceu ainda, como aluno particular de Augusto Comte, até o fim de 1839, época em que também deixou Paris. Dêle se encontram, nos arquivos do filósofo, quatro cartas das quais se conclui que o jovem brasileiro, filho de um senador do Império, se viu em sérios apuros em França. Ê que fôra a Paris a fim de doutorar-se em Direito. Julgando, todavia, carecer o Brasil de seu tempo mais de engenheiros que lhe mobilizassem a indústria, do que de bacharéis, resolveu, por conta própria, ingressar na Escola Politécnica. Ao saber, porém, da mudança de carreira do filho, suspendeu-lhe o pai os meios de subsistência. Apelou, então, o jovem para Augusto Comte a fim de que êste lhe pleiteasse a causa, convencendo ao nosso ministro

em Paris, e, através d'êste, ao Senador Almeida, da sabedoria com que substituiu o estudo do Direito pelo da Engenharia.

Era, como se vê, uma antecipação do combate que, ao *bacharelismo*, moveriam Pereira Barreto e outros discípulos brasileiros de Augusto Comte.

O nosso ministro em Paris nesse tempo era o gaúcho José de Araújo Ribeiro, futuro Visconde do Rio Grande, que mais tarde daria a lume a obra anônima, de cunho naturalista e filosófico: "*O Fim da Criação ou a natureza interpretada pelo senso comum*", editada no Rio de Janeiro, em 1875, e traduzida para o francês, alemão e inglês. A tradução para êste último idioma foi prefaciada por Charles Darwin. (?)

Quem era, porém, o Senador Almeida, pai do discípulo de Augusto Comte? Senadores Almeida, em 1839, eram Patrício José de Almeida e Silva, do Maranhão; Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque, de Pernambuco, e Francisco de Paula Almeida e Albuquerque, também de Pernambuco. O primeiro foi senador de 1826 a 1847; o segundo de 1828 a 1844, e, o terceiro, de 1838 a 1868. Estando o discípulo de Comte em Paris pelo menos desde 1836, somente pode ser filho de um dos dois primeiros, únicos que, nessa data, já eram senadores. A determinação do pai de J. P. d'Almeida deve ser feita, pois, entre Patrício José de Almeida e Silva e Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque, tudo levando a crer tratar-se do primeiro à vista da identidade das iniciais dos dois primeiros nomes.

Eis como Rodolfo Garcia, com a autoridade de um dos mais seguros sabedores de nossa história, consultado pelo autor d'êste livro, resolveu a questão:

"Patrício José de Almeida e Silva era formado em direito. Nomeado senador pela província do Maranhão, na criação do Senado, em 1826, tomou posse a 8 de maio de 1827. Faleceu no Rio em 1847. O "*Jornal do Comércio*" de 22 de dezembro daquele ano, com a sobriedade de costume, assim lhe noticiou o falecimento: "O Sr. Patrício José de Almeida e Silva, senador pela província do Maranhão, faleceu ontem e será sepultado hoje no mosteiro de São Bento". Devia ser brasileiro nato. Não me parece provável que a denominação "*Senador Almeida*" se applicasse a qualquer dos dois Almeida e Albuquerque, de Pernambuco porque o apelido Albuquerque devia prevalecer, conhecida a velha prosápia que êle encerra e de que eram tão orgulhosos os seus portadores. Assim, por exclusão, quero crer que Patrício José é o único dos Almeida, senadores do Império, capaz de ser o pai pirrônico do jovem Almeida, a quem suspendeu a mesada por ter trocado a carreira de advogado pela de engenheiro. Convém lembrar que o velho era formado em direito, e queria naturalmente seguisse o filho sua profissão. Coisa vulgar no Brasil antigo..."

Qual a carreira de J. P. d'Almeida? Reconciliou-se com o pai e chegou a concluir, em Paris, o curso de engenharia? Teria praticado a profissão no Brasil? Ainda existirá, nos papéis dos Almcidas, ou nos dos parentes do Ministro José de Araújo Ribeiro, a missiva de Comte sôbre o seu discípulo? O autor dêste ensaio foi informado pelo saudoso Deputado Collares Moreira, sem conseguir apurá-lo, de que o Senador Urbano dos Santos se casou na família de Patrício José de Almeida e Silva, vindo a ser, assim, contraparente de J. P. d'Almeida. Apêla aqui para os estudiosos, principalmente maranhenses, a fim de elucidar esta e outras questões acaso suscitadas pelas cartas a que vem aludindo.

Que influência terão exercido, em nosso país, no sentido da difusão do Positivismo, os brasileiros aqui mencionados?

#### IV

Quanto a Araújo Pinho, que também foi aluno de Augusto Comte na Escola Politécnica, era o Dr. Felipe Ferreira de Araújo Pinho, nascido em 13 de setembro de 1815 no engenho Barriguda, no Recôncavo Santamarense da Bahia.

Indo jovem para a França a fim de aí fazer os seus estudos, diplomou-se, em 1842, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, como "*bachelier ès sciences mathématiques*". De volta ao Brasil, fixou residência em Santo Amaro, no Engenho da Fortuna.

Em Santo Amaro, Purificação, Coração de Maria e comarcas vizinhas, representou uma fôrça eleitoral sempre solicitada e acatada, graças àquela espécie de liderança e direção social-político-econômica espontaneamente exercida pelos homens de maior inteligência, cultura e recursos sôbre as populações da freguezia e municípios próximos ao da sua residência.

Faleceu em 1900, aos 85 anos, em Santo Amaro, na residência de seu filho, Dr. João Ferreira de Araújo Pinho, que foi no Império deputado provincial, secretário do governo da Província, deputado geral, presidente da Província de Sergipe, e na República, foi governador do Estado da Bahia.

O Dr. Felipe Ferreira de Araújo Pinho era avô paterno do eminente historiador e homem de letras Dr. José Wanderley de Pinho, a cuja gentileza deve o autor dêste ensaio os presentes dados.

Que ligações de amizade teria tido Felipe de Araújo Pinho com outro baiano, o Dr. Justiniano da Silva Gomes, que esteve em Paris na mesma ocasião? Na tese — *Plano e Método de um curso de Fisiologia* — apresentada para a conquista de uma cátedra na Faculdade de Medicina da Bahia e sustentada em 5 de setembro de 1844, apenas dois anos depois de publicado o último volume do *Curso de Filosofia Positiva*, o Dr. Justiniano da Silva Gomes

se referiu explicitamente a Augusto Comte, à lei dos três estados e ao método positivo, conforme evidenciou o Dr. Antônio Caldas Coni no trabalho "*Um Médico Luso-Brasileiro — Dr. José Francisco da Silva Lima*", apresentado, em 1959, ao IV Congresso Internacional de Estudos Luso-Brasileiros realizado em Salvador.

Eis o trecho da tese do Dr. Justiniano da Silva Gomes onde alude a Augusto Comte:

"A dificuldade do método em Fisiologia obrigou, aos Fisiologistas, para iludi-la, a inventarem as *forças vitais*. É evidentemente mal entendido que médicos e fisiologistas sustentem que os fenômenos dos corpos vivos devam ser estudados independentemente dos corpos brutos: isso os levou a admitir para aquêles corpos forças particulares, como se fôsse o mesmo simplificar um fenômeno --- sequestrá-lo de tudo que o rodeia, sem pressentirem que êle cessa de existir. Em tôda maneira de bem filosofar, não se deve recorrer a meios artificiais para a resolução de dificuldades, senão quando elas o merecem e sobretudo depois de ter ensaiado os meios conhecidos. Conforme o *método positivo*, hoje empregado em todos os ramos das ciências, deve procurar-se analisar completamente os fenômenos, tanto intrinsecamente como extrinsecamente, sem se atender à causa que os produziu".

"E, referindo-se à lei dos três estados — comenta o Dr. Antônio Caldas Coni — reconhece Justiniano da Silva Gomes a inutilidade do princípio vital, que tudo procura explicar em Fisiologia sem base na observação dos fenômenos e de suas leis. Textualmente: "Princípio vital, "*enormon*" ou "*impetus faciens*", "*árcheo*", "*nisus formativus*": meio empregado, nos dois primeiros estados da ciência, teológico e metafísico, segundo Augusto Comte, de analisar em Fisiologia". (grifos desta transcrição) (\*)

Conforme muito bem observa o Dr. Antônio Caldas Coni, a primeira referência públicamente feita ao Positivismo no Brasil, diante dos documentos até hoje conhecidos, foi essa da tese do Dr. Justiniano da Silva Gomes, apresentada à Faculdade da Bahia em 1844, apenas dois anos depois de publicado o último volume do *Curso de Filosofia Positiva*.

Apelo aqui para o Dr. Antônio Caldas Coni e para os intelectuais baianos no sentido de fornecerem dados biográficos acêrca do Dr. Justiniano da Silva Gomes que foi assim, ao que tudo parece indicar, o primeiro positivista brasileiro.

Confirmando uma observação de Paul Tannery, segundo a qual Augusto Comte exerceu sobre a biologia de seu tempo uma influência tão profunda quanto a que lhe coube ao fundar a sociologia, é interessante assinalar que a primeira manifestação de sua doutrina no Brasil se tenha registrado no campo biológico e não, como até aqui se supunha, no domínio matemático.

## NOTAS DO PRIMEIRO CAPÍTULO DA PRIMEIRA PARTE

- 1) — MIGUEL REALE: *Pedro Lessa e a Filosofia Positiva em São Paulo*, in *Revista Brasileira de Filosofia*, outubro a setembro de 1959, pg. 529.
- 2) — Professor JOÃO CRUZ COSTA: *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, pgs. 169 a 170, 1.<sup>a</sup> ed., José Olympio Editôra, Rio, 1956.
- 3) — *Idem, ibidem*, pgs. 31 e 32.
- 4) — *Vide* Visconde de TAUNAY: *Memórias*. Edições Melhoramentos, pgs. 29 e 30.
- 5) — *Idem, ibidem*.
- 6) — *Idem, ibidem*, pgs. 42 e 69.
- 7) — *Vide* LUÍS CORREIA DE MELO: *Subsídios para um dicionário dos intellectuais riograndenses*, Distribuição da Editôra Civilização Brasileira S/A, pg. 29.
- 8) — *Vide* JUSTINIANO DA SILVA GOMES: *Plano e Método de um curso de Fisiologia*, tese para concurso, Bahia, 1844, pg. 26, *apud* Dr. ANTÔNIO CALDAS CONI: *Um Médico Luso-Brasileiro — Dr. José da Silva Lima*, trabalho apresentado ao IV Congresso Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, pgs. 6 e 7 e nota 7. Salvador, 1959. *Vide* ainda o artigo de ANTÔNIO CALDAS CONI: *Justiniano da Silva Gomes (Pioneiro do Positivismo no Brasil)*, in "A Tarde", de Salvador, de 8 de março de 1963.

## CAPITULO SEGUNDO

### NÍSIA FLORESTA

I) "A discípula meridional" e o "Salão positivista"; II) Em memória de Clotilde; III) A última carta. Uma retificação.

#### I

**T**RABALHOS de língua não faltaram: os de agulha ficaram no escuro. Os maridos precisam de mulher que trabalhe mais e fale menos"... Assim se exprimia "O Mercantil" de 1.º de janeiro de 1847, a propósito dos exames de línguas realizados no Colégio Augusto.

Desde 1838, quando contava apenas 29 anos de idade, Nísia Floresta dedicava-se a êsse Colégio, por ela mantido no Rio de Janeiro, onde, além do latim, lecionava, sòzinha, quase tôdas as matérias.

Se "O Mercantil" fazia restrições ao Colégio de Dona Nísia, o Núncio Apostólico, Monsenhor Giácomo Bedini, presente à realização dos exames anuais de literatura e línguas estrangeiras, ficou maravilhado ao ouvir as alunas recitarem trechos, em prosa e verso, dos melhores autores italianos. Mas a sua surpresa requintou quando uma menina lhe fêz lembrar as belezas da língua de Cícero ao declamar mais de uma centena de versos de Virgílio e ao trazer odes de Horácio.

É a própria Nísia quem registra o episódio:

"Homem do velho mundo, apreciador dos grandes poetas, tinha razão para se admirar, encontrando ali, tão longe das plagas européias, em um país que se tem ainda a ingenuidade de considerar semi-selvagem, um estabelecimento de meninas, onde, ao mesmo tempo que se lhes ensinava a prática das virtudes domésticas, não se desdenhava de lhes cultivar o espírito, revelando-lhes as belezas dos Herculanos, dos Racines, dos Shakespeares, dos Goethes, dos Dantes e dos Virgílios". (1)

Nísia Floresta nasceu, em 12 de outubro de 1809, no Rio Grande do Norte. Admitindo ter sido ela "possivelmente autodidata", considerou-a Oliveira Lima "a mais notável mulher de letras do Brasil". E acrescentava: "sua formação foi sólida e brilhante, clássica e moderna". Esta afirmativa é reforçada pela opinião de

Constância Alves. Ao comemorar-lhe o primeiro centenário, disse este último que Nísia, saída de uma pequena província do Norte, chegara, na segunda metade do século XIX, a uma altura espiritual de que estavam longe, ainda então, muitos homens que viviam em condições mais favoráveis à emancipação da inteligência. E ponderava: "essa elevação mental, sente-se em cada capítulo de sua obra".

Tão grande era a curiosidade intelectual de Nísia que, depois de haver seguido cursos de botânica no Colégio de França e no Museu de História Natural de Paris, estando em Florença, em 1860, acompanhou, aos 51 anos, as aulas de botânica de Parlatore, antigo colaborador de Humboldt.

Foi certamente essa curiosidade intelectual que a levou, em 1851, a ouvir, em Paris, uma das conferências do curso de *História Geral da Humanidade* realizado por Augusto Comte no Palais Cardinal. Poucos anos depois entabularia relações de amizade com o filósofo.

Em 1853, estando no Brasil, aqui publica uma coletânea de sessenta e dois artigos sobre a educação feminina, a que dá o título geral de "*Opúsculo Humanitário*". Esses artigos haviam saído, a princípio, no "*Diário do Rio de Janeiro*" e, em seguida, em "*O Liberal*", periódico político e noticioso de Silva Lima. Aí, como observa o seu mais completo biógrafo — Professor Adauto da Câmara — Nísia já se manifesta "contra a escravidão, falando como educadora que pressentia as grandes repercussões que os costumes degradados de uma sociedade escravista teriam sobre a formação das gerações jovens". (2)

Nísia ofereceu um exemplar do "*Opúsculo Humanitário*" a Augusto Comte com a seguinte dedicatória: "*Au grand Prêtre de l'Humanité, le profond philosophe M. A. Comte, hommage de l'auteur. Brasileira Augusta*".

O "*Opúsculo*" mereceu a leitura do filósofo que a respeito escreveu a Pierre Laffitte:

"Desde que fiquei inteiramente livre, fiz as leituras excepcionais que espontaneamente prometera. O opúsculo em português, além de revelar-me que eu sabia indiretamente mais uma língua, inspira-me sólidas razões para esperar se torne a nobre dama, sua autora, dentro em breve, uma digna positivista, susceptível de alta eficácia para a nossa propaganda feminina e meridional". (3)

A carta é de 30 de setembro de 1856. Neste mesmo ano, em agosto, já se haviam encontrado Comte e Nísia Floresta, que passara a residir em Paris, em companhia da filha. De seus contactos com o filósofo, restam-nos sete cartas com as respectivas respostas.

Em sua *Duodécima Confissão Anual*, datada de outubro de 1856, assim a ela se refere Augusto Comte: "Em agosto devo, antes de mais nada, assinalar o meu primeiro contacto direto com

a nobre viúva brasileira que, a meu ver, apresenta, pelo coração, pelo espírito e pelo caráter, todos os indícios de uma preciosa discípula, se eu conseguir transformar-lhe suficientemente os hábitos metafísicos". (4)

Apesar de não confiar muito na plenitude de sua conversão ao Positivismo, nutriu o filósofo a esperança de vir Nísia a fundar o primeiro "salão positivista", conforme se conclui do seguinte passo de uma carta, de 29 de março de 1857, por êle dirigida ao Dr. Audiffrent:

"Durante vossa visita de outono, comunicar-vos-ei especialmente as fundadas esperanças que me inspiram, para o nosso mais decisivo progresso, duas novas discípulas meridionais, uma nobre viúva brasileira, e, sobretudo, sua digna filha, contando respectivamente 47 e 22 anos. Estão em Paris há sete meses e tenho motivo de esperar que aqui se fixarão, de modo a poderem presidir o verdadeiro salão positivista que nos seria tão precioso. Ambas são eminentes pelo coração e suficientes quanto ao espírito. Acha-se, contudo, a mãe de tal modo imbuída dos hábitos do século dezoito, que pouco devemos esperar da plenitude de sua conversão, embora as suas simpatias remontem ao meu curso de 1851, cuja influência ela não pôde, entretanto, receber senão através de uma única das sessões (*quoique ses sympathies remontent à mon cours de 1851, qu'elle ne put cependant subir que d'après une seule séance*). Sua filha, porém, comporta uma incorporação completa, que a mãe secundará sem rivalidade disfarçada". (5)

No "Boletim Positivista n.º 1", Godofredo de Souza Pinto (6) publicou um artigo intitulado "Um Brasileiro que conheceu Augusto Comte". Através dêle, podemos vislumbrar o primeiro esboço dêsse "salão positivista", idealizado por Comte e presidido por Nísia Floresta.

Foi o positivista pernambucano Antônio Pereira Simões, autor de um livro em dois volumes — "Romance de Augusto Comte", publicado em 1897 — quem narrou a Luciano Souza Pinto ter ouvido de um velho senhor de engenho pernambucano haver tido êste ocasião de conhecer Augusto Comte em Paris, em casa de Nísia Floresta, "onde o filósofo era recebido sempre com testemunhos de profunda consideração e respeito pelos que freqüentavam o salão da escritora brasileira. Esta ia pessoalmente recebê-lo à entrada de seu apartamento e dizia aos presentes, com visível entusiasmo, formulando um gesto de silêncio: "Aí está o sr. Comte, a maior glória da França. Procurem ouvi-lo e me darão razão. Não é um homem como os outros. É um gênio. A originalidade de suas concepções é tão sedutora como o cavalheirismo de que é feito o seu coração. Os clarões de sua inteligência transfiguram-no num homem belo, quando êle expõe seus grandes pensamentos sobre a moral, sobre política, sobre medicina. Sabe tudo, e todos

*o respeitam como a maior cabeça do século. Orgulhêmo-nos de apertar-lhe a mão. Voilà un titre de gloire*".

"Augusto Comte trajava sempre uma sobrecasaca escura, com gravata branca. À sua entrada, todos se inclinavam respeitosa-mente, e, dentro em pouco, dominava a conversa geral, cercado da admiração coletiva, freqüentemente interrompido pela admiração entusiasta de Dona Nísia. Recordava-se o velhinho de que Augusto Comte lhe perguntara se êle era espanhol, e, tendo respondido ser brasileiro, do mesmo país de Dona Nísia, o filósofo indagou de que parte. Ao saber que era de Pernambuco, Augusto Comte lhe observou prontamente "*Ah, sim, do extremo oriental da América do Sul*". Augusto Comte era, em geral, o primeiro a retirar-se, sendo acompanhado até à porta por grande maioria dos presentes, entre os quais estava sempre Dona Nísia. Certa vez, Dona Nísia perguntou ao nosso compatriota pernambucano: "*que me diz dêste homem? Guarde sempre a lembrança de haver apertado em minha casa a mão do homem mais extraordinário do século*". (1)

## II

Ao visitar o túmulo de Clotilde de Vaux, em 5 de abril de 1857, consagrou-lhe Nísia, em francês, uma expansão que muito comoveu a Augusto Comte, tornando-o profundamente grato à escritora brasileira. Eis, vertida para o vernáculo, essa expansão, primeira manifestação brasileira do culto de Clotilde que se tornaria uma das características da Igreja que vinte e quatro anos mais tarde Miguel Lemos e Teixeira Mendes fundariam no Rio de Janeiro:

"Uma lágrima por prece, sôbre o teu túmulo! Uma lágrima, que te oferece um coração, tão cedo quanto o teu iniciado nos mistérios da dor!

"Recebe êste pequenino tributo de uma estrangeira, que o não seria, se lhe tivesse sido dada a ventura de conhecer-te em vida, pois corações como o teu não alimentam preconceitos nacionalistas, que dividem os homens e retardam o verdadeiro progresso da humanidade.

"Alma pura e afetuosa, passaste apenas pela terra, como a flor primaveril! — Mais feliz do que ela, todavia, encontraste, nos teus últimos dias, um grande guia, que conservou o teu perfume em seu nobre coração, como a vestal zelava pelo fogo sagrado do templo. Esse perfume êle o esparze, agora, pelo mundo inteiro, em incomparáveis trabalhos que te imortalizarão, tanto quanto a êle próprio.

"Nova Beatriz, teu nome passará às gerações vindouras com uma glória ainda maior, pois não é a admirável ficção de um grande poeta, mas a doutrina regeneradora de um grande filósofo

que tira, por teu influxo, a mulher da degradação em que ainda se encontra.

“A ti, Clotilde de Vaux, as homenagens sinceras e o profundo reconhecimento de tôdas as mulheres de coração. A ti, minha prece de hoje, a ti, um voto de fraternidade: queira o Grã-Ser torná-lo tão eficaz quanto o foram tuas sublimes virtudes!

“Dorme, anjo de doçura e de amor, dorme o sono dos justos em tua última jazida.

“Hei de evocar, doravante, a tua memória, em nome de tôdas as mulheres, para que realizem a nobre missão que tanto te preocupavas em inspirar-lhes.

“Virei associar, à tua imagem, a daqueles a quem choro: Pai, Espôso e Mãe. A rememoração desta querida trindade que me foi, ai de mim!, tão cedo arrebatada, é digna (pelo amor da Humanidade, de que deu tantas provas) de ser incorporada à tua lembrança”.

A propósito desta expansão, vazada no mais típico estilo romântico, escreveu o filósofo a Nísia:

“Vossa tocante composição está irrevogavelmente colocada na gaveta sagrada que apenas contém a correspondência excepcional. Respeito e simpatia. Augusto Comte” — frase que, em 1909, foi inscrita numa das faces do monumento comemorativo de Nísia, erguido em sua cidade natal — Papari. (8)

### III

Vinha o filósofo acamado havia mais de um mês, quando, em carta de 22 de agosto de 1857, que antecedeu de quatorze dias à sua morte, lhe fez Nísia um apêlo no sentido de deixar-se examinar pelos “*primeiros médicos*” de Paris. Repelindo essa sugestão, retrucou Augusto Comte achá-la tanto mais perigosa e cega quanto, a seus olhos, os “*primeiros médicos*” de seu tempo não eram senão “*os mais ricos*”, precisamente os que êle menos apreciava, tanto intelectual quanto moralmente.

Transcrevo aqui, vertida para o vernáculo, essa carta, até hoje inédita, porquanto não a encontrou Paulo Carneiro quando, em 1928, publicou a correspondência de Nísia com Augusto Comte: Paris, rua Royer-Collard, 22 de agosto de 1857

“Senhor.

“Há um mês todos os corações que vos amam e depositam em vós as suas esperanças de futuro, sofrem profundamente diante do estado de fraqueza em que vos encontrais, sem consentir em recorrer à ciência dos primeiros médicos, submetendo-vos a uma consulta. Permiti que, em nome dêsses corações que vos são sinceramente apegados, e, em nome da Humanidade, de que sois o sacerdote e o mais zeloso servidor, minha fraca voz se levante

junto de vosso leito para suplicar-vos que recorrais à arte enquanto ainda é tempo!

“Que a lembrança do anjo, que constantemente plaina junto de vós, a santa mulher sob cuja influência vosso grande gênio assumiu a tarefa de regenerar a Humanidade, torne eficaz junto de vós o meu apêlo.

“Que será dos discípulos sem o Mestre! Que será da Humanidade sem a vossa obra terminada! Espero, confio no Grã-Ser: não nos sereis arrebatado tão cedo. Minha filha junta-se a mim para exprimir-vos sentimentos análogos aos que acabo de formular.

“Veneração e simpatia profundas. ass.) Brasileira”.

Desconhecendo esta carta quando estampou sua “*História de Nísia Floresta*”, fêz Aduato da Câmara a suposição de que Nísia se atrevera a receitar a Augusto Comte homeopatia, de que era grande entusiasta, e, daí, ter aborrecido o filósofo. (9) Pela carta, cujo original reproduz em nota, vê-se que não tem fundamento essa suposição. (10)

Falecendo Augusto Comte em 5 de setembro de 1857, foi Nísia uma das quatro senhoras que lhe acompanharam o cortejo fúnebre até o Père La Chaise. (11)

“Quando os contemporâneos — comenta, a êste propósito, Aduato da Câmara — fingiam ignorar a grande figura do gênio francês, a ponto de *l'illustration* não lhe ter registrado o falecimento, aquela brasileira, no pobre e humilde cortejo funerário, representava a cultura do Nôvo Mundo, associada ao luto pelo desaparecimento de um dos mais poderosos cérebros que a humanidade concebeu”. (12)

Se não se concretizaram as esperanças de Augusto Comte quanto a ser o “*salão positivista*” presidido por Nísia Floresta, sua influência sôbre a escritora brasileira se manifesta no livro, em dois volumes, por ela estampado em 1864 — “*Trois ans en Italie, suivis d'un voyage en Grèce*”, onde atingiu à culminância do seu esplendor espiritual, debatendo agudamente os problemas políticos e sociais do seu tempo, constituindo, na opinião do Professor Aduato da Câmara, a sua “*obra prima*”. (13)

Nesse trabalho deparam-se ecos das aspirações morais do Positivismo e de sua teoria sôbre a escravidão e a domesticidade. Acha-se aí, entre outras, a seguinte referência a Bonaparte, que traduz bem o pensamento de Augusto Comte sôbre o corso: “*le soi disant grand homme Napoléon I*”. (14) Esta alusão, em pleno apogeu de Napoleão III, quando haviam atingido ao auge a lenda e a apoteose napoleônicas, comprova a forte personalidade de Nísia, e, ao mesmo tempo, a sua adesão a Augusto Comte, pois era êste, então, o único a insurgir-se contra a glorificação de Bonaparte, por êle considerado um personagem nefasto pelas suas extemporâneas guerras de conquista. Daí pregar o filósofo, a bem da paz universal, a necessidade de ser retirada a estátua de Napo-

leão da praça Vendôme, o que foi posto em execução, em 1870, por Courbet. (15)

Já no *"Itinéraire d'un voyage en Allemagne"*, livro de Nísia publicado em Paris, em 1857, encontra-se a seguinte referência à religião da Humanidade:

"Não será a espada, mas o amor, que regenerará o homem; o cristianismo o prega em vão há perto de 1.900 anos. Esperemos que a religião geral da humanidade o realize um dia".

Não se enganava, portanto, Comte ao considerar Nísia possuidora de *"todos os indícios de uma preciosa discípula"*.

Na conferência — *"Nísia Floresta e o sentimento nacional"*, Dioclécio Duarte assim se refere à influência de Augusto Comte sobre a escritora brasileira:

"Na perfeita formação moral da mulher brasileira entendia Nísia que estavam os alicerces da estrutura nacional. As virtudes maternas robustecem o caráter do homem e traçam com segurança os destinos da Pátria. Não é a mulher escrava que atrai o carinho e a admiração do espôso. É a que possui a consciência do próprio valor, transigindo discretamente com as fraquezas para poder ampará-lo nos instantes de desespêro e de desânimo e ajudá-lo nas conquistas eminentes do espírito.

.....

"A campanha veemente de Nísia não era a consequência de qualquer vaidade feminina. Nasceu da exata interpretação do fenômeno social. A aproximação dos seus estudos com os princípios filosóficos de Augusto Comte avivaram a convicção da brasileira imortal.

"Nísia constituiu-se uma excepcional discípula do preclaro Mestre de Montpellier.

"As Cartas que Augusto Comte lhe escreveu devem orgulhar o nosso espírito. São documentos que honram a cultura de um povo e destacam — entre as maiores personalidades — uma brasileira, nascida em uma das mais pobres aldeias do Rio Grande do Norte, a quem o próprio talento, sem outros recursos, distinguia com extraordinários privilégios científicos e literários". (16)

Falecendo, em Ruão, em 24 de abril de 1885, aos 76 anos, foi aí Nísia enterrada no Cemitério do Bom Socorro. Pela lei n.º 1 892, de 23 de junho de 1953, foi o Governo Brasileiro autorizado a fazer a trasladação dos seus restos para o Brasil, havendo sido encarregado dessa transferência, através do seu Presidente, Dr. Marciano Alves Freire, o Centro Norte Rio Grandense, pela Portaria n.º 497, de 22 de julho de 1953, do Ministério da Educação.

Saindo de Marselha, pelo navio Loide-Brasil, em 9 de agosto de 1954, chegaram os restos de Nísia a Recife em 27 do mesmo mês. Depois de haverem sido homenageados pela Academia Pernambucana de Letras, seguiram, em 11 de setembro de 1954, para

Natal, a borda do caça-submarino Pirapiá. E, no local do nascimento da escritora, vila de Papari, hoje denominada Nísia Floresta, foram sepultados.

#### NOTAS DO CAPITULO SEGUNDO DA PRIMEIRA PARTE

- 1) — OLIVEIRA LIMA: conferência em Natal, *apud* Adauto da Câmara: *História de Nísia Floresta*, pg. 15, Rio, Irmãos Pongetti, 1941.
- 2) — *Vide* ADAUTO DA CÂMARA: *op. cit.*, pg. 71.
- 3) — A. COMTE: *Correspondance Inédite, 2ème série*, pg. 195.
- 4) — A. COMTE: *Testament*, pg. 236 da 2.<sup>a</sup> edição, Paris, 1896.
- 5) — A. COMTE: *Lettres à Divers, I, 1ère partie*, pgs. 382 e 383.
- 6) — Filho do escritor positivista Dr. ANTÔNIO DE SOUZA PINTO.
- 7) — *Apud* ADAUTO DA CÂMARA, *op. cit.*, pgs. 103 a 105.
- 8) — PAPARI, hoje Nísia Floresta.
- 9) — *Vide* ADAUTO DA CÂMARA, *op. cit.*, pg. 68.
- 10) — É o seguinte o original da carta de Nísia a AUGUSTO COMTE até hoje inédita pelo motivo indicado no texto:

"Paris, rue Royer-Collard, 22 Août 1857.

"Monsieur

"Depuis un mois tous les coeurs qui vous aiment et qui ont mis en vous leurs espérances d'avenir, souffrent profondément de l'état où vous languissez sans vouloir recourir à la science des premiers médecins en vous soumettant à une consultation.

"Permettez qu'au nom de ces coeurs qui vous sont sincèrement attachés, au nom de l'Humanité dont vous êtes le Prêtre et le plus zélé serviteur, ma faible voix se lève près de votre lit pour vous supplier d'avoir recours à l'art tandis qu'il est encore temps!

"Que le souvenir de l'ange qui plane constamment autour de vous, la sainte femme sous l'influence de laquelle votre grand génie a pris la noble tâche de régénérer l'Humanité, rende efficace ma prière près de vous!

"Que deviendront les disciples sans le Maître! Que deviendra l'Humanité sans votre oeuvre accomplie!

"J'espère et j'ai confiance dans le Grand-Être que vous ne nous serez point ravi si tôt. Ma fille se joint à moi pour vous exprimer des sentiments analogues à ceux que je viens de vous esquisser.

"Vénération et sympathie profondes.

"(s) Brasileira".

- 11) — *Vide* TELFIRA MENDES: *Uma visita aos lugares santos do Positivismo* pg. 19, Rio, 1899.
- 12) — ADAUTO DA CÂMARA, *op. cit.*, pg. 103.
- 13) — *Idem*, *ibidem*, pg. 137.
- 14) — *Ibidem*, pg. 138.
- 15) — *Vide* A. COMTE: *Politica Positiva*, vol. IV, pg. 397. Sobre Courbet e a demolição da coluna Vendôme, veja-se RAMALHO ORTIGÃO: *As Farpas*, vol. III, pgs. 212 e seguintes da 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa 1887.
- 16) — DIOCLECIO D. DUARTE: *Nísia Floresta e o sentimento nacional*, in "Jornal do Comércio" de 25 de maio de 1941.

## CAPÍTULO TERCEIRO

### O DR. SEGOND NO BRASIL E AS SUAS CARTAS

EM SETEMBRO de 1857, quando, em Paris, falecia o fundador do Positivismo, achava-se no Rio de Janeiro um de seus primeiros discípulos — o Dr. L. A. Segond, membro da Sociedade Positivista, professor adjunto e bibliotecário da Faculdade de Medicina de Paris. Era também autor de várias obras sobre biologia, algumas das quais foram por Comte incluídas na *Biblioteca* por êle organizada para orientar a formação intelectual do proletariado no século XIX. (\*)

Foi em 1848 que o Dr. Segond ingressou na Sociedade Positivista de Paris, fundada e presidida por Augusto Comte. Aí se casou, em 18 de julho de 1850, de conformidade com o ritual da nova religião. Foi seu padrinho Emílio Littré. Sua noiva, Mlle. Delanneau, era filha do diretor do Instituto de Surdos e Mudos de Paris.

Amigo íntimo do Dr. Robin, biologista de fama, que, por êsse tempo, também pertencia à Sociedade Positivista, ao Dr. Segond se deve a conversão ao Positivismo de um de seus mais ativos aderentes — o Dr. Robinet, primeiro biógrafo de Augusto Comte. Tamanho aprêço consagrava o filósofo ao Dr. Segond que diz, no primeiro volume do *Sistema de Política Positiva*, haver sido por êle antecipado na correção de um êrro a que fôra levado por excessiva deferência para com Blainville, relativamente à posição enciclopédica da teoria dos meios.

Possuidor de bela voz, resolveu o Dr. Segond, em 1856, interromper a sua carreira universitária a fim de dedicar-se ao canto,

(\*) — O Dr. SEGOND (Luís Augusto) nasceu em Fayence (Var) em 3 de setembro de 1819 e faleceu em Caillan (Var) em 17 de fevereiro de 1908. Para outros dados a respeito, veja-se AUGUSTO COMTE: *Système de Politique Positive* t. I, pgs. 665 e 666; *Correspondance Inédite 1ère série*, pg. 78; *Ibidem 2ème série*, pgs. 8, 62, 65, 118 e 179; *Ibidem, 3ème série*, pgs. 95 e 96; *Lettres à Divers, Tome 1, 1ère partie*, pgs. 392 e 400; e *Revue Occidentale*, 31.º ano, segunda série, tomo XXXVII, n.º 3, 1.º de maio de 1908, pg. 302.

fazendo, nesse ano, uma excursão pela Itália. E foi como tenor de uma companhia lírica que veio, em 1857, ao Brasil. (1)

Ainda hoje se encontram nos arquivos da casa de Augusto Comte uma carta que, do Rio, lhe dirigiu o Dr. Segond, e duas que endereçou a Pierre Laffitte, dando suas impressões do Brasil.

Na primeira, remetida a Laffitte em 14 de setembro de 1857, faz uma apreciação do Imperador, que muito se aproxima dos traços gerais com que, afinal, parece a História dever fixar a figura de Pedro II.

“O que há de notável aqui — escreve — é a veneração unânime que o Imperador e sua mulher inspiram. A sua vida privada é sem mácula; vivem retirados, fora da cidade, num palácio inacabado e muito simples, onde a etiqueta é reduzida ao estrito necessário; o Imperador recebe diariamente, ao meio dia, as pessoas que têm qualquer coisa a pedir-lhe. Anima, com sua presença, tôdas as instituições que julga úteis para melhorar o país e a modesta dotação, que lhe é fixada no Orçamento, é absorvida por obras de caridade. É, sobretudo, a êsse ascendente moral que se deve atribuir o sucesso do govêrno constitucional, aplicado aqui na forma, mas não de fato. D. Pedro demite, por motivos de imoralidade, magistrados ditos inamovíveis, e as Câmaras, onde se proferem longos discursos, nunca tomam uma decisão contrária à vontade do Imperador. Em suma, trata-se de um ditador cuja fôrça provém de sua moralidade pessoal e é bastante inteligente para saber mantê-la. Possui conhecimentos muito amplos, e, se preside ao Instituto Geográfico tôda sexta-feira, é menos por pedantismo do que para estimular os trabalhos especiais relativos ao Brasil. É também religioso, sem beatismo”.

Passa, em seguida, o discípulo de Comte a referir-se aos horrores da escravidão e à hipocrisia inglêsa na chamada *cruzada* contra os navios negreiros, aludindo aos maus tratos que, nas colônias britânicas, eram impunemente infligidos aos cativos:

“A chaga dêste país é a escravidão dos negros importados e seus descendentes. É uma causa de degradação ainda maior para os “*senhores*” do que para os escravos. Tenho freqüentemente presenciado o espetáculo de pequenos brancos, criados por negras, que, desde a mais tenra idade, são ensinados a bater em suas amas e nas negrinhas que lhes servem de brinquedo.

“A emancipação faz, entretanto, alguns progressos. A Sociedade dos Ipirangas (nome do rio junto ao qual se encontrava Dom Pedro I quando proclamou a Independência do Brasil, a 7 de setembro de 1822) liberta um certo número de escravos todos os anos.

“Está bem demonstrado aqui que a Cruzada inglêsa contra os negreiros não tinha outro objetivo senão arruinar o Brasil e nossas colônias nas Antilhas, a fim de monopolizar, nas Índias Orientais, o comércio das mercadorias coloniais. Essa hipócrita manifestação

está mais do que provada pelo procedimento dos ingleses relativamente aos negros, quer em Cap-Coast, quer em Serra Leoa. Os atos de crueldade que aí praticam nada têm de comparável”.

**Salientando a contribuição do negro para a formação de nossa economia, encarece-lhe as aptidões musicais:**

“Sem sombra de dúvida os negros prestam aqui serviços extraordinários. A mão de obra não tem preço e o clima não favorece a atividade. Nossos cavalos em França são mais bem tratados do que êstes pobres escravos. Não podeis imaginar a rudeza dos trabalhos que lhes são impostos — todo os transportes interiores de mercadorias são feitos sobre a cabeça desses infelizes, e, quando são quatro ou seis carregando um grande volume, cantam em côro, freqüentemente numa harmonia muito complicada, melodias muito rítmicas que cadenciam seu andar e seus esforços.

**“Detenho-me tôdas as manhãs diante de negros calceteiros e particularmente diante de um grupo que põe em movimento enorme prensa destinada a aplainar a superfície do calçamento. Eles atiram cadenciadamente a prensa, de duas em duas batidas, e, depois, um deles começa uma dessas melodias características que os outros acompanham, em seguida, do modo mais original. Cada manhã a melodia é diferente. Estou certo de que improvisam, na maioria das vezes, tanto as palavras quanto a música. Na casa em que moro tôdas as pretinhas cantam a “Lúcia” e os “Puritanos” que me ouviram estudar.**

“Quanto ao mais, é uma raça muito afetuosa e passavelmente inteligente, pouco ativa e freqüentemente sem caráter. Esta é a observação geral. Há, entretanto, muitos brancos que não valem um bom negro sob todos os aspectos. Breve comunicar-lhe-ei algumas observações sobre as relações do crânio e da face que devem retificar alguns erros sobre a apreciação das três variedades de nossa espécie”.

Segond termina suas impressões tecendo comentários sobre as relações entre o crânio e a face nas diferentes raças humanas e salienta a influência que então, no domínio científico, exercia a França sobre o Brasil:

“Posso, aqui, observar negros de quase tôdas as partes da África e índios de diferentes pontos do Brasil — a sã história natural está plenamente em harmonia com a filosofia positiva. As distinções absolutas são artificiais — entre certos ingleses e certos italianos há mais diferença real, sob o ponto de vista cerebral, do que entre certos negros e certos franceses.

“Cientificamente vive-se aqui sobre os nossos tratados — encontram-se, entre os médicos, alguns clínicos notáveis. Organiza-se, neste momento, uma expedição para explorar o centro do Brasil e as margens do Amazonas — infelizmente, por falta de direção, êsses empreendimentos oficiais não conduzirão a grande coisa”.

Quando partiu de França, Segond deixara Augusto Comte doente e muito abalado com o rompimento com um de seus antigos discípulos — Célestin de Blignièrès. Já o filósofo falecera havia vinte e cinco dias quando, do Rio, em 30 de setembro de 1857, lhe dirigiu Segond uma carta cheia de interessantes considerações sobre os operários franceses estabelecidos no Rio, e sobre os horrores da escravidão, notando haver até companhias de seguros que eximiam os senhores de ter, para com os escravos, os mais insignificantes cuidados.

São os seguintes os principais tópicos dessa carta:

“Eis-me, há dois meses, na capital do Brasil, diante da baía de São Sebastião, ricamente adornada pela vegetação tropical e ainda mais majestosa do que a do Tejo, e mesmo do que as de Nova York e S. Salvador.

“O Rio, como Pernambuco e a Bahia, é um mercado permanente, onde se traficam os produtos indígenas e as importações da Europa. Tentam imprimir a estas cidades uma feição sistemática; a falta, porém, de direção filosófica leva à imitação do que aqui chamam o velho mundo, e a muitos empreendimentos prematuros, nos quais a atividade se esgota em sucessivos fracassos.

“Os brasileiros apresentam tôda a vaidade da juventude, mas a sua doçura os torna fáceis de conduzir. Os portugueses ainda formam aqui um partido influente e rival do elemento brasileiro. Os franceses, além da fração que absorve todo o comércio a varejo, formam a parte séria do proletariado. Um empreiteiro, que queira levar a bom têrmo seus trabalhos, emprega pouquíssimos brasileiros, poucos portugueses e muitos franceses. Um operário francês, pedreiro, carpinteiro, marceneiro, trabalha três vêzes mais do que um português e o faz melhor. Tem a sua reputação bem estabelecida.

“No momento, o operário francês, que chega ao Brasil, tem de lutar contra numerosas dificuldades materiais; não duvido que mais tarde acabe por exercer no país uma influência real, a qual, até agora, só se nota no que diz respeito à atividade.

“Quanto aos trabalhos de colonização interior, desde a abolição do tráfico (desde, sobretudo, que a última epidemia de cólera fêz perecer 80.000 negros), está o Governo recorrendo a correntes imigratórias que se compõem sobretudo de alemães.

“Há um ano apelou-se para a imigração de chineses. Estes últimos são, porém, colonos medíocres, o que não ocorre com os alemães, impelidos por sua miséria, para as regiões ricas.

“Penso que os *fazendeiros* (sic) deveriam sobretudo procurar atrair os índios do centro do Brasil, cuja atividade está ainda absorvida pela caça e pela guerra. Várias tentativas já foram bem sucedidas.

“Seria uma missão útil, mas, sem dúvida, ainda prematura, a organização positiva dessas grandes *fazendas*. (sic) Que belo fu-

turo para êsses pequenos déspotas, muitas vêzes tão brutais e tão ávidos, se se conseguisse desenvolver nêles um sentimento social conveniente, tornando-os dignos chefes agrícolas!

"Êsse futuro parece ainda bem distante, quando se vê com que facilidade o "senhor" destroi os laços de família entre os negros. Frequentemente os irmãos não se conhecem e o próprio laço fundamental [o matrimônio], além da falta de cultura, é ainda alterado pela venda, sempre possível, das crias, negociadas, nem mais nem menos, como se fôsem animais domésticos.

"O egoísmo corou seus crimes pela invenção diabólica de uma companhia de seguros através da qual os senhores se crêem dispensados, em relação a êsses infelizes, dos cuidados que não recusamos aos cães e aos cavalos.

"Que anomalia poder-se censurar a católicos não enobrecerem a veneração dos inferiores através do seu próprio devotamento!

"Por esta última reflexão deveis ter percebido, meu venerado Mestre, que já comecei a leitura do tomo primeiro da *Síntese Subjetiva*. Estou na introdução, que estudo com tôda a atenção respeitosa de que sou capaz. De conformidade com a primeira parte dessa *Introdução*, permiti-me exprimir-vos quanto me senti feliz ao ler aí a consagração, tão perfeita, dos sentimentos religiosos e poéticos, que sempre me foram inspirados pela contemplação do espaço e dos fenômenos cosmológicos de que é o teatro.

"Qualquer que seja, de fato, a brutalidade dêsses fenômenos e de seus efeitos, e quaisquer que sejam as imperfeições que nêles possamos teóricamente conceber, o bem que encerram é, no entanto, ainda bastante imponente para inspirar nossa admiração religiosa, e, bem assim, nossa submissão voluntária ao destino imodificável. Quanto, aliás, êste otimismo, verdadeiramente filosófico, difere dessa adoração católica, tão estúpida quanto absoluta, na qual os maiores benefícios e os maiores desastres são erigidos à categoria de efeitos divinos.

"Não posso esquecer-me de agradecer vossa carta de apresentação a Mme. Brasileira. Seu irmão, Dr. José Medeiros, foi para mim cheio de bondade e dedicação. Pelo prazer que tem em servir sua irmã, pode-se julgar como Mme. Brasileira sabe fazer-se querida. Mme. José Medeiros e sua encantadora filhinha partilham do culto do irmão. (\*)

"Segundo minhas primeiras informações, o positivismo foi particularmente estudado, no Rio, pelos alunos da Escola de Marinha; o livreiro Garnier vendeu-lhes vários exemplares do "*Sistema de Filosofia Positiva*". O mesmo livreiro forneceu últimamente,

(\*) — SEGOND estava equivocado: a senhora do Dr. José Medeiros é que era irmã de NÍSIA FLORESTA.

atendendo a uma encomenda especial, o "*Sistema de Política Positiva*" à biblioteca da Assembléa provincial do Rio.

"Procurarei saber, mais minuciosamente, se temos aqui aderentes sérios e elementos de um núcleo positivista.

"Tôdas as comunicações que quiserdes fazer-me serão, aqui, de grande valor para mim e estou impaciente por ter notícias de vossa preciosa saúde. Ficai certo de que faço parte dos egoístas que se ocupam de vosso bem-estar um pouco por causa de vosso grande papel social e muito por causa do respeitoso apêgo que vos consagram".

Finalmente, numa carta, iniciada em 19 de outubro e completada em 10 de novembro de 1857, Segond expande a Laffitte a sua dor pelo falecimento de Augusto Comte, de que tivera notícia através do cunhado de Nísia Floresta, Dr. José de Medeiros:

"Só no dia 16 de outubro soube da morte de nosso venerado Mestre.

"O Dr. José Medeiros conhecia as principais circunstâncias dessa irreparável perda; sabia, porém, que no dia 15 eu precisava de tôda a minha energia no teatro e guardou segrêdo a respeito até o dia seguinte.

"Tinha novos informes a dar-vos sôbre o triste país onde me acho, mas só tenho disposição para falar-vos do fim prematuro do Sr. Comte, que eu temia desde a última vez em que o vi.

"Só os verdadeiros positivistas podem avaliar a extensão de tal perda. Chamo verdadeiros positivistas àqueles que, até os últimos momentos da vida de Comte, não cessaram de respeitá-lo e amá-lo. Muitos espíritos, sobretudo negativos, não procuraram na sublime doutrina senão adquirir um pouco de consistência. Mas os seus hábitos críticos recrudeceram a propósito dos últimos escritos de Comte. Tendo-se adaptado, bem ou mal, às grandes coisas, ostentaram a sua vaidade quanto às pequenas. E, homens imperfeitíssimos, não temeram opor-se a pequenas imperfeições com brutal intolerância, própria só dos espíritos críticos. As imperfeições de nosso Mestre, se nos é permitido falar nelas neste momento, foram tôdas provenientes de um excesso de sentimento.

"Devo confessar que quando êle me fêz a sua nova exposição sôbre a propagação da espécie, senti que todo o amontoado de documentos científicos, que eu lhe opunha, era bem pouca coisa contra o arrebatamento, sobretudo poético, que, com o objetivo de enobrecer a mulher, o levava a sacrificar a cruel realidade.

"Esqueceu-se, naquele momento, de uma das páginas da história, tão extensa, da subordinação dos fenômenos mais nobres aos mais grosseiros. Mas, fê-lo por excesso de sentimento, e, certamente, pensando na mulher que, depois de sua mãe, mais o consolou em sua rude carreira.

"Se se quiser examinar de perto tôdas as idéias que lhe censuraram, ver-se-á que são igualmente respeitáveis.

“Quando, no conjunto de nossa existência, devemos a um tal filósofo haver amadurecido a nossa alma em alguns anos, fazendo-nos melhor pensar, melhor agir e melhor amar, é preciso ser o último dos homens para increpar-lhe fraquezas do coração, como fizeram alguns discípulos.

“Meu triste destino privou-me de cuidar, em seus últimos momentos, de minha irmã, de minha mãe, de meu pai, de meu tio. Comte é o nosso verdadeiro pai espiritual e eu me sinto bem infeliz de não ter podido consagrar-lhe os meus cuidados.

“Estou num país bastante monótono. O projetado encerramento do teatro, em dezembro, restituir-me-á talvez a liberdade. Poderei, então, nessa época, retomar o caminho de nossa Europa, sempre tão atraente quando vivemos alguns meses nestes novos centros onde se pretende improvisar a civilização.

“Escrevo esta carta esperando novas notícias. Quaisquer que sejam as decisões tomadas sobre a sucessão de Comte, permiti-me, caro amigo, considerar-vos o mais digno de representar o positivismo em França e contai que, além da minha cooperação fraternal, haveis de encontrar em mim uma adesão tão séria, quanto afetuosa, à digna situação que vos deve ser oferecida.

“Fecharei minha carta depois da chegada do próximo paquete.

“Terça-feira, 10 de novembro.

“Ante-ontem o paquete trouxe-nos cartas da Europa. Foi a primeira vez que as recebi de minha família. Minha mulher pôs-me a par das informações que lhe havíeis dado sobre o fim de nosso venerado Mestre.

“Pelo Sr. Medeiros obtive o discurso de Robinet, que contém coisas bem inspiradas. Transmitti-lhe os meus sinceros cumprimentos. Por outro lado, vi um artigo da imprensa do dia 9 de setembro — detestável. Dá a impressão de ter sido escrito só para falar no Sr. Littré e na cisão, por êle estabelecida, entre os discípulos. Ou somos positivistas ou não o somos; não pode haver cisão — não houve senão desertores por medo ou orgulho. Estou curioso de ver o discurso de Robin. Esperarei estar em Paris para lê-lo. Não tenho tanta pressa que me leve a vô-lo pedir. Não será nada impossível que eu siga pelo paquete que partirá em dezembro. Minha mulher vos trará a par de minha decisão. Ide vê-la algumas vêzes. Ela sabe que sois um verdadeiro amigo.

“Quando eu voltar a Paris, veremos se a situação é favorável para instituir um ensino positivista.

“Embora ainda não esteja completamente livre de dificuldades, poderia, em rigor, retomar os meus trabalhos êste ano. Pedir-vos-ei conselhos para saber se, durante três ou quatro anos, devo ainda continuar minha vida errante. Apesar dos aborrecimentos que apresenta, não é sem frutos sob todos os aspectos. Posso certamente atribuir às minhas viagens, por exemplo, o abandono completo dos preconceitos científicos. A própria observação direta,

nas viagens, é cheia de ensinamentos e conduz, freqüentemente, a pontos de vista muito mais sintéticos. Adquirimos nelas também uma admiração cada vez maior pelo país em que tivemos a ventura de nascer — e que cada vez mais regulará o movimento da humanidade. É curioso ver que, mesmo sob o ponto de vista material, rivalizamos desde alguns anos com a Inglaterra que, em todos os mercados do nôvo mundo, tinha adquirido um prestígio extraordinário. Nossas fabricações, de todo gênero, tendem a tomar a dianteira — mas teremos tempo para falar sôbre tudo isso”.

Esta foi a última carta que, do Brasil, dirigiu Segond a Laffitte. Ela revela, ao lado do respeito e entusiasmo que lhes inspirava o filósofo, as restrições que, na intimidade, faziam discretamente entre si os discípulos franceses ortodoxos de Augusto Comte quanto a algumas de suas concepções finais.

Dignos de nota, nas cartas de Segond, são os dados por êle colhidos segundo os quais era o Positivismo no Rio particularmente estudado pelos alunos da Escola de Marinha, aos quais a Livraria Garnier havia vendido vários exemplares do *Curso de Filosofia Positiva*, enquanto a Assembléa Provincial do Rio de Janeiro tinha recebido, da mesma livraria, por encomenda especial, um exemplar do *Sistema de Política Positiva* destinado à sua Biblioteca.

Esse informe sôbre a penetração do Positivismo, já em 1857, na Escola de Marinha, é inteiramente inédito, pois, pelo que até aqui se admitia, na Escola Militar é que, principalmente através de Benjamin Constant, se teria infiltrado a doutrina de Comte. É verdade que Benjamin também lecionou na Escola de Marinha, mas posteriormente a 1857.

Encontra-se, nas cartas de Segond, a confirmação do que, em sua décima-sétima *Circular*, relativa a 1865, diria Laffitte acêrca de um núcleo positivista brasileiro surgido *havia alguns anos*. Eis, vertidas para o vernáculo, as suas palavras:

“De nosso interessante núcleo brasileiro, *tão felizmente surgido desde alguns anos*, e no qual a espontaneidade das adesões admiravelmente comprova as esperanças de Augusto Comte sôbre as populações meridionais que nominalmente permaneceram católicas”... (2)

#### NOTAS DO CAPITULO TERCEIRO DA PRIMEIRA PARTE

- 1) — A carta de NÍSIA FLORESTA, onde se refere haver apresentado à sua família, no Rio, o recomendado de Augusto Comte, vem no volume de PAULO CARNEIRO: *Auguste Comte et Mme. Nísia Brasileira*, pgs. 20 e 21, Paris, Librairie Blanchard, 1928.
- 2) — Vide PIERRE LAFFITTE: *Dix-Septième Circulaire adressée à chaque coopérateur du libre-subsidie institué par Auguste Comte pour le sacerdoce de l'Humanité*, Paris, 27 de abril de 1865, pg. 4.

## CAPÍTULO QUARTO

### REPERCUSSÃO DO POSITIVISMO NOS MEIOS INTELLECTUAIS DO RIO DE JANEIRO

I) *Teses positivistas na Escola Militar. Benjamin Constant e sua adesão ao conjunto da obra de Comte.* II) *Debates, no Parlamento, sobre o relatório de Benjamin Constant, em 1870, como Diretor do Instituto dos Meninos Cegos.*

#### I

DESDE 1850 haviam começado a repercutir abertamente na Escola Militar do Rio de Janeiro, as doutrinas comtianas. A 2 de março desse ano defendeu Miguel Joaquim Pereira de Sá, perante a congregação dessa Escola, uma tese positivista sobre os princípios da Estática. Em abril do ano seguinte, Joaquim Manso Sayão aí também sustentou uma tese comtiana sobre os fundamentos da Hidrostática. Dois anos mais tarde, Manoel Maria Pinto Peixoto ingressou na congregação dessa mesma Escola com uma tese sobre o cálculo diferencial inspirada na Filosofia Positiva, e, estribando-se ainda nesta última, entrou Augusto Dias Carneiro em 1855 para a mesma congregação, defendendo uma tese sobre a Termologia. (1)

Tornaram-se, desde então, no Rio de Janeiro, dia a dia mais numerosas as dissertações positivistas apresentadas aos seus principais estabelecimentos de ensino: Colégio Pedro II, Escola Militar, Escola de Marinha, Escola de Medicina e Escola Politécnica, encontrando repercussão até fora dos meios de ensino, segundo se conclui de um artigo de Justiniano José da Rocha ao saudar, em 1859, "*As Primaveras*" de Casimiro de Abreu:

"Nos dias de prosaico *positivismo* em que vivemos, acabam as letras brasileiras de receber mais um mimo..." (2)

Era, todavia, conforme se vê deste comentário, apenas o Positivismo puramente científico o que entre nós então ecoava, porquanto o articulista nem de longe suspeitava o alcance estético do aspecto social e moral da nova doutrina, só mais tarde patenteado entre nós por Teixeira de Souza, Almeida Reis, Martins Júnior, Décio Villares, Rodolfo Amoedo, Manuel Madruga, Aurélio de Figueiredo, Eduardo Sá, Constâncio Alves, Vicente de Carvalho, José Mariano de Oliveira, Generino dos Santos, Reis Carvalho, Alípio Bandeira e, sobretudo, por Martins Fontes em seus dois

poemas: "*Nos Jardins de Augusto Comte*" e "*Calendário Positivista*".

Foi em 1857, ano de sua morte, que Comte conquistou um dos discípulos que maior influência exerceriam na propagação de suas idéias no Brasil: Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Num trabalho de fôlego, um dos melhores de sua longa bibliografia — "*Esbôço biográfico de Benjamin Constant*", Teixeira Mendes estuda e documenta, passo a passo, o evoluer do pensamento do fundador de nossa República desde o positivismo puramente científico até o social e religioso.

Essa adoção dos princípios da *Política Positiva* por parte de Benjamin tem sido posta em dúvida por alguns autores, entre os quais o Professor João Cruz Costa em sua "*Contribuição à História das Idéias no Brasil*", onde se lê: "Benjamin Constant foi um *formador de homens*. Descendente de gente humilde e professor de moços que não eram filhos de senhores de escravos, êle soube plantar nessa juventude o entusiasmo pelo regime republicano, e a semente da revolta contra a monarquia. *Havia aceito a filosofia de Comte, mas não era ortodoxo*". (Grifo desta transcrição). (3)

Levando-se em conta, porém, as próprias declarações de Benjamin Constant, vê-se que aderira integralmente à obra de Augusto Comte, embora não pertencesse à Igreja Positivista do Brasil.

Não se pode, como vulgarmente se faz, restringir a denominação de *ortodoxos* para designar apenas os discípulos de Comte que se subordinavam à direção de Miguel Lemos.

Em matéria de ortodoxia, é sempre válida a observação registrada por Byron. Quando Lord Sandwich disse ao Bispo Warburton não conhecer a diferença entre ortodoxia e heterodoxia, retrucou-lhe o Bispo, grande conhecedor da natureza humana: "*A ortodoxia, milord, é a minha doxia; a heterodoxia é a doxia dos outros!*... (4)

Ortodoxos, no Brasil, eram todos aquêles que, embora afastados do grêmio dirigido por Miguel Lemos, e muitas vêzes divergindo dos seus pontos de vista e até combatendo-os, accitavam o conjunto da obra de Comte, como, aliás, acontecia, fora do Brasil, com Laffitte, Robinet, Audiffrent, Sémérie, Congreve e tantos outros.

Vários desses nossos positivistas haviam inclusive aderido à totalidade da nova doutrina muito antes de fundar Miguel Lemos, em 1881, a sua agremiação.

Vejamos, porém, como o próprio Benjamin se refere à sua adesão ao Positivismo em carta dirigida à espôsa, do campo de operações da guerra contra o Paraguai, em 5 de junho de 1867, quando contava trinta anos de idade:

"Tu és, para mim, mais, muito mais, do que Clotilde de Vaux era para o sábio e honrado Augusto Comte. *Sigo, como sabes, tôdas*

*as suas doutrinas, seus princípios, suas crenças: a religião da Humanidade é a minha religião. . . É uma religião nova, porém a mais racional, a mais filosófica e a única que dimana das leis que regem a natureza humana. Não podia ser a primeira, porque ela depende do conhecimento de tôdas as leis da natureza, é uma consequência espontânea dêsse conhecimento, e, portanto, não podia aparecer na infância da razão humana, e mesmo quando as diversas ciências estavam em embrião; não teria ainda aparecido se ao gênio admirável de Augusto Comte não fôsse dado, pela vastidão de sua inteligência, transpor os séculos que hão de vir, surpreendendo por sua sábia previsão as ciências em seu têrmo e dando-nos na sua Religião científica — a religião definitiva da Humanidade". (5)*

E, numa efusão íntima, treze anos mais tarde, registraria em seu diário:

"7 de julho de 1880 — Escola Normal — Tratei hoje da adição dos números inteiros. O Positivismo — esta sábia e abençoada doutrina, a que devo tantos benefícios, sejam quais forem os sacrifícios que me traga, que me imponha no empenho solene que tomo de seguir e cumprir fielmente os seus preceitos, dominará eternamente, tanto na vida pública, como na vida privada, todos os meus sentimentos, pensamentos e atos". (6)

## II

Já em 1868 fundava Benjamin, no Rio de Janeiro, uma sociedade para o estudo do Positivismo (7), e, no Relatório que apresentou, em 22 de março de 1871, como Diretor do Instituto dos Meninos Cegos, tão longe deixou-se levar na manifestação de suas convicções positivistas que motivou fôsse João Alfredo, então Ministro do Império, interpelado, no Parlamento, pelo deputado Magalhães Taques.

Pleiteava Benjamin, nesse Relatório, um plano de instrução primária que fôsse, para o povo, "*uma espécie de religião, contendo, como dogma de fé científica, o maior número possível de princípios teóricos reduzidos a preceitos de imediatas aplicações à vida prática*".

Esse plano visaria ainda a fazer desaparecer aquelas "*crenças funestas, contos fantásticos, práticas supersticiosas que então circulavam na sociedade dando a medida do seu estado de ignorância, e que, exaltando a imaginação do homem, lhe enfraqueciam o espírito, o coração e o caráter, criando pusilânimes de moral doentio, os quais haveriam de ressentir-se por tôda a vida dos funestos efeitos do mal enraizado desde a infância*".

"E quantas dessas concepções — concluia Benjamin — não se inspiraram em falsas crenças religiosas e são por isso um veneno moral sem antídoto possível depois de inoculado".

Referindo-se ao plano de instrução que lhe parecia mais consentâneo com a mentalidade de sua época, pretendia bascá-lo sobre as *ciências positivas* que vinham triunfando cada vez mais das concepções metafísicas, imprimindo à atividade de nosso espírito um rumo mais seguro e proveitoso. Abandonava, de fato, a filosofia positiva, como estéreis e vãs, as investigações das causas primeiras e finais, e, considerando todos os fenômenos sujeitos a leis invariáveis, a sua descoberta é que deveria ser objeto dos nossos esforços intelectuais.

E, fazendo uma profissão de fé sensualista, acrescentava:

“Os sentidos, contra as objeções escolásticas, hão de exercer sempre uma influência capital sobre o desenvolvimento da inteligência humana, hão de ser sempre os meios pelos quais nossa alma se abastece do maior número de noções fundamentais”.

Estas declarações de Benjamin escandalizaram o Deputado pela Bahia, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, que, na sessão da Câmara dos Deputados de 8 de julho de 1871, estranhou houvesse João Alfredo, Ministro do Império, aceito um Relatório onde se encontravam tais inconveniências.

Proclamando os talentos e a ilustração de Benjamin, lembrava o dito de Napoleão segundo o qual foi êle derribado do trono, não pelos aliados, mas pelos ideólogos.

Registando o perigo das idéias sustentadas no Relatório do Diretor do Instituto dos Meninos Cegos, dizia Magalhães Taques que a Comuna de Paris, a qual, no ano anterior, estarrecera o mundo, nada inventara em matéria de doutrina e tudo achara elaborado pelos filósofos e publicistas. Fôra Proudhon quem ensinara ser Deus um mal e a propriedade um roubo. Foram os socialistas e os comunistas que perverteram em França as idéias do povo, ensinando serem bons todos os impulsos da natureza e o prazer a nossa primeira lei. Nascidas do materialismo, essas doutrinas destruíram a base da moral e produziram o govêrno da Comuna de Paris, no qual se viram tôdas as atrocidades, entregue como foi a um bando de homens perdidos que, em seu delírio, desconhecera a Deus, a pátria, a família e a propriedade.

Dentre essas escolas — assinalava o Deputado baiano — havia uma “conhecida com o título de positiva, cujo oráculo fôra um homem de talento superior, Augusto Comte, muito apreciado pelos cultores das ciências matemáticas, às quais era dedicado o Diretor do Instituto dos Meninos Cegos. Seus adeptos não queriam saber da razão das coisas, não indagavam as causas, observavam os fatos e prescindiam de investigar o *porque*. Não se elevavam ao conhecimento do absoluto, limitando-se ao contingente. As consequências dessa doutrina eram claras, sendos conhecidas as suas idéias extravagantes sobre a liberdade da mulher”.

Admirava-se Magalhães Taques houvesse João Alfredo apresentado à Câmara dos Deputados, sem reflexão e até com elogio, o Relatório do Director do Instituto dos Meninos Cegos, onde as doutrinas positivas eram calorosamente sustentadas. Parecia-lhe que Benjamin Constant não devia promover a accitação do seu sistema filosófico naquele estabelecimento de ensino.

E, depois de transcrever os tópicos do Relatório que se lhe afiguravam mais perigosos, comentava:

“Aqui está a doutrina da escola: o positivismo é o ateísmo matemático, que desterra Deus para a ordem das hipóteses inúteis; não quer saber do absoluto, das causas primárias, dos fins da sociedade e do homem. O chefe da escola disse que a palavra direito deve ser riscada da linguagem da moral e da política, como a palavra causa da linguagem filosófica”.

Não era possível quisesse João Alfredo o triunfo de tal doutrina: devia, pois, entregar a outras tendências a direção do Instituto dos Meninos Cegos. Se quisesse inteirar-se do que era o positivismo devia ler a obra de Caro, professor da Sorbone: *Études Morales sur le Temps Présent*.

E concluiu Magalhães Taques o seu discurso dizendo serem infalíveis os resultados das doutrinas subversivas da moral, as quais tinham produzido os delírios da Comuna. Tudo quanto esta pregara e decretara, havia encontrado nos livros, até a declaração de serem os macacos os nossos irrecusáveis antepassados, exageração da teoria de Darwin, com a sua série de seres, que se desenvolvem pelas forças plásticas da natureza, desde o polipo até o homem, remate dessa geração progressiva. Outros naturalistas haviam ido mais longe e principiaram a sua escala da vesícula e do átomo. Devia João Alfredo notar que o deus da escola positiva é a humanidade em sua evolução no tempo — conclusão esta que foi reforçada pelo aparte de um deputado que dizia tratar-se do “*panteísmo, recomendando a escola positiva*”.

Em nota, transcrevo na íntegra o discurso de Magalhães Taques, índice interessante da cultura filosófica de um deputado brasileiro em 1871. (8)

Em sua resposta distinguiu João Alfredo com nitidez o positivismo do marxismo ou seja a “*nova filosofia do materialismo alemão*”. Foi esta, ao que supponho, a primeira vez que se aludiu ao marxismo no Brasil. Eis o passo do seu discurso sobre o assunto, proferido na sessão de 11 de julho de 1871:

“Sr. Ministro do Império . . . . .

. . . . .

“Há, finalmente, no discurso do nobre deputado uma injustiça, e é quando elle chama minha atenção para o director do Instituto dos Meninos Cegos, que disse S. Excia., se achava imbuído das

idéias perigosas da escola filosófica positiva, e que por isso podia perverter os meninos confiados ao seu cuidado.

"Sr. Presidente, se o nobre deputado lesse com mais atenção o relatório do digno diretor do Instituto dos Meninos Cegos, veria que esse funcionário, longe de ser aderente à nova filosofia do materialismo alemão, a essa escola perigosa, de que o nobre deputado supõe sectária a comuna de Paris, tratando de ciências positivas, aproveitou a ocasião para dar-lhes mais importância do que às outras.

"Se êle tivesse desenvolvido as idéias que o nobre deputado lhe atribuiu, certamente nenhuma dúvida eu teria de observar-lhe o erro de suas crenças. Mas incidentalmente tratou da filosofia positiva, que não é propriamente a escola a que se referiu o nobre deputado, e assim creio que não aproveitou uma peça oficial para nela exhibir idéias perigosas". (9)

#### NOTAS DO CAPÍTULO QUARTO DA PRIMEIRA PARTE

- 1) — Vide TEIXEIRA MENDES: "Esbôço Biográfico de Benjamin Constant", pg. 49, 2.<sup>a</sup> edição, Rio, 1913.
- 2) — O artigo de JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA saiu no jornal "Brazil" de 14 de outubro de 1859. Vide JOAQUIM NORBERTO DE SOUZA E SILVA: prefácio às *Obras Completas* de Casimiro de Abreu, pgs. 11 e 113 da ed. Garnier, sem data.
- 3) — JOÃO CRUZ COSTA: "Contribuição à História das Idéias no Brasil", pg. 241, Rio, Livraria José Olympio Editôra, 1956.
- 4) — LORD BYRON: "Don Juan", prefácio ao canto VI.<sup>o</sup>, pg. 761 de "The Complete Works", Frankfurt o. M., 1846.
- 5) — Apud TEIXEIRA MENDES:, *op. cit.*, pgs. 205 e 206.
- 6) — *Ibidem*, pgs. 243 a 244.
- 7) — *Ibidem*, pgs. 163 a 164.
- 8) — *Ibidem*, pg. 166 a 170 do vol. II da 1.<sup>a</sup> edição.

Transcrevo aqui, na íntegra, a interpelação do Deputado Magalhães Taques, na parte referente ao Relatório de Benjamin Constant. Reveste-se de importância por elucidar a difusão que, já em 1871, encontrara entre nós o Positivismo:

"Sessão de 8 de julho de 1871

"O Sr. Taques .....  
Ainda peço perdão a S. Excia. por ocupar-me dêste estabelecimento (Instituto dos Meninos Cegos) e chamar a sua atenção para um tópico do relatório do ilustre diretor.

"Não desconheço os talentos e ilustração do atual diretor do Instituto; porém o seu relatório me parece de alta inconveniência, que não permitia a S. Excia. o Sr. Ministro do Império aceitá-lo.

"V. Excia. sabe a importância que tem a ideologia, da qual dizia Napoleão I que não eram os aliados, porém os ideólogos que o tinham derribado do trono.

"Atualmente todos reconhecem o perigo das idéias extravagantes que ali foram sustentadas; o governo comunal de Paris nada inventou em matéria de doutrina, tudo achou ensinado pelos seus filósofos e publicistas.

"Foi Proudhon quem ensinou que Deus era um mal, e a propriedade um roubo.

"Foram os socialistas, os comunistas e outros que perverteram em França as idéias do povo, ensinaram que todos os impulsos da natureza são bons, que o prazer é a nossa primeira lei. Nascidas do materialismo essas doutrinas destruíram a base moral, elevaram as paixões vulgares, e de mãos dadas com o cosmopolitismo e espírito de independência que se têm desenvolvido, produziram o governo comunal de Paris, em que se viram tôdas as atrocidades, entregue como foi a um bando de homens perdidos que em seu delírio, desconheciam a Deus, a pátria, a família e a propriedade.

"Dentre estas escolas há uma conhecida com o título de positiva, cujo oráculo e chefe foi um homem de talento superior, Augusto Comte, muito apreciado pelos cultores das ciências matemáticas, às quais é dedicado o diretor do Instituto dos Meninos Cegos.

"Eles não querem saber da razão das cousas, não indagam as causas, observam os fatos, apreciam-nos e prescindem de investigar o *porque*. Assim não se elevam ao conhecimento do absoluto: limitam-se ao contingente. As consequências desta doutrina são claras. São conhecidas as suas idéias extravagantes a respeito da liberdade da mulher e bondade de tudo o que faz a natureza.

"Admiro-me de que o nobre ministro nos apresentasse, sem reflexão e com elogio, o relatório do diretor do Instituto, em que estas doutrinas são sustentadas calorosamente. Parecia-me que êle não devia defender, promover a aceitação do seu sistema naquele estabelecimento e sim observar as instruções do nobre ministro, que é o diretor supremo da instrução pública, que é quem deve dirigir a sua marcha, e não receber a direção que lhe queiram impor.

"V. Excia. vai ver o que diz aquêlê diretor no seu relatório:

*"Que êste plano, que se pode circunscrever atualmente um pouco além dos limites de nossa instrução primária e como uma extensão dela, seja para o povo uma espécie de religião, contendo como dogma de fé científica o maior número possível de princípios teóricos reduzidos a preceitos de imediatas applicações gerais à vida prática, e por assim dizer usuais e domésticas.*

*"Que se tenha em vista fazer desaparecer essas máximas e crenças funestas que circulam na sociedade dando a medida de seu estado de ignorância, êsses contos fantásticos, essas práticas supersticiosas que, tão em harmonia com as naturais tendências do homem para o mistério e o maravilhoso, exaltam-lhe a imaginação, enfraquecendo-lhe o espírito, o coração e o caráter, e criando pusilânimes de um moral doentio, que se ressentirá por tôda a vida dos funestos efeitos do mal enraizado desde a infância.*

*"E quantas dessas superstições não se inspiram em falsas crenças religiosas, e são por isso um veneno moral sem antídoto possível depois de inoculado?"*

*"Refitro-me a um plano de instrução que seja enfim mais consentâneo com os elevados fins que se procuram obter.*

*"Felizmente as ciências positivas, pelos rápidos progressos que têm feito e vão fazendo, vão triunfando cada vez mais da perniciosa influencia dos metafísicos e imprimindo à atividade de nosso espírito um rumo mais feliz, uma marcha mais segura e proveltoza.*

*"A nova "filosofia positiva", guiada pelo prudente conselho fornecido pelo exame atento da história do desenvolvimento do espírito humano em suas diversas manifestações, abandonou como estêreis e vãs as investigações do que se chama as causas, sejam primas, sejam finais, limitando-se a considerar todos os fenômenos como sujeitos a leis invariáveis, cuja descoberta precisa, e a sua redução ao menor número possível, deve ser o objetivo de nossos esforços intellectuaes.*

*"Em resumo, estudar pela observação e pela experiência as principais fontes de nossos conhecimentos positivos, tôdas as circunstâncias que apresentam em sua marcha os diversos fenômenos que contemplamos; procurar o encadeamento de todos êsses fenômenos pelas relações naturais do tempo, de sucessão e de semelhança; determinar as leis efetivas que regem tais fenômenos e fazer dessas leis o maior número de applicações úteis à humanidade; eis o prudente conselho que nos dá a nova e sã filosofia.*

*"Os sentidos, contra tôdas as teorias dos pretendidos filósofos, contra as mais ou menos bem combinadas objeções escolásticas, hão de exercer sempre uma influencia capital sobre o desenvolvimento da intelligencia humana, hão de ser sempre os meios pelos quais nossa alma se abastece do maior número de noções fundamentais.*

"Debalde *esforçam-se os "psicólogos" por explicar os fenômenos do espírito. Nada absolutamente de sério e positivo têm concluído até hoje; nem uma só lei por mais elementar tem sido rigorosamente estabelecida por eles*".

"Aqui está a doutrina da escola: o positivismo é o ateísmo matemático, que, como diz um distinto professor, desterra Deus para a ordem das hipóteses inúteis; não quer saber do absoluto, das causas primárias, dos fins da sociedade e do homem, do seu destino, nada disto; o chefe da escola disse que a palavra direito deve ser riscada da linguagem da moral e da política, como a palavra causa da linguagem filosófica.

"Acredito que S. Excia., não quer o triunfo desta doutrina, e deve chamar a outras tendências a direção do estabelecimento a que me tenho referido.

"Peço a S. Excia. que leia com mais vagar, desculpe-me dizer-lhe isto, se quiser inteirar-se do que é a escola positiva, a obrinha de Caro, professor da Sorbone, intitulada: *Estudos morais sobre o tempo presente*.

"Eu não desejo que semelhantes doutrinas corram entre nós, sejam favorecidas pelo governo. Os resultados das doutrinas subversivas da moral são infalíveis, *elas produziram os delírios da comuna*, a qual tudo o que disse e decretou achou ensinado nos livros, até aquela declaração de que os macacos eram os nossos irrecusáveis antepassados.

"O Sr. Cardoso de Menezes: — A escola da comuna não tem filiação alguma.

"O Sr. Taques — É a exageração da teoria de Darwin com a sua série dos seres, que se desenvolvem pelas forças plásticas da natureza, desde o polipo até o homem, que é o remate desta geração progressiva.

"Outros naturalistas foram mais longe, e principiaram a sua escala da vesícula e do átomo. Não devem estas doutrinas ter o favor do governo, principalmente da parte de um cidadão de sentimentos ortodoxos como o Sr. Ministro do Império. Note S. Excia., que o deus da escola positiva é a humanidade em sua evolução no tempo. A linguagem do relatório a que me refiro está de acôrdo com os seus princípios.

"Uma Voz — É o panteísmo, recomendando a escola positiva.

"O Sr. Alencar Araripe dá um aparte.

"O Sr. Taques — Os conceitos desta escola são bem conhecidos. Senhores, peço perdão à Câmara por ter abusado por tanto tempo de sua atenção. (Não apoiados)".

(*Apud Teixeira Mendes: op. cit., vol. II, pgs. 166 a 170 da 1.ª edição*)  
9 — *Ibidem*, vol. II, pgs. 170 a 171 da 1.ª edição.

SEGUNDA PARTE

LUÍS PEREIRA BARRETO



## CAPÍTULO PRIMEIRO

### TRÊS ESTUDANTES BRASILEIROS ADEREM, NA BÉLGICA, AO POSITIVISMO

I) *Marie de Ribbentrop*; II) *Cartas de Luis Pereira Barreto a Pierre Laffitte*; III) *Francisco Antônio Brandão Júnior, Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça e João Antônio Coqueiro*.

#### I

NAS IMEDIAÇÕES de 1860, três estudantes brasileiros que frequentavam escolas belgas — Luis Pereira Barreto, Francisco Antônio Brandão Júnior e Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça — travam conhecimento com o Positivismo, em que são iniciados por Mlle. Marie de Ribbentrop, interessante encarnação das preceptoras peculiares ao século XIX.

Nascida em Metz, em 1837, era filha de um positivista da primeira hora — o Barão prussiano Adolf von Ribbentrop, ao qual, em várias cartas, alude Comte.

Grandemente loquaz, irreverente e arrebatado, sendo autor de um opúsculo sobre Feuerbach, quebrou, por vezes, o Barão a remansosa tranquilidade da Sociedade Positivista de Paris, onde se portou como *enfant terrible* ao criticar, em algumas reuniões dominicais de 1848, as afeições mais íntimas de Comte, ou seja a sua paixão póstuma por Clotilde de Vaux.

Conseguiu o filósofo, entretanto, discipliná-lo, e, em 1855, em seu *Testamento*, designou-o para figurar, como representante da Prússia, no Comitê Positivo Internacional, de que vinha cogitando desde 1842, nas conclusões gerais do *Curso de Filosofia Positiva*. (1)

Marie de Ribbentrop, que conhecera Augusto Comte e assistira, ainda menina, a um de seus cursos sobre história geral da Humanidade, foi educada fora de qualquer influência teológica, havendo estudado sob a direção de seu pai, que a iniciou no Positivismo. Seguindo sua carreira de preceptora, viajou pelo Líbano, Polônia, Rússia, Turquia e Venezuela, vindo a falecer, em Paris, em 1897. (2)

Em 1860, encontrámo-la em Bruxelas em casa brasileira, onde trava conhecimento com Luís Pereira Barreto (de cuja prima era então professora), com Francisco Antônio Brandão Júnior e Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça.

Amiga da senhora do Dr. Robinet, primeiro biógrafo e um dos mais entusiastas discípulos de Comte, foi Marie de Ribbentrop quem, depois de iniciá-los no Positivismo, encaminhou os nossos compatriotas à propaganda que Pierre Laffitte fazia em Paris. (3)

## II

Paulo Carneiro encontrou, nos Arquivos da Casa de Augusto Comte, quatro cartas de Luís Pereira Barreto a Pierre Laffitte que revelam bem o calor da sua conversão ao Positivismo. Uma delas é significativa pela preocupação do jovem Pereira Barreto (qual outro Nun'Álvares, ou cavaleiro medievo, ao preparar-se para a investidura) com a moral sexual de seus companheiros, pois, sem guardarem a continência, não os julgava dignos de participar da comemoração da morte de Augusto Comte, que, no Père Lachaise, iria Laffitte realizar, em 5 de setembro de 1863, em nome da Sociedade Positivista de Paris.

Outro traço interessante dessa correspondência encontra-se na primeira missiva de Pereira Barreto a Laffitte, depois de regressar ao Brasil. Aí dizia que o Positivismo não encontraria, entre nós, oposição séria, porquanto as câmaras legislativas haviam atingido o auge do descrédito, enquanto o clero, além de ignorante, era extremamente desmoralizado. É curioso ainda observar que, nessa carta, quando ainda se achava muito imbuído das doutrinas de Augusto Comte, elogia Pereira Barreto "*os bons efeitos da influência dos Jesuítas*", que era destruída pela ação dos padres seculares.

Estava assim, por êsse tempo Pereira Barreto longe do anti-catolicismo e do anti-jesuitismo que o lançariam, perto de quarenta anos mais tarde, nas famosas polêmicas travadas, em 1901, com o beneditino Dom Miguel Kruse e com Eduardo Prado, êste então no apogeu de sua fé católica, assistindo missa, confessando-se e rezando o rosário! (4)

Manifestação típica da adesão de Pereira Barreto a certos postulados do Positivismo religioso, é ainda a preocupação de frisar, em carta de 1866, a propósito de seu casamento, que, embora ainda não houvesse completado a idade prescrita pelo Positivismo — 28 anos — estava prestes a alcançá-la.

Verto para o vernáculo os principais tópicos das cartas de Pereira Barreto a Pierre Laffitte. Na primeira, datada de Bruxelas, 9 de agosto de 1862, escrevia:

"Venho pedir-lhe licença para participar do subsídio positivista, e também para ter a honra de assistir à comemoração da morte de nosso venerado e saudoso Mestre Augusto Comte.

"Minha subscrição está fixada em, pelo menos, 60 francos anuais ou 5 francos por mês, a contar de 1.º de maio. Deveríamos

ter-lhe escrito há mais tempo, de acôrdo com os bons e prestimosos conselhos do Sr. Robinet; mas, se o não fizemos, foi com o objetivo de esperar que o nosso pequeno grupo ficasse mais numeroso e melhor preparado intelectualmente.

"No momento estamos ainda por demais absorvidos pelos nossos exames de fim de ano; só a partir de outubro podemos esperar prosseguir regularmente no estudo do Positivismo.

"De qualquer modo o senhor pode contar comigo para tudo que me fôr possível fazer a fim de servi-lo".

Na segunda carta, de 2 de junho de 1863, dizia Barreto:

"Escrevi, ùltimamente, ao Sr. Robinet, para pedir-lhe que dissesse ao Senhor quanta satisfação nos causou a sua última Circular pelo seu alto valor moral, sua forma simples e digna e seu fundo científico.

"Perguntava-lhe, ao mesmo tempo, se o Senhor não ia repelir públicamente o pacto que o Sr. Bourdet quis estabelecer entre êle e o Positivismo, ao publicar a sua "*Educação Positiva*". Pedia-lhe, além disso, que nos dissesse a sua opinião sôbre a situação atual da Polônia e sôbre o desfêcho provável dessa tão sangrenta luta em que ela se empenhou.

"Não tendo obtido resposta, contràriamente aos louváveis e bons hábitos do sr. Robinet, comecei a temer estivesse doente. E, com êste receio, escrevo-lhe para solicitar notícias.

"Não tenho o prazer de anunciar-lhe novos aderentes à nossa causa, mas posso assegurar-lhe que as simpatias em relação a nós aumentaram consideravelmente.

"Devo dizer-lhe também que se o número dos subscritores do subsídio não é maior, é um pouco por minha culpa. Achei ser de meu dever não aceitar cooperação material sem uma adesão moral decisiva e franca. Além disso, impus uma conduta privada, plenamente positiva, a rapazes, de 18 e 20 anos, habituados até aqui ao relaxamento dos costumes próprios à decomposição católica e favorecidos cada vez mais pela miséria crescente de grande parte do belo sexo. É, sobretudo, sob êste aspecto, que o Positivismo lhes pareceu duro e severo. Não sei se errei. Penso que o Positivismo deve triunfar, desde o começo, por sua superioridade em tôdas as coisas, sem nunca transigir.

"Já ganhei muito terreno nesse ponto e se continuarem a dar prova de uma unidade moral irreprochável, permitirei, pelo menos a dois dêles, acompanharem-me até aí, para, ao seu lado, assistirem à comemoração do dia 5 de setcembro.

"O Senhor dar-me-ia muito prazer se pudesse enviar-me 6 exemplares da brochura *sôbre as Mulheres* por um discípulo de Augusto Comte, assim como alguns números da sua última circular. "Muitos cumprimentos da parte de meu amigo Mendonça".

A terceira carta foi enviada, em 14 de dezembro de 1864, da fazenda Monte Alegre, onde se encontrava Barreto já de volta ao Brasil:

“Caro Sr. Laffitte

“Venho dar-lhe notícias de minha volta ao lar paterno. Cheguci são e salvo e foi com profunda emoção que revi o solo da Pátria, animado e santificado pela presença de tantos entes queridos. Minha família e meus Pais cumulam-me de ternura. Estou sendo mimado e festejado como um Messias. Tôda a minha viagem, desde o Rio até aqui, no interior, não foi senão triunfal ovação. De todos os lados as demonstrações mais tocantes de simpatia chovem sôbre mim: é um verdadeiro orvalho de afeições. Têm tanta preocupação e vontade de agradar-me que me é impossível dispor de um momento para mim, e foi por isto que não lhe escrevi logo que cheguei ao Rio.

“Quereria escrever ao Sr. Robinet por êste paquete, mas é-me completamente impossível. Prometo enviar a êle uma carta bem longa, mais tarde.

“Quanto ao aspecto físico do país, estou encantado, em êxtase. Não se pode encontrar nada de comparável no mundo, tantas e tão esmagadoras são as nossas belezas naturais.

“A fazenda de meu Pai, onde estou atualmente, é verdadeiramente fêérica e grandiosa. Imensa cordilheira azulando as nuvens, ao longe; embaixo, vasta planície verdejante, ostentando flôres de inflorescência purpúrea e rosa; de ambos os lados as mais graciosas colinas, cobertas de luxuriante vegetação primitiva, palmeiras, plantas gigantescas, árvores seculares, laranjeiras, figueiras, inumerável quantidade de árvores frutíferas, de sabor delicioso; enfim é indescrevível, é belo demais para ser transmitido pelos órgãos da expressão. Meu maior pesar é não ter meus bons amigos de Paris e outros aqui, para compartilharem comigo as mesmas impressões.

“No que diz respeito aos interesses positivistas, não posso ainda falar-lhe *ex-professo*. Mas já pude ver que a doutrina regeneradora não encontrará aqui muita oposição. As câmaras legislativas estão no auge do descrédito e o clero, em desordem, só continua a subsistir pela tolerância da população que não encontra coisa melhor. Os padres são ignorantes e de sórdida falta de vergonha. Só fazem destruir os bons resultados da influência dos Jesuítas.

“O povo está verdadeiramente privado de qualquer direção moral. É impossível ao governo fazer penetrar sua ação até o interior. E, apesar dêsse completo abandono, a população é de uma doçura incomparável, de uma franqueza e de uma hospitalidade patriarcais. Não há polícia e quase não há crimes. Não se pode atribuir isto senão à boa direção impressa pelos jesuítas ao caráter do povo.

"Até o momento apenas pude conversar um pouco sobre o Positivismo com meu Pai, que concorda com as nossas idéias sem restrição.

"Logo que a maré das visitas baixar, escrever-lhe-ei mais longamente sobre nossa situação em geral e sobre a escravidão em particular.

"Muitos cumprimentos ao Sr. e à Sra. Robinet e filhos, aos Srs. Foucart, Audiffrent, Magnin, Congreve, Longchamp e Balzagette."

Finalmente, na quarta carta, datada de São Paulo, 7 de janeiro de 1866, dizia Barreto:

"Caro Senhor Laffitte.

"Venho apenas desejar-lhe um feliz Ano Nôvo.

"Peço-lhe, ao mesmo tempo, queira transmitir o mesmo voto aos nossos bons amigos Senhores Robinet, Balzagette, Magnin, Florez, Longchamp, Audiffrent e Foucart.

"Estou em São Paulo aonde vim visitar o Sr. Mendonça. Ele se torna cada vez mais tenaz no estudo do Positivismo. Nada posso ainda dizer-lhe sobre a propaganda ativa, no que me diz respeito. Estou ainda inteiramente entregue à vida do coração. Mas terei, dentro em breve, o prazer de anunciar-lhe que nossa causa terá feito a aquisição de uma jovem e cândida positivista. Impelem-me para o casamento; e embora eu ainda não esteja exatamente com a idade prescrita, a família à qual vou aliar-me é de tal modo honrada e respeitável, e tamanho é o desejo de todos de ver essa união realizada que é impossível adiar por mais tempo essa satisfação geral.

"Confesso-lhe também que minha futura espôsa é tão boa, doce e terna, que não posso senão abençoar e desejar o momento feliz de nossa união.

"Um só pesar me acompanha: é o de não poder realizar êsse ato com tôda a solene gravidade da religião que o Senhor me ensina.

"Serei forçado a prestar homenagem ao catolicismo expirante e aceitar seu último e pálido clarão de santidade.

"Essa solenidade terá lugar dentro de 4 ou 5 meses; estarei, então, com 27 anos e meio".

### III

Os dois companheiros a que, em sua carta de 15 de julho de 1863, Pereira Barreto alude como sendo dignos de acompanhá-lo a Paris a fim de participarem da comemoração da morte de Augusto Comte, a ser feita em 5 de setembro daquele ano, no Père Lachaise, eram Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça e Francisco Antônio Brandão Júnior, que, ao lado de Barreto, receberam suas pri-

meiras noções de Positivismo através de Mademoiselle de Ribbentrop.

De Ribeiro de Mendonça existe, nos arquivos da Casa de Augusto Comte, uma carta a Laffitte, dirigida de Bruxelas, 19 de agosto de 1862, comunicando-lhe o desejo de participar do subsídio positivista com a soma de cinco francos mensais.

De volta ao Brasil Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça estabeleceu-se em Itaboraí, na província do Rio de Janeiro, e foi êle quem iniciou no Positivismo o seu sobrinho, Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça, que se tornaria o primeiro Presidente da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, fundada em 1878, e sucessora da associação que, em 1876, havia sido organizada, na capital do Império, pelo concunhado de Benjamin Constant, Dr. Antônio Carlos de Oliveira Guimarães, professor de matemática no Colégio Pedro II, grande entusiasta de Augusto Comte.

Quanto a Francisco Antônio Brandão Júnior, dêle tratarei detidamente ao estudar o Positivismo no Maranhão.

Aos três brasileiros, que acabam de ser citados, deve-se acrescentar um quarto — João Antônio Coqueiro. Depois de bacharelar-se em ciências pela Faculdade de Paris, doutorou-se em ciências físicas e matemáticas pela Universidade de Bruxelas e desempenhou no Brasil os cargos de Diretor do Ginásio Nacional, Inspetor do Tesouro do Maranhão, chefe do Distrito Telegráfico do Maranhão e lente de matemática do Liceu Maranhense, tendo publicado, entre outros, os seguintes livros: "*Metrológia Moderna ou exposição circunstanciada do sistema métrico decimal*", São Luís 1863; "*Curso elementar de matemática*", t. I, S. Luís, 1863; t. II, São Luís, 1874; "*Primeiras noções de cálculo*", S. Luís, 1871, além de uma "*Introdução ao alto cálculo*" e um "*Curso de Mecânica*", que ficaram inéditos. (5)

Em Paris e Bruxelas o Dr. Coqueiro entrou em contato com os positivistas ligados a Laffitte, conforme se conclui da seguinte carta de De Lombrail:

"Paris, 27 de março de 1863

"Meu caro Sr. Laffitte.

"Recebi ontem uma carta do Sr. Coqueiro, aquêle jovem brasileiro, professor de matemática, que deixou Paris no ano passado, para não mais voltar, provavelmente. Encarregou-me de apresentar-lhe os seus cumprimentos e lembrá-lo à amizade do Sr. Robinet, e, ao mesmo tempo, desculpá-lo, junto dos dois, por não lhes haver escrito, o que, diz êle, fará brevemente.

"O motivo dêsse atraso para iniciar uma correspondência que lhe é cara, não foi a negligência, mas a perturbação consequente da desgraça que lhe sobreveio e aumentou as dificuldades de um primeiro estabelecimento.

“Esse pobre moço naufragou perto da costa do Maranhão. O navio foi de encontro a escolhos ao pôr do sol e seus tripulantes passaram uma noite tenebrosa. No dia seguinte, foram avistados por pescadores que os levaram em suas canoas e os deixaram mais próximo da costa. Deitados na areia, expostos ao sol e ao orvalho da noite, aí passaram três dias abomináveis. O Capitão enviou uma dessas canoas à cidade e os pescadores deram a notícia do estado em que se encontravam aquêles infelizes. Imediatamente depois houve uma ordem para seguir uma embarcação a vapor a fim de recolher os naufragos e pôr o navio à tona, se houvesse meio, o que infelizmente, não se conseguiu.

“Foi depois de uma tal viagem que Coqueiro chegou à sua pátria, onde com alegria ainda maior, após haver escapado às ondas, reviu seus pais depois de longa ausência.

“Ele termina a carta pedindo-me que lhe remeta as notas do curso de aritmética ministrado pelo Senhor, caso seja possível.

“Quanto a isto, minha dificuldade é grande. A hora do seu curso era incompatível com os meus afazeres, o que me impedia de assistir às suas interessantes lições. O Senhor saberá como satisfazer a êsse jovem professor? Se algum ouvinte tivesse tomado notas, eu as copiaria e enviaria a cópia; antes de responder, ficarei-lhe-ei muito grato se pudesse indicar-me um meio.

“Se não houver um jeito, êle terá de se arranjar de outro modo.

“Teria ido procurá-lo, para tratar disso tudo, se soubesse a que horas poderia encontrá-lo. Esperarei uma palavra sua antes de escrever a Coqueiro.

“Queira aceitar, meu caro sr. Laffitte, a expressão de minha sincera e respeitosa amizade.

“De Lombrail.

“Rua São Jacques 174”.

#### NOTAS DO PRIMEIRO CAPITULO DA SEGUNDA PARTE

- 1) — Sobre o pai de Marie de Ribbentrop — Barão Adolfo von RIBBENTROP — e sua adesão à Sociedade Positivista de Paris, veja-se A. COMTE: *Lettres à Divers*, t. II, pgs. 5, 6, 58, 68, 69, 70, 171, 199, e t. IV, pgs. 117; e *Testament*, pg. 20 da 1.<sup>a</sup> ed., Paris, 1884.
- 2) — Sobre MARIE DE RIBBENTROP veja-se o necrológio que dela traçou ÉMILE ANTOINE na *Revue Occidentale*, vol. 40, 1898, pgs. 144 e 145.
- 3) — Vide PIERRE LAFFITTE: “*Quadragésima Nona Circular*”, pg. 11, e ANTÔNIO GOMES D’AZEVEDO SAMPAIO: “*Essai sur l’histoire du Positivisme au Brésil*”, Paris, au *Siège de la Société Positiviste*, sem data, pgs. 11 e 12.
- 4) — Vide CAPISTRANO DE ABREU: *Ensaio e Estudos (Crítica e História)* 1.<sup>a</sup> série, pg. 343, Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1931.
- 5) — Vide o excelente livro de MÁRIO M. MEIRELES: *Panorama da Literatura Maranhense*, pg. 107, S. Luís, Imprensa Oficial, 1953.

## CAPÍTULO SEGUNDO

### PEREIRA BARRETO — UM POSITIVISTA VOLTADO PARA A REALIDADE BRASILEIRA

I) *A Tese e As Três Filosofias. Apreciação de Miguel Lemos.* II) *Pereira Barreto em "A Província de São Paulo". Suas polémicas. Spencer e Darwin.*

#### I

EM 1865, já de volta ao Brasil, Luís Pereira Barreto que, por curiosa coincidência, fizera em Rezende, sua cidade natal, parte dos seus preparatórios no Colégio de Joaquim Pinto Brasil, irmão de Nísia Floresta (1), sustenta, perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, uma tese de feição acentuadamente positivista: "*Teoria das Gastralgias e das nevroses em geral*".

Consagrada à memória de Augusto Comte, reproduzia essa tese numa de suas páginas iniciais, a máxima positivista: "*O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim* (a família, a pátria e a humanidade)" e era dedicada, entre outros, aos positivistas europeus Laffitte, Congreve, Audiffrent, Foucart, Robinet, Balzagette, e aos brasileiros José Pereira Leite e Silva, Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça e Francisco Antônio Brandão Júnior.

Nessa tese, depois de encarecer a necessidade de ser feito, pelo médico, o estudo positivo das faculdades morais e intelectuais do homem, nos moldes apresentados por Augusto Comte, acrescenta Pereira Barreto:

"É urgente que façamos compreender a todos que *viver para outrem e viver às claras* é o mais belo título de glória a que posamos aspirar. É urgente que façamos sentir bem a todos que a cada arte corresponde uma ciência; e que a arte política, incomparavelmente mais difícil do que a arte médica ou a do engenheiro, corresponde imediatamente à filosofia positiva; ora a filosofia positiva abrange tôda a hierarquia enciclopédica, desde a matemática até a moral". (2)

Estabelecendo-se em Jacareí como clínico, aí escreve Pereira Barreto o livro "*As Três Filosofias*" cuja primeira parte, consagrada à *Filosofia Teológica*, foi publicada em 1874, no Rio de Janeiro, com uma carta prefácio aos Senadores Jobim e J. F.

Godoy. A segunda parte, referente à *Filosofia Metafísica*, foi estampada em Jacareí no decorrer de 1876.

Em artigo publicado em "*A Idéia*" de 1.º de maio de 1875, Miguel Lemos assim aprecia essa obra:

"É êste o assunto que o Sr. Dr. Barreto se propõe a desenvolver em seu livro, cuja leitura fizemos com o maior prazer, porque era-nos grato achar no Brasil um eco dessa doutrina consoladora que vem reconstituir as crenças nos espíritos, que já não acham senão vazio e esterilidade nas teologias e metafísicas. (Grifo desta transcrição).

"O autor possui perfeitamente a doutrina que defende, como o prova pelas aplicações que faz continuamente à nossa situação política e intelectual. A questão religiosa, sobretudo, é iluminada como nunca o foi, graças a poderosa arma, o método da filosofia positiva, *O estilo é severo e castigado como convém a obras dêste gênero*. (Grifo desta transcrição).

"Precisamos de vulgarizadores desta nobre filosofia, e, por isto, como correligionários, não podemos deixar de agradecer ao Sr. Dr. Barreto o serviço que acaba de prestar.

"O humilde escritor destas linhas, porém, não cumpriria seu dever se calasse uma censura que lhe está a merecer o ilustrado positivista brasileiro. S. S. repetidas vêzes traduz trechos inteiros de Littré sem citação alguma e sem marcá-los com um dêsses sinais tipográficos convencionais, à disposição do escritor que não quer deixar passar, como sua, a obra alheia". (3)

Foi, de certo, tendo em vista êste reparo de Miguel Lemos em 1875, que Pereira Barreto, ao publicar, no ano seguinte, a segunda parte de *As Três Filosofias*, dedicada ao Conselheiro Nabuco de Araújo, declarou no prefácio:

"Resta-me agradecer desde já a todos aquêles que me fizeram a honra de manifestar, senão a sua adesão expressa, ao menos as suas vivas simpatias pela nossa causa. *Devo recordar-lhes, entretanto, que em todo o decurso do meu trabalho, não avanço uma só idéia que não tenha sido emitida por Comte ou sua escola: só me pertencem as eivas da exposição*". (4)

Diante desta declaração, feita por Pereira Barreto em 1876, a crítica que, em 1900, na 2.ª edição de sua 1.ª *Circular Anual*, faz Miguel Lemos às "*Três Filosofias*", causa espécie, pois aí se refere com grande desdém a êsse trabalho, dizendo que se compunha de "*uma manta de retalhos, escandalosamente pilhados aqui e ali*". (5)

A explicação desta nova atitude se encontra na carreira de Miguel Lemos durante o quartel de século que medeia entre 1875, quando se externou, pela primeira vez, sôbre o livro de Pereira Barreto, e 1900, quando o fêz com tanta severidade.

É que, depois de haver captado, em Paris, a confiança de Pierre Laffitte, foi, em 1881, investido na chefia dos positivistas brasileiros que reconheciam a direção daquele discípulo francês de Comte. Rompendo, porém, com Laffitte, em 1883, tornou-se Miguel Lemos — na observação de Carlos de Laet — uma espécie de “anti-papa” para os que agremiara em torno da “sua” Igreja no Brasil.

Ora, Pereira Barreto, além de inteligência vasta e arejada, era positivista mais velho que Miguel Lemos, na idade e na adesão à doutrina, e jamais lhe reconheceu a direção.

Pretendia agir por conta própria, fazendo do Positivismo mais “um método” do que uma “dourina”, como salienta o Professor Cruz Costa (6), conceito que Roque Spencer Maciel de Barros confirma dizendo que o Positivismo de Pereira Barreto era “não um sistema estanque, mas um método dinâmico, pronto a acompanhar as conquistas do espírito e permanentemente a refazer uma síntese grandiosa inspirada no *Cours de Philosophie Positive*. Um Positivismo comprometido mais com o futuro do que com o passado; mais com o espírito do que com a letra da construção de Augusto Comte”. (7)

Sobre o valor intrínseco de “*As Três Filosofias*” assim se manifesta o Professor João Cruz Costa:

“Miguel Lemos, no seu ardor apostólico, disse que “*As Três Filosofias*” eram “uma manta de retalhos, escandalosamente plagiados”. Como sempre acontece àqueles que se fanatizam por uma teoria ou uma idéia, Miguel Lemos cometeu uma injustiça com o iniciador do positivismo no Brasil. O segundo volume das “*Três Filosofias*” revela, ao contrário, uma excelente erudição, uma informação moderníssima e uma exposição muito clara do pensamento filosófico. Já nessa obra é fácil notar que o positivismo não se apresentava para Pereira Barreto tão exclusivo como na primeira parte das “*Três Filosofias*”. Littré é ainda o autor preferido, mas, a seu lado, Pereira Barreto estuda Locke, Berkeley, Kant e Hartmann. Dos velhos livros brasileiros que tratam de problemas filosóficos, os de Pereira Barreto são ainda daqueles que ainda hoje se lêem com proveito e prazer. Percebe-se que o seu autor procurou assimilar as doutrinas, que sabe expô-las e criticá-las, num estilo agradável e simples, em que não há o pedantismo tão freqüente em outros *filosofantes* nacionais que lhe são posteriores”. (8)

A princípio, como não podia deixar de ocorrer na então patriarcal província, os dois volumes de “*As Três Filosofias*”, publicados, como vimos, respectivamente em 1874 e 1876, não encontraram repercussão. Mas, desenvolvendo Pereira Barreto grande atividade na imprensa paulista e tornando-se médico de imensa fama, a sua obra passou a ser lida com avidez, influenciando fundamentalmente, no dizer do Ministro Edmundo Lins, na formação intelec-

tual da mocidade que freqüentou a Faculdade de Direito de São Paulo, entre 1880 e 1890.

Dessa mocidade merecem ser destacados, como imbuídos, em graus diversos, de Positivismo, *Júlio de Castilhos, Borges de Meireiros, Vitorino Monteiro, Silva Jardim, Lúcio de Mendonça, Argemiro Galvão, Lacerda Werneck, Alberto Salles, Pedro Lessa, João Pinheiro, Francisco Barcelos Correia, Antônio Luís dos Santos Werneck, Galeão Carvalhal, Rivadávia Correia, Almeida Nogueira, Leopoldo de Bulhões, Carvalho de Mendonça, Homero Baptista, Moniz Freire, Carvalho Brito, Alberto Souza e Vicente de Carvalho*, entre muitos outros, dos quais trataremos em diferentes capítulos.

## II

Eis como, em 31 de maio de 1876, a "*Província de São Paulo*", então dirigida por Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, alude a Pereira Barreto em notícia sob o título "*Hóspede Ilustre*":

"Tivemos ontem o prazer de conhecer pessoalmente o autor das "*Três Filosofias*", o Dr. Luís Pereira Barreto, médico residente em Jacareí e atualmente de passeio nesta cidade. O Dr. Luís Pereira Barreto é uma reputação científica que começou a formar-se na Bélgica, onde sua inteligência alcançou esplêndidos triunfos e rodeou seu nome de estima e admiração dos contemporâneos acadêmicos. Os primeiros louros êle conquistou-os em terra estrangeira e em lides literárias e científicas: **distinguiu-se muito como fervoroso adepto da escola positivista.**

"Uma vez de volta ao seu país, cheio de animação e ciência, teve a nobre ousadia de escrever um livro, onde tratou questões que exigem desprendimento completo de todos os preconceitos sociais, científicos e religiosos, para serem estudadas com proveito.

"Aconteceu-lhe o que há acontecido a muitos escritores eminentes que se põem muito adiante da sociedade de seu tempo: não teve leitores. Entretanto, o seu livro "*As Três Filosofias*" revela a agudeza do espírito observador e esclarecido do seu jovem autor.

"Se o silêncio calculado que se formou em tórno dessa obra filosófica entristeceu o talento robusto do escritor, não conseguiu, todavia, abafar-lhe a convicção ou enfraquecê-la.

"O ilustre sectário da Escola Positivista há de forçosamente merecer o respeito e a admiração de seus conterrâneos.

"Eis, em largos traços, o que é e o que vale o distinto môço que exerce a medicina em Jacareí"... (9)

Esta nota provocou uma carta de A. Bittencourt aos diretores de "*A Província de São Paulo*", saída no mesmo jornal em

3 de junho de 1876. Dizia o missivista que, tendo lido a notícia sobre Pereira Barreto, se apressava em fazer-lhe o elogio. E acrescentava:

“Residente em Jacareí, poucos o conhecem fora daquela pequena árca, e dos que o conhecem bem poucos sabem quanto êle é erudito e trabalhador. Fazem-lhe justiça quando o vêem, tranqüilo e poderoso, à cabeceira dos enfermos, reconhecendo-lhe então os foros de consciencioso e abalizado médico. Todos o querem de preferência quando a vida cara e preciosa de um ente parece condenada irremediavelmente a desaparecer nos abismos torvos da morte. Adoram-no em tais momentos, porque na expressão inteligente e vigorosa de seu rosto, lêem-se o sucesso glorioso da ciência e a esperança de mais uma salvação”. (10)

O prestígio rapidamente alcançado por Pereira Barreto como clínico e cirurgião é também atestado por *José Jacinto Ribeiro* em sua *“Cronologia Paulista ou relação histórica dos fatos mais importantes ocorridos em São Paulo desde a chegada de Martim Afonso de Souza a São Vicente até 1898”*. Aí, depois de transcrever, no primeiro volume, um artigo do Dr. Augusto César de Miranda Azevedo, publicado em 1898, na *Revista do Brasil*, sobre Pereira Barreto, assinala que êste último, logo depois de 1865, fixou *“residência em Jacareí, onde conquistou merecida reputação de médico e cirurgião habilíssimo. A fama espalhou seu nome, estabelecendo-se para ali uma romaria de doentes em procura do illustre clínico que sempre os aliviava e muitas vêzes os curava radicalmente”*.

Foi essa fama que levou a direção da *Província de São Paulo*, então órgão do partido republicano, a convidar Pereira Barreto para nela colaborar, o que ocorreu a partir de dezembro de 1876 com uma série de artigos sobre a *Terra Roxa*.

Desde então desenvolveu Pereira Barreto intensa atividade jornalística, defendendo teses positivistas pela imprensa de São Paulo, quer através de artigos, quer através de famosas polêmicas.

Era São Paulo nessa época uma cidade de perto de quarenta mil habitantes, sem divertimentos nem maiores atrativos, de sorte que as atenções dos estudantes e da parte culta da população convergiam para os artigos doutrinários publicados em jornais, deleitando-se especialmente com as polêmicas que, por isto mesmo, eram extremamente freqüentes, pois os contendores, apresentavam-se por êsse tempo, perante o público leitor, como hoje, perante as grandes massas, os pugilistas. Estabelecida uma polêmica, imediatamente formavam-se dois grupos de partidários dos campeões, tal qual hoje em dia os “torcedores”.

Os articulistas davam-se conta de sua importância e tudo faziam para manter acesa a atenção do público, só deixando a arena depois de completamente destroçado o adversário.

Talvez ninguém, no Brasil, se tenha empenhado em tantas justas dêsse gênero quanto Pereira Barreto, porquanto, como nota o Professor Roque Spencer Maciel de Barros, êle chegava "mesmo a atribuir-se o papel de vulgarizador das ciências e da filosofia, isto é, de "Apóstolo", junto à massa, das doutrinas verdadeiras. Leia-se, por exemplo, esta passagem, dirigida ao Dr. Monat, no curso de uma polêmica: "O meu colega parece não ter compreendido ainda o dever que nos ocorre, quando aparecemos em público pelas colunas de uma folha política, de despirmos a pesada roupagem da ciência concreta para darmos ao nosso estilo o tom atraente ou o colorido mais elegante da literatura. O meu colega escreve na *Gazeta Liberal* absolutamente como escreveria na *Revista de Medicina* ou na *Gazeta Médica*, da Bahia, sem se preocupar um instante com a maneira por que a grande massa dos leitores suportará a carga dos detalhes. Outra é minha tarefa, só visto à vulgarização das últimas concepções da arte". (Grifos desta transcrição). (11)

Em seus artigos e polêmicas Pereira Barreto tratava de tudo, desde a terra roxa e problemas ligados à agronomia, como a cultura da uva e do café, até a pecuária e as mais complexas questões científicas, médicas, didáticas, políticas, filosóficas, morais, históricas e sociológicas. Entre 1876 e 1922, publicou mais de três centenas de artigos que estão arrolados na tese, tantas vezes aqui citada, do Professor Roque Spencer Maciel de Barros, o melhor trabalho até hoje feito sobre o sábio fluminense.

Basta mencionar alguns dos contendores de Pereira Barreto para se ter uma idéia do seu prestígio intelectual e da importância das polêmicas que travou, desde o último quartel do século XIX até as primeiras décadas do atual.

Em 1878 enfrenta *José Bonifácio, o Mõço*.

Professor de enorme nomeada na Faculdade de Direito, antigo Ministro de Estado, tido como um dos homens mais inteligentes do seu tempo, orador e poeta grandemente apreciado por Joaquim Serra, Ruy Barbosa, Machado de Assis, Joaquim Nabuco e demais contemporâneos, era o Conselheiro José Bonifácio um ídolo da juventude da época, quando, em 24 de julho de 1878, através da "*Tribuna Liberal*", condenou a Filosofia de Augusto Comte.

Pela "*Província de São Paulo*", de 26 de julho de 1878, respondeu-lhe Pereira Barreto nos seguintes termos:

"Nestes últimos dois meses o sr. Conselheiro José Bonifácio tem-se ocupado repetidas vezes com o meu nome, ferindo-o ora de envolta com a filosofia positiva, ora de envolta com o partido republicano. Tenho guardado até aqui o mais refletido silêncio. Repugnava-me entrar em luta com um homem de idade mais que madura, que tem por si o prestígio de um nome histórico, que é geralmente considerado como um tipo de sisudez e probidade,

e cujo valor intelectual conta um grande número de admiradores. Por outro lado, não me repugnava menos aceitar o terreno que o Sr. Conselheiro escolheu para seu teatro de hostilidade. Nesse terreno, é notável a tendência do Sr. Conselheiro a preferir, como ponto de mira, as pessoas aos princípios. Ora, a filosofia em que fui educado, e que o Sr. Conselheiro combate, prescreve que não discutamos pessoas, mas tão somente princípios". (12)

Põe em dúvida Pereira Barreto tenha José Bonifácio lido Comte, e, definindo a sua geração perante a do Conselheiro, escreve:

"Vossa Excelência tem vivido nas nuvens, tem aderido a elas, e tem-se descuidado dos negócios da terra. A sua geração foi toda de literatura e imaginação, a nossa é toda de ciência e de razão. Outros tempos, outros temperamentos". (13)

Esta primeira refrega de Pereira Barreto arrastou-se através de dez artigos.

Menos de dois anos mais tarde trava outra polêmica, desta vez com o pastor norte-americano G. Nash Morton, diretor de conceituado colégio protestante em Campinas.

Os artigos dessa polêmica, que se prolongou de fevereiro a abril de 1880, foram reunidos no volume *Teologismo e Positivismo*.

Provocou-a, em 7 de fevereiro de 1880, um escrito de José Leão em "*A Província de São Paulo*", intitulado "*Do Espírito Positivo*", no qual apreciava a tradução do "*Discurso Sobre o Espírito Positivo*" de Augusto Comte, feita pelo Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça e publicada naquele ano por Abílio Marques.

Preocupado com "*as doutrinas errôneas e maléficas de Comte, anunciadas como um novo Evangelho*", Morton, estampa, sob o título *Positivismo*, em 15 de fevereiro, no mesmo jornal, um artigo que era um grito de alarma.

Responderam-lhe, então, primeiro Américo de Campos em 14 e 22 do mesmo mês sob o título "*A Propósito do Positivismo*", e, depois, Pereira Barreto que tomou à sua conta a contenda em artigos saídos em 15, 17 e 18 de fevereiro, 12, 13, 14, 24, 25, 30 e 31 de março e 1.º de abril de 1880. (14)

Esta polêmica revela como Pereira Barreto, apesar de sua absorvente clínica, acompanhava o movimento intelectual do seu tempo.

Vejamos como se refere às críticas de Spencer ao Positivismo:

"O bom velho Herbert Spencer tem passado toda a sua vida ralado e moído sob o pesadelo do monumento filosófico de Comte, tentando esforços de gigante para fazer *obra nova*, sem jamais conseguir romper o círculo de ferro traçado por Augusto Comte, redundando todos os seus esforços em meros comentários, em simples paráfrases do que escreveu Comte, e acabando afinal por ir esbarrar nessa desventurada tentativa de ataques contra a classificação das ciências de Comte, classificação que é precisamente a

mais sublimada condensação da doutrina da evolução — êle, Herbert Spencer, o sectário apaixonado do darwinismo, o mais audaz campeão da doutrina da evolução!..." (15)

Eis, agora, como estava ao corrente do que se passava no mundo científico:

"No último congresso de naturalistas alemães, tendo Haeckel exigido o ensino obrigatório do darwinismo nas escolas do estado, Virchow, o ilustre professor de anatomia patológica da Universidade de Berlim, levantou-se enérgicamente contra tão imprudente pretensão, filha unicamente da impaciência científica, e, em magnífico improviso, mostrou o perigo que corria o prestígio da ciência, quando se ensina, em seu nome, como verdade demonstrada, aquilo que por enquanto não passa de simples hipótese científica, e pediu aos darwinistas mais calma e mais reserva filosófica.

"Em outros termos, Virchow aconselhou o que *aconselha Comte*, manteve-se no ponto de vista em que se mantém a filosofia positiva, obrou como perfeito positivista, com toda calma, com todo critério, com todo sangue frio.

"Mas, Virchow, censurando a Haeckel, censurou do mesmo golpe Huxley e a Herbert Spencer, a êste último com especialidade, que, não tendo a necessária paciência para esperar a última palavra da ciência neste momentoso debate, se apressou, para fazer *obrunova* e deixar o Positivismo por detrás das costas, como diz pitorescamente o nosso bom Sílvio Romero, em construir as suas teorias sociais sôbre as bases hipotéticas do darwinismo, ligando assim a sorte do seu sistema à sorte de uma doutrina que ainda pode naufragar.

"Por consequência, se é que a lógica não significa subversão das leis do entendimento, quando o Sr. Morton diz que o seu homem do peito é Virchow, diz enfaticamente que a filosofia de Comte é a filosofia do seu peito!...

"E, se esta não é a irrecusável e única conclusão lógica, que o espírito mais desprevenido deve tirar da citação de Virchow, da atitude que lhe deu o Sr. Morton em frente a Huxley e Herbert Spencer, então devemos concluir que a lógica do Sr. Morton anda com a cabeça em terra e os pés para os céus"!...

Referindo-se assim, no debate com Morton, às doutrinas de Darwin, foi Pereira Barreto arrastado a outra contenda, para a qual foi provocado por *Um Darwinista* em artigo intitulado *O Darwinismo e o Sr. Dr. Barreto*, levando êste último a uma série de quatro artigos, publicados em 15, 16 17 e 22 de abril de 1880 sob o título *O Darwinista — Uma resposta*. (16)

Aconteceu assim freqüentemente com as polêmicas de Pereira Barreto — uma desencadeava muitas outras, tal o sabor que sabia imprimir-lhes e a enorme curiosidade que havia em tôrno de suas opiniões como prócer positivista.

Já na segunda parte de *As Três Filosofias*, consagrada à *Filosofia Metafísica* e publicada em 1876, revelara Pereira Barreto conhecimento da obra de Darwin, vendo nela “*uma hipótese científica perfeitamente legítima*”, que apenas se compromete quando “*ultrapassa os limites da investigação natural e procura a causa primária da vida*”. (17)

#### NOTAS DO SEGUNDO CAPÍTULO DA SEGUNDA PARTE

- 1) — Vide ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS: “*A Evolução do Pensamento de Pereira Barreto e seu significado pedagógico*”, pg. 24, São Paulo, 1955.
- 2) — LUÍS PEREIRA BARRETO: “*Teoria das Gastralgias e das Nevroses em geral*”, tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no dia 18 de julho de 1865, pg. 64, Rio de Janeiro, Tipografia Paula Brito, 1865.
- 3) — MIGUEL LEMOS: “*Pequenos Ensaio Positivistas*”, pgs. 59 e 60, Rio, Brown e Evaristo, Editôres, 1877.
- 4) — LUÍS PEREIRA BARRETO: “*As Três Filosofias — segunda parte — Filosofia Metafísica*”, Jacareí, Tipografia Comercial, 1876.
- 5) — MIGUEL LEMOS: “*Primeira Circular Anual*”, pg. 15 da 2.<sup>a</sup> ed., Rio, 1900.
- 6) — Vide JOÃO CRUZ COSTA: “*Contribuição à História das Idéias no Brasil*”, pg. 158, Rio, Livraria José Olympio Editôra, 1956.
- 7) — ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 106.
- 8) — JOÃO CRUZ COSTA, *op. cit.*, pgs. 159-160.
- 9) — *Apud* ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 75 e 76, notas 46 e 48.
- 10) — *Ibidem*, nota 47.
- 11) — *Ibidem*, pg. 19, nota 8.
- 12) — *Apud* ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 88.
- 13) — *Ibidem*, pg. 87.
- 14) — *Ibidem*, pgs. 99 e 100.
- 15) — LUÍS PEREIRA BARRETO: “*Positivismo e Teologia*”, pg. 29, São Paulo, Livraria Popular de Abílio Marques, 1880.
- 16) — Vide ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 103.
- 17) — Vide LUÍS PEREIRA BARRETO: “*As Três Filosofias — segunda parte: Filosofia Metafísica*”, pgs. 49 e 50, nota 1, Jacareí, 1876.

## CAPITULO TERCEIRO

### O POSITIVISMO DE PEREIRA BARRETO

I) *O Positivismo de Pereira Barreto.* II) *A teoria pasteuriana e a questão da vacina.* III) *Pereira Barreto e a febre amarela.* IV) *Pereira Barreto e a realidade nacional: a viticultura e o café; a Companhia Antártica.*

#### I

EMBORA, em "*As Três Filosofias*", considerasse Pereira Barreto o Positivismo "a única religião possível do futuro, cujos instrumentos de disciplina e de concurso são a ciência e a filosofia", "estendendo o espírito positivo às questões sociais e assentando a política sôbre a marcha da história, fundando, assim, o *dogma inabalável da verdadeira fé e instituindo a nova religião da Humanidade*, cujos artigos discutíveis e acessíveis são a Matemática, a Astronomia, a Física, a Química, a Biologia, a Sociologia e a Moral" (1), nem por isto deixava de acompanhar o movimento intelectual em todos os setores: científico, filosófico, histórico, literário, etc.

"Espírito curioso, estudioso e equilibrado — como dêle dizia o Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho — tinha necessidade de dilatar os limites de suas cogitações além dos marcos fixados no dia da morte de Comte". (2)

Antes mesmo de 1877 — assinala Roque Spencer Maciel de Barros — fôra Pereira Barreto "obrigado a reformar suas teses anti-especifistas no domínio médico em virtude do conhecimento dos trabalhos de Pasteur, aos quais viria somar-se, em 1878, o domínio da técnica cirúrgica de Lister. Ao invés, porém, de substituir, pura e simplesmente, o comtismo pelas novas doutrinas, procurou conciliá-las com o pensamento do mestre, nelas vendo um progresso do próprio espírito positivo. É claro que não mais poderia sustentar a natureza exclusivamente social da maioria das nossas moléstias: conservaria, entretanto, como em todos os outros domínios, a lei dos três estados como a lei suprema que rege a história da medicina". (3)

Em artigo publicado em 2 de março de 1884, na *Província de São Paulo*, sob o título *Clóvis Bevilacqua*, ao comentar o livro dêste último: "*A Filosofia Positiva no Brasil*", Argemiro Galvão dizia a propósito de Pereira Barreto:

"O Dr. Barreto é ortodoxo, mas ortodoxo como poderá ser George Lewes; não segue *pari passu* os moços do *Centro* da Côrte: sabe prestar a devida homenagem a Darwin, a Haeckel e mesmo aos pessimistas modernos; é êste o seu maior elogio". (4)

Desprendeu-se, de fato, Pereira Barreto do "*comtismo puro*" para transformar-se, como bem observou o Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, "*em positivista, na accepção real da palavra, ao qual qualquer cogitação científica é permitida*". (5)

Com Pereira Barreto estavam de acôrdo muitos outros positivistas brasileiros que viam em Comte um filósofo da estirpe de Aristóteles e Descartes, devendo ser aproveitado no que trouxe de realmente científico para o patrimônio intelectual da espécie, e corrigido ou completado, quando necessário. Baseando-se o Positivismo no conjunto das ciências, sofrerá, naturalmente, as alterações que nelas se verificarem. Êste ponto de vista corresponde, aliás, exatamente, ao pensamento de Comte que asseverava ser o Positivismo superior a qualquer de seus órgãos, inclusive a êle próprio, seu fundador.

Há, portanto, na obra de Augusto Comte, uma parte episódica, precível, decorrente ora de doutrinas imaturas na sua época, ora de pontos de vista meramente pessoais, constituindo o que se pode denominar o *comtismo*. Ao lado dêste, porém, encontra-se na expressão de Gabriel Tarde, "*uma admirável catedral de idéias*" que apresenta interêsse permanente, por consistir na coordenação dos conhecimentos passados, presentes e futuros através do método positivo, aplicado inclusive às investigações sociais e morais, formando o que se chama pròpriamente o Positivismo, caracterizado pelo afastamento das entidades e pela consideração exclusiva dos fatos experimentalmente verificados e das leis dêles decorrentes.

O Positivismo é, na verdade, antes de mais nada, um método ou uma atitude do espírito, formando uma vasta corrente de pensamento, de que Augusto Comte "é um representante muito eminente e muito original, mas que o precede, o ultrapassa largamente e lhe sobrevive, corrente cuja origem é preciso fazer remontar até à Renascença, e que necessariamente devia engendrar a imensa e rápida expansão da ciência moderna", conforme salienta Edmond Goblot, professor de *História da Filosofia e das Ciências* na Universidade de Lião. (6)

Aquilo, pois, que, na construção de Comte, decorre exclusivamente do seu temperamento e das condições emotivas e econômicas em que se viu envolvido, e, bem assim, do deficiente desenvolvimento científico alcançado em seu tempo, é *comtismo*, mas não *Positivismo*, muito embora haja êste recebido dêle a sua mais completa sistematização na época.

## II

Assim como Pereira Barreto, os discípulos diretos de Augusto Comte — Drs. Audiffrent e Sémérie, desde os primeiros instantes, adotaram a teoria pasteuriana, publicando o segundo, em 1883, um notável opúsculo — *La Conquête du Microbe*. Aí expunha Sémérie as imensas perspectivas que se abriam à medicina com a assepsia e as vacinas. Também Pereira Barreto, desde antes de 1878, se assenhoreou dos trabalhos de Pasteur e de Lister, aplicando-os em sua clínica (?), e, daí, sem dúvida, as grandes e espetaculares vitórias que alcançou, tornando-se, em determinado momento, o médico de maior prestígio e fama de São Paulo.

Eis como, em artigo de 8 de junho de 1884, publicado na "*Provincia de São Paulo*", sôbre "*A Cirurgia e a Medicina Legal — Cartas ao Conselheiro José Bonifácio*", se externava Pereira Barreto a respeito das descobertas de Pasteur:

"Os meus colegas não se comovem perante a significação dêste gigantesco resultado [os benefícios da doutrina microbiana] e continuam a não compreender o alcance científico e filosófico do poderoso método com que Pasteur dotou a medicina.

"Quando mesmo a doutrina tivesse permanecido até aqui estéril em resultados práticos, era bastante que o seu método se conservasse para que Pasteur merecesse as bênçãos da mais longínqua posteridade. Em biologia, mais do que em qualquer outra ciência, mas em biologia prática sobretudo, o método é a alavanca suprema. E, se Descartes e Bacon inspiram-nos a mais viva admiração, não tanto pelos resultados efetivos de suas pesquisas pessoais, como pelo alcance remoto do método geral que acompanha as ciências de observação, de quanta gratidão não devemos nos sentir possuídos diante de uma obra, que não só surpreende o presente com seus maravilhosos resultados, como ainda promete maiores benefícios para as gerações vindouras?"

Já em artigo de 26 de fevereiro de 1884, da mesma série que acabo de citar, escrevera Pereira Barreto:

"Esta vista clara das coisas, esta intuição penetrante da causalidade dos fenômenos não seriam possíveis sem a enérgica influência da doutrina dos micróbios lançada por Pasteur e imposta de autoridade pela escola de Lister. É a medicina explicada pela cirurgia; é o espírito positivo substituindo o espírito metafísico; é a razão experimental rechassando a razão subjetiva".

Vê-se, por aqui, que o Positivismo não é responsável pelas opiniões individuais de alguns de seus adeptos brasileiros, acêrca da teoria microbiana, da assepsia, da vacina, etc., pois, inclusive, quanto à vacina, tanto a apreciava Comte que cogitou incluir o nome de Jenner no Calendário Positivista.

Não se pode, pois, dizer, como o faz o eminente Professor Cruz Costa em seu livro *O Positivismo na República*, que “os positivistas, fiéis aos ensinamentos de Augusto Comte, também negavam a vacina”... (8)

Há, nesta questão, dois aspectos que devem ser nitidamente separados — o do mérito profilático da vacina (que nada tem a ver com o Positivismo, tanto que discípulos diretos de Comte, ortodoxos como os que mais o tenham sido, o aceitavam sem reservas) e o da sua obrigatoriedade.

Contra a vacina e sua imposição legal levantaram-se também elementos inteiramente estranhos ao Positivismo.

Se Teixeira Mendes, Bagueira Leal e os seus adeptos contestavam, além da obrigatoriedade, o próprio mérito da vacina, julgando-a incompatível com os princípios médicos de Comte, faziam-no por questão de interpretação pessoal, como frisou o Dr. Nilo Cairo (9), porquanto foi assunto sobre o qual não se externou o fundador do Positivismo. Não eram, entretanto, Teixeira Mendes e Bagueira Leal acompanhados por Pereira Barreto e outros discípulos diretos de Comte, como os Drs. Audiffrent e Sémérie.

Mas, o que não tem sido dito, não eram só os positivistas ligados ao Apostolado os que salientavam os perigos da vacina. Entre nós, incluem-se entre os seus opositores nada menos do que Rui Barbosa, Joaquim Murinho e Barata Ribeiro, êste último pediatra de fama, além de catedrático de ortopedia da Escola de Medicina. Será, porém, tal assunto mais detidamente examinado a propósito do Apostolado Positivista do Brasil.

### III

Contrariamente à alegação de Sérgio Buarque de Holanda que acusa os positivistas de um “*secreto horror à realidade nacional*” (10), Pereira Barreto sempre a teve presente em tôdas as suas cogitações e empreendimentos.

É o que, com justiça, ressalta o Professor Cruz Costa:

“Pereira Barreto, embora estudasse na Europa (e talvez por isto mesmo), não ficou prêso aos encantos do *transoceanismo* que enfeitaram tantos dos nossos filosofantes, críticos e literatos. Ao contrário, a sua constante preocupação foi sempre o Brasil...

.....  
 “Já estamos fartos de diplomas, e o que precisamos hoje, é menos ouropel na frase e mais positividade de método na doutrina”, — escrevia êle em 1874.

“A primeira obra de divulgação da doutrina positivista, livro que inaugura a tendência positivista no Brasil, vem marcada, assim, por um anseio de reforma prática, eficaz, ativa, que não existe nos demais *filosofantes brasileiros*, todos êles simples repetidores de *doutrinas puras*, sem aplicação à vida nacional, meros adornos de

pessoas que se *divertiam* com o complicado jôgo das idéias filosóficas". (11)

Assim é que, na questão do elemento servil, condenou a abolição pura e simples, preconizando, como seu amigo e correligionário Brandão Júnior, a passagem gradativa e preparatória dos escravos a colonos livres fixados à terra, aplicando ao Brasil as teorias da dinâmica social de Comte que teriam evitado o repentino abandono das fazendas e a precipitada formação das favelas nos grandes centros urbanos.

Na questão da febre amarela, figura Barreto como pioneiro integrando a Comissão Lacerda, que, em 1887, estêve em Campinas, tentando combater o terrível mal.

Desde êsse tempo estabelecera estreita relação entre o extermínio da febre amarela e o incremento da imigração, como evidencia em artigo publicado na "*Província de São Paulo*".

Sempre preocupado com o estabelecimento de correntes imigratórias para o Brasil, salientava, em 17 de julho de 1900, em "*O Estado de São Paulo*":

"Reinando no espírito dos homens de ciência que a febre amarela é uma questão de clima, cumpre-nos desfazer essa crença e mostrar que o terrível morbo se reduz a uma simples questão de água".

Eis, no seu próprio depoimento, a clarividência com que se antecipou a Finley quanto ao papel do mosquito na transmissão da febre amarela:

"Tendo irrompido em Tietê uma violenta epidemia — isto durante o período em que Rodrigues Alves era Presidente do Estado — combinei com alguns colegas de lá, especialmente com o modesto Dr. Correia, pequeno programa no modo de executar as observações.

"Tôdas as nossas observações anteriores apontavam para o laço irrefragável, que prende a febre amarela à água estagnada dos poços.

"Era preciso verificar de modo indiscutível se, sim ou não, podiam contrair a moléstia indivíduos que só bebiam água do poço depois de bem fervida. Das observações feitas ficou verificado, fora de toda dúvida possível, que não é a água de bebida que transmite a febre. Permanecia de pé, inabalável, o fato da ligação da água do poço com a etiologia da febre. Como resolver o enigma? Que podia haver dentro do poço, além da água?!

"Era geral e estridente a queixa da população contra as nuvens de mosquitos, que tôdas as tardes se despejavam dos poços.

"A lógica mais elementar impunha uma única conclusão: não podiam ser senão êles os transmissores do medonho flagelo!...

"Nesse tempo eu ainda não conhecia a opinião de Finley, emitida em um pequeno jornal médico de Havana; nem tampouco

tinha conhecimento da comunicação de Ronald Ross, anunciando, dois meses antes, a descoberta do mecanismo da transmissão da malária pelo anófele.

“Depois de ter maduramente refletido, não hesitei em apresentar à nossa Sociedade de Medicina e Cirurgia as minhas reflexões, conduzindo firmemente à conclusão: é o mosquito o transmissor indubitável da febre amarela.

“No dia seguinte *“O Estado de São Paulo”* deu na íntegra a minha conferência, feita na Sociedade de Medicina e Cirurgia. O Dr. Rodrigues Alves, então presidente do Estado, leu-a de manhã cedo, tomou imediatamente a pena e dirigiu-me uma amável cartinha, felicitando-me calorosamente pelas idéias que avengei. Essas espontâneas felicitações significavam, sem dúvida, que o seu ilustre autor partilhava as minhas convicções.

“Ora, isto se passava cinco meses antes das estrepitosas experiências feitas pela comissão norte-americana, em Havana, para verificar a hipótese de Finley”. (12)

#### IV

Outra cruzada que comprova o senso realístico de Pereira Barreto é a da viticultura nacional. Referindo-se ao assunto dizia em 1915, em artigo saído em *O Estado de São Paulo*, o Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho:

“Genialmente Pereira Barreto percebeu que um problema de climatologia se reduzia a uma simples questão de desinfecção. Do mesmo modo que se evita erisipela da pele, se poderia evitar a ferugem da vinha: eram êsses males resultados de parasitas vegetais”. (13)

No escrito — *“A propósito da febre amarela”*, publicado em *O Estado de São Paulo* de 18 de março de 1897, assim evocava Pereira Barreto os seus trabalhos no domínio da viticultura:

“Os autores os mais clássicos afirmavam que a cultura da *Vitis Vinifera* só era possível entre os paralelos 36 e 52 e o culto fetichista da climatologia reinante não admitia um grau mais nem menos. Eram verdadeiramente bárbaras as noções de clima que tinham curso na ciência.

“A capital de São Paulo está situada a 23º e meio e alguns minutos. Portanto, segundo a inclemente doutrina dominante só um visionário ou franco imbecil poderia transgredir os sacramentais preceitos e tentar a obtenção de uvas de luxo em nossa zona.

“Mas Comte, baseado em De Blainville, havia preparado o meu espírito para a revolta contra tôda opinião não formada em fatos experimentais; e, baseando-me, por minha vez, em Pasteur, ousei tentar a aventura, bem certo de que nesse tentamen se envolvia o futuro da imigração espontânea para o nosso país.

“Os meus primeiros passos só provocaram a incredulidade; mas, afinal, à incredulidade sucedeu o entusiasmo, e, hoje, os próprios autores que sorriam de minhas tentativas, são os primeiros a bater calorosas palmas. Tudo consegui pondo de lado a opinião dos autores e procurando substituir uma noção de climatologia por uma elementar noção de higiene. A nossa viticultura, hoje, é superior à da Europa. A higiene suprimiu os climas”.

Sendo médico, supôs Pereira Barreto que a sua bagagem de conhecimentos fisiológicos fôsse suficiente para orientá-lo em seu empreendimento. À vista, porém, dos tropeços que encontrou, procurou a ajuda de um técnico vitícola e dirigiu-se nos seguintes têrmos a Victor Pulliat, famoso ampelógrafo francês, diretor da Escola de Agronomia de Lião:

“Para que uma moléstia se produza três fatôres principais são indispensáveis: um germe, um meio adequado e condições favoráveis. Se faltar qualquer dêsses fatôres a moléstia é impossível. O determinismo científico não admite outra solução. O clima de São Paulo, bastante chuvoso durante o verão, oferece sem dúvida condições mais favoráveis à evolução dos germes patogênicos. Mas, se conseguirmos prevenir ou suprimir êsses germes, antes dêles terem tido tempo suficiente para se assenhorearem do campo, o calor e a umidade não poderão ser senão benéficos para os frutos da vinha. Por tôda parte, o calor e a umidade são os mais enérgicos estimulantes de tôda vegetação. O nosso problema vitícola, por conseguinte, consiste exclusivamente em acharmos o meio de evitar os micróbios causadores das várias moléstias das vinhas. É uma questão de tempo, de paciência, de bem conduzidas pesquisas científicas. E é nesse sentido que reclamo os vossos conselhos, pedindo-vos especialmente o obsêquio de indicar-me quais as variedades de vinha que conheceis como mais notáveis pela rusticidade e pelo maior grau de resistência à umidade.” Anos mais tarde, referindo-se a êste episódio, dizia Pereira Barreto que “quem não era cirurgião não podia evidentemente, naquela época, compreender a racionalidade do plano de tratamento que eu me propunha adotar para as nossas videiras. Passei por lunático simplesmente porque os progressos da arte, que me era familiar, foram bruscos e rápidos demais e assim me colocaram muito adiante das noções empíricas de meu tempo.” (14)

E, de fato, conforme comenta Roque Spencer Maciel de Barros, “Pulliat que não era cirurgião e não conhecia ainda as doutrinas de Pasteur, foi tomado de espanto diante da carta de Barreto, passando quatro dias a lê-la e relê-la, sem saber se ela procedia de um lunático ou de um homem extraordinariamente inteligente. Enfim, já que a carta não continha nenhum absurdo, apesar de suas opiniões insólitas no domínio da ampelografia, resolveu au-

xiliar Barreto e escreveu-lhe em tom amável, não sem certo cepticismo. Lança-se então Barreto à empresa, em contato permanente com Pulliat, e, depois, com Plauchon, na França, Burnevich e Pinsert, na Bélgica. Apesar das lutas e dificuldades, particularmente devidas à convenção de Berna, "pela qual todos os países vinhateiros da Europa se obrigaram a não permitir a saída de cepas de qualquer espécie fora de suas fronteiras", os primeiros triunfos não demorariam. Quatro anos depois de sua primeira carta a Pulliat, Barreto enviava-lhe extenso relatório sobre suas atividades vitoriosas, e, um ano após, mandava-lhe belos exemplares de uvas européias nascidas no Brasil. Entusiasticamente Pulliat lamentava apenas que o Brasil não tivesse uma dúzia de homens como Pereira Barreto" . . . (15)

Tal o prestígio angariado por Pereira Barreto em assuntos de viticultura que, durante vários anos, colaborou em publicações agrícolas da França, recebendo de todos os lados pedidos de conselhos e indicações acerca de vinhedos vítimas de secular rotina. Charles Naudin condensava, para o Ministério da Agricultura de França, as observações do cientista brasileiro, e quando este, em consequência de seus empreendimentos no campo da viticultura, perdeu sua fortuna, Naudin e outros solicitaram ao governo francês uma subvenção a seu favor, havendo Hanotaux, então Ministro do Exterior, pôsto à sua disposição, para suas pesquisas, jardins e pomares experimentais de França, em reconhecimento dos serviços por êle prestados à viticultura francesa. (16)

Em "*Nós, as abelhas*" Martins Fontes assim se refere às vitórias vitícolas de Pereira Barreto:

"[Em 1897], durante a fase da viticultura de Pirituba, houve em São Paulo uma grande exposição de uvas, colhidas ali, na chácara do notável sonhador Luís Pereira Barreto, que nesta conquista enterrara duas fortunas enormes. Patrocinava o certamen a veneranda paulista Dona Veridiana Prado. Tornou-se a exposição uma festa elegante e mundana, e, no último dia, os lindos cachos foram a leilão, em benefício da Santa Casa, tendo todos alcançado preços altíssimos, de contos de réis. O divino Olavo Bilac passava então por São Paulo e escreveu, a êste respeito, uma ode espirituosa, conservada de cor por mim e por Veiga Miranda, na qual, gloriosamente, Pereira Barreto é abençoado como um Gênio".

Eis as quatro últimas estrofes dessa ode de Bilac:

"Já não há vinho que nos envergonhe:  
 Não beberemos Verde, nem Colares,  
 Nem Bordeaux, nem Marsala, nem Bourgogne,  
 Vindos de além dos mares!

“Hoje, se o copo a minha mão levanta,  
Da escravidão antiga não me lembro:  
— Já me raiou, enfim, para a garganta,  
O Sete de Setembro!

“Salve, fulvo clarão da Independência!  
Salve, nobre conquista!  
Poderemos beber sem indecência:  
A sêde é nativista!

“E em prantos de ventura me derreto,  
Vendo-te, ó Baco, naturalizado,  
Graças ao Gênio do Doutor Barreto,  
Graças a Dona Veridiana Prado!” (17)

Mas, para Pereira Barreto só estava ganha uma parte da batalha: “à monocultura do café, planta que não coloniza, era possível opor a vinha. Opor não seria bem o têrmo: atraindo o imigrante, tornar-se-ia a vinha uma aliada do café, dando a êste os braços que lhe faltavam, desde que cultivada em larga escala”. (18)

Pereira Barreto imaginava que os mesmos colonos poderiam entregar-se às duas culturas: “A vindima terminando em fins de fevereiro ou nos primeiros dias de março, e, nos meses que se seguem, nada ou quase nada havendo a fazer nos vinhedos, ficam os braços disponíveis e vão ao Oeste colher café”.

Mas, observa Roque Spencer Maciel de Barros, “não param aí os planos de Barreto. Êle sonha em acelerar a maturação do café e retardar a da uva. O café produzido no Oeste, em virtude das dificuldades e do preço do transporte, chega a Santos já excessivamente caro. Se conseguíssemos acelerar a sua maturação de modo a poder colhê-lo em abril ou maio, poderíamos plantá-lo nos subúrbios da capital, evitando que a colheita se processasse em outubro e novembro, em plena estação das chuvas. Evitaríamos, assim, que o produto se tornasse gravoso, antes mesmo de sua exportação. Em pouco tempo Barreto resolveria o problema, obtendo, por intermédio do cruzamento, um tipo especial de café, adequado aos climas frios. Houve, entretanto, um alarma geral, em virtude do temor de que os países europeus, senhores da fórmula, pudessem produzir café. Resignadamente, Barreto deixou que se perdessem os frutos de seu trabalho. Espírito vivo e inquieto, havia muito que não se limitava apenas a recomendar a cultura da vinha. Econômicamente, esta lhe parece uma das muitas culturas que devemos desenvolver. “O caminho que o presente nos aponta — e que o futuro exigirá de nós — é o da policultura. É preciso que se abandone o velho lema “*o café dá para tudo*”, é preciso compreender que “*a ciência permite fazer dêste país uma maravilha;*

*tôdas as culturas são aqui possíveis; podemos exportar tudo!*" Entretanto, "temos negligenciado completamente a cultura de plantas industriais, quer estrangeiras, quer nacionais. Tudo está por fazer entre nós. Importamos alfafa, trigo e dezenas de produtos quando, se dominássemos a ignorância e o comodismo, poderíamos exportá-los. Precisamos cultivar as forragens, tanto a alfafa quanto outras que o nosso solo produz abundantemente, plantar madeiras de construção e de marcenaria, que nos fazem divisar um futuro tão brilhante como o foi, no passado, a cultura do café, desenvolver a indústria da borracha, que *"vale vinte vezes mais do que a do café"*. É necessário compreender que a cultura do café está ameaçada por todos os lados".

Sempre preocupado com a defesa da nossa economia, ainda aos oitenta anos viu Pereira Barreto nas bombas de fumaça para a proteção de vasos de guerra nos combates navais, inventadas pelo Capitão de fragata Arthur Carneiro, um meio seguro de proteção à lavoura contra as geadas. E escreve, em 1920, ao Dr. Fábio Sá Barreto, então Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto:

"Já é tempo de bradarmos *"basta"* para tôdas as praxes até agora seguidas na lavoura de café, de cana e nas pastagens. O papel que até agora temos feito é de perfeitos imbecis, deixando perecer miseravelmente cafêzais, canaviais e rebanhos por causa das geadas, e perdendo assim milhares e milhares de contos de réis, quase todos os anos. Não quercrá o Dr. Uchôa, chefe da Empresa de Luz Elétrica, se encarregar, por si ou por meio de uma companhia, de assentar nas fazendas os cômodos, fáceis e seguros aparelhos elétricos para o funcionamento das densas nuvens de fumaça, que protegerão as lavouras de modo infalível contra qualquer geada por mais densa que seja? Não quercrá êle, por meio do govêrno de São Paulo, obter do govêrno federal, concessão para o fabrico de bombas de fumaça, de invenção de um dos nossos oficiais de Marinha? Creio não lhe ser difícil dirigir-se, diretamente, ao ilustre ministro da Agricultura, Dr. Simões Lopes, para obter do govêrno federal a concessão de duas ou três dúzias de bombas de fumaça de invenção nacional, para Ribeirão Preto se encarregar de dar a prova experimental decisiva. É uma humilhação deixar-se morrer de inanição por simples culpa da incúria e da ignorância." (18)

Tôdas as atividades agrícolas ou industriais, que alargassem o campo de nossa economia, interessavam a Pereira Barreto. Tudo chamava a sua atenção: desde os problemas do aproveitamento dos sub-produtos do gás, até a fabricação da cerveja, à qual o seu nome está intimamente ligado.

Fôra criada em São Paulo a Companhia Antártica para a fabricação de presunto e outros derivados de suínos. Mas, por falta

dêstes últimos, não pôde a Companhia manter-se, aconselhando, então, Pereira Barreto aos seus diretores aproveitassem "os soberbos aparelhos para a fabricação do gelo, de que dispunha a Antártica": para o fabrico da cerveja. (20)

#### NOTAS DO TERCEIRO CAPÍTULO DA SEGUNDA PARTE

- 1) — Vide LUÍS PEREIRA BARRETO: "As Três Filosofias — segunda parte: Filosofia Metafísica", pg. 36.
- 2) — ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO: "O Dr. Luís Pereira Barreto", in "O Estado de São Paulo", de 3 de setembro de 1915, apud ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 78.
- 3) — ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 137 e 138.
- 4) — Apud ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 13.
- 5) — ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO, artigo citado, apud ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 28.
- 6) — EDMOND GLOBOT: prefácio ao livro de Michel Uta: "La Théorie du savoir dans la philosophie d'Auguste Comte", pg. XIX, Paris, Alcan, 1928.
- 7) — Vide ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 134.
- 8) — JOÃO CRUZ COSTA: "O Positivismo na República", pg. 38, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- 9) — O escrito do Dr. NILO CAIRO a propósito de AUGUSTO COMTE, Jenner e a vacina, encontra-se no opúsculo do Dr. BAGUEIRA LEAL: "A Questão da Vacina", pgs. X e XI, Rio, Igreja Positivista, 1904.
- 10) — SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: "Raízes do Brasil", pg. 120, Rio, José Olympio Editora, 1936.
- 11) — JOÃO CRUZ COSTA, *op. cit.*, pgs. 152 e 153.
- 12) — Apud AFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO: "Estudos e Discursos". Editora Comercial Ltda., São Paulo, pgs. 259 e 260.
- 13) — ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO, artigo citado, apud ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 147.
- 14) — Apud ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pgs. 134 e 135.
- 15) — *Ibidem*, pg. 135.
- 16) — Vide J. FELICIANO DE OLIVEIRA "Un positiviste brésilien de la première époque — docteur Luiz Pereira Barreto", pg. 48 do tomo XXXI de "La Revue Positiviste Internationale", 19e Année, n.º 1.
- 17) — MARTINS FONTES: "Nós, as abelhas — reminiscências da época de Bilac", São Paulo, Editora J. Fagundes, pgs. 82 a 84.
- 18) — ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 135.
- 19) — *Idem, ibidem*, pg. 136.
- 20) — *Idem, ibidem*, pags. 149 e 150.

## CAPÍTULO QUARTO

### A MATURIDADE E A VELHICE DE PEREIRA BARRETO

I) *A polêmica com Dom Miguel Kruse e Eduardo Prado e a interferência de Miguel Lemos.* II) *Pereira Barreto antecede o Apostolado na questão da Universidade, da imigração chinesa e da liberdade profissional e dele discorda quanto à bacteriologia e à vacina obrigatória.* III) *Pereira Barreto e a capacidade colonizadora do português. Posição antagônica à de Rui Barbosa em matéria de educação. A Grande Guerra. O voto. Epílogo.*

#### I

**E**M 25 DE ABRIL DE 1901, em artigo publicado no *Estado de São Paulo* com o título “*O Século XX sob o ponto de vista brasileiro (saudação à classe dos engenheiros)*”, provocou Pereira Barreto tremenda celeuma que o envolveu numa série de polêmicas com o Abade do Convento de São Bento, Dom Miguel Kruse, com Eduardo Prado e outros, e até com Miguel Lemos, diretor do Apostolado Positivista do Brasil. Analisando, nesse artigo, os motivos inibitórios do nosso desenvolvimento, via Pereira Barreto na intolerância religiosa e na influência dos jesuítas as causas do nosso atraso.

Pelas colunas de “*O Estado de São Paulo*”, de 29 de abril de 1901, safu-lhe ao encaço D. Miguel Kruse, O. S. B., em artigo intitulado — “*O Século XX e o Dr. Barreto*”. A decadência dos povos latinos — dizia Dom Miguel — é um fato, mas a sua causa é mui diversa da que apontava o pensador brasileiro.

Essa oposição de pontos de vista deu origem a veemente debate. Eram, como observa Roque Spencer Maciel de Barros, “duas mentalidades antagônicas, a recriar diversamente o passado, em função de valores completamente opostos, certos ambos do êrro total do antagônista, mais preocupados com o triunfo da doutrina própria do que com a compreensão simpática do ponto de vista adverso, não poderiam nunca chegar à fecundidade das discussões serenas. Os dois não falam a mesma linguagem. A história a que se referem não é a mesma. Um — Pereira Barreto — recria o passado como uma série de etapas necessárias, mas já ultrapassadas, no caminho da Humanidade que, “*augusta viajante*”, se dirige para o estado positivo; o outro — Dom Miguel — percebe nela os desígnios de um Deus único interessado na salvação das almas. O “*ad majorem gloriam Dei*” e o “*conhecer para prever a fim de prover*” dão-lhes perspectivas irreconciliáveis. É quase o “*monólogo a dois*” em lugar do diálogo, o que assistimos. Talvez esteja nisto o inte-

resse principal da polêmica: ela provoca as paixões e divide os homens de São Paulo em dois grupos. Em breve haveria manifestações de apóio e de repúdio aos dois combatentes. Estudantes de engenharia e de direito aplaudiram Barreto, enquanto outros estudantes, da mesma escola de direito, repudiariam sua atitude, defendendo os princípios católicos". (1)

Quinze anos depois do debate, dirigindo-se a Godofredo Rangel, escreveria Monteiro Lobato:

"O meu artigo *Nitrogênio* teve a sorte de cair em graça. Recebi cartas elogiosas, entre elas uma do Dr. Luís Pereira Barreto. Aí vai ela. Fêz-me bem essa opinião dum homem *que eu venerava desde a sua famosa polêmica com o Eduardo Prado*". . . (2)

E, na verdade, retirando-se Dom Miguel Kruse, irritado, da polêmica, em 8 de maio de 1901, depois de três artigos, aos quais responderia vigorosamente Pereira Barreto, entrou na liça Eduardo Prado a 16 de maio do mesmo ano, através de longo artigo estampado em "*O Comércio de São Paulo*", intitulado "*O Dr. Barreto e a ciência — Caso curioso de intolerância religiosa no século XX*".

Não negando competência ao médico ilustre, antes exaltando-lhe os méritos e fazendo justiça às suas campanhas, propõe-se Eduardo Prado a demonstrar que Pereira Barreto, movido por um otimismo anticientífico, acumulara erros sobre erros ao exaltar as nossas riquezas e possibilidades naturais. E conclui, insistindo que os desvios de Pereira Barreto eram produto, não da ignorância, mas da paixão, deixando transparecer, nas vinte e uma colunas e meia do seu artigo, forte simpatia humana pela figura do seu contendor. (3)

As réplicas de Pereira Barreto seguem-se novas respostas de Eduardo Prado, até que a 31 de maio, no mais aceso da peleja, nela entra inesperadamente Miguel Lemos negando ao autor de "*As Três Filosofias*" o título de positivista por serem, de fato, contrárias à doutrina que professava as suas idéias a propósito da constituição de uma Igreja nacional, ligada ao poder temporal. (4)

Interveio Miguel Lemos contra Pereira Barreto, muito embora fornecesse armas a Eduardo Prado, monarquista que de modo acerbo atacara a influência positivista na organização da República.

Valeu-se então o publicista fluminense da oportunidade para responder a uma série de antigas críticas do Apostolado sobre as quais nunca se manifestara.

Eis a parte principal da resposta de Pereira Barreto a Miguel Lemos:

"Devo declarar que é esta a primeira vez que a minha pena escreve o nome do Sr. Lemos. Declaro, igualmente, que esta será

a última em que dedico a Sua Santidade alguns momentos do meu tempo.

“O Sr. Lemos começa confessando que não leu os meus artigos — o que não o impede de refutar-me segundo o seu velho vêzo sibarita, endereçando-me simplesmente alguns epítetos injuriosos. Primeira prova da sua alta moralidade literária e científica.

“Diz mais que *fui repudiado* (leia-se excomungado) pelo grêmio positivista de Paris, do qual era chefe venerado o eminente continuador de Comte, sr. Pierre Laffitte. Diz ainda que fui igualmente excomungado pelo chefe da igreja do Rio, isto é, por êle próprio, o que é perfeitamente exato.

“Duas excomunhões lançadas sôbre a minha cabeça por dois papas distintos que não crêem em Deus! Ajunte-se mais uma terceira excomunhão — desta vez bem merecida — lançada pelo chefe supremo do catolicismo por intercessão dos jesuítas! Três excomunhões contra um só *sábio de província!* Evidentemente, grandes devem ter sido as minhas culpas, execrando o meu crime. Para explicar tão descomunal castigo são plausíveis tôdas as hipóteses imagináveis, indicando tôdas um grande facínora.

“Não desconfia o público que, pelo menos, eu deva ter praticado algum ato do gênero dos contos do vigário? Não se deve supor que cometi contra a Pátria alguma pecha infamante, no sentido, por exemplo, de contribuir, por meus escritos, para que os capitais estrangeiros... não queiram vir para o Brasil?!

“Não, não foi nada disso: o meu crime é um milhão de vêzes maior... ousei há vinte anos, em uma série de artigos na *Província de S. Paulo*, preconizar a *imigração alemã* para o nosso Estado...

“O sr. Lemos, que então se achava em Paris, repudiando cordialmente Littré, que antes havia adorado, aproveitou a ocasião para honestamente intrigar-me com o Sr. Pierre Laffitte, e preparar seguramente a sua candidatura ao pontificado positivista brasileiro. Nessa época, mesmo os positivistas mais eminentes da França não podiam conter a sua indignação raivosa ante a menor manifestação de aprêço ou de justiça para com a Alemanha! Que bela ocasião a aproveitar! Era o penacho que vinha do céu de mão beijada...

“Nesse artigo tôdas as minhas opiniões são torcidas e desfiguradas com a mais hábil malignidade, de modo a fazer acreditar que eu era inimigo da França e que me declarava abertamente desligado do centro positivista francês; o sr. Lemos só visava chegar a esta fulminante conclusão: “*Non, l'idéal de mr. Barreto c'est la germanisation du Brésil et là-dessus il exalte "la noble race allemande", ce que nous lui avons déjà reproché*”.

“Que não diria o sr. Lemos se eu tivesse ousado profetizar que vinte anos mais tarde uma boa parte do exército francês seria comandada por um generalíssimo alemão?!”

“Se não preconizei a imigração francesa, foi tão somente por um motivo de senso comum: eu sabia que a França não tem gente que baste para si, mesmo na Europa, que precisa tanto como nós de braços para as suas colônias, e que, portanto, seria um cúmulo de extravagância pedir-lhe que se despovoasse para povoar o Brasil. A mais elementar noção de demografia a isso se opunha: é sabido que, ao passo que a Prússia e a Inglaterra, em 45 anos, dobram a sua população, a França precisa de 198 anos para dobrar a sua (Bertillon).”

“À vista do artigo do sr. Lemos, publicado na revista oficial do grêmio positivista de Paris, eu devia naturalmente sentir-me melindrado e magoado com o sr. Pierre Laffitte, que consentiu, não direi levemente, mas impensadamente na sua publicação. Era uma simples questão de dignidade. Não procurei justificar-me, não escrevi uma linha para desmascarar a intriga; fiz simplesmente o que faz todo homem de brio: calei-me. Favoreci com o meu silêncio o plano do Sr. Lemos; mas, era precisamente o que eu queria. Calei-me para que o ilustre chefe positivista tivesse por si mesmo as provas de lealdade filosófica e religiosa do seu fervoroso neófito. Não tardou que chegasse o dia da prova. De fato, pouco tempo depois, o sr. Lemos rompia a revolta, declarando P. Laffitte incompetente e incapaz e inaugurando no Rio a sua igreja, da qual se proclamou papa e papão. Não fui dobrar os joelhos perante a sua púrpura pontifícia; fui distinguido com a sua excomunhão e continuo como dantes a pensar que a imigração alemã seria para o nosso Estado um grande e poderoso auxiliar.

“Será preciso, para satisfazer ao Dr. Eduardo Prado, que eu publique tôdas as cartas de positivistas de Paris, dando-me tôdas as satisfações, declarando o *guêt-apens*, de que foram vítimas, armado pelo Sr. Lemos?”

“Se deseja estar ao corrente de todos os pequenos mistérios da igreja positivista entre nós, indico-lhe um pequeno opúsculo: *“L’histoire du Positivisme au Brésil*, por A. G. de A. Sampaio”. (5)

Do confronto entre êste artigo de Pereira Barreto e as cartas que a seu respeito dirigiu Miguel Lemos a Pierre Laffitte transcritas no apêndice dêste livro, poder-se-á ajuizar das paixões que de um e outro lado acirraram o conflito que os havia separado desde 1880.

Além de Miguel Lemos e Eduardo Prado, diversos articulistas interferiram na polêmica de Pereira Barreto com Dom Miguel Kruse, uns a favor e outros contra. Entre os que se alinharam a seu lado, figuram o positivista Santos Werneck, ao qual me referirei ao estudar a difusão do Positivismo em São Paulo e no Estado do Rio,

o Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, Alberto Seabra, L. Cruls, além de um articulista que se escondeu sob o pseudônimo de *Ierobabel*.

Ao lado de Eduardo Prado, surgiram Ascânio Vilas Boas, Estelita Tapajós e o Padre José Severiano de Rezende.

Desnecessário é dizer que a intervenção de Miguel Lemos foi bem aproveitada pelos jornais que apoiavam Eduardo Prado e Dom Miguel Kruse, os quais publicaram o escrito do Diretor do Apostolado Positivista sob o título: "*O Dr. Barreto repudiado pelos positivistas*".

## II

Em muitos pontos, entretanto, a pregação positivista de Pereira Barreto não só coincidiu com a de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, como até mesmo a antecedeu.

Enquanto Miguel Lemos só em 1.º de março de 1881, na "*Revue Occidentale*", e Teixeira Mendes apenas em 1882, na "*Gazeta de Notícias*", focalizaram o problema da instalação de uma Universidade no Rio, já Pereira Barreto, através de seis artigos, publicados entre 9 e 22 de outubro de 1880, em *A Província de São Paulo*, examinara, do ponto de vista prático e teórico, o problema da Universidade, formando ao lado dos que a combatiam, por ser concebida nos reacionários moldes napoleônicos.

Tudo estava por fazer entre nós, em matéria de ensino primário e secundário, enquanto ao ensino superior faltavam os mais elementares recursos, sendo, em tal situação, verdadeiro despau-tério criar-se uma Universidade. Além desses motivos de ordem prática, apresentava Pereira Barreto uma objeção de ordem teórica tirada da lei dos três estados.

Antes de adotar qualquer medida, o político e o educador, assim como o filósofo, têm de apreender o que há de vivo e o que há de morto na sociedade, o que se destina a dar frutos e o que necessita ser abandonado, distinguindo, no presente, o passado e o futuro. É preciso, como, já ensinava Comte em seus escritos de juventude, examinar o passado, e, graças a êle, conceber o futuro para compreender o presente, a fim de avaliar o que deve ser conservado hoje em função do amanhã, deixando de lado o que pertence a uma época perempta. Na civilização, ao lado da corrente ascendente se efetua uma outra descendente, que arrasta os princípios envelhecidos e assim expurga o terreno para as idéias novas. "Se quisermos, pois, examinar com seriedade o problema da educação, e, em especial, o da criação de uma Universidade no Brasil, é preciso compreender o que essa instituição significava no passado e ver se ela apresenta condições para permanecer, se é um elemento vivo ou morto da civilização".

E, depois de examinar, à luz da filosofia da história de Augusto Comte, o que representou, no passado, a Universidade, entrava Pereira Barreto na apreciação do projeto em discussão e escrevia:

“É esse “*monstro*” que se quer recriar com a fundação de uma universidade na Côrte. Nela viverão, lado a lado, escolas positivas, como a de Medicina, de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais, escolas metafísicas como a de Direito, e, em parte, a de Letras, e até ultramontanas como a de Teologia. Ao invés de resolver os nossos problemas, a Universidade complicá-los-á. Teremos o estado a subsidiar as três irreconciliáveis filosofias, instalando a desordem e a incoerência nos espíritos. O país precisa, não dessa instituição de caráter ambíguo e contraditório, mas sim de submeter-se às exigências do espírito moderno. Qualquer tentativa de aquartelar na mesma cabeça o mundo antigo e o mundo moderno é uma tentativa desnaturada; portanto, se queremos caminhar, se queremos sinceramente caminhar depressa, é preciso que a mocidade abandone a metade da bagagem, que hoje se lhe faz inútilmente carregar; é preciso que não esgotemos suas forças sob o farrapo de vinte ou trinta séculos de erros e desvarios. É preciso sacrificar a teologia e a metafísica e ensinar exclusivamente a ciência, em estabelecimentos para isso apropriados, seguindo a tendência geral das nações civilizadas. Que se criem verdadeiras casas de instrução superior científica e se abandonem os sonhos maléficos da Universidade”.<sup>(6)</sup>

O projeto da criação de uma Universidade no Rio de Janeiro, que seria apresentado em 1881, justificava inteiramente as apreensões de Pereira Barreto em 1880, assim como as de Teixeira Mendes e Miguel Lemos, a ponto de dizer Nuno de Andrade, ao examiná-lo na Congregação da Faculdade de Medicina do Rio, “que o sistema ideado pelo Govêrno está forçosamente destinado a instaurar a universidade napoleônica, de infausta memória”.<sup>(7)</sup>

E, em 1883, o Professor Ribas, da Faculdade de Direito de São Paulo, afirmava por sua vez: “A criação de uma faculdade de ciências religiosas me parece absurda”.<sup>(8)</sup>

O vasto programa de transformação econômica do Brasil exigia, aos olhos de Pereira Barreto, uma preparação técnica e científica que não possuíamos. “Para que se possa substituir “*o reinado dos bacharéis*”, inadequado ao mundo do presente — mundo da técnica, da indústria, da lavoura assentada sôbre a ciência — a arma fundamental é a escola. Precisamos de escolas técnicas e científicas, onde se ensinem as leis da natureza e os meios de aproveitá-las a nosso favor, já que o “reinado exclusivo das letras, consagrando a supremacia da imaginação sôbre tôdas as outras faculdades, que compõem a razão, ao mesmo tempo que constitui um permanente perigo nacional, é ainda um embaraço, uma causa positiva de entorpecimento para todos os ramos da atividade in-

dustrial". O reinado do bacharelismo se ajusta à fase metafísica, que estamos ainda atravessando, mas só o reinado da ciência — dos engenheiros, dos médicos, dos agrônomos tecnicamente preparados, pode conduzir-nos ao estado positivo. Além disso no caso especial de S. Paulo, a Faculdade de Direito, única escola superior, desvia de outras ocupações os nossos moços, atraindo, por exemplo, os filhos de fazendeiros, consumindo sua atividade psíquica em meros exercícios literários e divorciando-se das fazendas que um dia deverão dirigir". (9)

Outro assunto em que Pereira Barreto se antecipou ao Apostolado foi o repúdio à imigração chinesa. Enquanto Miguel Lemos somente se manifestou em 1.º de maio de 1880, depois de uma conferência de Salvador de Mendonça favorável à medida, Pereira Barreto, já em 19 de fevereiro de 1880, em artigo saído em *A Província de São Paulo*, se opunha à medida dizendo: "Da mesma forma que os nossos antepassados se haviam dirigido outrora à África, o primeiro gabinete liberal dêste último decênio se dirigiu à China. Ora, nada temos em comum com os chineses, nem um único antecedente histórico, que permita uma perfeita fusão de sangue, de interesses e de idéias. Mas, o que é vergonhoso na solução, e pior do que tudo, é o pensamento oculto, inconfessável — o da exploração mercantil de um povo laborioso, que se reputa excelente como instrumento de trabalho, mas que se considera inferior por não ter sido batizado". (10)

O grande argumento a favor da imigração chinesa era o que claramente apresentara o Ministro Moreira de Barros:

"Digamos a verdade, sejamos sinceros. A educação e o exemplo que recebemos de nossos antepassados, assim como o hábito que temos de mandar sobre escravos, nos tornaram bem difícil a direção de trabalhadores livres e no gozo dos mesmos direitos que nós". (11)

Entre muitos outros, perfeitamente idêntico ao do Apostolado era ainda o modo pelo qual Pereira Barreto encarava o *curandeirismo* e o problema da *liberdade profissional*.

Desde 1884, antecipando-se ainda ao Apostolado, cuja primeira manifestação a respeito é de 1887 (12), Pereira Barreto, em artigos intitulados *Do Exercício Ilegal da Medicina*, publicados em *A Província de São Paulo*, toma posição contra a regulamentação da medicina. O regulamento, elaborado pela Junta Central de Higiene, em 1881, resguardava os privilégios dos médicos diplomados e servia de arma legal para o combate ao curandeirismo. Ora, Comte, protestando contra todo tipo de privilégio, condenava expressamente o "*vicioso monopólio*" dos médicos contrário tanto à "*dignidade sacerdotal*" quanto à "*liberdade espiritual*". Adotando êsse ponto de vista, Barreto, combate vivamente o regulamento: "não poderá realmente — pergunta êle — a nossa classe se manter

e se impor à aceitação social sem a intervenção do meirinho e do ergástulo?! Se o curandeirismo é uma “*chaga social*” é preciso compreender que o seu êxito exprime, entretanto, o próprio estado mental do povo que o consagra. Combater os curandeiros fetichistas da medicina, sem perceber a sua causa — a ignorância popular — é consagrá-lo na clandestinidade. A massa procura os curandeiros porque é tão fetichista quanto êles, e esta identidade espiritual é a força dêsses “médicos primitivos”. Ser médico não é simplesmente descobrir sintomas e indicar terapêutica; é impor-se à confiança do doente, despertar a sua fé”. Sem confiança, sem fé, não há verdadeira medicina. Para que o regulamento tivesse sentido, seria necessário provar que os curandeiros sempre erram e os médicos sempre acertam... Ora, isso nem sempre acontece, já que “nem a posologia, nem a diagnose física, quer isoladas, quer associadas, constituem a medicina”, já que, depois dos imortais trabalhos de Cabanis sôbre *As relações do físico e do moral*, não é permitido a médico algum pôr em dúvida a poderosa e decisiva influência do estado psíquico sôbre o desfêcho de qualquer doença. Ora, Barreto acredita ainda que várias moléstias, especialmente as mentais, têm origem social ou psíquica e que, mesmo nas que decorrem do físico, a saúde “psíquica é essencial para curá-las. As duas grandes escolas filosóficas “que ocupam na atualidade a atenção de todos os espíritos ativos” — a de Comte e a de Spencer — não concebem o estudo dos fenômenos sociais separado do dos fenômenos vitais”. Ambos se encontram de tal modo entrelaçados que malograria o sociólogo que desprezasse os últimos, como destino igual teria o médico que ignorasse os primeiros. Em tais condições, com que direito se fecharão as portas aos curandeiros? Qualquer cidadão tem “o direito de viver e morrer como bem entender. Não é possível legislar sensatamente sôbre o domínio médico sem conhecer a evolução do espírito humano, a história da medicina à luz da lei dos três estados”. (13)

Qualquer sociólogo moderno subscreveria hoje o seguinte passo de Pereira Barreto, em 1884, sôbre o mecanismo psicológico do *curandeirismo*:

“O nosso povo, tomado em massa, é fetichista, e os curandeiros, igualmente fetichistas, estão admiravelmente colocados na verdadeira situação de espírito para interpretar as queixas e os sofrimentos populares. Têm êles a seu favor o conhecimento de uma linguagem técnica, que lhes permite atuar profundamente no coração do povo, levantando o moral, estabelecendo a confiança. A questão da confiança!... não é aí que está o segrêdo de nossas melhores vitórias médicas e cirúrgicas? Mas, a confiança resulta do sentimento moral, e o sentimento é cego. Os nossos diplomas acadêmicos representam nominalmente um valor intelectual, sem nos dar os meios de permutar com o povo êsse valor e receber

dêle em troca a moeda da fé. A confiança não se decreta, faça a Junta de Higiene o que quiser". (14)

Nessa questão do curandirismo, mantinha-se Pereira Barreto fiel ao que sustentara, em 1865, em sua tese de doutoramento, quando salientava a obrigação de considerar o médico, além do físico, o moral dos doentes:

"Aquêlê que pela natureza de suas funções está chamado a sondar tôdas as chagas sociais, não pode por mais tempo permanecer estranho ao movimento geral da Humanidade. É tempo que entremos decididamente pela vereda que nos abriu um pensador sem igual. É tempo que façamos cessar para sempre o fatal divórcio entre a alma e o corpo, e que reatemos o fio das tradições rompidas pela união efetiva do passado ao presente, e do presente ao futuro!" (15)

Num ponto, porém, discordava Pereira Barreto dos seus correligionários do Apostolado: era o atinente à bacteriologia e à eficácia da vacina, e, bem assim, à obrigatoriedade desta última. Para êle, segundo faz ver o Professor Roque Spencer Maciel de Barros, não se pode permitir "em nome de uma ética que faz do altruísmo o seu alvo supremo que um cidadão prejudique a coletividade. No caso das epidemias, especialmente, não se permitirá, se prevalecer o ponto de vista moral e social, que se invoquem os "*direitos do homem*" para livrar alguém de medidas higiênicas que beneficiam a coletividade tôda. "É preciso — escrevia em 1889 — que as noções sôbre os direitos do homem sejam modificadas, de modo que não continue a prevalecer a opinião que arvora o arbítrio individual em dogma mortífero para a generalidade dos cidadãos". (16) Nas situações de perigo coletivo, impõe-se o "*despotismo sanitário*". A vacina obrigatória, por exemplo, não é medida arbitrária; submeter-se a ela é dever do cidadão". (17)

### III

Proclamada a República, foi Pereira Barreto, filiado, desde 1874, ao partido republicano, eleito representante à Constituinte Estadual de 1891, sendo, pelo seu prestígio moral e intelectual, escolhido presidente da Assembléia Constituinte e, posteriormente, presidente do Senado Estadual.

Muitos são os setores em que Pereira Barreto foi, no Brasil, um precursor.

Basta-me citar a sua observação quanto à capacidade colonizadora dos portugueses, que coincide essencialmente com a de Gilberto Freyre e outros sociólogos modernos.

Baseado na "*observação científica dos nossos dias*", sustentava que "nenhuma raça do mundo iguala a portugueza como aptidão fisiológica para se adaptar a tôdas as condições imagináveis da existência terrestre. É a raça privilegiada, é a única que teve

o dom de anular a seu favor as mais inclementes influências climáticas: o aclimamento universal é o seu apanágio... Lá onde nenhuma outra raça medra, o português prospera... A êle pertence a palma dos dotes másculos na tarefa dos cruzamentos. Ao passo que o anglo-saxão, ao fusionar-se com a raça preta, não dá senão produtos detestáveis, vemos sair da união do português com qualquer outra raça magníficos espécimes, que se perpetuam indefinidamente. Lá está por exemplo na África a família dos Sosas, formando extensa tribo, que se assinala por seu nunca desmentido vigor físico e sua rara inteligência comercial". (18)

Em plena luta em prol de nossa emancipação econômica, por intermédio da pecuária — comenta Roque Spencer Maciel de Barros — Pereira Barreto “encontraria oportunidade para reafirmar as teses que já sustentara em 1901, no artigo *O Século XX sob o ponto de vista brasileiro*. O problema da instrução e da imigração continuam a preocupá-lo. Não é possível fazer de um país despovoado uma grande nação; um povo inculto, sem ter a dirigí-lo uma forte elite intelectual, formada no seio fecundo da ciência, não pode ser nunca um grande povo. Em novembro de 1910, convidado a paraninfar o ato de colação de grau da primeira turma formada pelo Colégio Anglo-Brasileiro, Pereira Barreto encontraria a ocasião propícia para reafirmar suas idéias. E é uma oração de Rui Barbosa, pronunciada também como discurso de paraninfo, no Colégio Anchieta, que lhe serve agora de ponto de partida. Qual o programa que o ilustre parlamentar deseja ver executado no país? O da “*recristianização*” do Brasil, admitindo que fora da religião e da fé não há salvação. Barreto se define como “*homem de ciência*” contra o “*exímio literato*” que era Rui Barbosa. “A literatura, constitui, sem dúvida — afirma Pereira Barreto, repetindo uma das suas caras idéias — um belo ornamento do espírito, mas não é, por certo, um instrumento de emancipação intelectual. A mais vasta erudição literária não exclui a tara da ignorância”. E mais adiante: “Não é instrução legítima senão a que nos ministram as ciências positivas. A razão moderna não se curva senão diante da demonstração experimental. As mais elementares noções de física e química fazem, hoje, de qualquer simples cidadão um homem superior ao mais brilhante literato puro”. Só a ciência nos trouxe a tolerância e a liberdade de pensamento; só ela foi capaz de libertar-nos das fogueiras da Inquisição, que se erguiam em nome da mais genuína fé católica”. (19)

A Grande Guerra de 1914 veio mostrar que Pereira Barreto não desertara a sua missão em prol dos grandes ideais. O choque emocional que lhe causou a invasão da Bélgica, onde formara o seu espírito, fê-lo retornar com renovado ardor às idéias de sua juventude e às conclusões históricas do “*Sistema de Política Positiva*”.

Se a Alemanha jamais assimilara a obra de Comte, fôra isto pela sua incapacidade de subordinar-se ao ponto de vista moral. Dela sempre desconfiara o filósofo.

Em 11 de dezembro de 1917, em artigo publicado no "*Estado de São Paulo*" sob o título "*Em Prol da nossa mentalidade*", escrevia:

"Foi preciso que chegássemos ao ano de 1914, foi preciso que se amontoassem às nossas vistas as mais horrendas e criminosas hecatombes, para compreendermos que todos nós estávamos enganados e que só Comte, exclusivamente Comte, estava com inteira razão".

E Pereira Barreto — conforme nota Roque Spencer Maciel de Barros — "se reaproxima do mestre: a moralidade — que só a ciência moral positiva pode fundar — encontra-se no ápice da vida humana. De nada valem a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia ou a sociologia, se não as subordinamos tôdas às leis morais. Com as ciências físicas podemos pôr a natureza a nosso serviço; mas poderemos causar a destruição da própria humanidade se um fim ético deixar de subordiná-las. A crença na supremacia da inteligência que Pereira Barreto já esboçava na *Filosofia Metafísica* e que o ganharia totalmente a partir de 1901, é falsa; a inteligência, pensa êle agora, deve subordinar-se ao sentimento, a ciência, à moral. A inspiração fundamental do *Système de Politique Positive* ganha de nôvo o coração de Pereira Barreto". (20)

Aplaudindo sua atitude anti-germânica, a mocidade acadêmica de São Paulo lança, em 1918, a candidatura de Pereira Barreto a Senador. Êle tem como contendor um germanófilo, o Cônego Valois de Castro, que sairia vitorioso do pleito.

Derrotado nas urnas, ao agradecer uma homenagem que recebeu, profere um discurso — "*Palavras de Filosofia Eleitoral*" que é publicado, em 17 de junho, pelo "*Estado de São Paulo*". Esse trabalho é um libelo contra uma "*democracia*" mal compreendida e mal dirigida.

Falando sôbre o voto, comentava Pereira Barreto:

"*Para um povo mal preparado o voto pode constituir um perigoso e fatal agente de retrogradação: em vez de ordem e progresso só teremos desordem e regresso*".

Em 1915, Pereira Barreto completara cinqüenta anos de doutoramento. Foram-lhe prestadas grandes homenagens por tôda a sociedade paulista. Êle, como se os anos não lhe pesassem, prosseguia sua atividade jornalística e médica mantendo o dinamismo dos primeiros anos.

Múltiplos continuaram a ser os setores em que se detinha a atenção de Pereira Barreto, dotado de uma das mais fortes inteligências até hoje aparecidas no Brasil, fortalecida pela sistematização

científica de Augusto Comte e servida por um estilo claro e simples que dêle fez um dos melhores escritores de seu tempo, como salientava Vicente de Carvalho ao julgá-lo digno de suceder a Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras:

"Que acabado candidato não seria Luiz Pereira Barreto na vaga de Euclides da Cunha! Que representação eloqüentemente afirmativa da nossa cultura literária faria no centro da intelectualidade nacional esse grande vulto do velho sábio servido por um estilo sempre môço de escritor de raça! E que desvanecimento para o nosso amor próprio, podermos dar tal sucessor ao genial Euclides, que era também, na realidade, um escritor paulista e uma glória paulista!" (21)

Em 1918, derrotado, como vimos, nas eleições para Senador, encerra Pereira Barreto a sua vida política, para continuar, nos cinco anos que lhe restavam, a bater-se por tôdas as conquistas nobres da civilização. E a 11 de janeiro de 1923, no dia de seu 83.º aniversário, a morte silenciava o infatigável lutador. Terminavam as campanhas de Pereira Barreto.

A 13 de janeiro de 1923, noticiando-lhe o falecimento, "O Estado de São Paulo", onde colaborou cêrca de meio século, dizia:

"Ante-ontem, o nosso venerando colaborador festejava o seu 83.º aniversário. Levantara-se muito cedo, como era seu hábito. Estêve no Hospital da Beneficência Portuguesa, onde diàriamente e com irrepreensível pontualidade atendia aos seus doentes de clínica cirúrgica e voltou à tarde para o jantar em família. Estava na melhor disposição; o jantar correu alegre e o Dr. Barreto, gabando a excelência do seu estômago e a regularidade do trabalho dos seus rins ("rins de môço", dizia), fez uma refeição copiosa. Cêrca de dez horas, recolheu-se aos seus aposentos. Ontem pela manhã, contra os seus hábitos de madrugador, a porta do quarto em que dormia estava fechada quando as outras pessoas da família despertaram. O fato causou estranheza. Aberta a porta, encontrou-se caído e já em rigidez cadavérica, o corpo do grande cientista".

Para se ter uma idéia do que foi a sua polimorfa atuação durante sessenta anos, veja-se a sua bibliografia organizada pelos abnegados esforços de Roque Spencer Maciel de Barros, mas ainda não de todo completa, como êle mesmo salienta. (22)

#### NOTAS DO QUARTO CAPÍTULO DA SEGUNDA PARTE

- 1) — ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS: "A Evolução do Pensamento de Pereira Barreto e seu significado pedagógico", pgs. 162 e 163.
- 2) — Apud ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op cit.*, pg. 183.
- 3) — *Idem*, *ibidem*, pg. 168.

- 4) — O artigo de MIGUEL LEMOS no "*Estado de São Paulo*" foi reproduzido no Boletim Positivista n.º 23 P., agosto 14, 1901, pgs. 8 e seguintes.
- 5) — O artigo de PEREIRA BARRETO sôbre MIGUEL LEMOS encontra-se em ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pgs. 183 e 184.
- 6) — *Ibidem*, pg. 109.
- 7) — *Apud* PRIMITIVO MOACIR: "*A Instrução e o Império*", 3.º volume, pg. 565, citado pelo Professor ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 129.
- 8) — *Apud* PRIMITIVO MOACIR, *op. cit.*, pg. 575 e ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, I. cit.
- 9) — ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 137.
- 10) — *Ibidem*, pgs. 92 e 115.
- 11) — *Apud* MIGUEL LEMOS: "*Imigração Chinesa*", pg. 9, Rio, Sociedade Positivista, 1881.
- 12) — Veja-se o opúsculo n.º 47 do Apostolado: "*A Liberdade Espiritual e o Exercício da Medicina*", Rio, 1887.
- 13) — *Apud* ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pgs. 138 e 151, notas 47 e seguintes.
- 14) — *Ibidem*, pg. 151, nota 51.
- 15) — LUÍS PEREIRA BARRETO: "*Teoria das Gastralgias e das Nevroses em geral*", tese de doutoramento, pg. 5.
- 16) — *Apud* ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 139.
- 17) — *Ibidem*.
- 18) — LUÍS PEREIRA BARRETO: "*O Século XX sob o ponto de vista brasileiro*", in *O Estado de São Paulo*, de 25 de abril de 1901, *apud* ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 14.
- 19) — ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 192.
- 20) — *Idem, ibidem*, pgs. 194 e 195.
- 21) — *Vide* VICENTE DE CARVALHO: "*Verso e Prosa*", São Paulo, Cardozo Filho e Comp. 1909, pg. XVIII.
- 22) — A bibliografia de LUÍS PEREIRA BARRETO, organizada pelo Professor ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, encontra-se nas pgs. 205 a 218 da sua tese sôbre o illustre fluminense e é a seguinte:

#### A) — LIVROS E OPUSCULOS

- 1) — *Teoria das Gastralgias e das Nevroses em Geral* (tese de suficiência), Rio, Tipografia Paula Brito, 1865.
- 2) — *As Três Filosofias, Filosofia Teológica*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1874.
- 3) — *As Três Filosofias, Filosofia Metafísica*, Jacareí, Tipografia Comercial, 1876 (O Prefácio traz a data de 11 de janeiro de 1877).
- 4) — *Positivismo e Teologia, Uma Polêmica*, S. Paulo, Livraria Popular de Abílio Marques, 1880 (Polêmica com o pastor G. Nash Morton).
- 5) — *Soluções Positivas da Política Brasileira*, S. Paulo, Biblioteca Útil, Livraria Popular de Abílio Marques, 1880.
- 6) — *La viticulture à Saint Paul (Brésil), Lettre-Rapport a M. V. Pulliat*, São Paulo, Tip. de Jorge Seckler & Cia. 1888.
- 7) — *A Vinha e a Civilização*, Discurso do Dr. Barreto, S. Paulo, Tip. Riedel & Lemmi, 1896 (Este discurso foi primitivamente publicado no *Correio Paulistano*).
- 8) — *O Século XX sob o ponto de vista brasileiro*, S. Paulo, Tip. do Estado de São Paulo, 1901. (Este artigo foi primitivamente publicado, a 25 de abril — e não 23 como se encontra na folha de rosto desta publicação de 1901 em *O Estado de S. Paulo*).

- 9) — *Il Processo Longaretti e la difesa del Dr. L. P. Barreto* (Pro Justitia), edição bilingue (italiano e português), S. Paulo, Humberto Frontini-Editore, 1908 (O opúsculo reúne quatro artigos de Barreto publicados em 1908 em *O Estado de São Paulo*).

**B) — ARTIGOS PUBLICADOS EM "A PROVINCIA DE S. PAULO"**

- 1) — *A Terra Roxa*, série de 7 artigos, dias 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 10 de dezembro de 1876.
- 2) — *Aos Srs. Fazendeiros — O Café Liberia*, 5 de janeiro de 1877.
- 3) — *O sr. F. Albuquerque e o Café Liberia*, 21 de janeiro de 1877.
- 4) — *A Quintino Bocaiuva*, 26 de abril de 1877 (Cf. nota 58 do Capítulo II desta tese).
- 5) — *O Instituto Agrícola Paulista*, 19 de março de 1878.
- 6) — *S. Excia. o Ministro do Império e a Revista de Horticultura*, 27 e 28 de abril de 1878.
- 7) — *A Elegibilidade dos Acatólicos e o Parecer do Conselho de Estado*, 29 e 30 de outubro de 1879.
- 8) — *A Grande Naturalização*, série de 7 artigos, 15, 17, 19, 21, 22, 27 e 28 de fevereiro de 1880. (Estes artigos, reunidos aos do título 7, formam as *Soluções Positivas da Política Brasileira*).
- 9) — *A Propósito da Universidade*, série de 6 artigos, 9, 10, 13, 17, 21 e 22 de outubro de 1880.
- 10) — *Os Abolicionistas e a Situação do País*, série de 9 artigos, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 30 de novembro de 1880.
- 11) — *Horticultura e Agricultura nos Subúrbios da Capital (Resposta ao dr. J. Veiga Filho)*, série de 6 artigos, 22, 23, 24, 25, 26 e 27 de fevereiro de 1899.
- 12) — *Sericicultura (O Bicho da Seda Indígena)*, 25 de março de 1899.
- 13) — *A Peste Bubônica*, 3 de novembro de 1899.
- 14) — *A Arte de Fabricar o Vinho* (série incompleta de 5 artigos), 16 e 20 de novembro 4, 5 e 6 de dezembro de 1899.
- 15) — *A Peste e a Questão do Isolamento*, 11 de janeiro de 1900.
- 16) — *Contribuição para o Estudo da Epidemiologia da Febre Amarela em S. Paulo*, 3 de abril de 1900.
- 17) — *Epidemiologia — A Lógica como Instrumento de Pesquisa no Estudo da Epidemiologia*, 17 de julho de 1900.
- 18) — *Agricultura (Mais uma Ameaça contra o Café: O Fedegoso)*, 24 de novembro de 1900.
- 19) — *O filoxera (Carta ao dr. Otávio do Amaral)*, 16 de janeiro de 1901.
- 20) — *A Crise do Café*, 13 de maio de 1901.
- 21) — *Crônica Agrícola*, 10 de outubro de 1901.
- 22) — *Crônica Médica (A Mordedura de Cobra e o seu Remédio)*, 14 de novembro de 1901.
- 23) — *Crônica Médica (A Febre Amarela, os Mosquitos e a Água — Contribuição do dr. Hilário de Gouveia)*, 22 de novembro de 1901.
- 24) — *Futuras Indústrias em São Paulo (Sub-Produtos do Gás)*, 14 de abril de 1902.
- 25) — *A Tuberculose Bovina e a Higiene Municipal*, 23 de janeiro e 3 de fevereiro de 1902.
- 26) — *Abastecimento de Água da Capital*, 9 e 18 de dezembro de 1903.
- 27) — *Viticultura (Escola de Uvas — Exposição da Casa Garraux)*, 5 de fevereiro de 1904.
- 28) — *Pomologia e Horticultura*, série de 6 artigos, 14, 15, 16, 18, 19 e 23 de abril de 1904.
- 29) — *Indústria Pastoral*, 15 de julho de 1904.
- 30) — *A Nossa Lavoura de Café*, 20 de julho de 1904.

- 31) — *A Fusão da Paulista e da Mogiana*, 16 de outubro de 1904 (Reproduzido em *Secção Livre*, a 20 de novembro do mesmo ano).
- 32) — *Abastecimento de água*, 31 de outubro de 1904.
- 33) — *A Demonstração da Doutrina Sanitária Havanesa em Ribeirão Preto*, 6 de novembro de 1904.
- 34) — *Ensaio de Filosofia Médica*, 6 de setembro de 1907.
- 35) — *O processo Longaretti e a Lei Prinetti proibindo a Emigração para o Brasil*, série de 4 artigos, 25, 26, 27 e 28 de maio de 1908.
- 36) — *Indústria Pastoril (Um Apêlo à Classe Médica)*, série de 5 artigos, 12, 13, 14, 15 e 16 de fevereiro de 1910.
- 37) — *O Problema Terapêutico da Tuberculose*, 2 de fevereiro de 1910.
- 38) — *O Papel dos Moços na Evolução Social*, 28 de novembro de 1910.
- 39) — *A Química e a Pecuária (Discurso de Parainfo na Escola Luíz de Queiroz)*, 11 de novembro de 1910.
- 40) — *Variola ou Alastrim?* 5 de agosto de 1912.
- 41) — *Higiene Pública (O Papel das Moscas e a Insustentável Incúria das Sociedades Contemporâneas)*, 20 de novembro de 1912.
- 42) — *Exposição de Animais (A Pecuária Nacional em S. Paulo)*, 6 de maio de 1913.
- 43) — *Higiene Pública (A Carne Resfriada de Barretos)*, 2 de junho de 1913.
- 44) — *Os Desarranjos Intestinais das Crianças de Peito — Meios de Combatê-los*.
- 45) — *Lavoura Cafeeira*, 11 de abril de 1914.
- 46) — *Pró-Bélgica (Assuntos Psicológicos)*, 30 de dezembro de 1914.
- 47) — *A Convergência das Forças Intelectuais e Morais (Discurso)*, 3 de setembro.
- 48) — *Um Retrospecto de Meio Século Clínico*, 4 de setembro de 1915.
- 49) — *A Velhice e a Arte de Prolongar a Vida*, 4 de outubro de 1915.
- 50) — *O Papel dos Moços na Evolução Social (Uma Revisão de Antigos Conceitos sobre o perigo alemão)*, 15 de agosto de 1916.
- 51) — *Em Prol da Nossa Pecuária — As nossas plantas forrageiras*, 1 de maio de 1917.
- 52) — *Em Prol da Nossa Pecuária*, série de 6 artigos, 23, 24, 25, 26, 27 e 28 de junho de 1917. Os dois primeiros artigos levam o sub-título *A Estética da Raça — O Método em Zootécnica* — e os quatro últimos *Pecuária Honesta — Pecuária Manhosa — Pecuária Ave-lhacada*.
- 53) — *Em Prol da Nossa Economia Rural*, 17 de julho de 1917.
- 54) — *Em Prol da Nossa Mentalidade (A Conservação e Aperfeiçoamento das Línguas Neo-Latinas é uma Questão de Honra)*, série de 3 artigos, 11, 12, 13 de dezembro de 1917.
- 55) — *Meninas Feias e Meninas Bonitas (O que podem a Medicina e a Cirurgia em prol da Estética da Nossa Raça)*, 10 de abril e 9 de maio de 1918.
- 56) — *Palavras de Filosofia Eleitoral*, 17 de junho de 1918.
- 57) — *A Lavoura Cafeeira do Futuro*, série de 5 artigos, 7, 8, 9, 11 e 12 de junho de 1918.
- 58) — *A Gripe Epidêmica (Sua Profilaxia e o seu Tratamento Barato)*, 8 de novembro.
- 59) — *A Higiene da Mesa (O Papel do arsênico na vida diária: Sua importância na Dietética dos Velhos)*, 6 de dezembro de 1918.
- 60) — *A Pecuária Brasileira depois da Guerra*, série de 6 artigos, 6, 8, 9, 10, 20 e 21 de janeiro de 1919.
- 61) — *Pecuária (A Exposição de Gado de 1919)*, 20 e 22 de abril de 1919.
- 62) — *Pecuária Nacional (A Exposição de Animais de 1919 em S. Paulo)*, 30 de abril de 1919.
- 63) — *Seleção e Alimentação do Gado*, 1 de junho de 1919.
- 64) — *Casamentos consanguíneos*, 23 de junho de 1919.

- 65) — *Casamentos consanguíneos e a zootecnia moderna*, 28 e 29 de julho de 1919.
- 66) — *Tortas e Farelas*, 7 de novembro de 1919.
- 67) — *Do que precisa S. Paulo (Carta ao dr. M. Porchat)*, 11 de março de 1920.
- 68) — *Do que precisa S. Paulo — Um Plebiscito Necessário*, 14 de março de 1920.
- 69) — *Exposição de Bois Gordos*, 13 de abril de 1920.
- 70) — *A Mocidade da Faculdade de Medicina de S. Paulo (Um Caso de Classificação das Ciências)*, 29 de abril de 1920.
- 71) — *A Ciência Germânica e a Ciência Latina (A Mocidade da Faculdade de Medicina de S. Paulo)*, 5 de junho de 1920.
- 72) — *Crédito Agrícola — A Proteção das Nuvens de Fumaça contra as Geadas*, série de 4 artigos, 30 e 31 de julho e 11 e 12 de agosto de 1920.
- 73) — *Uma Grande Iniciativa*, 8 de dezembro de 1920.
- 74) — *As Carnes Brasileiras em Crise na França*, 31 de dezembro de 1920.
- 75) — *A exposição de Gado em 1922*, 5 de fevereiro de 1921.
- 76) — *O Rejuvenescimento e o prolongamento da vida (segundo Voronoff e Steinach)*, 6 de abril de 1921.
- 77) — *A Peste Bovina*, 9 de abril de 1921.
- 78) — *A Peste Bovina*, série de 3 artigos, 10, 19 e 28 de abril de 1921.
- 79) — *Agricultura*, 23 de junho de 1921.
- 80) — *Higiene Rural — O Urubu*, 26 de julho de 1921.
- 81) — *O Futuro de Santos (No Comércio e na Indústria)*, 5 de setembro de 1921.
- 82) — *A Defesa do Café (Carta aberta ao Dr. Alfredo Pujol)*, 1 e 3 de janeiro de 1922.
- 83) — *A Higiene da Mesa*, 7 de setembro de 1922 (Edição Especial do Centenário da Independência).
- 84) — *Exposição de Gado*, série de 5 artigos, 10, 11, 12, 14 e 15 de setembro de 1922.
- 85) — *O Problema do Alcool (As Estradas de Rodagem, o Alcool em lugar da Gazolina e a Nossa Futura Pecúria)*, 3 e 4 de outubro de 1922.
- 86) — *Centenário de Pasteur Elogio Histórico*, 27 e 28 de dezembro de 1922.

C) — POLEMICAS TRAVADAS PELA "PROVÍNCIA DE S. PAULO  
POLEMICA COM JOSÉ BONIFÁCIO (1878).

(Não pudemos consultar os artigos de J. Bonifácio, publicados na *Tribuna Liberal*).

Os artigos de Pereira Barreto, sob o título *Jacaré — o Sr. Conselheiro José Bonifácio*, foram publicados nos dias 26, 27, 30 de junho e 2, 18, 20, 21, 22, 23 e 24 de agosto. A 13 e 15 de agosto, Barreto publicou dois artigos sob o pseudônimo *Um que não tem aranha no teto*. (Cf. nota 1 do capítulo III deste trabalho).

POLEMICA COM NASH MORTON (Reunidas em "POSITIVISMO E  
TEOLOGIA) (1880).

- 1) — *Do Espírito Positivo — Por Augusto Comte*, de José Leão, 7 de fevereiro.
- 2) — *Positivismo*, por Nash Morton, 13 de fevereiro.
- 3) — *A Propósito do Positivismo*, por Américo de Campos, 14 de fevereiro.
- 4) — *O sr. G. N. Morton e o Positivismo* por Pereira Barreto, série de de três artigos, 15, 17 e 18 de fevereiro.
- 5) — *O Positivismo*, por N. Morton, 21 de fevereiro.
- 6) — *A Propósito do Positivismo*, por A. Campos, 22 de fevereiro.

- 7) — *Positivismo*, por N. Morton, 22 de fevereiro.
- 8) — *O sr. Norton e o Positivismo — Noção de Lei Natural*, por P. Barreto, 12, 13 e 14 de março (De uma série de 11 artigos, completa em *Positivismo e Teologia*, Barreto publicou apenas os três últimos pela *Provincia*).
- 9) — *O Positivismo*, por N. Morton, 20 de março.
- 10) — *O sr. Norton e o Positivismo*, por P. Barreto, série de 5 artigos, 24, 25, 30 e 31 de março e 1 de abril.
- 11) — *Positivismo* por N. Morton, 2 de abril (Este artigo não se encontra em *Positivismo e Teologia*).

#### POLEMICA SOBRE O DARWINISMO (1880)

- 1) — *O Darwinismo e o sr. Dr. Barreto*, por Um Darwinista, 7 de abril.
- 2) — *O Darwinismo (Uma Resposta)*, por Pereira Barreto, série de 4 artigos, 15, 16, 17 e 22 de abril.
- 3) — *O Darwinismo e o sr. dr. Barreto*, por um Darwinista, 29 de abril e 8 de maio.
- 4) — *O Darwinismo (Uma Resposta)*, por P. Barreto, 9 e 12 de maio.

#### POLEMICA SOBRE VITICULTURA (1887)

- 1) — *Um Prêmio útil — Cartas ao dr. Rangel Pestana*, por Frederico de Albuquerque, série de 6 artigos, 5, 6, 8, 9, 10 e 11 de março.
- 2) — *O Prêmio Provincial à Cultura da Vinha*, por P. Barreto, série de 5 artigos 13, 15, 16, 17 e 18 de março contestando as idéias de F. Albuquerque.
- 3) — *Videiras Americanas, Cartas ao dr. L. P. Barreto*, por F. Albuquerque, série de 3 artigos, 20, 22 e 23 de março.
- 4) — *O Prêmio Provincial à Cultura da Vinha*, por P. Barreto, 27 de março.
- 5) — *Videiras Americanas*, por F. Albuquerque, 30 de março.
- 6) — *O Prêmio Provincial à Cultura da Vinha*, por P. Barreto, 31 de março.

#### D) — O SÉCULO XX SOB O PONTO DE VISTA BRASILEIRO (POLEMICA COM D. MIGUEL KRUSE E EDUARDO PRADO) (1901).

Relacionamos, aqui, apenas os principais entre os oitenta e três escritos (54 em "*O Estado de S. Paulo*" e 29 em "*O Comércio de S. Paulo*") relacionados à polêmica. Não fizemos o levantamento de escritos publicados em outros jornais da capital, nos quais a polêmica foi comentada, como o *Diário Popular*, *Correio Paulistano*, etc. A lista dos artigos de Barreto e de Eduardo, entretanto, é completa.

- 1) — *O Século XX sob o ponto de vista brasileiro — Saudação à Classe dos Engenheiros*, por Pereira Barreto, "*O Estado de S. Paulo*", 25 de abril.
- 2) — *O Século XX e o Dr. Barreto*, por D. Miguel Kruse, "*O Estado de S. Paulo*", 29 de abril.
- 3) — *O Século XX e o sr. D. Miguel Kruse*, por P. Barreto, "*O Estado de S. Paulo*", de 2 de maio.
- 4) — *O Sábio dr. Barreto e o sr. A. M. Miguel Kruse Beneditino*, por Iorobabel, "*O Estado de S. Paulo*", de 3 de maio.
- 5) — *O Século XX e o dr. L. P. Barreto*, por M. Kruse, "*O Estado de S. Paulo*", de 5 de maio.
- 6) — *O Século XX e D. Miguel Kruse, A. M. B.* por P. Barreto, "*O Estado de S. Paulo*" de 7 de maio.
- 7) — *Ao sr. Dr. Barreto*, por M. Kruse, "*O Estado de S. Paulo*", de 8 de maio.

- 8) — *Omnia in Christo*, transcrito do jornal católico *Império*, "O Estado de S. Paulo" de 9 de maio (não traz indicação de autor).
- 9) — *O Clericalismo — o Sábio Dr. Pereira Barreto e D. Miguel Kruse*, por Iorobabel, "O Estado de S. Paulo", de 10 de maio.
- 10) — *O dr. Barreto e a Ciência — Caso curioso de Intolerância Religiosa no século XX*, por Eduardo Prado, "O Comércio de S. Paulo" de 16 de maio (Este artigo foi transcrito na segunda parte do vol. IV das Coletâneas, pgs. 105-235).
- 11) — *O Século XX e o dr. Eduardo Prado*, por P. Barreto, "O Estado de S. Paulo" de 18 de maio.
- 12) — *O Dr. Barreto e a ciência — Caso curioso de intolerância Religiosa no Século XX*, por Eduardo Prado, "O Comércio de S. Paulo", de 19 de maio (Este artigo foi também transcrito no vol. IV das Coletâneas, pgs. 239/273).
- 13) — *O Século XX e o dr. Eduardo Prado*, por P. Barreto, "O Estado de S. Paulo", de 21 de maio.
- 14) — *O Clericalismo*, por Iorobabel, "O Estado de S. Paulo", de 21 de maio.
- 15) — *O Dr. Barreto sem Ciência*, por Eduardo Prado, "O Comércio de S. Paulo" de 22 de maio.
- 16) — *A Amazônia*, artigo de L. Cruls, precedido de uma carta de P. Barreto, "O Estado de S. Paulo", de 22 de maio.
- 17) — *A Mentira e a História*, por David (contra Iorobabel), "O Comércio de S. Paulo", de 22 de maio.
- 18) — *O Clericalismo*, por Iorobabel, "O Comércio de S. Paulo", de 22 de maio.
- 19) — *O Século XX e o Dr. Eduardo Prado*, por P. Barreto, "O Estado de S. Paulo" de 23 e 24 de maio (Dois artigos independentes com o mesmo título).
- 20) — *A Questão Religiosa*, por Alberto Scabra, "O Estado de S. Paulo", de 26 de maio.
- 21) — *Ainda o Dr. Barreto*, por Eduardo Prado, "O Comércio de S. Paulo", de 22 de maio.
- 22) — *O Século XX e o dr. Eduardo Prado*, por P. Barreto, "O Estado de S. Paulo" de 28 de maio.
- 23) — *A Questão Religiosa*, por P. Barreto, "O Estado de S. Paulo" de 27 de maio.
- 24) — *Linguística*, por P. Barreto, "O Estado de S. Paulo", de 30 de maio. Estes artigos embora sem referência a E. Prado, estão relacionados com a polêmica.
- 25) — *Apostolado Positivista do Brasil — A propósito de uma Polêmica* por M. Lemos, "O Estado de S. Paulo" de 31 de maio. Este artigo foi transcrito a 2 de junho, por "O Comércio de S. Paulo", sob o título *O Dr. Barreto Repudiado pelos Positivistas*.
- 26) — *A Questão Religiosa (A inibição mental segundo Teófilo Braga)*, por P. Barreto, transcrevendo grande parte de um artigo do autor português, "O Estado de São Paulo", de 2 de junho.
- 27) — *Ao Apostolado Positivista do Brasil*, por Eduardo Prado, "O Comércio de São Paulo" de 2 de junho.
- 28) — *Formação da Linguagem*, pelo Dr. Ascânio Villas Boas, "O Comércio de S. Paulo", de 3 de junho.
- 29) — *Uma página de História Monástica Contemporânea*, por D. Miguel Kruse, "O Comércio de S. Paulo" de 5 de junho. O artigo é evidentemente provocado pela polêmica, embora sem qualquer referência a ela.
- 30) — *A Desilusão Brasileira — Caso Notável da Perversão da Moral Social no Século XX*, por Santos Werneck, "O Estado de S. Paulo", de 6 de junho.

- 31) — *Ao dr. Eduardo Prado — A inibição Religiosa do Dr. L. P. Barreto e a Decadência Néo-Latina*, por Estelita Tapajós, "*O Comércio de S. Paulo*", de 6 de junho.
- 32) — *O Positivismo e o dr. Eduardo Prado*, por P. Barreto, "*O Estado de S. Paulo*" de 6 de junho.
- 33) — *O Dr. Barreto Repudiado pelos Positivistas*, carta de M. Lemos a E. Prado, "*O Comércio de S. Paulo*", 9 de junho.
- 34) — *Sábio Nacional e Capital Estrangeiro*, por E. Prado, "*O Comércio de S. Paulo*" de 10 de junho.
- 35) — *A Desilusão Brasileira e o dr. Eduardo Prado*, por Santos Werneck, "*O Estado de S. Paulo*", de 11 de junho.
- 36) — *A Questão Religiosa*, por A. Vieira de Carvalho (contestação a E. Prado, a respeito da *questão médica*). "*O Estado de S. Paulo*", de 11 de junho.
- 37) — *O Dr. Eduardo Prado e o Africanismo*, por P. Barreto, "*O Estado de S. Paulo*", de 12 de junho.
- 38) — *Apostolado Positivista do Brasil — A Propósito de uma polêmica*, por Miguel Lemos, "*O Estado de S. Paulo*" de 12 de junho. Transcrito em "*O Comércio de S. Paulo*" a 13 de junho, sob o título *O Dr. Barreto Repudiado pelos Positivistas*".
- 39) — *Aos Católicos*, por D. Miguel Kruse, "*O Estado de S. Paulo*" de 13 de junho.
- 40) — *D. Miguel Kruse e o Convento de S. Bento*, por P. Barreto, "*O Estado de S. Paulo*" de 14 de junho.
- 41) — *Prêmio Agrícola Dr. Barreto*, carta dirigida a "*O Comércio de S. Paulo*" e publicada a 14 de junho, desafiando Barreto a provar certas afirmações.
- 42) — *Ao "Comércio de S. Paulo"* por P. Barreto, respondendo ao desafio da carta citada no título 41, "*O Estado de S. Paulo*", de 15 de junho.
- 43) — *As Contas e Fantasia do Dr. Barreto*, por Eduardo Prado, "*O Comércio de S. Paulo*", de 15 de junho.
- 44) — *O Século XX — O Dr. Eduardo Prado e a sua ciência Enciclopédica*, por P. Barreto, "*O Estado de S. Paulo*" de 16 de junho.
- 45) — *O Século XX — ao Dr. L. P. Barreto*, por F. Prates, publicado a 17 de junho em "*O Estado de S. Paulo*" e em "*O Comércio de S. Paulo*" notificando a abertura de processo contra Pereira Barreto.
- 46) — *Ao sr. dr. Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo*, por Eduardo Prado, "*O Comércio de S. Paulo*", de 20 de junho. Resposta a A. Vieira de Carvalho (cf. Título 36).

Cite-se ainda, em relação a esta polêmica, o escrito "*A Vingança do Percevejo*", do padre José Severiano de Rezende, em seu livro *Eduardo Prado — Páginas de Crítica e Polêmica*, S. Paulo, N. Falcone & Cia, s/data, pgs. 115-138.

## E) — POLÊMICAS TRAVADAS PELO O "ESTADO DE S. PAULO"

### POLEMICAS SOBRE A FEBRE AMARELA (1903)

#### A) — POLÊMICA COM O DR. ARTHUR MENDONÇA:

- 1) — Relatório da Comissão Médica instituída para acompanhar as experiências sobre a transmissão da febre amarela, no Hospital do Isolamento, comissão constituída por P. Barreto, Adriano de Barros e Silva Rodrigues, em "*O Estado de S. Paulo*", de 24 de fevereiro.
- 2) — *Febre Amarela*, artigo de A. Mendonça, contestando as conclusões da Comissão, em "*O Estado de S. Paulo*", de 24 de fevereiro.
- 3) — *Transmissão da Febre Amarela pelos Mosquitos*, por P. Barreto, 1, 2, 3 e 4 de março.

- 4) — *Transmissão da Febre Amarela pelos Mosquitos*, por A. Mendonça, 5, 6, 7, 8 e 9 de março.
- 5) — *Transmissão da Febre Amarela pelos Mosquitos*, por P. Barreto, 10, 11 e 12 de março.
- 6) — *Transmissão da Febre Amarela pelos Mosquitos*, por A. Mendonça, 13 de março.
- 7) — *É a Febre Amarela Contagiosa?*, P. Barreto, 15 de março.
- 8) — *É a Febre Amarela Contagiosa?*, por A. Mendonça, 16 de março.

#### B) — POLÊMICA COM O DR. NUNO DE ANDRADE:

- 1) — Discurso sôbre a extinção da febre amarela em S. Paulo, na solenidade de entrega de medalhas às pessoas que se submeteram a experiência no Hospital do Isolamento (pronunciado dia 12 e publicado no dia 13 de outubro).
- 2) — *Apoteose do Mosquito*, por Arthur Mendonça, 14 de outubro.
- 3) — *Um Aforismo Truncado*, por Nuno de Andrade, 13 de novembro.
- 4) — *Restauração da Escolástica em Medicina*, por P. Barreto, 18 de novembro.
- 5) — *Um Aforismo Truncado*, por Nuno de Andrade, 29 de novembro.
- 6) — *Restauração da Escolástica em Medicina*, por P. Barreto, 2 e 4 de dezembro.
- 7) — *Um Aforismo Truncado*, por Nuno de Andrade, 11 de dezembro.
- 8) — *Restauração da Escolástica em Medicina*, por P. Barreto, 14 de dezembro.
- 9) — *A Febre Amarela (Conferência Sanitária Internacional de Paris)*, por A. Mendonça, 25 de dezembro.

#### C) — POLÊMICA SÔBRE PECUÁRIA (1910 a 1915)

##### a) — POLÊMICA COM "EPICARNUS" (1910)

- 1) — *Exposição de Animais*, por Epicarnus, série de artigos publicados nos dias 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11 de maio. No segundo artigo, especialmente Epicarnus critica opiniões de Barreto sôbre Pecuária.
- 2) — *O Gado Platino no Brasil*, por Manuel Bernardez, 6 de maio.
- 3) — *Evolução da Pecuária Brasileira — O Cruzamento com o Caracú*, por Manuel Bernardez, 7 de maio.
- 4) — *Indústria Pastoril*, por Pereira Barreto, 10 e 11 de maio.

##### b) — POLÊMICA COM O CONSELHEIRO ANTÔNIO PRADO (1911)

- 1) — *O problema pecuário no Brasil*, por P. Barreto, 21 de maio.
- 2) — *A Pecuária Nacional e o Dr. Luís Barreto*, por A. Prado, série de 4 artigos, 4, 5, 7 e 9 de julho.
- 3) — *A Pecuária Nacional e o Conselheiro Antônio Prado*, por Pereira Barreto, série de 7 artigos, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de junho.
- 4) — *A Pecuária Nacional e o Dr. Luís Pereira Barreto*, por A. Prado, série de 4 artigos, 4, 5, 7 e 9 de julho.
- 5) — *A Pecuária Nacional e o Conselheiro Antônio Prado*, por P. Barreto, 13 e 14 de julho.
- 6) — *A Pecuária Nacional e o Dr. Luiz Barreto*, por A. Prado, 27 de julho.
- 7) — *A Pecuária Nacional e o Conselheiro Antônio Prado*, por P. Barreto, 3 de agosto.

## c) — POLÊMICA COM EDUARDO COTRIM (1914)

- 1) — *A Pecúria Nacional (O livro do dr. Eduardo Cotrim — Fazenda Moderna — Guia do Criador do Gado Bovino no Brasil, por P. Barreto, 1 de julho.*
- 2) — *A Pecúria Nacional, por Eduardo Cotrim, 10 de julho.*
- 3) — *A Pecúria Nacional (A Fazenda Moderna do dr. Eduardo Cotrim), por Pereira Barreto, 18 de julho.*
- 4) — *A Pecúria Nacional (A Fazenda Moderna e o dr. L. P. Barreto), por E. Cotrim, 22 de julho.*
- 5) — *A Pecúria Nacional e o Dr. Eduardo Cotrim, por P. Barreto, 17 de agosto.*

## d) — NOVA POLÊMICA COM ANTÔNIO PRADO (1915).

- 1) — *A Pecúria e a Mucuna, por P. Barreto, 29 de março.*
- 2) — *A Pecúria e a Mucuna, por A. Prado, 10 de abril.*
- 3) — *Seleção ou Cruzamento, por A. Prado, 19 de abril.*
- 4) — *Seleção ou Cruzamento, por P. Barreto, série de 5 artigos, 26 e 28 de abril, 1 e 5 de maio e 10 de junho.*

## D) — OUTROS TRABALHOS

- 1) — *Parecer sobre a criação de um curso médico em S. Paulo (assinado por Pereira Barreto, Odilon Goulart, Franco da Rocha e Carlos Botelho), publicado por Primitivo Monch, A Instrução Pública no Estado de S. Paulo, S. Paulo, Brasiliense, Comp. Edit. Nacional, 1942, 2.º volume, pgs. 298/304. (O parecer é de 6 de março de 1896).*
- 2) — *Padre Chico, in Homenagem a Mons. Dr. Francisco de Paula Rodrigues no 50.º aniversário de sua Ordenação Sacerdotal, S. Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1914, pg. 36.*
- 3) — *O Último Passo da Cirurgia (Tratamento abortivo da Infecção das Feridas) in Revista do Brasil, Ano I, Vol. I, Janeiro-Abril de 1916, S. Paulo, pgs. 19/23.*
- 4) — *Parecer sobre Casamentos Consanguíneos, in Da Proibição de Casamentos entre colaterais do 3.º grau — Uma Iniquidade do Código Civil, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1919, pgs. 45/46.*
- 5) — *Casamentos Consanguíneos, in Revista do Supremo Tribunal, Vol. XIX, Fasc. 11, Maio de 1919, pgs. 478/81.*
- 6) — *A Valorização do Café, in Revista do Brasil, Ano VII, Vol. XX, n.º 77, Maio-Agosto de 1922, S. Paulo — Rio de Janeiro, Secção Debates e Pesquisas, pgs. 82/4.*

TERCEIRA PARTE

O POSITIVISMO NOS ESTADOS



## CAPÍTULO PRIMEIRO

### O POSITIVISMO NO MARANHÃO

I) *Joaquim Serra e o jornal "Ordem e Progresso"*; *Brandão Júnior e sua memória sobre a escravatura no Maranhão*. II) *Teixeira de Souza, Celso Magalhães, Alúzio Azevedo*. III) *Agostinho Gomes de Castro, Benedito Leite, José Luso Tôrres e Souzaêdrade*.

#### I

A PRIMEIRA manifestação do Positivismo no Maranhão ocorreu em 1860, quando começou a circular, em São Luís, o jornal "*Ordem e Progresso*", órgão hebdomadário da liga entre liberais e conservadores. Os seus redatores eram Gentil Braga, Antônio Belfort Roxo e Joaquim Serra. O seu programa era o do partido que, em todo o Império, então se denominava progressista. (1)

Referindo-se a Gentil Braga em seu livro — "*Sessenta Anos de Jornalismo — A Imprensa no Maranhão*" — publicado sob o pseudônimo de *Ignotus*, escreve Joaquim Serra:

"Entre as muitas inteligências superiores que o Maranhão viu desaparecer na força da mocidade, como Gomes de Souza, Gonçalves Dias, Lisboa Serra, Franco de Sá, Trajano Galvão, Marques Rodrigues e Celso Magalhães, ocupa lugar notável Gentil Braga, êsse môço poeta e prosador distinto, recomendável como jornalista esclarecido e político digno de fé.

"Como redator do "*Ordem e Progresso*", desde 1860 a 1861, publicou êle nesse periódico artigos admiráveis, tais como os que discutiam a entrada do corsário *Sumter*, durante a guerra dos Estados Unidos, no pôrto do Maranhão, sustentando as boas doutrinas da neutralidade. Êsses artigos motivaram um aviso do Ministro dos Estrangeiros, explicando o direito dos neutros". (2)

Teria influido, na escolha do título dêsse jornal, a revista editada em Paris pelo discípulo de Augusto Comte, Don José Segundo Florez — "*El Eco Hispano-Americano*", que era encimada pela divisa "*Ordem e Progresso*"? Ou teria sido sugestão de Joaquim Serra que, cursando a Escola Militar do Rio de Janeiro, de 1853 a 1857, aí travara conhecimento com o Positivismo, tirando a divisa da página de rosto do *Sistema de Política Positiva*?

Depois da publicação do "*Ordem e Progresso*" veio a propaganda francamente positivista, empreendida por Francisco Antônio

Brandão Júnior, que, como vimos em capítulo anterior, formado em ciências naturais pela Universidade de Bruxelas, aí publicou, em março de 1865, a memória intitulada "*A Escravatura no Brasil e a Agricultura e Colonização no Maranhão*".

Dedicada a Luís Pereira Barreto, colega de Brandão na Universidade de Bruxelas, essa memória constitui a primeira aplicação das doutrinas sociais de Augusto Comte à realidade brasileira.

Partia Brandão do princípio de que, havendo sido a escravatura sancionada pela sociedade, aquêles que tinham herdado de seus pais uma fortuna em escravos, muito embora fôsse em seus dias monstruosa tal instituição, estavam no legítimo gozo desses bens, assim como de todos e quaisquer outros haveres legalizados pela sociedade. Não poderiam, por conseguinte, os possuidores de escravos ser deles privados senão injustamente, atacando-se o direito de propriedade. (3)

Reconhecendo, dêste modo, o direito dos senhores de escravos, Brandão rejeitava a abolição incondicional, sem indenização, e propunha, como medida inicial, a proibição da venda de um só escravo, transformando-se os cativos em colonos livres radicados à gleba. Aplicando ao Brasil a lei da evolução formulada por Comte, nosso país se acharia, economicamente, numa fase histórica que corresponderia à organização feudal. (4)

Propondo fôsssem os senhores, por lei, obrigados a atribuir ao escravo um salário proporcional ao seu trabalho, salário com o qual compraria a sua liberdade, insistia Brandão na necessidade de serem fixados, como colonos nas mesmas fazendas em que se encontravam, aquêles homens que até então nelas labutavam como cativos.

E argumentava: Um bom escravo, no Maranhão, e no tempo do algodão a dez mil réis, custava um conto de réis. Rendia anualmente 140\$000, inclusive despesas com o próprio, ou seja uma diária de 450 réis. Se ao escravo fôsse atribuído um "*ordenado proporcional ao seu trabalho*", sua ambição cresceria, produziria mais, porque estaria trabalhando com a certeza de adquirir a liberdade. Logo, o seu rendimento poderia ser calculado na base de 600 ou 800 réis diários. Fixado que lhe fôsse o salário de 200 réis por dia, no fim de dez ou quinze anos reuniria um pecúlio de 700\$000 a 800\$000, quantia necessária para alforriar-se. (5)

Esta solução — observa Hermes Lima — "era, incontestavelmente, generosa para os senhores. Não faltaram, de resto, soluções abolicionistas generosas para o propriedade servil, na história nacional da abolição. Entretanto, por mais generosas e inteligentes que fôsssem jamais encontraram compreensão da parte dos fazendeiros e proprietários. Não teria, realmente, sido mais interessante, para o país, organizar um regime gradual de emanci-

pação, em que do preto escravo se acabasse fazendo, nos termos da sugestão de Brandão, um colono livre, fixado à terra?" (6)

Assiste a Hermes Lima plena razão. Apesar de muito branda e moderada, provocou a solução alvitrada por Brandão Júnior, imensa reação por parte dos seus parentes e amigos do Maranhão, conforme se vê da seguinte carta por êle dirigida a Pierre Laffitte, em 4 de julho de 1865, quando ainda se achava em Bruxelas.

Verto, para o vernáculo, essa carta onde se reflete, ao vivo, a mentalidade escravocrata do Maranhão nesse tempo:

"Bruxelas, 17 de Carlos Magno de 77 (4 de julho de 1865)

"Meu caro Senhor Laffitte.

"Tenho em mãos sua carta de ontem, mas ainda não me chegou a sua Circular, que espero receber dentro em breve.

"A propósito do meu trabalho, são péssimas as notícias do Brasil. Para dar-lhe uma idéia do escândalo que aí provocou, traduzo-lhe algumas linhas de uma carta de meu irmão:

"Lamento — diz êle — assim como nossos pais, que o primeiro trabalho que publicaste, tenha tido por objetivo grangear-te grande número de inimigos logo no início de tua carreira, e que os enormes sacrifícios feitos por nosso Pai para a tua educação, queiras pagá-los com a ruína da fortuna dêle, lançando à miséria a sua família! Que satisfação seria a nossa ver-te estudar para te tornares depois o apoio de nossa família e dar-nos o prazer de ver nosso Pai fazer brilhante figura no país; mas, com a leitura de teu trabalho, tôdas essas belas esperanças se esboroaram, e hoje não vemos em ti mais do que um homem que, achando-se na situação de viver à custa dos seus estudos, nem ao menos olha para a família e atira-a à miséria, contanto que o seu nome apareça como o do reformador do Brasil!... Não podias escolher mais detestável assunto — esta é a opinião até mesmo de teus amigos. Havia tantas coisas belas que podiam servir-te de motivo para exhibir os teus talentos; mas, tal é a nossa desgraça, havias de escolher o que havia de pior para escrever e hoje és tido como um louco, um utopista! — Sinto, o mais possível, a celeuma que aqui se levanta contra ti; teu trabalho foi condenado por todo mundo e deves lembrar-te de teu Pai, de tua Mãe e de tuas irmãs, que perderão a mais bela porção de sua fortuna, e não deves ser um ingrato e egoísta, porquanto podes viver do teu trabalho, enquanto nós não o podemos senão através dos nossos escravos, e se eu viesse a perder a minha fortuna, diria: *"Meu irmão lançou-me à miséria!"*

"E continua com conselhos para que eu não mais escreva sôbre a escravidão, e faz até mesmo algumas ameaças! — Meu Pai não me escreve mais, e minha Mãe, que está muito doente, piorou, supondo-me a causa das desgraças de nosso país! Felizmente, porém, conheço hoje o Positivismo; sei haver cumprido o meu dever e estou contente. Imagine, meu caro amigo, em que

circunstâncias me encontro, apesar da segurança que tenho da felicidade que meu trabalho deve proporcionar ao Brasil! De Barreto não tenho notícias. Desejo-lhe boa saúde. Saúde e fraternidade! (ass.) F. Brandão”.

Vê-se, por esta carta, quanto era socialmente acanhada, ainda em 1865, a *Atenas Brasileira*. Se um opúsculo em que se propunha, não a abolição pura e simples, mas apenas um regime de transição, era capaz de produzir tamanha reação contra o seu autor, quais não seriam nesse ambiente a resistência e a prevenção contra os princípios e as idéias de Comte?

Nomeado, ao regressar, catedrático de Química do Liceu Maranhense, não só aí, mas através da imprensa, empreendeu Francisco Antônio Brandão Júnior, de 1865 a 1870, divulgar a doutrina de que se fizera adepto na Bélgica ao lado de Pereira Barreto e Ribeiro de Mendonça. Esparsa e pouco intensa, estendeu-se a sua ação por mais de um quinquênio, não apresentando, porém, como era de prever, à vista do meio sufocante e pouco receptivo, resultados de interesse. Durante o Império, Brandão Júnior foi deputado provincial em várias legislaturas. (7)

## II

Conforme registra Joaquim Serra, começou em 1869 a ser publicado, em São Luís, o “periódico de literatura amena, intitulado *“Juvenília”*.”

“Seu fundador e principal redator foi o Sr. José Eduardo Teixeira de Souza, talentoso escritor, que mais tarde se fêz notável, na imprensa fluminense, por trabalhos literários e científicos. Poeta distinto e filósofo positivista, o Dr. Teixeira de Souza nessa folha literária, como em outras onde colaborou, deu justa medida de sua culta e variada ilustração”. (8)

Transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde se formou em medicina, defendendo uma tese sôbre a *“influência das experiências fisiológicas no progresso da medicina prática”*, Teixeira de Souza foi um dos primeiros aderentes da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, realizando, em seu nome, em 25 de maio de 1881, uma conferência comemorativa de Calderon de La Barca que figura na coleção de publicações do Apostolado Positivista do Brasil. (9)

Desligando-se do grêmio fundado por Miguel Lemos, visto não concordar com a ruptura com Pierre Laffitte, foi Teixeira de Souza, após a proclamação da República, nomeado, por indicação de Benjamin Constant, professor de Sociologia da Escola Militar do Rio de Janeiro.

Em 1876 surge de nôvo a doutrina de Augusto Comte na imprensa maranhense, desta vez provocando um escândalo, que

fundamente abalou a opinião pública de São Luís e de toda a província.

Depois de bacharelar-se, em 1873, pela Escola de Direito do Recife, onde se fez positivista, Celso Magalhães fixou residência em São Luís e aí passou a divulgar a nova doutrina através de artigos, discursos e conferências. Vinha do Recife aureolado de grande fama de talento e cultura e, na capital maranhense, conquistou vários entusiastas para o Positivismo, dentre os quais se destacavam Aluísio Azevedo, João Afonso do Nascimento, Eduardo Ribeiro, Montrose Ribeiro, João Moraes Rêgo, Vítor Lobato e Agripino Azevedo.

Eis como Joaquim Serra, em seu já citado livro — *A Imprensa no Maranhão*, alude a Celso Magalhães:

“Quando em 1867 êsse estudioso menino (teria então 16 anos) pela primeira vez apareceu na imprensa, escrevendo artigos literários para o *“Semanário Maranhense”*, a redação daquela revista disse convencidamente que estreava um talento de eleição.

“A profecia não foi mentirosa. Sem ocuparmo-nos, porque sai do estreito quadro do nosso programa, com o muito que brilhantemente escreveu Celso Magalhães na imprensa acadêmica do Recife (onde somente o seu estudo sobre a poesia popular no Brasil qualifica uma aptidão), para que seu nome figure com justiça nesta resenha, é bastante a coleção de folhetins que, sob o pseudônimo de *“Balcofrio”*, escreveu êle no *“País”*.

“Imaginação vivaz, de que é testemunho o seu formoso livro de poesias; crítico notável pelo conhecimento que tinha dos mais adiantados processos de análise filosófica, era Celso Magalhães dotado de pronto talento de observação, tendo-se educado com estudos fortes e variados.

“Nos folhetins do *“País”*, êle discutiu com solidez, e, ao mesmo tempo, com amenidade de estilo, as mais altas questões de letras, de artes, de comércio ou de indústria, sempre rasgando horizontes novos e argumentando com abundância de razão e de verdade.

“Detestava o palavreado balofo e tinha um estilo condensado, manifestando suas idéias com rara lucidez.

“Os folhetins de *“Balcofrio”* não são, como a maior parte de escritos nesse gênero, destinados ao viver de um dia, reduzidos a livro, em todo tempo valerão muito, porque nêles se encontram admiráveis estudos sociológicos, de preço inestimável como idéia e como produto artístico.

“Depois de colaborar no *“País”*, e despeitado por questões de política provincial, entrou para a redação do *“Tempo”*, folha conservadora, onde aquêle espírito, sinceramente republicano, não se devia sentir muito à vontade.

“Aí pouco se demorou, vindo a morte arrebatá-lo no verdor da idade”. (10)

Sílvio Romero concordava com Joaquim Serra sobre o valor dos trabalhos críticos de Celso Magalhães, ao qual assim alude em sua *História da Literatura Brasileira*:

“Eu falei poucas linhas acima em nossa *poesia popular*. No Rio de Janeiro não se tinha tratado semelhante assunto antes do excelente escrito do notável crítico Celso Magalhães, intitulado — *A poesia popular brasileira*, publicado no Recife em 1873”. (11)

Eis agora como Graça Aranha se externa sobre Celso Magalhães:

“Foi um dos precursores do abolicionismo na poesia, com o seu poema *“Os Calhambolas”*. Na Academia, foi um dos espíritos mais tocados da ciência moderna. Pertencia ao grupo predestinado a realizar no Brasil a reforma espiritual que o darwinismo e as ciências físicas tinham impôsto à Europa. Foi êle quem primeiro estudou cientificamente o folclore brasileiro, num ensaio primacial sobre a poesia popular, dando o sinal de partida e a orientação para os estudos de Vale Cabral, Sílvio Romero, Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues e tantos outros. Meu pai o estimava extraordinariamente e o teve como colaborador conspícuo no “País”. Os seus folhetins eram vivos, de uma acrobacia prodigiosa, onde a inteligência não se deixava entorpecer pela erudição. Depois da sua morte, já eu era acadêmico de direito, quando li o manuscrito do seu drama *“O Processo Valadares”*, confiado a meu pai. Esse manuscrito foi remetido ao meu tio Heráclito Graça, residente no Rio, que o passou a Artur Azevedo. Não foi representado nem publicado e jaz na Biblioteca Maranhense. Artur Azevedo fêz publicar em 1881, na *Revista Brasileira* (2.<sup>a</sup> fase), depois da morte de Celso Magalhães, o romance *“Um Estudo de Temperamento”* que êle lhe entregara no Recife em 1873. A publicação não foi concluída por ter cessado o aparecimento da Revista. É um ensaio de romance naturalista, dos costumes provincianos, romance que antecipava *“O Mulato”* de Aluísio Azevedo”. (12)

Grande foi o fascínio exercido por Celso Magalhães sobre os jovens que encontrou em São Luís. Bebem-lhe as idéias. Seguem-lhe os ensinamentos — nota, a êste propósito, Raimundo de Menezes. E comenta: “Celso escreve então folhetins muito apreciados nas colunas de *“O País”*, de Temístocles Aranha, e escandaliza o ambiente com opiniões avançadas demais. Nesse meio tempo, Rangel de S. Paio publica em volume o drama de sua autoria, *“O Evangelho e o Sílabus”*, com prefácio de Celso Magalhães em que defende violenta tese, alvoroçando os meios católicos. Nasce, então, acesa polêmica com o Cônego J. de Guedelha Mourão e o Padre Raimundo Alves da Fonseca. A briga parece que vai longe, mas eis que tudo cessa de repente: os sacerdotes abandonavam a liça”. (13)

Dos artigos de Celso Magalhães na imprensa maranhense saíentaram-se, de fato, os da polêmica que sustentou com o Padre Raimundo Alves da Fonseca.

Em "*O Imparcial*" de São Luís, Jerônimo de Viveiros assim narra o episódio:

"Prefaciando um livro de seu colega de Academia, Rangel Sampaio, Celso Magalhães, já então consagrado escritor, declarou-se adepto convicto das doutrinas de Comte, as quais enalteceu em largos traços.

"Criticou-lhe, com acrimônia, os conceitos expendidos um velho cronista da terra, que escrevia no "*Diário do Maranhão*", sob o pseudônimo de "*um católico*", e que havia muito procurava arrastá-lo a uma discussão. Celso, porém, era infenso às polémicas. De todos os gêneros literários foi êste o único em que não exercitou o seu grande talento. Não deu por isso trôco ao anônimo. Mas "*O católico*" voltou, e, desta vez, injuriando o escritor.

"Ofendido, Celso chamou em juízo a redação do "*Diário*", para apresentar o autor do artigo injurioso. A revelação do anônimo estremeceu a intelectualidade maranhense. Era o Padre Raimundo Alves da Fonseca, o mais conceituado sacerdote maranhense. Devassado o mistério, os dois empenharam-se numa contenda, que não foi bem uma discussão, porque Celso se limitou a expor a doutrina positivista e o Padre Fonseca a destruí-la. Raramente um rebatia os argumentos do outro, sobretudo da parte de Celso, que julgava impossível, a discussão dada a distância dos seus pontos de vista — Fonseca acreditando na existência de Deus e êle livre de preocupações a respeito". (14)

Mas o episódio em que se envolveu o jovem adepto do Positivismo, e que mais funda impressão dêle deixou no Maranhão, foi o do processo onde enfrentou os escravocratas da província.

Serhora de uma das mais ilustres famílias de São Luís trucidada a garfadas, em sua senzala, pequeno escravo, pelo simples fato de haver nascido branco. "A dúvida cruel de que fôsse filho do marido, chefe do partido liberal, leva-a ao requinte extremo da crueldade e loucura sem par — escreve Raimundo de Menezes. Os conservadores, então no poder, aproveitam-se da situação, processam e procuram levar à barra a odiosa assassina. O delito tremendo empolga todos os espíritos. Há, todavia, quem procure inocentar a ré. A burguesia movimenta-se no sentido de que a Justiça archive o tenebroso caso". (15)

Foi mais forte, porém, o clamor da revolta ante a crueldade. O médico que passara o atestado de óbito, afirmando ter a criança perecido de vermes nematóides, foi desde logo estigmatizado com a alcunha de "*Doutor Anquilóstomo*".

Celso Magalhães exercia então o cargo de promotor público, e, "apesar das solicitações, dos empenhos e das ameaças dos mais

prestigiosos vultos do seu partido político, que diligenciam a todo custo fazê-lo silenciar, oferec denuncia contra a acusada, pedindo a sua punição com a pena de galés perpétuas. O escândalo espicaça os ânimos. Ameaçam o promotor e êle não se intimida. Aluizio Azevedo acompanha-o em todos os lances dramáticos do episódio cruel. Denunciada pela justiça, a criminosa é obrigada a sentar-se no banco dos réus para ser julgada, porém não o faz. Lança mão do genro, que é Barão do Império, e êle apresenta-se em seu lugar". (16)

Graça Aranha, testemunha ocular do impressionante episódio, assim se refere à atuação de Celso Magalhães:

"Dêsse drama, a impressão mais viva, que me ficou, foi a agitação na minha casa durante o julgamento. O tribunal do júri, era na vizinhança. Os políticos vinham repousar e esperar a sentença na companhia de meu pai, figura considerável do Partido Conservador. Ainda vejo a cena, que eu espiava ardendo de curiosidade. Vejo a figura atraente, fascinante de Celso Magalhães, o promotor público. Em tôrno dêle, uma admiração entusiástica, comovida, que eu não compreendia, mas cuja intensidade me avassalava. Das impressões que então recebi, ficou-me a imagem de um rapaz muito magro, feio, ossudo, encovado, móvel e falador. Não me lembro como se trajava, apenas me recordo de que trazia na botoeira do paletó uma flor vermelha, lágrima de sangue, que por muito tempo se chamou no Maranhão a flor do Celso". (17)

"Na tribuna do Júri, o promotor Celso Magalhães, diante da assistência assombrada, profliga o crime revoltante, apresentando tremendo libelo contra a ré, ali representada pelo genro Barão, e pede, ao final dos debates, a pena de galés perpétuas. O advogado Paula Duarte faz tudo para salvá-la. O Júri, como se pode prever, absolve a indiciada. Está livre de culpa. Quem, porém, sofre as consequências, logo depois, quando da subida dos liberais ao poder, é Celso Magalhães: o primeiro ato do Governo é demiti-lo a hem do serviço público, por ter tido a ousadia de acusar a assassina do escravinho Inocência. Quanto ao advogado da defesa, ganha de presente uma cadeira de deputado.

"Na miséria, sofrendo cruas necessidades, sem dinheiro para sustentar a família, e ainda com os pulmões arruinados pela tuberculose, o pobre rapaz, sempre assistido por Aluizio Azevedo, que não o abandona um só instante no penoso transe, tenta viajar para a Côrte, à cata de melhoras para a sua saúde. Não o consegue: sucumbe nesse mesmo ano de 1879". (18)

Em 27 de setembro de 1878, fazia Aluizio Azevedo alusão ao Positivismo nos seguintes versos:

*Resposta à carta da Exma. Viscondessa XXX*

Viscondessa, perdão, se esta missiva,  
Pesada, como é na sua essência,  
Importuna magoar Vossa Excelência  
Como um bafo grosseiro à sensitiva.

Porém me cumpre declarar com urgência.  
Que, lendo a *Filosofia Positiva*,  
Se bem que aquêlê assunto não me sirva,  
Sobremodo impressionou-me a tal ciência.

E desde então, querida Viscondessa,  
Por mais que jurem coisas do infinito.  
Dessa idéia não logram que me desça;

Consenti, pois, dizer o que repito,  
Inda que isso a vós mal vos pareça  
— Em alma, Deus e céus não acredito". (10)

Em várias de suas obras, deixa Aluísio transparecer a influência que sôbre a sua formação exerceu Augusto Comte, a cuja glória consagra, no Rio, em 1878, uma de suas melhores ilustrações no "*Mequetrefe*". Destaca-se essa ilustração, no dizer de Josué Montello, pelo cuidado no acabamento e pela felicidade do motivo, "visão do século XX, *charge* muito viva, onde estão previstos, com certo espírito de combate à Igreja, a glória de Augusto Comte e o esplendor do positivismo". (20) Um estudo ainda por fazer é o de assinalar, nos livros de Aluísio Azevedo, os traços da influência sôbre êle exercida pelo Positivismo.

## III

Pouco mais de vinte anos depois da polêmica de Celso Magalhães com o Padre Raimundo Alves da Fonseca, voltaria o Positivismo a interessar a opinião pública do Maranhão quase nas mesmas condições: uma discussão, através da imprensa, "entre um padre de famosa ilustração e um môço de invejável talento, ainda como Celso, filho do fecundo vale do Pindaré. Foi o debate travado, em 1898, entre o Cônego Dr. Leopoldo Damasceno Ferreira e o Capitão de Engenharia Agostinho Gomes de Castro". (21)

Em casa de um antigo colega de Gomes de Castro, o farmacêutico João Vital de Matos, reunia-se, em animados serões, a elite intelectual do Maranhão. E foi êle quem, acolhendo com entusiasmo o jovem positivista, antigo aluno de Benjamin Constant, se tornou o seu primeiro prosélito, sugerindo-lhe a idéia de uma propaganda mais extensa da doutrina de Comte. Assim foi que,

pela "*Pacotilha*", Gomes de Castro anunciou um curso de Positivismo, dividido em duas partes: aulas de matemática, às terças e quintas, das 19 às 21 horas, e conferências sobre o *Catecismo Positivista* aos domingos, das 12 às 14 horas, declarando que "esperava o concurso dos seus compatriotas em geral, dado o caráter social, público e gratuito da tentativa", que ia empreender. Num domingo, 29 de fevereiro de 1898, no edifício da Escola da Rua Grande, onde funciona hoje o Instituto Histórico, deu Gomes de Castro a sua aula inaugural, tomando como tema a "*exposição popular do positivismo*". O sucesso foi espantoso. Grande assistência passou a ouvir-lhe a palavra, sempre fluente e fascinadora". (22)

Entre os assistentes, Jerônimo de Viveiros enumera Reis Carvalho, os irmãos Matos, Zeca Sardinha, Abelardo Fernandes, Pedro Cardoso, e muitos outros, entre os quais alguns jovens do Liceu, sendo um deles o próprio Jerônimo de Viveiros, que foi, assim, testemunha de vista do episódio por êle narrado em "*O Imparcial*" de São Luís:

"O salão enchia-se e o conferencista era entusiasticamente aplaudido quando terminava. A clareza das exposições de Gomes de Castro fazia prosélitos e a Religião da Humanidade passou a ser assunto de tôdas as rodas de São Luís.

"Tal sucesso apavorou o clero maranhense, que resolveu reagir, opondo doutrina contra doutrina.

"Para isso apelaram os padres para sua maior ilustração — o Cônego doutor Leopoldo Damasceno Ferreira. Mandaram-no buscar na Vila do Paço, de cuja freguezia era encarregado. O Cônego veio e iniciou uma série de conferências contra o Positivismo na Igreja de Santo Antônio. Estava o caso nesta altura quando Gomes de Castro teve de sair de São Luís, para, em cumprimento dos seus deveres militares, ir ao Rio. O Cônego Damasceno continuou as suas palestras em Santo Antônio.

"Regressando do Rio, retomou Gomes de Castro, no domingo 18 de julho, o curso de sua propaganda positivista no salão nobre do Teatro São Luís. E como já tivesse explicado o *Catecismo*, passou à *Filosofia Primeira*.

"Noticiando, a "*Pacotilha*" adiantava esta nota:

"Além da coleção completa das obras positivistas que o nosso compatriota trouxe do Rio para a nossa Biblioteca Pública, valiosíssima oferta do eminente maranhense Teixeira-Mendes, o Capitão Gomes de Castro constituiu entre nós, desde já, um depósito permanente de publicações positivistas".

E dava a "*Pacotilha*" a relação das publicações que podiam ser procuradas no domicílio de Gomes de Castro.

A propaganda intensificava-se, portanto, e, por isto, o Cônego Damasceno Ferreira julgou de bom alvitre dirigir a Gomes de

Castro uma carta que foi verdadeiro desafio para discutir, com êle, pela imprensa, o Positivismo.

Aceitando o repto, enviou Gomes de Castro longa missiva ao Cônego Damasceno, publicada no "*Diário do Maranhão*" e na "*Pacotilha*". E como divergissem as versões publicadas nesses jornais, o Cônego Damasceno pediu, a fim de cotejá-las, um laudo de homens insuspeitos, entre os quais figuraram Francisco Antônio Brandão Júnior e João Vital de Matos, em cuja casa se hospedava Gomes de Castro.

Esclarecido o incidente — escreve Jerônimo de Viveiros — "o Cônego enviou a Gomes de Castro o esquema dos pontos sôbre os quais devia versar a discussão. Eram 29 teses, abrangendo o vasto campo da filosofia.

"Apreciando-o, Agostinho Gomes de Castro afirmou ser o esquema tudo o que se quisesse, "*menos resumo ou qualquer coisa do Positivismo*", e que das suas vinte e nove proposições nem uma só se poderia aproveitar, "*estando tudo errado e numa balbúrdia de pasmar*", o que atestava "*o espírito obscuro, confuso e incoerente*" do seu opositor. E, passou Gomes de Castro a analisar as teses, uma por uma, em longa série de artigos que a "*Pacotilha*" publicava diariamente, classificando-as de erradas, monstruosas e dignas de um espírito estonteado".

Os que se interessarem pela dialética de Gomes de Castro, encontrarão nos artigos de Jerônimo de Viveiros, publicados no *Imparcial* de São Luís, de 12 e 19 de dezembro de 1954, e de 1, 9 e 16 de janeiro de 1955, extratos dos principais tópicos da resposta do jovem positivista ao Cônego Damasceno. Entre outras destaca-se a análise que fez da "*demonstração matemática*" apresentada pelo Cônego, do "*dogma da Santíssima Trindade*", ou seja de ser  $1 + 1 + 1 = 1$ . Procurava o Cônego estribar-se, para tal resultado, na soma das áreas dos triângulos equiláteros inscritos num triângulo também equilátero, as quais, a seu ver, sendo iguais entre si, seriam também iguais, cada uma delas, à área total do triângulo...

Depois de examinar as teses propostas pelo Cônego Damasceno, Gomes de Castro deu por encerrada a discussão, com o que ninguém, no Maranhão, se conformou. É que, no dizer de Jerônimo de Viveiros, todo o escol intelectual do Maranhão estava interessado no debate. Nem mesmo o sexo feminino, em geral alheio às questões filosóficas, quis aceitar o final da contenda, e, na *Pacotilha*, de 28 de agosto de 1898, apareceu um apêlo da "*mulher maranhense*" no sentido de mostrar Gomes de Castro as belezas da doutrina positivista relativamente ao sexo feminino.

E Gomes de Castro correspondeu a "*essa doce ordem*", publicando sete artigos sôbre o assunto, terminando-os com vigorosa página de combate ao divórcio.

Positivista de relêvo no Maranhão foi ainda Benedito Leite. Formado em direito pela Faculdade de Recife, em 1882, tornou-se chefe político de grande prestígio. Depois de Deputado e Senador federal, chegou a ser para o quadriênio de 1906 a 1910, eleito Governador do Estado, pôsto em que o colheu a morte em 6 de março de 1909, quando se achava em tratamento em França. (23)

Em discurso proferido na sessão de 27 de agosto de 1896, Benedito Leite defendeu, no Senado Federal, fôsse a Igreja Positivista isentada do impôsto predial como acontecia com os templos católicos. (24)

Além de Jerônimo de Viveiros, professor, jornalista e homem de letras de valor, ao qual se devem uma biografia de Benedito Leite e uma notável *História do Comércio do Maranhão*, destacou-se ainda, como positivista, na terra de Gonçalves Dias, o militar e escritor José Luso Tôrres.

Nascido em São Bento a 10 de junho de 1879, faleceu em São Luís a 20 de junho de 1960, aos oitenta e um anos de idade.

Foi, durante largo período, redator da *Pacotilha*, o jornal de maior prestígio no Maranhão no primeiro quartel dêste século e figurou entre os fundadores da Academia Maranhense de Letras.

Nomeado interventor no Maranhão em conseqüência da vitória da Revolução de 1930, apenas quinze dias depois exonerou-se do cargo por não lhe permitirem manter-se nêlc "princípios cuja firmeza se alicerçava em sua formação filosófica de convicto discípulo de Comte", segundo informa Mário Martins Meireles em conferência que pronunciou na Academia Paulista de Letras sôbre o seu ilustre conterrâneo. (25)

Além de "*Corrente Cálamo*" volume de crônicas, Luso Tôrres publicou, entre outras, uma conferência sôbre Teixeira Mendes (S. Luís, s/d.).

Em "*Ordem e Progresso*" várias vêzes Gilberto Freyre reporta-se ao depoimento que lhe prestou Luso Tôrres ao falar de seu tempo e de sua infância "numa límpida língua literária". (26)

Souzândrade foi outro intelectual maranhense que recebeu influência do Positivismo. Por cima de sua secretária, na sala da Intendência, quando era Presidente da Câmara de São Luís, fêz inscrever a divisa "*Ordem e Progresso*", e, em "*Nôvo Éden*", seu último trabalho poético, assim alude à atuação de seu correligionário Benjamin Constant sôbre o espírito de Deodoro no movimento de implantação da República:

".....Deodoro

O grande braço, unido à sublimada frente

De Benjamin...

De paz guerreiro Maior que o márcio Napoleon". (27)

## NOTAS DO PRIMEIRO CAPÍTULO DA TERCEIRA PARTE

- 1) — IGNOTUS: "*Sessenta anos de Jornalismo — A Imprensa no Maranhão*", pg. 55, Rio, Editôres Faro e Lino, 1883.
- 2) — *Idem, ibidem*, pgs. 132 e 133.
- 3) — Vide F. A. BRANDÃO JÚNIOR: "*A Escravatura no Brasil*", Bruxelles, Typ. H. Thiry — Van Buggenhout, 1865, cap. III, pgs. 60 a 61.
- 4) — Nos "*Apontamentos para a solução do problema social no Brasil*", publicados na "*Gazeta da Tarde*" de 8 de outubro de 1880, TEIXEIRA MENDES adotava o ponto de vista de F. A. BRANDÃO JÚNIOR quanto à "*adstrição ao solo do ex-trabalhador escravo, sob a direção de seus respectivos chefes*". (Vide MIGUEL LEMOS: "*O Positivismo e a escravidão moderna*", pgs. 11 e 37, Rio, na séde da Sociedade Positivista, 1884) MIGUEL LEMOS, porém, discordou de BRANDÃO JÚNIOR e TEIXEIRA MENDES e passou a propugnar pela abolição imediata, sem indenização, visto não reconhecer a propriedade escrava. (Vide, "*O Positivismo e a escravidão moderna*", pg. 10).
- 5) — Vide F. A. BRANDÃO JÚNIOR, *op. cit.*, pgs. 62 e seguintes.
- 6) — HERMES LIMA: "*Um Folheto Esquecido*", in *Correio da Manhã* de 13 de junho de 1940.
- 7) — Vide MÁRIO MEIRELES: "*Panorama da Literatura Maranhense*", pg. 83, Imprensa Oficial, 1955.
- 8) — IGNOTUS, *op. cit.*, pg. 64.
- 9) — É de notar-se a supressão que MIGUEL LEMOS fêz do elogio com que registrou, na primeira edição de sua *Primeira Circular Anual*, o trabalho de TEIXEIRA DE SOUZA. Aí, assim se externou MIGUEL LEMOS: "Perto de 500 pessoas ouviram com inequívocas provas de simpatia a palavra eloquente do nosso confrade, *que demonstrou mais uma vez quão errados andam os que supõem divórcio entre a solidez do fundo e o esplendor da forma*". (pg. 41 da 1.<sup>a</sup> ed., 1882).  
As palavras grifadas, correspondentes ao período final da frase, foram suprimidas na segunda edição da referida Circular de MIGUEL LEMOS, publicada em 1900. É que, entre as duas edições, isto é, em 1883, TEIXEIRA DE SOUZA abandonara o grêmio de MIGUEL LEMOS por não concordar com o rompimento dêste último com PIERRE LAFFITTE e por isto deixou o seu trabalho de continuar a merecer os elogios, *puramente literários*, que lograra em 1882. *Tantaene animis!*...
- 10) — IGNOTUS, *op. cit.*, pgs. 136 e 137. Sobre CELSO MAGALHÃES veja-se também a *Antologia da Academia Maranhense de Letras*, São Luís, Maranhão, 1958, pgs. 64 a 66.
- 11) — Vide SÍLVIO ROMERO: "*História da Literatura Brasileira*", t. II, pgs. 475 e 476, Rio, Garnier, 1903.
- 12) — GRAÇA ARANHA: "*O meu próprio romance*", pgs. 113 e 114, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1931.
- 13) — RAIMUNDO DE MENEZES: "*Aluízio Azevedo — uma vida de romance*", 1.<sup>a</sup> edição, Livraria Martins Editôra, pgs. 83-84.
- 14) — JERÔNIMO DE VIVEIROS: "*O Positivismo no Maranhão*", in "*O Imparcial*", de São Luís, de 12 de dezembro de 1954.
- 15) — RAIMUNDO DE MENEZES, *op. cit.*, pg. 81.
- 16) — *Idem, ibidem*, pg. 82.
- 17) — GRAÇA ARANHA: "*O meu próprio romance*", pg. 112 da 1.<sup>a</sup> ed., Cia. Editôra Nacional, São Paulo, 1931.
- 18) — RAIMUNDO DE MENEZES, *op. cit.*, pg. 83.
- 19) — Apud RAIMUNDO DE MENEZES, *op. cit.*, pg. 93.
- 20) — JOSUÉ MONTELLO: "*Histórias da Vida Literária*", Rio, Nosso Livro Editôra, pg. 250.

- 21) — Vide JERÔNIMO DE VIVEIROS: "*O Positivismo no Maranhão*", in "*O Imparcial*" de São Luís, de 12 e 19 de dezembro de 1954, e 1.º, 9 e 16 de janeiro de 1955.
- 22) — *Idem, ibidem.*
- 23) — Sobre BENEDITO LEITE e sua adesão ao Positivismo, vide: JERÔNIMO DE VIVEIROS: "*Benedito Leite — um verdadeiro republicano*", 1957, edição comemorativa do centenário de seu nascimento, pg. 15. Vide ainda TEIXEIRA MENDES: "*Circular Anual*", correspondente a 1909, pgs. 39 e 40.
- 24) — Vide MIGUEL LEMOS: "*Décima Sexta Circular Anual*" (1896), pgs. 61 a 69.
- 25) — Vide MÁRIO MARTINS MEIRELES: "*Luso Tôrres*", conferência pronunciada na Academia Paulista de Letras em 23 de novembro de 1960, in "*Revista da Academia Paulista de Letras*", outubro de 1961, pg. 173.
- 26) — Vide JOSUÉ MONTELLO: "*Luso Tôrres, meu amigo*", in "*Revista da Academia Paulista de Letras*", número citado.
- 27) — Vide CLARINDO SANTIAGO: "*Souza Andrade — o solitário da Vitória*", in "*Revista da Academia Brasileira de Letras*", vol. 39, junho de 1932, pgs. 175 e 199.

## CAPÍTULO SEGUNDO

### O POSITIVISMO NO CEARÁ

*I) O grupo de Rocha Lima. II) Clóvis Bevilacqua. III) Outras manifestações positivistas no Ceará. IV) Capistrano de Abreu. Farias Brito.*

#### I

**N**O CEARÁ forma-se, em 1872, em torno de Rocha Lima, “a mais fulgurante estrêla do Ceará”, no dizer de Capistrano de Abreu (1), um grupo literário, leitor de Comte, composto de Araripe Júnior, Antônio Felino Barroso, Xilderico de Faria, João Lopes, Antônio José de Melo, Domingos Olímpio, Tomás Pompeu Filho e Capistrano de Abreu.

A êsse grupo se ligaria, em 1874, Nicolau França Leite, engenheiro positivista que se transferira de São Paulo para exercer, no Ceará, as funções de Fiscal da Estrada de Ferro de Baturité.(2) A êle me referirei mais detidamente ao tratar do movimento positivista na Paulicéia.

Capistrano que, como acabamos de ver, participou dêsse grupo, assim o descreve:

“Era em casa de Rocha Lima que se reuniam os membros do que chamávamos Academia Francesa. Quanta ilusão! Quanta mocidade! França Leite [Nicolau] advogava os direitos do comtismo puro, e sustentava que o *Système de Politique* era o complemento do *Cours de Philosophie*. Melo [Antônio José de] descrevia a anatomia do cérebro, com a exatidão do sábio e o estro do poeta. Pompeu Filho [Tomás] dissertava sobre a filosofia alemã e sobre a Índia, citava Laurent e combatia Taine. Varela — o garboso, abnegado paladino — enristava lanças a favor do racionalismo. Araripe Júnior encobria com a máscara de Falstaff a alma dorida de René. Felino Barroso [pai de Gustavo Barroso] falava da Revolução Francesa com o arrebatamento de Camille Desmoulins. Lopes [João, pai do poeta B. Lopes], ora candente como um raio de sol, ora lóbrego como uma noite de Walpurgis, dava asas a seu humor colossal. Por vêzes, das margens do Amazonas chegava o eco de uma voz, doce como a poesia das suas águas sem fim — a de Xilderico de Faria. O mais môço de todos, Rocha Lima, era um dos que mais se distinguiam. A sua inteligência plástica

e compreensiva assimilava as diferentes teorias de maneira admirável. A sua palavra espirituosa destacava aspectos novos nas questões mais abstrusas. As objeções que apresentava, as sugestões que oferecia, limitando o campo do debate, encaminhavam muitas vezes as conclusões por todos admitidas. Além disso, o seu caráter tão lhano, como firme, sabia afagar as susceptibilidades, e evitar choques e divergências fatais em sociedades de tal ordem". (3)

Muito característico dêsse núcleo cearense é que, fiel à preocupação de Augusto Comte com a formação intelectual do proletariado, inaugura, em 31 de maio de 1874, em Fortaleza, a Escola Popular. Destinada aos pobres e operários, funcionava essa escola das seis e meia às dez da noite. Aí, em memoráveis torneios — no dizer de Dolor Barreira — eram agitadas questões sociais, religiosas, filosóficas, históricas e literárias. (4)

Em 1874, além de um curso de História Universal, professado por Tomás Pompeu Filho, realizaram-se, na Escola Popular de Fortaleza, as seguintes conferências: do Dr. Manuel Quintiliano da Silva, então Juiz Municipal de Missão Velha, sobre *A Escola*; de Xilderico de Faria (que passava por um dos mais robustos talentos da sua geração, no dizer de Clóvis Bevilacqua), sobre *Liberdade Religiosa*; de Amaro Cavalcante, futuro Ministro do Supremo Tribunal Federal, uma sobre *Religião*, e, outra, sobre *O Homem encarado na sua vida prática*; de Araripe Júnior sobre *O Papado*; de Henrique Théberge, sobre *Geognose*; de José Castelões Filho, sobre *Educação na Família*; de Frederico Borges da Silva, sobre *Electricidade e seus efeitos*; de Tomás Pompeu Filho, sobre *Soberania*; de Capistrano de Abreu, sobre a *Literatura Brasileira*; e de Frederico Severo, sobre *A Mulher, a Família e a Educação*. (5)

Na mesma Escola ainda proferiria Capistrano de Abreu, tendo apenas vinte e um anos de idade, quatro conferências sobre a *Literatura Brasileira Contemporânea*, onde revela familiaridade não só com o *Curso de Filosofia Positiva*, mas com o *Sistema de Política Positiva*. Publicadas em *O Globo* de Fortaleza, em 1875, foram essas conferências reproduzidas na primeira série de seus *Ensaio e Estudos*. (6)

Aludindo à *Escola Popular*, escreve Capistrano: "os que tiveram ocasião de visitá-la, recordam-se da animação, da cordialidade, do estímulo, que ali reinavam, e corriam parelhas com o desinteresse dos jovens professôres". E acrescenta haver sido grande a sua influência, "não só sobre as classes a que se destinava, como sobre a sociedade cearense em geral, por intermédio de conferências ali feitas, em que o ideal moderno era apregoado por pessoas altamente convencidas da sua excelência", sendo, "maior a influência da Escola sobre os espíritos audazes e juvenis, que congregou, reuniu e fecundou uns pelos outros". (7)

Tôdas as conferências realizadas na *Escola Popular* eram resumidas pelos jornais de Fortaleza, segundo faz ver Dolor Barreira em sua *História da Literatura Cearense*. Eis, por exemplo, como "*O Cearense*", em seu número de 20 de agosto de 1874, se pronunciou a respeito da conferência de Tomás Pompeu Filho sobre "*Soberania*":

"O orador elevou-se, em seu discurso, a tôda altura que o assunto comportava. A origem do poder soberano, o desenvolvimento da soberania popular através dos tempos, a sua aplicação às diferentes nacionalidades e às diferentes formas de govêrno, as teorias sôbre a soberania, o princípio que preside à marcha das civilizações, as leis da história, o futuro da humanidade: foram assunto de que se occupou o nosso amigo com tôda a profundeza do historiador e do publicista, e com tôdas as pompas da eloquência. Não cabe nos limites de uma rápida notícia apreciar as teorias expendidas sôbre a filosofia da história pelo illustre preletor, que se mostra conhecedor de tôdas as idéias do nosso século, sôbre todos os grandes problemas que preocupam os modernos pensadores. *Entretanto, é certo que a escola do direito divino e da ação imediata da Providência na marcha ascendente da Humanidade e na história, ficaram feridos de morte na conferência de domingo*". (8)

Corroborando as idéias difundidas nas conferências realizadas na Escola Popular, fundou-se, por êsse tempo, no Ceará, o Jornal "*Fraternidade*", onde militou Rocha Lima. (9)

No prefácio ao livro póstumo de Rocha Lima — "*Crítica e Literatura*" — estampado em setembro de 1878, escreveu Capistrano:

"Quando depois (Rocha Lima) teve conhecimento do positivismo, a sua adesão foi completa. Via no sistema de Comte, reduzidas a um conjunto grandioso e consistente, tôdas as aspirações que lhe flutuavam pelo espírito, via solvidas tôdas as dúvidas, desfeitas tôdas as dificuldades. A sociologia, a conquista mais esplêndida do século XIX, revelando-se em sua beleza severa e escultural, transportava-lhe o espírito em um enlêvo inefável, e ser positivista enchia-o de nobre orgulho e de férvida emulação".

## II

A mais humana figura do nosso pensamento jurídico — Clóvis Bevilacqua — "*o santo do evolucionismo brasileiro*", como lhe chama Antônio Gomez Robledo<sup>(10)</sup> também recebeu forte influência positivista, que lhe foi despertada quando, simples estudante de Liceu, teve a atenção voltada para o movimento litero-filosófico a cuja frente se achava Rocha Lima.

Conforme assinala Dolor Barreira "o laborioso grupo atuou sôbre o espírito juvenil do que depois se alcandorou à altura do

nosso máximo civilista, sendo a mais decisiva a atuação de Rocha Lima. O próprio Clóvis, respondendo a João do Rio sobre quais os autores que mais contribuíram para a sua formação literária, elucidou-o por estas palavras: "..... justamente quando me ia docemente engolfando na região fantástica da Poesia e do romance com os autores citados [Gonçalves Dias, Varela, Alencar, Álvares de Azevedo e Castro Alves] e quantos me caíram nas mãos, foi minha atenção despertada pelo movimento literário que então se operava no Ceará e em cuja frente se achavam Rocha Lima, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, João Lopes e Amaro Cavalcante. Dêsse grupo foi Rocha Lima o escritor que mais simpaticamente atuou sobre o meu espírito. Por êle comecei a amar a crítica literária e a ter uma compreensão mais verdadeira da literatura. Lendo Taine, Teófilo Braga, Quinet, e Luciano Carneiro, os meus horizontes literários se dilataram e apoderou-se de mim forte desejo de penetrar nas literaturas exóticas, isto é, a portuguesa e a francesa, recebendo através desta última o conhecimento dos grandes mestres alemães e ingleses". (11)

Em 1883 assim registrava Clóvis a marca deixada em seu espírito pelo Positivismo:

"Não há negá-lo: a interpretação positiva da natureza é hoje preponderante. Ninguém mais se preocupa com a origem última, nem com a finalidade das cousas; o relativismo de nossos conhecimentos está definitivamente estabelecido. Ninguém hoje satisfaz-se com uma explicação mais ou menos engenhosa que o subjetivismo engendre; exige-se uma demonstração realista, objetiva, ou que, pelo menos, nos pareça tal.

.....

"A filosofia positiva, considerada debaixo do ponto de vista largo e compreensivo, nós podemos prendê-la a essa gloriosa tradição científica que a escola materialista se orgulha de apresentar como a linhagem augusta dos seus precusores e seus mestres na posição e resolução dos complicados problemas da natureza, que tantos séculos de sacrifício e devotamento têm custado. O primeiro homem que, aplacadas as necessidades mais rudes, conseguiu criar uma certa soma de bem estar relativo, pôde encarar de frente o mundo e tentou interpretá-lo, êsse deu o primeiro passo na longa estrada da ciência, êsse foi o mais antigo propulsor do desenvolvimento cultural da inteligência humana. Desde êsse obscuro e esquecido batalhador, passando pelas cosmogonias da Ásia ocidental, pela filosofia grega, pela escola de Alexandria, tão fecunda em noções positivas, apesar de seus sonhos idealistas no terreno superior das especulações de ciência geral, até os últimos empreendimentos dos sábios para reduzirem os fenômenos, que se levantam incompreendidos de cada canto do universo, a mo-

dalidades dinâmicas da matéria, a humanidade tem acumulado os elementos da filosofia positiva, que é a filosofia da ciência, que não pode ser a criação de um cérebro único, que não será jamais, para a inteligência, um leito de Procusto. Repito ainda uma vez o dito de S. Mill: "o positivismo não é uma criação exclusiva de M. Comte, porém, uma simples adesão às tradições dos grandes espíritos científicos cujas descobertas fizeram da raça humana o que ela é atualmente".

"Tomando por guia o autor citado, Lewes, Littré, etc., poderia enumerar aqui um a um, todos os predecessores diretos de Comte, mas não há mister. O que deve ficar assentado é que êsse vasto pensador lançou as primeiras, mas seguras bases sistemáticas da filosofia científica sôbre esteios erguidos por outros. Na própria sociologia, cuja constituição e positivação preparou, seu trabalho não foi independente de concurso estranho". (12)

.....

"Não longe da hora atual por certo surgirá uma nova síntese. Os elementos estão se amontoando para êsse fim. Por agora predomina o elemento dissolvente da crítica. Virá mais tarde o elemento construtor, visto como o desenvolvimento do espírito coletivo, da mesma forma que o do individual, é sempre um trabalho de organização penoso e demorado, segundo um princípio hoje vulgarizado.

"Compreendo o momento científico atual assim: o metro do positivismo já é pequeno para conter a ciência moderna que se agita à procura de um novo apoio. Êste será encontrado em uma síntese que conservará o que houver de definitivo na construção de Comte e transformará ou substituirá o que as condições do tempo tornarem lacunoso ou falso". (13)

Tal era, aliás, o pensamento do próprio Augusto Comte ao sustentar que "a natureza profundamente relativa do Positivismo não lhe permite a imobilidade peculiar ao caráter absoluto do dogma teológico. Essa pretensa imutabilidade acaba realmente na morte, ao passo que as graduais modificações do Positivismo são indubitáveis sintomas de uma vida tão duradoura quanto a de nossa espécie. Sem esperar pelos seus inesgotáveis aperfeiçoamentos — concluía o filósofo — considero o Positivismo assaz elaborado para dirigir hoje a reorganização social" (14)

Com grande lucidez assim prosseguia Clóvis as suas considerações:

"Parvo será supor que êste modo de ver, aliás já muito conhecido, amesquinha o altanado vulto do filósofo francês. Filósofo é aquêle que tem a faculdade eminentemente vantajosa de sintetizar os sentimentos e as aspirações de uma época, que pode condensar, enfeixar e metodizar os conhecimentos e os princípios

que existem vagos e indefinidos, ou andam dispersos, desassociados, pelas consciências individuais.

“É êle a alma de seu tempo, o espelho em que se refletem todos os anelos, o ponto convergente de todos os raios luminosos.

“A coletividade humana amontoou os instrumentos e os dados de que êle se serve, mas também de que só êle se sabe servir — é preciso acrescentar. Comte possuiu essas fecundas e vivificadoras qualidades. Sua fisionomia pode ser debuxada assim: — uma perseverança inquebrantável que nunca se desmentiu através das vicissitudes de uma vida precária e laboriosa, que, no centro do ruidoso Paris, o exilou do mundo para dedicá-lo todo à sua obra numa contensão de espírito nunca afrouxada durante doze anos, perseverança e contensão que, no pensar de Littré, são o que há de mais belo na história dos homens devotados aos grandes pensamentos, mas que não deixaram de ter uma influência nociva sobre o espírito do grande construtor.

“Sua prodigiosa sistematização teve o poder de, condensando os princípios esparsos e ocultos entre as nebulosidades metafísicas, incitar ao trabalho no terreno da experiência e da observação, varrer para longe as pieguices românticas e os tresvarios do transcendentalismo, mudar o ponto de vista comum das ciências pela unificação filosófica de suas últimas conclusões, enfim tornar a filosofia não uma ciência independente e puramente especulativa, mas como que a alma de toda a ciência humana segundo uma boa frase de Büchner”.

Mais adiante diz Clóvis que, com as novas conquistas da ciência, “a filosofia de Comte só perderá certos detalhes e acessórios, e então virá a compreensão de que ela é como devera ser simplesmente um método, e, como tal, resiste a toda prova”. (15)

Já em 1882, em conferência sobre Littré, realizada em nome da Sociedade Positivista do Recife, ponderava Clóvis:

“A grande sistematização de Comte foi um esforço hercúleo, genial, assombroso para enfeixar, numa concretização, os conhecimentos e as aspirações do espírito humano, mas, a civilização tem avançado sempre e as suas conquistas posteriores ao advento da obra de Comte exigem do filósofo que as ponha em linha de conta. Isto importa, na filosofia comtiana, uma reforma em pontos acidentais, não uma destruição”. (16)

Via, com muito acêrto, Clóvis que o Positivismo é uma doutrina aberta a todas as novas aquisições do espírito humano, sendo *superior*, conforme frisava o próprio Comte, *a quaisquer dos seus órgãos*. Não é, portanto, um sistema rígido e imóvel de idéias, cristalizado uma vez por todas pelo seu fundador, caso em que não passaria de efêmero *comtismo*.

Sustentava, de fato, o filósofo, em carta a Stuart Mill e alhures, ser o Positivismo a única filosofia a ser designada sem o no-

me de seu autor, visto resultar do multissecular evoluer do pensamento científico ou positivo, razão pela qual se êle não o houvesse fundado, outro pensador o faria. (18) Aquilo, pois, que, na obra de Comte, é fruto exclusivo de sua sensibilidade ou do momento social em que surgiu, e não é suscetível de modificações, é "comtismo", mas não *Positivismo*, muito embora haja êste recebido dêle a sua mais avançada sistematização de acôrdo com os conhecimentos da época. Realizaria, assim, o Positivismo aos olhos de Comte o que Voltaire dizia no prefácio da tradução dos *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural* de Newton por Mme. du Châtelet:

"É privilégio do êrro dar seu nome a uma seita. Se Platão tivesse encontrado verdades, não haveria platonistas e todos os homens teriam pouco a pouco aprendido o que Platão tivesse ensinado; mas porque, na ignorância que cobre a terra, uns se apegavam a um êrro, e outros a um outro, combatia-se debaixo de diferentes bandeiras: havia peripatéticos, platonistas, epicuristas, zenonistas, à espera de que houvesse sábios"... (16)

Em sua prova escrita para o concurso de filosofia, realizado em 1888 no Recife, é patente a influência de Comte sôbre Clóvis que lhe perfilha entusiasticamente os conceitos a propósito da relatividade dos conhecimentos humanos e da analogia como ponto de partida de todos êles. (20)

E, em seu ensaio sôbre *A Filosofia Positiva no Brasil*, publicado no Recife em 1883, assim resume os resultados da influência por ela exercida até essa data no pensamento brasileiro:

"Eis aí a imensa dívida que contraímos com a filosofia de Comte. Foi ela a energia primeira, o *nisus formativus* dêsse movimento que veio arrancar-nos disso que Chénier chamava *volupté sage et pensive et muette*, e mostrar a inanidade de umas quantas frandulagens bulhentas, com que a metafísica costumava iludir nossa curiosidade científica. Nela retemperamos as energias mentais, e, munidos do critério são, que ela tem para compreender as diversas ordens de fenômenos, os homens mais cultos foram pondo-se em contato imediato com a ciência européia, arroteando o inculto e eriçado terreno do que se pode, não sem temeridade, chamar ciência brasileira". (21)

Afastado de qualquer espécie de metafísica, mas tendo o espirito aberto a tôdas as conquistas da ciência e a tôdas as correntes de pensamento de seu tempo, no que estas apresentavam de positivo, assim atravessou Clóvis a vida sem jamais esquecer, nem menosprezar o alcance da sistematização científica de Comte.

Em "*Criminologia e Direito*", chamando a Meyen — "*um hegeliano retardado*", que deixara os processos científicos completamente abandonados, acrescenta: "nem de hegelianos nem de krausistas me preocupe agora. Representam uma fase das menos fecun-

das no desenvolvimento do espírito humano, fases que já passaram definitivamente, deixando poucos vestígios". (22)

E, ao classificar as matérias que deviam constituir o nosso Código Civil, adota Clóvis o critério classificador de Augusto Comte ou seja o da "generalidade decrescente e complexidade crescente." (23)

Se, no seu todo — como sustenta Alcântara Nogueira — o pensamento de Clóvis foi um ecletismo apoiado, quanto ao método, no empirismo, quanto à doutrina no ceticismo agnóstico, sensualista, fenomenista, positivista e, com predominância evolucionista" (24), a verdade é que se manteve viva em seu espírito até os seus últimos dias a influência que, na juventude, recebera de Comte.

Vê-se isto claramente na conferência que, nas vésperas de completar oitenta e dois anos, proferiu, em 28 de maio de 1941, no Instituto Histórico e Geográfico ao comemorar o cinquentenário da encíclica *Rerum Novarum*.

Esse trabalho, um dos últimos de sua lavra, foi publicado pelo *Jornal do Comércio* de 15 de junho de 1941 sob o título — "Expressão Jurídica da *Rerum Novarum*". Aí, ao rememorar os precursores de Leão XIII nas idéias básicas da *Rerum Novarum*, inclui Clóvis, entre êles, com grande destaque, o fundador do Positivismo.

Oiçâmo-lo:

"Muito embora tendo organização mental diferente e polarizadas as respectivas concepções do mundo, aproximam-se os pensamentos do filósofo de Montpellier e do Pontífice, na solução do problema social, que enfrentaram.

"E nada há estranhável, nesse fato, porque as idéias são energias mentais que se propagam e difundem, se destroem, quando errôneas, se dilatam e insinuam formando um ambiente comum as que predominam. Cultor da filosofia, é possível que Leão XIII conhecesse as doutrinas de Augusto Comte seu contemporâneo, mas não interessa investigá-lo porque, na elaboração da encíclica memorável, colheu as idéias que, por justas e adequadas, serviam ao seu desígnio, sem indicar-lhes a filiação. Já tendo várias vezes tocado na condição dos operários, quis tratar do assunto mais desenvolvidamente, "a fim de pôr em evidência os princípios de uma solução conforme à justiça e à equidade", segundo suas próprias palavras. E, se alguma vez invoca apoio de autoridade para as suas proposições, é a fim de mostrar que se fundam na Bíblia, pois a questão social é antiquíssima, e no ensino dos doutores da Igreja: sua atitude é a de um coordenador e não a de um doutrinador original. Espírito altamente culto e ponderado, falou da sua cadeira apostólica, aureolado pelo prestígio da autoridade pontifícia, para o mundo cristão. As suas palavras foram ouvidas pelos

crentes, que constituem a grande massa do povo. O filósofo de Montpellier, uma das cerebrações mais poderosas que a humanidade conhece, dirigiu-se a uma elite cultural que lhe difunde o ensino; mas este, por seu caráter científico, não penetrou nas camadas populares. Resultou dessa circunstância que os princípios expostos pelo Papa alcançaram divulgação mais lata do que os desenvolvidos na "*Política Positiva*" e que a comemoração da Encíclica "*Rerum Novarum*" apresenta, atualmente, uma forma em que se harmonizam, na mesma respeitosa gratidão, os crentes e os pensadores livres, porque todos vêm em Leão XIII um benfeitor da humanidade. E a manifestação desses sentimentos não exclui, nos que conhecem a evolução do pensamento humano, o reconhecimento do mérito excepcional de Augusto Comte, aceitem ou não integralmente a sua doutrina, ou dela divirjam por considerações de ordem científica. A tolerância vai bem com o saber, e encaminha os espíritos para a justiça". (25)

Não era possível, com maior clareza, salientar a contribuição de Augusto Comte a propósito da questão social, sobretudo se considerarmos que Clóvis falava no Instituto Histórico, sob a presidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, tendo a seu lado, na mesa, o Cardeal Dom Sebastião Leme.

Se essa conferência de Clóvis, proferida aos oitenta e dois anos, revela como mantinha lúcido o seu pensamento em idade tão avançada, comprova também como conservava vivas as convicções filosóficas de sua mocidade, pois assim se manifestava quando tão forte era, entre nós e em todo o mundo, a reação contra o pensamento de Augusto Comte, violentamente combatido, a um tempo, pelo surto espiritualista, encabeçado por Bergson, e pelo movimento materialista, representado principalmente pelos adeptos de Marx.

Conhecedor de tôdas as correntes de idéias de seu tempo, Clóvis não se deixou contaminar por qualquer espécie de extremismo e externou a sua opinião a propósito da *Rerum Novarum* com a imperturbável serenidade de um juiz.

Salienta nesse trabalho que o fundador do Positivismo sustentava ser o problema de maior importância dos tempos modernos o da incorporação social do proletariado. Se a Idade Média o libertou da escravidão, deixou-o, entretanto, acampado à margem da sociedade, cheio de encargos e privado de benefícios. A solução apresentada por Comte para o proletariado, embora muito mais radical, coincide com a de Leão XIII sempre que o Sumo Pontífice, pondo de lado o caráter divino de sua investidura, considera a questão social com espírito meramente humano e positivo.

Clóvis, com seu senso de justiça, e, sem dúvida, lembrando o tempo em que, na mocidade, se engolfara na leitura de Comte, não deixou fôsse estrepitosamente celebrada, no Brasil, a encíclica

de Leão XIII sem que uma referência se fizesse àquele de seus predecessores, que tão preeminente papel desempenhara no desenvolvimento das idéias contemporâneas e tão decisiva influência exercera sobre a geração que fundou no Brasil a República.

No discurso comemorativo do tri-centenário de Camões, proferido em Recife no Gabinete Português de Leitura, disse Clóvis:

“O supernaturalismo está derrotado pelo estudo positivo das ciências; os fenômenos hiperfísicos estão desconceituados. Nascido de longa experiência, um espírito de positividade paira por sobre a consciência da Humanidade a única manifestação religiosa consentânea com o espírito positivo que domina a mentalidade moderna é a religião da Humanidade, mas sem os aparatos do culto prescritos por Comte, que motivaram um epíteto um pouco duro de Stuart Mill e a frase acre bem conhecida de Huxley.”

E acrescentou:

“Sem os aparatos do culto externo, como simples reconhecimento do que devemos aos grandes homens, como uma expansão solene da gratidão, será o humanismo a única religião capaz de orientar o sentimento pelo desenvolvimento do altruísmo e de satisfazer às aspirações da *“consciência futura”*. (26)

Oitenta anos depois confirmou-se a previsão de Clóvis em 1880. As manifestações de entusiasmo, que, em 1959, em todo o país se sucederam em torno de Pedro Lessa, Euclides da Cunha e do próprio Clóvis, comprovaram o que dizia o grande civilista. O convite do Brasil para comemorar êsses três representantes de nossa intelectualidade, convite em que se destacou o III Congresso Nacional de Filosofia, que outra coisa foi senão *“um culto sem aparato”*, sem ritual prescrito, sem regras litúrgicas, mas indiscutivelmente um culto, ou seja a manifestação concreta do reconhecimento coletivo pelo que fizeram em prol da cultura nacional?

### III

Bezerril Fontenelle, discípulo de Benjamin Constant e positivista entusiasta, representou o Ceará na Constituinte republicana, e, posteriormente exerceu as funções de governador do Estado.

Foco de irradiação das idéias comtianas, no Ceará, foi a Escola Militar criada e instalada em Fortaleza em 1889, onde foi professor Barbosa Lima. Dessa Escola emanaram, entre outros positivistas de valor, os coronéis Alípio Bandeira, Oscar Feital e Alfredo Severo, fundadores da *Revista Primeiro de Maio*, na qual colaboraram. (27)

Alípio Bandeira, natural de Rio Grande do Norte, casou-se com uma filha do Dr. Bagueira Leal e tornou-se elemento prestigioso do Apostolado Positivista do Brasil, que lhe deve uma de

suas mais interessantes publicações — “*Um casamento positivista no ano 112*” (28). Era poeta e deixou vários livros de mérito. (29)

O Coronel Alfredo Severo veio a ser catedrático do Colégio Militar do Rio de Janeiro, e o Coronel Oscar Feital lecionou, durante vários anos, matemática em Fortaleza.

Em 5 de setembro de 1896 um grupo de admiradores de Augusto Comte, comemorando o aniversário da morte do filósofo, organizou em Fortaleza, sob a presidência do Dr. Augusto Bezerra de Menezes, uma sessão pública levada a efeito no salão de honra do Instituto Histórico do Ceará. (30)

Fode-se ainda citar, no Ceará, como manifestação positivista, a longa série de artigos que o Dr. Belfort Teixeira escreveu no “*Sobralense*”, dando uma idéia geral do positivismo religioso, “em estilo singelo e castigado”, no depoimento de Clóvis Bevilacqua. (31)

Outras figuras representativas da filosofia positiva no Ceará foram o Dr. Antônio Adolfo Coelho de Arruda, professor de direito civil da Faculdade de Direito de Fortaleza (32); Francisco Alves Lima, um dos fundadores da Academia Cearense (33); o Coronel Praxedes de Gois, professor no Colégio Militar de Fortaleza, e o Deputado Federal pelo Ceará, Tomás Cavalcante, discípulo entusiasta de Benjamin Constant, que, fiel ao princípio da separação da Igreja relativamente ao Estado, durante várias décadas introduziu, no projeto de Lei Orçamentária, uma emenda suprimindo a dotação destinada à nossa representação diplomática junto à Santa Sé.

#### IV

Transferindo-se para o Rio, continuou Capistrano de Abreu interessado no Positivismo, frequentando as conferências de Teixeira Mendes (34), e foi ele quem encaminhou para o Apostolado Positivista um dos seus elementos mais prestigiosos — José Mariano de Oliveira.

Em carta de 12 de junho de 1926, dirigida a João Lúcio de Azevedo, assim alude Capistrano ao episódio:

“Mariano de Oliveira, irmão mais velho do poeta Alberto de Oliveira, é meu amigo desde o Centenário de Camões (1880) ou antes. Naquele tempo chegou da Europa Miguel Lemos e trazia na bagagem uma biografia de Comte feita por Longchamp ou coisa que valha. Nos domingos fazia-se a leitura de um dos capítulos do livro que ainda estava inédito. Levei *Mário* — pseudônimo literário por que ainda o tratamos só Afonsinho Celso e eu. Resultado: ele ficou, eu saí”. (35)

Ao traçar, em abril de 1882, na secção *Tipos e Tipões* de "A Gazetinha", o perfil de Capistrano, escrevia Valentim Magalhães:

"Em filosofia, segue Spencer com a resolução feita de deixá-lo na estrada se encontra outro melhor; no entanto é muito amigo de A. Comte, de Laffitte, de Emílio Littré, de Teixeira Mendes, de Miguel Lemos, de Teixeira de Souza..." (36)

Com a irreverência, mordacidade e misantropia que o caracterizavam, não poderia Capistrano adaptar-se aos rígidos padrões religiosos do Apostolado, onde, no sarcástico dizer de Pierre Laffitte, até no espirrar se verificava se havia, da parte do prosélito, bastante veneração ou demasia de instinto destruidor... (37)

O próprio José Mariano de Oliveira, que era, como seu irmão Alberto, um fino poeta, de tal modo requintou a sua sensibilidade e apuro moral no convívio do Apostolado, que no fim da vida confessava sentir arrepios quando ouvia dizer que alguém dera uma gargalhada, porquanto o homem não *gargalha*, sorri...

Mas, "apesar de ter saído" e haver declarado mais de uma vez que abjurara a doutrina de Comte, guardou Capistrano vida fora, conscientemente ou não, forte influência, não só do Positivismo propriamente dito, mas até de certas peculiaridades do Apostolado, como se pode ver facilmente em vários passos de seus livros, e, sobretudo, em sua *Correspondência*. O horror que lhe inspiravam as academias, só pertencendo à Academia Humana sem consulta (38), a repulsa ao tratamento de "doutor" (39), o preconceito contra a vacina (40), a antipatia que lhe despertava Rui Barbosa, a ponto de designá-lo, muitas vêzes, com um til no u: *Rui* (41), considerando-o, em vez de *gênio*, "*cobaia prolífera e múltipla*" (42), acusando-o de praticar "*a poligamia ou a poliandria das idéias*" (43) e escrevendo "*proposital*", "*muito propositalmente*" (44) e *não propositado e propositadamente*, como na *Réplica* defendia Rui (45), de quem dizia lhe dava a impressão de chá com açúcar demais. (46) Estes exemplos, colhidos ao acaso, ao longo da correspondência de Capistrano, são resquícios evidentes dos seus contatos com o Apostolado, onde vamos encontrar pouco mais ou menos as mesmas opiniões.

Tem, portanto, razão Afrânio Coutinho quando escreve a propósito de "*Capistrano Crítico*":

"Assim, guiado por Comte, Spencer, Taine, Buckle, e, mais tarde, confirmado em alguns postulados, pela ciência geográfica determinista alemã de Peschel e Ratzel, foi Capistrano colocado na posse de um instrumento de trabalho e pesquisa acerca do fato social e histórico, que reflete a tendência geral de uma época em que a sociologia foi a prêsua sucessiva do método histórico, da bio-

logia, da psicologia. Para êle, a sociologia foi "*a conquista mais esplêndida do século XIX*" (*Ensaio e Estudos*, I, 117). Fra a fé comtiana na "*rainha das ciências*" que assim se exprimia. Capistrano foi algum tempo fêrvido comtista. "Nos domingos assisto a umas leituras positivistas *a que não posso faltar*", escrevia êle a Assis Brasil em 12-3-1881 (o grifo é meu). Mas a influência do positivismo é de muito antes, como se poderá rastrear nos trabalhos mais antigos. É a tarefa que, agora, se impõe, a do levantamento e classificação das idéias capistraneanas, após êsse preliminar desbravamento do fundo de cena contra o qual elas se saíentavam". (47)

Fora de dúvida é que, como observa José Honório Rodrigues, "as leituras positivistas que [Capistrano] ouvia aos domingos, a partir de 1881, no Centro, e a amizade de Teixeira Mendes e Miguel Lemos robusteciam a sua formação teórica iniciada no Ceará". (48)

É o que patenteia a leitura de vários de seus trabalhos, nos quais fâcilmente se pode comprovar a influência de Comte sôbre a sua formação, mesmo na fase em que mais desprendido dessa influência se supunha Capistrano.

Por outro lado, reagindo contra o Positivismo no Ceará, escreveu o Dr. José Faustino em 1897, a crítica "*Positivismo às claras*". (49)

E, seguindo-lhe as pegadas, também insurgiu-se contra o Positivismo Farias Brito.

Entretanto, embora, num verdadeiro apostolado filosófico, tivesse o pensador cearense em mira restaurar a metafísica, não conseguiu livrar-se da influência de Comte, segundo mostra o Professor Sílvio Rabelo. Vejamos, entre outras considerações dêste último, a seguinte a propósito da retificação da lei dos três estados tentada por Farias Brito:

"É essa a retificação que Farias Brito faz na sucessão dos três estados do sistema comtiano. Embora essa retificação se tenha feito no sentido de erros de ordem lógica e de ordem cronológica, o que se nota é que Farias Brito não conseguiu desembaraçar-se da influência de Augusto Comte. O espírito de sua classificação é o mesmo. A. Comte não foi só um degrau para a sua — o que seria razoável; mas é o próprio significado que não é diferente nesta". (50)

Também reflete a influência de Comte sôbre o pensamento de Farias Brito o passo da "*Finalidade do Mundo*" onde escreve "que a crítica psicológica e histórica sustenta em princípio e demonstra pelos fatos a morte de tôdas as religiões, inclusive o catolicismo.

"Em verdade as religiões estão mortas, mas o que não pode morrer é a religião em si mesma, isto é, o sentimento religioso, porque constitui a essência da natureza humana, de onde se segue como consequência inevitável a necessidade da criação de uma nova religião.

"E esta há de vir. Pode ser que saia por evolução espontânea de entre as próprias ruínas do catolicismo"... (51)

#### NOTAS DO SEGUNDO CAPITULO DA TERCEIRA PARTE

- 1) — CAPISTRANO DE ABREU: "*Ensaio e Estudos*", 1.<sup>a</sup> série, pg. 123, edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1931.
- 2) — Vide DOLOR BARREIRA: "*História da Literatura Cearense*", t. I, pg. 93.
- 3) — CAPISTRANO DE ABREU, *op. cit.*, pgs. 118 e 119. Sobre a Academia Francesa do Ceará, conf. BARÃO DE STUDART: "*Dicionário Bio-Bibliográfico do Ceará*", vol. III, pg. 146; CLÓVIS BEVILAQUA: "*História da Faculdade de Direito do Recife*", vol. I, pgs. 204 e 205 e DOLOR BARREIRA: "*História da Literatura Cearense*", t. I, pgs. 85 e 86.
- 4) — DOLOR BARREIRA, *op. cit.*, pg. 93.
- 5) — *Idem, ibidem*, pgs. 91 e 92.
- 6) — Vide CAPISTRANO DE ABREU: *Prefácio à "Crítica e Literatura"* de Rocha Lima, escrito e publicado em 1878, *apud "Ensaio e Estudos" (Crítica e História)* pg. 119, Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, Rio, 1931, e, no mesmo volume, nas páginas 69, 79, 81, 83, 95, 97, 98 *et passim* as numerosas e extensas citações do *Curso de Filosofia Positiva* e do *Sistema de Política Positiva*, a propósito da *Literatura Brasileira Contemporânea*, conferências escritas por Capistrano aos vinte e um anos de idade, proferidas em Fortaleza, na Escola Popular do Ceará, em 1875, e publicadas nesse ano no jornal "*O Globo*".
- 7) — Vide CAPISTRANO DE ABREU, "*Ensaio e Estudos*", t. I, pg. 118 da ed. cit.
- 8) — *Apud* DOLOR BARREIRA, *op. cit.*, pg. 91 e 92, nota 84.
- 9) — Vide CLÓVIS BEVILAQUA: "*A Filosofia Positiva no Brasil*", in "*Esboços e Fragmentos*", pg. 81, Rio, Laemmert, 1899; CAPISTRANO DE ABREU, *op. cit.*, pg. 117 e DOLOR BARREIRA, *op. cit.*, pg. 98.
- 10) — Vide ANTÔNIO GOMEZ ROBLEDO: "*La Filosofia en el Brasil*", pg. 115, Imprenta Universitaria, México, 1946.
- 11) — DOLOR BARREIRA, *op. cit.*, pgs. 94 e 95.
- 12) — CLÓVIS BEVILAQUA: "*A Filosofia Positiva no Brasil*", in "*Esboços e Fragmentos*", pg. 50, 52, 53 e 54.
- 13) — *Idem, ibidem*, pg. 59.
- 14) — AUGUSTO COMTE: "*Catecismo Positivista*", pgs. 240 e 241 da 2.<sup>a</sup> edição, Paris, Leroux éditeur, 1874.
- 15) — CLÓVIS BEVILAQUA, *op. cit.*, 54, 55, 56 e 117.
- 16) — *Idem, ibidem*, pg. 162.
- 17) — Vide AUGUSTO COMTE: "*Catecismo Positivista*", pg. 318 da tradução de Miguel Lemos, 3.<sup>a</sup> ed., Rio, 1905.
- 18) — Vide "*Lettres inédites de Stuart Mill à Auguste Comte publiées avec les réponses de Comte et une introduction par L. Lévy Bruhl*", Paris, Félix Alcan, éditeurs, 1899, pg. 282. Conf. AUGUSTO COMTE: "*Correspondance Inédite*", 1.<sup>ère</sup> série, pg. 218, Paris, 1903, e "*Lettres à Blignières*", Paris, Librairie Vrin, 1932, pg. 21.

- 19) — Vide VOLTAIRE: *Préface Historique, in Principes Mathématiques de la Philosophie Naturelle par Newton, traduits par la Marquise du Châtelet*, t. I, Paris, 1769, pgs. 95 e 96.
- 20) — Vide CLÓVIS BEVILAQUA, *op. cit.*, pg. 176 e seguintes.
- 21) — *Idem, ibidem*, pgs. 95 e 96.
- 22) — *Idem*: "*Criminologia e Direito*", Bahia, 1896, pgs. 126 e 127.
- 23) — CLÓVIS BEVILAQUA: "*Em defesa do Projeto do Código Civil*", pgs. 51, 216, 217, Rio, 1906. Sobre o assunto veja-se também a esplêndida conferência de REGINALDO NUNES: "*Clóvis Bevilacqua — Uma Vida e Um Exemplo*", Rio, 1959, pg. 12.
- 24) — ALCÂNTARA NOGUEIRA: "*O Pensamento Filosófico de Clóvis Bevilacqua*", DASP, Rio, 1959, pgs. 70 e 71.
- 25) — CLÓVIS BEVILAQUA: "*Expressão Jurídica da Rerum Novarum*", in *Jornal do Comércio* de 15 de junho de 1941.
- 26) — CLÓVIS BEVILAQUA: "*Discurso*". Pernambuco, 1880, pg. 7, *apud* ALCÂNTARA NOGUEIRA, *op. cit.*, pgs. 130 e 131.
- 27) — DOLOR BARREIRA, *op. cit.*, pgs. 260 e 264.
- 28) — Esse trabalho figura entre as publicações do Apostolado Positivista do Brasil com o número 204.
- 29) — Os principais livros de ALÍPIO BANDEIRA são: "*O Brasil Heróico*", Rio, Imprensa Nacional, 1918; "*Vozes da América*", Rio, 1920; "*A Cruz Indígena*", Livraria do Globo, Pôrto Alegre, 1926; "*Apêlo aos Republicanos*", Margem (R. G. do Sul), "*Jauapery*", Manaus, 1926.
- 30) — MIGUEL LEMOS: "*Décima Circular Anual*", pg. 46, Rio, 1898.
- 31) — Vide CLÓVIS BEVILAQUA: "*A Filosofia Positiva no Brasil*", in "*Esboços e Fragmentos*", pg. 113, Rio, Laemmert, 1899.
- 32) — Vide CLÓVIS BEVILAQUA: "*História da Faculdade de Direito do Recife*", t. I, pg. 273, nota 471, Rio, Alves, 1927.
- 33) — Vide DOLOR BARREIRA, *op. cit.*, pg. 178.
- 34) — Vide CAPISTRANO DE ABREU, carta a Assis Brasil de 12 de março de 1881, in *Correspondência*, edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues, vol. I, pg. 73, Rio, 1954.
- 35) — *Ibidem*, vol. II, pg. 357.
- 36) — *Apud* J. A. PINTO CARMO: "*Capistrano de Abreu — ensaio bio-bibliográfico in "Dom Casimiro"*" de 7 de junho de 1941.
- 37) — Vide PIERRE LAFFITTE: "*Une Rectification*", in *Revue Occidentale*, 1889, n.º 5, t. XXIII, pg. 178.
- 38) — CAPISTRANO DE ABREU, "*Correspondência*", vol. II, pg. 58.
- 39) — *Ibidem*, pg. 17.
- 40) — *Ibidem*, vol. I, pg. 285, carta de 12 de setembro de 1917 a Afonso de Taunay.
- 41) — *Ibidem*, pg. 212A (*fac-símile*) e 216.
- 42) — *Ibidem*, pg. 252.
- 43) — *Ibidem*, pg. 218, carta de 12 ou 13 de janeiro de 1910 a Mário de Alencar. Nove anos mais tarde, em carta de 26 de março de 1919, voltaria Capistrano a salientar a versatilidade das idéias de Ruy, escrevendo a João Lúcio de Azevedo: "A falta de cultura filosófica pode explicar sua versatilidade. A princípio, anticristão, anticatólico, virou de bordo, fêz-se *bondieusard* depois da residência forçada na Inglaterra em 93, quando leu Balfour; fêz-se católico, se não praticante, de oratória". (*Correspondência*, t. II, pg. 119, ed. cit.).
- 44) — *Ibidem*, t. I, pg. 322.
- 45) — Vide RUI BARDOSA: "*Réplica*", pgs. 87, 88, 89 e 280 da 2.ª ed.
- 46) — Vide CAPISTRANO DE ABREU: "*Correspondência*", t. III, pg. 78.
- 47) — Vide AFRÂNIO COUTINHO: "*Capistrano Crítico*", in "*Diário de Notícias*", de 3 de janeiro de 1954. Conf. AFRÂNIO COUTINHO: "*Euclides, Capistrano e Araripe*", pg. 75 *et passim*, Rio, Ministério da Educação e Cultura, 1959.

- 48) — *Vide* JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: prefácio à *Correspondência de CAPISTRANO DE ABREU*, t. I, pg. XLI da ed. cit.
- 49) — *Vide* CLÓVIS BEVILAQUA: "A Filosofia Positiva no Brasil", in "Esboços e Fragmentos", pg. 112, nota 1, Rio, Laemmert, 1899.
- 50) — SÍLVIO RABELO: "*Farias Brito ou uma aventura do Espírito*", pg. 185, Livraria José Olympio Editora, 1941. *Vide* também, no mesmo volume, pgs. 41, 177 *et passim*.
- 51) — *Vide* FARIAS BRITO: "*Finalidade do Mundo*", pgs. 178-179 do 1.º volume da edição do Instituto Nacional do Livro, Rio, 1957.

## CAPÍTULO TERCEIRO

### O POSITIVISMO NA BAHIA, PERNAMBUCO, PARAIBA E PARÁ

I) Justiniano da Silva Gomes — Moniz Barreto de Aragão e Guedes Cabral. II) Tobias Barreto, Silvio Romero, José Higino, Martins Júnior, Anibal Falcão, Antônio de Souza Pinto, Gerônimo dos Santos, Pereira Simões, Viveiros de Castro, Souza Bandeira, Barros Cassal, Alfredo Varella, Lacerda Werneck. III) Venâncio de Figueiredo Neiva, Artur Moreira Lima, Orris Soares e outros. IV) José Vertissimo.

#### I

A PRIMEIRA manifestação do Positivismo na Bahia verificou-se, segundo vimos no primeiro capítulo deste livro, em 1844, quando o Dr. Justiniano da Silva Gomes apresentou à Faculdade de Medicina uma tese — “Plano e Método de um Curso de Fisiologia”, onde se referia a Augusto Comte, à lei dos três estados e ao método positivo, constituindo a primeira manifestação positivista no Brasil. Mais tarde, em 1858, Antônio Ferrão Moniz Barreto de Aragão editou os “Elementos de Matemática”, precedidos de uma introdução filosófica, na qual se nota influência de Comte, que também se verificaria vinte anos depois no trabalho do mesmo autor: “Classificação das Ciências e Artes”. (1)

Em 1876, Domingos Guedes Cabral, formado em medicina pela Faculdade da Bahia, e membro de diversas associações de letras, publica, em Salvador, as “Funções do Cérebro”. Seus colegas, doutorandos de 1875, numa prova do aprêço em que tinham o autor, e “como um protesto contra a coarctação da liberdade de pensamento que, por tôda a parte, entre nós, vemos limitado, inclusive nos estatutos de nossa Faculdade”, resolveram, “corroborados por grande número de colegas de todos os anos acadêmicos, dar à publicidade a obra que aquêle colega destinara para sua tese inaugural e que foi reconhecida não poder sê-lo, em vista de disposições regulamentares da Faculdade”. (2)

Era a Igreja, ligada ao Estado, que levava a incluir no *Index* a obra científica de Guedes Cabral, o qual não pôde defender a sua tese perante a Congregação da Faculdade da Bahia. Obteve ela, porém, muito maior repercussão à vista da solidariedade que, ao autor, hipotecaram os seus colegas do curso médico, encarregando-se de publicá-la.

Em seu prefácio, Guedes Cabral narra como as coisas se passaram: “Vai para dois anos, despertado por leituras de literatura médica, encaminhei meus estudos para assuntos de uma especiali-

dade delicada, essa que ora nos oferece a *filosofia positiva*, que não é outra coisa mais do que a lógica aplicada aos fatos. . . . .  
 . . . . . E, a 20 de setembro, dirigia-me à Faculdade com um manuscrito, bom ou mau, não importa, mas laborioso e consciente, sobre o importantíssimo ponto de fisiologia — *Funções do Cérebro*. Ignorava que fôsse uma cruel irrisão êsse estribilho aí infinitamente repetido a cada momento: *A Faculdade não aprova nem reprovava as opiniões emitidas nas teses*. Entendendo estas palavras na acepção real de seu sentido, estava longe de supor que pudesse haver uma dialética tão extravagante para as leis dêste país, que sob as palavras de suas disposições, se ocultasse sempre um sentido sibilino, direi melhor — um sentido católico . . . . . Ignorava que a ciência, que estabelece seus princípios em fatos, não tivesse o direito neste país de ter um tom seu, próprio de suas verdades; que tivesse obrigação imprescindível de falar de concôrto com a religião do Estado. Como se a ciência fôsse como aquêles cavaleiros da idade média, que deviam trazer sempre a cruz para terem personalidade reconhecida, sendo por ela só autenticados, *post-mortem* até, por baixo dos arnezes despedaçados entre cruces e sangue.

“Ignorava que a medicina devesse, entre nós, trajar à romana e trazer sempre debaixo do braço uma Bíblia para poder ser reconhecida”. (3)

E, referindo-se ao homem, “*aquêles resgatado da ficção*” para ser “*traído à pura realidade de seu ser*”, acrescenta Guedes Cabral: “É o que faz a ciência moderna. . . A sociedade, cujos destinos vão mudar ou pelo menos modificar-se profundamente, deverá a êsses novos e verdadeiros filósofos o seu maior adiantamento. Tudo quanto existe até aqui, que se funda sobre o imaginário, o hipotético, o ideal, o mitológico, o quimérico da filosofia espiritualista, tudo vai baquear inevitavelmente lá do seu fictício domínio nas regiões do raio. E o raio aqui é a verdade, o real, o sólido, o inegável da filosofia positiva”. (4)

Guedes Cabral conta que tratou também, sob o prisma filosófico, do conceito de alma, que seria o complemento natural de sua tese:

“Como um complemento ao nosso trabalho, fomos tentados a imprimí-lo aqui [o exame do conceito de alma], o que nos obstou o caráter puramente fisiológico que tinham necessidade de oferecer estas linhas. Aquela parte, porém, do nosso trabalho, que intitulamos — “*Cérebro e alma*” — virá um dia à luz pública, esperamos”. (5)

Teria sido publicado êste segundo trabalho do médico baiano? Ainda se encontrarão, na Bahia, ou alhures, os seus manuscritos?

Em todo caso, no próprio prefácio à sua tese, não se furta Guedes Cabral de tomar posição perante o tema o *cérebro e a alma*, assim se expressando:

“A Faculdade perguntava-nos quais entendíamos ser as funções do cérebro, isto é, em que se ocupa êsse órgão, porque não deve haver órgãos ociosos na economia.

“Para responder-lhe, socorrendo-nos à fisiologia e suas ciências auxiliares, tivemos que interrogar os *movimentos, as sensações, o pensamento, o sentimento* e finalmente a *alma*, isto é, examinar o que o cérebro tem de relativo a cada uma destas cousas.

“Sensação, movimento, pensamento, sentimento, encontrâmos-nos nós como propriedade dos elementos cerebrais: a alma, porém, não, nem lhe encontramos vestígios aí.

“E se ela não foi encontrada aí, no cérebro que dizem ser o seu domicílio, para complemento de nossas investigaçõesurgia que pelo menos examinássemos se naqueles pavimentos de células e tubos nervosos era possível um ser distinto habitar. Para isto tivemos necessidade primeiro que tudo de conhecer êsse ser, ter dêle, quando nada, uma idéia aproximada em relação ao nosso exame.

“Ora, desde que não fôra encontrada no cérebro, e não era possível, sem ter que arcar com o ridículo, buscá-la em ponto outro algum da economia — fômo-la procurar fora, algures, nos psicólogos.

“A Alma dos tratados, porém, infelizmente, *ultima ratio* do nosso exame, não se acomoda no cérebro; é aí ociosa, inútil”. (6)

## II

Em Pernambuco, conforme observa Clóvis Bevilaqua, Tobias Barreto, até então espiritualista, como se vê do estudo sobre *“Guizot e a escola espiritualista do século XIX*, começa a inclinar-se, em 1868, para o Positivismo, segundo se depreende do trabalho *“Teologia e teodicéia não são ciências”*, onde se lê a célebre frase de Littré sobre o infinito: *“C’est un océan qui vient battre notre rive, et pour lequel nous n’avons ni barque ni voile, mais dont la claire vision est aussi salutaire que formidable”*. E nesta orientação foi elaborado o artigo. No escrito intitulado *“Moisés e Laplace”* transparece a orientação positivista, com relação à lei dos três estados, acentuando-se a passagem do fetichismo para o politeísmo, e dêste para o monoteísmo. Em *“A religião perante a psicologia”*, há um interessante estudo sobre as idéias de Vacherot, em suas afinidades com as doutrinas de Augusto Comte. “Na *“Crônica dos Disparates”*, Augusto Comte é ainda invocado por Tobias para estabelecer a diferença entre mundo e universo”. (7)

Também Sílvio Romero sofreu a atração do Positivismo, no qual, entretanto, assim como Tobias, pouco se deteve, vindo a tornar-se até seu adversário, muito embora, conforme êle mesmo esclarece, haja continuado completamente prêso ao que lhe parecia ser o lado inatacável de Comte, aquilo que sempre restará de sua brilhante organização filosófica. Eis suas próprias palavras em "*A Filosofia no Brasil*", estampada em 1878, onde, discorrendo sobre o Positivismo, escreve: "outrora seu sectário, na ramificação dirigida por E. Littré, só o deixei quando livros mais desprevenidos e fecundos me chegaram às mãos. Comte só foi largado por amor a Spncer, a Darwin, a Haeckel, a Büchner, a Vogt, a Moleschott, a Huxley, e ainda hoje o lado inatacável, aquilo que sempre restará de sua brilhante organização filosófica, me prende completamente". (8)

Ao definir êsse lado inatacável do Positivismo, salienta Sílvio "a excelente classificação das ciências, superior às propostas por Ampère e Spencer" (9) "a idéia de sujeitar a filosofia aos fatos demonstrados pelas outras ciências, elevando-a ao caráter de ciência geral" (10), e, mais do que tudo, a formulação da lei dos três estados: "Mas o que é altamente duradouro e inapreciável na obra do reformador vem a ser a sua lei da história, a lei dos três estados, teológico, metafísico e positivo". (11) Dessa lei "se deduz logicamente a guerra, respeitosa, aliás, que é aberta contra os processos das duas filosofias anteriores, e a preconização, nunca assaz aplaudida, do método e tendências positivas". (12)

Trajetória mental análoga foi a de José Higino, catedrático da Faculdade de Direito do Recife, e, posteriormente, acatado Ministro do Supremo Tribunal Federal. No dizer de Clóvis Bevilacqua, fêz êle, "para estudar conscienciosamente o Positivismo, um curso metódico de matemáticas e das diversas ciências abstratas da série hierárquica de Augusto Comte". (13)

Além de Celso Magalhães, maranhense de altos méritos intelectuais, que foi quem primeiro, no Brasil, compreendeu o valor do folclore, publicando no "*Trabalho*", em 1873, importante estudo sobre a poesia popular no Brasil (14), e ao qual já me referi em capítulo anterior, aderiram ao Positivismo, em Recife, Antônio de Souza Pinto, Generino dos Santos e Aníbal Falcão, passando as idéias do filósofo de Montpellier a exercer forte influência sobre Martins Júnior, Alfredo Varela, Barros Cassal, Antônio Pereira Simões, Clodoaldo de Freitas, Cláudio da Costa Ribeiro, Manuel Barradas e Francisco José Viveiros de Castro, entre muitos outros.

Menciona Clóvis Bevilacqua, como influenciados pelo Positivismo, em Recife, os jornais "*A Crença*" (1870), "*O Americano*", "*O Movimento*" (1872) e "*O Trabalho*" (1873)), onde colaboraram Souza Pinto, Franklin Távora e Celso Magalhães. Além destes jornais, inserem artigos de inspiração comtiana as publica-

ções "Revista Acadêmica de Direito e Letras", "Revista de Pernambuco", "Ensaio Jurídico", "Século", "Revista Acadêmica", "Democrata", "Escalpo", "Idéia Nova", colaborando nesta última Martins Júnior e Artur Orlando. (15)

Foi por essa época que se deu, em Recife, o embate das duas escolas filosóficas que, no último quartel do século passado, disputavam no Brasil o primado das inteligências: a evolucionista e a positivista, passando a primeira a ser principalmente representada por Tobias Barreto e Sílvio Romero, os quais, de adeptos ou simpatizantes, passaram a opositores do Positivismo, mantendo-se, entretanto, fiéis a este último, Antônio de Souza Pinto, Genérino dos Santos, Aníbal Falcão, Martins Júnior e o engenheiro Pereira Simões, entre outros.

Em 1880, no jornal *Idéia Nova*, Martins Júnior publica notável artigo sobre *A Filosofia Positiva e seu desenvolvimento no Brasil*. (16)

Em 1881 Aníbal Falcão estampa no *Diário de Pernambuco*, uma "apreciação geral do movimento positivista no mundo e particularmente dos progressos da religião demonstrada no Brasil". (17) e, em 1883, publica, no mesmo jornal, sua "Fórmula da civilização brasileira", inspirada no critério histórico-filosófico de Augusto Comte. Neste trabalho, nas palavras de Clóvis Bevilacqua, "imerge Aníbal Falcão na funda escuridade da nossa história colonial e vai sentir o primeiro pulsar da pátria através das obcecações dos ódios e dos preconceitos". (18)

Ainda em Pernambuco, Aníbal Falcão pronuncia conferências sobre Augusto Comte e a teoria positivista do papel de Danton na Revolução Francesa, e, entre outros, divulga vários artigos sobre ensino. (19)

Em 1882, Souza Pinto dá a lume "*O Marquês de Pombal*", trabalho com que comemorou, no Gabinete Português de Leitura, em Pernambuco, o primeiro centenário da morte do estadista luso.

Eis como Clóvis Bevilacqua aprecia essa obra:

"O livro, depois de uma introdução em que estabelece o fundamento altamente religioso dos centenários, sem contudo prender-se a uma liturgia nova, passa a apreciar as condições especiais que determinaram a decadência portuguesa, e tornaram oportuna a ditadura do célebre estadista, deixando cair, como que de passagem, alguns traços biográficos, para pôr em relêvo o papel do eminente político construtor. Um reparo se lhe pode fazer: — há muita parcimônia na parte biográfica. Mais larga, mais firme, concorreria ela para bem se avaliar a influência de um caráter sobre a governação de um país. Bem conhecido o homem com seu temperamento e educação, melhor se compreenderia sua ação como estadista. Sei que o fito era diverso, mas esse elemento, me parece, era indispensável. Apesar disso, porém, o "*Marquês de*

*Pombal* é um magnífico estudo sintético, igual no plano e na execução ao "*Luís de Camões*" do Sr. Miguel Lemos". (20)

Antônio de Souza Pinto — informa Clóvis — era português de nascimento; educado no Recife, por cuja Faculdade de Direito se diplomou em 1874, assinalou-se no jornalismo. Redigiu o "*Diabo a quatro*", semanário ilustrado, de feição literária, onde teve, como companheiros, Generino dos Santos e Aníbal Falcão. O "*Diabo a quatro*", que saía semanalmente, circulou de 1875 a 1879, elevando "*a crítica de costumes a proporções nunca depois excedidas*", diz Alfredo de Carvalho. (21)

Além do "*Marquês de Pombal*" e de um volume de *Poesias* (22), Souza Pinto publicou o "*Dicionário jurídico comercial*", e diversas monografias de mérito, entre as quais, a "*Liberdade Profissional*", o "*Instituto da adoção*".

"Adotou o Positivismo — depõe Clóvis — a princípio em sua forma puramente filosófica de litreísmo, e, depois, na sua feição ortodoxa". (23)

Generino dos Santos, pernambucano, foi, no dizer de Clóvis, "poeta muito correto, que pôs o seu estro a serviço das suas idéias filosóficas, as quais terminaram por ser genuinamente positivistas". (24)

Entre as produções de Generino, coligidas, depois de sua morte, em vários volumes sob o título geral de "*Humaníadas*", figura uma tradução do estudo de Pierre Laffite sobre a *Civilização Chinesa*.

A convite de Inglês de Souza, quando presidente da província do Espírito Santo, exerceu as funções de Promotor público em Vitória.

Em 1883 Souza Bandeira publica, em Recife, "*A Filosofia Positiva no Brasil*", trabalho mais tarde incluído no volume "*Estudos e Ensaios*".

Nesse escrito, feito para apreciar o ensaio de Clóvis Bevilacqua sobre "*A Filosofia Positiva no Brasil*", apresenta Souza Bandeira o seguinte balanço do Positivismo:

"Quem aplicar a crítica ao momento atual da marcha filosófica, há de ver que do Positivismo já se começam a destacar, para o patrimônio comum, a definição da filosofia, a relatividade dos conhecimentos humanos, a concepção do método, a unificação e classificação das ciências, a constituição da sociologia, que com outros princípios formam a sua parte sólida".

E, referindo-se especialmente à sua influência no Brasil, escreve:

"Compreende-se a necessidade de estudar a história do Positivismo entre nós. Ele teve a vantagem de nos emancipar dos velhos preconceitos, romper a luta com o carrancismo dos fanáticos, dar-nos uma concepção científica e abrir-nos o caminho

para sínteses mais vastas, mais de acôrdo com o progresso. Prestou, portanto, um incalculável serviço". (25)

Em 1881, Martins Júnior, terceiro-anista de Direito, dá a lume as "*Visões de hoje*", onde se manifesta positivista, encontrando-se nesse volume, segundo Arthur Orlando, a confissão de fé política e filosófica do futuro catedrático de *História do Direito* da Faculdade de Recife. (26)

Em 1883 publicou Martins Júnior "*A Poesia Científica*", em cuja análise me deterei ao estudar, em capítulo especial, o Positivismo na Literatura Brasileira.

Além de colaborar, com Clóvis Bevilacqua, na "*República*", nº "*Escalpelô*" e no "*Stereógrafo*", e de fundar, ainda com Clóvis, em 1880, a *Idéia Nova*, Martins Júnior lança, em 1883, a *Folha do Norte*, diário de grande repercussão onde colaboraram Tobias, José Higino, Souza Pinto, Arthur Orlando, agremiando, também, no dizer de Faelante Câmara, em "ruidosa convivência, a fina flor da mocidade". (27)

Nesse diário saíram escritos de filosofia devidos às penas de Martins Júnior, Arthur Orlando, Gumercindo Bessa, César Monteiro, Higino da Cunha, Anísio de Abreu, João Bandeira e outros. (28)

Desaparecendo a *Folha do Norte*, passou Martins Júnior a escrever no *Jornal do Recife*, e, mais tarde, em 1889, "fundou o "*Norte*", jornal de propaganda republicana, tendo ao seu lado, Maciel Pinheiro, Teotônio Freire, Henrique Martins e Rodrigues Viana. A *Gazeta da Tarde* (1892) foi outro baluarte por êle armado para as lutas partidárias". (29)

Em 1883, em seu volume *A Poesia Científica*, assim esclareceu Martins Júnior a sua adesão à Filosofia Positiva:

"Sinto necessidade de me explicar, mesmo em nota, sôbre a Filosofia Positiva, ou sôbre a influência que exerce em mim, em minhas idéias e palavras, o Positivismo francês.

"Sou ainda hoje o mesmo sectário convencido e entusiasta do grande sistema filosófico arquitetado na França por Comte. Até hoje, entretanto, não pude ainda substituir Littré por Laffitte, e Wirouboff pelo Dr. Robinet. Quer isto dizer que, em face do vertiginoso movimento científico da atualidade, faço-me, como Roberty, um *positivista independente*, e, escudado no fecundo princípio da relatividade dos conhecimentos humanos, procuro agrupar ao redor da Lei dos Três Estados e da classificação hierárquica das ciências tôdas as conquistas definitivas do evolucionismo spenceriano, do transformismo darwínico, do monismo haeckelista e do realismo científico materialista.

"Não nego, apesar disto, que tenho uma imensa admiração veneradora pela prematura e arrojada construção político-religiosa do filósofo francês, e, pressentindo nela um esbôço ideal que todos buscamos, comparo-a a uma cidade correta e formosíssima, eri-

gida no ar, que atrai o viajante, mas que asfixia-o depois, porque a altura faraônica das suas muralhas não deixa penetrar dentro dela a rajada forte do movimento, da luta, da concorrência da vida em tôda a sua revolucionária liberdade. . .

“Releva notar, porém, que as minhas simpatias pelo positivismo heterodoxo não dão um caráter limitado e exclusivo às idéias que tenho sôbre poesia científica. Não. Com a Filosofia Positiva ou com qualquer outro sistema filosófico moderno as conclusões restam as mesmas”. (30)

Ainda propugnaram pelo Positivismo, em Pernambuco, Luciano de Souza Pinto e Antônio Pereira Simões. Este último, que era engenheiro civil e foi gerente da via férrea da cidade do Recife a Olinda e Beberibe, publicou, em 1880, no Rio de Janeiro, o trabalho “*Contingente para a construção de pontes econômicas*”, a cuja apreciação, a partir de 28 de janeiro de 1881, consagrou Arão Reis uma série de artigos na *Gazeta de Notícias*.

Além de *Engenhos Centrais em Pernambuco*, editado no Rio, em 1882, e *Uma Visita à penitenciária*, também estampado no Rio, o Dr. Antônio Pereira Simões publicou, em 1897, em Recife, “*O Romance de Augusto Comte*”, obra em dois volumes”. (31)

Foi em Recife que travou conhecimento com o Positivismo Francisco José Viveiros de Castro, natural do Maranhão. Formado em 1883, jurista e homem de letras dos mais brilhantes e independentes, autor de vários livros de valor entre os quais *A Nova Escola Penal*, *Atentados ao Pudor*, *Ensaio Jurídico*, foi desembargador no Distrito Federal e professor na Faculdade de Direito, sendo notáveis as sentenças por êle proferidas sôbre a liberdade profissional e liberdade espiritual em que adota as teses positivistas a êsse respeito. (32)

Também Barros Cassal, gaúcho e cunhado de Aníbal Falcão, fêz-se positivista em Recife, ao lado de Alfredo Varela, outro gaúcho, que mais tarde se destacaria como deputado, representando, na Câmara Federal, o castilhismo. O seu volume — “*Direito Constitucional*” — “*trabalho original interessantíssimo*”, no dizer de Clóvis Bevilacqua (33) — é todo inspirado nas doutrinas históricas e sociais de Augusto Comte.

Distinguiu-se também como positivista em Recife Francisco Peixoto de Lacerda Werneck que, em 1882, fôra condenado, na Faculdade de Direito de São Paulo, a perder dois anos de estudos por ofensa à Religião do Estado, visto haver escrito numa prova sôbre liberdade de religião:

“*Êsses ignorantes sem caráter, que ensinam a moral baseada na existência de um ente supremo, chamado Deus*”. . . (34)

Bacharelando-se pela Faculdade do Recife, Lacerda Werneck pertenceu mais tarde ao Apostolado Positivista do Brasil e publicou: “*O Calendário Positivista acompanhado da biblioteca do proletário no século XIX por Augusto Comte, com um apêndice*

contendo uma carta sôbre a missão da mulher", Rio de Janeiro, 1884.

A propósito do casamento de positivistas com católicas estampou ainda, em Recife, em 1885, o opúsculo: "*Diocese de Olinda — O Casamento misto*", e, em diversos jornais, como, entre outros, *A Província de São Paulo*, publicou artigos episódicos onde transparece sua formação positivista. (35)

### III

Anteriormente a 1893 verificaram-se, no Estado da Paraíba, vagas manifestações positivistas. A partir desse ano, porém, Venâncio de Figueiredo Neiva publicou, em "*O Estado da Paraíba*" o primeiro artigo de uma série que se vem prolongando por perto de sete décadas, porquanto até hoje continua.

Em 1897, na *Gazeta do Comércio*, Adolfo Ferreira Nóbrega, Luís Mariano Pereira de Andrade, Antônio Batista Neiva de Figueiredo, Joaquim Lins de Albuquerque e Venâncio Neiva faziam um apêlo no sentido de serem lidas as publicações positivistas recebidas pela Biblioteca Pública do Estado.

Entre muitos outros, Artur Moreira Lima publicou, em "*O Comércio*" de 5 de setembro de 1900, em comemoração do nascimento do fundador do Positivismo, um artigo intitulado: "*Augusto Comte — Onorate l'altissimo Maestro*".

Em *O Comércio* de 11 de novembro de 1900 saiu um artigo francamente positivista, sob o título "*Pela memória do fundador da República*", assinado por Artur Moreira Lima, Manuel Guimarães Filho, João de Andrade Espínola, Manoel V. Ferrer Júnior, Felipe Dias Paredes, Antônio Bernardino Neto, Henrique V. de Mello, Manuel Simplício de Paiva, João Antônio Vasconcelos, Francisco Rangel Tôrres, Virgílio César, Órris Soares, Antônio Lopes dos Santos, Augusto Toscano de Brito, Pedro Soares e Lourenço Moreira Lima.

E outros nomes aparecem nos jornais da Paraíba propugnando pelo Positivismo como os do Tenente Izidro Leite Ferreira de Araújo, Olinto de Mesquita Vasconcelos, conforme se vê em "*O Comércio*" de 5 de janeiro de 1901.

Nesse mesmo jornal, em 5 de novembro de 1901, vem um convite para a comemoração da data da Fundação da República, constante de uma sessão sociolátrica e de uma procissão cívica em que seriam conduzidos, em andores, a exemplo do que por esse tempo se fazia no Rio de Janeiro, os bustos em gesso de Tiradentes, José Bonifácio, Benjamin Constant, Deodoro e Floriano.

Entre inúmeros outros, publicou Venâncio Neiva, em "*A União*" de 15 de junho de 1907, longo artigo inteiramente positivista, dedicado a Órris Soares, sôbre "*A Função da Mulher na Sociedade*".

Além de um artigo sôbre "*A Bandeira Nacional e a Religião da Humanidade*", saído em "*O Norte*", de 4 de julho de 1908, Frederico de Figueiredo Neiva, Eugênio de Figueiredo Neiva, José de Lima Vinagre, Agnelo Cavalcanti e João Carneiro Monteiro publicaram, em "*A União*" de 20 de junho de 1909, uma carta sôbre "*Positivismo e Patriotismo*".

E, ora feitas por Venâncio de Figueiredo Neiva, ora por outros, as manifestações positivistas se têm sucedido, intercaladamente, até hoje na Paraíba, onde também foram realizadas por Venâncio Neiva e seus correligionários várias conferências.

Em "*A União*" de 23 de julho de 1944, o Cônego Matias Freire publicou, sob o seu conhecido pseudônimo de Mário d'Alva, um artigo em que louvava a ação construtiva dos positivistas em geral, e, especialmente, de Venâncio Neiva e do então Coronel Djalma Poli Coelho, que foi mais tarde, com Venâncio Neiva e o Almirante Alfredo Moraes, um dos fundadores do Clube Positivista do Rio de Janeiro.

#### IV

Em 1874 José Veríssimo, que se matriculara na Escola Central do Rio de Janeiro, logo transformada em Politécnica, cujo primeiro ano cursou, aí conheceu o Positivismo na convivência de Coelho Barreto, pai de Paulo Barreto (João do Rio), e de Pedro Barreto Galvão, segundo informações de seu amigo, Dr. Rodolfo Paula Lopes, catedrático de Biologia do Colégio D. Pedro II, falecido no Rio, em 1947, aos 87 anos.

Transferindo-se, por motivo de doença, em meados de 1876, para o Pará, figurou Veríssimo entre os redatores do "*Diário do Grão Pará*", onde trabalhou de 1880 a 1884. Em 1883 funda a *Sociedade paraense promotora da instrução* e cria a *Revista Amazônica*, na qual é apoiado por Barbosa Rodrigues, Ferreira Pena e conselheiro Tito Franco de Almeida.

Em 1881 publica o opúsculo *Emílio Littré* (traços biográficos). Dedicado à mocidade, êsse opúsculo, no dizer de Alberto Faria ao succeder a Veríssimo na Academia Brasileira de Letras, "compõe-se de artigos saídos na *Gazeta de Notícias* de Belém, a respeito da filosofia positiva, importando em documento para a história das idéias modernas no Brasil, razão porque se lhe juntou um de réplica à "*Boa Nova*", órgão de teologia católica. Ficaram esparsos outros, firmados com o pseudônimo "*Lúcifer*", contra os quais se levantou o clero irritadiço e dizedor. Em filosofia, como em ciência, manteve-se êle, vida fora, entre o positivismo e o determinismo". (36)

Quem, no jornal — "*Boa Nova*" escreveu uma série de artigos contra Augusto Comte e Littré, sob o título geral de "*A Filosofia Positiva*", foi o Cônego Raimundo Ulisses de Albuquerque Pena-

forte, vigário da catedral de Belém, orador sacro, jornalista e poeta, com o qual polemizou o autor de "*Cenas da Vida Amazônica*". (37)

Em todos os livros de José Veríssimo é evidente a influência que, sobre o seu espírito, exerceu a obra de Comte, da qual diria nos *Estudos de Literatura Brasileira*:

"A obra de Augusto Comte é dessas que se podem combater, mas que se não podem negar. O seu valor é, sem exagêro, enorme, e a sua influência, principalmente a não confessada, considerável.

"Nenhum filósofo lançou jamais, em qualquer domínio da atividade humana, tantas e tão profundas idéias, como nenhum talvez viu tão argutamente nesse grande mistério que é a história. Todo o pensamento moderno está impregnado da sua influência, e os mesmos que o combatem e que o negam, são-lhe, indiretamente, mau grado seu, mas de fato, devedores. Em todos os países de alta cultura a sua obra, depois de ter penetrado por via dos seus discípulos ou adversários, começa a ser estudada e discutida. Qualquer que seja a sua sorte, ela terá sido uma das mais notáveis do espírito humano". (38)

A vista de suas afinidades espirituais com o Positivismo, compreende-se haja sido Veríssimo o escritor brasileiro que acompanhou Anatole France na visita que este fez ao Templo da Humanidade no Rio, apresentando a Teixeira Mendes o criador de *Thais*, também simpatizante das linhas mestras do Positivismo através de suas conversações com Pierre Laffitte em Béguey, conforme se vê em seu volume "*Vers les temps meilleurs*". (39)

Em 1883 era magistrado na cidade de Bragança o Dr. Joaquim Vilela de Oliveira Marcondes (40), positivista entusiasta ao qual me referirei detidamente ao tratar do Positivismo em São Paulo.

No Pará fundou-se, em 1896, o jornal *Ordem e Progresso*, sendo seu redator Raimundo C. da Silveira e seu gerente Manoel R. dos Santos.

Em 1898 Leopoldo Penna Teixeira, Leônidas e Coriolano Martins, João Bernardo Lobato Filho, João Pedro Müller e José Pantalcão Valente Lôbo constituíram, em Belém, com o Coronel Augusto M. Vasconcelos Drumond e Otávio Barboza Carneiro, um núcleo positivista que, ao lado de publicações, promoveu a realização de conferências sobre Augusto Comte e sua obra.

#### NOTAS DO CAPÍTULO TERCEIRO DA TERCEIRA PARTE

- 1) — Vide CLÓVIS BEVILAQUA: "*A Filosofia Positiva no Brasil*", in "*Esboços e Fragmentos*", pgs. 70, 71 e 72, nota 1, Rio, Laemmert, 1899.
- 2) — Vide DOMINGOS GUEDES CABRAL: "*Funções do Cérebro*", Bahia, Imprensa Econômica, 1876, pg. VII.
- 3) — *Idem, ibidem*, pgs. XII, XIII, XIV, XV.
- 4) — *Ibidem*, pgs. XXVII e XXVIII.
- 5) — *Ibidem*, pg. XXXII.

- 6) — *Ibidem*, pgs. XXX e XXXI.
- 7) — Vide CLÓVIS BEVILAQUA: "*História da Faculdade do Recife*", vol. II, pgs. 97 e 98, Rio, Livraria F. Alves, 1927.
- 8) — SÍLVIO ROMERO: "*A Filosofia no Brasil (Ensaio Crítico)*", Pôrto Alegre, Tipografia da Deutsche Zeitung, 1878, pg. 68.
- 9) — *Idem, ibidem*, pg. 69.
- 10) — *Idem, ibidem*, pg. 70.
- 11) — *Idem, ibidem*, pg. 71.
- 12) — *Idem, ibidem*, pg. 72.
- 13) — CLÓVIS BEVILAQUA, *op. cit.*, vol. II, pgs. 70 e 72.
- 14) — Vide CLÓVIS BEVILAQUA, *op. cit.*, pg. 206, nota 308.
- 15) — Vide CLÓVIS BEVILAQUA: "*A Filosofia Positiva no Brasil*", in "*Esboços e Fragmentos*", pgs. 76 e 79, nota 1.
- 16) — Vide CLÓVIS BEVILAQUA: "*Esboços e Fragmentos*", pg. 69.
- 17) — *Idem, ibidem*.
- 18) — *Idem, ibidem*, pg. 119.
- 19) — *Idem, ibidem*, pg. 113.
- 20) — *Idem, ibidem*, pg. 78.
- 21) — ALFREDO DE CARVALHO: "*Estudos Pernambucanos*", apud CLÓVIS BEVILAQUA: "*História da Faculdade de Direito do Recife*", vol. II, pg. 94, nota 87.
- 22) — As "*Poesias*" de ANTÔNIO DE SOUZA PINTO foram editadas em Recife, Tipografia Industrial Editôra, 1885.
- 23) — CLÓVIS BEVILAQUA: "*História da Faculdade de Direito do Recife*", vol. II, pgs. 94 e 95.
- 24) — *Idem, ibidem*, pg. 95.
- 25) — SOUZA BANDEIRA: "*Estudos e Ensaios*", pgs. 30 e 35, Rio, Garnier, 1904.
- 26) — Vide CLÓVIS BEVILAQUA: "*História da Faculdade de Direito do Recife*", vol. II, pg. 136.
- 27) — *Idem, ibidem*, pg. 137.
- 28) — *Idem, ibidem*.
- 29) — *Idem, ibidem*.
- 30) — ISIDORO MARTINS JÚNIOR: "*A Poesia Científica*", pgs. 23 e 24. 2.<sup>a</sup> ed., Imprensa Industrial, Recife, 1914.
- 31) — A. PEREIRA SIMÕES: "*Romance de Augusto Comte: Excertos das obras e correspondência do incomparável mestre*", com a epígrafe: "*Car c'est un roman que le fond de ma vie*" — A. COMTE (*Lettres à Valat*), primeiro volume, Pernambuco, Tipografia do *Jornal do Recife*, 1897; 2.<sup>o</sup> vol. 1898. Sobre o Dr. Antônio Pereira Simões, veja-se SACRAMENTO BLAKE: "*Dicionário Bibliográfico Brasileiro*", 1.<sup>o</sup> volume, Tipografia Nacional, Rio, 1883, pg. 287.
- 32) — No *Boletim Positivista* n.<sup>o</sup> 12 P, pgs. 3 a 12, do Apostolado Positivista do Brasil, encontra-se a transcrição da sentença de 8 de maio de 1899 com que Viveiros de Castro deixou de receber a denúncia contra um curandeiro, e, no *Boletim* n.<sup>o</sup> 16 P, pgs. 7 a 14, vem a sentença do mesmo juiz, datada de 6 de outubro de 1899, através da qual julgou improcedente a denúncia, pelo crime de feitiçaria, formulada contra vários acusados.
- 33) — Vide CLÓVIS BEVILAQUA: "*História da Faculdade de Direito do Recife*", vol. II, pg. 304, nota 534.
- 34) — Vide SPENCER VAMPRÉ: "*Memórias para a história da Academia de São Paulo*", vol. II, pgs. 444 e 445, São Paulo, Livraria Acadêmica, 1924.
- 35) — Vide SACRAMENTO BLAKE: "*Dicionário Bibliográfico Brasileiro*", terceiro volume, Imprensa Nacional, 1895, pg. 87.
- 36) — Vide ALBERTO FARIA: *discurso de recepção na Academia Brasileira*, in "*Discursos Acadêmicos*", vol. IV, pg. 159, Rio, Civilização Brasileira S. A., 1936.

- 37) — Vide SACRAMENTO BLAKE, *op. cit.*, sétimo volume, pgs. 124 e 125, Rio, Imprensa Nacional, 1902.
- 38) — JOSÉ VERÍSSIMO: "*Estudos de Literatura*", primeira série, pgs. 69 e 70, Rio, Garnier, 1901.
- 39) — Vide ANATOLE FRANCE: "*Vers les temps meilleurs*", II, pgs. 14 a 20, e a conferência que, sobre Laffite, pronunciou em São Paulo, em 1909, a qual se acha no tomo XVII das "*Oeuvres Complètes Illustrées de Anatole France*", Paris, Calmann-Lévy-Editeurs, 1928, pgs. 299 a 325.
- 40) — Vide MIGUEL LEMOS: "*L'Apostolat Positiviste du Brésil — rapport pour l'année 1883*", pg. 124, Rio, *Au. Siège de la Société Positiviste*", 1885.

## CAPÍTULO QUARTO

### O POSITIVISMO EM SÃO PAULO

I) *A Filosofia Positiva na Faculdade de Direito: os Professores Benevides e Almeida Nogueira. Jornais acadêmicos influenciados pelo Positivismo. Nicolau França Leite e Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça. Sociedade Positivista: Godofredo Furtado, Oliveira Marcondes, Silva Jardim, Manuel Inácio Carvalho de Mendonça e José Leão.* II) *Abílio Marques e a Biblioteca Útil. Afonso Celso e "o Cristo do século XIX". Júlio Ribeiro, Inglês de Souza, Alberto Salles, João Mendes de Almeida, Paulo Egydio, Galvão Bueno e Santos Werneck. Alberto Salles (Demócrito) x Júlio Ribeiro. Professores positivistas na capital e no interior do Estado. Lycurgo de Castro Santos. Raimundo Correia. Gabriel de Toledo Piza e o Partido Republicano Paulista. Galeão Carvalhal. Pedro Lessa.* III) *Brasílio Machado, Azevedo Sampaio, Vicente de Carvalho e Martins Fontes.* IV) *O ponto facultativo. Os caingangs, Von Ilhering, Sílvio de Almeida, Luis Bueno Horta Barboza e os índios brasileiros. Últimos ecos do Positivismo em São Paulo. A interventoria Manuel Rabelo.*

#### I

**T**AL A PENETRAÇÃO da Filosofia Positiva, na Faculdade de Direito de São Paulo, na década de 1880 a 1890, que o professor Dr. José Maria Correia de Sá e Benevides, católico e tomista irredutível, quase não dava uma aula sem objetar algum aspecto da obra de Comte, embora fôsse o *Direito Romano* a matéria sôbre a qual devia discorrer.

Na trigésima nona lição do seu curso de *Direito Romano*, assim se referia o Dr. Benevides ao Positivismo: "Positivismo é uma destas cousas que andam por aí espantando a todo mundo; positivismo não tem nada de nôvo, nada absolutamente senão o nome, não é senão o pedantismo da forma e a audácia das conclusões, mas, no fundo, positivismo é, afinal de contas, Bacon, é, afinal de contas, Aristóteles com suas variantes".

Ao transcrever esta lição, no seu "*Parecer sôbre a reforma do ensino secundário e superior*", tece Rui Barbosa os seguintes comentários:

"A lição de direito romano (!), que aqui se transcreve, é o corpo de delicto da falta de seriedade que lavra em grande escala no ensino superior entre nós. Não qualificamos a *filosofia*, a *ciência* e a *crítica* de ... esse documentário é revelação. O fim

da publicidade, que ora se lhe dá, é expor ao país a incrível amostra de um *ensino*, em que se trata de tudo menos do assunto que corre ao lente o dever de professor. Uma lição de *direito romano*, em que ao *direito romano* nem remotamente se alude! Este método de ensinar as *Pandectas*, endeusando o *Syllabus*, e caricaturando a ciência moderna, devia vir a lume, para que os bons espíritos toquem a chaga que denunciámos.

“Costumam os estudantes de São Paulo reproduzir pela litografia as lições professadas ali. É de uma dessas litografias que trasladamos na íntegra esta inimitável lição de *direito romano*. Note-se que ela é a trigésima nona do curso, e que alude a outras nas quais o professor se ocupou tanto das *Institutas*, do *Digesto*, e do *Código* quanto nesta”. (1)

Em uma de suas “*Cartas Sertanejas*”, publicadas no *Diário Mercantil* de São Paulo, perguntava Júlio Ribeiro, em 20 de maio de 1885:

“*Que filosofia é a do Dr. Benevides, que esfalça-se ridiculamente a refutar na aula Comte e Darwin, Spencer e Haeckel, malbaratando um tempo que poderia muito melhor aproveitar?*” (2)

Referindo-se ao Dr. Benevides em suas “*Memórias para a História da Academia de São Paulo*”, escreve Spencer Vampré:

“Combater o Positivismo era uma das mais tenazes preocupações de sua inteligência, e, em tôdas as aulas, a propósito de nada, lá surgiam remoques a Augusto Comte, Littré e Laffitte...” (3)

Em suas “*Memórias*” assim se refere Silva Jardim ao Dr. Benevides:

“Às 8 da manhã, o sino da Academia nos chamava à apostila do Dr. Benevides, nos tempos do ensino obrigatório.

“Terrível o Dr. Sá e Benevides!

“Tomara-se de uma raiva medonha contra o Positivismo e toda a ciência moderna. Adepto sincero e eloquente do *Syllabus*, em discordância com a própria Academia, não obstante o espírito retrógrado desta, todos para êle eram positivistas, materialistas, socialistas “*encapotados*”. (4)

O Professor Benevides foi um dos que condenaram, em 1882, o estudante positivista Francisco Peixoto de Lacerda Werneck a perder dois anos de estudos por ofensa à religião do Estado, como vimos no capítulo anterior, ao tratar do positivismo em Pernambuco.

A partir de 1890, Almeida Nogueira, então fortemente imbuído da filosofia positiva, constituiria, na Faculdade de São Paulo, a contrapartida de Benevides. Em seu curso de *Economia Política*, contradizendo a doutrina do *pecado original* e o *dogma da queda*, com grande gáudio de Monteiro Lobato e outros estudantes do tempo, apresentava o fato de também trabalharem as formigas e as abelhas, e fazia a escarninha ressalva de que elas talvez houvessem também bicado o fruto proibido... (5)

Refletem a influência positivista na Faculdade de São Paulo no último quartel do século passado, os jornais "*A República*", "*O Federalista*", "*A Evolução*" e "*A Luta*", em que colaboram Júlio de Castilhos, Carvalho de Mendonça, Afonso Celso Júnior, Piza e Almeida, Borges de Medeiros, Vicente de Carvalho e Alberto Salles.

Tão longe levava "*A Luta*" a sua feição positivista que usava tanto o calendário gregoriano quanto o de Augusto Comte. O seu número de 19 de novembro de 1882 traz a data: "*15 de Frederico de 94*". Seus colaboradores mais destacados eram Alberto Salles, Rangel Pestana, Argemiro Galvão, Pedro Lessa, Assis Brasil, Campos Salles, Alcides Mendonça Lima, Martinho Prado Júnior e Américo de Campos. (6)

Ao fundar em São Paulo, com Assis Brasil e Pereira da Costa, "*A Evolução*", Júlio de Castilhos assim lhe definia, em 1879, o programa:

"*A Evolução*" resume tudo quanto se pode dizer nestas duas palavras que a sociologia erigiu em divisa: "*Ordem e Progresso*".

"*Ordem e Progresso*" — eis o dogma sociológico.

"*Ordem e Progresso*" — eis a república.

"*Ordem e Progresso*" — eis o objetivo para o qual deve trabalhar aquela parte da geração contemporânea que não quiser consumir-se em uma vida de inércia e esterilidade, sem haver colaborado para a obra comum". (7)

Ainda na "*Evolução*" deu Castilhos uma amostra da sua fôça de polemista ao discutir com Leão Bourroul, redator de "*A Vanguarda*", jornal católico exaltado que raiava pelo ultramontanismo.

No dizer de Othelo Rosa, "a limpidez do raciocínio, a serenidade da argumentação, a lógica de aço, a destreza do revide do lidador republicano confundiram sem esforço o adversário, colocado nos primeiros artigos em situação insustentável. Desmandou-se-lhe a linguagem, ultrajou e feriu. Castilhos manteve inalterável polidez e encerrou a polêmica com belo gesto de cavalheirismo e lealdade: "*A Vanguarda*" suspende a sua publicação. E como não seria leal, nem generoso, espingardear o inimigo que se retira bruscamente da arena do combate, a "*Evolução*" depõe as armas que aparelhou para combatê-lo até ferí-lo de morte, e retrai-se em silêncio também".

Desde 1873, Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, propugnava em São Paulo pela nova doutrina. Nascido em 1837 no Rio de Janeiro, aí se formou pela antiga Escola Central e exerceu, no Ceará, em 1874, as funções de Fiscal da Estrada de Ferro de Baturité. Faleceu em São Paulo, a 21 de maio de 1885, como engenheiro fiscal da Estrada de Ferro Sorocabana. Pertenceu à Sociedade Positivista do Rio de Janeiro e foi um dos fundadores e presidente do Instituto Politécnico de São Paulo em cuja Re-

vista publicou: "*O progresso material da província de São Paulo*", "*Parecer sôbre os planos de esgôto da cidade de São Paulo*" e "*Memória descritiva da estrada de ferro de Santos a Jundiá*".<sup>(8)</sup>

Além de artigos positivistas no *Jornal da Tarde*, de São Paulo, estampou, em 1873, uma conferência sôbre a teoria positivista da mulher. No ano seguinte, ainda em São Paulo, dissertou, sob o prisma da nova doutrina, sôbre a *educação pública* e sôbre o *progresso material na província de São Paulo*.

França Leite publicou, em 1880, na *Biblioteca Útil*, editada por Abílio Marques, um volume sob o título *Da Educação*, onde, antes de entrar no estudo da educação pública, historia as diversas fases da evolução da humanidade "procurando provar certas asserções relativas à educação e concluindo ser o positivismo o mais sublime sistema filosófico moderno".<sup>(9)</sup>

Colega de Pereira Barreto na Universidade de Bruxelas, o Dr. Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça não se mantinha alheio ao movimento positivista. Depois de haver estampado, em 1875, no Rio de Janeiro, um *Relatório* sôbre a estrada de ferro de Jundiá, publicou, em São Paulo, em 1881, uma monografia de 115 páginas inspirada no Positivismo, com o título "*Apontamentos, Notícias e Observações para servirem à História do Fetichismo*", em cujo prefácio ressalva a sua ortodoxia positivista. Sôbre êsse trabalho Argemiro Galvão publicou, em "*A Província de São Paulo*", uma série de artigos.<sup>(10)</sup>

Vieram, por êsse tempo e anos seguintes, Godofredo Furtado, Joaquim Vilela de Oliveira Marcondes, Manuel Inácio Carvalho de Mendonça, Américo de Campos, Silva Jardim, José Leão, Sílvio de Almeida, Miguel Alves Feitosa, José Feliciano de Oliveira, Basílio de Magalhães e outros, que agitaram em São Paulo, cada qual a seu modo, as idéias positivistas.

Além de colaborar desde 1879 em "*A República*", órgão do Clube Republicano Acadêmico, em "*A União Acadêmica*", periódico quinzenal, Manuel Inácio Carvalho de Mendonça publicou, em *A Tribuna Liberal* de São Paulo, uma série de artigos com o título de "*Esbôço da Filosofia Positivista*".

Constituiu-se por êsse tempo em São Paulo uma *Sociedade Positivista* à qual pertenceram Godofredo Furtado, Silva Jardim, Manuel Inácio Carvalho de Mendonça e José Leão, entre muitos outros. Aí, Joaquim Vilela de Oliveira Marcondes, "*fervoroso e sincero crente da Religião da Humanidade*", como êle mesmo se qualifica, proferiu em 5 de setembro de 1881, uma conferência sôbre "*Augusto Comte e seus pseudo-discípulos*", onde, revelando profundo conhecimento da obra do filósofo, estuda a unidade de sua doutrina.

Êsse trabalho é precedido da seguinte dedicatória, que traduz bem o entusiasmo do autor: "*à memória de Augusto Comte*": "A êsse grande Pensador, de cujo cérebro portentoso jorrou, banhado

de luz, o Evangelho positivista, essa trilogia sublime, o culto, o dogma e o regime; o culto que nos fecunda o coração, o dogma que nos cultiva o espírito e o regime que nos forma o caráter, eu rendo preito a êsse gênio assombroso que maravilhou o mundo, extasiado diante de sua grandeza, e foi assentar-se com a fronte aureolada de luz ao lado do vulto incomparável de Aristóteles”.

“A grande reforma empreendida por Comte — sustenta, nesse trabalho, Oliveira Marcondes — não era sômente filosófica, era sobretudo social e religiosa; assim é que vemos o grande pensador depois de ter concluído a elaboração do seu *Curso de Filosofia Positiva* meter mão à obra e lançar as bases de uma nova Síntese religiosa, a Religião da Humanidade. Ele perfeitamente compreendeu que o Positivismo não era unicamente um vão sistema filosófico, uma simples concepção científica do mundo, mas era também a mais natural, a mais científica e a mais racional das sínteses religiosas até hoje existentes; que o Positivismo intelectual não era senão o começo simples e modesto e o Positivismo religioso o coroamento sublime da sua grandiosa obra de reorganização social”. (11)

Entre outras provas da unidade da obra de Augusto Comte, apresenta Oliveira Marcondes a seguinte:

“No 57.º capítulo do *Curso de Filosofia Positiva* (pg. 554), depois de ter sumariamente apreciado a desigual preparação da regeneração positiva na República Ocidental, que compreende a França, a Itália, a Espanha, a Inglaterra e a Alemanha, Augusto Comte emite a opinião de que seria conveniente colocar a elaboração filosófica destinada a operar essa regeneração sob a direção de uma associação universal com o título característico de *Comitê positivo Ocidental* destinado a introduzir em tôda a extensão do Ocidente europeu a reorganização espiritual tal qual foi por êle apreciada e mesmo esboçada. Na página seguinte eis as suas palavras traduzidas fielmente: “Se eu suficientemente caracterizei a natureza e a extensão da reorganização espiritual, fundada sôbre a marcha direta da verdadeira filosofia moderna, deve-se sentir que imensa atividade deveria a todos os respeitos desenvolver, por tôda a parte, essa espécie de *concílio permanente da Igreja Positiva*, etc.”.

“Ora, diante das próprias palavras do Mestre, quem hesitará ainda em aceitar como verdade demonstrada que os germes da *Política Positiva* estão contidos no *Curso de Filosofia Positiva*, e que consequentemente existe um laço lógico de continuidade, uma admirável harmonia entre tôdas as obras de Comte?”

O Dr. Oliveira Marcondes transferiu-se de São Paulo para a cidade de Bragança, na Província do Pará, onde, em 1883, era magistrado. (12) Ao que parece, faleceu prematuramente.

Era Silva Jardim professor na Escola Normal de São Paulo e autor de vários livros, como “*Idéias de Môço*”, “*Grito na treva*”

(em colaboração com Valentim Magalhães), "*Gente do Mosteiro*" e "*Crítica de Escada Abaixo*" (onde rebatia ataques de Camilo Castelo Branco ao Brasil), tendo colaborado, com Afonso Celso Júnior, Raimundo Correia e Assis Brasil, na revista "*Direito e Letras*", com Inglês de Souza na *Tribuna Liberal*, onde tinha a seu cargo a secção "*Filigranas*", quando, em 1881, se fêz positivista. Nêsse mesmo ano fundou, com Valentim Magalhães, o semanário "*A Comédia*". (13)

No ano seguinte, a propósito do método de leitura de João de Deus, proferiu, em Vitória, a convite de Inglês de Souza, então governador da Província do Espírito Santo, uma série de conferências, em que apresentou, sob o prisma positivista, as diversas questões atinentes à instrução primária. Tal o entusiasmo despertado por essas conferências que vários jornais de Vitória, inclusive o órgão oficial da Província, consagraram, então, artigos encomiásticos a Augusto Comte e sua obra, tendo mesmo a "*Província do Espírito Santo*" adotado o calendário positivista, enquanto "*O Horizonte*", que também circulava em Vitória, era encimado pela divisa "*Ordem e Progresso*". (14)

Fazendo, a partir de 1881, profissão de fé positivista, apresentou-se Silva Jardim desde então como adepto fervoroso da República, segundo regista em suas "*Memórias*":

"Tinha passado em rápida, mas segura revista mental, os meus estudos de filosofia e de política positiva, e procurado inspirar-me o mais possível na impressão profunda e serena que me tinha deixado a admirável sistematização do maior dos filósofos, impressão que sentira mesmo desde que lera algumas palavras da "*Ciência*" de Emilio Littré, e os preliminares que contém a *Doutrina do Real* de Próspero Pichard, e que se tinham acentuado à meditação dos trabalhos de Teixeira Mendes e de Miguel Lemos, os seus folhetos cheios de unção e verdade, e a leitura cuidadosa que fizera da "*Política Positiva*", desenvolvida pelos trabalhos de Robinet, Pierre Laffitte, e dos demais escritores da escola. Parecia-me seguro de que se a emancipação que adquirira de todo o regime de ficções, pelo estudo das leis naturais nos fenômenos das ciências inferiores, o que fizera tanto quanto o permitia a educação acadêmica e a falta de ensino especial, se essa emancipação dava-me a possibilidade de raciocinar sem as ilusões nem os erros grosseiros do espírito teológico ou metafísico, as meditações que realizava sobre a sociologia geral e abstrata aplicada à nação brasileira levavam à necessidade da república e portanto ao dever de todo cidadão de aproximar o seu advento". (15)

Noutro passo, relembra Silva Jardim o seu gabinete de trabalho:

"Sentado à minha mesa de estudo, livros em frente, em frente o busto do mestre imortal que o escopro de Lagarrigue havia gra-

vado, o quadro da nomenclatura dos grandes tipos da Humanidade no seu calendário a um lado, pela sala as figuras de Tiradentes, de José Bonifácio em grande quadro a óleo" . . . (16)

Mais adiante externa, com unção religiosa, o seu entusiasmo pelo fundador do Positivismo:

"Logo abaixo do busto do Mestre imortal, suas obras: os seis volumes da *Filosofia Positiva*, os quatro volumes da *Política*, seu *Apêlo aos Conservadores*, seu *Catecismo*, sua *Correspondência*, e seu *Testamento*. Há nesses trabalhos, que são o produto do maior vigor do engenho humano, páginas sobre o passado que inspiram uma reflexão profunda, páginas sobre os contemporâneos, e, especialmente, sobre as classes operárias, que fazem derramar lágrimas, e que entre lágrimas foram escritas, e páginas sobre o futuro da Humanidade que produzem um consolo, uma fé quase absoluta no belo, no verdadeiro e no bom, combinando o dever e a felicidade no realizar as máximas "viver para outrem" e "viver às claras". (17)

Valentim Magalhães, íntimo amigo de Silva Jardim, assim aprecia a influência de Augusto Comte sobre êle e sua propaganda republicana:

"Com o estudo e a prática das doutrinas positivistas ganhou imenso o espírito de Silva Jardim em vigor e método de trabalho, lucidez de análise, calma de investigação, lógica de raciocínio e firmeza de convencimento, além de que elas só concorreram para nêle profundamente se radicarem e solidificarem as suas idéias políticas e sociais. . . . Sem deixar de ser um discípulo de Comte, entrou Silva Jardim a ser aquilo de que mais precisava a Pátria — um semeador de idéias, um agitador de opiniões, um elemento poderoso da dinâmica político-social . . . Compreendeu que era preciso proselitizar entre as classes médias e inferiores; que nas superiores a propaganda era ociosa, porque não era a falta de convicções que as estagnava, mas sim o interesse, e que para aquela arriscada e patriótica empresa só de duas coisas se havia mister — convicção e coragem". (18)

## II

Em 1880, o Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça, sobrinho do amigo de Pereira Barreto, e que nesse ano residia e clinicava em São José dos Campos, publicou, em São Paulo, num volume de cento e vinte páginas, a tradução das *Circulares* de Augusto Comte, ilustrada com um retrato do filósofo.

O Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça era então Presidente da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, função que passaria, em 1881, a Miguel Lemos.

Ainda em 1880 Abílio Marques inaugura, na Paulicéia, a *Biblioteca Útil*, onde são publicadas várias obras de inspiração positivista.

Os cinco primeiros volumes dessa coleção foram:

- I) — *Do Espírito Positivo*, por Augusto Comte — Notas coligidas por um discípulo — Tradução do Dr. J. Ribeiro de Mendonça.
- II) — *Da Educação*, pelo Dr. Nicolau França Leite.
- III) — *Traços Gerais de Linguística*, por Júlio Ribeiro.
- IV) — *Soluções Positivas da Política Brasileira* (primeira série), pelo Dr. Luís Pereira Barreto.
- V) — *Camões* — por Afonso Celso Júnior.

Na mesma coleção estavam programados em 1880:

- VI) — *Darwinismo*, pelo Dr. Antônio Caetano de Campos.
- VII) — *Do Ensino Superior*, pelo Dr. Luís Pereira Barreto.
- VIII) — *Antropologia*, pelo Dr. A. C. de Miranda Azevedo.
- IX) — *Climatologia*, pelo mesmo.
- X) — *Botânica*, pelo Dr. Garcia Redondo.
- XI) — *A Poesia Contemporânea* pelo Dr. Sílvio Romero.
- XII) — *A Teoria da Seleção aplicada à Sociedade*, pelo Dr. F. Rangel Pestana.

Além das obras de Pereira Barreto, Nicolau França Leite e Joaquim Ribeiro de Mendonça, que francamente se inspiravam no Positivismo, as demais também sofriam o influxo da filosofia de Comte, como se vê no volume de Júlio Ribeiro — *Traços Gerais de Linguística*, de cuja introdução extraio os seguintes tópicos:

“Os meios de investigação e verificação de que dispõe o homem fazem com que o seu conhecimento seja limitado no tempo e no espaço.

“O limite entre o cognoscível e o incognoscível varia incessantemente, acompanhando os meios de investigação: assim, pois, o universo ilimitado vai-se também incessantemente dividindo com relação ao homem em *conhecido e desconhecido*.

“Cousas há que não de ser sempre inacessíveis aos processos de investigação e verificação de que dispõe o homem: as questões, por exemplo, de origem e de fim, chamadas pelos metafísicos *causas primárias e causas finais*.

“Os processos de investigação e verificação de que usa o homem consistem na *observação* e na *experiência* cuja reunião constitue o *método experimental*.

“Os instrumentos do método experimental são os *sentidos* e o *juízo*. Todos os objetos do universo são a sede de manifestações ou fenômenos que se reduzem a seis ordens principais, a saber:

- 1) fenômenos de quantidade, extensão, forma, movimento ou *fenômenos matemáticos*;
- 2) fenômenos do movimento, tamanho, e distância respectiva dos astros, ou *fenômenos astronômicos*;
- 3) fenômenos de calor, luz, eletricidade, magnetismo, acústica, ou *fenômenos físicos*;
- 4) fenômenos de composição e decomposição, ou *fenômenos químicos*;
- 5) fenômenos de organização e vida, ou *fenômenos vitais*;
- 6) fenômenos do desenvolvimento das sociedades, ou *fenômenos sociais*.

“Há entre estas seis ordens de fenômenos uma relação de dependência que cresce da primeira à última: exemplificando, os fenômenos de quantidade, extensão, forma, movimento, acompanham e governam inevitavelmente todo o fenômeno astronômico que, por seu turno, acompanha e governa todo o fenômeno de calor, de luz, de eletricidade, de magnetismo, de acústica, e assim por diante até a última ordem.

“Todavia cada uma das cinco últimas ordens tem por característico um fato fundamental, irredutível, que a ordem precedente não apresenta.

“A estas seis ordens de fenômenos correspondem seis ciências chamadas abstratas; são: a *matemática*, a *astronomia*, a *física*, a *química*, a *biologia* e a *sociologia*”. (19)

Era, como se vê, puro Comte.

Anunciava ainda a *Biblioteca Útil*, entre os seus futuros colaboradores, os Drs. Américo de Campos, Américo Brasiliense, Antônio Caetano de Campos e José Leão.

Entre os seus correspondentes figuravam, em Pernambuco, o Dr. Antônio Pereira Simões, e, em São Gonçalo do Sapucaí e Campanha, Lúcio de Mendonça que, por êsse tempo, exercia a advocacia no sul de Minas.

Em tese sustentada em 19 e 23 de março de 1881 na Faculdade de Direito, versando sobre “*O Direito de Revolução*”, Afonso Celso Júnior, que ainda não havia completado 21 anos, dizia:

“Nesta rápida exposição das teorias sociais inovadoras do *Cristo do século XIX*, Augusto Comte, vai implicitamente, em síntese, uma demonstração do anteriormente exposto”. (20)

Entre os influenciados pelo Positivismo em São Paulo, devem-se incluir ainda o grande e dedicado amigo de Silva Jardim — Herculanho Inglês de Souza, jurista e romancista de alto mérito (que francamente aderira à doutrina de Comte, no dizer de seu filho Paulo Inglês de Souza (21), e Bernardino de Campos, que se comprazia em citar o filósofo de Montpellier, no depoimento de Cândido Mota Filho. (22)

Com Alberto Salles, irmão do presidente Campos Salles, o senador Paulo Egydio de Oliveira Carvalho e o Professor João Pereira Monteiro representam, respectivamente, "*diretrizes filosóficas, sociológicas e jurídico-positivas*", nas palavras de Miguel Reale. (23)

Além da "*Política Republicana*", volume de 573 páginas, aparecido em 1883 e impregnado de teorias comtianas da primeira à última página, Alberto Salles ainda publicou, sob a mesma inspiração, em 1885, o "*Catecismo Republicano*", e, no mesmo ano, o "*Ensaio sobre a moderna concepção de Direito*" onde contradiz a afirmativa de Luís Pereira Barreto, na "*Filosofia Metafísica*", segundo a qual a jurisprudência não teria senão um ofício transitório.

Evidenciando grande assimilação da obra de Comte e de seus discípulos, Alberto Salles mostra que a assertiva de Pereira Barreto não se harmonizava com os princípios gerais da filosofia positiva. E, depois de estudar a função do Direito "através da história, de acordo com a lei da evolução humana, tão claramente formulada pelo gênio poderoso de Augusto Comte" (24), conclui:

"Pensamos, pois, ao inverso do Dr. Pereira Barreto, que a jurisprudência não é um simples paliativo, assim como a legislação não é um mero instrumento de transição. O Direito tende a entrar definitivamente em sua fase positiva e a sua interpretação científica, que constitui precisamente o objeto da jurisprudência, há de necessariamente se efetuar pelos modernos processos da experiência e da observação histórica. A legislação perderá, então, o seu caráter convencional, próprio de sua fase metafísica; o Direito eliminará de si o elemento coercitivo; e a jurisprudência, como ciência descritiva passará a constituir um dos mais úteis empregos da inteligência humana, pela preparação indispensável e preliminar do estudo de um dos mais interessantes fenômenos oferecidos pelos agregados humanos para as grandes generalizações filosóficas da ciência social.

"Tal é o futuro da jurisprudência científica". (25)

O ensaio de Alberto Salles sobre a moderna concepção do direito, que se estende por 267 páginas, versa as seguintes matérias tratadas em onze capítulos: *Lugar do Direito no quadro geral da ciência social; Concepções metafísicas do Direito; Tentativas de uma concepção positiva; Mais uma tentativa; Os fatores do Direito; Evolução do Direito; A Família; A Propriedade; A Delinquência; O ensino do Direito; Síntese Geral.*

De acordo com a tese de Augusto Comte acerca da fragmentação política para o advento das pequenas pátrias, adaptadas ao estado páfífico-industrial, Alberto Salles estampou em 1887 "*A Pátria Paulista*", onde propugna pelo separatismo, e, em 1891, deu a lume "*Ciência Política*" em que ainda defende e desenvolve vistas de Augusto Comte e seus discípulos.

Este livro, que é de 297 páginas, tem como epígrafe o seguinte trecho de Augusto Comte:

"A política não podia tornar-se uma ciência enquanto se não baseasse sobre observações, e só podiam existir observações depois da duração de uma civilização bastante prolongada. Era preciso o estabelecimento de um sistema social, admitido por uma população muito numerosa e composta de muitas nações grandes, bem como tôda a duração possível dêste sistema, para que uma teoria se pudesse fundar sobre esta grande experiência". (26)

O livro de Alberto Salles, onde freqüentemente espousa as vistas de Augusto Comte e seus discípulos, divide-se nas seguintes matérias, distribuídas em quinze capítulos: *Observações preliminares; Lugar da política na ciência social; Evolução, método e objeto da política; Teoria da organização social; Teoria da organização política; Teoria da nacionalidade; Os fatores da evolução política; O Estado: O Executivo; O Ministério; A diplomacia; O Legislativo; O Judiciário; Governos Locais; Conclusão.*

Alberto Salles foi, no Brasil, o grande teorista da República e seus trabalhos, relegados a injusto esquecimento pela reação antipositivista que se acentuou entre nós sobretudo a partir de 1930, estão a exigir um estudo consciencioso como o que, relativamente aos de Pereira Barreto, realizou Roque Spencer Maciel de Barros.

Advogado e político de prestígio, o Senador Paulo Egydio de Oliveira Carvalho ministrou em São Paulo, em 1897, um curso de Sociologia, um dos primeiros a serem dados no Brasil, e fundou, nesse mesmo ano, o Instituto Sociológico de São Paulo.

Além dos opúsculos "*Antes da República*" e "*Ensaio Histórico de São Paulo*" (1888), o Senador Paulo Egydio publicou "*Ensaio sobre algumas questões de direito e economia política*"; "*Do conceito científico das leis sociológicas*", volume primeiro, (1898); "*Do estudo da sociologia como base do estudo do direito*", conferência lida perante o Instituto Sociológico de São Paulo a 20 de janeiro de 1898, e "*Contribuição para a história filosófica da sociologia*", São Paulo, Tipo-Litografia Ribeiro, 1899.

São trabalhos de valor, nos quais, ao lado do esmêro da forma, o autor demonstra pleno domínio não só da obra de Augusto Comte, mas de tudo quanto sobre a sociologia se tinha publicado até então, revelando senso crítico, segurança de conceitos e independência de conclusões.

Eis como, propugnando, em 1898, a criação da cadeira de Sociologia em nossos cursos jurídicos, terminava a sua conferência "*Do estudo da Sociologia como base do estudo do Direito*":

"Mas a nova corrente doutrinal que circula no mundo científico e que vai reconstituindo definitiva e racionalmente as concepções e as teorias jurídicas, não chegou ainda ao nosso país. Os

legisladores brasileiros ainda não compreenderam a grande relação de filiação que o direito mantém com a ciência geral da sociedade.

"O direito continua a ser ensinado nas faculdades oficiais e livres do país como um estudo puramente empírico, como um conhecimento completamente estranho à ciência básica e fundamental de todas as ciências sociais particulares, à sociologia.

"A legislação brasileira sobre o ensino jurídico está na mesma posição em que estava a legislação da Bélgica em 1889, quando escrevia De Greef, censurando vivamente o erro funesto de se ensinar uma ciência social particular sem as bases da ciência geral ou como estava ainda há alguns meses a legislação francesa, antes de ser decretado o ensino da sociologia.

"A legislação do ensino jurídico de nossa pátria ou nega o maravilhoso movimento de idéias novas que temos, mui sinótica e toscamente exposto, ou então o rejeita e condena.

"Em todo o caso, de nenhum modo corresponde ela ao espírito científico do nosso tempo.

"É certo, entretanto, que o jurista de hoje deve ser necessariamente um sociologista, porque o direito é uma ciência social particular, baseada na sociologia.

"É esta grande idéia científica moderna que motivou a exposição que acaba de ser feita, a qual exprime, como cremos, a necessidade de uma nova direção na alta cultura jurídica do nosso país". (27)

Reagia, assim, o Senador Paulo Egydio contra a atitude de João Mendes de Almeida no discurso que proferiu, em 13 de maio de 1895, ao empossar-se como Presidente reeleito do Instituto dos Advogados de São Paulo, discurso que publicou nesse mesmo ano sob o título "*O Direito e o Positivismo*".

Dá uma idéia do que seja esse trabalho a seguinte epígrafe extraída de um artigo de Dupont-White, na *Revue des Deux Mondes*:

"O positivismo é, pois, antes de tudo, uma excomunhão da religião e da filosofia, eliminadas e preempitoriamente repudiadas, como estranhas ou prejudiciais ao espírito humano".

João Mendes de Almeida, que então contava sessenta e quatro anos, havia sido obrigado a ocultar-se durante o governo de Floriano Peixoto visto ser monarquista. Estava, assim, não só pelo seu catolicismo exaltado, mas ainda pelas paixões políticas do momento, extremamente irritado com a influência do Positivismo na proclamação e organização da República. Não espanta, pois, haja escrito:

"Nem os positivistas ocultam que querem primeiramente forçar o Direito a retomar as formas pagãs, para, depois e mais facilmente, remodelá-las às suas descrenças, como já outrora o pretenderam os materialistas e os cétricos, relativamente a tudo o que nas leis manifestava sentimento religioso para com os deuses do paganismo.

“A República Brasileira, desde o seu princípio, submetendo-se ao seu fundador, declarou-se *positivista*. E como contestar esta verdade? O *positivismo* não cessou de afirmar desde então o seu alto poderio no govêrno do Brasil: e, para que todos bem o sentissem, fêz inscrever na bandeira nacional o conhecido lema da seita: *Ordem e Progresso*. Afirmou-o ainda, depois, na Constituição de 24 de fevereiro de 1891, instituindo o *presidencialismo*, dispensando a *religião*, e fazendo do simples *compromisso* o substituto do *juramento*. Afirmou-o ainda, a golpes de decretos ditatoriais, em vários ramos da administração, como, por exemplo, no ensino público em todos os seus graus, desde o primário até o superior, excluído sempre Deus”. (28)

E, salientando os perigos da influência positivista sôbre o Direito, assim terminava João Mendes de Almeida o seu discurso:

“O *positivismo* só opcrará a *desordem* e o *regresso*, por separar-se de Deus. O seu lema é uma ilusão; ou, antes, uma mentira. *Mentita est iniquitas sibi*.

“Não nos afastemos de Deus; só assim estaremos sempre com a verdade. Se a verdade deve guiar o homem em tôdas as circunstâncias da vida, mais se deve deixar inspirar por ela o advogado, no exrcício de sua nobre profissão, porque esta é um verdadeiro sacerdócio.

“O positivismo é a corrupção social. As leis, que formam o Direito privado, estão em perigo: a família será dissolvida, para que seja praticada a tal *moral moderna*; todos os vínculos hierárquicos serão quebrados.

“Salvemos o Direito *velho*; e, assim, salvaremos da anarquia nossa Pátria.

“*Spiritus Dei super aquas*”. (29)

Para se avaliar o choque de mentalidades que se verificou em São Paulo com a difusão do Positivismo nos meios jurídicos, é interessante transcrever aqui, depois das considerações de João Mendes de Almeida em 1895, no Instituto dos Advogados, o que, antes, isto é, em 1882, em sua “*Política Republicana*”, obra dedicada ao Partido Republicano Brasileiro, escreveu Alberto Salles:

“É preciso nos convencermos, desde já, que os fenômenos sociais não devem mais continuar a ser interpretados pela teologia ou pela metafísica, porque nem uma, nem outra, poderá nos dar uma solução exata e verdadeira do problema político, tal como êle se apresenta nos tempos modernos. O sistema filosófico positivo é o único que atualmente nos pode salvar da extraordinária anarquia mental, que tudo ameaça subverter, e que em países novos como o nosso é capaz dos mais sérios inconvenientes.

“A harmonia entre o Estado e a evolução social, tão necessária presentemente, só poderá operar-se por uma justa aplicação das doutrinas positivas ao govêrno das sociedades. E isto facilmente se verifica, atendendo-se, ainda que vaga e superficialmente,

à orientação geral das inteligências, ou seja em relação à atividade científica, ou seja em relação à atividade política da época.

“Em relação à atividade científica porque, estabelecendo a verdadeira linha divisória entre o cognoscível e o incognoscível, e banindo exclusivamente de seus domínios as questões de origem e de fim, accita o princípio salutar da relatividade dos conhecimentos humanos e fornece às investigações científicas o seu mais poderoso instrumento no método experimental. Em relação à atividade política porque, reconhecendo em tôda a sua intensidade as forças de conservação e de renovação, inerentes ao organismo social, estabelece a ordem ao lado do progresso e compreende dêsse modo o problema político em sua totalidade.

“Estes dois polos da política moderna andam em completa opposição, e para que se estabeleça uma conciliação entre ambos, é preciso, como diz Littré, “que o partido da ordem deixe de ser retrógrado e que o partido do progresso deixe de ser revolucionário. Julgar que a ordem é possível pela restauração do passado é um êrro, assim como também é um engano pensar-se que a luta indefinida pela destruição das cousas antigas basta para as sociedades; exigir, porém, que as mutações necessárias se operem sem desordem, ou que a conservação da ordem não se oponha à realização das mutações necessárias, é, em duas fórmulas equivalentes, estabelecer o problema político em sua totalidade”.

.....

“Compete, pois, à moderna ciência política, arrimada constantemente no método positivo da filiação histórica, demonstrar, a tôda a evidência, que a constituição do Estado, não só em vista das exigências do momento atual, como também em face da urgente necessidade de estabelecer-se a completa conciliação da ordem com o progresso, deve impreterivelmente ser republicana e federal, determinando ao mesmo tempo os limites verdadeiros da ação do Estado, por uma justa organização do poder político, de modo a torná-lo perfeitamente compatível com o livre desenvolvimento da iniciativa individual. Nisto é que deve exatamente consistir o objeto principal da política abstrata”. (30)

Entre os positivistas de São Paulo, inclui-se ainda o Professor Carlos Mariano Galvão Bueno que, a partir de 1873, ocupou a cátedra de filosofia racional e moral do Curso Anexo da Faculdade de Direito. É o que se conclui de uma carta de Miguel Lemos a Laffitte, datada de 22 de agosto de 1881 e de uma outra de José Leão a Godofredo Furtado, datada de 10 de agosto de 1881, ambas incluídas em apêndice dêste ensaio. Na carta de José Leão ainda são arrolados, como *positivistas ortodoxos* em São Paulo, mais os seguintes: Francisco Paulino de Almeida Albuquerque, Antônio Fontoura Xavier, Manuel Inácio de Carvalho de Mendonça Júnior, estudantes de direito; Antônio da Silva Jardim,

estudante de direito e professor na Escola Normal; e Dr. José Leopoldo de Bulhões Jardim, professor e advogado.

Antônio Luís dos Santos Werneck (que, em 1890, faria parte da Comissão encarregada de elaborar o projeto de Constituição Federal, e, durante o Governo Provisório, exerceria o cargo de Diretor da Secretaria do Ministério da Justiça, na gestão de Campos Salles) propagou as idéias de Augusto Comte em artigos na "*Revista de Direito e Letras*" e defendeu tese inspirada no Positivismo ao formar-se em 1880. De sua autoria é o volume "*Republicano na Academia*", publicado em 1880, quando ainda era monarquista, pois só algum tempo depois aderiu à república.

Nesse volume, que é prefaciado por Leopoldo de Bulhões, Santos Werneck bate-se, contra Assis Brasil, pela *evolução* em lugar de *revolução*, para o advento da República entre nós. E conclui a sua argumentação dizendo:

"O que os positivistas monarquistas não querem é abrir o novo código político em nome da Santíssima Trindade ou em nome do sufrágio universal. Quando a república fôr oportuna, havemos de solenizar-lhe o advento, gravando-lhe no pedestal esta grande máxima: "A república é legítima, não por direito divino nem por direito popular, mas sim por direito científico e histórico. Ela é inevitável e indispensável, portanto, necessária. Ora, se tudo que chega não é necessário, tudo que é necessário chega". (E. Sémérie, citado pelo Dr. Robinet, Rev. Ocidental, n.º 1, sob a direção de Laffitte) (31)

O pequeno livro de Antônio Luís dos Santos Werneck é interessante não só pelo conhecimento que revela da obra de Comte, mas ainda por traduzir o estado de espírito dos bacharelados do tempo e comprovar a grande penetração e o prestígio de que gozavam os escritos de Pereira Barreto na Faculdade de Direito de São Paulo em 1880.

Neste mesmo ano publica, em São Paulo, um poema intitulado "*Humanidade*", o Dr. Teixeira de Souza, positivista maranhense que, em 1879, se formara em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. (32)

Em 1885, sob o pseudônimo de *Demócrito* manteve Alberto Salles, com Júlio Ribeiro, famosa polêmica em que o acusava de haver plagiado Comte por lhe ter transcrito um pensamento sobre educação, sem lhe mencionar o nome.

Escrevera Júlio Ribeiro, numa de suas *Cartas Sertanejas*, publicadas no "*Diário Mercantil*" de São Paulo, datada de Capivary, 4 de março de 1885, que "*o primeiro requisito da educação moderna, como base da reorganização social, é a universalidade dos conhecimentos*".

Increpou-lhe então Alberto Salles sob o pseudônimo de *Demócrito*:

"Lembrei-me que aquêlê aforismo, apesar de vir desacompanhado de aspas e sem a mínima referência, pertence inteiro a um dos maiores vultos de nosso século, a quem V. S. evidentemente pediu emprestado, mas cujo nome não quis confessar ao público, visto como V. S. sômente escreve para sua alta recreação e para satisfazer sua atividade. Todo aquêlê, porém, que conhecer um pouco o famoso *Curso de Filosofia* de Augusto Comte, há de naturalmente se recordar de lá ter encontrado, na lição quinquagésima sétima, êste mesmo aforismo enunciado exatamente nos mesmos têrmos, como o encontrou sem dúvida V. S. nestas próprias palavras: "*O primeiro requisito da educação positiva (moderna) considerada como base de uma nova ordem social, deve consistir em sua universalidade*". (33)

A isto responde Júlio Ribeiro:

"Malsina-me de plagiário [Demócrito] por eu ter repetido um pensamento de Comte sem indicar a procedência. O pensamento é tão conhecido, tão batido, tão surrado para quem lê as obras de filosofia moderna, que não há necessidade de indicar o autor; *tem-se obrigação de saber quem é Comte*. A pôr aspas naquilo, seria necessário pô-las no "*água mole em pedra dura*", no "*coração presago*", no "*desce de cima*", no "*gato escaldado*", no "*Diabo*". (34)

Alberto Salles, porém, não se deu por convencido e voltou à carga com a seguinte resposta:

"Malsinei-o de plagiário, por ter encontrado em sua carta, literalmente reproduzido e sem a mínima referência ao autor, um aforismo de Augusto Comte. Ingenuidade da minha parte. A cousa é mesmo como V. S. o disse: quem tem lido obras de filosofia moderna tem *obrigação* de saber aquilo. E mais: é um pensamento hoje tão surrado, tão batido, que para citar-lhe o autor seria também preciso citar o autor de ditos como êste: *água mole em pedra dura tanto bate até que fura*.

"É verdade que aquêlê aforismo não é um anexim popular: é um pensamento sintético de um grande filósofo, produto de um sistema particular que vem em uma das páginas de uma obra de diversos volumes e de difícil aquisição pelo seu custoso preço. Isso, porém, não importa. Quem não tiver o *Curso de Filosofia Positiva*, que o compre, porque tem obrigação de tê-lo em sua estante.

"Ainda mais. Seja muito embora o Positivismo uma doutrina nova, que mal começa agora a propagar-se, isso também pouco importa. Os seus aforismos *já são tão surrados* que se tornaram verdadeiros anexins. Quem quiser hoje pode até citar uma página inteira de Augusto Comte, sem precisar de indicar o autor. Poderá isto parecer uma esquisitice, mas não é: são princípios de probidade literária que V. S. aceita e de que quer dar praticamente exemplos". (35)

Esta polêmica é um índice da grande difusão que, já em 1885, alcançara em São Paulo o Positivismo, não só em extensão, mas em profundidade.

Compreende-se, assim, que Cesário Motta, que era positivista, no dizer de A. G. d'Azevedo Sampaio<sup>(36)</sup>, ao criar, após a proclamação da República, o Ginásio e a Escola Modelo do Estado de São Paulo, haja infundido, na organização de ambos, as concepções de Comte acêrca da hierarquia das ciências.

No importante centro de cultura que era, no Império, a Escola Normal de São Paulo foram professôres, entre outros positivistas, o futuro governador de Minas, João Pinheiro, Cipriano de Carvalho, Silva Jardim, e Godofredo Furtado. Mais tarde, já na República, aí também foi professor José Feliciano de Oliveira, enquanto, na Escola Modelo, lecionaram os positivistas Dona Júlia Antunes de Azevedo e seu irmão Gabriel Antunes de Azevedo.

Também positivista era Sílvio de Almida, que fundou, em São Paulo, importante colégio onde lecionou Basílio de Magalhães.

Miguel Alves Feitosa, nascido em 1885 em Alagoas, conheceu o Positivismo na Escola Central do Rio de Janeiro, que cursou até o terceiro ano, quando, por prescrição médica, se mudou para Campinas, aí lecionando no conceituado estabelecimento de ensino "*Culto às Ciências*".

Transferindo-se para Jundiaí, fundou e dirigiu nesta cidade o Instituto Feitosa com internato e externato.

Ao ser criado, pelo Governô Bernardino de Campos, o primeiro e então único Ginásio do Estado de São Paulo, foi nomeado diretor e permaneceu à frente dêsse estabelecimento durante quatro a cinco anos.

Demitindo-se dêsse cargo, mudou-se o Professor Miguel Alves Feitosa para Araras onde fundou o Instituto Feitosa, pelo qual passaram várias gerações de estudantes, sobretudo filhos de fazendeiros do Estado de São Paulo, e mesmo de Minas Gerais e Estado do Rio.

Terminou seus dias como catedrático de latim e literatura da Escola Normal de Piraçununga, tendo publicado, entre outros, os seguintes trabalhos: "*Os Três Estados — Esboço Positivista*", Rio, 1878; "*Gramática das Escolas*", curso superior, 1.<sup>a</sup> edição, Campinas 1882, mais tarde adotada pela instrução pública do Distrito Federal e do Estado do Rio Grande do Sul; "*Meu Arquivo*", "*Páginas Contemporâneas*" e "*Ensino Fundamental*".

A êle voltarei a referir-me, ao tratar do Positivismo no Rio de Janeiro.

José Feliciano de Oliveira que foi, como disse, professor na Escola Normal de São Paulo, desde a mocidade consagrou sua vida intelectual à propaganda do Positivismo, levando-a a efeito tanto no Brasil quanto em França. A sua bibliografia atesta a variedade

dos assuntos que versou com ininterrupto entusiasmo durante mais de setenta anos. Participou da Execução Testamentária de Augusto Comte e colaborou anos a fio em "*O Estado de São Paulo*" e na "*Revue Positiviste Internationale*", desenvolvendo, ao mesmo tempo, grande atividade de conferencista em Paris.

Também em cidades do interior de São Paulo, repercutiu o Positivismo através de Joaquim da Silveira Santos, em São Roque, Piracicaba e alhures; através de Sebastião Hummel em São José dos Campos; através de Luís Bueno Horta Barbosa, Basílio de Magalhães, Francisco Mendes Vianna, Américo Brasiliense, Alberto Faria, Antônio Álvares Lobo e outros em Campinas; e através de Miguel Alves Feitosa em Jundiá, Araras e Piraçununga.

Joaquim da Silveira Santos, autor de um ensaio biográfico de Miguel Lemos e de vários opúsculos, um dos quais — "*A Igreja Católica e a escravidão*" — foi incorporado às publicações do Apostolado Positivista do Brasil, era pai dos Professores Graco, Trajano, Paulo e Aníbal da Silveira Santos. Este último é psiquiatra do Hospital de Juqueri e autor de importantes trabalhos sobre semiologia psiquiátrica, que têm alcançado renome nos centros internacionais dedicados ao estudo dessa especialidade.

Sebastião Hummel, que era professor público em São José dos Campos, e conhecera o Positivismo desde 1872<sup>(37)</sup>, havendo sido, em 1884, sorteado para participar do júri local, recusou-se a prestar o juramento usual, segundo a fórmula católica, e requereu ao juiz lhe fôsse permitido jurar de acôrdo com as suas crenças religiosas, isto é, em nome da Humanidade. Seu requerimento foi deferido.<sup>(38)</sup>

Sebastião Hummel gozava de grande prestígio entre os seus correligionários, como se vê da seguinte referência que a êle faz Silva Jardim em suas "*Memórias*": "entrei em São José dos Campos, tendo saído de São Paulo expressamente para visitar Sebastião Hummel, um tipo de homem bom, honrado, inteligente, estudioso, um santo da escola de Augusto Comte, humilde professor na sua cidade".<sup>(39)</sup>

Outro positivista de valor, líder republicano em Guaratinguetá, foi o médico Lycurgo de Castro Santos, formado pela Escola do Rio de Janeiro em 1876. Em São Paulo publicou, em 1885, "*Littre*" (Comemoração do quarto aniversário da morte do chefe da Filosofia Positiva), e, em 1888, em Campinas, estampou "*Duas palavras sobre a Filosofia Positiva e o Espiritualismo*", volume de 208 páginas, enfeixando a série de artigos que, com o mesmo título, publicara em 1886 no *Diário Popular* de São Paulo.

O Dr. Lycurgo Santos que fôra, com Simões Correia, em 1874, redator dos *Arquivos de Medicina* que se editavam no Rio de Janeiro, faleceu prematuramente em Guaratinguetá a 25 de janeiro de 1893.<sup>(40)</sup>

Foi, para o Positivismo, uma grande perda, porquanto, além de haver assimilado profundamente a doutrina, era ágil polemista e dono de variada erudição, não só científica, mas literária. Escrevia com graça e correção, como se vê dos seguintes passos:

“Dominando as ciências, pois que é a sua maior generalização; e obedecendo às ciências, pois que não pode prescindir de seus elementos constitutivos — a filosofia positiva realiza plenamente os requisitos de uma filosofia real, correspondendo perfeitamente a todas as necessidades, a todas as tendências e a todos os progressos do momento histórico que atravessamos, e a todas as exigências da certeza moderna.

“E essa constituição da filosofia positiva, obtida por Comte mediante a sistematização de todos os conhecimentos humanos reais, pôs finalmente termo à luta milenária de antropomorfismo e da realidade, do subjetivismo e do objetivismo, que a história nos desenrola lentamente através dos séculos; e a todas as fantasias sublimes de um Platão, e a todos os arroubos místicos de um Agostinho, sucedeu enfim o pleno reinado do realismo filosófico.

“Não há como fugir ao dilema: depois que A. Comte, enfeixando as ciências abstratas, delas fez jorrar a filosofia positiva, como a centelha elétrica dos reóforos de um elemento de Bunzen — ou baseareis, leitor, vossa filosofia nos princípios teológicos e metafísicos, e ficareis divorciado da ciência; ou baseareis vossa filosofia nos princípios científicos, e ficareis divorciado da teologia e da metafísica.

“E será possível desejar-se para o positivismo posição mais sólida e inexpugnável? Tudo o que a ciência demonstra e verifica pertence à filosofia positiva; tudo o que sai fora dos limites da ciência, ou melhor, tudo o que a ciência não pode ou ainda não pôde explicar e interpretar, a filosofia positiva cede de bom grado à metafísica, à teologia, à fé... que “se aprazem em refugiar-se nesses recantos obscuros em que o facho das ciências ainda não projetou suas luzes, nêles tecendo arditosas teias para apanhar a razão” — na frase enérgica e justa do escritor alemão Lange, em sua interessante *História do Materialismo*. E digam o que quiserem: a filosofia positiva faz atualmente parte do ar que respiramos”.<sup>(41)</sup>

A propósito da crítica de não haver Augusto Comte incluído a psicologia em sua classificação das ciências, arrima-se em Vulpian, Charcot, Claude Bernard, Luys, Gratiolet, Haeckel, Gleisberg, Mollerschot, Wundt, Herzen, Gener e Maudsley, e, declarando-se adepto da psico-fisiologia, conclui:

“O exame cuidadosamente minucioso que acabamos de fazer acerca do importante problema que discutimos nestas páginas, dá-nos o direito de concluir que razão teve A. Comte para eliminar de sua série hierárquica a psicologia metafísica, e que esta, de ontológica que tem sido até aqui, precisa tornar-se experimental,

científica, positiva — como dependência que é da biologia, sendo de esperar que brevemente esteja completamente realizado êsse *desideratum*, graças aos perseverantes esforços que nessa fecunda direção envidam presentemente os sábios contemporâneos”. (42)

Salientando o caráter impessoal da filosofia positiva, de que Augusto Comte não foi senão um dos mais eminentes intérpretes, ponderava Lycurgo Santos:

“A filosofia positiva é a herdeira e a sentinela avançada do saber humano de todos os tempos, tendo seu acampamento no alto do reduto da ciência, e, dessa posição inatacável, inexpugnável, dominando tudo, abrangendo tudo — tudo o que é *real*, tudo o que é *verdadeiro*, tudo o que é *demonstrável*.

“Não é pròpriamente uma construção filosófica devida a Augusto Comte, porque as ciências — *substratum* e base da filosofia positiva — não são uma criação de Augusto Comte.

“Antes de Comte existiam já ciências e leis positivas, pois há muito que a astronomia, a física, a química, etc. — ciências que estudam o complexo dos fenômenos que constituem o complexo das coisas — estavam constituídas e desconheciam, por consequência, interferências transcendentes em seus domínios. Comte não fêz mais do que reuni-las, enfeixá-las, *torná-las filosóficas*, determinando-lhes os fatos gerais e coordenando-os por meio de um método geral e de acôrdo com os limites do saber humano, tendo prèviamente fundado a ciência social, pelo descobrimento que fêz das leis da evolução histórica.

“A constituição da sociologia havia brilhantemente fechado todo o círculo do saber positivo — permitindo a Augusto Comte a constituição de sua filosofia.

“E compreende-se bem que a constituição da sociologia deveria coroar o ápice da pirâmide de todo o saber real, sem o que impossível ou ineficaz se tornaria qualquer sistematização do saber humano, e, *ipso facto*, a criação de qualquer filosofia positiva. Era preciso demonstrar que, como os fenômenos astronômicos, físicos, químicos, etc., a história também é um fenômeno natural, tendo por *abstractum* a coletividade social, e por fôrça evolutiva o capital científico secularmente acumulado; era também preciso descobrir a lei da progresso dos fenômenos históricos.

“Tudo isso o fêz genialmente Augusto Comte, e tal foi o colossal e imortal trabalho do nôvo Aristóteles — *il maestro di color che sanno* — que levará seu renome à mais remota posteridade, como um dos grandes pensadores que mais contribuíram para os progressos do espírito humano, e portanto da civilização, no século XIX”. (43)

E, mais adiante, frisava ainda Lycurgo Santos:

“Convém não esquecer que a síntese filosófica formulada por Comte nem é inalterável, nem definitiva: a expansão e o aper-

feçoamento da filosofia positiva são indefinidos, como indefinidos são os horizontes que têm diante de si as ciências positivas para o seu progresso e evolução incessantes". (44)

Eis agora a clareza com que explanava a classificação das ciências de Augusto Comte:

"É sabido que Comte dispôs a sua série hierárquica das ciências abstratas, orgânicas e inorgânicas, do seguinte modo: em 1.º lugar — as matemáticas; em 2.º — a astronomia; em 3.º — a física; em 4.º — a química; em 5.º — a biologia; em 6.º — a sociologia.

"Vejam-se se é natural esta classificação, ou se, pelo contrário, não representa ela um simples e engenhoso arranjo artificial delineado por Comte.

"Como não ignoram todos aqueles que se dão ao estudo das ciências naturais, uma classificação científica que não seja a fiel e exata tradução da mesma ordem natural dos objetos classificados, não tem valor algum real; e a questão, tão difícil quão útil, consiste justamente em descobrir essa ordem natural das coisas.

"Lembrêmo-nos da botânica: quantos esforços, quantos labores não empregaram Tournefort, B. de Jussieu, Magnol, Adanson, e tantos outros sábios, para surpreenderem os caracteres que deveriam ligar e ao mesmo tempo distinguir as grandes famílias vegetais?

"Todos sabem que as engenhosas e sucessivas classificações artificiais formuladas por esses sábios caíram tôdas completamente, desde o dia em que L. de Jussieu pôde descobrir o princípio natural da *subordinação geral dos caracteres*, que lhe permitiu esboçar a excelente classificação botânica, que ainda hoje serve de luminoso fanal a quem quer que se determine a travar conhecimento com o grande e maravilhoso mundo vegetal.

"Vejam-se, pois, se se apoia sobre o verdadeiro ponto de vista natural das coisas a famosa classificação hierárquica de A. Comte.

"Há um preceito lógico, de conhecimento banal, que nos recomenda que sempre que tenhamos de estudar um problema qualquer, devemos cautelosamente decompô-lo, procedendo do simples para o composto, do geral para o particular, do fácil para o difícil.

"Ora, de todo o saber humano, são as matemáticas a ciência mais simples e que trata de questões mais gerais; por esse motivo inscreveu-as Comte na frente de sua série hierárquica; em seguida, Comte verificou que a astronomia tratava de fenômenos mais complexos que as matemáticas e mais gerais que os da física; na série hierárquica à astronomia devia, pois, seguir-se a física, e, por idêntico motivo, a esta a química, e à química a biologia, e, finalmente, à biologia a sociologia.

"Ainda mais: Comte verificou que as ciências superiores de sua série hierárquica dependiam, para sua definitiva constituição,

da constituição das ciências inferiores; isto é, que essas ciências mantinham entre si uma relação natural de subordinação, que se caracterizava pela complexidade crescente e generalidade decrescente dos respectivos fenômenos.

“Lançando largo, profundo e perscrutador olhar sobre a lenta evolução das ciências através dos séculos, Comte verificou que a primeira e mais antiga ciência abstrata que se constituiu foram as matemáticas, porque as noções de que se ocupam são as mais gerais que pode o espírito humano obter e não dependem de outras quaisquer; em seguida, observou Comte que foi a astronomia que se constituiu, dependendo essa constituição da fixação de suas leis próprias, que não poderiam ser determinadas sem o concurso das matemáticas; depois verificou que se constituiu a física, que, para poder definitivamente determinar as suas leis gerais, dependia do concurso das matemáticas e da astronomia; depois, chegou a vez da química, que dependia das leis das ciências anteriores; mais tarde veio a biologia, que também dependia das outras ciências mais gerais, e, finalmente, apareceu a sociologia, que veio fechar o círculo do saber humano, e que dependia das leis de tôdas as ciências anteriores.

“Estava, pois, descoberta e determinada a rigorosa marcha da evolução histórica das ciências; e a classificação de Comte não só nos fotografa, se assim podemos dizer, a ordem cronológica dessa evolução, como a verdadeira ordem natural de subordinação; isto é, por meio dessa sábia classificação, ficamos sabendo não só que, historicamente, a sociologia constituiu-se depois da biologia, esta depois da química, etc., como também ficamos sabendo — questão capital — que essa evolução realizou-se por esse modo porque somente dessa forma poderia realizar-se.

“De fato: na série ascendente de Comte, as ciências abstratas são dispostas de modo que as mais complexas ficam subordinadas às menos complicadas e mais gerais, ficando cada ciência hierárquica superior dependente das verdades de tôdas as ciências que a precedem, mais as verdades particulares que lhe são próprias.

“Esta classificação é ainda uma ilustração e excelente comprovação da lei dinâmica dos fenômenos históricos, pois que por ela vemos que as ciências — que representam a força evolutiva do progresso humano — lentamente se foram constituindo através dos séculos, e que, por consequência, não poderia o espírito humano deixar de acompanhar também lentamente essa evolução”. (45)

Assim terminou Lycurgo Santos o seu vivo e erudito ensaio “*A Filosofia Positiva e o Espiritualismo*”:

“Digam, pois, o que quiserem os adversários do Positivismo, mas terão afinal de reconhecer que a obra permanente e grandiosa da humanidade — seu aperfeiçoamento moral pelo aperfeiçoamento intelectual — só poderá ser proficuamente realizada pela filosofia

positiva, pois só a concepção científica do mundo poderá de ora em diante guiar, através de sua lenta e progressiva evolução, as sociedades civilizadas, — ricas de experiência do passado, em luta com as dificuldades do presente e cheias de esperanças no futuro.

“Estudemos, pois, a filosofia positiva! E estudemo-la atendendo sempre ao judicioso conselho de George Lewes, exarado em a sua brilhante *History of Philosophy*: “Estudai a filosofia positiva — exclama o sábio pensador inglês à esperançosa mocidade britânica — mas estudai-a por vós mesmos, pacientemente, demoradamente, e, depois, quer aceiteis o luminoso sistema, quer o rejeiteis, vereis vossos horizontes intelectuais irrevogavelmente ampliados e dilatados!” (46)

Raimundo Correia, que era amigo de Lycurgo de Castro Santos, a êste consagrou, em 1881, uma apreciação altamente elogiosa em o *Boêmio*, jornal por êle editado, em colaboração com Valentim Magalhães, em São Paulo.

Nesse artigo, transcrito por Antônio Constantino em “*Dom Casmurro*”, de 24 de abril de 1940, assim se refere o poeta das *Pombas* ao Positivismo:

“A subversão das instituições velhas, que antepõem outros domínios ao único legítimo: o da ciência, há de se dever ao Positivismo, como a manifestação mais perfeita do raciocínio humano”.

Vamos encontrar ainda em São Paulo, desenvolvendo importante ação no partido republicano, entre 1880 e 1890, o positivista, grande amigo de Campos Salles, Prudente de Moraes e Bernardino de Campos, Gabriel de Toledo Piza, que, durante mais de vinte anos, seria embaixador da República brasileira em Paris. Em tão alto conceito era tido que foi o candidato de Rangel Pestana à Presidência da República, a ser eleito pela Constituinte republicana. (47) E, por ocasião da sucessão de Floriano Peixoto, êste, através de Rangel Pestana, pensou também em suscitar a candidatura de Gabriel de Toledo Piza à Presidência do país. (48)

Ainda positivista era o Dr. João Galeão Carvalho, elemento de prestígio do Partido Republicano Paulista, que morava em Santos e foi, durante várias legislaturas, deputado federal por São Paulo.

Em 13 de julho de 1899, o Deputado Galeão Carvalho, a propósito de uma indicação de Alfredo Ellis, emitiu parecer sustentando a interpretação positivista do dispositivo constitucional atinente à liberdade de profissões.

É a seguinte a conclusão dêsse parecer:

“Como duvidar-se ainda do pensamento verdadeiro do legislador constituinte? A liberdade profissional, a abolição dos privilégios escolares e técnicos, apregoada e defendida por espíritos liberais como Carlos Dunoyer e J. B. Courcelle Seneuil, sustentada por Augusto Comte, está consagrada na notável Constituição

de 24 de fevereiro; seria destruir tão grande conquista concorrer-se para fazer triunfar qualquer interpretação que possa modificar pelo sofisma o que o legislador constituinte quis estabelecer de modo tão positivo.

“Felizmente vai aparecendo a natural reação contra a tendência retrógrada. Apontaremos em primeiro lugar o parecer elaborado pelo preclaro republicano Dr. Barbosa Lima, sobre uma petição dos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, solicitando a derrogação da lei n. 314, de 30 de outubro de 1895, trabalho de generalização, no qual a liberdade de profissão, garantida pela Constituição, é defendida de modo irrefutável; lembraremos a sentença de despronúncia de um curandeiro, proferida pelo íntegro Juiz Dr. Viveiros de Castro, publicada no *Jornal do Comércio*, de 28 de dezembro de 1898; a carta-manifesto do Dr. Júlio de Castilhos, e a legislação de alguns Estados da República, que são testemunhos irrefragáveis do verdadeiro pensamento do legislador constituinte.

“O princípio da liberdade profissional é uma conquista real e a sua adoção geral caminha a passos rápidos, salientando nesta importante aplicação do nôvo regime o Estado do Rio Grande do Sul.

“Das premissas estabelecidas resulta que os privilégios dos títulos acadêmicos contrariam de frente a letra e o espírito da Constituição da República; que a liberdade profissional não elimina as leis que condenam os abusos praticados no exercício das profissões morais e intelectuais, e que sendo a Constituição a lei suprema do país, ela revoga quaisquer disposições contrárias aos seus preceitos expressos.

“Nestes termos, afirmando, como afirmo, que o art. 72, § 24, da Constituição Federal garante o *livre exercício* de qualquer profissão moral, intelectual e industrial, independente de qualquer título ou diploma, penso que nenhuma dúvida legal subsiste, que possa impedir que médicos diplomados por Universidades estrangeiras exerçam livremente a sua profissão na República”. (49)

Pedro Lessa figurou, em São Paulo, entre os que aderiam ao Positivismo científico e filosófico, segundo se vê do seguinte passo de seu trabalho “*O Direito no século XIX*”:

“A filosofia do direito passou pela mais profunda revolução, para não dizermos que se constituiu na última metade do século XIX. Renovou-se completamente o método aplicado ao estudo dessa doutrina. O que se denominava filosofia do direito, ou direito natural (expressões até há pouco usadas indistintamente), era um conjunto de princípios que se afirmavam revelados de um modo sobrenatural, ou dados pela revelação natural da razão, reputada uma faculdade meramente transmissora das idéias universais e absolutas, um poder intuitivo, comparável à percepção externa — pela qual adquirimos o conhecimento dos fenômenos que se passam fora

do eu. Admitidos os princípios religiosos, os corolários deduzidos constituíam as regras de direito, e dêsse modo se formava uma teoria sem nenhum caráter científico, uma doutrina que se apresentava como se fôra uma ciência, mas cuja base era a revelação sobrenatural, um ponto de fé, uma afirmação teológica. Accitos os princípios subjetivos do racionalismo, as idéias absolutas do método apriorístico, deduziam-se as afirmações virtualmente contidas em tais princípios, e dêsse modo se formava uma teoria cuja base era um rudimentar e imperfeito conhecimento da psíquica humana. Assim a filosofia do direito não era uma doutrina científica. Asserções dependentes de crenças religiosas, ou idéias *a priori*, não ministram fundamento para a formação de uma ciência.

“A aplicação do método positivo (o único processo de que dispõe a inteligência humana para a aquisição de verdades científicas) ao estudo dos fenômenos sociais apagou a antítese profunda que havia entre a moral, o direito, e tôdas as disciplinas que se ocupavam com os fatos do organismo social, e as ciências cujo objeto é o estudo dos fenômenos do mundo psíquico, inorgânico ou orgânico. Investigam-se hoje as leis dos fatos jurídicos, éticos, políticos, econômicos, ou sociológicos, pelo mesmo método lógico por que se estudam as leis da física, da química ou da biologia.

“Tôda doutrina que atualmente pretende revestir-se de um caráter científico, precisa ter como base a observação dos fatos, que é o alicerce comum para as induções de tôdas as ciências. . . .

“Foi já na última metade do século passado que filósofos como Stuart Mill, Spencer, Schaffle, arrimados no método científico aplicado por Comte ao estudo de tôdas as ciências, inclusive as sociais, e juriconsultos como Carle, D’Aguanno, Cogliolo, Miraglia e tantos e tantos outros, ergueram a filosofia do direito, isto é, a doutrina que investiga os princípios fundamentais do direito, à dignidade de ciência”. (50)

### III

Na década de 1880 a 1890 vários doutorandos positivistas prestaram, em São Paulo, o seu juramento sob a invocação da Humanidade (51). Escandalizado com êsse estado de espírito de seus contemporâneos, Brasília Machado, escreveu por êsse tempo, versos em que protesta contra o poder da doutrina de Comte que, a seu ver, teria derrocado as concepções atinentes a “*Deus, família e mundo*”. (52)

Já em 1879, como faz ver Rodrigo Soares Júnior, Azevedo Sampaio, de Jacaré, escrevera versos sobre “*O Nôvo Culto*”, “*O Nôvo Dogma*” e “*O Nôvo Regime*”. (53)

Azevedo Sampaio era amigo de Luís Pereira Barreto, e, estando em Paris, aí publicaria em 1898, com prefácio de Pierre Laffitte, o "*Essai sur l'histoire du Positivisme au Brésil*".

Também Vicente de Carvalho, o grande vate do mar, encheu-se de entusiasmo pelo Positivismo, havendo, em 1895, depois de ter sido Secretário do Interior do Estado de São Paulo, publicado uma carta aberta onde amargamente se penitenciava do "*feio pecado*" de escrever na imprensa.

Eis êsse importante documento da exaltação positivista, no estilo ascético de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, que por êsse tempo se apossou de Vicente de Carvalho:

*"Carta aberta*

*Viver às claras*

Cidadão Diretor do Estado de São Paulo.

"Aceitando, há alguns meses, o amável convite, que me fizestes, comprometi-me a colaborar efetivamente no vosso jornal, e dei mesmo começo à tarefa publicando vários escritos que saíram a lume sob o pseudônimo de "*João da Maia*".

"Ausente, temporariamente, dêste Estado, interrompi aquela colaboração; e hoje, de volta, sou forçado a dar por terminado o compromisso que convosco assumira, pelos motivos que passo a expor e que me obrigam a encerrar definitivamente a minha vida de jornalista.

"Esclarecido pela Doutrina Positivista, compreendo, finalmente, o papel que representa, na evolução social, o jornalismo, como um dos mais influentes fatores, que é, da anarquia mental reinante — quando mais não fôsse, por favorecer o assalto dos incompetentes à atenção do público. *E compreendi também o papel importante que eu pessoalmente representava como literato.*

"Nenhum ressentimento, ou qualquer outra paixão egoística, influi na opinião que manifesto a respeito do jornalismo, e no meu consequente afastamento dêle; pois, pessoalmente, o saldo da minha conta com o jornalismo é representado pelos melhores desvanecimentos que experimentei em dez anos de vida pública, hoje de todo extinta [o poeta contava então apenas 29 anos!], e pela gentileza e benevolência com que me distinguiram sempre os jornais paulistas, o vosso mais do que qualquer outro.

"Quebrando agora os últimos laços que me prendiam a essa instituição, sou exclusivamente induzido por um simples sentimento de dedicação social, sentimento esclarecido pela serena convicção de que assim procedendo deixo de ser nocivo. *Deixando a profissão de escritor, subtraio o meu concurso pessoal à massa enorme de*

banalidade que perturba e dificulta a orientação do gênero humano; diminuo de um que é tudo quanto posso, o número considerável dos agitadores estéreis e desorientadores da opinião, que desvirtuam em todo o mundo, o superior destino social da imprensa.

“O meu ato não visa ao mínimo intuito de propaganda doutrinária; e, praticando-o, cumpro apenas o dever elementar de contribuir para o aperfeiçoamento coletivo da regeneração individual. Nem a publicidade que procuro para esta declaração, implica contradição com essa ausência de intenção de propaganda, porque exprime apenas o desejo de penitenciar-me perante o *público*, a quem, durante dez anos, fiz todo o mal [! ! !] de que fui capaz por meio do jornalismo, contribuindo, na medida das minhas forças, felizmente escassas, para a sua anarquização intelectual e moral.

“Despedindo-me de vossa folha, e do jornalismo paulista em geral, só me resta agradecer-lhe as atenções que me dispensaram. e que eu retribuo pela estima e consideração que voto às pessoas de muitos de seus membros.

“Vosso amigo afetuoso,

Vicente de Carvalho

“Nascido em Santos a 5 de abril de 1866.

“Santos, 26 de São Paulo de 107 (Junho, 15, 1895)” (54)

Felizmente êsse acesso cenobítico, bem característico do grêmio de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, de que se aproximara Vicente de Carvalho, não durou muito e êle não só voltou a colaborar na imprensa, como também retomou suas atividades literárias.

Mas, relegando embora os excessos de ortodoxia do Apostolado Positivista, do qual acabou se afastando, guardou Vicente de Carvalho, vida fora, a marca que em sua formação deixara o filósofo de Montpellier, de cujas vistas se encontram frequentes reflexos em tôda a sua obra em prosa e verso. É o que veremos ao estudar, em capítulo especial, o Positivismo na literatura Brasileira.

Outro poeta paulista — Martins Fontes — viria também, anos depois, a encantar-se pelo Positivismo.

Em carta de 14 de fevereiro de 1937 ao autor dêste livro, escreveu êle:

“Também consagro um culto único a Augusto Comte. Meu Pai foi positivista. Sua linguagem me é familiar. Entre os retratos de Augusto Comte e seus três Anjos, de Augusto Comte em seu leito de morte, de madame Clotilde de Vaux e de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, na doçura de nossa casa, meu pai estudava. São tão vivas estas recordações, que, ainda agora, tenho o receio de me comover, tão sensível sou”.

Noutra carta dizia:

“Enquanto te escrevo contemplo o retrato de Augusto Comte em seu leito de morte, presente antiquíssimo, de meu Avô a meu Pai. Esta gravura admirável, inspiradora, estêve outrora sôbre a mesa de trabalho de meu Avô, e, depois, sôbre a de meu Pai. Esta é uma das mais vivas recordações da minha infância. Fiz um sonêto sôbre isto”.

É o seguinte êsse sonêto:

*Augusto Comte, em seu leito de morte*

Dorme na paz dos anjos. Dorme. Dorme.  
Desde muito menino esta gravura,  
Dentro do halo doirado da moldura,  
Me acende, em febre, o sonho multiforme.

Vejo-a, de olhos fechados, não conforme  
A placidez marmórea da figura,  
Porém segundo a adoração futura,  
Que fará que ela nunca se transforme.

No mistério profético da sua  
Face de Arcanjo, assim adormecida,  
Brilha uma luz que a glória perpetua

E através da amplitude transfundida,  
Ao mesmo tempo tem a alvez da lua  
E o ardor do sol simbolizando a vida!

Noutro sonêto diz êle ainda:

*Floreal! Messidor!*

Na casa em que nasci, no Familiar  
Teto dos meus Avós, nosso Patrono  
Numa alta mesa como sôbre um trono,  
Augusto Comte iluminava o Lar!

Recordo a bênção do seu terno olhar  
Ainda a vejo e ao revê-la me apaixonou.  
E a frase de Vigny, no meu outono,  
Quero ao Mestre dos Mestres, consagrar.

Hoje, da primavera e da saudade,  
As homenagens dêste livro são  
Reminiscências da maturidade,

Que, resumidas, equivalerão  
A lembranças em flor da mocidade,  
Transformadas em pomos da razão.

## IV

Reflexo da influência positivista em São Paulo, como, aliás, em todo o Brasil, após a proclamação da República, é o que conta Jorge Americano a propósito da adoção, entre nós, do chamado "*ponto facultativo*".

Em 1898 — escreve o autor de "*São Paulo naquele tempo — 1895-1915*" — era muito recente a separação entre a Igreja e o Estado, e muito acentuada a influência positivista na proclamação da República.

"Por isso as repartições públicas e as escolas não guardavam os dias santos, com desrespeito a um dos dez mandamentos da Santa Madre Igreja, que ordena "*guardar domingos e dias santificados*".

"Os funcionários públicos sofriam descontos nos vencimentos se faltassem na sexta-feira da Paixão e no dia de Natal, e os professores eram avisados de que o não comparecimento constituiria falta grave, por impedir de terem aula os alunos que aparecessem. Apareciam poucos.

"Como meio de conciliação surgiu (governo Rodrigues Alves?) o "*ponto facultativo*".

"Mas o ponto facultativo só para os porteiros. Se um deles não comparecer, já não é facultado a funcionário assinar o ponto, porque a repartição está fechada.

"Nenhum porteiro compareceu e nenhum funcionário reclamou, administrativa ou judicialmente.

"O único protesto foi o da Igreja Positivista do Brasil". (55)

O protesto de Miguel Lemos, ao contrário do que se pode supor, referiu-se mais à maneira de ser concedido o *ponto facultativo*, propiciando a mandriice, do que pròpriamente ao princípio em si. Eis, de fato, o que escreveu em 1890:

"Anuncia-se que o govêrno resolveu declarar feriados alguns dias da semana santa dos católicos, ou pelo menos, dispensar do ponto os empregados nesses dias, o que no fundo é a mesma coisa.

"Se o fato é verdadeiro não podemos deixar de protestar contra semelhante infração do decreto que separou a Igreja do Estado. No nôvo regime não pode o govêrno sancionar os dias de guarda do catolicismo, nem de qualquer outra religião. O contrário seria uma contradição manifesta e um ataque à legalidade vigente.

"O único meio digno e correto de conciliar a separação da Igreja do Estado, com o respeito à consciência religiosa dos fun-

cionários públicos, no caso vertente, é estabelecer a seguinte medida:

**“Os empregados que faltarem ao serviço nos dias de guarda preceituados pelas suas respectivas religiões perderão apenas a correspondente gratificação *pro labore*, ou a terça parte do respectivo vencimento diário; considerando-se, portanto, essa circunstância motivo justificativo da falta.**

**“Por êsse modo consegue-se evitar que os vadios se aproveitem dêsse pretexto religioso para não comparecerem às suas repartições ou oficinas, pois que isso lhes custaria um sacrifício pecuniário; e, por outro lado, permite-se que o serviço público não perca nesses dias o concurso dos que preferem comparecer, ou por pertencerem a credos diferentes, ou mesmo por não pertencerem a nenhum.**

**“Mas além destas vantagens, o alvitre que lembramos tem outra maior, e vem a ser o não estabelecer exceção ou privilégio a favor de nenhuma das religiões a que possam estar filiados os diversos empregados públicos”.** (66)

Em 1908 dois positivistas, Sílvio de Almeida e Luís Bueno Horta Barboza, tiveram destacada atuação, na imprensa paulista, em defesa dos indígenas brasileiros.

No sétimo volume da *Revista do Museu Paulista*, correspondente a 1907, Hermann von Ihering, que então exercia as funções de Diretor do Museu Paulista, publicara um artigo sobre *“Antropologia do Estado de São Paulo”* onde dizia:

**“Os atuais índios do Estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e, como os *caingangas* selvagens, são um empecilho para a colonização das regiões do sertão onde habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio”.** (67)

Em 12 de outubro de 1908, em artigo em *“O Estado de São Paulo”*, opôs-lhe embargos Sílvio de Almeida, positivista respeitado, que durante vários anos mantivera em São Paulo um estabelecimento de ensino de grande prestígio.

Ao protesto de Sílvio de Almeida seguiu-se o de seu jovem correligionário e amigo Luís Bueno Horta Barboza, catedrático de Mecânica e Astronomia do Ginásio de Campinas.

Em carta aberta a Sílvio de Almeida, publicada no jornal *Cidade de Campinas*, em outubro de 1908, e reproduzida no *Jornal do Comércio do Rio*, de 11 de novembro de 1908, com o título: *“Em defesa dos indígenas brasileiros”*, Luís Bueno Horta Barboza citava longos trechos do artigo de Teixeira Mendes *“Ainda os Indígenas do Brasil e a Política Moderna”*, e sustentava que “os territórios dos índios devem ser respeitados e a vida e o bem estar

dêles protegidos pela lei; a responsabilidade do branco era, não a de *catequizar*, mas a de colocar à disposição dêles os benefícios da ciência e da indústria. Em primeiro lugar, seria necessário ganhar sua amizade e lealdade — dizia Horta Barboza — e isto exigiria aquêles tipo de programa que os jesuítas usaram com tanto sucesso: música, presentes e promessas, raciocínio claro e honesto por homens que falavam a língua dos nativos”. (58)

Na *Revista de História* fundada e dirigida em São Paulo pelo Professor Eurípedes Simões de Paula, publicou ultimamente sobre o assunto minuciosos artigos o Professor David Hall Stauffer, da Universidade do Texas, que assim se refere à participação de Sílvio de Almeida e Horta Barboza no episódio:

“Com os protestos de Sílvio de Almeida e Luís Bueno Horta Barboza, em outubro de 1908, pode-se dizer que o índio começou a conquista dos corações do povo brasileiro. Hermann von Ihering e as teorias científicas, por êle representadas, estavam no ponto de perder parte do prestígio que tinham desfrutado no Brasil durante quase meio século. A defesa do índio e o ataque contra von Ihering estavam agora firmemente encaminhados”. (59)

Em janeiro de 1924, perante um público de trezentas pessoas, inaugurou-se em São Paulo, no salão da Sociedade Dante Alighieri, um Centro Positivista por iniciativa de Gabriel de Azevedo Antunes, F. Germano de Medeiros, Dr. Anastácio Vianna e Coriolano Martins. Realizaram conferências nesse Centro Geonísio Curvello de Mendonça, Dr. Egydio Martins, Almirante Américo Silvado e Coriolano Martins, entre outros.

São Paulo foi ainda palco, em 1931, de uma das mais curiosas medidas de ordem administrativa emanadas de um positivista — o Aviso do Interventor Manuel Rabello sobre a mendicância, que, além de muitos comentários em todo o país, suscitou uma das melhores peças do teatro brasileiro — *Deus lhe pague*, de Joracy Camargo, segundo êste mesmo contou no artigo “*Como nasceu “Deus lhe pague”*”, publicado no “*Correio da Manhã*” de 26 de julho de 1958.

Transcrevo a seguir êsse *Aviso*, manifestação típica da bondade e do romantismo político do Interventor Manuel Rabello.

Apesar da generosa intenção que presidiu à sua feitura, constitui êsse documento, paradoxalmente, antes de mais nada, flagrante violação do princípio básico do Positivismo — a separação do espiritual relativamente ao temporal.

Embora justo em sua parte resolutiva, na qual se assegura a liberdade dos mendigos, protegendo-os contra as arbitrariedades policiais, é o *Aviso* em questão precedido de algumas considerações que fogem do mais elementar bom senso, e, por isto mesmo, infringem a própria essência do Positivismo. Ao lê-lo, dir-se-ia haver São Francisco de Assis assumido, em 1931, a Interventoria em

São Paulo, pois o santo medievo não haveria de manifestar-se de modo mais exuberante sobre os benefícios e as reações morais da mendicância.

Eis esse Aviso, testemunho eloquente dos riscos de deformação que correm os preceitos de ordem espiritual quando intempetivamente transpostos para o plano temporal:

“O cidadão coronel Manuel Rabello, Interventor Federal no Estado de São Paulo, fêz expedir o seguinte aviso, datado de 26 do corrente:

“São Paulo, 26 de novembro de 1931.

“Cidadão Secretário da Justiça e Segurança Pública Dr. Florivaldo Linhares.

“Considerando que se não deve desconhecer o alcance social e moral da mendicidade, quando ela é dignamente exercida;

“considerando que qualquer cidadão pode estender a mão à piedade, implorando a generosidade dos irmãos;

“considerando que quem pede, em público, geralmente demonstra superioridade de sentimento, por ter de comprimir o orgulho e a vaidade;

“considerando que a esmola beneficia tanto o coração de quem a pede como o de quem dá;

“considerando que a recusa ao trabalho não é um vício peculiar às classes pobres;

“considerando que a contemplação da sociedade demonstra que o maior número de vadios é formado pela burguesia;

“considerando que os mendigos, vivendo da bondade alheia, são moral e socialmente úteis, enquanto são nocivos os ricos ociosos, que vivem em pleno desregramento moral sem nada produzirem;

“considerando que é covardia e falta de generosidade tratar os mendigos como se entre eles, mesmo excepcionalmente se encontrassem os maiores hipócritas e os maiores exploradores;

“considerando que existem exploradores em tôdas as classes sociais;

“considerando que, se há falsos mendigos, o número destes é sempre muito diminuto, e que nem assim deixam de produzir em outrem reações altruístas;

“considerando que não basta a robustez, de que alguns mendigos parecem dotados, para assegurar-se que o seu aparelho cerebral seja sã;

“considerando, assim, que o pretender-se julgar, pela aparência, se o indivíduo necessita, ou não, de mendigar, pode induzir a grave erro;

“considerando que muitas vêzes o mendigo concorre, com a sua presença, para a manutenção da ordem, evitando muitos crimes;

“considerando que ocultar os mendigos aos olhos dos forasteiros é querer iludir a estes quanto à anarquia social em que todos os ocidentais vivemos;

“considerando que o mendigo é um programa, que desperta a atenção, mesmo dos corações mais duros, para os problemas em prol da felicidade humana;

“considerando que nada nos pode mais comover do que o sofrimento alheio;

“considerando que é um dever fundamental o respeito à mulher, em qualquer situação social em que se encontre;

“considerando que embora, em princípio, a esmola deva ser dada, ninguém é a isso obrigado;

“considerando que a dignidade da mendicidade escapa — como a de qualquer outra função proletária — à competência judiciária dos órgãos do governo e está unicamente sujeita ao juízo da opinião pública;

“considerando, portanto, que violar o livre exercício público da mendicidade é um monstruoso crime de lesa-humanidade;

“determino que ninguém, sob o simples pretexto de exercer a mendicidade, sofra qualquer constrangimento em sua liberdade; que, quando, por motivo insofismável de ordem, algum mendigo dever ser afastado do ponto onde se ache, a autoridade competente o faça com todo o cavalheirismo, ainda mais em se tratando de uma senhora, e, finalmente, que só se procure dar asilo aos mendigos que livremente o solicitarem.

“Peço, pois, que vos digneis de tomar as providências que são necessárias para o fiel cumprimento da presente comunicação.

“Saúde e Fraternidade

Coronel Manuel Rabello

Interventor Federal.

(Do “*Diário Oficial*” do Estado de São Paulo, n. de 28.XI. 1931)”. (60)

Havia, assim, forte afinidade entre o positivista Manuel Rabello e o católico Léon Bloy. Sem dúvida lhe subscreveria este último os conceitos sobre a mendicância, pois exclama no prefácio de seu livro *Mendiant Ingrat*:

“Desgraça a quem não mendigou! Nada há maior do que mendigar. Deus mendiga. Os Anjos mendigam. Os Santos mendigam”.

Quem, ao ler o *Aviso* do Interventor Manuel Rabello, não se lembra ainda de Santo Inácio de Loyola a mendigar pelas ruas, simulando, na linguagem e nos gestos, uma grosseria que plenamente o identificasse com os mendigos comuns?

Enquanto alguns dos conceitos emitidos no *Aviso* do Interventor Manuel Rabello evidenciam a sua bondade e constituem uma lição de altruísmo, que conviria mais à pena de um sacerdote

do que à de um chefe de Estado, outros ressaltam, com inteira procedência um aspecto que a polícia de nossos dias frequentemente esquece: a qualidade de cidadão que o mendigo, por maior que seja a sua miserabilidade, não choga a perder.

Qualquer que seja o juízo que se faça dêsse *Aviso*, a verdade é que afina muito mais com a sensibilidade moderna do que a atitude dos policiais que pensaram resolver o problema da mendicância no Estado da Guanabara afogando, no Rio da Guarda, os infelizes que a ela recorriam, como se fôsem réprobos merecedores da pena de morte com sevícias.

#### NOTAS DO QUARTO CAPITULO DA TERCEIRA PARTE

- 1) — RUY BARBOSA: "*Reforma do Ensino Secundário e Superior*", pgs. 3 a 6 do Apêndice, Rio, Tipografia Nacional, 1882.
- 2) — JÚLIO RIBEIRO: "*Cartas Sertanejas*", pg. 149 da 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Livraria Clássica Editôra, 1908.
- 3) — SPENCER VAMPRÉ: "*Memórias para a história da Academia de São Paulo*", vol. II, pg. 214, São Paulo, Livraria Acadêmica, 1924.
- 4) — Vide SILVA JARDIM: "*Memórias e Viagens*", I, *Campanha de um propagandista* (1887-1890), Lisboa, 1891, pg. 78.
- 5) — Vide Desembargador JOSÉ ANTÔNIO NOGUEIRA: "*Minha Nova Floresta*", meditação sobre o pecado original, in *Jornal do Comércio*, de 5 de setembro de 1943.
- 6) — Sobre os jornais referidos no texto, veja-se SPENCER VAMPRÉ: "*Memórias para a história da Academia de São Paulo*", vol. II, pg. 424, e sobre "*A Luta*" e seu matiz positivista, veja-se GEORGE A. BOEHRER: "*Da Monarquia à República — História do Partido Republicano no Brasil* (1870-1889) tradução de Berenice Xavier, Ministério da Educação e Cultura, Rio, pg. 96 e 97.
- 7) — Apud OTHELO ROSA: "*Júlio de Castilhos*", Livraria do Globo, Porto Alegre, 1928, pg. 35.
- 8) — Em artigo sobre o *Positivismo no Brasil*, publicado na *Revista Occidental*, Jorge Lagarrigue refere-se a Nicolau França Leite e à sua colaboração na *Revista do Instituto Politécnico de São Paulo*, através da qual teria propagado as idéias positivistas. Vide "*La Revue Occidentale*", Maio de 1879, pgs. 454 e 455.
- 9) — Sobre Nicolau França Leite, veja-se SACRAMENTO BLAKE: "*Dicionário Bibliográfico Brasileiro*", sexto volume, pg. 315.
- 10) — JOAQUIM ALBERTO RIBEIRO DE MENDONÇA: "*Apontamentos, Notícias e Observações para servirem à história do Fetichismo*", pg. 6. São Paulo, Tipografia da "*Província*", 1881. Sobre o Dr. Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça, veja-se SACRAMENTO BLAKE, *op. cit.*, quarto volume, pg. 514.
- 11) — JOAQUIM VILELA DE OLIVEIRA MARCONDES: "*Augusto Comte e seus pseudo-discípulos*" — trabalho lido na sessão sociolátrica da Sociedade Positivista desta cidade na noite de 24 de Guttemberg de 93 (5 de setembro de 1881), 24.<sup>o</sup> aniversário do Fundador da Religião da Humanidade, São Paulo, Tipografia Popular, Largo da Sé, 1881, pg. 33.
- 12) — Vide MIGUEL LEMOS: "*L'Apostolat Positiviste au Brésil — rapport pour l'année 1883*", pg. 124, Rio, *Au Siège de la Société Positiviste*. 1885.

- 13) — Vide JOSÉ LEÃO: "*Silva Jardim*", Rio, Imprensa Nacional, 1895, pg. 39, 40, 42, 49, 53, 54, 55, 61 *et passim* e SPENCER VAMPRÉ: "*Memórias para a História da Academia de São Paulo*", vol. II, pgs. 423 e 430.
- 14) — Vide MIGUEL LEMOS: "*L'Apostolat Positiviste au Brésil — deuxième circulaire annuelle*", pgs. 45 e 46 da 2.<sup>a</sup> ed., Rio, 1908. Na Biblioteca Nacional encontram-se exemplares de *O Horizonte*.
- 15) — SILVA JARDIM: "*Memórias e Viagens*", pg. 20, Lisboa, 1891.
- 16) — *Idem, ibidem*, pgs. 26 e 27.
- 17) — *Idem, ibidem*, pg. 219.
- 18) — *Apud* JOSÉ LEÃO, *op. cit.*, pgs. 171 e 172.
- 19) — JÚLIO RIBEIRO: "*Traços Gerais de Linguística*", pgs. 11 a 13.
- 20) — AFONSO CELSO DE ASSIS FIGUEIREDO JÚNIOR: "*Teses e Dissertação* — defendidas para obter o grau de Doutor em Direito nos dias 19 e 23 de março de 1881, pg. 35, São Paulo, 1881. O ponto do programa da Faculdade escolhido para tema da dissertação era o seguinte: "*Constituído o poder público, há soberania imanente na multidão, capaz de opor-se ao poder constituído*."
- 21) — Vide GILBERTO FREYRE: "*Ordem e Progresso*", t. I, pg. 128, Livraria José Olympio Editora, Rio, 1959.
- 22) — Vide CÂNDIDO MOTTA FILHO: "*Uma Grande Vida — biografia de Bernardino de Campos*", pg. 40, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1941.
- 23) — MIGUEL REALE: "*Pedro Lessa e a Filosofia Positiva em São Paulo*", in *Revista Brasileira de Filosofia*, n.º 36, outubro a dezembro de 1959, pgs. 529 a 530.
- 24) — ALBERTO SALLES: "*Ensaio sobre a moderna concepção do Direito*", pg. 256, São Paulo, Tipografia da Província, 1885.
- 25) — *Idem, ibidem*, pgs. 266 e 267.
- 26) — Vide ALBERTO SALLES: "*Ciência Política*", pg. 55, São Paulo, Teixeira & Irmão Editores, 1891.
- 27) — Vide PAULO EGYDIO: "*Do Estudo da Sociologia como base do estudo do Direito*", pgs. 42 e 43, São Paulo, Tipografia do "*Diário Oficial*", 1898.
- 28) — JOÃO MENDES DE ALMEIDA: "*O Direito e o Positivismo*", pgs. 9 a 10, São Paulo, Tipografia da Papelaria Guarani, 1895.
- 29) — *Idem, ibidem*, pg. 15.
- 30) — ALBERTO SALLES: "*Política Republicana*", Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger & Filho, 1882, pgs. 15, 16 e 25.
- 31) — LUÍS ANTÔNIO DOS SANTOS WERNECK: "*O Positivismo Republicano na Academia*", São Paulo, Jorge Seckler, 1880, pg. 142.
- 32) — Vide MÁRIO M. MEIRELES: "*Panorama da Literatura Maranhense*", pg. 129, São Luís, Imprensa Oficial, 1955.
- 33) — DEMÓCRITO: "*Cartas a Júlio Ribeiro*", pg. 7, São Paulo, Tipografia da Província, 1885.
- 34) — JÚLIO RIBEIRO: "*Cartas Sertanejas*", Apêndice, pg. 193 da 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1908.
- 35) — DEMÓCRITO, *op. cit.*, pgs. 63 e 64.
- 36) — ANTÔNIO GOMES D'AZEVEDO SAMPAIO, em seu "*Essai sur l'histoire du Positivisme au Brésil*", escrito em 1898, isto é, apenas um ano depois da morte de Cesário Motta, assim se refere a este notável homem público de São Paulo:

"O ensino público do Estado de São Paulo foi reformado pelo seu ministro republicano, o saudoso Cesário Motta. Tão firme em sua crença positivista quanto refletido em suas aplicações, este homem de Estado, em consequência mesmo de sua audaciosa sabedoria, não foi sempre compreendido, nem pelos que o cercavam, nem mesmo por aqueles em cujo nome ele agia como ministro. Suas duas criações, o Ginásio e a Escola Modelo, mais do que qualquer outra no Brasil,

foram inspiradas pela doutrina regeneradora. Cesário Motta introduziu a hierarquia das ciências de Augusto Comte no ensino do Ginásio e da Escola Normal, onde duas cátedras são corajosamente ocupadas por dois positivistas, Godofredo Furtado e José Feliciano".

A. G. D'AZEVEDO SAMPAIO: "*Essai sur l'histoire du Positivisme au Brésil*", pg. 48, Paris, *Au siège de la Société Positiviste*.

Entretanto, no livro "*Cesário Motta e seu tempo*", publicado em 1947 pelo seu irmão Cássio Motta, nenhuma referência se encontra acerca da adesão de Cesário Motta ao Positivismo. Se essa adesão de fato ocorreu e dela tinham conhecimento os seus amigos íntimos, Cesário Motta, em suas manifestações públicas, guardou, a respeito, uma atitude de grande reserva e discreção.

No discurso que proferiu, como Secretário do Interior, inaugurando, em 15 de fevereiro de 1894, a Escola Politécnica de São Paulo, Cesário Motta faz a seguinte referência ao fundador do Positivismo:

"[a ciência desvendou], com Augusto Comte, a filosofia que marca uma era notável no ensino científico".

(*Apud Cássio Motta: "Cesário Motta e seu tempo"*, pg. 151, S. Paulo, 1947). É muito pouco para se poder concluir, só através desta frase, haja Cesário Motta realmente aderido ao Positivismo.

Contudo, o Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça, em carta a Pierre Laffitte, datada de Jacareí, 16 de março de 1878, ao dizer-lhe que lhe enviara os dois primeiros volumes de "*As Três Filosofias*" de Pereira Barreto, acrescenta:

"Remeto-vos também os dois números do jornal "*Província de S. Paulo*", onde se encontram um manifesto republicano e um projeto estabelecendo na Província de S. Paulo, um instituto de ciências naturais, apresentado à assembléa provincial pelo Dr. Cesário Nazianzeno, deputado republicano.

"Não farei considerações sobre o projeto do Dr. Cesário, nem sobre os republicanos de São Paulo. Direi apenas: a Província de São Paulo desempenha, em relação ao Brasil, o mesmo papel que a França relativamente à Humanidade — marcha à frente da civilização".

O discurso de Cesário Motta, a que se refere o Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça na carta que vem de ser citada, foi pronunciado na sessão de 27 de fevereiro de 1878 da Assembléa Provincial de São Paulo e está transcrito nas pgs. 50 e 67 da mencionada obra de Cássio Motta.

- 37) — Vide TEIXEIRA MENDES: "*Circular do ano de 1904*", pg. 28.
- 38) — Vide MIGUEL LEMOS: "*Quatrième Circulaire Annuelle*", (1884) segunda edição, pgs. 86 e 87.
- 39) — SILVA JARDIM: "*Memórias e Viagens*", pg. 118, Lisboa, Companhia Nacional Editôra, 1891.
- 40) — Vide SACRAMENTO BLAKE: "*Dicionário Bibliográfico Brasileiro*", volume V, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, pg. 484.
- 41) — LYCURGO SANTOS: "*Dias Palavras sobre a Filosofia Positiva e o Espiritualismo*", Campinas, Tipografia da "*Gazeta de Campinas*", pgs. 35 a 38.
- 42) — *Idem, ibidem*, pgs. 65 e 66.
- 43) — *Idem, ibidem*, pgs. 98 a 102.
- 44) — *Idem, ibidem*, pgs. 106 a 107.
- 45) — *Idem, ibidem*, pgs. 143 a 148.
- 46) — *Idem, ibidem*, pgs. 201 a 202.
- 47) — Vide GABRIEL DE TOLEDO PIZA: "*Altruisme contre égoïsme*", pgs. XXXVIII e XXXIX, Paris, 1912, e LEOPOLDO FEIJÓ BITTENCOURT: "*Rangel Pestana*" — conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, in *Jornal do Comércio* de 7 de janeiro de 1940, pg. 4.

- 48) — Vide JOSÉ MARIA DOS SANTOS: "*A Política Geral do Brasil*", pg. 334, J. Magalhães editôres, São Paulo, 1930.
- 49) — Apud MIGUEL LEMOS: "*Boletim do Apostolado Positivista do Brasil*", n.º 15 P, novembro de 1899, pgs. 10 e 11.
- 50) — Vide PEDRO LESSA: "*O Direito no século XIX*", in "*Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*", ano de 1900, vol. VIII, pgs. 199, 200 e 201.
- 51) — Vide MIGUEL LEMOS: "*Quatrième Circulaire Annuelle*" (1884), pgs. 87 da 2.ª ed., Rio, 1895.
- 52) — Os versos de BRASÍLIO MACHADO intitulam-se "*A um romântico*"; trazem a data de 1881 e foram publicados no *Almanaque Literário de S. Paulo* de 1884, pgs. 69 e seguintes. Vide SPENCER VAMPRÉ, *op. cit.*, vol. II, 484 a 486.
- 53) — Apud RODRIGO SOARES JÚNIOR: "*Jorge Tibiriçá e sua época*", tomo 1.º, pgs. 205 e 206, Brasileira, 5.ª série, vol. 304, Companhia Editora Nacional, S. Paulo.
- 54) — Apud MIGUEL LEMOS: "*Décima Quinta Circular Anual*" (ano de 1895), pgs. 47 e 48 da edição de 1896.
- 55) — JORGE AMERICANO: "*São Paulo naquele tempo — 1895-1915*", pg. 388, edição Saraiva, São Paulo, 1957.
- 56) — MIGUEL LEMOS: "*Décima Circular Anual*", pgs. 72 e 73, Rio, na sede da Igreja Positivista, 1892. Sobre o assunto, vejam-se ainda os Boletins do Apostolado Positivista do Brasil: 15 P, pgs. 3 e seguintes; 29 P, pgs. 3 e seguintes, e 32 P, pg. 20.
- 57) — Apud DAVID HALL STAUFFER: "*Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios*", in "*Revista de História*", julho-setembro de 1960, São Paulo, Brasil, pg. 177.
- 58) — *Idem, ibidem*, pg. 181.
- 59) — *Idem, ibidem*, pg. 182.
- 60) — Vide "*Revista Nova*", Ano I, n.º 4, 15 de dezembro de 1931, pgs. 648 e 649, Rua Xavier de Toledo, n.º 72, São Paulo.

## CAPÍTULO QUINTO

### O POSITIVISMO NO RIO GRANDE DO SUL

I) *Primeiras adesões. O ideal republicano.* II) *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros.* III) *O núcleo de Bagé. A Escola de Engenharia de Porto Alegre. O Centro Positivista. A reação contra o Positivismo: Alcides Maya. A Constituição do Rio Grande e os livros de Alfredo Varela, Joaquim Luís Osório, Monte Arraes e Victor Russomano.* IV) *Getúlio Vargas e o Positivismo.*

#### I

**A** PRIMEIRA adesão à doutrina comtiana no Rio Grande do Sul, de que se tem notícia, é a de Augusto Luís, ao publicar, em outubro de 1874, um artigo intitulado "*Duas Palavras Sobre Literatura*", onde ataca a metafísica e o misticismo, aconselhando à poesia "*soltar seus hinos sonoros no tabernáculo da ciência*".

Acredita Guilhermino César haja sido esta a primeira vez que, no Rio Grande do Sul, se anunciou, em termos explícitos, a filosofia de Augusto Comte para tirar dela as conclusões literárias, cujas linhas haveriam de conduzir à "*poesia científica*" tentada mais tarde por Damasceno Vieira e outros.<sup>(1)</sup>

No artigo de Augusto Luís, publicado em 1874 — não é demais salientar esta data — "tudo respira o mesmo ar do filósofo de Montpellier — desde a epígrafe, tirada à obra do mestre, ao "*argoi*" filosófico por este pôsto a circular. O articulista de Porto Alegre apresenta-lhe a doutrina como novidade, mas escolhe um dos seus ângulos, o mais acessível à inteligência do tempo. Sua ária de bravura é a inópia do pensamento anterior ao "*terceiro estado*". Ele quer a proscrição da metafísica e, ao mesmo tempo, a unificação da filosofia em torno de uma só filosofia"...<sup>(2)</sup>

Em 1880, Graciano Alves de Azambuja, autor de umas *Lições de Filosofia Elementar*, divulgadas a princípio pela "*Gazeta*" de Porto Alegre, combate a escolástica e afirma ser "*a filosofia a ciência da natureza em geral, e das suas leis, não admitindo, porém, como a metafísica, a indagação das origens, causas e fins finais por inaccessíveis à inteligência*".<sup>(3)</sup>

No dizer de Guilhermino César encontrou a obra de Graciano de Azambuja ampla repercussão: "a posição do autor, ao lado de Comte e Spencer, serviu para apontar rumos aos intelectuais da terra. Até mesmo escritores e poetas de formação e prática romântica contribuíram insensivelmente para isso".<sup>(4)</sup>

Diante dessas duas manifestações positivistas na imprensa do Rio Grande — uma de 1874 e outra de 1880 — vê-se que não assistia razão a Miguel Lemos quando em sua "*Décima Sétima Circular Anual*" escreveu, referindo-se à revista *El Eco Hispano Americano*, dirigida pelo discípulo de Augusto Comte — Dom José Segundo Flórez — a qual tinha como divisa o lema *Orden Y Progreso* e contou, entre 1854 e 1872, vários assinantes no Rio Grande do Sul:

"E se é verdade que êsse periódico teve assinantes ou leitores no Rio Grande do Sul, o que se deve entender de algumas pessoas de origem espanhola, *pode-se asseverar que nesse Estado nunca se encontrou indício algum de idéias positivistas antes do movimento iniciado no Rio. Ainda menos é possível atribuir o desenvolvimento de nossa propaganda a êsses germes de que ninguém teve notícia aqui*".

Freqüentemente incide Miguel Lemos no êrro de atribuir apenas à sua ação, ou à influência do Apostolado que fundou, as manifestações positivistas que chegavam ao seu conhecimento. Muitas delas, no entanto, haviam precedido a própria conversão de Miguel Lemos e derivavam do estudo direto da obra de Augusto Comte ou de seus discípulos franceses e inglêses.

Sem desconhecer o que possa haver de excesso nessa reivindicação pessoal, deve-se levar em conta a carência de informações numa época em que se encontravam extremamente isoladas as nossas diversas províncias e eram de tiragem e circulação limitadas os jornais e revistas do país.

Antes de adquirir foros de doutrina rigidamente definida, o Positivismo era, para os gaúchos, o amor da ciência exata — a matemática, a história natural, a química, a física. E significava também, segundo Guilhermino César, sentimento republicano.

O ideal republicano, no Rio Grande, vinha de longe, chegando, em pleno segundo Reinado, a concretizar-se na república de Piratini. Com seu espírito de doutrinador veemente e sagaz, soube Júlio de Castilhos aproveitar a paixão republicana que, de longa data, inflamava a mentalidade gaúcha. Fizeram-lhe côro vários de seus conterrâneos e companheiros da Academia de São Paulo, onde, conforme registamos no capítulo anterior, travaram conhecimento com o Positivismo.

Guilhermino César faz notar que, para a grande maioria dos sul-riograndenses, Castilhos significava *ordem e progresso*, enquanto o seu antagonista — Silveira Martins, monarquista, chefe do partido liberal, personificava a *involução*. O prestígio dos castilhistas na luta decorria da sinceridade com que se dispuseram a sustentar a idéia republicana, idéia já uma vez vencida na guerra dos farrapos. No ambiente apaixonado da propaganda republicana, Positivismo e República confundiam-se, pelo menos teòricamente. Os participantes do movimento republicano, que não eram

positivistas, silenciavam, a bem da causa comum, e os positivistas convictos passaram a ter voz preponderante. (6)

Os que mais se destacaram, no Rio Grande, como republicanos inspirados no Positivismo, foram: Júlio de Castilhos, Demétrio Ribeiro, Venâncio Aires, Álvaro e Homero Baptista, Fernando Luís Osório, Joaquim Pereira da Costa, Antão de Faria, Antônio Augusto Borges de Medeiros, Júlio Frola, Joaquim Luís Osório, Victorino Monteiro, Alfredo Cassiano do Nascimento, Fernando e Raul Abbot, Mena Barreto, João Cezimbra Jacques, Emílio de Campos, Evaristo Amaral, Othelo Rosa, Rivadávia Correia, Carlos Maximiliano, Alfredo Varela, Ernesto Alves, Henrique Alberto Carlos, Joaquim José Felizardo Júnior, Faria Santos, Carlos Tôrres Gonçalves, Aparício Mariense, Octávio Rocha, Ildefonso Pinto, Carlos Alberto Gonçalves, Juvenal Otaviano Miller, Augusto Pestana, Ernesto Otero, Conrado Miller de Campos, Domingos Mascarenhas, Carlos Penafiel, Gumercindo Ribas, Ildefonso Borges Toledo da Fontoura, João Simplicio de Carvalho, Arthur Homem de Carvalho, General Manuel Vargas, Protásio, Viriato e Getúlio Vargas, Manuel da Costa Barradas, Benito Ilha Elejalde, Barbosa Gonçalves, Sérgio de Oliveira e Carlos Barbosa, entre muitos outros que, embora não aderindo ao conjunto do Positivismo como sistema filosófico e religioso, adotavam, entretanto, as linhas mestras de suas diretrizes políticas, filiados que eram, quase todos, ao partido situacionista.

Essa pequena elite, formada em sua maioria num centro intelectual da importância de São Paulo, pôs-se em ação a partir de 1880, e, ao lutar pela Abolição e pela República, desvendou aos olhos do grande público do Rio Grande o ideal político positivista. Como diz João Neves da Fontoura: "parecia menos um partido político do que uma escola filosófica, uma religião. Se quiserem, diminuindo-o: uma seita". (6)

Já nos Anais do Congresso Republicano de 1883 figura, na capa, o lema "*Ordem e Progresso*" e frases como esta: "Importa a cada cidadão colocar-se no ponto de vista relativo, único positivamente demonstrável do dever social, repelindo a orientação dada pelo dogma revolucionário, absoluto e metafísico do direito individual". (7)

Além de extremamente combativos, os fins dos castilhistas coincidiam com as aspirações do povo gaúcho, que, dessa forma, passou a participar de certos postulados do Positivismo atinentes à República e à Abolição. A "*Federação*" que, dirigida por Castilhos, se tornaria um jornal de imenso prestígio, foi, a partir de 1884, o arauto de tais idéias.

Ao autoritarismo inato dos chefes de clã pastoril já se quis atribuir a aceitação dos princípios positivistas no Rio Grande do Sul. Os propugnadores desses princípios seriam os herdeiros das

tradições de mando do homem de prol da campanha. “Nada menos exato — pondera Guilhermino César. Dos nomes citados, como figuras de relêvo na história do Positivismo rio-grandense, nem todos são originários da campanha: um é filho de Pernambuco, alguns nasceram e se criaram em Pôrto-Alegre, de boa árvore açoriana, católica até à superstição”. (8)

E, de fato, o princípio de autoridade que encarnaram, êles o beberam em fonte escrita e estrangeira, em Comte, Laffitte e Littré, quando se achavam em São Paulo, onde fizeram sua formação intelectual. Ao voltarem aos pagos, já pregavam o evangelho do “*Mestre dos Mestres*”, como, a Augusto Comte, chama Júlio de Castilhos.

Demétrio Ribeiro que, segundo informa Sacramento Blake, se bacharelou em ciências físicas e naturais pela Escola Central do Rio de Janeiro, lecionou ciências naturais na Escola Normal de Pôrto-Alegre e publicou um *Curso Elementar de Aritmética*, 1.<sup>a</sup> Parte, Pelotas, 1882; 2.<sup>a</sup> Parte, Pelotas, 1883. (9)

É mais um caso da atração que, sôbre os positivistas dessa quadra, exercia o ensino no Brasil.

De Demétrio e de sua atuação como Ministro do Govêrno Provisório e como constituinte, voltarei a tratar no capítulo consagrado ao *Positivismo e a República*.

## II

Castilhos scria a figura exponencial do movimento republicano no Rio Grande do Sul. Como salienta João Neves da Fontoura, “pertencia êle ao número dos que, na frase de Raul Pompéia, *“tinham as convicções ossificadas na espinha inflexível do caráter”*. Professava uma filosofia. Tratou de conquistar para ela o apoio da massa partidária”.

Guilhermino César — principal fonte na elaboração do presente capítulo — assim traça o perfil de Júlio de Castilhos:

“Tipo másculo e autoritário, inteligência admiravelmente bem dotada, polemista destro e persuasivo. A sua dialética de fundo positivista, colocou-a ao serviço, em primeiro lugar, da propaganda, e, após o Quinze de Novembro, do federalismo à *outrance*. Lutou com adversários poderosos, dialetas do naipe de Rui e Silveira Martins; na Constituição de 91, como no Govêrno do Estado, advogou ardentemente os princípios do govêrno forte. Inscreveu suas idéias na carta estadual, defendeu-as pela imprensa, e no govêrno rio-grandense defendeu-as também mobilizando as armas que tanto sangue derramaram em 93. Deve-lhe a República um grande serviço. Foi o mais decidido colaborador de Floriano. A glória do Consolidador não se escreverá jamais sem a menção do nome de Castilhos, dêle afastado a princípio, mas a quem prestou, com

raro destemor, inapreciável cooperação nos dias mais críticos e tormentosos. Os artigos de doutrina e polêmica que deu a lume n'*A Federação* traduzem algo de sólido, de orgânico, que os antagonismos políticos não suscitam habitualmente neste país. É incgável a formação filosófica de Castilhos. Ele próprio confessa que desde muito moço lera e assimilara refletidamente a obra de Comte. Os desvios doutrinários — e o ilustre rio-grandense os teve — resultaram de acomodações determinadas pela conveniência partidária, pela cautela em não acirrar os ânimos, já de si mesmos exaltados. É preciso convir em que a clareza e o logicismo de Castilhos deveram muito às suas leituras de moço, quando fêz da doutrina comtiana os alicerces sobre os quais viria construir a sua obra de pensador político". (10)

Da identificação de Júlio de Castilhos e seus companheiros de partido republicano com o Positivismo é prova eloqüente a profissão de fé, assinada por êle e Demétrio Ribeiro e publicada na *Federação*, sob o título "*Augusto Comte*", no dia do trigésimo aniversário da morte do filósofo ou seja 5 de setembro de 1887:

"Quando se estuda a obra de Augusto Comte com o cuidado que nos impõem os grandes assuntos, não se sabe o que mais admirar: se a grandeza do seu coração, se a vastidão do seu gênio.

"Grande exemplo é, para os tempos que correm, a vida abnegada do fundador da religião demonstrada.

"Ao lado das vicissitudes inerentes à atitude regeneradora por êle assumida, estavam as seduções de uma vida cômoda e facilmente acessível desde o momento em que o lutador quisesse especular utilizando as suas excepcionais aptidões.

"Mas entre a ignomínia e o sacrifício êle não sabia hesitar.

"Em lugar de repoltriar-se em uma das cadeiras do ensino acadêmico à custa do abandono de suas opiniões, o filósofo preferiu a condenação e a perseguição da ciência oficial, silenciosa conspiradora contra tudo o que pode ferir-lhe a ignorância e o orgulho.

"É que, às esplendorosas irradiações do gênio, ao calor do sentimento ardoroso, Augusto Comte ligava uma inquebrantável moralidade.

"Nestas linhas rapidamente traçadas, mas diretamente inspiradas pelo Positivismo, consagramos as nossas homenagens à memória do grande Mestre, o primeiro entre os pensadores modernos". (11)

Confirmou Castilhos em 1900 o seu entusiasmo positivista ao recusar-se de aceitar a sua indicação para Juiz da Mesa Administrativa da Devoção do Menino Deus. Da memorável carta que então escreveu ao secretário dessa Irmandade são característicos os seguintes passos:

"Eis o fundamento lógico da recusa do nobre encargo com que fui inesperadamente distinguido .. . . . . .

“No tocante à profunda reverência que consagro à fé católica, não pode ela ser licitamente inquinada de dubiedade, nem merecer qualquer suspeita fundada. Serve-lhe de corroboração sistemática e invulnerável o modesto conjunto da minha conduta pública, despreziosa e singela, mas moralmente íntegra e sempre coerente.

“Nem me fôra possível outra atitude. Basta-me consignar que ainda no alvorecer da minha adolescência, empreendi timidamente o estudo lento dos livros portentosos do Mestre dos Mestres — Augusto Comte, cujos inexcedíveis ensinamentos elucidando, cientificamente, a legitimidade histórica e a benemerência da religião católica, que, aliás, desde o berço nutria os sentimentos da minha infância, fizeram ressaltar com sabedoria genial, soberana justiça e imponente eloquência, a imensa grandeza moral da missão fecundante exercida na evolução humana pelo Catolicismo. Foi êste que consubstanciou a mais nobre, elevada e preciosa tentativa de uma religião universal, até a grande crise do século XVIII, segundo as conclusões estupendas daquele augusto filósofo que reuniu em si *“a sociabilidade de São Paulo ao gênio de Aristóteles”*, no dizer expressivo que bem condensa sua extraordinária existência.

“Não obstante a exaustão inevitável do teologismo, já percebida, há muitas dezenas de anos, pelo mais notável entre os pensadores católicos do seu tempo, o íntegro De Maistre, quando exclamava — *“Não há mais religião sobre a Terra, e o gênero humano não pode permanecer neste estado!”* — creio firmemente que não deve decrescer, um só instante, o sincero respeito tributado à Igreja Católica, atentos e lembrados os serviços imortais que a tornam credora legítima da perene gratidão humana.

“Quanto a mim, desperta e há de despertar homenagens profundas a gloriosa religião do poderoso São Paulo, do grandioso São Bernardo, do ardente São Francisco de Assis, do admirável Sto. Inácio de Loyola e de outros e outros inesquecíveis servidores do Catolicismo e da Humanidade”.

Nessa mesma carta frisava Júlio de Castilhos:

“Não há malquerença tacanha e deturpadora que logre fazer prevalecer a meu respeito a coima de irreligioso, ou que ouse reputar-me irreverente para com a Igreja Católica. Por saudável impulso orgânico e por educação laboriosa, pôsto que ainda exigua, sinto intransigente aversão à irreligiosidade, qualquer que seja a sua espécie, tanto a que se ostenta frívola e ridícula, como a que se recata nos meneios da hipocrisia precavida e deletéria. Conceber a sociedade sem religião é tão absurdo como julgá-la capaz de subsistir sem governo”.

Comentando estas palavras de Castilhos e considerando-as uma prova de sua adesão à Religião da Humanidade, escreve o Desembargador Florêncio de Abreu:

"Se Castilhos se declarava religioso e exalçava assim, em tão elevado grau, o sentimento de religiosidade e se, como tudo parece indicar, não era católico, que espécie de religião professava?" (12)

Outro documento importante das convicções positivistas de Castilhos é a carta que, em 1898, dirigiu ao Dr. Protásio Alves externando-se, a propósito da instalação da Escola de Medicina de Pôrto Alegre, sobre a liberdade do ensino como corolário inevitável da separação do poder espiritual relativamente ao temporal, e aconselhando à mocidade gaúcha a leitura das obras de Augusto Comte, nas quais encontraria "a emocionante conciliação do presente com o passado humano e a admirável continuidade do futuro". (13)

A propósito desta carta de Júlio de Castilhos, escreveu Miguel Lemos em sua "*Décima Oitava Circular Anual*":

".....recomendando o Sr. Castilhos à mocidade a leitura das obras de Augusto Comte, nenhuma referência fez aos trabalhos do nosso Apostolado e aos resultados obtidos pela nossa afanosa pregação de quase vinte anos. E entretanto *aquêles constituem a fonte donde o próprio Sr. Castilhos derivou a sua orientação positivista.* (Grifos desta transcrição) Tal omissão tem um duplo inconveniente, que nos parece grave: primeiro, remete o público para a leitura de obras que, salvo o *Catecismo*, não podem ser lidas senão por pessoas já convenientemente preparadas, desviando-o assim do meio mais fácil e próximo que oferece a nossa vulgarização da doutrina, — e, segundo, faz crer ao mesmo público uma coisa que não é exata, a saber — que a evolução política do próprio Sr. Castilhos é um produto da meditação direta das obras do nosso Mestre, o que importa silenciar um dos melhores resultados obtidos pela nossa propaganda, cujas conquistas cumpre assinalar, a fim de que tais demonstrações práticas movam as pessoas bem intencionadas a querer conhecer, pelo intermédio mais acessível, *que é o nosso, a doutrina regeneradora*". (Grifos desta transcrição)

Não cabia razão a Miguel Lemos em afirmar haverem sido as publicações do Apostolado a fonte donde derivara Júlio de Castilhos a sua orientação positivista.

E, na verdade, como vimos ao tratar do Positivismo em São Paulo, a adesão de Júlio de Castilhos à doutrina de Comte data pelo menos de 1879, quando cursava a Escola de Direito e lançou, na Paulicéia, o jornal *A Evolução*. E, em 1879, Miguel Lemos encontrava-se em França, de onde só regressou em 1.º de fevereiro de 1881, ano em que iniciou a sua propaganda sistemática no Rio de Janeiro.

Esse cunho absorvente, próprio do temperamento de Miguel Lemos, já o levava a dizer em junho de 1889, no opúsculo *Nossa*

*Iniciação no positivismo*, que a propaganda positivista fôra inaugurada no Brasil graças aos seus esforços.

Também a propósito das *Memórias* de José Bonifácio sobre os índios e sobre a escravidão, e que eram ambas muito conhecidas no Brasil antes de tê-las lido Miguel Lemos, pretendia êste reivindicar para si a glória de havê-las tirado do esquecimento, o que de nenhum modo procede. (14)

Para Júlio de Castilhos — no depoimento de Arthur Ferreira Filho em sua *História Geral do Rio Grande do Sul* — “a República era o regime da virtude. Sòmente os puros, os desambiciosos, os impregnados de espírito público deveriam exercer funções de governo. No seu conceito, a política jamais poderia constituir uma profissão ou um meio de vida, mas um meio de prestar serviços à coletividade, mesmo com prejuízo dos interesses individuais. Aquê-le que se servisse da política para seu bem estar pessoal, ou para aumentar sua fortuna, seria desde logo indigno de exercê-la. Em igual culpa, no conceito castilhista, incorreria o político que usasse das posições como se usasse de um bem de família, que fôsse lícito distribuir entre os parentes e os achegados. Como governante, Júlio de Castilhos imprimiu na administração rio-grandense um traço tão fundo de austeridade que, apesar de tudo, ainda não desapareceu”. (15)

Do entusiasmo despertado por Júlio de Castilhos na mocidade do Rio Grande, de que era, nas palavras de Borges de Medeiros “o nume tutelar”, é um testemunho expressivo o discurso de Getúlio Vargas, então com vinte anos, a propósito da morte do grande chefe político:

“Enquanto essas nações que se dizem grandes e civilizadas, que possuem exércitos colossais e esquadras gigantescas, transformam o gládio da Justiça em espada de Dâmocles pendente sobre a cabeça dos fracos; o Brasil, colosso generoso, ajoelha soluçando junto da tumba do condor altaneiro que pairava nos píncaros da glória.

“Júlio de Castilhos para o Rio Grande é um santo. É santo porque é puro, é puro porque é grande, é grande porque é sábio, é sábio porque, quando o Brasil inteiro se debate na noite trevosa da dúvida e da incerteza, quando outros Estados cobertos de andrajos, com as finanças desmanteladas, batem às portas da bancarrota, o Rio Grande é o timoneiro da Pátria, é o santelmo brilhante espargindo luz para o futuro.

“Tudo isso devemos ao cérebro genial dêsse homem.

“Os seus correligionários devem-lhe a orientação política. Os seus coetâneos o exemplo de perseverança na luta por um ideal; a mocidade deve-lhe o exemplo de pureza e honradez de caráter.

“Identificando-se com uma doutrina sã, soube melhor do que ninguém moldá-la aos costumes e às necessidades de seu povo”. (16)

Um índice da irradiação do Positivismo no Rio Grande, na década de 1880 a 1890, é a mensagem que a Diretoria do Clube Republicano de Caçapava enviou a Silva Jardim em 24 de fevereiro de 1889. Dela destaco os seguintes tópicos:

“Em nosso partido, que condensa em si a elite da nacionalidade brasileira, o patriotismo é comum a todo cidadão que, como qualquer de nós, tem a compleição assaz robusta para domar os instintos egoístas subordinando-os aos instintos elevados e nobres que caracterizam a humanidade . . . . .  
A nossa confiança em vós é *determinada*, acima do vosso talento aprimorado, acima do vosso patriotismo imaculado, acima da vossa atividade múltipla e assombrosa, *pela vossa orientação filosófica, única que consideramos capaz de guiar-nos com sua luz intensa a salvamento no mar tempestuoso da revolução que devemos breve atravessar, sem abalroarmos os escolhidos da metafísica negativa onde têm naufragado alguns nobres e patrióticos tentames dos nossos ilustres antepassados*”.

A Diretoria do Clube Republicano de Caçapava, que subcreveu a mensagem citada, era assim constituída: Presidente, Antônio Celso de Campos — Secretário, Antônio Osório Tôrres de Figueiredo — Vice-Presidente, Antônio Carlos Oleques — 1.º orador, João Rodrigues de Oliveira — 2.º orador, Joaquim Vicente Machado — Tesoureiro, Inocência Chaves Pinós. (17)

Eis como João Neves da Fontoura expõe a maneira pela qual Castilhos formulou, na Constituição do Rio Grande, a repartição dos poderes ou seja o equilíbrio entre a autoridade e a liberdade:

“Verdadeiro autor do projeto, que se converteu, pelo voto da Assembléa Estadual, na Constituição de 14 de julho de 1891, Castilhos nêle vazou a suma de suas convicções filosóficas. Inspirando-se nas lições de A. Comte, cujos princípios professava desde estudante, construiu uma fórmula inédita de repartição dos poderes e de equilíbrio entre a autoridade e a liberdade.

“Perdeu o sentido discutir hoje a sua conformidade com a Lei Magna de 1891 e outras do mesmo estilo, pois a Carta de 14 de julho deixou de vigorar após a revolução de 1930.

“Não tenho, porém, dúvida em reafirmar que, dentro dos padrões de sua era, aquêlê diploma jamais poderia ser apontado como expressão ditatorial, no baixo sentido caudilhesco. Se é verdade que o legislativo, a não ser em matéria orçamentária, não se concentrava na Assembléa dos Representantes, também não se achava enfeudado à Presidência do Estado, pois os projetos que ela apresentasse só se convertiam em lei depois do Referendum popular. Mais do que isso: a chave do poder fôra deferida às Câmaras Municipais. Desde que certo número delas se pronunciasse contrariamente a qualquer lei, esta seria derogada.

“Não estou recordando os textos, senão por alto. Ainda assim, fica evidente a presença do povo na construção legislativa do Estado.

“O Referendum é tão democrático como o que mais o fôr. Nem é preciso invocar o clássico exemplo suíço. Depois da última guerra, as Constituições da França — a da IV, como a da V República — o consagraram soberanamente .

“Mesmo a reeleição indefinida do Presidente do Estado não se fazia possível sem que êle obtivesse três quartas partes dos votos presentes às urnas, ao passo que, nos Estados Unidos, o chefe do Executivo federal pode ser reconduzido ao cargo por maioria simples”. (18)

Para se fazer justiça ao autoritarismo consagrado na Constituição de Júlio de Castilhos é preciso não esquecer as circunstâncias do momento histórico em que foi elaborada.

É o que salienta Dâmaso Rocha no artigo “*A outra face de Castilhos*”, publicado no “*Correio do Povo*”, de Pôrto Alegre, de 20 de julho de 1960:

“O que devemos ter presente é que coube a Júlio de Castilhos a dura tarefa de lançar, em sua província, os primeiros fundamentos da tão sonhada unidade federativa e a sua província, como as demais, ainda não estava preparada para o exercício das franquias constitucionais, num nascente regime que tinha na liberdade o seu esteio. Foi, precisamente, o bom uso dessa liberdade que mais o preocupou. O processo de adaptação não deveria ser dos mais fáceis. O Poder Moderador diluía-se nas câmaras legislativas, passando para os representantes do povo um arbítrio que era privativo da Coroa. Além disso, estava ainda viva a obstinada reação dos restauradores que, em breve, haveria de explodir em movimento armado. Graves ocorrências tumultuavam o Govêrno Provisório, desde a fenda aberta em nossa estrutura econômica, com a abolição da escravatura, um ano antes da queda do Império, até o “*encilhamerto*” que envolvia tôdas as classes sociais em aventuras temerárias. Era de se prever um funcionamento desajustado na nova forma do govêrno, que bem poderia comprometer o seu evento. Todo período de transição entre dois regimes políticos traz atritos inevitáveis, que não raro se prolongam numa sucessão de ocorrências imprevisíveis. A França, donde nos chegavam as matrizes dos movimentos libertários, advertia-nos com a instabilidade das suas instituições. Durante oitocentos anos cõnheceu um só regime, o absolutismo. Entretanto, no espaço de apenas um século, de cujo seio emergiu o nosso 15 de Novembro, teve dois Consulados, três Impérios, três Monarquias Constitucionais e três Repúblicas. Uma República que dura quatro anos, uma Monarquia onze meses e um Império cem dias. Os exemplos eram recentes demais para serem desprezados. Daí, sem dúvida, a adoção de algumas

soluções inspiradas no “*Sistema de Política Positiva*” de Comte, que dariam ao Executivo atribuições que bem poderiam ser ainda prematuras num Legislativo de inseguros prognósticos. O filósofo de Montpellier, em meio ao agitado século XIX, não visara a outro propósito diante de uma sociedade ameaçada de soçobrar na euforia de um liberalismo suicida. O autoritarismo de Castilhos, bem analisado, nos levará a uma razoável compreensão de seu comportamento, tanto sob o ponto de vista político como administrativo”.

Além do seu preâmbulo: “*Nós, representantes da sociedade rio-grandense, reunidos em Assembléia Constituinte para organizar o Estado do Rio Grande do Sul, decretamos e promulgamos, em nome da Família, da Pátria e da Humanidade a seguinte Constituição Política*”, merece ser destacado, na Constituição castilhista, o seu artigo 74 por envolver, como assinala o Desembargador Florêncio de Abreu, “um ponto relevante da doutrina comtiana, que é o da incorporação do proletariado à Sociedade moderna, a cuja margem se achava êle apenas acampado. A primeira manifestação legislativa, cremos, para a solução desse tormentoso problema social de nossos dias, foi, dentro do âmbito competencial do Estado, a Carta sul-riograndense em seu artigo 74, suprimindo quaisquer distinções entre funcionários públicos do quadro e simples jornalheiros, para estender a êstes as vantagens de que gozavam aquêles. Concedia-se, por exemplo, a aposentadoria aos trabalhadores ao serviço do Estado, mesmo que simples diárias percebessem”. (19)

Tratava-se, segundo observa Dario de Bittencourt, “de medida indistinctamente revolucionária para a época, quando o Brasil havia pouco saído do regime de trabalho servil e havia arraigado preconceito e prevenção contra o trabalho manual, cujo prejuízo imprestabilizava quase tôda a população livre dos centros urbanos, pois, para o espírito retrógrado, obscurantista e tacanho da época — “*trabalho era estigma de senzala*”.....

“Cronologicamente terá sido a Constituição do Rio Grande do Sul, de 14 de julho de 1891, a primeira, no nôvo mundo, a inserir normas em defesa do trabalhador.

“Sômente mais de um quarto de século depois, mais precisamente a 31 de janeiro de 1917, foi que o México deu guarida, em sua constituição, a dispositivos em defesa do trabalho obreiro, e, pois, meses antes da implantação do regime soviético na Rússia, e com prioridade sôbre a constituição alemã de Weimar, datada de 11 de agosto de 1919.

“No Brasil, só em 1934, foi que uma constituição federal, pela vez primeira, incluiu tal espécie de regras — quinze anos depois do fim da primeira conflagração mundial.

“Face ao art. 74 da Carta de 14 de julho, os trabalhadores ao serviço do Estado do Rio Grande do Sul passaram a gozar,

desde logo, do benefício da aposentação, em caso de invalidez; posteriormente, enquanto vigorou a mesma Carta política, a faixa de benefícios aos obreiros foi, paralela e sucessivamente, se ampliando, à medida que melhorava, gradativamente, a situação dos funcionários públicos, tendo menção especial no decreto n. 2.432, de 14 de julho de 1919, que “consolidou as disposições regulamentares, acêrca dos funcionários públicos”. (20)

Dignas de registro são as considerações de Castilhos alertando o Govêrno sôbre as medidas que deveriam ser tomadas ao ser abolido o regime escravo, “*regulando de tal forma a nova situação dos libertos em face dos chefes agrícolas que, sem prejuízo dêstes, não pudesse perigar a liberdade daquêles*”.

Eis, de fato, o que escrevia em 4 de outubro de 1887, sete meses antes do 13 de maio, em artigo da “*Federação*” intitulado “*Organizemos a vitória*”:

“*Libertar os escravos — é arrancá-los à exploração secular de que tem sido vítima a raça oprimida, que lançou, com o seu suor e seu sangue, os primeiros fundamentos da nacionalidade brasileira.*”

“*O problema é complexo, dissêmo-lo; e, ao vir tomar parte na comunhão brasileira a grande massa de libertos, faz-se mister cercá-los de cuidadas garantias, a fim de que a liberdade consagrada na lei não continue a ser iludida pela opressão sistematizada dos chefes práticos da indústria.*”

“*O grande perigo nesta questão não está em que se prolongue o regime de exploração do trabalhador.*”

“*De um lado, a situação do proletariado liberto em face das novas relações que o vão ligar à comunhão; de outro, a organização da indústria sob novas bases, de harmonia com a sua destinação social, reclamam daquêles a quem incumbe a futura reorganização da nossa pátria a mais profunda meditação.*”

“*Ao legislador cumpre, pois, regular por tal forma a nova situação dos libertos em face dos chefes agrícolas, que, sem prejuízo dêstes, não possa perigar a liberdade dos primeiros*”.

A peito descoberto, numa atitude retilínea, vinha Castilhos, desde os bancos acadêmicos propugnando pelas causas liberais — a abolição e a república. Havia, pois, de inspirar na mocidade do tempo confiança e entusiasmo, como se vê do seguinte comentário de Euclides da Cunha em artigo no “*Estado de São Paulo*”, de 22 de junho de 1892:

“*A vitória de Júlio de Castilhos, vitória que com a maior sinceridade aplaudimos, é uma sólida garantia da paz. É preciso que não se envolva, em paralelos criminosos, o môço ilustre que é a mais alta esperança do Rio Grande, e que é verdadeiramente um forte — na triste série de governadores depostos, frágeis e sem ideais.*”

“Para qualquer, rudimentarmente conhecedor da política do Sul, a sua vitória exprime, sobretudo, a derrota de um partido que, nas condições atuais de nosso país, pode ser considerado o inimigo comum — o gasparismo. Sob este ponto de vista, o advento dos castilhistas é o maior benefício que se poderia fazer às instituições republicanas, levantando-as, vitoriosas, no mesmo lugar em que parece terem-se asilado os últimos restos de esperança na restauração monárquica. Tão compenetrado disto parece estar o governo que, tendo no Rio Grande a metade do exército, e podendo, sem violar a Constituição, que prevê o caso de agitações nos Estados, intervir — guarda a mais inteira, a mais completa neutralidade, não perturbando pelas armas a marcha triunfal das idéias republicanas naquele Estado”. (21)

Vejamos agora como Borges de Medeiros, com a autoridade de quem o acompanhou de perto e foi o continuador de sua obra, caracterizou a atuação política de Júlio de Castilhos na Mensagem que, como Presidente do Rio Grande do Sul, enviou à Assembléa dos Representantes em 1904:

“Durante mais de um lustro, que decorre de 1883 a 1889, foi êle o evangelizador inexcusável, cuja palavra inspirada acendia a fé nos corações, alentava os tíbios, despertava os indiferentes e confundia os dominadores.

“Sob as irradiações de seu peregrino talento e inigualável civismo, a límpida corrente republicana avassalou os espíritos e aliu o artificioso prestígio da instituição monárquica e dos seus mais notáveis servidores.

“Ninguém melhor compreendeu, nem com mais perseverança exerceu a doutrinação republicana.

“Dotado de rara e segura intuição política, previu o movimento que deveria trazer o próximo advento da República.

“Instituído o nôvo regime, é então que a sua capacidade construtora se revela em tôda a pujança admirável.

“Subordinado a uma doutrina orgânica, foi em tudo a encarnação do verdadeiro estadista, para quem a ordem não é a retrogradação e o progresso a anarquia.

“Intérprete autorizado das aspirações rio-grandenses, mediante expressiva e espontânea delegação de seus confrades políticos, propugnou com máscula eloquência na Constituinte Nacional um conjunto de idéias e princípios, que tendiam a assentar a República sobre as genuínas bases do presidencialismo e da federação.

“Nem tôdas as soluções propostas obtiveram a anuência da vasta Assembléa que se agitava ao embate de opiniões heterogêneas. Muito, entretanto, concorreu, para corrigir as imperfeições mais salientes do projeto constitucional, a sua influência que se revelava nos mais ardentes e elevados debates.

"Foi, porém, na organização do Estado rio-grandense que a sua potente individualidade se refletiu em traços vigorosos e indeléveis.

"A Constituição de 14 de julho de 1891 é a sua obra prima e a criação original de sua mentalidade superior.

"Locke, apresentando em 1669 um projeto de Constituição para a Carolina do Norte, suscitou a geral admiração a ponto de considerar-se o seu trabalho como o "*grande modelo*" em que deveriam vaziar-se todos os governos.

"Entretanto, quando teve de ser executada, semelhante Constituição encontrou vitoriosa resistência, que não lhe permitiu senão uma existência efêmera.

"É que o célebre filósofo havia esquecido a condição, as necessidades e tendências do povo para quem legislava, fazendo apenas obra subjetiva e engenhosa, mas sem atenção ao meio a que tinha de aplicar-se.

"Júlio de Castilhos, porém, ideando a organização de sua Pátria sob moldes novos e singulares, foi filósofo na profundidade da concepção e político na sua justa adaptação ao Estado social.

"Há quem pense e afirme que o estatuto rio-grandense é uma obra caprichosa da vontade, sem raízes históricas e sem condições de vitalidade duradoura.

"É necessário não esquecer que a mesma crítica superficial malsinara a princípio a Constituição dos Estados Unidos, que, na frase conceituosa de Gladstone, "é a obra mais admirável que haja sido criada, em dado momento, pelo gênio e vontade do homem, do mesmo modo que a Constituição inglesa é o organismo mais sutil que haja saído gradativamente dos fatos históricos".

"Hoje ninguém mais ousa considerar a Constituição Americana obra exótica da Convenção de Filadélfia.

"Assim também a Constituição rio-grandense, que consagra o perfeito equilíbrio entre a autoridade e a liberdade, é um monumento destinado a perpetuar-se e que recomendará eternamente o nome de seu autor à gratidão dos coevos e ao respeito dos pósteros.

"Saibamos constantemente honrar a sua excelsa memória, zelando o opulento patrimônio político que dêle recebemos em hora angustiada de nossa história".

Positivista, como Castilhos, desde os bancos acadêmicos, foi Borges de Medeiros um dos primeiros desembargadores do Superior Tribunal do Rio Grande, sendo para êle nomeado em 31 de dezembro de 1892.

Em 1895, Castilhos convocou-o para exercer a chefia de polícia, pôsto chave, cercado de perigos, e por isso, impossível de ser recusado sem desdouro, dada a situação inquieta em que vivia

a Nação, perturbada por lutas exasperantes — nota João Neves da Fontoura.

Já quando sobreviera a revolução de 93, o propagandista Borges de Medeiros não faltara ao apêlo das armas, e, deixando as funções de desembargador, "sem espetaculosidade, sem bordados de general, em comissão, cosidos às vêzes em punhos de homens de segunda ordem, modesto tenente-coronel, lá foi êle para a frente, chapelão desabado, sob a chuva ou o minuano, com fita branca em que se podia ler: "*Tudo pela República*". Aquêlo o dístico da legalidade. A república prosseguia como a deusa sentimental dos homens que a tinham pregado, espalhado, proclamado e agora a defendiam nos campos da contenda civil". (22)

Sucessor de Castilhos no govêrno em 25 de janeiro de 1898, depois de consolidada a República pela jugulação da revolução federalista, Borges de Medeiros, apesar do depauperamento econômico do Estado conseqüente de vários anos de tropelias revolucionárias, "promoveu eficazmente o bem público, que nêle encontrou sempre mais do que um político, a vocação de um sacerdote". (23)

Embora Nunes Nogueira, Prefeito de São Francisco de Assis, que enviava mensagens à Câmara Municipal recheadas de citações de Comte e de Clotilde de Vaux, haja formulado contra Borges de Medeiros a acusação de estar "lafitizando" a obra de Júlio de Castilhos, a verdade é que, salienta João Neves da Fontoura, a *linha verde* não foi quebrada e "*A Federação*" prosseguiu em sua trajetória doutrinária. (24)

É o que se vê, por exemplo, a propósito da completa liberdade profissional, dogma positivista que Borges de Medeiros manteve irrestritamente no longo período em que governou o Estado.

O artigo 71, § 5.º da Constituição do Rio Grande, elaborada por Júlio de Castilhos, estabelecia: "Não são admitidos no serviço do Estado os privilégios de diplomas escolásticos ou acadêmicos, quaisquer que sejam, sendo livre no seu território o exercício de tôdas as profissões, de ordem moral, intelectual e industrial".

Por fôrça dêste dispositivo, desde que se registrasse na Diretoria de Higiene, qualquer pessoa poderia, no Rio Grande, exercer a medicina, o que motivou no Estado e fora dêle, permanente luta entre a classe médica e o govêrno de Borges de Medeiros, suscitando seguidamente apaixonadas polêmicas entre a *Federação* e outros órgãos da imprensa.

Ainda em 1926 repercutiria essa luta no Congresso Médico Brasileiro realizado em Pôrto Alegre e de que participaram Miguel Couto e Fernando Magalhães. (25)

Em muitos outros pontos manteve-se Borges de Medeiros fiel à "*linha verde*". Em artigo sôbre o orçamento, escrito em 1818, dizia Comte:

“Há, na ordem política, alguma coisa mais importante do que a divisão dos poderes: é a composição do orçamento. É aí que reside o grande problema social, porquanto, nos povos modernos, a questão capital da sociedade é o impôsto”. (26)

Pois bem: em discurso proferido em 19 de maio de 1916, arremando-se no Mestre, assim se exprimia Borges de Medeiros:

“A lei financeira é tudo, porque sem ela o govêrno terá de oscilar fatalmente entre a revolução e o despotismo. Augusto Comte não trepidou em afirmar que a composição do orçamento e a votação do impôsto envolvem uma questão capital para a sociedade e mais importante que a própria controvérsia sôbre as formas de govêrno. Essa concepção parece que foi também partilhada pelos constituintes do Estado quando instituíram a Assembléia dos Representantes com a função única e privativa de votar e decretar o orçamento público. Os representantes do povo, adstritos então ao exame sômente do que interessar ao orçamento, podem com amplitude e madureza, resolver como melhor convir ao bem público. Na prática se observa que o nosso orçamento é sempre uma obra relativamente verdadeira, perfeita, em que não entram ficções nem artificios quaisquer”. (27)

Como se sabe, desde os seus primeiros escritos insurgiu-se Comte contra o *laissez faire, laissez passer* da economia liberal, e se apresentou, com grande escândalo de seus contemporâneos, francamente favorável à ação *intervencionista* do Estado no campo econômico. (28)

Fiel a essa orientação, escrevia Borges de Medeiros:

“A administração directa de alguns serviços industriais, quando de utilidade pública, obteve entre nós a consagração vitoriosa dos fatos e o assentimento geral. É a municipalização, quando se trata de serviços urbanos, como os de água, esgotos, luz, energia eléctrica etc.; é a socialização quando os serviços são de interesse estadual. Presidindo o livre jôgo das forças económicas, compete ao Estado exercer uma ação reguladora, na medida das necessidades indicadas pelo bem público. Deriva-se dessa concepção o princípio que aconselha a subtrair da exploração particular, privilegiada, tudo quanto se relaciona com o interesse da colectividade: é a socialização dos serviços públicos servindo essa designação genérica para exprimir que a administração de tais serviços deve estar a cargo exclusivamente do poder público”. (29)

À medida que o período da primeira guerra mundial se dilatava, provocando o aumento do custo de vida e movimentos grevistas — comenta o Professor Tocary Bastos — “Borges de Medeiros não teve dúvida em intervir no comércio exportador de gêneros alimentícios — o que para a época era inqualificável”. (30)

Eis, realmente, as próprias palavras de Borges de Medeiros:

“Desde o comêço da guerra, prevendo o curso dêsses acontecimentos, não hesitei em restringir prudentemente a exportação de um dos gêneros de maior consumo, o feijão preto, que tendia a escoar-se desmedidamente e a encarecer na mesma proporção. Por ocasião da greve nesta capital, verifiquei a necessidade imediata de suspender a exportação de trigo e fiscalizar a exportação e o consumo de outros gêneros alimentícios de modo a ficar habilitado a prover com segurança sempre que fôr mister. A par dessas medidas aumentei os salários dos proletários ao serviço do Estado e por uma ação harmoniosa e solidária com o govêrno municipal e com o comércio e indústrias, nesses e noutros pontos, restabeleceu-se a tranqüillidade geral e uma satisfatória situação para as classes trabalhadoras. Encarando assim o grave problema e adotando resolutamente as soluções indicadas, segui os exemplos de muitos países bem organizados e obedeci ao influxo da sã política republicana baseada na moral positiva. À luz dos ensinamentos de Augusto Comte, cumpre afinal promover definitivamente a incorporação do proletariado na sociedade moderna e considerar o salário como a equivalência da subsistência, e não como recompensa do trabalho humano, que não comporta nem exige nenhum pagamento pròpriamente dito, mas o reconhecimento devido”. (31)

Enfermando no decorrer do terceiro período de sua gestão no Rio Grande do Sul, passou Borges de Medeiros, em 3 de julho de 1915, o govêrno ao Vice Presidente General Salvador Ayres Pinheiro Machado.

Enquanto seu organismo se refazia, releu e repensou Augusto Comte. E, regressando a Pôrto Alegre em 19 de maio de 1916, recebeu estrondosa manifestação popular, à qual respondeu com importante discurso, onde assim reafirmou sua profissão de fé positivista:

“O Brasil atravessa uma crise profunda que abrange a complexidade dos fenômenos de ordem moral, intelectual e material. È em vão que tenta a sua debelação pelo emprêgo exclusivo de remédios políticos (...) Não existe uma doutrina universal; não existe uma moral positiva, generalizada; e a moral teológica, exausta e decrépita, luta debalde pela reconquista de sua influência fatalmente perdida. Inspiram as classes dirigentes doutrinas metafísicas, incongruentes e eivadas de preconceitos revolucionários (...) Urge, pois, substituir a metafísica pela ciência social positiva, pela sociologia fundada por A. Comte — única que pode iluminar e guiar a verdadeira arte política. As sociedades não podem subsistir indefinidamente sob o jugo de vontades arbitrárias ou sob o império de paixões e sentimentos desordenados”.

Mais adiante, disse o ilustre riograndense que a missão fundamental do positivismo é a de generalizar a ciência, sistematizando a arte social. E acrescentou:

“Esse supremo ideal será o fruto da educação positiva que, sistematizando todos os conhecimentos humanos, tem por princípio fundamental a supremacia da moral sôbre a ciência, do sentimento sôbre a razão, da sociabilidade sôbre a inteligência. Relevai-me esta rápida digressão filosófica, de que não podia prescindir, porque só nos ensinamentos do incomparável filósofo de Montpellier vamos encontrar soluções definitivas e adequadas aos tormentosos problemas que agitam a civilização moderna. Só a educação positiva poderá curar o ceticismo, que domina as classes superiores, e o indiferentismo ou a revolta que caracterizam as classes inferiores”. (32)

Emitindo juízo sôbre a obra política e administrativa de Borges de Medeiros, escreve João Neves da Fontoura:

“Não constitui fácil tarefa apreciar, mesmo em breve ementa, a vida pública do grande homem, que encheu o Rio Grande com o máximo de obras e serviços, compatíveis com as deficiências orçamentárias e o progresso da época. Naquele tempo, o Banco do Brasil não começara ainda a abrir os créditos quase ilimitados, com que a Presidência da República passou mais tarde a distribuir as graças, empréstimos e auxílios pelos Estados, os quais, ganhando em recursos pecuniários, só têm perdido em autonomia, a ponto de poder dizer-se, sem dramaticidade, que a federação jaz, a sete chaves, nos cofres da rua 1.º de Março.

“Acima do que deixou — e foi imenso! — a característica dos governos do Sr. Borges de Medeiros residiu principalmente no sentido moral, com que administrou o Rio Grande, onde criou e manteve um padrão de decência, de limpeza, de retidão, de autêntica moral política. Naquela terra, em que os homens e os partidos se confrontam a peito descoberto, havia locuções desconhecidas, como, por exemplo, “*advocacia administrativa*”. Nunca, nas tremendas polêmicas jornalísticas ou tribuniárias, que se travaram entre homens da situação e oposicionistas, se viu um dos últimos acusar o adversário de pleitear, por dinheiro, interesses de outrem perante o poder público”. (33)

Apesar de polarizadas as suas posições políticas, tendo sido a sua orientação financeira tenazmente combatida pelos constituintes positivistas, principalmente rio-grandenses, não deixou Rui Barbosa de reconhecer o alto valor moral e jurídico de Borges de Medeiros, declarando no Senado, ao impugnar a nomeação de um gaúcho para ministro do Supremo Tribunal Federal:

“Se eu visse chamado para aquêlê cargo um dos homens que, do modo mais característico e solene, representa a política do Rio Grande; se eu visse chamado para aquêlê cargo o sr. Borges de Medeiros, apesar de suas extremadas opiniões políticas, eu não lhe recusaria as condições constitucionais, nem de notável saber, nem de notável reputação, porque, nomeada s. excia., diante dela

eu pleitearia os casos mais delicados e importantes, sem que pelo meu espírito passasse a suspeita de que a justiça pudesse ser sacrificada por um voto que obedecesse a interesse de qualquer". (34)

### III

Em Bagé, a partir de 1890, os Drs. Domingos Pinto Figueiredo de Mascarenhas, Veríssimo Dias de Castro, Capitão João A. de Oliveira Valle, Capitão Maurício Antônio de Lemos, Vicente Lucas de Lima e J. Lucas de Lima constituíram um núcleo positivista que promoveu a publicação de vários opúsculos, como, entre outros, "*O Sr. Gaspar Martins e a Bandeira Nacional*", "*Carta ao Dr. Romaguera Corrêa, deputado estadual sôbre a separação dos poderes temporal e espiritual*".

A Escola de Engenharia de Pôrto Alegre, fundada em 1896 pelo positivista, discípulo de Benjamin Constant, João Simplicio Alves de Carvalho, em colaboração com quatro outros positivistas — Gregório de Paiva Meira, João Vespúcio de Abreu e Silva, Lino Carneiro da Fontoura e Juvenal Octaviano Miller, foi, durante muitos anos, um foco de irradiação dos ensinamentos científicos e filosóficos de Comte.

Em 1899, Dinarte Ribeiro, irmão de Demétrio, publicou, em Pôrto Alegre, uma tradução dos "*Opúsculos de Filosofia Social*" de Augusto Comte, precedida de esplêndido prefácio onde historia a difusão do Positivismo no mundo, e, especialmente, no Brasil. (35)

Ainda em 1899, ajudado pelo Dr. João Luís de Faria Santos, pelo General Osório de Azambuja Cidade e pelos Drs. Arthur Homem de Carvalho e Carlos Tôres Gonçalves, o Dr. Joaquim José Felizardo Júnior funda, em Pôrto Alegre, um Centro Positivista, ao qual se ligaram, entre outros, os Drs. Protásio Vargas, João Leivas de Carvalho e o capitão de engenheiros Antônio Pereira Prestes, pai de Luís Carlos Prestes.

Lastimando o falecimento deste último, em sua *Circular* de 1908, assim se exprime Teixeira Mendes:

"Transformação — O ano que findou ficou dolorosamente assinalado para a nossa Igreja. Em 12 de Moisés (Domingo, 12 de janeiro), faleceu após longos padecimentos, o nosso correligionário, capitão de engenheiros Antônio Pereira Prestes. Na *Notícia da propaganda positivista no Estado do Rio Grande do Sul*, relativa ao ano passado, o nosso confrade Carlos Tôres Gonçalves dá as seguintes informações sôbre a sua rápida existência:

... "O nosso malogrado correligionário era filho deste Estado, tendo nascido nesta cidade, a 21 de agosto de 1869, e casado com a Exma. Sra. D. Leocádia Felizardo Prestes, digna irmã do nosso saudoso confrade Felizardo Júnior, tendo deixado três filhinhos.

“Desde muitos anos aceitara êle o Positivismo, por cujos progressos neste Estado se interessou sempre. Durante uma ausência do nosso inolvidável confrade Felizardo Júnior, nos anos de 1897 e 1898, foi êle quem ficou encarregado do depósito das publicações da propaganda. E ainda no dia 24 de Gutenberg de 113 (5 de Setembro de 1901) havia sido êle o órgão dos positivistas desta cidade, na solenidade com que foi comemorado, nesse dia, o 44.º aniversário do falecimento do nosso Mestre”. (36)

O engenheiro Carlos Tôres Gonçalves, membro da Igreja Positivista do Brasil e amigo de Borges de Medeiros, desempenhou durante vários anos o cargo de Diretor de Terras e Colonização da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul.

Nesse cargo orientou, com o apoio de Borges de Medeiros, a questão da imigração no Rio Grande. Em 1925, respondendo a uma consulta da Sociedade Nacional de Agricultura, assim se manifestou o Dr. Tôres Gonçalves, aplicando à matéria os princípios sociológicos de Augusto Comte:

“Os diversos itens formulados na consulta interessam, todos, no fundo, ao problema da fusão das raças, assunto extremamente delicado e complexo.

“E assim é que, antes de darmos o nosso parecer sôbre cada um, vamos começar, para maior concisão e clareza das respostas, por examinar êsse problema da fusão.

“Para isso, cumpre preliminarmente, ponderar que, desde especialmente a unificação objetiva, isto é, geográfica, do Planeta, por Colombo, evolue a Terra para uma grande unidade, a todos os respeitois (salvo naturalmente as nuances locais que sempre existirão): unidade moral, unidade política (de princípios, não territorial), de língua, de moeda, etc.

“Essa tendência espontânea pode e deve ser ajudada pela vontade e a ação dos homens.

“A dificuldade está em se praticar isso convenientemente, como o comprovam os lamentáveis exemplos do passado e ainda da atualidade, nas levas de pretos arrancados violentamente da África e transportados para a nossa e outras pátrias, e nas levas de imigrantes japoneses que estão sendo instalados no Estado de São Paulo.

“Conquanto essas tentativas concorram para a fusão dos povos e raças, entretanto, o fazem de maneira tumultuária, por vêzes, dolorosíssima, e até suscitando novos graves problemas futuros, como é o dos pretos nos Estados Unidos do Norte.

“Êsse último caso é característico, porque, ali, o problema biológico da fusão se acha complicado, perturbado, pelos preconceitos de raça. Conforme assinalava o ex-Presidente Teodoro Roosevelt, dos Estados Unidos do Norte, quando em visita, há poucos anos, entre nós, ao passo que o Brasil já resolveu essencialmente a fusão da raça preta na branca, na sua Pátria êsse pro-

blema continua de pé e apresentando a perspectiva de lutas fratricidas.

"Mas se conseguimos êsse resultado, que atenua, no Brasil, a falta comctida com a escravidão dos pretos, é isso devido aos menores preconceitos de raça dos portugûeses, à sua maior humildade, maior afetividade.

"E essas circunstâncias precisam ser recordadas, pois confirmam elas o seguinte ensinamento: que na fusão de seres humanos é preciso considerar as afinidades sociais, isto é, as que se resumem em um estado essencialmente equivalente de civilização.

"Por exemplo, para nós no Brasil, não seria a mesma cousa a admissão no País, suponha-se de mais de um milhão de portugûeses, que constituem o fundo da nossa nacionalidade, ou de um milhão de chineses, ou outros estrangeiros em análogas condições para conosco.

"De sorte, que, se não se pode, em princípio, deixar de admitir a imigração, seja de que nacionalidade fôr, entretanto, tudo sendo relativo, na prática, cumpre cada país examinar, segundo as suas circunstâncias, a procedência dos elementos novos da população estrangeira que tenha de receber, a proporção dêesses elementos, as condições em que os deve instalar, etc. E deve ficar subordinado tudo isso à condição fundamental da possibilidade de assimilação dos elementos estrangeiros que entram pela população que os recebe. Se para nossa Pátria se quisesse encaminhar correntes de imigrantes pretos, africanos, deveríamos impedi-lo por todos os meios, não obstante tratar-se da raça afetiva por excelência. E, se fôsse de pretos dos Estados Unidos do Norte, com mais forte razão, pois suas boas qualidades intrínsecas se acham ali alteradas em consequência dos contatos com os brancos, análogamente ao que acontece, entre nós, com os indígenas, cujas boas qualidades são mais facilmente conservadas e apreciadas entre os que não têm sofrido a influência perturbadora dos ocidentais.

"A hipótese da introdução de pretos dos Estados Unidos do Norte, a figuramos intencionalmente, pois já se tem pensado nisso, naquele país". (37)

Mais adiante, com grande senso realístico, discorria:

"Como sinal de quanto é delicado e complexo o assunto, reflita-se que o que representa virtude dos imigrantes — as disposições à conservação da nacionalidade, da língua, das tradições, etc., e tanto mais quanto mais agarrados a elas, — entretanto, socialmente, para os países de entrada, representa sérios inconvenientes.

"E o êrro grave da introdução de grandes massas estrangeiras, em qualquer país, é ainda agravado quando são elas instaladas em grandes agrupamentos, por nacionalidades. Entretanto, a tendência dos imigrantes para êsses agrupamentos é, por motivos óbvios,

explicável e até louvável, no ponto de vista dêles, porém, inconveniente para os países de entrada” .....

“Em princípio não se pode ser contrário a nenhuma imigração. Em qualquer caso, pelo que já dissemos, deve ser ela muito limitada e tanto mais quanto mais afastados (biológica e socialmente) estejam de nós os imigrantes que nos procuram”. (38)

Neste assunto o engenheiro Tôres Gonçalves revelou que não tinha aquêlo “*secreto horror à nossa realidade nacional*”, vislumbrado por Sérgio Buarque de Holanda, de um modo geral, nos positivistas brasileiros. (39) O seu parecer, aprovado por Borges de Medeiros, então Presidente do Estado, foi publicado na “*Federação*” de 20 de abril e 23 de maio de 1925.

Entretanto, não deixou o Positivismo de encontrar opositores no Rio Grande. Reagindo contra a sua influência — registra o Desembargador Florêncio de Abreu — “tornou-se um dos evangelizadores do spencerismo o jovem Alcides Maya que fazia conferências nas “*repúblicas*” de estudantes, onde houvesse sala espaçosa, sem jamais ter êle, contudo, deixado de manifestar em tôda sua vida seu alto aprêço pelo filósofo de Montpellier, como se verifica, por exemplo, de seu livro sôbre o *humour* de Machado de Assis, em que confessa ter-se inspirado para elaborá-lo em Comte, a quem trata de “*gênio profundo*”. (40)

Alarmado com a extraordinária infiltração positivista no estado sulino mandou o clero buscar, para impugná-lo, o grande orador Padre Júlio Maria. Êste, do púlpito da catedral de Pôrto Alegre, combateu o positivismo e os novos sistemas filosóficos — o spencerismo, o transformismo de Darwin e as doutrinas materialistas de Büchner e Haeckel.

Alguns dêsses sermões foram assistidos por Júlio de Castilhos, “de pé, cercado de seu estado maior político. Por sua vez, o sábio jesuíta Lock publicava o seu “*Vade Mecum filosófico*”, tentando conquistar a alma daquela nova geração que parecia para sempre perdida para a Igreja. Foi, sem dúvida, uma geração que teria tido, como talvez poucas no país, tão sólida orientação filosófica”. (41)

E, de fato, refere-se João Neves da Fontoura, em suas *Memórias*, a numerosos jovens de seu tempo versados no Positivismo, e cita, entre êles, Pedro Moacyr, que, apesar de não ser castilhista, “lera de uma assentada os principais livros de Augusto Comte, e discutia a Filosofia Positiva com os doutos”. (42)

Tamanha foi a influência positivista no Rio Grande que se refletiu até no folclore, conforme se vê da seguinte quadrinha, surgida nos arraiais da oposição, que assim descrevia uma hipotética bandeira castilhista:

*"Nuvens negras no horizonte,  
O céu cortado de um corisco,  
O busto de Augusto Comte,  
A faca de João Francisco"...*

O João Francisco da quadrinha — esclarece o Desembargador Florêncio de Abreu — "é o coronel João Francisco Pereira de Souza, a quem os inimigos atribuíram fatos despidiosos, mas em verdade homem de proverbial bravura, devotado à causa republicana e aos seus chefes Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Fôra, com Pinheiro Machado, com os generais Hipólito Ribeiro, Francisco Rodrigues Lima e Manuel Vargas, com Aparício Mariense, Fernandes Lima e outros, signatário do compromisso firmado a 13 de março de 1892 na cidade argentina de Caseros, jurando libertar o govêrno das mãos do adversário. (O documento dizia que "*pela liberdade saberiam vencer ou morrer*". (43)

Dignos de nota, no Rio Grande, por estarem fortemente imbuídos das doutrinas de Comte, são os livros do deputado federal Alfredo Varela: "*A Constituição Rio Grandense*" que saiu em 1895, sob a forma de artigos, em "*A Federação*," e "*Direito Constitucional Brasileiro*", grande volume de 539 páginas cuja segunda edição foi, em 1902, publicada pela Livraria Garnier.

Alfredo Varela, depois do episódio íntimo a que se refere Luís Edmundo em "*O Rio de Janeiro de meu tempo*" (44), tomou-se de séria irritação contra o positivismo, cujos postulados morais se lhe tornaram insuportáveis. Essa irritação, ou melhor, renegação de seus princípios positivistas, e sua revolta contra Júlio de Castilhos e demais próceres do Partido Republicano do Rio Grande, é transparente em seus trabalhos posteriores, como *Res Avita, Rememranças, Tempos Idos e Vividos*.

Merecem ainda menção, a propósito do Positivismo no Rio Grande do Sul, os *Comentários à Constituição Política do Rio Grande*" da lavra de Joaquim Luís Osório" (45), o livro de Monte Arraes: "*Instituições Políticas do Rio Grande do Sul*" (46), e a "*História Constitucional do Rio Grande do Sul*" de autoria do Dr. Victor Russomano. (47)

#### IV

☉ General Manuel Vargas, grande amigo de Júlio de Castilhos, e seus filhos Protásio e Viriato, sempre se disseram positivistas, e, durante muito tempo, foram subscritores do subsídio da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil.

Getúlio Vargas, ligado ao castilhismo desde a juventude, sustentou abertamente os seus postulados, na Câmara Federal, quando,

em 1925, se debateram as emendas constitucionais propostas pelo presidente Arthur Bernardes.

Era então Getúlio Vargas o líder da bancada gaúcha, e, respondendo, na sessão de 8 de dezembro de 1925, a Pinto da Rocha, depois de lembrar que êste também "*levava oblatas ao altar de Clotilde de Vaux*", assim se externou sôbre a acusação de ser atéia a Constituição do Rio Grande:

"Deus é uma pura abstração mental com diferentes nomes, mas revestida da mesma significação . . . . .

"Tenhamos mais em conta a realidade, a solução dos grandes problemas da vida nacional e não nos aferremos demasiado ao sonoro verbalismo dessas expressões — Deus, liberdade, democracia, povo.

"Nos períodos de exaltação e de luta não é raro vermos a democracia matando em nome da liberdade e a fé religiosa trucidando em nome de Deus". (48)

Já a "*O País*", de 29 de agosto de 1925, concedera Getúlio Vargas a seguinte entrevista, tipicamente positivista:

"A introdução do ensino religioso como postulado constitucional, embora sob a forma facultativa, pode acarretar inconvenientes conforme o critério do intérprete na sua aplicação; acender lutas religiosas e determinar complicações judiciárias.

"O Estado tendo como funções principais, mas não exclusivas, a manutenção da ordem e a distribuição da justiça, não deve ter preferências em matéria religiosa, porque seria uma indébita intervenção no domínio da consciência individual.

"Delimitado por essa função precípua de manutenção da ordem, cabe ao poder público assegurar as mais amplas garantias à manifestação do pensamento, permitindo que, do entrechoque das idéias, triunfe a doutrina mais capaz, pela simples prevalência de suas virtudes intrínsecas.

"O Estado deve ministrar o ensino leigo, aparelhando o espírito do aluno em os conhecimentos indispensáveis na luta pela vida, fortalecendo-o pela cultura cívica e estimulando-o à prática das virtudes.

"Ficará largo campo de ação ao ensino religioso, que pode ser ministrado à criança pelos pais, no seio do lar, pelos sacerdotes, nos templos de sua devoção, ou nas escolas particulares largamente disseminadas pelo país.

"O ensino religioso, facultativo nas aulas públicas, em essência não contraria o espírito do regime; pode, porém, acarretar dificuldades futuras, que não temos necessidade de suscitar.

"O ensino religioso nas escolas públicas, não podendo ser proibido pelo governo, terá de recair numa destas alternativas: franquear o acesso às aulas aos sacerdotes de tôdas as seitas religiosas que aí pretendam propagar suas doutrinas, ou dar preferên-

cia a uma delas. No primeiro caso teremos o deslocamento para o interior das aulas de intermináveis discussões escolásticas, com prejuízo da aprendizagem das noções científicas; no segundo a quebra do princípio da laicidade do Estado, pela aceitação de uma doutrina oficial.

“E já o franco trabalho de catequese dos legisladores, iniciado pelos expoentes máximos da teologia católica, parece não deixar dúvida que esta aguarda a preferência. Nem passa de uma insinuação indisfarçável a essa preferência a outra emenda, que é uma homenagem excepcional à religião católica, reconhecendo-a como a da quase totalidade do povo brasileiro. E, se a Igreja Católica atingiu a essa preemiência, deve-a ao amplo regime de liberdade e de respeito a todos os cultos estatuido na Constituição da República. Pretender agora ostentá-lo como um privilégio, será, talvez, para o catolicismo, expor-se ao risco de críticas e ataques.

“Reconheço os grandes serviços da religião católica; sou extremamente tolerante para o exercício de todos os cultos religiosos, e, por isso mesmo, não vejo vantagem na modificação do regime vigente, embora as emendas propostas não o afetem, na sua essência.

“Isto que digo é a expressão de um pensamento individual, num caso considerado questão aberta no terreno da solidariedade política.

“O próprio presidente Borges de Medeiros, com sua grande autoridade moral, entende, neste assunto, “que se pode conceder aos ministros de qualquer credo religioso seja facultativo ministrá-lo nas escolas públicas sem prejuízo do ensino oficial”.

“Aliás, isto já se pratica no Rio Grande do Sul, pelos ignorantes apodado de sectarista. Fora das horas destinadas ao ensino oficial, o ministro de qualquer religião pode ensinar a sua doutrina.

“E os sacerdotes católicos aproveitam essa liberdade do governo rio grandense, ensinando a religião. Isso não é contrário ao espírito da nossa Constituição, que apenas veda a interferência do poder público em matéria religiosa, pertencente ao domínio da consciência individual.

“O ensino religioso facultativo, nas escolas públicas, fora de expediente regulamentar, sem intervenção do governo na preferência por qualquer seita, não ofende o princípio de separação da Igreja do Estado, consagrado na Constituição.

“Se é isto o que pretende a emenda n.º 9, do ilustre deputado Plínio Marques, não vejo em que possa repugnar aos espíritos liberais. Tenho-a, apenas como desnecessária, porque a Constituição não proíbe.

“No entanto, pela redação dessa emenda, o ensino religioso é facultativo apenas para os alunos, mas a sua permissão torna-se obrigatória para o poder público, que não poderá proibi-lo, em-

bora dessa permissão advenham os prejuízos ou inconvenientes já anteriormente manifestados.

“Quanto à emenda n.º 10, estipulando que a Igreja Católica é a da quase totalidade do povo brasileiro, acho, em primeiro lugar, essa afirmação muito contestável. Para que uma pessoa se diga católica é preciso que conheça a doutrina, aceite todos os seus dogmas e a pratique. Nessas condições, há apenas uma elite, uma minoria selecionada. A alta sociedade adota um catolicismo um tanto cético e elegante. E a grande massa ignara está na fase fetichista da adoração de santos com várias especialidades milagreas.

“Ademais, é impróprio de um código destinado a criar normas políticas obrigatórias, estar enxertando seus textos de expressões sem aplicação prática, com o intuito de prestar homenagem a determinado culto religioso, numa Constituição leiga.

“Penso, por isso, ser mais justificável a primeira emenda, referente ao ensino religioso do que a segunda, a respeito da supremacia numérica do catolicismo.

“Mas, de um lado, o aplauso dos católicos e o seu trabalho de propaganda a favor das emendas, e, de outro, a falta de reação dos elementos que não comungam as mesmas idéias, parecem justificar que a opinião pública é francamente favorável, ou, pelo menos, indiferente à sua aceitação pelo Congresso Nacional”. (49)

Outra manifestação de Getúlio Vargas, dentro da linha tipicamente positivista, foi a maneira pela qual, em 1906, ao saudar em Pôrto Alegre o Presidente Afonso Pena, verberou o mito racista:

“Trata-se de *“blague”* sociológica de alguns publicistas europeus, que procuram torcer as conclusões da ciência para adaptá-la aos seus sonhos de rapacidade internacional . . . . . Tomam as condições dos progressos de alguns povos como irrefragável prova de superioridade, sem se lembrarem de que essas nações, a que concedem hoje a primazia, se acharam, em épocas recuadas, em lamentável estado de inferioridade em relação a outras hoje desaparecidas na voragem dos tempos”. (50)

Fiel à sua formação política, essencialmente castilhistas, e, portanto, positivista, Getúlio Vargas instituiu, no âmbito federal, durante o seu governo, que a imigração deveria basear-se em quotas correspondentes aos estoques populacionais já integrados, de acordo não só com o parecer de Tôrres Gonçalves a que me referi neste capítulo, mas ainda com Miguel Lemos quando, através do *Jornal do Comércio*, a propósito dos chamados *“protocolos italianos”*, alertava, em 1896, contra o perigo da formação de quistos étnicos capazes de ameaçar a nossa unidade cultural e até a nossa independência política:

"Tendo passado em primeira discussão, na Câmara dos Deputados, contra a nossa expectativa, o projeto de lei que manda aprovar o protocolo das reclamações italianas, achamos do nosso dever juntar nossa voz à dos patriotas, que com tanto brilho e civismo, já se levantaram opugnando êsse desastre diplomático. Como êles, julgamos o referido protocolo atentatório de todos os princípios em que assentam a autonomia e a dignidade de uma pátria soberana, constituindo além disso um engôdo atirado à coça, à protéria e à fé púnica que hoje caracterizam as relações das potências européias para com as nações mais fracas, sobretudo para com as de origem colonial, como a nossa."

"E no caso que se discute, tal perigo ainda sobe de ponto por se tratar de um govêrno cujos súditos, graças à negregada política imigracionista, tendem a formar em nosso solo grandes aglomerações, que ameaçam tornar-se um Estado no Estado, podendo assim, oferecer, mais tarde ou mais cedo, dentro da nossa própria casa, um ponto de apoio às exigências dêsse mesmo govêrno."

"É para estas e outras conseqüências dissolventes de nossa nacionalidade, frutos do imigracionismo, que os patriotas devem olhar com solicitude esclarecida e firme, tão extreme de nativismo estreito como de cosmopolitismo degradante. A concepção e o sentimento da Humanidade, como o demonstrou Augusto Comte, longe de serem antagonicos com os pensamentos e emoções que a Pátria resume, precisam, pelo contrário, desta base insubstituível. Vide a êste propósito *A Questão do Nativismo*, pelo Sr. R. Teixeira Mendes, folheto por nós publicado recentemente". (51)

Finalmente a legislação trabalhista, principal preocupação do govêrno de Getúlio Vargas, foi o desenvolvimento da idéia contida no art. 74 da Constituição elaborada por Júlio de Castilhos e que tem conexão com as medidas propostas sobre o assunto por Teixeira Mendes a Benjamin Constant, como veremos ao tratar do *Positivismo e a República*.

Em "*Ordem e Progresso*" Gilberto Freyre assinala essa origem positivista da principal realização política de Getúlio Vargas:

"O trabalho brasileiro, por exemplo, nasceria de raízes em parte positivistas: positivistas naqueles pontos em que seus programas refletiriam idéias, sentimentos ou sugestões de Getúlio Vargas. Porque Vargas seria brasileiro até o fim da vida marcado por sua formação positivista". (52)

#### NOTAS DO CAPÍTULO QUINTO DA TERCEIRA PARTE

- 1) — Vide GUILHERMINO CÉSAR: "*História da Literatura do Rio Grande do Sul*", pg. 342, Editora Globo, Porto Alegre, 1956.
- 2) — *Idem, ibidem*.
- 3) — *Apud* GUILHERMINO CÉSAR, *op. cit.*, pg. 341.

- 4) — *Ibidem* ~
- 5) — *Ibidem*, pg. 344.
- 6) — Vide JOÃO NEVES DA FONTOURA: "*Memórias*": 1.º volume — *Borges de Medeiros e seu tempo*", pgs. 34 e 35, Editora Globo, Porto Alegre, 1958.
- 7) — *Ibidem*, pg. 292.
- 8) — GUILHERMINO CÉSAR, *op. cit.*, pg. 344.
- 9) — Vide SACRAMENTO BLAKE: "*Dicionário Bibliográfico Brasileiro*", 2.º volume, Imprensa Nacional, Rio, 1893, pg. 168.
- 10) — GUILHERMINO CÉSAR, *op. cit.*, pgs. 346 e 347.
- 11) — *Apud* OTHELO ROSA: "*Júlio de Castilhos*", pgs. 67 e 68, Editora Globo, Porto Alegre, 1928.
- 12) — Desembargador FLORÊNCIO DE ABREU: "*Movimento Positivista no Rio Grande do Sul*", Separata da Revista das Academias de Letras n.º 72, pg. 8, Rio, 1958.
- 13) — *Apud* OTHELO ROSA, *op. cit.*, pg. 494.
- 14) — Vide IVAN LINS: "*Três Abolicionistas Esquecidos*", Rio, 1938, pgs. 82 a 92, nota 4.
- 15) — ARTHUR FERREIRA FILHO: "*História Geral do Rio Grande do Sul 1503-1957*", pg. 149, Editora Globo, Porto Alegre, 1958.
- 16) — O discurso de Getúlio Vargas, proferido na sessão fúnebre realizada na noite de 31 de outubro de 1903, no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, uma semana após o falecimento de Júlio de Castilhos, foi reproduzido na íntegra, pelo *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em seu número de 29 de junho de 1960, comemorativo do primeiro centenário do nascimento do ilustre estadista do Rio Grande.
- 17) — Vide SILVA JARDIM: "*Memórias e Viagens*", I, Campanha de um propagandista, pgs. 249 a 251, Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1891.
- 18) — JOÃO NEVES DA FONTOURA: "*No Centenário de Júlio de Castilhos*", artigo saído em "*O Globo*", do Rio, de 28 de junho de 1960, pg. 14.
- 19) — Desembargador FLORÊNCIO DE ABREU, *op. cit.*, pg. 12.
- 20) — DARIO DE BITTENCOURT: "*Júlio de Castilhos e os operários*", artigo saído no *Correio do Povo* de Porto Alegre, de 29 de junho de 1960, pgs. 4 e 17.
- 21) — EUCLIDES DA CUNHA: "*Dia a dia*", artigo publicado no "*Estado de São Paulo*", de 22 de junho de 1892, *apud* "*Revista do Livro*", órgão do Instituto Nacional do Livro, n.º 15, setembro de 1959.
- 22) — JOÃO NEVES DA FONTOURA, *op. cit.*, pgs. 6 e 7.
- 23) — *Idem, ibidem*.
- 24) — *Idem, ibidem*, pgs. 29 e 35.
- 25) — Vide JOÃO NEVES DA FONTOURA, *op. cit.*, pgs. 126 e seguintes.
- 26) — AUGUSTO COMTE: "*Do Orçamento*", *apud* TEIXEIRA MENDES "*Auguste Comte — évolution originale*", Rio de Janeiro, *Au siège de l'Eglise Positiviste du Brésil*, 1913, pg. 336.
- 27) — *Apud* JOÃO PIO DE ALMEIDA: "*Borges de Medeiros — subsídios para o estudo de sua vida e obra*", Livraria do Globo, Porto Alegre, 1928, pg. 114.
- 28) — Vide A. COMTE: "*Filosofia Positiva*", vol. IV, pgs. 200 e seguintes; vol. V, pgs. 530 e seguintes e vol. VI, pg. 364 da 4.ª edição. "*Política Positiva*", vol. I, pgs. 29 e 156; vol. II, pg. 428 *et passim*, vol. IV, *Apêndice Geral, passim*; PIERRE LAFFITTE: "*Le Positivisme et l'économie politique*", Paris, Ritti, 3.ª ed., 1876; ROGER MAUDUIT: "*Auguste Comte et la science économique*", Paris, Alcan, 1929.
- 29) — *Apud* JOÃO PIO DE ALMEIDA, *op. cit.*, pg. 123.
- 30) — Vide TOCARY ASSIS BASTOS: "*O Positivismo e a Realidade Brasileira*", tese apresentada ao Concurso de Livre Docência da Cadeira de Política da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1961, pg. 100.

- 31) — *Apud* JOÃO PIO DE ALMEIDA, *op. cit.*, pgs. 166 e 167.
- 32) — *Vide* "O Jornal", do Rio de Janeiro de 26 de abril de 1961: "Austeridade e bravura eram lema da vida de Borges", pg. 2 da 2.ª secção, e JOÃO PIO DE ALMEIDA, *op. cit.*, pgs. 117 a 119.
- 33) — *Vide* JOÃO NEVES DA FONTOURA, *op. cit.*, pg. 7.
- 34) — *Apud* JOÃO MANGABEIRA: "Rui — o Estadista da República", pg. 226, Livraria José Olympio Editôra, 1943.
- 35) — *Vide* AUGUSTO COMTE: "Opúsculos de Philosophia Social — 1819-1828", tradução de Dinarte Ribeiro, Pôrto Alegre, Livraria do Globo, 1899.
- 36) — *Vide* TEIXEIRA MENDES: "Circular correspondente ao ano de 1908" pg. 58.
- 37) — *Vide* CARLOS TÔRRES GONÇALVES: "A Questão da Imigração", Rio, Tipografia do Jornal do Comércio, 1925, pgs. 3 e 4.
- 38) — *Idem, ibidem*, pgs. 5, 6 e 8.
- 39) — *Vide* SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: "Raízes do Brasil", Livraria José Olympio Editôra, Rio, 1936, pg. 120.
- 40) — Desembargador FLORÊNCIO DE ABREU, *op. cit.*, pgs. 8 e 9.
- 41) — *Idem, ibidem*.
- 42) — JOÃO NEVES DA FONTOURA, *op. cit.*, pg. 84.
- 43) — Desembargador FLORÊNCIO DE ABREU, *op. cit.*, pg. 9.
- 44) — *Vide* LUÍS EDMUNDO: "O Rio de Janeiro do meu tempo", vol. I, pgs. 359 a 361, Rio, Imprensa Nacional, 1938.
- 45) — *Vide* JOAQUIM LUÍS OSÓRIO: "Constituição Política do Rio Grande do Sul — Comentários", 2.ª edição, Livraria do Globo, Pôrto Alegre, 1923.
- 46) — *Vide* R. DE MONTE ARRAES: "O Rio Grande do Sul e as suas instituições governamentais", Rio, Tipografia do Anuário do Brasil, 1925.
- 47) — *Vide* VICTOR RUSSOMANO: "História Constitucional do Rio Grande do Sul", com prefácio do Dr. João Neves da Fontoura, Pelotas, Barcellos, Bertaso & Cia., 1932.
- 48) — *Vide* "Documentos Parlamentares — Revisão Constitucional", vol. III, pgs. 573 e 574.
- 49) — Entrevista de Getúlio Vargas a "O País", de 29 de agosto de 1925, *apud* IVAN LINS: "Benjamin Constant", pgs. 146 a 151, Rio, J. R. de Oliveira & Cia., 1936.
- 50) — *Apud* ANDRÉ CARRAZONI: "Perfil do estudante Getúlio Vargas", pg. 36, "A Noite", editôra, Rio, 1942.
- 51) — *Vide* MIGUEL LEMOS: "Décima Sexta Circular" (1896), pg. 60.
- 52) — *Vide* GILBERTO FREYRE: "Ordem e Progresso", vol. I, pg. XXXIV

## CAPITULO SEXTO

### O POSITIVISMO NO PARANÁ E MINAS

I) *O Positivismo no Paraná e em Minas.* II)  
*João Pinheiro.*

#### I

DURANTE o Império, insignificante foi a penetração do Positivismo no Paraná, cujo território ainda estava por desbravar, possuindo então, assim como Santa Catarina, reduzida população, de limitados horizontes culturais.

Em 1885, José Mariano de Oliveira, que cursara a Escola Politécnica do Rio e pertencia à Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, iniciou, em Curitiba, uma propaganda positivista e dirigiu-se publicamente ao Presidente da então Província a propósito de uma lei sobre obrigatoriedade do ensino. (1)

Sua ação foi prosseguida pelo eminente civilista Dr. Manoel Inácio Carvalho de Mendonça enquanto residiu em Curitiba, onde, durante dezoito anos, exerceu as funções de Juiz Federal. Mais tarde o Dr. Carvalho de Mendonça transferiu-se para o Rio de Janeiro e aí foi professor de Direito Civil na Faculdade Livre de Direito, hoje Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Amigo de Teixeira Mendes e assíduo freqüentador do Apostolado, ao qual se filiara, deixou Carvalho de Mendonça, entre outros, os seguintes livros:

*"Doutrina e Prática das Obrigações"*

*"Rios e Aguas Correntes no Direito Civil Brasileiro".*

*"Carta a S. M. o sr. D. Pedro II por Santerre"*, São Paulo, 1879.

*"Esbôço de filosofia positivista"*: série de artigos publicados na *Tribuna Liberal* de São Paulo, São Paulo, 1880.

*"Prontuário das leis federais"*. Curitiba, 1890.

*"A intervenção e a doutrina de Monroe"*, Curitiba, 1899.

*"O Poder Judiciário no Brasil"*, Curitiba, 1899.

*"São Paulo, fundador do Catolicismo"*.

*"Estudo sobre a arte em geral e apreciação de alguns poetas antigos sob o ponto de vista da doutrina positivista"*.

Em São Paulo colaborou na "*Tribuna Liberal*", na "*República*" e na "*União Acadêmica*".

Nascido em Santa Luzia do Rio das Velhas, província de Minas Gerais, em 2 de dezembro de 1859, faleceu o Dr. Manuel Inácio Carvalho de Mendonça no Rio, em 19 de setembro de 1917. Fizera-se positivista em São Paulo, em cuja Escola de Direito se diplomou em 1881. (2)

Em 1891, outro positivista, o capitão José Joaquim Firmino, renuncia, no Paraná, a uma cadeira de deputado estadual, declarando que o fazia em decorrência de suas convicções positivistas. (3)

A propaganda intensiva no Paraná verificou-se bem mais tarde e foi dirigida pelo Deputado João Pernetta, secundado por seu filho Augusto, Oscar da Cunha Correia e Oscar de Castilho.

O deputado João Pernetta é autor, entre outros trabalhos, de uma biografia de Miguel Lemos e Teixeira Mendes publicada sob o título "*Os Dois Apóstolos*". Sua ação positivista foi continuada pelos professores Lourenço Branco, Paulo de Tarso Monte Serrat e David Carneiro. Este último, além de haver construído, em Curitiba, uma Capela da Humanidade, onde se realizam exposições da doutrina, tem sido incansável na publicação de livros e opúsculos em torno do Positivismo.

Também em Minas, talvez pelo grande conservadorismo e apêgo do seu povo à religião católica, encontraram pequena ressonância as doutrinas de Augusto Comte.

Entretanto, na sessão da Câmara dos Deputados, de 24 de abril de 1882, ao criticar o desenvolvimento das ciências naturais e matemáticas, "*a faculdade aparatosa da Escola Politécnica*" e o curso de Minas de Ouro Preto, dizia Andrade Figueira: "*para quem sabe que estas escolas são viveiros de positivistas e de materialistas, de um pessoal enfim que não foi suficientemente preparado no ensino filosófico de Sócrates, de Platão e dos grandes espíritos da humanidade, é claro que o favor do Governo tende a nada menos do que atacar os princípios da verdadeira filosofia cristã*". (4)

Talvez exagerasse Andrade Figueira no atinente à Escola de Minas de Ouro Preto, mas a verdade é que, na então capital de Minas Gerais, circulou, em 1884, um periódico intitulado "*Ordem e Progresso*". (5)

No dizer de Cipriano Lage, apoiado em Carvalho Brito, teria, de fato, havido, por esse tempo, na Escola de Minas, um surto positivista entre diversos lentes, dos quais se salientavam Domingos Rocha, Leônidas Damázio, Antônio Olinto e Domingos Pôrto. (6) Seguiram-lhes as tradições intelectuais os Professores Carlos Pinto, Gastão Gomes e o secretário de João Pinheiro durante a sua presidência em Minas, Francisco Barcelos de Assis Corrêa, mais tarde desembargador do Tribunal da Relação do Estado.

Na sessão de 11 de julho de 1888 da Assembléa Provincial de Minas, F. Aristides Andrade, Aristides Maia e Francisco Sá propuseram, sob forma de moção, que se submetesse ao Parlamento Nacional a necessidade urgente, entre outras medidas, de serem as questões internacionais resolvidas por meio do arbitramento, conforme se vê em longo manifesto de Cesário Alvim, adepto da mesma idéia, publicado em "*O País*" de 11 de julho de 1888.

Esse alvitre do arbitramento para dirimir os conflitos internacionais foi, afinal, adotado na Constituição de 1891 por sugestão do Apostolado Positivista, cuja proposta foi defendida em plenário através de emenda apresentada por Nilo Peçanha.

Aristides Maia, que, em 1879, se diplomou em direito pela Faculdade de São Paulo, onde, nesse mesmo ano, publicou "*Questões de Direito*" (?), foi o primeiro Chefe de Polícia do Estado de Minas, após a proclamação da República, no Governo presidido por Antônio Olinto. Deputado à Constituinte republicana e adepto das doutrinas de Augusto Comte, inseriu, no "*Diário de Minas*" de 23 de janeiro de 1901, uma tradução de sua lavra do artigo *Le Positivisme*, do *Courrier de La Rochelle*, que fôra transcrito no Boletim do Apostolado Positivista, edição francesa, de novembro de 1900.

Outro positivista mineiro foi o Dr. Polycarpo Rodrigues Viotti, nascido em Bacpendi em 1843 e formado em medicina, pela Faculdade do Rio de Janeiro, em 1872. Clínico em Caxambu, publicou vários trabalhos sôbre as suas águas, dentre os quais se destacam, em 1886, o volume "*Águas Minerais de Caxambu*", e, em 1908, "*Águas Alcalino-Gasosas*" (Memória apresentada ao Congresso Médico de São Paulo em 1908), de que saiu, em 1918, a terceira edição.

No número 3 da *Revista da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro*, escreveu o Dr. Júlio Novais:

"O Dr. Viotti é um desses profissionais que honram a classe e a ciência do nosso tempo. Perfeitamente emancipado em religião, e sempre com um riso cético à flor dos lábios para as coisas místicas e filigranas intangíveis da metafísica, bem percebe o ilustre hidrólogo que a terapia hidro-mineral, em flagrante desarmonia clínica com o seu potencial químico-molecular, anda a precisar do *quid* de Claude Bernard".

Escrevera, de fato, o Dr. Viotti em sua memória "*Águas Alcalino-Gasosas do Sul de Minas*":

"Da falta de dados estatísticos, que orientem os clínicos, estranhos à hidrologia médica, procede, sem dúvida, a descrença da maior parte deles no efeito medicinal de nossas águas, porque as julgam por sua análise química que nelas registra uma proporção insignificante, às vêzes mínima, de princípios mineralizadores; e

como êsses princípios, isoladamente, estudados pela matéria médica, não apresentam, no geral, efeitos fisiológicos e terapêuticos, senão em doses muito elevadas, parece lógico deduzir-se que, de sua combinação, do seu conjunto, na água mineral, em quantidades tão pequenas, nenhuma alteração apreciável podrá advir da ação recíproca dêles, e daí, paracalmente, deve ter nascido a descrença na pouca ou nenhuma eficácia das nossas águas minerais.

“Não é, porém, à química — é preciso convir — por mais valiosos que sejam os seus serviços, no estudo das águas, classificando-as, que compete dizer do seu efeito fisiológico e terapêutico, êsse ofício cabe, de preferência, à observação clínica”.

No acréscimo à terceira edição, publicada em 1918, teve o Dr. Viotti a satisfação de anotar que, descoberto o rádio pelos Curie em 1898, Alkins e Harrison verificaram, em 1912, que o emânio, produto transitório da decomposição do rádio, produzia “aumento da diurese, mais fácil eliminação do ácido úrico, em virtude da dissociação do mesmo e de seus sais, ação dissolvente dos depósitos gotosos, atenuação das dôres reumáticas e melhor digestão gástrica, assim como uma ação depressiva da circulação na artério-esclerose”.

“Sem que conhecêssemos ainda essas propriedades inerentes ao rádio, nem a rádio-atividade de nossas fontes, já tínhamos, há tempos, notado e proclamado a ação fisiológica e terapêutica perfeitamente idêntica, em nossas águas, sobretudo nas fontes Viotti e D. Pedro, verificadas, agora, como as mais rádio-ativas de tôdas, conforme as análises feitas pelo Dr. Shaeffer”. (8)

Duas das conclusões apresentadas pelo Dr. Viotti no Congresso de 1908 — e que se baseavam na observação clínica e não na dedução química — encontraram a sua explicação no caráter transitório da decomposição do rádio (que produz o emânio, que se transforma em hélio e, por um desdobramento sucessivo, em argon, chemon, neon, cripton) e no efeito terapêutico cumulativo ou retardado, que hoje é reconhecido na radioterapia: “Conclusão 6.<sup>a</sup> — A ação das águas minerais junto às fontes é mais eficaz”. Conclusão 7.<sup>a</sup>: “Não raras vêzes, os efeitos curativos das águas só se manifestam depois de terminado o tratamento hidriático”.

No *Brasil Médico*, de 9 de junho de 1928, escreveu o Dr. Ribeiro da Silva, referindo-se ao Dr. Polycarpo Rodrigues Viotti: “Foi êle o primeiro a sistematizar o emprêgo clínico das nossas fontes minerais, prescritas, até o seu advento, ao léu do mais grosseiro empirismo. Nos diversos trabalhos que sôbre as mesmas escreveu, lançou os fundamentos da crenoterapia brasileira, precisando indicações, traçando regras, erigindo preceitos que o tempo não demolirá, porque frutos de mais de meio século de diuturna observação efetuada com lídimo ânimo científico”.

Colocado por João Pinheiro na chapa do Partido Republicano, foi o Dr. Viotti eleito Deputado à Assembléia Nacional Cons-

tituinte, e, ao se transformar esta em legislatura ordinária, foi escolhido Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.

Posteriormente, desavindo-se João Pinheiro e o Dr. Viotti, escreveu êste violento artigo intitulado "*Alvim, Pinheiro e Cia*". Prolongando-se a polêmica, tornaram-se inimigos pessoais. Mais tarde, ao ser João Pinheiro eleito Presidente de Minas para o quadriênio de 1906 a 1910, foi vítima de ataques anônimos na imprensa. Lembrou alguém a João Pinheiro que talvez fôsse Viotti o autor d'esses ataques. Edmundo Lins, que estava presente, costumava narrar a reação imediata de João Pinheiro: "*Não! O Viotti é positivista: o que escreve, seja o que fôr, assina*".

Espírito combativo, sustentou o Dr. Viotti várias polêmicas destacando-se as que manteve com o Professor Souza Lima, da Faculdade de Medicina do Rio, sobre a classificação das águas minerais de Caxambu; com Américo Werneck sobre a gaseificação das águas minerais com o gás das próprias fontes; com Monsenhor Marcos Pereira Gomes Nogueira sobre assuntos religiosos, e, sobre o mesmo tema, em cartas particulares, com seu neto Padre Hélio Abranches Viotti, S. J., então estudante do Seminário da Companhia de Jesus. Cercado de grande estima, faleceu, a 22 de maio de 1928, aos 85 anos, em Caxambu. Uma das principais fontes dessa estância tem o seu nome.

Cunhado de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, e, como êles, positivista, Cipriano de Carvalho lecionou história durante longos anos na Escola Normal de Belo Horizonte, pautando seus cursos pelos ensinamentos de Comte. Cipriano era íntimo amigo de João Pinheiro, que fôra, quando estudante de direito, seu preparador na Escola Normal de São Paulo, onde regia a cadeira de Física e Química. Aí o foi buscar João Pinheiro, quando Presidente do Estado, para reformar o ensino mineiro e organizar a Escola Normal de Belo Horizonte, a cuja congregação pertenceu. Mais tarde, ao fundar-se a Escola de Engenharia da capital de Minas, Cipriano de Carvalho aí lecionou física.

## II

João Pinheiro manteve-se, vida afora, fiel à sua adesão ao Positivismo. Ao falecer, nenhum sacerdote foi chamado para prestar-lhe assistência religiosa, pois, um ano antes, tornara claro, em momento solene, não ser católico.

Ao participar, em 6 de agosto de 1907, como Presidente do Estado, do banquete realizado em Mariana em homenagem a Dom Silvério, então elevado a Arcebispo, João Pinheiro, que havia sido seu aluno, declarou, dirigindo-se ao seu antigo mestre, perante o Cardeal Arcoverde, sete Bispos e quase uma centena de sacerdotes:

"Seu antigo discípulo, Exmo. Sr., teria omitido um dever de afeto, se não viesse pessoalmente prestar a V. Excia a homenagem

devida ao chefe espiritual *da religião que foi a de meus pais e é a de meus filhos e que rejuvenesce dentro do regime republicano e na Pátria inteiramente livre*". (9)

E, ainda como Presidente de Minas, dirigiu ao seu Chefe de Polícia, Dr. Olavo de Andrade, a seguinte carta sobre a separação entre a Igreja e o Estado, ponto essencial na doutrinação republicana dos positivistas:

"Ilmo. e exmo. colega e amigo Dr. Olavo de Andrade. Em resposta à carta de V. Excia, de hoje, devo ponderar. Nossa Constituição estabelece a separação da Igreja do Estado e consagra a ampla liberdade espiritual, princípio básico do dogma republicano. A lei fundamental do Regime, em texto expresso, veda ao Presidente do Estado de Minas consentir que a Fôrça Pública prestigie um culto, seja este embora o culto católico, que é o da maioria do povo mineiro. O pleno exercício da liberdade espiritual não desprestigia nenhuma religião: assim entenderam os legisladores constituintes, que elaboraram o pacto fundamental de 24 de fevereiro — eles mesmos também católicos em sua maioria. Entenderam, na conformidade do ideal republicano, que o prestígio e a fôrça de um culto residem na convicção dos que o professam, devendo o seu proselitismo ser feito pelos meios pacíficos e eficazes da inteligência, livremente exercidos pela palavra e pela escrita, e, principalmente, pelo exemplo de um procedimento severamente moralizado, demonstrando, assim, a sinceridade do crente em relação aos princípios que professa. Em nome da paz, os republicanos adotaram o princípio da inteira liberdade espiritual, eliminando a intolerância religiosa e evitando, assim, a pior das lutas, opressora das consciências, sempre perigosa, e, cedo ou tarde, odiosa para todos. O argumento que se costuma invocar — o ser católica a maioria do nosso povo — não procede, desde que o consideremos de um ponto de vista mais alto, na universalidade das nações cristãs ou do mundo inteiro, sendo a liberdade espiritual a única solução possível. Há, com efeito, países em que o Catolicismo constitui a maioria, e o nosso, felizmente, é um deles. Outros há, porém, em que os católicos se acham em minoria, e, em muitos, em fração reduzidíssima. Parece, pois, justo que eles, que não são maioria em toda parte, dêem e pratiquem a liberdade onde dominam, para que a possam reclamar e obter onde são dominados. Não foi pelo prestígio da fôrça, e, muito menos, pelo amparo oficial que a própria religião católica venceu, triunfando à perseguição dos Césares. Hoje, por maioria de razão, a sua fé e a sua fôrça não devem depender do prestígio oficial, que é nenhum em matéria de consciência e convicções. E, demais, a função essencial da fôrça armada, nos povos policiados, é a manutenção da ordem pública. Ora, na hipótese de um conflito, a propósito de ato religioso, por motivo de crenças divergentes, não

poderia ela, ligada a um dos cultos, cumprir o seu dever. Traduzindo o pensamento republicano, a Constituição Federal, em seu artigo 72, n.º 7, determina: "Nenhum culto ou igreja terá relações de dependência ou aliança com o govêrno da União, ou dos Estados", dispositivo êste repetido na Constituição Mineira art. 3, § 3.º. Ante a lei constitucional expressa, não pode ser deferida a licença solicitada para que uma companhia dos batalhões da Brigada forme em frente à capela de Santa Efigênia, por ocasião da festa religiosa que ali se vai realizar. Protestando a minha alta estima, sou de V. Excia., amigo e colega, João Pinheiro". (10)

Só convicções positivistas muito profundas levariam um político môço, tendo diante de si a perspectiva da presidência da República, a proceder de tal modo, num Estado, como o de Minas, onde o clero foi sempre tão influente.

Em seu livro sôbre "*O Positivismo no Brasil*", João Camilo de Oliveira Tôrres parece pôr em dúvida a adesão de João Pinheiro ao Positivismo, porque — escreve — "difícilmente poderíamos esperar que um verdadeiro positivista se transformasse no precursor da economia dirigida e do planejamento econômico que foi João Pinheiro". (11)

Ora, exatamente esta circunstância confirma a adesão do ilustre mineiro ao Positivismo, porquanto, como vimos no capítulo anterior, ao tratar de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, uma das características mais marcantes de Augusto Comte é haver-se insurgido contra a economia liberal, preconizando abertamente a economia dirigida e o planejamento econômico.

Infelizmente, ao fazer o seu livro, literariamente saboroso, pois é escrito em estilo leve e agradável, lembrando uma clarinada juvenil, João Camilo não conhecia, de leitura própria, a obra de Comte.

Ele mesmo confessa que o seu livro "*não passa de uma grande aventura da mocidade*". (12) Ao escrevê-lo, ainda não tinha tido tempo, nem disposição para diretamente se abeirar da imensa "*catedral de idéias*" que, no dizer de Gabriel Tarde, é a construção de Comte. E parece que não teve até hoje, porquanto é na segunda edição, publicada quatorze anos depois da primeira, que estranha haja podido João Pinheiro conciliar sua adesão ao Positivismo com a circunstância de ser, entre nós, um dos precursores da economia dirigida e do planejamento econômico.

Não era preciso, aliás, ir diretamente a Augusto Comte, pois, fiel ao pensamento dêste último, escreveu Miguel Lemos em sua *Primeira Circular Anual*:

"Nós queremos ser uma nacionalidade homogênea, ligada ao nosso tronco europeu por tradições comuns, e não uma sociedade destinada a ser subvertida incessantemente em nome do progresso material. Porquanto tôda a superioridade dos Estados Unidos se

reduz ao desenvolvimento da indústria. Pois bem, vale mais produzir menos e possuir máquinas menos aperfeiçoadas, do que fazer do próprio brasileiro uma espécie de máquina unicamente preocupada em ganhar dinheiro. O industrialismo, quando não regulado, torna-se uma força imoral e perturbadora, que pode determinar com o tempo a decomposição de uma sociedade”.

(Primeira Circular de Miguel Lemos, 1881, pg. 150 da 2.<sup>a</sup> edição).

E, em 1912, em publicação feita no *Jornal do Comércio* de 1.<sup>o</sup> de setembro daquele ano, reproduzida no folheto 348 da Igreja Positivista, Teixeira Mendes dizia:

“Ora, assim como não se desconhece hoje quanto foi urgente e indispensável decretar a abolição da escravidão africana, também não se pode contestar, por mais tempo, agora, a necessidade de medidas políticas, com o fim de salvaguardar a família proletária contra o empirismo industrialista .....

.....  
 “Urge que o Poder temporal decrete o regime de oito horas de trabalho individual e o mínimo salário .....

.....  
 “Também deve ser assegurado o dia de repouso hebdomadário e mesmo a quinzena de férias anuais.

.....  
 “É necessário, enfim, fixar o limite máximo do esforço físico exigido individualmente, tornando-se obrigatório o emprêgo das máquinas para suprir a força física do trabalhador. Nesse intuito, cumpre não só providenciar quanto às condições higiênicas das oficinas e lugares de trabalho, mas também quanto à segurança do trabalhador.

.....  
 “Deve ser proibida a admissão de meninos, menores de quatorze anos, nos trabalhos industriais. E, quanto aos adolescentes de quatorze a vinte e um anos, só devem ser admitidos três vezes por semana e em número de horas proporcionado às suas constituições e idades; por exemplo uma média de três horas de trabalho efetivo”.

(Vide Teixeira Mendes, publicação citada, pgs. 3 e 5).

.....  
 Como se vê, Getúlio Vargas nada de essencial inovaria em matéria de legislação trabalhista, consistindo o seu grande mérito político em passá-la para a prática da realidade nacional.

.....  
 Que prova mais cabal poderia querer João Camilo de Oliveira Tôrres de ser o Positivismo favorável à intervenção no campo econômico?

.....  
 No dizer de Paulo Tamm, enquanto João Pinheiro esteve no Rio como representante de Minas na Constituinte republicana, “aos domingos, a sua missa era assistida no Templo da Humanidade, onde se sentava no primeiro banco, ao lado de Castilhos e ficava ouvindo com a máxima atenção as conferências de Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Depois voltava para casa, resumia num ca-

dero as idéias expostas pelos dois chefes positivistas, lia as obras de Augusto Comte, e mais tarde, então, se dedicava inteiramente ao estudo das questões políticas em discussão na Assembléa". (13)

Não espanta, pois, que apesar de ser extremamente conservador e católico o ambiente mineiro de seu tempo, João Pinheiro não perdesse vaza de deixar transparecer suas arraigadas convicções positivistas.

Tratando do problema moral, salientava:

"Distinguir, na Moral, os deveres e as leis gerais, comuns à humanidade, patrimônio da civilização, que se não confundem absolutamente com esta ou aquela particularidade das convicções isoladas;

"Proclamar sempre e bem alto que a natureza humana deve aspirar, continuamente, a prática do bem pelo bem, independente de recompensas futuras, evitando o mal pelo mal, sem o motivo covarde do castigo, porque o homem é indefinidamente perfectível e é esta, sem dúvida, uma perfeição". (14)

E, como que entoando um hino, assim resumia João Pinheiro, em uma de suas Mensagens ao Legislativo mineiro, o seu programa de govêrno:

"Abrir escolas que iluminem a inteligência das crianças; ensinar o trabalho aos adultos; guiar e aconselhar, nas dúvidas, aos produtores; cuidar das questões materiais, sem o abandono da parte espiritual e moral; ter o culto sincero da liberdade; tornar a paz garantida; a justiça amada; paternal o exercício da autoridade; conciliadora a política; — é, senhores representantes de Minas Gerais, operários efêmeros que somos do serviço permanente da Pátria, — é termos trabalhado pelo grandioso ideal republicano, na terra mineira, que, primeira, o sonhou, por êle deu vidas e o tem executado, sem retrogradação e sem precipitações. É a realização do lema que se inscreve no pavilhão brasileiro, pela perfeita conciliação da *"Ordem com o Progresso"*. (15)

Referindo-se à prudência com que devem ser empreendidos os progressos materiais, advertia:

"A ordem material mantida sob plena liberdade espiritual, o progresso realizado por movimentos que não abalem, operando reformas e não ruínas — eis o ideal republicano por que combati em minha mocidade, por que me guiei quando govêrno, nos primeiros dias da República, logo após a revolução triunfante". (16)

Focalizando o problema da liberdade, preocupação constante de sua formação positivista, frisava:

"Praticar a liberdade onímoda, querendo o povo religioso, sem a exclusão por intolerância odiosa, de nenhum culto de convicções, sem a preferência legal de nenhum dogma, pelo exercício sincero da liberdade espiritual, que não é o ateísmo, porque o govêrno que o afirmasse teria violado o princípio dessa mesma liberdade: teria

manifestado uma convicção, quando seu dever é afirmar, apenas, o respeito igual a tôdas elas". (17)

Aludindo a outros aspectos da organização republicana, proclamava:

"Tornar a justiça protetora e ao alcance de todos;

"Não tomar medidas a favor das classes que as tornem privilegiadas, sejam elas quais fôrem; porque nem o merecimento, nem as aptidões, e nem opiniões científicas discutíveis, tiram a sua autoridade de decretos, mas da livre aceitação das consciências;

"Ter, como critério, em todos os atos, o exame do respectivo fim — a utilidade para o povo, em cujo nome as leis se votam; pois dêle e por êle, exclusivamente, tira o regime republicano a sua legitimidade e superioridade". (18)

Vejamos agora o *objetivismo* com que encarava o problema da instrução primária, ainda hoje não resolvida a contento:

"Demasiado têm-se os governos preocupado da instrução aparatosa das academias e ginásios equiparados, dirigindo-se à classe dos mais favorecidos da fortuna, em contraste com o esquecimento e abandono da modesta escola primária, cuja função é a educação do próprio povo, da qual depende a sorte futura da coletividade inteira". (19)

Estas considerações de João Pinheiro apresentam ainda hoje atualidade, registrando com razão, em outubro de 1960, Vivaldi Moreira no periódico "*Minas em Foco*":

"Conta o Brasil 21 Universidades, enquanto uma percentagem superior a 50% da população brasileira é constituída de analfabetos. Positivamente, começamos a casa pela cumieira. Sem instrução primária e secundária abundante, como atingirmos a Universidade? A Universidade então constituir-se-á num privilégio, só permitido a uma satisfeita minoria. É contra essa injustiça e criminosa discriminação que nos devemos insurgir com coragem e sem tréguas. A maioria espoliada continua a ser ludibriada pelos que se dizem seus líderes..." (20)

Voltemos, porém, a ouvir João Pinheiro:

"As formas de govêrno não são um fim, senão um meio de se realizar a felicidade pública; e se esta consiste, em sua mais alta expressão, num aperfeiçoamento moral cada vez mais elevado, e cada vez mais puro, uma das suas condições é a segurança e independência materiais do indivíduo e da coletividade". (21)

Tornando ainda uma vez ao problema religioso, que foi um *leit-motif* de suas preocupações, assim como de Teixeira Mendes e demais positivistas da época, dizia João Pinheiro em palavras lapidares:

"A religião é o mais nobre atributo do homem, aceita mas não imposta; livremente preferida, mas não decretada por lei; sustentada pela dedicação e virtude de seus representantes.

“Os católicos sabem que seria uma violência inqualificável se em terras maometanas obrigassem a um cristão, por exemplo, à obediência do Alcorão; e, por isto, para que possamos pedir e obter a liberdade onde somos escravos, é preciso que a concedamos onde somos senhores: — a liberdade deve ser dada a todos os homens e sob todos os céus; eis a teoria republicana, encerrada no grande e generoso princípio da liberdade dos espíritos”. (22)

E insistia João Pinheiro:

“A separação da Igreja e do Estado nobilita o próprio catolicismo, do mesmo modo que a liberdade de cultos é a sanção do mais formoso princípio republicano, pelo qual a liberdade se deve conceder a todos os espíritos, sendo certo que os decretos são impotentes para gerarem convicções, que podem nascer unicamente de uma discussão livre, escudada nos exemplos das verdadeiras dedicações.

“E, como republicano, sustento ainda o casamento civil e isto a ninguém ofende, porque depois dêle cada um poderá recorrer ao culto que seguir, para fazer o casamento segundo a religião que adotar”.

“Chama-se isto — rematava João Pinheiro — liberdade, e onde ela estiver, estarei eu; e por isto mesmo recuso de modo decisivo e terminante o meu voto para a aprovação do artigo que exclue da representação nacional uma classe inteira de brasileiros — os clérigos. Isto deixaria de ser liberdade para se tornar perseguição; oponho-me a esta idéia em nome da República e da Liberdade”. (23)

Eis agora como em 25 de dezembro de 1926, respondendo a uma crítica de Carvalho Brito, Cipriano de Carvalho justificou a reforma do ensino público de Minas levada a efeito por João Pinheiro, sem incluir a religião nas escolas primárias do Estado:

“Tendo tido eu nessa reforma colaboração muito saliente, cabe-me aí uma grande responsabilidade, que, aliás, muito me desva-nece.

“Diz o Sr. Dr. Carvalho Brito que o respectivo programa, afirmando a necessidade de ter o homem uma religião, deixou-se, entretanto, prender às teias do preconceito doutrinário segundo o qual ao estado leigo não é permitido o ensino religioso nas escolas.

“No que vou dizer, se justifico a minha responsabilidade cívica na aludida reforma que ainda considero a mais conveniente no assunto, tenho principalmente o máximo prazer em defender a memória gloriosa do maior estadista pátrio com quem tive a ventura de conviver por muitos anos, e tão cedo e tão bruscamente arrebatado às mais fundadas esperanças do Brasil inteiro — o Dr. João Pinheiro da Silva conquistou justamente o renome e a fama que o sagraram estadista modelar, essencialmente republicano; êle iria, para a felicidade da Pátria que tantas horas angustiadas tem padecido, da curul presidencial de Minas à da presidência da Re-

pública, por força da verdadeira opinião pública, altamente prestigiada pela grandeza moral e cívica do incomparável republicano.

"Ora, a opinião do Dr. João Pinheiro era, de fato, que o homem tem necessidade de uma religião. É este também o meu modo de ver. Para mim, o homem torna-se cada vez mais religioso. Mas o modo mesmo como está expresso tão alto conceito bem revela que a religião tem apresentado formas diversas, e que, no fundo, representa o estado de unidade que distingue a nossa existência pessoal e social quando tudo em nós — (o físico e o moral), converge habitualmente para uma destinação comum. Ou, por outra, a religião que tem variado na evolução da humanidade, não só regula as individualidades humanas, como também as une entre si. Caracteriza, pois, uma dupla ligação; a do interior pelo Amor, que é religado ao exterior pela Fé, indicando assim a respectiva participação indispensável do coração e do espírito.

"Não se deixou, portanto, o mencionado programa, prender a tejas de preconceitos doutrinários, como alega o Sr. Dr. Carvalho Brito. Emitiu apenas um conceito sábio e perfeitamente fundado, sem incorrer na menor incoerência, não incluindo o ensino católico nas escolas primárias, precisamente porque o catolicismo não é a única religião que existe ou tenha existido, ao contrário do que se afigura ao Sr. Dr. Brito — O Estado é uma entidade representada por individualidades humanas que terão as suas religiões particulares, mas não as podem impor aos seus concidadãos, em primeiro lugar, porque isso seria contrário ao regime republicano de fraternidade, e em segundo lugar, porque mui difícil seria estabelecer o acôrdo entre as variadas crenças das autoridades superiores do intitulado govêrno.

"Conforme tive ocasião de dizer ao Dr. João Pinheiro, a religião católica poderia ser ensinada nas escolas primárias oficiais, se fôsse igualmente aí facultado o ensino de outra ou de outras quaisquer religiões que tal pretendessem, e sob as mesmas garantias. Esta seria a justa solução, no caso, e não a que propõe o Sr. Dr. Brito, permitindo apenas aos pais ou tutores dos meninos o direito de declarar que não querem a única religião ensinada nas escolas.

"A reação regeneradora que nos há de libertar da medonha anarquia que ameaça a ordem social e moral nos seus fundamentos, e que o Sr. Dr. Carvalho Brito espera, um tanto místicamente, ver surgir, entre relâmpagos e trovões, das misteriosas montanhas de Minas, transformadas em maravilhoso Sinai, eu creio poder ter outra origem. Porque, infelizmente, os que se dizem católicos e que apelam para o ensino católico, como único meio de salvação social e política, não têm sido os que melhores exemplos deixam nos cargos superiores da administração pública demonstrando pelo seu procedimento cívico quão longe se acham de corresponder às missões que o destino lhes entregou.

“A situação social e moral do nosso País com que tão louvavelmente se preocupa o Sr. Dr. Carvalho Brito, resulta, evidentemente, de uma grave perturbação moral e mental, e que, por isso mesmo, só pode ser combatida por processos também morais e mentais. Donde se segue evidentemente que aos verdadeiros estadistas hodiernos cumpre, em primeira linha, *dentro de sua esfera de ação*, aniquilar os obstáculos que possam contrariar a livre aceitação de uma fé comum, que, aliás, não precisa de força para prevalecer, como disso não teve necessidade o catolicismo, para vencer sob a poderosa opressão do império romano. A principal e a mais eficaz medida em tal sentido consistirá em suprimir todos os privilégios teóricos, devendo, assim, as doutrinas quaisquer ficar entregues aos seus próprios prestígios”. (24)

A morte prematura de João Pinheiro representou incomensurável perda para o Brasil. Bem próximo estava, de fato, o dia em que ia ser levado à Presidência da República, e, na observação de Afonso Pena Júnior, “quantas e quantas coisas teriam amanhecido mais cedo, e sob clima melhor, se os destinos nacionais tivessem estado em mãos do incomparável animador, daquele que se orgulhava das suas profundas raízes populares!” (25)

Bom, simples e justo, jamais os postos de maior relevo modificaram no que quer que fosse a pureza nativa e indeformável modéstia de João Pinheiro, dando aos que com êle trataram de perto a impressão de ser um Cincinato ou um Fabrício, transplantado dos heróicos tempos da República do Lácio para a Minas do nosso século.

Se tinha a austeridade de um contemporâneo de Júnio Bruto, nem por isto deixava de possuir a mais fina e delicada sensibilidade, conforme um documento constante do arquivo de Edmundo Lins.

É uma carta de fundo sentimental tipicamente positivista, por êle dirigida de Cacté, em 29 de dezembro de 1896, ao amigo, então Juiz de direito de Tiradentes, duramente golpeado por haver perdido, dias antes, de parto, uma espôsa admirável, que, depois de uma vida tôda de encantamento e felicidade, o deixara com quatro filhinhos, o mais velho com cinco anos e o mais moço tendo apenas dias:

“Meu caro Edmundo.

“Nem sei, meu infeliz amigo, que palavras de consolação nesta hora para Você tão escura, possa eu descobrir que te levassem o conforto de que precisas. Meu pobre Edmundo!

“E quem é que pode andar seguro neste mundo?! Por que havia esta desgraçada fatalidade te ferir assim a Você, a tua santa espôsa e aos teus filhinhos?! Quem previa, quem poderia sonhar ao menos?!

“A gente em regra costuma pensar na desgraça possível para os outros, e quando ela nos fere, quando ela cai sobre os nossos

Íntimos, então a consciência da imensa fragilidade enche-nos de horror! Chorar! é bom chorar, meu amigo, chora o anjo da tua existência que se foi; para a tua alma não sei que grosseira consolação inventaria senão esta, na qual eu e Helena, aqui de longe, te mandamos a nossa dor, o nosso assombro, a nossa saudade de amigos para misturares com as tuas, e mandá-las à Mocinha, em nome dos meus filhinhos aqui juntos de mim, no mesmo pensamento da infinita miséria deste mundo, na mesma consciência da infinita fragilidade de todas as coisas... chorando com Você, meu amigo, a tua imensa desgraça! Ainda outro dia em tua casa, ela tão feliz com seus filhinhos, junto de ti...

"Entretanto, para Você, meu infeliz amigo, ela vive de certo, na tua lembrança, nas tuas saudades, nos teus filhinhos, e continua a amar-te, no culto que lhe prestas das tuas lágrimas; na pureza do teu amor sublimado hoje pela morte; ela quer de certo que tenhas dela muita saudade, mas ela quer que vivas e cuides dos filhinhos dela e teus, que sejas forte, que mantendas na tua casa o respeito e aquela atmosfera benfazeja e santa de que ela soube encher o teu lar. A morte física é sem remédio; mas há a ressurreição moral. A saudade é um culto e o amor desinteressado dos que se foram uma religião. Honra aos que amam deste modo, porque as almas eleitas somente podem amar assim; honra aos que nos deixaram, porque só as almas eleitas ainda podem inspirar tal amizade. O teu consólo é fazeres-te digno do culto da memória da santa esposa que tiveste; e ela quer que vivas para amparares os teus e os filhos dela.

"Entretanto, meu bom amigo, só a rudeza do golpe sofrido pode explicar o teu desânimo da vida, com os pensamentos de morte que vêm na tua carta e susto pela sorte de teus filhos.

"É sem dúvida de um peso que esmaga este sentimento do desmoronar das coisas que parecem mais seguras, e então estas vertigens de vácuo, como são as que sentes, se traduzem em modos exagerados.

"Há, entretanto, a amizade, meu bom Edmundo. O teu velho amigo, agora, amanhã, em qualquer tempo, se soubesse um filho teu desamparado, se o soubesse precisando de qualquer coisa, êle estaria junto de teu filho, defendendo-o como um leão, como tu, com a alma cheia dos santos pensamentos da tua amizade, da veneração por tua esposa, da consciência da fragilidade deste mundo, não deixarias também sofrer nunca um filho meu... Olha as tuas crianças, beija-as, podes misturar o nome dos meus filhos como irmãos delas; ensina-lhes bem o meu nome e dize-lhes que eu, vivo, nunca rejeitei o cumprimento de deveres austeros que fôssem, e que os da amizade sei cumprí-los, não sei com que prazer sem nome...

“Vai indo esta carta desconexa, mas vai sendo escrita com o coração. Adeus, meu Edmundo, recebe o coração de teu amigo e a solidariedade, na tua dor, de minha mãe, minha mulher e meus filhinhos.

“Teu amigo

“João Pinheiro”.

No discurso com que, em 15 de agosto de 1907, instalou o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, por êle fundado, disse João Pinheiro haver “fôrças positivas governando a atualidade, e elementos poderosos sustentando o presente e dirigindo o futuro, no ensinar ao homem que deve confiar sòmente na justiça [da história], que nunca falta, contra a onda das paixões efêmeras e dos interesses passageiros que desaparecem com o tempo que os criou, para deixar, eterno e duradouro, o que foi feito no serviço da Humanidade e da Pátria, que nunca morrem . . . . .

“Se a história — continuava êle, santifica a própria materialidade dos lugares que a ela se ligam, também nos dá lições mais altas e de caráter bem mais generalizado.

“É ela que nos ensina a confiar no Direito, na Justiça, na Liberdade, no Bem e na vitória definitiva dos sagrados princípios da consciência humana, ensanguentados às vêzes, eclipsados por períodos, mais ou menos longos, na seqüência dos tempos, negados e tentados destruir neste ou naquele ponto da terra por usurpadores poderosos --- e, entretanto, vencendo sempre nas lutas milenárias da Humanidade em marcha.

“As suas lições fortificam, pois, a consciência do cidadão para os deveres do altruísmo, sobrelevam sempre à grosseria dos interesses materiais, egoístas e passageiros”. (26)

Referindo-se a João Pinheiro, Mendes Pimentel, que com êle convivera, assim se externou em 1951, em entrevista concedida a Cipriano Lage:

“[João Pinheiro] “do que lia muito aproveitava. Conhecia os princípios gerais do positivismo, deixando-se guiar por êles, e embora morigerado na sua filosofia, era um predisposto aos impulsos, às vêzes perigosos, dos sectários convictos e apaixonados”. (27)

No dizer de Francisco de Assis Barbosa, pertenceu à Congregação da Escola de Medicina de Belo Horizonte “Henrique Marques Lisboa, professor de História natural médica, que era todo francês pela formação, partidário da escola de Paris, citando a todos os instantes Pasteur, Roux e Calmette. Não escondia as suas idéias positivistas, hauridas do conhecimento direto da obra doutrinária de Augusto Comte. Gostava mesmo de dar um toque de cultura geral às suas aulas, recomendando aos alunos não só os livros da pregação positivista como os romances de Anatole France”. (28)

Entre os positivistas mineiros, que foram, como acabamos de ver, muito poucos, deve ser mencionado Veríssimo de Toledo, nascido, em 1864, em Mercês do Pomba.

Tendo estudado no Ginásio de São Bento do Rio e na Escola de Minas de Ouro Preto, transferiu-se para Recife, onde foi acolhido por José Maria de Albuquerque Melo, prestigioso chefe político, adversário de José Mariano e fundador de "*A Província*", jornal de grandes tradições republicanas.

Casou-se em Pernambuco, e, algum tempo depois, transferiu-se para o Rio Grande do Norte onde desempenhou as funções de Diretor do Tesouro (Secretário de Finanças) do Governo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, de quem era concunhado.

Em Natal, promoveu a fundação do Instituto Histórico e Geográfico, e, em 1902, quando devia, com Tavares de Lira e outros, representar o Estado na Câmara Federal, faleceu prematuramente.

#### NOTAS DO CAPITULO SEXTO DA TERCEIRA PARTE

- 1) — Vide MIGUEL LEMOS: "*L'Apostolat Positiviste au Brésil — rapport pour l'année 1885*", pg. 25, Rio, 1887.
- 2) — Sobre o Dr. Manuel Inácio de Carvalho Mendonça, vide MIGUEL LEMOS: "*O Apostolado Positivista do Brasil — undécima circular anual*", pg. 40, Rio, 1892, e SACRAMENTO BLAKE: "*Dicionário Bibliográfico Brasileiro*", sétimo volume, pg. 345.
- 3) — Vide MIGUEL LEMOS: "*Undécima Circular Anual*", pg. 40.
- 4) — Apud ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS: "*A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*", São Paulo, 1959, pg. 59.
- 5) — Vide BASÍLIO DE MAGALHÃES: "*Estudos de História do Brasil*", pg. 250, nota, *Brasiliana, Série 5.<sup>a</sup>*, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1950. Conf. Revista do Arquivo Público Mineiro, vol. III, pg. 199.
- 6) — Vide CYPRIANO LAGE: "*A Vida de João Pinheiro*", in *Jornal do Comércio* de 16 de janeiro de 1949.
- 7) — Sobre Aristides Maia, vide SACRAMENTO BLAKE: "*Dicionário Bibliográfico Brasileiro*", primeiro volume, Rio, Tipografia Nacional, 1883, pgs. 336 e 337; "*Boletim do Apostolado Positivista do Brasil*", n.º 25 P, 13 de setembro de 1901, pg. 19, e TEIXEIRA MENDES: "*O Apostolado Positivista no Brasil-Circular correspondente a 1903*", pg. 23.
- 8) — Vide POLYCARPO RODRIGUES VIOTTI: "*Águas Alcalino-Gasosas do Sul de Minas*", pg. 59 da 3.<sup>a</sup> ed., 1918.
- 9) — Vide CAIO NELSON DE SENNA: "*João Pinheiro da Silva — sua vida, sua obra, seu exemplo*", pg. 127, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1941.
- 10) — Apud CAIO NELSON DE SENNA, *op. cit.*, pg. 121 e 122.
- 11) — Vide JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TÔRRES: "*O Positivismo no Brasil*", pg. 157, nota 5, da segunda edição, Editora Vozes, Petrópolis, 1957.
- 12) — *Idem, ibidem*, pg. 13.
- 13) — Vide PAULO TAMM: "*João Pinheiro*", pgs. 104 e 105, Belo Horizonte, 1947.
- 14) — Vide "*João Pinheiro e sua doutrina*" (1888-1908"), Belo Horizonte, 1935, pgs. 20 a 21.
- 15) — *Ibidem*, pgs. 21 a 22.

- 16) — *Ibidem*, pg. 17.
- 17) — *Ibidem*, pgs. 19 a 20.
- 18) — *Ibidem*, pg. 20.
- 19) — *Ibidem*, pg. 58.
- 20) — Vide "*Minas em Foco*", Periódico de divulgação e orientação, Belo Horizonte, outubro de 1960.
- 21) — Vide "*João Pinheiro e sua doutrina*" (1888-1908), Belo Horizonte, pgs. 66 a 67.
- 22) — *Ibidem*, pgs. 68 a 69.
- 23) — *Ibidem*, pgs. 69 a 70.
- 24) — A carta de CIPRIANO DE CARVALHO, publicada em "*O Horizonte*", sob o título "*A Reforma do ensino público primário pelo Dr. João Pinheiro*", tem a data de 25 de dezembro de 1926 e foi reproduzida no Rio de Janeiro pelo Professor Agliberto Xavier no opúsculo "*A Igreja e o Estado perante a Constituição Brasileira*".
- 25) — Vide AFONSO PENA JÚNIOR: prefácio ao livro de PEDRO RACHE: "*Homens de Minas*", pg. 14, Rio, Livraria José Olympio, 1947.
- 26) — Apud CAIO NELSON DE SENNA: "*João Pinheiro da Silva — sua vida, sua obra, seu exemplo*", Belo Horizonte, 1941, pgs. 12 e 13.
- 27) — Vide CYPRIANO LAGE, l. cit.
- 28) — Vide FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA: "*Juscelino Kubitschek — uma revisão na política brasileira*", Livraria José Olympio, 1960, pg. 284.

## CAPITULO SÉTIMO

### O POSITIVISMO NO ESPÍRITO SANTO E NO ESTADO DO RIO

I) *Silva Jardim em Vitória em 1882.* "A Província do Espírito Santo" e "O Horizonte",  
II) *Afonso Cláudio e Graciliano Neves.* III) *Moniz Freire.* IV) *O Positivismo no Estado do Rio.* Antônio Luís dos Santos Werneck e Gambetta Perissé.

#### I

**C**ONTRATADO pelo Presidente da então Província do Espírito Santo, Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza, que era, como êle, positivista, estêve Silva Jardim em 1882 em Vitória onde realizou, de 17 de junho a 27 de julho daquele ano, sete conferências sôbre a educação considerada no ponto de vista do Positivismo e 42 lições sôbre o método de leitura de João de Deus.

Essas conferências, atentos os dotes oratórios de Silva Jardim, prestigiado com a presença e a amizade do Presidente da Província, em cuja residência se hospedou, constituíram imenso sucesso.

Os jornais de Vitória — "*O Horizonte*" e a "*Província do Espírito Santo*" — deram longos resumos dessas conferências, transcrevendo, na íntegra, algumas delas.

Tal o entusiasmo despertado pela atuação de Silva Jardim que a "*Província do Espírito Santo*", fundada em 1882, e de que eram redatores Moniz Freire e Cleto Nunes, passou a adotar o calendário positivista, acêrca do qual deu uma notícia em seu número de 9 de agôsto de 1882.

E, em 5 de setembro de 1882, vigésimo quinto aniversário da morte de Augusto Comte, publicou longo e entusiástico artigo sôbre o Positivismo e seu fundador que assim começa:

"Vitória, 5 de setembro de 1882

"(24 de Gutenberg de 94)

"*Augusto Comte*

"*L'amour pour principe et l'ordre pour base,  
le progrès pour but.*

\*Se têm uma significação positiva as grandes homenagens dos povos aos homens ilustres, ninguém se aproxima mais imponente e mais titulado diañte dêste agosto e immaculado tribunal do que o homem cuja cabeça teve um pêso definitivo nos altos destinos da evolução humana. Seu nome não é sômente o de um notável

escritor; à sua capacidade psíquica não basta o batismo de gênio; à sua doutrina não satisfazem os créditos de um progresso memorável apenas: pensador que na História só encontra rival em Aristóteles, Comte foi um sublime reformador e sua filosofia é uma solução inabalável do vasto problema humano.

“Das Matemáticas à Moral, o que equivale a dizer, através de toda a escala científica, êle jornadaou com passo firme, sem omissões, deixando em cada uma das grandes divisões do saber (acumulado aos poucos, a golpes de esforços e de luta humana, durante miríades de séculos) traços de algum melhoramento fecundo, de alguma conquista notável, vigorosamente assentada.

“Cérebro pujante e enciclopédico, êle penetrou, como em um enigma quase indecifrável, nos amplos domínios da Ciência e, encontrando, sob as ruínas de um velho monumento esborado materiais difusos e dispersos, não mais mediu fadigas, até conseguir, após trabalho insano, coligí-los e levantar com êles, desassomburada, a nova e irruível construção das aspirações definitivas da Humanidade.

“Não fica aí, como se pode pensar, ataviada com os ouropéis de uma metáfora arrojada, a notícia de um simples cometimento importante; talvez o que fica dito ainda esteja longe de declarar a verdadeira inteireza da sublime Redenção operada pelo Positivismo. A Filosofia Comtiana é um marco milenário; é um istmo entre os dois imensos continentes do passado e do futuro; nenhum progresso pode mais efetuar-se sem o seu *placet*; e quem quiser transpor as últimas barreiras das velhas concepções, e vir pousar do outro lado com os títulos de emancipação completa, não poderá dispensar a travessia do istmo e a senha que há de receber do Positivismo.

“No ambiente social moderno impregnou-se o oxigênio da nova doutrina; todos os pulmões saturam-se largamente dêste tônico vivificador, às vêzes sem pressentí-lo, muitas vêzes até mau grado seu. É que o Positivismo é o verbo possível da regeneração social e sublime papel de regenerador coube a Augusto Comte, que o desempenhou sob um duplo aspecto. A História dessa grandiosa obra é a história do espírito humano; talvez seja sacrificá-la querer assinalar aqui seus princípios característicos. . . . .”

E continua, no mesmo diapasão, por várias colunas, correspondentes a seis páginas datilografadas em espaço 2, fazendo minucioso e entusiástico resumo da obra filosófica, científica e social de Augusto Comte, detendo-se especialmente na fundação da *Sociologia* e da *Moral* científica pelo Pai da Filosofia Positiva.

Em seu relatório das atividades do Apostolado Positivista em 1883, refere-se Miguel Lemos ao protesto de um positivista (que exercia funções judiciárias em Vitória) contra um projeto atinente à transferência dos cemitérios para fora da cidade.

Miguel Lemos não menciona o nome dêsse positivista, mas conseguiu apurar, em vários números de *O Horizonte* de 1883, haver sido Generino dos Santos que fôra, por Inglês de Souza, nomeado Promotor Público de Vitória naquele ano.

"*O Horizonte*", cujo redator-gerente era Maximino Maia, também simpatizante do Positivismo, circulou em Vitória a partir de 1880, e tinha como divisa o lema "*Ordem e Progresso*". Dêsse jornal possui a Biblioteca Nacional diversos números de 1883 a 1885. Foram seus colaboradores Peçanha Távora, Eliseu Martins, Cerqueira Lima, Manoel Rodrigues Campos, entre outros. Mantinha uma secção para estudantes, na qual estrearam Nilo e Alcebiades Peçanha, então alunos do Ateneu Provincial do Espírito Santo. Pregando a abolição, applicava "*O Horizonte*" aos libertandos o que recebia dos anúncios sôbre escravos. (1)

Maximino Maia, redator-gerente de "*O Horizonte*", formou-se em engenharia pela Universidade de Gand, na Bélgica. No Rio de Janeiro frequentou a Escola Central, onde conheceu Teixeira Mendes e Miguel Lemos. Estêve também na Escola Militar do Rio, onde foi aluno de Benjamin Constant e companheiro de Floriano Peixoto, de quem se tornou íntimo amigo. Na Escola Militar, como cadete, exerceu as funções de Secretário do General Polidoro da Fonseca, que a comandava.

Foi em casa de Maximino Maia, em Cambuquira, que Floriano se hospedou quando, muito doente, deixou a Presidência da República. Daí saiu para morrer, poucas semanas depois, em Divisa, no Estado do Rio.

## II

Afonso Cláudio de Freitas Rosa, que, em Recife, se tornou grande amigo de Clóvis Bevilaqua e Martins Júnior, seus colegas do ano, era positivista e também foi íntimo do redator-gerente de *O Horizonte* — Maximino Maia.

Ainda na monarquia, exerceu Afonso Cláudio os cargos de promotor, procurador fiscal da Província do Espírito Santo, e lente de História e Geografia do Ateneu Provincial. Com a República, veio a ser o primeiro governador do seu Estado.

Em dezembro de 1891, foi nomeado desembargador, cargo que — no dizer de Clóvis Bevilaqua — exerceu com alta proficiência e no qual se aposentou em 1920. Transferindo-se para o Rio, foi até à sua morte, em 1934, lente da Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro. Jurisconsulto, historiador e literato — escreve Clóvis Bevilaqua — "em todos êsses domínios tem publicado trabalhos de valor: *Estudos de direito romano*, 1.º volume. Rio de Janeiro, 1916 — (2.º vol., 1927). É livro didático de grande valor, pela criteriosa análise dos institutos, pela originalidade de muitas observações, e pela applicação ao direito pátrio dos princípios do

direito romano — *História da Literatura espírito-santense*, 1913, obra de carinho e erudição — *Consultas e pareceres*, 1919, Vitória. — *Comentário à lei de organização judiciária do Estado do Espírito Santo*, 1917, Vitória. *Do Divórcio e da conversão das sentenças de separação de corpos em dissolução*. Rio, 1916. *Retenção do cadáver do devedor em garantia dos direitos creditórios entre os romanos*. 1916. *Extraterritorialidade das leis reguladoras da capacidade das pessoas*. 1916. *Fatores da evolução dos povos* (série de artigos publicados na revista *Ciências e Letras* (1916) — *Bosquejo biográfico do Dr. Clóvis Bevilaqua, separata da Revista do Instituto Histórico do Ceará* (1916). Além desses escritos, há dele conferências, discursos, versos e estudos críticos em avulso e em jornais ou revistas . . . . .

Em todos os seus trabalhos — conclui Clóvis — se faz sentir a sua boa cultura literária e filosófica". (2)

Em homenagem à atuação cívica e aos elevados dotes intelectuais e morais de Afonso Cláudio foi dado o seu nome a um dos municípios do Espírito Santo. (3)

Nascido na cidade de São Mateus em 12 de junho de 1866, foi Graciano Santos Neves um dos mais brilhantes aderentes do Positivismo no Espírito Santo.

Diplomado, em 1889, pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, onde defendeu uma tese positivista intitulada "*Dos Nervos Tróficos*", foi presidente do Estado em 1896, havendo baixado em 25 de setembro desse ano o seguinte decreto:

"Decreto n.º 65 — O Presidente do Estado, fazendo cumprir a Constituição Federal e usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 51 da Constituição estadual decreta:

"Art. 1.º — A nenhum cidadão será exigida prova alguma oficial de habilitação para exercer livremente qualquer profissão intelectual, moral ou industrial.

"Art. 2.º — Enquanto não forem regularmente instituídos concursos para provimento dos cargos públicos do Estado, poderão ser estes preenchidos, efetivamente ou não, por quaisquer cidadãos não diplomados, não havendo preferência de espécie alguma para aqueles que possuem títulos oficiais de habilitação, exceto nos casos determinados pela Constituição Estadual.

"Art. 3.º — São revogadas as disposições em contrário, constantes da lei n.º 7, de 28 de junho de 1892, e dos decretos que as contiverem".

Essa questão da liberdade profissional em termos amplos, com a dispensa de diplomas escolares, deu lugar, como não podia deixar de ser, a grandes e apaixonados debates durante a vigência da Constituição de 1891, como veremos no capítulo quarto da quinta parte deste livro, ao estudar o Positivismo e a República.

Em 1903, o Padre Júlio Maria fez do púlpito da catedral de Vitória uma série de conferências. Após ouvir cada uma delas,

Graciano Neves dirigia-se à redação do "*Estado do Espírito Santo*" e escrevia um artigo a respeito do mesmo assunto, destruindo a argumentação do sacerdote. Aproveitando-se de uma expressão do padre, deu-lhes o título de *Meia Ciência*. O primeiro desses artigos, publicado em 2 de julho de 1903, começa assim:

"Desde as idades mais remotas da História, o espírito humano tende inevitavelmente e sem cessar para a conquista do determinismo que é a suprema aspiração de toda a ciência. Através de todas as criações humanas de que há notícia, através das religiões mais extravagantes e das crenças mais absurdas, há contudo um núcleo invariável e comum de tendências para o conhecimento positivo das condições que regem a produção dos fenômenos universais.

"**Todo mundo quer saber quais são as leis naturais e eternas que presidem à manifestação dos fatos. E uma vez descobertas essas leis não há controvérsias subalternas que tenham a audácia de negá-las.** Aristóteles, Pitágoras, Hiparco, Arquimedes, Avicenne, Cardan ou quaisquer outros sábios de quaisquer épocas históricas poderão não ter crenças religiosas comuns, mas todos eles não de se harmonizar na certeza de que o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos outros dois lados.

"O laço que une a Humanidade inteira, o jugo a que se curvam as cabeças dos sacerdotes e dos profanos, dos reis e dos servos, dos soberbos e dos humildes, é a força irresistível das verdades científicas contra as quais nada prevalece, quer seja o amor, quer seja a fé. Se S. Agostinho negou a esfericidade da terra e a existência dos antípodas, em nossos dias a mais submissa consciência católica lançará sobre o genial Padre da Igreja a pecha de uma escandalosa ignorância astronômica.

"A ciência é a base da fraternidade e da submissão. É pelo fato de reconhecer a fatalidade das leis do mundo que a Humanidade sente-se obrigada a procurar no seu próprio seio a sua própria providência. A inteligência submete-se espontaneamente, sem revoltas, às leis naturais que são provadas, à fé que se pode demonstrar. Mais tarde ou mais cedo, porém rebela-se vitoriosamente contra a fé revelada. Não há exemplo histórico até aos nossos dias de alguém bastante temerário que ousasse negar que a soma dos ângulos de um triângulo é igual a 180 graus. E no entanto qualquer imbecil é capaz de negar o Deus dos muçulmanos com uma certeza heróica. No terreno da causalidade há uma liberdade infinita de opiniões, e no terreno da condicionalidade científica não é qualquer que tem a coragem de erguer a voz para anunciar alguma coisa de novo e não sabido.

"O fanático anuncia à boca cheia relações de intimidade que tem com Deus e desaparece do mundo sem ter legado à Humanidade verdades de que ela possa eternamente aproveitar-se; ao

passo que um pobre sábio de "meia ciência", um Galileu, por exemplo, que não tem o auxílio das revelações divinas, arrisca timidamente alguns resultados do seu imenso labor intelectual, padece as humilhações que lhe impõem alguns semideuses de "ciência e meia" e é hoje conservado pela memória da gratidão universal, quando ninguém mais sabe o nome das eminências que o perseguiram.

"No terreno filosófico da causalidade quanto mais radical é a ignorância dos crentes, tanto maior é a sua audácia teórica. Perguntem ao pobre selvagem africano que não sabe ainda contar, que anda seminu porque a sua atividade industrial é ainda rudimentar, quem foi que fêz o sol: — e êle imediatamente responde, com uma convicção inabalável, que foi um certo deus muito conhecido, protetor especial de sua tribo".

Candidatando-se, em 1909, ao concurso para a cadeira de Lógica do Ginásio Nacional, vaga pela morte, em 1908, de Vicente de Souza, Graciano Neves dissertou brilhantemente em 17 de maio daquele ano sobre o ponto sorteado — *Verdade e Erro*, revelando, nesse trabalho, que foi publicado pelo *Jornal do Comércio* de 2 de junho de 1909, a sua formação francamente positivista. Eis a parte inicial dessa prova:

"Verdade aqui, erro além dos Pirineus" — disse um dia amargamente Pascal, êsse grande espírito torturado, que de balde procurou repouso para o seu incurável pessimismo. A verdade é humana, é relativa à sociedade e ao homem. Em primeiro lugar, a verdade depende dos sentidos. Diziam os antigos que ela é a conformidade entre a inteligência e as coisas: *conformitas intellectus et rei*. Basta esta consideração para mostrar desde logo que não há verdade absoluta desde que a verdade é uma relação entre o sujeito e o objeto. Na parte crítica de sua filosofia, Kant assim o demonstrou, patenteando a inanidade dos esforços humanos na descoberta de verdades absolutas: — só podemos conhecer os fenômenos, aquilo que afeta os nossos sentidos, disse o grande filósofo de Koenigsberg. E mesmo na percepção dos mais simples fenômenos, temos tantas vezes ocasião de testemunhar que os nossos sentidos isoladamente se enganam, e que é preciso que um dêles se retifique pelos outros!"

Também no interessante volume *Doutrina do Engrossamento* é evidente a marca positivista do espírito de Graciano Neves.

Certa vez — conta Madeira de Freitas (Mendes Fradique) — entrou Graciano "num concurso para provimento de uma cadeira da Escola Normal de Vitória, tirou o primeiro lugar, a que renunciou, pois se ocupara naquela prova pública por não haver outra distração que melhor o entretivesse no viver monótono da província. Funcionário técnico do Jardim Botânico, recebeu, em palestra na hora do expediente, a sugestão de reger uma cadeira

na Escola Superior de Agricultura. No dia seguinte inscreveu-se. Fêz o concurso de Botânica. Obteve com brilho o primeiro lugar e ocupou a cátedra, onde a morte o veio colher" (4), em 12 de maio de 1922.

Antigo aluno da Escola Politécnica do Rio, Deolindo Amaro da Costa, que fêz parte da Sociedade Abolicionista Espírito-santense, publicou em Vitória vários artigos em que se confessava positivista e explanava teses comtianas. (5)

### III

A figura mais eminente do Positivismo capixaba foi o Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire, de quem, na *História da Literatura Espírito Santense*, diz Afonso Cláudio: "As suas idéias filosóficas, em comêço, obedeceram à doutrina do Positivismo heterodoxo sob a direção de Littré; mais tarde à ortodoxia de Comte, quer na filosofia, quer na política". (6)

Nascido em Vitória a 13 de julho de 1861, matriculou-se Moniz Freire, em 1877, na Faculdade de Direito de Recife, de onde se transferiu, em 1879, para a Academia de São Paulo pela qual se diplomou em 5 de novembro de 1881.

Eleito à Assembléa Provincial do Espírito Santo de 1884 a 1889, neste mesmo ano passou a representar a Província, como Deputado Geral, sendo, no ano seguinte, eleito para a Constituinte Republicana. Nesta apoiou tôdas as teses positivistas, acêrca das quais proferiu, em 12 de janeiro de 1891, um discurso que, na época, foi grandemente comentado. (7)

Depois de ocupar a Presidência do Estado durante o quadriênio de 1892 a 1896, foi novamente escolhido para exercê-la no período de 1900 a 1904.

Ao deixar, pela segunda vez, a Presidência do Estado, foi eleito senador, mandato que ocupou de 1904 a 1915. Faleceu, no Rio, em 3 de abril de 1918.

De sua autoria é o ante-projeto da Constituição do Espírito Santo que passou a vigorar em 1892 e onde é evidente a influência positivista.

Foi fundador e redator da "*Aurora*" (1875), "*A Liberdade*" (1876), "*Gazeta Acadêmica*" (1878), "*Liberal Acadêmico de São Paulo*" (1880-1881).

Com Cleto Nunes fundou, em 1882, o jornal "*Província do Espírito Santo*", mais tarde transformado em "*Estado do Espírito Santo*", e colaborou sob o pseudônimo de Kosciuzko, no "*Correio da Manhã*", na "*Época*", no "*Jornal do Comércio*" e outros periódicos.

São de sua lavra, entre outros, os seguintes livros: "*Cartas ao Imperador*", 1885, "*A Constituição de 1892*", "*Pela Liberdade Política do Brasil*", 1910, "*Existência Política dos Estados*", 1913. (8)

Moniz Freire deixou, no Espírito Santo e em todo país, forte tradição: cultura, inteligência e alta moralidade.

Tão grande é o aprêço que lhe vota o espírito-santense que existem duas cidades em sua homenagem: a de seu nome — *Moniz Freire* e a de *Colatina*, nome de sua esposa. *Colatina* talvez seja o município mais importante do Estado.

Comemorando-lhe o centenário, ocorrido em 13 de julho de 1961, os filhos de Moniz Freire reeditaram, em opúsculo, os notáveis discursos e conferências que, de 1909 a 1913, proferiu, no Senado Federal e no Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro, profligando os vícios que corrompiam nossas instituições políticas e defendendo o voto secreto como o único realmente capaz de traduzir as aspirações de um eleitorado pobre e inerme diante do coronelato prepotente. (9)

#### IV

Sob o aspecto cultural, a Província do Rio de Janeiro foi, durante o Império, absorvida pela Côrte. Entrando, além disto, em precipitada decadência econômica a partir da Abolição, o grande Estado quase nenhuma influência direta recebeu do Positivismo, muito embora hajam sido fluminenses alguns dos mais prestigiosos discípulos brasileiros de Augusto Comte, como Benjamin Constant, Pereira Barreto, Miguel Lemos e Silva Jardim, entre outros.

O mais notável representante do Positivismo que haja atuado no próprio Estado do Rio foi o Dr. Antônio Luís dos Santos Werneck, o qual, como vimos em capítulo anterior, publicou, em 1880, em São Paulo, o livro "*O Positivismo Republicano na Academia*".

Nascido em Bemposta, município de Paraíba do Sul, formou-se em São Paulo em 1881.

A princípio monarquista, fêz, da tribuna, depois de eleito deputado provincial em 1885, profissão de fé republicana em discurso que encontrou, na então Província, enorme repercussão.

Por decreto de 3 de dezembro de 1889 foi nomeado pelo Marechal Deodoro para integrar com Saldanha Marinho, Américo Brasiliense, Magalhães Castro e Rangel Pestana, a comissão encarregada de elaborar o ante-projeto de Constituição Federal. Nessa Comissão apresentou um projeto que foi subscrito pelo seu companheiro de ideais políticos e filosóficos, Rangel Pestana.

Durante o Governo Provisório foi Secretário da administração de Campos Salles na pasta da Justiça. Posteriormente, ocupou o lugar de Juiz Federal na secção de São Paulo, notabilizando-se as suas sentenças pela inteireza moral e profundidade jurídica. Rejeitou, em certo momento, a indicação do seu nome para o

governo do Estado do Rio, feita pelas correntes políticas dominantes no Estado.

Santos Werneck advogou em Paraíba do Sul e aí fundou e redigiu "*O Constituinte*". Colaborou no "*Estado de São Paulo*", onde, entre muitos outros, publicou artigos notáveis sobre "*A Liberdade Profissional perante a Constituição, os Fatos, a Sociologia e o Direito*".

Faleceu em Petrópolis em 20 de março de 1907. (10)

Ainda representou o Positivismo no Estado do Rio o Dr. João Gambetta Perissé que residiu em Pádua e foi deputado estadual. Sua tese de doutoramento — "*Algumas contribuições ao Estudo da Terapêutica*" — apresentada, em 1908, à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, é tôda calcada nas obras de Augusto Comte e seus discípulos, conforme salienta, no prólogo, o seu próprio autor:

"Desejando contribuir, no que nos fôsse possível, para a reorganização da sociedade e acreditando sinceramente que o único meio de se conseguir êsse resultado depende da divulgação dos ensinamentos do Maior Filósofo que a Humanidade há produzido, procuramos amoldar-lhes o nosso trabalho...

"O nosso objetivo é chamar uma vez mais a atenção dos órgãos sociais assimiláveis para a Religião da Humanidade.

"Iniciando o nosso trabalho com a teoria da moléstia segundo o Supremo Mestre, fizêmo-lo do modo que nos foi possível, e esperamos que aquêles que quiserem melhor conhecer êsses belos e reais ensinamentos, os procurem nas obras do Mestre, ou dos seus dignos discípulos, principalmente o Dr. Audiffrent". (11)

Na Assembléia Estadual, para a qual foi eleito, em 1923, por diversas vêzes Gambetta Perissé defendeu postulados políticos e filosóficos do Positivismo. (12)

#### NOTAS DO SÉTIMO CAPITULO DA TERCEIRA PARTE

- 1) — A ficha de "*O Horizonte*" na Biblioteca Nacional é a seguinte: "*O Horizonte*", Vitória, Espírito Santo — *Ordem e Progresso*. Ano IV — n.º 1 — janeiro 1883-Junho 1885 — Ano II n.º 64 — Setembro de 1881-Dezembro 1882 em II-422, 3, 19, n.º 1 — o. O cabeçalho do n.º 1 do Ano IV é o seguinte: Esp. Santo — Vitória — Quinta-feira, 4 de janeiro de 1883 — Ano IV — n.º 1

"*O Horizonte*"  
*Ordem e Progresso*

- Redator Gerente — Maximino Maia — Tipografia Rua Conde d'Eu, 12.  
2) — CLÓVIS BEVILAQUA: "*História da Faculdade de Direito do Recife*", vol. I, pgs. 250 e 251, Livraria Francisco Alves, Rio, 1927.  
3) — Sobre a cidade de Afonso Cláudio, veja-se JUDITH FREITAS DE ALMEIDA MELO: "*Afonso Cláudio*", pgs. 57 e seguintes, Rio, Irmãos Pongetti, Editôres, 1959.

- 4) — MADEIRA DE FREITAS: (Mendes Fradique): prefácio ao volume de GRACIANO NEVES: "*Doutrina do Engrossamento*", pg. 10, Flores & Mano, editôres, 1959.
- 5) — Sobre o Positivismo no Espírito Santo e DEOLINDO AMARO DA COSTA, *Vide a Folha de Vitória*, de 25 e 29 de maio, de 1884; 4 e 14 de setembro de 1884; 12 de outubro e 2 de novembro de 1884; 25 de janeiro de 1885; 8 de julho de 1888; 22 de maio de 1890; e "*Comércio do Espírito Santo*", de 21 e 25 de outubro de 1896.
- 6) — AFONSO CLÁUDIO: "*História da Literatura Espírito-Santense*" pg. 307, Porto, 1913.
- 7) — *Vide* "Constituinte — Anais do Congresso Nacional", vol. II, pgs. 229 a 234, Imprensa Nacional, 1891.
- 8) — Os dados sobre MONIZ FREIRE são tirados do jornal "*Associação Espírito Santense*", ano I, Boletim Mensal de 30 de abril de 1952, n.ºs 6 e 7. A êle consagra SACRAMENTO BLAKE uma notícia no seu "*Dicionário Bibliográfico Brasileiro*", quinto volume, Imprensa Nacional, 1899, pgs. 96 e 97.
- 9) — *Vide* MONIZ FREIRE: "*O Voto Secreto*", Editôra Gráfica Laemmert Ltda, Rio, 1961.
- 10) — *Vide* "*Correio da Manhã*" de 29 de maio de 1958, e EUGÊNIO WERNECK: "*Antologia Brasileira*", edição de 1918, 97.
- 11) — JOÃO GAMBETTA PERISSÉ: "*Algumas Contribuições ao estudo da Terapêutica*", pg. 1, Rio, Tipografia do *Jornal do Comércio*, 1908. A tese de GAMBETTA PERISSÉ era dedicada, entre outros a Guilherme Bastos Milward, seu correligionário e colega de turma; a Teixeira Mendes e "*às memórias amantíssimas dos Santos Fundadores da Religião da Humanidade — Clotilde de Vaux e Augusto Comte*".
- 12) — Entre outras intervenções, tipicamente positivistas, de Gambetta Perissé, como deputado fluminense, cito as seguintes constantes dos "*Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro*" de 26.7.1924 a 31.10.1924 — pgs. 288, 309, 330 e 343 — Considerações sobre a liberdade espiritual. De 26.7.1925 a 31.10.1925, pgs. 231, 313, 331 e 690; Considerações sobre a liberdade Espiritual. De 26.7.1926 a 31.10.1926 — Considerações sobre liberdade espiritual e *Anais da Assembléia* de 26.7.1924 a 31.10.1924, pg. 288: Discurso sobre Galileu.

QUARTA PARTE

O POSITIVISMO NO RIO DE JANEIRO



## CAPÍTULO PRIMEIRO

### O POSITIVISMO INVADE A CÔRTE

*I) Condições que propiciaram a difusão do Positivismo no Rio de Janeiro. Sua repercussão na Imprensa. O Visconde do Rio Branco e a lei dos três estados. Veridiano de Carvalho. Miguel Alves Feitosa, o Imperador e o Positivismo. II) A reação espiritualista: Ferreira Vianna e Tarquínio de Souza. O Ministro do Império Rodolfo Dantas acusado de propagar o Positivismo no "Diário Oficial". O desprestígio da Igreja.*

#### I

**S**EDE DA CÔRTE E DO Parlamento, centralizando a vida política do país e contando numerosos estabelecimentos de ensino, além de vários centros culturais de valor, inclusive salões de conferências, estava o Rio de Janeiro fadado a ser o teatro do mais intenso surto do Positivismo no Brasil.

Já em 1859, como salientamos em capítulo anterior, ao saudar o aparecimento de "*As Primaveras*" de Casimiro de Abreu, Justiniano José da Rocha referia-se aos "*tempos de prosaico positivismo*" que eram então vividos no Rio de Janeiro. (1)

Possuía a capital do Império, no último quartel do século passado, diversas bibliotecas públicas, entre as quais se salientavam a Nacional, a Municipal, a Fluminense, a da Marinha, a do Exército e a do Real Gabinete Português de Leitura.

Numerosos eram os seus institutos de ensino, particulares e oficiais, dedicando o Imperador a êstes últimos uma atenção desvelada e permanente. Destacavam-se, entre muitos outros, o Ginásio padrão (Colégio Pedro II), a Escola Normal, o Colégio Militar, o Colégio São Bento, o Colégio Abílio, o Liceu de Artes e Ofícios, o Liceu Literário Português, as Escolas Municipais de Santa Rita, da Glória, de São José e de São Sebastião, os Institutos dos Cegos e dos Surdos-Mudos.

Além das Faculdades de Medicina e Farmácia, e das Escolas de Engenharia, Guerra, Marinha e Belas-Artes, abrigava ainda o Rio de Janeiro estabelecimentos e associações culturais e científicas tais como o Museu Nacional, o Jardim Botânico, o Instituto Histórico e Geográfico, a Academia de Medicina, o Instituto Politécnico Brasileiro, o Instituto de Música, a Sociedade Propagadora das Belas-Artes, o Instituto Farmacêutico, a Sociedade Amante da Instrução, os Institutos dos Bacharéis em Letras, dos Advogados, os Clubes de Engenharia, Naval e Militar, o Clube Ginástico Português e outros.

Reunir assim a capital do Império a sociedade mais requintada do país, não só pela riqueza, mas pela educação e cultura, afeita às recepções no Paço e nos salões diplomáticos, frequentando com paixão companhias dramáticas e líricas.

Sem a abundância e o lazer de que gozava ponderável parcela de seus habitantes, não seriam possíveis as preocupações intelectuais que haveriam de conduzir, no Rio de Janeiro, ao estudo mais aprofundado do Positivismo, e, conseqüentemente, à sua maior difusão. A tudo isto se acrescia a circunstância de ser no Rio que se agitavam, com maior veemência, os problemas políticos, como a Abolição e a República, problemas aos quais trazia o Positivismo soluções aureoladas com o incontrastável prestígio da sociologia, a ciência do século.

Favorecia ainda a divulgação do Positivismo no Rio a frequência com que então viajavam pela França muitos dos elementos de maior influência na vida política e cultural do país: parlamentares, banqueiros, médicos, advogados, engenheiros, professores, jornalistas e homens de letras que, de volta, traziam de Paris os livros e as idéias científicas, filosóficas e literárias aí mais em voga a partir da segunda metade do século XIX.

Constituiu, de fato, um fator decisivo para a propagação do Positivismo no Rio, a partir da segunda metade do século XIX, a circunstância de provir da França, então fonte quase exclusiva da cultura científica, filosófica e literária, não só do Brasil, mas ainda de Portugal, Espanha e suas antigas colônias americanas, exercendo forte atração sobre todo o Ocidente, inclusive sobre os países de formação nórdica, inglêsa, germânica e eslava.

Littré, Renan, Taine, Zola, Sully Prudhomme, Berthelot, Robin, Claude Bernard, Ribot, Richet e quase todos os corifeus da ciência, da filosofia e da literatura em França não conseguiam mascarar, a partir do último quartel do século XIX, as raízes positivistas de seu pensamento, o mesmo acontecendo na Inglaterra, entre outros, com Stuart Mill, Lewes, George Eliot, Alexandre Bain e Grote.

Eis por que, em 1881, comentava a *Revue Philosophique*:

“Quer sejamos seus partidários ou adversários, há, em cada época, doutrinas cujo conhecimento se impõe a todos os espíritos cultivados. Tal foi, no século dezessete, o cartesianismo: tal é, no século dezenove, o positivismo. A seu respeito compreende-se a luta, as discussões se explicam; a ignorância, porém, não mais se concebe” (2)

Em seu célebre relatório — “*La Philosophie en France au XIXe siècle*” — publicado em 1867, Félix Ravaisson evidencia que, já então, o Positivismo se apoderara, em França, de altos espíritos, como, entre outros, Littré, Taine, Renan e Claude Bernard. (8)

A mesma prova fêz, em relação à cultura de todo o mundo do tempo, o Padre Gruber S. J., em seu livro — "*O Positivismo desde Comte até os nossos dias*", publicado em 1892 e traduzido para o francês em 1893. (4)

O Brasil, então sob o fascínio da França, não podia, pois, furtar-se ao influxo da doutrina que ruidosamente vinha conquistando o mundo intelectual, sôbre o qual pairava "*espessa nuvem de positivismo*", como, em seus "*Novos Ensaios de Psicologia Contemporânea*," publicados em 1886, observava Paul Bourget a propósito de Alexandre Dumas Filho.

"É ridículo imaginar-se que o republicanismo de nossos oficiais tenha sido adquirido nos contatos com seus camaradas sulinos, durante a guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai — escreve o Professor Tocary Bastos em sua tese — "*O Positivismo e a realidade brasileira*" (pg. 64). Não foi dentro das mochilas que os nossos oficiais trouxeram o ideal republicano, mas êle aqui chegou nas páginas dos livros, que, vindos da França, traziam uma mensagem política, que era também uma nova concepção da vida: o positivismo".

Para que se tenha uma idéia do que foi a penetração do Positivismo no Rio de Janeiro, a partir de 1870, basta que se examine a imprensa de então, onde são amiudadas as alusões às doutrinas de Comte.

Com o objetivo expresso de propagá-las, fundam-se no Rio quatro periódicos: "*A Idéia*"; "*O Rebate*"; "*A Crença*" e "*A Crônica do Império*". "*A Idéia*" era uma revista mensal, onde colaboraram Miguel Lemos e Teixeira de Souza; "*O Rebate*" e "*A Crença*" eram semanários e "*A Crônica do Império*" saía quinzenalmente. (5)

Nos demais jornais e revistas dos últimos decênios do século passado frequentemente se encontram artigos influenciados pelo Positivismo. Assim, podemos ver, na "*Semana Ilustrada*", uma gravura onde o Conselheiro João Alfredo hasteia uma bandeira com a divisa "*Ordem e Progresso*". Isto em 1872, dezessete anos antes da República. Em 1877, "*O Mequetrefe*", de Aluísio Azevedo, que já havia publicado, na capa de número anterior, retratos de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, consagra uma página inteira à exaltação de Comte e sua obra. (6)

É nesse período que se dizia positivista José do Patrocínio, figura de relêvo na imprensa e nas letras da época. (7)

Outra publicação de interesse, pela linha francamente positivista que tomou desde o seu início em 1876, é a "*Revista do Rio de Janeiro*" de cuja redação foi, em 1877, encarregado Artur Azevedo. (8) Nela se nos deparam numerosos escritos de inspiração positivista, não somente sôbre os diversos setores da escala

enciclopédica, mas ainda sôbre a vida e a construção filosófica, política, social e religiosa de Augusto Comte apresentada em seu conjunto.

Destacam-se, nessa *Revista*, entre muitos outros, vários artigos sôbre matemática, infelizmente sem assinatura, nos quais, porém, o seu autor se declara discípulo de Benjamin Constant. Além dêsses, que reproduzem fielmente tudo quanto sôbre matemática se encontra em Comte, está a "*Revista do Rio de Janeiro*", em seus números de 1876, repleta de Positivismo, como o prova a diretriz geral das seguintes colaborações: "*O Darwinismo e o Comtismo*" (nove artigos); "*Astronomia*" (três artigos); "*Biologia: Curso de Fisiologia de Cláudio Bernard*" (quatro artigos); "*Animismo e Vitalismo*"; "*Doutrina do Real*" (dezoito artigos); "*A Revolução de Augusto Comte*" (cinco artigos); "*A Filosofia Positiva*" (vários artigos); "*Escolas Políticas*", "*Estética*" (dois artigos).

Como amostra do entusiasmo característico dêsses trabalhos, transcrevemos aqui o final da série "*A Revolução de Augusto Comte*" publicada em 1876:

"É lícito a nós, os verdadeiros positivistas, aplicar com orgulho ao grande Mestre e ao primeiro *Pontífice da Humanidade*, estas belas palavras de Alfredo de Vigny: "*O que é uma grande vida? Um pensamento da mocidade realizado na idade madura*"

"A vida do fundador do Positivismo em sua admirável unidade, como mui bem diz o Dr. Robinet, se divide em três fases: na primeira, de um caráter sobretudo *social*, êle proclama a necessidade da restauração espiritual; na segunda, principalmente *filosófica*, estabelece as bases sistemáticas desta nova autoridade; na terceira, inteiramente *religiosa*, institue o culto correspondente ao dogma previamente elaborado.

"Além da inspiração social e espírito positivo, encontra-se em Augusto Comte o fervor renovador de um verdadeiro gênio filosófico. Tão grande potência intelectual era todavia sobrepujada, segundo o privilégio das almas nobres, pela suprema qualidade do coração: o amor e a dedicação à humanidade. Ele confundia em uma só alma: a sabedoria antiga, a ternura cavaleiresca, a pureza católica, a razão e o sentimento modernos".<sup>(9)</sup>

Surpreende que havendo Miguel Lemos, em 1876, publicado uma tradução do *Calendário Positivista* na *Revista do Rio de Janeiro*, não se refira a esta última quando faz o histórico do Positivismo entre nós.

Em discurso pronunciado a 13 de novembro de 1877, sôbre o caráter científico do século XIX, proferido perante Suas Majestades Imperiais, na qualidade de Vice-Presidente do Instituto Politécnico Brasileiro, um estadista da importância do primeiro Pa-

ranhos demonstrou não estar alheio à obra de Comte, assim aludindo à *Lei dos Três Estados*:

“Neste recinto podemos falar com a franqueza de quem não teme desagradar, com a liberdade que nem sempre comportam as reuniões políticas, onde os homens se dividem em campos opostos, separados às vêzes por divisas convencionais ou que mal se distinguem, mas sempre prevenidos uns contra os outros, e agitados por antagonismos tradicionais e conveniências contrárias. Nosso Instituto é ainda jovem, sua fundação data de 1872; mas já tem prestado úteis serviços com a publicação de uma revista semestral, e pela cooperação que nêle procurou o Govêrno Imperial, cujo aprêço recebemos como honrosa animação e retribuimos com manifesto zêlo e a melhor vontade.

“A sua missão é o estudo e difusão dos conhecimentos teóricos e práticos dos diferentes ramos da Engenharia e das Ciências e artes acessórias. Êste programa mostra o vasto âmbito de suas investigações e o lugar que lhe está destinado no congresso de nossas associações literárias e patrióticas. O século atual parece caracterizado pelo império das ciências. Se a filosofia da história já pode merecer inteiro crédito nas leis gerais que atribue à marcha da civilização do mundo, o espírito humano move-se em uma órbita cujas combinações se renovam na mesma ordem. Desde a antiguidade grega até a era cristã, a civilização se tem desenhado, ao princípio, como religiosa, depois e sucessivamente como poética, filosófica e científica. Não direi, como Augusto Comte afirma da sua teoria histórica dos três estados, que as indicadas quatro fases sejam perfeitamente distintas ou sucessivas; creio, porém, que a atividade espiritual do homem se tem assim assinalado no correr dos séculos e pela sua influência nos destinos do movimento geral de cada povo. Seja, porém, exata, ou não aquela observação, é sempre certo que no século XIX predominam as ciências, e mais do que tôdas, as ciências naturais e físicas, cujas descobertas as matemáticas, suas companheiras inseparáveis, vão utilizando nas variadas aplicações com que estendem o domínio do gênero humano sôbre o mundo exterior, e satisfazem às multiformes e crescentes necessidades sociais. Estamos na época em que a aspiração universal é proporcionar a tôdas as classes populares, pela instrução, pelo trabalho e pela economia, a maior soma possível de bens morais e materiais. Ê, em uma palavra, o século da indústria no mais amplo sentido desta palavra, que hoje pode ser pronunciada sem mêdo da feia pecha de materialismo ou degradação moral”. (10)

A propósito do Visconde do Rio Branco e o Positivismo, é oportuno recordar o depoimento de Júlio Ribeiro em 1885, numa de suas *Cartas Sertanejas*:

“Paranhos [o Visconde do Rio Branco] era formado em matemáticas, mas depois de velho, tendo ouvido uma conferência positivista, mandou comprar para estudo o *Curso de Filosofia* de Comte, porque reconheceu-se em atraso, porque viu que *não sabia*”. (11)

Tão numerosos já eram, em 1877, os espíritos influenciados pelo Positivismo no Rio de Janeiro, que Veridiano de Carvalho publicou, nesse ano, com o pseudônimo de Carolino de Harveva, um drama em três atos intitulado “*Os Positivistas*”.

Eis como, na cena final do primeiro ato, Valentim, representante da nova doutrina, a define:

“O Positivismo é uma escola fundada por Augusto Comte, e sustentada por Emílio Littré e muitos sábios eminentes: é o sistema filosófico mais consentâneo com a razão humana e que por isso tem-se implantado largamente nos domínios das ciências modernas. Combinam-se nesse sistema as indicações da ciência fisiológica com as revelações da história coletiva da humanidade e torna-se ciência verdadeira, porque o homem renuncia a tôdas as hipóteses teológicas e metafísicas, a tôda intervenção sobrenatural, a tôda análise das causas finais e das causas primárias e não admite senão os fatos positivos e incontestáveis. A divisa dêste sistema é o banimento do sobrenatural e a elevação da humanidade: *Diis extinctis, Deoque, successit Humanitas*. O ideal da doutrina positivista, conforme se exprime Robinet, é considerarmos-nos a nós próprios, a humanidade enfim, como o único ser verdadeiro, supremo e imenso, porque cobre o mundo..... Eterno, porque abraça ao mesmo tempo o passado, o presente e o futuro; todo poderoso, porque nenhuma ação inteligente se pode comparar à sua! É da humanidade que depende o nosso destino, é ela quem nos protege contra as fatalidades exteriores ou interiores, que nos defende contra os males físicos e que nos fortifica contra o mal moral. É ela que nos diminue o pêso das imperfeições da natureza, única providência que nos eleva gradualmente das misérias da animalidade aos encantos da grandeza da vida social!” (12)

Veridiano de Carvalho gozava de prestígio nas rodas literárias do último quartel do século passado, tendo sido em 1893 solicitado pelo Visconde de Taunay, já então escritor consagrado, para prefaciá-lo o seu romance “*O Encilhamento*”.

Em 1878, Miguel Alves Feitosa, “*um cidadão de vinte anos*”, ao qual já me referi ao estudar o Positivismo em São Paulo, obtém consentimento do Imperador para oferecer-lhe um opúsculo sobre “*Os Três Estados*”. Na dedicatória dêste trabalho, que prova ao mesmo tempo a magnanimidade de Pedro II e a sinceridade de Feitosa, êste adverte que o Império estava com os seus dias

contados à vista da incompatibilidade existente entre êle e a Filosofia Positiva.

Eis essa dedicatória:

“A

“S. Majestade Imperial

“O Senhor D. Pedro II

“Senhor

“O desenvolvimento brasileiro, moral e social, não pode deixar de aliar-se à indireta e comum organização do estado definitivo do espírito humano.

“Do futuro espiritual da humanidade depende o triunfo efetivo da filosofia positiva. Do conjunto da ação vitoriosa do evangelho positivista deve promanar nossa emancipação social e científica das peias teológicas e da tutela metafísica.

*“Uma consequência capital de nossa emancipação social e científica é a eliminação política da ditadura monarquista. A verdadeira liberdade política, resultante da futura e decisiva impotência da monarquia, constitue a ambição fundamental da família americana e do mundo.*

“Saudando em Vossa Majestade Imperial a mais franca e plácida solidariedade monárquica com o desenvolvimento científico ou positivista, não me dirigi ao imperante, mas ao esclarecido brasileiro, quando tive a honra de oferecer ao vosso juízo estas humildes páginas:

“Vos dignastes recebê-las com a graciosa benevolência que realça o vosso caráter.

“Aceitai a mais pura expressão do respeito que vos tributo.

*Miguel Alves Feitosa”.*

O mesmo volume trazia ainda entusiástica dedicatória a Littré e mais a seguinte a Benjamin Constant:

“Ao Ilustrado Lente

“Da Escola Politécnica o Dr. Benjamin Constant

“Aparecem estas modestas páginas provocadas por um generoso sôpro de vossa animação. Não encontrando em meu espírito a expressão cabal com que pudesse vos externar meu reconhecimento, permiti que eu me limite a oferecer à vossa profunda e cultivada inteligência a mais respeitosa e sincera saudação.

“Miguel A. Feitosa”. (18)



O Imperador não ficou estranho e indiferente à penetração do Positivismo entre nós. A êste propósito registou Teixeira Mendes em seu *Diário* uma conversa com Benjamin Constant ocorrida em abril de 1880:

“Resolvi ir à Escola Politécnica assistir a um concurso que hoje havia. Nessa ocasião encontrei o Benjamim [Constant] e estive conversando com êle. Falou-me da inauguração da Escola Normal, e disse-me que o Imperador estava se modificando: F. . . . não contou a conversa que teve com êlc? — acrescentou depois. Respondi-lhe que não; e êle então referiu-me que o Imperador dissera que só tinha uma dúvida no Positivismo, que vinha a ser a necessidade de uma religião como freio à massa. Que a idéia da Humanidade era demasiado elevada; que F. . . . . lhe havia então observado que o Positivismo era uma religião. (7 de abril de 1880).

Mais tarde, o próprio F. . . . ao qual aludia Benjamin Constant e que supponho fôsse Miguel Alves Feitosa, contou a Teixeira Mendes essa conversa, conforme consta do *Diário* dêste último:

“Depois falou-me êle [F] da conversa que tivera com o Imperador sôbre o Positivismo. Êste lhe havia dito que sentia a necessidade de um Deus e de outra vida, e que não compreendia pudesse haver moral superior à moral cristã. Ao que F. . . . respondera que essa moral era egoísta, ao passo que a moral positivista era altruísta. O Imperador observou-lhe então que não via como o homem pudesse ter um freio só com a prática do bem, sem a recompensa futura. Ao que F. . . . respondera, que, em primeiro lugar, havia prazer em praticar o bem, como êle, Imperador, o sabia; e, em segundo lugar, havia a recompensa de viver na memória dos outros. E a prova de que esta moral basta é que Sua Majestade (acrescentou F. . . .) sabe que todos os positivistas que conhece são homens sérios. Ah! sim, respondeu o Imperador, eu os respeito, e foi justamente êsse o fato que chamou a minha atenção”. (17 de abril de 1880)” (14)

Sendo Feitosa litréista, supponho seja êste o motivo de designá-lo Teixeira Mendes apenas pela inicial F.

Levado, sem dúvida, pela repercussão que Augusto Comte encontrava não só na Europa, como entre nós, a êle expressamente alude Gonçalves de Magalhães, então nosso Ministro em Roma, no volume impresso em 1880: “*Comentários e pensamentos*”, último livro que publicou. (15)

Em 1881, no *Relatório Clínico das Enfermarias dos Alienados do Hospital de São João Batista de Niterói*, o Dr. João Francisco de Souza expõe longamente a teoria positivista da loucura, comprovando, como veremos ao enumerar as teses apresentadas à Escola de Medicina, a partir de 1865, como se achava difundida entre os médicos do Rio de Janeiro a doutrina de Comte. (16)

Sôbre a Fisiologia Cerebral, encarada sob o prisma positivista, já publicara o Dr. João Francisco de Souza um trabalho.

Manifestação expressiva do conhecimento do Positivismo, mesmo religioso, no seio da mocidade acadêmica do Rio de Janeiro é o volume estampado em 1882, com o título *Centenário do Marquês de Pombal — Homenagem da mocidade acadêmica brasileira*.

Colaboraram na homenagem cinquenta e seis jovens, muitos dos quais francamente positivistas, como se vê das seguintes amostras:

“Barrada a Providência caprichosa da teologia nos fatos sociais — escreve Lauro Sodré, relator da Comissão promotora da homenagem — aceitou-se como provada a ação de uma Providência real, efetiva, positiva, a Providência Humana.

“Viu-se através dos séculos a imagem dêsse grande ser. Esta investigação da História, e esta revelação pela ciência, tornaram-se a hégira de uma nova fase social.

“Daqui nasceu uma nova orientação à marcha progressiva do homem. Arrancado aos sonhos do misticismo, desviou os olhos da estátua diáfana das divindades teológicas. Aplicou, mais proveitosamente as suas fôrças dedicando-se ao serviço da Humanidade. Sentiu-se ligado ao passado e ligado ao futuro. Reconheceu-se um elo da cadeia humana una e contínua.

“Daqui proveio o culto da Humanidade.

“Destacou-se do quadro da história o vulto dos grandes servidores do gênero humano.

“Hoje celebram-se as festas da positividade sem o turbúlo da catolicidade” (17)

Saturnino Cardoso, aluno da Escola Militar e irmão de Licínio Cardoso, escreveu:

“Hoje, em vez das gerações curvarem-se perante os símbolos representantes das ficções teológicas, que nenhuma influência têm no progresso real da Humanidade, curvar-se-ão perante a memória dos grandes vultos que com seus esforços melhoraram as condições da existência, aumentando o capital intelectual, social e moral da Humanidade, e, em vez de concorrerem para a ereção dêsses monumentos que são a perpetuação do teologismo, concorrerão para derramar no seio da sociedade a instrução e a educação sociais .....

“A glorificação dos grandes nomes como o dêste imortal estadista elevando a veneração humana, é uma realização do culto externo da religião da Humanidade e por isso associando-nos a essa festa grandiosa rendemos uma homenagem à política moderna na memória do vulto grandioso do verdadeiro estadista, cujo nome gravado nas páginas da história servirá de ponto de

referência para todos os grandes estadistas que se compenetrarem de sua Missão". (18)

Assinado por L. S. (Lauro Sodré), encontra-se o soneto: *Sobe Pombal*, encimado pela divisa positivista *Diis extinctis, deoque successit Humanitas*. (19)

"Graças a um espírito são e culto, o de Augusto Comte, a humanidade de hoje procura trilhar nova senda — escreve Alfredo de Paiva.

"As superstições dos antigos vão pouco a pouco se ofuscando diante do astro luminoso das novas idéias. E às velhas religiões contrapõe-se a grande Religião da Humanidade, que tem por princípios eloquentes o Amor, a Ordem e o Progresso — princípio, base e fim.

.....

"Foi uma verdadeira aurora de luz suave que desabrochou naquele cérebro gigantesco trazendo como consequência o esboramento completo do antigo edifício social.

"E na verdade vai-se hoje operando uma revolução completa e radical no espírito da nova geração.

"A política, a poesia, as artes, a indústria, a ciência, tudo enfim que caracteriza a atividade e o desenvolvimento do espírito humano, tôdas as faces da vida social dos povos vão experimentando as seivas poderosas e vivificantes do positivismo de Comte. Caíam sôbre a Memória do Grande Benfeitor da Humanidade as bênçãos de todos os povos que compõem a curva luminosa da Civilização! .....

"Avante, Religião da Humanidade! Entoemos os nossos cânticos aos Santos de nossa adoração, os benfeitores dos povos". (20)

O Dr. Rabello Guimarães, já formado em Medicina, escreveu:

"Alimentar a cultura dos sentimentos altruístas na coletividade dos indivíduos que constituem uma nação, solenizando a memória daquelles que selaram o seu nome nas pacíficas conquistas da civilização; elevar a mentalidade de um Povo, familiarizando-o com a vida dos grandes vultos da História da Humanidade, que receberam e imprimiram movimento definitivo à evolução social — e promover sob o influxo do *amor* e nos limites da *ordem*, a causa do *progresso*, é ter a mais clara e lúcida intuição dos altos destinos da nossa espécie.

"Bem haja, pois, a doutrina filosófica, que preceitua a veneração aos que bem fizeram à Humanidade!!" (21)

Não exagerava, portanto, o Dr. Francisco Antônio de Almeida ao escrever, em 1879, no livro "*Da França ao Japão*":

"Os doutores chineses aprofundam e discutem a filosofia de Confúcio, do mesmo modo que, entre nós, os estudantes adian-

tados das nossas escolas se entregam ao estudo da filosofia positiva, desenvolvida magistralmente por Augusto Comte". (22)

O Dr. Francisco Antônio de Almida fôra, em 1874, encarregado pelo Govêrno Imperial de observar, como adido à comissão do Govêrno Francês, a passagem de Vênus pelo Japão.

Do que fôsse, por esse tempo, a popularidade de Augusto Comte nos meios estudantis do Rio de Janeiro, é um índice curioso o que conta Miguel Lemos em correspondência publicada na *Revista Ocidental* de Julho de 1882 (pgs. 150-151).

Uma das festividades comemorativas do centenário da morte de Pombal consistiu em grande regata na baía de Guanabara, onde figurava um barco que tinha o nome de *Augusto Comte*. Competiu êste com um outro denominado *Jesuíta*, alusivo à luta que Pombal travou com a Companhia de Jesus. Com grandes aplausos da assistência, o barco *Augusto Comte* derrotou o *Jesuíta*.

## II

Não se fizeram tardar, porém, no Rio, os opositores da nova doutrina.

Em 1876, Feliciano Pinheiro Bittencourt, então estudante de Medicina, toma posição ostensivamente contrária ao Positivismo em palestra pronunciada numa série de *conferências populares*, realizada na capital do Império e na qual trata da doutrina de Comte sob o ponto de vista filosófico, político e religioso. (23)

Em 26 de abril de 1879, falando no Senado sôbre o decreto 7247, de 19 de abril do mesmo ano, da lavra do ministro liberal do gabinete Sinimbu, Carlos Leôncio de Carvalho, e que estabelecia o *ensino livre*, o senador João José de Oliveira Junqueira rejeitava as faculdades livres, previstas no decreto, porque não havia qualquer garantia de que nelas as doutrinas católicas não seriam contestadas e elas certamente o seriam em virtude da "*doença moral que infecciona lentamente a nossa sociedade, na qual vão grassando as idéias e doutrinas positivistas, que se filiam à escola de Augusto Comte*". (24)

Em 1882, encarnando, com maior ressonância, a reação espiritualista contra a penetração do Positivismo no Rio, proferiu Ferreira Viana, na Câmara dos Deputados, em sessão de 4 de agosto, veemente discurso interpelando o Ministro do Império, Leão Veloso, a propósito da retirada do pórtico da antiga Academia de Belas Artes, de autoria de Grandjean de Montigny, o qual, reconstruído por iniciativa do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, se encontra hoje no Jardim Botânico do Rio. (25)

Dêsse discurso, que é longo e palavroso, não confirmando a fama de grande orador desfrutada por Ferreira Viana, extraio os

seguintes passos que lembram a oração do Deputado Magalhães Taques, em 1871, sôbre o perigo de estar o Instituto dos Meninos Cegos entregue à direção de um positivista:

“O senhor Ferreira Viana:

.....

“Em vez da filosofia cristã a arte foi beber suas inspirações na filosofia positivista. O homem perdeu a graça: fonte do gênio. Quer apenas viver e contentar-se com a vida nesta tenda passageira do mundo. Não é capaz de trocar esta vida mal passada neste mundo de misérias com as sensualidades despertadas, e os apetites que a civilização lhe acende, por um momento de glória, por uma alucinação do entusiasmo, por uma fé ardente, uma esperança celeste!

“E, senhores, como é possível levantar o gênio se a filosofia o rebaixa? Deus o chama, o positivismo o empuxa do céu para a terra. Falta o amor, esta cadeia imensa que junta Deus aos homens, os prende a si e os balouça eternamente neste vácuo imenso da existência! (Muito bem! Muito bem!).

“A arte está morta; a filosofia positivista não tem inspiração.

“Esta filosofia não vem só perturbar, deturpar, afeiar e aleijar a arte; vem fazer obra mais sinistra e terrível, para a qual chamo a atenção do govêrno, primeiro responsável pelos destinos morais e intelectuais do Império; vem levantar o espírito de revolta do homem contra tôda a autoridade constituída, desde Deus seu criador, até o govêrno; suscitar os abalos e agitações que perturbam o nosso século e explicam o descontentamento geral.

“Porque, senhores, com a organização social que recebemos dos nossos antepassados e com a filosofia que temos, é impossível manter em paz os que nada têm, diante daqueles que possuem mais do que o supérfluo. É uma guerra acesa, um caminho ameaçado de explosões; e tudo procede da filosofia positivista.

“Bem pouco sabe da história do espírito humano e atrasado é todo o homem de Estado que acredita na ineficácia da filosofia positivista.

“Assim pensavam homens doutos, estadistas de primeira ordem da Alemanha, quando toleravam que se espalhassem livros contra a ordem estabelecida na sociedade civil; lançavam contra êsses produtos o desdém, dizendo — êsses filósofos ninguém os lê, e alguns que os lêem não os compreendem, o resto não crê nêles.

“Senhores, tôdas as revoluções que se têm feito no mundo, vêm das idéias e da sua direção.

“Quem domina esta massa viva, que se chama — corpo humano é o espírito. Quem dominar o espírito, domina o homem; e quem domina o homem pelo espírito, governa a sociedade. Os impulsos vêm do espírito.

"A filosofia não é senão a suma da crença e das opiniões dos espíritos; por consequência a filosofia é a dominadora do universo. Uma idéia, formulada nas regiões da filosofia e lançada sobre os povos tem feito revoluções e transformado mais o mundo do que todos os regimentos dos grandes capitães. (Muito bem! Muito bem)". (2<sup>a</sup>)

Já na sessão de 15 de maio de 1882, repercutira o Positivismo na Câmara dos Deputados ao ser Rodolfo Dantas, então Ministro do Império, apontado como aderente de Comte pelo deputado Tarquínio de Souza. Vale a pena transcrever aqui alguns tópicos dêsse discurso que é mais um grito de alarma contra a grande irradiação que vinha encontrando, em todo o país, o Positivismo:

"O Sr. Tarquínio de Souza:

"Nem as minhas congratulações ao nobre ministro do Império se entibariam pelo fato de se haver S. Excia. declarado nesta Câmara liberal *adiantado*, ao passo que eu, Sr. Presidente, como V. Excia. sabe e a Câmara não ignora, sou um conservador um tanto emperrado, da escola daqueles, que procuram antes de tudo manter as instituições do país, buscando nas tradições do passado as mais úteis e proveitosas lições para melhorar o futuro. (Apoia-dos)

"Mas, Sr. Presidente, se como venho de dizer, não me impressionam as idéias liberais adelantadas do nobre ministro do Império, não posso entretanto ocultar à Câmara dos Srs. Deputados, que me afligem e consternam as tendências positivistas do nobre Ministro, tão claramente manifestadas em um discurso, aliás eloquente, proferido por S. Excia. na outra casa do parlamento na sessão de 17 de março próximo passado. (Entra no recinto o Sr. Ministro do Império).

"Se ao nobre ministro tivesse sido confiada a pasta da agricultura, comércio e obras públicas, eu não me demoraria sobre este assunto.

"Conheço que o método de observação e de experiência a que exclusivamente recorre a escola positivista, é aquêlê que melhor convém aos negócios que correm por aquela pasta; mas o nobre ministro, a quem tenho o prazer de ver agora neste recinto, é o nosso ministro dos cultos. Pela pasta confiada a S. Excia. correm os negócios eclesiásticos, correm também os importantíssimos interesses da instrução pública, e sendo assim, V. Excia. bem vê que não posso deixar de nutrir sérios receios pelas tendências positivistas do nobre ministro do Império .....

.....

"Senhores, estou persuadido de não fazer injustiça ao honrado ministro do Império, mostrando-me apreensivo por ver S. Excia. filiado a uma escola filosófica, cujas doutrinas me parecem per-

niciosas e cuja vulgarização há de trazer, por certo, grandes males ao nosso país.

“Tratando da instrução pública, disse no Senado o nobre ministro do Império que o Estado não tem o dever, nem o direito de distribuir outro ensino que o da realidade sensível superior às divergências de teorias e de crenças, de escolas e de culto; e, segundo me parece, não é possível fazer uma profissão de fé positivista mais explícita, mais clara e terminante.

“Sr. Andrade Figueira — Francamente materialista: *verdade sensível*; limita-se às verdades dos sentidos; todo o mundo metafísico está excluído.

“Sr. Tarquínio de Souza — Assim, pois, se para o nobre ministro do Império como para os chefes da escola positivista, as idealizações teológicas não passam de meras ficções, se as entidades metafísicas são puras quimeras, hipóteses inúteis que já tiveram seu tempo; se para o nobre ministro o absoluto e o infinito não são acessíveis à inteligência, nem ao saber humano; se para S. Excia. só tem existência real a matéria e as forças que lhe são imanentes, eu creio, Sr. Presidente, ter sobeja razão para acentuar agora a desconfiança que me inspira a gerência da pasta confiada ao Sr. Ministro do Império, em quem, aliás, reconheço outros títulos para bem dirigí-la.

.....

“O nobre ministro, Srs., parece adotar inteiramente a doutrina dos que não querem de modo algum tomar em consideração as verdades suprassensíveis, as verdades sobrenaturais; e esta disposição do espírito de S. Excia. é tanto mais lamentável quanto é certo que essas verdades, que aliás foram sempre admitidas, encontram ainda o apoio franco e sincero dos grandes oráculos da ciência moderna.

.....

“Vou terminar, censurando a propaganda positivista, que está fazendo o “*Diário Oficial*” do Brasil (Oh!)

“Espero ter ocasião de encontrar nesta casa o honrado Sr. Presidente do Conselho, para pedir-lhe que lance suas vistas para aquêlê órgão de publicidade, que está sob a imediata responsabilidade do nobre Ministro da Fazenda.

“Sr. Escragnolle Taunay — Mas se V. Excia. quer que se respeitem as suas opiniões, deve também respeitar as dos outros.

“Sr. Tarquínio de Souza — Não quero agora que respeitem minhas opiniões; o que eu quero, o que tenho o direito de querer é que se respeitem, que se não ataquem as instituições do país. (Apoiados) Quero que se respeitem as idealizações teológicas, as entidades metafísicas que a nossa lei criminal manda respeitar. (Apoiados e apartes)

“Sr. Rodolfo Dantas (Ministro do Império) — V. Excia. se refere a um artigo sobre a obra de Ernesto Renan.

“Sr. Tarquínio de Souza — O nobre Ministro do Império adivinhou. O “*Diário Oficial*” de hoje publica com efeito um artigo sobre Ernesto Renan, a propósito da última obra por ele dada à estampa, sobre Marco Aurélio, no qual se faz uma propaganda completa do positivismo.

“Vou ler à Câmara um trecho do artigo a que me refiro, e que não creio tenha sido inspirado pelo nobre Ministro do Império.

“Um sr. deputado — É uma tradução de uma fôlha estrangeira.

“Sr. Tarquínio de Souza — Vou ler para que o erro e o mal se não reproduzam. (Apoiados)

“Sr. Afonso Celso Júnior — Se o “*Diário Oficial*” cometeu um erro publicando esse artigo, V. Excia. comete erro maior transcrevendo-o no seu discurso, porque vai dar-lhe ainda maior publicidade. . .

“Sr. Tarquínio de Souza — . . . e para que em tempo o govêrno tome providências no intuito de coibir o “*Diário Oficial*” e sua redação.

“Referindo-se a Ernesto Renan e fazendo um confronto entre êle e Michelet diz o artigo:

“Michelet foi um poeta, amou, como poucos de sua raça têm amado; tinha todos os ideais castos. Renan é um pensador, foi o primeiro a fazer a revolução na ciência das religiões, tem todos os característicos profundos de um positivista. Na sua grandiosa obra científica teve um ideal apenas — a verdade, a justiça e a liberdade — isto é, o futuro, que deixou de pertencer a Deus, para pertencer à ciência, à humanidade, senhora dos seus destinos, altiva, forte e justa”.

“Temos, pois, uma negação completa da existência de Deus, uma profissão de fé atêista, e por isso, Sr. Presidente, creio ter inteira procedência a censura que faço ao artigo em questão, o qual infringe manifestamente o disposto no art. 278 do nosso Código Criminal, que assim se exprime:

“Propagar por meio de papéis impressos, litografados ou gravados, que se distribuem por mais de 15 pessoas. . . doutrinas que diretamente destruam as verdades fundamentais da existência de Deus e da imortalidade da alma. “Penas — de prisão por quatro meses a um ano, e de multa correspondente à metade do tempo”. (27)

Em 1882, a propósito das Escolas Normais, Benjamin Constant apresenta ao Congresso da Instrução, presidido pelo Conde d’Eu, um relatório onde longamente expõe o programa positivista de ensino e se insurge contra o ensino religioso nas escolas públicas. Eis alguns trechos característicos desse relatório:

“A nossa instrução pública primária, se é que tal nome merece o complexo de noções por demais rudimentares, deficientes, quase nulas que a constituem, não corresponde evidentemente às necessidades mentais e sociais do cidadão. Raro será o país tido na conta de civilizado, em que o ensino público seja dado em tão mesquinhas proporções. O cidadão em todos os povos livres, e de conformidade com a organização social e política dêesses povos, tendo de exercer como votante, eleitor, jurado, etc., funções as mais melindrosas e difíceis, que entendem diretamente com os destinos da pátria, precisa de uma larga e sólida instrução adaptada ao bom desempenho de tão complexas e elevadas atribuições; e não é de certo nas noções rudimentares da leitura e escrita, das quatro operações, e do catecismo que ela consiste.

“A leitura e a escrita são, quando muito, auxiliares para aquisição de conhecimento, mas só por si nenhuma instrução real contém; não dão ao cidadão idéia alguma a mais rudimentar, das necessidades da humanidade a que pertence, do mundo que habita, e dos múltiplos deveres que é chamado a desempenhar no meio social em que tem de viver. O catecismo e a história sagrada dão-lhe idéias falsas sobre as necessidades morais, sociais e materiais da vida real; preparando-o para o céu, procuram, pelo conjunto de idéias e de hábitos que inspiram, desprendê-lo do mundo que é apenas um lugar de transição, e da sociedade cujo bem estar, longe de interessá-lo, deve merecer seu anátema pelo apêgo à vida terrena que pode ocasionar em detrimento da salvação das almas”.

“Entre as alterações a realizar no nosso ensino público, bem como de muitos outros países, para elevá-lo ao nível que lhe compete, uma das mais importantes e indispensáveis é a supressão nas escolas do ensino religioso, ensino êste que deve ser dado na família pela mãe e nos templos pelos párocos ou pelos pastores em harmonia com as crenças de cada um.

“Ao clero compete o ensino religioso: é seu direito e seu dever. Os professôres leigos não poderão dá-lo com a unção e proficiência com que o faria um sacerdote zeloso.

“O ensino público deve ser completamente desprendido de todos os preconceitos teológicos, metafísicos ou próprios de qualquer outra doutrina que não tenha por si o assentimento universal. Só assim poderá convenientemente servir não só à dignidade, mas também e principalmente à solidariedade humana, apresentando como o exige o seu importante destino, um caráter predominante mais humanitário que nacional. O que se quer, o que se deve ardentemente desejar é a verdade no ensino, e esta só a ciência a pode dar”.

Eis, finalmente, a clareza com que Benjamin Constant apontava o principal defeito do nosso ensino, que persiste ainda hoje:

“Apontamos já alguns desses principais defcitos: muitos outros existem. Um, geral, que não falha em nenhum desses planos e dos mais graves que se podem cometer, consiste em despedaçar (permita-se-nos a expressão) as diversas ciências constitutivas do plano de ensino, e distribuí-las assim aos pedaços pelos diferentes anos do curso, notando-se que nem tôdas as partes são aí contempladas. Assim, em um mesmo ano, em um mesmo dia, tem o normalista de estudar promiscuamente um pedaço de aritmética, outro de álgebra, outro de geometria, outro de física, outro de química, etc. Imagine-se a situação aflitiva e infeliz desse pobre cérebro no meio daquelas ruínas, daqueles destroços das ciências! Quantos esforços infrutíferos para descobrir pedaços pertencentes a uma mesma ciência, ajuntá-los, pô-los em ordem a fim de restaurá-la! Quantos enganos, quantas confusões, já dispondo mal as peças de um mesmo todo, já reunindo em um partes pertencentes a diversos, etc.; e os pedaços que faltam?

“Não é, pois, sem fundamento que a imaginação popular é tão fértil em criações fantásticas como as do boi-tatá, ou do cavalo sem cabeça.

“Felizes os cérebros que podem resistir a tantas torturas! Se na organização de um plano de estudos se tivesse o firme e maligno propósito de dificultar à inteligência do aluno o conhecimento da ciência, não se teria descoberto meio mais eficaz”.<sup>(28)</sup>

Também em outros relatórios apresentados em 1882 ao Congresso da Instrução encontram-se alusões a Augusto Comte e ao Positivismo e é interessante registrar que Rodolfo Souza Dantas, acusado, como vimos, pelo deputado Tarquínio de Souza de favorecer, como Ministro do Império, a propaganda positivista no *Diário Oficial*, apresentou as seguintes conclusões em seu parecer sobre o “*ensino de moral e de religião nas escolas primárias, nos estabelecimentos de instrução secundária e nas escolas normais*”:

“I — Nas escolas normais, o ensino religioso, assim pelos professores das mesmas escolas, como pelos sacerdotes de qualquer religião, é absolutamente vedado.

“II — O ensino religioso fica ao cuidado das famílias e dos ministros de cada religião. Nas escolas primárias e nos estabelecimentos de instrução secundária se facultará lugar, onde, *depois das aulas*, os ministros dos vários cultos possam distribuir a instrução religiosa aos alunos matriculados que pertencerem às suas respectivas comunhões. (Lei belga de 1.º de julho de 1879, e decreto francês de 24 de dezembro de 1881).

“III — Nas escolas primárias e normais primárias o ensino moral não deve formar curso especial, convindo antes que se ligue a tôdas as lições da classe. (Entendemos dever notar, quanto às escolas normais, que quase tôdas as legislações mantêm nessas escolas o curso especial de moral).

"IV — Nos estabelecimentos de instrução secundária o *ensino científico da moral* deve ser feito na última série do curso". (29)

É curioso referir-se Rodolfo Dantas, em 1882, ao *ensino científico da moral*, que constituía uma das reivindicações positivistas, desde que, na *Política Positiva*, Augusto Comte separara a Moral da Sociologia, fazendo dela a sétima ciência de sua escala enciclopédica.

Lendo-se o parecer de Rodolfo Dantas e o de Benjamin Constant tem-se a impressão de que estava então a Igreja inteiramente aniquilada entre nós. E, realmente, para a difusão do Positivismo no Rio, a partir de 1870, muito influiu o desprestígio da Igreja unida ao Estado, o que permitiria ao Governo Imperial fazer, em 1874, condenar, pelo Supremo Tribunal de Justiça, a quatro anos de prisão com trabalhos forçados, os Bispos do Pará e de Olinda, Dom Antônio de Macedo Costa e Dom Vital de Oliveira, por terem pretendido pôr em execução uma Bula do Papa sem licença do governo.

A êste respeito é valioso o depoimento do Barão de Ramiz Galvão em seu livro — "*O púlpito no Brasil*" publicado em 1865, isto é, oito anos antes de iniciar-se a questão episcopo-maçônica:

"Não há mais crenças nem espírito de religião no povo nem no governo: corra-se do primeiro ao último degrau desta escada que se chama a nação, e ver-se-á por tôda a parte a mais completa indiferença; aqui como ali a má vontade e o escárneo; tudo está corrompido e civado dos pensamentos mais errôneos, tudo está grangrenado e cheio das mais repugnantes teorias . . . . . O povo está, e não podia deixar de sê-lo, completamente avesso às idéias do Catolicismo e da Igreja Romana. Não se acredita nos mistérios, não se respeitam os ministros, nem se executam as práticas, nem se veneram os templos" . . . . . (30)

No Carnaval de 1882, segundo o depoimento de Ina von Binzer, preceptora alemã que então se achava no Rio, em um dos carros alegóricos que desfilaram pela cidade, intitulado — *O retrato verdadeiro do Inferno*, figuravam padres, monjas e freiras surrados e supliciados. . . (31)

Compreende-se assim que ao terminar, em 1898, uma série de sermões, haja o Padre Júlio Maria feito o angustioso apêlo: "*Precisamos catolizar o Brasil!*", apostrofando os católicos brasileiros, segundo frisa Alceu Amoroso Lima, "*com as palavras candidentes de um Catão de batina*". (32)

#### NOTAS DO PRIMEIRO CAPÍTULO DA QUARTA PARTE

- 1) — *Apud* JOAQUIM NORBERTO DE SOUZA E SILVA: introdução "*Obras Completas de Casimiro J. M. de Abreu*", pg. 11, Livraria Garnier, Rio, sem data.

- 2) — “*Revue Philosophique*”, 1881, II, pg. 542, *apud*. R. P. GRUBER, S. J.: “*Le Positivisme depuis Comte jusqu'à nos jours*”, pg. 1, tradução do Abade Ph. Mazoyer, Paris, Lethielleux Libraire-Éditeur, 1893.
- 3) — Vide FÉLIX RAVAISSON: “*La Philosophie en France au XIX<sup>e</sup> Siècle*”, pgs. 54 e seguintes; 64 e 65, 96 e seguintes, 105, 128 *et passim*.
- 4) — Vide Padre GRUBER, S. J. “*Le Positivisme depuis Comte jusqu'à nos jours*”, trad. do Abade Mazoyer, Paris, Lethielleux, Libraire-Éditeur, 1893.
- 5) — Vide MIGUEL LEMOS: “*Resumo Histórico do Movimento Positivista no Brasil ano de 1881*”, Rio, na sede da Sociedade Positivista, 1882.
- 6) — Vide R. MAGALHÃES JÚNIOR: “*O centenário de Aluizio Azevedo*”, in *Jornal do Brasil* de 22 de dezembro de 1957, pgs. 1 e 2 do 3.<sup>o</sup> Caderno.
- 7) — Vide MÁRIO DE ALENCAR: “*Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras*”, in *Discursos Acadêmicos (1897-1906)*, pgs. 221 e 224, Civilização Brasileira S. A., Rio, 1934.
- 8) — Vide R. MAGALHÃES JÚNIOR: “*Arthur Azevedo e sua época*”, pg. 224, 2.<sup>a</sup> edição, Livraria Martins Editôra S. A., São Paulo, sem data.
- 9) — “*Revista do Rio de Janeiro*”, volume quarto, pg. 134, Serafim José Alves, Editor, Rio, 1876.
- 10) — VISCONDE DO RIO BRANCO: “*Discurso proferido na presença de SS. MM. II. em 13 de novembro de 1877 no Instituto Politécnico Brasileiro pelo primeiro Vice-Presidente Visconde do Rio Branco (Caráter científico do século — utilidade do Instituto — o progresso nacional — a medalha de Hawkshaw — a necessidade de iguais animações)*. Rio, Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1877, pgs. 4 e 5.
- 11) — JÚLIO RIBEIRO: “*Cartas Sertanejas*”, pg. 161 da 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Clássica Editôra, Lisboa, 1908.
- 12) — CAROLINO DE HARVEVA (Veridiano de Carvalho): “*Os Positivistas*”, drama em 3 atos, Rio, Livraria Econômica de Serafim José Alves, pgs. 29 e 71.
- 13) — MIGUEL A. FEITOSA: “*Os Três Estados — Esboço Positivista*”, Rio, J. G. de Azevedo — Editor, 1878, pgs. V, VI e VII. Dos arquivos da família imperial, que se encontram no Museu de Petrópolis, consta uma carta, datada de 29 de agosto de 1879, em que MIGUEL ALVES FEITOSA, dirigindo-se ao Imperador, discorre longamente sobre o Positivismo. Por ela se vê que o Imperador, no ano anterior, lhe dera a quantia de duzentos mil réis para auxiliá-lo numa projetada viagem a Paris.
- 14) — Vide TEIXEIRA MENDES: “*Esbôço Biográfico de Benjamin Constant*”, pgs. 256 a 258 da segunda edição, Rio, Igreja Positivista do Brasil, 1913.
- 15) — GONÇALVES DE MAGALHÃES, Visconde de Araguaia: “*Comentários e Pensamentos*”, pgs. 61, 122, 134, 135 e seguintes *et passim*, Rio, Livraria Garnier, 1880.
- 16) — DR. JOÃO FRANCISCO DE SOUZA JÚNIOR: “*Relatório Clínico das Enfermarias dos Alienados do Hospital São João Batista de Niterói*”, Rio, Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1881.
- 17) — “*Centenário do Marquês de Pombal — Homenagem da Mocidade Acadêmica Brasileira*”, Rio, Tipografia Lombaerts & Cia., 1882, pgs. 2 e 3.
- 18) — *Ibidem*, pgs. 25 e 26.
- 19) — *Ibidem*, pg. 30.
- 20) — *Ibidem*, pg. 45.
- 21) — *Ibidem*, pg. 53.
- 22) — DR. FRANCISCO ANTÔNIO DE ALMEIDA: “*Da França ao Japão*”, Rio, Tipografia do Apóstolo, 1879, pg. 228.
- 23) — Vide FELICIANO PINHEIRO DE BITTENCOURT: “*O Positivismo*”, in “*Conferências Populares*”, n.<sup>o</sup> 9, ano de 1876, Rio, pgs. 51 a 62.

- 24) — *Anais do Senado*, 1879, tomo IV, pgs. 218 e 238, especialmente 229 a 233, cit. pelo Prof. ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS: "*A Ilustração Brasileira e a idéia de Universidade*", São Paulo, 1959, pg. 285.
- 25) — Vide GASTÃO CRULS: "*Aparência do Rio de Janeiro*", segundo volume, pg. 606, Livraria José Olympio Editôra, Rio, 1949.
- 26) — "*Anais do Congresso Nacional — Câmara dos Deputados*", sessão de 4 de agosto de 1882.
- 27) — *Ibidem*, sessão de 15 de maio de 1882.
- 28) — Vide: "*Atas e pareceres do Congresso da Instrução*", Tipografia Nacional, Rio, 1884, 24.<sup>a</sup> Questão: "*Escolas Normais — Sua Organização, plano de estudos, métodos e programas de ensino*", pgs. 1 a 36.
- 29) — *Ibidem*; 7.<sup>a</sup> Questão: "*Ensino de moral e de religião nas escolas primárias, nos estabelecimentos de instrução secundária e nas escolas normais*", pg. 12.
- 30) — RAMIZ GALVÃO: "*O Púlpito no Brasil*", pgs. 156 e 157 do tomo 92, vol. 146 da "*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*". Rio, Imprensa Nacional, 1926.
- 31) — Vide AFONSO DE E. TAUNAY: "*Entrudo Carioca*", in "*Jornal do Comércio*", de 6 de janeiro de 1956. Conf. INA VON BINZER: "*Alegrias e Tristezas de uma educadora alemã no Brasil*", Editôra Anhembí Limitada, São Paulo, 1956, pg. 73.
- 32) — Vide ALCEU AMOROSO LIMA: "*Reação Espiritualista*", pg. 400 do vol. terceiro, tomo primeiro, de "*A Literatura no Brasil*", obra dirigida por Afrânio Coutinho, Rio, Livraria São José, 1959.

## CAPÍTULO SEGUNDO

### O POSITIVISMO NA ESCOLA POLITÉCNICA, NO COLÉGIO PEDRO II, NA ESCOLA NORMAL E OUTROS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

*I) O Positivismo e o ensino. II) O Positivismo na Escola Central, posteriormente transformada em Politécnica. Professores e engenheiros positivistas. III) O Positivismo no Colégio Pedro II. IV) O Positivismo na Escola Normal e no Liceu de Artes e Ofícios.*

#### I

**D**ETERMINANDO os fatos gerais de cada ciência fundamental e coordenando-os de modo a tirar dêles uma concepção real do mundo e do homem, através de uma visão de conjunto da escala enciclopédica em todos os seus elementos — matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia e moral — enorme foi, como não podia deixar de ser, a atração exercida pelo Positivismo nos meios pedagógicos do século passado.

Os progressos realizados no ensino e nas pesquisas científicas a partir da segunda metade do século XIX são, em grande parte, devidos à sistematização metodológica estabelecida por Augusto Comte. O instrumental intelectual por êle caracterizado e remaneuseado produziu verdadeira revolução nos espíritos. A influência didática do *Curso de Filosofia Positiva* foi, pelo menos, tão considerável quanto o seu alcance filosófico. Sua disseminação através do mundo inspirou numerosas reformas universitárias, introduziu o espírito histórico e filosófico em vários ramos do ensino e orientou jovens vocações para novas sendas de investigação.

As reformas do nosso ensino, preconizadas em 1881 e 1882 pelos famosos Pareceres de Rui Barbosa, estão imbuídas do espírito comtiano, segundo fêz ver o Professor Miguel Reale em minucioso e documentado estudo — "*Rui Barbosa no mundo da Filosofia*", publicado nos *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Filosofia*".

Profunda e extensa foi a penetração das doutrinas positivistas nos estabelecimentos de ensino do Rio de Janeiro a partir de 1850. Cidade de população que talvez não ultrapassasse trezentos mil habitantes, sem grandes divertimentos, uma das suas atrações eram então os concursos. Apresentavam-se êstes como torneios intelectuais àvidamente acompanhados pelos que possuíam alguma cultura. Examinadores e examinandos exibiam-se, perante a assistência, como gladiadores que deviam aniquilar-se. O que se tinha

em vista por êsse tempo, como talvez ainda hoje, não era tanto a apreciação do saber dos caudidos quanto a ostentação, por parte dos examinadores, do seu próprio saber e da ferocidade com que arrasavam os concorrentes, e, recíprocamente, êstes àquêles.

Elevadas, assim, à categoria de espetáculos circenses, as defesas de tese muito contribuíram para difundir o Positivismo, pois numerosas foram as que se fizeram dentro dessa orientação, a partir de 1850, perante as Congregações dos diversos estabelecimentos de ensino do Rio de Janeiro.

Professor de matemática altamente apreciado pelos alunos da Escola Politécnica de Paris, além de autor de um *Tratado de Geometria Analítica* notável pela sua originalidade pedagógica e clareza didática, ainda consagrou Augusto Comte à apreciação histórico-filosófica da matemática todo o primeiro volume do *Curso de Filosofia Positiva*. E, encerrando a sua carreira, publicou, em 1856, no primeiro tomo da "*Síntese Subjetiva*" o seu *Sistema de Lógica ou Tratado de Filosofia Matemática*, onde expõe sob todos os seus aspectos históricos, científicos e filosóficos, o cálculo aritmético e algébrico, a geometria preliminar, a trigonometria, a geometria algébrica, a geometria diferencial e integral, o cálculo das variações e a mecânica geral, constituindo êsse tomo, no dizer de Euclides da Cunha, "*o mais admirável livro do século XIX*". (1)

Essas obras matemáticas de Comte, que se caracterizam pela profundidade metodológica e pela elegante concatenação das matérias, trazendo concepções inteiramente novas sôbre a indução e a dedução em matemática, sôbre a noção de espaço e sôbre a lógica positiva, exerceram, pela sua clareza e superioridade pedagógica, imensa atração sôbre os que se dedicavam, na segunda metade do século XIX, ao ensino e ao estudo da matemática entre nós. É o que passaremos a mostrar.

## II

Na Escola Central, posteriormente transformada em Politécnica, intensa foi a penetração do Positivismo, conforme se vê do seguinte depoimento do Dr. Roberto Marinho de Azevedo, diplomado, como engenheiro civil, em março de 1902. Em "*Recordações*", artigo publicado no *Jornal do Comércio* de 10 de novembro de 1957, escreveu êle:

"Aferrados ainda ao passado, discutíamos as concepções de Leibniz, de Newton e de Lagrange sôbre o cálculo infinitesimal. Interessavam-nos as origens. Tínhamos intensa lembrança dos grandes espíritos dos tempos idos: Képler, Galileu, Newton, Leibniz, Laplace, Lagrange, d'Alembert. A influência de Comte fazia-se sentir no curso de cálculo diferencial e integral de Ferreira Braga e no de Licínio Cardoso, bem como em cursos particulares de

matemática como o do Sr. Nazareth e o do Sr. Guedes. A geometria analítica de Comte, a *geometria geral* como êle preferia chamá-la, era muito lida”.

Entre os professôres da Escola Politécnica que deixavam transparecer, em seus cursos, a influência que haviam recebido das doutrinas científicas e filosóficas de Augusto Comte, salientavam-se os seguintes:

1) — *Alvaro de Oliveira*, genro de Benjamin Constant, catedrático de Química, foi, em 1878, um dos fundadores da Sociedade Positivista no Rio de Janeiro. Divergindo dêle, no atinente à interpretação das doutrinas químicas de Augusto Comte, escreveu Teixeira Mendes o livro: “*La Philosophie Chimique*”, publicado em 1887. Alvaro de Oliveira é autor do livro: “*Apontamentos de Química*”, Rio, 1883.

2) — *Aarão Reis*, maranhense, a quem foi confiada a construção de Belo Horizonte, lecionou, na Politécnica, Economia Política, tendo publicado, além de um volume sôbre essa matéria, “*A Idéia de Deus*” por Émile Littré, tradução, Rio de Janeiro, 1881.

3) — *Francisco Behring*, que pertenceu ao Apostolado Positivista do Brasil, participou, em 1889, do concurso para lente da 1.<sup>a</sup> secção do curso geral da Escola Politécnica, defendendo uma tese tóda baseada em Augusto Comte: “*Evolução das teorias das curvas entre Descartes e Leibniz*” (Rio, Tipografia da *Gazeta de Notícias*. 1889).

4) — *Francisco Ferreira Braga* apresentou-se, em 1898, ao concurso para lente substituto da primeira secção do Curso Geral da Politécnica defendendo tese sôbre *Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, Cálculo das Variações e Mecânica Racional*. Mais tarde foi, em várias legislaturas, deputado federal por São Paulo. (2) Iniciava sempre os seus cursos com a exposição das leis de filosofia primeira formuladas por Augusto Comte.

5) — *Henrique Costa*, que timbrava em declarar a sua formação positivista, também pertenceu ao corpo docente da Escola Politécnica, onde, além de lecionar Geometria Analítica, foi, por concurso, catedrático de Descritiva.

6) — *Inácio M. Azevedo do Amaral* ao inscrever-se, em 1912, como candidato à livre docência de Geometria Analítica e Cálculo Infinitesimal da Politécnica, apresentou a tese: “*Sôbre o desenvolvimento em série das funções*”, inspirada nos ensinamentos de Augusto Comte, encontrando-se na capa, como epígrafe, a seguinte frase da *Síntese Subjetiva*: “*Nous pouvons toujours utiliser les considérations des dérivées pour instituer la propriété caractéristique d' après laquelle on développe chaque formule*”.

7) — *João Felipe Pereira*, que foi Ministro de Floriano Peixoto e Prefeito do Distrito Federal, sempre se proclamou positivista, tendo pertencido à Sociedade dos Amigos de Augusto Comte, fun-

dada no Rio, em 1945, por Mário Barboza Carneiro. Na Escola Politécnica lecionou Hidráulica.

8) — *Licínio Atanásio Cardoso* publicou, em 1885, a "*Teoria Elementar das Funções*", vazada nos ensinamentos de Augusto Comte, o mesmo acontecendo com a tese que, em 1887, apresentou ao concurso para o provimento da cadeira de *Mecânica Racional* da Escola Politécnica e que versa sobre "*Teoria da Rotação dos Corpos*", Rio, 1887.

9) — *Carlos Sampaio*, catedrático de Máquinas da Escola Politécnica, ainda lecionou *Mecânica* na Escola Naval, curso em que nitidamente deixava transparecer a sua filiação às doutrinas matemáticas de Augusto Comte. Durante o Governo de Epitácio Pessoa foi Prefeito do Rio de Janeiro.

Além desses professores, que, na Politécnica, confessadamente se orientavam pelos ensinamentos científicos e filosóficos de Comte, outros também os adotavam em determinados setores do saber, embora os rejeitassem nos demais. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Raja Gabaglia, segundo faz ver Inácio Azevedo do Amaral.

Comentando a tese — "*Estudo — I) Séries; desenvolvimento das funções em séries com os recursos da análise direta; II) Valores singulares das fórmulas algébricas*" — tese com que, em 1885, Raja Gabaglia se apresentou ao concurso de matemática do Colégio Pedro II, Inácio Azevedo do Amaral escreve, depois de citar trechos desse trabalho sobre a convergência das séries e o duplo emprego destas:

"Em que pese, pois, aos que enxergam em Raja Gabaglia o iniciador da reação à influência de Augusto Comte no ensino matemático ministrado em nossa Escola Politécnica, compartilhava o eminente professor as vistas do grande filósofo do século dezenove sobre a debatida questão da legitimidade do uso das séries divergentes.

"Igualmente aceitava o modo de apreciar do mesmo filósofo sobre o estado atual da teoria das séries, pois que encerrou a introdução da sua tese transcrevendo a passagem da "*Filosofia Positiva*" de Augusto Comte em que tal apreciação é feita, reconhecendo-lhe "*tôda a aplicação*".

"E nem pode ser alegado haver Raja Gabaglia posteriormente refugado as idéias expandidas em sua tese de 1885; jamais manifestou êle, verbalmente ou por escrito, qualquer mudança de opinião sobre a matéria, embora inúmeros ensejos tivesse tido para tal fazer se, por ventura, tivesse reformado seu julgamento, publicamente manifestado em sua primeira tese de concurso.

"Ainda em 1912 boa oportunidade, para isso, se lhe ofereceu quando apresentei à Escola Politécnica do Rio de Janeiro uma memória "*Sobre o desenvolvimento em série das funções*", com a qual me candidatei à docência da cadeira de Geometria analítica

e cálculo infinitesimal da mesma Escola; nesse trabalho sustentei exatamente o mesmo ponto de vista adotado pelo meu mestre, em sua tese de 1885, a respeito do duplo emprêgo das séries e do descabido das indagações de convergência ou divergência quando se trata do seu uso algébrico. Raja Gabaglia foi o relator da comissão eleita pela Congregação da Escola Politécnica para dar parecer sôbre o meu trabalho, comissão de que também fizeram parte Licínio Cardoso e Henrique Costa, e nem uma só apreciação formulou assinalando a sua discordância do ponto de vista de Augusto Comte sôbre o uso algébrico das séries divergentes, por mim sustentado na referida memória.

“Acentuando o modo de pensar do ilustre professor sôbre o ponto de vista de Augusto Comte na teoria das séries, não pretendo de modo algum apresentar o meu mestre como um dos adeptos da escola positivista. Raja Gabaglia recusava, *in limine*, tôdas as construções religiosas do autor da “*Política Positiva*” e nem mesmo aceitava tôdas as suas opiniões e conceitos do domínio puramente científico; é assim que dêle divergia no modo de apreciar a teoria das funções elípticas e vários outros pontos da filosofia matemática, mas rejeitando o que lhe parecia inaceitável não se recusava a adotar o que se lhe afigurava procedente e cabível.

“Não era um espírito talhado a molde de aceitar ou recusar idéias e conceitos simplesmente pela sua procedência.

“Rejeitava a “*Política Positiva*” de Augusto Comte, e todos os escritos onde se desenvolvem os corolários e consequências dos princípios naquela obra; mas não regateava aplausos à *Astronomia Popular* e à *Geometria Analítica*, nem, tão pouco, negava o alto valor da *Filosofia Positiva*, na parte referente à sistematização da cosmologia.

“A própria *Síntese Subjetiva* merecia dêle apreciações demonstrando a sua grande admiração pela profundeza de idéias expendidas naquele admirável monumento da filosofia matemática, embora divergisse radicalmente da síntese religiosa explanada naquela obra e nem mesmo aceitasse todos os conceitos nela formulados sôbre pontos pertencentes ao domínio exclusivamente científico”. (3)

Não procede, pois, dizer-se que a influência do Positivismo motivou um atraso no ensino matemático ministrado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A acusação cai por si mesma quando se considera que a finalidade dessa Escola foi sempre a de formar engenheiros e técnicos, de acôrdo com o seu próprio nome, nunca se tendo apresentado como Instituto de Altos Estudos Matemáticos, que o país, até princípios dêste século, não comportava.

Além disto, mesmo os mais entusiastas discípulos de Comte, professores da Politécnica, sempre viram nêle apenas um grande filósofo, falível, porém, como Descartes, Santo Tomás de Aquino ou Aristóteles.

É, entre outros, o caso de Licínio Cardoso que, embora declarando aceitar a opinião de Comte "*com o pêso de um dogma*" ("*Teoria Elemental das Funções*", 1885, pg. 72), jamais abandonou o seu senso crítico.

"Discípulo de Comte — comenta Inácio Azevedo do Amaral — não aceitou êle [Licínio], entretanto, os conceitos do mestre, nem, tão pouco, se subordinou ao mero critério da sucessão cronológica ou da preferência pela obra em que tivessem sido formulados para optar entre os que, por ventura, se contradissem". (4)

No estudo — "*A verdadeira estática na mecânica*", publicado, em 1897, na "*Revista da Escola Politécnica*", depois de apontar suas divergências relativamente a vários textos de Comte acêrca da *teoria do equilíbrio*, comentava Licínio:

"O vulto portentoso de Augusto Comte inspira-me grandíssimo respeito, mas na minha qualidade de humilde professor que sou, não posso ensinar o contrário do que penso... Também não julgo imprudente apontar-se o engano em que porventura tenha caído o gênio: errar é tributo dos homens. Errou Aristóteles, errou Descartes, e insânia é julgar infalível quem quer que seja". (5)

Encontrou, pois, Oto de Alencar antecessores em Raja Gabaglia e Licínio Cardoso ao inserir na *Revista da Escola Politécnica* um artigo intitulado "*Alguns erros de Matemática na Síntese Subjetiva de Augusto Comte*", a quem criticou a afirmativa da existência de curvas de grau superior ao 2.<sup>o</sup>, com todos os diâmetros retilíneos. (6)

No "*Jornal de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais*", de Lisboa, sob o título "*Quelques erreurs de Comte*", Oto de Alencar tratou ainda da concepção do filósofo atinente às funções descontínuas do cálculo das probabilidades. (7)

Da Escola Politécnica emanaram (citando, em ordem alfabética, apenas alguns dos que mais se distinguiram e reafirmaram no decurso da vida, a sua formação positivista) Antônio Carlos de Oliveira Guimarães, fundador da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro; Agliberto Xavier; Alfredo Coelho Barreto; Américo de Viveiros; Ângelo Miranda Freitas, Antônio de Almeida Mello; Armando Godoy; Cipriano de Carvalho; Demétrio Ribeiro; Dinarte Ribeiro; Egídio Martins; Edison Passos; Francisco Cabrita; João Fernandes da Silva; José Bezerra Cavalcanti; José Mariano de Oliveira; José Palhano de Jesus; Luís H. Horta Barbosa; Miguel Lemos; Pedro Barreto Galvão; Raul Guedes; Reis Carvalho; Rufino de Almeida; Saturnino de Brito; Teixeira Mendes e Trajano de Medeiros.

Dos que acabo de mencionar muitos foram professôres na Escola Normal, no Colégio Militar, no Colégio Pedro II e no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, como veremos ao tratar desses estabelecimentos de ensino.

Entre os numerosos engenheiros positivistas, formados na segunda metade do século XIX, merecem especial referência pela sua atuação na vida brasileira, os seguintes:

*Américo de Viveiros*, nascido no Maranhão em 1864, formou-se pela Escola Politécnica em 1886, tendo, em 1888, participado da construção da Estrada de Ferro Sapucaí, mais tarde transformada na Rêde Mineira de Viação. Foi um dos pioneiros da química industrial no Brasil, fundando a primeira fábrica brasileira de cerveja de baixa fermentação, concorrendo com as que então existiam sob o contrôlo exclusivo de técnicos estrangeiros. Com Rufino de Almeida e Trajano de Medeiros foi um dos construtores do *Templo da Humanidade* do Rio de Janeiro.

*Ernesto de Otero*, que nasceu em Jaguarão (Rio Grande do Sul), a 17 de dezembro de 1857, seguiu para a Europa com menos de quatorze anos e de lá regressou engenheiro civil, laureado pela Escola Politécnica de Karlsruhe. De volta ao torrão natal, trabalhou, como engenheiro, na construção da Estrada de Ferro Pôrto Alegre a Uruguaiana até 1883, e, em seguida, na Estrada de Ferro Dom Pedro II até 1888. O problema que absorveu a maior parte de sua atividade técnica foi o do pôrto e barra do Rio Grande, de fundamental importância para o desenvolvimento da dilatada e riquíssima região sulina. A solução desse problema dedicou o Dr. Otero largos decênios, estudando *in loco* os verdadeiros fatores que a condicionavam. Quando o govêrno chamou, para organizar o projeto definitivo, o famoso engenheiro holandês Galand, os dados técnicos já se achavam colhidos e elaborados pelo nosso compatriota.

Deixando, em 1900, a chefia da Comissão de Melhoramentos da Barra do Rio Grande, passou o Dr. Otero a chefiar a Comissão do pôrto de Paranaguá, merecendo, pela sua atuação nessas duas Comissões, ser chamado pelo Professor Maurício Joppert "o *Bremontier brasileiro*".

Republicano ardoroso, ligado a Júlio de Castilhos e Demétrio Ribeiro desde os tempos da propaganda, prestou o Dr. Otero relevantes serviços ao govêrno de Floriano Peixoto, pelo qual foi investido na chefia do 6.º distrito militar, no Rio Grande, durante a revolução federalista.

Filiou-se ao Apostolado Positivista do Brasil, com o qual eficientemente colaborou não só conservando o Templo da rua Benjamin Constant, mas ainda custeando, anos a fio, as amiudadas e longas publicações de Teixeira Mendes nos *A Pedidos do Jornal do Comércio*.

Custeou também, sem alarde, além de outras, as edições dos trabalhos matemáticos de seu correligionário, catedrático da Escola Militar, Major Manuel Almeida Cavalcanti.

Grandemente estimado, faleceu o Dr. Otero no Rio de Janeiro em 18 de janeiro de 1943. (8)

*José Palhano de Jesus*, nascido no Maranhão em 1875. formou-se pela Escola Politécnica em abril de 1900 e exerceu, entre outros, os seguintes cargos: de 1900 a 1905 foi chefe de Linha da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, no Estado do Maranhão; em 1907 chefiou uma das secções da Comissão Central de Estudos e Construção da Estrada de Ferro de São Luís a Teresina; em 1911, chefiou a Comissão de Estudos da Estrada de Ferro de Coroatá, no Estado do Maranhão, ao Tocantins; em 1918 foi nomeado Diretor da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá; em 1919 foi nomeado Inspetor Federal das Estradas; em 1927, exerceu o cargo de Inspetor Federal das Obras contra as Sêcas; em 1941 ocupou a Chefia da Secção de Cadastro e Patrimônio do Departamento Nacional de Estradas de Ferro (ex-Inspetoria Federal das Estradas), comissão em que se aposentou em 1943, cercado da estima, respeito e admiração de quantos tiveram ocasião de acompanhar a maneira exemplar com que desempenhou as diversas funções técnicas de que foi encarregado em sua longa vida pública.

Nascido em Juiz de Fora, a 17 de maio de 1875, *Otávio Barboza Carneiro* iniciou sua atividade de engenheiro nas obras de construção de Belo-Horizonte, onde participou, de 1894 a 1898, como auxiliar de Aarão Reis e Saturnino de Brito, dos mais variados trabalhos.

Coube-lhe mais tarde projetar e executar a construção da Usina hidroelétrica da Companhia Fôrça e Luz Cataguazes-Leopoldina. Destinada, inicialmente, ao ser inaugurada em 1908, ao fornecimento de energia e luz elétrica às cidades de Cataguazes, Leopoldina, São João Nepomuceno e Rio Nôvo, de tanta eficiência se revelou essa Usina que, em 1935, abastecia de luz e fôrça dezenove cidades mineiras.

Durante cêrca de trinta anos dirigiu a primeira grande oficina de material ferroviário, criada por Trajano de Medeiros no Rio de Janeiro, tendo-lhe cabido também a chefia dos trabalhos de perfuração do Túnel Grande, na Serra do Mar, por ocasião da duplicação da linha da Central do Brasil.

Em 20 de dezembro de 1918, lançou Otávio Carneiro as bases da Companhia Indústria e Viação de Pirapora, cujos frutos principais foram a navegação do São Francisco entre Pirapora e Juazeiro, incrementando a produção agrícola e o comércio dessa parte do valé do grande rio e seus afluentes. Além de instalar, em Pirapora, oficinas e estaleiro de reparos e construção de material flutuante, a Companhia fundada por Otávio Carneiro pôs em funcionamento naquela cidade mineira serviços de fornecimento de fôrça e luz elétrica, rêde telefônica, abastecimento de água e viação

clétrica, além de montar usinas de beneficiamento de algodão, fabrico de óleo, pasta e farelo de algodão.

Positivista entusiasta, filiado, desde a mocidade, à Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, Otávio Carneiro adotou, nos seus empreendimentos industriais, tôdas as medidas capazes de concorrer para a "*incorporação do proletariado à sociedade moderna*", de conformidade com os preceitos de sua doutrina.

Faleceu em 17 de maio de 1932, em pleno rio São Francisco, em consequência de infecção contraída numa das ilhas daquela região ao tentar o salvamento do "*Santa Clara*", navio da Companhia que dirigia (9), tendo sido o seu falecimento fundamente sentido por quantos o conheceram e lhe acompanharam a benemérita vida pública.

*Rufino de Almeida*, formado pela Escola Politécnica do Rio, participou da construção da Rêde Sul Mineira de Viação e fundou a Companhia Agrícola de Ribeirão Preto. Não só subscreveu grande parte do capital necessário para a ereção do Templo da Humanidade do Rio de Janeiro, mas ainda superintendeu, com Trajano de Medeiros e Américo de Viveiros, as respectivas obras. Assim como Nicolau França Leite, Lycurgo dos Santos, Aníbal Falcão, Silva Jardim, Castilhos, João Pinheiro, Martins Júnior e outros positivistas da primeira hora, faleceu prematuramente: nascido em Recife a 18 de julho de 1860, morreu no Rio, em 10 de fevereiro de 1903.

Nascido em Campos em 1864, formou-se *Saturnino de Brito* pela Escola Politécnica em 1887, vindo a falecer, em Pelotas, em 1929.

"Grande sob todos os aspectos do caráter, foi o maior dos engenheiros sanitários nacionais. Sua vida, glorificando o seu nome glorificou a Pátria brasileira" — disse de Saturnino de Brito o catedrático de hidráulica da Escola de Engenharia de Belo Horizonte, Professor Lourenço Baeta Neves, ao abrir, em 1930, o programa de sua cadeira.

Estava Saturnino de Brito, em 1893, terminando o levantamento da planta de Piracicaba, quando irrompeu a revolta da Armada contra Floriano. Positivista e republicano inflamado, interrompeu sua carreira profissional e alistou-se no Batalhão Benjamin Constant, combatendo, como soldado raso, em defesa da República.

Participou, com Aarão Reis e Otávio Barboza Carneiro, da construção de Belo-Horizonte, de cuja secção de abastecimento de água foi chefe de 1894 a 1895. No ano seguinte, dirigiu os estudos de melhoramentos de Vitória. Em 1897 participou da Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo, organizando projetos de saneamento de Campinas, Ribeirão Preto, Limeira, So-

rocaba e Amparo. De 1898 a 1901 encarregou-se dos projetos de saneamento de Petrópolis, Paraíba do Sul, Itacoara e Campos, sua cidade natal, publicando a respeito, no dizer do professor Baeta Neves, "o melhor trabalho que no gênero até então havia aparecido no Brasil, com lições ainda hoje oportunas".

Chamado a São Paulo, tratou dos serviços de água da Capital, e iniciou em Santos, como engenheiro chefe, trabalhos que deviam consagrá-lo como o maior engenheiro sanitário nacional (1905-1910). Em Santos o governo de Pernambuco foi buscá-lo para o projeto e realização das obras de saneamento de Recife, que ele iniciou, em 1909, ainda com a responsabilidade dos serviços da cidade paulista.

Inauguradas as obras de Santos em 1912 e executadas em Recife, até 1918, as que não ficaram prejudicadas pela guerra, sucederam-se os convites a Saturnino para os estudos de problemas relativos a várias cidades do Rio Grande do Sul, e às capitais da República e dos Estados de São Paulo e do Paraná, indo êle para êste estado, onde, a convite do govêrno estadual, organizou projetos de saneamento para diversas cidades. Sua atuação de sanitarista de grande mérito é estudada pelo Professor Lourenço Baeta Neves no opúsculo "*Atuação extraordinária de Saturnino de Brito*", publicado em 1933 na Imprensa Oficial de Belo Horizonte.

Manifesta é a influência positivista em todos os trabalhos de Saturnino de Brito que timbrava em torná-la patente, como se vê, entre outros, nos seus "*Apointamentos de Geometria Analítica*", publicados em 1882; "*Teoria Lógica da Assimilação*", publicada em 1887; "*Esgotos das Cidades*", memória apresentada em 1901 ao Congresso de Engenharia e Indústria do Brasil.

A *Trajano de Medeiros* que, durante vários anos, pertenceu à Igreja Positivista do Brasil, assim se refere Costa Rêgo em artigo do *Correio da Manhã* de 2 e 3 de novembro de 1940:

"Chego tarde, porém não fora de têrmo, para falar de Trajano de Medeiros, cuja morte há dias se verificou.

"Foi êle quem primeiro imaginou instalar em Volta Redonda uma grande usina central de siderurgia, projeto amadurecido pelos anos, recomendado pelas experiências e estudos, cujas linhas gerais o govêrno agora adotou.

"Era um homem de aparência agreste, confinado, dir-se-ia, em cogitações interiores demasiado pessoais, últimamente entregue a uma espécie de melancolia dos negócios, pois enfrentava embaraços contra os quais já não possuía o ânimo da juventude. Conheci-o nessa fase, porque empreendera deter minha atenção sôbre o fenômeno da influência japonesa, que êle aprofundara em pesquisas de verdadeiro sociólogo. Devo-lhe, em relação a isso e outras coisas, proveitosas lições.

“Pude surpreender-lhe um senso crítico maravilhoso, uma vigilância contínua dos problemas humanos, sobretudo brasileiros, e pus-me não raro a imaginar o que teria sido aquela energia como instrumento de irradiação de idéias úteis se Trajano de Medeiros, com a chama do patriota, houvesse disciplinado uma forma de escritor. Existiria nêle talvez, nessa hipótese, um segundo Euclides da Cunha, compreensivo, ou um nôvo Tavares Bastos, persistente. Cumpre, todavia, reconhecer-lhe que deixou sua obra em várias iniciativas não só de índole privada, mas de projeção pública.

“O estabelecimento, por exemplo, de grandes usinas de beneficiamento de algodão na zona interior do São Francisco — montando êle custosas máquinas, até então entre nós desconhecidas, para o aproveitamento da rama e sua embalagem por compressão, bem assim de todos os subprodutos da matéria prima — é um serviço a seu crédito. Tanto modernizou, em moldes norte-americanos, o trabalho do sertanejo do Nordeste, abrindo rumos técnicos ao surto algodoeiro paulista, que nestes últimos dez anos é o grande fato do país no campo econômico.

“Os Estados do Paraná e Minas Gerais receberam o influxo de sua capacidade realizadora com a fundação de nossas maiores serrarias, destinadas a elaborar todos os produtos da madeira, inclusive a polpa no fabrico do papel.

“É bem conhecida a operosidade febril por êle demonstrada no ramo das estradas de ferro, onde criou a indústria da construção de carros. Teve ainda participação indireta, porém decisiva, na maior obra da Central do Brasil, antes da eletrificação: a duplicação da linha na serra do Mar. Essa obra é legitimamente de Frontin, mas nasceu de um episódio em que a parte principal coube a Trajano de Medeiros.

“Êle representava na época, suponho, os interesses do grupo técnico encarregado da canalização das águas do Pirai para as velhas reprêsas da Light. Terminava-se então a abertura de um grande túnel coletor, sob a direção e chefia do engenheiro Campbell, o maior especialista do assunto, na América. O material empregado, no serviço, todo de primeira ordem (perfuratrizes, bombas e compressores de ar, canalizações de alta pressão), deveria ser removido para fora do país. Foi quando o acaso, mais uma vez, favoreceu o Brasil. Encontrando-se em viagem, entre Belém e o Rio de Janeiro, com Frontin, propôs-lhe Trajano de Medeiros entregar à Central aquêle material, acrescido do próprio Campbell, para a duplicação da linha da serra.

“Era uma oportunidade a não desprezar, logo viram os dois homens; era também um serviço a não adiar, pois estava quase esgotada a capacidade do tráfego na serra. O Brasil ganhou um benefício fora de toda estimativa. O engenheiro Campbell ganhou o céu, assassinado por um operário. Quanto a Trajano de Medei-

ros, ganha hoje esta referência, pois morreu pobre, entre enfermidades e dívidas. É a história simples de muitos precursores, e nem seria contada sem a saudade de um jornalista que não soube da morte de Trajano de Medeiros a tempo de acompanhá-lo ao cemitério. Mas o Brasil continua... — como foi de voga dizer há quatro anos. É o que serve, e é o que anima”.

Também frequentou a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, embora não se tenha diplomado, o positivista maranhense *Antônio dos Reis Carvalho*, autor dos livros — “*Feriados Nacionais*”, “*A Ditadura Republicana*” e “*Filosofia Primeira*”, além de vários opúsculos versando temas científicos. Fêz também, autorizado por Pierre Laffitte, a tradução do livro dêste último: *Cálculo aritmético*. Em 1898, em *O Debate*, jornal do Rio de Janeiro, fundado pelo positivista maranhense Benedito Leite, publicou uma série de artigos sob o título geral de “*Através da ciência*”, e, desde então, em diversos jornais estampou *Ensaio Científicos*, dissertações sobre matemática, física e química, consideradas sob o prisma do Positivismo. Foi, durante muitos anos, crítico de arte do “*Fon-Fon*” e colaborou em “*O Globo*” e no “*Correio da Manhã*”, onde tenazmente combateu o integralismo, o nazismo e o fascismo.

Na primeira guerra mundial foi um dos fundadores da Liga pelos Aliados, para cujo êxito muito concorreu ao lado de José Veríssimo, Graça Aranha e Sá Viana. No decurso da segunda guerra mundial destacou-se, entre os intelectuais brasileiros, pela sua persistente campanha contra as ditaduras totalitárias.

Desde a mocidade até à sua morte em 13 de novembro de 1946, estêve sempre alerta na defesa dos seus ideais de justiça social e liberdade espiritual. Contra a ditadura, de 1937 a 1945, foi intransigente na luta. Quando o DIP impedia a publicação de seus artigos, Reis Carvalho não vacilava: pobre, vivendo exclusivamente dos seus vencimentos, editava-os em folhetos que distribuía gratuitamente.

No govêrno Washington Luís, foi convidado para inspetor da Alfândega de Santos. Declinou da comissão por entender que aí a indisciplina e a desordem eram então as principais características. Pediu carta branca para agir e como não lha dessem, não aceitou o encargo.

Herdou-lhe, aprimorado, o talento literário, sua filha — a poetiza Beatrix dos Reis Carvalho.

*Edison Passos*, que tinha garbo em filiar-se ao Positivismo, foi durante muitos anos Presidente do Clube de Engenharia, havendo realizado, como Secretário Geral de Viação e Obras da Prefeitura do antigo Distrito Federal, importantes empreendimentos, entre os quais se conta a abertura da Avenida Presidente Getúlio Vargas, durante a eficiente administração de Henrique Dods-worth.

Outro engenheiro positivista que se tem destacado em nossa vida pública é *Luis Hildebrando Barros Horta Barboza*.

Ligado à Igreja Positivista, aí se encarregou, durante algum tempo, das prédicas dominicais.

Além de dirigir importantes obras do govêrno, como, entre outras, estabelecimentos para menores abandonados, a Imprensa Nacional e a Cidade Universitária do Rio de Janeiro, cuja localização e planejamento a êle se devem, tem realizado numerosos cursos científicos e filosóficos e tem sido solicitado por vários Estados para fazer conferências sôbre problemas sociais, ligados à engenharia, apresentando-os sempre sob o prisma positivista.

Colocando, com desassombro, seu civismo e sua cultura a serviço de reivindicações políticas e sociais, sua palavra é acatada como a de um técnico de alto valor e indiscutível moralidade. Dotado de notável patriotismo e grande abnegação, tornou-se uma das figuras preeminentes da campanha nacionalista em defesa do petróleo e das riquezas naturais do Brasil. Vem sendo, no movimento político brasileiro das duas últimas décadas, uma das vozes positivistas mais respeitadas pela forma clara e objetiva com que se tem manifestado a propósito dos problemas ligados ao nosso desenvolvimento econômico e social.

Diante da atuação de vários dentre os positivistas que acabam de ser citados, e de muitos outros a que tenho aludido no decorrer dêste livro, como *Pereira Barreto*, *Brandão Júnior*, *Júlio de Castilhos*, *João Pinheiro*, *Rondon* e tantos outros, é justo dizer-se, de modo genérico, que os positivistas brasileiros têm "*secreto horror à nossa realidade nacional?*"

*Mâncio da Costa*, professor de astronomia da Escola de Engenharia de Florianópolis, é autor de numerosos ensaios orientados pela doutrina de Augusto Comte.

### III

No Colégio Pedro II, foram professôres entre outros positivistas, o *Dr. Antônio Carlos de Oliveira Guimarães*, fundador da primeira Sociedade Positivista do Brasil, *Timóteo Pereira*, *Alfredo Coelho Barreto*, *Rodolfo Paula Lopes*, *Agliberto Xavier*, *Pedro do Couto* e *Hahnemann Guimarães*.

Aluno interno do Colégio Pedro II (então Ginásio Nacional) a partir de 1895, *Vivaldo Coaracy* pôde observar, durante seis anos, o grande número de professôres declaradamente positivistas que imprimiam às suas aulas a orientação didática de Comte.

Um desses professôres era o catedrático de Matemática Elementar *Timóteo Pereira*. "Lecionava, na seriação lógica, Aritmética no primeiro ano, Álgebra no segundo e Geometria e Trigonometria no terceiro. Era homem taciturno e reservado. Fora das aulas

mantinha pouca convivência com os alunos. Como professor, porém, era admirável. A clareza de sua exposição, o sincero e comunicativo entusiasmo que tinha pela matéria, o rigor do método com que a explanava, despiam-na da aridez que é geralmente com ela associada. Tendo por norma nunca enunciar um preceito, uma regra, um teorema, uma fórmula que não fôsse precisamente demonstrada ou deduzida, Timóteo transformava as suas aulas, de acôrdo com a orientação de Augusto Comte, em verdadeiro curso de lógica no sentido real e objetivo. Mais do que os meus magros conhecimentos de Matemáticas devo-lhe o amor e fidelidade à clareza e precisão do raciocínio, a aderência ao mecanismo da demonstração, ao culto da Razão.

“Além de sua tese de concurso, exaustivo estudo das secções cônicas, Timóteo Pereira deixou dois livros publicados, compêndios didáticos em que condensou as suas aulas: um tratado de geometria e outro de trigonometria. Hoje, quando a produção de livros didáticos se converte em indústria intensamente mercantilizada para fartos lucros, ninguém mais conhece êses compêndios. Notabilizavam-se pela minuciosidade com que os sólidos conhecimentos, que expunham, se tornavam acessíveis às inteligências menos argutas. Não os terão esquecido os que por êles estudaram”.<sup>(10)</sup>

Quanto a *Alfredo Coelho Barreto*, pai de Paulo Barreto (João do Rio), assim o descreve Vivaldo Coaracy:

“Coelho Barreto era o lente de Mecânica e Astronomia. Positivista ortodoxo, datava a caderneta do ponto de acôrdo com o calendário positivista. Em aula, não se limitava a ensinar a matéria do programa. Provocando deliberadamente debates com os alunos, expunha com calorosa veemência a doutrina de Comte, cuja influência, aliás, já havíamos sentido noutras fases do curso. O espírito do positivismo, como adiante direi, ainda dominava o Ginásio, pelo menos no Internato. Coelho Barreto, porém, fazia a sua exposição sistemática. A êle devo o conhecimento das leis da Filosofia Primeira e a compreensão de sua universalidade. Na clareza da explanação, no vigor do raciocínio, na sinceridade do ardor, dificilmente se poderia encontrar quem o excedesse quando discorria sobre as excelências do método positivo. Devo-lhe a compreensão do valor e alcance da filosofia. Com êle aprendi a disciplinar o pensamento. Não me converteu ao positivismo, sobretudo ao seu positivismo ortodoxo e integral, mas forneceu-me preciosos instrumentos para orientar a reflexão.

“Coelho Barreto era um conversador fascinante, de espírito vivo e sarcástico. Com grande freqüência transformava as aulas em curiosas e ilustrativas sessões de palestra com os alunos. Nem se limitavam as conversas à matéria do curso ou aos preceitos da filosofia de Comte. Provocava discussões sobre assuntos gerais,

sôbre os acontecimentos do dia, até sôbre os fatos e tendências da política, estimulando os alunos a formular, manifestar e sustentar opiniões. Incitava-os pela liberdade que lhes concedia, a desenvolver a personalidade e a cultivar a independência. Era, realmente, um mestre".<sup>(11)</sup>

Foi professor no Externato do Colégio Pedro II o Dr. *Rodolfo Paula Lopes*, que se notabilizou pela sua arguição como examinador do concurso de Lógica de que participaram, entre outros, Euclides da Cunha, Farias Brito, Graciano Neves, Geonísio Curvelo de Mendonça e Agliberto Xavier. Em 1911 publicou um tratado de *Biologia* calcado nos ensinamentos de Augusto Comte, tratado que, em 1939, logrou segunda edição.

Eis como o ilustre filólogo, Professor Sousa da Silveira, em entrevista concedida a "*O Jornal*", se referiu, em 1945, ao Dr. Paula Lopes, de quem foi discípulo no Colégio Pedro II:

"Paula Lopes era catedrático de história natural, mas em suas aulas dava muita biologia, o que me agradava sobremaneira. Substituí, também durante alguns meses, João Ribeiro, na cadeira de história universal, logo por êle transformada, igualmente com grande prazer para mim, em história da civilização. Era, portanto, um espírito de generalização e abstração. Paula Lopes era positivista e conseguiu fazer-me, com suas lições, grande admirador do positivismo científico. Nesse tempo li tôda a "*Filosofia Positiva*" e a "*Política Positiva*".<sup>(12)</sup>

Tal o entusiasmo de Sousa da Silveira pelo Positivismo por êsse tempo que em seu discurso, como orador da turma, se referia "ao grande e infalível Augusto Comte". Devendo estar presente à cerimônia o Arcebispo do Rio de Janeiro, ponderou-lhe o Diretor do Colégio, Dr. Francisco Cabrita, a conveniência de retirar dêsse tópico o epíteto *infalível*, porque, para os católicos, êsse atributo é exclusivo de Deus. Êste episódio me foi contado por Manuel Bandeira, colega de turma e grande amigo de Sousa da Silveira.

Também em Manuel Bandeira deixou funda impressão o Dr. Paula Lopes. Na entrevista publicada por Francisco de Assis Barbosa sôbre "*Manuel Bandeira — estudante do Colégio Pedro II*", encontra-se o seguinte depoimento:

"Um outro professor que não deve ser esquecido é Paula Lopes. Lecionava *História Natural* e durante algum tempo, em que João Ribeiro estêve de licença, ensinou também *História Universal*. Paula Lopes era ainda jovem. Usava uma barba preta que impressionava. Falava alto, uma voz forte e quente de orador de praça pública. As preleções agradavam; e Paula Lopes sempre que podia vinha com a sua pregação positivista. Mais tarde, por mais que quisesse, Manuel Bandeira nunca pôde livrar-se da influência do seu ardente professor de *História Natural*.

“Substituindo João Ribeiro, Paula Lopes explicou, à sua maneira, tôda a Idade Média. Essas preleções encantaram Manuel Bandeira, que aceitou francamente o positivismo do mestre. Consultava, de quando em vez, o “*Curso de Filosofia Positiva*” de Augusto Comte. Estava tão impregnado de agnosticismo que nem o pai conseguia removê-lo das suas convicções.

“Por êsse tempo, o pai de Manuel Bandeira, filiado à crença de Swedenborg, quis levar o filho para Nova Jerusalém. Êste, porém, não se tornou novijerusalemite. Ficou firme no positivismo. O resultado disso — conclui o próprio Manuel Bandeira — é que só mais tarde veio a possuir inquietações metafísicas, não em busca da verdade, mas por necessidade de poesia. Durante o curso do Colégio Pedro II, Manuel Bandeira era um positivista até a morte...”<sup>(13)</sup>

Em artigo saído no *Jornal do Brasil* de 15 de abril de 1959, o próprio Manuel Bandeira assim se refere à influência exercida pelo Dr. Paula Lopes sobre a sua formação:

“No tempo em que fiz os meus estudos secundários no Externato Pedro II o catedrático de História era o grande João Ribeiro. Muita coisa aprendemos com êle, não de História, mas de Literatura, não nas aulas, mas antes e depois das aulas. Estas não tinham grande interêsse para nós. Mestre João Ribeiro, *Jonjoca* o chamávamos, fazia o aluno cantar a lição, junto à mesa, e ia-o corrigindo, desenvolvendo êste ou aquêle ponto em comentários: tudo isso, porém, em tom confidencial, que não chegava aos ouvidos da turma. Com êle aprendemos só a História antiga, porque, recebendo do Govêrno uma comissão na Europa, foi substituído pelo Professor Paula Lopes, catedrático de História Natural.

“Rodolfo de Paula Lopes era médico e creio que jamais exerceu a profissão. Era um tipo estranho, magríssimo, de tez alvíssima e macilenta, barba em forma de patola de guaiamum, negra como a asa da graúna. Eu já o conhecia da casa de meu pai, de quem era amigo. Muitas vêzes assistira a discussões entre os dois, Paula Lopes positivista ferrenho, meu pai adepto da mística de Swedenborg.

“Paula Lopes tratava-nos como a alunos de curso superior: preleccionava e acabou-se. Nomeado professor quando instituída a reforma de Benjamin Constant, que, fundado nas teorias de Comte, criara a cadeira de Biologia, não se conformou com a reforma posterior que a aboliu, restabelecendo a antiga Cadeira de História Natural. Continuou tranqüilamente a ensinar-nos Biologia. Tranqüilamente não: Paula Lopes tinha a paixão das idéias, suas aulas eram sempre vibrantes, eloqüentes, empolgantes. Desde a primeira, em que, sempre no rastro de Comte, explicou-nos que a vida não podia ser aquela luta entre a natureza morta e a na-

tureza viva, da definição de Bichat. Em História coube a Paula Lopes ensinar-nos a Idade Média, tema caro aos positivistas, sobretudo em 1900, quando, entre nós, para a maioria dos espíritos, a época medieva teria sido um longo hiato de obscurantismo na história da humanidade. Paula Lopes exaltava-se todo para provar o contrário. E a sua eloquência assumia proporções impressionantes ao narrar a humilhação de Henrique IV, o todo-poderoso Chefe do Sacro Império Romano da Nação Alemã, forçado a esperar, durante três dias, no seu cilício de mendigo e de pés descalços sobre a neve, o perdão de Gregório VII. Essa cena de Canossa, revivida na palavra quente e apaixonada de Paula Lopes, pode ainda hoje me encher a imaginação...

A atuação do Professor Paula Lopes no concurso de Lógica, realizado em 1909, foi assim recordada pelo Professor Waldemiro Potsch em discurso proferido por ocasião do seu enterramento:

“O Colégio Pedro II guardará sempre a memória do seu valor, a recordação de quanto concorreu para o maior renome da gloriosa e secular instituição. Não se apagará nos fastos do Pedro II a memorável atuação do Professor Paula Lopes como examinador no mais retumbante dos concursos realizados no centenário estabelecimento — o concurso para a cadeira de Lógica, famoso pela reputação dos que compuseram a banca examinadora, famoso pelo preparo dos que se candidataram ao concurso, gigantes do pensamento brasileiro, Farias Brito e Euclides da Cunha, além de outros prestigiosos concorrentes. Na banca examinadora em que Paulo de Frontin e Eugênio Raja Gabaglia mostraram a pujança das cerebrações de que se orgulhava a congregação do Colégio Pedro II, o Dr. Paula Lopes, professor de Biologia, embora conhecido pela sua capacidade intelectual, foi para os próprios colegas, para os candidatos e para a assistência, numerosa e culta, surpreendente revelação pela sua sóbria eloquência, pela sua esmagadora dialética, pelas fulgurações do seu talento, pela sua extraordinária cultura filosófica. Os anos correram, examinadores e candidatos já se foram. Na memória das gerações que se sucederam na Congregação, perdura, porém, a fama das suas arguições no concurso a que concorreram Euclides e Farias Brito”.

Outro positivista que se notabilizou como professor do Colégio Pedro II foi Agliberto Xavier, catedrático de Filosofia e Lógica, autor de vários livros de inspiração francamente positivista, tais como “*Ensaio sobre Lógica*”, Rio, 1908; “*Funções do Cérebro*”, Rio, 1909; “*Cálculo das Secções Angulares*”, Rio, 1909; “*Théorie des Approximations Numériques et du Calcul Abrégé*”, Paris, 1909; “*Secções Cônicas*”, Rio, 1924.

Agliberto Xavier, que estudou matemática com Benjamin Constant e biologia com o Dr. Georges Audiffrent, ministrava o seu ensino de filosofia através das quinze leis de Filosofia Primeira formuladas por Augusto Comte na *Política Positiva*, as quais

eram integralmente reproduzidas no programa oficial do Colégio Pedro II. Havendo sido êste último alterado, em 1925, em consequência de um movimento de reação encabeçado pelo Professor Nelson Romero, mentalidade diametralmente oposta, pois começara a sua carreira como seminarista jesuíta, Agliberto Xavier protestou, perante a Congregação, proferindo veemente discurso — *Em Defesa Da Mentalidade Brasileira*,<sup>(14)</sup> que alcançou grande repercussão na época.

Também Pedro do Couto, catedrático de *História do Brasil*, era francamente positivista, pelo menos sob o aspecto filosófico.

Ainda foi catedrático do Colégio Pedro II, depois de brilhante concurso para a cátedra de Latim, o positivista Dr. *Hahne-mann Guimarães*, que hoje exemplarmente exerce as funções de Ministro do Supremo Tribunal Federal, de que se tornou um dos luminares.

Em suas deliciosas memórias — *Todos contam sua vida* — Vivaldo Coaracy assim retraça a influência exercida pelos professores positivistas em sua formação:

“Fui educado por positivistas. Devo-lhes a minha estrutura mental, se assim posso dizer. O mecanismo do meu raciocínio, o ponto de vista em que me situo para encarar um problema qualquer, a minha concepção do conhecimento, as leis fundamentais de filosofia primeira, que orientam a minha atitude mental, a minha reserva diante da metafísica, o racionalismo que coordena as minhas idéias, tudo provém, nas suas raízes remotas, da Filosofia Positiva de Comte, eu o reconheço. Como reconheço com gratidão, o que devo a essa influência exercida sôbre o meu espírito pelos mestres que tive.

“Como os jesuítas, os positivistas deixam a sua marca, profunda e indelével, na mentalidade, na inteligência e na moral daqueles cuja educação orientam e dirigem. É natural e compreende-se. Tanto uns como outros seguem um sistema filosófico íntegro e coerente, as suas idéias e noções inspiram-se numa doutrina que os orienta. Isso dá-lhes unidade ao pensamento. Essa unidade impregna e vivifica as noções, os conhecimentos, os preceitos que transmitem, conferindo-lhes harmonia e solidez. Nas relações comuns da vida, nos encontros da existência, não é difícil reconhecer os que na adolescência receberam a influência da educação de jesuítas ou de positivistas. Diferindo embora, inconfundivelmente, uns dos outros, distingue-os certa formação unitária do espírito a afirmar-se pela coerência das idéias, pela orientação sistemática do pensamento. Muitas vezes, nem êles mesmos disto se apercebem e não têm consciência da influência já remota. Mas a marca lá está, a manifestar-se num quase automatismo do processo lógico, a revelar-se aos que sabem observar.

“Grande parte da anarquia mental que, em nossos tempos, pode ser com deplorável freqüência notada mesmo entre indivíduos de alta e apreciável cultura geral, provém da ausência de uma orientação filosófica firme e sistemática no período de formação do espírito pela educação intelectual. É possível, e disto temos prova todos os dias, adquirir vasta e variada cultura científica, literária ou artística de modo disperso e independente, em que cada ramo de conhecimento ou de atividade intelectual seja perlustrado ou absorvido de fontes idôneas, sem que, entretanto, sejam evidenciadas as correlações ou laços de mútua coordenação entre elas existentes. É o processo mais comum e hoje generalizado dos métodos educativos em vigor. E não outra é a causa da sensação de anarquia mental, a que acima me referi, que hoje se percebe tão nitidamente no ambiente cultural. Porque só a base filosófica de uma doutrina coesa é capaz de imprimir disciplina ao espírito. E só essa disciplina conduz à coerência das idéias, das opiniões, e, em consequência, das atitudes individuais.

“A reforma Benjamin Constant, graduando os estudos de acôrdo com o preceito positivo da complexidade crescente e generalidade decrescente que preside à classificação dos conhecimentos, não teve longa duração. Já em 1892 era alterada por Fernando Lobo. Mas a alteração não era tão profunda que apagasse de todo a influência sistemática da doutrina de Comte. Ainda em 1895, quando fui matriculado no Internato do Ginásio Nacional ali no Campo de São Cristóvão, onde ainda hoje se encontra a velha casa, essa era a orientação dominante no ensino secundário ministrado no estabelecimento padrão.

“E este é um dos aspectos sob os quais afirmei que fui educado por positivistas.

“Não quer isto dizer, de forma alguma, que fôssem positivistas todos os professôres do Ginásio Nacional. Ao contrário, creio que seriam em minoria. De fato, positivista “*ortodoxo*”, pertencente ao Apostolado, creio que, no Internato, só havia um — Coelho Barreto. Mas o espírito que dominava o ensino e orientava o programa vinha, em linha reta, da Filosofia Positiva . . . . .

“Nos seis anos que constituíam então o curso do bacharelato, tive mais de vinte professôres. Grato sou à memória de todos, reconhecendo o que lhes deve a minha limitada cultura, de que êles lançaram as sementes. Mas apenas, dêsse número, uns cinco ou seis exerceram sôbre a formação da minha mente aquela influência acentuada que caracteriza os verdadeiros mestres. E dêstes poucos, a maioria era constituída de positivistas. E assim começou, insensivelmente talvez, o meu espírito a olhar o mundo e o homem através do claro e luminoso prisma da doutrina de Comte.

“Do Ginásio Nacional, passei, findo o curso, à velha Escola Militar, onde ainda encontrei, como professôres, antigos discípulos de Benjamin Constant: Comte mais uma vez. Arrematei a minha vida de estudante na Escola de Engenharia de Pôrto Alegre, concebida e criada por três positivistas que a orientavam: Pereira Parobé, João Simplicio Alves de Carvalho e João Vespúcio de Abreu e Silva”.<sup>(15)</sup>

Também repercutiu o Positivismo intensamente na Escola Normal, onde leccionaram, entre outros adeptos das doutrinas de Comte, Benjamin Constant, que foi o seu fundador e primeiro diretor, Agliberto Xavier, Alfredo Soares, Basílio de Magalhães, Francisco Cabrita, Luís Bueno Horta Barbosa, Inácio Azevedo do Amaral, João Soares Rodrigues, Lupércio Hope, Paulo E. de Berredo Carneiro, Pedro Barreto Galvão e Timóteo Pereira.

Compreende-se assim que, em artigo intitulado *Males do Positivismo*, publicado em *A Cruz*, jornal católico que circulava nas Igrejas do Rio aos domingos, haja o Professor Alfredo Baltasar da Silveira escrito:

“Ao ingressar em 1917 na antiga Escola Normal, hoje Instituto de Educação, como docente da cadeira de Educação Moral e Cívica, deparei com um ambiente francamente positivista”.<sup>(16)</sup>

No parecer apresentado em 30 de agosto de 1896 ao Conselho de Instrução Pública do Distrito Federal, o Dr. Francisco Cabrita assim aprecia os “*Elementos de Trigonometria*” do Professor *Alfredo Soares*:

“Constituem livro de alto valor didático, de merecimento superior ao da maioria dos compêndios que conheço destinados ao ensino elementar. Bastará talvez dizer que o Sr. Professor Alfredo Soares, sãbiamente inspirado, procurou imitar o método seguido pelo ilustre Clairaut em seus *Elementos de Geometria* publicados em 1741 e de alguma sorte acompanhou a orientação didática aconselhada por Augusto Comte, o maior dos grandes filósofos no domínio matemático”.<sup>(17)</sup>

Nascido em São João del Rei, a 14 de junho de 1874, já era *Basílio de Magalhães*, aos quinze anos de idade, poeta, professor e jornalista.

A educação foi a grande paixão de sua vida. Nas cátedras de ensino, seja no colégio que Sílvio de Almeida fundou e dirigiu em São Paulo, seja no Ginásio de Campinas, seja na Escola Normal do antigo Distrito Federal, seja na Escola Nacional de Belas-Artes, ficou o seu nome consagrado como o de um mestre insigne.

Como administrador, notável foi a atividade de Basílio de Magalhães.

O primeiro mandato político que exerceu foi o de vereador à Câmara Municipal de Campinas, em 1908. Dez anos mais tarde foi pelo Presidente Wenceslau Braz chamado a dirigir a Biblio-

teca Nacional. O que ali realizou ainda hoje está na memória dos que freqüentam aquela grande casa dos livros. De 1923 a 1927 Basílio de Magalhães administrou, como prefeito, a sua cidade natal, São João del Rei, notabilizando-se a sua gestão pela importância dos empreendimentos ao executar obras que seus antecessores não lograram levar a efeito em vários períodos de gestão. Foi também senador estadual e deputado federal por Minas.

De 1909 a 1910 Basílio foi um dos mais eficientes elementos da campanha civilista, tomando parte ativa, através da palavra e da pena, na propaganda da candidatura de Ruy Barbosa à Presidência da República. Foi para êle que, em bellissima carta, Ruy apelou a fim de ler, em seu lugar, uma das suas mais notáveis conferências políticas, que o tribuno, por estar doente, não pôde pessoalmente proferir.

Deputado federal, impôs-se Basílio pela sua invulgar atuação, pronunciando magníficos discursos sôbre diversos assuntos de interesse nacional. Famosos foram os que proferiu a favor dos nossos indígenas esbulhados de suas terras, secundando assim, no parlamento brasileiro, o empreendimento de Rondon.

Poliglota, além do vernáculo, em que era mestre, e do latim, grego, espanhol, francês, italiano, inglês e alemão, possuía ainda noções do árabe, holandês, sueco, húngaro e romeno e conhecia vários dialetos dos nossos índios, como o tupi (nheengatu) e o guarani (abanheê), assim como o borôro e o mundurucu, havendo escrito sôbre esta última tribo um trabalho ainda hoje inédito, e tendo publicado na *Revista do Instituto Histórico um Vocabulário da Língua dos borôros coroados do Estado de Mato Grosso*.

Basílio de Magalhães foi profundo conhecedor da obra de Augusto Comte. Adotou-lhe a filosofia desde a juventude. Ao empossar-se, em 28 de setembro de 1914, como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tornou pública a sua profissão de fé positivista, declarando: "Guiado pelo incomparável pensador de Montpellier, cheguei ao ponto em que estou, de só admitir a fé demonstrável, a mais simpática de quantas criaram homens, a mais humana de quantas se atribuem a super-homens, a que em suma possibilita a felicidade, neste efêmero transcurso da vida, pelo supremo influxo do amor em tôdas as suas excelsas manifestações."

Além de traduzir, rever e anotar trabalhos alheios, notáveis foram os livros que de sua própria lavra publicou, destacando-se, entre muitos outros, os seguintes: "*Lições de História do Brasil*", "*História da Civilização*", "*Lições de Geografia Geral*", "*Tratamento e Educação das Crianças Anormais da Inteligência*" (êste trabalho reveste-se de grande importância e interesse por ser a primeira obra publicada sôbre o assunto no Brasil, tendo merecido elogiosas referências de cientistas belgas e holandeses), "*Ex-*

*pansão Geográfica do Brasil Colonial*", a primeira obra de conjunto aparecida sobre as bandeiras, "*A Renascença e sua floração artística*", "*Bernardo Guimarães*", "*O Folk-lore no Brasil*", "*História do Comércio*", "*O Café na história, no Folk-lore e nas belas letras*", "*O açúcar nos primórdios da era colonial*".

Exemplo acabado do *self made man*, tudo quanto foi na vida deveu-o ao seu próprio esforço. Viveu e morreu pobre, subsistindo tão só do que percebia como professor e autor de tantos livros de mérito, refertos de seguros e variados ensinamentos.

O Dr. *Francisco Carlos da Silva Cabrita*, segundo informa Sacramento Blake, era filho de Francisco de Paula Avelar Cabrita e sobrinho do bravo tenente coronel de artilharia João Carlos de Willagram Cabrita, que faleceu de ferimento produzido por uma granada inimiga quando ditava a parte oficial da tomada de Itapicuru na campanha contra o Paraguai.

Engenheiro civil diplomado pela Escola Politécnica, foi, além de Diretor da Instrução Pública, Diretor e professor da Escola Normal do Rio de Janeiro, onde lecionou matemática e desenho topográfico. Foi também professor no Liceu de Artes e Ofícios e publicou, entre outros, um *Curso de matemática elementar, Elementos de Geometria e Noções sobre projeções*.<sup>(18)</sup> Não escondia a sua formação positivista, manifesta, aliás, em tôdas as suas obras.

Professor de Química na Escola Normal e docente da Escola Politécnica, cientista de nomeada, *Paulo Carneiro* (que teve educação e formação positivista, pois seus pais, Dona Maria Teodora de Berredo Carneiro e Mário Barbosa Carneiro pertenceram à Igreja Positivista, onde se casaram) há mais de trinta anos encontra-se em Paris e pode-se dizer estar hoje em suas mãos o que resta do movimento positivista em França.

Vem êle sendo o reorganizador e o conservador da Casa de Augusto Comte, na Rue Monsieur Le Prince n.º 10, onde são incalculáveis os serviços por êle prestados. Organizou os arquivos, restaurou o ambiente, catalogou livros, promoveu a publicação de documentos, conferências e estudos sobre as obras de Comte. Exercendo, paralelamente, funções científicas no Instituto Pasteur, e, sendo, atualmente, Embaixador do Brasil junto à Unesco, Paulo Carneiro, graças ao seu prestígio pessoal, conseguiu fôsse a Casa de Augusto Comte transformada em monumento histórico, e, por ocasião do centenário da morte do filósofo foi por seu intermédio que a França se lembrou de reverenciar oficialmente a memória do fundador do Positivismo com várias comemorações, inclusive a edição de um selo alusivo à data. Pronunciando, em diversas ocasiões, importantes conferências — notadamente em 1957, na famosa série *Rencontres Internationales de Genève*, sobre o tema "*L'Europe Face au Monde d'aujourd'hui*" — Paulo Car-

neiro sempre se exprimiu de maneira positivista, sendo uma das poucas vozes diretamente inspiradas na doutrina de Comte a ter hoje repercussão dentro da própria França.

No *Liceu de Artes e Ofícios* lecionaram vários positivistas, destacando-se entre êles o Dr. *Francisco Cabrita*, *Antônio Eugênio dos Santos* <sup>(19)</sup> e *Raul Guedes*. Este último, antigo aluno da Escola Politécnica, fêz do Ensino da matemática verdadeiro sacerdócio, tornando-se um dos professores mais queridos e populares nos educandários do Rio onde preparou numerosas turmas para os exames parcelados e para os vestibulares da Politécnica, e Escolas Militar e Naval. Dotado de excepcionais aptidões didáticas, era de imenso desprendimento, deixando aos alunos aos quais lecionava em casa, o critério da retribuição das aulas, vivendo feliz e sempre bem humorado em sua pobreza franciscana. É um dos muitos exemplos da desambição dos positivistas e de sua despreocupação com os bens materiais. Destacou-se também Raul Guedes pela sua defesa da República ao lado de Floriano, de cuja memória se tornou um dos cultores mais entusiastas.

Outro foco de irradiação positivista no Rio de Janeiro, em fins do século passado, foi o Ateneu Brasileiro, com sede em São Cristóvão, e dirigido pelo alferes — aluno reformado do Exército, *Ulisses José da Costa Cabral*, sôbre o qual Amílcar Botelho Magalhães forneceu a Gilberto Freyre um depoimento constante do volume *Ordem e Progresso*. <sup>(20)</sup>

Professor fortemente imbuído de positivismo e que o transmitia em seu ensino, foi *João da Silva Nazareth* que lecionou em vários colégios, e, em sua casa, mantinha um curso, muito frequentado, de admissão à Escola Politécnica.

#### NOTAS DO SEGUNDO CAPÍTULO DA QUARTA PARTE

- 1) — Vide EUCLIDES DA CUNHA: "Dia a Dia", artigo de 29 de março de 1892, publicado no "Estado de São Paulo" e reproduzido na *Revista do Livro*, órgão do Instituto Nacional do Livro, n.º 15, setembro de 1959, pg. 118.
- 2) — Vide FIDELIS REIS: "Dois vultos eminentes" in *Correio da Manhã* de 3 de fevereiro de 1944.
- 3) — Vide INÁCIO M. AZEVEDO DO AMARAL: "Reminiscências", Imprensa Naval, Rio, 1958, pg. 70.
- 4) — INÁCIO M. AZEVEDO DO AMARAL, "Licínio Athanasio Cardoso o Matemático". Gráfica Editôra Souza, Rio, 1952, pg. 17.
- 5) — Apud INÁCIO M. AZEVEDO DO AMARAL, *op. cit.*, pg. 22.
- 6) — Vide Padre MISAEL GOMES: "A Filosofia entre os cearenses", in "Revista Filosófica do Nordeste", ano segundo, vol. segundo, pg. 107.
- 7) — Apud Padre MISAEL GOMES, l. cit.
- 8) — Sôbre o Dr. OTERO veja-se "A Noite", do Rio, número de 19 de janeiro de 1943.

- 9) — Sôbre OTÁVIO BARBOZA CARNEIRO veja-se "A Luta", de Pirapora, Minas, número de 17 de maio de 1935.
- 10) — VIVALDO COARACY (V. Cy): "*Todos contam sua vida: memórias de infância e adolescência*", pg. 184, Livraria José Olympio Editôra, Rio, 1959.
- 11) — *Idem, ibidem*, pgs. 187 e 188.
- 12) — SOUZA DA SILVEIRA: "*Não existe língua brasileira*", entrevista concedida a HOMERO SENNA in "*O Jornal*" de 16 de setembro de 1945.
- 13) — FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA: "*Manuel Bandeira, estudante do Colégio Pedro II*", in "*Achados do Vento*", pg. 88 e 89, Rio, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1958.
- 14) — "*Em defesa da mentalidade brasileira*", Rio, Imprensa Nacional, 1925. Além dos citados no texto, o Professor Agliberto publicou, entre outros, os seguintes trabalhos: "*Ciência e Arte*", Tipografia da Revista dos Tribunais, Rio, 1921; "*Georges Audiffrent — notícia sumária de sua obra*", Rio, 1923, "*O Catolicismo em sua origem*", Rio, Papelaria Rio Branco, 1925.
- 15) — VIVALDO COARACY, *op. cit.*, pgs. 200, 201, 204 e 205.
- 16) — Vide ALFREDO BALTHAZAR DA SILVEIRA: "*Males do Positivismo*", in "*A Cruz*", de 27 de julho de 1941, pg. 4.
- 17) — Vide F. CABRITA: "*Parecer apresentado em sessão do Conselho de Instrução Pública do Distrito Federal*", in "*Elementos de Trigonometria*" de ALFREDO SOARES, pg. 9 da segunda edição, Empresa Foto-Mecânica do Brasil, Rio, 1912.
- 18) — Sôbre o Professor CABRITA, veja-se SACRAMENTO BLAKE: "*Dicionário Bibliográfico Brasileiro*", 2.º volume, Imprensa Nacional, 1893, pgs. 423 e 424.
- 19) — Vide ÁLVARO PAES DE BARROS: "*O Liceu de Artes e Ofícios e seu fundador*", Rio, 1956, pgs. 164 e 165.
- 20) — Vide o depoimento de AMÍLCAR BOTELHO DE MAGALHÃES. *apud* GILBERTO FREYRE: "*Ordem e Progresso*", vol. I, pgs. 178 e 179.

## CAPÍTULO TERCEIRO

### O POSITIVISMO NA ESCOLA MILITAR, NO COLÉGIO MILITAR E NA ESCOLA NAVAL

I) *O Positivismo na Escola Militar, no Colégio Militar e na Escola Naval.* II) *O Positivismo na Escola de Medicina. Médicos positivistas.* III) *O Positivismo na Escola de Belas Artes. Artistas positivistas.* IV) *O Positivismo na Faculdade Livre de Direito e no Instituto Lafayette.* V) *Francisco Mendes Viana, seus livros didáticos e a reação anti-positivista no ensino primário.*

#### I

**A**LÉM de Benjamin Constant, Miguel Joaquim Pereira de Sá, Joaquim Alexandre Manso Sayão, Manoel Faria Pinto Peixoto e Augusto Dias Carneiro, foram ainda professores na Escola Militar, fortemente influenciados pelo Positivismo, entre outros, os seguintes: Roberto Trompowsky, Sebastião Francisco Alves, F. de Almeida Fagundes, Licínio Cardoso, Liberato Bittencourt, J. J. Firmino, Manuel Almeida Cavalcanti, Samuel de Oliveira, José Eulálio da Silva Oliveira, Lauro Sodré, Cândido Mariano Rondon, Octávio Saint Jean Gomes, Saturnino Nicolau Cardoso, Antônio Gabriel de Moraes Rêgo, Alfredo Moraes Rêgo, Antônio José Ozório e André Bernardino Chaves, havendo quase todos publicado obras didáticas.

Acima de todos, porém, sobressaíram-se *Benjamin Constant* e seu discípulo e substituto Marechal *Roberto Trompowsky*. De tal modo imbuiu-se este último do pensamento matemático de Augusto Comte que o primeiro volume, único publicado da sua *Síntese Subjetiva*, consagrado à filosofia matemática, não apresentava segredos para êle. Eis como o Coronel Alfredo Severo, que foi catedrático de matemática no Colégio Militar, se refere ao ensino de Trompowsky quando, em fins do século passado, a Escola era ainda sediada na Praia Vermelha:

“..... vimos passar, pelo quadro negro, como numa tela cinematográfica, equilibradas na tripode dos eixos coordenados, as mais variadas formas geométricas, ondulantes umas, com fitagens serpentinas, atravessadas; outras, obliquamente, em elegâncias de secções cônicas; outras, afinal, num aprumo de hiperbolóides, lembrando contornos flexuosos de espartilhos femininos. E tôdas elas, num cortejo infindável, desfilavam aos nossos olhos atônitos, evocadas pela varinha de condão de um mago, o preclaro Trompowsky, que, formulando sempre a “hipótese mais sim-

ples e mais estética”, as desenovelava, de súbito, evocando Descartes.

“Muitos dirão, hoje, que jamais aplicaram na vida prática, o que aprenderam naqueles altos remígios pelas regiões elevadas do cálculo transcendente. A verdade, porém, é que, sem aquêlê sublime treinamento de nossas circunvoluções cerebrais nunca poderíamos ter obtido a capacidade aquisitiva de assimilação mental, de que ficamos armados como de um inexgotável tesouro. O objetivo da matemática é, menos científico, ou doutrinário, do que lógico. E, no homem, o cérebro é tudo e o resto quase nada. Por isso Foch, quando lhe respondiam à pergunta precisa: — “*de quoi s'agit-il?*”, fazia “*travailler les meninges*”, como dizia pitorescamente para designar as circunvoluções cerebrais. A matemática é, para o cérebro, o que o carrinho de mão é para a criança que aprende a andar. Quem não aprendeu a raciocinar em matemática, ressentente-se dessa falha, a vida tôda. Por isso, Augusto Comte restabeleceu-lhe o antigo nome de “*Lógica*” em lugar de Matemática, que significa, apenas, *ciência*. Assim como é forjando que se aprende a ser ferreiro, é raciocinando que se aprende lógica, e não ouvindo dissertações teóricas acêrca da complicada arte do raciocínio.

“É freqüente ouvir-se que aquêlê ensino era muito filosófico, quando jamais houve lá, uma cadeira de filosofia. Hoje é que se ensina filosofia até no curso secundário, mas, infelizmente, filosofia metafísica e confusionista.

“O que lá, na Escola, sempre se ensinou foi ciência. E mesmo dela, só o cálculo e a Geometria diferencial e integral, obedeciam à orientação da “*Síntese subjetiva*” de Augusto Comte, que aí condensou, na imortal protofonia, que é o primeiro volume da mesma, a definitiva sistematização da ciência do número, da extensão, e do movimento. Isso era, porém, o suficiente para abrir, às inteligências, horizontes tão amplos que os cérebros ficavam afeitos a tudo conceber convenientemente, dando em resultado uma geração de tal modo apta a tudo assimilar, que ilustrou e ainda está ilustrando, não só os altos escalões da hierarquia militar, como os vários setores da vida nacional a que circunstâncias várias a sollicitaram.

“O que prova, mais uma vez, que a positividade não é privilégio de ninguém, e que cada homem que estudá ciência verdadeira é um positivista que se ignora.

“Mal egressos do tremendo carrascal da geometria elementar de Serrasqueiro, bem me recorde da alegre surprêsa que nos assaltou, quando vimos surgir diante de nós, a figura empolgante do então Coronel Trompowsky, duplo gigante na estatura e no saber, a librar-se em vôos condoreiros pelas regiões estratosféricas do

cálculo transcendente. Dotado de todos os requisitos para o árduo mister de ensinar, o grande mestre reunia, ao completo domínio da difícil matéria, o dom de expô-la com clareza cartesiana, sulcada de rasgos de eloquência, em que se aliava harmonicamente, o mais puro vernáculo, ao gesto estatúario, que modelava as formas geométricas, no espaço, antes de traçá-las a giz, com a mão certa de um perfeito desenhista. Não era desses professôres que descem a plebeísmos e vulgaridades, em tom de claudicante familiaridade. Bem ao contrário, da primeira aula à última, sua linguagem tersa era sempre a mesma, elevada e impessoal, casando a concepção à expressão, como o metal fundido à forma apropriada, e chamalotando-a, aqui e ali, de imagens pinturescas adrede semeadas, como oasis frescos, na aridez dos longos cálculos transcendententes. Ninguém, como êle, para saber vazar o raciocínio matemático nos moldes lapidares da língua. Sob sua orientação superior, à luz do método positivo, o ensino da geometria geral emergiu da confusão caótica em que o trazia mergulhado o ramerrão dos compêndios em voga, erçados apenas de calculeiras fastidiosas e desconexas. Dentro dos limites de um ano letivo, sabia êle imprimir, a tão vasta matéria, uma filiação, uma harmonia, que lhe dava a textura sistemática de um arcabouço arquitetônico, onde os planos, as linhas, as colunas, os entablamentos, se travam equilibrados em esbeltezas de forma, como a visão geométrica de um Partenon, a resplender, do alto da Acrópole, branco e puro sobre o fundo azul do céu de Atenas. Foi o professor mais completo que já viram meus olhos, pois sabia encarar nossa profissão como um sacerdócio que realmente é, tendo por missão transmitir, ao futuro, os erários intelectuais e morais que recebemos do passado, garantindo assim a continuidade humana, nessa "*Course des Flambeaux*", em que o facho iluminativo vai passando, de mão em mão, sem nunca extinguir-se. Era uma alma reta e serena, que serviu à Matemática pelas mesmas razões pelas quais a prezava Stendhal: "porque ela repelia a hipocrisia e o vago — *ces deux bêtes d'aversion* . . ." (1)

Três décadas mais tarde ainda persistia, na Escola Militar, a influência de Augusto Comte no ensino da matemática e na orientação geral dos cursos. Eis, de fato, o depoimento do Coronel Campos de Aragão, referindo-se a *Octávio Saint Jean Gomes* em esplêndido livro de memórias sobre a Escola Militar, quando esta já se transferira para o Realengo e na qual ingressou em 1930:

"O professor era um velho simpático a inspirar respeito e confiança, na sua expressão amiga. Começou a falar. Num tom claro e desprezencioso de voz trabalhada. Iniciou congratulando-se com os que começavam, no momento, suas atividades acadêmicas. Deu conselhos. Desejou resultados positivos para todos, durante o curso. Fêz uma pausa.

"Agora, a sua voz vinha impregnada de um outro tom, uma nuance catedrática. Trazia ainda mais clareza e vigor na argumentação do assunto abordado. Surpreendi-me com a transformação apresentada. Senti-me como se estivesse prêsso por um fio às palavras do mestre. Como se tudo fôsse dito sòmente para mim. Encontrava precisão e consistência naquela concatenação audaciosa na concepção. E o mestre prosseguia:

"— Se Augusto Comte começou o preâmbulo geométrico com uma especial homenagem a Clairaut, eu quero iniciar a nossa aula prestando um tributo de veneração ao grande autor da *Síntese Subjetiva*. Augusto Comte destruiu todos os argumentos da Metafísica, quando esta visava a anular o caráter concreto da Geometria. É, não tenho dúvida, justa a deferência que prestamos a quem soube elevar a Geometria à categoria das ciências de observação. Se Leibniz e Descartes já conheciam o caráter concreto desta ciência, não tinham, entretanto, imunizado o mesmo contra os teóricos metafísicos. Concordo que foi Descartes o emérito criador da filosofia matemática e, mesmo, o fundador da nova Geometria. Mas tóda a glória do caráter indutivo da Lógica, em qualquer de suas manifestações: Cálculo, Geometria, ou mesmo Mecânica, cabe a êle, o extraordinário Comte".

"De relance, percorri com os olhos a sala inteira. Todos estavam absortos, sedentos pela palavra do mestre. Havia qualquer coisa de sublime na convicção da dialética apurada daquela lição.

"O mestre passou a definir o problema geométrico, a sua finalidade entrozada com uma compreensão profunda de tóda a ciência lógica. Começou a analisar a "*Filosofia Primeira*" de Laffitte. Citou Képler e Lagrange. Passou às ligações subjetivas da Geometria antiga à moderna. Invocou recursos talezianos e foi cair no domínio dos estudos de Leibniz, fundador do Cálculo Infinitesimal e Diferencial. E, depois de focalizar Galileu, Newton e Lacroix, fêz um final empolgante, provando que as questões geométricas, que não lograram ser resolvidas com os recursos da Álgebra Direta, puderam ser abordadas com o auxílio da Álgebra Transcendental, objeto fundamental do curso que acabava de iniciar.

"A campanha anunciou o término da aula.

"A partir daquele instante eu compreendi melhor o porque das exclusões no "*Carro de Fogo*". Ali encontrava a causa: ensinava-se, na Escola Militar, Ciências Matemáticas, na plenitude de sua acepção. Tive vontade de bater palmas. "Que conferência! Que conferência — eu repetia mentalmente..."<sup>(2)</sup>

Mais adiante regista o mesmo autor o seguinte diálogo entre cadetes, um veterano e outro calouro:

“Um dos mestres expôs, com clareza, os fundamentos da teoria da alma, sustentada por Augusto Comte. Repetiu-nos a definição de que *“a alma é o conjunto das funções intelectuais, morais e práticas”*. Tive vontade de discordar. De dizer ao mestre que precisava não desprezar as manifestações evidentes de um Criador Supremo e que, seguramente, tôda a lucidez do gênio imortal de Comte, não havia conseguido desfazer o impenetrável mistério dêste sôpro divino, que é a alma.

— Você é sagaz, “bicho”. E de que mais tratou o mestre?

— Continuei no mesmo ritmo de loquacidade.

— Passou a tratar de um ponto, de fato, transcendente: apreciações sôbre o objetivo e o subjetivo. O dualismo, já observado por Kant, e formulado no século XVIII, por Hume. Depois, reproduziu em suas palavras o que fôra abordado sôbre a inteligência. Aquilo também devia ser de Comte. Era a inteligência o resultado de cinco faculdades distintas: contemplação concreta, contemplação abstrata, meditação indutiva, meditação dedutiva e expressão. Tôdas provocadas sob a inspiração e excitação da região afetiva.

— Você, “bicho”, está melhor do que a encomenda, — disse um dos segundanistas, interrompendo a minha “parola” desenvolta. . .

— Qual é mesmo o seu nome?

— Bianco Carneiro de Souza.

— Pois é, Bianco, vejo que veio bem intencionado para os estudos. Não vá perder o élan. Um conselho dou-lhe, logo de início, vá à biblioteca da Escola, assim que fôr possível e trave conhecimento com a famosa *“Síntese Subjetiva”*. Mais adiante, você precisa conhecer bem tudo o que disser respeito ao endeuador de Clotilde de Vaux, se quiser impor-se como possuindo cultura filosófica de lógica.

— O outro segundanista prosseguiu:

— Hoje, a coisa começa a melhorar, mas no passado, isto é, na época da Praia Vermelha, não se podia compreender um aluno da Escola Militar sem a possibilidade de arrotar os preâmbulos que fundamentam a constituição da Lógica, na imortal obra de Comte”.<sup>(3)</sup>

Dão bem uma idéia da repercussão do Positivismo na Escola Militar, onde, em 1879, se fundou um Clube Acadêmico Positivista,<sup>(4)</sup> entre outras, a *Revista da Família Acadêmica* que começou a imprimir-se em 1887 e a *Revista Acadêmica Militar* que iniciou sua circulação em 1903.

A *“Revista da Família Acadêmica”* é uma das mais interessantes publicações estudantis de fins do Império. Seu primeiro número data de novembro de 1887 e é porta-voz da mocidade da Escola Militar agrupada, desde 1886, na Sociedade *“Família Acadêmica”*.

Talvez em nenhuma outra época se tenha registrado tão grande ebulição intelectual no Brasil. O mundo atravessava uma fase de relativa prosperidade, a revolução industrial tornava-se dia a dia mais evidente, o progresso invadia a vida humana em tôda a sua plenitude. O Brasil, já refeito da guerra do Paraguai, dava os primeiros passos no sentido de sua maioridade política, e havia sido invadido, como o resto do mundo ocidental, por uma atmosfera de positivismo difuso, à qual não escapavam nem mesmo os espíritos mais alheios às cogitações filosóficas. As campanhas sociais, como, entre nós, a abolição e a república, empolgavam a mocidade que se sentia com importantes responsabilidades, ciente da missão que lhe estava reservada na construção da nova ordem.

A "*Revista da Família Acadêmica*" reflete o panorama intelectual da mocidade militar que colaborou na abolição e na república. Dá-nos um instantâneo do estado de espírito dos nossos oficiais da época, o que liam e como encaravam os problemas do seu tempo. Entre os seus redatores e colaboradores, encontravam-se nomes que mais tarde viriam a desempenhar importantes papéis em vários setores da vida brasileira.

Lá está, fazendo parte da Comissão de Redação, Cândido Mariano da Silva, que assina uma série de artigos sobre a "*Teoria da Eliminação*" e que se transformaria no glorioso Marechal Rondon, o qual, entretanto, naquela época, ainda não havia acrescentado ao seu nome êste último apelido.

Lauro Müller, os irmãos Licínio, Aníbal e Saturnino Cardoso, Euclides da Cunha, Moreira Guimarães, Gomes de Castro, Tasso Fragoso, Marques da Cunha, Alexandre Leal, entre muitos outros, são colaboradores da *Revista da Família Acadêmica*.

De Euclides aí encontramos os seguintes versos que lhe definem o estado de espírito e constituem como que um prenúncio de seu trágico destino:

"*Eu já não creio mais... sombrio e calmo enfrento*

"*O lábio ermo da prece, o peito ermo da crença —*

"*A estrêla rubra e imensa*

"*Do meu destino atroz, aspérrimo e sangrento*"... (5)

Benjamin Constant, "*o formador de homens*", que já fôra professor de Euclides no Colégio Aquino, tornou a sê-lo na Escola Militar.

Em carta a Lúcio de Mendonça, o autor de "*Os Sertões*" confessa ter sofrido "*o domínio cativante de Augusto Comte*".

"Das idéias que constituem a poderosa síntese comtiana — comenta, a êste propósito, o Professor Cruz Costa — "Euclides, como tantos outros letrados brasileiros do seu tempo, guardou apenas a atitude positiva, isto é, a científica, a sociológica . . . . . Assim, na prova oral de seu concurso, que versou sobre a *Idéia*

do Ser — afirmava, com ironia, a sua posição antimetafísica nestes termos: “Terminarei recordando uma frase de um dos mais sutis e claros espíritos do final da Idade Média, César Vanini, que, como Giordano Bruno e Bacon, foi um dos paraninfos do pensamento moderno. Nesta frase, pronunciada a propósito de questões metafísicas, Vanini realiza o que mui raras vêzes acontece — o consórcio da ironia e do bom senso. Adaptando-a ao meu pensamento direi: *A metafísica é uma ciência soberana e adorável, de grandes e privilegiados recursos: é uma formosa ciência, que nos incute conhecimentos inestimáveis e raros, mas é uma ciência que só se deve estudar, quando se é velho, rico e alemão*”. “As duas últimas condições — acrescentava — dizem de modo iniludível que jamais estudarei metafísica. Sendo assim, persistirei tranqüilamente nas últimas linhas dos criticistas irreduzíveis e tranqüilos e indiferentes a tôdas estas inúteis indagações, perenemente insolúveis”.<sup>(6)</sup>

Figurando em seu corpo docente muitos positivistas, foi o Colégio Militar outro foco de irradiação da doutrina comtiana. Entre os seus professôres devem ser especialmente mencionados *Armando Godoy, Nelson de Vasconcellos e Almeida, Augusto de Araújo Dória, Heitor Cajaty, Sebastião Alves, Liberato Bittencourt, Alfredo Severo e Manuel de Almeida Cavalcanti*. Este último, além de um volume de *Iniciação Filosófica*,<sup>(7)</sup> publicou vários livros de matemática elementar — Aritmética, Álgebra e Geometria — onde expõe essas matérias seguindo os ensinamentos de Augusto Comte na *Síntese Subjetiva*.

Quando se acompanha de perto o que era a atmosfera intelectual predominante na Escola Militar do Rio, compreende-se que se tenham fortemente imbuído de Positivismo as inteligências mais lúcidas da oficialidade do último quartel do século passado e primeiras décadas do atual. Dessa oficialidade, francamente positivista, salientaram-se, entre numerosos outros que ocuparam importantes postos em nossa vida civil e militar, Cândido Mariano da Silva Rondon, Lauro Sodré, Barbosa Lima, José Bevilaqua, Tasso Fragoso, Dantas Barreto, Bezerril Fontenelle, Ximeno de Villeroy, Antônio Pereira Prestes, Raimundo Agostinho Gomes de Castro, Tomás Cavalcanti, José Moreira Guimarães, os irmãos Licínio, Aníbal e Saturnino Cardoso, Tibúrcio de Souza, Dionísio Cerqueira, Joaquim Marques da Cunha, Gonçalo Correia Lima, Alexandre Leal, M. L. de Mello Nunes, Salvador Uchôa Cavalcanti, Canroberto de Lima Costa, Borges Fortes, Eliseu Montarroyos, José Praxedes Campos Goes, Augusto Menezes Vasconcellos Drummond, Antônio Pires de Carvalho e Albuquerque, Alípio Bandeira, Francisco Bueno Horta Barbosa, Manuel Rabello, Vicente de Vasconcellos, Ramiro Noronha, Alfredo Assunção, Ozório Azambuja Cidade, Demétrio Lemos, Renato Rodrigues Pereira, Pedro Dantas,

Alexandre Barreto, Djalma Poli Coelho e Nicolau B. Horta Barbosa. A alguns dos que vêm de ser mencionados, ainda tornaremos no decorrer dêste livro.

Na Escola Naval, desde quando se denominava Escola de Marinha, vários foram, além de Benjamin Constant, os professores influenciados pelo Positivismo.

São os seguintes:

- 1) *Carlos Sampaio*, catedrático de Mecânica, que, na Politécnica, segundo vimos, lecionou Máquinas e foi, durante o Governo de Epitácio Pessoa, Prefeito do Rio de Janeiro;
- 2) *Ferreira Braga* que lecionou analítica e também foi, como vimos, professor na Escola Politécnica;
- 3) *Inácio Azevedo do Amaral*, além de oficial de Marinha, havendo chegado ao posto de Capitão-Tenente, foi livre docente de analítica na Escola Politécnica e catedrático de Termodinâmica da Escola Naval, onde também lecionou Balística e Artilharia. Em 1945 foi nomeado Reitor da Universidade do Brasil, função que desempenhou até 1949.
- 4) *Alvaro de Oliveira*, um dos fundadores da Sociedade Positivista, lecionou Química na Escola Naval, tendo sido também, como vimos, catedrático da mesma ciência na Escola Politécnica.
- 5) *O Comandante Coriolano Martins*, positivista entusiasta, foi catedrático de Cálculo e Geometria Analítica.
- 6) Catedrático de Química e Explosivos, foi o positivista *Almirante Alvaro Alberto da Motta e Silva* quem iniciou, no Brasil, o ensino da física nuclear e organizou o Centro de Pesquisas de Energia Atômica, sendo uma das nossas maiores autoridades no assunto.
- 7) *O Comandante Adalberto Menezes de Oliveira*, adepto das idéias filosóficas de Comte, como seu sogro Marechal Roberto Trompowsky, lecionou, na Escola Naval, Eletricidade.
- 8) Positivista entusiasta foi o Capitão Tenente da Armada, *Nelson de Vasconcellos e Almeida*. Nascido no Piauí em 19 de setembro de 1862, bacharelou-se em ciências físicas e naturais e fez o curso de guarda-marinha, que concluiu em 1881. Além de engenheiro civil e geógrafo pela Escola Politécnica, formou-se em Medicina, defendendo uma tese positivista. Era lente da Escola Naval e professor no Colégio Militar, e, em 1890, foi deputado ao Congresso Constituinte pelo Piauí.

Em 1891 publicou êle "*A Nova Capital da República dos Estados Unidos do Brasil — memória apresentada ao poder executivo da União*". É, segundo Sacramento Blake, "um trabalho metódico e importante, em que o autor estuda o lugar que deve ser escolhido para a nova capital; a sua zona interior e o que a constitui; a zona norte; as desvantagens da parte sul do pla-

nalto central; o que deve ter em vista a comissão nomeada para estudar o local, correspondendo a escolha a todos os requisitos exigidos; as condições higiênicas do local; os meios práticos de levar a efeito o cometimento; o que seja preciso fazer o Estado para obter o auxílio da iniciativa particular".(8)

9) Ainda foi catedrático de Astronomia da Escola Naval o *Almirante José Frazão Milanez* que sofreu forte influência positivista, conforme êle mesmo confessa em depoimento publicado no livro "*Ordem e Progresso*" de Gilberto Freyre.(9)

10) O *Comandante Luís Manoel Gonçalves* foi outro positivista que lecionou na Escola Naval em cuja Congregação ingressou com a tese apresentada, em 1901, à cátedra de Direito: "*Concepção Positiva da Sociedade*".

Durante vários anos foi Diretor da Escola Naval o positivista *Almirante Francisco Machado da Silva* que verteu, para o português, quase tôdas as obras de Augusto Comte, desde o *Curso de Filosofia Positiva* até o *Sistema de Política Positiva*.

Conforme vimos no capítulo terceiro da primeira parte dêste ensaio, o discípulo de Comte, Dr. Segond, observava em 1857 que o Positivismo era então particularmente estudado no Rio pelos alunos da Escola de Marinha. E, na verdade, muitos foram os oficiais de marinha que se deixaram empolgar pela nova doutrina, destacando-se, entre outros, os Almirantes Altino Correia, Américo Silvano, Americano Freire, Gomes Ferraz, Batista de Leão, Graça Aranha, Silvinato de Moura, Brandão Cavalcanti, José de Castro e Silva, Alfredo Colônia, Lisandro de Andrade, Mário França, Alfredo de Moraes Filho, Norton Boiteux, alguns dos quais desempenharam importantes postos em nossa Armada.

*Batista de Leão*, que foi uma das figuras mais respeitadas e brilhantes da Armada de seu tempo, foi, em 1910, nomeado Ministro da Marinha.

*Américo Silvano* foi outro grande representante do Positivismo em nossa Marinha. Em 1893 tomou parte ativa ao lado de Floriano em defesa da República, e, em 1897, respondendo ao Visconde de Ouro Preto, publicou "*A Nova Marinha*".

Autor de diversos opúsculos como "*Reforma do Calendário*", "*Seriação sistemática do ensino no Brasil*", "*Em defesa da Bandeira da República*", colaborou no *Correio da Manhã*, onde, entre muitos outros, publicou, em 1935, uma série de artigos intitulados: "*O extremismo retrógrado integralista e a sã política*".

Américo Silvano foi, com Gabriel Antunes, Germano Medeiros e Coriolano Martins, um dos fundadores do Centro Positivista de São Paulo, onde realizou várias conferências.

Também devem ser mencionados, como positivistas em nossa Marinha, os comandantes João Manuel de San Juan, Carlos Agos-

tinho de Castro, Tancredo Jauffret, Carlos Acioli, Jaime de Oliveira, Henrique Batista da Silva Oliveira, Luis Lopes da Cruz e César Xavier, entre muitos outros.

## II

Grande foi a contribuição metodológica de Augusto Comte em biologia e constituiu incontestável novidade. Assinalou, de fato, a necessidade de um estudo aprofundado do meio físico em que se desenvolvem os diversos tipos de vida; esboçou as leis da biologia estática ou biotomia, assim como as da biologia dinâmica ou bionomia. A sua classificação dos seres vivos, o seu estudo biológico das funções do cérebro e das relações do físico com o moral, ou seja a incessante interação entre a vida vegetativa e a cerebral ou de relação, apresentaram observações filosóficas que fundamente repercutiram no evolver da ciência biológica, influenciando Claude Bernard e demais cientistas da segunda metade do século XIX, entre os quais se salienta Mme. Curie, que, em sua mocidade, entusiasticamente se proclamava positivista.

Blainville, o grande biologista do século XIX, costumava citar Augusto Comte, em seus cursos, como uma autoridade na parte atinente às idéias gerais em biologia, e Charles Robin, fisiologista de renome, declarou haver inutilmente procurado, em biologia, idéias fundamentais tão justas e luminosas quanto as de Augusto Comte — “Fui forçado — acrescenta — a seguir passo a passo Augusto Comte em meu trabalho [sôbre biologia]”.

Conseguiu, por isto, Comte, entre os médicos e fisiologistas — nota Paul Tannery — “adesões tão importantes pelo seu valor quanto pelo seu número, exercendo, por suas idéias, pronunciada influência sôbre o progresso da ciência biológica. Esta influência transparece especialmente no espírito que durante longo tempo animou a *Société de Biologie*, fundada em 1848, como salienta o Dr. Gley em notável estudo inserto nos *Anais Internacionais de História Comparada* (Congresso de Paris, 1900, História das Ciências). Graças aos trabalhos dos sábios ilustres que fizeram a glória dessa Sociedade, e que foram todos mais ou menos tocados pelo com-tismo, a influência da Filosofia Positiva penetrou na Biologia tanto quanto era necessário para assegurar-lhe um progresso decisivo sem acabar por constrangê-la nos liames de uma fórmula morta...

“A concepção da vida sôbre uma base puramente química, tal como Comte a apresentou (numa época em que a teoria celular ainda não existia) é, evidentemente, o ponto de partida da que Le Dantec devia formular em nossos dias [1905].

“Talvez seja cabível indagar se, na sociologia do futuro, a influência da obra de Augusto Comte ficará mais profundamente marcada do que em biologia, (10)

Compreende-se assim hajam sido apresentadas, só à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século passado, pelo menos vinte e oito teses defendendo doutrinas biológicas e médicas de Augusto Comte ou deixando transparecer-lhe a influência filosófica. Não é demais lembrar que a primeira referência ao Positivismo no Brasil se verificou em 1844 numa tese para concurso submetida à Faculdade de Medicina da Bahia, conforme vimos no capítulo primeiro d'êste livro.

Eis, em ordem cronológica, os autores e os títulos das teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, influenciadas por Comte:

1) — *Luís Pereira Barreto*: "*Teoria das Gastralgias e das Nevroses em geral*", Rio de Janeiro, Tipografia Paula Brito, 1865.

2) — *Joaquim Ribeiro de Souza Mendonça*: "*Da Nutrição*", Rio de Janeiro, 1876. A introdução desta tese é o transunto das concepções biológicas, médicas e sociais de Augusto Comte e traz a seguinte epígrafe: "*Entre l'homme et le monde il faut l'humanité*". Augusto Comte.

O Dr. Joaquim Ribeiro de Souza Mendonça, que foi presidente da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, publicou ainda: "*Circulares do Fundador do Positivismo*", tradução pelo Dr. J. R. de Mendonça, com um retrato de Augusto Comte, São Paulo, Tipografia da Província, 1880, e "*Do Espírito Positivo*" notas coligidas por um discípulo nos cursos de Augusto Comte, São Paulo, 1880, volume da *Biblioteca Útil* editada por Abílio Marques.

3) — *José Eduardo Teixeira de Souza*: "*Influência das experiências fisiológicas sôbre o progresso da medicina prática*", Rio, 1879.

O Dr. Teixeira de Souza que foi, por Benjamin Constant, nomeado professor de Sociologia do Colégio Militar, publicou, em São Paulo, em 1880, um poema intitulado "*A Humanidade*", e, em 1881 fez, em nome da Sociedade Positivista, a comemoração do tri-centenário do nascimento de Calderon de la Barca, trabalho que figura entre as publicações do Apostolado Positivista, do qual, entretanto, se desligou por não concordar com o rompimento com a direção de Pierre Laffitte. Em 1882 realizou conferências, na Escola de Medicina, sôbre *Broussais e a medicina positiva*.

No *Livro do Centenário* publicou ainda o Dr. Teixeira de Souza: "*História da medicina e da cirurgia durante o regime colonial*", *Memória comemorativa do 4.º Centenário da descoberta do Brasil*".

4) — *Joaquim Bagueira do Carmo Leal*: "*Teoria positiva das epidemias*", Rio, 1881, onde o autor sustenta, ao lado das concepções médicas e sociais de Augusto Comte, o que, sôbre as epidemias, escreveu o Dr. Audiffrent.

O Dr. Bagueira Leal foi, com Miguel Lemos e Teixeira Mendes, um dos mais destacados componentes do Apostolado Positivista do Brasil que a êle deve, em grande parte, as teses que adotou em relação às doutrinas médicas, principalmente na parte relativa à vacina.

São de sua autoria, entre outros, os seguintes trabalhos que fazem parte das publicações do Apostolado: "*O Despotismo sanitário perante a medicina*", Rio, 1901; "*A questão da vacina*", Rio, 1904.

5) — *Raimundo Belfort Teixeira*: "*Medicação revulsiva*", Rio de Janeiro, 1881.

A esta tese e à do Dr. Bagueira Leal, acima relacionada, consagrou Jorge Lagarrigue longa apreciação na *Revista Ocidental* de 1.º de março de 1882, pgs. 254 a 267.

6) — *Eustachio Garção Stockler*: "*Quais as causas que favorecem o desenvolvimento da febre amarela no Rio de Janeiro? Quais as medidas higiênicas que se devem adotar para fazer desaparecer este flagelo?*" Rio, Tipografia Central, 1881.

7) — *Alfredo Menna Barreto de Barros Falcão*: "*Ovariotomia*", Rio, Tip. de J. D. de Oliveira, 1881.

8) — *Rodolfo Paula Lopes*: "*Importância da Fisiologia Experimental*", Rio de Janeiro, 1882.

Além de um tratado de biologia, que alcançou duas edições e ao qual já me referi, o Dr. Paula Lopes publicou, a convite de José Veríssimo, na *Revista Brasileira*, longo ensaio sôbre *A Sociedade como organismo*, onde explana o assunto sob o prisma do Positivismo.

9) — *Adolfo Simões Barbosa*: "*Higiene da primeira infância*", Rio de Janeiro, 1882.

10) — *Carlos Augusto Oliveira Duarte*: "*Vantagens e inconvenientes da cremação dos cadáveres*", Rio de Janeiro, 1882. Nessa tese, de acôrdo com Pierre Laffitte e o Dr. Robinet, sustenta o autor a inocuidade dos cemitérios.

11) — *Francisco do Rêgo Barros Figueiredo*: "*Dos Nervos Tróficos*", Rio de Janeiro, 1883.

Citando a cada passo, Augusto Comte e Audiffrent encima esta tese a seguinte epígrafe:

"*Outre cette influence générale, le centre cérébral se rattache particulièrement au corps par les nerfs spéciaux de la nutrition*". A. Comte, *Pol. Posit.* vol. IV, pg. 237, Paris, 1854.

12) — *João Frederico Almeida Fagundes*: "*Do Estado patológico em geral*", 1883.

Além de consagrar um capítulo inteiro à teoria cerebral de Augusto Comte, todos os capítulos dessa tese trazem epígrafes tiradas das obras do filósofo.

13) — *Benedito Gabriel de Campos*: "*Medicação antiflogística*", Rio, 1884.

14) — *Anastácio José Vianna*: "*Diagnóstico e tratamento da angina do peito*", Rio, 1886. Nas proposições dessa tese o autor defende as vistas de Augusto Comte sobre os nervos tróficos.

15) — *Alberto Saboia Viriato de Medeiros*: "*Interpretação patogênica das coréias*", Rio, 1886.

Essa tese traz a seguinte dedicatória:

"*À Mr. le docteur Georges Audiffrent (À Marseille) l'éminent disciple d'Auguste Comte.*

"*En hommage à sa haute valeur théorique, cette thèse, qui n'est qu'un développement de ses idées, est respectueusement offerte et dédiée par l'auteur.*"

16) — *Antônio Aguiar*: "*Clorose*", Rio de Janeiro, 1887. Essa tese traz as seguintes epígrafes de Augusto Comte: "*Agir por afeição e pensar para agir*", "*Não há síntese objetiva*".

O Dr. Antônio Aguiar, que fêz parte do Apostolado, publicou ainda: "*Cura da Morféia*", Rio, 1898, volume contendo em apêndice: a) "*Refutação da teoria microbiana*"; b) "*Chegada às teorias de Broussais*", artigo publicado no *Jornal do Comércio* de 4 de julho de 1897, a propósito de um prometido prêmio a quem descobrisse meio de debelar a febre amarela entre nós.

17) — *Graciano dos Santos Neves*: "*Dos Nervos Tróficos*", Rio, 1889. Graciano, como vimos em capítulo anterior, foi, em 1896, Presidente do Espírito Santo.

18) — *Veríssimo Dias de Castro*: "*Das Emoções*", Rio, 1890.

O Dr. Veríssimo Dias de Castro clinicou em Bagé, Rio Grande do Sul, onde publicou, em 1896, entre outros escritos, um opúsculo contendo a *Carta* por êle dirigida ao Dr. Antão de Faria a propósito do Congresso político de que resultou o Partido Republicano Liberal, e na qual sustenta calorosamente as vistas políticas de Augusto Comte.

19) — *Javert de Madureira*: "*Da unidade cerebral e da loucura*", Rio, 1895.

20) — *Licínio Cardoso*: "*Concepção da Medicina*", Rio, 1899.

Explicando a orientação filosófica de sua tese, declara Licínio Cardoso:

"De 1875 a 1897, foi contínuo o meu esforço no estudo das obras de Augusto Comte, para cumprir, primeiro, os meus deveres de estudante, consoante a orientação que eu adquirira, e, depois, os de professor.

"Os meus estudos de biologia, quer antes, quer durante a minha passagem pela Faculdade, levaram-me ainda a novas e especiais meditações sobre a obra do grande filósofo.

"Estava eu, pois, ao escrever a minha tese, intitulada "*Concepção da Medicina*", no meu vigésimo quarto ano de meditações

contínuas e apuradas sôbre a sistematização científico-filosófico, que serviu de base à elaboração dela.

"Nunca fui um positivista ortodoxo, à maneira dos exagerados, e nunca o serci assim, mas procurei sempre, na obra do grande filósofo, a diretriz para o desenvolvimento da minha razão e para o exercício da minha atividade". (11)

21) — *Jefferson Sensburg de Lemos: "Da Influência dos fatores sociais sôbre a degeneração da espécie humana"*, Rio, César Gomes & C., 1902.

Essa tese é precedida da seguinte epígrafe:

*"A idéia do homem isolado da Humanidade é uma abstração tão viciosa em medicina como em política. Aug. Comte"*.

O Dr. Jefferson de Lemos, que pertenceu ao Apostolado Positivista, além de numerosos artigos em jornais e revistas médicas, tais como "*Responsabilidade penal e loucura*", in *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria*, n.ºs 1 e 2 de 1912; "*Meditações sôbre a Medicina*", in "*O Hospital*", n.ºs 4, 5 e 7 de 1924; "*Da concepção positiva das nevroses*", cinco artigos in "*Imprensa Médica*" de 1926 a 1928; "*Positivismo e Medicina*", sete artigos in "*Jornal do Comércio*" de 1929; "*Gall e sua obra*" in "*Imprensa Médica*" n.ºs 8, 9, 10, 11 e 12 de 1930; publicou ainda, entre outros, os seguintes volumes: "*O que é e o que vale a Liga de Higiene e Profilaxia Mental*", Rio, 1923, "*Freudismo e Positivismo*", Rio, 1935; "*Assuntos Médico-Sociais*", Rio, 1935, e Augusto Comte: "*Problemas Sociais*", Rio, 1940.

22) — *Júlio Oscar de Novais Carvalho: "Teoria filosófica do cérebro e suas localizações segundo Augusto Comte"*, Rio, 1904.

É um trabalho de fôlego, revelador de grande entusiasmo por Augusto Comte, ao lado de variada erudição, perfeitamente a par de toda a ciência biológica do momento em que foi publicado.

23) — *Nelson de Vasconcellos e Almeida*, doutor em Matemática, bacharel em ciências físicas e naturais, engenheiro civil e geógrafo, lente substituto da Escola Naval e professor do Colégio Militar: "*Dos Nervos Tróficos*", Rio, 1904.

24) — *Edgar Roquette Pinto: "Etnografia Americana — O Exercício da Medicina entre os Indígenas da América — Proposições — Três sôbre cada uma das cadeiras do curso de Ciências Médico-cirúrgicas"*. Rio de Janeiro. E. Bevilaqua & Cia. — Rua do Ouvidor, 151 (Oficinas da Renascença), 1906.

Dessa tese extraio os seguintes passos que comprovam a forte influência do Positivismo sôbre o autor de "*Rondônia*":

"Augusto Comte firmou-se no que o passado havia realizado e estabeleceu, nas fulgurações de seu gênio, a ciência da humanidade — a sociologia. São os princípios desta que me vão guiar; mas é antes preciso dar o exato valor à medicina para entender certas práticas obscuras que encontramos entre os Americanos. A

sociologia, para Augusto Comte, foi uma construção de passagem que lhe permitiu chegar ao estudo do homem individualizado. Isso não lhe foi difícil; e, nas bases de que dispunha, estabeleceu o filósofo de Montpellier a ciência do homem — a moral". (Pág. 76)

Na página seguinte Roquette Pinto, depois de referir-se à apreciação de Augusto Comte sobre o politeísmo, diz que a mesma "vem mostrar quanto é certa e infalível a concepção filosófica desse gênio". (pág. 77).

Entre as conclusões de sua tese destaco as seguintes:

"As chamadas *faculdades da alma* nada mais são que *funções cerebrais independentes*. (A. Comte)". (pág. 87)

"A liberdade profissional é da mais insofismável necessidade.

"O procedimento particular de cada um dos diplomados deve ser a única base do privilégio de curar". (pág. 92).

25) — *João Gambetta Perissé: "Algumas contribuições ao estudo da Terapêutica"*, Rio, 1908.

A tese traz as seguintes dedicatórias:

"Às memórias amantíssimas dos Santos Fundadores da Religião da Humanidade — Clotilde de Vaux e Augusto Comte — os nossos mais íntimos e filiais protestos de eterna saudade e profunda veneração.

"Ao sábio Mestre e eminente Apóstolo da Religião da Humanidade, cidadão Raimundo Teixeira Mendes, pelas lições que ouvimos no Apostolado Positivista do Brasil e as conferências que nos concedeu, por várias vêzes, os nossos sinceros e fraternais agradecimentos.

"Ao caro amigo e distinto colega Guilherme Bastos Milward, pelo muito que nos auxiliou na correção do nosso trabalho, os nossos protestos de eterna gratidão".

26) — *Guilherme Bastos Milward: "Do conceito diagnóstico da atitude"*, Rio, 1908.

Em artigo sobre Guilherme Milward, que era engenheiro formado pela Escola de Minas e foi professor de química da Faculdade de Medicina de São Paulo, Basílio de Magalhães escreveu, no *Estado de São Paulo* de 13 de setembro de 1947, o seguinte comentário a propósito da tese por êle apresentada à Escola de Medicina do Rio de Janeiro:

"Só em maio de 1909 foi posta em debate a tese de Guilherme Milward, *"Do conceito diagnóstico da atitude"* (Rio, 1908), pois que a comissão examinadora reunida em dezembro do ano anterior, entrara em dúvida sobre a aceitação da mesma. Refugou tenazmente qualquer modificação dentre as que lhe foram propostas; e, como se tratasse de idéias já hauridas em grande parte no Positivismo, soltou um orgulhoso brado triunfal, quando lhe foi comunicada a elevada nota de aprovação: "Não fizeram

mais do que o seu dever, pois o aprovado não fui eu, mas meu incomparável mestre Augusto Comte”.

27) — *Jaime de Oliveira*: “*Do parto provocado*”, Rio, 1916.

28) — *João Francisco de Souza*: “*Teoria da Sensação*”, Rio, 1925, trabalho bem fundamentado e consciencioso, de grande erudição e profundidade, onde o autor desenvolve as vistas de Augusto Comte e seus discípulos sobre os sentidos da musculação, calorificação e eletrição.

O Dr. *João Francisco de Souza* é neto do alienista do mesmo nome, também positivista, que em 1881 publicou um opúsculo sobre a teoria da loucura segundo o Positivismo e ao qual me referi no capítulo anterior. Entre muitas outras, o Dr. João Francisco de Souza tem publicado traduções de obras de Augusto Comte, Pierre Laffitte e Audiffrent.

Ainda deve ser mencionado entre os médicos positivistas, além de *Lycurgo de Castro Santos*, *Polycarpo Viotti* e outros, aos quais me referi nos capítulos anteriores, o Dr. *José Francisco da Cunha Cruz* que, em 1901, publicou um volume todo baseado na teoria cerebral de Augusto Comte — “*Medicina Psíquica*”. (12)

Positivista entusiasta foi ainda o fundador da Universidade do Paraná — Dr. *Nilo Cairo*, catedrático de Patologia Geral da Faculdade de Medicina da mesma Universidade.

No prefácio da primeira edição de seus “*Elementos de Fisiologia*”, escreveu êle:

“Aproximando-me o mais possível das lições deixadas, em suas obras, pelo meu venerando Mestre Augusto Comte, adotei mesmo o princípio do seu método subjetivo: é assim que, nas localizações cerebrais, procedi de acôrdo com as que êle nos indicou, adaptando-as quanto pude às descobertas novas da ciência experimental. Nestas lições, encontrar-se-ão ainda a concatenação nova das diversas teorias fisiológicas, as suas teorias da fecundação e das funções do grande simpático e várias outras, como a das *leis gerais da animalidade* e a do funcionamento do sistema nervoso, que os atuais livros em voga tão mal sabem apreciar, deixando em quase completa obscuridade a solução de importantes problemas da fisiologia. Pela primeira vez, em um tratado desta matéria, fixa-se nitidamente o papel dos *nervos tróficos* e defende-se francamente o número oito dos nossos sentidos, em vez dos cinco da antiga sensibilidade e dos sete dos autores pusilânimes; aí se torna, enfim, precisa, logicamente e filosoficamente, a concepção das funções do tálamo ótico, e seus gânglios anexos, até hoje suspeitados, mas desprezados pela ciência. Procurei o mais possível cimentar essas teorias com os dados fornecidos pelas pesquisas experimentais”. (13)

No prefácio da primeira edição de seus *Elementos de Patologia Geral*, declara ainda o Dr. *Nilo Cairo*:

“Mas, neste livro, existem um programa e uma doutrina, que não são bem os dos tratados correntes importados do estrangeiro e por todos repetidos *ipsis verbis* com unção: a concepção da saúde e da moléstia, que bebi em Augusto Comte, a classificação geral das moléstias, a doutrina da predisposição mórbida como causa interna destas, e outras questões de seriação didática, de classificações funcionais e de interpretação patológica, são dessas idéias, que se de todo não me pertencem, pelo menos não são encontradas nos livros usuais, que as desconhecem ou as repelem”. (14)

Obstetra de grande nomeada do Rio de Janeiro, além de professor na Escola de Medicina, foi ainda o médico positivista Dr. *Henrique Batista*.

Eis como o Professor Otávio Rodrigues Lima, atual catedrático de Clínica Obstétrica da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, recordou, na Maternidade-Escola da mesma Universidade, o que foi ali o ensino do Professor *Henrique Batista*:

*“Os vivos são sempre, e cada vez mais, governados pelos mortos”.*

“Quantas vêzes ouvimos de Henrique Batista esta frase, naquelas manhãs afanosas do ambulatório desta Maternidade, onde êle nos transmitia as noções da clínica, onde nos ensinava o respeito pela tradição, onde nos revelava os segredos da sua experiência. Era êle o exemplar assistente da clínica, o auxiliar do ensino prestimoso e eficiente, o guia seguro para os novatos da especialidade. Nos casos duvidosos, quando para êle apelávamos, era certa a sentença preambular: *“Devemos formular sempre a hipótese mais simples e mais simpática”* e prosseguia com calma e descortino, aclarando nossas dúvidas, aumentando o nosso cabedal de conhecimento, conquistando nossa veneração. Mostrava então quanto valia o uso do raciocínio, e vinha mais esta citação: *“Pensar para agir, e agir por afeição”*. E, assim, entremeando Comte e obstetricia, passavam-se as horas matinais naquele ano de 1921 quando, com Êrico Marinho da Gama Coelho na cátedra, tínhamos Henrique Batista como o nosso verdadeiro Mestre . . . . . A Êrico Coelho sucede Fernando Magalhães, e Henrique Batista continua a cumprir a sua missão de assistente disciplinado e correto. Mostra, com o seu exemplo, o respeito devido à hierarquia.

*“O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim”.*

► “De nôvo a filosofia positivista explica e consola. Alguns anos de convívio diário fizeram do mestre um amigo e conselheiro . . .

“Assim foi Henrique Batista, o assistente de clínica. Mas há outro Henrique Batista a ser lembrado. O profissional de larga e merecida clientela, o parteiro de renome e requestado, o médico no exercício sacerdotal e humano de seus deveres. Recordamos

uma conversa telefônica às quatro horas em tempestuosa madrugada: "Meu caro Lima, será que Você poderia atender a um parto de cliente minha? Estou *meio* resfriado e acho que estou começando a me sentir cansado..."

"Isto em 1929, Henrique Batista contava 76 anos e como que se desculpava de estar começando a se sentir fatigado! Admirável a resistência que tão sòlidamente se alicerçava no sentimento do amor para com o próximo".<sup>(15)</sup>

Na *Circular Anual* referente a 1912, Teixeira Mendes transcreve a carta por êle dirigida ao Dr. Henrique Batista em 12 de maio dêsse ano, felicitando-o pelo "*exemplo*" que acabava de dar, desligando-se da Academia Nacional de Medicina, com a declaração de que "assim procedia, porque as convicções científicas, políticas e morais que então tinha a suprema ventura de possuir, estavam em discordância com os daquela privilegiada Academia".

Médico positivista que também desfrutou de grande prestígio no Rio de Janeiro, foi o Dr. *João Marinho de Azevedo*, catedrático de Oto-Rino-Laringologia e clínico de larga clientela.

Além de vários livros e artigos no *Jornal do Comércio*, todos de orientação positivista, publicou "*As Três Filosofias*", "*Ocasão Perdida*", "*Viver para outrem e a reforma do ensino secundário*", "*Um coincidente afim com Augusto Comte no Brasil*".

Outro professor positivista na Escola de Medicina foi o Dr. *Pedro A. Pinto*, catedrático de Farmacologia, grandemente acatado pela sua competência e espírito de justiça. É autor de vários livros sôbre língua portuguesa e dos volumes didáticos publicados com o pseudônimo de Paulo Augusto: "*Preciso de Sociologia*", Rio, Tip. Cidade do Rio, 1940, e "*Preciso da História da Filosofia*", Rio, Tip. Rua da Misericórdia 36, 1948.

#### IV

Na Escola de Belas Artes, onde lecionou *Basílio de Magalhães*, podem ser citados, como tendo recebido larga e confessada influência do Positivismo, *Almeida Reis*, *Décio Vilares*, *Rodolfo Amoedo*, *Eduardo Sá*, *Aurélio de Figueiredo*, *Manuel Madruga*, *Francisco Baiardo*, *Newton Sá* e *Raimundo Cella*. Da autoria de Décio Vilares, além de vários quadros sôbre episódios da História do Brasil, são o monumento erigido a Júlio de Castilhos em Pôrto Alegre e a estátua de Benjamin Constant que hoje se acha no Campo de Santana no Rio de Janeiro.

Almeida Reis, Eduardo Sá, Rodolfo Amoedo, Aurélio de Figueiredo e Manuel Madruga deixaram, assim como Décio Vilares, telas de valor, sendo Eduardo Sá o autor dos monumentos a Floriano e São Francisco de Assis erigidos no Rio de Janeiro.

Na faculdade Livre de Direito, hoje Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, além de *Alfredo Varela*, que foi, até 1908, Professor de Direito Administrativo, lecionou, durante vários anos, Direito Civil, o positivista Dr. *Manuel Inácio Carvalho de Mendonça*, autor de importantes obras jurídicas, às quais já me referi no capítulo sexto da terceira parte d'êste livro.

Frequentaram essa Faculdade Amaro da Silveira, Sílvio Vieira Souto e Luís Dodsworth Martins, que se filiaram à Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, onde Sílvio Vieira Souto realizou mais de um curso de *Filosofia Primeira*, tendo publicado vários opúsculos de valor.

Amaro da Silveira doou à cidade do Rio de Janeiro os monumentos a Benjamin Constant e a São Francisco de Assis, enquanto Luís Dodsworth Martins se tem distinguido não só através de livros e conferências, mas ainda como professor da Faculdade de Ciências Econômicas.

Também frequentou a Faculdade Livre de Direito Octávio Murgel de Rezende, que hoje exerce as funções de Ministro do Superior Tribunal Militar e é autor de vários trabalhos inspirados no Positivismo.

Outro foco de irradiação positivista no Rio de Janeiro foi o Instituto Lafayette, fundado, em 1916, pelo mineiro *La Fayette Côrtes*.

Eis como a êle se refere um de seus colaboradores — Professor Lindolfo Xavier:

"O ideal do Instituto foi desde o começo norteado pelo Positivismo, seguindo os princípios pregados por Augusto Comte, de fraternidade universal, altruísmo e "*viver às claras*". Vários professores positivistas lecionavam ali, divulgando suas teorias entre os alunos, e nas solenidades públicas êles colaboravam com aloções cívicas de alto alcance moral. Entre outros, Pedro Barreto Galvão, Montenegro Cordeiro, Francisco Levasseur França, hoje professor de ética na Faculdade de Filosofia da Universidade, além de membro da diretoria do Instituto. La Fayette foi ardente adepto do Positivismo e sob esta égide orientou as atividades do Instituto, tendo tido a colaboração de Teixeira Mendes na organização dos planos educacionais dos dois sexos. Um grande pintor positivista, Décio Vilares, iniciou a decoração do salão nobre do departamento feminino do Instituto com telas alusivas à história da humanidade. Falecendo êsse mestre do pincel, concluiu sua obra o insigne professor Argemiro Cunha.

"Solenes romarias cívicas realizaram os dois departamentos masculino e feminino, com estandartes, andores com os bustos dos benfeitores da Humanidade, acompanhamento de alunos e professores e famílias d'êstes. Nunca deixou o Instituto de comemorar as grandes datas cívicas, com sessões solenes e aloções

culturais. Por ocasião da grande guerra mundial, a diretoria do Instituto organizou o serviço militar, sob a direção de oficiais do Exército, preparando um batalhão em que tomavam parte diretores e professores, ao lado dos alunos". (16)

## V

Figura de destaque nos meios de ensino do Rio foi o Professor Francisco Mendes Vianna, primo de Teixeira Mendes e sobrinho de Godofredo Furtado, por quem foi educado e de cujas convicções positivistas participou.

Depois de ter sido professor de matemática na Escola Modelo de São Paulo, foi, por concurso, catedrático de História Natural do Ginásio de Campinas, cuja diretoria por algum tempo exerceu. No Rio desempenhou, a partir de 1912, o cargo de Inspetor Escolar a convite do Dr. Álvaro Batista, outro positivista, que era então Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal. No Instituto La Fayette, Mendes Vianna lecionou física. Publicou vários livros didáticos onde é patente a sua orientação doutrinária, como, entre outros: *"As Modernas Diretrizes no Ensino Primário (Escola Ativa, do trabalho ou nova)"* Rio, Livraria Francisco Alves, 1930, *"Pequena História do Brasil"*, 3.<sup>a</sup> edição, Rio, Livraria Francisco Alves, 1931; *"Quarto Livro de Leitura (Apanhados e Fatos Históricos)"*, 5.<sup>a</sup> edição, Rio, Livraria Francisco Alves, 1928; *"Considerações Gerais sobre a aprendizagem da Leitura"*, 3.<sup>a</sup> edição, Rio, Livraria Francisco Alves, 1925.

De importância para a história das idéias no Brasil é o trabalho do Professor Mendes Vianna — *"Réplica às críticas formuladas sobre seus livros escolares por uma comissão designada pela Diretoria de Instrução do Distrito Federal"*. É que, através desse trabalho, se pode nitidamente marcar, a partir de 1928, o prevalecimento da reação que havia muito se vinha avolumando contra o Positivismo em nossos meios de ensino. Constituída de católicos, entre os quais se destacava Alceu Amoroso Lima, então em todo o viço de *cristão novo*, essa Comissão fez sérias restrições aos livros didáticos de Mendes Viana e até suas cartilhas foram por ela recusadas.

Referindo-se ao *Segundo livro de leitura*, de autoria do professor positivista, escreveu Alceu Amoroso Lima em parecer datado de 24 de abril de 1928:

"Discordo inteiramente quanto à moral leiga, defeito grave no livro. As crianças vêem nêle um mundo de que a religião está banida, como inexistente. Primeiros passos para o abalo de todos os preceitos morais contidos nas histórias". (17)

A êste reparo respondeu o Professor Mendes Vianna:

"A seguir preciso encarar o pretenso *"defeito grave"* que o Sr. Amoroso Lima articula sobre minha série — ser leiga. Cumpre, antes de tudo, acentuar que só nesses meus livros de leitura se lembrou disto, naturalmente por estar ou ter ficado a par de minhas crenças religiosas. Se acompanho, em quanto em mim cabe, o Positivismo, posso garantir que não foram as lições dos seis primeiros livros de minha série que lhe revelaram isto. São, de fato, leigos, como o devem ser os livros destinados às escolas públicas, que acolhem crianças cujas famílias adotam ou podem adotar religiões muito diversas.

"Só assim é que se poderá realmente prestar obediência, no espírito e na letra, à nossa Constituição Federal, que, além de separar a Igreja do Estado, preceitua no art. 72, parágrafo 6.º — *"Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos"*. Só assim se poderá satisfazer plenamente a fraternidade ocidental; evitar motivos de dissensões; permitir o afluxo de elementos que espontaneamente procurem nossa terra para sua nova pátria. Que as crianças de famílias católicas, protestantes, ortodoxas, muçulmanas, positivistas, céticas leiam livros leigos nas escolas não há o menor mal, pois não só tais livros não as poderão chocar em suas opiniões gerais, uma vez que abstraem de explicações religiosas, que poderão, entretanto, ser dadas pelas famílias e pelas igrejas, como porque o fundo ocidental de moralidade é o mesmo, como o reconhece o próprio crítico. Inconvenientes seriam os livros que se preocupassem ou tivessem por fim, direto ou indireto, combater ou destruir as idéias religiosas de qualquer parcela que fôsse dos elementos constituintes de nossa nacionalidade. Desde, porém, que a moralidade é de fundo ocidental, todos devem e podem aceitar as obras que a preguem, muito embora, para justificá-la, deixem de recorrer a qualquer origem ou sanção divina. Basta que ela seja profundamente humana, altruística, social, tanto mais que os últimos fundamentos das regras pelas quais deve ser pautada a conduta, individual ou coletiva, podem, perfeitamente, ser abstraídos, já porque não estão ao alcance da mentalidade infantil, já porque os motivos verdadeiramente humanos não podem estar em antinomia com os preceitos divinos das religiões quaisquer, quando estas possam traduzir ou ainda adaptar-se às condições do povo e da época.

"O que habitualmente, como faz o crítico, se chama *"moral leiga"*, mas que, entretanto, tem sempre fundamento religioso, é apenas o fundo comum de moralidade da civilização moderna e ocidental, que tôdas as religiões incorporaram, mas que cada uma explica ou justifica desta ou daquela maneira. Há um profundo equívoco ou uma impropriedade de expressão quando o crítico sentencia: *"Defeito grave no livro. As crianças vêem nêle um mundo de que a religião está banida, como inexistente"*. Ainda

mesmo tomando em consideração o conceito que o crítico tem do que seja a religião, só admitindo que se encare como tal apenas a teologia, primeiramente cristã e depois católica, convém assinalar que a religião não foi banida, mas que tão somente deixaram de ser dadas, para justificar esta ou aquela conduta, as explicações de origem primária, a que aliás poderá recorrer cada pai em seu lar. Daí não podem resultar, como pretende o crítico, os "*primeiros passos para o abalo de todos os preceitos morais contidos nas histórias*" .....

"Os livros de minha série destinados a crianças não podiam ser positivistas, como não o são, uma vez que os escrevi tendo em vista as escolas primárias, públicas ou particulares, embora não se pudesse pretender que eu os fizesse, por isso, anti-positivistas. Não são também anti-católicos ou anti-protestantes: são apenas humanos, abeberam-se principalmente em motivos de ordem social, motivos que religião alguma repele. Isto é o que todo o mundo aceita para as escolas públicas. Isto é o que, nos casos em que não estava prevenido das opiniões do autor, o próprio crítico aceitou, reconhece e elogia, pois do contrário não se compreende, como tenha podido manifestar-se calorosamente a favor de livros tão inteiramente leigos como os meus, quais o de Maria R. Campos e A. Moreira de Souza — *Leituras Escolares*, Cecília Meireles — *Criança, meu amor...*, F. Proença — *Leitura do Principiante*, Erasmo Braga, — *Leitura intermediária e Leitura I*. Por que nesses não estigmatizou o "*grave defeito*" que encontrou nos meus? Não houve quem denunciasse serem alguns dos autores emancipados, um, o último, até chefe (muito digno sob todos os aspectos) da propaganda protestante no Brasil?" (18)

Esta última ponderação do Professor Mendes Vianna confirma a observação comum segundo a qual os católicos são muito mais intolerantes relativamente aos positivistas, para os quais Deus não chega a constituir objeto de cogitação, do que relativamente aos protestantes de quem apenas divergem em aspectos secundários de doutrina, mas admitindo sempre, como ponto de partida, o dogma fundamental a que Diderot chamava "*o grande Preconceito*".

Se, porém, em 1928, Amoroso Lima, no seu ardor de "*cristão nôvo*", prestou-se a ser instrumento da reação católica e contribuiu para fazer retirar das escolas primárias o *Segundo Livro de Leitura* de Francisco Mendes Vianna, porque êste falava em "*moral leiga*", foi o professor positivista largamente vingado por Monteiro Lobato em seus livros para crianças, onde não se limita a falar numa inócua "*moral leiga*", mas incute, em doses maciças, o espírito positivo, "*deixando de lado a moral do Catecismo*" a falsa moral, portanto", nas palavras de Edgard Cavalheiro. (19)

Para Lobato, na verdade, assinala o Padre Sales Brasil, "não existe Criador com C maiúsculo". Cristo não é Deus, porque Deus não existe. Desígnio, ou Providência, "é coisa que cai no *Incognoscível* de Spencer". A Igreja, com êste Incognoscível, é um "tremendo negócio de terrenos a prestações". (20)

## NOTAS DO CAPÍTULO TERCEIRO DA QUARTA PARTE

- 1) — ALFREDO SEVERO: "*Crônica de Saudades (Praia Vermelha)*", in *Jornal do Comércio* de 22 de janeiro de 1939.
- 2) — CORONEL CAMPOS DE ARAGÃO: "*Cadetes do Realengo*", pgs. 78 a 80, Biblioteca do Exército Editora, Rio, 1959.
- 3) — *Idem, ibidem*, pgs. 82 a 84.
- 4) — *Vide* TEIXEIRA MENDES: "*Benjamin Constant*", segundo volume, *Peças Justificativas*, Rio, Capela da Humanidade, 1894, pgs. 190 e 191.
- 5) — EUCLIDES DA CUNHA: "*A Rir*", in *Revista da Família Militar*, Sede-Escola Militar da Côrte, Ano I, 1887-1888, Rio, Lombaerts & Comp., 1888, pg. 186.
- 6) — CRUZ COSTA: "*Euclides da Cunha e os filósofos*", in *Revista Brasileira*, n.º 25, setembro-outubro de 1959, pgs. 114, 115 e 116.
- 7) — Major de Engenheiros M. DE ALMEIDA CAVALCANTI: "*Iniciação Filosófica*", Rio, Imprensa Nacional, 1914.
- 8) — *Vide* SACRAMENTO BLAKE: "*Dicionário Bibliográfico Brasileiro*", vol. VI, pgs. 305 e 306.
- 9) — *Vide* GILBERTO FREYRE: "*Ordem e Progresso*", tomo II, pg. 555, Livraria José Olympio Editora, Rio, 1959.
- 10) — PAUL TANNERY: "*Auguste Comte et l'histoire des sciences*", pgs. 201-202 das "*Mémoires Scientifiques*", publicadas por J. L. Heiberg e H. G. Zeuthen, vol. X, Paris, Gauthier-Villars, 1930.
- 11) — *Apud* LEONTINA LICÍNIO CARDOSO: "*Licínio Cardoso — seu pensamento, sua obra, sua vida*", pgs. 93 e 94, Rio, Livraria Editora Zélio Valverde, 1944.
- 12) — *Vide* JOSÉ FRANCISCO CUNHA CRUZ: "*Medicina Psychica — (Caso Eduardo Silva)*", Rio, Tipografia Aldina, 1901.
- 13) — NILO CAIRO: "*Elementos de Physiologia*", Curitiba, Tip. César Schulz, 1916, pg. 7.
- 14) — NILO CAIRO: "*Elementos de Patologia Geral*", Curitiba, Livraria Leitner, 1916, pg. 7.
- 15) — *Vide* "*Jornal do Comércio*" de 1 de janeiro de 1954, pg. 4.
- 16) — *Vide* LINDOLFO XAVIER: "*Vida e Morte de um Educador*", in *Diário de Notícias*, do Rio, de 19 de junho de 1960, quinta seção, pg. 8.
- 17) — *Apud* FRANCISCO MENDES VIANNA: "*Réplica às críticas formuladas sobre seus livros escolares por uma comissão designada pela Diretoria de Instrução do Distrito Federal*", Rio, Oficinas Gráficas da Livraria Francisco Alves, 1927, pg. 34.
- 18) — *Ibidem*, pgs. 38, 39 e 40.
- 19) — *Vide* EDGAR CAVALHEIRO: "*Urupês*", Notas biográficas e críticas organizadas por ARTHUR NEVES, pgs. 30 e 31, *apud* PADRE SALES BRASIL: "*A Literatura Infantil de Monteiro Lobato*", pg. 13, Livraria Progresso Editora.
- 20) — PADRE SALES BRASIL, *op. cit.*, pgs. 20 e 21.



QUINTA PARTE

O POSITIVISMO E A REPÚBLICA



## CAPÍTULO PRIMEIRO

### BENJAMIN, A ABOLIÇÃO E A FUNDAÇÃO DA REPÚBLICA

I) *Benjamin Constant no conceito de alguns de seus contemporâneos. Sua atuação na Escola Militar.* II) *A indisciplina do Exército e o destino da monarquia. O Imperador e o assassinio de Apulco de Castro. Rui Barbosa e o cenário político do Brasil em 1877. Benjamin e a preponderância da espada no regime democrático.* III) *Decisiva atuação de Benjamin no desfêcho da Abolição. Pródromos da República. Ouro Preto e o incidente Carolino. Benjamin chefia o movimento revolucionário e torna-se o fundador da República no Brasil. Depoimentos de Quintino Bocaiuva, Rui Barbosa, Deodoro, César Zama e Borges de Medeiros.*

#### I

DE IMPORTÂNCIA foi a participação dos positivistas na implantação da República. Esta só se proclamou em 15 de novembro de 1889 graças à direção impressa ao movimento revolucionário por Benjamin Constant. Decisiva foi, de fato, a atuação dêste último, não só por ter sido a "alma" do movimento, como disse Rui Barbosa, mas pelo ascendente moral e intelectual que adquirira em todo o país e principalmente entre a oficialidade da época, de cuja maioria fôra professor grandemente estimado e admirado.

Sôbre o prestígio então desfrutado por Benjamin Constant, até mesmo fora dos meios militares, são esclarecedores os depoimentos de alguns de seus contemporâneos:

"Sou republicano da primeira propaganda anterior a 1889, havendo sido o primeiro promotor público nomeado pelo Govêrno Provisório, proclamado em São Paulo" — escreveu Edmundo Lins em 1936, por ocasião do primeiro centenário de Benjamin Constant.

"Vi o final da monarquia e a grande desordem reinante em todos os departamentos da administração pública. Lembraram-me, então, os versos primorosos da "Eneida": "Quando, em vasta praça, se enfurece amotinando o povo obscuro e já começa o arremêso de fachos incendiários, pedras e quantas armas possa ministrar o fútor, se se apresenta um homem respeitável por sua piedade e merecimentos, todos se calam e lhe prestam atenção, e êle falando-lhes, abranda os ânimos e pacifica as iras"...

"Recordando-me dêsses versos, apelava para um varão como aquêle de que fala Virgílio: *Benjamin Constant Botelho de Magalhães*". (1)

“Superioridade mental revelada em vários ramos do saber, e, particularmente, nas matemáticas, em que foi mestre de excepcional elevação — escreve, por seu lado, Clóvis Bevilacqua — integridade moral inquebrantável, afirmando-se, nobremente, sem ostentação, modesta e suavemente; respeito à grandeza moral ou intelectual, onde se manifestasse; patriotismo bem orientado, que, esclarecido pelo conhecimento da vida social brasileira e guiado pela educação filosófica, o conduziu à organização do movimento que implantou a república no Brasil; abnegação no cumprimento dos deveres cívicos; amor à família, com tôdas as virtudes que tornam o lar um sacrário; capacidade de professor para transmitir conhecimentos e atrair as inteligências moças ao culto da ciência e da pátria; são qualidades que raramente se encontram reunidas em uma só individualidade, mas exornavam, com muito relêvo, a de Benjamin Constant.

“Por isso a mocidade da Escola Militar, onde professava, lhe tributava admiração e devotamento. Por isso, também, na classe militar, gozava de prestígio tão alto, que pôde levá-la dos quartéis à praça pública, onde proclamou a República”. (2)

Benjamin Constant — escreve por sua vez Lauro Müller — “era o ídolo da mocidade. Professava como um sábio modesto e bom; predicava como um filósofo, sincero e veemente; exemplificava como um moralista, austero e irrepreensível. Era admirado pelo seu saber, adorado pela sua integridade”. (3)

Ainda em abril de 1961, na *Revista do Clube Militar*, número comemorativo do sesquicentenário da Academia Militar das Agulhas Negras, em artigo intitulado — “*Eu fui cadete da Escola Militar da Praia Vermelha*” — O Dr. Luís Arthur Lopes assim se externou sobre Benjamin Constant, setenta e dois anos depois de ter-lhe recebido a influência:

“A turma de 1889 estava fadada a entrar para a História, pela participação ativa na Proclamação da República, acompanhando seu ídolo — *Benjamin Constant* — que era brilhantíssimo lente da Escola Superior de Guerra, para onde havia sido transferido naquele ano, em consequência do desdobramento dos cursos militares.

A personalidade de Benjamin se projetava amplamente e contagiava a todos. Desde que entramos, já encontramos um ambiente de grande admiração e respeito, mercê de seu grande saber, modestia e notável caráter. Como professor era completo, claro, preciso, sem rodeios; não se limitava apenas a dar programa escolar, pois fazia empenho para que os alunos aprendessem de fato o que ministrava. Era um espírito superior, um homem de valor, símbolo de uma geração, orgulho da classe que tanto dignificava. Sua personalidade é muito grande para caber aqui neste modesto trabalho”.

Foi, sobretudo, a integridade de Benjamin que lhe conferiu o fascínio por êle exercido sôbre os seus alunos, em relação aos quais desempenhava não só o magistério intelectual, mas ainda a magistratura moral pela dignidade de sua vida particular e pública.

Em novembro de 1873, ao participar do concurso para professor da Escola Militar, antes de prestar as provas orais, fêz Benjamin a declaração de que, aceitando o Positivismo e devendo por êle pautar as suas lições, indagava da mesa examinadora se tal adesão o incompatibilizava para o lugar a que se propunha.

Achava-se presente Dom Pedro II, e a mesa examinadora, depois de um aceno do Imperador, declarou que Benjamin podia prestar a sua prova, episódio que igualmente enobrece o monarca e aquêle que, dezesseis anos mais tarde, chefiaria o movimento revolucionário de que resultaria a República.

Sôbre o ensino de Benjamin Constant na Escola Militar deu o General Tasso Fragoso o seguinte depoimento:

“Que brilhante corpo docente contava a nossa Escola Militar!

“Entre todos os professôres sobressaía *Benjamin Constant*. Sereno, ereto e sempre impecável no traje, entrava no edifício por entre as demonstrações de simpatia e respeito dos que defrontava em caminho.

“Era um encanto ouvi-lo.

“Tinha-se a impressão de que a matéria não lhe escondia segredos, dominando-a com rara mestria.

“Expunha-a de modo bem diferente dos livros habituais e com uns laivos encantadores de singela modéstia.

“Em vez de seqüência monótona de axiomas, teoremas e corolários, ouvia-se-lhe primeiro, com verdadeiro delcete, uma exposição sintética do assunto, sôbre que esvoaçava, arrebatando-nos com a magia do seu raciocínio convincente e da sua linguagem apurada, tudo iluminado por uma fisionomia de cativante doçura e de que não desfitávamos o olhar, tomados de verdadeira fascinação.

“Quando, depois, passava às fórmulas e mandava escrever na pedra letras, números ou figuras para as deduzir, tínhamos a impressão de que descíamos do alto, já tendo idéia perfeita da paisagem e entrávamos a examinar-lhe, com vivo interesse, tôdas as minúcias.

“Qualquer que fôsse a matéria da lição, quer se tratasse de geometria, quer de cálculo, o método era sempre o mesmo: abarcar primeiro o assunto numa larga visão sintética, contemplá-lo pelo extêrior para lhe conhecer as grandes linhas estruturais, localizá-lo com precisão, e só depois invadí-lo francamente para lhe examinar as particularidades”. (4)

“Convém registrar aqui — observa ainda Tasso Fragoso — o que já foi lembrado pelo meu camarada e velho amigo General Alexandre Leal: *o nosso mestre nunca se utilizou de suas aulas*

para fazer propaganda política; limitava-se nelas aos seus deveres de lente. Penetrava na sala, em que seus discípulos o aguardavam, sereno e impecável no traje; sentava-se, pedia um livro, abria-o, quiçá como simples testemunho de modéstia, e começava a preleção sem nunca mais olhar para êle.

"A ação que exerceu sobre nós promanou de suas qualidades morais e intelectuais, de seu procedimento público e privado, sempre irrepreensível, e das nobres idéias filosóficas e sociais que lhe exornavam o espirito". (6)

Punha assim em prática Benjamin o conselho de Augusto Comte em carta a Dix Hutton:

"Entre os professôres oficiais, devem [os positivistas], como sempre o fiz na Escola Politécnica, limitar-se a aperfeiçoar, de conformidade com seus princípios enciclopédicos, o ensino que lhes é confiado, sem nêle envolver qualquer propaganda deslocada. É, portanto, à nossa conduta pessoal, doméstica e cívica, que devemos reservar a principal apologia de nossas convicções". (6)

Tamanha era a fama de Benjamin Constant como professor, angariada na Escola Militar, na Escola de Marinha, na Escola Politécnica, na Escola Normal e em estabelecimentos particulares, que, depois de se ter excusado de ser professor das Princesas Imperiais, filhas de Pedro II, foi ainda convidado, apesar de suas conhecidas convicções republicanas, para professor dos netos do Imperador, filhos do Duque de Saxe. E, em princípios de 1889, pensara o Ministério em conceder-lhe o título de conselheiro ou de barão, que não foi por êle aceito. (7)

## II

A partir de 1883 a indisciplina militar, sempre crescente, tornou dia a dia mais precário o destino da monarquia.

Havendo, nesse ano, o jornalista Apulco de Castro atacado, no "*Corsário*", alguns elementos da oficialidade do 1.º Regimento de Cavalaria, oficiais dêste e de outros corpos do exército deram-lhe acintosamente o aviso de que iam matá-lo, "*como um cão, fôsse onde fôsse, a cacete, faca e bala*".

Avisada a polícia, comunicou-se esta, diante da insólita gravidade do caso, com o Ajudante-General do Exército, Visconde da Gávea, ficando combinado, como medida preventiva, mandar êste último, em seu nome e autoridade, o seu ajudante de ordens acompanhar, de carro, o jornalista ameaçado.

Tratando-se da primeira autoridade hierárquica do Exército, parecia ser essa providência bastante para afastar de seu intento os oficiais.

Ao passar, porém, a poucos passos da Chefatura de Polícia, o carro conduzindo o oficial e o jornalista por êle protegido, foi

detido e Apulco de Castro assassinado, de acôrdo com a ameaça, *a punhal, cacete e bala*.

Não só as janelas do prédio da Chefatura de Polícia estavam apinhadas de gente, mas também a rua, à vista da publicidade que os oficiais timbraram em dar à sinistra empresa.

Nada sofreram êles pelo atentado, e, no dia imediato, com menoscabo das mais comezinhas conveniências, achou o Imperador o momento azado para fazer uma visita à officialidade, a que pertenciam os assassinos, dispensando-lhes desusadas e surpreendentes atenções.

Foi o que Andrade Figueira, monarquista conservador, severamente exprobrou na Câmara dos Deputados:

“O Sr. Andrade Figueira — Sinistro acontecimento de 25 de outubro, em que um cidadão procurou a polícia para proteger-lhe a vida, e, em vez da proteção que buscava, achou unicamente a recomendação do ministro da Guerra e do gabinete: *“Evite conflito com o Exército”*”.

“S. M. foi visitar o regimento de cavalaria no dia seguinte àquele em que seus oficiais assassinaram um cidadão na rua e em frente à Secretaria da polícia.

“Ao mesmo tempo que o Govêrno não teve a precisa energia para proteger a vida do cidadão; ao mesmo tempo que não teve a energia necessária para fazer respeitar suas ordens pela officialidade do exército brasileiro, êle traiu a Coroa, deixando atirar, no dia seguinte àquele em que se cometeu êsse grande atentado, a honra da mesma Coroa aos pés da sedição militar.

“O ministério traía a Coroa permitindo que ela praticasse semelhante ato, que desdourou a dignidade nacional.

“O Sr. Prisco Paraíso (Ministro da Justiça) — A Coroa é livre em suas ações.

“O Sr. Andrade Figueira — A Coroa não tem a liberdade de vilipendiar a dignidade nacional, e o ministério devia opor-se e retirar-se caso a Coroa insistisse em praticar um ato que a desdourava.

“A Coroa não devia visitar o regimento no dia seguinte àquele em que os oficiais dêsse regimento tinham assassinado um cidadão em uma das ruas mais públicas do Rio de Janeiro, na rua em que se acham os tribunais de Justiça, e um cidadão que tinha ido procurar o apoio da polícia”. (8)

Que maior prova de fraqueza do Govêrno ante as classes *afimadas*?

Essa a nossa situação política em 1883, não diferindo daquela que Rui Barbosa sombriamente descreveu, em 1877, no prefácio ao *“Papa e o Concílio”*:

“O brasileiro que atravessar a fase atual, terá que testemunhar à descendência, com as cãs envergonhadas, uma longa página de

amargura e vilipêndio, onde os olhos de nossos filhos buscarão um ponto de refrigério em que espireçam; um país opulento, inexaurível como a natureza mesma, e, todavia física e moralmente estagnado, na sua imensa amplidão, como um vasto pântano; *um governo lição viva de tôdas as corrupções*; a casa dos padres conscritos feita a grande escola pública da cortesania; a câmara dos deputados aviltada, graças às suas próprias obras, até às vaías das galerias; a magistratura, atirada fora a toga da justiça, a ostentar deslavadamente o escândalo das mais delirantes e indecentes paixões; o executivo dissipando, transigindo, contraindo encargos públicos, sem autorização orçamentária; os ministros da fazenda acumulando montanhas de dívida; a voragem do *deficit* a escancarar de dia em dia um sorvedouro capaz de tragar dentro em pouco a nossa receita total; a quebra da fé nacional aconselhada nos relatórios das secretarias de estado como inocente recurso de finanças; a falência do estado prevista, receada, talvez iminente como um traço terrivelmente negro no horizonte; a lavoura em profunda e mortal caquexia; o comércio e a indústria, sob a pressão dos impostos irracionais, condenados ao mais lastimoso raquitismo; *a irresponsabilidade absoluta do poder em todos os graus da hierarquia*; a mentira nas urnas, nos melhoramentos oficiais, no orçamento; a instrução pública uma cousa ainda por criar, uma ridícula mesquinha negaceada às classes carecentes, aleijada, impura, envenenada pelo patronato, inacessível à maioria dos contribuintes; de quando em quando um caráter de estadista enlameado e perdido; um nome lustroso para cada baixeza; as convicções levadas a riso, o cepticismo cínico aplaudido; a desconfiança, a inveja, a gana às reputações sãs, todos os instintos malévolos da servidão curtida subservientemente; tudo funcionários ou pretendentes, servilismo e venalidade, indigência e luxo, medo à liberdade e anarquia, afilhagem e dilapidação, desprezo impertérrito da lei e farisaica idolatria das conveniências pessoais, docilidade ao arbítrio oficial e insubordinação ao dever, um aparato de jactanciosa dignidade e uma pusilânime abdicação do direito, falsificação sistemática das instituições e culto misteriosamente respeitoso à impertinência da papelada administrativa, covardia universal perante a verdade e contubérnio familiar com a hipocrisia sob tôdas as suas formas . . .

.....

“Tôdas essas calamidades são, e serão devidas à influência inconstitucional de uma individualidade usurpadora, empossada no centro da rede administrativa, como formidável aracnídio no centro da teia insidiosamente destruidora. . . *Rei indiferente ao dilúvio nos seus dias ou nos de sua mais vizinha progênie*, déspota como Carlos II e Napoleão III, e, ante a Europa, vaidosamente disfarçado no incógnito de chefe constitucional. . .” (9)

Em 2 de fevereiro de 1887, a propósito do incidente Senna Madureira, proferiu Benjamin, no Clube Militar, sob a presidência de Deodoro, célebre discurso em que, temeroso pelas consequências da ditadura do exército, defendeu a necessidade de subordinação dêste ao poder civil.

*“Se, no regime democrático — disse êle então — é condenada a preponderância de qualquer classe, muito maior condenação deve haver para o predomínio da espada, que tem sempre mais fáceis e melhores meios de executar os abusos e as prepotências”.*

Dada a situação excepcional da América, onde a paz podia facilmente ser mantida através da arbitragem, foi grave êrro do Governo Imperial desenvolver, depois da guerra do Paraguai, o nosso exército e a nossa armada, em vez de reduzi-los e transformá-los, pouco a pouco, em simples milícias cívicas, destinadas ao policiamento não só de nossas cidades, mas ainda, e principalmente, do nosso *hinterland*, onde os cangaceiros durante tanto tempo campearam impunemente.

Não tendo destino no exterior, a atividade do exército e da marinha voltou-se, dia a dia mais intensamente, para os negócios internos do país.

Foi para patentear ao próprio exército êsse perigo, que Benjamin Constant, na qualidade de Vice-Presidente do Clube Militar, em sessão presidida por Deodoro, pronunciou as memoráveis palavras, que acabo de citar, sôbre a necessidade de subordinação da espada ao poder civil.

Mas, nenhum efeito prático podiam ter, porquanto era extremo o desprestígio e fraqueza em que caíra o Governo Imperial, que não soubera resolver o problema servil e se deixava, por êsse tempo, tumultuariamente arrastar pelo movimento popular, o qual reclamava a abolição imediata.

### III

Abolicionista de longa data, libertando os escravos que, por herança, recebera sua senhora, e convencido, afinal, da necessidade de eliminar um Governo, que se caracterizara pela inépcia com que pretendia esmagar o movimento liberal da nação, Benjamin interpelou o General Deodoro sôbre a extinção da escravatura, pedindo-lhe declarasse haver o Clube Militar adotado, como divisa, a abolição.

Isto ocorreu a 25 de outubro de 1887, e, atendendo-lhe ao pedido, dirigiu Deodoro, em nome do Clube, uma petição à Princesa Isabel solicitando-lhe não mais empregasse o Exército na captura de escravos.

O Ajudante-General do Exército, Visconde da Gávea, devolveu a petição, mas esta, largamente divulgada pelos jornais, produziu os efeitos almejados.

Estava, assim, feita, de fato, a abolição, porquanto os fugitivos podiam estar certos de que ficariam impunes, visto como o Exército não mais colaboraria na captura dêles.

"Quando um Delegado de polícia dizia aos soldados" — são palavras de Cristiano Ottoni — "amarrrem aquêles negros, que não querem trabalhar" — respondiam: "isso não, que não é missão de soldados, mas de *capitães do mato*"... (10)

Ora, governa quem tem força, e os representantes da monarquia, que indefinidamente mantiveram a escravidão, não tendo mais força para continuar a sustentá-la, "*a abolição se fez e do modo pelo qual se fez*" — dizia João Alfredo, autor da "*Lei Aurea*", "*porque a nação o quis e assim o quis*". (11)

Como se vê, a fraqueza da monarquia não decorreu da abolição. Esta é que proveio daquela e os próprios abolicionistas ficaram atordoados com a maneira pela qual se efetuou, porquanto, entre os políticos, era opinião corrente ser mais fácil eliminar-se a monarquia do que suprimir-se o cativo. Assistindo-lhe à queda em sete dias, cuidaram todos, na observação de Teixeira Mendes, presenciar um milagre.

A república repontou, então, em todos os espíritos, como uma transformação iminente, que aguardaria, quando muito, a morte do Imperador.

Benjamin não podia conservar-se alheio às apreensões que se adensavam, dia a dia mais, no cenário da política nacional. Longa vida de trabalho convencera-o da profunda inépcia daqueles que até então haviam dirigido os destinos do país.

Por tôda a parte campeavam a corrupção e a prepotência, ao mesmo tempo que se erigia a hipocrisia em sistema de governo. O terceiro reinado — ninguém o duvidava — só podia concorrer para o desenvolvimento da degradação monárquica, envolta em sinistro e repudiado clericalismo à vista das exaltadas tendências religiosas da Princesa Imperial.

Por outro lado, tão patente e franca já era a ditadura militar em princípios de 1889, que, estando em Lambari com sua família, aí trocou Benjamin idéias a respeito com vários republicanos. Um dêles, Américo Werneck, chegou a publicar em "*A Revolução*", jornal da cidade de Campanha, número de 31 de março de 1889, um artigo de grande repercussão, com o expressivo título: "*A Ditadura Militar Republicana*". Dêsse artigo teve ciência Benjamin Constant. (12)

Essa a situação quando subiu ao poder o Visconde de Ouro Preto, trazendo como programa restabelecer a disciplina no Exército e conter a onda republicana, que, graças à ruidosa atuação

de Silva Jardim, Lopes Trovão e demais próceres republicanos, crescia dia a dia.

Nada mais quimérico, porém, no ponto a que haviam chegado os acontecimentos.

Insignificante incidente ocorrido entre Pedro Carolino, comandante da guarda do Tesouro, e Ouro Preto, Presidente do Conselho de Ministros, bastou para suscitar, em setembro de 1889, nova questão militar.

Estudantes da Escola Superior de Guerra e outros oficiais requereram, então, a Deodoro, presidente do Clube Militar, convocasse uma sessão para tratar do assunto. Deu-lhes Deodoro o seguinte despacho: "Por hora, não há necessidade de reunir-se a sessão pedida — 17 de setembro de 1889".

Apelaram, então, os requerentes para Benjamin, e este, convencido de que o propósito de Ouro Preto era deter a torrente republicana, já então invencível, resolveu chefiar o movimento de proclamação da República.

Dias antes escrevera a Deodoro manifestando-lhe a necessidade de reunir-se o Clube Militar a fim de tratar do incidente Carolino, e, a 23 de outubro de 1889, por ocasião da visita dos oficiais chilenos à Escola Militar, proferiu, em presença do Ministro da Guerra, Conselheiro Cândido de Oliveira, famoso discurso, que constituiu solene plataforma da República.

Expandiu-se, de fato, em considerações sobre a missão dos exércitos modernos, procurando provar a falsidade das acusações de indisciplina feitas às nossas classes armadas e censurando enérgicamente os atos arbitrários e violentos, de que vinham sendo vítimas por parte do Governo.

Fêz o elogio da mocidade militar que tinha "sabido aliar a sua cultura científica, indispensável à sua digna adaptação à árdua, mas nobilíssima carreira, a que se destina, com a esmerada cultura dos nobres e delicados sentimentos que mais honram a natureza humana, nobilitando assim no soldado a alma do cidadão".

A êsse discurso pertence o seguinte trecho sobre a paz:

"Há, para os exércitos modernos e muito particularmente para os exércitos da livre América do Sul, uma ciência incomparavelmente mais nobre e fecunda em benefícios para a Humanidade do que a ciência da guerra: é a ciência da paz.

"É para ela, e consequentemente para o fraternal congresso dos povos — o mais belo ideal das aspirações humanas — que se encaminha com crescente rapidez o verdadeiro progresso geral, submetido, em sua evolução, a leis irrecusáveis, demonstradas pela ciência real, hoje completa em tudo quanto tem de essencial e confirmada pela sã filosofia da história.

"Apressar essa evolução natural com os possantes recursos que a política ou a arte de bem dirigir os povos, tem pôsto à

nossa disposição, tal a sublime missão dos povos e estadistas modernos". (13) Segundo êle próprio diz, em nota íntima, os vivas, as palmas, as flôres e ovações ao seu discurso tocaram as raias do delírio.

"Esse discurso — comenta o General Tasso Fragoso — foi uma fâisca na atmosfera militar; desencadeou a tempestade. Sem esquecer a questão latente no seio da officialidade, e aproveitando a presença dos camaradas chilenos, ergueu Benjamin um hino à fraternidade humana. Acolhida com entusiasmo, teve a oração do mestre grande repercussão. Equivaliu a verdadeiro toque de reunir. Acudiram a êle, sem detenção e de modo claro, os officiaes dos regimentos aquartelados em São Cristóvão (2.<sup>a</sup> Brigada), isto é, o 1.<sup>o</sup> e o 9.<sup>o</sup> de Cavalaria, o 2.<sup>o</sup> de Artilharia e também a Escola Superior de Guerra". (14)

Três dias depois foi Benjamin alvo de estrondosas manifestações por parte da Escola Superior de Guerra, assim registada por Tasso Fragoso que delas participou:

"Como repercussão do discurso na Escola Militar, houve em São Cristóvão manifestação de solidariedade a Benjamin Constant no dia 26 de outubro de 1889. Por ocasião de sua lição na Escola Superior de Guerra, os seus alunos desta Escola, bem como a officialidade da 2.<sup>a</sup> Brigada, gruparam-se em tórno dêle, aclamando-o e cobrindo-o de vibrantes applausos. Falaram: em nome do 2.<sup>o</sup> Regimento de Artilharia, o Primeiro-Tenente Saturnino Cardoso; pelo 1.<sup>o</sup> e 9.<sup>o</sup> de Cavalaria, o Tenente Adolfo Mena Barreto; e pela Escola Superior de Guerra, o Alferes-Aluno Augusto Tasso Fragoso.

"Foi uma cerimônia íntima, mas desbordante de entusiasmo e denunciadora dos graves acontecimentos que breve se desenrolariam. . .

"Nossa Escola era modestíssima. Só havia nas salas de aula, singelas e pequenas mesas de pinho pintado e bancos humildes, em que nos sentávamos; mas vivíamos satisfeitos nessa simplicidade. Benjamin sempre nos aparecia com todo o seu rico saber e invejável esplendor moral; víamos nêle o verdadeiro guia para levar-nos à terra de nossos sonhos.

"Hipotecamos-lhe a nossa dedicação em todos os terrenos. O Mestre, embora comovido, vibrou sincrônicamente conosco. Não era orador de praça pública, dêses que falam aos gritos, espalhafatosamente, com alternadas modulações. Emitia o seu pensamento com voz suave, impregnada de doçura, capaz de ser percebida por vasto auditório e como se fizesse uma lição do curso. Refletia, argumentava e seduzia. Não era uma torrente que se despejasse do alto com estrépito, porém "linfa" sussurrante e límpida, de que todos se abeiravam com prazer para saciar o espirito.

“Sclamos ali a nossa união para a vida e para a morte. Benjamin repctiu as suas judiciosas reflexões sobre o papel dos exércitos e a paz definitiva assegurada ao porvir da Humanidade, paz que êle decerto não contemplaria. . .

“Finalizou dizendo que pertencia à Família e à Pátria, pelas quais se sacrificaria; que queria ver o Exército respeitado e inteiramente respeitador, como garantia da segurança, da manutenção da ordem e tranquilidade pública, e trabalhando condignamente para o engrandecimento da Pátria; respeitando os poderes públicos, desde que êstes cumprissem a lei; e reagindo até, se preciso fôsse, na praça pública, quando os desmandos dos governos levassem o desrespeito à lei até a conspiração contra os direitos e brios do exército, incompatível com a dignidade de uma classe patriótica e que ama extremamente a sua Pátria”.

“Os acontecimentos se haviam desenvolvido de tal forma e assumido tal gravidade, que se tornava urgente escolher oficialmente um chefe e confiar-lhe a elaboração e execução do plano revolucionário; a rebelião dentro em breve iria derramar-se pela via pública. Veremos que Benjamin Constant será o primeiro a sentir a vantagem dessa decisão. Isto se realizou de fato na reunião da assembléia geral do Clube Militar, de 9 de novembro de 1889”. (15)

No mesmo dia da grande manifestação por êle recebida na Escola Superior de Guerra, elevado número de alunos enviou a Benjamin uma mensagem que terminava com as palavras: *“Mestre! Sêde o nosso guia em busca da terra de promessa: o solo da liberdade!”*

Em princípios do mês seguinte, dia 9 de novembro, realizou-se, afinal, a sessão do Clube Militar para tratar do incidente Carolino-Ouro Preto, sendo presidida por Benjamin. Depois de calorosa discussão, foi êle encarregado de apresentar, dentro de pouco dias, uma solução ao caso, *“igualmente honrosa para o Exército e a Pátria”*. A solução que, daí a seis dias, apresentou, foi a fundação da república: a Canaan, dias antes solicitada por seus discípulos.

“Nessa reunião [do Clube Militar] — observa Tasso Fragoso, testemunha de vista — foi Benjamin Constant investido de uma chefia, que já havia muito vinha exercendo espontaneamente. Tudo agora ficaria dependendo do que êle deliberasse dentro de curto prazo. Dada a situação e os homens políticos nela envolvidos, é óbvio que só um caminho se mostrava propício; o da insurreição republicana, por onde a fôrça armada dentro em breve penetraria resolutamente”. (16)

Eis como agiu Benjamin.

Convencido, pelos ensinamentos sociológicos de Augusto Comte, de que a sociedade e o homem, tal como o mundo, obedecem a imutá-

veis leis naturais, devendo a reforma das instituições ser preparada pela modificação das opiniões e dos costumes, não era um revolucionário vulgar.

Foi a revolução que o buscou e não éle a ela, tornando-se *herói à fôrça*, como éle próprio dizia.

Procurado, porém, pela revolução, que se tornara dia a dia mais nitidamente uma situação de fato desde 1883, encaminhou-a de modo a livrar o país de dois escolhos; o caudilhismo e um golpe de fôrça com a simples mudança de ministério.

Com sua autoridade e prestígio, amparou e guiou uma revolução que nada poderia evitar. Em vez de vergonhoso motim de quartéis, que apenas mudasse o ministério, sem resolver nenhum problema nacional, como pretendia Deodoro, operou radical mudança na forma de governo, e, em lugar de mera substituição de pessoas, realizou a própria substituição de regimes, dando-nos a república.

Benjamin Constant foi, na verdade, mais o pacificador do que o incendiário: não destruiu, nem conturbou, e, ao revés, poupou à Pátria a perturbação e a desordem, a sangueira e a morte, transformando a *revolução* em simples *evolução*. Em meio às espadas desembainhadas, era o símbolo da concórdia: persuadia e convencia, abrandava e dirigia. A éle coube, no dizer de José Maria dos Santos, "*transfigurar a rebelião militar em revolução republicana*". (17)

De posse de vários "*pactos de sangue*", isto é, compromissos assinados por alunos militares e oficiais da guarnição "*de o acompanharem, em suas deliberações, até mesmo no terreno da resistência armada*", o primeiro passo a dar era obter a adesão dos chefes do Exército e da Marinha.

Além de Wandenkolk, Benjamin procurou Deodoro, e a parte mais árdua de sua missão foi converter este último à idéia republicana, porquanto era convicto monarquista. Em carta de 30 de setembro de 1888, dizia éle a um sobrinho, Clodoaldo da Fonseca, aluno da Escola Militar, e, como a quase totalidade de seus colegas, inflamado republicano:

"*República no Brasil é coisa impossível, porque será verdadeira desgraça. Os brasileiros estão e estarão muito mal educados para republicanos. O único sustentáculo do nosso Brasil é a monarquia; se mal com ela, pior sem ela*".

E, dezesseis dias mais tarde, escrevia ainda Deodoro ao sobrinho: "*Não te metas em questões republicanas, porquanto República no Brasil é desgraça completa é a mesma coisa*"... (18)

Procurado Deodoro por Benjamin em 10 de novembro de 1889, fêz-lhe este ver que a reação militar não podia cifrar-se a simples motim tendente a mudar o ministério: o próprio trono devia baquear. Depois de relutar algum tempo, deixou-se vencer

o velho militar, e, levantando-se, exclamou: "*Leve o diabo o trono; estou às suas ordens!*"

Apesar, porém, de semelhante declaração, "*o homem velho*" dominava-o ainda e continuou hesitante entre a diretriz apontada por Benjamin e as idéias monárquicas, que sempre lhe nortearam a vida.

Reuniram-se em casa de Deodoro, a convite de Benjamin, no dia 11 de novembro, Rui Barbosa, Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo, Glicério e o Major Sólton.

E, como continuasse Deodoro hesitante, Benjamin apresentou, concitando-o a persistir no compromisso assumido, decisivos argumentos, com a eloquência persuasiva que tamanho prestígio lhe angariara entre os seus discípulos.

Francisco Glicério, que tomou parte nessa reunião e foi Ministro da Agricultura do Governo Provisório, resumiu da seguinte forma as palavras com que Benjamin convenceu Deodoro: "General, na situação a que chegaram as coisas não é mais possível recuar: o Exército fará a revolução. Não pode êle, porém, prestar seu braço forte e talvez mesmo seu sangue, para que se modifique a situação política do país, pela substituição parcial de um ministério por outro à feição de seus interesses, por mais respeitáveis que êstes sejam... Está provado que a monarquia no Brasil é incompatível com um regime de liberdade política. Para que, porém, a interferência do exército se legitime aos olhos da nação e perante nossas próprias consciências, é necessário se cifre a ação dêle em destruir a monarquia e proclamar a república, recolhendo-se, em seguida, aos quartéis e entregando o governo ao poder civil". (19)

Entremettes procurou Benjamin entender-se com os oficiais de cuja colaboração carecia. Apelou para Floriano Peixoto, seu antigo discípulo, que então ocupava o pôsto de Ajudante-General do Exército. Não conseguindo falar-lhe por encontrá-lo sempre com outras pessoas, disto foi incumbido o Tenente Coronel João Telles, respondendo-lhe Floriano que, caso se tratasse de movimento sério, estariam todos unidos.

Ora, conseguida a adesão de Deodoro e Floriano, estava conquistado o Exército.

Benjamin, Deodoro e Floriano eram, então, os três chefes incontestes das nossas fôrças de terra: o primeiro, da parte mais esclarecida — a mocidade entusiástica que lhe ouvira as lições e o idolatrava; e, os dois outros da tropa que, nesse tempo, segundo o depoimento do General Gomes de Castro, não passava de *massa bruta*. (20)

E, obtido o concurso de todo o Exército, parte esclarecida, que era a oficialidade, e massa bruta, que era a tropa, estava feita a República, pois governa quem tem fôrça.

Unificado o Exército, assumiu Benjamin, na madrugada de 15 de novembro, o comando da 2.<sup>a</sup> Brigada e dos alunos da Escola Superior de Guerra, fazendo-os desfilar de São Cristóvão para a praça da Aclamação, hoje da República. Em caminho encontrou-se com Deodoro, o qual, embora acometido de forte dispnéia, deixara o leito para reunir-se aos companheiros.

No Quartel General do Exército, aguardava-os Floriano, em cujas mãos se achava o comando supremo das forças com que ainda esperava o Governo sufocar o movimento — “fazendo do cadáver moral da nação o pedestal de sua triste glória”, no dizer de Benjamin. (21)

Conhecendo Floriano o inteiro desprestígio da monarquia, quando, sombriamente surgia o terceiro reinado, envolto numa onda de clericalismo e retrogradação, sentiu ser um crime derramar o sangue de seus companheiros, aderindo decisivamente ao movimento revolucionário.

Não foi sem relutância que Deodoro assumiu a Presidência da República, pois costumava dizer “que só compreendia a República no Brasil com Benjamin Constant na Presidência”. (22) Benjamin, porém, recusou-se a assumir a chefia do governo, declarando que o seu plano havia sido o de eliminar a monarquia e entregar o governo aos civis mais capazes para o trato dos negócios públicos.

Eis, a respeito, o depoimento de Quintino Bocaiuva em artigo de “O País”, de 28 de novembro de 1891, quando Benjamin já havia falecido:

“Está vivo um dos homens para quem posso apelar, e que mais influência exerceu no êxito da revolução de 15 de novembro e que mais concorreu para o advento da República no Brasil.

“Creio que, se não sou o único, sou um dos raros que sabem até que ponto e por que forma foi decisiva a influência desse distinto patriota, qual o papel saliente que êle representou na famosa jornada.

“Esse homem (e isso parecerá novidade a muitos dos próprios historiadores do movimento de 15 de novembro), esse homem foi o Coronel Frederico Solon de Sampaio Ribeiro . . . . .

“Pois bem; o Coronel Solon pode afirmar ou contestar o que vou dizer: quando se tratou da Constituição do Governo Provisório, insisti, o mais que pude, para que assumisse o posto diretivo e superior do Governo Provisório o venerável e ilustre Organizador da vitória da revolução — o malgrado Dr. Benjamin Constant.

“Empreguei os maiores esforços para isso e fundava a minha insistência, entre outras razões de elevado alcance, no fato lamentável, mas evidente, da própria prostração física em que então se achava o Marechal Deodoro.

"Para ser fiel à verdade histórica, devo acrescentar, em honra do Marechal, que éle próprio nessa ocasião, longe de pretender qualquer supremacia, prestava ao Dr. Benjamin Constant a homenagem sincera do seu respeito e da mais absoluta confiança, e longe de ser um obstáculo à preeminência daquele ilustre cidadão, maior pela pureza de sua alma e dos seus intuitos do que pela sua mesma capacidade intelectual, estava disposto e pronto a reconhecer-lhe, sem o mínimo laivo de inveja ou de rivalidade.

"Quem resistiu às minhas vivas solicitações, quem se opôs a elas formalmente, produzindo argumentos valiosos, além de sentimentos de modéstia que era um dos característicos de sua superioridade, foi o próprio Dr. Benjamin Constant, de gloriosa e saudosa memória.

"O Coronel Solon assistiu à conferência na qual eu insistia pelo primado daquele que tinha realmente o direito de ser o primaz da República.

"Se não digo, portanto, a verdade inteira como o deseja o adversário a quem respondo, éle que me desminta". (23)

Significativo, sôbre a preeminência de Benjamin na fundação da República é ainda o que disse o próprio Deodoro em carta de 20 de novembro de 1889, dirigida a Rui Barbosa, então seu ministro da Fazenda: "*Ao nosso companheiro de govêrno dr. Benjamin se deve, mais do que a outrem, a liberdade do Brasil: foi éle quem atirou ao Celso-govêrno o cartel de desafio, sujeitando-se, no caso de derrota, a ser inquestionavelmente fuzilado*". (24)

Referindo-se à atuação de Benjamin Constant na fundação da República, escreveu Rui Barbosa com a autoridade de quem acompanhou de perto a queda da monarquia:

"O ministro, cuja posição no movimento revolucionário, de que éle fôra a alma, lhe assegurava, entre os seus colegas, uma ascendência a que não podiam deixar de inclinar-se as opiniões divergentes; alma dotada pela mais robusta vocação do bem, e dedicada, numa devoção religiosa, ao melhoramento da espécie e grandeza da Pátria". (25)

Eis por que, no artigo 8.º de suas *Disposições Transitórias*, a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 declarou haver sido Benjamin Constant "*o Fundador da República*" e apontou-o como modelo de nossos futuros presidentes".

Na sessão da Constituinte, de 24 de janeiro de 1891, o Dr. João Severiano, irmão de Deodoro, apresentou uma indicação em que dizia: "*O Brasil, reconhecido aos grandes serviços do general Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o imortal Patriarca da República, vai erguer-lhe um monumento*". (26)

Na mesma sessão, referindo-se a Benjamin Constant, assim se exprimiu o general Dionísio Cerqueira: "*O grande homem que organizou a vitória da revolução, o fundador da República*", sendo

na mesma sessão corroborado por Érico Coelho com as seguintes palavras:

“Não só como representante da nação, deputado ao Congresso a fim de consagrar legalmente a *revolução gloriosa de que Benjamin Constant foi incontestavelmente o promotor* (muitos aplausos); como também na qualidade de obscuro discípulo de Benjamin Constant, subo à tribuna para exaltar o finado, mestre incomparável, que soube inculcar com o amor à ciência, na nossa brilhante mocidade, o espírito de independência, o entusiasmo, a energia patriótica que impeliu as nossas escolas de guerra, ou para melhor dizer, escolas de civismo, na vanguarda da coluna revolucionária à conquista da República”. (27)

Ainda na mesma sessão falou Demétrio Ribeiro assinalando haver sido Benjamin Constant o principal fundador da República. (28) Na sessão de 29 de janeiro de 1891 assim voltou ao assunto o deputado católico César Zama:

“O primeiro fator da República — Benjamin; segundo: mocidade das escolas; terceiro — di-lo-ei com franqueza, porque esta é a minha convicção: o terceiro foi o general Floriano Peixoto, que, na posição que ocupava, e com a simpatia que ao exército inspirava o seu nome, e com os recursos de que dispunha, se tivesse querido, podia ter feito abortar a revolução (Sensação). Sem o auxílio deste general, a República não teria sido proclamada (Apoiados e não apoiados) . . . . .

“Ainda há poucos dias, lemos no “País”, jornal que não pode ser suspeito, e em suas colunas editoriais um artigo, em que o autor, referindo-se a Benjamin Constant, dizia:

“Pobre, sem esperança de riqueza próxima ou remota, tirando o pão de sua família do seu trabalho unicamente, não tendo outros rendimentos senão os seus ordenados de lente e o seu sôldo de militar, sendo o único arrimo dos seus, arriscou tudo — o pão, o nome, a própria cabeça para salvar a pátria, e delineou, preparou e levou por diante, êle só, até à vitória, a revolução de 15 de novembro, pois foi êle quem fêz a república, visto como Benjamin Constant era o único homem que dispunha do prestígio necessário para tão grandiosa obra . . . . .

“Sendo o nome de maior prestígio no governo, tendo por si a adoração da mocidade das escolas, sendo o organizador da República, o seu patriarca, dispondo, portanto, moralmente do poder, mais do que o próprio ditador, não se aproveitou de sua posição e da sua força para impor a sua vontade . . . . .

“Podendo ter-se enriquecido e aos seus parentes e aos seus amigos, morreu tão pobre que só deixou dívidas aos seus herdeiros, êle que não tinha vícios, que não dava festas, que não tinha ostentações, que não frequentava o mundo que se diverte e que nem sequer andava de carro! . . . . .

“Reconhecendo que a sua obra falhara em parte, que esta República não era aquela que êle ideara e construira, e para cujo êxito sacrificou tudo, inclusive a repugnância e a formal reprovação a muitos atos do govêrno de que era parte, de tal modo se lhe confrangeu a alma, tão fundamentalmente se sentiu golpeado no seu coração, onde nunca encontrara lugar o rancor ou o ódio, que fêz à pátria o maior, o mais sublime dos sacrifícios — morreu de mágoa infinita, da inexprimível dor de não haver podido fazê-la feliz, e morreu como um derrotado, como um vencido, êle, o patriota sem mácula, o mais belo herói, o vencedor mais glorioso da campanha de 15 de novembro”. (29)

Comprende-se, assim, haja sido subscrita por todos os seus ex-companheiros de Ministério do Govêrno Provisório a seguinte moção de Quintino Bocaiuva, unânimemente aprovada pela Constituinte Republicana em sessão de 25 de fevereiro de 1891:

“Considerando que a veneração pelos grandes patriotas falecidos é um sentimento que concorre para a elevação moral do homem e aperfeiçoamento dos costumes públicos, tanto é verdade que *somos sempre, e cada vez mais, governados pelos mortos*;

“Considerando que as maiores homenagens rendidas aos que bem mereceram da Pátria e da Humanidade, nada absolutamente deslustram o brilhantismo dos feitos que assinalaram de modo glorioso aquêles que ainda estão servindo objetivamente;

“Considerando, que, ao contrário, essas homenagens dignificam aos que as tributam e constituem o melhor estímulo a novas e crescentes benemerências;

“Considerando, finalmente, que êste pensamento sintetiza os justos sentimentos e as manifestações unânimes externadas nesta casa e no país em geral;

“O Congresso Nacional Constituinte, consubstanciando nesta moção a gratidão devida a todos os patriotas que pugnaram pela República, resolve lançar na ata da sessão solene de hoje o seguinte:

“O Fundador da República Brasileira, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, passou da vida objetiva para a imortalidade a 22 de janeiro de 1891, tendo nascido a 18 de outubro de 1837.

“O Povo Brasileiro pelos seus representantes no Congresso Constituinte, se desvanece de lhe ser facultada a glória de apresentar êste belo modêlo de virtudes aos seus futuros presidentes”. (30)

Comentando esta moção, disse Borges de Medeiros quarenta e cinco anos mais tarde, na sessão em que a Câmara dos Deputados comemorou, em 18 de outubro de 1936, o primeiro centenário de Benjamin Constant:

“Começarei rememorando o acontecimento excepcional que, antecipando a verdade histórica, consagrou a imortalidade do

compatriota cuja data centenária nos cumpre hoje celebrar com todo o fausto.

**"Foi aos 25 de fevereiro de 1891, já lá vão para mais de 45 anos**

**"Ia proceder-se, nesse dia, à eleição indireta do primeiro presidente constitucional da República.**

**"O Congresso Nacional Constituinte, cindido quase ao meio entre a candidatura do seu presidente e a do Chefe do Governo Provisório, era presa de intensa agitação. Não obstante, iniciou êle a sessão aprovando unânimemente, e sem debate, a seguinte moção apresentada por Quintino Bocaiuva e subscrita pelos seus ex-companheiros de Ministério e por muitos outros constituintes:"**

Depois de transcrever a moção, que acaba de ser reproduzida, continua Borges de Medeiros:

**"Nunca, em tempo algum, lograra nenhum outro brasileiro receber da Pátria igual consagração, cuja solenidade impressionava por seu significado e aspectos singulares.**

**"Democratas e positivistas, radicais e moderados, livres pensadores e crentes fervorosos, em suma, os mais variados matizes filosóficos e políticos, que caracterizavam a heterogeneidade da primeira Constituinte Republicana, irmanavam-se e associavam-se em um mesmo sentimento de reverência e gratidão, na hora em que cumpria proclamar e perpetuar, nos anais parlamentares, o nome do fundador do nôvo regime político.**

**"E êsse consenso unânime nada teve de improvisado e irrefletido, quando se examinam as iniciativas e manifestações que, no Congresso, antecederam de um mês a moção de 25 de fevereiro.**

**"Tudo convence que havia, nêsse momento, um pensamento predominante, consistindo em atestar aos coevos e pósteros, a quem competia, realmente, a glória de haver fundado a República.**

*"Benjamin Constant não foi, de fato, o chefe militar da insurreição de 15 de novembro, mas foi quem lhe deu a orientação republicana".*

Foi a contragosto que Benjamin concordou em aceitar o lugar de Ministro da Guerra, tendo sido, além disto, o único membro do Governo Provisório que não se fez eleger para a Constituinte, recusando a sua candidatura ao primeiro Senado da República. (31)

Diante dos irrefragáveis depoimentos constantes dêste capítulo podemos concluir que, sem a adesão de Deodoro, não teria sido, a 15 de novembro de 1889, proclamada a República. Igualmente infosismável, porém, é que, sem Benjamin Constant e a grande ascendência que, naquele momento, possuía sôbre o velho cabo de guerra, não teria êste vencido os seus próprios sentimentos e convicções monárquicas, aderindo à República. E não sòmente sem Benjamin e Deodoro, mas ainda sem Floriano, não teria sido a República proclamada em 15 de novembro, entre salvas e flôres,

perante "o povo atônito como se estivesse vendo uma parada", na célebre frase de Aristides Lôbo. (82)

No livro de Leôncio Correia — "*A Verdade Histórica sobre o Quinze de Novembro*" — encontra-se um depoimento do Marechal Ilha Moreira segundo o qual, convidado, no dia 15 de novembro, a declarar ser a República a forma de governo do país, respondeu Benjamin Constant:

"Nós não podemos impor uma forma de Governo ao povo, o Imperador ficará interdito, convocaremos uma Constituinte para resolver sobre a futura forma de Governo do Brasil". (83)

Estava, portanto, longe do pensamento de Benjamin Constant estabelecer uma ditadura entre nós, e tanto assim que o primeiro decreto do Governo Provisório, em seu artigo primeiro, declarou proclamada a República apenas provisoriamente, aguardando, em seu artigo sétimo, "*o pronunciamento definitivo da Nação, livremente expressado pelo sufrágio popular*".

#### NOTAS DO CAPITULO PRIMEIRO DA QUINTA PARTE

- 1) — EDMUNDO LINS in *Diário de Notícias* de 18 de outubro de 1936, Conf. IVAN LINS: "*Benjamin Constant 1836-1891*", pgs. 7 e 8, Rio, J. R. de Oliveira & Cia., 1936.
- 2) — CLÓVIS BEVILAQUA: "*Benjamin Constant*" in *Diário de Notícias* de 18 de outubro de 1936. Conf. IVAN LINS, *op. cit.*, pgs. 155 e 156.
- 3) — LAURO MÜLLER: conferência comemorativa do 15 de novembro, proferida na Liga de Defesa Nacional e publicada no *Jornal do Comércio* de 16 de novembro de 1921. Conf. IVAN LINS, *op. cit.*, pgs. 125 e 126.
- 4) — TASSO FRAGOSO: "*Palavras pronunciadas à beira do túmulo do marechal José Bevilacqua no dia 24 de agosto de 1930*, Separata da *Revista Militar Brasileira* n.º 3 de 1930, Rio, Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército, 1930, pgs. 3 e 4.
- 5) — TASSO FRAGOSO: "*Revolvendo o passado*", pg. 20, Rio, *Jornal do Comércio*, Rodrigues & Cia., 1940.
- 6) — AUGUSTO COMTE: "*Lettres à Divers*", tomo primeiro, primeira parte, pg. 534, Paris, *Fonds Typographique de l'Exécution Testamentaire d'Auguste Comte*, 1902.
- 7) — Vide TEIXEIRA MENDES: "*Benjamin Constant*", pg. 336 da segunda edição, Rio, na Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1913, e segundo volume, *Peças Justificativas*, Rio, 1894, pgs. 207 e 208.
- 8) — Apud GOMES DE CASTRO: "*A Pátria Brasileira (1822-1922)*", Rio, Emp. Ind. Editôra "O Norte", pgs. 160 e 161.
- 9) — RUI BARBOSA: "*O Papa e o Concílio*", pgs. 5, 6 e 7 da 2.ª ed., Livraria Acadêmica, Saraiva & Cia., editôres, São Paulo, 1930.
- 10) — CRISTIANO OTONI: "*Autobiografia*" apud GOMES DE CASTRO, *op. cit.*, pg. 192.
- 11) — Apud GOMES DE CASTRO, *op. cit.*, pg. 193.
- 12) — Vide TEIXEIRA MENDES, *op. cit.*, pg. 336.
- 13) — Apud TEIXEIRA MENDES, *op. cit.*, pg. 346.
- 14) — TASSO FRAGOSO: "*Revolvendo o passado*", pg. 13, *Jornal do Comércio*, Rodrigues & Cia., Rio, 1940.
- 15) — *Idem, ibidem*, pg. 14.

- 16) — *Idem, ibidem*, pg. 15.
- 17) — *Vide* JOSÉ MARIA DOS SANTOS: "A Política Geral do Brasil", pg. 224, J. Magalhães, São Paulo, 1930.
- 18) — *Vide* Marechal J. MARQUES DA CUNHA: "Deodoro e a República" in "Deodoro 1827-1927", Rio, Tipografia de "A Encadernadora S. A.", 1927, pgs. 18 e 19. No mesmo volume encontra-se a cópia fotográfica da carta autógrafa de Deodoro, de 16 de outubro de 1888, na qual, dirigindo-se a Clodoaldo da Fonseca, diz que "República no Brasil e desgraça completa é a mesma coisa".
- 19) — *Vide* TEIXEIRA MENDES, *op. cit.*, pgs. 351 e 352.
- 20) — *Vide* GOMES DE CASTRO, *op. cit.*, pg. 248.
- 21) — *Vide* TEIXEIRA MENDES, *op. cit.*, pgs. 367 e 373.
- 22) — *Vide* GOMES DE CASTRO, *op. cit.*, pg. 247. Conf. as palavras de Deodoro registradas por Anfrízio Fialho em sua *História da fundação da República no Brasil*, publicada em 1891: "Eu só vejo um homem que me merece confiança para Presidente da República: é o Benjamin". *Apud* TEIXEIRA MENDES, *op. cit.*, pg. 689.
- 23) — QUINTINO BOCAIUVA, artigo em "O País" de 28 de novembro de 1891, *apud* TEIXEIRA MENDES, *op. cit.*, pgs. 699 e 700.
- 24) — *Apud* JOÃO MANGABEIRA: "Rui — o estadista da República", pgs. 41 e 42. Rio, Livraria José Olympio Editora, 1943.
- 25) — *Apud* BENJAMIN CONSTANT NETO: "Benjamin Constant", pg. 121, Biblioteca Militar, volume XXV, Rio, Leuzinger S. A., 1940.
- 26) — *Vide* *Constituinte* — *Anals do Congresso Nacional*, vol. II, pg. 443, Estados Unidos do Brasil, 1891.
- 27) — *Ibidem*, pgs. 447 e 451.
- 28) — *Ibidem*, pg. 452.
- 29) — *Ibidem*, pgs. 625 e 626.
- 30) — *Ibidem*, vol. III, pg. 306.
- 31) — *Vide* MIGUEL LEMOS: "Nona Circular Anual", pg. 13, Rio, Apostolado Positivista, 1891.
- 32) — LEÔNICIO CORREIA: "A Verdade Histórica sobre o 15 de Novembro", Rio, Imprensa Nacional, 1939, pg. 138.
- 33) — *Idem, ibidem*, pg. 262.

## CAPÍTULO SEGUNDO

### INFLUÊNCIA POSITIVISTA NO GOVÊRNO PROVISÓRIO

*1) Positivistas no Govêrno Provisório e na Constituinte. Os "cadetes filósofos". Pierre Laffitte, Benjamin Constant e a ditadura republicana. 11) Influência positivista na organização da República: a bandeira nacional, feriados nacionais, a fórmula "saúde e fraternidade", o título de cidadão.*

#### I

**A**LÉM DE Benjamin Constant, que foi o primeiro Ministro da Guerra do Govêrno Provisório, fêz parte dêste último Demétrio Ribeiro, enquanto vários outros positivistas ocuparam postos importantes, quer na Constituinte, quer na administração, como Santos Werneck que foi chefe do Gabinete de Campos Salles no Ministério da Justiça, e Lauro Sodré que desempenhou a mesma função no Ministério da Guerra durante a gestão de Benjamin.

Na Constituinte foram também numerosos os positivistas.

Em voto proferido no Supremo Tribunal Federal em outubro de 1921 a propósito da liberdade profissional, assegurada pelo § 24 do artigo 72 da Constituição Federal de 1891, disse o Ministro Edmundo Lins:

"Brilhante era a plêiade de positivistas que faziam parte da Constituinte, bastando mencionar Aníbal Falcão, Antão de Faria, Barbosa Lima, Bezerril Fontenele, Borges de Medeiros, Demétrio Ribeiro, Gonçalves Ramos, Homero Batista, João Pinheiro, José Bevilaqua, Júlio de Castilhos, Lauro Sodré, Moniz Freire, Nelson de Vasconcelos, Rangel Pestana e Rodolfo Miranda". (1)

A êstes devem ainda ser, sob o prisma político, acrescentados, entre outros: Alfredo Cassiano do Nascimento, Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, Antônio Olyntho, Aristides Maia, Belfort Vieira, Dionísio Cerqueira, Fernando Abbot, João Vieira da Costa, Policarpo Rodrigues Vjotti, José Augusto Vinhaes, Urbano Marcondes, Vicente Antônio do Espírito Santo e Vitorino Montejó, conforme se verifica das manifestações de cada um dêles dentro e fora da Constituinte.

Explica-se, assim, o comentário de José Veríssimo a propósito da repercussão do Positivismo no meio brasileiro quando se proclamou a República:

“Graças à influência militar no primeiro governo da República e principalmente do general Benjamin Constant, que com razão ou sem ela passava por decidido sectário de Augusto Comte, o Positivismo foi quase uma religião do Estado, a qual não era porventura desvantajoso praticar. Viu-se em Roma a mesma coisa, quando, com Constantino, os Césares se fizeram cristãos. A gíria positivista: “a anarquia mental”, “a pedantocracia”, o “regime normal”, “a ordem é fator do progresso”, “a integração do proletariado”, “os mortos governam os vivos”, “as pátrias brasileiras”, tôdas as formas e variações das palavras *sistema, integração, incorporação* e que tais, queridas da escola, entraram a fazer parte obrigada de todos os discursos, de tôdas as arengas, de tôdas as discussões, e viram-se jornais de província, que de Augusto Comte até o nome ignoravam na véspera, lardearem com frases positivistas a sua prosa sôbre a politicagem local. Nesse período o Positivismo oficialmente dominante sob a égide do mais influente membro do Governo Provisório e dos seus lugares tenentes imediatos, só encontrou, senão neófitos muito convencidos, catecúmenos condescendentes, devotos espontâneos ou pelo menos pagãos simpáticos . . . . . Artigos da nossa Constituição, o lema da nossa bandeira, algumas datas das nossas festas nacionais, por si só bastam para provar a sua influência nesse momento, sem exagerá-la”. (2)

Em “O Encilhamento” o Visconde de Taunay assim registra êsse adesismo ao Positivismo, encarnando-o na figura do oportunista Dr. Ferreira Sodré:

“Estava, porém, chegado o tempo de “viver às claras” . . . . . Escrevia também com assiduidade para os jornais, aconselhando paz e harmonia, combatendo o jacobinismo, pregando a adesão absoluta, leal, mostrando as inconveniências e os perigos da resistência e indicando qual o verdadeiro rumo republicano, os seus objetivos e fins, com muitos comentários sôbre o lema “Ordem e Progresso”. Às vêzes defendia com ardor o Positivismo, cujas doutrinas fôra estudar a fundo em Augusto Comte e que expunha com admirável clareza, penetrando os genuínos intuitos do Mestre”. (3)

Entre os elementos influentes nos primeiros meses da República contavam-se os “*inclitos traquinas*” da versalhada contemporânea, de autoria de A. Lépido — “*Celsianas*” — ou sejam os “*cadetes filósofos*”. “Esta fração erudita e jovem estava embebida de Positivismo — e era por isto, republicana — comenta Oliveira Viana. O seu chefe era Benjamin Constant, que sôbre ela exercia uma ascendência fascinadora . . . . . No fundo, a República não foi senão o arrastamento do grupo numeroso dos “*colarinhos de couro*”, chefiados por Deodoro, pela pequena fração dos “*cadetes filósofos*”, chefiados por Benjamin Constant”. (4)

Dão bem uma idéia do estado de espírito dessa fração republicana os discursos que, em 11 de dezembro de 1889, foram proferidos pelos representantes do Exército, da Armada e da Brigada Acadêmica, na manifestação que, com a presença de Benjamin Constant, Ministro da Guerra, recebeu Demétrio Ribeiro por se ter empossado, havia quatro dias, como Ministro da Agricultura do Governo Provisório. Esses discursos foram publicados no "Diário Oficial" de 14 de dezembro de 1889 e dêles extraio os seguintes passos mais característicos:

"O Coronel Cândido José da Costa (comandante da 2.<sup>a</sup> Brigada): — Sr. Ministro .....

"Para a realização das idéias que representais no Governo, as classes militares de nossa Pátria vos oferecem adesão franca e sincera, não só em períodos de paz, como em qualquer emergência a que possa ser lançado o Governo da República. (Muito bem)

"O Capitão Tenente Nelson de Vasconcellos e Almeida (representante da Armada e que seria deputado constituinte):

"A massa da Nação já deu o seu apoio à nova ordem de cousas, e compreendendo a importância desta situação excepcional e decisiva, aguarda esperanças medidas que lhe garantam a liberdade compatível com tal situação. Esse apoio só provém da confiança que inspirou o Governo Provisório por se ter mostrado capaz de assegurar a ordem e o progresso da pátria, e nós agora fazemos os mais ardentes votos, a fim de que concorrais com as vossas luzes para a instalação do governo definitivo, governo que se resume na concentração de todo o poder político nas mãos de um só homem de Estado, diretamente responsável perante o país e no estabelecimento conexo de uma plena liberdade espiritual, e em que as relações entre governantes e governados sejam estáveis, subordinadas à inteira responsabilidade e plena confiança. (Aplausos gerais).

"Para têrmos uma República estável, feliz e próspera, é necessário que o governo seja ditatorial e não parlamentar; que seja temporal e não espiritual (prolongados e repetidos aplausos), o que implica a supressão de toda e qualquer ordem de privilégios (continuam os aplausos).

"O cidadão Augusto Tasso Fragoso (representante do Exército): .....

"Eu que não represento aqui somente essa mocidade acadêmica, que se engrandece sob as denominações de Escola Superior de Guerra e Escola Militar, mas que presumo ter a honra de representar o Exército brasileiro, que tomou a si a obra da regeneração da nossa pátria, venho protestar-vos a nossa adesão às reformas que empreendeis, firmadas na doutrina dessa nova filosofia, que é a única capaz de encerrar a fase crítica e revolucionária em que a Humanidade se agita desde a idade-média, e sem

o ascendente da qual a sociedade não poderá desenvolver-se de acôrdo com a moral real e científica.

“Significando-vos estas idéias, cuja implantação em nosso espírito é devida ao mestre que ali está (indicando o Sr. Benjamin Constant) (Aplausos), esperamos que sabereis conservar-vos à altura em que as condições históricas vieram colocar a Pátria brasileira, de acôrdo com os seus antecedentes sociológicos, e na conformidade das leis científicas, que demonstram que a solução republicana era a única, benéfica e real, que nós os patriotas, devíamos procurar para que mais facilmente se efetuassem as reformas que, quer queiramos ou não, fatalmente, se hão de realizar. Só estas reformas imprescindíveis permitirão que a fé nova surja e domine todos os espíritos, para o que é indispensável que as idéias se digladiem no campo da livre discussão, mantendo-se plena e inteira a ordem social, cuja garantia é confiada ao poder temporal.

*“O objetivo imediato dessa nova filosofia é incorporar o proletariado à sociedade moderna (muito bem), é facilitar ao proletariado os meios de constituir família e ter domicílio próprio, condições primárias de sua moralização — problema que não só interessa à nossa Pátria, como ao Ocidente inteiro e a todo o Planêta.*

“O cidadão Ministro da Guerra: — Já tomei compromisso a esse respeito.

“O cidadão Tasso Fragoso — É firmado nas lições dessa filosofia que, estou certo, também vos inspiram, que vos recordamos o pensamento do Egrégio Filósofo, quando sintetizou como qualidades características do verdadeiro govêrno — fôrça e responsabilidade.

“Terminando, hipoteco-vos o nosso apoio leal e sincero para as reformas grandiosas que empreendeis e protesto-vos que havemos de colaborar, para tal efeito, ao lado do poder temporal da nossa Pátria” (Aplausos gerais).

“O cidadão ministro da Agricultura: — “Meus concidadãos. O caráter excepcional desta *manifestação*, não de aplauso à minha individualidade, mas *de adesão à doutrina que represento e que me elevou ao poder*, tem para mim uma alta significação.

“As idéias pelas quais me comprometi a lutar na vida pública, não encontrarão, estou certo, resistência da parte dos meus companheiros de govêrno: por tal forma se tem generalizado em nossa sociedade a nova orientação filosófica.

“Esta manifestação, que traduz não tanto o apoio material da fôrça pública, quanto o apoio moral da doutrina que preocupa o Exército e Armada, leva-me à convicção de que, como membro do govêrno, poderei cooperar no sentido de encaminhar-se o nosso país para o regime da mais completa liberdade espiritual — liberdade religiosa, liberdade de ensino, liberdade de manifestação de pensamento, liberdade de imprensa responsável (Aplausos),

tudo isto mediante a manutenção da ordem material pela força pública. Só estas condições permitirão um governo forte e moralizado, que, como muito bem disse um dos oradores que aqui usaram da palavra, só deve apoiar-se e buscar apoiar-se na opinião pública. Só estas condições permitirão um governo ditatorial e não despótico, constantemente fiscalizado pela opinião, provocando-a mesmo a manifestar-se sobre todos os seus atos. (Apoiados)

"Se, presentemente, a opinião está em atividade, se ela todos os dias, tem ocasião de pronunciar-se sobre os atos do governo, parece que não deve haver ansiedade em consultarmos as urnas. Senhores, consideremos que as urnas se pronunciaram contra a República (Apoiados), e a República se fêz. (Apoiados). Um dos defeitos do regime eletivo está justamente nisto: em que cada cidadão, desde que leva o seu voto à urna, supõe ter por êste modo dado tôdas as manifestações de sua opinião, e não mais intervém em fiscalizar a marcha dos negócios públicos.

"O regime em que entramos, parecendo ser excepcional, deve, todavia, considerar-se o regulador na situação presente.

"Só parece excepcional pelos maus hábitos contraídos durante o regime do parlamentarismo decaído, mas é o único regular neste momento, porque é o mais consentâneo com a preponderância da opinião pública.

"No regime ditatorial republicano, se o governo tenta realizar qualquer medida e a opinião se manifesta contra a sua tentativa, êle pode atender aos reclamos da opinião, considerando o caso concreto, sem sacrificar os princípios, sem sacrificar as próprias idéias.

"Eu não teria tomado a posição que assumi, de colaborador do governo, se não fôra a certeza de que o meu país se acha em condições especiais para adaptar-se também a um regime especial, para ser, não uma imitação de defeitos e erros que em outros países se encontram, mas uma espécie de modelo governamental (Aplausos).

"Houve em nossa Pátria, não há dúvida, uma época em que agitações revolucionárias, sem fito seguro, sem objetivo certo, resolveram tôdas as questões. Nessa época surgiu, desenvolveu-se, tomou vulto e mesmo fêz-se forte, um partido que teve o nome de liberal.

"Esse partido aspirava a liberdade, desejava melhorar as condições morais e materiais do país, mas, como não tinha objetivo seguro, caiu no vago negativismo do século XVIII, acabando por nada realizar e por desmoralizar, êle próprio, os seus intuitos.

"Pois bem: Se nós queremos constituir a República, devemos apoiar-nos em uma doutrina verdadeiramente orgânica, respeitar e consultar as condições reais de existência e desenvolvimento da so-

cidade, conforme revela essa filosofia a que aludiram os cidadãos representantes do Exército e da Armada.

“O meu papel no govêrno não será, sem dúvida, o do pretençioso que a cada instante quer surpreender o público, apreçoando opiniões e intuítos originais. Não venho trazer aos conselhos do Ministério idéias que tenham o cunho da minha individualidade, opiniões por mim próprio elaboradas, mas opiniões que recebi já feitas, opiniões que assimilei e para a formação das quais foi necessário o concurso dos grandes pensadores que têm presidido à marcha evolutiva da Humanidade, desde o período inicial até a situação em que ela se encontra.

*“Naturalmente terei de considerar sobretudo o caso brasileiro e garanto-vos que não me deixarei dominar por essa tendência de imitar o que tem feito o estrangeiro, porque as nossas condições são verdadeiramente próprias e peculiares.* Apreciando o caso brasileiro, hei de buscar proceder de acôrdo com as idéias que sustento e com as necessidades da situação.

*“Tratarei da questão da liberdade religiosa.* E não hesitaria um só instante em reclamar do govêrno, como medida imediata, a separação da Igreja do Estado (aplausos gerais e assentimento por parte do ministro da Guerra), porque esta é a opinião corrente no seio da Nação, porque isto já é, pode-se dizer lei em nosso país, embora não tenha ainda entrado em nossa codificação, que é a ordem artificial. É preciso fazer desaparecer êste contraste, pondo a legislação escrita de acôrdo com a ordem natural da sociedade.

“Será sempre com o meu apoio e com o meu louvor, que os representantes da antiga fé, os sacerdotes católicos, empregarão sinceramente tôda a sua atividade no sentido do proselitismo. Se o culto católico tem em nosso país representantes devotados e sinceros, é da própria dignidade dêles fazer a propaganda da sua doutrina sem o apoio da fôrça material, sem o apoio do Estado.

“Em seus primeiros dias, em suas primeiras lutas, o catolicismo, tendo apenas um pequeno número de apóstolos, conseguiu fazer uma enorme revolução, e para isso, não precisou do apoio dos governos temporais.

“Pois bem, se esta reforma está na dignidade da própria igreja católica, e o estado do espírito público em nosso país exige a decretação imediata desta medida, o govêrno deve decretá-la, e é de esperar que a decrete.

“A questão do ensino público tem relação íntima com a questão religiosa, e deve ser considerada sob o mesmo ponto de vista. É uma questão de liberdade espiritual. Não devemos apoiar com a fôrça do poder o ensino de qualquer doutrina, de qualquer filosofia, em detrimento da verdadeira liberdade, que deve ser a mais ampla, de modo a permitir que venham a prevalecer as idéias reais e positivas, como bem ponderou um dos distintos cidadãos que

aqui falaram, de modo a permitir que a nova fé se firme e desenvolva, dando solução a tôdas as questões humanas.

“Em matéria de administração, a minha norma no govêrno pode se resumir em duas palavras: a mais severa honestidade ao lado da mais completa publicidade, de modo a fornecer à opinião pública todos os dados precisos para apreciar a conduta do govêrno e colocá-lo em altura onde não o possa atingir a calúnia sem que seja imediatamente esmagada. (Aplausos)

“*Quanto à incorporação do proletariado, devo dizer-vos que considero esta uma questão capital para a República.* A República é o regime do bem público: o bem público é preparado pela própria sociedade, cuja principal parte é formada pela massa enorme dos proletários, que concorrem como principal elemento de produção para a formação da riqueza pública. É o proletariado quem aproveita e modifica os produtos materiais, adapta-os às necessidades humanas.

“*Pois bem, é essa classe geral da sociedade, menosprezada até hoje, que mais atenção deve merecer do Govêrno.* Não poderemos, sem dúvida nenhuma, organizar desde já o definitivo; mas, visando aproximar-nos gradual e continuamente do ideal que todos aspiramos, procuraremos adotar soluções oportunas para que o proletário não tenha um trabalho excessivo e perturbador de sua atividade física; para que êle possa constituir família e possuir domicílio próprio, bases de tôda a moralidade; bem como para que tenha lazeres imprescindíveis à cultura do seu coração e à instrução do seu espírito, a fim de saber cumprir o seu dever. (Apoiados)”.

Diante de tão calorosas declarações no sentido da *ditadura republicana*, como se explica que, havendo sido tão grande, nos primeiros dias da República, a influência positivista, não haja sido então implantada essa forma de govêrno vivamente aconselhada pelo Apostolado Positivista e pleiteada, como acabamos de ver, pelos “*cadetes filósofos*”, representados na manifestação a Demétrio, por Nelson Vasconcellos, futuro deputado constituinte, e Tasso Fragoso, os quais, como seus colegas, completavam os ensinamentos científicos de seu mestre Benjamin Constant com a pregação política de Miguel Lemos e Teixeira Mendes?

É que havia diretrizes e correntes nitidamente diferenciadas no Positivismo brasileiro. De Miguel Lemos e Teixeira Mendes e de sua interpretação e maneira de aplicar os ensinamentos de Comte se afastara Benjamin Constant desde 1882, mantendo-se fiel à diretriz do chefe do Positivismo ortodoxo em França — Pierre Lafitte, que, além de Benjamin, continuou a contar no Brasil muitos aderentes, os quais, distanciados do Apostolado, faziam sérias restrições à orientação de Miguel Lemos e Teixeira Mendes.

Pierre Laffitte influíu decisivamente sobre Benjamin Constant no sentido de ser afastada de nossa República a *ditadura republicana*, divergindo ainda de Miguel Lemos e Teixeira Mendes noutro ponto importante ao achar que a Constituição devia emanar de uma Constituinte, impugnando, assim, a tese do Apostolado — *Constituição sem Constituinte*.<sup>(5)</sup> Transcrevo aqui, vertida para o vernáculo, a correspondência de Laffitte com Benjamin Constant a êsse respeito:

“Ao Sr. Benjamin Constant

“Paris, 1.º de Arquimedes 102 (26 de março de 1890)

“Senhor

“Com grande alegria acolheram os positivistas franceses a proclamação da República no Brasil e o testemunharam de diversas formas. Especialmente, no último número da *Revista Ocidental*, ressaltai a legitimidade dêsse importante movimento. Fiquei, ao mesmo tempo, satisfeito em assinalar em vós, entre os membros do nôvo govêrno, um homem que há muito tem afirmado suas convicções positivistas. Todos os jornais franceses, aliás, indicaram que a influência de nossa doutrina não era estranha a êsse grande acontecimento.

“Mas, é exatamente esta solidariedade, sobre a qual se insiste, que me permitirá, espero, sem descabida indiscrição, apresentar-vos, a êsse propósito, algumas considerações.

“O Dr. Urbano Marcondes, que defende em Paris a causa da República brasileira com tanta atividade e firmeza quanta prudência, teve a gentileza de mostrar-me jornais brasileiros onde se nota completo desconhecimento do espírito político do positivismo, embora com a mais perfeita sinceridade e sob o impulso de sentimentos verdadeiramente progressistas, aos quais muito me apraz render justiça. Os erros, quase inevitáveis, cometidos a êsse propósito, resultam de que não se separarem suficientemente as concepções fundamentais de Augusto Comte das aplicações, mais ou menos precisas e passageiras, que delas fêz aos acontecimentos de seu tempo. O erro procede também de se dar a algumas expressões de A. Comte o sentido corrente e vulgar, enquanto êle próprio lhes atribuiu um sentido filosófico análogo, embora diverso sob muitos aspectos. Deve-se reconhecer também que o público tem sido enganado pelos exageros de algumas pessoas que, arrogando-se o título de positivistas, e crendo mesmo sê-lo, não tiram de A. Comte senão algumas fórmulas ou algumas aplicações que repetem indefinidamente, e, pode mesmo dizer-se, quase maquinalmente. É esta uma tarefa muito fácil e que devia tentar aquêles que, a uma grande vaidade, juntam uma capacidade muito pequena. Mas Augusto Comte não haveria de querer instituir uma doutrina para homens sem cérebro e não poderia crer que nos pudesse dispensar para sempre de tôda reflexão pessoal. Se

o tivesse querido, o que não se deu, ter-lhe-ia sido impossível impor a sua vontade a êsse respeito. Aplicam-se estas reflexões sobretudo aos abusos que vários positivistas têm feito da palavra *ditadura* de que tanto se tem falado, empregando-a até contra o próprio positivismo.

"A. Comte, com efeito, proclama frequentemente a necessidade do regime ditatorial; mas, que entende êle por êsse regime? É preciso reconhecer que suas vistas talvez careçam de precisão. Mas, as applicações que delas fez e a concepção que sempre estabeleceu da *necessidade, na ditadura, da completa liberdade de discussão e de exposição, e da fiscalização de uma assembléa financeira eleita, que pode recusar o Orçamento*, permitem melhor precisar a teoria de Comte e desprendê-la do caráter por demais absoluto que lhe tem sido atribuído.

"Além do mais, graças à luta que, desde 1870, sustentamos em França para o estabelecimento de uma república ao mesmo tempo orgânica e progressista, adquirimos uma experiência de que não dispunha A. Comte; e, enfim, sem quebra do respeito que devemos ao grande gênio do Mestre, essa experiência pôde conduzir-nos a observações históricas que lhe faltaram.

"Em primeiro lugar, Augusto Comte não attribue de modo algum à palavra *ditadura* o sentido de poder pessoal absoluto que lhe querem conferir, porquanto chama a Luís XVIII "*o melhor dos ditadores surgidos em França desde Danton*", e a Luís Felipe "*o mais imperfeito*". Por conseguinte, a palavra *ditadura* designa, a seu ver, a preponderância do Govêrno sôbre as Assembléas, preponderância que se caracteriza sobretudo pela iniciativa; e, em segundo lugar, pela concentração, numa única pessoa, dessa ação diretora governamental. De certo pode-se discutir sôbre estas idéias e combatê-las, mas apresentam alguma coisa de que se possam assustar os partidários sinceros de uma liberdade real? Ademais, um pensamento característico vai esclarecer o meu pensamento.

"A Inglaterra realizou êsse regime, desde Roberto Walpole até os nossos dias, e, foi por isto que o parlamentarismo pôde fazer na Inglaterra coisas tão grandes e colocou tão alto êsse grande país. No fundo a Inglaterra foi durante êsse periodo governada por uma série de ditadores, porquanto o Parlamento sofria sempre a direção do primeiro ministro e a recebe ainda até que o ditador provisório não se encontre mais de acôrdo com a opinião pública. Roberto Walpole governou, creio, a Inglaterra, durante 21 anos; William Pitt presidiu também durante um grande número de anos a seus destinos; mas nunca passou pela cabeça dos sábios homens de Estado da Inglaterra quererem dispensar-se da orientação política de um chefe único e confiar a direção dos negócios a uma assembléa sem responsabilidade, cuja incoerência não pode

cessar senão pela subordinação a um ministério firme e dirigido por um chefe. Tal a verdadeira concepção da ditadura. Pode-se discutir, sem dúvida alguma, sobre a parte proporcional da Câmara e do governo, c, quanto a mim, sou daqueles que pensam que se deva atribuir uma parte muito grande ao governo; mas que há nisso de apavorante e opressivo?

“Se me é permitido citar-me, é esta concepção que tenho procurado aplicar em minha intervenção filosófica nos negócios de meu país. Foi por isto que constantemente apoiei a preponderância de Gambetta, e, depois de sua morte, a do Sr. Jules Ferry; não que eu aprovasse todos os seus atos, mas porque me pareciam os mais adequados aos interesses do país e os mais capazes de dirigir os destinos da França. Admitia, aliás, perfeitamente, que podia enganar-me, jamais tendo acreditado em minha infalibilidade. Não aceito o ridículo inefável de transformar-me num Gregório VII *in partibus*, excomungando os povos e os reis. É preciso deixar isso às pessoas que não tendo bastante talento para ser jornalistas, querem, entretanto, ter dêle o mais atraente privilégio: o de opinar definitivamente sobre tôdas as questões, principalmente sobre as que não conhecem.

“Aliás, Senhor, vós e os vossos colegas não fizeram, no fundo, senão aplicar esta maneira sábia e razoável de conceber a ditadura e permiti-me apresentar-vos por êste motivo todos os meus cumprimentos. Tomastes a iniciativa, correndo riscos e perigos, do estabelecimento, no Brasil, de uma república oportuna; e digo perigos, porque se poupastes os monarquistas, êles certamente não vos teriam poupado. Conhecemos as tradições dêles por uma experiência duramente adquirida. Tão grande e nobre iniciativa conferia-vos, pois, legitimamente, a missão de dirigir tal situação até o momento em que considerásseis oportuno deixar de fazê-lo pelo advento de uma Constituinte. Mas, ainda aí, combinastes a iniciativa, que vos cabe, com a liberdade. Assumistes, com vossos companheiros, tôda a responsabilidade governamental, deixando a imprensa convenientemente livre.

“O governo da república brasileira determinou para uma época verdadeiramente razoável a reunião de uma Assembléa Constituinte. Para um país tão extenso quanto o Brasil e na sua situação, um ano era certamente o mínimo indispensável a fim de garantir vossa obra. Tomais a iniciativa da nova Constituição e é um dever absoluto que compete ao governo provisório. Teria sido verdadeiramente estranho que os homens que tão corajosamente realizaram essa grande transformação, não tivessem a capacidade, e, ao mesmo tempo, a firmeza de estabelecer as bases do sistema que deve consolidar a república brasileira. Não há senão os puros democratas franceses que nutram tais ingenuidades; mas êles comecem a cair aqui em singular desprestígio. Realizastes, pois, no

fundo, a ditadura, no sentido verdadeiramente sábio que se deve dar a esta palavra e da mesma maneira que a conceberam na Inglaterra. Todos os meus votos acompanham o governo da república brasileira num tal caminho.

"Mas, evidentemente, tendes inimigos, e perigosos: são os mesmos que têm ameaçado a república francesa. No fundo é o partido teológico que será o ponto de apoio de todas as tentativas retrógradas. Não vos deixeis enganar pela palavra liberdade, com a qual os nossos bons democratas parisienses têm sido tão frequentemente iludidos. Vosso dever é o de manter muito elevada a preponderância do poder civil. A liberdade não pode consistir em dar aos nossos adversários o poder de destruir-nos. O governo brasileiro saberá tomar, a este respeito, as medidas necessárias.

"Mas, detenho-me aqui, pois sinto que me deixaria talvez levar a dogmatizar em excesso, e é um inconveniente que é necessário evitar quando nos dirigimos aos homens políticos.

"Transmiti, peço-vos, Senhor, ao governo da República brasileira a expressão dos meus melhores votos pela continuação de sua obra necessária, e permiti-me testemunhar-vos a minha mais alta consideração.

P. Laffitte

10, rue Monsieur le Prince".

Já em 9 de março de 1890, respondendo a outras manifestações de Pierre Laffite, Benjamin lhe escrevera:

"Gabinete do Ministério da Guerra (Confidencial)  
[Barrete frígio]

"Rio de Janeiro, 9 de março de 1890

"Meu caro Mestre

"Fiquei muito contente em receber vossa aprovação e vossos encorajamentos. Desde muito tenho-me esforçado em conformar minha conduta, privada e pública, com os ensinamentos do fundador da Religião da Humanidade, levando em conta, porém, as condições particulares de nosso meio. Não tenho a pretensão de nunca me haver enganado, e, como dizeis muito bem, seria estranho que o positivismo conferisse o dom da infalibilidade. Tenho a certeza de haver propagado, na medida do que podia, a verdadeira doutrina e estou decidido a continuar a servir à causa da Humanidade e de minha Pátria enquanto estiver no Governo, apesar da algazarra de alguns daqueles que mais altamente alardeiam a pretensão de ser os únicos depositários do verdadeiro pensamento de Augusto Comte.

"Com este objetivo acabo de reformar o plano de ensino da Escola Militar e de enviar alguns professores a Paris na esperança de que haveis de guiá-los e prepará-los para melhor preencherem a sua missão.

"O meu amigo, nosso distinto confrade Oscar de Araújo, portador da presente, está encarregado de vô-los apresentar e dizer-vos, com maiores minúcias tudo quanto ousou aguardar da vossa parte em relação a eles. Espero, pois, entreis em entendimentos a êsse respeito com o Sr. D'Araújo e aproveis o que vos pedirá de minha parte.

"Crede, meu caríssimo Mestre, na expressão dos meus mais elevados sentimentos.

"Saúde e Fraternidade.

"(a) Benjamin Constant".

Não procede, portanto, em grau nenhum, a afirmativa de Cândido Motta Filho, em sua biografia de Bernardino de Campos:

"Benjamin Constant chegara a propor ao govêrno a adoção da ditadura, que encontrara resistência no próprio Marechal Deodoro"... (6)

A troca de cartas, que acabo de citar, destroi essa assertiva que não encontra base nem nas *Atas do Govêrno Provisório*, nem em qualquer documento ou declaração de testemunha fidedigna da época. Muito ao revés, foi Benjamin Constant censurado por Miguel Lemos e Teixeira Mendes visto haver-se desviado, nesse particular, do que êles entendiam fôsse a verdadeira doutrina política do Positivismo e é a êles que Benjamin se refere ao aludir, em sua carta a Laffitte, à "*algazarra daqueles que mais altamente alardeiam a pretensão de ser os únicos depositários do verdadeiro pensamento de Augusto Comte*".

O próprio Teixeira Mendes, aliás, reconhece e confessa a pequena ascendência que êle e Miguel Lemos tiveram sôbre o espírito de Benjamin ao ser organizada a República:

"Para explicar a insuficiência de nossa intervenção junto a Benjamin Constant, cumpre ter presente o que acima dissemos sôbre a perniciosa influência do Sr. Laffitte. O fundador da República Brasileira jamais pôde libertar-se completamente do ascendente dêsse sofista, atribuindo sempre as nossas divergências a um exagêro, e, quiçá, a uma menor preparação mental". (7)

Vejamos agora uma declaração pública de Benjamin, em 16 de fevereiro de 1890. É extraída de "*O País*", de 17 de fevereiro de 1890, ao noticiar o banquete que, na véspera, fôra oferecido a Demétrio Ribeiro:

"... Seguiu-se o brinde do Exército, representado pelo Sr. Ministro da Guerra, feito pelo Sr. Dr. Silva Jardim, indicado para substituir o Dr. Magalhães Castro.

"O distinto propagandista, que falou fluentemente durante um quarto de hora, saudou o Exército civil que fêz a revolução do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, e da Bahia e as de 1817, 1824 e 1848 em Pernambuco.

"Respondeu o ilustre cidadão Ministro da Guerra, cuja palavra foi ouvida religiosamente; disse S. Excia. que se não deve dar crédito aos boatos adrede espalhados, sôbre proclamação de ditadura militar que não a quer, nem a permite o *Govêrno Provisório*, porque considera funesto o domínio da espada; que o pensamento do Govêrno é reconstituir a pátria e entregá-la a quem de direito e isso quanto antes, porque é muito dolorosa a sua responsabilidade".

"*O País*", de 18 do mesmo mês, ainda insere uma carta de Benjamin Constant a respeito das expressões que lhe foram atribuídas no discurso publicado por alguns jornais.

A propósito das declarações de Benjamin Constant nesse banquete, encontra-se no livro de Dunshee de Abranches — "*Atas e Atos do Govêrno Provisório*" — o seguinte depoimento do Capitão de Mar e Guerra José Carlos de Carvalho que saudou, no mesmo banquete, a Marinha representada por Wandenkolk:

"Silva Jardim foi encarregado de saudar o exército, representado pelo benemérito general ministro da Guerra, Benjamin Constant, que em resposta fez a seguinte declaração:

"Boatos infamantes, adrede e calculadamente espalhados, inventaram que o Exército pretendia prolongar a ditadura militar. O Exército repele semelhantes calúnias, e o Govêrno Provisório não tem senão o veemente desejo de entregar à Constituinte reunida o poder que recebeu das mãos da nação".

"Já no dia imediato ao do banquete, o *Jornal do Comércio* dizia: "Renasce-nos hoje a esperança depois do notável discurso do Sr. Ministro da Guerra".

"*A Gazeta de Notícias* dizia: "O ilustre ministro da Guerra, em nome do Govêrno, fez declarações da mais alta importância, que foram acolhidas com verdadeiro entusiasmo". (8)

Há, porém, mais e melhor: são as declarações de Benjamin na reunião do Govêrno Provisório de 30 de janeiro de 1890, a propósito do decreto financeiro de Rui Barbosa e da intenção de Deodoro de cercar a liberdade de imprensa:

"O Sr. Benjamin Constant, ministro da Guerra — Antes de responder ao Sr. Rui Barbosa, não pode deixar passar sem protesto a declaração do Sr. Generalíssimo de que "o procedimento da *Gazeta de Notícias* estava despertando-lhe desejos de pôr em prática o decreto de 23 de dezembro".

"Jamais dará o seu apoio a essa medida. Quando, cingindo a espada, Deodoro e o orador vieram à praça pública, tiveram em vista defender as liberdades cívicas de um povo que vivia oprimido por um govêrno despótico, libertando também a sua pátria.

.....

“Nestas condições, como poderá consentir que, em plena República, se queira esmagar a liberdade de imprensa?”

*“Considera a renovação do decreto de 23 de dezembro uma meia ditadura antipatriótica, porquanto a crítica da imprensa deve ser livre, desde que pautada pela ordem.*

.....  
 “Entretanto, não pode deixar passar sem reparo a frase do Sr. Ministro da Fazenda, quando declarou que não precisava consultar os seus colegas sobre o decreto bancário, porque tinha para êle a assinatura do chefe do Estado.

“Acha que o Sr. Rui Barbosa não tem razão. *O Governo Provisório não é uma ditadura; não é uma monocracia. Não são sete secretários, são sete ministros.*

“E, se é assim, como se pode estabelecer uma cooperação, uma solidariedade, se cada ministro tiver liberdade de fazer, sem conhecimento dos outros, atos de responsabilidade coletiva?” (8)

## II

Foram os seguintes os principais reflexos da influência positivista na República, decorrente da ação conjugada de Benjamin Constant, Demétrio Ribeiro, Miguel Lemos, Teixeira Mendes e de vários constituintes filiados, em graus diversos, ao sistema comitiano, entre os quais se destacavam, como vimos, líderes prestigiosos como *Júlio de Castilhos, Rangel Pestana, João Pinheiro, Aníbal Falcão, Barbosa Lima, Lauro Sodré, Borges de Medeiros, Homero Batista, Antônio de Faria, Moniz Freire, José Bevilacqua e Rodolfo Miranda.*

Historiando a adoção do presidencialismo no Brasil, Medeiros e Albuquerque tece as seguintes considerações sobre a ascendência positivista na Constituinte Republicana.

“A Constituinte foi uma assembléia de calouros. A maioria de seus membros entrava por aí na vida pública. Um grande número dêles vinha dos quartéis: eram oficiais moços, que quase todos se consideravam solidários com Benjamin Constant. *Só havia nessa assembléia um grupo realmente ativo e coerente, sabendo mais ou menos o que queria: o grupo positivista.* Embora pequeno, pesou muito — e nefastamente — sobre a Constituinte. A êle aderiam em regra todos os militares, que se julgavam obrigados a concordar com o positivismo, porque era a doutrina de Benjamin Constant. A ignorância de quase todos sobre as questões políticas mais elementares chega a limites estupendos! Ora, o positivismo, tendendo naturalmente para a ditadura, preferia o presidencialismo ao regime parlamentar. Quando se lêem hoje os debates daquela assembléia, vê-se bem que os próprios positivistas mais ilustrados e que mais influência tiveram, ignoravam o mecanismo real do

regime presidencial. O que êles sabiam era que estava em antagonismo com o regime parlamentar, detestado por Augusto Comte e que se aproximava mais do regime ditatorial. Era o que os decidia". (10)

Pelo decreto n.º 6, de 19 de novembro de 1889, mediante proposta de Benjamin Constant, foi adotada a bandeira da República, idealizada por Teixeira Mendes em colaboração com Miguel Lemos.

Eis como, a pedido de Rui Barbosa, Teixeira Mendes fundamentou, no opúsculo 110 da Igreja Positivista, a adoção do lema "*ordem e progresso*", frequentemente impugnado como sectário:

"O povo brasileiro, como todos os povos ocidentais, acha-se vivamente solicitado por duas necessidades, ambas imperiosas, que se resumem nas palavras — *Ordem e Progresso*.

"Todos sentem, por um lado, que é imprescindível manter as bases da sociedade; mas todos percebem também que as instituições humanas são suscetíveis de aperfeiçoamentos.

"Ora, acontece que o tipo da ordem só foi, até hoje, fornecido pelo regime teológico e guerreiro do Passado, e que o progresso tem exigido a eliminação, por vêzes violenta, de certas instituições, sendo, por isto, o espírito público empiricamente levado a supor que são irreconciliáveis as duas necessidades.

"Daí a formação de dois partidos opostos, tomando um para lema a *Ordem* e outro o *Progresso*; partidos que se combatem encarniçadamente, transformando as pátrias ocidentais em permanentes campos de batalha.

"Entretanto a Dinâmica Social, fundada por Augusto Comte para completar e desenvolver a Estática Social, estabelecida por Aristóteles, demonstra que as duas necessidades de Ordem e Progresso, longe de serem irreconciliáveis, por tôda parte se harmonizam".

É que, nas palavras de Augusto Comte: "*o progresso é o desenvolvimento da ordem, assim como a ordem é a consolidação do progresso*", o que significa que não se podem romper súbitamente os laços com o passado e que tôda reforma, para frutificar, deve tirar seus elementos do próprio estado de cousas a ser modificado.

"*Conservar, melhorando*" é a fórmula sociológica que traduz o aforismo leibniziano: "*Natura non facit saltus*".

Extremamente honroso, para os positivistas, seria se sòmente êles pudessem ter, como programa político, a conciliação da ordem com o progresso. A adoção de tal desiderato é, porém, indício tão grande de positivismo quanto o seria de catolicismo o uso do calendário gregoriano ou do dia 2 de novembro para a comemoração dos mortos...

Quem teria a infantilidade de acusar os inconfindentes mineiros de aderirem ao politeísmo por terem tirado o lema de sua bandeira de um verso do politeísta Virgílio: "*Libertas quae sera iamen?*"

Será acaso protestante o sacerdote católico que ensina, em seus cursos de física, a lei da gravitação universal formulada por Newton?

Quem, jamais pretendeu haja Santo Agostinho abjurado o cristianismo por aplaudir entusiasticamente o pensamento de Te-reêncio: "*Sou homem e nada do que é humano me é indiferente?*"

Por sugestão de Teixeira Mendes foi baixado pelo Governo Provisório, mediante proposta de Demétrio Ribeiro, o Decreto 155 B, de 14 de janeiro de 1890, fixando os feriados nacionais.

Eis o texto desse decreto:

"O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, considerando:

"Que o regime republicano baseia-se no profundo sentimento da fraternidade universal;

"Que esse sentimento não se pode desenvolver convenientemente sem um sistema de festas públicas destinadas a comemorar a continuidade e a solidariedade de tôdas as gerações humanas;

"Que cada pátria deve instituir tais festas segundo os laços especiais que prendem os seus destinos aos destinos dos demais povos;

"Decreta:

"São considerados dias de festa nacional:

"1 de Janeiro, consagrado à comemoração da fraternidade universal;

"21 de Abril, consagrado à comemoração dos precursores da Independência Brasileira, resumidos em Tiradentes;

"3 de Maio, consagrado à comemoração da Descoberta do Brasil;

"13 de Maio, consagrado à comemoração da fraternidade dos brasileiros;

"14 de Julho, consagrado à comemoração da República, da Liberdade e da Independência dos povos americanos;

"7 de Setembro, consagrado à comemoração da Independência do Brasil;

"12 de Outubro, consagrado à comemoração da Descoberta da América;

"2 de Novembro, consagrado à comemoração geral dos mortos;

"15 de Novembro, consagrado à comemoração da Pátria Brasileira".

A estes feriados foi acrescentado, por Decreto n.º 3, de 28 de fevereiro de 1891, o dia 24 de fevereiro, comemorativo da promulgação da Constituição da República.

Por iniciativa de Teixeira Mendes junto a Quintino Bocaiuva, então Ministro do Exterior e Ministro interino da Agricultura, foram abolidas da correspondência oficial, desde o dia 16 de novembro de 1889, “as fórmulas teológicas (“*Deus guarde a V. Excia*”).) e os tratamentos imperiais que marcavam os vários graus de vassalagem. Em seu lugar foram introduzidos os tratamentos republicanos (*vós*) e as fórmulas republicanas, que manifestam os votos puramente humanos (*saúde e fraternidade*) segundo as tradições da República Francesa de 1792 e da revolução pernambucana de 1817”. (11)

Foi Carlos de Laet — católico e monarquista — o primeiro a increpar a saudação oficial adotada pelo novo regime, afirmando, num artigo contra a bandeira concebida por Teixeira Mendes, que tudo estava errado na República brasileira, inclusive a tradução *saúde e fraternidade* da célebre fórmula da Revolução Francesa.

Doze anos mais tarde, voltaria à carga, na “*Réplica*”, Rui Barbosa que assim se externou: “O movimento de 15 de novembro fêz do neologismo política. A subversão da coroa repercutiu até no idioma, que falamos. Os homens de 1889 no Brasil tomaram aos de 1789 em França o barrete frígio, o título universal de *cidadãos* e a senha de *fraternidade*. . . Obrigamos a língua a cantar a carmagnole. . . Nem traduzir sabem, às vezes, os autores dêsses esquálidos atentados. Foi o que se deu quando o calão político, entre nós, formou o *Saúde e Fraternidade*. Em fraternidade não havia por onde errar. Mas com o *salut* tomaram-lhes as vozes pelas nozes. *Saudar* é como poderiam traduzir os nossos maiores, segundo o estilo das cartas régias: “*Eu el-rei vos envio muito saudar*”. Que fizeram, porém, os nossos manipuladores? *Salut* puxava no aspecto a saúde. Superpôs-se, pois, um vocábulo ao outro. Os sons predominantes condiziam. Estava logo achada a tradução, fazendo como se usa em pintura por estrezir um debuxo de outro, com os sobrepor, e copiar pelo contôrno: saúde era o vulgar de *salut*”. (12)

Respondendo, em 1890, a Carlos de Laet, citou Miguel Lemos, em defesa da fórmula republicana, a definição do “*Dicionário dos Sinônimos da Língua Francesa*” de Lafaye: “*Salut et salutation viennent du latin “salus”, santé, de “salvere” se bien porter; en sorte que le salut ou la salutation consiste à dire, portez-vous bien, bonjour, ou à souhaiter une bonne santé*”.

Argumentava ainda Miguel Lemos não constituir a tradução censurada nenhuma novidade, surgida com o 15 de Novembro, porquanto fôra a fórmula sempre assim vertida não só em português, espanhol e italiano, como até em inglês: “*Health and Fraternity*”.

Nos *Portugaliæ Monumenta Historica*, estampados por Herculanó, vêem-se vários exemplos que tiram qualquer dúvida quanto à vernaculidade da fórmula republicana, porquanto, aí, o termo saúde é empregado ora com o sentido de *saudação*, ora com o de *estado hígido*. É o resultado a que chegam Cortesão em seus *Subsídios*, e João Ribeiro em sua *Seleção Clássica*, onde, estribando-se em certo passo do quinhentista Amador Arrais, sustenta ser a fórmula *saúde e fraternidade* perfeitamente vernácula. (13)

O mais curioso, porém, é adotar a mesma tese Assis Cintra em livro prefaciado pelo próprio Rui — "*Questões de Português*", onde regista um ofício dirigido por D. Dinis de Portugal às povoações do Reino há perto de sete séculos, isto é, em 1281. Eis as primeiras frases desse ofício, onde a palavra *saúde* é usada exatamente no sentido condenado por Carlos de Laet e Rui Barbosa: "D. Dinis, pela graça de Deus Rei de Portugal, e do Algarve. A todos los Alcaides e Comendadores, e Meirinhos e Alvazis, e Juizes e Justiças do Reino, *Saúde*". Encontra-se, assim, a expressão *saúde*, num ofício do século XIII, precisamente no mesmo sentido do francês *salut* e do latim *salus* (14) Daí empregá-la Herculanó frequentemente no "*Eurico*", onde, em várias cartas, se lêem expressões como esta: "*Ao Duque Teodomiro, saúde*"; "*Ao jardim-go Eurico, saúde*", etc. (15)

Outra não é a lição do Padre Antônio Vieira que Rui considerava um dos árbitros máximos em matéria de boa linguagem. Eis, de fato, o que ensina no *Sermão do Evangelista São Lucas*:

"A palavra *salutaveritis* deriva-se da saúde, *salus*: e é o mesmo que desejar saúde àquele com quem se fala... o verdadeiro saudar, é dar saúde". (16)

Não é, consequentemente, sem razão que M. Paulo Filho sustenta haver o "*saúde e fraternidade*" servido a Rui apenas como mais um de seus argumentos contra aquêles que, além de lhe combaterem intransigentemente a política financeira em muitas de suas doutrinas e atitudes políticas, ainda negavam a glória da autoria da lei de separação da Igreja do Estado, visto ser anterior e mais liberal que o dêle, o projeto de Decreto sôbre o assunto apresentado por Demétrio Ribeiro à deliberação do Governo Provisório. A tais antagonistas não ficaria mal a pecha de nem ao menos saberem transpor, para o vernáculo, a fórmula francesa *salut et fraternité*. . . Se, porém, a houvessem vertido por "*saudar e fraternidade*", talvez Laet e Rui fôsem os primeiros a se rirem do arcaísmo. A mesma requintada susceptibilidade purista, de origem e objetivo exclusivamente políticos, se nota em outros lanços da *Réplica*, onde o Titão agastado achou campo propício para velhos ajustes de contas, segundo evidenciou Carneiro Ribeiro. Que muito admirar? *Tantaene animis coelestibus irael* — registou Virgílio,

enquanto, por sua vez, observa Camões que mesmo os maiores heróis da antiguidade, a justo título divinizados,

*"Todos foram de fraca carne humana"...*

Quanto ao abusivo emprêgo, ao instalar-se a República, do título de *cidadão*, que, universalizando-se, tende a banalizar-se já antes de Rui, formalmente o condenara Augusto Comte, cujos ensinamentos a êste respeito eram infringidos no Brasil pelos seus próprios discípulos que se diziam mais fiéis. Não sabiam êstes, de fato, a partir do 15 de novembro de 1889, referir-se a quem quer que fôsse sem aditar-lhe um indefectível "*cidadão*": "*Cidadão presidente da República*", "*cidadão ministro*", "*cidadão pretor*", "*cidadão juiz*", "*cidadão doutor*", e até, por incrível que pareça, "*cidadão Bispo*"! (17) Vale a pena transcrever aqui as ponderações do filósofo. Dirigindo-se ao famoso revolucionário francês Armand Barbès, assim se exprimiu: "Embora seja, como vós, republicano desde a adolescência, sempre recusei converter o precioso qualificativo de "*cidadão*" em tratamento universal, indistintamente aplicado até aos que de nenhum modo o merecem. O instinto público jamais ratificou as prescrições tirânicas ou ridículas, que tentaram impor tal empirismo. Como formular, por exemplo, o julgamento histórico: "*Carnot foi um grande cidadão*", se êste título se tornasse o equivalente de *senhor*? Seria necessária então uma perífrase incômoda e sem vigor. Por isto adotei sempre a judiciosa máxima do republicano Andrieux, meu último professor de literatura: "*Chamai-vos senhores, mas sêde cidadãos*"... (18)

#### NOTAS DO CAPÍTULO SEGUNDO DA QUINTA PARTE

- 1) — EDMUNDO LINS: voto proferido na apelação cível n.º 3.288 do Ceará, *apud* JOAQUIM LUÍS OSÓRIO: "*Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul*", segunda edição, Livraria do Globo, Porto Alegre, 1923, pgs. 428 a 444.
- 2) — JOSÉ VERÍSSIMO: "*Estudos de Literatura Brasileira*", Primeira Série, pgs. 57 e 58, Rio, Garnier, 1901.
- 3) — VISCONDE DE TAUNAY: "*O Encilhamento*", Edições Melhoramentos, 4.ª edição, pgs. 49 e 50.
- 4) — *Vide* OLIVEIRA VIANA: "*O Ocaso do Império*", pgs. 194 e 195 da 1.ª edição, Companhia Melhoramentos de São Paulo, sem data.
- 5) — MIGUEL LEMOS: "*Ao Povo e ao Governo da República: indicações urgentes*", pgs. 1 e 2, Rio, Tipografia Central, 1889, e "*Constituição sem Constituinte*", Rio, Tipografia Central, 1890.
- 6) — *Vide* CÂNDIDO MOTTA FILHO: "*Uma Grande Vida — biografia de Bernardino de Campos*", São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941, pg. 70.
- 7) — TEIXEIRA MENDES, *op. cit.*, pg. 429.
- 8) — *Apud* DUNSHEE DE ABRANCHES: "*Atas e Atos do Governo Provisório*", pgs. 321 e 322, Imprensa Nacional, 1907.
- 9) — *Ibidem*, pgs. 96 e 97.

- 10) — Vide MEDEIROS E ALBUQUERQUE: "*O Regimen Presidencial no Brasil*", pgs. 20 a 22, Rio, Livraria Francisco Alves, 1914.
- 11) — Vide TEIXEIRA MENDES: "*Ainda a verdade histórica acêrca da instituição da liberdade espiritual no Brasil*", Rio, na Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1913, pg. 23.
- 12) — RUI BARBOSA: "*Réplica às defesas da redação do Projeto da Câmara dos Deputados*", Separata das *Pandectas Brasileiras*, 2.<sup>a</sup> tiragem, pgs. 332 e 335.
- 13) — Vide JOÃO RIBEIRO: "*Selecta Clássica*", 2.<sup>a</sup> edição, Livraria Francisco Alves, 1910, pg. 79.
- 14) — Vide ASSIS CINTRA: "*Questões de Português*", 2.<sup>a</sup> edição, pg. 33. Conf. JOSÉ DE SÁ NUNES: "*Lições e notas de linguagem*", in "*Correio da Manhã*" de 19 de outubro de 1941.
- 15) — Vide ALEXANDRE HERCULANO: "*Eurico, o presbítero*", 24.<sup>a</sup> edição, Livraria Aillaud e Bertrand, Paris — Lisboa, pgs. 55, 70 e 73.
- 16) — Padre ANTÔNIO VIEIRA: "*Sermões*", vol. VIII, pg. 396 da edição Lello & Irmão, Pôrto, 1908.
- 17) — Vide MIGUEL LEMOS: "*A questão da Bandeira*", Rio, na Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1894, pgs. 9 e 12.
- 18) — AUGUSTE COMTE: "*Nouvelles Lettres Inédites*", Paris, rue Monsieur-le Prince, 10, 1939, pg. 227.

## CAPITULO TERCEIRO

### A SEPARAÇÃO DA IGREJA RELATIVAMENTE AO ESTADO

*I) A lei sobre a liberdade espiritual: lendas a respeito. II) Os positivistas e o divórcio na Constituição de 1891. III) Características da separação da Igreja e o Estado no Brasil.*

#### I

**A** 9 DE DEZEMBRO DE 1889, na primeira reunião do Governo Provisório a que compareceu como ministro da Agricultura, apresentou Demétrio Ribeiro o seguinte projeto de Separação da Igreja do Estado:

"O Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, considerando que a política republicana baseia-se na mais completa liberdade espiritual;

"que os privilégios concedidos pelo poder civil aos adeptos de qualquer doutrina só têm servido para dificultar o natural advento das opiniões legítimas, que precedem a regeneração dos costumes;

"que as doutrinas destinadas a prevalecer não carecem de apoio temporal, como a história o demonstra;

"que nas reformas políticas deve ser respeitada a situação dos funcionários;

"Decreta:

"Art. 1.<sup>o</sup> — Fica estabelecida a plena liberdade de cultos e abolida a união legal da Igreja com o Estado.

"Art. 2.<sup>o</sup> — Ficam mantidos aos atuais funcionários católicos os seus respectivos subsídios.

"Art. 3.<sup>o</sup> — Os templos que pertencerem ao Estado serão deixados ao livre exercício do culto católico, enquanto forem assim utilizados. Em caso de abandono pelos sacerdotes católicos, o Estado os cederá para os exercícios cultuais de qualquer igreja, sem privilégio religioso". (1)

Benjamin Constant fez a leitura deste projeto declarando que o adotava inteiramente, tendo tido, logo após, a adesão de Campos Salles. ♡

Ponderou, então, Rui Barbosa manter relações pessoais com respeitável prelado, com o qual desejava conferenciar a respeito, sendo, assim, adiada a decisão do assunto.

O prelado, a que aludia Rui Barbosa, era Dom Antônio de Macedo Costa. Daí escrever Tristão de Athayde no *Diário de Notícias* de 9 de fevereiro de 1958: "Na República, desde aquela lei tão simples e tão sábia, elaborada por homens de visão e de bom senso, como D. Antônio de Macedo Costa e Rui Barbosa, as relações entre os dois poderes, o político e o espiritual, se tornaram de tal modo pacíficas e cordiais, com o respeito da independência recíproca, que nunca mais, ao longo desses setenta anos de regime republicano, houve qualquer disputa, ou mesmo qualquer atrito entre a Igreja e o Estado".

Ora, neste lance cometeu o escritor católico dupla injustiça: primeiro, cobriu de louros a quem realmente a eles não faz jus no caso da separação da Igreja e o Estado no Brasil — Rui Barbosa e Dom Antônio de Macedo Costa, e, segundo, omitiu o nome dos verdadeiros autores dessa lei "tão sábia e tão simples" — Demétrio Ribeiro, coadjuvado por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, e, posteriormente, na Constituinte, por Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, João Pinheiro, Lauro Sodré, Barbosa Lima, Moniz Freire e demais constituintes positivistas, aliados aos católicos.

Tudo isto está demonstrado *usque ad nauseam* num opúsculo de Teixeira Mendes sobre a lei que instituiu no Brasil a liberdade espiritual. É um trabalho de leitura penosa, porque, infelizmente, além de descuidar da forma literária, cometeu aí Teixeira Mendes o erro grave de começar o seu escrito transcrevendo o discurso em que Rui, no Senado, em 1912, reivindicava para si a autoria da lei. Esse discurso é literariamente primoroso. Quem o lê, dá-se por satisfeito e não tem a coragem de enfrentar o emaranhado da "selva oscura, selvaggia ed aspra" da exposição de Teixeira Mendes.

Vejam, entretanto, os fatos.

Na reunião do Governo Provisório, realizada em 7 de janeiro de 1890, Demétrio Ribeiro fez a leitura do seguinte projeto de decreto instituindo de modo amplo a liberdade espiritual no Brasil, projeto mais desenvolvido do que o que fôra por êle apresentado na sessão do Ministério efetuada em 9 de dezembro:

"O Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, considerando:

"que a política republicana baseia-se na mais completa liberdade espiritual;

"que os privilégios concedidos pelo poder civil aos adeptos de qualquer doutrina só têm servido para dificultar o natural advento das opiniões legítimas que precedem a regeneração dos costumes;

"que as doutrinas destinadas a prevalecer não precisam de apoio temporal, como a história o demonstra;

"que nas reformas políticas deve ser respeitada a situação material dos funcionários;

“que só as transformações dos costumes devem produzir espontaneamente a extinção das instituições legadas pelo passado, limitando-se apenas a autoridade civil a abolir os privilégios de que gozarem as referidas instituições;

“que a Pátria deve garantir o culto dos mortos, respeitando a completa liberdade religiosa;

“que os socorros públicos dados aos cidadãos necessitados não devem ficar ao arbítrio de corporações religiosas, por ser isso contrário à liberdade de consciência;

“Decreta:

“Art. 1.º — É livre o exercício de qualquer culto, ficando abolida a união entre o Estado e a Igreja Católica.

“Art. 2.º — Os atuais funcionários eclesiásticos, subvencionados pelos cofres gerais, continuarão a perceber os seus respectivos subsídios.

“Art. 3.º — Os templos pertencentes ao Estado continuarão entregues ao sacerdócio católico, enquanto êste se responsabilizar pela conservação dêles. Em caso de serem abandonados pelo sacerdócio católico, o Estado poderá entregá-los a qualquer outro sacerdócio, mediante a mesma condição de conservá-los; ficando entendido que é lícito ao Governo permitir que o mesmo templo se destine ao exercício de vários cultos, sem privilégio de nenhum;

“Art. 4.º — É garantida às associações religiosas e corporações de mão morta existentes no território da República a posse dos bens em cujo gozo se acham e que vierem a adquirir por qualquer título jurídico; regulado tudo pela legislação comum à propriedade, derogadas tôdas as disposições especiais em contrário.

“Art. 5.º — Ficam declarados extintos todos os privilégios, concessões e contratos das corporações de mão morta para o serviço de hospitais e enterramentos, que passará a ser feito, na Capital Federal, pela Intendência Municipal, e, na diferentes localidades dos Estados, conforme determinar a legislação respectiva, de acôrdo com as disposições do presente decreto. Fica entendido que em qualquer caso será respeitada em tôda a sua plenitude a liberdade individual e de consciência.

“Art. 6.º — O nascimento e óbito serão passados por declarações de família feitas perante as autoridades competentes, que serão, no Distrito Federal, as que o Governo determinar, e nos Estados as que forem designadas pelos respectivos Governadores.

“Art. 7.º — O Governo tomará as providências que julgar convenientes e expedirá os regulamentos que entender necessários para execução do presente decreto”. (2)

Mas o projeto que prevaleceu foi o de Rui Barbosa, apresentado na mesma sessão do Ministério e que se transformou no seguinte:

“Decreto n.º 119-A de 7 de janeiro de 1890.

"Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências.

"Art. 1.º — É proibido à autoridade federal, assim como à dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou atos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões filosóficas ou religiosas.

"Art. 2.º — A tôdas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos atos particulares ou públicos, que interessem o exercício dêste decreto.

"Art. 3.º — A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos atos individuais, senão também as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem coletivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público.

"Art. 4.º — Fica extinto o padroado com tôdas as instituições, recursos e prerrogativas.

"Art. 5.º — A tôdas as Igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica, para adquirirem bens e os administrarem, *sob os limites postos pelas leis concernentes à propriedade de mão morta*, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres atuais, bem como dos seus edifícios de culto.

"Art. 6.º — O Governô Federal continua a prover à cônica, sustentação dos atuais serventuários do culto católico e *subvencionará por um ano as cadeiras dos seminários*; ficando livre a cada Estado o arbítrio de manter os futuros ministros dêsse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes.

"Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário".

Enquanto os projetos atinentes à separação entre a Igreja e o Estado, submetidos por Demétrio Ribeiro, em 9 de dezembro de 1889 e em 7 de janeiro de 1890, ao Governô Provisório, realizavam essa medida sem qualquer restrição, como posteriormente veio a prevalecer na Constituição de 1891, o artigo 5.º do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, *de autoria de Rui Barbosa*, manteve a legislação regalista da propriedade de *mão morta*, que pesava sobre os bens do clero católico, imobilizando-os.

Mais ainda. O artigo 2.º do projeto de decreto, apresentado por Demétrio Ribeiro, garantia, de modo permanente, os subsídios até então percebidos por todos os funcionários eclesiásticos, qualquer que fôsse a sua hierarquia, desde o mais humilde sacristão até o mais graduado sacerdote.

"Em vez dêsse ato de rigorosa justiça republicana, patenteando que *nenhuma animosidade havia contra a Igreja Católica* — pon-

dera Teixeira Mendes — O Sr. Rui Barbosa propõe uma *mesquinha* conservação das *côngruas*, o que só visa aos membros do Sacerdócio Católico, e a subvenção, por um ano, às cadeiras dos seminários”. (3)

Denotava, pois, o Decreto da lavra de Rui, ao manter a legislação de *mão morta* e ao restringir os subsídios dos funcionários eclesiásticos, *evidente animosidade* contra o sacerdócio católico. Será que também participava dessa animosidade Dom Antônio de Macedo Costa? Seria também êle *regalista para preferir o decreto opressor, da lavra de Rui, ao que, estabelecendo a liberdade em termos amplos, fôra apresentado por Demétrio?* Não é, pois, uma fantasia histórica dizer-se que a lei estabelecendo a liberdade espiritual no Brasil foi “*elaborada por homens de visão e de bom senso, como D. Antônio de Macedo Costa e Rui Barbosa?*” A fantasia é tanto maior quanto Dom Antônio de Macedo Costa, já depois do decreto de Rui Barbosa, dirigiu à Constituinte uma *Representação* contra a separação da Igreja do Estado onde dizia:

“A separação violenta, absoluta, radical, impossível, como se está tentando estabelecer, não digo só entre a Igreja e o Estado, mas entre o Estado e tôda religião, perturba gravemente a consciência da nação e produzirá os mais funestos efeitos, mesmo na ordem das coisas civis e políticas. Uma nação separada oficialmente de Deus torna-se ingovernável e rolará por um fatal declive de decadência até o abismo, em que a devorarão os abutres da anarquia e do despotismo. Já pusemos todos de sobreaviso na Pastoral Coletiva. *De fato, senhores, não existe em todo o universo um povo assim separado, ou que recuse tôda aliança com a religião, como se declara no art. 72, § 7.º do projeto constitucional de que estamos tratando.*” (4)

Ora, o § 7.º do artigo 72 do projeto de Constituição do Governo Provisório, cuja redação era da lavra de Rui Barbosa, rezava: “§ 7.º — Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência, ou aliança com o governo da União, ou dos Estados”.

Se repelia êste artigo, como pode Dom Antônio de Macedo Costa ser considerado, com Rui Barbosa, autor daquela “*lei tão simples e tão sábia*” que estabeleceu entre nós a liberdade espiritual, conforme pretende Tristão de Athayde em completo desacôrdo com a verdade histórica?

Ao terminar a sua *Representação* apela Dom Antônio da Macedo Costa no sentido de se inspirar a Constituinte, ao redigir a Constituição da República, “*no exemplo da sua nobre irmã do Norte e das demais repúblicas da nossa generosa América; eliminando ao menos do pacto fundamental as cláusulas ofensivas da liberdade da Igreja Católica*” (5)

Deixando Demétrio Ribeiro o Ministério, começaram, de fato, a prevalecer, no Governo Provisório, as medidas atentatórias da liberdade do sacerdócio católico. Enquanto o Decreto n.º 181, de 24 de janeiro de 1890, facultava aos cônjuges, no § único de seu artigo 108, celebrar o casamento religioso, antes ou depois do civil, o Decreto n.º 521, de 26 de junho de 1890, *promulgado depois de haver Demétrio saído do Governo Provisório*, estabelecia:

“Art. 1.º - - O casamento civil, único válido nos têrmos do artigo 108 do Decreto n.º 181, de 24 de janeiro último, *precederá sempre às cerimônias religiosas de qualquer culto, com que desejem solenizá-lo os nubentes.*”

“Art. 2.º — *O ministro de qualquer confissão, que celebrar as cerimônias religiosas do casamento antes do ato civil, será punido com seis meses de prisão e multa correspondente à metade do tempo.*”

“Parágrafo único — *No caso de reincidência será aplicado o duplo das mesmas penas.*”

E o Código Penal, promulgado pelo Governo Provisório em 11 de outubro de 1890, estatuiu no título IX — *Dos crimes contra a segurança do estado civil*:

“Art. 284 — *Celebrar o ministro de qualquer confissão as cerimônias religiosas do casamento, antes do ato civil: Penas — de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.*”

Mas, não é tudo.

O projeto de Constituição, oferecido pelo Governo Provisório à deliberação da Constituinte, além de conservar, no § 3.º do art. 72, as leis de *mão morta*, obrigava, no § 4.º desse mesmo artigo, fôse o casamento religioso precedido pelo civil, repetindo o que determinava o Decreto 521, de 26 de junho de 1890, reproduzido, como acabamos de ver, pelo artigo 284 do Código Penal promulgado pelo Governo Provisório. Prescrevia ainda o art. 72, parágrafo 8.º do projeto de Constituição: “§ 8.º — *Continua excluída do país a Companhia dos Jesuítas e proibida a fundação de novos conventos ou ordens monásticas.*”

*Ora, todos êsses dispositivos são da lavra de Rui Barbosa e não constam de nenhum dos demais projetos de Constituição.*

*Foram só as emendas oferecidas pelo Apostolado Positivista do Brasil e defendidas por Demétrio Ribeiro e numerosos constituintes adeptos das idéias de Comte, aliados aos católicos, que fizeram cair êsses dispositivos, conforme salientou César Zama, na própria Constituinte, em sessão de 29 de janeiro de 1890:*

“*La-me passando tratar do § 3.º do art. 72 (declaração de direitos). Êsse parágrafo determina que todos os individuos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para êsse fim e adquirindo bens — observados os limites postos pelas leis de mão-morta, e guardadas as leis cri-*

minais... Antes de prosseguir, agradecerei aos ilustres sectários das escolas positivista e comtista, que aqui têm assento, o auxílio sincero e valioso, que vêm prestando a nós outros, que temos defendido os direitos dos católicos. Esses moços, por honra dêles o digo, desde que aceitam um princípio, aceitam resolutos, tôdas as consequências que dêle decorrem. (Apoiados). Recebam êles, por meu intermédio, o agradecimento dos católicos. (Muito bem). Separada a Igreja do Estado, a Igreja fica sendo uma pessoa jurídica, que só deve estar sujeita ao direito comum. (Apoiados). Saindo do sistema de concordata, a aplicação das leis de mão-morta não pode ter lugar. (Apoiados). É indispensável, portanto, substituir-se as palavras — *observados os limites postos pelas leis de mão-morta* pelas palavras *observadas as disposições do direito comum*. Devem igualmente ser supressas as palavras — e guardadas as lei criminaes, porque não é difícil calcular os abusos, a que elas podem dar lugar, segundo a interpretação das autoridades. Basta lembrar algumas das disposições do nôvo Código Penal". (6)

O jornal católico — "*O Brasil*" — que então se editava no Rio, em o número de 27 de novembro de 1890, exaltou, em sua primeira página, as emendas positivistas em defesa da liberdade da Igreja na Constituinte. (7)

E, em 5 de junho de 1910, ao reproduzir um artigo de Teixeira Mendes sôbre o conflito estabelecido entre o Govêrno e o Superior dos Beneditinos no Rio, o jornal católico *A Pátria Brasileira* acompanhou-o do seguinte comentário:

"*Mais uma vez consignamos a gratidão dos católicos aos positivistas sinceros, cujos votos no Congresso Constituinte, unidos aos dos católicos, nos deram a maioria a que devemos a liberdade da Igreja. Sem êles não poderíamos ter evitado a legislação de exceção, à francesa, que nos queriam impor deputados, mais da maçonaria do que do povo brasileiro, que aprovaram integralmente o projeto de Constituição do Govêrno Provisório. Que as justas apreciações dos comtistas sôbre o Catolicismo lhes alcancem a graça divina capaz de dissipar-lhes o seu êrro fundamental*". (8)

Mas, sem ir tão longe, em 8 de outubro de 1925, o grande católico Dr. Antônio Felício dos Santos, diretor de *A União*, prestou a "*O Jornal*", do Rio o seguinte depoimento: "Como se sabe, graças aos votos dos positivistas, puderam os deputados católicos fazer passar, na Constituição, a liberdade da Igreja, que passou por 6 (seis) votos apenas".

Muitos foram os que aplaudiram a orientação regalista de Rui e condenaram Demétrio Ribeiro e demais positivistas que asseguraram, na Constituinte, a liberdade espiritual em termos amplos. Entre os censores figuraram o general Ximeno de Villeroy, Luís Pereira Barreto, Alfredo Varela, como se vê no livro dêste último *Rememranças* — e o Dr. João Coelho Gomes Ribeiro em seu

livro "*A Gênese Histórica da Constituição Federal — subsídio para sua interpretação e reforma*", onde tece o seguinte comentário a propósito dos dispositivos do projeto de Rui Barbosa mantendo a legislação de *mão morta*, excluindo do país a Companhia de Jesus e proibindo a fundação de novos conventos e ordens monásticas: "*Disposição que deveria ter sido inserida na Constituição; o clericalismo hoje ameaça o futuro do Brasil, com a sua opulência e predomínio sem precedentes. É o efeito da abolição das leis de mão morta*". (9)

A verdade é que, por ocasião da proclamação da República, Rui Barbosa, apesar de suas relações com Dom Antônio de Macedo Costa, ainda estava muito cívico dos preconceitos anti-clericais, hauridos na convivência de Saldanha Marinho e outros maçons da época, e transparentes na introdução ao livro "*O Papa e o Concílio*".

Tendo reivindicado para si, em discurso de 11 de janeiro de 1892, proferido no Senado, a glória da *iniciativa* da lei de separação da Igreja do Estado, não deixou Rui fôsse êsse discurso incluído nos *Anais* diante da esmagadora resposta que lhe deu Demétrio Ribeiro no dia imediato, na Câmara dos Deputados, quando estavam vivos todos os outros membros do Governo Provisório que acompanharam de perto os fatos.

Eis, a êsse respeito, o depoimento de Dunshee de Abranches em seu livro "*Atas e Atos do Governo Provisório*", publicado em 1907:

"Tendo o Sr. Dr. Rui Barbosa em sessão do Senado, de 11 de janeiro de 1892, pronunciado um importante discurso em que afirmou, *entre outras curiosas revelações*, que o decreto da separação da Igreja do Estado fôra obra da sua inteira iniciativa, *discurso êsse de que infelizmente não devolveu as notas taquigráficas nem consta sequer no Diário do Congresso*, respondeu-lhe no dia imediato na Câmara dos Deputados o Sr. Demétrio Ribeiro nos seguintes têrmos:

"O Sr. Demétrio Ribeiro: surpreendendo a Câmara, mais que à Câmara, a si mesmo, vai obrigar seus colegas ao sacrifício de ouvirem sua palavra (não apoiados) sôbre um assunto já suficientemente discutido .....

"Inopinadamente foi ontem, na tribuna do Senado, agredido, por um ilustre ex-membro do Governo Provisório; inopinadamente foi levado seu nome àquela tribuna para se dizer que algures o orador pretendia fazer crer aos seus condidatões que havia sido êle exclusivamente o autor da primordial reforma da República — a lei que separou a Igreja do Estado.

"Não lhe é possível, ainda que constrangido, em face de inectiva tão irrefletida, esquivar-se de ocupar a atenção da Câmara, máxime quando, a pretexto de se estabelecer a verdade histórica,

foi esta falseada e perturbada a nítida compreensão da marcha exata dos sucessos.

“Não vê como se possa pretender que um só indivíduo, por mais notável e eminente que se presuma, fôsse o autor exclusivo de uma reforma política, que era uma aspiração nacional, e cujo impulso preponderante foi o reclamo da opinião republicana. (Apoiados gerais).

“O orador trouxe apenas para o Govêrno a iniciativa resoluta e franca.

“Ainda quando não era parte do Govêrno Provisório e recebia no Rio Grande do Sul a agradável nova que a República fôra proclamada, leu notícias telegráficas de que alguém houvera pensado em iniciar a proposição de medidas que trariam em resultado a completa decretação das liberdades espirituais.

“Tanto bastou para que o orador imediatamente telegrafasse ao ilustre republicano Quintino Bocaiuva, a quem se atribuía erradamente, como ao chegar aqui verificou, aquela iniciativa, no sentido de assegurar-lhe a mais completa solidariedade.

“Quando, viajando de sua província para esta Capital, teve ocasião de receber homenagens à República, que vinha representando, sentiu que era unânime a opinião de que, proclamada a República, o programa republicano devia ser prontamente executado.

“Nem era lógico admitir que um Govêrno que surgia em nome de uma bandeira triunfante vacilasse ante a realização dos seus princípios fundamentais; ao contrário, era forçoso, era preciso que êsse Govêrno praticasse com tôda a energia e convicção os dogmas do partido republicano. (Apoiados).

“Não era lícito supor que, depois de proclamada a República, oposição houvesse à decretação de uma medida liberal.

“Dos seus correligionários rio-grandenses tinha autorização plena para a iniciativa que tomou.

“O Sr. Nascimento — Apoiado.

“O Sr. Demétrio Ribeiro diz que em São Paulo manifestou-se, como em outros lugares, com a máxima franqueza, e o fêz no propósito de acentuar em que condições vinha ficar ao lado dos seus colegas de govêrno para com êles servir à República.

“Chegado ao Rio a 5 de dezembro, tomou a direção da pasta a 7, e a 9, na primeira conferência Ministerial a que assistiu, apresentou o projeto de separação da Igreja do Estado [projeto supra transcrito].

“O original deve estar com o Sr. Lauro Sodré, que o quis guardar, como consta da carta, honrosa para o orador, que seu digno patricio então lhe dirigiu.

“Apresentado o projeto, a sua leitura, a pedido do orador, foi feita por Benjamin Constant, *que a precedeu da declaração de que faria sua a proposição oferecida.*

“Apenas terminada a leitura, o Sr. Campos Salles manifestou plena aprovação.

“Benjamin Constant, ou porque não quisesse surpreender a quem quer que fôsse, ou porque, dominado pelos hábitos de professor, não desejava ver apoiada a proposição, sem que todos tivessem convicção igual à sua, observou que o assunto era de magna importância e sugeriu o alvitre de um adiamento, a fim de que a idéia fôsse maduramente estudada.

*“Ponderou então o Sr. Rui Barbosa que tinha relações pessoais com um respeitável prelado, com o qual desejava conferenciar.*

“Assim teve lugar o primeiro adiamento da questão, como pode confirmar o Sr. Aristides Lobo.

“Destarte, interrompida a discussão do assunto, falou-se, logo após, em palestra mais amistosa do que em conferência, na oportunidade de adicionar ao mesmo projeto a decretação do casamento civil, secularização dos cemitérios, etc.

“Foi por isso que o orador apresentou na conferência imediata (sessão de 16 de dezembro de 1889) a mesma proposição, abrangendo a idéia capital e tôdas as suas consequências necessárias.

“Pouco depois o Sr. Glicério comunicou ao orador que o Sr. Campos Salles já tinha quase terminado, senão completamente elaborado, interessante trabalho sôbre o casamento civil, consagrando não só a instituição do casamento como regulamentando a matéria.

“Sem o menor constrangimento, declarou o orador que consideraria retirada do seu projeto a parte referente ao casamento civil, acrescentando mesmo que a grande questão, que lhe parecia dever ter uma solução emanada da coletividade do Governo, era a separação da Igreja do Estado, cumprindo que o resto viesse como consequência e fôsse regulamentado pelo Ministro a cuja pasta estivesse afeto semelhante serviço.

(O Sr. Glicério dá sinais de confirmação).

“Tal era o projeto [supra transcrito] sujeito ao exame do Governo quando, na manhã de 7 de janeiro, o orador ouviu do Chefe do Governo, em conferência especial que teve com S. Excia., a declaração de que estava deliberado a aceitá-lo na reunião ministerial do mesmo dia, que se efetuará à tarde.

“Com esta exposição da verdade, o orador não pretende, como nunca pretendeu, posição saliente na resolução dessa magna questão. Assinala apenas os acontecimentos e assevera, porque é público e notório, que entre o dia 9 de dezembro, dia da apresentação do projeto, e o dia 7 de janeiro, dia da promulgação da lei, houve um período de resistência.

“Do modo por que esta se operou e foi vencida, o orador se ocupará, se fôr mister, depois de publicado na íntegra o discurso do ilustre senador.

“Por agora basta observar que de todos os pontos do país inteiro, aos quais chegava a notícia de que o Governo se ocupava com negócio de tão alta importância, irrompiam exigências patrióticas para uma consagração imediata. (Apoiados).

“É é por isso que a decretação da separação da Igreja do Estado é um decreto nacional. Ninguém se poderá presumir dela o autor exclusivo, nem o orador, nem o ex-Ministro da Fazenda, quando o Governo Provisório promulgou a lei em nome da nação. (Apoiados: muito bem).

“Alegou mais S. Excia. que a indicação feita pelo orador fôra rejeitada, porque ela feria e abalava instituições. . .

“É uma perfeita inverdade.

“Basta cotejar o pensamento contido no projeto do orador, com o que existe no redigido pelo seu ex-colega, para logo ter a demonstração invencível de que S. Excia., sob uma redação mais prolixa, consagrou as mesmas idéias, excetuadas as omissões e a parte em que, visivelmente retrógrada, a lei de 7 de janeiro mantinha para as associações de mão morta um regime especial de legislação.

“Dêste retrocesso, felizmente, nos libertou a sabedoria da Assembléa Constituinte.

“O projeto do orador assegurava aos sacerdotes os seus subsídios respectivos, obedecendo, assim, a um dos considerandos em que se arrimava a doutrina salutar de que nas reformas políticas é indispensável atender às condições materiais em que ficarão os funcionários, cujas funções forem supressas.

“O Sr. Severino Vieira: — Era o programa de V. Excia.

“O Sr. Demétrio Ribeiro: — Era e é programa do orador, porque era e é programa republicano.

“O orador deve limitar-se ao que fica dito, até que o público e o mesmo orador possam apreciar as provas que devem trazer a evidência de que o ex-Ministro da Fazenda, em um dado momento, *surpreendendo os seus colegas de Governo*, concebeu e fêz decretar a separação da Igreja do Estado. . .

“De si o orador julga apenas que fêz, no Governo, *colaborando nesta reforma*, aquilo que faria qualquer dos seus correligionários que se houvesse honrado com semelhante posição”. (10)

Foi só em 20 de novembro de 1912, quando já haviam fallecido quase todos os membros do Governo Provisório e Demétrio transferira sua residência para a Europa, que voltou Rui Barbosa à carga em discurso no Senado.

Deu-lhe, porém, resposta cabal e esmagadora Teixeira Mendes no opúsculo n.º 343 da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil:

*"Ainda a verdade histórica acerca da instituição da liberdade espiritual no Brasil, bem como do conjunto da organização republicana federal".*

Referindo-se a este trabalho, o Ministro Edmundo Lins, apesar de grande entusiasta da *Águia de Haia*, costumava dizer que no debate Rui diminuira até às proporções de uma formiga, enquanto Teixeira Mendes crescera até tornar-se um gigante. <sup>(11)</sup>

Muito grandes são, sem dúvida, os títulos de glória de Rui para ser necessário acrescentar-lhes outros inteiramente fictícios, com a agravante de tirá-los a homens como Demétrio Ribeiro e seus correligionários positivistas, em tórno dos quais o clericalismo indígena sistemáticamente tamanho silêncio faz e com tanto maior injustiça quanto a atitude dêles na Constituinte não representou uma exceção. Além de inúmeras outras intervenções de positivistas em defesa da Igreja, tiveram, por exemplo, grande repercussão, entre nós e no estrangeiro, os artigos de Teixeira Mendes, em 1910, a favor dos religiosos lusos expulsos pela República de Teófilo Braga, aos quais o Governo de Nilo Peçanha, Grão Mestre da Maçonaria, intentou negar autorização para desembarcarem no Brasil.

Foi o que frisou o Padre Paulo Maria de Lecourieux, ao fazer, em 3 de julho de 1927, do próprio púlpito da Igreja de Nossa Senhora de Loreto (da qual era Vigário), o necrológio de Teixeira Mendes: "Fiel aos seus princípios filosóficos, foi Teixeira Mendes sempre um convencido defensor das prerrogativas do *"venerando e glorioso catolicismo"* (eram suas expressões). Êle levantou a voz a favor dos jesuítas portugueses expulsos, atacando o egoísmo do nosso govêrno, que lhes recusava o agasalho. Bateu-se, igualmente, para que à Igreja Católica fôsem asseguradas a propriedade e a posse de seus bens, assim como dos das ordens religiosas. No decreto da separação da Igreja do Estado, sugeriu que se fizesse a reforma *"com o maior respeito à majestade do culto católico, bem como à situação pessoal dos Sacerdotes, que então exerciam cargos eclesiásticos"*, devendo ser mantida a cônica que percebiam, o que foi aceito". <sup>(12)</sup>

Mas — justiça se lhe faça — não é só Alceu Amoroso Lima, por vêzes tão extremado em seu sectarismo, principalmente quando mais môço, o único a incidir no equívoco de atribuir a ampla liberdade espiritual, vigente entre nós desde a Constituição de 1891, à ação conjugada de Rui Barbosa e Dom Antônio de Macedo Costa. Também o faz Luís Vianna Filho em seu belo livro: *"A Vida de Rui Barbosa"* <sup>(13)</sup>, enquanto Raimundo Magalhães Júnior em seu volume *"Arthur Azevedo e sua época"*, atribue a Rui exatamente o contrário do que se contém no Decreto de sua lavra, isto é, o resguardo dos bens da Igreja <sup>(14)</sup>, quando aquêle diploma

legal o que fêz foi manter a legislação de *mão morta*, ou seja a imobilização dos bens da Igreja nas mãos do Estado.

## II

Contribuíram ainda eficientemente os positivistas no sentido de ser rejeitada a emenda de Casimiro Júnior e Lopes Trovão atinente à adoção do divórcio.

Eis, a respeito, o depoimento do Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta na conferência que, em 3 de maio de 1958, pronunciou em Belo Horizonte, no fórum político do Partido Trabalhista do Brasil, secção de Minas Gerais:

“No Brasil, ainda tivemos um exemplo que é digno de recordar, o exemplo dos positivistas que, em 1891, livraram o Brasil do perigo do divórcio: *porque, então, na primeira Constituição da República, os católicos estavam completamente desarvorados e nós não tínhamos nenhuma organização para falar no parlamento.* O que nos valeu, providencialmente, foi que os positivistas cerraram fileiras contra o divórcio ..... Os autênticos positivistas sempre se bateram contra o divórcio e esta foi a felicidade do Brasil. Podemos repetir algumas palavras da Bíblia; a nossa salvação vem dos nossos inimigos. Nesse ponto, não foram inimigos, foram amigos, foram defensores da boa causa”.

Desde 1885, através de Alberto Salles em seu *“Ensaio sobre a moderna concepção do Direito”*, haviam de fato, os positivistas claramente tomado posição contra o divórcio, conforme se vê do seguinte tópico:

“Resulta evidentemente de semelhante apreciação que o divórcio, tal como é hoje frequentemente aclamado por certa classe de chamados livres pensadores, não passa de uma extravagante aberração revolucionária, só própria da extrema anarquia intelectual e moral, em que até o presente se acha mergulhada a maioria dos espíritos. Desconhecendo inteiramente a verdadeira destinação social da família e bem assim a índole característica das relações domésticas, proclamam abertamente a necessidade urgente do divórcio, como meio de regeneração moral dos costumes, quando é evidente, entretanto, que, em vez da correção desejada, agravam ainda mais o estado dissolvente em que se acha infelizmente a família”. (15)

Em 1893 Miguel Lemos e especialmente Teixeira Mendes em seu opúsculo — *“Exame da questão do divórcio”* — voltariam à tese esposada, em 1885, por Alberto Salles.

## III

A vistá dos documentos constantes dêste capítulo, é tempo, a propósito da instituição da liberdade espiritual no Brasil, de se fazer, afinal justiça a Demétrio Ribeiro e seus correligionários positivistas.

A lei de separação da Igreja foi, como não podia deixar de ser, seguida do casamento civil e da secularização dos cemitérios — respectivamente regulados pelos decretos 181, de 24 de janeiro de 1890, e n.º 789, de 17 de setembro de 1890.

Em ambos é manifesta a influência positivista que se fêz sentir principalmente, como acabamos de ver, no sentido de não ser admitido o divórcio e de ser a administração dos cemitérios entregue exclusivamente à administração das municipalidades.

Deve-se notar, com Miguel Lemos, como, aliás, já o fizera Dom Antônio de Macedo Costa na sua *Representação à Constituinte*, supra transcrita, que “a separação da Igreja do Estado offerece entre nós um caráter muito diferente daquele que a mesma situação apresenta nos Estados Unidos. Na grande república americana êsse divórcio não foi senão uma solução empírica, proveniente da impossibilidade de escolher no meio da multidão de seitas cristãs em que se dividia a população das treze colônias unidas, uma dessas seitas para erigi-la em religião do Estado. Porém, a teologia cristã, considerada em seus dogmas fundamentais, permaneceu no fundo e nas formas da situação oficial. Publicistas e magistrados americanos há, de grande renome, que pretendem mesmo que o cristianismo faz parte da *common law*, ou pelo menos, que esta contém implicitamente aquêle, impondo a legislação de alguns Estados a observância de vários preceitos religiosos. No Brasil a abolição de tôda igreja oficial apresentou-se como uma solução sistemática, baseada no princípio fundamental da separação dos dois poderes, temporal e espiritual. Tal medida foi concebida, não como uma transação imposta pela coexistência de várias seitas rivais, mas como uma condição essencial da organização política peculiar às sociedades modernas. A eliminação da teologia do Estado foi, pois, completa, mesmo quanto ao seu dogma fundamental, “o grande preconceito”, como lhe chamava Diderot. As crenças correspondentes foram inteiramente banidas das manifestações da vida pública para ficarem um assunto de ordem puramente privada. Foi o que os nossos Bispos compreenderam muito bem quando declararam em sua pastoral coletiva que em nenhuma outra parte a separação da Igreja do Estado apresentava êsse caráter de completa abstenção teológica que tinha entre nós. As observações que acabam de ser feitas sôbre os Estados Unidos applicam-se à Suíça. Neste último país existe até maior confusão do religioso com o civil, sob o pretexto de segurança pública.

"É, portanto, com justo motivo que podemos considerar a nossa pátria, no que diz respeito à liberdade religiosa, como a sede da situação ocidental mais adiantada, sem falar na incomparável liberdade de discussão que gozamos há muito tempo". (16)

Defendendo a separação da Igreja do Estado, como a entendiam os positivistas, disse Barbosa Lima, na sessão da Constituinte de 13 de janeiro de 1890, ser Deus "*uma hipótese que, durante algum tempo, foi capaz de prestar serviços à humanidade*". Tornou, assim, claro que defendia a liberdade da Igreja levado tão só por um princípio sociológico (17), enquanto o católico José Joaquim Inácio Tosta, deputado pela Bahia, frisava: "Não existe no mundo um Estado verdadeiramente ateu; entretanto o projeto da Constituição *submetido à ilustração* e ao critério do Congresso Brasileiro consagra a teoria do ateísmo social... estabelecendo a separação da Igreja sob a forma dupla do Estado *leigo e ateu!*" (18)

Entretanto, apesar dêsse caráter leigo e ateu, o regime da liberdade espiritual estabelecido pelos positivistas na Constituição republicana de 1891, foi reconhecido como sendo o ideal por vários elementos do clero católico.

Eis, de fato, o depoimento de Dom Aquino Correia em sermão proferido na Igreja da Candelária a propósito do Primeiro Concílio Plenário Brasileiro, em 10 de julho de 1939:

"A independência política do Brasil não foi a independência da sua igreja nem do seu episcopado.

"O regalismo, ou seja a invasão do rei e do poder civil nos direitos sacros da Igreja; o regalismo, que Pombal começara a implantar na Colônia, provocando resistências heróicas, em que se distinguiram o Arcebispo D. José Botelho de Matos, na Bahia, e o Bispo D. Frei Antônio de S. José, no Maranhão; o regalismo continuou a medrar escandalosamente, marcando em nossa história eclesiástica, ao revés das aparências, um período de opressão, iluminado, mercê de Deus, pelo relâmpago divino duma reação, que pareceu apagar-se, mas foi o clarão duma aurora.

"Inaugura-se esta fase com a missão de Monsenhor Vidigal a Roma, fato auspicioso, mas desvirtuado, desde logo, pelas instruções que a acompanharam, e que nossa alma de Bispos brasileiros não relê sem tristeza.

"Nenhuma autoridade mais competente para proferir o veredito sobre essa quadra histórica, do que os Bispos, que, em 1890, nos legaram aquela estupenda Pastoral Coletiva, bastante, por si só, a imortalizar todo o episcopado nacional. Escutêmo-los:

"Era uma proteção, que nos abafava. Não eram só intrusões contínuas nos domínios da Igreja: era frieza sistemática, para não dizer desprezo, respondendo quase sempre a urgentíssimas reclamações dela: era a prática de deixar as dioceses, por largos

anos, viúvas dos seus pastores, sem se atender ao clamor dos povos e à ruína das almas; era o apoio oficial dado a abusos, que estabeleciam a abominação no lugar santo; era a opressão férrea a pesar sôbre os institutos religiosos, cflorcência necessária da vida cristã, vedando-se o noviciado, obstando-se à reforma, e espiando-se baixamente o momento, em que expirasse o último frade, para se pôr "*mão viva*" sôbre êsse sagrado patrimônio chamado de "*mão morta*".

"Aí tendes as pinceladas sombrias, com que nos definiram êlcs, naquele regime, o doloroso estado da Igreja.

.....

"Sobreveio a República, e renovou a face da terra. Muitos males, por certo, trouxe cla à Igreja de Cristo em nossa pátria; *mas lhe trouxe juntamente um bem, que superou todos os males: foi a liberdade.*

"Não mais, como se lê na Pastoral Coletiva de 1890, não mais se hão de ver ministros de Estado, que deviam ocupar-se só de negócios civis, ordenando ridiculamente aos Bispos, o cumprimento dos cânones do Concílio de Trento, no provimento das paróquias: proibindo-lhes a saída da diocese, sem licença do govêrno, sob a pena de ser declarada a sé vacante, e proceder o govêrno à nomeação de um sucessor; sujeitando à aprovação do govêrno os compêndios de teologia, por que se há de estudar nos seminários; revogando disposições dos estatutos de certos cabidos, e ordenando-lhes pontual observância do Sagrado Concílio Tridentino... isentando os capelães militares da visita dos Prelados, e dando-lhes o direito de usar solidéu e anel; proibindo às ordens regulares receberem noviços; autorizando os superiores regulares a licenciarem os religiosos, para residirem seis meses fora dos seus conventos; aprovando as resoluções capitulares dos frades Franciscanos; concedendo o uso de cinta e borla encarnada aos cônegos do Pará, ficando, daquela data em diante, mudada a côr de que usavam... Basta! Não veremos mais êste triste espetáculo.

"*E à sombra da liberdade republicana, tanto prosperou a Igreja no Brasil, que hoje nos deslumbra com o espetáculo dêste Concílio, mais numeroso e magnificente que o de tôda a América Latina, celebrado, há quarenta anos, na própria capital do catolicismo.*

"É que os nossos Arcebispados, dos quais, no advento da República, não existia senão um, fundado havia mais de dois séculos, são hoje, decorrido apenas meio século, dezessete; os bispados, que eram apenas onze, são agora, cinquenta e seis; as Prelazias e Prefeituras Apostólicas, enfim, de que não havia nenhuma, sobem atualmente a vinte e cinco". (19)

## NOTAS DO TERCEIRO CAPÍTULO DA QUINTA PARTE

- 1) — Vide TEIXEIRA MENDES: "*Ainda a verdade histórica acerca da instituição da liberdade espiritual no Brasil*", Rio, na Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1913, pg. 26.
- 2) — Vide TEIXEIRA MENDES, *op. cit.*, pg. 28.
- 3) — TEIXEIRA MENDES, *op. cit.*, pg. 48.
- 4) — Vide "*Constituinte — Anais do Congresso Nacional*", vol. II, Estados Unidos do Brasil, Imprensa Nacional, 1891, pgs. 9, 238 e 240.
- 5) — *Ibidem*, pg. 11.
- 6) — *Ibidem*, pg. 621.
- 7) — Vide TEIXEIRA MENDES, *op. cit.*, pg. 83.
- 8) — Apud TEIXEIRA MENDES, *op. cit.*, pg. 87.
- 9) — Vide XIMENO DE VILLFROY: "*O Clericalismo e a República*"; Pereira Barreto: "*O Século XX sob o ponto de vista brasileiro*", in "*O Estado de São Paulo*", de 25 de abril de 1901; ALFREDO VARELA: "*Remembranças*", 2.<sup>a</sup> edição, A.G.U.S.A. Editôra, Rio, 1959, pgs. 371 e 372, e JOÃO COELHO GOMES RIBEIRO: "*A Gênese Histórica da Constituição Federal — subsídio para sua interpretação e reforma*", Rio, Oficinas Gráficas da Liga Marítima Brasileira, 1917, pg. 222.
- 10) — Vide DUNSHEE ABRANCHES: "*Atas e Atos do Governo Provisório*", pgs. 331 a 338, Rio, Imprensa Nacional, 1907, e TEIXEIRA MENDES, *op. cit.*, pg. 38.
- 11) — Vide IVAN LINS: "*O Positivismo e a República*", in "*Correio da Manhã*" de 2 de fevereiro de 1957.
- 12) — Vide *Jornal do Brasil*, de 20 de julho de 1927.
- 13) — Vide LUÍS VIANA FILHO: "*A Vida de Rui Barbosa*", Companhia Editôra Nacional, São Paulo, pg. 223 da sexta edição.
- 14) — Vide R. MAGALHÃES JÚNIOR: "*Arthur Azevedo e sua época*", Livraria Martins Editôra, São Paulo, 2.<sup>a</sup> edição, pg. 188.
- 15) — Vide ALBERTO SALLES: "*Ensaio sobre a moderna concepção do Direito*", São Paulo, Tipografia da Província, 1885, pgs. 192 e seguintes.
- 16) — MIGUEL LEMOS: "*Nona Circular. Anual*", Rio, na Sede Central do Apostolado Positivista do Brasil, 1891, pgs. 15 e 16.
- 17) — Vide "*Constituinte-Anais do Congresso Nacional*", Estados Unidos do Brasil, Imprensa Nacional, 1891, volume II, pg. 259, e seguintes.
- 18) — *Ibidem*, vol. I, pg. 60 do Apêndice.
- 19) — DOM F. DE AQUINO CORRÊA, Arcebispo de Cuiabá: "*Bispos do Brasil, comemoração dos falecidos Bispos do Brasil nas solenes exéquias celebradas por ocasião do primeiro Concílio Plenário Brasileiro, na Igreja Candelária do Rio de Janeiro, aos 10 de julho de 1939*", Serviço Gráfico do Ministério da Educação, Rio, 1939, pgs. 11, 12, 17 e 18.

## CAPÍTULO QUARTO

### OUTROS ASPECTOS DA INFLUÊNCIA POSITIVISTA NA ORGANIZAÇÃO DA REPÚBLICA

I) *O arbitramento nos conflitos internacionais e a restituição dos troféus de guerra ao Paraguai. As reformas do ensino civil e militar elaboradas por Benjamin Constant.* II) *Liberdade de profissões. Combate à grande naturalização e proibição do anonimato. Legislação trabalhista.* III) *O Positivismo e a amenidade da implantação da República no Brasil. Benjamin Constant, Silva Jardim e o 15 de Novembro.* IV) *Depoimento de Borges de Medeiros sobre a influência positivista na organização da República.*

#### I

FOI O APOSTOLADO Positivista, na “*Representação ao Congresso Nacional propondo modificações no projeto de Constituição apresentado pelo Governo Provisório*”, quem sugeriu fôsse acrescentado ao n.º 12 do artigo 33: “*Nenhuma guerra podendo ter lugar, salvo no caso de agressão imediata, sem recorrer-se ao arbitramento*”, sugestão aproveitada, por proposta de Nilo Peçanha, no n.º 11 do artigo 34 que ficou assim redigido:

“Art. 34 — Compete privativamente ao Congresso Nacional:

“11 — Autorizar o Governo a declarar guerra, *se não tiver lugar ou malograr-se o recurso do arbitramento*, e a fazer a paz”.

A êste propósito é de justiça registrar (como assinalamos no capítulo sexto da terceira parte), que, já em 11 de julho de 1888, na Assembléa Provincial de Minas Gerais, F. Aristides Andrade, Aristides Maia e Francisco Sá haviam proposto, sob forma de moção, que se submetesse ao Parlamento Nacional a necessidade urgente, entre outras medidas, de serem as questões internacionais resolvidas por meio do arbitramento.

Como ministro da Guerra praticou Benjamin Constant um ato de elevada importância no setor internacional. Aceitando a indicação de um de seus mais valorosos e entusiastas discípulos — o então capitão e futuro marechal José Bevilacqua, propôs ao Governo Provisório fôsem restituídos ao Paraguai os troféus conquistados na guerra que, contra essa república, sustentara o Império.

“Tão humanitário projeto — escreve Teixeira Mendes — nunca foi levado avante, porque uma vaidade nacional mal esclarecida se opôs a êsse rasgo de generosa fraternidade republicana. Preferiu-se manter a herança fratricida da monarquia, esquecendo-se até que a guerra tendo sido feita, conforme se ostentou sempre,

não contra o povo paraguaio, mas contra o seu govêrno, é inadmissível guardemos troféus que são uma afronta àquele heróico povo. Entretanto, era de esperar que assim não tivesse acontecido, à vista da digna resposta dada pelo general Deodoro, quando o ministro da Argentina lhe lembrou no dia 24 de maio, para distribuição das cruentas medalhas que o govêrno da mesma república tencionava oferecer-nos, por uma infeliz inspiração de comemorar a maldita aliança dos dois povos naquela campanha. O chefe do Govêrno Provisório ponderou que aquela data lembrava uma luta entre povos americanos, e que por isso preferia, para entrega das referidas medalhas, o dia 25 de maio, aniversário da independência da República Argentina". (1)

Também reflete a influência positivista na organização da República a reforma do ensino, tanto civil quanto militar, realizada por Benjamin Constant, que deixou o Ministério da Guerra em 22 de junho de 1890 e foi o primeiro titular do Ministério da Instrução, criado pelo Govêrno Provisório em 19 de abril de 1890. (2)

Referindo-se, em 3 de abril de 1928, à reforma do ensino civil realizada por Benjamin Constant, assim se exprimiu o juriconsulto mineiro Francisco Mendes Pimentel na lição inaugural dos cursos da Universidade de Minas Gerais, da qual foi o primeiro Reitor:

"A primeira reforma republicana [do ensino] e a única que chegou a produzir alguns frutos, foi a do grande ministro do Govêrno Provisório, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que instituiu o ensino integral com o decreto n.º 891, de 8 de novembro de 1890.

"Apesar da campanha acentuadamente política, que se desferiu contra a obra acoimada de sectária, ela persistiu dez anos.

"E, nesse breve espaço de sua vigência, eu dou meu testemunho de professor de um ginásio e de uma Faculdade, de que foram as formadas nesse regime as turmas de moços que mais aptos se apresentaram para a conquista dos lauréis acadêmicos.

"Daí para cá, fêz-se o cáos". (3)

Quanto à reforma do ensino militar, eis o que a respeito escreveu o General Tasso Fragoso:

"Benjamin foi ainda censurado pela sua reforma do ensino militar.

"Que desejava êle com o regulamento de 12 de abril de 1890?

"Dar ao futuro oficial, preliminarmente, sólida preparação científica, mediante o estudo das ciências abstratas (da matemática à sociologia e à moral) e só depois ministrar-lhe o indispensável saber profissional. Assim, a um curso geral de 4 anos, seguia-se um ano em que se estudava quanto concernia a tôdas as armas. Depois passava o estudante a outro centro de Instrução (Escola

Superior de Guerra) para frequentar o curso pròpriamente militar de artilharia, engenharia e estado maior.

“Quando se lê hoje êsse regulamento, lamenta-se a mistura de cursos na Escola Superior de Guerra (o que já vinha do último regulamento da monarquia), mas não se pode deixar de admirar os grandes ideais que o inspiraram, pois seria realmente ideal possuirmos oficiais tão sòlidamente preparados. Deve-se, nada obstante, reconhecer que o curso geral de 4 anos alongava em demasia a vida escolar. Para ter o curso de artilharia, devia o aluno estudar 6 anos, e, para o de engenharia e estado maior, 7. Moteja-se acicamente da introdução de matérias desnecessárias. A biologia já figurava no último regulamento da Escola Superior de Guerra decretado pelo Império; só era nova a inclusão da sociologia e da moral. Os antigos e modernos regulamentos de ensino militar cogitam das matérias do de 1890; algumas são cadeiras, outras temas de conferências. Aliás não poderia ser de outra forma. Quem ousaria conceber um oficial moderno desprovido de cultura geral, ou que não tivesse ao menos noções dos fenômenos econômicos, sociais e morais, que tanto abalam a vida presente? De certo ninguém. O regulamento de Benjamin é realmente vulnerável no tocante à extensão das matérias e destarte à extensão dos cursos, porém não está provado que a orientação fôsse errada. Ao revés disso, acredito que, em vista da complicação crescente da arte da guerra, mercê sobretudo do grande desenvolvimento industrial moderno, a formação de um oficial exige cada vez mais uma preparação substancial e prévia no domínio das ciências. Sem êsse fundamento, êle flutuará na parte prática; ou não a entenderá ou acabará contentando-se com meras noções superficiais.

“Examine-se o programa da Escola Politécnica de Paris, donde saem oficiais para a artilharia e engenharia, e, reconhecer-se-á não ser absurda tal orientação. Sòmente é preciso ter presente que a matrícula na referida escola se faz mediante concurso, em que o candidato deve revelar amplo conhecimento da matemática. Há matérias na prova de admissão que figuram entre nós no curso Superior da Escola Militar. Se porém, exigíssemos para o ingresso nesta Escola as sobreditas matérias, seu curso poderia ser muito abreviado. Os oficiais provenientes da Escola Politécnica de Paris gozam de elevado conceito, tanto em França, como no estrangeiro. Não se reputa excessiva a sua bagagem teórica, haurida em dois anos de curso.

“Releva ainda salientar que o programa do curso de Estado Maior obedecia a orientação antiga importada de França, mas já ali posta de lado, isto é, que se cogitava de fazer um oficial de Estado Maior capaz de ser ao mesmo tempo uma espécie de engenheiro geógrafo. A nossa emancipação por êsse lado só foi completa depois da vinda da Missão Francesa.

“Seja como fôr, são êsses os únicos aspectos da reforma de Benjamin realmente susceptíveis de objeções. Não assiste a mínima razão aos que a acusam de haver descurado o lado prático da profissão militar”. (4)

## II

No artigo XIX das “*Bases de uma Constituição Política Ditatorial Federativa para a República Brasileira*” propôs o Apostolado Positivista do Brasil:

“XIX — É garantido o livre exercício de tôdas as profissões, quer morais, quer intellectuais, quer industriais”.

Êste dispositivo foi transplantado para a Constituição Federal de 1891 nos seguintes têrmos do § 24 do artigo 72:

“§ 24 — É garantido o livre exercício de qualquer profissão, moral, intellectual e industrial”.

A liberdade de profissões, sem restrição de qualquer natureza, foi adotada na Constituição do Rio Grande do Sul, de autoria de Júlio de Castilho e na do Espírito Santo, da lavra de Moniz Freire, e foi nesses Estados praticada, o que deu lugar a grandes e apaixonados debates como se pode ver nos *Anais do Congresso Federal* e em diversas publicações, dentre as quais cito as seguintes: A. de Souza Pinto: “*Estudos Sociais e Jurídicos — Liberdade Profissional*”, Recife, 1896; João Galeão Carvalhal — “*Parecer na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Câmara dos Deputados*”, em 13 de julho de 1899, sôbre a indicação do Sr. Alfredo Ellis, com referência à interpretação do § 24 do artigo 72, que trata do exercício profissional, (5); André Werneck: “*A Liberdade individual e a liberdade profissional*”, discurso pronunciado na sessão de 27 de setembro de 1900 da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; Bernardo de Campos: “*Liberdade Profissional*”, Rio, 1905; Pacífico Pereira: “*Reforma do Ensino Médico*”, Bahia, 1912; Reis Carvalho: “*O Poder Judiciário e a Liberdade Profissional*”, Rio, 1913; Congresso Nacional — “*Liberdade Profissional*”, discurso pronunciado pelo deputado Dr. J. F. Freire de Carvalho, na sessão de 29 de setembro de 1913, Rio, 1913; “*Liberdade Profissional — Sentença e Estudo*” pelo juiz de direito de Rio Nôvo, Minas, Wladimir do Nascimento Matta, publicada no *Jornal do Comércio* de 28 de maio, e 3, 4 e 6 de junho de 1916, e reduzida a folheto por ordem da Câmara Municipal de Rio Nôvo, Rio de Janeiro, 1916; Nilo Cairo: “*Liberdade de Ensino e Liberdade Profissional*”, Curitiba, 1914.

Ainda em 1921 repercutiria a questão no Supremo Tribunal Federal a propósito da Apelação Cível n.º 3288, julgada em outubro daquele ano.

Em longo voto examinou a matéria o Ministro Edmundo Lins, que sustentou a aplicação do dispositivo constitucional. <sup>(6)</sup>

Nessê mesmo ano, em novembro, foi o assunto novamente debatido no Senado Federal a propósito da criação da Ordem dos Advogados, proferindo então um discurso em defesa da tese positivista o Senador Godofredo Vianna, representante do Maranhão, combatido pelo Senador Eusébio de Andrade e pelo Dr. A. Moitinho Dória. <sup>(7)</sup>

Deve ser ainda mencionado aqui o combate movido por Teixeira Mendes e Miguel Lemos ao Decreto de 14 de dezembro de 1889 que tácitamente concedia a naturalização aos estrangeiros então residentes no Brasil. Condenaram Miguel Lemos e Teixeira Mendes êsse decreto, expondo a teoria da pátria e salientando as condições indispensáveis à formação de cada patriota. <sup>(8)</sup>

De inspiração positivista foi também a proibição do anonimato na imprensa, constante do § 12 do artigo 72 da Constituição de 1891.

Eis como, em sua famosa conferência sôbre a imprensa, se externou a respeito Carlos de Laet:

"... tenho o direito de enunciar que entre a Constituição republicana de 1891, e a monárquica de 1825, tôdas as minhas predileções são pela antiga, como a que melhormente assegura as liberdades populares. Entretanto, senhores, a Constituição republicana (francamente o declaro) tem uma disposição salutar que falecia à monárquica: é a proibição do anonimato; mas esta não se cumpre! Monarquista, eu clamo, eu insisto para que se cumpra a Constituição republicana: urge acabar com o anonimato". <sup>(9)</sup>

Contribuição interessante de Teixeira Mendes e que o torna um precursor da nossa legislação trabalhista, é o projeto de melhoria das condições do proletariado por êle submetido em 25 de dezembro de 1889, ao Governo Provisório, por intermédio de Benjamin Constant.

O projeto de Teixeira Mendes, que foi elaborado depois de consulta e troca de vistas com cêrca de quatrocentos operários de oficinas do Estado, foi precedido de uma explanação sôbre o papel do proletariado e a urgência de incorporá-lo à sociedade onde, na frase de Comte, apenas se acha acampado. Expunha a teoria positivista do salário e regulava não só êste último, mas ainda as horas de trabalho, os dias de descanso, os acidentes de trabalho e as pensões a conceder aos operários chegados à velhice, ou às suas famílias.

Eis algumas das considerações de Teixeira Mendes ao fundamentar o seu projeto:

"... a elevação do caráter brasileiro consiste essencialmente na elevação do proletariado, porque êle constitue a quase totali-

dade da nação: é êle que forma pròpriamente o povo; é dêle que saem e é para êle que revertem tôdas as outras classes sociais. Como pois, conceber a regeneração de nossa Pátria mantendo a família proletária no grau de abatimento em que até hoje ela se acha em todo o mundo? .....

“É no seio das famílias proletárias que se forma e se há de formar sempre a massa dos cidadãos: urge, portanto, que a família proletária se ache em circunstâncias de produzir verdadeiros homens. Ora, para isso, são imprescindíveis requisitos cuja necessidade a chamada classe média da sociedade unânimemente reconhece. O primeiro dêles é que a mulher não precise entregar-se a trabalhos pesados que lhe alquebram o corpo, agrosseiram-lhe a alma e a deixam sem tempo para educar os filhos, amparar os anciãos e confortar os esposos.

“O segundo é que os filhos possam adquirir a educação, isto é, a cultura simultânea do coração, do espirito e do caráter, sem o que ninguém se torna um cidadão moralizado, instruído e ativo. O aperfeiçoamento do homem, mesmo no ponto de vista exclusivamente material, é mais importante do que o melhoramento dos aparelhos industriais, porque, conforme o ditado popular, não houve nunca instrumento bom para o operário ruim. O desenvolvimento da indústria moderna vai exigindo do proletário cada vez maior instrução para bem manejar as máquinas. E, por outro lado, a vida republicana exigindo que cada cidadão cumpra espontaneamente o seu dever, vai impondo a cada um maior grau de moralidade e de instrução para a prática e o conhecimento do mesmo dever. E como conseguir tudo isso enquanto o filho do proletário, isto é, a massa da nação futura viver na miséria e ao abandono de todos os recursos? Como conseguir tudo isso enquanto o filho do pobre tiver de procurar, ainda na infância, os meios de aliviar as provações da família materna?

“Em terceiro lugar não pode existir família bem constituída sem amparo assegurado aos anciãos .....

“Amparar, portanto, os avós, a mulher e os filhos tal é o tríplice dever doméstico que a Pátria impõe a cada cidadão. Mas, como cumprir semelhante dever sem que aos chefes de família sejam dadas as condições materiais de desempenhá-lo? Como satisfazer a tais requisitos sem poder sequer assegurar-lhes o domicílio, o alimento e o vestuário? Como realizar tão grata, mas tão difícil missão, sem ter sequer o tempo necessário para conviver com êles, sem ter lazeres para elevar o coração e o espirito a uma altura suficiente?

“A burguesia, aquêles que já podem gozar dos benefícios da evolução humana respondem a todos êstes justos reclamos com uma frase cuja imoralidade só se equipara à inépcia que a caracteriza: *“Enriquecei — dizem — trabalhai; todo o bem estar*

*que desfrutamos é o resultado do poder de nossa vontade e dos esforços de nossos pais". Lastimável irrisão! . . . . .*

"Instituir o salário não mais no ponto de vista servil e industrial que até hoje domina, mas no ponto de vista civil e social, que é o único compatível com a dignidade humana — tal deve ser o objetivo de todos os patriotas . . . . .

"O salário não é a paga do trabalho efetuado, porque o trabalho humano ou animal não comporta equivalente em dinheiro. . .

*"O salário é apenas o subsídio dado pela sociedade a cada cidadão a fim de poder êste manter a família que é a base de tôda ação cívica. E se êsse subsídio é dado por intermédio dos ricos, é incontestável que êstes se limitam a cumprir um dever iniludível, porque o capital que possuem pertencendo de fato à sociedade, cumpre seja aplicado em proveito da mesma sociedade.*

*"A civilização moderna não pode manter em relação à propriedade os princípios que dominavam na sociedade antiga. O bem geral é a lei suprema das nações, e tôdas as instituições humanas devem basear-se na moral e na razão. Ora, a observação mostra-nos que o capital resulta do concurso de tôdas as gerações passadas e sòmente pode ser conservado e desenvolvido com o concurso de tôdas as gerações presentes, tendo sempre em vista o bem estar da Posteridade. A mesma observação faz-nos ver que essa conservação e êsse desenvolvimento não são possíveis sem que a propriedade do capital se concentre em poucos, que tenham a plena responsabilidade de sua administração. Mas, a razão e a moral também nos evidenciam que os ricos, sendo apenas os depositários do capital humano, não lhes é lícito "usar e abusar" da fortuna confiada à sua guarda. . . (10)*

Vejamos agora os principais dispositivos dêsse projeto que colocava os operários do Estado no mesmo pé dos outros funcionários públicos e antecedeu de perto de dois anos a Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII:

"2.º — Fica suprimido o regime das empreitadas. Todo salário constará de duas partes: uma *fixa*, que será pròpriamente o *ordenado*, e outra *variável*, que será a *gratificação pro-labore*.

"3.º — Estas duas partes serão determinadas segundo as condições de existência em cada cidade.

"7.º — Nenhum operário será obrigado a trabalhar mais de *sete horas efetivas por dia*, e terá, para descanso, o domingo e os dias de festa nacional, além de *15 dias em cada ano*. Êsses lazeres só poderão ser excepcionalmente suspensos, quando o bem público o exigir, e, em tais casos, o operário nenhuma gratificação nova receberá.

"8.º — Em caso de moléstia o operário será licenciado e perceberá, pelo menos, a parte fixa do salário, enquanto durar a enfermidade.

"10.º — Serão faltas justificadas as que forem julgadas tais pelos diretores dos estabelecimentos a que pertencerem os operários, e especialmente as que forem motivadas por moléstia do operário ou de pessoa de sua família, a quem tenha sido preciso socorrer; por luto; um dia santificado, segundo a religião do operário, em cada mês; e gala de casamento.

13.º — *Nenhum operário poderá ser demitido depois de sete anos de serviço*, sem processo que demonstre infração prevista no regulamento, e para a qual se comine tal pena.

"14.º — Em caso de reforma, que importe redução no número de operários, serão conservados os operários mais antigos nas oficinas; e, quanto aos dispensados, observar-se-ão as seguintes regras:

"I — Aos maiores de 42 anos será mantido pelo menos o ordenado, isto é, a parte fixa do salário, por toda a vida, podendo o Estado utilizar-se de seus serviços no mesmo município.

"II — Aos que não tiverem 42 anos será mantido o referido ordenado durante sete anos, enquanto buscarem nova colocação, nas mesmas condições.

"15.º — Todo operário que ficar inválido por qualquer motivo, será aposentado, pelo menos, com a parte fixa do salário.

"16.º — Todo operário maior de 63 anos que não tiver filhos ou netos maiores, ou que, tendo-os, não forem êles empregados nas oficinas públicas, será aposentado com uma pensão, pelo menos igual à parte fixa do salário.

"17.º — Por morte do operário, a sua mulher enquanto conservar-se viúva, e, na falta desta, os seus avós, as suas filhas solteiras, e os seus filhos menores de 21 anos, receberão coletivamente uma pensão igual a dois terços da parte fixa do salário. Esta pensão cessará desde que algum dos filhos fôr maior e tiver um salário igual, pelo menos, à parte fixa do salário do Estado, ou desde que alguma das filhas se casar com operário nas mesmas condições.

"18.º — Desde que a receita do Estado o comportar, o Governo assegurará aos anciãos, às viúvas e aos órfãos quaisquer, que estiverem desamparados pelos patrões dos seus filhos, maridos e pais, uma pensão nas condições de que trata o artigo precedente".

*Apresentado apenas um ano e sete meses depois da abolição da escravidão no Brasil*, o projeto de Teixeira Mendes é notável não só por ser o primeiro cronologicamente formulado entre nós sobre o assunto, mas ainda pelo arrôjo de muitas de suas reivindicações. "Para a época e para as condições locais — observa o Professor João Cruz Costa — o projeto de Teixeira Mendes era verdadeiramente revolucionário". (11)

## III

Partindo do princípio de que a revolução era apenas contra as instituições e não contra as pessoas, o primeiro cuidado de Benjamin foi não só cercar, tanto quanto possível, de atenções a família imperial, como ainda acautelar escrupulosamente seus bens e propriedades.

Organizou para isso uma Comissão formada de pessoas absolutamente probas e de reconhecida dedicação à família imperial, como, entre outras, o General João de Souza da Fonseca Costa, Visconde da Penha.

Foi ainda Benjamin um dos que se lembraram de conceder o Governo Provisório, ao Imperador, a ajuda de custo de 5.000 contos a fim de estabelecer-se na Europa.

Essa ajuda de custo, como se sabe, só deixou de ser dada, porque se recusou o Imperador a aceitá-la, fazendo devolver, da Europa, o cheque recebido, no Brasil, sem ciência sua, pelo Conde d'Eu.

Na véspera da partida para Lisboa, onde faleceria pouco depois, pediu a velha Imperatriz lhe fôsse permitido ouvir uma missa na Capela Imperial, a última a que assistiria no Brasil.

Ao receber o pedido, deferiu-o imediatamente Benjamin, mas, em atenção aos seus colegas de junta revolucionária, mandou consultá-los a respeito, declarando não encontrar nenhum inconveniente em ser atendido.

Todos, porém, dêle discordaram.

Não é, pois, estranhável que o próprio Imperador se entristecesse com a notícia da morte de Benjamin Constant, dizendo, no depoimento de Tobias Monteiro, "*havê-lo estimado e que era muito boa criatura*". (12)

Não é sem fundamento que, em 1936, a propósito do centenário de Pereira Passos, ao referir-se à brandura e cavalheirismo com que foi tratada, pelos republicanos, a família imperial, escreveu Sampaio Correia:

"Essa, e outras atitudes semelhantes da nossa gente àquele tempo, eu só a explico pela disciplina mental dos nossos homens, que recebiam a influência *direta* ou *indireta* (grifo desta transcrição) da Escola Positivista orientada por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, e das lições de Benjamin Constant.

"*A essa disciplina muito deve o Brasil ter escapado à anarquia*, logo após a proclamação da República, quando predominavam no ambiente político múltiplos fatores de conflito e de confusão: mudança radical de regime, com o desaparecimento da figura cen-

trípeta do Rei, tão característica do regime anterior, que constituía um quarto poder moderador, ao lado dos três poderes clássicos de Montesquieu; descentralização política e administrativa, com a organização federativa ampla e igual para tôdas as antigas Províncias; subversão de todo o sistema econômico do país pela então recente abolição da escravatura; separação da Igreja e do Estado, no meio essencialmente católico; por fim, desassossêgo das fôrças armadas, em longo e enervante conflito com a polícia civil, nos últimos anos do Império.

"A êsses múltiplos fatores de conflito e de confusão, sobrelevava, entretanto, um grupo de influentes homens de cultura, republicanos em virtude de um raciocínio filosófico, sistemático e inteiriço. Não cabe aqui analisar os fundamentos, os predicados, e as falhas dessa escola filosófica que Augusto Comte estabeleceu, com o propósito explícito de superpô-la às organizações políticas e religiosas do século XIX, fundindo-as, essas organizações, num todo tal, que seus consequentes estadistas teriam de harmonizar com as virtudes do monge, a clarividência do filósofo e a fôrça do político. Vale, apenas, acentuar que o Positivismo é essencialmente uma escola de ordem conciliada com a liberdade; Augusto Comte quis, precisamente, reagir contra a anarquia mental e social, em que o individualismo do século XVIII lhe parecia ter mergulhado o ocidente europeu. No Positivismo o individuo deve subordinar-se ao grupo social — à Humanidade, condição necessária da sua existência; *mas essa subordinação não deve nem pode decorrer de uma necessidade quase mecânica, porque é tanto mais completa e eficaz, quanto mais consciente e voluntária*". (13)

O comentário de Sampaio Correia é tanto mais procedente quanto Benjamin Constant, Teixeira Mendes e demais positivistas em geral condenavam severamente as atitudes inflamadas de Silva Jardim em suas diatribes contra o Imperador e a família imperial. Eis como a êle se refere Teixeira Mendes, no *Esbôço Biográfico de Benjamin Constant*:

"Devemos prevenir ao leitor que êsse demagogo [Silva Jardim] foi apenas um dos órgãos mais condenáveis de uma agitação demolidora totalmente desnecessária ao advento da república no Brasil". (14)

Em seus *Apontamentos para a biografia de Silva Jardim*, livro publicado em 1895, José Leão, íntimo amigo do grande propagandista, conta que, ao ser êste apresentado, em 17 de novembro de 1889, a Benjamin Constant pelo Dr. Teixeira de Souza, disse-lhe Benjamin "conhecê-lo de nome e apreciá-lo muito pelos seus serviços, e se não procurara entender-se diretamente com êle, era por lhe haverem dito que era um republicano *sanguinário* e êles querem fazer uma revolução tôda pacífica". (15)

## IV

Decisiva, em tôdas as medidas de inspiração positivista, ventiladas na Constituinte, foi a atuação dos deputados do Rio Grande do Sul liderados por Júlio de Castilhos, dos quais disse Aristides Lobo que "*constituíam uma constelação de talentos*". (16)

Vejam, pois, como Borges de Medeiros em 1936, isto é, quarenta e cinco anos após a Constituinte, lembrou, no Congresso Nacional, o que foi a ação de Benjamin Constant ao livrar-nos do caudilhismo e o que representou a influência positivista na organização da República:

"E os fatos posteriores encarregaram-se de confirmar as práticas de Benjamin Constant.

"Houve, é certo, nos primeiros tempos, o vago terror de que a República proclamada em nome do Exército e da Armada, se reduzisse afinal a um simulacro destinado a velar o despotismo da força em detrimento dos cidadãos e das liberdades públicas.

"Admitia-se que, contaminados os militares de ambições e paixões políticas, relaxada a disciplina e enfraquecida a hierarquia, pudéssemos retrogradar à era dos "*pronunciamientos*" com tôdas suas nefastas consequências.

"Não estava ainda de todo extinto o caudilhismo militar na América espanhola, onde várias repúblicas continuavam a viver sob o flagelo permanente ou periódico de grosseiras ditaduras.

"Esse espetáculo havia necessariamente de impressionar os patriotas brasileiros e amigos da democracia.

"Afortunadamente o nosso quase meio século de vida republicana já dissipou de vez as vãs apreensões, que por vêzes assaltavam espíritos impressionáveis e visionários. Excetuados os dias sombrios do golpe de estado de 3 de novembro de 1891, temos vivido normalmente sob a égide da Constituição e a ação de governos regulares.

"Até hoje tivemos apenas três presidentes militares cujos governos só se diferenciaram dos governos civis pela diversidade das situações históricas.

"Em todo o curso da nossa existência nacional só três vêzes foi chamado o Exército Nacional a intervir e a decidir dos nossos destinos políticos; em 7 de abril, 15 de novembro e 3 de outubro, impondo a abdicação do primeiro imperador, proclamando a república e depondo o presidente em 1930.

"Mas, nesses grandes momentos, não fêz o Exército mais do que interpretar e satisfazer "*as legítimas aspirações nacionais*", intervindo sempre em prol do povo e da liberdade ameaçada.

"Se, no passado monárquico, irrepreensível tinha sido sua conduta, com mais forte razão sê-lo-ia no regime nôvo, que êle próprio instituiu.

“Já pela sua organização, já por seu nível cultural, tem o Exército brasileiro a nítida compreensão de seus deveres funcionais e da sua incomparável missão, como guarda e defensor da pátria e da democracia.

“A elite militar de 1889, cuja influência nos destinos da República teve tamanha projeção que logrou protrair-se até os nossos dias, foi educada nos ensinamentos de Augusto Comte, de cuja filosofia eram adeptos ardentes mestres e alunos das Escolas Militares.

“Entre os primeiros sobressaía Benjamin Constant, cuja palavra e cujo exemplo espalharam e fecundaram, por toda a parte, as sementes da fé positivista.

“Não podia, pois, surpreender, e nem mesmo admirar que, após o advento da República, propugnassem os seus partidários as soluções políticas preconizadas pela propaganda positivista, e que consistiam, em síntese, na absoluta separação entre o poder temporal e o poder espiritual, e na completa inviolabilidade das liberdades espirituais.

.....

“Não há como negar que boa parte da geração republicana de 89 se compunha de positivistas, pôsto que em graus diversos: positivistas ortodoxos ou praticantes da Religião da Humanidade; positivistas intelectuais e positivistas de outros matizes, como os que só parcialmente aceitavam princípios e conclusões da filosofia e da política positiva. E, sejam quais forem as críticas e impugnações que o sistema comtiano haja provocado até hoje, certo é que, no Brasil, o Positivismo exerceu uma ação benéfica.

“Nem poderia deixar de ser assim em se tratando de uma doutrina orgânica e anti-revolucionária, e de uma política que assenta na trilogia: *“o amor por princípio, e a ordem por base; o progresso por fim”*.

“Benjamin Constant era *apolítico* no sentido de que tinha, e não dissimulava, verdadeira aversão à política e aos políticos do seu tempo.

“Fêz-se republicano no dia em que se fêz também positivista, e, por isso, não é exagerado afirmar que foi o Positivismo que o impeliu à fundação da república.

“A mesma evolução observou a mocidade militar, que o tinha por mestre e guia. Donde se conclue, em boa lógica, que o Positivismo não só contribuiu grandemente para o advento republicano, como foi, depois, um dos melhores sustentáculos morais do princípio da autoridade, sobretudo quando se desencadeou o tremendo tufão revolucionário de 1893, que, por largos dias, convulsionou o país e grandemente ameaçou as instituições políticas”. (17)

## NOTAS DO CAPÍTULO QUARTO DA QUINTA PARTE

- 1) — Vide TEIXEIRA MENDES: "*Benjamin Constant*", pgs. 404 e 405 da segunda edição, Rio, na sede central da Igreja Positivista, 1913.
- 2) — O Ministério da Instrução só foi criado em 19 de abril de 1890. Não procede, pois, o que de Benjamin Constant diz o médico Carlos Luís Vargas a cujo depoimento assim se refere Gilberto Freyre na página 168 do primeiro tomo de seu livro "*Ordem e Progresso*": "Interessantíssimo a respeito de Benjamin e ainda em ligação com o Pedro II, é o pormenor de que Carlos Luís guardou a lembrança até a velhice, *sem nunca o ter divulgado*, (grifo desta transcrição): "Tinha Benjamin Constant um filho, seu homônimo, no 6.º ano do Colégio Pedro II (Externato). Por êle fui procurado quase no encerramento do ano letivo de 1889, creio que em 26 de novembro, para que, como setianista, encabeçasse as assinaturas de uma petição coletiva por êle trazida de casa, na qual os alunos de todos os anos solicitavam que o (nôvo) Ministro da Instrução (Benjamin Constant) lhes concedesse dispensa do ato de exame. Tratando-se de rapaz folgazão tomci o pedido como pilhéria, certo de que o pai não acederia ao pedido, mas depois de pequeno diálogo fiquei sabendo que entre pai e filho tudo tinha sido previamente concertado (...) Cheio de surpresa do que ouvia, prometi assinar não no início, mas no meio, e assim o fiz, para que minha recusa não fôsse mal interpretada. Recebida a petição foi logo deferida. Um dos beneficiados seria Benjamin Filho, com notas baixas em História Geral".

"Houve, porém, dentre os professores do Pedro II — que na República, por algum tempo, se denominou Ginásio Nacional — quem não se deixasse "amedrontar com o poder discricionário do Ministro da Instrução (Benjamin Constant)" conforme a Carlos dissera o próprio Benjamin, filho: o professor de História Geral. Chamava-se Ramos Melo. Ramos Melo (...) contou calmamente as notas do aluno Benjamin Constant Filho e reprovou-o". Benjamin Constant Filho não tinha notas que lhe permitissem ser dispensado do exame; e Ramos Melo não lhe elevou as notas, "amedrontado com o poder discricionário do Ministro da Instrução": Benjamin Constant. Carlos Luís recorda o fato, *até hoje na sombra* (grifo desta transcrição), destacando no ato do professor "bela lição de hombridade e civismo); mas sem deixar de informar haver o quixotismo custado a Ramos Melo "a jubilação compulsória poucos dias depois". Vingança do Ministro republicano de Instrução Pública contra um professor do Pedro II, vindo da Monarquia e escrupuloso no cumprimento do seu dever de mestre de um colégio-modêlo. O ato do Ministro parece ao depoente ter caracterizado em Benjamin Constant um catão não de todo autêntico".

Se Gilberto Freyre houvesse registado êsse depoimento como exemplo típico das *distorções de lembrança* ("*distorted remembrance*" a que alude, em sua *Sociologia*, o Professor Bogardus, por êle mesmo citado, vol. I, pgs. XXXVI e XXXVII), nada haveria a objetar-lhe. Infelizmente, porém, nenhuma restrição lhe apresenta e como que o endossa, achando-o "*interessantíssimo*". É lamentável assim haja procedido o escritor pernambucano, pois, sem examinar a veracidade de acusações tão graves, passou a acobertar com seu nome um amontoado de clamorosas inverdades.

Não foi sem motivo que Carlos Luís Vargas manteve, até a velhice, completo sigilo sobre a sua suposta reminiscência.

Em primeiro lugar, em 26 de novembro de 1889, Benjamin Constant não era Ministro da Instrução, mas da Guerra, e tão absorvido andava em resguardar as novas instituições que nem tempo tinha de ir à casa, pernitoando no próprio Ministério.

Por outro lado é inteiramente falso haja o Governô Provisório de 1889 concedido exames por decreto, inovação pela primeira vez introduzida entre nós por ocasião da gripe de 1918.

Em terceiro lugar, como assinalai, só em 19 de abril de 1890 foi criado o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Nomeado primeiro titular dessa pasta, Benjamin Constant só a assumiu em 22 de junho de 1890, que foi quando deixou o Ministério da Guerra.

Fôsse verdadeira a acusação de haver Benjamin "concertado com o filho uma petição a êle, Ministro discricionário, de alunos do Pedro II, no sentido de serem dispensados de exames de fim de ano — o ano de 1889! — os mesmos alunos, a fim de ser, com essa medida beneficiado o então também adolescente aluno Benjamin Constant Filho" (l. cit., pg. 170), deixariam os monarchistas escapar êsse maravilhoso "pitêu" para os seus ataques ao nôvo regime? Não lhe teriam consagrado pelo menos uma referência nos sete avantajados volumes de "*A Década Republicana*" em que dissecaram os desacertos do primeiro decênio da República? Morto Benjamin em 22 de janeiro de 1891, nada tinham a temer os autores de "*A Década Republicana*" se tivessem o que quer que fôsse para verberar-lhe, e, principalmente, uma indignidade como a que lhe é atribuída no depoimento citado. Carlos de Laet, catedrático do Colégio Pedro II, cheio de mágoa contra Benjamin, deixaria de tomar as dôres do seu companheiro de Congregação e não haveria de comentar um episódio tão próprio para desmoralizar aquêle que, no dizer de Rui Barbosa, fôra a "*alma*" do movimento republicano?

Em sua minuciosa *Memória Histórica*, comemorativa do primeiro centenário do Colégio Pedro II, nenhuma referência faz Escragnole Dória à jubilação de Ramos Mello pelo Governô Provisório, assim aludindo a êsse professor:

"(em 1869)... ficava também em cátedra da Casa, por concurso, o professor de História Média e Moderna, Dr. Domingos Ramos Mello. Não só então se dedicaria à cadeira como estimaria a disciplina, publicando, já jubulado, em 1923, *Lições de História Universal. Antiguidade. Vinte e Um Anos de Magistério no tempo do Imperador*, obra na qual o autor se revela um erudito, e par de todos os adiantamentos da História, e por vêzes apreciável pensador. Pena foi a morte não deixar Ramos Mello concluir obra valiosa. (Escragnole Dória, *Memória Histórica do Colégio Pedro II*, pg. 121).

Será possível que Ramos Mello, o qual ainda em 1923 publicaria um livro, levasse consigo para o túmulo o segredo, só conhecido por Carlos Luís, de haver a sua jubilação resultado de mesquinha e torpe vingança de Benjamin Constant?

Muitas são ainda as inverdades formuladas contra o fundador da República pelo monarchista Carlos Luís Vargas no depoimento incluído no livro de Gilberto Freyre. Limite-me aqui a examinar tão só as circunstâncias em que Benjamin Constant se viu forçado a aceitar as chamadas *promoções por serviços relevantes*.

Conforme se lê na *Gazeta de Notícias* de 17 de janeiro de 1890 e em outros jornais como *O País* e o *Diário do Comércio* de 16 de janeiro do mesmo ano, no próprio momento em que, em nome do povo, Serzedillo Correia propôs as referidas promoções, delas se excluiu Benjamin Constant dizendo:

"O vosso ato em extremo generoso, sou obrigado a declarar-vos com franqueza, rude embora, destoou profundamente do plano de conduta que me impus, e por isso peço licença para desistir terminantemente do pôsto que tão honrosamente

me quereis conceder. *Eram muito diversas as minhas pretensões e devo acrescentar muito mais patrióticas*".

Persistiu Benjamin em seu propósito por considerar as promoções desabonadoras dos créditos cívicos do Exército. Mas, não conseguindo Deodoro resistir à pressão dos numerosos beneficiados, com êles se comprometera. A contrariedade que lhe causava a resistência de Benjamin, seu Ministro da Guerra, chegou a agravar-lhe o estado de saúde, conforme opinião de Joaquim Murinho, seu médico assistente. Escreveu êste, então, uma carta a Rui Barbosa, Ministro da Fazenda do Governo Provisório, pedindo-lhe que, como amigo comum, procurasse fazer cessar a divergência entre Benjamin e Deodoro.

Foi só à vista dessa carta que o nobre patriota se resignou a modificar a sua resolução anterior. Fê-lo convencido, como salienta Teixeira Mendes, de que sua permanência no ministério e a vida do Marechal Deodoro representavam naquele momento interesses pátrios superiores aos inconvenientes de tal sacrifício.

Como poderia, de fato, Benjamin persistir na sua recusa, se Deodoro e Wandenkolk haviam aceito as suas promoções? Sendo Ministro da Guerra, não poderia expô-los ao desprestígio, já que com êles constituía a base militar do regime. Mas, desde então, passou a viver tremendo drama de consciência, repetindo frequentemente que *aqueles bordados de General lhe queimavam os punhos*... Fê-lo até publicamente no próprio Clube Militar dizendo, em discurso proferido na solenidade realizada em 9 de novembro de 1890, à qual compareceu à paisana à vista do horror que tinha pelos galões de general, aceitos com tamanha relutância:

"Não era à paisana, mas trajando a minha modesta farda de Tenente-Coronel do Exército, que eu quisera assistir a glorificação de uma data inolvidável na história do Clube e na história de nossa própria Pátria. Vestindo o meu uniforme de Tenente-Coronel, uniforme sagrado pelos meus discípulos e por êsse 15 de novembro, dia em que o País se libertou do regime antigo, derrubando o trono, seu último vestígio, — dominar-me-ia maior alegria, sentir-me-ia muito mais feliz, do que carregando uns *pesados bordados de General, que me queimam os punhos*..."

Aliás, logo após a sua promoção a general ofereceu-se-lhe ensejo para deixar fora de qualquer dúvida haver-se conformado com a promoção levado apenas por motivos estranhos aos seus interesses pessoais. Falecendo o Marechal Ancora, quis Deodoro promover Benjamin ao posto que acabara de vagar. Êle, porém, apesar das instâncias do Chefe do Governo Provisório, recusou-se a aceitar a nova graduação, invocando até, para fundamentar a sua recusa, a patente que recebera com tamanha repugnância.

Gilberto Freyre é incontestavelmente um escritor de boa fé, que o monarquista Carlos Luís mistificou, "*passando-lhe gato por lebre*", para usar de uma expressão do próprio sociólogo de Apíucos ao referir-se, no prefácio de sua obra, aos depoimentos que desprezou, "prejudicados, não por simples paixões ou exaltações ideológicas — de resto tão humanas — mas por interesse, além de particular, mesquinho, em desvirtuar acontecimentos ou desfigurar fatos". (l. cit. pg.: XXVIII) Diante destes últimos, sem dúvida há de suprimir, nas futuras edições do seu livro, um depoimento não só destituído de qualquer base, mas até calunioso, pelo menos na parte referente a Benjamin Constant, "*nome espiritual, quase nada terreno, a grande imagem da moralidade republicana, o mais puro dos corações, a mais santa das almas, o mais incorruptível dos caracteres, a mais benigna das consciências*", nas palavras de Rui Barbosa proferidas mais de um ano depois de sua morte. No testemunho do mesmo Rui,

Benjamin Constant, "perseguido até ao fundo da sua pobreza doméstica pelo ódio anti-republicano, carceu de vir a público com o caderno de compras de armazém, para desfazer imputações abjectas". (Rui Barbosa "*Finanças e Política da República*", pgs. 297 e 357 da 1.<sup>a</sup> edição).

Não é de estranhar, portanto, procurasse o saudosista Carlos Luís Vargas desrecalcar, já na velhice, a sua mágoa contra o fundador da República no Brasil, veiculando sobre êle um aleive até então "*nunca divulgado*", pois, se o fôsse antes, seria imediatamente repellido e pulverizado pelos contemporâneos, conhecedores directos dos acontecimentos...

Curioso, no caso do monarquista Carlos Luís Vargas, é que, embora o considere "*inimigo quase pessoal de Benjamin Constant por ter, a seu ver, êsse militar-intelectual se comportado incorretamente para com D. Pedro II, seu protetor*" (l. cit., pg. 113), lhe haja Gilberto Freyre acolhido, sem qualquer restrição, o inverídico depoimento, qualificando-o até de interessantíssimo...

- 3) — *F. Mendes Pimentel* — *Jornalista e Político, Professor, Jurista*, Rio, Oficinas Gráficas do "*Jornal do Brasil*", 1949, pg. 78.
- 4) — TASSO FRAGOSO: "*Revolvendo o Passado*", pgs. 19 e 20, *Jornal do Comércio Rodrigues & Cia.*, Rio, 1940.
- 5) — O parecer de GALEÃO CARVALHAL foi reproduzido no *Boletim do Apostolado Positivista do Brasil*, n.º 15 P, de 4 de novembro de 1899, pgs. 4 a 11.
- 6) — O voto de EDMUNDO LINS, além de publicado no *Jornal do Comércio*, na *Revista Forense* e na "*Gazeta dos Tribunais*" de 25 de outubro de 1921, foi integralmente transcrito no livro de JOAQUIM LUÍS OSÓRIO: "*Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul — Comentários*", pgs. 428 a 444, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1923.
- 7) — O voto do senador GODOFREDO VIANNA sobre a criação da Ordem dos Advogados foi publicado pela *Gazeta dos Tribunais* que, em seus números de 18 e 19 de dezembro de 1921, lhe transcreve a conclusão.
- 8) — Vide MIGUEL LEMOS e TEIXEIRA MENDES: "*A Política Positiva e a grande naturalização*", Rio, dezembro de 1889, na sede do Centro Positivista do Brasil.
- 9) — CARLOS DE LAET: "*A Imprensa*", pg. 99 do volume "*O Frade estrangeiro e outros escritos*", organizado por Múcio Leão e publicado pela Academia Brasileira, Rio, 1953.
- 10) — TEIXEIRA MENDES: "*A Incorporação do Proletariado na Sociedade Moderna*", pgs. 4, 5, 6 e 7, Rio, na sede do Centro Positivista do Brasil, dezembro de 1889.
- 11) — JOÃO CRUZ COSTA: "*Contribuição à História das Idéias no Brasil*", Livraria José Olympio Editora, Rio, 1956, pg. 256.
- 12) — TOBIAS MONTEIRO: "*A Tolerância do Imperador*", in "*O Jornal*", de 5 de dezembro de 1925. Conf. HUMBERTO DE CAMPOS: "*Brasil Anedótico*", Rio, Leite Ribeiro, editora, 1927, pgs. 41 e 42.
- 13) — *Jornal do Comércio*, de 29 de agosto de 1936, apud OCTÁVIO MÚRGEL DE REZENDE in *Revista de Jurisprudência Brasileira*, vol. XXXV, junho de 1937, fascículo 105, pgs. 342 e 343.
- 14) — TEIXEIRA MENDES: "*Benjamin Constant*", segundo volume, pg. 226, Rio, na Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1894.
- 15) — JOSÉ LEÃO: "*Apontamentos para a biografia de Silva Jardim*", Rio, Imprensa Nacional, 1895, pg. 237.
- 16) — Vide discurso de COSTA JÚNIOR na sessão da Constituinte, realizada em 28 de janeiro de 1891, in *Anais da Constituinte*, vol. II, pg. 583.
- 17) — BORGES DE MEDEIROS: "*Discurso*" na sessão solene da Câmara dos Deputados comemorativa do primeiro centenário de Benjamin Constant em 18 de outubro de 1936.

## CAPITULO QUINTO

### AINDA ASPECTOS DA INFLUÊNCIA POSITIVISTA NA ORGANIZAÇÃO DA REPÚBLICA

*I) O Cristo no Júri e no Corcovado. II) Sólido de Santo Antônio: pareceres de Rodrigo Octávio. III) O ensino religioso nas escolas públicas e a reação positivista.*

#### I

**A**SSUNTO que muito apaixonou a opinião pública e no qual ativamente interferiram os positivistas, defendendo a separação dos dois poderes, foi o da imagem do Cristo no Júri.

A êsse propósito em 1892 exarou o Dr. Rodrigo Octávio de Langaard Menezes, então Procurador da República, luminoso parecer esposando a tese positivista.

Eis alguns argumentos e a conclusão dêsse parecer:

“Se a Constituição estabelece que por motivo de crença religiosa nenhum cidadão pode se eximir do ônus de ser jurado (art. 72, § 28, da Constituição); se a imagem do Cristo crucificado é um símbolo de uma religião, absolutamente não constitucional é a determinação de um poder que obriga os jurados de todos os credos a cumprir um dever de que não se podem eximir, por motivo religioso, perante um símbolo religioso.

“O desaparecimento do símbolo dêsse lugar é a consequência da sanção dos §§ 28 e 29 do art. 72.

“O sistema constitucional da completa separação não permite nenhum privilégio de qualquer natureza a certa religião ou seita, e a permanência do símbolo fora do templo, em qualquer lugar público oficial, constitue um privilégio .....

“Assim, concluindo, a permanência de um símbolo religioso em lugar público, onde são chamados os cidadãos de um país sem religião do Estado a cumprir um dever cívico, ofende os preceitos constitucionais da liberdade de consciência. Portanto, a determinação do Poder Executivo Federal mandando permanecer êsses símbolos, não é conforme a Constituição e as leis”. (1)

O argumento de Rodrigo Octávio era, no fundo, o mesmo de Santo Ambrósio a propósito da imagem da Vitória no Senado Romano.

Trazida por César, de Tarento a Roma, e adornada por Augusto com os despojos do Egito (2), existia, na Cúria Júlia, recinto habitual do Senado a partir do Império (3), uma imagem da Vitória, representada por majestosa mulher, de pé sobre um globo, tendo as vestes flutuantes, grandes asas abertas e os braços dirigidos para o alto com uma coroa de louro nas mãos, como que a incentivar os romanos a virem receber galardões de glória.

Cercada do maior respeito por parte dos Pais da Pátria (4), permaneceu essa imagem, durante quase quatro séculos, no recinto do Senado, até que, em 357, por ocasião de sua única visita a Roma, a fez retirar, como ídolo, o Imperador cristão Constâncio II.

Juliano, porém, em seu programa de retrogradação politeica, não se esqueceu de restabelecê-la, e Valentiniano I a conservou, até que, sucedido por Graciano, êste a retirou pela segunda vez, apesar dos protestos dos politeístas, de que se fez intérprete prestigioso o último representante político do paganismo exausto: Símaco, prefeito de Roma.

Passando por ser o orador mais eloquente do seu século, era, por suas virtudes pessoais, tratado com polidez e consideração até mesmo pelos santos cristãos (5), tendo sido quem, como Prefeito da Capital do Império, nomeou, para a cadeira de Retórica da cidade de Milão, Santo Agostinho, que, até então, não encontrara repouso para o seu atormentado espírito, debatendo-se nas trevas do maniqueísmo. (6)

Como Senador, que reunia às funções sagradas de Pontífice e Augur, as dignidades civis de Pro-cônsul de África e Prefeito de Roma, foi Símaco, em 384, pela segunda vez, encarregado, pelo Senado, ainda politeísta em sua maioria (7), de solicitar, ao jovem Imperador Valentiniano II, o restabelecimento da imagem da Vitória em seu recinto.

Ao memorial de Símaco, redigido com todos os artifícios da retórica, respondeu Santo Ambrósio, o qual pergunta, desdenhosamente, como o faria um cético moderno, por que se haviam de atribuir a um ser invisível e imaginário triunfos suficientemente explicados pela coragem e disciplina das legiões romanas. (8)

Entre muitos outros argumentos, ponderava o Bispo de Milão a Valentiniano II: "se é um pagão quem vos dá êsse conselho (o do restabelecimento da imagem da Vitória no recinto do Senado Romano), que vos deixe a liberdade, que lhe outorgais, porquanto não constrangeis ninguém a reverenciar o que não quer". (9)

Seria, de fato, atento o seu horror contra os ídolos, colocar os senadores cristãos em situação embaraçosa obrigá-los a deliberar na presença da imagem de uma Deusa, ainda que tão sedutora e de tão ridentes perspectivas quanto a da Vitória.

Graças, pois, à argumentação de Santo Ambrósio (que defendia a separação dos dois poderes, introduzida no mundo antigo pelos cristãos), não mais foi restabelecida, no Senado Romano, a tradicional imagem, cheia de vida e beleza, aí colocada por Augusto, e mantida, sem o mínimo protesto, por cerca de quatro séculos.

Depois, porém, que passou a dominar, subjugando inteiramente o politeísmo e até mesmo perseguindo-o, a tendência do Catolicismo tem sido, contraditoriamente, a de restabelecer a confusão dos dois poderes.

Imbuído, a um tempo, das tradições do Antigo Testamento e das lembranças do Império Romano, o Papado concebeu o desígnio de restaurar, em seu proveito, a monarquia européia e a teocracia das primeiras eras da humanidade.

Daí impor, onde quer que haja prevalecido, os seus símbolos, como ainda hoje acontece, entre nós, no debatido caso do Cristo no Júri.

Contra este último protestam, em vão, os positivistas, desde que a República separou, definitivamente, em nosso país, a Igreja do Estado.

Não o fazem, todavia, por constrangê-los a imagem do Crucificado, a qual só lhes pode despertar sentimentos de respeitosa simpatia e sincero acatamento.

Move-os, tão só, como a Santo Ambrósio no episódio citado, o escrupuloso respeito ao princípio cardinal da República — o da separação dos dois poderes — e, neste caso, tal qual o Santo Bispo de Milão no do altar da Vitória, apenas reclamam a igualdade, perante a lei, para todos, invocando o mesmo argumento de que se serviam os senadores cristãos: “num local público, onde todos se reúnem ao mesmo título, devem todos achar-se na mesma situação, sem haver privilegiados: *“etiamsi in communi concilio non erit communis conditio...”*”

Ainda em 1931 seria novamente debatido o caso do Cristo no Júri à vista dos protestos que, como jurados, fizeram, nesse ano, os positivistas Reis Carvalho, Luís Hildebrando Horta Barboza e Paulo Carneiro, protestos que suscitaram um parecer favorável à permanência da imagem no recinto do Tribunal, da lavra do Dr. Levi Carneiro, então Consultor Geral da República, parecer longamente analisado e vivamente combatido por vários positivistas. (10)

Ecos dessa refrega são, entre outros, um artigo de Tristão de Athayde e um comentário de Pedro Dantas (Prudente de Moraes Neto) na *Revista Nova* que se editava em São Paulo sob a direção de Paulo Prado, Mário de Andrade e Antônio de Alcântara Machado. Eis o que ponderava Pedro Dantas, o qual, embora estranho às doutrinas de Comte, no fundo dava razão aos positivistas:

“O protesto de um positivista contra a presença da imagem de Cristo no tribunal do Júri comoveu a opinião do país inteiro. Não houve, talvez, quem não tomasse partido, pelo protesto ou pela imagem. Assinalarei entre outras manifestações, uma verrina contra o Cristo, publicada nos “*A Pedidos*” de um grande jornal da manhã .....

“Não parece necessário discutir a intransigência do jurado que protestou. Limitar-me-ei a estranhar apenas que tal protesto tenha partido justamente de um adepto do positivismo, “*êsse catolicismo sem Deus*”. O que vale a pena examinar mais de perto é um dos numerosos contra-protestos que não se fizeram esperar: o do sr. Tristão de Ataíde .....

“Disse o sr. Tristão de Ataíde que, protestando contra a existência de um símbolo da religião católica num edifício público, o jurado positivista tentara *oprimir* a maioria católica do país. Ora, se é certo que a simples presença de uma imagem não impõe convicções religiosas a quem quer que seja, mais certo ainda é que não as impõe a sua falta. Se a presença não oprime, muito menos a ausência. E em suma o positivista clama como cidadão pelo respeito a um direito individual que lhe parecia violado: dada a separação entre a Igreja e o Estado e a liberdade de pensamento e de cultos que lhe assegura a sua Constituição, o brasileiro tem o direito de não defrontar a questão religiosa quando no exercício de funções públicas, como cidadão. Aquela imagem de Cristo, a seu ver, ofendia êsse direito e essa liberdade, pois a sua presença representa precisamente um ato de culto religioso, praticado pelo Estado leigo e por êle impôsto aos cidadãos.

“A êsse argumento o Sr. Tristão de Ataíde preferiu dar uma resposta que eu não hesitaria em declarar sofisticada, se não fôsse a sua assinatura. O seu raciocínio pode ser resumido assim: “*Estamos num país de maioria católica. Essa maioria tem direito a uma consagração oficial, como essa da presença da imagem de Cristo no Júri. Protestando contra um direito da maioria, recusando-lhe o privilégio que lhe compete, de ver públicamente respeitado o seu culto e reconhecida a sua condição, relegando, em suma, o problema religioso para as salas de jantar, a minoria oprime a maioria*”.

“Com a mesma lógica e com a mesma razão o sr. Tristão de Ataíde poderia gritar à opressão se amanhã a maioria católica pretendesse restaurar a pena de morte para aplicá-la a alguém e êsse alguém ou outrem por êle clamasse pelo respeito ao menos contestado dos direitos do homem. Diria desta vez o sr. Tristão de Ataíde: “*A maioria acha justo que você morra. Contrariando-a, a pretexto de um absurdo direito à vida, você está oprimindo a maioria*”. Um tal raciocínio é igual, embora de sinal contrário,

ao da criança que vendo pela primeira vez na gravura um massacre de cristãos pelas feras no Coliseu, exclamou condoída: "Oh! Mãe! Olha ali um leãozinho, coitado, que não ganhou cristão!..."

"Poder-se-á objetar que a hipótese que imagino é absurda e inverificável. A história, porém, está cheia de situações análogas. Não foi outra, por exemplo, a atitude do bispo Cauchon diante de Joana D'Arc". (11)

Rodrigo Octávio que, em 1892, como Procurador da República, adotara a tese positivista atinente ao Cristo no Júri, manteve-a a propósito do Cristo no Corcovado, emitindo, como Consultor Geral da República, o seguinte parecer:

"N.º 107 — Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1921

"Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

"Com o ofício, sem número, de 6 do corrente, submeteu V. Excia. a meu estudo o processo relativo ao requerimento da Comissão que pretende erigir um "*Monumento a Jesus Cristo Redentor*" no alto do Corcovado.

"Parece-me, Sr. Ministro, que há evidente embaraço constitucional para o deferimento do pedido.

"O Cristo é o símbolo de uma religião. O Poder Judiciário já aqui o reconheceu quando, em consequência dos incidentes de 1892, teve de se pronunciar sobre a legalidade da permanência de sua imagem nas salas de júri.

"O caso foi que, negado o pedido de retirada dessa imagem feito por um jurado não católico, foi um dia essa imagem destruída por outro jurado violento e fanático.

"Eu mesmo tive de me pronunciar a respeito por isso que, sendo então Procurador da República neste Distrito, foi-me o inquérito remetido para a instauração do processo pela justiça federal e eu deixei de oferecer denúncia por entender que o caso não incidia no art. 111 do Código Penal, em que havia sido capitulado, por me parecer contrária à Constituição a ordem para permanência de símbolos religiosos no Júri.

"Em meu despacho, que foi longo, eu escrevi estas palavras que podem ter aplicação ao caso atual: "Os publicistas que mais competentemente têm estudado a questão, oferecem muito bons argumentos mesmo para provar que fato algum fora dos templos ou dos lugares reservados ao culto se deve permitir, porque êsses fatos, mesmo quando o culto seja o da grande maioria da população, ofendem e oprimem a consciência da minoria, e em matéria de consciência não pode prevalecer o direito da maioria, que é a força do número, porque as questões de consciência são questões essencialmente individuais.

"Deferido meu modo de ver, o caso, entretanto, não morreu com essa minha promoção, pois que os promotores públicos de

então, promoveram o processo perante a justiça local, onde, aliás, o meu modo de ver foi sancionado, pois que, denunciados os figurantes no caso, um como mandante ou inspirador do inqualificável procedimento do outro, foi o delito desclassificado do art. 111, porque se julgou que a ordem para a colocação do Cristo no Júri, não era conforme a religião e as leis.

“Essa decisão foi proferida pelo Conselho Supremo da Côrte de Apelação concedendo *habeas-corporis* ao jurado processado como mandante e prêso preventivamente, e mais tarde o mesmo princípio foi sustentado pelo despacho de pronúncia do autor do atentado, não nesse artigo, pelo mesmo fundamento da decisão do Conselho, mas no art. 185 que se refere a “ultrage a confissão religiosa, desacato ou profanação de seus símbolos, públicamente”.

“Parece que êsse caso pode ser considerado como precedente em relação ao caso atual.

“Considerando o Cristo como símbolo religioso não pode o Poder Público deferir o pedido para sua colocação num logradouro, que é *bem público* e, como tal, de uso comum do povo e inalienável (Código Civil, arts. 66, n.º 1 e 67).

“O Estado é leigo. A Constituição lhe veda manter com qualquer igreja ou culto relações de dependência ou aliança ou subvenção oficial.

“Bem certo o deferimento do pedido para permitir a ereção de uma estátua do Cristo num logradouro público não entra literalmente, em qualquer dos dispositivos constitucionais; mas para mim é incontestável que êsse deferimento fere o seu espírito, porque sem dúvida importa na concessão de um favor do Estado em benefício de uma igreja, a concessão de uma parte de bem público para ereção de um dos seus símbolos mais significativos.

“É êste, Sr. Ministro, o parecer que submeto ao critério superior de V. Exa. a quem, devolvendo os papéis, tenho a honra de reiterar meus protestos de elevada estima e distinta consideração”.

Como se vê, Rodrigo Octávio foi contrário à ereção da imagem de Cristo no Corcovado, coerente com o seu parecer de 1892 sôbre o Cristo no Júri. Não procede, pois, de modo nenhum, o que a Irmã Maria Regina do Santo Rosário, o.c.d. (Laurita Pessôa Raja Gabaglia) escreveu a êsse propósito em seu livro sôbre “*O Cardeal Leme*”:

“A 28 de maio de 1922, o Consultor-Geral da República, o jurisconsulto Rodrigo Octávio, como Epitácio Pessôa, *simpático à idéia*, e, como êle, “*trabalhado*” por uma família piedosa, *entregou ao Presidente um parecer que fazia cair quaisquer escrúpulos jurídicos*”. (Grifos desta citação) (12)

“*Et voilà justement comme on écrit l'histoire!*” — exclamaria, deliciado, Voltaire.

## II

Ainda como Consultor Geral da República teve Rodrigo Octávio oportunidade de interpretar mais uma vez os dispositivos constitucionais sobre a separação da Igreja relativamente ao Estado ao emitir o seguinte parecer a propósito do sôldo de Santo Antônio:

"N.º 44.

"Rio de Janeiro, 3 de abril de 1923.

"Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Negócios da Guerra.

"Consultou-me V. Exa. com o Aviso n.º 7 de 22 de fevereiro do corrente ano, sobre o requerimento do Guardião do Convento de Santo Antônio desta Cidade, pedindo pagamento do sôldo que a imagem dêsse Santo, nesse Convento existente, percebia como Tenente Coronel do Exército e desde algum tempo deixou de lhe ser pago.

"Infelizmente o requerimento não foi informado pelas repartições competentes dêsse Ministério de modo a se apurar se, de fato, tal sôldo era pago, em virtude de que ordens, até quando foi pago e em virtude de que ordens deixou de o ser. Apenas acompanha o requerimento cópia de uma informação prestada, em tempo, sobre o caso, por um funcionário que servia de Consultor Jurídico do Gabinete do Ministro.

"Procurei instruir-me sobre os antecedentes desta questão e encontrei, em obras de Melo Moraes, Furtado de Mendonça, Cunha Matos e Vieira Fazenda interessantes documentos e informações de onde se apura que, sendo mandado assentar praça no Regimento de Lagos, do Exército Português, no reinado de Afonso VI, o venerando Santo de Lisboa era habitualmente invocado pelos capitães quando entravam em combate. Assim ocorreu em Pernambuco, quando foi da batalha contra o reduto de Palmares. Atribuído ao Santo o sucesso das armas reais, foi êle então nomeado tenente. Posteriormente, por se atribuir ainda à sua milagrosa intervenção a vitória das forças portuguesas sobre a ocupação de Duclerc de parte do litoral da Cidade do Rio de Janeiro, foi o Santo no mesmo dia da vitória, 18 de setembro de 1710 (personificado na imagem existente no Convento desta Cidade e que fôra colocada nos muros do Convento, olhando para o sítio do combate), promovido a capitão, concedendo-lhe patente que foi confirmada em 1711, depois de audiência do Conselho Ultramarino e aprovação régia. A carta régia de confirmação, de 21 de março de 1711 manda que "a importância dos sôldos se applicasse em sua festa e ornato de sua capela".

"Em 14 de julho de 1810, o Príncipe Regente, já no Brasil, o promoveu a sargento-mor. O decreto real é do teor seguinte: "Sendo-me presente a viva devoção do povo do Rio de Janeiro para o glorioso Santo Antônio, que moveu um dos meus augustos

predecessores a dar ao mesmo Santo, em 1711, o pôsto de capitão, tendo antes praça de soldado, depois do feliz assalto em que os habitantes da Cidade resistiram ao ataque dos franceses e tendo o céu abençoado os meus esforços para salvar a monarquia da grande e difícil crise a que se tem achado exposta, esperando ainda maior auxílio para sua final e inteira restauração, para que muito há de concorrer, como devo piamente esperar, a intercessão do mesmo glorioso Santo, a quem tenho particular devoção: Hei por bem que se eleve-o ao pôsto de sargento-mor de infantaria desta Capitania e que pela Tesouraria se lhe fique pagando o competente sôldo. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1810 (Com rubrica do Príncipe Regente). Cumpra-se e registre-se (Com 5 rubricas do Conselho de Guerra).

“Em vista dêste ato, o Conde Linhares, Ministro de Estado, mandou, por Aviso de 18 de outubro de 1810, pagar à referida imagem o sôldo sem dedução de emolumento algum. E ainda de major foi o Santo promovido a tenente-coronel pelo mesmo príncipe, já então D. João VI, por decreto de 26 de julho de 1814, mencionando a respectiva patente, que tem a data de 31 de agôsto do mesmo ano, que o Rei “houvera por bem que se elevasse o Santo ao pôsto de tenente-coronel de Infantaria e com êle houvesse o respectivo sôldo, que seria pago na forma das suas reais ordens.

“E aí acabou a carreira militar do Santo.

“No requerimento do Guardião do Convento, que provocou a consulta a que tenho a honra de responder, se diz, e essa declaração não foi contestada, que o sôldo de tenente-coronel foi pago até abril de 1911. Não consta, porém, do processo por ordem de quem e por que fundamento se não continuou a pagar êsse sôldo.

“Cabendo-me dizer sôbre êsse pedido de pagamento e havendo ponderado maduramente sôbre o caso, parece-me Sr. Ministro, que o requerimento não é de ser deferido.

“Não encontrei em coleções oficiais, nos documentos do Arquivo Público e do Instituto Histórico os originaes dos documentos referidos pelos mencionados historiôgrafos e cronistas. Sua autenticidade não pode, entretanto, ser contestada, desde que é notório que tais atos produziram efeito e foram respeitados e cumpridos até bem pouco tempo.

“É evidente, porém, que o pagamento em questão sendo, como é expresso no documento acima referido, “para ser aplicado na festa do Santo e ornato de sua capela”, infringe o preceito do § 7.º do art. 72 da Constituição Federal, por fôrça do qual “*nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial*”.

“O pagamento pelo Estado de um sôldo à imagem de um santo, e, declaradamente, para ser aplicado “à sua festa e ornato

de sua capela", não pode deixar de ser considerado subvenção oficial ao culto dêsse santo.

"O que se poderia objetar a essa conclusão é que os atos transcritos e o cumprimento dêles por longo tempo teriam criado um direito adquirido de ordem patrimonial, contra o qual não valeram leis e atos oficiais posteriores.

"Ocorre, porém, que para o reconhecimento de um direito adquirido é mister a existência de um titular dêsse direito, que não pode deixar de ser uma pessoa física ou jurídica. O direito adquirido se incorpora no patrimônio e para aquisição de patrimônio é indispensável capacidade jurídica, que só nas pessoas se reconhece.

"Ora, essa capacidade jurídica, essa qualidade de pessoa, não pode ser encontrada quer no Santo, impessoalmente, quer na sua imagem existente no Convento desta Cidade.

"Nesta conformidade, os atos referidos, de manifesta inspiração religiosa, eram benefícios que não constituindo direito, e tendo sido outorgados dentro do espírito da legislação do tempo, podem ser afetados por atos posteriores, mormente tendo-se manifestado tão profunda modificação no espírito da legislação a respeito das relações da Igreja com o Estado.

"Por êstes fundamentos, que sujeito à apreciação de V. Excia. é meu parecer que o requerimento não merece favorável despacho desde que se apure que as ordens anteriores foram competentemente revogadas.

"Devolvo os papéis e tenho a honra de reiterar a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração".

### III

Ao ser baixado, em 30 de abril de 1930, o decreto que facultou o ensino religioso nas escolas oficiais, primeiro passo para a preponderância política do clero católico que desde então começou a acentuar-se, a reação positivista não se fêz tardar, manifestando-se através de vários jornais do país. <sup>(13)</sup>

É ainda um eco dessa reação a seguinte carta do General Manuel Rabello quando exercia o comando da 7.<sup>a</sup> Região Militar, conforme telegrama publicado pelo "*Diário da Noite*", de 21 de julho de 1933:

"Recife, 21 (União) — Em data de ontem, os jornais publicaram a seguinte carta que o general Manuel Rabello, comandante da 7.<sup>a</sup> Região Militar, enviou, há dias, ao virtuoso frei José Maria Casanova, provincial do Carmo:

"Acusando o recebimento do convite com que v. r. me honrou para assistir aos festejos culturais da padroeira desta cidade, a Virgem do Carmo, cumpre-me cordialmente agradecer a distinção que me foi conferida, o que implicitamente deve exprimir a justiça

que faz v. r. aos meus reais sentimentos de profunda veneração à Religião de S. Paulo, de S. Bernardo e Santa Teresa de Jesus, sentimentos que não são, de modo algum, incompatíveis, como quer a vulgar frivolidade, com a segurança e a firmeza das convicções que professo, com crescente entusiasmo, desde minha mocidade.

“Vejo, com prazer, neste simples convite, alguma coisa de mais interessante, delicado e significativo: o espírito tolerante e relativo que o inspirou e a nobre superioridade do modo de encerrar e estabelecer as relações sociais entre pessoas que, por caminhos diferentes, embora, buscam resolutamente o mesmo fim — a defesa da ordem social.

“Por mais que compreenda a nobreza e a elevação dêsse claro gesto, um motivo superior me inibe, entretanto, neste momento, de comparecer, em caráter particular, como deve ser, às cerimônias que se estão realizando e que, em qualquer outra ocasião, poderiam ser por mim assistidas sem nenhum inconveniente real; ao contrário, assistindo-as, ao abrigo de incoerências com os meus princípios filosóficos, deveria até sentir-me intimamente penetrado de profunda e bem inspirada simpatia social pela venerável crença, a que deve a Humanidade reconhecida os mais eminentes serviços sociais. Tal motivo decorre espontaneamente da atitude que o clero católico tem ultimamente assumido, envolvendo-se, direta ou indiretamente, na política partidária e procurando, por todos os meios ao seu alcance, restabelecer a confusão teocrática dos dois poderes, espiritual e temporal, incidindo assim em grave desrespeito às genuínas tradições católicas, com iminente perigo não só para a paz e a tranquilidade públicas, como para a própria estabilidade da Igreja Romana.

“No momento de tão perigosa agitação social, provocada e entretida por espíritos desorientados, com a inexplicável convivência do clero católico, o meu comparecimento, embora em caráter particular, a uma cerimônia católica, talvez pudesse ser interpretado como um tácito assentimento do comando que exerço a essa subversiva e assaz generalizada violação dos princípios fundamentais de que depende a segurança da ordem social republicana, assim, e de modo involuntário, concorrendo para agravar os males que atribulam e afligem a Pátria Brasileira, nos incertos dias que correm. Com respeito e veneração —

a) — General Manuel Rabello.

Ao tomar esta atitude, estava o General Rabello antevendo a subserviência dos governos da República para com o clero católico, principalmente depois de haver sido concedido o voto às mulheres.

Passaria, de fato, o clero, envolvido em interesses eleitoreiros, a receber vultosas subvenções dos cofres públicos, com a mais

flagrante violação do texto constitucional. E até o restabelecimento das relações diplomáticas com a Rússia passaria a ser matéria dependente do beneplácito de Sua Eminência Excelentíssima o Senhor Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro! . . .

O manes de Demétrio, Júlio de Castilhos, Aníbal Falcão, João Pinheiro, Lauro Sodré, Moniz Freire e demais líderes positivistas na Constituinte de 1891! Não estaria com a razão Rui Barbosa, no projeto de Constituição de que foi redator, ao manter a Igreja Católica sob tutela, através do dispositivo segundo o qual as ordens e confissões religiosas não poderiam alienar bens sem o consentimento do Governo, ao mesmo tempo que excluía do país a Companhia de Jesus e proibia a fundação de novos conventos e ordens monásticas?

#### NOTAS DO QUINTO CAPITULO DA QUINTA PARTE

- 1) — *Apud* TEIXEIRA MENDES: "*Pela sinceridade governamental e a liberdade espiritual*", pgs. 10, 12 e 13, Rio, na Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1906.
- 2) — *Vide* GIBBON: "*The Decline and Fall of the Roman Empire*", c. XXVIII, pg. 463 da ed. de Londres, Federick Westley and A. H. Davis, 1836.
- 3) — *Vide* CHARLES DEZOBRY: "*Rome au siècle d'Auguste*", t. I, pg. 23 e t. II, pg. 278 da 5.<sup>a</sup> edição.
- 4) — *Vide* SUEYÔNIO, in *Augusto*, c. 35.
- 5) — *Vide* GIBBON, l. cit.
- 6) — *Vide* SANTO AGOSTINHO: "*Confissões*", l. V., c. 13.
- 7) — *Vide* GIBBON, l. cit.
- 8) — *Vide* ABÉÉ CLAUDE FLEURY: "*Histoire Ecclésiastique*", l. XVIII, c. 32.
- 9) — *Idem, ibidem*.
- 10) — O parecer do Dr. LEVI CARNEIRO foi publicado no *Jornal do Comércio* de 30 de setembro de 1931. A propósito do protesto de REIS CARVALHO como jurado, contra a imagem do Cristo no júri saíram comentários do Almirante AMÉRICO SILVADO e do Dr. JEFFERSON DE LEMOS em "*O Globo*" de 19 de março de 1931. Sobre o assunto foram publicados, no mesmo jornal, número de 1 de abril de 1931, longas considerações do juiz MAGARINOS TÔRRES explicando por que atendeu à reclamação de REIS CARVALHO. Em "*O Jornal*" de 8 de agosto de 1931 encontra-se o protesto de PAULO ESTEVAM DE BEREDO CARNEIRO, também como jurado, contra a imagem do Cristo no recinto do Júri. Em vários jornais do Rio, saíram sobre o assunto, no mês de agosto de 1931, comentários, uns favoráveis, outros contrários à atitude de PAULO CARNEIRO. Ainda em 13 e 14 de outubro de 1933, o *Diário Carioca* publicou longo artigo de IVAN LINS combatendo o parecer de LEVI CARNEIRO exarado em 1931, como Consultor-Geral da República.
- 11) — *Vide* "*Revista Nova*", Ano I, n.º 2, 15 de junho de 1931, São Paulo, rua Xavier de Toledo, n.º 72, pgs. 269 e 270.
- 12) — *Vide* Irmã MARIA REGINA DO SANTO ROSÁRIO (Laurita Pessoa Raja Gabaglia): "*O Cardeal Leme*", pg. 245, Livraria José Olympio Editora, Rio, 1962.
- 13) — Entre muitos outros, vejam-se "*A Notícia*", de Recife, de 9 de fevereiro de 1931; "*Correio da Manhã*" de 19 de fevereiro e 3 de maio

de 1931; "*A Pátria*" de 1, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14 e 15 de maio de 1931. "*A Esquerda*", de 12 de maio de 1931; "*Correio da Manhã*" de 15 de maio de 1931; "*Folha da Noite*", de São Paulo, de 19 de maio de 1931; "*O Jornal*" de 23 de maio de 1931; "*Diário de Notícias*" de 24 de maio de 1931; "*O Globo*" de 25 de maio de 1931; "*O Jornal*" de 31 de maio e 2, 3, 4 e 5 de junho de 1931; "*Correio da Manhã*" de 4 de junho de 1931; "*O Globo*" de 8 de junho de 1931; "*A União*", de João Pessoa de 11 de junho de 1931.

## CAPÍTULO SEXTO

### RUI BARBOSA E O POSITIVISMO

I) *Os Pareceres sobre o ensino. A sociologia e a filosofia do direito.* II) *Primeiras escaramuças com os positivistas. Rui apontado como herege pelo clero baiano.* III) *Rui e o Apostolado.*

#### I

**H**Á QUEM pense, como o Professor Cruz Costa, que Rui Barbosa "nunca teve grande simpatia pelo positivismo". (1)

Entretanto, apesar de refratário a cogitações de ordem filosófica, o que talvez decorresse de sua intensa atividade política, deixa Rui transparecer, de 1875 a 1890, indisfarçável entusiasmo pela Filosofia Positiva, mostrando-se, assim, contagiado pela atmosfera intelectual então preponderante no Brasil e no mundo ocidental.

Em bem documentada tese apresentada ao Primeiro Congresso Brasileiro de Filosofia, o Professor Miguel Reale salientou êsse aspecto quase desconhecido da complexa personalidade do político baiano.

Em 1879, primeiro ano de seu mandato na Câmara dos Deputados, assim se refere Rui a Littré no discurso dedicado à Reforma Eleitoral: "*uma dessas cabeças quase divinas que assinalam a superioridade intelectual dêste século*". (*Obras Completas*", t. I., pg. 282 e Miguel Reale: "*Posição de Rui Barbosa no Mundo da Filosofia*", in *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Filosofia*, vol. I, pg. 58).

Ainda em 1879 emitia Rui o seguinte conceito que poderia ser subscrito por qualquer discípulo de Comte:

"O absoluto não concilia; pelo contrário, irrita e separa; na ordem real dêste mundo, especialmente no governo dos homens, o absoluto é necessariamente falso". (*Obras Completas*", t. I. pg. 131 e Miguel Reale, loc. cit., pg. 63).

Antes da crise revolucionária e de seus choques violentos com a Religião Positiva, encastelada nos quadros da República — escreve Miguel Reale (2) — "o tradutor de "*O Papa e o Concílio*" acreditava na ciência e era em nome dela, e não em virtude de funda

compreensão da alma humana, que reconhecia a precariedade do homem e de suas obras.

“Quem queira ter um exemplo exato das convicções de Rui na primeira fase de sua formação, deve buscá-lo nos monumentais “*Pareceres*” por êle elaborados sôbre a reforma do ensino.

“Naquelas páginas, escritas em 1882 e 1883, proclamava êle o primado da ciência, reclamando se lhe restituísse o lugar preponderante na educação das novas gerações: “todo o futuro de nossa espécie, todo o govêrno das sociedades — asseverava — tôda a prosperidade moral e material das nações dependem da ciência como a vida do homem depende do ar. Ora, a ciência é tôda observação, tôda exatidão, tôda verificação experimental”. (“*Obras Completas*”, v. IX. t. I, pg. 36).

“Em nome da ciência e do método experimental, erguia-se contra o ensino exclusivamente literário e livresco, com a elaboração gradual de uma nacionalidade sem vigor, nutrida de palavras e abstrações, com uma mocidade destituída dos mais elementares conhecimentos de física ou de química, mas capaz de “discorrer magistralmente de altas questões metafísicas, bem como de sustentar, com tôdas as sutilezas da lógica e tôdas as pompas da retórica, as hipóteses mais inverificáveis sôbre a existência do incognoscível”. (loc. cit. pg. 37).

“Declarando urgir libertar a ciência das restrições da teologia, sustentava que o Estado só podia e devia auxiliar as ciências da realidade adstritas a um único limite: o do verificável: “Da condição essencial à ciência e o não obedecer a concepções *a priori*, duvidar do que não esteja metódicamente averiguado, e só adotar a realidade verificada segundo os preccitos da lógica experimental”. (loc. cit., pg.47).

“Os mencionados *Pareceres* — prossegue Miguel Reale — aduzem exemplos e mais exemplos para evidenciar a necessidade e a exequibilidade do ensino positivo e integral desde a aula primária: “o princípio do ensino integral, afirmava Rui, entrevisto pelo alto engenho de Rabelais e formulado pela filosofia positiva (*note-se*), é o norte a que deve tender a reorganização da escola. O indivíduo é apenas uma condensação da humanidade; releva, portanto, juntar na composição de seu espírito os elementos essenciais que concorrem no processo histórico do desenvolvimento geral do espírito humano”. (Cf. “*Obras Completas*”, v. IX, t. I, pg. 38).

“Significativa nos *Pareceres* sôbre o ensino — continua Miguel Reale — é a preocupação de Rui de fundamentar seus pontos de vista nos mentores do Positivismo. Sustentando, por exemplo, a necessidade do ensino universitário oficial, folgava poder contrapor à opinião de Comte a mais recente de Littré, favorável à ação do Estado, e concluía: “e nós, que vemos defendida, no grêmio do Positivismo, pelo eminente continuador de Comte, a interferência

do Estado na instrução nacional, não podemos hesitar um instante (*sic*) em pedir a reconstrução do organismo, que o deve habilitar a satisfazer eficazmente essa missão civilizadora. (*Op. cit.*, v. X, t. I, pg. 89).

"Quem não hesitava um instante ao ver suas idéias assentes no grêmio positivista, era o mesmo que pregava a rigorosa universalidade da educação intelectual e moral, ao mesmo tempo, como um princípio formulado por Augusto Comte para a civilização moderna com a precisão e a força de sua alta capacidade matemática. (*Op. cit.*, V. IX, t. I., pg. 153).

"Se dúvidas ainda pairassem sobre as simpatias de Rui Barbosa pela Escola Positivista, no período pré-republicano, bastaria lembrar estas palavras, escritas a propósito de um estudo publicado na Revista "*Philosophie Positive*": "...compreende-se que o Positivismo, longe de ser uma seita estéril, ou catecismo de fórmulas abstratas, poderia bem alimentar aspirações aos fôros de uma vasta *filosofia da realidade*, útil aos homens de governo como aos homens de ciência". (*Op. cit.*, v. X, t. I, pg. 95).

"Em certas passagens chega-se mesmo a notar a influência em Rui, não apenas do Positivismo como filosofia da realidade, mas, outrossim, do Positivismo como religião da humanidade. Expressivas são estas palavras proferidas na conferência comemorativa do Marquês de Pombal: "A filosofia anunciava, ontem apenas, esta época, em quase plena realidade já hoje: a do *reconhecimento religioso* (*sic*) do gênero humano para com os benfeitores da civilização". (*Op. cit.* vol. IX, t. II, pg. 206. Os grifos são nossos).

"Para não nos alongarmos, diremos que dos pressupostos de ordem geral, já examinados, inferia Rui consequências de alto alcance, máxime no que diz respeito à missão e ao ensino da Filosofia.

"Considerando "o saber positivo norte de tôdas as reformas progressistas do ensino", o futuro Conselheiro do Império lembrava que "o caráter do saber positivo é a compreensão da contingência variável dos tempos e a inteligência da relatividade das cousas humanas". (*Op. cit.*, v. X, t. pgs. 93 e segs.).

"O ensino oficial da Filosofia devia, por conseguinte, limitar-se ao estudo da história das idéias, sistemas e escolas e ao exame crítico das diversas correntes, com preferência pelas conclusões suscetíveis de verificação experimental: "o que o programa oficial desta disciplina (da filosofia) pode indicar, esclarece o deputado, é a história da evolução filosófica, a apreciação crítica da influência de cada escola, o conhecimento das bases da apologia de cada sistema, a separação entre a parte dessas idéias, que a verificação experimental tem confirmado, e a que pertence ao domínio extra-científico da metafísica e dos sentimentos pessoais do sistemático ou do crente". (*"Obras Completas"*, v. IX, t. I., pg. 189 e segs.).

“No concernente ao estudo da Filosofia do Direito em nossos cursos jurídicos, não menos positiva se mostra a orientação de Rui ao tomar posição contra o ensino do Direito Natural, que pretende ver substituído pelo da Sociologia: “O pensamento da Comissão — reza o Parecer sôbre a reforma do ensino superior, — em todo o seu trabalho, está em substituir a ideologia, isto é, o culto da abstração da frase e da hipótese, pelos resultados da investigação experimental, do método científico”.

“Se o que se impõe é o estudo da lei da “justa eficiência” que rege a sociedade dos homens, ou por outras palavras, a lei reguladora das ações legítimas dos indivíduos, pessoal ou coletivamente considerados, a fórmula civilizadora não podia ser revelada pela Escolástica “que engenha [uma natureza] de idéias *a priori* e assenta em deduções sutis, eloquentes, mas inverificáveis”. A “natureza” efetiva das cousas sociais só poderia ser atingida através da rigorosa aplicação do método histórico e dos dados científicos e mesológicos, segundo “o princípio de progresso social, que Comte enunciou, e é a determinante de todos os deveres, pelo único meio de aferição de que a ciência dispõe: o da relação visível das coisas; o da observação real dos fatos; o da sucessão natural das causas e efeitos. Eis a base da sociologia, enquanto o direito natural se procura firmar numa natureza, que a história não descobre em época nenhuma, em nenhum ajuntamento de criaturas pensantes. *Ao Direito Natural, pois que é a metafísica, antepomos a Sociologia. . .*” (*Op. cit.*, v. IX, t. I, pg. 106).

“Embora afirmando reiteradamente a soberania da lei e que a lei, como expressão do justo, se prende “à parte divina da natureza humana, Rui preferia conhecê-la, nessa fase de sua evolução mental, com os recursos múltiplos das ciências positivas e da Sociologia.

“Por tudo isso se conclui — é ainda Miguel Reale quem afirma — que Rui Barbosa esteve integrado no que havia de essencial nas correntes naturalistas e, de maneira especial, na Escola Positiva, ficando demonstrado como tinha razão José Veríssimo quando dizia que, a partir de 1875, se respirava no Brasil o clima das novas idéias, não sendo justo atribuir êsse estado de espírito quase que generalizado à influência da chamada Escola do Recife. (Cf. José Veríssimo — *História da Literatura Brasileira* — pg. 346)” (3)

Será fácil encontrar, nos escritos de Rui dessa época, referências entusiastas a Comte e Littré, como se vê no seguinte passo do “*Elogio de Castro Alves*”:

“Quem cantou mais ungidamente do que o sucessor de Comte a luz refletindo as suas ondas de mundo em mundo, como de escolho em escolho, no oceano do vácuo, o céu estrelado “com a

sua própria intensidade por véú", a terra, "nossa pátria, mundo entre os outros mundos", a velhice com o seu "orientc deserto" e o poente clareado pela saudade?"

## II

Foi só a partir de 1890, em consequência das vivas refregas que sustentara com Miguel Lemos e Teixeira Mendes, ou como observa Miguel Realc, "ao sentir, na própria carne, a intolerância irromper do bojo da idolatria científica, que Rui, o qual "buscava nas ciências exatas e no "*saber positivo*" uma lição de relatividade e tolerância, compreendeu a insuficiência de sua posição e a necessidade de procurar outros caminhos". (4)

Dura luta teve Rui de manter não só com o Apostolado Positivista, mas com Demétrio, Castilhos e outros adeptos de Comte durante o Governo Provisório e a Constituinte, sobretudo na parte relativa à sua política financeira, acerbamente combatida pelos positivistas. Por não concordar com ela, Demétrio deixou o Governo Provisório. Mas, além desses motivos ainda concorreram fortemente para levar Rui Barbosa a abjurar sua adesão aos postulados básicos do Positivismo, as necessidades elcitorais de sua carreira política.

Quem atravessou a vida atormentado pelo partidarismo político, e, depois de proclamada a República, pelo intenso desejo de ocupar-lhe a Presidência, tendo como base eleitoral, a Bahia de Antônio Conselheiro, podia dar-se ao luxo de dizer-se adepto do Positivismo, mesmo apenas sob o prisma filosófico?

Já na eleição de 1884 para deputado geral fôra Rui derrotado, por espalhar o clero baiano ser êle "um homem sem princípios e sem religião, inimigo figadal da igreja e seus ministros, desprezador de Deus e dá Virgem, o Anti-Cristo, enfim".

Apesar do grande prestígio do Senador Dantas, que o apoiara e o tinha como filho, foi ainda Rui, por interferência do clero, derrotado nas eleições de 1886 e 1888 realizadas na Bahia para deputado geral. (5)

Três derrotas eleitorais, em sua própria terra, em quatro anos, deviam constituir, para Rui, empolgado pela política, um aviso decisivo.

Ainda em 1890, a sua eleição para a Constituinte republicana, apesar de sua posição de imenso relêvo no Governo Provisório, sofrera as mais sérias restrições do eleitorado por dizerem os seus adversários ser êle ateu.

Na sessão da Constituinte, de 26 de dezembro de 1890, José Joaquim Seabra fêz questão de tornar bem claro haver votado contra o artigo do projeto de Constituição de autoria de Rui, que expulsava os jesuítas, porque, embora católico, em sua eleição para

a Constituinte *"tivera a guerra mais encarniçada de alguns padres que diziam que quem votasse nêle e no Sr. Rui Barbosa, votava em hereges!"*... (6)

Essas reiteradas advertências, para quem sempre alimentou forte ambição política, devem ter concorrido para precipitar e fortalecer um estado de espírito que espontaneamente mais tendia para o espiritualismo do que para o positivismo, pois a formação de Rui era muito mais literária do que científica, senão mesmo exclusivamente literária.

Compreende-se, assim, que na conferência em favor do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes da Feira de Sant'Ana, proferida em 22 de fevereiro de 1893, em Salvador, já cantasse Rui a palinódia:

*"Mais longe estava Cristo da impureza do que os filósofos estão perto da razão. E, todavia, Cristo não se pejava de falar, nas ruas, com a Madalena. Esta simples lição, oriunda de tão alto, vale mais, para o bem do gênero humano, do que as mais soberbas filosofias, estabelecendo, entre as divergências que alongam os homens uns dos outros na fé, nas ações, no destino individual, uma unidade suprema: a da santificação pela caridade . . . . ."*

*"O Evangelho mesmo, na sua singeleza sobrenatural, não te refletiria, caridade soberana, se o Evangelho não terminasse no Calvário: um mártir divino morrendo, sem um soluço de queixa, pelos homens que o crucificaram.*

*"Não sei se haverá, neste auditório, quem sorria de semelhante linguagem nos meus lábios. A política semeia, há quase duas décadas, contra mim, a mais malévola reputação de impiedade, materialismo, ateísmo. A política? Não. Por que nodoar um nome tão grande? A política? Não. A calúnia . . . . ."*

*"Filho de um século devorado pela curiosidade suprema do infinito, duvidei, neguei, blasfemei, talvez como êle. Mas êsses momentos passaram sempre como rápidas tempestades na minha consciência: quando elas se afugentavam, o horizonte do mistério eterno me reaparecia como eu o vira no coração de meus pais. Não me acolhi entre as filosofias que fazem da ciência a grande negação. Percorri as filosofias; mas nenhuma me saciou: não encontrei o repouso em nenhuma. Pus a ciência acima de tôdas as coisas; mas não afirmei jamais que a ciência não possa abranger as coisas divinas. . . (7)*

E, depois de render homenagem a Benjamin Constant — *"nome espiritual, quase nada terreno"*, passa Rui a desancar o Positivismo ortodoxo, negando-lhe qualquer influência na organização da República e na Constituição de 1891, conseguindo, assim, um duplo objetivo — reconciliar-se com os padres e desferrar-se daqueles que tão acerbamente lhe combatiam a política financeira. . . (8)

Apesar, porém, de tão calorosas e peremptórias declarações, dois meses mais tarde, ao enviar seu filho Alfredo para um colégio

na Europa, e ao traçar, com minúcia, em maio de 1893, as diretrizes do plano de educação que desejava fosse para êle adotado, nenhuma referência faz Rui Barbosa à instrução religiosa a ser dada ao menino, como frisa Luís Viana Filho: "*E fiel às suas idéias, silenciava inteiramente quanto à parte religiosa*". (9)

Parece, assim, que a bela conferência proferida em Salvador não traduzira ainda uma convicção ou reconversão e tivera sobretudo um fim político.

Aliás, em maio de 1890, num rascunho de carta convidando o Marechal Deodoro para padrinho de seu filho João, escrevia Rui:

"... eu e Maria Augusta vimos pôr-vos nos braços o filho que nos nasceu no berço da República, esperando que o glorioso chefe da revolução libertadora se dignará levar esta florzinha da alvorada republicana às águas do batismo cristão, onde o espírito religioso de minha mulher vai buscar para o inocente a bênção das esperanças do céu". (10)

### III

O afastamento de Rui em relação ao Apostolado, não foi, porém, radical, nem permanente. Uma vez por outra tornaria êle a fazer causa comum com os positivistas. Foi o que ocorreu em 1904, a propósito da questão da vacina, adotando inteiramente as teses do Apostolado não só quanto à obrigatoriedade, mas ainda quanto ao próprio mérito da vacina, como veremos detidamente no capítulo segundo da sexta parte dêste ensaio.

Em 1911 ainda fraternizaria Rui com o Apostolado a propósito do caso do encouraçado *Satélite*.

Eis, realmente, como, em *Ruínas de um Govêrno*, se referiu a um pronunciamento de Teixeira Mendes a êsse respeito:

"Quando as nossas vozes, proféticas na campanha civilista, se levantavam mais tarde contra a selvajaria desencadeada, pugnando pelos foros perdidos da nossa honra, e os labéus, as violências, as perseguições nos indigitavam como reacionários, impostores e desordeiros, uma confissão filosófica, em que não éramos iniciados, com que não comungamos, e que muitas vêzes temos encontrado militando contra as nossas opiniões, não hesitou em se pronunciar, serena, mas severamente, contra o inimigo público por nós denunciado.

"Se há, realmente, uma religião da Humanidade ou essa, ou nenhuma, seria a ocasião de chamar ao santuário os seus crentes, e lhes pregar a sua lei. Fiel a essa vocação do seu mandato, o sacerdócio positivista não esqueceu que eram os grandes interesses morais da nossa espécie os que essas ferocidades violavam; e a pastoral do sr. Teixeira Mendes, mostrando que a política atual

desconhecia a natureza humana, revestiu, nesse momento, uma solenidade, que a elevava acima da sua própria filosofia.

"Aprcciando a mensagem presidencial de 26 de maio de 1911, em que o govêrno, tardiamente, obrigado pelo nosso clamor, dava ao Congresso conta, mal e porcamente, das proezas do estado de sítio, o pontífice do comtismo dizia que "mais do que os dolorosos fatos ali mencionados, se acham em jôgo as disposições políticas inerentes à sociedade moderna e, sobretudo, ao regime republicano", isso devido, acrescentava, "aos horrores ocorridos nêsse anômalo período, às atrocidades subseqüentes a uma bárbara disciplina militar, e, por último, ao menosprêzo das normas da justiça criminal".

"Depois, acusando o Govêrno pelos excessos perpetrados sob o estado de sítio, insistia por que se trouxessem a lume os autores do crime do *Satélite*, até hoje sonegados à nação com a conivência do Congresso. "Limitar-nos-emos a ponderar", observa, "que a moral e a razão prescrevem se publique o processo, em que se basearam as autoridades, para condenar à morte e executar sumàriamente êsses homens. Não bastam afirmações, para que as almas justas do presente e do futuro aceitem a legitimidade de uma sentença de morte".

"Nessas palavras profundas ressumbra, como estais sentindo, senhores, uma verdadeira unção religiosa. Naquele documento a emoção da justiça vai crescendo, até que, afinal, ante essas "monstruosidades", como ali se chamam, pergunta o sociólogo, o filósofo, o levita, o homem, numa inspiração de alta humanidade: "É crível que tôdas essas barbaridades se pudessem dar aqui, na capital da República? É possível que tôdas essas atrocidades se tenham dado, e não haja responsáveis por elas? E, se os há, é justo, é humano que êsses culpados não sejam encontrados, nem punidos? Semelhantes desgraças anunciam uma situação deplorabilíssima em nossa existência cívica".<sup>(11)</sup>

Também a propósito do bombardeio da Bahia, falando perante o Supremo Tribunal Federal, arrimou-se Rui Barbosa numa publicação de Teixeira Mendes. Eis, a respeito, o depoimento de M. Paulo Filho, Diretor do "Correio da Manhã":

"Em 1912, por ocasião do bombardeio da Bahia, Rui foi ao Supremo Tribunal sustentar oralmente seu pedido de *habeas-corpus* em favor de um dos governadores depostos. Na manhã dêsse dia, Teixeira Mendes, numa de suas costumeiras pastorais que tomava tôda uma página ineditorial do *Jornal do Comércio*, também censurou, exprobrando-o, o procedimento dos que, para fins eleitorais, metralhavam uma cidade aberta. Tudo isso numa série de longas e eruditas considerações. Rui, antes de ir para o Tribunal, leu o trabalho de Teixeira Mendes. Gostou tanto que, achando-se na tribuna e diante dos magistrados, depois de esgotar juridicamente

a questão, citou a pastoral afirmando com orgulho que já não era êle, simples advogado da causa, que bradava por justiça. Era igualmente uma Igreja inteira que reclamava, protestando em nome da Humanidade e da Civilização ofendidas. A reclamação e o protesto, partindo de onde partiam, mereciam o maior acatamento do Tribunal. Rui exortou-o a meditar na beleza cívica da pastoral. Eu ouvi êsse discurso memorável. No momento ninguém, nem mesmo Rui, se lembrava das profundas divergências morais e religiosas que outrora afastavam o jurisconsulto e o apóstolo". (12)

#### NOTAS DO SEXTO CAPÍTULO DA QUINTA PARTE

- 1) — Vide JOÃO CRUZ COSTA: "*Contribuição à história das idéias no Brasil*", pg. 251, nota, Livraria José Olympio Editôra, Rio, 1956.
- 2) — MIGUEL REALE: "*Posição de Rui Barbosa no mundo da Filosofia*", in "*Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Filosofia*", vol. I, março de 1950, São Paulo, pg. 64.
- 3) — *Idem, ibidem*, pgs. 64 a 67.
- 4) — *Idem, ibidem*, pg. 69.
- 5) — Vide LUIZ VIANA FILHO: "*A Vida de Rui Barbosa*", pg. 161, nota 22 e pgs. 173 e 187 da sexta edição, Companhia Editôra Nacional, São Paulo.
- 6) — "*Constituinte — Anais do Congresso Nacional*", vol. I, Estados Unidos do Brasil, Imprensa Nacional, 1891, pg. 364.
- 7) — RUI BARBOSA: "*Discursos e Conferências*", pgs. 256, 258 e 261.
- 8) — *Idem, ibidem*, pg. 280 e seguintes.
- 9) — LUIZ VIANA FILHO, *op. cit.*, pg. 272.
- 10) — *Ibidem*, pg. 234.
- 11) — RUI BARBOSA: "*Ruínas de um Governo*", pgs. 51 e 52, Editôra Guanabara, Rio, 1931.
- 12) — JOÃO PARAGUASSU (pseudônimo de M. Paulo Filho): "*Rui e o positivismo*", in *Correio da Manhã* de 7 de outubro de 1939.

SEXTA PARTE

~

A IGREJA E APOSTOLADO POSITIVISTA  
DO BRASIL

~



## CAPÍTULO PRIMEIRO

### CARACTERÍSTICAS DO APOSTOLADO

*I) Positivismo e fanatismo. Importância da correspondência de Augusto Comte na aplicação de sua doutrina, Miguel Lemos e Teixeira Mendes: traços marcantes de suas personalidades. II) Os estatutos do Apostolado e sua feição monástica em contradição com a sociedade Positivista fundada por Augusto Comte em Paris. Apreciações de Euclides da Cunha e Oliveira Vianna. III) O "Levítico Científico", uma nova infalibilidade e uma nova inquisição. A "missa negra", a "clotildolatria" e os cripto-positivistas.*

#### I

A DIFUSÃO espontânea do Positivismo no Brasil fêz-se (como temos visto no decorrer dêste trabalho) através dos escritos de Augusto Comte, Littré, Laffitte, Robinet, Audiffrent, Luís Pereira Barreto, Francisco Brandão Júnior e outros aderentes do filósofo. Com intensidade cada vez maior, a partir de 1844, passaram as suas obras a repercutir nos estabelecimentos de ensino secundário e superior, a imprensa e até no Parlamento, agitando os principais centros intelectuais do país. Estes como que foram tomados de assalto por uma síntese universal que englobava a totalidade dos aspectos humanos e "fornecia a tôdas as questões, tanto intelectuais quanto sociais, respostas sempre decisivas e plenamente concordantes, de modo a poder imediatamente dirigir a conduta privada e pública". (1) Apresentava, assim, um cunho pragmático altamente sedutor para uma elite em formação, sem tradições, nem preconceitos intelectuais e filosóficos, e que se via diante de problemas, como os da Abolição, da República e da educação para cuja solução oferecia o Positivismo bases aureoladas pelo imenso prestígio da ciência do século — a sociologia, por êle instituída.

A essa difusão espontânea que, mais ou menos contemporaneamente, se verificara em todo o país, sucedeu, no Rio de Janeiro, desde 1881, a ação sistemática de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, que se fizeram continuadores da Sociedade Positivista fundada, em 1876, pelo Dr. Antônio Carlos de Oliveira Guimarães, e integrada por Benjamin Constant, Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça, Álvaro de Oliveira, Luís Pereira Barreto, Oscar de Araújo e outros.

Em carta ao Dr. Audiffrent sustentava Comte que o Positivismo, à vista de seu caráter sempre relativo e de sua tendência essencialmente altruística, poderia inspirar *entusiasmo*, jamais,

porém, *fanatismo*, que seria peculiar ao egoísmo e absolutismo da teologia, onde o devotamento e a veneração se mesclam ao orgulho e vaidade inerentes às crenças indemonstráveis. (2)

Nem sempre, porém, observaram os discípulos do filósofo êsse justo equilíbrio. Muitos de seus adeptos mais dignos de admiração e estima extremaram-se e, por vêzes, deixaram-se arrastar a excessos de zêlo, num estado de exaltação que os alienava das realidades sociais e políticas do seu meio e do seu tempo.

Desvios dessa natureza verificaram-se em vários centros de propaganda do Positivismo, tanto na Europa como na América. Em parte alguma, porém, produziram-se manifestações tão discordantes do relativismo e do bom senso característicos do Positivismo quanto no Apostolado do Rio de Janeiro.

Ê que, muito moços ainda (contavam apenas vinte e seis anos!) ao fundarem, em 1881, o seu grêmio, Miguel Lemos e Teixeira Mendes sòmente conheciam do Positivismo os aspectos teóricos, na formulação rígida dos grandes tratados filosóficos e políticos de Augusto Comte. Ignoravam quase por completo a flexibilidade imposta pelo próprio filósofo às suas doutrinas ao transpô-las do abstrato para o concreto, a fim de judiciosamente aplicá-las, tomando em consideração tôdas as particularidades de tempo e de lugar peculiares a cada caso.

Só muito mais tarde (quando já era difícil, senão impossível, adotar nova orientação) veio a lume, e assim mesmo parceladamente, a correspondência de Augusto Comte com os seus discípulos, complemento indispensável da sua construção social e religiosa pela adequação que faz dos princípios gerais à multiplicidade das circunstâncias especiais. Ê, aliás, o que também ocorre com a correspondência de Descartes que tanta luz lança sôbre os seus grandes tratados.

A êsses motivos cumpre acrescentar fatôres de ordem pessoal que certamente contribuíram para a feição assumida pela doutrinação do Apostolado.

Descendente, pelo lado materno, de espanhóis, possuía Miguel Lemos, intransigências de Torquemada em sua natureza árdega e orgulhosa. Mas, paradoxalmente, por outro lado o brilho e o encanto de sua conversação, a fôrça de convencimento que imprimia às suas exposições orais e escritas, sóbrias e elegantes, sempre revestidas de linguagem apurada, asseguraram-lhe desde logo um prestígio intelectual que não tardou em conferir-lhe a autoridade de um chefe indiscutível. A subordinação total que exigia dos aderentes à sua direção espiritual arrastou-o frequentemente a atitudes intolerantes, a condenações sem apêlo e a conflitos que profundamente perturbaram a missão apostólica a que se devotara.

Não fôssem êsses entraves, criados pelo seu próprio temperamento ardente e apaixonado, teria sem dúvida Miguel Lemos exer-

cido uma influência muito mais profunda e extensa no meio brasileiro, tantas eram, na verdade, as qualidades intelectuais e morais que dêle fizeram uma das figuras mais ilustres de nossa nacionalidade.

Ao seu companheiro de ideais e amigo indefectível, Raimundo Teixeira Mendes, confiou Miguel Lemos, desde o início de sua propaganda, um papel preponderante nas prédicas, no ensino e nos escritos do Apostolado. E pouco a pouco tornar-se-ia êle o principal promotor da vida religiosa e da ação política do nôvo grêmio positivista. As suas conferências dominicais (que, como os discursos de Rui Barbosa, duravam às vêzes de três a quatro horas) repercutiram em todo o Brasil através de várias gerações. Os seus artigos de páginas inteiras nos "*A Pedidos*" do *Jornal do Comércio* circulavam em nossos meios intelectuais e políticos como mensagens impregnadas do mais alto saber e das mais nobres virtudes, embora frequentemente vazadas em forma inacessível à grande massa e de leitura árdua para todos, tal a trama de referências em que se emaranhavam, sobretudo nos últimos anos de vida do apóstolo.

Empolgado, como ninguém, pelas idéias de Augusto Comte em todos os seus aspectos e em tôdas as suas fases, era Teixeira Mendes temível e torrencial argumentador, sempre pronto a enfrentar qualquer adversário e a sustentar discussões de horas a fio, ou de volumes inteiros, em defesa das doutrinas do Mestre a que jurara inalterável fidelidade.

Identificado cada vez mais com a vida e a obra de Augusto Comte, ufanava-se em ser apenas um eco do pensamento do filósofo, não admitindo a menor tergiversação quanto aos dogmas do *Sistema de Política Positiva*, mesmo quando tudo indicasse que o próprio Augusto Comte não hesitaria em revê-los e corrigi-los... Da doutrina estendeu-se o seu fervor à vida pública e à vida íntima do fundador do Positivismo, a cuja biografia consagrou longas pesquisas, várias viagens e volumosos escritos.

Figura predominante na existência afetiva de Augusteto Comte, passou Clotilde de Vaux a presidir também à vida interior de Teixeira Mendes. Suas homenagens de filial admiração transbordaram, porém, do culto íntimo que o Apóstolo brasileiro votava à "*angélica inspiradora*" do fundador do Positivismo, convertendo-se em *leit-motiv* de tôdas as suas manifestações verbais e escritas. Pôde-se assim, com certa razão, enxergar, nesse culto quase obsessivo de Clotilde, um desvirtuamento das homenagens a serem por todos prestadas à Humanidade em seu conjunto.

Católico fervoroso em sua adolescência, transferiu Teixeira Mendes (inconscientemente talvez) à imagem de Clotilde as preces e louvores que outrora dirigira à figura imaculada de Maria...

Inteligência dotada de extarordinária fôrça dedutiva, legou-nos muitos textos admiráveis em que discute, exemplifica, demonstra, coordena e aplica os princípios e corolários científicos da Religião da Humanidade. Por vêzes, porém, é de lamentar que êsse mesmo vigor lógico o arraste por falsos caminhos, levando-o a abusos de dedução em questões que, pela sua natureza, como as doutrinas médicas, estavam ainda a exigir observações, experiências e tateamentos indutivos.

## II

Espêlho da grandza e das vicissitudes do Apostolado é o texto dos seus Estatutos, onde, ao lado de inequívoca elevação, figuram cláusulas incompatíveis com os seus próprios objetivos e de todo inconciliáveis com a situação real do meio brasileiro.

Apresentando a ascética austeridade e a inflexível rigidez das ordens monásticas, os Estatutos da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil isolavam do mundo os seus sequazes e transformavam o seu grêmio num grande cenóbio, ao qual só faltaram as margens do Nilo para que nêle fôsse revivido, em sua plenitude, o ambiente dos primeiros séculos cristãos.

Ei-los:

“Todos os membros e aderentes do Apostolado Positivista tomam o compromisso solene de conduzir-se de acôrdo com suas opiniões e de consagrar tôda a sua atividade e todo o seu devotamento à incorporação do proletariado na sociedade moderna, resumo de tôda a ação positivista. De um modo mais explícito, comprometem-se: 1.º *a não ocupar cargos políticos*; 2.º *a não exercer funções acadêmicas, quer no ensino de nossas faculdades e escolas superiores, Instituto Nacional e estabelecimentos congêneres, quer como membros de associações científicas ou literárias*; 3.º *a não colaborar no jornalismo, diário ou não, nem auferir lucros pecuniários de seus escritos*”. (Vide o opúsculo de Miguel Lemos e Teixeira Mendes: “*Nossa Iniciação no Positivismo*”, Rio, agôsto de 1889, pg. 2).

Os Estatutos da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil foram elaborados por Miguel Lemos de acôrdo com o que êle supunha decorrer dos ensinamentos e preceitos de Augusto Comte. A verdade, entretanto, é que, para ingresso na Sociedade Positivista, fundada em Paris por Augusto Comte, êste não estabeleceu normas tão rigorosas. Tanto assim que o Dr. Segond, já sendo membro da Sociedade Positivista, fêz, em 1853, concurso para professor adjunto da Faculdade de Medicina de Paris, sem que o filósofo lhe apresentasse qualquer reparo a êsse respeito. Antes, pelo contrário, chegou a escrever ao Senador Vieillard no sentido de indiretamente recomendar Segond a alguns dos que deviam julgá-lo, sendo êle

nomeado alguns dias depois da carta de Augusto Comte, conforme registra este em sua correspondência com Blignières. (3)

Também jamais increpou Augusto Comte as atividades políticas de Vieillard, apesar de aderente do Positivismo.

Aliás, no escrito com que fundou a Sociedade Positivista de Paris, em 8 de março de 1848, tornou claro Augusto Comte que só "os filósofos positivos, que quisessem votar sua vida inteira ao sacerdócio da Humanidade, é que deviam sistematicamente renunciar a qualquer posição política propriamente dita, mesmo aquelas que lhes fôsem propostas pela confiança direta de seus concidadãos. *É claro*, entretanto — frisava Augusto Comte — *que nenhuma renúncia semelhante poderia jamais ser imposta à maior parte dos membros da Sociedade Positivista, porquanto seria diretamente contrária ao objetivo geral dessa Associação — a universal preponderância da nova filosofia.* Destinados, não a fundar uma doutrina que já existe, nem mesmo a desenvolvê-la e aperfeiçoá-la, mas somente a fazê-la prevalecer por uma aplicação contínua e especial ao curso natural dos acontecimentos, êsses membros emanarão, indiferentemente, de tôdas as classes atuais". (4)

Proibindo aos filiados à Igreja e Apostolado Positivista do Brasil aceitar cargos políticos; exercer funções nos estabelecimentos oficiais de ensino superior e secundário; fazer parte de associações científicas, literárias, ou políticas; interferir no jornalismo, diário ou não, quer como redatores ou simples colaboradores, quer como proprietários ou associados, não os impedia Miguel Lemos de participar diretamente do movimento social brasileiro?

Compreende-se que os sacerdotes ou apóstolos sistemáticos do Positivismo, isto é, os encarregados da direção espiritual da nova doutrina, devessem ficar sujeitos a tais limitações. Mas, todos os seus fiéis, não seria um excesso, segundo faz ver Augusto Comte no passo que acabo de citar a propósito da Sociedade Positivista por êle próprio fundada?

Como, de fato, poderiam os adeptos do Positivismo concorrer para fazer adotar os seus princípios, contribuindo para o estabelecimento da nova ordem social com que sonhavam?

As normas dos seus Estatutos crgueram, portanto, desde logo, como não podia deixar de ser, uma barreira quase intransponível entre o Apostolado e o meio social brasileiro, pois contêm cláusulas incompatíveis com os seus próprios objetivos e transformam o seu grêmio numa nova Tebaida, constituindo o que se poderia chamar *positivismo utópico*.

Dai dizer Euclides da Cunha, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, que o Apostolado "arregimentou-se em tôrno de um filósofo, e afastou-se. Ninguém mais o viu — e mal se sabe que êle ainda existe, reduzido a dois homens admiráveis, que falam às vêzes, mas que se não ouvem, de tão longe

lhes vem a voz, tão longe êles ficaram no território ideal de uma utopia, no "dualismo da positividade e do sonho". (5)

Se tivesse aderido aos Estatutos do Apostolado, Benjamin Constant deveria ter tomado o compromisso de deixar as suas cátedras de ensino na Escola Militar, na Escola de Marinha e na Escola Politécnica. E, sem o seu ensino nessas cátedras, a influência de Augusto Comte ter-se-ia feito sentir tão intensamente sobre a oficialidade do Exército e da Marinha e sobre numerosos engenheiros dos últimos anos da monarquia? E teria Benjamin Constant adquirido o prestígio que o colocou em situação de se tornar o fundador da República?

E se Demétrio Ribeiro, Júlio de Castilhos, João Pinheiro, Barbosa Lima, Nelson de Vasconcellos, Borges de Medeiros, Lauro Sodré, Moniz Freire, José Bevilacqua e tantos outros positivistas, em graus diversos, tivessem adotado os Estatutos da Igreja Positivista, teriam podido êles, como constituintes, assegurar a liberdade religiosa, o arbitramento nos conflitos internacionais e demais princípios positivistas incluídos na Constituição de 1891?

Se Benjamin Constant não fôsse o prestigioso Ministro da Guerra do Governo Provisório, teria sido por êste adotada em 19 de novembro de 1889, a bandeira ideada por Teixeira Mendes?

Em 1924, perguntei ao Dr. Bagueira Leal o que os positivistas pensavam sobre Borges de Medeiros. E a resposta foi que "o sr. Teixeira Mendes o julgava um positivista que não cumpria com os seus deveres, porquanto, se os cumprisse, deveria renunciar ao pôsto de Governador do Rio Grande do Sul e entregar-se à propaganda do Positivismo".

Mas, retruquei, "se o Dr. Borges de Medeiros tem aptidões para ser um governador de Estado, e não possui vocação, nem qualidades para ser propagandista do Positivismo, o que deve fazer?" A resposta do Dr. Bagueira não se fêz esperar: "O Sr. Teixeira Mendes pensa que, então, êle prestaria maior serviço social abandonando o Governo e recolhendo-se à vida privada".

Decorria dêste ponto de vista uma atitude de alheamento à realidade brasileira, apreciada com agudeza por Oliveira Viana ao dizer que "apesar de sua beleza estrutural e elevação de sua moral, não se apresentava o Positivismo como uma doutrina de que emanassem eflúvios de sedução. Dir-se-ia, ao contrário, carregado de eletricidade negativa: não atraía, repelia. Nos seus dogmas, nos seus preceitos, nas suas regras, duras como tomentos de linho bravo, havia qualquer coisa que recordava os ásperos cilícios monacais e os seus discípulos pareciam antes severos Batistas, vestidos de pele, de cajado profético, macerados pelas rudes abstinências do deserto". (6)

Alguns adeptos do Apostolado apegam-se a uma carta de Augusto Comte a Dix Hutton, onde o filósofo frisa que o sacer-

dócio positivista não poderia "*reduzir-se sempre a êle só*". Era obviamente necessário que se multiplicassem os componentes do nôvo clero, mas seria absurdo admitisse Augusto Comte que todos os aderentes do Positivismo devessem ser sacerdotes da Humanidade, com a capacidade de lecionar as sete ciências da escala enciclopédica, etc., segundo, aliás, êle próprio tornou claro no trecho supra-transcrito ao fundar a Sociedade Positivista de Paris.

Além disto, nunca alimentou Augusto Comte pretensões a possuir atributos divinos. Os seus conceitos e conselhos sòmente se referiam ao momento histórico e ao meio social que tinha em vista. Mudadas as circunstâncias de tempo e lugar, êle não poderia deixar de rever os seus conceitos e conselhos, pois, do contrário, infringiria o princípio básico, por êle mesmo formulado: "*tudo é relativo, eis o único princípio absoluto*".

Que as normas da Igreja Positivista do Brasil hajam erguido uma barreira quase intransponível entre a mesma Igreja e o meio social brasileiro, a prova é que, à medida que desapareceram os positivistas independentes, que ocupavam cátedras nos estabelecimentos oficiais de ensino, exerciam cargos políticos, escreviam na imprensa, pertenciam a associações literárias e científicas, foram dia a dia mais aceleradamente escasseando os aderentes da mesma Igreja, apesar da incontestável superioridade moral e intelectual dos seus fundadores e de muitos de seus adeptos.

Sejam quais forem as causas intrínsecas e extrínsecas do insucesso do cometimento, nos moldes em que o empreenderam Miguel Lemos e Teixeira Mendes, é fora de dúvida, entretanto, haver deixado frutos e exemplos dignos do maior aprêço.

Pode-se, como assinali, legítimamente lamentar haja a sua ação assumido uma intransigência que progressivamente os incompatibilizou com o meio social que êles pretendiam modificar pela persuasão e pelo ensino. Apontar-se-ão, aqui e ali, erros de aplicação doutrinária, resíduos de espírito absoluto, atitudes de injustificável conservantismo e surpreendente misoneísmo, muitas vezes em relação ao que constituía o próprio dogma da doutrina — a ciência, principalmente na parte relativa à profilaxia e à medicina. Ademais, no ardor do combate aos obstáculos materiais, intelectuais e morais a uma pronta regeneração social, as paixões muitas vezes impediram tivessem os dois apóstolos uma visão clara e justa dos problemas e das situações.

### III

A propagação das doutrinas de Comte por Miguel Lemos e Teixeira Mendes caracterizou-se pela preocupação da mais extrema fidelidade aos ensinamentos do Mestre, não apenas no seu espírito, mas na sua letra, fazendo dêles uma espécie de Bíblia.

"O 4.º volume da *"Política Positiva"* — esclarecia Miguel Lemos em sua *Terceira Circular Anual* — "é o nosso Levítico, Levítico científico tão certo para nós quanto a geometria. . ." (7)

Aos aderentes de Pierre Laffitte que proclamavam ser a obra de Comte sujita a revisão e até em certos pontos, revogável, re-  
trucava Miguel Lemos em 1883:

"Quereis, por conseguinte, fazer uso da vossa razão para controlar e interpretar suas doutrinas. Não admitis a infalibilidade de Augusto Comte, como não aceitais a de Aristóteles e a de Descartes. Exigis, enfim, o direito de corrigir os seus erros: Em verdade, fica-se estupefacto ao ler tais excessos revolucionários na pena de pessoas que se dizem positivistas!" (8)

Como se vê, o exaltado entusiasmo de Miguel Lemos, com o qual comungava sem restrições Teixeira Mendes, era tão excessivo quanto o fanatismo do dominicano que acendia as fogueiras de Espanha e Portugal nos séculos do Santo Ofício, perdendo ambos por vêzes um tempo precioso em nugas de interpretação e exegese de textos comtianos sôbre questões de nenhuma importância.

Justo é, porém, ressaltar mais uma vez, como atenuante de suas atitudes, que ao se lançarem à liça com todo o ardor da sua mocidade e inexperiência, imbuídos de absolutismo e intolerância, só conheciam a correspondência de Augusto Comte com Valat, que vai até 1843, e com Stuart Mill, que apenas atinge a 1846.

Ora, sòmente a partir do *Discurso sôbre o conjunto do Positivismo*, em 1848, é que Comte, através de suas cartas, começa a fazer a aplicação social de sua doutrina, adaptando aos casos emergentes os princípios gerais e abstratos consignados na *Política Positiva*.

As missivas em que o filósofo põe em prática as suas teorias sociais só foram divulgadas muito depois da diretriz traçada por Miguel Lemos e Teixeira Mendes para o seu grêmio. A *"Correspondência Inédita"*, em quatro volumes, só foi publicada de 1901 a 1904; as *"Cartas a Diversos"*, em três volumes, saíram de 1902 a 1905; as *"Cartas ao Dr. Robinet"* em 1926; as *"Cartas a Blignières"* em 1932, e as *"Novas Cartas Inéditas"* em 1939.

Anteriormente a 1901 apenas haviam sido editadas, por Jorge Lagarrigue, em 1889, doze cartas a Edger e quatro a Metcalf, e, em 1890, foram estampadas, em Dublin, quarenta cartas a Dix Hutton.

Pela correspondência de Comte, vê-se que muitos preceitos tidos como inflexíveis e imodificáveis por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, na organização do seu grêmio, não o eram para o filósofo. Assim, longe de condenar figurassem os seus discípulos nas Congregações de ensino oficial, chegou Comte, conforme salientei, a interferir, em 1853, junto ao seu aderente, Senador Vieillard, no sentido de ser nomeado professor da Escola de Medicina

de Paris seu discípulo Dr. Segond, aprovado em concurso e filiado à Sociedade Positivista presidida pelo filósofo.

Também, em lugar de exigir de Vieillard que abandonasse a política, de acôrdo com o que, no Brasil, fariam Miguel Lemos e Teixeira Mendes em relação aos seus adeptos, sentia-se Comte feliz de ter um discípulo em tal eminência política.

Igualmente, em vez de censurar a Littré por publicar, no *National*, uma série de artigos sôbre a nova doutrina, congratulou-se com êsse empreendimento, ao contrário de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, de acôrdo com cujas exigências o poeta Vicente de Carvalho abandonou a sua colaboração no *Estado de São Paulo*, escrevendo, como vimos em capítulo anterior, a carta inspirada nos cânones estabelecidos por Miguel Lemos para o ingresso no seu grêmio.

Ainda em 27 de agôsto de 1855, depois de já publicada a *Política Positiva*, Augusto Comte mostrou em carta a Dom José Segundo Florez, que editava em Paris a revista "*El Eco Hispano-Americano*", quanto os preceitos abstratos daquele tratado deviam subordinar-se às circunstâncias de tempo e de lugar:

"Aconselhar-vos-ia a deixar um jornalismo que consome vosso tempo e vossas fôrças, concitando-vos a preservá-las para opúsculos especiais, sem impor-vos qualquer periodicidade. Deveis mesmo sentir que vossa atitude atual não poderia prolongar-se muito, porque se tornaria contraditória, já que o positivismo deve mais extinguir o jornalismo do que dêle servir-se sob qualquer modo. *Todavia, como a marcha normal não é ainda praticável, sobretudo de acôrdo com a insuficiência de nossos recursos materiais, devo atualmente encorajar vossa tarefa periódica, contanto que a julgueis puramente provisória, aguardando uma resolução mais digna de vossa parte e de vossa causa*". (A. Comte: "*Lettres à Divers*", t. I, 2<sup>e</sup> Partie, pgs. 48-49, Paris, 1904).

Há, porém, mais e melhor. O instinto inquisitorial de Miguel Lemos, na falta de poder celebrar um *ato de fé* conduzindo à fogueira o próprio chefe da ortodoxia positivista em França — Pierre Laffitte, levou-o a queimar o livro dêste último — *Calcul Arithmétique*, sob o pretexto de não ser o mesmo bastante fiel aos ensinamentos do Mestre! Depois de haver dito, na primeira edição de sua *Primeira Circular Anual*, ser "*essa publicação de grande utilidade para os que desejam iniciar-se no dogma positivo*"<sup>(9)</sup> entregou às chamas, após o cisma, ocorrido em 1883, os exemplares de que dispunha. <sup>(10)</sup>

Por tudo isto (ao lado da atitude de hostilidade em que se mantinham os Apóstolos relativamente aos progressos científicos) foram cada vez mais diminuindo os adeptos espontâneos do Positivismo, até então numerosíssimos entre nós.

Eis, de fato, o que dizia Miguel Lemos ao referir-se ao positivista Álvaro de Oliveira, catedrático de Química da Escola Po-

litécnica, em carta de 28 de janeiro de 1882, dirigida a Pierre Laffitte, cujo original transcrevo em apêndice a este livro:

“Ele pertence ao número daqueles que acreditam *haja a ciência avançada depois de Augusto Comte* (grifos do original), devendo incorporar-se à obra do filósofo *as novas pesquisas e descobertas!*” (grifos do original).

Pode-se, portanto, afirmar que, com a sua ação sistemática, cheia de excessos e intolerâncias, Miguel Lemos e Teixeira Mendes afugentaram, entre nós, numerosos adeptos espontâneos do Positivismo, pelo menos em nossos meios mais cultos. E, assim, se, por um lado, através da sua propaganda, a doutrina ganhou em profundidade, por outro perdeu em superfície e expansão.

E houve ainda um aspecto que consideravelmente contribuiu para esse resultado: muitos passaram a ocultar a sua adesão. É que não queriam ser tidos por adoradores de Clotilde de Vaux; não renunciavam à independência de sua razão individual, nem consideravam a obra de Comte uma espécie de Bíblia, estática, onde a verdade integral e imobilizada havia sido revelada pelo gênio do filósofo, nem, muito menos, podiam aceitar as doutrinas médicas do Apostolado: o seu horror à vacina, à teoria microbiana e a tôda a evolução da medicina, e, bem assim, da ciência moderna.

Esse tipo estranho de positivista que (como caricaturalmente se propalava) só se vestia de preto, não tomava café, não fumava, e, aferrado a Broussais, não admitia os progressos da medicina, ostentando, ao mesmo tempo, na observação de Manuel Bonfim, “*um tom de absoluta suficiência*”, como quem houvesse adquirido “*o privilégio da infalibilidade, tendo solução para tudo, resposta a tôdas as perguntas*” (11), foi com muito *humour* caracterizado por Lima Barreto em seus romances.

Tão longe levou Teixeira Mendes o decalque do culto católico que chegou a elaborar uma *missa* positivista. Foi, talvez, por ter notícia dessa paródia que o Padre Pedro Boz escreveu no prefácio de sua tradução da *Imitação de Cristo*: “Consta-me que na *Missa Negra*, ou como melhor lhe chamem, de uma seita niilista (se nega todo o além!), lê-se um capítulo da “*Imitação*”! (12)

Aludia, assim, às cerimônias cultuais da Igreja Positivista, onde frequentemente se lia a tradução em versos, da lavra de Teixeira Mendes, de um capítulo da *Imitação*, a que o apóstolo deu o título de “*Hino ao Amor*”.

Mas, se a Missa planejada por Teixeira Mendes somente foi celebrada em seu oratório doméstico, apenas restando de sua tentativa um livro póstumo (13), o mesmo não ocorreu com a “*semana santa*”, da qual intentou introduzir, no ritual de sua Igreja, nada menos de duas: uma consagrada a comemorar a morte de Clotilde, e, outra, a de Augusto Comte.

Não espanta, pois, que muitos entusiastas filosóficos de Comte, temerosos de ser envolvidos na mesma onda de estranho misticismo, passassem a ocultar sua adesão, pois os prosélitos do Apostolado foram ao ponto de chamar a Clotilde "*Nossa Mãe Santíssima*" e até mesmo "*Nossa Divina e Imaculada Mãe Espiritual*", enquanto Augusto Comte passou a ser, para êles, "*o nosso santo Pai Supremo*". (14) E até a *Ave Maria* de Gounod passou a ser cantada como *Ave Clotilde!*

Já no opúsculo — "*Les Relations de la Famille Marie avec Auguste Comte*" Teixeira Mendes tornara claro que, para êle e os aderentes do Apostolado, Augusto Comte merecia "*o respeito que os católicos votavam a Cristo, enquanto Clotilde era, para êles, o que a Virgem era para os católicos, ressaltado o caráter divino do Redentor no monoteísmo ocidental...*" (15)

Estava, assim, comprovada a observação de Huxley segundo a qual o Positivismo é "*um catolicismo sem o cristianismo...*" (16)

Com a autoridade de quem foi testemunha de vista, porquanto, tendo sido pupilo de Licínio Cardoso, teve ocasião de acompanhar de perto o evolver do Positivismo brasileiro desde fins do século passado, nota em suas "*Memórias*" Vivaldo Coaracy:

"O Positivismo anda hoje em relativo descrédito. Quando é mencionado quase sempre provoca um leve sorriso de mofa. A ponto de que muita gente, em nossos meios de cultura e inteligência, não se atreve a confessar claramente a influência que sobre o seu espírito exerceu e ainda exerce a filosofia de Augusto Comte. Atitude de covardia moral de quem tem receio de se expor ao ridículo.

"Foram Teixeira Mendes e Miguel Lemos homens de inatacável integridade moral, de alto valor intelectual e de extensa cultura. São qualidades que ninguém lhes poderá negar e que impõem o respeito à sua memória. Pela sua intransigência e intolerância, que atingia as raias do fanatismo, porém, mais prejudicaram do que serviram a causa do mestre de que se intitulavam os apóstolos. E pelo seu exclusivismo, pelas extravagâncias, exageros e peculiaridades, algumas quase pueris, em que incorreram e de que cercaram a sua Religião da Humanidade, tornaram o "*positivismo ortodoxo*", de que eram os expoentes máximos, alvo da irreverência pejorativa do público. Incidiram no ridículo. E também no Brasil, nada mata mais e mais depressa do que o ridículo". (17)

Aliás, o próprio discípulo direto de Augusto Comte, Dr. Georges Audiffrent, adepto do conjunto de sua construção, transcreve, num de seus opúsculos, a propósito da propaganda de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, o juízo de um positivista segundo o qual "*era preciso possuir o Positivismo um dorso de aço para resistir às vergastadas de ridículo a que o submetiam os seus adeptos brasileiros*". (18)

Os discípulos de Comte — explana ainda Vivaldo Coaracy — podem ser divididos em dois grupos: “os *ortodoxos* — praticantes da *Religião da Humanidade*, em número muito reduzido. No Brasil, agremiam-se no Apostolado .....

“Os segundos, que poderíamos chamar de “*dissidentes*”, estão disseminados pelos nossos meios culturais, sem constituir nenhuma agremiação ou sociedade, num individualismo áspero. É entre estes que se encontram aquêles que evitam mencionar as íntimas relações do seu espírito com a obra de Comte.

“Heterodoxos, ou herejes que são, abrem o espírito a outras influências, e, mais liberais, do que os “*fiéis*” da rua Benjamin Constant, não constroem as suas opiniões dentro do colete de ferro da pura doutrina de Comte”. (19)

Manda, entretanto, a equidade frisar que muitas das atitudes extremadas de Miguel Lemos e Teixeira Mendes foram tomadas quando ainda não haviam completado trinta anos: eram verdores da mocidade...

Mais tarde, ao ultrapassarem os quarenta, arrefecidos os exageros da juventude e adquirido “o *saber de experiências feitas*”, modificaram o seu ponto de vista acêrca do “*Levítico científico*” e da infalibilidade do Mestre... É o que demonstram as seguintes palavras de Teixeira Mendes em sua resposta às críticas de Joseph Bertrand aos trabalhos matemáticos de Augusto Comte:

“Antes de concluir, devemos responder a uma objeção que pessoas honestas frequentemente apresentam aos discípulos de Augusto Comte e que este opúsculo ainda pode sugerir. Ao verem os positivistas repelir as críticas feitas ao seu Mestre, perguntam se eles supõem o Filósofo infalível. Certamente não. O que sustentamos é que os erros que podem ser atribuídos a Augusto Comte não podem prejudicar nem a sua obra, nem a sua reputação. Serão sempre enganos como os que só um pedante poderia increpar aos Aristóteles, aos Descartes, aos Dantes, aos Corneilles, aos Mozarts, aos Arquimedes, aos Bichats, etc., nos *assuntos acêrca dos quais eles possuíam todos os dados essenciais*. O que sustentamos é que é necessário examinar a obra e a vida de Augusto Comte em seu conjunto, e de acôrdo com o mesmo espírito com o qual se examinaria, por exemplo, a obra de um arquiteto. Então facilmente se chegará à conclusão de que o edifício do Positivismo está construído tão sólidamente quanto o nosso Mundo e não ruirá senão com a própria Humanidade”. (20)

## NOTAS DO CAPÍTULO PRIMEIRO DA SEXTA PARTE

- 1) — Vide AUGUSTO COMTE: "*Lettres à Divers*", t. I, première partie, pg. 252, Paris, Fonds Typographique de l'Exécution Testamentaire d'Auguste Comte, 1902.
- 2) — *Idem*, *ibidem*, pg. 297.
- 3) — Vide A. COMTE: "*Lettres Inédites à C. de Blignières*", pg. 90, Paris, Librairie Vrin, 1932.
- 4) — *Apud* Dr. ROBINET: "*Notice sur l'oeuvre et la vie d'Auguste Comte*", pgs. 466 e 467 da 3.<sup>a</sup> edição, Paris, 1891.
- 5) — EUCLIDES DA CUNHA: "*Discurso de recepção na Academia Brasileira*", in "*Discursos Acadêmicos*", vol. I, pg. 272, Rio, Civilização Brasileira S. A., 1934.
- 6) — OLIVEIRA VIANNA: "*O Ocaso do Império*", pg. 123, Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1.<sup>a</sup> edição, sem data.
- 7) — MIGUEL LEMOS: "*L'Apostolat Positiviste au Brésil — rapport pour l'année 1883*", pg. 45, Rio, Au siège de la Société Positiviste, 1885.
- 8) — *Idem*, *ibidem*, pgs. 149 e 150.
- 9) — Vide MIGUEL LEMOS: "*Resumo Histórico do Movimento Positivista no Brasil ano de 93 (1881)*", Relatório anual ao Diretor Supremo do Positivismo em Paris, Rio, Sede da Sociedade Positivista", 94-1882, pg. 32.
- 10) — Sobre a destruição dos exemplares do *Cálculo Aritmético* de PIERRE LAFFITTE por MIGUEL LEMOS, vejam as suas *Circulares* de 1885, pg. 34, e de 1882, pg. 12, nota.
- 11) — MANUEL BONFIM: "*O Brasil Nação*", pg. 179 do segundo volume, Rio, Livraria Francisco Alves, 1928.
- 12) — Vide "*Amitação de Cristo — versão portuguesa por um Padre da Missão*", prólogo, pg. V, Rio, Colégio da Imaculada Conceição, 1910.
- 13) — Vide TEIXEIRA MENDES: "*Ensaio sobre o culto público: esboço de uma celebração sociolétrica destinada a substituir a Missa, para uso daqueles que havendo suficientemente instituído o seu Culto privado, primeiro íntimo e depois doméstico, sentem atualmente a necessidade de uma comemoração direta da Humanidade numa cerimônia coletiva*", Rio, Tipografia do *Jornal do Comércio*, 1936, 247 páginas.
- 14) — Vide TEIXEIRA MENDES: "*O Sacramento da transformação e a harmonia religiosa*", publicação n.º 4 de 1923, Rio, Templo da Humanidade, 1923, pgs. 146 e 148, e "*Mensagem a Miguel Lemos*" in "*Comemoração do dia 11 de Maio de 1902*," — S. Paulo, 1902, pg. 3.
- 15) — Vide TEIXEIRA MENDES: "*Les Relations de la Famille Marie avec Auguste Comte*", Rio, au Siège Central de L'Église Positiviste au Brésil, 1898, pg. 12.
- 16) — *Apud* R. DE BOYER DE SAINTE SUZANNE: "*Essai sur la pensée religieuse d'Auguste Comte*", pg. VIII, Paris, Émile Nourry, éditeur, 1923.
- 17) — VIVALDO COARACY: "*Todos contam sua vida — memórias de infância e adolescência*", Livraria José Olympio Editôra, 1959, pg. 282.
- 18) — Vide G. AUDIFRENT: "*Quelques mots pour servir à l'Histoire du Positivisme*", pg. 57, Marseille, 1895.
- 19) — VIVALDO COARACY, *op. cit.*, pgs. 202 e 203.
- 20) — TEIXEIRA MENDES: "*Le Positivisme et la pédantocratie algébrique*", Rio, au siège de l'Église Positiviste du Brésil, 1897, pg. 100.

## CAPITULO SEGUNDO

### O ATIVO DO APOSTOLADO

*I) O Apostolado e a defesa de tôdas as formas de liberdade. Sua preocupação com o proletariado. Combate ao militarismo. Tasso Fragoso e a influência positivista no Exército. II) O Serviço de Proteção aos Índios: Teixeira Mendes, Mário Barboza Carneiro, Rodolfo Miranda, Rondon e seu estado maior positivista. O Apostolado e nossos feitos de glória. Defesa da memória de Pedro II. O Apostolado como fonte de cultura geral. O Apostolado e a política internacional. III) A teoria microbiana e a questão da vacina obrigatória. Barata Ribeiro, Joaquim Murinho e Rui Barbosa tomam posição idêntica à do Apostolado. IV) O Apostolado e a moralidade dos sem Deus. Depoimento do Padre Paulo Maria de Lecourieux sôbre Teixeira Mendes. Como João do Rio viu a Igreja Positivista.*

#### I

**A**PESAR DE seus excessos místicos assinalados no capítulo anterior, sendo indiscutivelmente Miguel Lemos e Teixeira Mendes homens de alto valor, quer moral, quer intelectual, e sendo enorme a superioridade da doutrina que aplicavam, ainda grande foi o seu ativo e rica de edificantes ensinamentos a obra que nos legaram.

Não podendo, pelos seus Estatutos, colaborar em jornais, encontraram uma saída: a de fazer as suas publicações nos *A Pedidos*, isto é, pagando para serem estampadas nas seções ineditoriais. Era uma saída casuística, porque contribuíram, assim, financeiramente, para a manutenção dos jornais de forma ainda mais efetiva do que se nêles colaborassem gratuitamente, ou, ao contrário, recebendo a paga de sua colaboração.

Seja, porém, como fôr, o fato é que, propugnador infatigável de tôdas as formas de liberdade, se empenhou o Apostolado, de corpo e alma, na campanha abolicionista; muito antes de extinta a monarquia, propagou entre nós, com desassombro, a instituição do regime republicano, e, uma vez instalado êste, procurou assegurar, em condições exemplares, a separação entre a Igreja e o Estado, salvaguardando a dignidade e a independência de todos os cultos. Opôs-se sempre, com inquebrantável energia, a tôda modalidade de opressão dos fortes contra os fracos, e defendeu, com especial solicitude, o proletariado e a mulher contra os abusos dos poderes públicos ou dos interesses particulares.

Liberdade religiosa, liberdade de ensino, liberdade de testar, liberdade de profissões, liberdade de greve, liberdade de imprensa, por tôda parte e em todos os momentos, mesmo os mais críticos e perigosos, por elas se bateu, com denodo, o Apostolado. Quando, logo após a proclamação da República, o Governador Provisório cerceou a liberdade de imprensa, acarretando o desaparecimento do jornal monarquista *A Tribuna Liberal*, de que era redator Carlos de Laet, um único protesto se registrou em todo o país: foi o do Apostolado Positivista, pela voz de seu diretor, na secção livre do *Jornal do Comércio*, de 26 de dezembro de 1889. (1)

Em prol do proletariado clamaram Miguel Lemos e Teixeira Mendes sem cessar. Os seus apelos e advertências encerram, em germe, tôda a legislação trabalhista atualmente em vigor. Sob muitos aspectos as reivindicações do Apostolado ultrapassam de muito as garantias até agora asseguradas às classes trabalhadoras. Em matéria de moradia, educação, lazer, amparo à mulher e à criança, as medidas propostas pelo Apostolado ainda hoje constituem audaciosas antecipações. Os deveres dos ricos em relação aos pobres e o destino social de tôda fortuna privada ou pública, foram, por seu lado, temas constantes da pregação de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, tão distanciados, nesses assuntos, das utopias subversivas quanto da corrupção e cegueira reacionárias.

Sôbre os males do militarismo escreveu Teixeira Mendes algumas de suas páginas mais agudas e corajosas, quer apreciando exemplarmente, no "*Esbôço Biográfico de Benjamin Constant*", a guerra com o Paraguai (2), quer combatendo, em publicação especial, o serviço militar obrigatório. (3)

Há quem diga que o Positivismo "viciou horrivelmente o ensino em nossas escolas militares, arrancando-lhe o caráter essencial de centros de educação militar, de formação intelectual e moral para a guerra". (4)

"O Positivismo, porém, não foi a causa dêsse vício, que não cabe à República nem à pretensa influência positivista" — comenta o Professor Cruz Costa. E continua:

"Se a nossa Escola Militar foi, durante certo tempo, uma simples escola de engenheiros, em que os que tinham vocação para professores de matemática perdiam inteiramente o espírito bélico" (5), as verdadeiras causas dessa tão falada *paisanização* das nossas classes armadas, sobretudo do Exército, são devidas a razões talvez mais profundas. O Positivismo, tão contrário a privilégios e a títulos, não foi o fomentador da enorme messe de maiores-doutôres, de coronéis-doutôres, tão criticados por Lima Barreto. O próprio Eduardo Prado, pouco simpático à república e menos ainda ao Positivismo, reconheceu que "o governo monárquico cometeu um erro imenso deixando ao en-

*sino militar, o seu caráter exclusivamente teórico. O Sr. D. Pedro II, tão ocupado das ciências, não fez senão abacharelar o oficial do exército que agora [1890] naturalmente revela um tão pronunciado furor politicante, discursante e manifestante*". (6) Não foram os positivistas — conclui o Professor Cruz Costa — que corromperam o belicismo dos jovens oficiais dos fins do século XIX. Foi a própria monarquia em que tantos vêem hoje apenas benemerências, e o próprio Benjamin Constante era um perfeito produto daquele "cientismo" tão do gosto do imperador". (7)

Cabe ao professor Cruz Costa inteira razão. No opúsculo "*A Política Positivista e o Regulamento das Escolas do Exército*" escreveu Teixeira Mendes:

"É incontestável que se o Exército tem de ser mantido atualmente com a sua presente organização, o dever da ditadura republicana é prepará-lo *unicamente para preencher o seu destino*. O militar não é naturalmente destinado para administrador, lente, engenheiro, bacharel, etc." (8)

No entanto — acrescentava o Apóstolo — "a instrução militar não passou de um pretexto para organizar uma nova classe de pedantocratas, transformando os oficiais do Exército em diretores da sociedade civil que há muito se tornou irrevogavelmente industrial, pela nossa evolução histórica".

E, mais adiante, frisava:

"Dir-se-ia que os nossos cidadãos militares fatigados do domínio dos bacharéis de casaca querem apenas substituir esse regime pela prepotência dos bacharéis de farda ... A insurreição de 15 de novembro, tendo transferido para os *letrados militares* o ascendente político que durante o Império coube aos *bacharéis e doutôres paisanos*, os primeiros a fim de garantirem a sua supremacia, esforçam-se por determinar que para a sua classe convirjam as ambições burguesas que até hoje demandaram as profissões jurídicas, médicas e politécnicas". (9)

Diante de afirmações de tal modo categóricas, pode dizer-se, com justiça, haverem os positivistas concorrido para a paianização do Exército?

Se houve e continua a haver, entre nós, militares pacifistas, isto decorre do espírito geral de nossa época, em que a guerra é cada vez mais uma dolorosa e reprovável anomalia, como deixou claro um dos nossos maiores heróis da Guerra com o Paraguai — o ínclito Ozório, que não era positivista.

Vejamos, porém, o que a esse respeito escreveu, em 1939, um dos mais distintos oficiais do Exército brasileiro — o General Tasso Fragoso:

"Argúem-no [o Positivismo] de intervenção maléfica em o nôvo regime e notadamente no espírito militar do país. Não sou

dêse parecer. Pode-se discordar dos princípios positivistas, ser hostil à doutrina de Augusto Comte, mas ninguém pode negar que, pelo menos em certas questões, foi proveitosa a sua influência. Basta a confirmá-lo o que se passou com respeito à separação da Igreja e do Estado...

"Houve também quem se revoltasse contra a influência da doutrina comtiana sobre o espírito de certos oficiais, que, na opinião dos censores, desdenhavam a profissão, sonhando com a paz universal e a transformação do Exército em polícia.

"É certo que existiam no seio da força armada alguns discípulos confessos do Positivismo ou apenas simpáticos a êle. Nunca, todavia, periclitou com isso a defesa nacional. Ao contrário, procederam de modo que ninguém mais do que alguns dêles deu maiores provas de amor ao país e soube morrer por êle. Escrevendo estas linhas, tenho em mente o General Rondon e a sua obra nas fronteiras do Brasil. Quem mais do que êle e seus abnegados companheiros patenteou maior bravura na paz? Pois não é bravura afrontar o desconhecido, sofrer intempéries e morrer quase ignorado no sertão longínquo? Onde se cultivavam melhor os sentimentos elevados que animam os verdadeiros guerreiros — ali ou na faina pacífica e segura dos quartéis? Dezesseis oficiais lá ficaram para sempre, pagando com a vida a sua fé no porvir do Brasil. Só ultimamente se começa a fazer-lhes tardia justiça. Ouvi outrora conceitos desfavoráveis à obra e aos companheiros de Rondon, e sempre contra êles levantei com energia o meu protesto.

"Conheci além disso oficiais positivistas ou simpáticos ao Positivismo, que cumpriam pontualmente os seus deveres militares. Aliás forçoso é reconhecer que qualquer doutrina capaz de desenvolver os mais nobres sentimentos da alma humana, também é apta a preparar defensores da Pátria, quando dêles haja mister. Não devemos esquecer o judicioso pensamento de Diogo de Couto:

*... a guerra não se faz com invenções, mas com fortes corações.*

"O Catolicismo também é contra a guerra, no entanto são numerosos os sacerdotes católicos que se bateram com denodo na guerra de 1914; muitos dêses apóstolos da paz estão agora prontos a defender a França nas obras da linha Maginot.

"Certos militares, pompeadores de bravura fora do perigo, atassalham Benjamin Constant por causa de suas idéias pacifistas.

"Realmente êle anelava pela paz universal. Disse-o publicamente, sem constrangimento, na célebre recepção aos oficiais chilenos na Escola Militar. O momento era adequado para preconizar a fraternidade americana; e daí seu espírito altruístico ascendeu rápida e insensivelmente a plano superior.

“Orando na manifestação que lhe fizeram os oficiais da 2.<sup>a</sup> brigada e seus alunos da Escola Superior de Guerra expressou-se desta maneira:

“Estando velho e alquebrado, não poderia assistir ao que estava reservado, para aquela mocidade, que ali se achava, presenciar o que para êle era um verdadeiro sonho: a confraternização da América, cujas tendências são muito pronunciadas, e a deposição das armas nos muscus, para que as graças vindouras pudessem admirar com horror o longo período de barbaria, que vem desde as origens da Humanidade, transformando os elementos de progresso em instrumentos de destruição e os fins da ciência, que é destinada ao aperfeiçoamento e bem-estar da Humanidade, em fornecedora dos elementos de carnificina e destruição”.

“Volta ao assunto na ordem do dia que elaborou ao deixar o Ministério da Guerra [22 de junho de 1890]. Depois de elogiar o procedimento do Exército no ano anterior e na proclamação da República, de pôr em relêvo a missão social da força armada, a tendência do progresso humano para “o feliz regime final — industrial e pacífico — assim se expande o nosso mestre:

“Para êle [regime final resultante do fraternal congreamento dos povos] caminham mais rapidamente do que todos os outros, como é forçoso e grato reconhecê-lo, os povos americanos, e, de um modo ainda mais acentuado, o nobre e generoso povo brasileiro, sempre predisposto a sacrificar dignamente o seu egoísmo nacional ao largo e fecundo amor universal. A orientação dominante nos povos e nos exércitos americanos dá-nos a lisongeira esperança de que aquêlê sublime ideal de verdadeiro progresso humano se transformará em futuro não muito remoto, em grata e feliz realidade. Para êle concorrerá poderosamente o exército brasileiro, a que me orgulho de pertencer”.

“Em que podem êstes conceitos importar desdouro à figura de Benjamin? São evidentes e contínuos os esforços dos espíritos superiores pela paz mundial: a Liga das Nações, fundada depois de 1918, não aspira afinal a outra coisa. Sonhar com a paz universal não equivale a desservir o país e a abandoná-lo quando o ameaça perigo externo. Os grandes soldados foram em geral propugnadores da paz. Veja-se, por exemplo, o nosso Ozório. “O seu maior desgosto — dizia êle — era ver sua pátria em luta, e achar-se num campo de batalha; a sua data mais feliz seria aquela em que lhe dessem a notícia de que os povos, os civilizados pelo menos, festejavam a sua confraternização, queimando os seus arsenais”.

“Pode-se afirmar, ao contrário do que fôra de supor, que os militares são menos belicosos que o restante de seus compa-

triotas. Não lhes cabe em geral a responsabilidade pelo desencadeamento dos conflitos internacionais". (10)

## II

Em seu afã de justiça e fraternidade, voltou desde cedo o Apostolado, para os silvícolas brasileiros, os seus olhos protetores, buscando, por todos os meios, reparar os males que lhes infligiram a conquista e a colonização. Das providências, instantemente por êle reclamadas, nasceu (através dos esforços de Mário Barboza Carneiro, que, no momento, ocupava o posto de Diretor Geral de Contabilidade do Ministério da Agricultura), o Serviço de Proteção aos Índios, confiado por Nilo Peçanha e Rodolfo Miranda à energia de Cândido Mariano Rondon, que se cercou, em sua faina, de um pugilo de jovens, em sua quase totalidade, positivistas. Dentre êstes se destacaram os irmãos Francisco, Nicolau e Luís Bueno Horta Barbosa, Manuel Rabello, Pedro Ribeiro Dantas, Vicente de Vasconcelos, Renato Barbosa Rodrigues Pereira, Humberto e Francisco de Oliveira, Júlio Caetano Horta Barbosa, Manuel Tavares da Costa Miranda, Alípio Bandeira, Alberto Jacobina, Germano José da Silva, Antônio Martins Vianna Estigarríbia, José Bezerra Cavalcanti — continuados por Júlio Agostinho Horta Barboza, Benjamin Floriano Barradas, Maria Luiza e Alberto Pizarro Jacobina, todos de algum modo ligados ao Apostolado. Será êste um assunto ao qual voltarei ao tratar da contribuição de Rondon à cultura nacional.

A retidão inflexível do Apostolado fêz com que se impusesse desde cedo ao respeito e admiração do país. Campos Salles, por exemplo, então Ministro da Justiça do Governo Provisório, apressou-se em responder, em 28 de março de 1890, ao protesto de Miguel Lemos a propósito da prisão de um falso padre.

Nessa carta, que foi reproduzida na "*Décima Circular Anual*" do Diretor do Apostolado Positivista, concordava o político paulista com o ponto de vista de Miguel Lemos, e, agradecendo a sua intervenção, acrescentava: "Peço-vos mesmo que esclareçais com a vossa crítica honesta e elevada os atos do meu ministério, pois no desempenho dos meus deveres desejo mostrar-me digno da República, que muito deve à influência salutar dos vossos princípios e da vossa decidida propaganda".

Se, como salienta o prof. Guerreiro Ramos, "foram os positivistas que, pela primeira vez, entre nós, colocaram com toda clareza o problema da formulação de uma teoria da sociedade brasileira como fundamento da ação política e social, é a Teixeira Mendes que se deve um esforço mais sério nesse sentido"

ao expender uma teoria do Brasil no opúsculo "*A Pátria Brasileira*", publicado em 1881. (11)

Todos os feitos de glória do nosso povo, na lenta formação da nacionalidade, receberam a permanente consagração do Apostolado, que foi, como vimos, quem sugeriu as datas estabelecidas pelo Governo Provisório para os feriados nacionais. A êle se deve, em grande parte, a apreciação e a apoteose dos nossos grandes homens, tendo-lhe cabido importante papel nas comemorações do centenário de Camões em 1880 e no culto das figuras de Tiradentes e José Bonifácio.

Intervenção das mais interessantes de Teixeira Mendes em prol da justiça histórica e que lhe caracteriza bem o fôlego moral, inspirando admiração até a um cético do estôfo de Medeiros e Albuquerque, foi o afã com que desfez a versão, propagada na Inglaterra, de haver Pedro II dirigido a Lincoln uma mensagem a favor dos escravocratas americanos. Essa mensagem, publicada em Londres, em 1917, por Frederico Harrison, foi, através do telégrafo, espalhada por todo o mundo.

Convencido de tratar-se de uma mistificação, e que Pedro II, apesar da tibieza de seu abolicionismo, não seria capaz de tal iniciativa, não descansou Teixeira Mendes até patentear a burla do célebre e prestigioso escritor, o qual, além do mais, era um dos chefes do Positivismo inglês, havendo sido um dos promotores da publicação do *Nôvo Calendário dos grandes homens*, a que se refere, em suas *Cartas de Inglaterra*, Rui Barbosa.

Entrou, então, Teixeira Mendes em ativa correspondência com jornais da América do Norte e da Europa, desvendando afinal, de modo irrefutável, a falsidade da mensagem em aprêço. E em 1918 consignou os resultados de suas pesquisas em artigo publicado nos "*A Pedidos*" do *Jornal do Comércio* e depois estampado em avulso com o título: "*Em Defesa do Passado Brasileiro: falsidade da esmagadora agravante que, para a deplorável política imperial brasileira, resultaria da inqualificável intervenção escravocrata, malignamente atribuída a Pedro II junto a Lincoln*".

A inspiração de Teixeira Mendes se devem, graças à generosidade do positivista Amaro da Silveira, o monumento a Benjamin Constant, que se encontra hoje no Campo de Santana, da lavra de Décio Vilares (que é também o autor do de Júlio de Castilhos em Pôrto Alegre), e o que foi erigido a São Francisco de Assis, na praia do Rüssel, modelado por Eduardo Sá, autor ainda do monumento a Floriano Peixoto, no Rio.

O movimento de cultura empreendido, em todos os seus graus, pelo Apostolado, representa uma de suas contribuições mais significativas. Neste setor, como em tantos outros, sua ação foi mais oral do que escrita, o que muitas vêzes dificulta o julgamento equitativo do alcance que assumiu. O seu ciclo anual

de conferências dominicais e em datas marcantes do calendário cívico e religioso, as suas comemorações centenárias dos principais promotores do progresso humano, a publicação e a difusão de grandes obras a preços ínfimos, as correntes de opinião que provocou, fizeram do Apostolado, em certa época de sua existência, um foco de cultura que imprimiu a várias gerações forte vocação intelectual. Basta-me lembrar a influência que exerceu sobre a formação de Roquette Pinto, conforme êste não se cansava de repetir, frequentador assíduo, que foi, das prédicas de Teixeira Mendes, ouvidas com avidez por quase toda a mocidade acadêmica do tempo, dotada de alguma curiosidade intelectual.

Disto ainda são testemunhas vivas, entre outros, os embaixadores Júlio A. Barboza Carneiro e Paulo de Berredo Carneiro, os Professôres Arthur Moses, Pedro A. Pinto, Levasseur France e Lindolfo Xavier; os generais Jaguaribe de Matos, Júlio Caetano Horta Barboza e Vicente de Vasconcelos; os almirantes Álvaro Alberto, Alfredo Colônia e Machado da Silva.

Eis, a respeito, o depoimento do Comandante Coriolano Martins:

"A Teixeira Mendes são devidas, quase na sua totalidade, as publicações do Apostolado Positivista do Brasil. Trabalhos de vulgarização de doutrina, intervenções na vida cívica, contribuição para a biografia de Augusto Comte, foram o resultado de uma atividade assombrosa.

"Mas, acima de tudo, o que caracterizou a ação de Teixeira Mendes foi a propaganda oral. Os que ouviram as suas inolvidáveis conferências guardam para sempre a lembrança dessas exposições vigorosas, sem a preocupação da forma, em que a eloquência surgia da convicção e do entusiasmo. Ele empolgava o ouvinte pela força da demonstração. A propaganda oral de Teixeira Mendes formou no Brasil uma opinião positivista". (12)

Não diverge o depoimento do Embaixador Júlio A. Barboza Carneiro num livro de *Memórias* ainda inédito:

"As prédicas se realizavam nas horas mais impróprias, momentaneamente num país tropical; começavam ao meio dia e iam até às 2½ ou 3 horas da tarde, isto é, no momento de mais intenso calor. O ambiente era estranho, mas o pregador excepcional. A explicação sistemática do "Catecismo" era um verdadeiro curso de humanidades que indubitavelmente ministrou uma cultura geral a quantos o seguiram com perseverança. Teixeira Mendes fazia freqüentemente digressões em que abordava os assuntos da atualidade brasileira ou estrangeira. Como expositor, como explicador êle era magistral".

Os problemas de política internacional, sobretudo no mundo latino-americano, deram origem a admiráveis intervenções de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, visando sempre à preservação da paz universal. Uma completa independência de apreciação e uma total emancipação de preconceitos raciais e nacionalistas asseguraram ao Apostolado uma autoridade e um prestígio incontestes nesse terreno. Aí, uma vez mais, desempenhou um papel de pioneiro, já na imposição da arbitragem obrigatória (com a força de preceito constitucional), já na formação de uma opinião pública sensível à necessidade do desarmamento geral e à conseqüente supressão de quaisquer comemorações de lutas fratricidas, chegando a pregar a restituição de troféus e o cancelamento das dívidas de guerra entre todos os povos.

Pode-se afirmar não haver um só grande problema moral, político e filosófico do tempo que não tenha sido discutido pelo Apostolado. O catálogo das suas publicações (além das manifestações orais a que aludem) é um repertório precioso a esse respeito. Onde, no Brasil, se elevou o pensamento a cogitações tão diversas e tão complexas? Percorra-se essa lista de mais de seiscentas publicações episódicas sobre os assuntos mais diversos e ter-se-á um balanço fiel da prodigiosa efervescência de idéias e das corajosas atitudes do Apostolado.

Uma dessas atitudes foi tomada por Teixeira Mendes em 1907. Apesar da atordoante publicidade dirigida pelo Barão do Rio Branco em nossa imprensa, o Apóstolo não trepidou em protestar veementemente, em nome da Humanidade, contra a atitude de Rui Barbosa ao combater, em Haia, a tese de Drago contrária ao emprêgo da força na cobrança de dívidas por parte das nações.

Foi, de fato, uma atitude de fraqueza do Brasil em relação à política internacional dos Estados Unidos dos quais tem sido, tantas vezes, mero caudatário. Eis, a respeito, o depoimento de Luiz Viana Filho:

“Drago, argentino, apresentou a tese contrária ao uso da força para os Estados cobrarem as suas dívidas. Idéia simpática, e que Rui e Rio Branco teriam vontade de apoiar. É uma réplica às medidas militares tomadas pela Inglaterra, a Alemanha e a Itália contra a Venezuela. Mas os Estados Unidos são contrários e Afonso Pena, de nenhum modo, deseja desgostar os seus amigos de Washington. *“Rio Branco a Rui: “Pensa o Presidente que seria impolítico contrariássemos o govêrno americano na questão da cobrança de dívidas, e nos separássemos de quase tôda a hispano-América, convindo que êle saiba confidencialmente que só para lhe ser agradável o Brasil o acompanhará até onde fôr possível nesse terreno”.* Rui pronunciou então um hábil discurso, justificando o voto contrário à propo-

sição argentina: o Brasil não desejava assustar os seus cre-  
dores". (13)

Teixeira Mendes, porém, não era capaz de "*habilidades*" quando estavam em jôgo os supremos interesses da Humanidade. Arrostando o risco de indispor-se com a opinião pública de todo o país, preparada pelo Itamarati no sentido de fazer crer que o Brasil estava em Haia obrigando a Europa a curvar-se perante êle, não teve dúvida o Apóstolo em pôr tudo em pratos limpos. Lançando o seu protesto contra a nossa fraqueza de caudatários das grandes potências, publicou em francês e português o opúsculo: "*A diplomacia e a regeneração social — a propósito da atitude do Govêrno Brasileiro na Conferência de Haia em 1907*".

### III

Mesmo quando o ponto de vista adotado pelo Apostolado se revelou, na prática, infrutífero, ou foi comprometido por um espírito de intransigente hostilidade contra as classes e as correntes de pensamento dominantes, não é de desprezar a contribuição que representou: em sua origem deparar-se-á sempre uma preocupação social ou moral digna de respeito, como aconteceu no caso da obrigatoriedade da vacina, em que defendia, assim como Rui Barbosa, Barata Ribeiro, Joaquim Murinho, Barbosa Lima, Lauro Sodré e tantos outros, a liberdade de opinião e a dignidade da pessoa humana, pois, como dizia Rui: "nesse assunto só uma certeza existe: a de que o Estado exorbita de suas funções e perpetra um crime, ditando penalmente sua leviana sentença".

A paixão tem impedido até hoje que se aprecie com serenidade a interferência do Apostolado na questão da vacina e de sua obrigatoriedade. Essa interferência foi, entretanto, legítima e nada teve de condenável, como os adversários do Positivismo propalam.

Sendo a *Filosofia Positiva* ainda muito recente no comêço do nosso século, contrariava de modo chocante os hábitos mentais então estabelecidos, divulgando-se sôbre ela e seus adeptos as mais disparatadas versões.

Nada, entretanto, menos estranhável, porque são sempre mal recebidas pelos homens as verdades novas — "*essas infelizes forasteiras*" — na expressão de Fontenelle.

Ao traçar o quadro dos costumes, ciências e artes do reinado de Carlos I de Inglaterra, conta Hume que descobrindo Harvey a circulação do sangue, nenhum dos médicos do tempo, cuja idade atingia aos quarenta anos, lhe aceitou nunca a irrefragável argumentação a respeito. Ao contrário, caiu em imen-

so descrédito, perdendo inteiramente a sua clínica em Londres, tais os sarcasmos e remosques de que foi vítima. Criou-se mesmo a denominação pejorativa de *circulador* para designar os partidários de Harvey, e, no "*Malade Imaginaire*", um dos personagens de Molière se gaba de haver sustentado uma tese contra os "*circuladores*".

Já quando se divulgara a descoberta de Servet, nem mesmo Vésale e Falópio, dois dos mais intrépidos iniciadores da anatomia moderna, admitiram a simples existência das válvulas venosas, que, em parte, decorria dos trabalhos d'elles próprios!

O mesmo se deu em França com a lei da gravitação universal formulada por Newton. Para ser accita com tôdas as suas conseqüências, foi preciso desaparecesse a geração que, na mocidade, adotara a teoria dos turbilhões de Descartes.

Tão lento é, ponderará o historiador filósofo, o progresso da verdade, *mesmo quando não tem a entravá-lo as prevenções partidárias ou a superstição!*

Essa tão pronunciada tendência conservadora de nossa espécie levou Augusto Comte a proclamar que, em princípio, o progresso social repousa, essencialmente, sobre a morte, porque "pela extrema imperfeição de nossa natureza moral, e, sobretudo, intellectual, aquêles mesmos que mais poderosamente contribuem, em sua virilidade, para os progressos do espirito humano, ou da sociedade, não podem em seguida conservar por muito tempo sua justa preponderância, sem se tornarem, involuntariamente, mais ou menos hostis aos desenvolvimentos ultteriores, aos quais cessam de poder dignamente concorrer". (14)

Assim como à *Filosofia Monoteica*, até quatro séculos depois de haver surgido, também à *Filosofia Positiva* mais de um século depois de constituída, se fazem as imputações mais absurdas e mais contrárias àquilo mesmo que ensina.

Entre as acusações feitas ao Positivismo, esta como que obrigatória, tal a sua freqüência no Brasil, se acha a de que não admite a *existência do micróbio*.

Para se acabar com essa balela, basta recordar o que, sobre o micróbio, escreveram dois médicos positivistas, discípulos directos de Augusto Comte, o Dr. Audiffrent e o Dr. Sémérie.

Eis algumas das conclusões do primeiro:

"Os micróbios podem transmitir suas qualidades nocivas de um organismo a outro, dando, assim, origem a doenças susceptíveis de revestir a forma epidêmica; conseguimos defender-nos contra o seu contacto por processos, cujo emprêgo, de algum modo, transformou a cirurgia contemporânea". (15)

Quanto ao Dr. Sémérie, publicou em 1885 uma monografia intitulada *La Conquête du Microbe*, que ainda hoje poderia ser subscrita por qualquer microbiologista competente, que só

teria de acrescentar-lhe os desenvolvimentos realizados daquela data aos nossos dias.

Dessa monografia são os seguintes tópicos:

“Desenvolvendo-se nos meios orgânicos, podem os micróbios conservar-se em estado de germe, na atmosfera, sob a forma de poeira ressequida, não esperando senão uma oportunidade para pulularem com a terrível fecundidade dos organismos inferiores...

“Como livrar-nos dos micróbios?”

“Destruindo-os, quando podemos atingi-los diretamente, como no caso da sarna, tornada hoje uma afecção sem importância, que uma fricção faz desaparecer. Assim também atacando os vibrões do pus com ácido fênico, estancam os cirurgiões modernos a fonte dêsse humor mórbido, evitam a infecção pútrida, e, não temendo mais as aberturas articulares e as vastas ablações de substâncias, ousam operações diante das quais recuavam seus mestres da geração precedente.

“Nos casos virulentos tentou-se, através da inoculação, provocar nos pacientes uma doença benigna que os livrasse de uma doença grave, como se fazia, no século XVIII, relativamente à varíola, antes da descoberta da vacina de Jenner. Este processo havia ficado, porém, empírico até os nossos dias. Foram os trabalhos modernos, e notadamente os de Pasteur, que o tornaram racional e sistemático e realizaram a *conquista do micróbio*.

“Assim como um jardineiro cultiva plantas e transforma as espécies selvagens em civilizadas, desenvolvendo em cada uma delas as qualidades úteis ao homem, assim também fêz-se Pasteur jardineiro de vegetais microscópicos. Convencido de que cada vírus é devido à existência de um organismo microscópico especial, êle procura e isola êsse micróbio, depois o semeia no que chama caldo de cultura — levedo de cerveja, caldo de galinha ou de carne, com as precauções mais delicadas, para evitar as causas de êrro; estuda o desenvolvimento e a evolução dêsse micróbio, sua maneira de nascer e morrer; em que condições precisas de calor e oxigenização êsse pequeno selvagem de nova espécie conserva sua propriedade virulenta, em que circunstâncias essa virulência é aumentada ou atenuada.

“Numa palavra: êle cultiva os micróbios e chegou a criar assim, no mundo microscópico, variedades novas e até mesmo raças hereditariamente dotadas de propriedades opostas às do tronco de que procedem. Resultado maravilhoso do gênio do homem que domina e submete à sua vontade inteligente os geradores dêsses abomináveis flagelos, obrigando-os a perder sua letífera influência para se tornarem salutareis! O vírus venenoso transforma-se em vírus vacínico e o micróbio mortífero em micróbio benfazejo. Mais do que um fato empírico, depara-se-nos aí um método que comporta desenvolvimentos. É mais um

capítulo acrescentado à ação total da humanidade sobre o seu planêta. É o mundo microscópico que passa a ser tributário do homem. Depois do cão e do cavalo, depois da vinha e do trigo, é o micróbio que, afinal, é conquistado!"...

E o Dr. Sémérie, assim concluiu, em 1883, a sua monografia:

"Dia virá em que um Pasteur do futuro, tendo em seu líquido de cultura os micróbios da febre amarela, do cólera e da peste, há de mostrar-nos na extremidade de sua lancêta os filhos domesticados dêsses temíveis flagelos transformados em vacinas de seus pais. Por mais distante e duvidoso que ainda esteja tão grandioso resultado, é possível, e, conseqüentemente, deve ser tentado, porquanto não ultrapassa os limites permitidos ao ideal científico moderno". (16)

Aqui está o que, sobre as descobertas de Pasteur e as vacinas, escreveu um médico positivista poucos anos depois da realização de tais descobertas, isto é, em 1883!

Não procede, portanto, em grau nenhum, a acusação feita a Teixeira Mendes, Bagueira Leal, Barbosa Lima, Lauro Sodré e seus correligionários positivistas de não admitirem a vacina e a existência do micróbio.

Vejamos, à moda de Tácito — *sine irâ ac studio*, o que de fato se passou entre nós.

Pretendeu o Govêrno, em 1904, estabelecer a obrigatoriedade da vacina anti-variólica. Acharam os positivistas que essa "obrigatoriedade" constituia um atentado à dignidade da pessoa humana e que, em vez da fôrça bruta, o que os apologistas da vacina deviam fazer era apelar para a persuasão e a convicção acêrca da excelência do processo terapêutico que preconizavam. E tanto mais assim se devia proceder então quanto, por êsse tempo, devido a deficiências técnicas de preparação, muitas vêzes a vacina não só deixava de apresentar eficácia, mas até mesmo se manifestava altamente prejudicial. Era, pois, um abuso da fôrça, era uma tirania pretender o Govêrno impingi-la com a violência do *crê ou morre* dos Inquisidores.

Augusto Comte era um entusiasta da descoberta da vacina por Jenner e chegara a pensar em colocá-lo em seu *Calendário dos Grandes Homens*, só não o fazendo por ter sido a descoberta do médico inglês apenas empírica, sem que a guiasse qualquer indicação de ordem pròpriamente científica (17), o que só veio a ser efetuado por Pasteur.

E é curioso observar que, enquanto êste último e sua equipe vinham realizando descobertas surpreendentes em relação às vacinas em geral (de que basta citar a vacina contra a raiva), a vacina anti-variólica, por certos defeitos de preparação, vinha sendo objeto de sérias restrições por parte de cientistas do mais

alto conceito, como uma comissão de bacteriologistas alemães, presididos por Koch, que, em 1896, encontraram, na vacina anti-variólica, além de *streptococcus*, o bacilo da difteria, enquanto, na América do Norte, Copemann e Blaxall acharam na linfa vacínica micróbios da tuberculose e da erisipela. (18)

Grandes professores e cientistas de fins do século XIX e primeiros anos do atual também se manifestaram sobre os perigos e a ineficácia da vacina anti-variólica *tal como era então praticada*: na Itália, o Professor Carlo Ruata, catedrático de matéria médica da Universidade de Perúgia; na França, Peter, catedrático de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Paris; na Áustria, Kaposi, professor de Dermatologia da Universidade de Viena; na Bélgica, o Dr. Henri Boucher, cientista de renome, e o médico Dr. Hector Grasset; na Inglaterra, entre muitos outros, o Dr. Edgar Crookshand, professor de patologia comparada e de bacteriologia do King's College, de Londres; o Dr. Creighton, autor de numerosos trabalhos, inclusive o artigo sobre vacina incluído na *Enciclopédia Britânica*, que sempre foi, sob o ponto de vista científico, uma das publicações mais autorizadas; Alfred Russel Wallace, um dos cientistas ingleses de maior fama nesse tempo, êmulo de Darwin; e, por, fim, o filósofo Herbert Spencer, grandemente conceituado pela sua cultura científica e principalmente biológica. (19)

Era natural que essas dúvidas ocorressem então acerca da vacina e da teoria microbiana. Achava-se esta em seus primórdios e muito se tinha ainda que investigar e apurar para esclarecer certos de seus ângulos ainda obscuros, como o da especificidade de cada microorganismo, conforme salientava, ainda há poucos anos, o Professor da Faculdade de Medicina de Paris, Henri Roger, em sua clássica *Introdução à Medicina*.

Não assumiram, portanto, Bagueira Leal, Teixeira Mendes, Barbosa Lima, Lauro Sodré e demais positivistas, relativamente a essas questões, e principalmente na da vacina, uma posição singular. Com êles encontravam-se grandes bacteriologistas e acaudados professores de medicina de várias Universidades européias e norte-americanas.

Mesmo no Brasil não estavam sòzinhos. De igual parecer eram Joaquim Murinho, clínico de grande clientela; o Dr. Barata Ribeiro, pediatra de fama, catedrático de ortopedia da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, e Rui Barbosa, que, êle só, valia por uma legião.

Cegados, porém, pela paixão, nada disto referem os adversários do Positivismo quando historiam a grande obra de saneamento realizada, no Rio, pelo Governo Rodrigues Alves.

O Dr. Salles Guerra, por exemplo, em sua biografia de Oswaldo Cruz, cita sobre a vacina frases isoladas do Dr. Baguei-

ra Leal, de Teixeira Mendes e de outros positivistas, como Barbosa Lima e Lauro Sodré. Omito, porém, por completo, que o Professor Barata Ribeiro, Joaquim Murtinho e Rui Barbosa participassem das mesmas opiniões.

Eis, todavia, o que, em 16 de novembro de 1904, já depois de fracassada a chamada *revolução da vacina*, disse Ruy Barbosa no Senado:

*“Contrário era e continuo a ser à obrigação legal da vacina. Não sou, entretanto, suspeito. Sempre a pratiquei, em mim e nas pessoas de minha família e dependência, conquanto a minha experiência mesma, no círculo dos meus, registre um caso gravíssimo dos seus perigos, às vezes fatais. Mas a minha antiga confiança nesse preservativo contra a varíola não me autorizava a impô-lo sob a forma de lei aos meus semelhantes. Eu não tenho o direito de legislar coercitivamente para os meus concidadãos a terapêutica do meu uso, por mais autorizada que seja com bons fiadores nacionais e estrangeiros.*

*“Depois que os estudos científicos e os trabalhos médicos, tão amplamente ventilados entre nós nos últimos debates, deramaram sobre a matéria luz, o meu juízo e o meu sentir de outros tempos sofreram o mais profundo abalo.*

*“A veemência com que se agitou a discussão, e a autoridade respeitável dos contraditores da medida proposta me atraíram a atenção para o campo do combate. Busquei então esclarecer-me em fontes seguras e via a inconsistência da teoria oficial, em cujo nome se preconiza a obrigatoriedade da vacina.*

*“É moralmente uma opinião impugnada por outras opiniões. Grandes aparências a recomendam. Grandes fatos a desautorizam. Não chegou a ser uma verdade promulgada. Apenas está na categoria das hipóteses controversas. No longo processo de verificação, que tem atravessado, as mais sérias objeções a desmentem. E, se a certeza científica ainda a não reveste, como é que a acolhem sob o império da Lei? Os sábios contendem. Como é que o legislador resolve, tomando voz por uma das partes? A ciência duvida. Com que direito o poder leigo afirma? Na esfera profissional o caso ainda se discute livremente. Que autoridade nos assiste, então, na esfera política para fechar a questão e reduzir, a golpes de penalidade, os dissidentes?*

*“Neste assunto, é hoje, pois, convicção minha, só uma certeza existe: a de que o Estado comete uma violência, a de que o Estado exorbita das suas funções constitucionais, a de que o Estado perpetra um crime, assumindo o papel de árbitro nesta lide e ditando penalmente a sua leviana sentença. Não valem exemplos da Alemanha. A Alemanha é uma nação aquartelada. Seu direito constitucional culmina no poder pessoal do Imperador, servido por uma administração militarizada. Falem-me da*

Alemanha nas suas lições científicas. Mas não venham falar a uma República liberal nas lições administrativas e políticas de um Império moldado no aço dos regimentos de guerra.

*"Duvidosa pende ainda, aqui, a verdade científica. Mas, por isso mesmo, quanto à verdade jurídica não pode haver dúvida alguma.* Assim como o direito veda ao poder humano invadir-nos a consciência, assim lhe veda transpor-nos a epiderme.

"Uma envolve a região moral do pensamento. A outra a região fisiológica do organismo. Dessas duas regiões se forma o domínio impenetrável da nossa personalidade.

"Até aqui, até à pele que nos reveste, pode chegar a ação do Estado. Sua polícia poderia lançar-me a mão à gola do casaco, encadear-me os punhos, lançar-me ferro aos pés. Mas introduzir-me nas veias, em nome da higiene pública, as drogas da sua medicina, isso não pode, sem abalançar-se ao que os mais antigos despotismos não ousaram.

*"Não o poderia, ainda que elas fôsem indubitavelmente inofensivas.* A medicina do meu corpo, como do meu espírito, me pertence. Os que se temerem do contágio, preservem-se com a inoculação recomendada. Eu tenho o direito incontestável, renunciando à imunização, de correr os riscos, ao abrigo de cujo alcance estão os imunizados.

*"A vacina, porém, não é inofensiva. Há, pelo menos, a êsse respeito, as dúvidas mais graves.* Logo, não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania a que êle se aventura, expondo-se, voluntariamente, obstinadamente, a me envenenar, com a introdução, no meu sangue, de um vírus, em cuja influência existem os mais bem fundados receios de que seja condutora da moléstia ou da morte.

"O Sr. Barata Ribeiro — Muito bem.

"O Sr. Rui Barbosa — O Estado mata, em nome da lei, os grandes criminosos. Mas não pode, em nome da saúde pública, impor o suicídio aos inocentes. Os condenados antigos recebiam das mãos da autoridade a taça do veneno. Mas eram condenados, a quem se infligia diretamente a morte como expiação dos seus crimes, reais ou supostos". (20)

Fica assim provado, através dêste discurso de Ruy Barbosa em 1904, no Senado, que Teixeira Mendes, Bagueira Leal, Barbosa Lima, Lauro Sodré e demais positivistas não estavam isolados na maneira pela qual encaravam a obrigatoriedade e mesmo o mérito da vacina tal como esta se apresentava em seu tempo, isto é, com sérios defeitos na sua técnica de fabricação. Achavam-se na companhia de um Ruy Barbosa, de um Joaquim Murtinho e de um Barata Ribeiro; de um Herbert Spencer, de um Wallace, de um Creighton em artigo, como disse, incluído na *Enciclopédia Britânica*; de um Koch, de um

Kaposi, de um Grasset, de um Crookshand, de um Copemann, de um Bláxall, de um Peter e de um Carlo Ruata, entre muitos outros.

Foram mesmo as restrições de cientistas tão notáveis que levaram os bacteriologistas não só a aperfeiçoar o fabrico da vacina anti-variólica e das vacinas em geral, mas ainda a introduzir modificações em pontos importantes da teoria microbiana, a qual ainda hoje vem recebendo decisivos aperfeiçoamentos.

#### IV

Outro aspecto importante do Apostolado foi o alto nível de moralidade de seus aderentes, os quais provaram, em sua vida particular e pública, que homens sem temer o inferno, nem aspirar ao Paraíso, são, contudo, capazes de competir, sob o aspecto da moralidade, com os mais ferventes adeptos das crenças sobrenaturais.

Como Diógenes, que se limitava a andar diante dos sofistas que negavam o movimento, provaram com a sua vida os positivistas do Apostolado que a moralidade, as virtudes pessoais e cívicas não dependem de qualquer concepção extra-terrena, pois foram, em suas vidas íntimas e em suas atitudes públicas, senão mais, pelo menos tão bons e moralizados quanto os melhores católicos de seu tempo.

Compreende-se assim que Joaquim Nabuco, haja dito, em 1897, no discurso com que comemorou o tricentenário da morte de Anchieta:

“É risível queixarmo-nos dos positivistas. A pequena Igreja que vive entre nós pela dedicação de dois homens [Miguel Lemos e Teixeira Mendes] que sabem quanto devem à sua formação católica, e que, na medida do temperamento nacional, *seriam mais que humanos*, se não se deixassem fascinar pelo sucesso que teve em nosso país a fantasia de sua mocidade, essa pequena Igreja não tem a mais remota possibilidade de fazer vingar no Brasil o seu apostolado matemático.

.....

“Não, nós, os católicos, nada temos que temer do Positivismo que já foi chamado um Catolicismo sem Deus ...

“Não, senhores, não é o Positivismo que ameaça o princípio religioso no Brasil, é o indiferentismo que está em nossos corações; é a tibieza que está em nossos espíritos, é esse abandono das gerações futuras à sua sorte, qualquer que seja, grave sintoma de atrofia nacional”. (21)

Concordava com Joaquim Nabuco o ilustrado Padre Paulo Maria de Lecourieux, que faleceu como querido e conceituado Vigário da Igreja de São Paulo Apóstolo em Copacabana.

Eis, de fato, o panegírico que consagrou a Teixeira Mendes no púlpito da Igreja de Nossa Senhora de Loreto, a 3 de julho de 1927, quando era Vigário de Jacarepaguá, panegírico que foi por êle repetido na festa patronal do Externato Santo Antônio Maria Zacaria, dirigido pelos Padres Barnabitas:

"A pátria brasileira acaba de sofrer uma perda sensível na pessoa do Sr. Raimundo Teixeira Mendes. Dotado das mais eminentes qualidades de espírito e coração, consagrou o extinto a vida inteira ao culto e ao amor da humanidade, pregando a mais ampla fraternidade aos concidadãos.

"Êle é o autor de interessantíssimos opúsculos sôbre a liberdade espiritual, e teve a honra e o prazer de ser o porta-voz de seus princípios, conformes aos nossos, na Liga Pedagógica, combatendo a doutrina do monopólio do Estado sôbre a liberdade do ensino e a necessidade de antes promover a educação do sentimento do que combater o analfabetismo. *"A inteligência — dizia êle — age sob o influxo do coração"*.

"Foi um devotado campeão do abolicionismo, ardoroso propagandista do regime republicano, para cujo estabelecimento grandemente concorreu, sendo o criador da atual bandeira brasileira.

"Fiel aos seus princípios filosóficos, foi sempre um convencido defensor das prerrogativas do *"venerando e glorioso Catolicismo"* (eram suas expressões). Êle levantou a voz a favor dos jesuítas portugueses expulsos, atacando o egoísmo do nosso govêrno, que lhes recusava o agasalho. Bateu-se, igualmente, para que à Igreja Católica fôsem asseguradas a propriedade e a posse de seus bens, assim como dos das ordens religiosas. No decreto de separação da Igreja do Estado, sugeriu o nobre extinto que se fizesse a reforma *"com o maior respeito à majestade do culto católico, hem como à situação pessoal dos Sacerdotes, que então exerciam cargos eclesiásticos"*, devendo ser mantida a cônica que percebiam, o que foi aceito.

"Todos os anos, como o afirmou a mim, pessoalmente, êle mandava a quantia de 200 (duzentos) francos ao Arcebispo de Paris para a manutenção do *culto católico*, segundo o testamento do *Mestre*.

"Foi o maior inspirador da idéia de se erguer um monumento, na Praia do Rússel, a São Francisco de Assis, dedicando-se a esta obra até aos últimos instantes da vida, e escrevendo uma biografia do glorioso Patriarca Seráfico.

"Podemos afirmar ter êle morrido vítima do seu amor ao grande santo do século XIII, pois passava as noites frias de inverno no Templo da Humanidade, dirigindo a modelagem do monumento a ser inaugurado a 3 de outubro do corrente ano [1927]. Nesta tarefa, o rigor da estação, as chuvas, às quais êle

se expunha, para apressar o triunfo do grande Patriarca, lhe causaram uma *angina pectoris*, que o vitimou em 10 minutos.

“Não é sem emoção que um Padre católico lembra êstes detalhes, os quais mostram claramente que se a fé abandonou a inteligência do Sr. Teixeira Mendes, o seu coração era embebido de tal forma no sentimento católico que êste inspirava, a cada momento, sua grande alma. A arte positivista nada mais impressionante ostenta aos nossos olhos do que o quadro da Virgem Mãe, que, oficialmente, representa Clotilde de Vaux, mas tomou seu símbolo, evidentemente, aos mistérios do Cristianismo.

“Lembrando os inestimáveis serviços prestados à causa católica pelo nobre Sr. Teixeira Mendes, o vigário da paróquia, onde êle residia, fez uma visita à família do morto.

“Último na ordem da dignidade, o Vigário de Jacarepaguá, que aprendeu a conhecer e amar êsse grande coração e gozava de franca simpatia do extinto, apresenta, à família enlutada, a expressão de seus profundos pêsames e lhe recomenda a alma às orações de seus paroquianos”.

(Vide “*Jornal do Brasil*” de 20 de julho de 1927).

Eis, para terminar êste capítulo, como João do Rio viu a Igreja Positivista em que foi um dos primeiros a receber o *sacramento da apresentação*:

“*A Igreja Positivista*  
O Amor por princípio  
E a ordem por base;  
O progresso por fim.

“Era domingo, à porta do templo da Humanidade, na rua Benjamin Constant.

“Com o céu luminoso azul e o sol tépido, havia muita concorrência nessa rua, de ordinário deserta: — senhoras, cavalheiros de sobrecasaca, militares, crianças. Uns subiam logo as escadas do templo, cuja fachada recorda um templo grego; outros, mais íntimos, seguiam para o fundo, pelo lado direito. Teixeira Mendes fazia a sua prédica dominical.

“Tínhamos ido a conversar com um velho positivista que acendeu o cigarro, depois de o fazer com um forte fumo Rio Nôvo. Eu perguntei pasmado:

“— Toma café?

— Êle riu.

“— Como tôda a gente! Essa história de não tomar café e não fumar é apenas uma léria. Então você pensa que Augusto Comte imaginasse, de mau, fazer o mundo deixar o café e o fumo só para arruinar o Brasil? O fato é outro. O grande fi-

lósofo não fumava nem bebia excitantes, porque lhe faziam mal; Miguel Lemos, doente como é, não se atira a êsses excessos; Teixeira Mendes, um homem que reflete dezesseis horas a fio, não se pode dar aos devaneios da fumaça|. Não há proibições formais para o horrendo vício; há apenas mêdo...

.....  
 "— É grande o número de positivistas?

"— No Brasil os ortodoxos devem ser uns 700. Os simpáticos não se podem mais contar. As gerações que saem da nossa Escola Militar são quase que compostas de simpáticos...

"Com o chapéu na mão, nós entramos. Havia luxo e con-fôrto. De um lado a secretaria, onde se vendem as obras editadas pela Igreja, de outro, a sala onde está a escada para o côro, com orquestra e uma rica biblioteca de carvalho lavrada. Degraus atapetados dão acesso à nave.

"O Templo da Humanidade é lindo. Ao alto, junto ao teto correm janelas que arejam o ambiente. Todo pintado de verde-mar, está-se dentro como num suave banho de esperança. Sentam-se os homens na nave que tem quatorze capelas; colunas de pau negro sustentando em portais abertos bustos esculpturados por Décio Vilares. Os bustos representam os meses do calendário: Moisés ou Teocracia inicial, Homero, Aristóteles, Arquimedes ou a poesia, filosofia e a ciência antigas; César ou a civilização militar; S. Paulo, ou o catolicismo; Carlos Magno ou a civilização feudal; Dante, Gutenberg, Shakespeare, Descartes, Frederico, Bichat, ou a epopéia, a indústria, o drama, a filosofia, a política e a ciência modernas; e Heloísa, a santa entre as santas, que fica na última capela, voltando o seu semblante magoado para a porta.

"Na capela-mor, rica de tapetes e de madeiras esculpidas, há uma cátedra, onde se senta Teixeira Mendes com as vestes sacerdotais negras debruadas de verde. Por trás fica um busto de bronze de A. Comte, e, dominando tôda a sala, o quadro de carvalho lavrado, com letras de ouro, de onde surge a figura delicada de Clotilde, a humanidade simbolizada por Décio numa de suas miríficas atmosferas sonhadoras.

"A voz de Raimundo corre com a continuidade de uma queda de águas; na nave cheia cintilam galões e lunetas graves; na capela-mor, senhoras ouvem com atenção essa palavra, que não deixa de ser demolidora.

"Que é o Positivismo? sussurro eu, sentando-me.

"— É uma religião que respeita as religiões passadas e substitui a revelação pela demonstração. Nasceu da ruptura do catolicismo e da evolução científica do século 17.<sup>o</sup> para cá. De Maistre dizia que o catolicismo ia passar por muitas transformações para ligar a ciência à religião. Comte descobriu a lei

dos três estados, a chave da sociologia, e quando já era o grande filósofo, Clotilde apareceu e ensinou que a inteligência é apenas o ministro do coração.

*"Agir por afeição.*

*"Pensar para agir.*

"Comte proclamou que o homem e a mulher se completam sob o tríplice aspecto: sentimento, inteligência e atividade. A religião divide-se em Culto, Dogma e Regime, o que vem a ser bem amar, bem conhecer e bem servir a humanidade, o Grande Ser, o conjunto das gerações passadas e futuras pela geração presente. A existência do Grande Ser está ligada à terra, o Grande Fetiche, e ao espaço, o Grande Meio...

"— Mas quantas senhoras!

"— As mulheres devem amar o Positivismo. Comte dignificou-as. A mulher é a força moderadora, o sentimento puro do amor que faz a sociabilidade, é a sacerdotiza espontânea da Humanidade que modifica pela afeição o orgulho vão e o reino da força: a mulher é a humildade, o foco do culto no lar, é Beatriz, é Clotilde, é Heloisa, mãe, esposa e filha, a Veneração, a Doçura e o Bem. As mulheres deviam ser tôdas positivistas.

"Enquanto o meu amigo assim falava, Raimundo Mendes, do alto da cátedra, relampejava. Na catadupa das palavras, faltavam rr, havia repetições do pensamento, de frases, mas na explicação cultural, de repente, iconoclastamente, o azorrague partia contra os fatos, contra a anarquia atual: e um êsto de amor, de amor indizível, de amor pela Vida, subia, como um incensório à alma das mulheres.

"Fiquei enlevado a ouvi-lo. Esse mesmo homem, puro como um cristal, que tem o saber nas mãos, eu já o vira uma vez, de manhã, carregando com dignidade um embrulho de carvão...

"As mulheres sorriam: em tôda a translúcida claridade parecia vibrar a alma do grande filósofo terno e bom, e do alto, Clotilde, a Humanidade, abria como um lírio a graça suave do seu lábio".<sup>(22)</sup>

Só um livro permitirá bem apreciar o que haja sido entre nós a influência do Apostolado Positivista do Brasil, cujas publicações, algumas de grande vulto, ascendem a mais de seiscentas. Se numerosos foram os excessos devidos principalmente à juventude e inexperiência dos dois Apóstolos no momento em que o fundaram, inexcedíveis foram também o vigor intelectual, a dedicação, o desprendimento, o espírito público e o ardor cívico e social de que êles e seus adeptos têm dado numerosas provas durante perto de um século.

## NOTAS DO CAPÍTULO SEGUNDO DA SEXTA PARTE

- 1) — Vide MIGUEL LEMOS: "*Nona Circular Anual*", pgs. 32 a 34 e 83 a 84, Rio, na Sede Central do Apostolado Positivista do Brasil, 1891.
- 2) — Vide TEIXEIRA MENDES: "*Esbôço Biográfico de Benjamin Constant*", pgs. 92 e seguintes da segunda edição, Rio, na Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1913.
- 3) — Vide TEIXEIRA MENDES: "*Ainda o militarismo perante a política moderna — a propósito da agitação a que está dando lugar a lei do sorteio*", Rio, na Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1908.
- 4) — SEVERINO SOMBRA: "*Formação da sociologia*", pgs. 119-120 apud JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TÔRRES: "*O Positivismo no Brasil*", segunda edição, Editôra Vozes Ltda., Petrópolis, R. J. 1957, pg. 29.
- 5) — Vide JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TÔRRES, *loc. cit.*
- 6) — EDUARDO PRADO: "*Fastos da Diadema Militar no Brasil*", pg. 67, 2.<sup>a</sup> ed., Revista de Portugal, 1890.
- 7) — Professor JOÃO CRUZ COSTA: "*Contribuição à História das Idéias no Brasil*", pgs. 274 e 275, Livraria José Olympio Editôra, Rio, 1956.
- 8) — TEIXEIRA MENDES: "*A Política Positiva e o Regulamento das Escolas do Exército*", pg. 37, Rio, na Sede do Apostolado Positivista do Brasil, 1890.
- 9) — TEIXEIRA MENDES, *op. cit.*, pgs. 39 e 47.
- 10) — TASSO FRAGOSO: "*Revolvendo o Passado*", pgs. 18 e 19, "*Jornal do Comércio*", Rodrigues & Cia., Rio, 1940.
- 11) — Vide Professor GUERREIRO RAMOS: "*Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*", Editorial Andres Limitada, Rio, 1957, pg. 56.
- 12) — Vide a publicação n.º 10 do Centro Positivista de São Paulo, 27 de novembro de 1927, Rua Antônio de Queiroz, 51.
- 13) — LUÍS VIANNA FILHO: "*A Vida de Rui Barbosa*", Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1960, pg. 349.
- 14) — Vide AUGUSTO COMTE: "*Cours de Philosophie Positive*", t. IV, pgs. 450 a 452 da 4.<sup>a</sup> ed.
- 15) — Vide Dr. GEORGES AUDIFFRENT: "*À propos de la grippe — microbes et microbiens*", par le Docteur Lux, pg. 35, Marseille, Impr. du Journal de Marseille, A. Garry et Cie.
- 16) — Vide Dr. EUGENE SÉMÉRIE: "*La Conquête du Microbe*", Vichy, Wallon, Imprimeur, 1883, *passim*.
- 17) — Vide "*Lettres d'Auguste Comte à Henry Dix Hutton*", Dublin, 1890, pgs. 39 e 40.
- 18) — Vide KUBIN: "*The importance of vaccination*", in "*Medical Record*" de New York, número de 6 de abril de 1901, apud Dr. BAGUEIRA LEAL: "*A Questão da Vacina*", Rio, Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1904, pg. 5.
- 19) — Apud BAGUEIRA LEAL, *op. cit.*, pgs. 8, 9, 10 e 66 *et passim*.
- 20) — O discurso de Rui, que é longo, foi publicado no *Diário Oficial* de 13 de dezembro de 1904, e foi, em parte, transcrito no opúsculo de TEIXEIRA MENDES: "*Ainda a vacinação obrigatória e a política republicana*", Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, n.º 259, pgs. 6 e seguintes.
- 21) — Vide JOAQUIM NABUCO: "*A significação nacional do centenário anchietao*", in "*III Centenário do Venerável Joseph de Anchieta*" Aillaud & Cia., Paris, e Lisboa, 1900, pgs. 339 e 340.
- 22) — JOÃO DO RIO: "*As Religiões do Rio*", Edição da Organização Simões, Rio, 1951, pgs. 61 a 69.



SÉTIMA PARTE

O POSITIVISMO NA CULTURA BRASILEIRA



## CAPÍTULO PRIMEIRO

### O POSITIVISMO NA LITERATURA BRASILEIRA

I) José Veríssimo. II) Martins Júnior. III) Damasceno Vieira e Alcides Maya.

#### I

**C**ONTRIBUÍRAM AINDA PARA TORNAR O Positivismo conhecido no Brasil as freqüentes alusões que a êle e a seus diversos aspectos filosóficos, científicos, educacionais, históricos, políticos e sociais — fizeram vários dos mais destacados de nossos homens de letras.

Como vimos ao tratar do Positivismo no Pará, grande foi a influência dêle recebida por José Veríssimo. Era profundo conhecedor da obra de Comte e de seus discípulos Littré, Laffitte, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, tendo freqüentado os cursos de conferências dêstes dois últimos. Sustentando que Comte excedia a todos os filósofos modernos (1), e gabando-se de levar uma "existência apagada, mas vivida às claras" (2), distinguia, entretanto, José Veríssimo nitidamente o Positivismo do *comtismo*, como, aliás, o fazia o próprio Augusto Comte, segundo salientamos em capítulos anteriores.

É assim que, tendo em vista, sem dúvida, os excessos sectários de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, adverte no estudo "*Alguns aspectos da moderna evolução alemã*": "O positivismo de que aqui se fala não é o comtismo na sua estreiteza científica e dogmática, senão as tendências gerais da ciência moderna, feitas espírito filosófico". (3)

No estudo "*Raça e cultura — latinos e germanos*", traça José Veríssimo o seguinte paralelo entre Spencer e Comte:

"... a síntese spenceriana é a mais analítica que jamais se viu, e para se lhe verificar, não só a fraqueza, mas quanto ainda sacrifica à tendência particularista e especializadora da raça, basta compará-la com a construção incomparavelmente mais sólida, mais homogênea, mais geral de Comte". (4)

Referindo-se a César no estudo "*O Maior dos Romanos*", escreve: "Ao contrário da opinião vulgar, sustentada por Mommsen e seus seguidores, e de que, antes dêste, o fundador do Po-

sitivismo fizera um de seus dogmas históricos, de que o papel histórico de César foi o de um grande estadista chamado a fazer a ordem no caos de sua época"... (5)

A propósito do Romantismo, observa José Veríssimo que aquêlo movimento literário, de sentimental e religioso com Chateaubriand, passou a humano e revolucionário com Hugo, Quinet e Michelet, "e por fim realista e científico, positivista com Comte, Taine e Renan..." (6)

Ao estudar a cultura norte-americana, estranha Veríssimo, como o faria um positivista, que "a teologia, a caduca ciência divina, banida, e a meu ver com razão, de terras menos civilizadas e menos cultas, onde aliás de nada espiritual se cogita, floresce ali nos seus inúmeros colégios e universidades, nos púlpitos das suas infinitas seitas religiosas, nas páginas dos seus abundantes periódicos especiais ou gerais, nas cadeiras dos seus copiosos, em número e verbo, conferencistas. Por igual, a velha metafísica, ainda a mais transcendente e mais abstrusa, é doutrina do alto das cátedras universitárias, e especulada em revistas, associações, ou simples grupos de sujeitos dedicados a tais cogitações". (7)

No estudo "*Ruskin esteta e reformador social*", José Veríssimo sintetiza e reproduz, quase com as mesmas palavras, a crítica que, da Economia Política, fez Augusto Comte no quarto volume do "*Curso de Filosofia Positiva*":

"Há aí uma pseudo ciência, incoerente, ôca, sem nenhuma base positiva, nem princípio certo, mas por isso mesmo mais presunçosa de si e impertinente, desumana e imoral, pela covardia com que se põe ao serviço da riqueza contra a pobreza, da força contra a fraqueza, pela pusilanimidade servil com que procura justificar a exploração do fraco pelo forte, os abusos do capital, as injustas desigualdades sociais, como ancila e ministra das potências do mundo, das quais a primeira é o dinheiro, o grande ídolo da Economia Política, que é essa pretendida ciência..."

"Desde Augusto Comte, no meado do século passado, para não remontar mais alto, e os grandes teóricos do socialismo, os Karls Marx, os Lassalles, os Proudhons, os Bakunines, todos os contemporâneos, até os Kropotkines e os Tolstoís, não têm faltado filósofos, pensadores, ainda economistas, para pôr em dúvida, contestar, negar o valor teórico e prático, a legitimidade da Economia Política, mais ou menos oficial entronizada nas cátedras universitárias, dominante nos conselhos dos governos e nas discussões dos parlamentos, senhoras das redações das grandes revistas e dos grandes jornais, conselheira escutada e lisonjeira dos que dominam a Terra e na política, na finança, nas igrejas, na indústria exploram a imensa maioria dos homens. O desen-

volvimento sempre crescente do socialismo, que será a doutrina política do século XX ou XXI, tão certo como a filosofia social do século XVIII foi a doutrina política do XIX, justifica essas dissidências, ataques e negações, e desmente formal e triunfalmente a fingida solidez da fábrica indigesta começada a construir por Adam Smith, e cuja ruína completa, apenas passado um século, está iminente". (8)

Aludindo a De Roberty, num estudo sôbre Nietzsche, pondera Veríssimo: "Não é de modo algum um positivista, como já o declarou num opúsculo em que dizia porque o não era; mas a impressão da unha poderosa de Comte ficou-lhe marcada no cérebro". (9)

Foi também o que ocorreu com o próprio Veríssimo, em cujos escritos formigam as alusões a Comte e às suas doutrinas.

Nos seus *Estudos de Literatura Brasileira* encontram-se frequentes reflexos da irradiação positivista em nosso ambiente intelectual em fins do século passado e começos do atual, como se pode ver na apreciação do "*Balmaceda*" de Joaquim Nabuco (10); na crítica feita à obra de Aluísio Azevedo — "*Livro de uma Sogra*", crítica onde são focalizadas as doutrinas de Comte sôbre a mulher, o casamento e o divórcio (11); no registro do livro de Sílvio Romero: "*Doutrina contra Doutrina*". Também comtiana é a apreciação da "*Lenda Napoleônica*", incluída na terceira série de "*Homens e Cousas Estrangeiras*".

Referindo-se ao seu próprio estado de espírito nessa época, escreve José Veríssimo: "o meu espírito de todo liberto do teologismo, como diria um positivista" (12). E, a propósito de Bernardo Guimarães, sustenta a tese de Augusto Comte segundo a qual até em literatura "*a morte é uma condição de progresso*". (13)

Estudando o *parnasianismo no Brasil*, refere-se Veríssimo à "*profunda teoria da arte*" de Augusto Comte (14), e, dando suas impressões do livro do Almirante Jaceguay — "*Quatro séculos de atividade marítima*", escreve: "Um filósofo, que aliás encontrou nos militares brasileiros fervorosos e não poucos adeptos, mostrou, com a sua profundidade habitual, que a coragem física, que é a comum da guerra, é apenas uma qualidade rudimentar". (15)

A propósito das inovações métricas de Magalhães de Azevedo, comenta Veríssimo a estética de Comte e a sua regulamentação das composições poéticas (16), e, apreciando o livro de Clóvis Bevilacqua — *Estudos de direito e economia política* — mostra-se mais uma vez, partidário da crítica que, da economia política, fêz Augusto Comte (17), que era, segundo vimos, contra o *laissez-faire* da economia liberal e francamente favorável ao intervencionismo no campo econômico. (18)

E, em muitos outros passos dos *Estudos de Literatura Brasileira*, revela-se a influência de Comte sobre José Veríssimo e os autores que, como crítico, apreciava. (19)

Qualquer positivista, e até o próprio Comte, subscreveria com prazer as seguintes considerações de Veríssimo em seu estudo *Chateaubriand e Napoleão*:

“Vencida, mais que vencida, humilhada na sua soberba vaidade de nação invicta, a França depois de 71 julgou desferrar-se da sua derrota, ou pelo menos consolar-se dela, revivendo pela imaginação a epopéia guerreira de Napoleão e procurando intencionalmente ressuscitar de sob o desbarato do segundo Império a lenda napoleônica, para contrastar a vitória alemã. Recurso pueril, a que recorrem os povos, eternas crianças... Com o que se publicou após a guerra de 70-71 sobre Napoleão e a sua época se faria uma copiosa biblioteca; mas no cabo essa massa enorme de papel não diminuirá de um ponto o conceito que a posteridade fará d’ele e de seus feitos: um político de curta inteligência, um estadista sem descortino, “*um déspota retrógrado*”, como admiravelmente o qualificou Augusto Comte; [déspota que foi] autor de uma obra imensa, enorme, colossal, quanto quiserem, mas falha, imbecil, efêmera”. (20)

Dizendo, num estudo sobre Zola, que “o gênero épico é o gênero social, sociológico diria um comtista”, adota Veríssimo a definição de arte dada por Comte: “é a arte, a representação, a definição, a idealização da vida na sua maior amplidão e complexidade. Tudo o que, qualquer que seja o seu valor técnico, não couber nesta definição, penso eu, não é arte. E como o que interessa à vida, ao homem, à sociedade é moral, a arte é sempre de essência moral, refletindo os costumes e ao mesmo passo influenciando-os, elevando a natureza humana pelas emoções de beleza com que exalta a nossa sensibilidade”. (21)

Ao apreciar a “*Ressurreição*” de Tolstoi, pondera Veríssimo: “no domínio propriamente intelectual, me não lembra neste momento se houve em nosso século mais que três homens, Augusto Comte, Ruskin e Tolstoi, cuja vida guardasse uma inteira conformidade com as suas idéias e cujas ações correspondessem plenamente aos seus ensinamentos” (22)

Ao discorrer sobre “*Victor Hugo filósofo*”, perfilha Veríssimo a tese de Comte segundo a qual só pertence à família dos grandes poetas, daqueles que realmente merecem esse nome, como os Homeros, os Dantes, os Shakespeares, “quem junte à imaginação poética as capacidades gerais que fazem os filósofos. O que faz em suma o poeta, como o escritor, é o pensamento íntimo e superior da sua obra, a sua concepção do mundo e da vida, a sua interpretação ou teoria do universo. Sem isso não passará aquê de um versificador, e êste de um escrevinhador”. (23)

A propósito dos irmãos Goncourts e de sua egolatria, assim se refere Veríssimo à teoria da arte de Augusto Comte: "Tem a seu respeito inteiro cabimento a justa observação de um eminente filósofo: "a arte, tão apropriada a desenvolver os instintos simpáticos, pode diretamente suscitar o mais abjeto egoísmo, provocando uma inteira indiferença social, nos que colocam a sua principal ventura em apreciar os sons e as formas". Em tais artistas se podia notar o que o mesmo pensador chama "a deplorável aptidão de exprimir o que se não sente nem crê". Não será talvez êste o caso de Huysmans, por exemplo?" (24)

## II

Ao concluir o sexto volume do *Curso de Filosofia Positiva*, repelira Augusto Comte a pcha de ser prosaico o Positivismo, assinalando não só a sua perfeita compatibilidade com a poesia, mas ainda o estímulo que dêle adviria para a estética em suas várias manifestações. E dizia:

"Cantar os prodígios do homem, sua conquista da natureza, as maravilhas do seu altruísmo, será, doravante, para o verdadeiro gênio estético, estimulado pelo espírito positivo, fonte fecunda de novas e poderosas inspirações, suscetíveis de uma popularidade sem antecedentes, por guardarem plena harmonia, seja com o nobre instinto da superioridade do homem, seja com o conjunto de suas concepções racionais". (25)

Êste é o ponto de partida da chamada *poesia científica*, de que se tornaram corifeus, em França e na Bélgica, Sully Prudhomme, André Lefèvre, Louise Ackermann, Hippolyte Stupuy e Alfred Berthezène; na Espanha, Bartrina; no México, Manoel Acuña; em Portugal, Teófilo Braga, Luís de Magalhães, Teixeira Bastos e Alexandre Conceição, entre outros.

Confessando-se, em 1883, "sectário convencido e entusiasta do grande sistema filosófico arquitetado na França por Comte", fêz-se Martins Júnior, no Brasil, arauto dessa nova concepção poética.

Ainda não completara vinte anos quando assentou suas idéias a respeito, vulgarizando-as em jornais e depois coligindo-as no volume *A Poesia Científica*, que estampou em 1883.

No capítulo primeiro dêsse livro, ao qual intitolou em francês *coup de balai*, Martins Júnior assim resume o quadro que traça do Brasil de seu tempo: "O informe na Política, o nebuloso na Religião, o vago na Ciência, o inconstante nos Costumes, o indefinido na Arte".

E, depois de analisar os poetas brasileiros, dividindo-os em sentimentalistas, liristas puros, condoreiros e realistas, conclui:

“Já nos não serve o sentimentalismo romântico, nem nos serve também a reação junqueira que tanto atuou por cá. Não presta mais o linfatismo lírico dos poetas subjetivistas, e nem mais merece ser assimilada a metafísica transcendental dos poemas sociais hugoanos. Tudo isto para um lado, e trabalhe-se conscientemente, hercúleamente, com ardor e com fé, na propagação de um nôvo credo, na arquitetura de um monumento nôvo.

“As velhas construções estéticas, imobilizadas como uma tela de Bisâncio, refratárias à corrente da transformação mental por que passam presentemente os povos, estão aí a se aluir pouco a pouco, a se desmoronar pedra a pedra. Batidas da larga ventilação do futuro, do sôpro cálido e poderoso da Ciência, estremeçam e ruem. É preciso, portanto, provocar-lhes o anilamento final. Desentrave-se o terreno em que elas assentam. Chegou o tempo de aproveitá-lo melhor. Fora com os receios pueris e as fraquezas ridículas. Para longe, por uma vez, a poesia feita para distrair burgueses: — a poesia *gantée*, afetada, hipôcritamente afrodísíaca, superficial e chorona. Para longe igualmente a poesia simples demolidora, a poesia do propagandismo revolucionário, ôca de senso e sonora das palavras esdrúxulas!

“Há necessidade dêsse grosso desbastamento de solo, dessa ampla *“liquidação literária”*. É que ao pé de nós — de nós, os libertos da algema teológica e da gargalheira metafísica — alteia-se em frescuras de madrugada, em lucilações magníficas de farol, em pôses prometedoras e corretas, o vulto harmonioso de uma outra Poesia sã, verdadeira, forte, construtora, e afinada pelas modernas sínteses filosóficas”... (26)

Como se vê, nesse desejo de sacudir a pasmaceira literária de seu tempo, já exprime Martins Júnior anseios e idéias que o tornam um precursor de Graça Aranha e dos que desencadeariam o movimento que, entre nós, culminou na *Semana de Arte Moderna*.

Exprimem bem as idéias que norteavam Martins Júnior, as palavras do positivista luso Alexandre Conceição, que, em 1883, êle tomou para epígrafe do segundo capítulo de seu livro:

“Ser poeta não é possuir a habilidade chinêsa de rendilhar palavras, dispondo-as pacificamente em combinações funambulêscas e caprichosas; é ter a visão intelectual das grandes coisas ignoradas e com ela a aptidão artística de lhes dar vulto pela expressão falada ou escrita”.

Partindo do princípio de Augusto Comte segundo o qual a Arte não é estática, mas profundamente dinâmica, amoldando-se às diferentes etapas do evoluer humano, salienta Martins Júnior que, no fetichismo, a arte foi um reflexo da mentalidade correspondente, assim como não podia deixar de ter sido politeísta na Grécia e em Roma por ser êsse o estado de espírito

das respectivas populações, e metafísica na Idade Média, como se vê na *Divina Comédia*. (27)

Aludindo à inevitável mudança de mentalidade acarretada pelo surto da ciência moderna, ponderava Martins Júnior:

“Ou a arte escrita acompanhará sempre a Humanidade em tôdas as suas manifestações dinâmicas, ou essa mesma Humanidade será um dia, no futuro, um ser mutilado e incompleto”.

Respondendo a Antero de Quental e a outros escritores segundo os quais, com o desenvolvimento e a difusão da ciência, a poesia morreria, exceção feita das pequeninas criações subjetivistas e íntimas, arrima-se Martins Júnior em seu correligionário de credo filosófico Rocha Lima — “*a mais fulgurante estrêla do Ceará*”, no dizer de Capistrano de Abreu:

“Sôbre o futuro da poesia avança-se a mais desoladora das previsões. A crença em sua imortalidade parece extinta no espírito humano, que cerrou os olhos à luz do milagre e do sobrenatural. Por motivos, em aparência os mais fortes e diversos, lavraram-lhe a sentença de morte... Felizmente a eterna sonhadora ainda não se resignou ao sepulcro. Num ambiente confuso e asfíxiante, no meio de ruínas colossais, do anfiteatro dêste século, que tem dissecado todo o universo, desprende vôos para outras esferas. Que importa se lhe deram por menagem o mundo da experiência? Não é êle bastante vasto? Não possui formas, côres, sons, harmonia, virtude, sentimento? Por ventura perde a beleza, emancipando-se do govêrno arbitrário das divindades e das essências? Deixará um dia de possuir mistérios e profundezas que o artista contempla para meditar? Sua imagem, iluminada pelos raios da ciência, se refletirá menos sedutora no lago da consciência futura? Não o cremos...”

“Também não o creio eu — comentava Martins Júnior. E todo êste volume é um largo protesto convencido que lavro contra o infundado dessa crença. Não vejo do lado contrário um só argumento que, por sério e forte, mereça ser combatido. Afirma-se *a priori* que a alma do nosso tempo repele as elaborações sentimentais, afetivas, propala-se que a poesia incompatibilizou-se com o presente. Mas afirma-se só, propala-se apenas; não se prova isso; não se diz onde está o *quid* dessa incompatibilidade e dessa repulsa.

“Recorrem os quentalistas à fervente atividade científica do nosso século e, aproveitando-se da tendência analítica que ela revela e acentua em seus métodos, gritam à arte, que em virtude do seu amor pela síntese, do seu caráter generalizador e refratário à pesquisa experimental, deve ela suicidar-se, cedendo o passo à ciência. Não se lembram os que assim pensam de que não é só a análise a arma da especulação científica; esquecem-se de que ao lado da *ouillage* analítica e experimentadora, passa

em frente da ciência uma outra corrente de instrumentos posantes; possui ela a grande alavanca filosófica da síntese, sem o auxílio da qual se faria Sísifo, a rolar eternamente o granito da indagação parcial..." (28)

O que, portanto, Martins Júnior pretendeu sustentar em seu volume sobre "*A Poesia Científica*" foi a imortalidade da arte, mesmo que toda a humanidade viesse a abandonar as crenças fictícias.

Para êle, como para Augusto Comte, toda obra estética, além de depender da sensibilidade e do poder de expressão do artista, deve refletir o meio cósmico e social em que surge, porque, como diria Euclides da Cunha, a personalidade do artista "pode imprimir-se fundamente num assunto, mas lá permanecerá inútil se destoar das idéias gerais e dos sentimentos de sua época". (29)

Afigurava-se absurdo a Martins Júnior repisarem os vates de sua época motivos da mitologia greco-romana, em vez de transmitirem as emoções contemporâneas e de se deterem em motivos modernos, que também possuíam beleza e eram suscetíveis de idealização.

E insistia: "Aliterada, como no hebráico e no finlandês, metrificada e rimada, como no latim e nas línguas epígonas dêste, a Poesia foi sempre o transunto dos sentimentos de um povo ou de uma época".

Um quartel de século mais tarde desenvolveria as mesmas idéias de Martins Júnior outro grande espírito, também altamente influenciado por Augusto Comte — Euclides da Cunha. Fê-lo ao prefaciá os *Poemas e Canções* de Vicente de Carvalho, seu correligionário filosófico, que chegou a filiar-se à Igreja Positivista do Brasil, como vimos em capítulo anterior.

Longe de infirmar as idéias de Martins Júnior segundo as quais a arte reflete o estado mental de cada momento histórico e de cada meio social, o evolver das escolas literárias as tem robustecido. Atravessando a humanidade dolorosa transição para um regime novo, ainda não definido em seus contornos, acha-se a arte moderna perplexa em busca do rumo que lhe cabe seguir. Daí a sensação de desalento e tortura que se nota em frequentes produções estéticas de nossos dias, quer na poesia, quer na pintura, na escultura e na arquitetura.

Se Martins Júnior assinalou, com justeza, a sobrevivência da poesia mesmo no estado social proveniente do desenvolvimento e da difusão da ciência, cometeu, todavia, grave equívoco ao pretender realizar êle mesmo a nova diretriz que anunciava, pois não possuía a sensibilidade e os dons da expressão poética.

Frisara Augusto Comte que a transformação científica e técnica do ambiente social muda a feição da arte. Daí não decorre, porém, que “*todo poeta se forme em filosofia e se habilite para escrever o seu “De rerum natura”*”. Laboraram, portanto, Martins Júnior e os nossos chamados poetas científicos, segundo excelentemente observou Araripe Júnior<sup>(30)</sup>, em séria ilusão: confundiram um gênero literário com a arte em tôdas as suas manifestações, esquecidos de que, já em seu tempo, lobrigara Augusto Comte o tipo do poeta do futuro em Byron, o qual jamais perpetrou a poesia didática.

Comte sustentava que o destino da arte é encantar e embelezar a existência do homem. E, sem dúvida, aceitaria a opinião de D'Alembert<sup>(31)</sup>, ao frisar que o Lucrécio verdadeiramente sublime não era o que minudenciara, em versos fracos, a fraca filosofia de Epicuro, mas o poeta e pintor independente, “*alma sonora, onde vibrou em resumo a vida que o cercou*”<sup>(32)</sup>, autor da invocação a Vênus, da descrição do sacrifício de Ifigênia e do reverdecer dos campos depois da chuva, etc., aliando, em seus versos, a beleza do fundo à harmonia da metrificação, e que até hoje permanece “*sem uma ruga apesar dos séculos*”, conforme frisa Manuel Bandeira.<sup>(33)</sup>

É preciso, antes de mais nada, não confundir o poeta com o versificador, apenas preocupado em alinhar palavras e rimas. Em sua “*Biblioteca do Proletário do século XIX*”, incluiu Comte as obras completas de Horácio. E o fez, porque, se, em suas odes, o amigo de Virgílio é admirável poeta, em suas sátiras e epístolas é um pensador de um gênero tanto mais raro quanto junta a profundidade a tôdas as graças decorrentes de uma imaginação fértil, de um extraordinário apuro de gosto, de uma grande doçura de expressão e de um delicioso ritmo resultante de uma metrificação sem falhas.<sup>(34)</sup>

O que Comte apreciava, por exemplo, no cantor do *Childe Harold*, apontando-o como modelo para os poetas da época científica, era o Byron que, emancipado da teologia e da metafísica, era capaz de sentir e auscultar as palpitações da natureza e com ela dialogar.

Trilhava, conseqüentemente, Martins Júnior falsos caminhos quando, num de seus poemas, bradava:

“... Musa, o olhar viril,  
“Vamos, imerge agora ali, na Filosofia!”

Neste brado, parece Martins Júnior dirigir-se, não à Musa suave e meiga que deveria inspirá-lo, mas a um ser indócil e renitente que só a enérgicos gritos atenderia. Não era êste, por certo, o pensamento de Augusto Comte acêrca das Musas, não

cabendo razão a Souza Bandeira quando comenta em seu discurso de posse ao suceder a Martins Júnior na Academia:

“E a Musa obedeceu, e torturada em retumbantes alexandrinos, acorrentada ao carro triunfante de Augusto Comte, acompanhou o poeta em uns delirantes sonhos, nos quais a ciência, a política e a arte se juntavam para proclamar a excelência do positivismo e as vantagens da República futura”. E domada, submissa, rimava “em esdrúxulos, filas inteiras de nomes estrangeiros, de sábios e filósofos” (35):

“Mas só Comte  
Pôde, estoico, escalar o alevantado monte  
No píncaro do qual via-se a neve branca  
Da nova concepção do mundo reta e franca!

Deixando embaixo Kant, Simon, Burdin, Turgot  
Newton e Condorcet e Leibnitz — voou  
Êle para as alturas mágicas da glória,  
Após ter arrancado ao pélagos da História  
A vasta concha azul da Ciência Social!”

Homem de meu país! A Lei positivista  
É, pois, quem representa a síntese moderna  
Do espírito humano, à cata de cisterna  
Onde possa beber a linfa cristalina  
De um ideal seguro!

Abrça tal doutrina,  
E hás de ver como desce uma serenidade  
Imensa sôbre ti e sôbre a Humanidade,  
E como te penetra um vívido desejo  
De ser trabalhador e puro como um beijo  
Amoroso de mãe.....

E, mais adiante:

“Ora, dêsse labor, surge, luzindo, o poema  
De uma Religião humana e demonstrada,  
De uma Moral austera e positiva e honrada,  
De uma Sociedade honesta e previdente  
Guiada pelo Amor, debaixo do ascendente  
Da Indústria, do Saber, das Artes e da Paz”. (36)

A verdade é que, apesar dêsse cálido entusiasmo, não só não assimilara Martins Júnior, talvez pela agitada vida que levou, a teoria do Belo de Augusto Comte, mas ainda não dispunha, como poeta, de estro bastante forte para cantar e traduzir os anseios da nova era por êle anunciada.

Nada, ou quase nada, subsiste das *Visões de Hoje*, em cujo fêcho eram divisadas, nas brumas do futuro:

“A Política, a Ciência, a Religião, a Arte  
Entoando um Te Deum à eterna Humanidade,  
Te Deum feito de Fé, de Amor e de Verdade...”

Além do equívoco em que incidiu relativamente à nova estética, reclamada pelo Positivismo, a causa do malôgro poético de Martins Júnior encontra-se na deficiência de sua própria inspiração. Entretanto, a sua concepção dinâmica da arte continua tão viva e atual que muitas de suas afirmativas podem ser subscritas pelos maiores críticos de nossos dias. É a melhor prova de quanto soube ver claro no grande e complexo mistério que é a produção artística.

Sob êste aspecto, foi incontestavelmente um precursor. Mas os seus versos, empolados e desgraciosos, encheram de horror os historiadores de nossa literatura. Poderia ter mérito, no que quer que fôsse, quem era capaz de escrever tais versos? Deixaram êles, por isto, de analisar devidamente o vigoroso ensaio de crítica literária que escreveu antes de completar os vinte anos e que é brilhante demonstração da precocidade e da força de seu talento.

Constitui, assim, o ilustre pernambucano doloroso exemplo de como um mau poeta pode matar um excelente crítico. O seu ensaio sôbre *A Poesia Científica* teria ficado como um marco luminoso na história de nossa crítica se os versos das *Visões de Hoje* não houvessem irremediavelmente comprometido o seu prestígio literário, confirmando a observação de Shakespeare: os erros dos homens gravâmo-los no bronze, enquanto as suas virtudes escrevêmo-las na água:

“*Men's evil manners live in brass; their virtues  
We write in water* .....” (31)

### III

Também no Rio Grande do Sul repercutiria a *poesia científica*.

Damasceno Vieira que, “em quase sessenta anos de vida, teve mais de quarenta dedicados sem pausa a atividades literárias” (38), tendo sido um dos colaboradores mais assíduos da “*Revis'ã do Partenon*”, depois de dizer-se patidário das doutrinas de Comte, escreve, em “*A Musa Moderna*”, publicada em 1885, em Pôrto Alegre:

"Impelido pela fatalidade do meio, o poeta moderno não pode deixar de ser positivista, porque inquestionavelmente êsse é o estado que a humanidade atravessa!" (39)

Tal qual Martins Júnior, queria Damasceno ser poeta do seu tempo, identificado "com as aspirações do século nas suas idéias filosóficas, nos seus gigantescos impulsos de progresso, na sua veemente paixão pela liberdade" (40), elegendo, para temas, "o labor das oficinas, o progresso científico, a Beleza da Forma, a visão de Cristo despojado de poderes sobrenaturais, numa palavra, o culto da Humanidade". (41)

No poema intitulado "*A grande nau*", publicado em 1883, no volume "*Esboços Literários*", exclamava Damasceno Vieira:

"Atingirá esplêndido futuro,  
 O nau, que levas tôda a Humanidade!  
 Tens por impulso a lei da Evolução,  
 Por legenda a Igualdade,  
 Por bússola a Razão,  
 Por farol a Ciência, e por destino  
 O Pôrto da Verdade" (42)

Paulo Marques, redator da "*Tribuna Literária*" em 1882 e colaborador do "*Arauto das Letras*" de Pelotas e de outros jornais do tempo, tornando-se conhecido como autor de romances, comédias e livros de versos, foi outro escritor gaúcho que publicamente se declarou discípulo de Comte. (43)

Também Francisco de Paula Pires (romancista e companheiro de Paulo Marques na "*Tribuna Literária*" e no "*Arauto das Letras*"), dizia-se discípulo de Comte e, em 1882, numa série de artigos a propósito de "*O Mulato*" de Aluísio Azevedo, não poupou os "*escritores metafísicos*". (44)

Para Francisco de Paula Pires, Paulo Marques e outros moços que, no Rio Grande do Sul, seguiam com entusiasmo as lições de Comte, as páginas dêste último valiam, também, na observação de Guilhermino César, "como antemural à influência do clero, a que o grupo movia combate". (45)

Entre outros escritores influenciados pelo positivismo no Rio Grande do Sul devem ser citados Emílio de Campos (46), General Souza Docca (47) e Luís Felipe Castilhos Goycochêa. (48)

A especulação filosófica, pouco desenvolvida no Rio Grande do Sul, comenta Guilhermino César, "não alcançou o cimo a que seria levada se de fato tivesse podido penetrar todo o imponente sistema de Comte. Não foi, pois, o seu método perfilhado integralmente. Os mais entusiastas eram na maioria jovens políticos ambiciosos ou militares que se reduziam, em ciência, a cultivar a matemática necessária a seus estudos técnicos. To-

maram ao mestre francês as diretrizes sociais do seu pensamento, as normas que valorizam o princípio da autoridade e a conduta moral. De tal sorte que, substituindo, por exemplo, a ética do Catolicismo pela moral comtiana, não deixaram de imprimir grande austeridade a muitos setores da vida pública, fazendo-se também, na doméstica, cidadãos de comportamento irreprochável. Sob êste ângulo é que devem ser vistos e admirados. E não há dúvida que semelhante couraça, impondo temor e respeito, aliviou os golpes desfechados à prática republicana, que teve naquela geração nobres arautos e defensores". (49)

Não foi, porém, somente na literatura e no setor político, como elemento de corporificação da idéia republicana, que atuou o Positivismo no Rio Grande do Sul. Aí, também desempenhou — na observação de Guilhermino César — "a missão de despertar a consciência crítica". (50)

Houve, de fato, no Rio Grande — registra o mesmo autor — "uma agitação intelectual, provocada pelo comtismo, que não se circunscreeu à política. As letras receberam inspiração e estímulo como nunca dantes ocorrera, donde o aparecimento da crítica literária nesse período, com algumas características que a vinculam ao processo mental iniciado pelo debate filosófico" (51), suscitado pelo Positivismo.

No pórtico do livro "*Esboços Literários — poesia e crítica*", publicado em Pôrto Alegre, em 1883, dizia Damasceno Vieira:

"Anima-nos a intenção de iniciar na província o estudo consciencioso da crítica". E acrescentava: "Teremos sempre uma palavra de gratidão para todo pronunciamento que se levantar acerca do primeiro livro de crítica que se publicar na província". (52)

Guilhermino César analisa longamente, em sua primorosa *História da Literatura do Rio Grande*, os padrões críticos de Damasceno Vieira e comenta:

"Há, portanto, uma novidade nos *Esboços Literários*; é êste o nosso primeiro livro que assinalou à crítica, segundo padrões estéticos definidos, uma ação normativa. Desceu, por isso mesmo, a minúcias que antes passaram despercebidas aos críticos. O termo impróprio e a imprecisão da imagem, os pecados métricos e os desvios doutrinários — nada que lhe parecesse indigno da beleza formal e das idéias humanitárias do positivismo deixou o autor de condenar com rigor e veemência. Por tudo isso, Damasceno Vieira foi no Rio Grande do Sul quem abriu caminho às novas gerações parnasianas, como doutrinador do modernismo cientificista do século. Mas, se o disse, também o praticou. Do mesmo volume a que nos referimos constam vários poemas — diríamos experimentais — que procuram aplicar a doutrina preconizada. E nessas poesias se acha também em germe o

ideário que na *Musa Moderna*, publicado dois anos depois, iria o poeta desenvolver com mais amplitude". (53)

E, mais adiante, Guilhermino César assim resume a atuação de Damasceno Vieira como crítico:

"A obstinação com que combateu, no princípio do século, a poesia simbolista, notadamente a de Cruz e Souza, a veemência da sua poesia social, talhada segundo os moldes da Religião da Humanidade, e, afinal, o repúdio de tudo o que pregara na juventude, mostram nêlo o mais borboleteante dos críticos. Crítico miúdo, prêso a idéias preconcebidas, nem por isso deixou de ser significativa a atuação que desenvolveu. O cientificismo de que foi pregoeiro deixaria lesões profundas na vida mental do Rio Grande, mormente no início da República. No campo literário, Damasceno Vieira anuncia Júlio de Castilhos na política". (54)

Um dos últimos abencerragens literários do comtismo no Rio Grande do Sul, foi João Cezimbra Jacques. "Tradicionalista não só de sentimento, mas de ação, legou-nos prestimosa obra sôbre costumes e tradições do pago. Mas não deixou, coerentemente, de ir mais longe, a ponto de tentar a sistematização positiva do Direito, assunto forte demais para as suas limitadas aptidões (*"O Direito na Sociologia"* — Pimenta de Melo & Cia., Rio, 1917). Inspirou-se, ao fazê-lo, na *Política Positiva*, mas não chegou a vencer a barreira das citações. O prefaciador da obra, Carlos Maximiliano, fôra também, na mocidade, ardente defensor das soluções positivas. Haja vista o prefácio que escreveu para o livro de estréia de Alcides Maya, *Pelo Futuro*, no ano de 1897. Mas, transcorridos vinte anos, mitigou os ardores da sua primeira atitude, limitando-se a expor a teoria de Comte acêrca do Direito, sem revelar maior interêsse pelo sistema". (55)

Em *"Machado de Assis (Algumas notas sôbre o humour)"*, livro que, no dizer de Guilhermino César, seria "o ensaio mais agudo de sua geração" (56), Alcides Maya, como já fiz ver em capítulo anterior, confessa ter-se inspirado, para escrevê-lo, em Augusto Comte (57), a quem chama de "gênio profundo" (58), referindo-se longamente a êle e às suas concepções sôbre arte para contrapor-se ao positivista Pedro do Couto. (59)

#### NOTAS DO CAPÍTULO PRIMEIRO DA SÉTIMA PARTE

- 1) — Vide JOSÉ VERÍSSIMO: *"Homens e Cousas Estrangeiras"*, terceira série, pg. 295, H. Garnier, Livreiro-editor, Rio, 1910.
- 2) — Vide JOSÉ VERÍSSIMO: *"Sôbre alguns conceitos de Silvio Romero"*, in *"Que é literatura? e outros escritos"*, pg. 230, H. Garnier, Livreiro-editor, Rio, 1910.

- 3) — Vide JOSÉ VERÍSSIMO: "*Homens e cousas estrangeiras*", terceira série, pg. 217 da ed. cit.
- 4) — *Idem, ibidem*, pg. 296.
- 5) — *Idem, ibidem*, pg. 75.
- 6) — *Idem, ibidem*, pg. 92.
- 7) — Vide JOSÉ VERÍSSIMO: "*Que é a literatura? e outros escritos*", pgs. 46 e 47 da ed. cit.
- 8) — *Idem, ibidem*, pgs. 146 a 148.
- 9) — *Idem, ibidem*, pg. 159.
- 10) — Vide JOSÉ VERÍSSIMO: "*Estudos de Literatura Brasileira*", primeira série, Rio, Garnier, 1901, pgs. 1 e seguintes.
- 11) — *Idem, ibidem*, pgs. 27 e seguintes.
- 12) — *Idem, ibidem*, pgs. 234, 2.<sup>a</sup> série.
- 13) — *Idem, ibidem*, pg. 255.
- 14) — *Idem, ibidem*, pg. 288.
- 15) — *Idem, ibidem*, terceira série, pg. 118.
- 16) — *Idem, ibidem*, quarta série, pgs. 216 e 217.
- 17) — *Idem, ibidem*, quinta série, pg. 214.
- 18) — Vide AUGUSTO COMTE: "*Sistema de Política Positiva*", quarto volume, Apêndice Geral, pg. 209, notas 1 e 2 e "*Curso de Filosofia Positiva*", vol. quarto, pgs. 200 e seguintes da quarta edição, Paris, Librairie J. B. Baillièrre et Fils, 1877. Conf. R. PAULA LOPES — introdução ao volume: *Auguste Comte — le prolétariat dans la société moderne*", Paris, 10, Rue Monsieur Le Prince, 1946, pgs. XXXII et passim, e IVAN LINS: "*Augusto Comte e a economia política*", in *Digesto Econômico*, n.ºs 50 a 62.
- 19) — Vide JOSÉ VERÍSSIMO, *op. cit.*, segunda série, pg. 231; terceira série, pg. 48; quarta série, pg. 258; quinta série, pg. 168; sexta série, pg. 159.
- 20) — Vide JOSÉ VERÍSSIMO: "*Homens e cousas estrangeiras*", t. I, pgs. 134-135, Rio, H. Garnier, Livreiro-editor, 1902.
- 21) — *Idem, ibidem*, pg. 159.
- 22) — *Idem, ibidem*, pg. 221.
- 23) — *Idem, ibidem*, pg. 298. Conf. A. COMTE: "*Catecismo Positivista*", 3.<sup>a</sup> conferência, pg. 112 da tradução de MIGUEL LEMOS, edição de 1905; "*Política Positiva*", t. I, pgs. 310 e 311; "*Curso de Filosofia Positiva*", t. V., pg. 109 da quarta edição, e "*Lettres à Divers*", t. I, deuxième partie, pgs. 58 a 59.
- 24) — Vide JOSÉ VERÍSSIMO: "*Homens e cousas estrangeiras*", t. I, pgs. 339 e 340 da 1.<sup>a</sup> edição.
- 25) — Vide AUGUSTO COMTE: "*Cours de Philosophie Positive*", vol. VI, pg. 882 da 1.<sup>a</sup> ed., Paris, Bachelier, Imprimeur-Libraire, 1842.
- 26) — Vide MARTINS JÚNIOR: "*A Poesia Científica*", pgs. 14 e 15 da 2.<sup>a</sup> edição, Recife, Imprensa Industrial, 1914.
- 27) — *Idem, ibidem*, pg. 20.
- 28) — *Idem, ibidem*, pgs. 53 a 55.
- 29) — Vide EUCLIDES DA CUNHA: "*A Vida das estátuas*", in "*Contrastes e Confrontos*", pgs. 44 e 45 da 1.<sup>a</sup> ed., Pôrto, Empresa Literária e Tipográfica Editora, 1907.
- 30) — Vide ARARIPE JÚNIOR: "*A Poesia Científica — Martins Júnior*", in "*Autores e Livros*", de Múcio Leão, ano IV, 14-5-1944, vol. VI, número 16, pg. 252.
- 31) — Vide D'ALEMBERT: "*Oeuvres*", t. IV, pg. 299, Paris, A. Belin imprimeur, 1822.
- 32) — Vide EÇA DE QUEIROZ: "*As Farpas*", vol. I, pg. 30, "A Editôra", Lisboa, 1908.
- 33) — Vide MANUEL BANDEIRA: "*Martins Júnior*", in *Jornal do Brasil* de 23 de novembro de 1960.
- 34) — Vide D'ALEMBERT: "*Oeuvres*", vol. II, pgs. 199 e 417.

- 35) — Vide SOUZA BANDEIRA: discurso de recepção na Academia Brasileira, in "*Discursos Acadêmicos*", vol. I, pg. 195, Rio, Civilização Brasileira, 1934.
- 36) — Vide MARTINS JÚNIOR: "*Visões de Hoje*" pgs. 68, 73 et passim da 2.<sup>a</sup> edição, Recife, 1886.
- 37) — SHAKESPEARE: "*King Henry VIII*", IV, 2.<sup>a</sup>.
- 38) — Vide GUILHERMINO CÉSAR: "*História da Literatura do Rio Grande do Sul*", Editora Globo, Porto Alegre, sem data, pg. 282.
- 39) — Apud GUILHERMINO CÉSAR, *op. cit.*, pgs. 283 e 284.
- 40) — Vide GUILHERMINO CÉSAR, *op. cit.*, pg. 284.
- 41) — *Idem, ibidem.*
- 42) — DAMASCENO VIEIRA: "*Esboços Literários*", 1883, pg. 18, apud GUILHERMINO CÉSAR, *op. cit.*, pg. 351.
- 43) — Vide GUILHERMINO CÉSAR, *op. cit.*, pg. 330.
- 44) — *Idem, ibidem*, pg. 332.
- 45) — *Idem, ibidem*, pg. 336.
- 46) — EMÍLIO DE CAMPOS é autor de uma série de artigos publicados na "*Federação*" e outros jornais do Rio Grande, coligidos no volume "*Júlio de Castilhos*", Tipografia de W. Rotermund, São Leopoldo, 1903.
- 47) — Além de diversos outros trabalhos históricos, o General SOUZA DOCCA é autor de uma *História do Rio Grande do Sul*, Rio, Organizações Simões, 1954.
- 48) — CASTILHOS GOYCOCHÊA é autor de vários livros dos quais cito, como mais diretamente ligados ao Positivismo, os seguintes: "*Augusto Comte et l'Hypothèse cosmogonique Herschel-Laplace*", Rio, 1949, trabalho de que publicou, ainda em 1949, uma tradução portuguesa: "*À margem da Filosofia das Ciências*", Rio, 1954; "*Licínio Cardoso*", ensaio biográfico, Rio, 1955; e "*Capítulos de Ciência e de filosofia*", Rio, 1956.
- 49) — Vide GUILHERMINO CÉSAR, *op. cit.*, pgs. 345-346.
- 50) — *Idem, ibidem*, pg. 341.
- 51) — *Idem, ibidem*, pg. 348.
- 52) — Apud GUILHERMINO CÉSAR, *op. cit.*, pg. 350.
- 53) — GUILHERMINO CÉSAR, *op. cit.*, pg. 353.
- 54) — *Idem, ibidem*, pg. 354.
- 55) — *Idem, ibidem*, pg. 348.
- 56) — *Idem, ibidem*, pg. 355.
- 57) — Vide ALCIDES MAYA: "*Machado de Assis (Algumas notas sobre o humour)*", pg. 160 da 2.<sup>a</sup> edição, publicações da Academia Brasileira, Rio, 1942.
- 58) — *Idem, ibidem*, pg. 44.
- 59) — *Idem, ibidem*, pgs. 150 e 151.

## CAPÍTULO SEGUNDO

### AINDA O POSITIVISMO NA LITERATURA BRASILEIRA

I) *Carlos de Laet; Visconde de Taunay; Aluísio Azevedo e Lúcio de Mendonça.* II) *Machado de Assis e Constância Alves.* III) *Lima Barreto e João do Rio.*

#### I

É INTERESSANTE REGISTRAR que não só através dos seus adeptos, mas também dos seus opositores, teve Comte a atenção do público brasileiro voltada para a sua pessoa e a sua obra.

Foi, por exemplo, o que ocorreu com Carlos de Laet, monarquista e católico, ferrenho inimigo do Positivismo.

No jornal *Novidades*, do Rio de Janeiro, Araripe Júnior publicou, em princípios de 1888, longa série de artigos com o título "*A Terra de Emílio Zola e o Homem de Aluísio Azevedo*", onde, de passagem, suscitou a questão do *dialeto brasileiro*.

Através de seu folhetim *Microcosmo*, no *Jornal do Comércio*, opôs-lhe embargos Carlos de Laet, que, a propósito da influência social do clima, contrapôs Augusto Comte a Montesquieu, citando a página 461 do segundo volume do *Sistema de Política Positiva*. (1)

Respondendo a Laet, Araripe fez confusão quanto à obra citada, tomando-a pelo *Curso de Filosofia Positiva*, e escreveu:

"O Sr. Laet pensou que me esmagava, atirando-me em cima os 6 volumes de Augusto Comte.

"Errou o alvo. Em primeiro lugar, o autor do *Curso de Filosofia Positiva* não é autoridade, no estado atual da ciência, nem em mesologia, nem em etnologia, assuntos a que êle votou ódio sistemático.

"Em segundo, devo acrescentar que não me coloquei no ponto de vista em que se colocou Montesquieu, que confundiu clima com latitude.

"O meu ponto de vista é o dos climatologistas atuais, que consideram o clima uma resultante de fatores múltiplos, entre os quais entra a própria civilização. Segundo estas autoridades, o homem civilizado modifica-o, artificializa-o; nunca, porém, consegue anular a sua influência, como o afirmava Comte". (2)

Laet, pelo *Microcosmo* de 22 de abril de 1888 — esclarece, a êste propósito, Antônio J. Chediak — “pedindo vênia para deixar, de parte, a questão do clima, reclamou de Araripe dois obséquios: primeiro, ler, com mais atenção, os quatro volumes da *Política Positiva*, e não os seis, como errara, principalmente “nas partes em que com justeza critica a exageração do fatalismo climático, e especialmente no volume II, pgs. 446, 450, 461, e no IV, Apêndice Geral, pg. 108. Ainda que nada me seduzam as idéias sociológicas dêste filósofo, justo é reconhecer que nessa parte bateu perfeitamente as idéias a que tanto se afeiçoa o sr. Araripe. Por segundo, acreditar que nada nôvo escreveram os tratadistas, depois de Montesquieu, o qual firmara no pórtico do seu livro capital: *Prolem sine matre creatam...*” (3)

Mais tarde, em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, durante a Revolta da Armada, advertiria Laet:

“*Contistas* escrevi, senhores tipógrafos, empregando um neologismo desnecessário, mas muito em moda; *contistas* e não *comtistas* com *m*, gente carrancuda e infinitamente menos graciosa do que os outros contadores de histórias”. (4)

Apesar do seu catolicismo exaltado e intolerante, freqüentemente em seus artigos e escritos dessa época refere-se Laet ao Positivismo, o que prova como êste preocupava a todos.

A propósito dos *Herdeiros do Naturalismo*, artigo publicado no *Jornal do Comércio*, e reproduzido no volume *Em Minas*, assim alude Laet ao dissídio entre Miguel Lemos e Laffitte:

“Psicologia de papelão — chamou-lhe Pierre Laffitte, sumo pontífice dêsse positivismo ortodoxo de que é antipapa o Sr. Miguel Lemos”. (5)

E, na mesma série de artigos, estende-se Laet em longa explanação sôbre o sistema de Augusto Comte, salientando a apreciação, por êle feita, da Idade Média e do Catolicismo, onde “revelou certa equidade não comum em filósofos revolucionários”. (6)

Também no “*Encilhamento*” do Visconde de Taunay um dos principais personagens — o Dr. Ferreira Sodré — defendia com ardor o Positivismo, “cujas doutrinas fôra estudar a fundo em Augusto Comte”, expondo-a com admirável clareza. (7)

Já em “*O Mulato*” de Aluísio Azevedo, que saiu em 1881, evidente é o reflexo da influência positivista transmitida ao romancista por Celso Magalhães, como vimos a propósito do Positivismo no Maranhão.

Há mesmo quem, como Fernando Góes, suponha que Aluísio se tenha inspirado no próprio Celso Magalhães e em Gonçalves Dias para compor a figura do Dr. Raimundo, principal personagem do romance. (8)

Ê o que confirmam, entre outros, os seguintes passos. Andando, no quinto capítulo, pelas ruas de São Luís com o nego-

ciante português Manuel Pescada e o Cônego Diogo, Raimundo comenta:

“Formavam, dizia êste último, chasqueando, sem tirar o charuto da bôca, uma respeitável trindade filosôfica, na qual, ali o Sr. Cônego representava a teologia, o Sr. Manuel a metafísica, e êle, Raimundo, a filosofia positiva; o que aplicado à política, traduzia-se na prodigiosa aliança dos três govêrnos — o do papado, o monárquico e o republicano”. (9)

No capítulo décimo, dizendo Manuel Pescada que Raimundo não tinha religião, estabelece-se o seguinte diálogo:

— “Tenho, tenho. . .

— “Pois não parece! . . .

“Pelo menos não devia fazer tão pouco caso das rezas, que nos foram ensinadas pelos apóstolos de Nosso Senhor Jesus Cristo! . . .

“Raimundo não pôde conter uma risada, e, como o outro se formalizara, acrescentou em tom sério “que não desdenhava da religião, que a julgava até indispensável como elemento regulador da sociedade. Afiançou que admirava a natureza e rendia-lhe o seu culto, procurando estudá-la e conhecê-la nas suas leis e nos seus fenômenos, acompanhando os homens de ciência nas suas investigações, fazendo, enfim, o possível para ser útil aos seus semelhantes, tendo sempre por base a honestidade dos próprios atos”. (10)

Era, como se vê, em têrmos comuns, uma clara profissão de fé positivista. No romance de Lúcio de Mendonça — “*O Estouvado: cenas dos primeiros anos da República*”, um dos personagens, o Dr. Martim, “depois de longos anos de serviço público, como fiscal da mais importante via férrea paulista, recolhera à fazenda, com as suas economias e os seus livros, a biblioteca aconselhada por Augusto Comte e empregava os últimos anos da sua atividade em condensar em máximas a Moral do Mestre”. (11)

## II

Registrando Machado de Assis, em suas crônicas, não só os usos e costumes, mas ainda os principais acontecimentos políticos e literários da época, nelas são freqüentes as alusões ao Positivismo.

Eis, por exemplo, uma paródia pilhérica do *Catecismo Positivista* e do *Calendário dos Grandes Homens*:

“Um articulista anônimo, tratando há dias do uso da folga acadêmica nas quintas-feiras, escreveu que Moisés e Cristo só recomendaram um dia de descanso na semana, e acrescenta que nem Spencer nem Comte indicaram dois.

"Nada direi de Spencer; mas pelo que respeita a Comte, nosso imortal mestre, declaro que a afirmação é falsa. Comte permite (excepcionalmente, é verdade), a observância de dois dias de repouso.

"Eis o que se lê no *Catecismo* do grande filósofo:

"O dia de descanso deve ser um, e o mesmo para tôdas as classes de homens.

"Segundo o judaísmo êsse dia é o sábado; e segundo o cristianismo é o domingo. O positivismo pode admitir, em certos casos, a guarda do sábado e do domingo ao mesmo tempo. Tal é, por exemplo, o daquelas instituições criadas para a contemplação dos filhos da Grã-Bretanha, como sejam, entre outras, os parlamentos de alguns países, etc.

"E a razão é esta. Sendo os inglêses, em geral, muito ocupados, pouco tempo lhes resta para ver as cousas alheias.

"Daí a necessidade de limitar os dias de trabalho parlamentar dos ditos países, a fim de que aquêles insulares possam gozar da vista recreativa das mencionadas instituições".

("Cat. Posit.", pg. 302). Rio de Janeiro, 3 do brigadeiro José Anastácio da Cunha Souto de 94 (14 de agosto de 1833). (12)

De "*A Semana*" extraio as seguintes alusões de Machado ao Positivismo:

"1.º de maio de 1892

"Tudo é algarismo debaixo do sol. A própria circular do bispo aos vigários, acêrca dos padres e sacristães associados para vender caro as missas, reduz-se, como vêem, a somas de dinheiro. Grande rumor nas sacristias. Grande rumor na imprensa anônima. Pelo que me toca, não sendo padre nem sacristão, cito êste acontecimento da semana, não só por causa dos algarismos, mas ainda por notar que o bispo adotou neste caso o lema positivista: *Viver às claras*. Em vez de circular reservada, fê-la pública. Mas como, por outro lado, já alguém disse que o positivismo era "*um catolicismo sem cristianismo*", a questão pode explicar-se por uma simpatia de origem, e os padres que se queixem ao bispo dos bispos". (13)

"4 de dezembro de 1892

"Outro acontecimento grave, o anarquismo, também fica aqui mencionado, com o seu lema: *Chi non lavora non mangia*. Há divergências sôbre os limites da propaganda de uma opinião. O positivismo, por órgão de um de seus mais ilustres e austeros corifeus veio à imprensa defender o direito de propagar as idéias anarquistas, uma vez que não cheguem à execução. Acrescenta que só a religião da humanidade pode resolver o problema social, e conclui que *os maus constituem uma pequena minoria*...

“Uma pequena minoria! Estás bem certo disso, positivismo ilustre? Uma pequena minoria de maus — e tudo o mais puro, santo e benéfico... Talvez não seja tanto, amigo meu, mas não brigaremos por isso. Para ti, que prometeste o reino da Humanidade na terra, deve ser assim mesmo. Jesus, que prometia o reino de Deus nos céus achava que muitos seriam chamados e poucos os escolhidos. Tudo depende da região e da coroa. Em um ponto estão de acordo a igreja positivista e a igreja católica. “Estas (assustadoras utopias) só podem ser suplantadas pelas teorias científicas sobre o mundo, a sociedade e o homem, que acabarão por fazer com que a razão reconheça a sua importância, e a necessidade de subordiná-la à fé...” Que fé? Eis a conclusão do trecho de Teixeira Mendes: “não mais em Deus; mas na Humanidade”. Eis aí a diferença.

“Pelo que me toca, eterno divergente, não tenho tempo de achar uma opinião média. Temo que a Humanidade, viúva de Deus, se lembre de entrar para um convento; mas também posso temer o contrário. Questão de humor. Há ocasiões em que, neste fim de século, penso o que pensava há mil e quatrocentos anos um autor eclesiástico, isto é, que o mundo está ficando velho. Há outras ocasiões em que tudo me parece verde em flor”. (14)

Aludindo em 21 de outubro de 1894 a um discurso proferido no Conselho Municipal, escreve Machado:

“Aqui ocorreu um incidente que perturbou a serenidade do discurso. O orador apelou para um novo Cristo, que viesse fazer a obra do primeiro, e disse que esse novo Cristo era Augusto Comte...” (15)

Em 25 de novembro do mesmo ano, assim alude Machado a um episódio também verificado no Conselho Municipal:

“Refiro-me à bandeira que apareceu hasteada na sala das sessões do conselho, em dia de gala, sem se saber o que era nem quem a tinha ali pôsto. Pelo debate viu-se que a bandeira era positivista e que um empregado superior a havia hasteado, depois de consentir nosso presidente. O presidente explicou-se. Um intendente propôs que a bandeira fosse recolhida ao museu nacional, por ser “obra de algum merecimento”. Outro chamou-lhe trapo. “Trapo não, que é de seda”, corrigiu outro. O positivismo foi atacado. Crescendo o debate, alargou-se o assunto e as origens da Revolução do Rio Grande do Sul foram achadas no positivismo, bem como a estátua de Monroe e um episódio do asilo de mendicidade.

“Se assim é, explica-se o apostolado anti-positivista, fundado esta semana, e não pode haver maior alegria para o apostolado positivista; não se faz guerra a fantasmas, a não ser no livro de Cervantes. Mas que pensa de tudo isto um habitante do planeta Marte, que está espiando cá para baixo com grandes olhos irônicos?

“A bandeira não teve destino, foi a conclusão de tudo, e não será de admirar que torne a aparecer no primeiro dia de gala, para dar lugar a nova discussão — coisa utilíssima, pois da discussão nasce a verdade. Para mim, a bandeira caiu do céu. Sem ela esta página, que começou pedante, acabaria ainda mais pedante”. (16)

Ao apreciar em 12 e 16 de janeiro de 1892, na *Gazeta de Notícias*, o *Quincas Borba*, nêle vislumbrou Araripe Júnior um epigrama contra Augusto Comte e Darwin:

“Mas Quincas Borba não era homem para impingir a sua teoria em grosso e de surpresa. Fazia-o por partes.

“Daí”, acrescentava êle, “o caráter conservador e benéfico da guerra. Suponha-se um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos, que assim adquire fôrças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância: mas se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz, neste caso, é a destruição, a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Daí a alegria da vitória, os hinos, etc. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas”.

“Aqui temos, portanto, o filósofo de Barbacena sustentando do mesmo modo as duas filosofias do século XIX que mais se têm hostilizado.

“Augusto Comte de um lado; de outro, Carlos Darwin. E êle pretendeu que se abraçassem, que se beijassem.

“Verdade é que Borba, tal qual o pinta Machado de Assis, era um simples, que não conhecia, ou quase não conhecia, autores e tratados; mas tinha fundo próprio, grande *stock* de idéias, adquiridas por uma espécie de endosmose intelectual, e intuição de tôdas as teorias inventadas e por inventar.

“Com um pouco mais de industrialismo e americanismo, êle teria aberto à Rua do Ouvidor uma botica filosófica, onde combinasse, dosasse e vendesse as triagas à vontade do freguês.

“Outro destino, porém, pretendeu dar-lhe o autor das *Crisálidas*.

“Fêz de Quincas Borba um instrumento epigramático contra as duas grandes teorias do século”. (17)

Também Eloy Pontes supõe seja *Quincas Borba*, publicado em 1891, uma tentativa frustrada de caricatura de Augusto Comte e do Positivismo, então em grande voga entre nós pela sua repercussão na fundação da República:

“Machado de Assis tenta uma caricatura de Augusto Comte. Tenta apenas. Desconhecendo o Positivismo, seu alcance e as expressões da obra do filósofo, a caricatura sai-lhe confusa, constrangida, superficial”. (18)

Voltou a tratar do assunto, procurando aprofundá-lo, A. Fonseca Pimentel em dois artigos publicados no suplemento literário do “*Diário de Notícias*.” (19)

Também repercutiu o Positivismo em Constâncio Alves que, em 1885, se formou em medicina pela Escola da Bahia, aludindo, em sua tese — “*Da cremação e inumação perante a hygiene*” — à “*bela teoria do fetichismo*” formulada por Augusto Comte. Foi, em certa época, assíduo frequentador do Apostolado, colecionando-lhe com carinho as publicações. De inspiração comtiana é o seu famoso e talvez único soneto — *Mater*.

E, de fato. No *Catecismo Positivista* observa Comte que, intentando nessa obra iniciar subjetivamente, em sua doutrina, Clotilde de Vaux (a qual, além de muito mais môça do que êle, falecera havia sete anos), podia ter para com ela disposições paternais, porquanto, havendo a morte tornado fixa a idade de sua amada, era a mesma cada vez mais excedida pela dêle próprio, a ponto de já lhe não permitir, em relação a ela, senão imagens filiais. (20) Esta idéia foi transposta, com imensa felicidade e mestria, por Constâncio Alves relativamente à sua Mãe num dos mais belos sonetos da língua portuguesa:

“Eras em plena mocidade, quando  
Da nossa casa um dia te partiste;  
E eu, coitado, sem mãe, pequeno e triste,  
Fiquei por esta vida caminhando.

“Assim — no meu amor, teu rosto brando  
Do tempo à ação maléfica resiste,  
E o meu é hoje como nunca o viste,  
Tanto o passar da idade o foi mudando.

“Tão velho estou, que já me não conheces;  
Nem poderias ver no que te chora  
Êsse a quem ensinaste tantas preces.

“E tão môça ainda estás que (se memora  
A saudade o teu vulto) — me apareces  
Como se fôsses minha filha agora”.

### III

Outra figura de primeira grandeza que não passaria ao largo do movimento positivista foi Lima Barreto, o grande escritor carioca, fiel retratista de sua época.

Seu melhor biógrafo, Francisco de Assis Barbosa, situa o ano de 1897 como aquêle em que Lima Barreto passou a frequentar

a Igreja Positivista do Brasil. Um ano antes, entretanto, conforme se conclui de depoimento do Professor José Oiticica, colega do romancista no Colégio Paula Freitas, Lima Barreto já andava interessado em discutir, entre os colegas, a doutrina de Comte. É o próprio autor de *"Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá"* que esclarece a época de seu contacto com o positivismo. Em artigo na *Gazeta de Notícias*, regista: "Aí pelos quinze anos e mesmo antes não tinha a menor preocupação literária: havia até abandonado o meu Júlio Verne e todo eu era seduzido para o positivismo e coisas correlatas" (21)

Embora tenha sido uma curiosidade de adolescente, o Positivismo marcou acentuadamente a obra de Lima Barreto, fornecendo-lhe material para a criação, mormente caricatural, de diversos dos seus tipos. Livros como *"Recordações do Escrivão Isaías Caminha"* e *"O Triste fim de Policarpo Quaresma"* lembram, a cada passo, a passagem de Lima Barreto pelo grêmio da Rua Benjamin Constant. Segundo Francisco de Assis Barbosa, há ainda o personagem central de um livro inacabado, *"Cemitério dos Vivos"*, onde se notam — principalmente pelo seu tom de reminiscências autobiográficas — referências à iniciação na doutrina comtista.

Lima Barreto não passou pelo positivismo com a "unção religiosa" de um Vicente de Carvalho ou de um Martins Fontes. Muito pelo contrário, jamais pôde adaptar-se às normas que regiam o templo de Miguel Lemos e Teixeira Mendes e em *"Isaías Caminha"* anota a sua própria reserva à liturgia positivista: *"Quando via o vice-diretor (refere-se a Teixeira Mendes) sair rapidamente por detrás de um retábulo, na absida da capela, ao som de um tímpano rouco, arrepanhando a batina, com aquêlo laço verde no braço, dava-me vontade de rir às gargalhadas"*. Noutra passagem, comenta a propósito da pregação do mesmo Teixeira Mendes:

*"E eu achava tôda aquela dissertação tão intelectual, tão balda de comunicação, tão incapaz de erguer dentro de mim o devo-tamento, o altruísmo, o "esfôrço sôbre mim mesmo em favor dos outros", como dizia o apóstolo, que me quedava a indagar até que ponto o auditório respeitoso estava convencido e até que ponto fingia convicção"*.

Transcrevendo um trecho do trabalho inédito de Lima Barreto: *"Cemitério dos vivos"*, Assis Barbosa encontra nêle um relato espontâneo do que foi o Positivismo dentro da vida do romancista de *"O Triste fim de Policarpo Quaresma"*. Eis o trecho a que se refere o autor de *"A Vida de Lima Barreto"*:

*"A minha passagem pelo Positivismo foi breve e ligeira. Fre-qüentei o Apostolado cêrca de um ano; mas, apesar de me ter convencido de muita coisa da Escola, até hoje nunca pude acre-*

ditar que aquêles conjunto de doutrinas, capazes de falar e seduzir inteligências, fôsse capaz de arrebatar corações com o ardor e o fogo de uma fé religiosa. Deu-me, entretanto, a freqüência daquela curiosa igreja o gôsto pela leitura de autores antigos, dos mestres que todos nós, em geral, só conhecemos de nome ou por citações de citações. Lembro-me bem que lá adquiri uma brochura do *Discours de la Méthode*, de Descartes, em tradução. Li-a, com atenção, sem fadiga, antes com prazer. O que me encantou no livrinho do filósofo francês foi preconizar êle a dúvida metódica senão sistemática, a tábua rasa preliminar para se chegar à certeza". (22)

Outras alusões aos positivistas aparecem em "*Policarpo Quaresma*". Este livro, um dos pontos altos da obra do romancista, relato de uma história trágica e angustiante dos bastidores republicanos no tempo de Floriano, pinta os positivistas com muita exaltação, "*com uma fúria desmedida e talvez injusta — comenta Assis Barbosa — ao descrever os excessos de Floriano Peixoto durante a revolta de 1893*".

Só mais tarde, em plena maturidade, em 1921, Lima Barreto emitiria sôbre o movimento positivista um conceito menos apaixonado, de observador sereno e imparcial. Assim, nessa data, escreveu êle na *Gazeta de Notícias*:

"Não se pode dizer muito mal do Positivismo. Êle trouxe vantagem à nossa cultura e às nossas instituições políticas. Entre essas últimas está a separação da Igreja do Estado, conquista que a vaidade dos governantes, mais do que a sua devoção religiosa, tem procurado anular de todos os modos, mas que, seja como fôr, está sôlidamente na lei. Quanto à cultura, o comtismo republicano, com todos os seus exageros dogmáticos, mostrou bem que tôda aquela que não se baseia no estudo da ciência, tendo por princípio a matemática, era inane e não valia nada". (23)

Filho, como já vimos, de um positivista ortodoxo, Dr. Alfredo Coelho Barreto, João do Rio, o cronista do Rio elegante, de "*Crônicas e frases de Godofredo Rangel*", de "*Pall Mall Rio*", de "*Cinematógrafo*", o repórter leve e informativo de "*As religiões do Rio*", o contista de "*Dentro da Noite*", o teatrólogo, à maneira de Oscar Wilde, de "*A Bela Madame Vargas*", teve também formação positivista. Uma nota curiosa: foi o menino Paulo Barreto o primeiro a receber o sacramento inicial do Positivismo, correspondente ao batismo católico.

Dêsse contacto ficou, para sempre, no irônico escritor, grande dose de boa vontade para com o grêmio da Rua Benjamin Constant, do qual, conforme vimos, traçou, com simpatia, em "*As Religiões do Rio*", singelo retrato.

Com as minúcias de quem acompanhou de perto o Apostolado, assim se refere Constâncio Alves a essas circunstâncias ao

suceder a Paulo Barreto, em 22 de agosto de 1922, na Academia Brasileira de Letras:

“Surgindo tão môço, como jornalista, Paulo Barreto havia de ter causado a seu pai, o Dr. Coelho Barreto, orgulho e decepção. Orgulho, pela promessa de futuros triunfos; decepção, pelo malôgro de esperanças austeras. Aquêlle illustre mestre era positivista ortodoxo, filiado à Igreja Brasileira.

“Deu ao filho, parece que intencionalmente, o glorioso nome do Apóstolo, dos maiores do calendário de Augusto Comte e que designa, como é sabido, um dos treze meses.

“Mais ainda; levou o seu filho único ao templo, para que recebesse o sacramento da apresentação, que lhe foi conferido por Miguel Lemos, a 8 de setembro de 1883, dia por mais de um motivo memorável: por ter então oficiado Lagarrigue e por ter o chefe do apostolado nacional, pela derradeira vez, exercido atribuições sacerdotais por delegação de Laffitte e invocado êste chefe comum que, já no postridio dessa cerimônia, aberto o cisma, passava a ser chamado, rancorosamente, o *sofista*.

“Quem poderia prever que aquela criança de dois anos, destinada, na expectativa paterna, a ser um fervoroso fiel da religião da humanidade, um apóstolo talvez e nunca o ironista que foi, quem sabe se algum Paulo do comtismo, porém jamais um João do Rio — estava olhando para a cerimônia, em que figurava, com os olhos destituídos de veneração, do futuro repórter das *Religiões do Rio*? Quem imaginaria que a apresentação de Paulo era um sacramento perdido, talvez estragado por influência maléfica de Laffitte, na véspera de sua deposição?

“Paulo Barreto voltou ao templo, não como crente, mas como repórter, quando visitava cartomantes e feiticeiros, e por essa ocasião notou, com ironia, que ainda não haviam plantado o bosque sagrado, necessário ao culto externo da Religião da Humanidade”. (24)

#### NOTAS DO CAPITULO SEGUNDO DA SÉTIMA PARTE

- 1) — Vide ANTÔNIO J. CHEDIACK: “*Carlos de Laet, o polemista*”, segunda série, pg. 249, Livraria Editôra Zélio Valverde, Rio, 1943.
- 2) — Vide “*Obra Crítica de Araripe Júnior*”, vol. II, 1888.1894, pg. 101. Coleção de Textos da Língua Portuguesa Moderna, Ministério da Educação e Cultura, Casa de Rui Barbosa, 1960.
- 3) — Vide ANTÔNIO J. CHEDIACK, *op. cit.*, pgs. 253 e 254.
- 4) — CARLOS DE LAET: “*Em Minas*”, pg. 227, Rio, Cunha & Irmão, editores, 1895.
- 5) — *Idem, ibidem*, pg. 167.
- 6) — *Idem, ibidem*, pg. 305.
- 7) — Visconde de TAUNAY: “*O Encilhamento*”, Edições Melhoramentos, 4.<sup>a</sup> ed., pg. 50.

- 8) — Vide FERNANDO GÓES, *introdução a "O Mulato"*, pg. 15, Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1959.
- 9) — ALUÍSIO AZEVEDO: *"O Mulato"*, pg. 119 da ed. cit.
- 10) — *Idem, ibidem*, pg. 198.
- 11) — Vide LÚCIO DE MENDONÇA: *"O Estouvado"* in *Revista do Livro*, órgão do Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, Ano I, 3, 4, dezembro de 1956, pg. 191.
- 12) — MACHADO DE ASSIS: *"Crônicas"*, ed. W. M. Jackson, Inc., vol. 23, pgs. 200 a 202.
- 13) — *Idem, "A Semana"*, vol. 24 da ed. cit., pgs. 26/27.
- 14) — *Idem, ibidem*, pgs. 184/185.
- 15) — *Idem, ibidem*, vol. 25, pgs. 196/198.
- 16) — *Idem, ibidem*, pgs. 224/225.
- 17) — Vide ARARIPE JÚNIOR: *"Obra Crítica"*, vol. II, 1888-1894, Ministério da Educação e Cultura, Casa de Rui Barbosa, 1960, pgs. 308-309.
- 18) — Vide ELOY PONTES: *"A Vida Contraditória de Machado de Assis"* pg. 241, Rio, Livraria José Olympio Editôra, 1939.
- 19) — Vide Suplemento Literário do *Diário de Notícias*, do Rio, de 22 de fevereiro e 1.º de março de 1959.
- 20) — Vide AUGUSTO COMTE: *"Catecismo Positivista"*, prefácio, pg. 19 da trad. de MIGUEL LEMOS, Rio, Templo da Humanidade, 1905.
- 21) — LIMA BARRETO: *"Vários autores e várias obras"*, artigo publicado na *"Gazeta de Notícias"*, de 6 de fevereiro de 1920, *apud* FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA, *"A Vida de Lima Barreto"*, Livraria José Olympio Editôra, 1952, Rio, pg. 71.
- 22) — *Apud* FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA, *op. cit.*, pg. 73.
- 23) — *Apud* FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA, *op. cit.*, pg. 74.
- 24) — CONSTÂNCIO ALVES: *"Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras"* in *"Discursos Acadêmicos"*, t. V, pgs. 142 e 143, Rio, Civilização Brasileira S.A., 1936.

## CAPÍTULO TERCEIRO

### OUTRAS REPERCUSSÕES DO POSITIVISMO NA LITERATURA BRASILEIRA

I) *Conde de Afonso Celso e José Mariano de Oliveira.* II) *Silvio Romero e sua polêmica com Miguel Lemos.* III) *Araripe Júnior.* IV) *Joaquim Nabuco.*

#### I

TAMBÉM AFONSO CELSO que, como registramos em capítulo anterior, começou a sua vida de bacharel dando a Augusto Comte, em sua tese de doutoramento, o título de "*Cristo do século XIX*", guardou vida fora grande simpatia pelo Positivismo, conforme se conclui de vários artigos que estampou no "*Jornal do Brasil*".

Em 1929 fez elogiosas referências ao calendário de Augusto Comte, e, lamentando não figure nêlo o nome de Jesus Cristo, assim termina, em 21 de setembro de 1929, um artigo intitulado "*Reforma do Calendário*":

"Afora esta imperdoável omissão capital [a do nome de Jesus Cristo], o Calendário de Augusto Comte, com a divisão do ano em treze meses iguais, cada um com quatro semanas (28 dias), as quais deixam apenas de compreender um dia complementar nos anos ordinários e dois nos anos bissextos (dia complementar — festa geral dos mortos; dia bissêtil: festa geral das santas mulheres), é dos mais recomendáveis e a favor dêle se vai pronunciando forte aceitação".

Estranhando alguém a simpatia de Afonso Celso pelo calendário de Augusto Comte, escreveu êle em 28 de setembro de 1929, ainda no "*Jornal do Brasil*", um artigo intitulado "*O Positivismo*", onde se lê:

"Houve quem estranhasse que, ao tratar da reforma do calendário, tivéssemos manifestado, nesta coluna, simpatia pelo imaginado por Augusto Comte e adotado pelos positivistas integralmente fiéis às doutrinas do mestre.

"Procedeu a estranheza de que as crenças católicas apostólicas romanas que professamos são incompatíveis com o Positivismo, essencialmente agnóstico.

"Assim é, com efeito.

“Isso, porém, não nos inibe ao espírito de justiça reconhecer a genialidade de muitas concepções e demonstrações de Augusto Comte, uma das cerebrações mais poderosas e compreensivas ainda conhecidas na humanidade, comparável em certos pontos às de Aristóteles e Santo Tomás de Aquino.

“Num dos últimos números da *“União”*, benemérito órgão católico desta capital, o nosso venerando chefe Dr. Antônio Felício dos Santos declarou que lhe mereciam aprêço vários aspectos do comtismo que condena a maçonaria, o espiritismo, o protestantismo, exalta o culto da mulher, os franciscanos, os jesuítas, aspira ao estabelecimento no mundo de uma autoridade espiritual suprema que resolva tôdas as questões de consciência, autoridade que para os católicos já existe — é a infalibilidade do sumo Pontífice em matéria de fé.

“Nos trabalhos de Augusto Comte deparam-se aos mais intransigentes católicos proposições admiravelmente sintéticas e aceitáveis como as seguintes:

“— A sociedade humana compõe-se de famílias e não de indivíduos. Um sistema qualquer não pode ser formado senão de elementos semelhantes a êle e sòmente menores. Assim uma sociedade é tão indecomponível em indivíduos quanto uma superfície geométrica em linhas ou uma linha em pontos.

“— Os revolucionários tornaram-se afinal os mais atrasados de todos os ocidentais, sem cessar de ser os mais perturbadores.

“— Tôda escolha dos superiores pelos inferiores é profundamente anárquica.

“— Nascemos carregados de obrigações de tôda espécie para com os nossos predecessores, nossos sucessores e nossos contemporâneos. Essas obrigações se vão em seguida desenvolvendo e acumulando, antes que possamos prestar algum serviço. Sejam quais possam ser nossos esforços, a mais longa vida bem empregada não nos permitirá nunca senão restituir uma porção imperceptível do que temos recebido.

“— O hábito da submissão constitui a primeira condição da ordem humana.

“— Desde há trinta anos que eu manejo a pena filosófica e sempre representei a soberania do povo como uma mistificação e a igualdade como ignóbil mentira.

“— O princípio revolucionário, desde seu início protestante, consiste sempre em que cada um não reconhece no fundo, outra autoridade senão a sua. Desde logo produz o individualismo, quando não é bastante combatido pelo sentimento de veneração, o único que distingue os curáveis dos incuráveis.

“— O progresso é o desenvolvimento da ordem.

“— Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos. Esta irresistível dominação representa a parte plenamente

imodificável de toda existência social. Seu império, já sensível na mais alta antiguidade conhecida, natural e incessantemente foi aumentando. Assim, a pretensão de nos subtrairmos a êle constitui hoje o principal sintoma de alienação crônica para a qual tende de mais em mais a razão ocidental desde o fim da idade média.

“— Nunca se poderá apreciar o verdadeiro espetáculo histórico sem profunda veneração para com o conjunto do passado. O patriotismo propriamente dito, reduzido mesmo ao simples civismo, não cessará nunca de constituir o grau mais usual do verdadeiro sentimento social. Porque, se, de um lado, tendemos a multiplicar tanto quanto possível nossas relações simpáticas, nossas afeições, de outra parte, não permanecem assaz enérgicas senão se os seus objetos podem ser concebidos segundo um comércio habitual.

“— O regime público consiste, em sua integralidade, em realizar dignamente esta dupla máxima: dedicação dos fortes para com os fracos; veneração dos fracos para com os fortes.

“— O grande fim da vida humana consiste no aperfeiçoamento contínuo de nossa natureza individual e coletiva.

“— Todos, querendo hoje comandar e podendo muita vez esperar que cheguem a isso, cada qual não obedece ordinariamente senão à força, sem ceder quase nunca por motivo de razão, ou por amor. Daí resulta habitualmente uma afligente degradação até entre os próprios que amargamente deploram o pretense servilismo de seus predecessores.

“— Não existe sociedade sem governo; todo governo supõe uma religião para consagrar e conservar o comando e a obediência.

“Estes e outros conceitos esparsos na vasta obra de Augusto Comte, bem como as suas fórmulas: o amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim; viver para outrem; viver às claras; agir por afeição e pensar para agir; conservar para melhorar; grandes deveres supõem grandes forças; não se destrói senão aquilo que se substitui; liberdade e ordem pública; tais conceitos e fórmulas considerámo-las aforísticas e quiséramos tivessem plena aplicação na ordem religiosa, na moral, na política, a fim de assegurar a harmonia e o aperfeiçoamento humanos...”

Em artigo de 10 de dezembro de 1929, declarava Afonso Celso: “Como Augusto Comte no seu *Appel Aux Conservateurs*, estou persuadido de que toda evolução humana se deva subordinar à lei — “o homem se torna mais em mais religioso”.

“Por essenciais e irreduzíveis que sejam as minhas divergências com o apostolado de Teixeira Mendes e Miguel Lemos, não posso, em consciência, deixar de reverenciar-lhes a sinceridade, a nobreza de caráter e, não raro, o acerto das proposições.

“O mesmo se dá relativamente ao companheiro deles sobrevivente, êsse admirável Mariano de Oliveira, irmão de Alberto de

Oliveira, insigne poeta, como êste, e cuja existência, tôda de re-traiamento e modéstia, mas de excepcional elevação intelectual e moral, o coloca entre as mais altas e formosas figuras de sua geração”.

Ainda no “*Jornal do Brasil*” de 28 de janeiro de 1930, em artigo intitulado “*Ano Literário*”, escreveu Afonso Celso: “Eis, em síntese, o juízo do Sr. André Bellesort sôbre o valor intelectual do ano transcorrido:

“Oxalá o que se encetou depare aspectos mais brilhantes e fecundos, de modo que a Arte se aproxime do ideal formulado por Augusto Comte: complemento essencial do culto da humanidade, poderoso meio de melhoria moral”.

Tantas e tão simpáticas referências ao Positivismo entusiasmaram vários jovens adeptos do comtismo e alarmaram na mesma proporção muitos católicos, que passaram a ver em Afonso Celso um cripto-positivista. Eis poi que, em artigo de 1.º de abril de 1930, julgou êle necessário esclarecer:

“A leitura, embora incompleta, dos livros de Augusto Comte tem-me inspirado sincera veneração pelo mestre, de quem me parecem irrecusáveis várias proposições. Admiro a coerência, a perseverança, a abnegação, a integridade, o civismo do grupo de positivistas brasileiros a que, sem dúvida, pertenceis. Isso, porém, em nada modificou as minhas profundas convicções católico-apostólico-romanas”. (1)

José Mariano de Oliveira, a quem, em seu artigo de 10 de dezembro de 1929, se referia Afonso Celso chamando-lhe “*insigne poeta*”, pertencia, desde a mocidade, à Igreja e Apostolado Positivista do Brasil.

Escreveu, entre outros, os seguintes trabalhos:

“*Um casamento no Templo Positivista*”, Rio, 1924; “*O Culto dos Mortos*”, Rio, 1928; “*Tiradentes — Drama Histórico*”, Rio, 1930; “*Culto à Mulher*”, 1.º volume (*Culto Privado*); 2.º volume (*Culto Público*), Rio, 1934; “*Helôisa*”, drama histórico, Rio, 1940.

Em artigo intitulado “*Um grande engenheiro e um grande poeta*”, Félix Pacheco reproduziu, no “*Jornal do Comércio*” de 13 de abril de 1930, a seguinte carta de Alberto de Oliveira:

“Meu caro Félix Pacheco

“Venho agradecer ao seu coração haver-se associado ao pesar que me enluta com o falecimento de Mariano de Oliveira.

O “*Jornal do Comércio*” noticiando o óbito, assinalou o valor e a extrema dedicação do profissional e do positivista. Êle foi realmente o engenheiro ilustre que a Central do Brasil contou entre os que melhor a têm servido, e por sua vez, e desde os primeiros tempos, ao lado de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, apóstolo pugnaz e indefesso da Igreja positivista.

“De quem era o homem em suas relações pessoais poderão informar os que mais de perto o trataram e destes principalmente seus irmãos e parentes próximos, os quais todos víamos em Mariano o nosso guia, o chefe assisado e generoso, cujo parecer e conselhos acatávamos sempre no que de mais relevante se prendia ao bem estar da família e comunidade de obrigações e deveres.

“Mas o que você talvez não saiba, meu Félix, e poucos saberão é que Mariano de Oliveira foi verdadeiro poeta, substancialmente poeta, poeta do começo ao fim da existência, grande e admirável poeta. Estreou muito jovem com um livro *“Idade Acadêmica, versos de Mário”*, livro de idéias abertamente revolucionárias, que, se mereceu reparos críticos, mereceu também louvores de Machado de Assis, o que se pode ver do estudo deste *“A Nova Geração”*.

“Não se feriu nunca seu claro espírito, de igual amor votado à sua profissão, sua musa e seu apostolado. Escrevia, escrevia sempre. Deixa Mariano de Oliveira volumosa obra, quase toda inédita, na qual avultam os poemas *“Pró Pátria”*, *“Pro Cuba”*, *“Livro de Orações”*, *“Tiradentes”*, (drama em verso), *“Hino à Mulher”* e *“Imitação de Cristo”*, (tradução), além de algumas centúrias de sonetos. Dêstes você poderá julgar pelo que aqui tenho à mão e lhe mando; é feito à memória da mulher e da filha, as quais ambas morreram moças”. Com um abraço de amizade e reconhecimento, Alberto de Oliveira”.

Discípulo de Augusto Comte desde a juventude, por influência de Capistrano de Abreu, o qual o aproximou de Teixeira Mendes e Miguel Lemos<sup>(2)</sup>, ao casar-se com uma cunhada destes últimos, assumiu Mariano o compromisso positivista da *viuvês eterna*. E, perdendo a esposa três anos depois de seu enlace, conservou-se viúvo até a morte, isto é, durante quarenta e um anos.

Do seu livro *“Culto à Mulher”* é o soneto:

“Volta, Querida, volta ao lar vazio,  
E me acharás aqui, qual me deixaste,  
Fiel àquele amor que me votaste,  
Apenas triste, apenas o ar sombrio.

“Trinta anos!... Vi o estio após o estio  
Voltar-nos... Tu somente não voltaste;  
Tu somente da tumba não tornaste  
Onde foste dormir num chão tão friol!...

“Como os anos parecem-me compridos  
Esperando que voltes!... Se voltares,  
Verás guardados inda os teus vestidos,

Guardados inda sob os meus olhares,  
E teus bilhetes tantas vêzes lidos  
E tudo quanto é teu nos seus lugares!..."

## II

Muitas vêzes os próprios opositores não só chamaram a atenção para o Positivismo, como ainda conduziram a êle alguns de seus leitores. Foi, por exemplo, o que ocorreu com o Almirante Alfredo Colônia que teve a sua curiosidade voltada para o Positivismo principalmente ao ler o livro de Sílvio Romero — *Doutrina contra Doutrina* — livro que o levou a procurar outras obras através das quais se tornou um dos representantes do Positivismo em nossa Marinha de Guerra.

Para Araripe Júnior não constituiria surpresa que tal acontecesse, pois assim se externou, em 28 de abril de 1894, através de "*A Semana*":

"Livro concebido e executado em ódio a uma escola, a *Doutrina contra Doutrina*, do Dr. Sílvio Romero, traduz o temperamento do autor com muito mais fidelidade do que todos os livros até hoje por êle dados à estampa.

"O Dr. Sílvio Romero entende que o positivismo é um artifício da demonologia filosófica moderna; e, convencido de que a humanidade, especialmente o povo brasileiro, só tem que perder com a sua vitória, enchendo-se de furor sagrado contra os propagandistas daquela escola, agride-os com uma violência bem comparável à do autor do *De Tribus impostoribus*.

"O livro terá defeitos; mas não se lhe pode negar calor e eloquência.

"A obra é extensa e promete desenvolver-se em sucessivos volumes, nos quais o crítico atacará a construção de Comte em todos os seus redutos.

"O instrumento de que se serve, a espada com que pretende cortar os nós górdios do humanitismo é forjada e afiada nas oficinas do mestre Spencer. Ao positivismo opõe êle o evolucionismo, para mostrar a inanidade da doutrina, não só nas suas aplicações, isto é, na política e na moral prática, mas também nos seus fundamentos lógicos. Tarefa árdua, apesar dos trabalhos de Stuart Mill, Littré e Huxley, não hesitou o crítico empreendê-la; e começa analisando nesse primeiro livro, em três longos capítulos, a razão fundamental do positivismo, a classificação das ciências e a lei dos três estados. A êstes capítulos deverão seguir-se outros sôbre as três filosofias de Comte, sôbre a política, a religião e a ação pessoal do mestre e de Clotilde de Vaux. Finalmente, a obra será encerrada com a história e a crítica do positivismo no Brasil. sob o ponto de vista de sua influência no regime republicano.

“Pela rápida leitura que fiz dessa primeira parte do trabalho do ilustrado professor de sociologia do Ginásio Nacional, convenci-me de que, ãa tentativa de demolição do positivismo, entra, talvez, um tærço do espírito filosófico do autor, ficando os dois restantes para o do panfletista e do agitador” (3)

Referindo-se a Sílvia Romero na “*Gazeta da Tarde*” de 3 de agosto de 1882, dizia Araripe Júnior a propósito de seu livro sôbre a *Poesia Popular no Brasil*:

“Conheço bem o Dr. Sílvia, e sei como os seus livros são arquetetados.

“Lê muito, tem uma ambição desmesurada de projetar a sua síntese sôbre o Brasil. Temperamento nervoso, impetuoso, vida sedentária em uma gruta de Santa Teresa, preocupações tôdas, tôdas literárias; — consequências: excitações noturnas, insônias, sonhos, ou, antes, apocalipses científicos. Aquelas linhas agrupam-se furiosas, impõem-se a seu espírito, criam-lhe uma obsessão. Crescem as suas impressões subjetivas — e as nobres intenções voam ao longe.

“Então... Das duas uma: ou o escritor produz logo o que tem de produzir, ou rebenta! Aí está. Isto não é desconhecer um talento: é defini-lo.

“Todos sabem que êste processo não é, talvez, o mais sadio. Por mais vigorosa que seja a sua organização, por mais que se poupe ao uso do tabaco, há de sempre ressentir-se do defeito dos metais cuja fundição se opera antes da fusão ser completa.

“O Dr. Sílvia tem exuberância demais.” (4)

Foi o que ocorreu em 1901. Sendo deputado federal, apresentou Sílvia um projeto de lei estabelecendo a obrigatoriedade do casamento civil relativamente ao religioso. E, com a sua habitual ligeireza, esquecido de que os positivistas haviam, na Constituinte, combatido veementemente qualquer determinação legal a êsse respeito como contrária ao princípio da separação do poder temporal relativamente ao espiritual, escreveu na 15.<sup>a</sup> das razões por êle aduzidas a favor do seu projeto:

“A precedência [do ato civil ao casamento religioso] é praticada e aconselhada pelos positivistas, porque a acham justa, patriótica e conveniente”.

Saiu-lhe ao encalço Miguel Lemos em três artigos na seção ineditorial do “*Jornal do Comércio*” de 26, 27 e 31 de maio de 1901.

No primeiro dêsses artigos dizia Miguel Lemos:

“Entre os considerandos com que precedeu o seu substitutivo, estabelecendo a precedência obrigatória do casamento civil, o Sr. Sílvia Romero julgou dever introduzir um afirmando que os positivistas aconselham e praticam essa precedência, porque a julgam justa, patriótica e conveniente.

“Cumpre-nos declarar que o Sr. deputado está enganado quanto ao valor que êsse fato pode emprestar à sua insustentável tese. Ele esquece que se trata de obrigação moral, e não de obrigação legal, com a sanção de penas temporais, em assunto que não comporta, como o temos demonstrado à saciedade, semelhante intervenção do poder civil.

“Há muitas outras coisas que nos parecem igualmente justas, patrióticas e convenientes, e nem por isso daríamos o nosso assentimento à ingerência nelas do braço secular. Assim é que achamos justo, patriótico e conveniente que o cidadão faça reconhecer pelas leis a sua união conjugal, mas com certeza nunca aplaudiríamos uma lei que tivesse por fim reprimir diretamente o simples concubinato, por ser isso matéria que só é passível de uma sanção moral.

“Do mesmo modo entendemos que é não só justo, patriótico e conveniente, mas, até imprescindível, que ninguém pretenda ser filósofo e sociólogo sem primeiro conhecer as ciências positivas, isto é, as únicas verdadeiras. Reprovaríamos, porém, terminantemente qualquer lei que visasse punir com prisão celular, ou com qualquer outra pena do mesmo gênero, todo aquê que alardeasse de filósofo e sociólogo sem nada saber dessas ciências, ainda que ignorasse a primordial aritmética, como acontecia a alguns de quem fala o nosso Mestre.

“E a par dêstes poderíamos citar muitos outros exemplos para evidenciar uma verdade tão clara, aliás, e que só pode ser desconhecida pelos que não têm noção certa e precisa do que seja a separação dos dois poderes, temporal e espiritual”. (5)

No artigo seguinte pondera Miguel Lemos:

“Deixarei inteiramente de lado os apodos e as chufas com que o Sr. Sílvio Romero recheou a sua resposta à retificação que julguei dever opor, como órgão do Apostolado Positivista do Brasil, a um dos considerandos que êsse deputado antepôs ao seu substitutivo estabelecendo a precedência obrigatória do casamento civil. A tal respeito apenas notarei que o artigo de hoje veio confirmar ainda o que penso sôbre o seu autor; sempre o tive na conta de uma espécie de Doutor Pancrácio, de farfalhão sem lábia, sem fundo, e sem forma, o que é mais grave, tratando-se de uma pessoa que só poderá aspirar quando muito ao título de literato.

“Afastando, pois, semelhantes sensaborias, limitar-me-ei ao seguinte:

“1.º — O Sr. deputado por Sergipe atribui-me o pensamento de ter querido comparar o meu saber ao seu, para colocar a minha ciência muito acima da que êle chocalha por aí. Está completamente equivocado. Eu não fiz senão lembrar, a título de exemplo, que, segundo o critério positivista, não era lícito

moralmente a ninguém pretender os foros de filósofo e sociólogo sem conhecer primeiro as ciências positivas. Ora, eu não pretendo ser nem uma coisa nem outra; tôda a minha ambição não vai além de ser um apóstolo da Religião da Humanidade, tanto quanto o permitirem as minhas lacunas intellectuais e as minhas imperfeições morais. E o apostolado positivista, segundo os preceitos do nosso Mestre, está ao alcance de qualquer discípulo fiel e de boa vontade. Este é o único título que eu almejo.

“Se assim é, comprecnde-se que nenhum sobressalto me pode causar a sabedoria do Sr. Deputado, por mais matemática, astronomia, etc., que esteja agora a assimilar, e por maior que seja a sua superioridade sôbre mim em direito, estética, história, filologia, etc., etc. Peço apenas licença para observar que seria melhor então que S.S. enquanto não levasse essa seródia assimilação até certo ponto de adiantamento, ficasse calado, para depois fazer, com calma, uma revisão geral dos seus outros saberes, à luz dos novos conhecimentos. Já o nosso poeta clássico Ferreira aconselhava ao seu confrade Diogo Bernardes:

“É necessário ser um tempo mudo,  
 “Ouvir e ler sòmente; que aproveita,  
 Sem armas, com fervor, cometer tudo?

“Recolha-se, pois, ao silêncio enquanto refaz a sua preparação nos novos moldes, e venha, em ocasião oportuna, dar provas públicas de que a referida assimilação deu fruto, ou confessar de plano que já não está mais em idade de aprender essas coisas, porque, como diz o prolóquio popular, pau que nasce torto tarde ou nunca se endireita.

“2.º — O Sr. deputado por Sergipe reduz a sua resposta acêrca do assunto debatido a afirmar que eu não tenho razão em opor o moral ao legal, visto como aquêle se pode transformar neste. S.S. esquecei. que eu não disse, nem podia dizer, que nada do que é moral se deve tornar legal. O que eu lembrei foi que nem tudo o que a moral condena pode ser reprimido pela legislação; e para o provar citei dois exemplos que me pareceram característicos. Poderia ter acrescentado que a marcha da civilização tem tendido cada vez mais a transformar em simples preceitos morais as prescrições legais de modo a dilatar progressivamente o govêrno espirital do homem e restringir na mesma proporção o domínio da fôrça material sôbre êle.

“Essa verdade é aliás muito velha, já era proclamada muito antes do positivismo, e não pode ser ignorada sequer por um estudante de direito. Montesquieu preceituava, no seu *Espírito das Leis*, “que cumpria não fazer pelas leis o que deve ser feito pelos costumes”; e Bentham, nos seus *Princípios de Legislação* escrevia: “A moral prescreve a cada indivíduo a prática de tudo quanto é vantajoso à comunhão social, inclusive o seu proveito

pessoal; existem, porém, muitos atos úteis à comunidade que a legislação não deve ordenar. Há mesmo um grande número de atos nocivos que ela não deve proibir, pôsto que a moral o faça. A legislação, em uma palavra, tem, é certo, o mesmo centro que a moral, mas não a mesma circunferência”.

“E enquanto deixo o Sr. Sílvio Romero determinar êsse centro comum e distinguir essas duas circunferências diferentes (bom exercício para quem está agora estudando geometria), faço aqui ponto final, prometendo não voltar mais a ocupar-me com êsse senhor. Satisfarei assim a sua vontade, não o aborrecerei, nem perturbarei a sua paz, como tanto deseja: o que me será muito fácil porquanto sempre tive essas disposições em relação a S.S. e era êsse mesmo o meu propósito.

“Abster-me-ei, pois... pelo menos, até que êle complete a sobredita assimilação”. (6)

Escrevendo bem e manejando com mestria o florete polêmico muito concorreu Miguel Lemos para difundir o Positivismo através da secção ineditorial do “*Jornal do Comércio*”.

### III

Araripe Júnior foi outro grande espírito que contribuiu para despertar a atenção do público brasileiro para o Positivismo através das frequentes alusões que a êle fazia em seus artigos e trabalhos de crítica.

Na *Gazeta da Tarde* de 1.º de julho de 1882, referiu-se longamente à *Primeira Circular Anual* de Miguel Lemos. (7)

Escrevendo, em 6 de junho de 1885, sôbre a morte de Victor Hugo, traça Araripe Júnior o seguinte paralelo entre o poeta e o fundador do Positivismo:

“Hugo fêz pelos meios artísticos o mesmo que Augusto Comte pelos filosóficos. Condensou um mundo em sua cabeça, nêle acreditou, ajoelhou-se e orou. Ambos tiveram a mesma preocupação pela humanidade”. (8)

Em 1888, numa série de artigos sôbre Zola e Aluísio Azevedo, observa Araripe Júnior:

“Zola pertence à raça que tem produzido homens políticos ou sacerdotais; Richelieu, Robespierre, Infantin, Augusto Comte e Le Play”. E, mais adiante acrescenta: “Qual o pensamento de Augusto Comte, escrevendo o seu *Curso de Filosofia Positiva* e criando a célebre Religião da Humanidade, senão cortar os vãos ao espírito dispersivo do mundo e substituí-lo pelo grilhão da sua infernal sistematização hierárquica das ciências? Uma *Divina Comédia* disfarçada em filosofia”. (9)

Na mesma série de artigos, referindo-se ao beberrão Jesus Cristo, personagem de "A Terra" de Zola, comenta Araripe Júnior:

"Pois bem, êsse filho do Fouan, tal qual transparece no mundo em que o pôs o mestre, vale tudo quanto o espírito satírico do mestre tenha pretendido fazer em benefício dêsses atrasados que tumultuam no fundo do vaso onde se compõem as revoluções sociais — os tais proletários, com que Augusto Comte tanto se preocupou". (10)

Analisando a "Via-Láctea" estabelece Araripe um cotêjo entre Augusto Comte e o ideal feminino de Bilac, assim concluindo:

"A mulher que Olavo Bilac descreve não é pois, a dos poemas de Musset nem dos de Byron, nem mesmo a dos cantores modernos, menos tempestuosos; essa mulher é simplesmente uma categoria do sentimento projetada sôbre o corpo da escolhida de sua alma. O que o poeta então verdadeiramente canta, não é a realidade objetiva, o fato feminino, mas a supressão da sensação carnal que o tortura e o culto do sentimento que o eleva. . .

"Êsse esforço de sistematização afetiva, como melhor não aconselharia Augusto Comte, é tanto mais adorável quanto o abismo não se fecha e a pantera ruga ao lado." (11)

Tratando do decadismo e do naturalismo ponderava, em 13 de dezembro de 1888, Araripe Júnior:

"A escola de E. Zola é uma escola baseada na síntese objetiva do mundo; pois bem, os decadentes uns por sistema, outros por instinto, foram procurar a síntese adversa, a subjetiva.

"Quem conhecer um pouco a história da filosofia e o mecanismo dos métodos científicos, não encontrará dificuldade em verificar, desde logo, a direção que fatalmente serão obrigados a tomar os indivíduos que embarcaram na última canoa. As vistas positivas e aos poemas concretos de hoje sucederão os apocalipses, as visões, os êxtases, as idealizações mais desenfreadas que se possam imaginar. E a prova de que isto é um sistema está em Stéphane Mallarmé, o chefe real e reconhecido da escola simbolista, há dez anos que trabalha em um poema, no qual se supõe dar uma explicação órfica do universo. Como é fácil de prever, essa explicação não se funda nem na observação, nem no experimentalismo, mas nas categorias do pensamento — no apriorismo de uma imaginação, segundo afirmam, profundamente tocada por êsse mesmo espírito religioso que produziu Saint-Simon, Infantin, Pierre Leroux e a ortodoxia de A. Comte". (12)

Vejamos agora como, em 4 de outubro de 1889, se manifestou Araripe a propósito da epopéia da humanidade projetada por Teófilo Braga:

“Dizem que Teófilo Braga escreveu, na *Revista de Portugal*, um artigo colossal sôbre a epopéia da humanidade. Ainda não vi crítico mais pateta:

“Misturar A. Comte com Lotze e fazer uma espécie de droga estética fritzmackiana, é coisa que, felizmente, não se suporta mais, depois de que inventaram as Inspetorias de Higiene”. (13)

Em 25 de setembro de 1890, aludindo às eleições para a Constituinte republicana, escrevia Araripe Júnior:

“Se eu tivesse sido eleito deputado pela terra que jacobinizou o Sr. Rodrigues, proporia o seguinte aditivo ao provável projeto de lei sôbre a imprensa:

“Ficam privados de pronunciar-se em política os jornalistas que escreverem bem, salvo os que provarem ter lido e relido a obra de Augusto Comte”. (14)

A propósito da morte de Júlio Ribeiro, observava Araripe em 14 de novembro de 1890:

“Católico, depois racionalista, depois positivista, por último realista, o grande gramático não era outra coisa mais do que um egresso da filologia, que, um pouco tarde, tentou beber a longos sorvos tôda a felicidade intelectual que lhe não permitiram os anos juvenis e que ainda colocado entre as vicissitudes da vida, na idade adulta, sofreu e contorceu-se, ansiando coisas longínquas de uma civilização refinada, até cair exausto e incompreendido”. (15)

Em “*A Semana*” de 12 de maio de 1894, ao apreciar a *História da República* de Felisbelo Freire, ponderava Araripe Júnior:

“Se o Dr. Felisbelo Freire pertencesse à escola positivista, a crítica de sua obra seria uma redundância; bastaria cotejar o livro, capítulo por capítulo, com os programas de Augusto Comte”... (16)

Também a propósito da obra de Felisbelo Freire, ao referir-se à propaganda republicana, observava Araripe Júnior em 21 de julho de 1894:

“O fator dessa propaganda era o então tenente-coronel Benjamin Constant, que, sem propositalmente imiscuir-se em política, ensinando matemáticas aos seus discípulos, ao mesmo tempo incutia-lhes amor pelas doutrinas de Comte e, portanto, pelas instituições republicanas”. (17)

Ainda em *A Semana*, registrando a publicação de um opúsculo de Pardal Mallet sôbre o divórcio escrevia Araripe em 20 de outubro de 1894:

“Excetuada uma frase grosseira, dirigida à memória do professor da rua M. Le Prince, que se encontra à página 54 do folheto, e que devia ter sido suprimida na revisão, não se encontram, nesse trabalho, agressões descabidas aos adversários da idéia, nem às crenças ou preconceitos religiosos”. (18)

Em muitos outros escritos, numerosas são as alusões de Ara-ripe Júnior a Augusto Comte e ao Positivismo. (19)

#### IV

Em carta de agradecimento às linhas em que Machado de Assis, na sua coluna do "*Diário do Rio de Janeiro*", a 31 de janeiro de 1865, o saudara pela poesia *Uruguaiana*, por êle recitada numa sessão da Arcádia Fluminense, em presença do Imperador, da Imperatriz e das Princesas Imperiais, Joaquim Nabuco assim se expressou em 1 de fevereiro de 1865:

"Nesta idade em que minha inteligência ainda não pode discutir sôbre o positivo e o exato, deixo que a pena corra sôbre o papel, e que minha acanhada imaginação se expanda nas linhas que ela compõe; mas, *quando as minhas faculdades, concentradas pelo estudo e pela meditação, se puderem aplicar ao positivo e ao exato, deixarei de queimar incenso às musas do Parnaso, para me ir alistar na fileira dos mais mediocres apóstolos do positivismo e das ciências exatas.* (20)

Não se concretizou essa aspiração de Nabuco, em 1865, de alistar-se na fileira dos apóstolos do positivismo. Revelou sempre, porém, simpatia e até entusiasmo pela ação de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, principalmente na série de quatro artigos em que, de julho a novembro de 1888, se referiu ao movimento positivista em sua famosa secção de "*O País*" — *Campo Neutro*. Num desses artigos, estranhando o radicalismo da reforma ortográfica adotada por Miguel Lemos, fazia Nabuco, em 24 de outubro de 1888, as seguintes ponderações muito sensatas, ao mesmo tempo que reveladoras do seu alto aprêço pelo Apostolado:

"O Sr. Teixeira Mendes honrou-me em nome do Centro Positivista com uma carta publicada sob o título — a ortografia é do Centro — *A propósito da agitação republicana*. Sinto sinceramente que o Centro Positivista diminua o efeito e o círculo de divulgação das suas importantes publicações com essa mudança de ortografia, que torna difícil a leitura delas e desvia a cada instante o pensamento do leitor da seriedade da matéria para algum ridículo da transformação ortográfica. Não se podem fazer diversos proselitismos ao mesmo tempo, e se o social é mais importante do que o ortográfico, é preciso não sacrificá-lo por êste. Eu compreendo que o Centro faça propaganda da sua ortografia, mas deve fazê-la sem sacrifício da sua propaganda social, ou melhor moral. É realmente incômodo ler as novas publicações do Centro Positivista. O pensamento nos é detido a cada palavra pelo nôvo modo de escrevê-la, o que é até irritante para o leitor que tem pressa de compreender. Eu quisera que o Centro visse o meio de não sacrificar o seu apostolado social por

amor de um apostolado subalterno. Não pode ser a aspiração de espíritos superiores criarem um obstáculo à divulgação do seu próprio ensino. Os faróis não querem vidros opacos. É o mesmo que dizer em latim na Câmara o que ela entende melhor em português. Exceto um ou outro leitor sério, quem tomar um dêesses opúsculos pensará logo que êles exprimem o desprezo do Centro pelo proselitismo que êle mesmo está fazendo e o desejo de ser lido por poucos, o que não entra no espírito de um verdadeiro apostolado como é o comtista.

“Faço esta observação preliminar por amor da própria influência do *Centro Positivista*, que há muito tempo considero a mais elevada afirmação do sentimento moral coletivo em nosso país e que respeito como a vocação espiritual mais sincera e a mais heróica que registra a nossa história. Respeito-a tanto mais quanto não vejo futuro algum para nenhuma espécie de ascetismo em nosso país. Há aqui a resistência indestrutível do meio, a oposição cósmica, a mais forte de tôdas”. (21)

Em trabalho, ainda inédito, sôbre Justiniano José da Rocha, mostra Elmano Cardim que, já em 1854, Nabuco de Araújo deixava transparecer influência das idéias de Augusto Comte acerca dos conservadores, cuja aliança política com os liberais êle julgava possível.

Como faz ver, naquele trabalho, Elmano Cardim, respondendo ao Deputado Ângelo Muniz da Silva Ferraz, barão de Uru-guaiana, em defesa da política de conciliação do Ministério Paraná, dizia Nabuco de Araújo, na sessão de 9 de julho de 1854, da Câmara dos Deputados:

“É a conciliação do princípio conservador com o progresso refletido e justificado pela experiência; o princípio conservador como base; o progresso não é incompatível com o princípio conservador, porque o princípio conservador não é a inércia, o abandono; não conserva quem não melhora”.

São expressões quase textuais de Augusto Comte no *Discurso sôbre o Conjunto do Positivismo*, publicado em 1848, e nos três primeiros volumes da *Política Positiva*, dados a lume entre 1851 e 1853, e em várias de suas *Circulares Anuais*.

Nesses escritos sustentava o filósofo que, depois de haver sido por êle fundada a *dinâmica social*, tornara-se possível conciliá-la com a *estática social*, estabelecida por Aristóteles, harmonizando-se, assim, os liberais, e até mesmo certos revolucionários, com os conservadores, mediante a fórmula “*conservar, melhorando*”, poi, frisava êle, “*por tôda parte o aperfeiçoamento exige a conservação*”.

Daí adotar, como lema político do Positivismo, “*a ordem por base e o progresso por fim*”, como, quase com as mesmas pala-

vas, dizia Nabuco de Araújo no passo de seu discurso de 1854, citado por Elmano Cardim.

Explicam-se, destarte, as considerações de Joaquim Nabuco ao finalizar o terceiro volume do livro que consagrou a seu pai, onde ressalta o "*positivismo prático*" de Nabuco de Araújo (22), e, bem assim, as simpatias que o próprio Joaquim Nabuco, até pelo menos os quarenta anos, demonstrou pelo Positivismo.

#### NOTAS DO CAPÍTULO TERCEIRO DA SÉTIMA PARTE

- 1) — Os artigos de AFONSO CELSO, publicados no *Jornal do Brasil*, nas datas indicadas no texto, foram reproduzidos pelo *Boletim Positivista*, de que era diretor o Dr. Nelson Garcia Nogueira: vejam-se os números 6, de 19 de novembro de 1938, pgs. 202 a 206, número 9, de 31 de dezembro de 1939, pgs. 41 a 45; e número 10, de 4 de julho de 1940, pgs. 66 a 72.
- 2) — Vide JEFFERSON DE LEMOS: "*Notas Biográficas sobre José Mariano de Oliveira*", pgs. 13 e 14 do volume póstumo de J. MARIANO DE OLIVEIRA: "*Heloisa*", Rio, Tipografia Henrique M. Sondermann, 1940.
- 3) — Vide ARARIPE JÚNIOR: "*Obra Crítica*", vol. II, 1888-1894, pg. 331, Rio, Ministério da Educação, Casa de Rui Barbosa, 1960.
- 4) — Vide ARARIPE JÚNIOR, *op. cit.*, vol. I, pg. 294.
- 5) — Vide MIGUEL LEMOS: "*Boletim do Apostolado Positivista do Brasil*", n.º 23 P, agosto de 1901, pgs. 4 e 5.
- 6) — *Idem, ibidem*, pgs. 5-7.
- 7) — Vide ARARIPE JÚNIOR, *op. cit.*, vol. I, pgs. 270-271.
- 8) — *Idem, ibidem*, pg. 417.
- 9) — *Idem, ibidem*, pgs. 32 e 33.
- 10) — *Idem, ibidem*, pg. 62.
- 11) — *Idem, ibidem*, pg. 113.
- 12) — *Idem, ibidem*, pg. 135.
- 13) — *Idem, ibidem*, pg. 205.
- 14) — *Idem, ibidem*, pg. 237.
- 15) — *Idem, ibidem*, pg. 251.
- 16) — *Idem, ibidem*, pg. 337.
- 17) — *Idem, ibidem*, pg. 354-355.
- 18) — *Idem, ibidem*, pg. 361.
- 19) — *Idem, ibidem*, vol. III, *passim, signaliter*, pgs. 192 e 296.
- 20) — Apud GRAÇA ARANHA: "*Machado de Assis e Joaquim Nabuco. Comentários e notas à correspondência entre os dois escritores*", pg. 99, São Paulo, Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1923.
- 21) — Vide o artigo de JOAQUIM NABUCO em "*O País*" de 24 de outubro de 1888.
- 22) — Vide JOAQUIM NABUCO: "*Um Estadista do Império: "Nabuco de Araújo"*", t. III, pg. 595, Rio, H. Garnier, Livreiro-editor, sem data.

## CAPITULO QUARTO

### O POSITIVISMO NOS DISCURSOS DE RECEPÇÃO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

I) Souza Bandeira; José do Patrocínio e Mário de Alencar; Afonso Arinos, Osório Duque Estrada e a posição positivista perante as intervenções do Brasil no Prata, e, especialmente, no caso da Guerra com o Paraguai. A resposta de Roquette Pinto. II) Luís Guimarães Filho; Lauro Müller; João Luís Alves; Cláudio de Souza e Vicente de Carvalho.

#### I

A PREOCUPAÇÃO COM Augusto Comte e o Positivismo também se refletiu em numerosos discursos de recepção proferidos na Academia Brasileira de Letras.

A vários dêles já me referi no decorrer dêste ensaio. Detenhâmo-nos em mais alguns.

Em 10 de agosto de 1905, tratando de Martins Júnior, dizia Souza Bandeira:

“Cheio de fé no futuro, pintava o povo regenerado pela ciência, mostrava a República dominando o mundo dentro em poucos anos, e a humanidade, chegada a era definitiva da paz e do trabalho, em pleno reinado do estado positivo de Augusto Comte. (1)

Aludindo, em 14 de agosto de 1906, à secção — *Semana Parlamentar* — que José do Patrocínio, em 1880, mantinha na *Gazeta de Notícias*, com o pseudônimo de Prudhomme, dizia Mário de Alencar:

“Revelava estudo, desinterêsse pessoal, e não tinha retórica, o que é admirável naquela idade (tinha vinte e poucos anos) e no nosso país. É que Patrocínio era sincero e cultivava nessa época o positivismo, de que foi por algum tempo aluno e sectário.

“Num dos seus outros folhetins falava com indignação disfarçada em zombaria, do menosprêzo com que fôra acolhida uma publicação de um dos chefes brasileiros da filosofia positiva”. (2)

Muitas vêzes, sem referência expressa, eram pelos nossos escritores, reproduzidos, quase nos mesmos têrmos, conceitos de Comte, como ocorreu com Afonso Arinos ao dizer, em 9 de novembro de 1907, em seu discurso de recepção ao Almirante Jaceguai:

“E as duas faculdades extremas, a imaginação criadora do sonho e o talento positivo fundador da realidade, embora não

possam reunir-se em determinado indivíduo no mesmo grau de intensidade — não se repelem fundamentalmente.” (3)

Cotejemos êste trecho com o seguinte de Augusto Comte no *Catecismo Positivista*:

“Embora não possam o gênio filosófico e o estro poético encontrar nunca, simultaneamente, altos destinos, a natureza individual de ambos é, em tudo, idêntica. Aristóteles teria sido um grande poeta e Dante um filósofo eminente, se a situação histórica houvesse sido menos científica para um e menos estética para o outro. As distinções escolásticas a êsse respeito foram inventadas e sustentadas por pedantes, que, não possuindo nenhuma espécie de gênio, nem sequer sabiam apreciar o gênio alheio. A superioridade mental é idêntica nas várias carreiras humanas, cuja escolha é sempre determinada pela situação, sobretudo histórica, porquanto a espécie domina constantemente o indivíduo”. (4)

No mesmo discurso, citando a apreciação de Teixeira Mendes sobre as intervenções do Brasil no Prata, Afonso Arinos, esquecido de que os nossos compatriotas, sediados no Uruguai, se envolviam nos movimentos armados contra o respectivo governo, escreveu: “Não falando na necessidade iniludível da nossa intervenção armada na Banda Oriental, que López tomou como causa da guerra, intervenção tardia em vista do permanente estado de discórdias no território vizinho, onde foram muitas vezes depredadas estâncias de patriotas nossos e trucidados nossos cidadãos...” (5)

Respondeu-lhe indiretamente, em 3 de março de 1928, Roquette Pinto, ao suceder a Osório Duque Estrada na Academia, quando esposou a tese desenvolvida por Teixeira Mendes no *“Esboço Biográfico de Benjamin Constant”*:

“Para Osório Duque Estrada o patriotismo era principalmente orgulho nacionalista. Punha no Paraguai olhos de eixo muito alongado...”

“A história do conflito de 1864 não nos tem sido ensinada com a verdade que a consciência requer; durante o Império, havia o respeito às opiniões do Imperador; nos primeiros anos da República, os generais que o substituíram... eram gloriosos sobreviventes da guerra.

“Dizia o meu antecessor que, em muitos pontos, a História do Brasil se acha “falsificada”. Eu não quero perder o ensejo de afirmar que, em relação às origens daquele triste episódio, os moços aprendem uma história injusta. Não se diminui a glória dos nossos antepassados ainda quando se demonstra que o seu luminoso sacrifício poderia ter sido evitado.

“Na hora em que faço a apreciação da obra de Osório não deixarei de recordar que o antigo Encarregado de Negócios do Brasil no Paraguai — falando de cadeira — como dizia, chamou “puro sentimentalismo doentio e retórico de ideólogos desavisados e ignorantes dos fatos”, ao lindo movimento que no Brasil se está fazendo para o cancelamento da dívida que as gerações republicanas não desejam escriturar!

“Não. Justiça não é retórica; nem Equidade é sentimentalismo.

“O ardor das paixões foi, e ainda é, de tal ordem, tanto aqui quanto lá, que o meio de poder alguém formar juízo imparcial a respeito de pontos essenciais, consiste em alinhar os documentos emanados de ambos os lados, antes e depois do conflito.

“Separada a Cisplatina em 27 de agosto de 1828, garantida a sua independência pela derrocada de Rosas, em 1852, continuaram a viver no Uruguai, tomando parte ativa em sua existência de nação livre, e entrando forte nas suas lutas políticas, numerosos patrícios nossos. Tal como hoje, aos nossos olhos, fazem os italianos em São Paulo e os alemães no sul do Brasil.

“É claro que os acasos da gangorra política levaram muitos deles a sofrer os percalços do partidarismo. Tinha o Império o direito de intervir no Estado Oriental para proteger os seus filhos ali estabelecidos?... Têm a Itália ou a Espanha o direito de se intrometer hoje aqui para proteger italianos ou espanhóis que lhes mandem queixas do Brasil? Não é bom falar nos compatriotas nossos que entravam naquele país alistados nas tropas arregimentadas para depor o govêrno oriental... .

“Que fizeram os nossos dirigentes? Prestaram ouvidos solícitos aos milheiros de patrícios que estavam sofrendo no Uruguai, conforme as palavras de Saraiva. E decidiram pôr em prática os princípios que tanto nos repugnaram quando apareceram em plena Conferência Interparlamentar de 1927, no Rio de Janeiro.

“No caminho, por estas alturas, surge o Paraguai. Mas, vem inesperadamente, como intruso cavaleiro andante da defesa alheia? Não. Aparece na mais estrita e regular situação de direito, obedecendo rigorosamente aos tratados que o próprio Império com êle assinara. E surge armado até os dentes... por obra e graça dos conselhos, das insinuações, dos auxílios que lhe foram dados, muito deliberadamente, pouco antes... pelo Brasil. Parece que afirmo um despropósito! No entanto é a lição de Rio Branco, com quem aprendi que as fortalezas de Humaitá foram iniciadas por oficiais do Brasil; é a lição dos nossos melhores mestres que, desde a missão de Pimenta Bueno, depois marquês de S. Vicente, o Império tinha conseguido fazer do Paraguai uma potência militar, dando-lhe assistência e prestígio, obtendo ao mes-

mo tempo a adesão desse país ao tratado de 25 de dezembro de 1850, pelo qual os dois contratantes se obrigavam a defender as fronteiras do Estado Oriental.

“Os diplomatas do Império tinham-se esquecido de incluir no tratado de 1850 uma pequena cláusula, reservando a S. M. o direito de entrar, livremente, na antiga Cisplatina, para proteger os seus súditos... Mais tarde Conservadores e Liberais entram na pendência de apurar a quem caberia o erro da intervenção. De onde vinha a inqualificável cegueira dos que negaram ao Paraguai aquele direito de que êle usou, primeiro, em tom pacífico de mediador, e, só depois, em tom de ultimatum, que vale uma declaração de guerra? Pelo progresso da minha terra tenho arriscado contente, mais de uma vez, a vida que ela me deu. Mas só compreendo o patriotismo que não precisa de mentiras para manter a sua existência.

“Entremos na grande verdade histórica.

“Declarada a guerra, patriotas iríamos todos tomar parte nela, estivesse ou não a justiça do nosso lado. Até Riachuelo (11 de junho de 1865) foi, se quiserem, accitável a posição do Império. A fatalidade tinha arremessado à luta os dois povos. Que fazer? Mas no ano seguinte, o chefe inimigo compreendeu que estava vencido e, na entrevista de Jataiti-Corá (12 de setembro de 1866) — episódio de que em geral não se fala — pediu as condições de paz aos vencedores. Queria apenas lhe reconhecessem o pôsto supremo em que o seu povo o conceituava. Mas o chefe com quem a nação estava absolutamente identificada, para o Império, nada mais era do que um desclassificado. No conselho de Estado, em 30 de setembro de 1867, Nabuco protestava contra o inominável tratamento.

“A resposta que deram, a quem pedia paz, foi quase injuriosa. Vencido? Pois então fizesse melhor do que Rosas, de Buenos Aires. Tomasse um barco atulhado de ouro, levando tudo quanto quisesse e fôsse gozar o resto da existência na Inglaterra, protegido, durante a viagem, pela generosidade da Tríplice Aliança.

“Se o chefe paraguaio nutria o desejo de conquistar pelas armas um pôrto de mar no Atlântico, dilatando as fronteiras da pátria à custa do nosso território — é coisa de que ninguém dá provas. Documentos do arquivo de Lopes mostraram, diz Rio Branco, que o ditador não mantinha a tradição militarista para guerrear o Brasil. Visava a outros pontos.

“Osório Duque-Estrada era ligado a gloriosos guerreiros. Nascera no último ano da luta. Não seria preciso mais para desculpar tudo quanto disse a respeito do conflito, que nós não devemos esquecer, e sim lembrar como quem recorda com veneração, mas também cheio de justiça, um erro dos seus maio-

res. Tanto mais que é bem fácil abrir caminho aos bons pensamentos. São povos, disse eu uma vez, que a sorte irmanou para sempre, obrigando-os a cair juntos de joelhos na adoração de túmulos que ninguém pode distinguir. Cada metro daquele solo bebeu sangue de um avô nosso, ou guarda-lhe os restos decompostos. Ninguém poderá jamais dizer se o guerreiro que ali dorme é nosso ou dêles. Envolveu-os a fatalidade na mesma mortalha de heroísmo.

“Sendo certo que o desrespeito da fronteira uruguaia fôra considerado *casus belli* pelo Paraguai; sendo certo que isso não era quixotesca valentia de um intruso, e sim cumprimento de tratados formais; sendo certo que o Paraguai ofereceu sua mediação no conflito — sumariamente recusada pelo Império, como podemos nós, republicanos da minha geração, em consciência atirar tôda a culpa da guerra às costas do vencido?

“Amor da Pátria, que não tine como o ouro da verdade, é moeda falsa do patriotismo. Não há, pois, nem retórica nem sentimentalismo na voz dos que pedem aos chefes da nossa democracia considerem o erro do passado, no mais puro desejo de ver engrandecido o Brasil pela liberdade e pela justiça”. (6)

Contraopondo-se, por sua vez, a Roquette Pinto, diria Fernando Magalhães em 23 de junho de 1928 ao receber o Barão de Ramiz Galvão:

“mesmo a fase cruciante da guerra [do Paraguai], transformada pelo sectarismo mirrado em investida de imperialismo algoz”. (7)

## II

E as alusões ao Positivismo, claras ou veladas, se sucedem nos discursos da Academia:

“O século XIX foi um glorificador do homem: das meditações de Comte, êle surgiu santificado na história” — dizia em 21 de julho de 1914, Alcides Maya. (8)

Em 19 de julho de 1917, observava Luís Guimarães Filho:

“Se Rousseau, Michelet e Augusto Comte preferem a mulher dentro de casa, alheia a tôda a vida exterior, divindade do lar, anjo da guarda do santuário doméstico, Saint-Simon é progressista, Condorcet defende-a em todos os terrenos e Stuart Mill considera-a capaz de exercer as profissões que até hoje têm sido exclusivo privilégio do sexo forte”. (9)

Ainda em 1917, ao empossar-se, diria Lauro Müller:

“*Ordem e progresso* inscreveu a revolução republicana no pavilhão nacional, como lição patente aos que ignorem ou es-

queçam que o segundo não é um bem completo se da primeira não procede, tão verdade é para a nação como para os indivíduos, que o seu desenvolvimento material ou físico os arrastaria, animalizados, às mais grosseiras condutas, se, paralelamente àquele crescimento, lhes não sasonasse a razão".<sup>(10)</sup>

Em 6 de novembro de 1923, dizia João Luís Alves ao empossar-se:

"Pedro Lessa observa que "um pouco antes de Buckle na Inglaterra, já em França o filósofo extraordinário, com o qual mantém uma certa afinidade o historiador inglês, tentara determinar a lei fundamental da história, e erigi-la à categoria de ciência; mas o gênio assombroso de Augusto Comte e a admirável solidez de seus conhecimentos científicos não lograram evitar à *filosofia positiva* a sorte dos ensaios anteriores do mesmo gênero".<sup>(11)</sup>

Em 8 de outubro de 1924, ao suceder a Vicente de Carvalho, disse Claudio de Souza:

"Voltemos, porém, à vida literária de Vicente de Carvalho, que, iniciada com "*Ardentias*" e "*Relicário*", se interrompeu, em 1894, com a conversão do poeta ao positivismo, "*num brusco movimento de entusiasmo juvenil*", como êle próprio o classificou. Pareceram-lhe, então, os versos que fizera indignos da alta concepção do mestre, e, julgando-se incapaz de atingir a perfeição, abandonou a lira".<sup>(12)</sup>

Tinha, então, Vicente de Carvalho vinte e nove anos e já havia sido Secretário do Interior do Estado de São Paulo. Não era, pois, tão jovem assim para ser a sua adesão ao Positivismo considerada apenas "*brusco movimento de entusiasmo juvenil*", sobretudo tendo durado cinco anos, isto é, até os trinta e quatro anos do poeta.<sup>(13)</sup>

A verdade é que, desprendendo-se da ortodoxia asfixiante do Apostolado Positivista do Brasil, ao qual se filiara, e retornando ao cultivo da poesia, Vicente de Carvalho deixou, até o fim da vida, patente, em todos os seus escritos, a influência profunda que recebera do Positivismo.

Eis, de fato, como, em *Uma Candidatura*, translúcidamente reproduz a teoria da imortalidade subjetiva de Augusto Comte:

"... só dêles (de seus *Poemas*) fio a minha sobrevivência espiritual, eu pobre poeta deserdado da esperança numa outra vida, e que tem por suprema ambição do seu egoísmo, não um grande lugar na terra, mas um pequenino recanto na simpatia mais ou menos duradoura de algumas almas..."

Também êste outro trecho, por êle mesmo colocado como epígrafe de "*Poemas e Canções*", é um transunto de idéias comtianas:

“... só explica tão forte empenho pôsto em grangear tão modesto resultado, como é um livro de versos, aquêl fortíssimo instinto profundamente humano, que se rebela contra a morte, sonhando para depois dela, uma continuação ainda que modificada da vida. A ambição de deixar a sua alma ecoando sonoramente em outras almas, através do tempo, é, sem dúvida, o incentivo dos poetas, e a ilusão de quase todos êles... Que recompensa melhor promete alguma religião aos que estimula na incerta e penosa conquista do Céu?”

Também a conclusão, repassada de relativismo, do primeiro soneto de *Poemas e canções* é um maravilhoso resumo da doutrina de Comte sôbre o mesmo tema:

“Essa felicidade que supomos,  
Árvore milagrosa, que sonhamos  
Tôda arreada de dourados pomos,

Existe, sim: mas nós não a alcançamos  
Porque está sempre apenas onde a pomos  
E nunca a pomos onde nós estamos”.

Ainda reflexo evidente do filósofo sôbre o estro de Vicente de Carvalho é a humanização de tôda a natureza ou seja, nas palavras de Comte, a incorporação do fetichismo ao positivismo:

“Os velhos troncos, plácidos ermitas,  
Os próprios troncos velhos, remoçados  
Riem no riso em flôr das parasitas...”

Ainda constituem uma transposição poética da teoria do Grã-Fetiche de Comte os versos finais de *Sonho Póstumo*:

“O verdadeiro sonho, eu quero assim dormi-lo  
Num largo descampado,  
Tendo em cima o esplendor do vasto céu tranqüilo  
E a primavera ao lado.

“Amortalhe-me a noite estrelada; arda o dia  
Depois, claro e risonho;  
E seja a dispersão na luz e na alegria  
O meu último sonho”.

Eis, para terminar, mais uma amostra da formação positivista de Vicente de Carvalho tirada do *Sonho de Platão*:

“Quando as asas abrindo, a águia da Verdade  
 Abrigar à sua sombra a grande aspiração  
 E Deus se desfizer ao facho da Razão  
 — Névoa que se desfaz se a banha a claridade—

“Quando sôbre o zênite o grande sol da ciência  
 Sôbre o mundo espalhar o dia esplendoroso  
 Com os raios burilando um poema luminoso  
 — O Código ideal das leis da Consciência”. (14)

#### NOTAS DO CAPITULO QUARTO DA SÉTIMA PARTE

- 1) — *Vide* Publicações da Academia Brasileira: “*Discursos Acadêmicos*”, vol. I, pg. 200, Rio, Civilização Brasileira S. A., 1934.
- 2) — *Ibidem*, pg. 224.
- 3) — *Ibidem*, vol. II, pg. 22.
- 4) — *Vide* AUGUSTO COMTE: “*Catecismo Positivista*”, pgs. 112 e 113 da trad. de MIGUEL LEMOS, 3.<sup>a</sup> ed., Rio, 1905. *Vide* também “*Sistema de Política Positiva*”, vol. I, pgs. 310 e 311.
- 5) — *Vide* *Discursos Acadêmicos*, vol. II, pg. 29.
- 6) — *Ibidem*, vol. VII, pg. 77-80.
- 7) — *Ibidem*, pg. 131.
- 8) — *Ibidem*, vol. III, pg. 20.
- 9) — *Ibidem*, pg. 173.
- 10) — *Ibidem*, pgs. 218-219.
- 11) — *Ibidem*, vol. IV, pg. 249.
- 12) — *Ibidem*, vol. VI, pg. 92.
- 13) — *Ibidem*, l. cit.
- 14) — *Vide* RODRIGO SOARES JÚNIOR: “*Jorge Tibiriçá e sua época*”, t. I, pgs. 204 e 205. O soneto de Vicente de Carvalho: “*O Sonho de Platão*”, a que se refere RODRIGO SOARES JÚNIOR, foi dedicado a THOMAZ COCHRANE e foi publicado no “*Almanaque Literário de São Paulo*”, VII ano, Tipografia da “*Provincia de São Paulo*”, 1883, pg. 127.

## CAPITULO QUINTO

### REFLEXOS POSITIVISTAS EM OUTROS ESCRITORES

I) *Euclides da Cunha*. II) *Luís Murat; Augusto de Lima, Afrânio Peixoto e Roquette Pinto*. III) *Martins Fontes e Vicente Licínio Cardoso*. IV) *Érico Veríssimo, Vianna Moog e Gilberto Amado*. V) *João Ribeiro*.

#### I

**D**ESCONHECIDA, MAS indubitável, foi a influência positivista na formação de Euclides da Cunha.

É preciso, a êste propósito, ponderar que o entusiasmo de alguns aderentes filosóficos de Comte sofreu, no Brasil, a evolução do próprio Positivismo: cáldo e exuberante nos primeiros anos da República, esfriou e retraiu-se, quando mesmo não foi abertamente renegado, depois do esvaziamento político da doutrina, paralelamente agravado pelos excessos místicos do Apostolado, o qual levou muitos a esconderem a sua tendência intelectual, dando em resultado serem muito mais numerosos do que se pensa, entre nós, os *cripto-positivistas*.

Eis como, em sua coluna *Dia a Dia*, do Estado de São Paulo, definiu Euclides da Cunha, em 29 de março de 1892, a sua posição perante o Positivismo. Contava então vinte e seis anos:

“A propósito da brutalidade de um iconoclasta qualquer, que num ímpeto de revolta inconsciente, quebrou a imagem de Cristo no júri da Capital Federal, alarmou-se certa parte da imprensa, e, de um fato relativamente insignificante — e de todo subordinado à polícia correcional, fêz uma questão de seita religiosa, atribuindo-o indiretamente a uma doutrina que estabelece o amor como o princípio de tôdas as ações e define todo o progresso humano como um vasto desdobramento da ordem.

“Não é a primeira vez que se generalizam tão tristemente fatos que, à luz do critério mais rudimentar, não têm a mínima importância. No caso atual porém, além desta violação vulgar do bom senso, há uma afronta à justiça. É quase um atentado atribuir-se ao Positivismo tão tristes desmandos. Falamos desapassionadamente; embora em nosso tirocínio acadêmico nos subordinássemos ao método filosófico do eminente instituidor da “*Síntese Subjetiva*”, o mais admirável livro do século XIX, e o

veneremos como o maior dos mestres; embora reconhecamos na doutrina positiva sólidos elementos para constituir-se a religião do futuro e estejamos certos de que, na grande crise moderna, ela representará papel idêntico ao do Cristianismo na anarquia medieval — não pertencemos à minoria ilustre dos que, com uma abnegação notável, seguem todos os preceitos do novo dogma, através da metafísica dissolvente do nosso meio.

“As ligeiras noções, porém, que temos dêle, bastam para certificarmos-nos de que a sua ação só se pode fazer sentir nas consciências em cuja estrutura entrem como elementos, os mais nobres princípios.

“Baseada no mais amplo conhecimento do mundo e do homem, consorciando indissolúvelmente a religião e a ciência, nobilitando e amplificando admiravelmente a vida individual pelas generosas expansões do altruísmo, a nova doutrina está talvez destinada, no futuro, após uma maior e mais geral ascensão de todos os espíritos, a simbolizar a maior conquista da consciência humana.

“Para atingir, porém, êsse *desideratum*, os seus propagandistas seguem num sentido diametralmente oposto àquele que geralmente se acredita. Não exploram as paixões dos inconscientes, nem assalariam o braço dos sicários, antes, se eximem à luta e quando abandonam os retiros da meditação e do estudo, têm nos atos a serenidade magnífica dos justos e dos crentes.

“Anima-os a máxima veneração pela feição nobre do passado humano e utilizando-se do imenso capital de fatos e idéias lentamente acumulados, pelo trabalho secular das gerações, se dirigem para o futuro, sem que necessitem, no presente, criar as miragens com que a metafísica deslumbra inútilmente a tóda a gente, ou levantar as fogueiras com que inútilmente o Catolicismo escandalizou o mundo.

“O separar a Igreja e o Estado, a idéia mais genuinamente democrática da nossa Constituição, o esplêndido golpe vibrado na burguesia clerical, que tentava o monopólio criminoso de tôdas as crenças, — devia certamente satisfazê-los, por isto mesmo que extinguiu a escravidão oficial do pensamento, e era o complemento necessário da liberdade política. Isto porque os anima um elevado espírito de tolerância que simultaneamente afasta das consciências o predomínio das seitas e faculta a estas o mais livre funcionamento.

“De mais, do ponto de vista verdadeiramente filosófico em que estão, não intentam rivalidades, tanto que reconhecem a tarefa civilizadora do Cristianismo, salvando através da imensa noite histórica — a Idade Média — os trabalhos das gerações antigas e vêm na metafísica do século XVIII o mais enérgico estimulante da Revolução Francesa.

“Além disto a religião positiva — profundamente humana e justa, impõe a veneração para os partidários de tôdas as crenças, desde que tenham lutado em prol do destino comum e sob êste ponto de vista irmana os mais desconstrados caracteres. A simples leitura do seu calendário, onde cada homem é a síntese de uma época ou de uma sociedade, indica êste fato. Entre muitos antagonismos se vêm alí Maomé, São Paulo, Danton e Condorcet — o fatalismo muçulmano, a predestinação bíblica, o delírio revolucionário e a tranqüila irradiação do pensamento.

“Ela paira sôbre os destinos humanos e muito alto demais para exercer, embora indiretamente, qualquer influência nas regiões da sociedade, onde se geram e de onde se levantam tôdas as profanações...” (1)

Em 2 de abril de 1892, ainda no *Estado de São Paulo*, escrevia Euclides:

“Os republicanos históricos têm já, na vida inextinguível da história, a alma olímpica de Benjamin Constant ou a memória augusta e puríssima de Silva Jardim”. (2)

No artigo do dia seguinte, assim expunha Euclides da Cunha a teoria positivista da liberdade:

“A liberdade, a verdadeira liberdade, não é uma cousa que se decreta, que possa sair do espírito dos legisladores, como Minerva, armada e pronta à realização da sua ingente tarefa.

“É, como direito, um produto cultural das sociedades, e, como tal, evolve, seguindo a direção de um desenvolvimento superior da inteligência e dos sentimentos.

“A filosofia moderna, fazendo-a abdicar das alturas fantásticas em que a colocara a metafísica — como uma cousa inata e absoluta, sobranceira às agitações da vida — nobilitou-a ainda mais, pondo-a em função das lutas brilhantíssimas inerentes à condição humana.

“Não é uma dádiva, que se recebe — é uma conquista, muitas vêzes trabalhosa, que se realiza.

“Vinculada profundamente à existência humana, cuja maior perfeição está no justo equilíbrio dinâmico, entre a sociedade e o indivíduo, ela é o mais vigoroso elemento para a chegada a êste objetivo”. (3)

Já vimos, em capítulo anterior, o entusiasmo com que Euclides, em artigo de 22 de julho de 1892, aplaudiu a vitória de seu correligionário Júlio de Castilhos. (4)

Em 29 de junho de 1892, sem se dizer positivista, Euclides torna explícita a influência que recebeu de Augusto Comte:

“É velha entre nós, a campanha contra o Positivismo. Se houvéssemos a intenção de enumerar, entre as cousas profundamente tristes dêstes tempos, tudo o que se tem escrito acêrca da nova filosofia, certo esquisaríamos uma corêia fantástica,

feita de tôda uma imensa agitação, todo um incoerente tripudiar de filósofos desocupados, de clérigos iracundos e cronistas trocistas...

“Está bem visto que não nos propomos, por demasiado frágeis, à emprêsa de terçar armas pela religião positiva, à qual não pertencemos, porque, neste iniciar da vida, um ideal filosófico nos é ainda uma aspiração, destinada a realizar-se mais tarde e definindo a altitude máxima da consciência, surgindo de um amplo conhecimento do mundo.

“Por ora seguimos sem Deus, nem chefes; não corremos o risco de revogarmos amanhã o que pensamos hoje...

“Temos, entretanto, pelo genial instituidor da Filosofia Positiva, à luz da qual estudamos, admiração bastante para que nos seja difícil soffrear o espanto ante a maneira por que o impugnam, maneira que não se traduz por um combate, franco e desassombrado, mas que é como um apedrejamento.

“É doloroso o quadro dessa campanha intransigente e cega, movida sobretudo pelos que parecem não possuir elevação bastante para compreenderem tôda a grandeza do pensador, que foi como o herdeiro feliz de tôdas as criações da elaboração mental do século XVIII e que, sem exagêro o dizemos, traduziu Descartes para o século XIX e instituiu a síntese subjetiva.

“É realmente inexplicável tamanho combate contra o filósofo eminente cujo maior crime parece estar no aniquilamento da metafísica; cuja maior falta consiste em ter nobilitado a concepção social do conjunto humano — substituindo aos intermediários subjetivos, imaginosos e intangíveis, que aquela estabelecia entre o mundo e o homem, a noção altamente filosófica da Humanidade.

“Por uma circunstância notável, a serenidade imperturbável e até certo ponto altiva, do pequeno grupo de positivistas, contrasta visivelmente com todo o açoitamento impugnador. Não vão à imprensa, não vão às tribunas; trabalham, lutam e pensam — alheios a todo esgotamento inútil e à ação dispersiva das polémicas estéreis.

“Daí a simpatia de que são credores — mesmo daqueles que, como nós, se acham muito afastados das crenças que os impulsionam.

“A biografia de Benjamin Constant, por Teixeira Mendes, livro em que se reflete admiravelmente a alma diamantina do fundador da República, exemplifica o que dissemos.

“Enquanto acirradamente o imprecavam, através das doutrinas que adota, êsse moço ilustre, perfeitamente incompreendido pela massa geral dos seus contemporâneos e que guarda um grande e obstinado silêncio ante todos os ataques, reconstruía,

lenta e conscienciosamente, em tôda a sua grandeza, a individualidade talvez a mais pura da nossa História.

“Será por acaso, tão perniciosa e condenável a filosofia que intenta e realiza tais emprêsas?”

“Pela nossa parte, respeitamos profundamente os que consideram a veneração pelos grandes homens como o “*problema capital dos nossos tempos*”, já que verdadeiramente, as grandes individualidades do passado são as que velam melhor sôbre o destino dos que seguem, demandando o futuro...” (6)

Vejam, finalmente, como, aos trinta anos, em julho de 1898, quando já se achava em São José do Rio Pardo, respondeu Euclides, pelas colunas do *Estado de São Paulo*, às críticas do escritor português Sampaio Bruno contra o Positivismo.

É um trabalho interessante por constituir um índice da aptidão de Euclides para o trato de assuntos filosóficos, explicando que se encorajasse, onze anos mais tarde, a disputar, com Farias Brito, a cátedra de lógica do Colégio Pedro II. E o interesse sobe de ponto quando um dos assuntos versados foi a lei dos três estados:

“E da França veio, então, o Positivismo; o Positivismo sem o depuramento das rebeldias de Littré, Positivismo empolgante com o seu dogma inteiriço — a sua liturgia complexa, a sua ortodoxia inviolável.

“Apesar disto, dedicando a êste cêrca da metade do livro, bem poucas vêzes Bruno faz referências à ação daquela filosofia em nossa terra.

“Combate-a sob todos os aspectos, longamente, e uma ou outra vez apenas, de modo breve e acidental, dentre as amplas considerações teóricas que expende, resulta fugaz e nem sempre exato, como observaremos, um exemplo inexpressivo. E mesmo assim procedendo, enfrentando uma questão geral de há muito ventilada em tôrno da qual as controvérsias têm assumido tôdas as modalidades, das observações respeitadas de Stuart Mill à brutalidade fulminante de Huxley, mesmo assim, claudica; abrem-se-lhe a todo o instante na argumentação aviventada por estilo vibrátil, frinchas desafiando o assalto da crítica mais despiedada.

“Exemplifiquemos.

“O polemista enfrenta logo a lei dos três estados — e nega-a, afirmando que nem sempre as concepções literárias, históricas e artísticas têm passado pelas fases sucessivas indicadas por A. Comte, dando-se pelo contrário, muitas vêzes, a simultaneidade daquelas. Reedita, então, uma observação de Pellarin: o espírito humano ocupou-se sempre simultâneamente de Deus (fase teológica), de abstrações (fase metafísica) e de conhecimentos reais (fase positiva). Aponta antigos exemplos revelan-

do o fato geral das diversas manifestações da consciência individual: Newton, Pascal, Canclly e tantos outros, inegavelmente positivistas em ciência, eram teólogos.

“Ao mesmo tempo — lealmente — transcreve um trecho de Comte em que êste é o primeiro a frisar a coexistência dos três estados no mesmo espírito, explicando-a pela significação da própria hierarquia sistemática das ciências, que, ascendendo segundo a especialidade crescente, faz não raro com que uma inteligência emancipada na matemática se possa conservar metafísica na biologia, etc., tornando-se a dificuldade insanável apenas num caso inverso, isto é, se a positividade de uma ciência superior coincidissem com o estado teológico da inferior ou se um mesmo espírito positivo na química se revelasse metafísico na mecânica.

“Nada mais claro — e o pensador indicando o segundo caso nega por completo a sua existência.

“Bruno, porém, afirma-a; e afirma coisas assombrosas.

“Diz, por exemplo, que na ciência social existem secções inteiras governadas por um método rigorosamente positivo ao passo que a ciência da vida ainda se embaraça com entidades filhas da mais extrema abstração.

“Esta afirmação só se justifica pela pressa com que são feitos os livros na Europa”...

E, para evidenciá-lo, entra Euclides em longas ilustrações de ordem científica em tórno da lei dos três estados. (6)

No último artigo da série, revelando estar perfeitamente a par do positivismo brasileiro, refuta Euclides com vantagem a assertiva de Bruno segundo a qual, no Brasil, o Positivismo foi aceito em sua totalidade:

“Para o escritor português nós absorvemos o Positivismo todo — o seu culto, o seu sacerdócio, o seu grande fetiche, as suas grandes utopias, as suas procissões solenes, a sua aristocracia de sábios e a sua oligarquia de banqueiros. Aceitamos tôdas as conclusões da “*Política*” e todos os sacramentos do “*Catecismo*” que deletreamos com a unção religiosa de brâmanes ante os versículos dos Rig-Vedas.

“Lá está escrito:

“No Brasil engoliu-se tudo, inteiramente e de pancada. Absorveu-se tudo, liturgia, com o resto”.

“Ora, a verdade é que a grande maioria da atual geração brasileira, que remodelou o espírito sob o influxo tonificador do notável critério científico do pensador francês, não ultrapassou as páginas da “*Filosofia Positiva*”, da “*Geometria Analítica*” e da “*Síntese Subjetiva*”...”

E, apontando erros do escritor português atinentes à irradiação do Positivismo no Brasil, ponderava Euclides da Cunha:

“Assim fala-nos [Bruno] muito sèriamente, no “exagerado ortodoxismo laffittista de Teixeira Mendes” desconhecendo que, para êste, de há muito, Pierre Laffitte é simplesmente um cismático, é simplesmente o indisciplinado sofista do Colégio de França.

“Noutro ponto, ainda, registrando as sensatas restrições que ùltimamente têm atenuado o nosso nativismo incipiente, aponta, predominante nesse movimento generoso da opinião nacional, por obediência doutrinária, o positivismo.

“Foi êste, declara explicitamente, que levou o Dr. Luís Pereira Barreto, nas suas “*Soluções positivas da política brasileira*”, a propugnar pela grande naturalização.

“Ignora, assim, que esta lei está no nosso código orgânico (como muitas outras) contra a vontade manifesta e unânime dos sectários da nova religião. Para êstes ela é uma aberração criminosa, em virtude da qual a nossa pátria deixa de ser um ente real para transmudar-se num agrupamento convencional de indivíduos. Ainda mais — sob um ponto de vista geral — ela afiragura-se-lhes um trambolho obstrucionista para a solução do problema moderno da incorporação do proletariado à sociedade — porque afrouxa e dispersa as fôrças dos partidos operários da Europa, rareando-lhes as fileiras precisamente na época em que, arregimentados e fortes, devem impor a solução da questão formidável à burguesia assustada. Dêsse modo, é claro que o positivismo não inspirou — como Bruno supõe — a solução indicada acima pelo nosso notável patricio”. (7)

Em trabalho apresentado ao Terceiro Congresso Nacional de Filosofia sôbre “*Euclides da Cunha e a poesia*”, Milton Vargas tece as seguintes considerações:

“Não é difícil, da leitura de “*Os Sertões*”, concluir que, para Euclides da Cunha, todo o conhecimento é relativo e restrito aos fenômenos. Assim mantém-se êle, pelas seiscentas e tantas páginas do seu livro, na pura descrição fenomenológica e na interpretação positiva dos fatos narrados, sem inquirir, uma vez sequer, sôbre a verdade interna daquelas cousas e daqueles acontecimentos. Não lhe importa muito o porque será Canudos, aos olhos dos jagunços “a terra da promessa” onde corre um rio de leite e são cuscuz de milho suas barrancas”. Puro engano de broncos, o rio é positivamente de água, um elemento químico bem conhecido por suas propriedades, e não haverá sentido algum perscrutar a sua essência. Só nos é dado conhecer as relações entre as cousas; relações de semelhança, expressas nos conceitos, relações de sucessão, expressas nas leis científicas. E uma

das mensagens de "*Os Sertões*" seria: conhecer as leis que regem os fenômenos sertanejos para, com a sua ajuda, podermos prevê-los e provê-los.

"Diante dessa concepção o homem não se distingue da natureza. O sertanejo é o meio em que vive. Antônio Conselheiro, ao ver de Euclides, não era um condutor de homens, "arrastava o povo sertanejo não porque o dominasse, mas porque o dominavam as aberrações daquele". Isto porque, na perspectiva euclidiana, a figura humana sujeita-se a um determinismo social implacável e atua, tão somente, como resumo das determinações do meio. A jagunçada e o seu chefe agiriam como se os povos não fôsem regidos por leis invariáveis de sucessão, como se dependessem dos atos livres de uma inteligência suprema. Mas, assim agindo, somente confirmariam a sua dependência da lei dos três estados. Estariam ainda no estado teológico, enquanto que o Brasil litorâneo, transposto o estado metafísico da monarquia, caminhava "condenado à civilização", seguramente, para a positividade.

"Naturalmente, sendo o fenômeno humano sujeito a leis positivas, poderá ser canalizado no sentido da melhoria progressista das condições de vida. O homem, no estado caótico e obscuro da fé em algo de transumano, é um mal, e o bem está em guiá-lo a uma condição em que possa usufruir dos benefícios decorrentes do controle das leis da natureza. É este o humanitarismo que domina o livro e que transbordou em grande parte da literatura brasileira subsequente.

"Disso salta o positivismo aos nossos olhos. Mas Euclides não era um positivista; era muito mais radical. E, entretanto, não é possível negar que, em sua grande estrutura, "*Os Sertões*" são um livro positivista; não no sentido comtiano ortodoxo da palavra, mas no da obediência ao fato positivo, que ali está expressa na crença de que tudo é previsível e controlável pelo conhecimento científico, aliada a um humanitarismo tendente à salvação das camadas inferiores da sociedade pela educação positiva." (8)

"Em síntese, finalmente, — escreve mais adiante Milton Vargas — aí está o pensamento de Euclides da Cunha: é um pensamento positivo em que "*o objetivo do conhecimento está não nas cousas mas no encadeamento das cousas*", assim afirma êle próprio; isto é no conhecimento das determinações das cousas e nas leis gerais que regem os acontecimentos. A Metafísica, para Euclides da Cunha, é um "*non sense*" e assim também o são as idéias de ser, de verdade, de realidade última e de essência". (9)

## II

Luís Murat foi outro escritor de fins do século passado e primeiras décadas do atual que aludia freqüentemente a Augusto Comte, de quem tomou, para epígrafe de seu poema "Sara", um trecho da dedicatória do *Sistema de Política Positiva*.<sup>(10)</sup>

Tal a atmosfera do século, que Augusto de Lima, colega e amigo de Júlio de Castilhos na Faculdade de São Paulo e que acabou devoto de São Francisco de Assis, revela, em seus primeiros poemas, influência positivista, pelo menos relativamente ao seu afastamento, por êsse tempo, em relação à teologia.

Eis, de fato, como, ao recebê-lo em 5 de dezembro de 1907, na Academia Brasileira de Letras, se exprimiu a êsse respeito Medeiros e Albuquerque:

"Vosso exemplo demonstra que é um engano o dos que pensam que os descrentes em velhos mitos obsoletos têm de ser forçosamente tristes. Bem ao contrário! Êsses são os que não se agarram covardemente a ilusões que já tão pouco iludem. Êsses por isso mesmo que sabem que os pobres, os fracos, os infelizes, só aqui podem achar lenitivo para suas mágoas, descem até êles para os consolar; descem até êles para afirmar a solidariedade humana; descem até êles para lhes dizer as palavras feitas de toques de clarins, que há em vossos versos:

"Da antiga divindade o grande assento  
ruiu de há muito às lúcidas procelas.  
Não procures mais deus no firmamento:  
— o firmamento só contém estrêlas!"<sup>(11)</sup>

Também Afrânio Peixoto começou sua carreira literária sob o signo do Positivismo. Ao recebê-lo, em 14 de agosto de 1911, na Academia Brasileira, observou Araripe Júnior a propósito do seu livro de versos *Rosa Mística*:

"Como Augusto Comte, entendia o poeta que na companhia do homem residia o dogma da redenção da humanidade. Até aí nada de censurável. No poema, contudo, havia o estilo da escola, em letras que recordavam a uncial colorida dos missais e livros sagrados, a obscuridade, a extravagância de ritos obsoletos. Nesse poema de feminismo místico o escritor pregava a glorificação do sexo frágil, remodelando o homem pela submissão das energias da vontade e da inteligência ao puro sentimento da castidade, da ternura, da angelitude feminil".<sup>(12)</sup>

Já deixei bem caracterizada neste ensaio a forte influência que Roquette Pinto recebeu do Positivismo. Como, porém, se tornou, entre nós, de uns tempos a esta parte, uma espécie de le-

pra intelectual a adesão de alguém à doutrina de Comte, devendo caridosamente ser ocultada, transcrevo aqui a profissão de fé que o autor de "*Rondônia*" formulou em 1935 e fêz inserir em o número 166 da "*Revista da Academia Brasileira de Letras*":

"É a hora das definições. Todos quantos assumiram, em consciência, compromissos com seus pares ou com os seus discípulos, não podem mais engrossar o bando das "*almas flutuantes*" de que fala Augusto Comte. Vivendo à margem das agitações políticas de tôda espécie, engolfado com vivo entusiasmo na obra de educar o meu povo, por todos os meios ao meu alcance, até hoje não falei, para não aumentar o côro dos inquietos.

"Se me interrogam, porém, calar seria extinguir, por mim mesmo, os poucos e tênues raios de luz que o destino consentiu surgissem na minha existência.

Creio que o homem e a natureza são exclusivamente governados por leis imutáveis, superiores a quaisquer vontades;

"Creio que a ciência, integrando o homem no universo, criou em sua mentalidade, ao mesmo tempo, uma infinita modéstia e uma sublime simpatia para com todos os seres;

"Creio que a ciência mostrando ao homem como o ódio e o amor são condicionados pelas reações do seu cérebro, deu-lhe a posse de si mesmo, permitindo que êle se transforme e se aperfeiçoe à custa das suas próprias fôrças;

"Creio que a ciência, a arte e a indústria hão de transformar a terra no Paraíso, que os nossos avós colocavam no outro Mundo;

"Creio que, ao lado das grandes fôrças egoístas que vivem no coração dos homens, jazem ali tesouros imensos de altruísmo e fraternidade que a vida em comum há de fazer desabrochar cada vez mais;

"Creio nas leis da Sociologia positiva e por isso creio no advento do Proletariado, conforme foi definido por Augusto Comte, que nêle via uma sementeira dos melhores tipos, "*realmente dignos da elevação política*";

"Creio, por isso, que a nobre missão dos intelectuais — mormente professôres — é o ensino e a cultura dos Proletários, preparando-os para quando chegar a sua hora;

"Creio que sendo muito difficil conciliar os interesses da Ordem com o Progresso, muitas vêzes antagônicos, só existe um meio de evitar perturbação e desgraça: resolver tudo à luz do altruísmo e, principalmente, da fraternidade;

"Creio que a ordem material deva ser mantida, mormente no interesse das mulheres que são a melhor parte de tôdas as pátrias, e das crianças, que são a pátria do futuro;

“Creio que no estado de inquietação do Mundo Moderno só há um meio de manter a ordem material: é garantir a mais ampla, absoluta e definitiva liberdade espiritual;

“Creio cegamente no postulado de Fritz Müller: “O pensamento deve ser livre como a respiração”.

### III

Ao tratar do Positivismo em São Paulo, registei a influência da doutrina de Comte na formação de Martins Fontes.

Essa influência, exercida a princípio por seu Avô e seu Pai, e, mais tarde, pelo Apostolado Positivista do Brasil, manifestase, embora em estado latente, em tôda a sua multifária produção.

É o que provam diversas passagens da conferência sôbre “*A Cavalaria*”, realizada em fevereiro de 1920:

“Augusto Comte — sempre que pronuncio êste nome, tenho a impressão de que me inspiro na bondade de seu coração cíclico, na amplitude do seu saber enciclopédico. . .

“Augusto Comte inspirou-me esta conferência. Foi êle o primeiro a dar à idade média o seu valor real.

“Como, na sua religião demonstrável, a mulher ocupa a supremacia, a cavalaria medieval, glorificando-a, não podia deixar de empolgar, de apaixonar a alma heróica do maior dos filósofos do poeta que viveu, perpétuamente, num surto de razão abstrata, do divinizador da humanidade, o Grande Ser do nosso culto. . .

“No silêncio do gabinete, sem dormir, sem comer, há três dias, um velho, absorto, tendo a terra tôda, a criação inteira no saber que encerra seu crânio firmamental, sonha, resume, sintetiza, ascende, pela seriação hierárquica, à estética: levanta o Templo da Humanidade.

“Quem és tu, Cavaleiro Filósofo, ó Pai do nosso espírito?

E, através das eras, como um eco perene, a voz do Grande Ser: Augusto Comte!”

Em menino, fôra Martins Fontes discípulo do engenheiro positivista Otávio Barbosa Carneiro, e, no Rio, quando estudante de Medicina, colega de ano de Gambetta Perissé e Guilherme Milward, frequentou as conferências de Teixeira Mendes no Apostolado.

Compreende-se, assim, o entusiasmo com que nos últimos meses de vida, se voltou para o Positivismo.

Em carta de 10 de março de 1937 êle escrevia ao autor dêste ensaio:

“*A Canção de Ariel* está pronta. Na parte final é tôda inspirada em Comte. Anunciará um livro inteiro sob sua claridade”.

E, em 20 de março, já me transmitia a notícia de estar fazendo esse livro todo sugerido por Comte:

“Meu livro sobre o Positivismo, inspirado nêle, anunciado na parte final da *Canção de Ariel*, se chamará *Nos Jardins de Augusto Comte*. Dividir-se-á em três partes: *Mater! Humanitas! Subjetivismo*. Precisarêi de três anos para escrever. Durante dois, meditarêi, estudarei, colherei temas, sintetizarei. Talvez dois anos não bastem”.

Em 23 de abril tornou a escrever-me o poeta: já tinha prontas mais de trinta das poesias que compreenderiam o volume “*Nos Jardins de Augusto Comte*”. E justificava-se: “Não quero deixar passar a febre produtiva, mas êste livro só ficará pronto em dois anos. Quero que amadureça, seja o meu melhor trabalho”.

E, em 4 de maio, anunciava haver concluído esse mesmo livro, para o qual, em março, considerava necessários pelo menos três anos!

De 20 de março a 4 de maio havia composto mais de oitenta poesias ou sejam, em média, duas por dia.

Em 13 de junho de 1937, Fontes escrevia-me a sua última carta, acompanhada de um retrato e dos originais datilografados de “*Nos Jardins de Augusto Comte*”, livro para o qual me solicitara um prefácio. Como sempre, tinha novos planos: “Comecei a fazer o *Calendário Positivista* em verso. Já estou em Anaximandro, mês de Aristóteles, terceiro do ano, consagrado à Filosofia Antiga. Esta empresa é quase uma loucura, porque não sei se terei vida para tão grande esforço”. Doze dias depois, isto é, a 25 de junho, falecia o poeta em Santos. (13)

Eis algumas de suas produções inspiradas no Positivismo:

### *À Sombra da Árvore da Ciência*

Perdido por fantásticas estradas,  
Nos intermúndios da filosofia,  
Pressinto aproximar-se o fim do dia,  
Térmo de tantas horas enganadas.

E a razão me tortura. E a fantasia  
Não consola. Entre crises e ciladas,  
Na selva escura das encruzilhadas,  
Paro. A voragem negra principia.

E busco um pouco, a bênção de um convento,  
A paz moral. E, a abrir-se no horizonte,  
Vejo um pomar sorrir-me ao sentimento.

Para lá me encaminho. E a clara fonte,  
Dessedentora do meu sofrimento,  
Achei-a nos vergéis de Augusto Comte.

*O Perfume na Flor*

Sim, a Razão não basta. Para os povos,  
Para a celebração dos tempos novos,  
Sementeiras em flor, verdes renovos,  
É indispensável qualquer coisa mais.

E êste milagre, êste deslumbramento,  
Se opera, apenas, pelo Sentimento,  
Pois vem do coração o pensamento  
Que glorifica as fases imortais.

Ai, quantas vêzes, estudando, cismo,  
Quanta poesia pura se contém,  
Quanta beleza há no Positivismo.

Para êste sonho ser o que é, porém,  
Faltou-lhe um Poeta, apenas... E, em lirismo,  
Augusto Comte o foi, como ninguém!

*Imitação de Comte*

(A João Francisco de Souza)

Feliz o poeta que, no mundo triste  
Amou, mas tanto amou, com tal firmeza,  
Que ultrapassou, no amor, a natureza,  
Sentindo a inanidade do que existe.

Feliz quem sofre e no perdão persiste,  
Encontrando em si próprio a fortaleza  
Vivendo para os outros, na certeza  
De que em sacrificar-se o bem consiste.

Feliz o que na sorte transitória,  
Não espera, não crê, mas não blasfema,  
E despreza as vantagens da vitória.

Feliz quem se venceu e na suprema  
Despedida, sorrindo da vanglória,  
Soube fazer da sua vida um poema.

*Anoitecer*

*O homem se torna cada vez mais religioso*  
Augusto Comte

Recostado à janela, sôbre o vale,  
Na paisagem puríssima e tristonha,  
Entro em levitação, como quem sonha,  
Faço que a dor mais íntima se cale.

Vozes do coração fazem que fale  
Sem que, contudo, mussitar suponha,  
Uma linguagem mística e risonha,  
Que a dos anjos do céu talvez iguale.

Recolhimento — Paz — Melancolia.  
Milhões de pirilampos, de repente,  
Enchem a tarde de um fulgor fugace.

E eu, sem crenças, murmuro a Ave-Maria,  
Por atavismo, hereditariamente,  
Como se minha Mãe em mim rezasse!

*Viver às claras*

Declara-te, não só no íntimo, como  
Públicamente. No recolhimento,  
Redestilando o teu discernimento,  
Vence os impulsos do menor assomo.

Faze o que dizes. E o teu pensamento,  
Que entre os modelos do critério tomo,  
Amadureça, equivalente ao pomo,  
Porém nasça da flor do sentimento.

Exposto à luz solar, visto por fora,  
Se torne evidentíssimo, insuspeito,  
Teu humanismo que te condecora:

Ostenta o coração, livre e perfeito,  
Em tôda a limpidez, brilhando agora,  
Como um emblema de cristal no peito.

*Pensamento de uma Flor, ou de Clotilde de Vaux*  
(A Ivan Monteiro de Barros Lins)

Fecha-te a sete chaves, se sofreres,  
E a causa do teu mal, do teu pesar,  
Pelo melhor de todos os deveres,  
Nem a um amigo poderás contar.

Poupa-o. Se, pelo afeto só viveres,  
Se viveres sòmente para amar,  
Sentirás o mais doce dos prazeres  
Em não fazer por ti ninguém chorar,

Seja consòlo tudo o que disseres:  
Guarda, recalca as atribulações,  
Por mais negras e amargas que as tiveres.

Porque espalhar as suas aflições  
Não é próprio dos anjos, das mulheres,  
Da pureza dos grandes corações.

*Cícero*

O causídico esqueço totalmente.  
O cônsul, o pretor também olvido,  
E a oratória, a inflamar-te, em alarido,  
Luminosa, porém, impenitente.

Glorifico o filósofo sòmente,  
O pensador nos tribunais ouvido,  
O humanista mil vèzes aplaudido,  
O humanitário irmão de tôda a gente.

Roma, por ti, já não foi mais romana:  
A alma da Helênia, seu sentir profundo,  
Deste-lhe — e a fé que os corações irmana.

Louvo o espírito esplêndido e jucundo  
Que bendizia a — Comunhão Humana,  
Ao proclamar-se — Cidadão do Mundo!

Filho de um dos mais destacados positivistas da Escola Politécnica, Vicente Licínio Cardoso foi outro escritor brasileiro fortemente influenciado por Augusto Comte.

Em seu trabalho — *“Relações da literatura com a filosofia no Brasil”* — Evaristo de Moraes Filho assim aprecia a obra de Vicente Licínio:

“... fortemente marcado pelas idéias de Augusto Comte, quanto à parte científica de sua obra e de filosofia da história, [Vicente Licínio] não deixou em mais de uma oportunidade de criticá-lo, procurando corrigi-lo em alguns pontos fundamentais. Mas era esta, sem dúvida, a dominante em seu pensamento filosófico...”

“É numa obra anterior à fase do seu humanismo, *Filosofia da Arte*, que aparece melhor a sua capacidade de abstração filosófica, numa tentativa que até hoje permanece única entre nós, inclusive pela aplicação que faz à arquitetura, quase sempre abandonada como arte menor. Eis em suas próprias palavras as três “noções capitais e fundamentais para o estabelecimento da Filosofia da arte: a arte como função do meio, a variação do grau de ideal e a arte como expressão das civilizações”. Esses três esquemas éle os desenvolveu exaustivamente, apesar de sentir-se Comte como o seu inspirador intelectual.” (14)

É também o que salienta Lourenço Filho em seu bem informado trabalho sobre *“Vicente Licínio e os Estudos Sociais”*.

“Seu pensamento [de Vicente Licínio] terá, assim, de oscilar entre os princípios do *“Curso de Filosofia Positiva”* e as sedutoras sínteses do *“Sistema de Política”* de Comte...”

“A compreensão da sociedade é nele *“organicista”*, sob moldes comtianos. Fundamentalmente, a sociedade é um organismo coletivo, que se integra por força de um atributo essencial, o *consensus*. Tanto nos organismos, como nas sociedades pode-se observar uma harmonia de estrutura e função, que opera mediante ações e reações entre suas diferentes partes, e, ainda com o meio ambiente, para um fim comum. O progresso social, caracteriza-se por uma crescente especialização de funções e tendências paralelas, necessárias à adaptação e perfeição de seus órgãos...”

“Ora, isso é Comte, nas suas obras capitais. Muitas de suas idéias estão realmente transparentes em repetidos trechos de Vicente Licínio, e, de modo especial, em *“Pensamentos brasileiros”* e *“À Margem da História do Brasil”*. (15)

#### IV

Na trilogia *“O Tempo e o Vento”*, vem Érico Veríssimo retratando com fidelidade o que foi o ambiente positivista do Rio Grande em fins do século passado e primeiras décadas do atual.

Referindo-se ao terceiro volume de "*O Tempo e o Vento*", disse Érico Veríssimo no *Diário de Notícias*, de Pôrto Alegre, de 29 de junho de 1960:

"Estou no momento escrevendo um romance em que Júlio de Castilhos e o castilhismo são citados e discutidos a propósito da Constituição do Estado Nôvo, do comportamento político de Getúlio Vargas e de outros acontecimentos de nossa história mais recente.

"Júlio de Castilhos me fascina não só como político mas também e principalmente como figura humana".

Em "*Uma Jangada para Ulisses*", Vianna Moog também se refere à influência positivista na sociedade riograndense anterior à revolução de 30:

"Tanto o pai pregava em casa o positivismo, tanto celebrava a frase de Osório, segundo a qual o dia mais feliz de sua vida seria aquêle em que se queimassem os arsenais, tanto condenou as duas únicas expedições militares em que tomou parte, a dos Muckers e a do Contestado, dizendo que eram casos de doutrinação e não de expedições armadas, tanto celebrou as virtudes cívicas de Benjamin Constant e Teixeira Mendes, que o filho acabaria não só intransigente defensor da legalidade republicana, como avêso à carreira das armas". (16)

O Positivismo influenciou ainda a formação de Gilberto Amado, conforme êle mesmo faz ver em suas "*Memórias*":

"Na ausência de métodos universitários de estudo, serviu-me, além do desejo sincero de aprender, o gôsto que herdei não sei de que antepassado, de não dissimular comigo mesmo, de não me contentar em pensar que sei sem estar certo de que sei até onde seja possível. Mas ter-me-ia perdido e extraviado num labirinto, em meio das noções, sistemas, escolas, teorias e doutrinas, da nomenclatura, do catálogo, a lista de nomes sem o fato todo acidental de ter lido, logo nessa fase, tão completamente quanto possível na minha idade, Augusto Comte. Impressionaram-me, no compêndio de Laurindo Leão, no de Sílvio Romero e nos folhetos de vulgarização que se compravam na Livraria Nogueira, as alusões aproximativas, as referências e os resumos dos tratados. Eu quis ver no texto como Augusto Comte apresentou a Lei dos Três Estados, a Teoria da Classificação das Ciências. Por aí comecei. Hoje, parece nada, afigura-se insignificante. Cinquenta anos depois não se pode medir a profundidade da revolução, ou melhor, o revolvimento, o abalo produzido por uma leitura como essa feita no primeiro ano de Faculdade. Passar das frases enunciadoras apenas, dos sistemas que os compêndios enumeram e amontoam, para o centro, o núcleo dos assuntos, passar das concepções aceitas e transmi-

tidas pela tradição escrita ou oral, ao exame do que está debaixo das frases, definições e conceitos e procurar ver realmente o que há, a que conclusões chegaram os filósofos... foi qualquer coisa de imenso, um choque formidável. As horas para mim tornaram-se momentos extraordinários, subidas a cumes, descidas a abismos". (17)

Mais adiante conta ainda Gilberto Amado:

"Se o primeiro livro de filosofia que li na biblioteca Martins Júnior, entendendo aqui, não podendo compreender acolá... foram os *Primeiros Princípios* de Spencer, tradução francesa boa, fácil de ler, se outros se lhe seguiram saltadamente com interferências perturbadoras — devo não me ter perdido nos meandros dos sistemas e do fraseio filosófico ao fato, para mim providencial, de ter lido logo em seguida Augusto Comte. Por uma singularidade, não se encontrava nas estantes da sala o *Curso de Filosofia Positiva*, mas o *Sistema de Política Positiva*. Convém recordar que era na *Política* que se encontravam os princípios da Religião da Humanidade e as outras modalidades da doutrina que formaram a escola sectária que tanta influência exerceu no Brasil no fim da segunda metade do século XIX. Os primeiros positivistas do nosso país, seguindo à letra a orientação de Augusto Comte, encaminharam-se no sentido da preparação enciclopédica indispensável à missão social que o filósofo de Montpellier assinalara à sua doutrina. No famoso *Discurso Preliminar* sobre o Positivismo no seu conjunto, que li sem parar, ofegando, com o coração e a inteligência, e tudo que eu podia ter de força nos olhos em cima da página. Augusto Comte obrigava os espíritos a fazerem a viagem que êle fêz para chegar à grande crise de que resultara o Positivismo. Já bastante instruído pelas polêmicas a respeito da Religião da Humanidade, só li o Prefácio e a Dedicatória (Clotilde de Vaux, etc.) como divertimento e informação acessória. Nem um instante me interessei pelo Culto do Grande Ser, pelas "santas práticas", pelos "sacramentos sociais", pela sistematização religiosa do nascimento, do casamento e da morte. Deixei de lado toda a liturgia comtiana. Do mesmo modo já naquela fase achava pueril a discussão que se travava e ainda durava no seio da *intelligentzia* brasileira a respeito. O paralelo Spencer-Comte, que agitava Sílvio Romero, "*elevando*" aquêlo e "*deprimindo*" êste, já me parecia manifestação de espírito de aldeia, do mesmo gênero da que levara Sílvio a opor Tobias a Castro Alves, o Sul ao Norte, Escola do Recife a Machado de Assis, etc. Quando li pela primeira vez Tobias Barreto, já então no Rio, muitos anos depois, admirando tanto o que êle dizia, não me pude contudo furtar também ao sentimento de tristeza com que via tão grande espírito levar o seu entusiasmo por tudo que era alemão e vinha da Alemanha à exclu-

são de tudo que viesse da França e dos anglo-saxões. Jamais fui sergipano como êsses pró-homens da minha terra e como outros que vieram depois, manifestando a mesma tendência para o exclusivismo condicionador do espírito às contingências bairristas.

“Do *Discurso Preliminar*, que se estende por mais de quatrocentas páginas, passei à *Introdução Fundamental*, outras tantas. Saí dessa leitura com dois Augusto Comtes na alma — o criador da Religião da Humanidade, idólatra da mulher, e dos aforismos que se tornaram famosos na propaganda do apostolado da Igreja da Rua Benjamin Constant (êste não me interessou), e o outro, o formulador da Lei dos Três Estados, da Classificação das Ciências, da Síntese Científica, o criador da sociologia, o crítico do materialismo e do ateísmo, o apologista da Idade Média e do catolicismo. A êste fiquei devendo o que a nenhum autor jamais devi. Frases que me ficaram na memória ainda hoje me retinem nos ouvidos: “Mesmo sob o aspecto intelectual, o ateísmo constitui uma emancipação muito insuficiente, pois tende a prolongar indefinidamente o estado metafísico, com prosseguir eternamente novas soluções dos problemas teológicos, em vez de afastar, como radicalmente vãos, todos os fins inacessíveis. O verdadeiro espírito positivo consiste sobretudo em procurar as leis invariáveis dos fenômenos em vez das suas causas propriamente ditas, primeiras ou finais, em uma palavra, em determinar o *como* em vez do *porque*”. Citaria de memória sentenças: “O universo deve ser estudado não por si mesmo, mas pelo homem, ou antes, pela humanidade”. Quando, anos depois já me encontrava muito para além do comtismo e de todo o positivismo do século XIX (Taine, Renan, etc...) depois de ter avançado para outros caminhos levado por outros guias, quando comecei a ler Pascal, por exemplo, não esqueci contudo as palavras básicas do *Discurso Preliminar*: “Na interpretação positiva, o espírito só deve tratar essencialmente das questões propostas pelo coração”. (18)

E, por fim, salienta Gilberto Amado:

“Quando Augusto Comte escrevia na página 360 do primeiro volume do *Sistema de Política Positiva* “o positivismo deve regenerar a política, reduzindo-a ao culto ativo da Humanidade, como a moral constitui-lhe o culto afetivo e a ciência com a poesia o culto contemplativo, e nisto consistirá a principal missão do novo sacerdócio ocidental, devidamente assistido pelas mulheres e pelos proletários”, êsse Augusto Comte naturalmente não era o meu, era o de Clotilde de Vaux, o da Igreja Positivista da Rua Benjamin Constant. Mas, quando na página imediata, 361, êle mostra, com visão de profeta, que a idéia de Direito cederia lugar à idéia do Dever, que todo o direito se resume, afinal, num dever, eu vejo retrospectivamente desdobrarem-se como cor-

rentes a derivarem de uma fonte as novas formas de organização social, que tomariam em Sorel a modalidade sindical, cuja corrupção se tornou o fascismo e em Karl Marx e Lenine a forma socialista-comunista inchada depois no totalitarismo de Moscou. Não sei até que ponto a minha relutância em enfileirar-me entre os adeptos do puro individualismo liberal britânico, troado tão belamente na bôca dos mais brilhantes oradores do Brasil, não se origina dessa primeira pancada recebida, pelo impacto, na minha cabeça de menino, dos conceitos e demonstrações de Augusto Comte". (19)

## V

Como que antevendo o belo livro publicado, em 1956, pelo Professor Cruz Costa — *Contribuição à História das Idéias no Brasil*", João Ribeiro que, como homem de seu tempo, também recebeu o banho lustral do Positivismo, teceu, a propósito dêste último, interessantes observações num artigo saído em *O Jornal* de 1.º de setembro de 1923, sob o título "*As Idéias na História Nacional*":

"Um dia, já não sei quando, tão fugaz corre o tempo, para mim sempre cheio de trabalhos, lembrei-me de que se poderia escrever um formoso livro sob o título de "História das idéias na formação do Brasil".

"O título é realmente longo, como seria longo o trabalho e a empresa. A formosura é a propriedade geral das coisas imaginárias.

"A verdade é que podemos surpreender em tôda nossa história o influxo e as correntes do pensamento humano.

"Contentâmo-nos nas histórias comuns com o estudo dos fatos e dos acontecimentos. Parece-nos que além dêsse tema puramente narrativo, nada resta a averiguar.

"Trabalhamos para os arquivos e não para a vida.

"Entretanto, os fatos em si mesmos não passam de realizações de idéias e pensamentos, que povoaram a alma dos heróis e dos homens de ação.

"Se tomarmos para exemplo o tardio advento da República, vemos que as suas origens mentais datam da filosofia política do século XVIII, do contrato social, do homem da natureza de Rousseau, de irreverência dos enciclopedistas com leves tinturas esparsas de reminiscências latinas e clássicas, e com outros matizes apagados das antigas franquias inglêsas da "*Magna Carta*".

"Contudo, a nossa República veio um século depois da grande crise da "*alma mater*" da latinidade e casualmente foi envolvida pela imaginação de alguns engenheiros militares e rece-

beu o colorido inesperado da filosofia positiva de Augusto Comte.

“O — *“Positivismo”* — de qualquer modo fêz a sua primeira criação política no mundo, e deixou pelo menos uma legenda na bandeira nacional.

“Mas, na realidade, produziu muito mais que um simples lema doutrinal. Chamou-nos a atenção para um dos sistemas filosóficos mais adiantados e profundos do espírito humano.

“Creio que de todos os lugares do orbe, sem excetuar a própria França, o Brasil é o único país em que Augusto Comte é um nome popular, assíduo em tôdas as gazetas.

“Podemos compará-lo ao de Camões, ainda que um e outro não sejam tão lidos.

“Pouco importa. Falamos da lei dos três Estados com a mesma erudição com que falamos da ilha dos Amores, sem o incômodo de abrir os livros e perlustrar a história literária.

“Clotilde mesmo não é menos familiar que a Inês de Castro.

“A filosofia ou a política positiva não deu à nossa República muita coisa, mas sente-se-lhe a colaboração sutil nas primeiras tendências do governo, na constituinte do regime e na retórica parlamentar.” (20)

#### NOTAS DO CAPÍTULO QUINTO DA SÉTIMA PARTE

- 1) — *Apud “Revista do Livro, Órgão do Instituto Nacional do Livro”,* Ministério da Educação e Cultura, n.º 15, setembro de 1959, pgs. 118/119.
- 2) — *Ibidem*, pg. 124.
- 3) — *Ibidem*, pg. 125.
- 4) — *Ibidem*, pg. 164.
- 5) — *Ibidem*, pg. 164-166.
- 6) — *Apud “Revista do Livro*, n.º 10, junho de 1958, pgs. 191-194.
- 7) — *Ibidem*, pgs. 195-196.
- 8) — *Vide* MILTON VARGAS: *“Euclides da Cunha e a poesia”*, pg. 130 dos *“Anais do Terceiro Congresso Nacional de Filosofia”*, São Paulo, publicação do Instituto Brasileiro de Filosofia, sem data.
- 9) — *Idem, ibidem*, pg. 133.
- 10) — *Vide* LUIS MURAT: *“Sara”*, pg. VII, 2.ª ed., Rio, Livraria Castilho, 1921.
- 11) — *Vide: “Discursos da Academia Brasileira de Letras”*, vol. II, pgs. 66-67.
- 12) — *Ibidem*, pg. 259.
- 13) — Sobre a adesão de MARTINS FONTES ao Positivismo veja-se IVAN LINS: *“Martins Fontes”*, conferência realizada na Academia Brasileira de Letras em 28 de julho de 1937, sob a presidência de ROQUETTE PINTO, edição da Comissão Glorificadora de MARTINS FONTES, São Paulo, 1938.

- 14) — Vide EVARISTO DE MORAES FILHO: "*Relações da Literatura com a filosofia no Brasil*", in "*Jornal do Brasil*", do Rio, de 27 de julho de 1958, Terceiro Caderno, pg. 4.
- 15) — Vide LOURENÇO FILHO: "*Vicente Licínio e os Estudos Sociais*", in "*Revista da Academia Paulista de Letras*", Outubro de 1961, pgs. 10 e 17.
- 16) — Vide VIANNA MOOG: "*Uma Jangada para Ulisses*", pg. 145, Editora Glôbo, 1.<sup>a</sup> edição.
- 17) — Vide GILBERTO AMADO: "*Minha Formação no Recife*", pgs. 55-56, Rio, Livraria José Olympio Editora, 1955.
- 18) — *Idem*, *ibidem*, pgs. 57-59.
- 19) — *Idem*, *ibidem*, pgs. 60-61.
- 20) -- JOÃO RIBEIRO: "*As Idéias na História Nacional*", in "*O Jornal*" de 1-9-1923.

## CAPÍTULO SEXTO

### O POSITIVISMO EM DIVERSOS SETORES DA VIDA BRASILEIRA

I) *O Positivismo no ensino e em periódicos estudantis.* II) *O Positivismo na Política: onze positivistas no governo dos Estados.* Barbosa Lima, III) *O Positivismo no folclore e no espiritismo.* Teófilo Braga, Júlio de Matos e Ramalho Ortigão. Quando os lobos uivam. *A atmosfera do século.* Dantas Barreto e *o estudo da psicologia em Pernambuco.* Livros sobre o Positivismo, ou por ele inspirados, aparecidos no Brasil a partir de 1940.

VIMOS, EM CAPÍTULOS anteriores, como interferiu o Positivismo em nosso ensino através da ação pessoal de vários de seus adeptos. Aqui farei apenas ligeira recapitulação a esse respeito.

Em 1844, apenas dois anos depois de publicado o sexto volume do *Curso de Filosofia Positiva*, o Dr. Justiniano da Silva Gomes, em tese submetida à Faculdade de Medicina da Bahia, já aludia a Augusto Comte, à lei dos três estados e ao método positivo.

No Rio de Janeiro, desde 1850 começaram a repercutir, na Escola Militar, as doutrinas comtianas através de teses apresentadas a concurso. E, no depoimento do Dr. Segond em carta a Augusto Comte, vários alunos da Escola de Marinha haviam adquirido em 1857, na Livraria Garnier, o *Curso de Filosofia Positiva*. (1)

Em 1854, na Câmara dos Deputados, Nabuco de Araújo faz-se eco das idéias de Augusto Comte sobre os *conservadores* e a conciliação da *ordem* com o *progresso*.

Em 22 de março de 1871 tão longe foi Benjamin Constant ao externar suas idéias positivistas no Relatório por ele apresentado ao Governo, na qualidade de Diretor do Instituto dos Meninos Cegos, que motivou fôsse João Alfredo, então Ministro do Império, interpelado no Parlamento pelo Deputado Magalhães Taques. (2)

Em 1877, no Instituto Politécnico, de que era Vice-Presidente, aludia o Visconde do Rio Branco, perante o Imperador, à lei dos três estados.

Em 1879, no livro *"Da França ao Japão"*, o Dr. Francisco Antônio de Almeida observava que assim como os doutores chineses aprofundavam a filosofia de Confúcio, os alunos adianta-

dos das nossas Escolas se entregavam ao estudo da filosofia positiva. (3)

Também em 1879, falando no Parlamento sobre o decreto de Leôncio Correia atinente ao *ensino livre*, o Senador Oliveira Junqueira denunciava o perigo de virem a ser, nas faculdades livres, contestadas as doutrinas católicas em consequência da doença moral que lentamente infeccionava a nossa sociedade onde grassavam as idéias e doutrinas positivistas. (4)

Em 1882 Andrade Figueira, na Câmara dos Deputados, dizia que a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e o Curso de Minas de Ouro Preto eram "*ninhos de positivistas*". (5)

Ainda em 1882 apresentava Benjamin Constant, ao Congresso da Instrução, presidido pelo Conde d'Eu, um relatório com o programa positivista de ensino, aí se insurgindo contra o ensino religioso nas escolas públicas (6), ponto em que o acompanhou Rodolfo de Souza Dantas em relatório apresentado ao mesmo Congresso. (7)

Conforme vimos no capítulo segundo da quarta parte deste ensaio, numerosos foram, na Escola Politécnica, os professores influenciados pelo Positivismo, destacando-se entre eles Álvaro de Oliveira, Aarão Reis, F. Ferreira Braga, Francisco Behring, Henrique Costa, Inácio Azevedo do Amaral, Carlos Sampaio, João Felipe Pereira e Licínio Cardoso.

No Colégio Pedro II lecionaram, entre outros, os positivistas Antônio Carlos de Oliveira Guimarães, fundador da primeira Sociedade Positivista do Brasil, Timóteo Pereira, Alfredo Coelho Barreto, Rodolfo Paula Lopes, Agliberto Xavier, Pedro do Couto e Hahnemann Guimarães.

Na Escola Normal, além de muitos outros, lecionaram os positivistas Benjamin Constant, seu fundador e primeiro diretor, Alfredo Soares, Basílio de Magalhães, Francisco Cabrita, Luís Bueno Horta Barboza, João Soares Rodrigues, Lupércio Hope, Paulo E. de Berredo Carneiro e Pedro Barreto Galvão.

Na Escola Militar, além de Benjamin Constant, foram professores fortemente influenciados pelo Positivismo, entre outros, os seguintes: Miguel Joaquim Pereira de Sá, Joaquim Manso Sayão, Manoel Faria Pinto Peixoto, Augusto Dias Carneiro, Roberto Trompowsky, Sebastião F. Alves, F. de Almeida Fagundes, Liberato Bittencourt, J. J. Firmino, Manuel de Almeida Cavalcanti, Samuel de Oliveira, José Eulálio de Oliveira, Lauro Sodré, Octávio Saint Jean Gomes, Saturnino Cardoso, Antônio de Moraes Rêgo e Alfredo de Moraes Rêgo.

No Colégio Militar lecionaram, entre outros, os positivistas Armando Godoy, Nelson de Vasconcelos de Almeida, Augusto de Araújo Dória, Heitor Cajaty e Alfredo Severo.

Na Escola Naval, entre outros já citados a propósito da Escola Politécnica e da Escola Militar, podem ser apontados como tendo recebido larga influência positivista, os professores Álvaro Alberto, Adalberto Menezes de Oliveira, Coriolano Martins, Francisco Machado da Silva, José Frazão Milanez e Luís Manoel Gonçalves.

Na Escola de Medicina foram professores os positivistas Henrique Batista, João Marinho de Azevedo e Pedro Pinto, havendo sido apresentadas à sua Congregação nada menos de vinte e oito teses de doutoramento de inspiração francamente positivista. Devem ter sido ainda mais numerosas, pois o autor deste ensaio não conseguiu examinar tôdas as que foram submetidas à mesma Escola a partir de 1865.

Na Escola Livre de Direito, hoje Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, além de Alfredo Varela, lecionou o positivista Manuel Inácio Carvalho de Mendonça.

Também o Instituto Lafayette, fundado no Rio de Janeiro em 1916, contou vários professores positivistas, como entre outros o seu fundador e diretor La Fayette Côrtes, Montenegro Cordeiro, Lindolfo Xavier, Francisco Mendes Vianna, Lévassour França e Luiz Hildebrando Horta Barboza.

Nos Estados, como se viu através dos diferentes capítulos deste ensaio, também muitos foram os professores influenciados pelo Positivismo.

Mas, além dessa ação pessoal, através de adeptos em graus diversos, atuou o Positivismo em nosso ensino diretamente e de modo genérico por força das reformas de ensino elaboradas por Benjamin Constant em 1890 e pelo Ministro Rivadávia Correia em 1911.

Muito embora haja sido modificada em 1892, por Fernando Lobo, a reforma do ensino secundário realizada por Benjamin Constant, não foi, entretanto, a alteração "tão profunda que apagasse de todo a influência sistemática da doutrina de Comte. Ainda em 1895 quando foi matriculado no Internato do Ginásio Nacional (Colégio Pedro II), essa era a orientação dominante no ensino secundário ministrado no estabelecimento padrão" — depõe Vivaldo Coaracy. (8)

Referindo-se à reforma do ensino civil efetuada por Benjamin Constant, dizia, em 3 de abril de 1928, Francisco Mendes Pimentel na lição inaugural dos cursos da Universidade de Minas Gerais, da qual foi o primeiro Reitor:

"A primeira reforma republicana [do ensino] e a única que chegou a produzir alguns frutos, foi a do grande ministro do Governo Provisório, Benjamin Constant Botelho de Magalhães,

que instituiu o ensino integral com o decreto n.º 891, de 8 de novembro de 1890.

“Apesar da campanha acentuadamente política que se desfez contra a obra acoimada de sectária, ela persistiu dez anos. E, nesse breve espaço da sua vigência, eu dou meu testemunho de professor de um ginásio e de uma Faculdade, de que foram as formadas nesse regime as turmas de moços que mais aptos se apresentaram para a conquista dos lauréis acadêmicos. Daí para cá, fêz-se o cáos”. (9).

Apreciando a reforma do ensino militar levada a efeito por Benjamin Constant, diz o General Tasso Fragoso que “não se pode deixar de admirar os grandes ideais que a inspiraram, pois seria realmente ideal possuímos oficiais tão sólidamente preparados (o ensino abrangia tôdas as ciências abstratas, desde a matemática até a sociologia e a moral)”. (10)

E, na verdade, como observa o Professor João Cruz Costa, “embora Rui Barbosa tivesse já proposto, em 1882, a criação de uma cadeira de sociologia, o certo é que foi com a reforma de Benjamin Constant que foi incluída, no último ano da escola secundária, uma cadeira de *sociologia e moral*. (Conf. Fernando de Azevedo, *Princípios de Sociologia*, págs. 305 e 315).” (11)

A reforma de Rivadávia Correia (decreto de 5 de abril de 1911), “refletindo a orientação positivista dominante no Rio Grande do Sul, instituiu o regime do ensino livre e subtraiu ao Estado a interferência no domínio da educação, e, promulgando a autonomia das Congregações, despojou o Governo do direito de se imiscuir na economia interna dos institutos superiores”. (12)

A lei Carlos Maximiliano, que a modificou, reoficializou o ensino secundário, mas conservou a seriação das disciplinas hauridas na classificação das ciências de Augusto Comte, mesmo porque, na observação de Bergson, “a idéia simples e genial de estabelecer entre as ciências uma ordem hierárquica, que vai da matemática à sociologia, impõe-se ao nosso espírito, desde que Comte a formulou, com a força de uma verdade definitiva”. (13)

Em bibliografia, que constará do apêndice dêste ensaio, serão mencionados os principais trabalhos didáticos influenciados ou diretamente inspirados pelo Positivismo. Como se verá, são muito mais numerosos do que geralmente se pensa.

Também nas revistas e jornais estudantis, grande foi a repercussão, hoje quase ignorada, do Positivismo. É êste um campo ainda por explorar. Aqui mencionarei apenas a *Revista do Rio de Janeiro*, publicada em 1876, e a *Revista da Família Acadêmica*, às quais já me referi ao tratar do Positivismo no Rio de Janeiro.

As revistas *Fênix Literária*, *Acadêmica Militar*, *Via Lucis* e *Sentinela*, que circularam na Escola Militar, e *Aspiração*, que se publicava no Colégio Militar no Rio, também refletem a mesma influência. E, o que acontecia no Rio de Janeiro, verificava-se ainda nas Escolas Militares dos Estados, conforme faz ver o General F. de Paula Cidade em seu livro "*Cadetes e alunos militares através dos tempos*", ao referir-se às revistas "*Isagoge*", "*Luz*", "*Ocidente*", "*Cruzada*", "*Alderaban*" e outras que circularam na Escola Preparatória e Tática de Pôrto Alegre.

Numa dessas revista — "*Luz*" — publicou artigos francamente positivistas Lemos Faria que brilhou, na Escola Militar de Pôrto Alegre, "como matemático e filósofo", segundo atesta o General F. de Paula Cidade, de quem é o depoimento que se segue:

"Outro aspecto cultural de Lemos de Faria é o do cultor da filosofia sob a influência das doutrinas de A. Comte. Alguns de seus trabalhos nesse setor merecem ser citados. Em o n.º 2 da mesma revista aparece, sob a assinatura de L. F. (aqui já se vê a quebra do ortodoxismo, quando infringe o princípio fixado no lema "*viver às claras*", usando apenas de suas iniciais), longa digressão sob o título — "*A filosofia positiva*". Pontifica *ex-cathedra*: considera irrefutável a lei dos três estados e outros pontos dogmáticos de sua crença. Em números sucessivos da mesma revista, entra em debate com outros colegas, inclusive da Escola Preparatória do Realengo, principalmente com o seu artigo apaixonado "*A paz universal*".

Mais adiante, comenta o General Paula Cidade:

"Continua pelas colunas da "*Ocidente*" a campanha positivista, agora sem ressonâncias, conduzida por Odon Cavalcanti, jovem de convicções tão arraigadas que, apesar de sua bela cultura e reconhecida inteligência, resolveu abandonar a carreira militar, de acôrdo com a ortodoxia de sua formação filosófica". (14)

A propósito da revista *Cruzada*, que circulou na Escola Militar de Pôrto Alegre em 1908, informa ainda o General Paula Cidade:

"Para que não se diga que o Positivismo não deixou saudades, a *Cruzada* publica em dois de seus números, em continuação, um longo estudo filosófico do escritor civil, o positivista Lindolfo Freitas, intitulado — *Filosofia*, trabalho de alto valor cultural, se pusermos de lado o seu fundo ideológico". (15)

## II

Assinalamos, no decorrer dêste ensaio, a formação positivista de numerosos professôres, juizes e advogados, médicos, engenheiros e artistas. Da influência sôbre êstes últimos são teste-

munho, além de quadros de Almeida Reis, Décio Vilares, Eduardo Sá, Manuel Madruga, Raimundo Cella e Rodolfo Amocdo, as estátuas de Júlio de Castilhos, em Pôrto Alegre, e a de Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, da lavra de Décio Vilares; as de Floriano Peixoto e São Francisco de Assis, devidas ao cinzel de Eduardo Sá.

Quanto à participação do Positivismo na política brasileira, basta lembrar que nada menos de onze positivistas foram presidentes ou governadores de Estados: Lauro Sodré, no Pará; Benedito Leite, no Maranhão; Bezerril Fontenelle no Ceará; Barbosa Lima e Dantas Barreto, em Pernambuco; Afonso Cláudio, Moniz Freire e Graciano Neves, no Espírito Santo; João Pinheiro, em Minas Gerais; Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul.

Este é, aliás, um estudo que também resta a fazer: o levantamento minucioso do que foi a influência positivista na vida política do Brasil, não só na União, mas nos Estados; não apenas na parte administrativa, mas ainda na parlamentar.

Eis, por exemplo, como Barbosa Lima Sobrinho se refere à atuação de seu tio Barbosa Lima na Constituinte republicana:

“Na Assembléa de 1890 pertencia Barbosa Lima a um grupo numeroso e brilhante — *“os discípulos de Benjamin Constant”*. Nenhum título valia mais do que esse, nenhum título deixava maior impressão de saber. Seriam mais de duas dezenas de constituintes, dentre os quais se destacariam alguns, destinados a uma grande projeção política, como Lauro Sodré, Lauro Müller, Serzedelo Corrêa. Outros ainda salientaram-se, nessa luzida falange como Gabino Bezouro, Manoel Valadão, Felipe Schmidt, Pires Ferreira, Bezerril Fontenelle, A. Azeredo. Houve os que se fizeram notar pelo ardor de seu idealismo, como José Bevilacqua.

“Barbosa Lima soube conquistar o seu pôsto, entre êsses companheiros por tantos títulos notáveis. Chegando à Constituinte, ainda mal conhecido, encontra, dentro da Assembléa, a indiferença, ou a hostilidade que sempre recebe os oradores novos. Mas não se entibia. Tenho notado, diz êle: “com dolorosa surpresa que há oradores cuja palavra, por não virem êles precedidos de uma certa auréola, é ouvida com menos atenção e entrecortada de apartes menos convenientes”. A sua energia não se deixa entibiar pelas dificuldades. Seu nome aparece frequentemente, nos debates e nas votações da Assembléa. A vocação política manifestava-se vivamente nesse jovem professor de geometria descritiva. Rápida e se assenhoreia das minúcias de Regimento, para intervir com oportunidade, fiscalizando os trabalhos da Assembléa. A cultura geral serve-lhe de amparo nes-

ses debates, permitindo-lhe discutir com brilho os temas bem diversos que se cruzam nas Assembléias Constituintes.

“Positivista ortodoxo, observa-se, nos seus pronunciamentos, a influência do grande filósofo de Montpellier. Recebe com uma palavra de ironia os debates sôbre a divisão de rendas. Para êle, acima de tudo está a liberdade espiritual. *“Nem só de pão vive o homem”* — exclama êle, para notar, em seguida, que sentimentos e idéias governam a sociedade; e a magna carta, que vai organizar a nossa sociedade, estabelecendo os direitos do cidadão brasileiro, não pode furtar-se à influência de tais fatores.

“Propugna por isto o ensino leigo, ampla liberdade religiosa, liberdade de exercício de profissão, proscricção do anonimato na imprensa.

“O seu ponto de vista é o de que não há maior ameaça à liberdade individual do que a confusão dos dois poderes, o espiritual e o temporal. “Quem aconselha e manda ao mesmo tempo, dirá êle, no seu melhor discurso, aquêle em que examina de conjunto o projeto de Constituição — está naturalmente inclinado a abusar, e tôda a vez que não pode vencer pela força das idéias, pela força da persuasão, tôda a vez que encontra opposição, lança mão do braço temporal e diz: *“Crê ou morre”*.

“De resto seu ensinamento é de que a liberdade religiosa convém à própria religião: “Exatamente porque o nosso país é católico, diz êle, é que se devia desejar a separação da igreja do Estado... Êle parte do pressuposto de que o indivíduo deve ir para uma crença determinada livremente, e não pelo desejo hipócrita de aí conquistar vantagens atribuídas pelo Estado a essa religião, ou pela indolência de se deixar arrastar pela doutrina que encontra mais à mão.”

“Mas sustenta essas idéias com tanta largueza de vista que há de ser pouco depois, na própria Constituinte, a voz mais eloquente que se levanta contra a medida que mantinha no país a exclusão da ordem dos jesuítas.

“Há um outro debate em que êle intervém, com energia, em favor do proletariado. Um aparte do Sr. Eliseu Martins abre de uma vez os diques em que se continha a palavra do orador. Indignado responde que: “assim como a burguesia levantara-se, impávida contra os fidalgos, contra a monarquia francesa, assim também o proletariado, êsse quarto estado, há de explodir eliminando a burguesia. Ao que o Senhor Eliseu Martins retrucava que não havia em nossa sociedade nem burguesia nem fidalguia”. (16)

Há ainda dois aspectos característicos do Positivismo a serem assinalados na personalidade de Barbosa Lima.

Um é o do pacifista, confiante na crescente supremacia do altruísmo, impondo-se aos estadistas e às multidões. Por isso mesmo, de acôrdo com as suas convicções doutrinárias, não aceitava nos fatos sociais o exclusivo critério da interpretação econômica, isolada dos fatores morais e “esquecida da reação destes sôbre aquêles, podendo atingir proporções extraordinárias”.

No discurso que pronunciou ao ser recebido, em 1908, no Instituto Histórico, dizia Barbosa Lima como que antevendo os anseios unânimes de nossos dias:

“Do mais profundo seio da multidão anônima vêm acordando em tôdas as pátrias os que não querem a guerra. Os humildes despertam e, não conhecendo fronteiras, arremetem-se. Ainda incoerentes, unem-se, desunem-se, reúnem-se, depreciam, requerem, queixam-se, expõem, e, por fim, formidavelmente, impõem. Essa é a nova força com que, queiram ou não queiram, hão de contar os que sofismam ou procrastinam a paz, os potentados que improvisam as guerras para proveito dos ricos que querem ficar mais ricos”.

A fórmula — “*si vis pacem para bellum*” parecia-lhe falsa e êle a desdobrava em suas duas faces verdadeiras: “*si vis bellum para bellum*” e “*si vis pacem para pacem*”, como demonstrações da eficiência do poder espiritual, na defesa dos ideais de que Osório foi apologista eloqüente ao proclamar “que o momento mais feliz de sua vida seria aquêle em que lhe dessem notícia de que os povos, os civilizados pelo menos, festejaram a sua confraternização, queimando os seus arsenais”.

Outro aspecto da personalidade de Barbosa Lima, ainda hoje de atualidade, é a coerência de sua atitude ao sustentar, de acôrdo com suas convicções filosóficas, que só o pensamento vence e detém o pensamento, constituindo uma insensatez imaginarem os homens que a inteligência possa ser imobilizada pelos grilhões policiais.

Na Constituinte Republicana, a propósito da expulsão dos jesuítas e de outras restrições à liberdade da Igreja que Rui Barbosa tentou introduzir na Constituição de 1891, dissera Barbosa Lima que nas questões doutrinárias “é preciso opor aos argumentos espirituais, outros argumentos da mesma natureza, que esclareçam o povo”.

Trinta e seis anos depois, ao subir, pela última vez, à tribuna parlamentar para impugnar, em 9 de agosto de 1927, a lei que impedia a propagação do comunismo, repetiria Barbosa Lima o mesmo conceito de inflexível liberalismo: o que era preciso — reiterava êle — “era opor, aos argumentos espirituais, outros argumentos da mesma natureza”.

Eis a peroração dêsse memorável discurso, canto de cisne do grande lidador:

“Nenhum govêrno tem a verdade doutrinária definitiva nas mãos. A sua missão é assegurar a livre crítica e a livre exposição de tôdas as doutrinas, porque dentre elas e dessa discussão é que pode surgir, fulgurante, a verdade. A verdade andou soterrada nas catacumbas, perseguida na pessoa de seus confessores, e se chamou, do ponto de vista moral, a verdade cristã. Quanto mais perseguida, mais forte e mais próxima da vitória aureolada pelo martírio. A verdade foi Nero e foi Domiciano, e, sem embargo de tôda compressão, a verdade moral veio a ser Constantino e Teodósio.

“Que competência tem o governante, que dispõe da espada, símbolo da autoridade material para decretar a verdade, quando a fragilidade das suas deliberações é de tal ordem que não pode sequer decretar o preço da subsistência? Ainda quando, na melhor das intenções, decreta uma tabela máxima de preços, o incoercível das leis econômicas a afogam e não há tabela que resista. E, se assim é no domínio dos fatos mais familiares da vida de cada momento, o que será em relação aos conflitos entre sistemas políticos que caem e sistemas políticos que surgem?

“Pode o govêrno enrolar a bandeira que a revolução de 15 de novembro deu aos brasileiros. Ela se desfraldará um dia para as realizações de sua incomparável divisa — *Ordem e Progresso*.

“Nem os retrógrados que falam exclusivamente em nome da Ordem, podem furtar-se ao progresso, nem os revolucionários, impacientados na concepção que alimentam em nome do progresso, podem abstrair da ordem. Os velhos Republicanos só compreendem a República, conciliando a ordem com o progresso. Nem é possível progredir, se a pretexto da segurança pública, se fica impedido de estudar os problemas que cada momento suscita e de examinar as verdadeiras soluções que êles comportam, mercê da liberdade de crítica, da liberdade de exposição, da liberdade da tribuna, da liberdade de consciência. Os melhores filósofos, infensos sob diversos aspectos à Revolução Francesa, criticando a fórmula que lhe servia de divisa, excluíam o termo médio — igualdade — mas conservavam os dois extremos — liberdade — fraternidade...

“Mas, Sr. Presidente, a vitória da opressão será efêmera. Não há mão de déspota que possa comprimir definitivamente os estos do coração de um povo que quer ser livre. A liberdade ressurgirá e os pretorianos com os seus centuriões que, de lança erguida, supõem poder impedir que ela caminhe avante, iluminando o cenário brasileiro, êsses tombarão por terra, como os soldados que guardavam o sepulcro de Cristo no terceiro dia do drama do Gólgota.

“E digo, por último, com a mais ardente fé que se dará, em relação ao ideal republicano, de plena liberdade de pensamento e de exposição, que ora se procura sufocar, o que se deu com o egrégio Galileu. É certo poder-se afirmar como o grande astrônomo, depois da sentença que o fulminou — *e pur si muove*. Ainda que lhe tivessem arrancado a confissão de que a terra jazia imota no seio do mundo, a sua convicção científica, inabalável, era confirmada na frase *e pur si muove*. Sem embargo da condenação, sem embargo dos pronunciamentos oficiais, as leis astronômicas não capitularam diante do despotismo passageiro. Também as leis sociais que iluminam a República não capitularão diante dos déspotas que surgem”. (“*Diário do Congresso Nacional*” de 10-IX-27).

Como a de Barbosa Lima, está a exigir estudos especiais a atuação de tantos outros positivistas que interferiram em nossa vida parlamentar.

### III

Até em nossa música popular repercutiu o Positivismo através de um samba de Noel Rosa e Orestes Barbosa, cuja letra é a seguinte:

#### *Positivismo*

A verdade, meu amor, mora num poço,  
É Pilatos, já na Bíblia, quem nos diz,  
E também faleceu por ter pescoço  
O autor da guilhotina de Paris.

Vai, orgulhosa querida  
Mas aceita esta lição:  
No câmbio incerto da vida  
A libra sempre é o coração.

O amor vem por princípio, a ordem por base,  
O progresso é que deve vir por fim,  
Desprezaste esta lei de Augusto Comte  
E foste ser feliz longe de mim.

Vai, coração que não vibra,  
Com teu juro exorbitante,  
Transformas mais outra libra  
Em dívida flutuante.

Pitorescamente observou o Professor Cruz Costa que o Positivismo, no Brasil, "*deu de galho*".<sup>(17)</sup> É o que comprova, por mais paradoxal que seja, o incongruente entrelaçamento da doutrina de Augusto Comte com o espiritismo brasileiro, como se vê no livro de Agenor Correia — "*A Objetividade da alma — Os fenômenos espíritas em face da positividade e da verdade cristã*", publicado pela Casa dos Espíritas de Rio Claro, Estado de São Paulo, em 1951.

Esse livro é precedido de várias epígrafes tiradas de Augusto Comte, e, além de revelar o seu autor grande familiaridade com a obra do filósofo, consagra um capítulo especial ao *Positivismo* e outro ao *Positivismo e Espiritismo*.<sup>(18)</sup>

Escritores portugueses imbuídos de Positivismo e muito ligados no Brasil em fins do século passado e primeiros anos do atual, foram Teófilo Braga, Júlio de Matos e Ramalho Ortigão. Este último, nas "*Farpas*", não esconde seu entusiasmo pelo fundador do Positivismo, concorrendo para tornar o seu nome familiar tanto em Portugal, como entre nós.

Tão difundido se tornou o Positivismo no Brasil que vamos encontrá-lo até em Manoel Louvadeus, o herói do romance — "*Quando os lobos uivam*", do escritor português Aquilino Ribeiro.

Eis, de fato, como expõe o evoluer de suas idéias no Brasil:

"Sou um pobre homem que mal soletrava as vinte e cinco letras quando saí de Portugal. Lá fora, através de mil e um cambais, na necessidade de melhorar a minha condição, a reboque ainda da curiosidade, tratei de me instruir. Li quantos livros me caíram debaixo dos olhos, muitos deles passavam, porém, a minha capacidade de compreensão. Ouvi gente em barda que pregava as suas doutrinas, algumas das quais me pareceram justas e outras desmesuradas. Raciocinei, com as poucas luzes que adquiri, acêrca do mundo e da minha pessoa. *Aconteceu assim que fui levado a adotar a igreja positivista por ser aquela que melhor falava ao meu entendimento pouco aberto, não deixo de convir, a respeito do papel que andamos a desempenhar na terra e a sombra que pomos neste trânsito tão rápido da vida*".

E, mais adiante, no mesmo romance, Ildebrando Soberano Peres, ajudante do Procurador da República Portuguesa, assim define o ambiente intelectual brasileiro:

"Nesses meios descristianizados ou imbuídos duma burundanga inacreditável de religião revelada, feitiçaria e pseudo-filosofia de Comte, bebera uma vaga doutrinação acrata que lhe permitia escarnecer dos Evangelhos e dos dogmas sacrossantos da Igreja".<sup>(19)</sup>

O estado geral de espírito, peculiar ao Positivismo e às correntes de pensamento correlatas, infiltrou-se de tal modo entre

nós, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do atual, que se tornou a sua característica mental.

Referindo-se à atmosfera intelectual no tempo em que cursou a Faculdade de Direito de São Paulo (1885-1889) dizia o Ministro Edmundo Lins, confirmado por Francisco Mendes Pimentel, que era então necessária verdadeira coragem para que algum estudante se dissesse católico, ou mesmo simples deísta: todos timbravam em proclamar-se ateus, livres-pensadores, agnósticos ou positivistas.

O mesmo ocorria, ainda em 1905, na Escola do Recife, segundo Gilberto Amado: "O espírito de certas épocas penetra a gente, de maneira que se aprende no ar, recebe-se a doutrina dos tempos como pelos poros, mesmo sem ter estudado, passado os olhos por livro algum. Quase todo rapaz do meu tempo em Pernambuco era agnóstico, darwinista, spencerista, monista. Quando apareceu no primeiro ano um Mac Dowell, do Pará, que tinha passado pelos colégios de Paris, demonstrando a existência de Deus pelas belezas da criação, canto dos pássaros, etc. provocou riso, foi ridicularizado..."

"Para simplificar, *todo o mundo era positivista*, isto é, darwinista, monista, fenomenista, evolucionista..." (20)

E o Coronel Campos de Aragão, ao referir-se à irmandade católica — Conferência de São Maurício — que, em 1930, agremiava alguns alunos da Escola Militar do Realengo, escreve:

"Era pomposo o título "*mauriciano*". Lembra-me qualquer coisa medieval. Achava a Escola tão corrompida pelas idéias de Augusto Comte que me causava certa admiração a existência de uma irmandade de fins litúrgicos existir entre os companheiros.

"De certo modo compreendia essa tendência escolar para a aceitação da teoria positivista da alma, como sendo fruto dos conceitos filosóficos esposados por quase todos os mestres. Eu, por exemplo, chegara de minha casa com o catolicismo dos meus pais. Mas, em pouco tempo, já começava a me interessar pela máxima que dizia ser a alma constituída pelo conjunto das funções intelectuais, morais e práticas. Funções essas comandadas pelo cérebro. Quando procurava refletir perdia-me sempre com as verdades científicas, encontradas na biologia, quando eu afirmava que "*o sôpro da vida*" era um imponderável oriundo da Providência Divina e que nem mesmo gênios poderiam chegar nunca a um resultado analiticamente mensurável da alma... Seria levado ao ridículo um companheiro qualquer que ao deitar-se ou ao levantar-se na alvorada fôsse surpreendido de mãos postas, na contrição nobre e consciente de uma oração". (21)

A característica positivista — a que se refere o Coronel Campos de Aragão — de ser a alma constituída do conjunto das funções cerebrais, levaria o General Dantas Barreto, quando Governador de Pernambuco, a vetar a criação da cadeira de psicologia numa reforma da Escola Normal de Recife projetada por Joaquim Pimenta.

Eis o depoimento dêste último em seu livro *“Retalhos do Passado”*:

“O General ainda conservava intacta a sua fé no Positivismo de Augusto Comte...

“Delineou-se ainda (em 1912) um plano de reforma da Escola Normal cujas linhas deveriam ajustar o ensino de cada disciplina à maneira de utilizá-la nos diferentes graus de instrução primária, devendo ser criada a cadeira de psicologia, por essencial na formação do professor. Foi, porém, terminantemente vetada pelo general Dantas Barreto por não se tratar, no seu entender, de uma *ciência*, mas de um velho ramo da metafísica ou de um simples capítulo da fisiologia... Para êle, discípulo de Augusto Comte, nesse, como em outros pontos, o progresso científico ainda não havia ultrapassado as fronteiras do *Curso de Filosofia Positiva*”. (22)

Faltou a Joaquim Pimenta acrescentar que, se os positivistas não aceitavam e não aceitam a psicologia dos ideólogos do século XIX, consideram legítima a psicologia científica ou psicofisiologia. É o que salienta Edmond Goblot, professor de *História da Filosofia e das Ciências* na Universidade de Lião:

“Increpou-se severamente a Comte não haver, em sua classificação das ciências, consagrado à psicologia o lugar que lhe compete... Tôda a psicologia [de sua época] estava, porém, reduzida ao problema da *“origem das idéias”*: tratava-se de provar que *“as noções e verdades primárias”* não podiam ser de origem empírica. Havendo a psicologia fornecido essa prova, passava à teodicéia, que se servia do princípio segundo o qual são inatas as noções e verdades primárias para demonstrar a existência de Deus e a espiritualidade da alma. Era a essa psicologia que Augusto Comte não dava guarida no sistema de conhecimentos positivos. Se é um pecado, peço seja dêle absolvido. Augusto Comte ligava uma parte dos fatos psicológicos (todos os que pertencem à vida individual) às funções orgânicas, razão pela qual foi acusado de materialismo grosseiro (porquanto qualquer materialismo era, então, *grosseiro*). Êle teve o mérito de haver sido o primeiro a compreender que todos os outros fatos psicológicos decorrem da sociologia, o que não é mais contestado. Foi também o primeiro a reconhecer que, para o indivíduo isolado, não haveria nem verdade, nem mentira, mas, apenas, opiniões, sendo a verdade um fato social. Também foi Com-

te o primeiro a observar que a objetividade do conhecimento, sem a qual não há verdade, nem ciência, se acha no caráter coletivo do conhecimento, em seu valor impessoal, logo social. Ainda foi Comte o primeiro a salientar que, na ordem dos fenômenos afetivos, com exclusão de algumas inclinações intrapessoais, que são tendências inteiramente rudimentares e instintivas da vida animal, todos os nossos sentimentos, mesmo egoísticos, são inclinações interpessoais, e, conseqüentemente, fatos sociais cujo estudo é impossível fora da sociologia. São verdades importantes e seriam suficientes para colocar Augusto Comte no rol dos maiores mestres do pensamento humano. Ficaram essas verdades como que enterradas durante mais de meio século: a psicologia contemporânea acaba de reencontrá-las". (23)

Além de numerosas publicações episódicas da Igreja Positivista do Brasil, vários foram os livros e estudos aparecidos entre nós a partir de 1940, inspirados no Positivismo ou em tórno dêle e de sua influência no Brasil. Não entra no plano dêste ensaio apreciá-los, mas tão só enumerá-los. Foram, entre outros (que, só por desconhecê-los o autor, deixam de ser enumerados), os seguintes, sendo de notar ser êsse período de menor eferescência positivista registrado entre nós desde 1880:

Augusto Comte: "*Problemas Sociais — Sua Solução Positiva*" (trad. comentários e notas de Jefferson de Lemos e Mário Barboza Carneiro) Rio, 1940.

José Mariano de Oliveira: "*Heloísa*", Rio, 1940.

Reginaldo Nunes: "*À Margem da Política Positiva*", Rio, 1940.

Benjamin Constant Neto: "*Benjamin Constant*" — Biblioteca Militar, Rio, 1940.

Américo Brazílio Silvado: "*Imitação Materna*" ou "*Uma Adaptação da Imitação de Cristo de Tomás Kêmpis ao culto positivo*", Tipografia do Jornal do Comércio, Rio, 1940.

Salvador B. Uchôa Cavalcanti: "*Apreciações Filosóficas*", Rio, 1941.

Robinet: "*Filosofia Positiva*" — trad. de João Francisco de Souza e Antenor Rangel Filho, Papelaria Rio Branco, Rio, 1942.

Alfredo Severo: "*A Política Positiva e seus comentadores*", Rio, 1941.

João Camilo de Oliveira Tôrres: "*O Positivismo no Brasil*", Petrópolis, 1943. 2.<sup>a</sup> edição, 1957.

David Carneiro: "*História Geral da Humanidade*": volume 5.<sup>o</sup>: *Evolução Moderna*, 1941; vol. 6.<sup>o</sup>: *Civilização Moderna*, 1942. vol. 7.<sup>o</sup>: *Transição Revolucionária*, 1942. "*Tirantes*", 1946.

- Djalma Poli Coelho: "*A Bandeira do Brasil*", Rio, 1947.
- Rubem Descartes de Garcia Paula: "*A Doutrina Química de Lavoisier*", Rio, 1943; "*Dois Grandes Beneméritos da Química: Bertholet e Berzelius*", Rio, 1950.
- Mário Barboza Carneiro: *In Memoriam*, Rio de Janeiro, 1947.
- Joaquim da Silveira Santos: *In Memoriam*, São Paulo, 1948.
- Juan Enrique Lagarrigue: "*A Religião da Humanidade*", tradução de Américo Duarte de Viveiros, Rio, 1954.
- Jorge Lagarrigue: "*A Ditadura Republicana segundo Augusto Comte*", edição comemorativa do centenário da morte de Augusto Comte, Rio, 1857.
- J. Lonchamp: "*Epítome da Vida e dos Escritos de Augusto Comte*", trad. de Miguel Lemos, 2.<sup>a</sup> ed., Rio, 1959.
- Lindolfo Xavier: "*Pioneiros e Semeadores*", 1956.
- Alfredo de Araújo Lima: "*Ensaio Filosófico*", São Paulo, 1952; "*Filosofia e Ciência ao alcance de todos*", São Paulo, 1953. "*O que é Positivismo?*", São Paulo, 1953.
- Mozart Pereira Soares: "*Concepções Anatômicas e Fisiológicas de Aristóteles*", Pôrto Alegre, 1954.
- Dante Pacini: "*Existencialismo, Positivismo e Materialismo*", Ribeirão Preto, Est. de São Paulo, 1958.
- Alfredo Severo: "*As falsas bases do Comunismo Russo*", 2.<sup>a</sup> ed., Rio, 1959.
- Ester Viveiros: "*Apêlo à Mulher*", Rio, 1945; "*Enfermagem no Lar*", Rio, 1947. "*Do Casamento*", Rio, 1949; "*Amor*", Santiago do Chile, 1950; "*Rondon*", Rio, Livraria São José, 1958. "*Cartas de Jorge Lagarrigue a Miguel Lemos*", Rio, 1957.
- Benjamin de Oliveira Filho: "*Filosofia Social de Augusto Comte*", Rio, 1954; "*Introdução à Ciência do Direito*", 2.<sup>a</sup> ed., Rio, 1957.
- João Cruz Costa: "*Augusto Comte e as origens do Positivismo*", S. Paulo, 1951; 2.<sup>a</sup> edição, 1959; "*Contribuição à História das Idéias no Brasil*", Rio, 1956; "*O Positivismo e a República*", S. Paulo, 1956.
- Roque Spencer Maciel de Barros: "*A Evolução do pensamento de Luiz Pereira Barreto e o seu significado pedagógico*", S. Paulo, 1955. "*A Ilustração Brasileira e a idéia de Universalidade*", S. Paulo, 1959.
- Castilhos Goycochêa: "*Augusto Comte et l'Hypothèse Cosmogonique Herschel-Laplace*" Rio, 1950; "*Uma biografia da Bandeira Nacional*, Rio, 1950; "*Filosofia das Ciências*", Rio, 1959.
- Evaristo de Moraes Filho: "*Augusto Comte e o pensamento sociológico contemporâneo*", Rio, 1957.
- Augusto Beltrão Pernetta: "*Filosofia Primeira*", Rio, 1957.
- José Feliciano de Oliveira: "*José Bonifácio e a Independência*",

- S. Paulo, 1952; "*Os Pais da República em seus primeiros dias*", S. Paulo, 1957.
- Agliberto Xavier: "*Lições de Filosofia Primeira*", Rio, 1960.
- Tocary Assis Bastos: "*O Positivismo e a realidade brasileira*", B. Horizonte, 1961.
- Ruy de Andrada Coelho: "*Indivíduo e Sociedade na teoria de Augusto Comte*", S. Paulo, 1961.
- Luiz Hildebrando Horta Barboza: "*O absoluto e o relativo à luz do Positivismo*", Rio, 1946; "*A Bandeira Nacional e seu idealizador*", Rio, 1948; "*Augusto Comte e as relações internacionais*", Rio, 1957.
- Geonísio Curvello de Mendonça: "*Calendários Positivista e Católico Romano*", Rio, 1957. "*Augusto Comte e a questão racial*", Rio, 1957.
- Venâncio F. Neiva: "*A Independência dos Estados Unidos*", Rio, 1944; "*Gandhi*", Rio, 1948. "*Benjamin Constant*", Rio, 1952. "*Augusto Comte e a República*", Rio, 1957.
- Proença Rosa: "*Augusto Comte e a Arte*", Rio, 1957. "*Galileu Redivivo*", Rio, 1951.
- Otávio Murgel de Rezende: "*O Dr. França, Ditador do Paraguai*", Rio, 1941.
- Luís Bueno Horta Barboza: "*A Igreja Católica e o Processo de Galileu*", Rio, 2.<sup>a</sup> edição 1950.
- Antenor Rangel Filho: "*A Educação e a Instrução no Mundo Moderno*", Rio, 1961.
- Alberto Pizarro Jacobina: "*Auguste Comte et la Paix Universelle*", Rio, 1957;
- Aníbal da Silveira Santos: "*Psicopatologia*", São Paulo, 1954. "*Psicologia Fisiológica*", São Paulo, 1955.
- Paulo F. R. Mendes Vianna: "*O ensino da Matemática*", Rio, 1940.
- Jerônimo de Viveiros: "*A Vida de um Apóstolo*", São Luiz do Maranhão, 1956.
- Jefferson de Lemos: "*A Instituição Positiva da Alma Humana*", Graf. Laemmert Ltda., Rio, 1957.
- Não estão aqui incluídas as numerosas publicações de Carlos Tôrres Gonçalves e Geonísio Curvello de Mendonça feitas como membros da Delegação da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, a partir de 1940.

## NOTAS DO CAPÍTULO SEXTO DA SÉTIMA PARTE

- 1) — Vide no capítulo terceiro da primeira parte dêste ensaio a carta do Dr. SEGOND a AUGUSTO COMTE.
- 2) — Vide TEIXEIRA MENDES: "*Esbôço Biográfico de Benjamin Constant*", t. II, pgs. 166 a 170 da 1.<sup>a</sup> edição.
- 3) — Vide Dr. FRANCISCO ANTÔNIO DE ALMEIDA: "*Da França ao Japão*", Rio, Tipografia do Apóstolo, 1879, pg. 228.
- 4) — Vide "*Anais do Senado*", 1879, t. IV, pgs. 218 a 238, especialmente 229 a 233, apud Prof. ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS: "*A Ilustração Brasileira e a idéia da Universidade*", São Paulo, 1959, pg. 285.
- 5) — Apud ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 59.
- 6) — Vide "*Atas e pareceres do Congresso da Instrução*", Tipografia Nacional, Rio, 1884, 24.<sup>a</sup> Questão: "*Escolas Normais — Sua Organização, plano de estudos e programas de ensino*", pgs. 1 a 36.
- 7) — *Ibidem*, 7.<sup>a</sup> Questão: "*Ensino de moral e de religião nas escolas primárias, nos estabelecimentos de instrução secundária e nas escolas normais*", pg. 12.
- 8) — Vide VIVALDO COARACY (V. Cy): "*Todos contam sua vida — memórias de infância e adolescência*", pg. 204, Rio, José Olympio Editôra, 1959.
- 9) — Vide "F. Mendes Pimentel — *Jornalista e Político, Professor, Jurista*", Rio, Oficinas Gráficas do "*Jornal do Brasil*", 1949, pg. 78.
- 10) — TASSO FRAGOSO: "*Revolvendo o Passado*", pg. 19, Rio, "*Jornal do Comércio*" Rodrigues & Cia., 1940.
- 11) — JOÃO CRUZ COSTA: "*Contribuição à História das Idéias no Brasil*", pg. 370, Livraria José Olympio Editôra, Rio, 1956.
- 12) — Vide FERNANDO DE AZEVEDO: "*A Cultura Brasileira — Introdução ao estudo da Cultura no Brasil*", pg. 373, nota 14, Rio, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943.
- 13) — Vide HENRI BERGSON: "*La Philosophie*", in "*La Science Française*", t. I, pg. 22, *ouvrage édité à l'occasion de l'Exposition de San Francisco*, Paris, Ministère de l'Instruction Publique, 1915.
- 14) — Vide General F. DE PAULA CIDADE: "*Cadetes e Alunos Militares através dos tempos*", pgs. 147 e 150, Biblioteca do Exército Editôra, 1961.
- 15) — *Idem, ibidem*, pg. 153.
- 16) — Vide BARBOSA LIMA SOBRINHO: "*Barbosa Lima na Constituinte Republicana*", in "*Autores e Livros*" de MÚCIO LEÃO, Suplemento Literário de "*A Manhã*", volume VI, 2 de maio de 1944, pg. 173.
- 17) — Vide TOCARY ASSIS BASTOS: "*O Positivismo e a realidade brasileira*", pg. 4, Belo Horizonte, 1961.
- 18) — Vide AGENOR CORREIA: "*A Objetividade da Alma*", Rio Claro, S. P., 1951, pgs. 21 a 30, 148 a 168, *et passim*.
- 19) — Vide AQUILINO RIBEIRO: "*Quando os lobos uivam*", Editôra Anhambi S. A., São Paulo, 1959, pgs. 174 e 202.
- 20) — Vide GILBERTO AMADO: "*Minha Formação no Recife*", Livraria José Olympio Editôra, Rio, 1955, pgs. 60 e 61.
- 21) — Vide Coronel CAMPOS DE ARAGÃO: "*Cadete do Realengo*", Biblioteca Exército Editôra, Rio, 1959, pgs. 173-175.
- 22) — Vide JOAQUIM PIMENTA: "*Retalhos do Passado*", pgs. 150, 155 e 156.
- 23) — Vide EDMOND GOBLOT: prefácio ao livro de MICHEL UTA: "*La théorie du savoir dans la philosophie d'Auguste Comte*", Paris, Alcan, 1928, pgs. XVI e XVII.

## CAPÍTULO SÉTIMO

### A CONTRIBUIÇÃO DE RONDON À CULTURA BRASILEIRA

**P**OSITIVISTA MERECEDOR de especial referência pela sua contribuição à cultura brasileira é Cândido Mariano Rondon, a quem deve o Brasil notável obra de desbravamento dos seus sertões.

Ao desvendar tão grande trato desconhecido de nossa pátria — escreve o Professor Fernando de Azevedo — “de tal forma cuidou [Rondon] das investigações científicas que, no julgamento autorizado de Artur Neiva, seu nome, como propulsor das ciências naturais no Brasil dos tempos modernos, vem logo depois do de Oswaldo Cruz”. (1)

Se tivermos, de fato, em vista — comenta ainda o Professor Fernando de Azevedo, — “o que tanto em botânica (oito mil números colecionados, muitos pelo próprio Rondon), como em zoologia (seis mil exemplares), representam as sessenta e seis publicações da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, podemos concluir com Artur Neiva “que nenhuma expedição científica brasileira concorreu com tão alto contingente para o desenvolvimento da história natural entre nós e nenhuma exaltou mais no estrangeiro o nome de nossa pátria”. (2)

Desejando Rondon filiar-se à Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, abandonou, em 1892, de acôrdo com as bases da mesma Igreja, o lugar de professor substituto de Astronomia e repetidor de Mecânica Racional da Escola Militar do Rio de Janeiro, lugar para o qual fôra nomeado por Benjamin Constant.

A exigência de não pertencerem os membros do Apostolado às Congregações oficiais de ensino muito estorvou entre nós a expansão do Positivismo, cujo campo de ação é exatamente o pedagógico e foi, como vimos, através dêle que principalmente se difundiu entre nós.

No caso, porém, de Rondon, foi essa proibição, inserta nas Bases do Apostolado, que o encaminhou para a carreira de sertanista. Conduzindo-o à glória, pode-se dizer que não é só "*Deus quem escreve certo por linhas tortas*", porquanto também o fez, a propósito do grande desbravador, a Igreja e Apostolado Positivista do Brasil.

Ao desistir de ser professor de um estabelecimento oficial de ensino, foi Rondon levado através do Serviço de Fronteiras e Linhas Telegráficas, a penetrar o nosso *hinterland* e a proteger os nossos indígenas.

Em fins de 1906 — regressara ao Rio de Janeiro por haver terminado a construção da rêde telegráfica alcançando as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia. E projetando, no ano seguinte, o Presidente Afonso Pena uma série de medidas tendentes a completar e assegurar a recente incorporação dos territórios do Acre, do Alto Purús e do Alto Juruá, foi a Rondon que confiou a construção da rêde telegráfica destinada a ligar êsses territórios e os do Amazonas à Capital do País.

Tinha em vista o Presidente Afonso Pena, que foi, no dizer de Rondon, "*o benemérito precursor da Marcha para Oeste*", tornar possível exercer-se sôbre êsses territórios, com a regularidade exigida pelos interesses nacionais, a ação do Governo.

Ao aceitar o difícil encargo, por muitos tido como irrealizável, assentou Rondon, desde logo, com o Presidente da República, que a nova Comissão se encarregaria, não só da construção, mas ainda de todos os trabalhos que se prendessem ao completo conhecimento da região que se ia atravessar. Devia esta ser estudada quer sob os aspectos geográfico, botânico e mineralógico, quer quanto às características das populações indígenas que lá vivessem, as quais ficariam sob os cuidados da Comissão, no intuito de resguardá-las e evitar-lhes os flagelos e crueldades de que haviam sido vítimas os habitantes de outras regiões por ocasião de empreendimentos análogos. (3)

Estava Rondon acostumado, em tôdas as suas expedições, a conduzir equipamentos científicos de que se servia para determinar coordenadas, colhêr dados geológicos, antropológicos e etnográficos, assumindo assim, em suas mãos, comissões de objetivo originariamente estratégico, o caráter de empreendimentos de larga envergadura científica, civilizadora e política.

Foi o que já havia revelado na incumbência que, em 1900, lhe confiara o então Ministro da Guerra, Marechal Mallet, vale dizer, encerrar os principais pontos estratégicos dos confins do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, nas malhas de uma rêde telegráfica, cujos fios, enfeixando-se em Cuiabá, permitissem ao Governo Central e à Nação comunicarem-se permanentemente

com aquelas longínquas paragens, sôbre elas exercendo ativa vigilância.

No desempenho dessa importante comissão em que construiu, de 1900 a 1906, uma rêde de 1.746 quilômetros, servindo 17 estações, não se limitou Rondon a executar as obras indispensáveis à já de si dificultosíssima instalação dos serviços telegráficos.

Desdobrando prodigiosa atividade, realizou enorme série de explorações tendentes a desvendar os segredos dos pantanais, executou estudos geográficos e fêz a determinação precisa das coordenadas de pontos que poderiam servir de base a futuras operações geodésicas.

Tornou-se, depois disso, a vastíssima região sul mato-grossense uma das mais bem conhecidas de todo o território nacional, não só do ponto de vista cartográfico, mas também dos atinentes à população, riquezas naturais do solo, capacidade de produção, recursos atuais, vias de comunicação e outros elementos necessários para facilitar qualquer ação posterior do Governo. Dos dados que Rondon colheu, serviu-se vantajosamente o Barão Homem de Melo para o traçado do mapa de Mato Grosso em seu Atlas do Brasil. (4)

E, assim, imprimiu, na observação do Professor Luís Bueno Horta Barboza, um sentido nôvo ao título de geógrafo, realçando-o com a sua figura humaníssima, porque, geógrafo dos mais eminentes, quando profundamente estudava uma região selvática, também o fazia pelo amor que consagrava às populações que a habitavam, e pelos meios de que assim ficava o Governo armado para melhor servi-las e beneficiá-las.

Com êsse vastíssimo programa executou a obra grandiosa de que resultaram o descobrimento e o início da assimilação de imensas regiões, inteiramente incultas e bravias, até então sem outro significado, no conjunto do território brasileiro, do que o de uma misteriosa incógnita geográfica, como as que só eram designadas, pelos antigos cartógrafos, através dos animais que nelas imaginavam existir: "*hic sunt leones; haec est psittacorum regio*"...

Só uma vontade superior, guiada pela máxima de César:

"*Nil actum reputans si quid superesset agendum*", seria capaz de levar a têrmo, em tão curto tempo, um empreendimento de tamanhas proporções como o da construção das linhas telegráficas do Amazonas e do Acre, por entre imensos tropeços. Eram êstes suscitados, a cada instante, pela deficiência dos meios de transporte, pelas canseiras das viagens, pelos cuidados incessantemente empregados para não deixar perecer os animais e evitar o ataque de índios, ainda não pacificados, e do atroz impaludismo, que nessas regiões grassava como em nenhuma outra do Brasil. Havia ainda os embaraços imprevistos e imprevisíveis

que surgiam, nos sertões mais do que alhures, ameaçando aniquilar, de uma hora para outra, os serviços mais bem planejados, e conduzidos, ora sob aguaceiros diluvianos, ora sob a inclemência de um sol abrasador, com as noites mal dormidas, quase sempre ao relento. (6)

Basta considerar quanto custa, na mata virgem, derrubar uma árvore a fim de transformá-la em poste, para avaliar o que foi a realização de Rondon. E que não representou de esforço o transporte, através dos sertões de Mato Grosso e das florestas do Amazonas e do Acre, do material imprescindível, pesando cada isolador de porcelana e o respectivo braço de ferro três quilos e cêrca de quilo e meio cada segmento de cem metros de fio de ferro zincado?

Ademais, na secção do Norte, na parte da linha tronco, que se estendia de Santo Antônio até à estação do Rio Juru, e no ramal que, partindo também de Santo Antônio, ia subindo o Madeira e depois o Guaporé, até atingir o Guajará-Mirim, na fronteira boliviana, não pôde Rondon aproveitar os recursos da mata, porquanto a extração de postes exigia boiadas e a falta absoluta de campos e pastagens impedia mantê-las nas florestas amazônicas.

Nestas condições, era imprescindível recorrer aos postes de ferro, porquanto, divididos em três partes, podiam ser transportados por muares, para os quais havia, entretanto, a necessidade de atentamente providenciar as forragens.

E assim, removendo obstáculos de tôda ordem, plantou Rondon nada menos de três mil postes de ferro. Quem quer que conheça as dificuldades de transporte ainda hoje existentes em zonas relativamente prósperas do país, imagina fâcilmente o que foi a sua epopéia nos sertões matogrossenses e nas florestas amazônicas, no comêço do século, quando nem aviões, nem as comunicações hertzianas haviam ainda surgido.

Tão árduo era o empreendimento que mais de uma vez se disse haver sido conseguida a construção da linha telegráfica à custa de tantas vidas que a cada poste erguido correspondia um homem morto. Todavia, graças aos cuidados de Rondon e ao seu conhecimento dos sertões, as obras do ramal de Mato Grosso, efetuadas numa das zonas mais insalubres do território nacional, foram concluídas apenas com 15 baixas, das quais várias por moléstias como a varíola, a tuberculose e outras, contraídas, não nos sertões, mas já levadas das cidades e arraiais.

De 1915 a 1919, última fase da sua grande campanha sertanista, inaugurada com o descobrimento do rio Juruena, consagrou Rondon seus esforços ao levantamento geográfico de pontos e regiões importantes de Mato Grosso, estudando o vale do Araguaia com travessia para o Xingu e o vale do Tapajós com

transposição para o Sucundurí e Canuman. Completou então o levantamento dos vales do Madeira e do Paraguai, traçando o divisor das águas do Paraná com o Taquari e o Aquidauana.

Fêz também o levantamento das cabeceiras dos rios Correntes, Itiquira, Garças, São Lourenço, Arinos e Teles Pires (antigo São Manuel), e delineou os divisores destes rios e do Xingu com o Cuiabá e o rio das Mortes.

Voltou ao setor compreendido entre o Gi-Paraná, o Guaporé e o Madeira para levantar o divisor do Machadinho com o Anari; deste com o Jaru; deste com o Urupá e seus respectivos cursos. Realizou ainda o levantamento das cabeceiras dos rios Branco e Preto do Jamari; Preto do Gi-Paraná; Juruazinho; Jamari; Canaan, Pardo, Quatro Cachoeiras, Urupá, Cautário, Cautarinho, São Miguel, Ricardo Franco, assinalando, neste último trecho, o divisor do Gi-Paraná com o Guaporé.

Caracterizou, então, as diferentes serras desses divisores e a extremidade norte da cordilheira dos Parecis, determinando, por intersecção, a ponta oriental da Serra Pacaá-Novo, que define a grande garganta dos campos dos Urupás, nódulo geográfico relevante, do qual promanam águas que vão para o Gi-Paraná, Madeira e Guaporé. Mais para o sul, patenteou importantes contrafortes daquela cordilheira, aos quais denominou: Uopiane, Aleixo Garcia, Pires de Campos, Pascoal Moreira e Antunes Maciel — regiões habitadas pelos índios Cabixis do Norte, Uômos, Aruás, Purús-Borás e Macurapes.

Com esses estudos orográficos completou Rondon a descoberta de 1908 e 1909, da origem da Serra do Norte, onde nascem os rios Nhambiquaras, 12 de Outubro e Iquê, contribuintes do Camararé, e onde vivem os Nhambiquaras-anunzês.

De 1920 a 1922, finalmente, retificou os levantamentos realizados no divisor do Arinos e Paranatinga com o Cuiabá e explorou o Coluene, formador do Xingu.

Estudou a cabeceira principal do Paraguai e o varadouro que liga a estação telegráfica de Vilhena à foz do Cabixi, cujo levantamento realizou, estabelecendo a navegação deste rio, através do qual começou a prover o alto sertão do Noroeste mato-grossense com víveres e mercadorias importados de Manaus e Guaporé.

Construiu ainda a linha telegráfica de Aquidauana a Ponta-Porã, passando por Campo Grande, Campos de Vacaria, Brilhante e Caiuás, com o desenvolvimento de 508 quilômetros de linha assentada, completando, assim, o estabelecimento de linhas telegráficas nas fronteiras de Mato Grosso.

Para aproveitar o imenso cabedal topográfico, astronômico e corográfico, acumulado desde o advento da primeira Comissão Telegráfica, instalou Rondon, no Rio, um Escritório Central

com uma Secção de Cartografia e Desenho, cujos trabalhos, orientados pelo então Coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, se resumem com eloquência em numerosos e importantes mapas, além de diferentes cartas para ilustrar as monografias de Botânica, Zoologia, Geologia, Mineralogia e Etnografia dos cientistas que, em sua companhia, se encarregaram dessas pesquisas.

Entre os resultados econômicos de suas investigações, destacam-se a revelação das minas de sulfureto de ferro nas cabeceiras do Cabixi e Corumbiara; de jazidas de mercúrio metálico na floresta do rio Gy; de manganês nas origens do rio Manuel Correia, na serra Pires de Campos e no vale do rio Sacre; de gipsito nas cabeceiras do Cautário; de mica no córrego do Campo, contribuinte do Pimenta Bueno; de ferro no vale do Baixo Garças. Também verificou a existência abundante da ipeca cinzenta no vale do Pimenta Bueno e margens do Gi-Paraná até Urupá, do Cautário e do São Miguel, muito ao norte da região onde essa rubiácea foi primeiramente conhecida e industrialmente explorada, na célebre Mata da Poaia do Alto Paraguai.

Determinou, finalmente, as regiões em que a *Hevea*, a *Bertholetia*, e a *Castilloa* vivem em grandes associações ao norte do paralelo de Diamantino, entre os rios Araguaia e Guaporé.

Contavam os contemporâneos de Rondon na Escola Militar que, ainda estudante, freqüentemente êle se referia a um ideal alimentado desde tenra infância: o de retalhar o seu Estado natal por uma rêde telegráfica que lhe ligasse todos os povoados, ainda os mais longínquos, à capital.

A sua realização, entretanto, ultrapassou os seus sonhos juvenis: não só cobriu o território matogrossense de linhas telegráficas, como ainda o ligou ao resto do Brasil e — o que é mais — “escalou os sertões ínvios, desde as remotas plagas do Borôros aos domínios dos Mundurucus, sendo o primeiro a rasgar as misteriosas matas, em cujas ásperas dificuldades cinco expedições anteriores se haviam malogrado. De um só passo, estabeleceu uma união territorial, até então tida por inatingível, e povoou os ermos que, por centenas de léguas, se estendiam indefinidos, mostrando o alto valor da energia humana, quando guiada por um ideal superior. Para tal, desenvolveu, durante mais de seis lustros, inconcebível atividade física, curtindo, por vêzes, as torturas da fome e da sêde; palmilhando, freqüentemente, léguas e léguas, com o pêso de sua própria bagagem, tremendo de febre, sob a influência de um acesso palustre, ausentes todos os carinhos e confortos do lar; privado, não por dias, mas por anos e anos, do convívio da família e da sociedade; e só através das nuvens de saudades infindas entrevedo as imagens queridas da espôsa e dos filhos”. (6)

*“Qu'est-ce qu'une grande vie? — pergunta o cantor de “Eloá” e responde: “Une pensée de la jeunesse exécutée par l'âge mûr”.*

Perante esta definição, que terá sido a vida de Rondon, se foi além, muito além de seus sonhos de môço?

E, realmente, não só apresentou opiniões novas sôbre o procedimento dos civilizados relativamente aos indígenas, mas ainda pôs em prática essas opiniões, das quais decorria uma nova política a ser adotada nas relações com os últimos autóctones de nossa Pátria.

Essa política pode resumir-se no princípio: *“só penetrar no sertão com a paz e jamais com a guerra”.* Não consentiu, pois, ao ser flechado no descobrimento do Juruena, exercessem os seus companheiros represálias contra os selvagens, que, atacando-o, usavam do mais natural e legítimo direito de defesa, pois lhes invadia os territórios sem que soubessem quais as suas intenções, que assim como eram boas, também podiam ser péssimas, como quatro séculos de martírio haviam evidenciado.

Declarou, por isto, aos seus companheiros que queriam reagir, não haver ido à conquista de índios, mas, sim, levar até o Juruena o reconhecimento indispensável à construção da linha telegráfica. Nada restava, pois, fazer, à vista da animosidade dos indígenas, senão retroceder, até que, pacificados, lhe permitissem livre trânsito.

E afirmava com inabalável convicção:

*“Eu, acima de tudo, coloco o sentimento de justiça, encarrando, com meditada reflexão, os deveres morais impostos pela causa dos aborígenes brasileiros, os quais, há quatro séculos, vivem espicados pelo aguilhão do mais requintado egoísmo nosso e dos nossos antepassados” (7) Tomou, por isto, como divisa inflexível: “Afrontar todos os perigos, até a morte; matar — nunca!”*

Ecoava lùgubremente aos seus ouvidos — nas palavras de Alípio Bandeira, um de seus colaboradores — *“a voz estragulada de doze gerações de mártires, bradando contra quatrocentos anos de extermínio. Voz de infortúnio e desespero, vinha das selvas desconhecidas, vinha dos descampados longínquos, das brenhas misteriosas dos nossos sertões, e falava, como uma trompa apocalíptica, do sacrifício de alguns milhões de índios que, em vez de terem sido chamados ao convívio da civilização, foram bárbaramente imolados aos ditames da ganância, da fereza e até — força é dizê-lo! — da cobardia. Voz sagrada e tempestuosa de vítimas. Clamores de mães, cujos filhos ceifou na infância a crueldade monstruosa; recriminações de espôsas que viram os maridos fortes tombar fulminados pela bala do aventureiro; imprecações, queixas e súplicas de velhos, mulheres e crianças tru-*

cidadas, muitas vèzes inútilmente, pelo crime de defenderem a liberdade e a terra sua e de seus avós". (8)

Desprezando os conselhos de Maquiavel, como indignos de quem se consagra ao bem comum, Rondon empregou, só e exclusivamente, o altruísmo, como força política. E conseguiu assim deter a marcha assoladora de injustiças seculares ao recrger diversos povos que já haviam entrado na fase da agonia que precede a extinção total, abrangendo, numa obra tóda de paz, conciliação e bondade, onze populações diferentes, nitidamente separadas umas das outras, pelos costumes, idiomas e ritos. Várias tinham-nos por inimigos tradicionais e intratáveis e de outras nem apenas suspeitávamos a existência.

Transformou, assim, Rondon, em amigas, as nações de gênio belicoso dos Nhambiquaras, Barbados, Quepi-queri-uats, Pauatês, Tecuatêps, Ipoti-uats, Urumis e Ariquemes, como já o havia feito, em 1893, em relação aos Borôros do rio das Garças. E implantou, no coração dos Parecis, Bacacris, Jarus, Urupás e Caripunas a inabalável confiança na lisura e desinterêsse de seus propósitos. Tem, destarte, o Serviço de Proteção aos Índios, que decorreu da Comissão de Linhas Telegráficas, chamado ao campo de sua ação benfazeja numerosas tribos, umas ainda guerreiras, outras já pacíficas. Dos seus nomes, muitos ainda ressoavam no comêço do século, como notas de clarim e clamores de batalha. Os Caingangs, os Botucudos, os Parintintins, e tantos outros, lembravam — nas palavras de Rondon — "*fulgores de vastos incêndios de duração secular, ainda mal extintos*". . .

De todos os casos, porém, comprovativos da excelência e do acêrto do método de pacificação praticado pelo Serviço de Proteção aos Índios, é característico o dos Caingangs de São Paulo, em que Rondon foi coadjuvado pelos então tenentes Pedro Dantas e Manoel Rabelo, e por Manuel Miranda e Luís Bueno Horta Barboza.

A luta, impiedosa, entre Caingangs e civilizados vinha já desde os albores do século passado, e, como salienta o Professor Luís Bueno Horta Barboza, quanto mais durava, mais se amiudavam, de um lado e de outro, os assaltos e os morticínios, acompanhados de crueldades cada vez maiores. Em vão colocara o Govêrno de São Paulo suas esperanças na catequese (subvencionada desde 1903), a cargo dos frades capuchinhos de Campos Novos do Paranapanema. A situação piorava de ano para ano. O reconhecimento e levantamento dos rios Feio, Aguapeí e Peixe, pela Comissão Geológica do Estado, teve de fazer-se à mão armada, e, ainda assim, não se conseguiu evitar o sacrifício de vidas em ambos os campos. A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, correndo pelo divisor das águas do Feio e Tietê, constituiu nova fonte de hostilidades. Às batidas

dos bugreiros, sucediam-se os assaltos, cada vez mais violentos, dos índios contra os trabalhadores da estrada, imprando o pavor por todo o sertão, onde ninguém se encontrava sem uma carabina de repetição, de que usava dia e noite em descargas a esmo, para afugentar o "bugre". Em 1910 (quando apenas Rondon começava a organizar o Serviço de Proteção aos Índios) tão premente era a situação da Noroeste que o empreiteiro oficiava ao Ministro da Viação avisando-o "estar na iminência de suspender as obras de construção da estrada pela impossibilidade de conter os silvícolas e fazer parar-lhes as correrias".

Foi quando, depois dos reconhecimentos preliminares dos Tenentes Pedro Dantas e Manuel Rabelo, Rondon resolveu partir para o vale do Aguapé a fim de estudar a questão em suas fontes diretas e traçar o rumo que conviria seguir de modo a conquistar a amizade dos temidos Caingangs, estabelecendo a paz e a ordem naquele vasto e fértil sertão.

Estudada a região, Rondon assentou o plano de pacificação e dele encarregou o então Tenente Manuel Rabelo, tendo como principais auxiliares os Tenentes Cândido Sobrinho e Sampaio. Com seis meses de trabalho o Tenente Rabelo deixava o programa de pacificação dos Caingangs, antes tidos como irreduzíveis, nitidamente encaminhado para o feliz desfêcho, logo após levado a têrmo por Manuel Miranda e Luís Bueno Horta Barboza.

O que foi o alcance dessa pacificação na imensa zona do Estado de São Paulo despovoada em consequência da presença dos Caingangs, é fácil avaliar pela respectiva valorização das terras numa época em que não havia inflação.

Enquanto, em 1910, dois anos antes da pacificação, o alqueire valia 13\$000, em 1914, um biênio depois, já valia 100\$000, e, em 1919, isto é, apenas 7 anos mais tarde, 200\$000.

Não se enganava o Ministro Rodolfo Miranda quando em março de 1910 escrevia, ao convidar Rondon para chefiar e organizar o Serviço de Proteção aos Índios:

"A espontaneidade da escolha do vosso nome é a consagração formal da conduta humanitária e generosa, que tanto vos recomendou à confiança indígena, na longa e heróica jornada que realizastes por zonas até então vedadas aos mais audaciosos exploradores. Quem, denodadamente e com rara abnegação, sacrificou a sua quietude, a calma de seu lar, a sua própria vida, por bem servir à Nação; quem pôde fazer do indígena — na plenitude de seu domínio no seio das florestas, defendido dos artificios da civilização pelas asperezas da vida inculta — um amigo, um guia cuidadoso, reúne, sem dúvida, os requisitos de vontade e altruísmo, que devem caracterizar a campanha que há de redimir do abandono os nossos silvícolas e integrá-los na posse de seus direitos". (9)

Nada menos estranhável, pois, haja sido a obra de Rondon mais de uma vez calorosamente exaltada na Europa, encontrando imensa repercussão e irrestritos aplausos no Congresso Internacional das Raças, reunido em Londres em 1913.

Na América do Norte, era conhecido como "*o William Penn do Brasil*" e a sua obra era apontada "*como um exemplo a ser imitado para honra da civilização universal*".

Em 1923, o *National Geographic Magazine*, de Washington, assim se expressava sobre êle:

"Durante 33 anos o General Rondon trabalhou no longínquo sertão... Mas, o seu serviço mais meritório foi, sem dúvida, o que êle realizou, como Diretor do Serviço de Proteção aos Índios do Brasil, cargo no qual a sua política de não hostilizar os índios, nem mesmo em represálias, e de usar com êles de brandura, lhes captou a amizade, preservando-lhes a civilização e constituindo o que se pode chamar a *maior conservação de aborígenes realizada em o Nôvo Mundo de nossos dias*".

Vejamos ainda o que sobre êle escreveu Nordenskjold:

"Rondon realizou uma obra tão importante e grandiosa que dentro dêstes 50 anos vindouros será única: o meu trabalho, bem como o de Roosevelt, são apenas seus complementares".

O Presidente Teodoro Roosevelt, na longa e íntima convivência que teve com Rondon, de 11 de dezembro de 1913 a 7 de maio de 1914, partindo da foz do Rio Apá, penetrando no sertão do Norte pelo rio da Dúvida (hoje Roosevelt) e saindo em Manaus pelo Amazonas, num percurso de mais de 3.000 quilômetros, pôde, não só admirar de perto a grandeza da realização de Rondon em nossos sertões, mas ainda ver confirmada a verdade do que, sobre êle, escreveu Roquete Pinto:

"Há homens que diminuem à medida que dêles nos aproximamos; outros, de longe, brilham como estrêlas e quando nos chegamos vemos que são mundos ainda maiores de sentimento e de caráter". (10)

Eis como o professor Darcy Ribeiro, com a autoridade de haver exercido, durante vários anos, a direção do Serviço de Proteção aos Índios, aprecia a influência positivista, que nesse Serviço se fêz sentir através de Rondon e de seus correligionários:

"Foi antes o malôgro das missões religiosas do que pontos de vista doutrinários que levou à assistência leiga, sem preocupação de proselitismo religioso, assegurando-se, todavia, ampla liberdade de catequese a tôdas as confissões religiosas.

"A formulação desta nova política indigenista coube principalmente aos positivistas (11) que, baseados no evolucionismo humanista de Augusto Comte, propugnavam pela autonomia das nações indígenas na certeza de que, uma vez libertas de pres-

sões externas e amparadas pelo Governo, evoluiriam espontaneamente.

“Segundo o modo de ver dos positivistas, os índios, mesmo permanecendo na etapa “fetichista” do desenvolvimento do espírito humano, eram suscetíveis de progredir industrialmente, tal como, na mesma etapa, haviam progredido os povos andinos, os egípcios e os chineses. Para tal resultado, o que cumpria fazer era proporcionar-lhes os meios de adotarem as artes e as indústrias da sociedade ocidental. Assim, não cabia ao governo qualquer atividade de catequese, que pressupõe o propósito de conversão em matéria espiritual, para o que seria necessário existir uma doutrina oficial, religiosa ou filosófica. O que se impunha era, pois uma obra de proteção aos índios, de ação puramente social, destinada a ampará-los em suas necessidades, defendê-los do extermínio e resguardá-los contra a opressão.

“A feição prática da nova política indigenista se assentou na experiência pessoal de Rondon, acumulada em vinte anos de atividades nos sertões de Mato Grosso. Positivista militante, orientara toda a sua vida de acordo com os postulados de Augusto Comte. Oficial recém-formado, recusara uma cátedra na Academia Militar, escolhendo, para atuar, o setor onde poderia mais eficazmente imprimir à tropa sob seu comando uma feição construtiva e pacífica, tal como Comte propugnara para o advento do Estado Positivo, quando os remanescentes dos antigos exércitos seriam utilizados em funções de policiamento e nas grandes obras civis. A Comissão Rondon fôra uma aplicação prática, consciente, das idéias de Comte no terreno militar: a utilização pacífica do Exército no desbravamento dos sertões interiores, na construção de obras civis, como a linha telegráfica, na realização de objetivos humanísticos, como a proteção ao índio. É, pois, de Comte que vem a inspiração para esta epopéia dos sertões brasileiros: um corpo de tropa que, avançando em território habitado por índios hostis, se nega a fazer uso das armas, mesmo quando atacado, em nome de um princípio de justiça.

“Depois das jornadas de Rondon, da demonstração prática da validade de seus métodos persuasórios junto a grupos aguerridos como os *Nambikuáras*, não podiam manter-se mais aquelas velhas teses por tantos defendidas, da incapacidade do índio para a civilização, da inevitabilidade do uso da força contra o índio arredo e hostil; e a conjura, mais manhosa ainda, segundo a qual, a dizimação dos povos tribais, conquanto lastimável, seria uma imposição do progresso nacional e, assim, historicamente inexorável.

“Convidado para organizar e dirigir a instituição federal de assistência aos índios, Rondon aquiesce mas condiciona sua par-

tipicação à aprovação, pelo Governo, dos princípios estatuídos pelos positivistas, na matéria. Como diretrizes para o novo órgão, Rondon reporta-se aos princípios compendiados em 1822 por José Bonifácio de Andrada e Silva e até então irrealizados:

"1.º) — Justiça — não esbulhando mais os índios, pela fôrça, das terras que ainda lhes restam e de que são legítimos Senhores;

"2.º) — Brandura, constância e sofrimento de nossa parte, que nos cumpre como a usurpadores e cristãos;

"3.º) — Abrir comércio com os bárbaros, ainda que seja com perda da nossa parte;

"4.º) — Procurar com dádivas e admoestações fazer pazes com os índios inimigos;

"5.º) — Favorecer por todos os meios possíveis os matrimônios entre índios e brancos e mulatos". (12)

E, mais adiante, apreciando o Decreto n.º 8.072, de 20 de julho de 1910, que fixou as linhas mestras da política indigenista brasileira, escreve ainda o Professor Darcy Ribeiro:

"Pela primeira vez era estatuído, como princípio de lei, o respeito às tribos indígenas como povos que tinham o direito de ser êles próprios, de professar suas crenças, de viver segundo o único modo que sabiam fazê-lo: aquêles que aprenderam de seus antepassados e que só lentamente podia mudar.

"Até então o índio fôra tido, por tôda a legislação, como uma espécie de matéria bruta para a cristianização compulsória e só era admitido enquanto um futuro não índio. Aquêles regulamentação marca, pois, uma nova era para os índios. Por êle, a civilização brasileira abre mão, ao menos em lei, do dogmatismo religioso e do etnocentrismo que até então não admitia outra fé e outra moral senão a própria. Isto não significa que nivelassem as crenças, os hábitos e as instituições tribais às nacionais, mas que compreendia o relativismo da Cultura, que diferentes formas de concepção do sobrenatural ou de organização da família atendem satisfatoriamente a seus objetivos, cada qual em seu contexto histórico, e que não podem ser substituídas umas pelas outras abruptamente.

"Outro princípio de importância fundamental era a proteção ao índio em seu próprio território. Punha-se cõbro à velha prática dos descimentos, que desde os tempos coloniais vinham deslocando tribos de seu *habitat* para a vida famélica dos vilarejos civilizados. Esta técnica de "*civilização do índio*" fôra utilizada, desde sempre, como a principal arma do arsenal de desorganização da vida tribal. Uma vez fora do ambiente em que se tinha criado e onde era eficiente seu equipamento de luta pela subsistência, o índio dificilmente poderia manter a vida

comunal e só lhe restava fugir ou submeter-se aos seus dominadores.

“Pelo Regimento ficava também proibido o desmembramento da família indígena, pela separação de pais e filhos, sob pretexto de educação ou de catequese. Era outra prática secular que, embora responsável por fracassos clamorosos e até por levantes sangrentos, continuava em vigor. Acreditando só poder salvar os índios pela conquista das novas gerações e com absoluto menosprezo pelo que isto representava para os pais índios, os filhos lhes eram tomados e conduzidos às escolas missionárias. O pior é que o sistema jamais dera os resultados que dêle se esperavam. Na realidade, só privava o jovem índio da oportunidade de iniciar-se nas técnicas e tradições tribais, as únicas realmente operativas em sua vida de adulto. Na missão o índio era preparado para uma vida de civilização que não teria oportunidade de viver. Quando voltava à aldeia, via-se lançado à marginalidade, nem era um índio eficazmente motivado pelos valores tribais e capaz de desempenhar os papéis que sua comunidade esperava de um adulto, nem bem era civilizado, por força do que ainda conservava de índio, e, sobretudo, pelo sucessivo fracasso em tôdas as suas tentativas de passar por civilizado entre civilizados. Malgrado as qualificações educacionais e técnicas que adquirisse na escola, continuariam a considerá-lo como um índio e a tratá-lo com todo o pêsso do preconceito que separa índios de sertanejos.

“Tôda a ação assistencial deveria, doravante, orientar-se para a comunidade indígena como um todo, no esforço de levá-la a mais alto nível de vida, através da plena garantia possessória, de caráter coletivo e inalienável, das terras que ocupam, como condição básica para sua tranqüilidade e seu desenvolvimento; da introdução de novas e mais eficientes técnicas de produção e da defesa contra epidemias, especialmente aquelas adquiridas no contato com civilizados e que, sôbre populações indenes, alcançam maior letalidade.

“Mais tarde, reconhecendo a incapacidade objetiva do índio para interagir em condições de igualdade com os demais cidadãos, a lei atribuía-lhe um estatuto especial de amparo que, assegurando a cada índio, tomado em particular, todos os direitos do cidadão comum, levava em conta, na atribuição dos deveres, o estágio social em que se encontrava.

“Rondon não ficou na formulação dos princípios. Colocou-se à frente do Serviço de Proteção aos Índios, como seu diretor, a princípio, depois como orientador sempre vigilante. Graças à sua ação indigenista o S.P.I. pacificou todos os grupos indígenas com que a sociedade brasileira deparou em sua expansão, sempre fiel aos métodos persuasórios. Dezenas de servido-

res do S.P.I., ideologicamente preparados e motivados pelo exemplo de Rondon, provaram, à custa de suas vidas, que a diretiva *Morrer, se preciso fôr, matar, nunca*, não é mera frase.

“Outra característica básica do programa de Rondon é a perspectiva evolucionista em que foi vazado, que permitiu não só aquilatar a importância funcional e a relatividade das instituições culturais, mas, também, criar uma expectativa de desenvolvimento natural e progressivo ao índio, na base de sua própria cultura.

“A melhor expressão dêste programa seria formulada, anos mais tarde, por Luiz Bueno Horta Barbosa, nestas palavras: “O Serviço não procura nem espera transformar o Índio, os seus hábitos, os seus costumes, a sua mentalidade, por uma série de discursos, ou de lições verbais, de prescrições, proibições e conselhos; conta apenas melhorá-lo, proporcionando-lhe os meios, o exemplo e os incentivos indiretos para isso: melhorar os seus meios de trabalho, pela introdução de ferramentas; as suas roupas, pelo fornecimento de tecidos e dos meios de usar da arte de coser, à mão e à máquina; a preparação de seus alimentos, pela introdução do sal, da gordura, dos utensílios de ferro, etc.; as suas habitações; os objetos de uso doméstico; enfim, melhorar tudo quanto êle tem e que constitui o fundo mesmo de toda existência social. E de todo êsse trabalho resulta que o índio torna-se um melhor índio e não um mísero ente sem classificação social possível, por ter perdido a civilização a que pertencia sem ter conseguido entrar naquela para onde o queriam levar”.

“Para aquilatar-se a importância desses princípios e o caráter pioneiro de sua formulação, naquele Brasil de 1910, basta considerar que, em 1956, a 39.<sup>a</sup> Conferência Internacional do Trabalho, reunida em Genebra, aprovou como recomendação para orientar a política indigenista de todos os países que têm populações indígenas, um documento inspirado, em grande parte, na legislação brasileira, no qual êsses mesmos princípios são enunciados, como as normas básicas que devem disciplinar todas as relações com os povos tribais.

“Consideradas em seu contexto histórico, essas diretrizes positivistas eram o que se oferecia, então, de mais avançado. A etnologia, da qual se poderia esperar alguma orientação, tendo em vista a copiosa bibliografia de descrição de costumes exóticos que reunira, era ainda uma disciplina de museu, inteiramente alienada da realidade humana dos materiais com que lidava. A atitude do etnólogo, em geral era da mais completa indiferença pelo destino dos povos que estudava. O índio, olhado soberaneiramente das alturas da civilização européia, orgulhosa de si mesma, era visto como ser exótico, discrepante, cujas ações

de fósseis vivos só interessavam enquanto pudessem lançar luz sobre o passado mais remoto da espécie humana.

“A atitude humanística de muitos etnólogos que percorreram o interior do País parece contradizer essas afirmações; mas a verdade é que a ciência antropológica da época não considerava como tarefa sua a procura de soluções para os problemas sociais dos povos que estudava. Cultivava, ao contrário, uma atitude de alheamento para tudo quanto pudesse parecer cogitação prática ou preocupação assistencial.

“Esta atitude de pedantismo acadêmico só podia afastar, cheios de revolta, os que procuravam soluções para o problema indígena, movidos por valores humanitários. Daí a atitude de menosprezo que alguns dirigentes do Serviço de Proteção aos Índios assumiram diante do que chamavam “cientificismo” e que tanto incluía o frio evolucionismo haeckeliano de von Ihering, com seu conceito de raças refratárias ao progresso, como a simples pesquisa das peculiaridades culturais do índio, pelo que implicavam de preconceitos e de alheamento para com a atividade indigenista”.<sup>(13)</sup>

Contribuição importante de Rondon à vida pública brasileira foi ainda a de Letícia.

Quando, em 1934, a Colômbia e o Peru apelaram para o Brasil a fim de lhes demarcar as fronteiras em litígio, foi Rondon, aos setenta anos, o homem para o qual todos se voltaram.

Era uma rude tarefa, mesmo para um sertanista como êle, pois ia, idoso e cansado, para um lugar desprovido de quaisquer recursos, onde passaria mais de quatro anos, e, acometido de glaucoma, perderia uma das vistas, ficando com a outra seriamente comprometida.

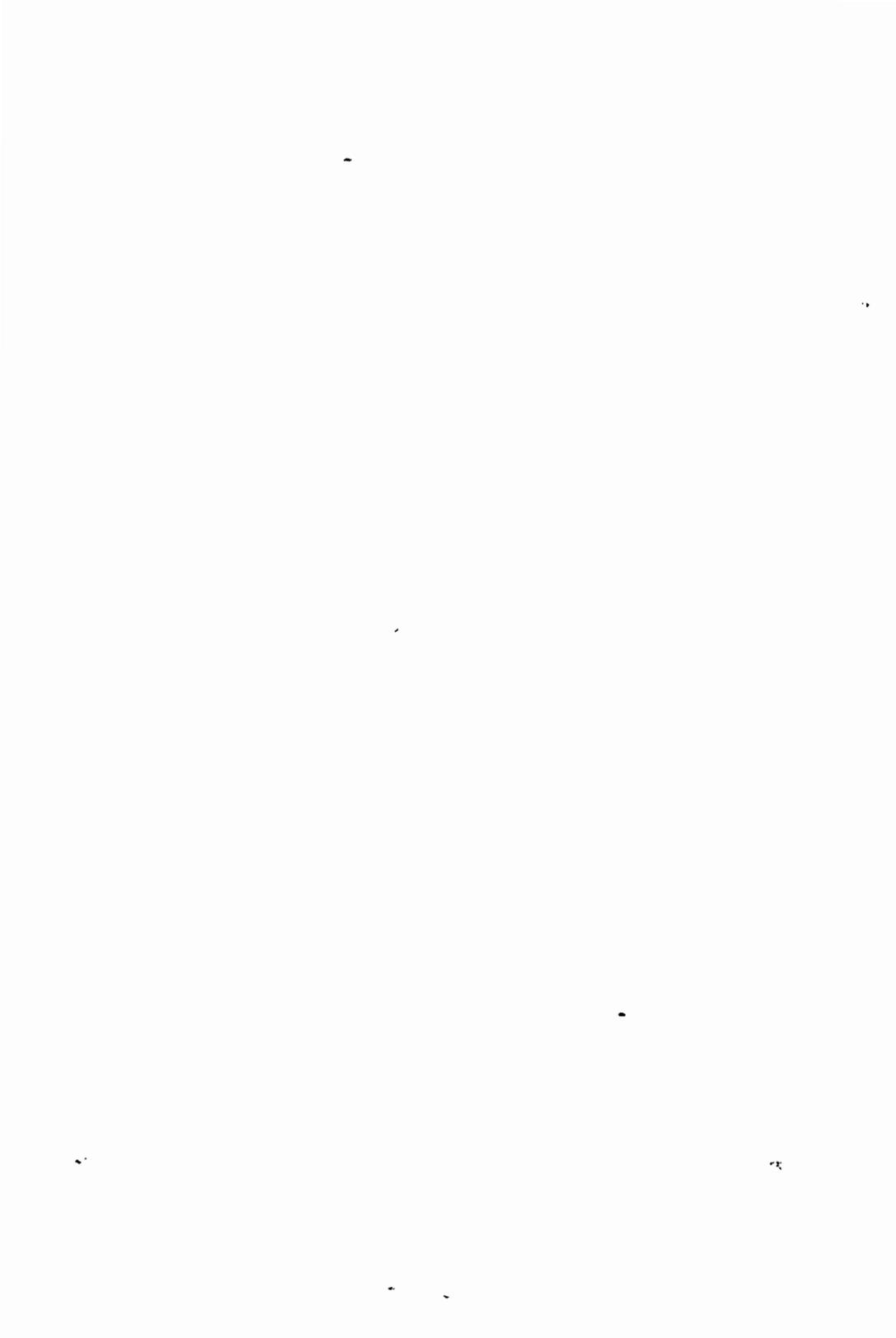
Estava, porém, em perigo a paz sul-americana. Não vacilou, e, atendendo ao apêlo de Afrânio de Mello Franco, deu desempenho à missão de Letícia, acrescentando mais uma página de glória à cintilante fé de ofício de uma longa vida, tôda consagrada ao bem público.

Contribuiu, assim, de conformidade com seus princípios positivistas, como verdadeiro cidadão do mundo, para o advento desse futuro em que, para um só globo, “*tornado em patrimônio universal e em lar comum, haja também uma só Humanidade, uma só grei!*”

#### NOTAS DO SÉTIMO CAPÍTULO DA SÉTIMA PARTE

- 1) — Vide ARTUR NEIVA: “*Esbôço histórico sobre a botânica e a zoologia no Brasil*”, apud FERNANDO DE AZEVEDO: “*A Cultura Brasileira — Introdução ao estudo da cultura no Brasil*”, pg. 235, Rio, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”, 1943.

- 2) — *Ibidem*, pg. 236.
- 3) — *Vide* "Missão Rondon — Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon de 1907 a 1915 publicados em artigos do *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 1915*", Rio de Janeiro, Tipografia do *Jornal do Comércio*, 1915, pgs. 62 a 63.
- Os artigos contidos na coletânea que vem de ser citada são da lavra do Professor Luís BUENO HORTA BARBOZA, catedrático de matemática do Ginásio de Campinas, o qual, desejando filiar-se à Igreja Positivista, abandonou aquela cátedra para ingressar, em 1911, no Serviço de Proteção aos Índios, consolidando, em colaboração com MANUEL MIRANDA, a pacificação dos Caingangs.
- 4) — *Vide*: "Missão Rondon", pg. 42.
- 5) — *Ibidem*, pgs. 44, 219 e 220.
- 6) — *Ibidem*, pgs. 6, 7, 44 e 47.
- 7) — *Ibidem*, pg. 111.
- 8) — *Vide* ALÍPIO BANDEIRA: "Coletânea Indígena", pg. 5, Rio, Tipografia do *Jornal do Comércio*, 1929.
- 9) — *Vide* "Rumo ao Oeste", volume avulso da Biblioteca Militar, pg. 60, Rio, 1942.
- 10) — ROQUETTE PINTO: "Rondônia", pg. 108 da 3.<sup>a</sup> edição, Companhia Editôra Nacional, S. Paulo, 1935.
- 11) — *Vide* as publicações n.ºs 253, 276, 294, 300, 305, 333, 334, 341 e 349 da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil.
- 12) — DARCY RIBEIRO: "A Política Indigenista Brasileira", pgs. 17 a 19, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1962.
- 13) — *Idem, ibidem*, pgs. 26 a 28.



OITAVA PARTE

**CONCLUSÃO: O POSITIVISMO CONTINUA**



## CONCLUSÃO

### O POSITIVISMO CONTINUA

A ABOLIÇÃO (1) e a República foram as duas conquistas de vulto para as quais, em fins do século passado, pôde o Positivismo, como doutrina social, contribuir no Brasil. Correspondiam aos anseios da parte mais esclarecida do país, que para êsses problemas encontrou, na doutrina de Comte, o apoio prestigioso da ciência do século — a sociologia.

Sem ter sido o único fator dêsses dois resultados, para êles concorreu o Positivismo e fê-lo poderosamente sobretudo quanto ao advento da República. O processo ideológico desta última, no momento em que foi fundada, teve evidentemente raízes na doutrina de Augusto Comte. Sem Benjamin Constant e seus discípulos — “os cadetes filósofos”, todos, como êle, positivistas, a República não se teria proclamado em 15 de novembro de 1889, nem se teria mantido, pois foram os adeptos de Comte, civis e militares, os principais esteios de Floriano.

Em artigo intitulado *Mestre*, escreveu Afrânio Peixoto a propósito do primeiro centenário do fundador da República:

“A lição de Benjamin Constant ao Brasil foi esta, simples, bela, confortadora: sem sair da doutrinação, apenas com os meios suasórios da educação, podem-se mudar instituições...”

— “Êle não foi outra coisa. A própria farda que vestiu foi apenas indumentária ao mestre. Se soldados o ouviram, eram apenas alunos. E a convicção se fêz. As palavras se tornaram atos. Venceu sem violência, como devem vencer as idéias. Por isso é benemérito e glorificado, enquanto se esquecem os violentos e possessos”... (2)

Apontamos, nos capítulos anteriores dêste ensaio, os diferentes setores da vida brasileira em que o Positivismo influenciou não só por meio do Apostolado, mas ainda mediante adeptos independentes, filiados, em graus diversos, ao sistema filosófico, político e social de Augusto Comte.

Notável fôï a contribuição positivista no sentido de renovar-se a mentalidade brasileira através da educação e da filosofia da história. Conforme registramos, essa contribuição efetuou-se não só por intermédio de duas reformas do nosso ensino, abertamente inspiradas na doutrina de Comte, mas ainda mediante dezenas de professôres de cursos secundários, normais e superiores que eram discípulos entusiastas do filósofo francês.

Para o Professor Roque Spencer Maciel de Barros a razão principal do êxito do Positivismo entre nós decorreu exatamente de fornecer "a doutrina de Comte uma límpida filosofia da história, a servir como guia da ação, desembocando numa *teoria geral da educação*". (3) Sendo assim, nenhum instrumento serviria melhor aos nossos intelectuais preocupados em integrar o país na cultura ocidental: "*bacharéis*" de todos os quilates, ainda quando ignorassem os demais aspectos da doutrina comtista, aplaudiam quase unânimemente a lei "*científica*" dos três estados". (4)

Assiste ao professor paulista completa razão. Já em novembro de 1877, segundo mostramos em capítulo anterior, um estadista da importância do primeiro Paranhos, em discurso sôbre o caráter científico do século XIX, referia-se longamente à lei dos três estados perante Suas Majestades Imperiais, em solenidade do Instituto Politécnico de que era Vice-Presidente.

E, ainda em 1898, em artigo em "*O Estado de São Paulo*", Euclides da Cunha defendia com calor, contra Sampaio Bruno, a lei dos três estados.

Também Sílvio Romero mesmo depois de afastar-se do Positivismo, ao definir, em 1878, o lado inatacável da doutrina de Comte destacou, "*antes de tudo*", a lei dos três estados: "Mas o que é altamente duradouro e inapreciável na obra do reformador vem a ser a sua lei da história".

E havia motivo para êsse encantamento dos nossos intelectuais do último quartel do século XIX, porque, voltando-se para o passado, Augusto Comte estudara a natureza e a marcha das civilizações desde a pré-história até os seus dias. Procurando o fio diretor das transformações sociais, quer econômicas, quer intelectuais e morais, realizadas no decorrer dos séculos, desprendeu do conjunto dos fatos analisados, essa lei que lhe pareceu presidir tanto à evolução coletiva quanto à do indivíduo.

Conforme frisa Lévy-Bruhl, "em vez de deter-se na realidade concreta da história, Comte determinou, através de uma abstração ousada, a lei do movimento essencial da sociedade humana, "*deixando a trabalhos ulteriores* — como êle mesmo o diz — o cuidado de reduzir a ela as anomalias aparentes". (5)

Ao apreciar a lei dos três estados, no artigo da "*Enciclopédia Francesa*" consagrado à *evolução do pensamento*, observa, por seu lado, Abel Rey: "Comte fôï o primeiro a procurar des-

crever a evolução do pensamento partindo dos fatos, isto é, da sua história, em vez de tomar por base as teorias dialéticas do conhecimento, a psicologia e a lógica tradicional... Augusto Comte (pai espiritual de Durkheim e de sua escola) já previra, de modo notável, desde o primeiro quartel do século XIX, através da história, ainda tão rudimentar das civilizações, os resultados a que deveriam chegar, se desprezarmos as minúcias, os etnólogos e sociólogos atuais no atinente ao ponto de partida que poderíamos designar para uma história do pensamento... O essencial — conclui Abel Rey — é não considerar os três estados como etapas bem nítidas que a humanidade houvesse sucessivamente percorrido. O próprio Comte insistiu a êsse respeito: são as diversas manifestações intelectuais que passam por essas três etapas, separadamente e em momentos diversos para cada uma delas". (6)

A aplicação da filosofia positivista da história à realidade brasileira "ao mesmo tempo que a esclarecia, possibilitava traçar um programa de ação", pondera o Professor Roque Spencer Maciel de Barros. E cita, para ilustrar a sua afirmativa, o seguinte trecho de Pereira Barreto:

"Sabemos agora para onde vamos. Temos a chave do futuro; possuímos o fio condutor que, com segurança, nos dirige através do presente dédalo social; podemos nitidamente determinar a nossa situação mental e prever o desfêcho inevitável que o complexo do passado reserva às gerações, que nos hão de suceder". (7)

A obra de Pereira Barreto — observa ainda o Professor Roque Spencer — "revela o amadurecimento da idéia positivista na consciência nacional e a sua fecundidade na interpretação de nossa realidade social, mental e política. O terreno estava preparado para a ofensiva positivista, que não iria fazer-se apenas por meio do futuro *Apostolado*, mas principalmente pela *"heterodoxia"* dos bacharéis, fiéis aos postulados básicos do liberalismo, mas acreditando convictamente na verdade incontestável da lei dos três estados". (8)

O sistema educacional de Augusto Comte atuou tanto mais entre nós quanto, além de preparar moral e intelectualmente a massa proletária, o seu objetivo, conforme ressalta o Professor Tocary Bastos, é "*formar sábios e técnicos, que deverão situar-se no alto da pirâmide social*" (9), o que é precisamente o ideal da pedagogia moderna.

Um dos pontos básicos da pregação positivista no setor educacional foi a liberdade de cátedra e a autonomia das Congregações de ensino, hoje definitivamente asseguradas em nossa legislação e jurisprudência.

A condição — *sine qua non* — para o advento do Positivismo é, porém, segundo Augusto Comte, o estabelecimento da paz universal.

Como sistema filosófico, político, social, educativo ou religioso propõe-se, na verdade, o Positivismo a reorganizar a sociedade sem Deus, nem Rei, através da ciência e do predomínio da fraternidade universal.

Ao expor o seu plano de reconstrução da sociedade sôbre bases científicas, salientava Comte que, encontrando-se o mundo de seu tempo em permanente sobressalto em face da instabilidade então reinante nas relações internacionais, a implantação de uma nova política planetária, mais acorde com a civilização moderna, deveria ser o imprescindível ponto de partida de tôda a renovação social e moral visada pelo seu sistema.

Como, de fato, poderia um povo aderir ao regime pacífico-industrial, preconizado pelo Positivismo, e adotar a organização social dêle decorrente, se o resto do mundo tem sempre em mira ambições e interesses baseados na guerra, cujas perspectivas a todos permanentemente absorve e apavora?

Adotando os princípios da Revolução Francesa sôbre a identidade fundamental de todos os elementos da família humana, a fraternidade dos povos e a justiça entre as nações, aconselhava Augusto Comte, em face da flutuação das idéias em seu tempo, que se mantivesse, na política externa, o *statu quo* até que se tornassem praticáveis as soluções definitivas dos problemas internacionais mediante o desenvolvimento geral da civilização.

Aos países mais adiantados e poderosos de seu tempo — a França e a Inglaterra — deveria competir então a iniciativa da política internacional adequada à nova organização social, dando o exemplo e garantindo a consolidação da harmonia entre os povos, de modo a tornar-se possível, em tôdas as pátrias, a reconstrução interna de cada qual.

E, assim, desde 1849, em seu primeiro curso de *História geral da Humanidade*, evidenciava que um regime de paz sômente seria possível sôbre a Terra se os povos ocidentais, que até aí se achavam à frente dos negócios do mundo, resolutamente inaugurassem a política de fraternidade reclamada pela situação moderna.

Pensando que, em política, como em lógica, é preciso formular os preceitos essenciais a propósito de questões simples, a fim de que as minúcias não perturbem a observação do conjunto, sustentava que a Argélia deveria ser pelos franceses restituída aos Árabes, enquanto a Córsega e a Alsácia se tornariam independentes. A Inglaterra libertaria a Índia logo que tal medida não constituísse um perigo para esta última e para o mun-

do, do mesmo modo que Gibraltar pacificamente retornaria à jurisdição da Espanha, cessando destarte uma intolerável "monstruosidade política, que durava havia século e meio". (10)

Assim se manifestava Augusto Comte quando ainda não passava de sonho a unificação política da Alemanha e da Itália, e, por isto, apenas aludia a esta última no sentido de obterem os seus componentes uma salutar independência sem aspirarem nunca a opressiva união. Nenhum perigo havia, conseqüentemente, a temer, então, por parte dessas nações, nem do Japão, por não figurar êste entre os grandes povos, e, muito menos, entre as potências militares do tempo.

Dirigindo-se, em 1850, a seu discípulo inglês, Williamson, professor de química na Universidad de Londres, escrevia: "Não me refiro apenas ao sistema colonial, onde a França deve dar um nobre exemplo restituindo a Argélia aos Árabes de acôrdo com o meu constante apêlo. Tenho sobretudo em vista opressões ainda mais graves e menos desculpáveis, onde Ocidentais são tratados como selvagens colonizáveis. Nada pode motivar, entre outras, a odiosa usurpação de Gibraltar, que tão justamente ofende a altivez espanhola. Seria uma derrisão ou uma ilusão pretender que a Inglaterra guarda essa fraudulenta conquista apenas para melhor servir a Humanidade, a qual, antes de tudo, exige respeito mútuo de seus diversos órgãos". (11)

Noutra missiva diria ainda: "Embora haja Calais estado dois séculos sob a jurisdição da Inglaterra, não se encontraria hoje um só inglês bastante atrasado para justificar tal anomalia. Sendo, evidentemente, da mesma natureza a ocupação de Gibraltar, êste confronto basta para decidir uma questão plenamente amadurecida", cuja importância social é mui superior à sua eficácia material. (12)

Levado pelos mesmos princípios, condenava Comte a glorificação de Bonaparte não só pela tirania que exerceu sobre a Europa, como por ter extemporaneamente revivido o espírito das guerras de conquista, além de tornar-se um incentivo para idênticas aventuras, como a história de nossos dias amargamente o confirmou, pois Hitler, Mussolini e seus sequazes não foram senão trágicos arremedos de Napoleão. Enquanto os seus compatriotas vibravam com a repatriação dos restos mortais dêste último, recebendo-os em verdadeira apoteose, não trepidava Comte em estigmatizá-la no preâmbulo de seu *Curso Popular de Astronomia*, escrevendo, em 1846, a Stuart Mill: "Sempre me pareceu que se pode medir o progresso atual da opinião pública em França principalmente pelo grau de execração nacional votada à memória do charlatão retrógrado, que tanto perturbou a marcha da evolução moderna". (13)

No seu terceiro curso de *História Geral da Humanidade*, professado em 1851, propôs Comte fôsse retirada de Paris, como um monumento anti-social, a coluna Vendôme, encimada pela estátua de Napoleão, enquanto seria solenemente recambiado para Santa Helena “o fatal cadáver dos Inválidos, a ser substituído pelo do nobre e generoso Mallet, como expiação, por parte da França, do olvido de seu corajoso devotamento republicano”. (14)

É preciso — ponderava — “que as gloriosas jornadas de Austerlitz, Eylau, Wagram, e mesmo as de Arcole e Lodi sejam verberadas como más ações, verdadeiros crimes de lesa-Humanidade”. (15)

A fim de que a França e a Inglaterra pudessem ter autoridade para pleitear, junto da Áustria, a independência italiana, era porém, necessário começassem ambas por dar o exemplo, deixando de oferecer, aos seus respectivos povos, o mundo inteiro como prêsa a pilhar e dominar, transformando em opressores externos os oprimidos do interior. Só assim seria possível obter a cooperação efectiva das nações ocidentais para o policiamento geral do globo, mediante a formação de uma esquadra internacional destinada a proteger a civilização contra quaisquer insultos e piratarias numa verdadeira guerra contra a guerra. (16)

Longe, porém, de seguir uma diretriz tão racional como honesta, os países mais poderosos e adiantados de então persistiram nos mesmos erros. Chegaram até a agravá-los, como a França, entre outros, no caso da Tunísia, e a Grã-Bretanha em várias guerras tão condenáveis quanto o foram, há pouco, a invasão do Egito e a segunda conflagração mundial, desencadeada pelo imperialismo germânico, o mais brutal e menos aceitável de todos os tempos, pois partiu de uma inépcia inspirada pelo mais tolo dos orgulhos: o das raças.

Uma vez firmada a paz universal através de medidas ditas, por sãs indicações sociológicas, aos povos componentes da vanguarda da civilização, seria, aos olhos de Comte, extremamente rápida a vitória de seu sistema. Ao contrário do Catolicismo, que, surgido sob um regime ainda vigoroso, não pôde chegar ao govêrno senão à fôrça de penetrar a sociedade, o Positivismo, imediatamente relativo à vida social e constituído numa época de profunda anarquia (onde o verdadeiro poder, tanto temporal quanto espiritual, se acha essencialmente vago) só prevalecerá depois de assenhorear-se do govêrno pela preponderância espontânea de seus conselheiros teóricos e de seus chefes práticos, únicos realmente capazes de conciliar a ordem com o progresso, divisa de quantos querem hoje que a sociedade se conserve melhorando-se. (17)

Embora também se dirija à massa a fim de melhor caracterizar o seu objetivo final, destina-se o Positivismo, em seus

primórdios, sobretudo às elites. O que Maomé apontava aos seus *predestinados*, o que Cromwell pregava aos seus *santos*, recomendava Comte ainda mais, em nome da Humanidade, aos seus adeptos: “apoderai-vos do mundo social, porquanto vos pertence, não em consequência de qualquer direito, mas por um dever evidente, fundado em vossa exclusiva aptidão para encaminhar o desfêcho orgânico da revolução moderna. Quem quer que sèriamente acredita em gênios, fadas e equivalentes seres sobrenaturais, assim como na soberania do povo e na igualdade, deve inexoravelmente ser afastado dos negócios públicos e relegado à vida particular, ou sòmente admitido a empregos especiais e subalternos, visto encontrar-se em estado de inferioridade natural ou adquirida, a um tempo mental e moral, que o torna incapaz de interessar-se bastante pelos negócios humanos e realmente compreendê-los. Em uma palavra — concluía — vimos afastar do poder todos os partidários do absoluto, tanto metafísico quanto teológico, para nêle definitivamente instalar os *servidores da Humanidade*, únicos que concebem o movimento social sujeito a leis invariáveis, base normal de previsão e ação”. (18)

Convindo, em sua fase inicial, exclusivamente às almas de escol, esperava o filósofo que, em seus dias, o Positivismo conquistasse em França mil aderentes. Bastaria, contudo, êsse contingente para que o Positivismo se apoderasse do govêrno mediante o seu espontâneo ascendente numa sociedade inerte, desprovida de quaisquer convicções e cansada de flutuar entre a anarquia e a retrogradação. (19)

A celeridade com que seria possível obter-se a reorganização social sob a presidência do Positivismo, longe de contrariar os precedentes históricos, era confirmada por exemplos de reformadores intelectuais e sociais, que triunfaram antes de morrer, como Maomé, Lutero, Cromwell e Voltaire, entre outros, sendo digno de nota serem os republicanos, em França, menos numerosos em 1789 do que os positivistas no tempo de Comte, o que não impediu de se tornarem aquêles, dentro de quatro anos, os chefes da França. “*Nous n’étions peut-être pas, à Paris, dix républicains, le 12 juillet 1789*” — registrava Camille Desmoulins. (20)

Graças a uma teoria real da evolução humana, deixariam os positivistas de ser arrastados, como cegos, pelo turbilhão revolucionário, utilizando essa imensa vantagem para antecipadamente abrandarem e abreviarem, por medidas bem combinadas, as crises previstas. E, assim, desde 1845, quando os desprevidos homens de estado contemporâneos o tachavam de visionário, ponderava o filósofo a Stuart Mill: “Começa o comunismo a adquirir, em todo o Ocidente europeu, tanto quanto em Fran-

ça, perigosa consistência sistemática, recebendo, cada vez mais, dupla sanção espontânea, seja dos incontestáveis abusos da riqueza atual, seja também dos preconceitos reinantes sobre a medicina exclusivamente política de tôdas as doenças sociais". (21)

Já em janeiro de 1842, chamando a atenção de Stuart Mill para o inevitável aparecimento das massas proletárias na cena política, onde, até aí, apenas haviam figurado como simples instrumentos, e onde o seu advento necessariamente mudaria a fisionomia das lutas de então, salientava que o Positivismo seria, dentro em pouco, invocado em socorro da ordem, que só êle estava em condições de suficientemente proteger, prevenindo iminente desagregação social por ser a única barreira mental que se pudesse eficazmente opor ao anárquico transbordamento do comunismo. (22)

Foi, pois, Comte um dos primeiros a despertar, do letargo em que jazia, o seu fútil século, o qual, na cegueira com que agiu neste particular, bem mercede a qualificação de "*siècle stupide*". Conclamou-o, na verdade, para resolutamente encarar e resolver de cima para baixo o maior problema legado pela Idade Média aos tempos modernos — o da incorporação social do proletariado, senda em que precedeu, de quase meio século, a Leão XIII, pois apresentava o Positivismo como "*uma filosofia destinada sobretudo a sistematizar o advento social do proletariado ocidental*". (23)

Quimera evidente, é, porém, pretender congregar os homens através de um sistema de idéias, por mais demonstráveis, sem um conjunto de intérpretes convenientemente preparados. Para que, portanto, se tornasse possível a reconstrução da sociedade moderna, tal como a concebia Comte, começando pela reorganização das relações internacionais, era imprescindível que todos os esforços teóricos do escol da Humanidade se concentrassem na formação do núcleo que se encarregaria de propagar os novos princípios.

Só assim se evitaria, para os povos modernos, a perplexidade a que se refere Emmet John Hughes, em seu livro "*Ascensão e Decadência da Burguesia*", a propósito do Tratado de Versalhes:

"Tendo recebido o encargo e o privilégio de reconstruir um mundo, verificaram os homens [em 1919] que não possuíam padrões universalmente aceitos, princípios preestabelecidos e permanentes, uma estrutura de referência ou um esquema de valores que todos pudessem compreender e aceitar. Tentaram desesperadamente à busca de um objeto final que transcendesse o plano subalterno das recriminações e mudanças de fronteiras traçadas nos mapas. E chegaram à conclusão de que não tinham nenhum". (24)

Ora, êsse objeto, que deve ser comum a todos os povos modernos, é, segundo Augusto Comte, o estabelecimento de um regime de fraternidade e justiça pela preponderância da noção de Humanidade sôbre a de Pátria, através de um sistema universal de educação exclusivamente baseado na ciência.

Sentindo aproximar-se, a passos de gigante, um terrível *tête-à-tête* com a anarquia, estando diretamente ameaçadas a propriedade, a família e tôdas as grandes conquistas morais acumuladas através dos séculos, e cuja defesa e complementação sociológica e científica, a seu ver, sòmente do Positivismo poderia emanar, era para a formação dos respectivos órgãos teóricos e práticos que deveriam, aos olhos de Comte, voltar-se tôdas as atenções até que, passado o perigo, onde a própria existência social parecia estar em jôgo, fôssem retomadas as pesquisas e preocupações menos prementes.

O advento de um nôvo poder espiritual, orientando, em nome de uma doutrina sempre demonstrável, as inteligências e os corações, tornara-se a questão essencial do século XIX, para ela devendo convergir suas fôrças tôdas as almas de escol. Passara o tempo das puerilidades científicas e literárias, sendo mais urgente utilizar os resultados já adquiridos do que fazer surgir novos: "*a regulamentação das fôrças humanas devia prevalecer sôbre o seu desenvolvimento*", pois seria fatal a persistência da guerra enquanto as influências civilizadoras permanecessem desorganizadas. "*Ainda não estamos senão no início das expansões subversivas*" — advertia o filósofo em 1855. (25)

Tornando-se, destarte, dia a dia mais premente que os intérpretes do Positivismo se aprestassem para a imensa tarefa que se lhes deparava na defesa da paz e da sociedade contra a anarquia transbordante do século, achava Comte que na constituição de uma nova classe de intelectuais deviam concentrar-se todos os espíritos superiores. Condenava, por isto, quaisquer instituições que pudessem, como a Academia de Ciências de França, desviar do maior problema da época muitas cabeças capazes de concorrer para solucioná-lo, visto serem as Academias, nêsse tempo, na definição de Bagehot, "*o refúgio das idéias e do gôsto da era precedente*". (26)

De que valeriam, antes da reorganização social, memórias e monografias sôbre tal ou qual questão científica, mesmo importante, se uma anarquia crescente tornaria os homens infelizes no meio da maior prosperidade que jamais viu o mundo, e se os inventos que mais poderiam concorrer para estreitar os laços de fraternidade entre os povos, se transformariam em engenhos infernais, não compensando os seus benefícios na paz as suas tremendas devastações na guerra, podendo um sôpro de vesâ-

nia, semelhante ao nazismo, destruir, em poucas horas, através de explosões atômicas, trinta séculos de civilização?

Não se esqueça, ademais, haver-se tornado então a Academia de Ciências de França o baluarte da retrogradação e da rotina, a tal ponto que recusou, já no último quartel do século passado, o fonógrafo de Édison, sob o fundamento de ser fruto de charlatanismo e simples resultado de ventriloquia, "*por não ser possível — dizia o parecer da Academia, formulado depois de seis meses de estudos — admitir-se que um vil metal, substitua o nobre aparelho da fonação humana*"... (27) Rebaixara-se, assim, o grande centro de irradiação científica, glorificado, no século XVII, por Fontenelle, d'Alembert, Lavoisier, Buffon e Condorcet, à mentalidade do Desembargador que, no Rio de Janeiro, ao informar, em 1834, sobre um privilégio de iluminação a gás, declarou ser "*o pretendente um impostor, porque não há luz sem torcida*"... (28)

Um índice do reacionarismo e atraso mental das Academias no tempo de Comte, têm-lo ainda ao saber que Darwin foi recusado no Instituto de França e Renan na classe de literatura da Academia das Ciências de Lisboa... (29)

Entretanto, a temporária suspensão das pesquisas de minúcias, preconizada pelo fundador da Sociologia, seria extremamente curta: apenas o tempo imprescindível para a formação e o surto dos novos órgãos teóricos e práticos, sob cuja influência e direção se inauguraria a política internacional adequada a acabar com a guerra, ao mesmo tempo que se operaria, no interior de cada pátria, a incorporação social do proletariado, único antídoto real do comunismo.

Nem se diga estar hoje provada a inexequibilidade das vistas do Inovador por haverem falhado as suas previsões sociológicas quanto à formação das pequenas pátrias, pois êle próprio frisou que a descentralização dos grandes países atuais sòmente se deveria processar depois do advento da paz mundial e do nôvo poder espiritual, que permitiria, ao garantir a unidade intelectual e moral, afrouxar, sem perigo, a concentração política. (30)

O plano do filósofo para a política internacional não foi, porém, seguido. Em vez de resgatarem suas antigas culpas, as nações ocidentais mais adiantadas incidiram em novas, quicá mais graves, incitando, com o seu exemplo, o surto de imperialismos tanto mais condenáveis quanto mais seródios. E as guerras não tardaram a ressurgir com desusado vigor. Vêm de 1870, seguidas de uma paz armada quase tão nefasta quanto a hostilidade declarada. Ao publicar o primeiro volume de sua tradução da "*História dos Papas*" de Luís Pastor, registava, em fevereiro de 1887, Furcy Raynaud: "No momento em que traço estas linhas a Europa inteira, profundamente conturbada, aguarda, com in-

quietação febril, a solução das temíveis questões que se debatem entre os seus governos. Todos os povos, desejosos de paz, armam-se até os dentes, prontos a se arremessarem uns contra os outros e talvez assistamos a uma guerra geral, empenhada sem causa definida e cheia de perigos para a ordem política e social". (31)

Essa guerra geral, prestes a deflagrar-se desde 1887, desencadeou-se afinal em 1914, consumindo, além de 10 milhões de vidas, inapreciáveis recursos intelectuais, morais e materiais.

Para se calcular o que perdeu a Humanidade em inteligência e apuro moral com a primeira grande guerra, basta avaliar o que consumiu em bens materiais. Segundo autores norte-americanos, subiu o seu custo à astronômica cifra de quatrocentos bilhões de dólares, quantia que daria, no início da guerra, para cada família de Inglaterra, País de Gales, Escócia, Irlanda, França, Bélgica, Alemanha, Rússia, Canadá, Austrália e Estados Unidos da América do Norte possuir uma casa mobiliada, no centro de um jardim de quarenta ares, no valor total de 4 000 dólares.

Mas, não é só. Daria ainda para proporcionar uma Biblioteca de cinco milhões de dólares e uma Universidade de 10 milhões de dólares a cada cidade dos mencionados países, cuja população fôsse igual, ou superior a 20 000 habitantes, restando um saldo com que se comprariam tôdas as propriedades da França e da Bélgica, orçadas, ao ser desencadeado o conflito, em sessenta e dois bilhões de dólares. (32)

Segundo uma estimativa de James H. Brady e da American University, o custo total da Segunda Guerra mundial, computado em 1 384 900 000 000 de dólares, seria suficiente para custear uma casa de 16 000 dólares para cada família dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Bélgica, Espanha e Portugal; uma biblioteca de 10 000 000 de dólares para cada cidade de 200 000 habitantes ou mais, nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Rússia; uma universidade de 50 000 000 de dólares para cada uma dessas cidades; um automóvel de 2 000 dólares para cada família dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Dinamarca e Noruega; os vencimentos de 100 000 professores e igual número de enfermeiras, a 3 000 dólares anuais, durante 100 anos; uma educação universitária gratuita (orçada em 6 000 dólares *per capita*) para cada rapaz e cada môça dos Estados Unidos entre as idades de 17 e 21 anos. (33)

Entretanto, essas cifras, apesar de astronômicas, ainda não dizem tudo, de vez que não traduzem as conseqüências da guerra econômica, que persistiram largo tempo após terminados os conflitos.

Ainda hoje (segundo dados constantes do discurso com que o Embaixador Paulo Carneiro se empossou, em 12 de novembro de 1962, como Presidente da Conferência Geral da Unesco em Paris) mais de cento e vinte bilhões de dólares são anualmente consagrados, em todo o mundo, a despesas militares. Essa soma é quase igual à do valor de todos os produtos anualmente exportados no mundo, e representa pelo menos dois terços do valor monetário do montante da renda nacional de todos os países economicamente sub-desenvolvidos.

Por outro lado os efetivos militares de nossos dias sobem a perto de vinte milhões de homens, que somente consomem e deixam de concorrer, de qualquer forma, para a produção mundial.

Não é, pois, verdade que há muito teríamos obtido a incorporação social do proletariado, caso houvessem sido postas em prática as medidas internacionais preconizadas pelo fundador da Sociologia quanto ao estabelecimento da paz?

E não só as guerras, mas ainda os intoleráveis desníveis econômicos entre as classes dominantes e o proletariado agravaram “a anarquia mental e moral do Ocidente”, como lhe chamava o filósofo, isto é, a desordem dos espíritos e dos corações, de modo a só se poder conseguir hoje a ordem através da corrupção e da violência, as duas armas inevitáveis dos governos modernos, porquanto, atenta a ausência de princípios comuns e sentimentos afins, não dispõem de outro recurso para se manterem e fazerem convergir os governados no interesse da coletividade.

Em artigo publicado em 16 de abril de 1927 numa revista de Londres — “*The London Illustrated News*” — observava Guillermo Ferrero que, naqueles dias, “o Ocidente avançava para uma anarquia argamassada de sofismas, que tornavam o problema da ordem e da autoridade quase insolúvel”.

E acrescentava:

“Nas últimas páginas do “*Curso de Filosofia Positiva*” encontram-se, sobre a sociedade moderna, certas passagens que sempre me pareceram conter algumas das verdades mais penetrantes que hajam sido escritas em nossos tempos. Apesar de determinados hiatos, elas ajudam-nos a compreender até mesmo esse estranho suicídio que o Imperialismo europeu está prestes a praticar diante de nossos olhos estarecidos”. (84)

Nessa convulsão geral que, como vimos acima, desde 1887 ameaçava envolver a Humanidade inteira e que se tornou uma realidade cada vez mais tenebrosa a partir de 1914, chegando aos horrores dos campos de concentração, das câmaras de gases para a matança de judeus, e das bombas atômicas da segunda grande guerra, como poderia prosperar o Positivismo em suas

aplicações políticas e sociais que têm em vista um regime pacífico-industrial?

Por muito graves, porém, que hajam sido as perturbações que desviaram o curso da evolução prevista por Augusto Comte ao terminar o *Sistema de Política Positiva*, não modificaram, entretanto, em essência, o sentido da marcha por êle assinalada.

E, de fato, conforme êle mesmo frisou, o pêso dos antecedentes históricos faz com que êstes últimos cada vez mais prevaleçam sôbre a agitação decorrente de fatôres esporádicos, que são sempre vencidos, retomando a Humanidade a sua marcha apenas episòdicamente desviada.

Se o Positivismo houvesse prevalecido na segunda metade do século XIX, as duas grandes conflagrações mundiais de nosso século teriam sido, sem dúvida, evitadas. Mas, tais conflagrações não acarretaram senão um atraso no seu advento. E os sinais do seu triunfo espontâneo, decorrente da própria evolução humana, já por tôda parte se tornam patentes para os que têm olhos de ver.

Apesar da originalidade, coerência e oportunidade das soluções políticas e morais que apresenta, é incontestável, porém, que pouco se fala, em nossos dias, diretamente no Positivismo.

Como se explica êsse silêncio?

Em primeiro lugar (como já em 1825 observava o próprio Comte em carta a D'Eichthal), com o desenvolvimento industrial, "de tal modo adquiriu ascendência o ponto de vista material que o nôvo poder espiritual [intérprete da nova concepção de vida formulada pelo Positivismo] encontra imensos tropeços para instalar-se entre pessoas que não concebem o que lhes pode faltar quando vêem a nação beber, comer, alojar-se e vestir-se melhor do que nunca. Nestas circunstâncias — frisava o filósofo — só a agravação do sistema de corrupção pode engendrar tais inconvenientes que afinal façam desejar um remédio para a anarquia moral". (35)

Além disto, intentando, através do seu sistema, regenerar a sociedade, isto é, estabelecer uma nova ordem social exclusivamente baseada nas indicações da ciência, apontou Augusto Comte as diversas instituições que inevitavelmente estavam fadadas a desaparecer. E, com isto, mexeu em tantos centros de resistência que foi de todos os lados violentamente atacado, acabando cercado por um cordão de isolamento que ainda perdura.

Pretendendo acabar com a guerra, a exploração colonial e tôda modalidade de imperialismo ou de opressão dos fracos pelos fortes, levantou, desde logo, contra o seu sistema, em sua própria pátria, a massa quase unânime da nação, apegada ao colonialismo a qualquer preço, como ainda recentemente ocorria no caso da Argélia.

Insurgindo-se contra Bonaparte e sua política retrógrada, confessando que, ainda menino, fizera votos para que os espanhóis expulsassem de seu território as tropas invasoras do curso que se contrapusera a todos os grandes ideais da Revolução Francesa, teve Comte contra si, a partir do domínio de Napoleão III, os corifeus da opinião pública de sua pátria.

Insubordinando-se contra as academias, indispôs-se ainda Comte com todos os que as constituem ou as ambicionam, pois contra elas escreveu páginas tão duras e verdadeiras quanto as de Alphonse Daudet em seu admirável romance "*L'Immortel*". Chegou mesmo a vulgarizar, para designá-las, o neologismo de Stuart Mill — *pedantocracia*.

Um exemplo dessa animosidade — para só citar um entre muitos — é indicado na advertência da terceira edição do livro de Alfred Espinas — "*Des Sociétés Animales*". Ao ser o mesmo apresentado, como tese de doutoramento, em 1877, à Faculdade de Letras de Paris, Paul Janet exigiu que o autor cortasse, na *Introdução*, as referências à filosofia de Augusto Comte, da qual, por medo de interferência das autoridades eclesiásticas, ninguém ousava então falar na universidade. Não concordando, preferiu Espinas suprimir toda a *Introdução*, o que foi aceito. <sup>(36)</sup>

Denunciando os abusos do jornalismo e o absurdo de se tornarem mentores da opinião pública, debaixo do anonimato, indivíduos muitas vezes sem os requisitos morais e intelectuais indispensáveis, indispôs Comte contra si e seu sistema esse tremendo poder que é a imprensa.

Visando, diante da emancipação teológica predominante em seu tempo e decorrente do movimento intelectual do século XVIII, a substituir, em sua nova ordem social, Deus pela Humanidade e a teologia pela ciência, suscitou Comte enorme contingente de rancorosos e ativos inimigos — *os escravos de Deus*, como lhes chamava.

Ao afastar das cogitações científicas e filosóficas a metafísica, isto é, a pesquisa das causas primeiras e finais, e da suposta essência ou natureza íntima das coisas, ainda carregou contra o seu sistema todos os espíritos sedentos de infinito e absoluto.

Mais ainda.

Ao sustentar que na ordem nova seria a burguesia eliminada, o que significa uma verdadeira revolução política e social, também levantou Augusto Comte contra o seu sistema a animosidade operante dessa imensa classe que pretende dominar a sociedade através da chamada *democracia*, vivamente combatida e anatematizada pelo filósofo como sendo o regime de exploração e opressão do proletariado pelo pequeno grupo de burgueses bem falantes que se valem do sufrágio universal — essa "*doença social*" — para explorar a grande massa.

Possuindo um plano próprio para resolver a questão social, despertou ainda Augusto Comte o ódio pertinaz dos comunistas que consideram a solução do filósofo um paliativo que vem dificultar o prevalecimento da solução mais rápida do problema proletário apresentada pelo marxismo. Pretendem eles sustentar ser a solução político-social de Augusto Comte mero expediente burguesocrático, tipo "*louis-philipard*", esquecidos de que, para o filósofo, conforme assinalamos, a burguesia não passa de uma classe transitória, inevitavelmente destinada a desaparecer, como, na realidade, vem, de modo dia a dia mais acelerado, desaparecendo... (87)

Finalmente, por sua pretensão de fundar, fora da teologia, um sistema universal de educação, capaz de acompanhar o homem do berço ao túmulo, e, ao qual denominou, prematura e inadequadamente talvez, *Religião da Humanidade*, Augusto Comte feriu sentimentos opostos, mas igualmente fortes: os dos crentes das religiões tradicionais, que viram na sua tentativa uma paródia sacrílega, e os dos defensores da ciência positiva, que a condenaram como uma deserção do espírito científico. É o que salienta Devolvé em suas "*Reflexões sobre o pensamento comtiano*", onde mostra que "os dois campos, entre os quais se divide o grosso do pensamento moderno, têm, assim, cada qual seus motivos para hostilizar o grande Inovador". (88)

Daí tem resultado, na observação de Michel Uta, "um movimento antipositivista, feroz, que empreende a todo transe a destruição sistemática desse indispensável fator do pensamento filosófico de nossos dias". (89)

No Brasil, a tôdas essas causas, juntou-se ainda o rigor com que o Apostolado Positivista pôs em prática certas prescrições do filósofo que somente se aplicariam se a vitória do Positivismo tivesse tido a marcha fulminante por êle imaginada.

Entendeu, na verdade, Miguel Lemos que seria obrigatório, para qualquer positivista e não apenas para os intérpretes sistemáticos da doutrina, não pertencer às congregações de ensino oficial, não ocupar cargos políticos, não colaborar na imprensa, nem filiar-se a agremiações científicas ou literárias. Estas restrições, como não podia deixar de ser, levaram muitos simpatizantes do Positivismo a esconder a sua adesão para não se confundirem com os adeptos do Apostolado, os quais, como nota Vivaldo Coaracy e registei no capítulo primeiro da sexta parte deste ensaio, foram, por algumas de suas atitudes, envoltos numa aura de ridículo.

E assim, ausentando-se dos postos políticos, das congregações de ensino, da imprensa, das agremiações científicas e literárias, foram pouco a pouco desaparecendo, no Brasil, por influência

do próprio Apostolado Positivista, os aderentes ostensivos do Positivismo, muito embora sejam numerosos os que lhe possuem a mentalidade e o adotem espontaneamente, muitas vezes até sem saber.

Apesar, porém, de tôdas essas causas adversas ao Positivismo, que se exercem inclusive, através da *conspiração do silêncio*, a sua "*história ainda não acabou*", como observa Otto Maria Carpeaux (40), que vê no positivismo brasileiro "*um símbolo de realidades mais profundas*". (41)

É o que salienta num livro notável — "*Le Drame de l'Humanisme athée*" — o padre Henri de Lubac, S. J.

Eis, realmente, o que escreve ao concluir o seu estudo "*Augusto Comte e o cristianismo*":

"Pode-se pelo menos dizer que a ameaça positivista haja para sempre desaparecido? Cremos, ao contrário, ser uma das que mais perigosamente pesam sobre nós. Pode subitamente recrudescer, amanhã, pelo fracasso de outras fórmulas aparentemente mais sedutoras". (42)

Não é, portanto, o Positivismo um sistema ultrapassado, para sempre relegado à poeira dos arquivos e bibliotecas, a exemplo do ecletismo, do saint-simonismo, do fourierismo e de tantas outras doutrinas de prestigioso mas efêmero renome.

Os que proclamam a morte do Positivismo apenas revelam profundo desconhecimento do caráter científico de muitas concepções sociológicas e morais condensadas por Augusto Comte em seu sistema filosófico e político.

Baseado nas leis naturais que regem o mundo e o homem, incorpora o Positivismo espontânea e continuamente aos seus dogmas e às suas práticas tôdas as noções reais e úteis que a ciência vai sem cessar desvendando. Construiu-o pouco a pouco o labor de toda a humanidade que incessantemente o aperfeiçoa, estendendo-o aos mais variados domínios da sua própria existência, tanto afetiva, quanto intelectual e prática. Todos os homens são, por isto mesmo, como assinalava Augusto Comte, positivistas em graus diversos de evolução. (43)

Longe de estagnar ou desvanecer-se, o Positivismo amplia dia a dia a sua irradiação, pois aquêles mesmos que o negam e o combatem, participam cada vez mais do movimento que êle imprime às idéias contemporâneas. Se poucas são as referências explícitas que hoje lhe são feitas no Brasil, como no mundo, e se grande é o silêncio que pesa sobre o nome do seu fundador, ainda em nossos dias objeto de baldas e apodos daqueles que esperam assim um sucesso momentâneo, essa ingratidão e êsse olvido não impedem, porém, que por toda parte se manifeste o ascendente dos métodos e princípios positivistas. É o que

se verifica em diversos setores do saber, principalmente na sociologia e na moral.

Em seu livro: *"Augusto Comte e o pensamento sociológico contemporâneo"*, comenta Evaristo de Moraes Filho:

"Como veremos em seu lugar próprio, há como que uma volta a Comte na sociologia atual. Os sociólogos cansaram-se da sociologia ultra-particularíssima de que andavam tratando, excessivamente preocupada com o detalhe a ponto de perder a visão do conjunto. A árvore não lhes deixava ver a floresta. Além disso, para que todo êsse conhecimento, se não serve para reorganizar a sociedade e tornar mais ajustada a vida humana coletiva?" (44)

Harry Barnes e Howard Becker confirmam o que escreve Evaristo de Moraes Filho, dizendo em sua *"História do Pensamento Social"*:

"As doutrinas mais importantes de Comte — a saber, a hierarquia das ciências, com a sociologia no ápice, a *"lei dos três estados"* do progresso universal e a concepção da natureza orgânica da sociedade, com seu corolário da sociedade como um organismo que se desenvolve — reproduziram-se com tal freqüência nos resumos da teoria sociológica que chegaram a transformar-se em lugares comuns. Entretanto, uma leitura, mesmo muito superficial, das obras mais importantes de Comte dá forçosamente ao leitor a impressão de que nelas se encontra muito mais do que se pode inteligentemente resumir debaixo daquelas epígrafes. Há poucos problemas de teoria ou história social que não tenham sido por êle tocados". (45)

Em Malinovski, por exemplo, a posição positivista, conforme salienta o Professor Tocary Bastos, "é mais do que evidente: é coincidente. Quem se der ao trabalho de folhear paralelamente o 6.º volume do *"Cours"*, principalmente a partir da 58.ª lição e *"A Scientific Theory of Culture"*, ainda que não encontre uma única citação de Comte, verificará a existência de um discípulo convicto e entusiasta". (46)

Também Jean Lacroix registra, em *"Esprit"*, no artigo — *"Éloge du Positivisme"*, essa aproximação de Malinovski com Augusto Comte, considerando-o *"um autêntico sucessor do método e do espírito positivistas"*. (47)

No grande livro de Pitirin Sorokin *"The Crisis of our Age"*, publicado em 1943, são igualmente revividos e adotados muitos dos postulados sociais e morais do sistema comtiano que se faz sentir ainda em outras obras do mesmo sociólogo. Basta lembrar a sua criação, na Universidade de Harvard, do *Center of altruistic research*.

No capítulo *"Ciência e sociedade: Augusto Comte"* — de sua *"História das Idéias em França"*, escreve Roger Daval:

“Podc-se dizer do positivismo de Augusto Comte o que sòmente se pode dizer de uma grande filosofia: é de algum modo polivalente, e parece nova cada vez que se projeta sòbre ela uma luz diversa”. (48)

No belo artigo — *De Comte a Marx* — com que León Emery comemorou o primeiro centenário da morte de Comte na revista “*Le Contrat Social*”, encontram-se as seguintes ponderações:

“O atual descrédito da obra [de Augusto Comte] espanta e escandaliza... Um positivismo difuso, pôsto em trocos miúdos, penetrou todo o nosso ensino, e, em primeiro lugar, nosso ensino primário. A apologia da ciência, a crença no progresso, a glorificação cultural do homem e dos grandes homens, a moral do altruísmo e da solidariedade, tôdas as noções construtivas da ideologia escolar, podem direta ou indiretamente derivar do comtismo. Este último teria, pois, persistido muito mais enèrgicamente do que se supõe, mas sob uma forma banalizada, empobrecida, difusa; o que dêle subsiste caiu, é bem o caso de dizê-lo, no domínio público, dissolvido no anonimato de um pensamento comum... .

“A ocasião do centenário de Comte se presta para revermos textos cujo brilho talvez nos surpreenda quando os desembarçarmos da poeira que os recobre. Teremos então muitas razões para meditar, mais uma vez, sòbre o que se passou em um século sob o impulso das técnicas e das massas humanas e nos precipitou violentamente na informe tragédia de nosso tempo”. (49)

Vejamos, ràpidamente, alguns dos numerosos indícios da persistência do Positivismo no Brasil, como por tôda parte, e da atualidade das medidas sociais por êle preconizadas:

I) Ao proclamar que “*sendo o capital social em sua origem, também deve sê-lo em seu destino*”, indicou Augusto Comte a linha dominante da evolução que se vem processando cada vez mais nitidamente no domínio econômico.

Insurgindo-se contra o princípio da escola liberal — “*laissez faire, laissez passer*” — Augusto Comte preconizava a intervenção estatal, hoje pacífica, na produção e distribuição dos bens de consumo, tanto na escala nacional, quanto na internacional. E também pregava a racionalização da atividade agrícola, industrial e comercial, até êle entregue a processos puramente empíricos.

II) — Contrapondo-se ao “*laissez faire*”, desde os seus opúsculos iniciais e partindo do princípio, já citado, de que sendo social em sua formação, deve a riqueza ser também social em sua aplicação, considerava Comte a *propriedade* como uma função pública e não como um direito individual de *usar e abusar*. Daí propugnar por uma *legislação do trabalho* que protegesse o operá-

rio até então entregue a si mesmo no torvelinho dos negócios e largado, em tôdas as desumanas lutas da concorrência, à mercê do desemprego e da fome. Comte viu e exprobrou com veemência tudo quanto de cruel encerrava a economia liberal, considerando-a uma teoria odiosa pelo seu otimismo de encomenda e pela sua indiferença perante as desordens sociais e os sofrimentos da massa proletária.

Insurgiu-se, pois, contra o trabalho de crianças e mulheres em estafantes jornadas; contra as habitações insalubres; contra os salários fixados exclusivamente em função da oferta e da procura, isto é, na base de transações sempre favoráveis ao empregador. Propugnou pela inclusão, nos Orçamentos nacionais, de imensas verbas para empreendimentos públicos destinados a dar trabalho aos operários durante as crises de desemprego.

Quanto ao direito de greve e ao de associação das classes operárias, só admitidos em França, o primeiro a partir de 1864, e, o segundo, a partir de 1884, por êles bateu-se intransigentemente Augusto Comte, reconhecendo aos trabalhadores os meios de se oporem aos abusos dos empregadores. E, para isto, era necessário, contra o que pregava a economia liberal, que aos trabalhadores fôsse assegurado o direito de associação. Se, de fato, o capital representa a força concentrada, enquanto o trabalho constitui a força do número, esta, para entrar em ação, exige um ajuste prévio, o que pressupõe uma organização operária permanente.

É o que recomendava Augusto Comte em carta de 18 de janeiro de 1856, dirigida ao tipógrafo Bosson e na qual esboça, com grande nitidez, o plano de uma Internacional Operária:

“Em lugar das associações restritas e passageiras que projectais, é preciso organizar a corporação imensa e permanente que tende a formar, por tôda a terra, um proletariado essencialmente homogêneo, apesar da diversidade das profissões e mesmo das nações”. (50)

Previu também Comte as juntas de conciliação e os tribunais do trabalho, hoje por tôda parte vitoriosos.

Por outro lado, o princípio fundamental do Positivismo é o da primazia da educação para a solução do problema social, devendo a classe proletária participar da riqueza intelectual tanto quanto os detentores do capital. Queria, por isto, o filósofo que os anos de adolescência até os vinte e um fôssem livres de qualquer ocupação sistemática além do estudo das ciências e da formação filosófica, estética e literária. E, uma vez integrado o proletário na fase produtiva da existência, não deveriam, ao ver de Comte, as horas de trabalho exceder de trinta por semana, sem o que a vida profissional se tornaria opressiva. Sê-lo-ia igualmente se o indivíduo continuasse exposto aos inúmeros riscos decor-

rentes da própria condição humana: desemprego, acidentes profissionais, enfermidades, invalidez, velhice desamparada, instabilidade domiciliar. A todos êstes problemas voltou Comte a sua atenção, prevendo a gratuidade da medicina e a solução, já assinalada, para o desemprego através de empreendimentos públicos. A proteção contra os demais riscos deveria ser assegurada pela decomposição de qualquer salário em duas partes, uma fixa e outra variável. Pelo simples fato de haver atingido a idade adulta deve o operário ter direito à primeira, quer disponha ou não de emprego, bastando ela para colocá-lo, com a sua família, ao abrigo das necessidades.

Foi, assim, Augusto Comte, como assinala Maxime Leroy (51), o precursor do seguro, ou antes, da "seguridade social", conquista fundamental dos trabalhadores em nossos dias.

Tôdas as medidas sociais preconizadas por Comte vêm sendo, uma a uma, realizadas, inclusive a concepção, dia a dia mais vulgarizada, segundo a qual o salário não é o pagamento dos serviços prestados, mas a fração dos bens disponíveis em cada geração que cabe ao trabalhador, de conformidade com a sua posição na escala social. É, no fundo, o que reconheceu, em 1919, a Constituição da O.I.T. no princípio segundo o qual "o trabalho não é uma mercadoria ou um artigo de comércio", repetindo expressões quase textuais do fundador do Positivismo.

Também a participação do proletariado nos movimentos de opinião pública é outra manifestação de como o Positivismo silenciosamente continua, pois é um dos seus postulados básicos.

III) — Na política internacional é um índice da marcha espontânea do Positivismo a crescente *impopularidade da guerra*, cada vez mais estigmatizada por tôda parte. Apesar da extensão com que se manifestou no decorrer dêste século, é curioso observar o silêncio que se faz em tôrno dos heróis de guerra, substituídos pelo culto do *soldado desconhecido*.

É cada vez maior a reprovação do recurso à *fôrça* para a resolução de problemas políticos e econômicos.

A bandeira da ONU é a da paz, que apresenta o caráter de um imperativo mundial, insuscetível de controvérsias, enquanto a guerra é cada vez mais considerada um crime contra a Humanidade.

No preâmbulo do Estatuto da Organização das Nações Unidas lê-se:

"Nós, povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações futuras contra o flagelo da guerra que, por duas vêzes, no espaço de uma vida humana, infligiu à humanidade indizíveis sofrimentos;... estamos, para êsse fim, decididos a aceitar princípios e a instituir métodos asseguradores de que não se fará uso da fôrça das armas, salvo no interesse comum"... (52)

Por outro lado consigna o Estatuto da Unesco:

“Fundada apenas sôbre as conveniências econômicas e políticas dos governos, não pode a paz acarretar a adesão unânime duradoura e sincera dos povos, e, por conseguinte, deve ser estabelecida sôbre a base da solidariedade intelectual e moral da Humanidade” (53), porquanto, conforme a lapidar declaração do Primeiro Ministro Clement Attlee, constante do preâmbulo do Estatuto da Unesco, “*desde que as guerras nascem no espírito dos homens, é no espírito dos homens que devem ser erguidas as defesas da paz*”.

Ao referir-se aos conflitos ideológicos que dividem o mundo, criando um clima de desconfiança, inquietação e insegurança, salientou o Embaixador Paulo de Berredo Carneiro ao empossar-se, em 12 de novembro de 1962, como Presidente da Conferência Geral da Unesco realizada em Paris:

“Sem uma profunda reforma das opiniões e costumes por meio da educação, das ciências sociais e do desenvolvimento cultural, não se poderão regular as perturbações a que está cada vez mais sujeita a vida internacional. A experiência tem suficientemente demonstrado como são efêmeras e ilusórias as soluções puramente políticas. Tôdas as tentativas feitas até aqui para conciliar as necessidades igualmente prementes de ordem e progresso não conduziram, na verdade, senão a oscilações entre a retrogradação e a anarquia”.

Que outra coisa são estas palavras, delirantemente aplaudidas pelas Delegações mundiais junto à Unesco, senão o eco da grande voz de Augusto Comte no *Sistema de Política Positiva*?

Também vitorioso está, por tôda parte, o princípio anti-colonialista do Positivismo e a sua condenação da exploração dos países sub-desenvolvidos pelas grandes potências, de que é um índice expressivo a emancipação quase total da África, fenômeno político e social mais importante de nossos dias.

IV) — Por outro lado, é crescente o desuso das *soluções teológicas* nos problemas humanos. Qual o povo do Ocidente que ainda recorre a procissões para pedir a chuva ou espantar a peste? As próprias Igrejas, depois de defenderem os seus templos com o pára-raio, adotam francamente as fórmulas positivas como sendo as únicas que são capazes de resolver os problemas com que se debatem. Característica é também, a êsse respeito, a carência, dia a dia mais assustadora, de recrutamento para os quadros sacerdotais em tôdas as religiões provisórias sobreviventes, o que aumenta as possibilidades de uma Liga Religiosa Universal, nos moldes entrevistos por Augusto Comte, a fim de assegurar, por tôda parte a supremacia das forças morais e de que é uma prova eloqüente o Concílio Ecumênico de 1962, a propósito do qual o Papa João XXIII fêz questão de apertar a mão de vinte e nove

monges budistas, demonstrando, assim, ser possível estabelecer a Liga Religiosa até mesmo com os adeptos de credos "sem Deus".

Além do mais, êsse próprio Concílio Ecumênico de 1962 veio provar a procedência da observação de Fontenelle, no século XVIII, ao dizer que "as seitas cristãs são inimigas que só se reconciliarão na hora da morte". (64)

Não é êsse Concílio, na verdade, um indício de que essa hora se vem aproximando de modo cada vez mais claro?

Seja como fôr, é incontestável, como previa Comte, que todos os credos religiosos, sobrepondo-se às suas divergências dogmáticas, podem hoje estender as mãos uns aos outros, e congratular-se tendo em vista os altos fins de elevação moral da espécie humana, fins colimados por todos. Manifesta-se assim, na terra inteira, em nossos dias, um propósito de tolerância, confraternização, concórdia e paz nunca antes observado.

V) — Reflexo da silenciosa ascendência do Positivismo no Brasil, como no mundo, é ainda a preocupação com os mortos ilustres, nacionais e estrangeiros, que são dia a dia mais solenemente comemorados não só em seus centenários, mas até em simples aniversários de nascimento ou de morte, em cerimônias de cunho exclusivamente humano, como as instituiu e adota o Positivismo. Ainda vêm sendo, no Brasil como por tôda parte, adotadas as festas designadas pelos nomes de Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia da Árvore, e várias outras constantes do Calendário Abstrato de Augusto Comte. (65)

VI) — Também os progressos materiais, resultantes das invenções e descobertas científicas, dando em resultado a automação, cada vez mais confirmam a previsão de Comte de vir a ser progressivamente o trabalho do homem substituído pelo das forças naturais, de modo a consagrar os seus lazes apenas à cultura do espírito, ao desenvolvimento das artes, à expansão da sociabilidade e ao apuro moral.

"Quantas vocações ignoradas de pesquisadores científicos, de filósofos, de historiadores, de pintores e de poetas não vão poder expandir-se, graças aos processos e técnicas da automação?" — pergunta, com muita procedência, o Embaixador Paulo de Berredo Carneiro no seu já citado discurso perante a Conferência Geral da Unesco reunida em Paris em 12 de novembro de 1962.

VII) — Se, nos países ocidentais, a evolução se tem feito, de modo cada vez mais acelerado, no sentido geral traçado pelo Positivismo, o mesmo pode ser verificado no desenvolvimento social dos países subordinados ao regime marxista.

Na Rússia, por exemplo, conforme se vê num artigo de Bernard Féron publicado em *Le Monde*, vêm sendo estabelecidas cerimônias cívicas exatamente com o significado que lhes atri-

buiu Augusto Comte em seu sistema, como sejam a solenidade de apresentação social de cada nôvo ser humano, e as festividades da sua maioridade, da sua destinação profissional, do seu casamento, etc. (56)

Confirma-se assim o que, em 1934, em seu estudo sôbre "*Tobias Barreto*", observava Gilberto Amado:

"Em muita coisa, para mim, Augusto Comte ainda está no centro. É do pensamento do século XIX a parte sobrevivente, que se prolonga e ramifica em quase tudo que cresce e frutifica hoje". (57)

A observação de Gilberto Amado não pode causar surpresa, pois, como dizia Paul Tannery na lição por êle proferida no Colégio de França sôbre *Augusto Comte e a história das ciências*: "Augusto Comte é um dos filósofos que mais terão influído sôbre o espírito francês, e, por conseguinte, podemos proclamá-lo altamente, sôbre o espírito do mundo civilizado. Podemos, a êste respeito, colocá-lo no mesmo plano de Descartes: êle deixará, no cérebro das gerações futuras, um sulco tão duradouro quanto o do imortal filósofo do século XVII". (58)

De tal modo, na verdade, entrelaçou-se o espírito comtiano ou positivo com o pensamento geral de nosso tempo que quase não o notamos mais, assim como não nos damos conta do ar que respiramos — assinalava, já em fins do século passado, Lévy-Bruhl. E acrescentava: "A história, o romance, e até mesmo a poesia refletiram a influência do espírito positivo, e depois de tê-la recebido, contribuíram para disseminá-la. A sociologia contemporânea nasceu de Comte, e a psicologia científica, até certo ponto, também dêle procede. Eis porque — conclui Lévy-Bruhl — não é, sem dúvida, temerário sustentar que a filosofia positiva exprime algumas das tendências mais características de nosso século". (59)

É também o que ponderava o grande cético, que foi chamado o "*bom mestre*" dos partidos avançados de seu tempo — Anatole France:

"Será possível — indagava êle no comêço dêste século — seja hoje verdadeiramente estranho ao Positivismo alguém que leve uma vida de pensamento? Não estão os espíritos cultivados de nosso tempo imbuídos dessas grandes idéias que Augusto Comte renovou ou criou, imprimindo-lhes uma ordem que as robustece? Não foi êsse filósofo quem nos desviou das vãs construções metafísicas? Não é a êle, mais do que a qualquer outro, que devemos a nossa confiança no método experimental? Não foi dêle que aprendemos a genealogia das ciências e as épocas do espírito humano? Não lhe devemos, enfim, a idéia feliz de uma moral fundada na solidariedade humana? Tão profundamente penetrou o Positivismo na consciência universal de nossos dias que

não se encontraria um espírito livre que dêle não seja, em algo, tributário". (60)

VIII — As manifestações de sobrevivência universal do Positivismo são especialmente claras no Brasil, como é natural, visto haver sido o país onde, em todo o mundo, mais larga e profundamente influuiu a doutrina de Augusto Comte.

Talvez não haja dia, no Brasil, em que em jornais, revistas, livros, conferências, aulas, etc., não se faça uma alusão ao Positivismo e ao seu fundador, quer para louvá-los, quer para combatê-los.

Muitas instituições nascidas com a República trazem até hoje, indelével, a marca de correntes de pensamento matizadas de Positivismo. A Constituição Federal e as Constituições dos Estados; a separação da Igreja relativamente ao Estado com a mais ampla liberdade religiosa; a liberdade de imprensa, a liberdade de cátedra, a liberdade de reunião, a liberdade de greve, a condenação de qualquer discriminação racial, a proteção aos silvícolas, o crescente espírito de solidariedade continental, o recurso obrigatório à arbitragem nos conflitos internacionais, o princípio da auto-determinação dos povos e tantos outros encontraram no Positivismo arrimos da mais alta valia, conforme evidenciamos no decorrer dêste ensaio.

Apsar de tôdas as investidas, permanece intacto na Bandeira Nacional o lema através do qual o Positivismo apresenta, como programa político, a conciliação da Ordem com o Progresso, ou seja da estática com a dinâmica social.

Em que pese aos seus ocasionais detratores, integrou-se Augusto Comte na história do Brasil de tal modo que não só em nossas elites culturais, mas até em nosso folclore o seu nome aparece aureolado de simpatia.

No Rio de Janeiro persiste em suas atividades a Igreja e Apostolado Positivista do Brasil.

Assim também continuam funcionando regularmente os Centros Positivistas do Paraná e do Rio Grande do Sul.

No Rio, em agosto de 1945, Mário Barboza Carneiro fundou a Associação Brasileira dos Amigos de Augusto Comte tendo por fim cooperar para as despesas com a guarda e a conservação do Apartamento do filósofo em Paris, e, bem assim, auxiliar a aquisição e publicação de suas cartas. Ao ser fundada, contava essa Associação cento e noventa membros.

Encontra-se ainda em plena atividade no Rio de Janeiro, com sede própria, o Clube Positivista, resultante da fusão de duas pequenas associações: o Boletim Positivista e a Sociedade Brasileira de Cultura Positivista.

Por sua iniciativa foi, em 1957, organizada, por ocasião do centenário da morte de Augusto Comte, a Comissão Patrocinadora das respectivas comemorações no Brasil, obtendo do Governador do Estado emitido um selo. E também por sua iniciativa foram cunhadas medalhas comemorativas. Além de várias publicações e de conferências realizadas por diversos oradores, foi nesse ano editada em Nova York, por iniciativa do Clube, a obra de Augusto Comte — *Discours sur l'ensemble du Positivisme* — na versão inglesa de J. H. Bridges.

Mais, porém, do que as entidades e os fatos que vêm de ser mencionados, é incontestável e de fácil verificação a existência, entre nós, de uma atmosfera de Positivismo difuso que impregna toda a nossa mentalidade. Tudo indica que a evolução nacional se processa cada vez mais no sentido de integrar o Brasil no quadro sociológico traçado por Augusto Comte, como o provam as recentes campanhas relativas ao seu desenvolvimento econômico, à incorporação do nosso proletariado rural e urbano, e, bem assim, as últimas e decisivas manifestações de nossa política internacional propugnando pelo anti-colonialismo e pelo princípio da não intervenção e da auto-determinação dos povos.

Livre de preconceitos de raças e de côr, e, bem assim, de ódios religiosos, marcha o Brasil, mais do que qualquer outro país do mundo de nossos dias, no sentido do regime pacífico-industrial preconizado pelo Positivismo.

Não é, portanto, pretencioso o título da conclusão deste ensaio, e, aos que propalam estar, entre nós, morto o Positivismo, se aplica a resposta dada ao "Mentiroso" de Corneille:

*"Les gens que vous tuez se portent très bien!"*...

#### NOTAS DA OITAVA PARTE:

- 1) — Sobre a ação positivista na Abolição, veja-se IVAN LINS: "*Três Abolicionistas Esquecidos*", Rio, J. R. de Oliveira & Cia., 1938.
- 2) — AFRÂNIO PEIXOTO: "*Mestre*", artigo in "*Revista do Clube Militar*", pg. 15 do número comemorativo do 1.º Centenário de Benjamin Constant, outubro de 1936.
- 3) — Vide ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS: "*A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*", pg. 26, São Paulo, 1959.
- 4) — *Idem*, *ibidem*.
- 5) — Vide LÉVY-BRUHL: "*La Philosophie D'Auguste Comte*", pg. 125 da 3.ª ed., Paris, Alcan, 1913, e AUGUSTO COMTE: "*Cours de Philosophie Positive*", vol. VII, pg. 758 da 1.ª ed.
- 6) — Vide ABEL REY: "*Évolution de la pensée*", section A — *la pensée primitive*, in *Encyclopédie Française*, t. I, pgs. 110-11 e 110-12.
- 7) — Vide PEREIRA BARRETO: "*Filosofia Metafísica*", pg. 34, apud ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*, pg. 129.

- 8) — *Vide* ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS, *op. cit.*
- 9) — *Vide* TOCARY BASTOS: "Análise Sociológica da Experiência Didática", cap. segundo, pg. 34, Belo-Horizonte, 1957.
- 10) — *Vide* AUGUSTO COMTE: "Correspondance Inédite: Deuxième Série", pg. 343; "Lettres à Divers", tome I, deuxième partie", pg. 191.
- 11) — *Vide* AUGUSTO COMTE: "Correspondance Inédite", Première Série, pg. 125, Paris, Au Siège de la Société Positiviste, 1903.
- 12) — *Idem, ibidem*, pg. 198.
- 13) — *Vide* "Lettres inédites de John Stuart Mill à Auguste Comte publiées avec les réponses de Comte et une introduction par L. Lévy-Bruhl" Paris, Félix Alcan, Éditeur, 1899, pg. 545.
- 14) — *Vide* AUGUSTO COMTE: "Lettres à Divers", tome I, Deuxième Partie, Paris, Fonds Typographique de l'Exécution Testamentaire d'Auguste Comte, 1904, pg. 10.
- 15) — *Idem, ibidem*, tome I, Première Partie, Paris, 1902, pg. 161.
- 16) — *Idem, ibidem*, tome I, Deuxième Partie, pgs. 103, 286, 287 e 288; t. I, Première Partie, pgs. 240 e 583; e "Correspondance Inédite", Première Série, pg. 173 e Deuxième Série, pgs. 343 e 344.
- 17) — *Vide* AUGUSTO COMTE: "Correspondance Inédite", Troisième Série. pgs. 111 e 112.
- 18) — *Idem, ibidem*, Deuxième Série, pgs. 119 e 120.
- 19) — *Vide* A. COMTE: "Système de Politique Positive", t. III, pg. XLIII; vol. IV, pg. 458, "Nouvelles Lettres Inédites", pg. 195, Paris, 1939; e "Lettres Inédites à C. de Blignièrs", pgs. 36 e 37 e "Lettres à Divers", t. I, 2.ª Partie, pgs. 152 e 162.
- 20) — *Vide* CAMILLE DESMOULINS: "Histoire Secrète de La Révolution", pg. 309, das "Oeuvres" de CAMILLE DESMOULINS, Paris, Charpentier & Cie., Libraires-Éditeurs, 1874.
- 21) — "Lettres Inédites de John Stuart Mill à Auguste Comte publiées avec la réponse de Comte et une introduction par L. Lévy-Bruhl"; Paris, Félix Alcan, Éditeur, 1899, pg. 486.
- 22) — *Ibidem*, pg. 23.
- 23) — A. COMTE: "Primeira Circular Anual", pg. XXXIV do quarto volume do "Système de Politique Positive", Paris, 1854.
- 24) — EMMET JOHN HUGHES: "Ascensão e Decadência da Burguesia", tradução de CYPRIANO AMOROSO COSTA, Livraria Agir, Editôra, Rio, 1945, pg. 304.
- 25) — *Vide* AUGUSTO COMTE: "Correspondance Inédite, Première Série", pgs. 274 e 275, Paris, au Siège de La Société Positiviste, 1903.
- 26) — W. BAGEHOT: "Lois scientifiques du développement des nations", apud AFONSO ARINOS, discurso ao receber, na Academia Brasileira de Letras, o almirante Jaceguai, in "Discursos Acadêmicos", vol. II, pg. 20, Rio, Civilização Brasileira, 1935.
- 27) — *Vide* RAMALHO ORTIGÃO: "Notas de Viagem", Rio, 1879, pgs. 64 e 65, e CAMILLE FLAMMARION: "O desconhecido e os problemas psíquicos", ed. da Fed. Brasileira de Espiritismo. O acadêmico Bouillaud agarrou o representante de Edison pela gola, gritando-lhe: "Miserável, não seremos aqui ludibriados por um ventríloquo!"... Para êle e seus colegas, o fonógrafo não passava de uma ilusão acústica.
- 28) — *Vide* RODOLFO GARCIA: vol. VIII dos "Discursos" da Academia Brasileira de Letras, pg. 279.
- 29) — *Vide* RAMALHO ORTIGÃO, *op. cit.*, pg. 319. Conf. "As Farpas", tomo VII, pgs. 91 e seguintes, Lisboa, Companhia Nacional Editôra, 1889.
- 30) — *Vide* AUGUSTO COMTE: "Lettres à Divers", t. I, Première Partie. pg. 6, Paris, Fonds Typographique de l'Exécution Testamentaire d'Auguste Comte, 1902.

- 31) — Vide Dr. LOUIS PASTOR: "*Histoire des Papes depuis la fin du Moyen Âge*", ouvrage traduit de l'allemand par Furcy Raynaud, t. I, Paris, Librarie Plon, 1925, avis du traducteur, pg. XXXIX.
- 32) — Vide NICHOLAS MURREY BULER: "*Division of intercourse and education*", apud relatório anual da Fundação Carnegie, de 1934, citado por ANTÔNIO LEÃO VELLOSO no artigo "*Lição Perdida*" in *Correio da Manhã* de 12 de junho de 1940.
- 33) — Vide EDWARD MCNALL BURNS: "*História da Civilização Ocidental*", tradução de Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro — 2.<sup>a</sup> edição — 1.<sup>a</sup> impressão revista e atualizada de acôrdo com a 4.<sup>a</sup> edição norte-americana de 1954. — volume II — pg. 959. — Editôra Globo — Rio de Janeiro — Pôrto Alegre — São Paulo, 1959.
- 34) — Vide GUILHERMO FERRERO, artigo in "*The London Illustrated News*", número de 16 de abril de 1927, pg. 688, apud MCQUILQUIN DEGRANGE: "*Comte after seventy years*", pgs. 76 e 77 de "*The Posivist Year Book*", Paris, *Les Presses Universitaires de France*, 1929.
- 35) — Vide AUGUSTO COMTE: "*Lettres à Divers*", t. II, pg. 93, Paris, Fonds Typographique de l'Exécution Testamentaire d'Auguste Comte, 1905.
- 36) — Vide ALFRED ESPINAS: "*Des Sociétés Animales*", 3.<sup>a</sup> edição, Paris, Félix Alcan, 1924, Avertissement, pg. 2. Conf. G. DEHERME: "*Aux Jeunes-Gens — Un Maître: Auguste Comte — Une Direction: Le Positivisme*", pg. 47, Librairie-Bibliothèque Auguste Comte, Paris, 1921. A propósito da conspiração do silêncio em tôrno do Positivismo, veja-se ainda RAMALHO ORTIGÃO: "*Notas de Viagem*", pg. 45, Rio, Tipografia da *Gazeta de Notícias*, 1879.
- 37) — Vide A. COMTE: "*Système de Politique Positive*", t. IV, pgs. 453, 467, 468 et passim.
- 38) — Vide JEAN DEVOLVÉ: "*Réflexions sur la pensée comtienne*", pgs. VI e VII, Paris, Alcan, 1939.
- 39) — MICHEL UTA: "*La Théorie du savoir dans la philosophie d'Auguste Comte*", pg. 59, Paris, Alcan, 1928.
- 40) — OTTO MARIA CARPEAUX: "*Notas sobre o destino do Positivismo*", in "*Rumo*", ano I, vol. I, 1943, pg. 16.
- 41) — *Idem*, ibidem, pg. 12.
- 42) — Vide Padre HENRI DE LUBAC, S. J.: "*Le Drame de l'humanisme athée*", pgs. 275 da 4.<sup>a</sup> ed., Éditions Spes, Paris, 1950.
- 43) — Vide A. COMTE: "*Système de Politique Positive*", vol. IV, pg. 377.
- 44) — EVARISTO DE MORAES FILHO: "*Augusto Comte e o pensamento sociológico contemporâneo*", pg. 14, Rio, Livraria São José, 1957.
- 45) — Vide HARRY E. BARNES e HOWARD BECKER: "*História del pensamiento social*", trad. de Vicente Herrero, vol. I, México, 1945, pg. 560.
- 46) — Vide TOCARY ASSIS BASTOS: "*Posições Metodológicas em Sociologia*", in "*Revista Brasiliense*", n.º 21, Janeiro-Fevereiro de 1959, pg. 126.
- 47) — Vide JEAN LACROIX: "*Éloge du Positivisme*", in "*Esprit*", n.º 3 (1956), apud TOCARY BASTOS, l. cit., pg. 127.
- 48) — Vide ROGER DAVAL: "*Histoire des Idées en France*", Paris, Presses Universitaires de France, 1953, pgs. 87-88.
- 49) — Vide LÉON EMERY: "*De Comte à Marx*", in "*Le Contrat Social*", revue historique et critique des faits et des idées, Institut d'Histoire Sociale, Paris, julho de 1957, pgs. 142, 147 e 148.
- 50) — Vide A. COMTE: "*Lettres et Fragments de Lettres*", pg. 197, edição do Centro Positivista de São Paulo, 1926.
- 51) — Vide MAXIME LEROY: "*Histoire des Idées Sociales en France*", t. III, "*D'Auguste Comte à P. J. Proudhon*", pg. 236, da 5.<sup>a</sup> ed., Paris, Librairie Gallimard, 1954.
- 52) — Vide o preâmbulo da Carta das Nações Unidas e Estatuto da Côrte de Justiça, resultante da Conferência de São Francisco.

- 53) — Vide o preâmbulo da *Convenção criando uma Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a cultura*.
- 54) — Vide CONDORCET: "*Oeuvres*", t. II, pg. 289 da ed. Arago, Paris, Firmin Didot, 1847.
- 55) — Vide AUGUSTO COMTE: "*Catecismo Positivista*", pg. 477 da trad. de MIGUEL LEMOS, 3.<sup>a</sup> ed., Rio, 1905.
- 56) — Vide BERNARD FÉRON: "*L'U.R.S.S. à la recherche d'un nouveau rituel*". artigo em "*Le Monde*" de 2 de dezembro de 1959.
- 57) — Vide GILBERTO AMADO: "*Tobias Barreto*", pg. 14, ed. Ariel, Rio, 1934.
- 58) — Vide PAUL TANNERY: "*Mémoires Scientifiques*", publicadas por J. L. HEIBERG e H. G. ZEUTHEN, vol. IX, pgs. 198-199, Paris, Gauthier-Villars, 1930.
- 59) — Vide LÉVY-BRUHL: "*La Philosophie d'Auguste Comte*", pgs. 22 e 23, Paris, Alcan, 1913.
- 60) — Vide ANATOLE FRANCE: "*Vers les temps meilleurs*", t. II, pgs. 14 e 15, éditions d'art Édouard Pelletan, Paris, 1906.

## APENDICE



## APÊNDICE

### I

Cartas de Antônio Carlos d'Oliveira Guimarães, fundador da primeira Sociedade Positivista do Brasil, a Pierre Laffitte.

### II

Cartas de Miguel Lemos a Pierre Laffitte.

### III

Cartas de Pierre Laffitte a Miguel Lemos.

### IV

Carta de Raimundo Teixeira Mendes a Pierre Laffitte.

### V

Cartas de Benjamin Constant a Pierre Laffitte.

### VI

Carta de Pierre Laffitte a Benjamin Constant.

### VII

Cartas do Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça a Pierre Laffitte e Robinet.

### VIII

Sémérie: "*La Conquête du Microbe*".

### IX

Programa de Filosofia e Lógica do Colégio Pedro II, enquanto era professor Agliberto Xavier.

### X

Bibliografia Positivista.



CARTAS DE ANTÔNIO CARLOS D'OLIVEIRA GUIMARÃES,  
FUNDADOR DA PRIMEIRA SOCIEDADE POSITIVISTA DO BRASIL,  
A PIERRE LAFFITTE

Rio de Janeiro 22 Août 1876

Monsieur Pierre Laffitte

Excusez-moi la liberté que je prends de m'adresser à vous, sans que vous me connaissiez personnellement.

J'ai déjà lu presque tous les ouvrages de l'incomparable génie et du serviteur dévoué de l'Humanité, Auguste Comte. Je lis maintenant sa "*Synthèse Subjective*".

Dans la douzième circulaire, qui vient publiée dans la *Notice sur l'oeuvre et sur la vie d'Auguste Comte* par M. le Dr. Robinet, vous avez écrit: "Tous ceux qui, à un degré quelconque, adoptent les doctrines positivistes, tous ceux qui désirent l'incorporation sociale du prolétariat, tous ceux qui sentent qu'un enseignement public et gratuit, base de sa régénération intellectuelle et morale, est la condition préliminaire d'une telle incorporation, tous ceux-là, dis-je, ont le devoir inéludable de concourir au subsidé positiviste".

Et comme je fais de mon mieux pour être du nombre de ceux qui travaillent pour le bien de l'humanité, je vous envoie dès à présent, par Mrs. Vve. J. P. Aillaud, Guillard et Ce., la somme de 200 francs, dont 120 francs sont destinés au subsidé positiviste de cette année. J'espère pouvoir vous envoyer la même somme tous les ans.

Si je ne craignais pas de vous déranger dans votre auguste mission, je vous prierais d'avoir la bonté de m'envoyer, par les mêmes Mrs., les circulaires, depuis la seizième jusqu'à la dernière, et le portrait d'Auguste Comte sur son lit de mort. Je destine les 80 francs pour ces commandes, et pour les publications de l'école positive, que vous aurez l'obligeance de choisir.

J'ai oublié de vous dire que je viens de lire les deux volumes de votre ouvrage: "Les Grands Types de l'Humanité".

Veillez, Monsieur, agréer l'assurance de ma profonde considération, Antonio Carlos d'Oliveira Guimarães, Brésilien, Professeur de Mathématique élémentaire, rue du Conde d'Eu, 46.

M. Pierre Laffitte.

Je vous ai écrit l'année dernière, et je vous ai remis aussi une première de change de 200 frs. Je vous remets maintenant la seconde de change de la même valeur, en supposant que vous n'avez pas reçu la première.

Je suis très malade, et je suis forcé d'aller respirer l'air des montagnes, d'où je ne sais pas si je reviendrai, et bien portant!

Mr. Le Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça, en entendant que je vous avais écrit, m'a demandé de vous remettre cette première de change de 200 frs, en vous priant de lui remettre les ouvrages suivants:

- Pierre Laffitte — Considérations sur l'ensemble de la civilisation chinoise  
 Dr. Audiffrent — L'aphasie.  
 " " — Théorie de la vision.  
 " " — Des épidémies, leur théorie positive d'après A. Comte (Paris, 1866).  
 " " — Étude sur la digestion.  
 Dubuisson — Des quatre sens du toucher et en particulier de la musculature, ou sens musculaire (Paris 1874)  
 Dr. Segond Histoire et systématisation générale de la biologie (Paris, 1851).  
 Stuppuy — L'anarchie morale.  
 Littré, Laffitte et Magnin — Rapport sur le plan du gouvernement révolutionnaire.  
 Segond, Littré et Robin — Rapport sur la Régénération des Médecins.  
 P. Laffitte — Revue de la Politique Positive.  
 De l'unité de la vie et de la doctrine positive — réponse aux critiques des derniers écrits de A. Comte, adressée à J. S. Mill par J. H. Bridges — traduit de l'anglais par M. Débergue (Paris, 1867).

Je me trouve dans un grand embarras. Il règne ici un grand silence sur le développement du Positivisme. Je ne sais pas à qui m'adresser. Il y a déjà beaucoup de brésiliens qui se préparent et sont très avancés dans cette Doctrine.

C'est pour cela, Monsieur, que je suis forcé de vous troubler et vous gêner même. Excusez-moi. Mon plus grand désir, si je pouvais le réaliser, serait d'aller tout de suite à Paris me présenter à vous et à tous les membres du Conseil Positiviste pour compléter mes études positivistes.

Si vous jugez que je mérite tout ce que je vous demande, je vous prie de remettre à Mrs. Vve. J. P. Aillaud, Guillard & Co., Rue St. André des Arts, 47, qui remettront à mes libraires, à Rio de Janeiro, N. Alves V., Ce.

Veillez, Monsieur, agréer la profonde considération et respect de  
 Votre serviteur obligé  
 Antonio Carlos d'Oliveira Guimarães  
 Professeur de Mathématique élémentaire,

Mr. P. Laffitte.

Rio-Janeiro — Todos os Sanctos — 23 Novembro 1877.  
 Rua Getulio n.º 2 B

Je m'habillais le jour 21, lorsque ma femme entre dans la chambre avec une lettre de l'Europe et me dit: "*c'est naturellement de Mr. Laffitte*" En effet, ouvrant la lettre et voyant votre signature, je sentis une émotion si forte, que je pleurai.

Je vous remercie beaucoup des expressions affectueuses que vous m'adressez et des offres que vous me faites dans votre lettre. Je les accepte avec plaisir et bonheur!

Je vous remettrai, le mois prochain, ma part du subside de cette année. Mon médecin me promet que dans 40 jours je serai rétabli, s'il ne survient quelque accident.

Alors, Mr., je pourrai m'épancher avec vous.

Mon libraire n'a pas encore reçu les circulaires et les autres publications, dont vous me parlez dans votre lettre.

Ne remarquez pas la lettre, parce que je tremble encore.

Veillez, Mr., accepter les protestations de ma profonde reconnaissance.

Antonio Carlos d'Oliveira Guimarães  
Professor de Matemática elementar.

## II

## CARTAS DE MIGUEL LEMOS A PIERRE LAFFITTE

Paris, le 23 Dante 91 (le 7 Août 1879)

Mon cher Maître

Je vous écris pour vous consulter sur une affaire, dont la solution ne peut attendre votre retour à Paris.

Vous savez que j'avais fait, avec mon ami M. Mendes, une traduction de la *Géométrie Analytique* d'A. Comte, qu'un libraire de Rio, à qui nous avions cédé gratuitement notre travail, devait faire imprimer à Paris, mais jusqu'à présent il n'avait pu réaliser son projet. Ce retard me donna le temps d'y réfléchir de manière à me faire voir l'avantage qu'il y aurait à faire simplement une nouvelle édition française, ce qui profiterait à tout le monde, au lieu de publier notre traduction, qui ne s'adressait qu'à un public restreint. En conséquence j'avais écrit dernièrement à ce même libraire, lui proposant cette modification du projet primitif. Il vient de me répondre en acceptant ma proposition et en me chargeant de mener à bonne fin l'entreprise.

L'édition accordée au libraire de Rio n'excéderait pas 2.000 exemplaires.

Si vous ne voyez aucun inconvénient à cette publication, je vous prie de me le faire savoir, afin de commencer les premières démarches.

Veillez agréer, mon cher Maître, l'assurance de ma profonde vénération.

Votre disciple reconnaissant  
Miguel Lemos  
8 Rue des Écoles.

Paris, le 24 Archimède 92 (le 17 Avril 1880)

Mon cher Maître

J'ai remis à M. le D. Dubuisson mon article à propos de la petite traduction de M. J. R. de Mendonça. J'attendais votre retour pour le soumettre à votre appréciation, car j'ai donné à ce petit travail un caractère différent de celui d'une simple notice bibliographique. Comme il n'y avait rien à dire sous ce dernier rapport, j'ai fait alors, à propos du petit livre en question, un travail sous le titre: *Le Positivisme au Brésil*. Il est divisé en deux parties: dans la 1<sup>re</sup>. je fais un historique rapide des progrès accomplis chez nous par la nouvelle doctrine; dans la 2<sup>e</sup>. j'ai voulu indiquer à mes compatriotes positivistes l'action qu'ils doivent et peuvent exercer sur l'opinion de notre pays.

Ainsi que je vous le disais, j'attendais votre retour à Paris, pour vous montrer cet article, afin de pouvoir y faire, avant de le livrer à l'impression, les modifications ou suppressions que vous auriez jugées convenables. Malheureusement, un accident fâcheux qui nous a alarmés beaucoup, vous a obligé de rester encore en province; et comme, d'autre part, le temps

pressait j'ai pris alors la résolution de remettre au Dr. Dubuisson mon article, en le priant de vouloir bien vous envoyer les épreuves typographiques. Je crois qu'ainsi on ne perdra pas un moment et vous pourrez en même temps prendre connaissance de mon travail et indiquer les modifications qu'il y aurait lieu d'y faire, avant qu'il soit livré au public.

Nous avons su avec grand plaisir que votre santé est tout à fait rétablie, et nous attendons avec impatience votre retour à Paris.

Votre disciple dévoué  
Miguel Lemos  
(8 Rue des Écoles).

Paris, le 6 Saint-Paul 92 (le 25 Mai 1880)

Mon très vénéré Maître

Avant de vous communiquer mon travail sur Camôens pour avoir l'occasion de recevoir les conseils et les indications qu'il pourra vous suggérer, je voudrais obtenir de votre bonté l'autorisation pour un projet que j'ai tout de suite formé, quand je me suis mis à ce travail.

Je désirerais vous dédier publiquement, lors de sa publication définitive, mon appréciation du poète portugais. Je dois vous prévenir en outre que dans le cas où vous agréeriez ma demande, vous partagerez cette dédicace avec la personne qui a la direction de mon coeur, comme vous avez ma direction intellectuelle.

Voilà le projet pour lequel je demande votre bienveillant accueil. Je vous serais très reconnaissant si vous vouliez accepter l'hommage d'un travail qui fut déterminé surtout par vos encouragements spéciaux.

Veuillez agréer, mon très vénéré Maître, l'assurance de mon dévouement et de ma reconnaissance.

Votre disciple  
Miguel Lemos  
(8 Rue des Écoles).

Paris, le 2 Frédéric 92 (le 5 Novembre 1880)

A M. Pierre Laffitte  
Directeur du Positivisme et Successeur d'Auguste Comte  
Paris, 10 rue Monsieur le Prince.

Très cher et très vénéré Maître.

Après avoir mûrement réfléchi sur l'indication personnelle, dont vous m'avez honoré, à propos du sacrement de la destination sacerdotale, je viens vous déclarer que j'accepte définitivement votre proposition, et vous demander, en conséquence, de vouloir bien me conférer le sacrement de la destination, comme aspirant au sacerdoce de l'Humanité.

Mais je crois utile de joindre à cette demande des renseignements précis sur mes antécédents et sur mon triple essor intellectuel, moral et actif. Vous aurez ainsi un ensemble de données qui vous permettront de mieux juger le futur novice, et celui-ci puisera dans cette récapitulation de sa courte existence, le sentiment du peu qu'il a fait en comparaison de ce qu'on doit attendre de lui. Cette espèce de confession générale, sera, en outre, bien propre à préparer son esprit et son coeur à la touchante et solennelle cérémonie qui l'attend.

Je suis né à Nichteroy, capitale de la province de Rio de Janeiro (Brésil) (1), le 25 Novembre 1854. Mon père, né dans la ville même de Rio, est un ancien officier de la marine brésilienne. Il se maria à Montevideo (Uruguay) avec ma mère Dona Josefa Carvalho, issue d'un père brésilien, mais dont la mère descendait d'une famille andalouse. Mon père, après avoir demandé sa retraite, s'établit à Montevideo et se consacra au commerce et à l'industrie. Je suis le 3<sup>e</sup> enfant né de ce mariage et j'eus le bonheur de voir le jour au Brésil à l'occasion d'un voyage que mes parents firent à Rio. Mais c'est à Montevideo, que j'ai passé mon enfance. C'est aussi l'espagnol que j'ai parlé d'abord, car c'était la langue de ma mère.

A l'âge de treize ans, vu l'insuffisance des études qu'on pouvait faire à Montevideo, mon père m'envoya à Rio. Quoique élevé dans un pays étranger, il avait su m'inspirer toujours un amour profond pour ma patrie, que l'absence lui rendait encore plus chère. Ainsi préparé et aidé par le coeur, je pus, en peu de temps, parler et même écrire très couramment le portugais.

Après avoir achevé mes études secondaires je fus longtemps hésitant sur la vie à suivre. Mon père m'avait d'abord destiné à être ingénieur mécanicien, mais il s'aperçut bien vite que cette destination essentiellement pratique répugnait beaucoup à mes dispositions spontanées. Enfin pressé par lui pour me décider dans un sens ou dans un autre, je choisis l'École Polytechnique de Rio, dont l'enseignement mathématique me paraissait préférable à ce que l'on enseignait ailleurs. J'avais alors dix-huit ans incomplets.

Dès ma deuxième année je fus porté à essayer ma plume. Je me sentais entraîné vers les questions philosophiques et politiques, ayant depuis longtemps déjà adopté les idées républicaines, à la manière démocratique, cela s'entend, car je n'en connaissais pas d'autre. Je fondais une revue collaborée par plusieurs de mes collègues qui attira un peu l'attention publique, surtout de la part des chefs du nouveau parti républicain qui surgissait alors au Brésil. Cette situation développa peu à peu mon orgueil révolutionnaire et me transforma finalement en censeur acariâtre de mes professeurs à L'École Polytechnique. Toujours insubordonné et sûr de mes examens, je bravais publiquement leur autorité et je me livrai dans les journaux à des critiques bien vives. La dernière, dirigée contre le directeur même de l'École, me valut enfin une exclusion de l'École durant deux années, exclusion partagée par mon ami M. Teixeira Mendes qui avait voulu aussi signer mon article. Quoique la plupart de mes critiques fussent fondées, j'ai reconnu depuis, grâce au positivisme, que je faisais là une oeuvre contradictoire, en voulant être en même temps et élève et juge. Ceci avait d'ailleurs tous les inconvénients moraux des insurrections.

Mais dans l'intervalle le coeur n'avait pas été moins ardent que l'esprit. J'étais à la fin de ma deuxième année, c'est à dire que j'avais 19 ans, quand j'eus le bonheur de faire la connaissance, chez une famille de Rio, d'une jeune personne dont la grâce, l'intelligence et la douceur m'éprirent pour toujours. Cette demoiselle appartenait à une excellente famille, très nombreuse, qui a donné même au Brésil un de ses hommes d'État les plus remarquables, le Vicomte d'Itaborahy. Son père, un médecin des plus distingués de Rio, ne vivait plus, mais son souvenir était chéri de tous ceux qui l'avaient connu, car il exerçait sa fonction médicale comme un vrai sacerdoce. Insensiblement je m'aperçus que mon destin ne dépendait plus désormais de moi seul. Mais j'eus le bonheur, trop peu mérité sans doute, de voir partagée mon affection pour la personne aimée.

La mère de la jeune personne résista longtemps à voir avec des yeux favorables notre naissant amour, prévenue qu'elle était contre moi à cause de mes idées politiques et ne voyant dans mon avenir que luttés et sacrifices, qu'elle désirait épargner à sa fille. Mais enfin ma constance sut triompher

(1) La ville de Rio n'est pas la capitale de la province du même nom, à l'instar de Washington elle forme à elle seule un gouvernement sous l'administration directe du ministre de l'Intérieur.

de ses répugnances et des rapports plus suivis et intimes lui inspirèrent finalement pour moi une véritable affection maternelle.

Si le sort de mon cœur restait ainsi assuré, ma situation personnelle devint bientôt plus difficile. Mon peu de fortune m'obligeait d'attendre la fin de mes études et l'obtention d'un emploi quelconque, pour pouvoir réaliser mon mariage. J'attendis ainsi quatre années. Au bout de la quatrième eut lieu l'incident à la suite duquel je fus exclu de l'École Polytechnique pour deux ans.

Alors ma situation s'aggrava de plus en plus. Mes convictions républicaines me faisaient un scrupule de ne pas accepter un emploi public, ce qui dans un pays fortement centralisé et où le gouvernement fait tout restreignait beaucoup la possibilité pour moi de trouver quelque occupation. J'essayais alors du journalisme et de l'enseignement privé. En même temps, sur l'inspiration de la lecture du *Cours de Philosophie Positive*, je pensais à suivre les cours de la Faculté de Médecine, afin de compléter mon initiation scientifique.

Mais la caisse du journal se montrait toujours peu communicative quand j'y passais prendre mes appointements et le directeur du collège où j'enseignais, voulant m'obliger à enseigner d'après son intérêt et non pas d'après mon programme, je reconnus alors toute la gravité de ma situation. Je me voyais dans l'impossibilité de gagner ma vie à cause de ma cohérence politique et philosophique: je désespérais l'avenir. Mon caractère commença à s'aigrir, les compensations que je trouvais dans le tendre dévouement de ma fiancée ne faisaient qu'augmenter mes inquiétudes, car s'était surtout pour elle que je craignais cette impossibilité. C'est alors que son dévouement lui inspira de me faire accepter l'offre que mon père me faisait depuis mon exclusion de l'École Polytechnique, de venir achever mes études en Europe. Elle sut m'inspirer le courage nécessaire pour quitter Rio et sut me convaincre que je devais faire ce voyage, non seulement à cause des avantages qui en résulteraient pour mon avenir matériel, mais surtout parce qu'un tel changement de milieu serait un remède salutaire contre la modification mélancolique qu'éprouvait mon caractère dans des luttes stériles. Aujourd'hui quand j'y pense, je m'étonne moi-même de mon courage, et certes, il fallait que ma situation à Rio fut bien intolérable et nos espérances bien grandes pour nous être résignés à cette séparation, après quatre ans d'un commerce affectueux de tous les jours! Mais, d'un autre côté, je bénirai toujours la sainte inspiration de ma compagne, car je lui dois ma conversion à la religion de l'Humanité!

Je m'embarquai donc le 3 octobre 1877, et j'arrivai à Paris à la fin du même mois. Mais le sort ne devait pas m'être plus favorable ici qu'ailleurs. Peu de temps après mon installation dans la grande ville, lorsque je venais de recevoir toutes les autorisations nécessaires pour prendre mes inscriptions à l'École de Médecine, une nouvelle terrible vint me surprendre. Mon père avait perdu tous ses biens, à la suite de revers éprouvés par son banquier, et son correspondant français m'annonça qu'il ne pouvait plus continuer à me servir la pension habituelle. Je me vis donc à Paris sans ressources, n'y connaissant presque personne et sous l'impression pénible du malheur arrivé à mon père. Heureusement mon ami Mendes qui était venu en Europe en même temps que moi, m'aida de ses faibles ressources et partagea avec une rare abnégation ma misère inattendue.

J'ai connu alors, pour la première fois, le besoin; mais je bénis aujourd'hui ces épreuves. Elles provoquèrent en moi de salutaires réactions, en me portant à réfléchir sur le peu de cas que j'avais fait jusqu'alors des vertus économiques et sur le désordre que j'avais toujours dans mes dépenses. Il en résulta pour moi l'acquisition de qualités que je n'avais pas cultivées encore: je suis devenu un homme très réglé, ami de l'ordre et donnant plus d'importance à l'emploi du capital humain. Mais il faut dire aussi que ces transformations furent puissamment aidées par une adhésion croissante aux dernières conceptions d'Auguste Comte.

Je reçus enfin une lettre de mon père où il me déclarait l'impossibilité où il était de pourvoir à mon entretien ici. Il fallait donc retourner chez moi, aussitôt qu'on m'aurait envoyé les secours nécessaires pour faire le voyage. J'étais désespéré. Je n'étais pas encore assez positiviste pour être tout à fait exempt des préjugés pédantocratiques et l'idée de revenir ainsi sans aucun titre scientifique me semblait une espèce de déshonneur. Toutefois j'étais décidé à partir, puisqu'il ne pouvait pas en être autrement.

Cependant mes amis de Rio en apprenant ma situation ne purent aussi se résigner à me voir revenir de cette manière, d'autant plus qu'ils me croyaient incapable de remplir un office quelconque. Ils m'offrirent donc un subside pour qu'il me fût possible de continuer mes études à Paris. M. Mendes qui dans cet intervalle était parti pour Rio, réunit ses efforts à ceux du frère aîné de ma fiancée, un ami et ancien collègue à l'École Polytechnique. En même temps mon père revenant sur sa première lettre, m'offrit de mettre à ma disposition son demi-solde d'ancien lieutenant de vaisseau. Ma fiancée sacrifiant les désirs de son cœur à ce qu'elle croyait être le fondement de mon avenir, insistait vivement auprès de moi pour que j'acceptasse ces offres. Après y avoir réfléchi j'acceptai et me mis à travailler. Je pris mes inscriptions, et je commençai à préparer mon premier acte doctoral. Mais toute cette peine fut inutile; malgré le contentement manifesté par deux de mes examinateurs, le troisième, un cuistre de la Faculté, me refusa parce que je n'avais pas su, apparemment, énumérer toutes les espèces de cresson qui croissent en France!

Dans ma situation ce coup était terrible. Je crus de mon devoir de renoncer au subside qu'on me donnait et de retourner chez moi. Je communiquai cette résolution à mes amis de Rio et à mon père. Tous s'opposèrent à mon retour; je devais tenter de nouveau, disaient-ils, et ne pas me décourager. Leurs instances furent si vives et si pressantes que je crus devoir essayer encore et attendre la prochaine série d'examens.

Mais dans l'intervalle les lettres de ma fiancée me révélaient de plus en plus des souffrances intimes, qui après avoir été contenues héroïquement pendant deux années, ne pouvaient plus être dissimulées. Jamais elle ne me disait de revenir, croyant en cela servir mes intérêts, mais je compris tout de suite que l'absence, l'isolement accablaient cette âme qui avait su résister à tant de revers et communiquer à la mienne le courage et la résignation. Je compris que je sacrifiais ma compagne éternelle en échange d'un avenir incertain. N'était-ce pas pour elle, pour mettre ses jours précieux à l'abri du besoin, que j'étais venu tenter en Europe l'acquisition d'un métier? Si cela devait être obtenu aux dépens de sa vie, à quoi pourrait me servir de pouvoir vivre après? Non, je me suis dit, ton devoir est de partir, d'aller fermer les plaies de ce pauvre cœur déchiré par l'absence et de le faire renaître à l'espérance et à la joie, tu n'as plus de préjugés doctoraux et il te sera bien égal d'être docteur ou autre chose, pourvu que tu puisses faire le bonheur de celle qui a tout fait pour toi.

Voilà l'origine de ma nouvelle résolution de quitter Paris. Cette fois elle est irrévocable et mes amis, vu les graves motifs qui la déterminent, n'ont pas osé faire aucune objection.

Je m'en vais donc chez moi, sans savoir au juste ce que je pourrai y faire. Sans doute, je ne suis plus, grâce au positivisme, ce farouche démocrate qui en voulait à toutes les monarchies, surtout à celle de mon pays, mais destiné par mes dispositions théoriques et par mon tempérament d'apôtre à intervenir souvent dans les discussions publiques qui puissent intéresser mon pays et la doctrine que je sers, je dois me conserver toujours dans une juste indépendance du monde officiel. Cette condition va devenir formelle d'après ma consécration comme aspirant au sacerdoce de l'Humanité.

Quoi qu'il en soit, j'espère ne pas mourir de faim et pouvoir offrir plus ou moins prochainement à ma future épouse le bonheur domestique, en échange de tout ce que je lui dois.

Voilà pour l'ensemble de ma vie. Mais il faut à présent pour compléter ces renseignements, vous parler plus spécialement de mon essor intellectuel et philosophique.

Je ne me rappelle pas d'avoir été jamais tout à fait catholique; dès l'âge de cinq ans je commençai à lire, ce qui me lança aussitôt dans l'état révolutionnaire. Dans les collèges de Montevideo, où j'ai passé mon enfance, sauf ce qui constitue l'enseignement élémentaire, je n'avais appris que le français et l'anglais, surtout ce dernier que je parlais très couramment. Arrivé à Rio j'entamai les études secondaires qui répondent à peu près au baccalauréat français. L'étude de l'histoire et de la philosophie eurent toute ma prédilection, partagée par les études mathématiques. Je fus engagé à lire beaucoup d'auteurs et parmi ceux-ci Jean-Jacques Rousseau me frappa d'une manière spéciale. Son éloquence me conduisit et mon ardeur sociale faute de meilleur aliment se jeta sur celui-ci. Je me mis à rêver à Saint-Preux et à Julie, je cherchais partout un Emile pour en faire l'éducation et répétais d'un ton emphatique les phrases paradoxales du *Contrat Social* J'avais alors quinze ans!

Mon entrée à l'École Polytechnique en m'initiant à un régime scientifique plus sévère dissipa bientôt mes illusions rousseauniennes. Je compris le vide de certaines recherches, la nécessité de donner une base scientifique à mes spéculations philosophiques et me convainquis en même temps qu'il y avait des questions oiseuses et insolubles pour l'homme. J'ai flotté alors entre un scepticisme démoralisant et l'ensemble des habitudes acquises qui me poussaient à agir et à croire à quelque chose, ce qui répondait aussi à un besoin de mon organisation. Or, je croyais toujours à la république, à la régénération politique et je me jetai dans cette voie. A l'âge de dix-huit ans je fondai une revue politique et littéraire, qui fut suivie de beaucoup d'autres publications périodiques. Je fus admis à collaborer dans les journaux républicains et je pris une part active dans la propagande républicaine.

J'étais arrivé à ma troisième année de l'École Polytechnique; après avoir étudié la mathématique, depuis l'algèbre jusqu'au calcul infinitésimal, en même temps que la physique et la chimie, j'abordais la mécanique rationnelle, lorsqu'un ami avec qui je causais sur ces sujets, m'engagea à lire la partie mathématique du *Cours de Philosophie Positive*. J'avais souvent entendu nommer Aug. Comte et vu son grand ouvrage chez les libraires, mais dégoûté de toute philosophie, que je confondais alors avec la métaphysique, ce titre — philosophie positive — qui me semblait contradictoire, m'avait toujours paru de mauvais augure. Toutefois je suivis l'indication de mon collègue et je me procurai le tome 1<sup>er</sup> de cet ouvrage. J'eus la curiosité de commencer par le commencement, c'est-à-dire par les deux leçons qui servent d'introduction. Ce fut une vraie révélation: j'avais trouvé justement ce que j'avais cherché en vain et désespérais de trouver: une philosophie scientifique. En peu de temps j'avais lu tout l'ouvrage et mon enthousiasme redoubla quand j'entamai la partie historique. Après cette lecture, j'étais un disciple fervent de la nouvelle philosophie. Je commençai de suite à écrire des articles sur la nouvelle doctrine et je puis dire ici que c'est à moi que l'on doit la première impulsion du mouvement positiviste au Brésil. C'est à partir de cette époque que le grand public connut la philosophie positive et il est légitime que je me fasse honneur auprès de vous de cette priorité. (a)

Peu de temps après une semblable évolution s'étant opérée chez M. Mendes, nous combinâmes nos efforts et au moyen des journaux, de quelques revues, de cours et conférences, nous répandîmes la "bonne nouvelle". connue jusqu'alors seulement d'un certain nombre d'individus isolés et qui en faisaient une espèce de mystère. Malheureusement nous rencontrâmes sur

(a) Nota do autor: A superabundante documentação deste ensaio prova quanto estava enganado Miguel Lemos.

notre chemin les livres de M. Littré et les sophismes de ce mauvais disciple nous détournèrent de la lecture des dernières oeuvres d'Auguste Comte. Ce fut une halte dans la voie de notre plein essor, qui heureusement ne fut que passagère.

J'ai déjà raconté les circonstances qui produisirent mon voyage à Paris. Arrivé dans la grande ville, je commençai à suivre votre cours de *Philosophie Première* (1877), d'abord par pure curiosité, puis par un intérêt réel et soutenu. Malheureusement les malheurs arrivés à mon père et que j'ai déjà racontés, survinrent à cette époque et m'ôtèrent les dispositions d'esprit nécessaires pour suivre avec assiduité un cours sur des sujets alors si nouveaux pour moi. Cependant vous aviez lancé le germe d'une conversion. Je me mis à réfléchir sur les critiques de M. Littré et il en résulta la résolution que je pris de lire moi-même les derniers ouvrages d'Auguste Comte. Aussitôt que ma situation devint plus stable à Paris, j'entamai cette lecture et à ma grande surprise, et contrairement à l'opinion de M. Littré, Auguste Comte m'y paraissait encore plus admirable. En attendant votre cours de *Morale Théorique*, je continuai cette lecture, de manière que quand je reprenais ma place habituelle à votre cours, vous aviez en moi non seulement un auditeur attentif et respectueux, mais un disciple. Votre cours de *Morale Théorique* plus décisif et combiné avec la lecture assidue d'Auguste Comte, me guérit pour toujours de l'illusion littréenne, illusion par rapport à ceux qui ont suivi ou suivent encore de bonne foi M. Littré, mais complot coupable par rapport à lui *qui sait toute la vérité*. Je vis alors clair et une fois que je fus sûr de mon affaire, je la communiquai immédiatement à mes amis. M. Mendes résista quelque temps, mais à la fin, j'eus le bonheur de provoquer chez lui une transformation identique à celle que je venais d'éprouver, et vous savez qu'il est aujourd'hui un des apôtres les plus ardents du Positivisme. Le frère de ma fiancée se convertit aussi et j'eus le bonheur d'amener ma fiancée elle-même, déjà assez émancipée de toute théologie, à la religion de son futur époux. Elle achève en ce moment une traduction du *Catéchisme Positiviste* d'Auguste Comte, dont la publication prochaine sera d'une grande utilité pour notre action au Brésil. M. Mendes est devenu à son tour le centre d'autres adhésions et le nombre des vrais positivistes augmente tous les jours au Brésil.

Une fois converti je suis venu naturellement à resserrer mes relations d'abord avec vous, et puis avec tous nos confrères de Paris, et même de province et du reste de l'Europe, et j'ai trouvé dans ces contacts la source de mille enseignements et l'occasion de ressentir les émotions fraternelles qui caractérisent une vraie Eglise. Le souvenir de ces relations sera toujours présent à mon esprit et à mon cœur.

En même temps que je poursuivais dans l'étude directe du Positivisme, en tant que système religieux, je commençai mon initiation biologique, en dehors même de toute destination spéciale. Ces études que je suis obligé d'interrompre maintenant, je les reprendrai à Rio aussitôt que la stabilité de ma position me permettra de poursuivre dignement ma préparation théorique au sacerdoce de l'Humanité. En même temps je compte reprendre à nouveau toute la préparation mathématique, en suivant cette fois le programme de la *Synthèse Subjective*.

Voilà, très cher et très vénéré Maître, ce que je suis, le peu que j'ai fait et ce que j'espère faire. L'ensemble de mon essor peut se résumer en quelques mots. Comme tous ceux qui cherchent une régénération universelle, sans pouvoir créer eux-mêmes le système correspondant, j'ai parcouru une suite de changements, qui représentent autant d'essais pour atteindre ce but, mais plus heureux que la plupart de ceux qui cherchent un nouvel idéal pour la vie, j'ai enfin trouvé "ce Dieu inconnu" dont parlait Saint-Paul et je sais à présent dans quel sens je dois marcher pour avoir la paix dans le présent et la reconnaissance de mes successeurs dans l'avenir.

Si après cet exposé sincère et suffisamment complet, de mes antécédents vous me jugez encore digne de la destination sacerdotale, vous pouvez compter sur le dévouement et la subordination inaltérable de votre disciple.

Salut et Respect.  
Miguel Lemos

Ancien élève de l'École Polytechnique de Rio.  
Né à Nictheroy (Brésil, province de Rio de Janeiro),  
le 25 novembre 1854.

Paris, le 6 Frédéric 92 (le 9 Novembre 1880)

Cher et vénéré Maître

Comme je crois qu'il est de notre devoir de vous communiquer tout ce que nous faisons dans le sens de notre doctrine, je vous envoie ci-jointe la traduction d'une protestation que j'ai rédigée et envoyée à M. Mendes pour être affichée dans les rues de Rio, après avoir été signée par ceux qui partagent notre manière de voir. C'est en réponse à un manifeste signé par un très grand nombre de personnes considérables, dans lequel on demande à la population de souscrire pour les frais exigés par la création d'une Université à Rio.

Veuillez agréer, mon cher et vénéré Maître, l'assurance de mon dévouement.

Miguel Lemos  
(8, rue des Écoles).

affiche

Traduction française

Protestation contre le projet de créer une Université au Brésil

Les soussignés considérant:

- 1.° — Que les universités de l'État, après avoir été les foyers de la liberté spirituelle quand le catholicisme devint oppresseur, sont devenues à leur tour des institutions en décadence et un des plus grands obstacles à toute libre tentative de réorganisation spirituelle.
- 2.° — Que la création d'une telle institution dans notre pays ne répond à aucun besoin réel, mais seulement au patriotisme mal éclairé d'un certain nombre de citoyens qui poussent ainsi à l'imitation d'organisations vieillies et contre lesquelles protestent depuis longtemps tous les esprits émancipés du vieux monde;
- 3.° — Que le Brésil possède un nombre d'écoles supérieures plus que suffisant pour pourvoir aux besoins professionnels et que la création d'une Université n'aurait d'autre résultat que de donner plus d'extension aux déplorables prétentions pédantocratiques de notre bourgeoisie, laquelle abandonne les autres professions, également utiles et honorables, pour ne se préoccuper que de l'acquisition d'un diplôme quelconque;
- 4.° — Considérant, en outre, qu'une telle institution ne peut intéresser en rien, comme on a voulu le faire croire, la gloire du règne de Dom Pedro II, lequel, au contraire, ne peut prétendre à la gratitude de son successeur qu'en dirigeant les destins de notre patrie d'après les vraies tendances de notre époque et non pas en les sacrifiant à la satisfaction d'une vanité indigne de la haute responsabilité de sa fonction;

5.º — Considérant finalement, que les sacrifices que coûtera la poursuite de ce projet, représentent autant d'efforts déviés, au grand préjudice du peuple, de la sollicitude que doit éveiller en tous, gouvernement et gouvernés, la vraie instruction populaire, celle qui s'adresse à *tous* et qui n'est pas le privilège d'un petit nombre; protestent énergiquement contre une semblable tentative rétrograde que rien ne justifie et faisant usage d'un droit identique à celui invoqué par ceux qui la patronnent, demandent le concours du gouvernement et de l'opinion publique contre la réalisation d'un tel projet qui menace la vraie instruction et la vraie liberté.

Miguel Lemos.

Paris, le 3 Moïse 93 (le 3 janvier 1881)

Cher et honoré Maître

Le jour de mon départ approche, je n'ai qu'une semaine à passer à Paris. Je vous écris donc pour vous rappeler et votre photographie et les formules relatives au sacrement du mariage.

Je profite de l'occasion pour vous demander la permission de vous présenter dans notre réunion de mercredi soir, un compatriote, M. Villares, peintre qui vient de me manifester son adhésion complète au Positivisme.

Salut et Respect

Miguel Lemos

(8, rue des Écoles).

Rio, le 2 Archimède 93 (le 27 Mars 1881)

Cher et vénéré Maître

J'aurais dû vous écrire aussitôt après mon arrivée à Rio et c'était là mon intention, mais quand on retourne chez soi après une longue absence il y a tant de choses nouvelles à voir qu'on ne peut disposer de son temps. Et lorsque j'ai été assez libre pour le faire, il m'a fallu donner tout mon temps à la préparation de ma conférence sur Turgot. J'ai attendu alors que celle-ci fût faite pour vous en donner du même coup la nouvelle.

J'ai fait, en effet, dimanche dernier ma conférence sur Turgot. La salle était trop petite pour contenir le public: on y voyait tout ce que nous avons de plus marquant dans les lettres, les sciences et la politique. Je crois pouvoir dire que cet essai a beaucoup plu et les journaux en ont parlé en termes très flatteurs et pour la doctrine et pour l'orateur. Ce succès m'a engagé à charger un de nos confrères, M. le Dr. Teixeira de Souza, de faire aussi une conférence pour le centenaire de Calderón.

Nous allons essayer d'une nouvelle loi électorale, votée récemment par les Chambres, qui établit l'élection directe ou à un seul degré. M. Mendes m'a proposé de faire une conférence dans le but de donner des conseils aux électeurs et de faire ainsi intervenir le positivisme, autant qu'il est possible, dans la direction de notre politique. Il s'agit surtout de faire voir la nullité des moyens démocratiques et la nécessité de suivre une marche graduellement systématique qui puisse nous conduire sans graves secousses à la situation républicaine, en indiquant les réformes qui sont possibles déjà et qui sont un achèvement vers ce but. Il demandera aux électeurs de voter pour des gens disposés à faire adopter par les Chambres les institutions civiles qui nous manquent: inscriptions des naissances, mariage civil et laïcisation des

cimetières. J'ai cru la chose opportune et j'ai donné mon approbation au projet de M. Mendes, qui attendra pour le réaliser la rentrée prochaine des Chambres ou bien leur dissolution probable.

J'ai chargé aussi M. Mendes d'écrire une série de trois ou quatre articles à propos d'un mémoire qu'un de nos *docteurs* vient de publier en trois langues (portugais, latin et français) et où il propose une modification du calendrier ayant pour but la suppression des années bissextiles. Il profitera de l'occasion pour exposer d'après vous la théorie positive du calendrier en général et du calendrier positiviste en particulier. A ce propos je dois vous dire que le rédacteur en chef du journal le plus répandu de Rio et qui nous est très sympathique, m'a offert d'ouvrir dans son journal une section pour toutes les fois que nous jugerions utile d'avoir recours à la presse pour faire connaître notre manière de voir sur une question locale. J'ai accepté cette offre dont j'userai avec le plus de prudence possible et sans donner à notre intervention sous cette forme un caractère périodique qui nous entraînerait insensiblement dans le journalisme.

Je compte faire dans mois trois conférences sur la révolution française; je compléterai ainsi mon appréciation de la tentative de Turgot.

En dehors de ces conférences je pense à un cours régulier d'histoire générale: je me tâte pour voir si je pourrai oser une telle entreprise. En tout cas je vous indique cette idée pour savoir votre sentiment là-dessus.

Depuis mon arrivée la Société Positiviste se réunit régulièrement et au complet tous les dimanches à midi. Nous causons sur les questions du jour et nous lisons Auguste Comte.

Tout nous sourit, les sympathies sont presque universelles et presque tous le jours on reçoit ou on prépare une nouvelle adhésion. Il est seulement regrettable que le chef nominal du Positivisme au Brésil soit si loin de Rio et dans l'impossibilité, malgré sa bonne volonté, de donner une direction quelconque à notre action. D'un autre côté il faut avouer que ce n'est pas très *constitutionnel* l'initiative que je prends, sous ma responsabilité et avec l'assentiment unanime de mes confrères, des mesures que je crois utiles; car *officiellement* je ne suis qu'un simple membre de la Société comme les autres. Mais nous ne pouvons rester sans un chef réel, sous peine de ne rien faire et j'ai pris sur moi, pressé par les circonstances et profitant de l'influence que me donne le 1<sup>er</sup> degré du sacerdoce, de diriger nos forces. C'est une situation qu'il faudra régulariser et sur laquelle j'appelle votre attention.

Je n'ai rien obtenu encore quant à ma position matérielle. Je ne trouverais de facilités pour me faire une position que dans le monde officiel qui me doit rester fermé tant que je serai à la tête du mouvement positiviste. Cette situation est très pénible, mais j'attendrai encore un peu. Les gens actifs ne veulent pas m'employer car ils se méfient d'un ex-lettré qui veut devenir employé, et les idéologues ne veulent pas de moi pour la raison contraire. Il faudra bien cependant que je finisse par trouver quelque chose.

J'attends avec impatience votre portrait.

Salut et Respect

Miguel Lemos  
(Travessa do Desterro, 47)

Rio, le 15 César 93 (le 7 Mai 1881)

Cher et vénéré Maître

Sans attendre la réponse à ma lettre je vous écris de nouveau pour vous demander de vouloir bien m'envoyer tout ce qui est relatif au rituel de notre mariage. Je voudrai surtout avoir des renseignements précis sur la cérémonie préliminaire.

Un de nos confrères est à la veille de devenir père et il voudrait *présenter* son enfant. Voudriez-vous me donner une délégation pour conférer ce sacrement?

Nous célébrerons aussi le centenaire de Calderón. C'est notre confrère le Docteur Teixeira de Souza qui a accepté de le faire.

M. Mendes ouvrira dimanche prochain un cours où il exposera le catéchisme d'Aug. Comte. Il fera cette exposition au *Lycée d'Arts et Métiers*, institution qui répond, toute proportion gardée, au Conservatoire de Paris, mais qui a été fondée par l'initiative privée, sous le patronage du gouvernement qui lui octroie une subvention. Son Directeur et fondateur, architecte très distingué, a mis à notre disposition, pour un cours et nos conférences, une des salles de l'établissement.

Je crois que je ferai toujours un cours d'histoire générale; mais ce sera après le cours de M. Mendes.

En attendant, je m'occupe de l'administration de nos affaires qui étaient en désordre, et d'une foule de petites choses qu'il faut faire quand on veut faire réussir une organisation religieuse quelconque. Je revois aussi une traduction du Catéchisme Positiviste qui a été faite par ma fiancée, et que nous tâcherons de publier après le cours de M. Mendes.

Je prépare aussi une série de conférences contre le projet de fonder chez nous une Université et contre l'excitation artificielle qu'on veut donner ici à nos institutions scientifiques.

Veillez saluer nos bons confrères de Paris et agréez, cher et vénéré Maître, les salutations de vos disciples brésiliens.

Salut et Respect

Miguel Lemos  
(Travessa do Desterro n.º 47)

Rio, le 22 César 93 (le 14 Mai 1881)

Très cher et très vénéré Maître.

Je vous écris encore pour vous communiquer une importante nouvelle. Mr. Le Docteur Joaquim Ribeiro de Mendonça, actuellement à Rio pour quelques jours, m'a transmis mercredi soir la présidence de la Société Positiviste de Rio. C'est lui-même qui tout spontanément a fait la proposition, de manière à laisser voir que c'était une résolution mûrement réfléchie. Il a déclaré, en effet, que tant qu'il n'avait pas surgi au Brésil quelqu'un de plus capable, il avait pu conserver la direction du groupe, d'autant plus que cette absence même d'une impulsion vigoureuse était en rapport avec le peu de besogne. Mais qu'aujourd'hui tout m'indiquait pour cette fonction et qu'il croyait remplir un devoir impérieux en m'appelant à lui succéder dans la direction positiviste au Brésil. De plus, demeurant loin de Rio, il ne pouvait pas donner à nos travaux l'impulsion nécessaire.

J'ai accepté sous la réserve de votre approbation. J'ai exposé devant la Société les motifs qui me portaient à accepter, en dehors de toute préférence personnelle, la succession de M. Mendonça.

Me voilà donc avec la direction de notre groupe brésilien. Je dois dire que je fus agréé unanimement et que tous s'exprimèrent sans réserve sur un événement qu'ils estimaient depuis longtemps d'une nécessité urgente.

J'ai proposé pour M. Mendonça le titre de président honoraire, en souvenir de ses services et pour maintenir l'esprit de tradition.

J'espère que ce changement méritera votre haute approbation, je l'attends avec anxiété.

Dans le cas où vous n'auriez rien à redire je vous serais reconnaissant si vous vouliez bien faire insérer dans la *Revue Occidentale* une note officielle confirmant la décision de M. Mendonça.

Mais je vous demande de faire ajouter, outre cette confirmation de mon poste de président de la Société Positiviste, une déclaration me désignant comme le *Directeur du Positivisme au Brésil*, ou tout autre titre équivalent. Je crois ceci très utile, car ce titre plus général écartera tout sophisme tendant à me circonscrire dans des simples fonctions d'administration intérieure: on croit ici généralement que la présidence des sociétés positivistes doit finalement être séparée de la direction spirituelle. C'est une précaution que je prends pour l'avenir, quoique pour le moment tout le monde soit d'accord que le président de la Société Positiviste de Rio doit avoir aussi la direction spirituelle.

C'est à vous de juger en dernier ressort si je mérite une telle preuve de confiance.

J'ai besoin d'un renseignement: Est-ce que les centres locaux qui se formeraient dans les provinces du Brésil doivent se subordonner à la direction de Rio, et par celle-ci au centre de Paris, ou bien doivent-ils se subordonner directement à celui de Paris? Je vous fais cette question car on vient de nous écrire de Bahia, la 2<sup>e</sup> ville du Brésil, l'ancienne capitale, pour nous demander des renseignements en vue de la formation d'un centre positiviste dans cette ville.

Tout ce que je me rappelle de la lettre et de l'esprit des indications d'Auguste Comte à ce sujet, me fait croire que ces centres provinciaux doivent être hiérarchisés autour du centre principal et avec celui-ci autour de Paris. Mais j'attends vos renseignements spéciaux là-dessus.

Je viens de recevoir le beau volume de votre conférence sur la *Morale Positive* faite au Havre. Ce sera un ouvrage excellent pour la propagande positiviste.

M. Mendes a déjà commencé dimanche dernier son exposition du catéchisme positiviste au *Lycée d'Arts et Métiers*. Il y avait environ 200 personnes.

Nous nous préparons maintenant pour le centenaire de Calderón.

Veuillez saluer nos excellents confrères de Paris,

Salut et Respect

Miguel Lemos

(Travessa do Desterro, n.º 47)

Je vous remets par la poste la 1.º partie de votre cours d'arithmétique.

Rio de Janeiro, le 10 Gutenberg 93 (le 22 Aout 1881)

A M. Pierre Laffitte  
Directeur du Positivisme  
Paris.

Très cher et très vénéré Maître

J'ai reçu vos deux lettres avec les pouvoirs nécessaires pour conférer le sacrement de la Présentation.

Je vous remercie beaucoup des renseignements que vous avez bien voulu me donner sur le mariage positiviste. Mais il me reste quelques questions à vous poser, surtout au point de vue de notre situation brésilienne.

Le mariage positiviste suppose préalablement la cérémonie civile. La chose ne présente aucune difficulté pour les pays qui ont le mariage civil. Mais le Brésil ne l'a pas encore. Les lois ne reconnaissent comme légitimes que les mariages contractés devant les ministres des religions théologiques reconnues par l'Etat. La religion officielle est ici la catholique et la majorité des brésiliens y naissent. Quiconque veut se marier chez nous, s'il n'est pas protestant ou juif, ne peut pas absolument se passer de la cérémonie catholique pour que son mariage soit valable civilement. Dans ce cas, je vous

demande, devons-nous considérer ce mariage catholique comme un équivalent du mariage civil? Je ne vous pose même pas la question de savoir si nous devons subir ou non la cérémonie théologique, car il faut bien qu'on se marie chez nous et il n'y a pas d'autres moyens de le faire. Prétendre, sous prétexte de cohérence philosophique que nous ne devons pas aller à l'église catholique, ce serait prétendre que nul positiviste ne doit se marier chez nous. Du reste, je crois que l'esprit de notre doctrine est trop relatif pour ne pas permettre ces concessions à la légalité actuelle sans aucune hypocrisie.

Une autre question sur laquelle je serais très aise de recevoir vos éclaircissements se rapporte aux mariages mixtes admis par Auguste Comte. Vous savez que notre Fondateur n'admettait ce mariage que pour la femme théologique et la condition pour celle-ci était de promettre le veuvage éternel. Maintenant d'après les développements que vous venez de donner à la cérémonie préliminaire, il peut arriver un cas où la cérémonie définitive n'eût jamais lieu. S'il s'agit d'un mariage mixte la condition imposée par Auguste Comte, ne pourra pas alors être exigée; je voudrais savoir, par conséquent, quelle serait cette condition dans la cérémonie préliminaire, envisagée d'après vos dernières explications.

M. Lagarrigue a dû vous consulter en mon nom sur une question relative au baptême qui se pose chez nous et que je n'ai pas osé résoudre par moi-même. Nous n'avons pas également d'inscription civile des naissances; c'est toujours la cérémonie théologique qui octroie les effets civils de l'acte correspondant. Toutefois il y a ici un artifice légal par lequel on peut faire reconnaître la filiation de l'enfant, au moyen d'un document passé devant notaire et signé par un certain nombre de témoins. Mais il y a des cas où les mœurs se montrent plus exigeantes. Nous avons, par exemple, des couples positivistes qui voudraient bien épargner le baptême à leurs enfants, mais qui pour ne pas heurter de front les scrupules d'une grand-mère ou d'un grand-père et même de toute la famille, se résignent à faire cette concession. La question est donc celle-ci: peut-on conférer le sacrement positiviste de la Présentation à un enfant dont les parents positivistes l'auraient soumis avant, par les circonstances ci-dessus au baptême catholique? Vous concevez bien que d'après mes explications sur les effets civils chez nous de ces deux sacrements théologiques (baptême et mariage), ces questions sont des questions très importantes pour les positivistes brésiliens.

Cette absence d'institutions civiles crée au Brésil une situation très grave pour les libres-penseurs. Aussi, nous nous efforçons de circonscrire les exigences actuelles de notre parti républicain à l'obtention immédiate de ces institutions, réclamées par tout le monde, excepté par les catholiques qui ici comme ailleurs entendent la liberté à leur manière.

A ce propos je dois vous communiquer notre intervention politique dans une réunion du parti républicain tenue le 15 de ce mois. J'y ai porté la parole au nom des *républicains positivistes*. J'ai établi, d'abord, que nous étions républicains sans être nullement démocrates, que nous avions nos doctrines, nos méthodes à part, et que par conséquent nous n'aurions dans le parti républicain que le rôle de conseillers et de modérateurs. J'ai indiqué ensuite qu'il fallait préciser le programme actuel du parti républicain, en tâchant de préparer la transformation républicaine définitive par une suite de mesures propres à nous y conduire par une sage évolution. Je me suis efforcé alors de démontrer que notre programme actuel, en laissant de côté la prétention puéride de vouloir proclamer la république immédiatement, devait se restreindre à la conquête des institutions civiles qui nous manquent: registre des naissances, mariage civil, sécularisation des cimetières. Ces réformes seraient le complément nécessaire de notre liberté spirituelle, et en même temps, un acheminement vers la séparation définitive du temporel et du spirituel.

Ce petit discours a été très applaudi et le candidat du parti républicain aux prochaines élections, a déclaré accepter notre méthode et se consacrer à la poursuite de ces réformes urgentes.

Cette réunion a montré de la manière la plus éclatante le prestige et l'autorité dont jouit ici le Positivisme. Tout d'abord, au début, comme il s'agissait de nommer un président *ad hoc*, j'ai été acclamé par unanimité, mais je me suis excusé car cela me placerait dans une situation gênante. Au cours des discussions plusieurs orateurs, et surtout le candidat, se sont prononcés de la manière la plus sympathique à notre sujet. Et le président de la réunion, avant de lever la séance, a particulièrement félicité le parti républicain brésilien de pouvoir compter sur les *conseils* du groupe positiviste.

L'acceptation et les sympathies qui accueillent ici le Positivisme, sont faites pour vous réjouir, mais elles ne doivent nullement vous surprendre. Vous savez que la situation primitivement coloniale facilite entièrement tout essor rénovateur: on n'y trouve pas les éléments de résistance des mères-patries et on jouit d'une complète liberté de discussion. Ici cette liberté est faite pour étonner l'étranger. Je ne connais aucune ville excepté Paris où l'on puisse comme à Rio dire et écrire en public tout ce que l'on veut sur Dieu, sur le gouvernement, sur tous les sujets, enfin.

Ici ce sont les classes libérales et instruites qui feront la transformation. Nous n'avons pas de prolétariat, proprement dit, notre industrie est exclusivement agricole et le travailleur rural est le nègre esclave. Ceci change beaucoup la situation des positivistes brésiliens et la rend très différente de ce qu'elle est à Paris et à Londres. Là votre action est encore latente; vous êtes encore comme perdus au milieu de ces grandes cités, où vous cherchez à vous appuyer sur l'élite du prolétariat. Ici, au contraire, nous sommes en pleine évidence, appartenant nous-mêmes aux classes libérales, sur lesquelles nous agissons directement, tous les regards sont tournés vers nous, tous nos actes et paroles deviennent immédiatement les événements du jour. Le monde scientifique et officiel, loin d'être comme chez vous, les citadelles de la réaction, sont ici, au contraire, les éléments les plus modifiables et nous y obtenons tous les jours des adhésions et des sympathies. Tout cela crée au Positivisme une situation d'activité extraordinaire, pour être prêt à donner satisfaction aux besoins du public. Demain nous aurons des savants, des hommes d'Etat, des individus hautement placés, acceptant une grande partie de nos conceptions, sinon totalement convertis au Positivisme. Il faudra donc nous montrer à la hauteur des circonstances.

Mais pour y parvenir, étant données les circonstances ci-dessus indiquées, il ne faut pas seulement du dévouement et de l'activité; il nous faut aussi une organisation et une discipline suffisamment développées.

J'aborde ainsi l'endroit de votre lettre qui se rapporte au caractère que doit avoir ma direction. J'accepte pleinement votre manière de voir sur le caractère provisoire de cette direction; je dois même compléter vos excellents conseils à ce sujet, en vous montrant comme définitif ce qui ne vous semble que transitoire.

Vous devez vous rappeler que quand vous me fîtes l'honneur de me proposer le sacrement de la destination sacerdotale, je vous communiquai, en acceptant votre proposition, le peu d'espoir que j'avais d'arriver un jour au sacerdoce; je vous ai dit que j'acceptais l'honneur que vous vouliez me faire à cause de l'influence coordonnatrice que cet événement pourrait avoir lorsque je serais de retour dans mon pays. Je n'ai pas changé mon sentiment à ce sujet et je pense aujourd'hui exactement de même: je ne crois pas pouvoir arriver jamais à remplir toutes les conditions d'un digne prêtre.

Mais, si d'un côté, je souscris entièrement à votre manière de voir sur le caractère provisoire de ma direction, je dois vous dire que cette situation spéciale du Positivisme chez nous, que je viens de décrire, crée nécessairement le besoin d'une organisation homogène. Tous les regards étant tournés vers nous, notre action serait discréditée aussitôt que, faute de subordination et de discipline, les individualités laissées à elles-mêmes donneraient le specta-

cle d'une incohérence quelconque. Si, par exemple, les dernières divisions qui ont malheureusement éclaté, en France et en Angleterre, au sein de l'Église Positiviste, se fussent produites ici, la marche du Positivisme eût été retardée pendant de longues années. Ces déchirements intestins auraient éclaté ici comme la foudre en plein jour, tandis que là-bas en Europe ils n'ont guère été connus que des initiés.

Sans doute, je suis entièrement de votre avis sur les ménagements exigés par mon âge et par le simple grade d'aspirant: aussi je me suis efforcé toujours de ne pas les oublier, car je sentis immédiatement cette double difficulté de ma situation, surtout celle qui dérivait de mon âge. Mais, d'un autre côté, la situation que je viens de décrire rendait indispensable l'avènement d'un chef, directeur ou guide quelconque, autour duquel le ralliement pût se faire. On sentit, et je sentis moi-même, que tout m'indiquait pour ce rôle. D'abord j'arrivais du foyer normal du Positivisme où votre Autorité m'avait consacré comme digne d'aspirer au sacerdoce; mes rapports personnels avec le groupe parisien me rendaient comme l'élément transmetteur de la tradition positiviste. Ensuite, la plupart de nos confrères, je dirais, la totalité de nos confrères, ne possédait pas assez la doctrine pour diriger la propagande et surtout pour en appliquer les solutions à notre milieu. Cette dernière opération exigeait en outre certaines conditions de caractère, surtout une suffisante combinaison de courage et de prudence. M. Mendes, par exemple, le seul qui commençait à posséder suffisamment la doctrine, et dont vous connaissez l'intelligence remarquable, laissait beaucoup à désirer à ce dernier point de vue. Les plus âgés d'entre nous, en dehors de leur préparation, occupaient des fonctions officielles; ils n'avaient ni assez d'indépendance, ni assez de loisir pour se mettre à la tête de notre groupe. De son côté, M. Mendonça comprit aussitôt qu'il ne pourrait plus être titulaire d'une fonction qu'il ne remplissait pas, et avec un sentiment très digne d'éloge, alla au devant des désirs de tous et résigna entre mes mains la présidence de la Société Positiviste. Il y avait en outre, une circonstance qui rendait M. Mendonça incompatible, c'était sa qualité de patricien agricole brésilien, c'est-à-dire, possesseur d'un certain nombre d'esclaves. En dehors des inconvénients purement moraux d'une telle situation, comment pourrait-il offrir des garanties d'impartialité dans la grave question — la question sociale du Brésil —, c'est-à-dire le problème du remplacement du travail esclave par le travail libre?

Tout m'indiquait donc, même ma pauvreté absolue, comme le chef naturel des Positivistes au Brésil, malgré ma jeunesse. C'est parce que j'en étais fermement convaincu que j'acceptai, après mûre réflexion, la succession de M. Mendonça.

En l'acceptant, je savais très bien que la divulgation du Positivisme serait désormais le seul but de ma vie. Mais je vis aussitôt que pour agir il fallait une discipline et une organisation, conditions sans lesquelles la période active où nous allions entrer deviendrait funeste au Positivisme. La situation pousserait elle-même nécessairement à établir l'ascendant spontané du chef. En effet, c'est ce qui est arrivé.

Nous étions une vingtaine, au début de ma direction, nous sommes aujourd'hui cinquante. Ces adhésions ont toutes les origines: professeurs, fonctionnaires publics, commerçants, médecins, ingénieurs, étudiants, etc. Tous acceptent franchement, sans arrière-pensée, leur subordination envers moi et tous y voient la condition indispensable de notre succès.

Si au lieu de cette subordination nécessaire, chaque individu fût entièrement libre d'agir et de parler au nom du Positivisme, nous aurions bientôt la divagation la plus déplorable. Au lieu de cela, l'activité coordonnée de notre groupe a déjà conquis un point capital, qui n'est pas encore acquis en Europe: il n'y a plus à Rio des gens qui se disent positivistes, sans l'être complètement. Personne n'ose plus se considérer positiviste, s'il ne fait pas partie de notre organisation, ce qui n'empêche pas que le mouvement de

sympathie et d'adhésion en notre faveur ne devienne de plus en plus caractérisé.

En résumé, je crois avec vous que mon grade d'aspirant et surtout mon âge, me commandent de sages ménagements dans ma direction provisoire, mais que d'un autre côté, la situation du Positivisme au Brésil exige une grande coordination d'efforts pour ne pas détruire l'efficacité de notre activité par une incohérence de vues qui serait immédiatement évidente pour tous.

— Je viens de recevoir de la ville de São Paulo, capitale de la province du même nom, une adhésion collective de sept personnes, adhésion de la plus haute importance. Vous trouverez ci-jointe, avec le tableau des nouveaux adhérents, la traduction de la lettre que l'un d'eux a adressée à notre ancien confrère de S. Paulo, M. Godofredo Furtado. En parcourant des yeux ce tableau vous serez aussitôt renseigné sur l'importance capitale de ces nouvelles recrues. Il y a parmi eux un professeur de la Faculté de droit, âgé de 49 ans, mais dont le sentiment social est assez développé pour comprendre la nécessité de se subordonner à un jeune homme de 27 ans. Mais cet événement a encore une signification que je vous demande la permission de faire ressortir. Tous ces adhérents appartiennent, comme vous le voyez, à la province de São Paulo, c'est-à-dire à la province où M. Barreto fut longtemps considéré comme le représentant de plus autorisé du Positivisme. Ceci prouve encore une fois le mal-fondé des plaintes de ce même M. Barreto par l'intermédiaire de son pharmacien de Jacarehy, sur les prétendues divisions que je serais venu provoquer au sein des positivistes brésiliens, par mon article de la *Revue* sur les divagations démocratiques. Il n'y a que deux dissidents dans le positivisme brésilien: M. Barretto qui en est sorti de lui-même et son pharmacien qui n'y est jamais entré. Il faut ajouter que M. Barretto n'a jamais versé un centime pour le subsidie sacerdotal, ce qui est caractéristique, car il s'agit d'un homme qui est assez bien de fortune.

La formation d'un noyau positiviste à São Paulo est venue rendre plus nécessaire mon voyage à cette ville, voyage décidé depuis longtemps. Je partirai d'ici le 10 Septembre et j'y resterai une quinzaine de jours; j'y ferai trois conférences sur la vie et l'oeuvre d'Auguste Comte. Ce voyage apostolique aura, je crois, une très grande influence, surtout sur la jeunesse qui étudie à la Faculté de droit de cette ville, et qui cherche sa voie au milieu d'un positivisme mélangé de toute espèce de théorie à la mode.

Je reviens à la question des centres de province, sur lesquels j'ai encore besoin d'un éclaircissement. Vous me dites à propos de celui de Bahia que je dois laisser mûrir les choses, sans trop les précipiter, à moins que le groupe ne vienne spontanément accepter de moi une sorte de subordination. Mais je voudrais savoir si cette précaution est dictée en vue de ma situation spéciale — ou bien si cela est le principe de notre hiérarchie normale, différente alors de la hiérarchie catholique où les diocèses d'un même pays sont reliés entre eux sous un chef commun et le tout soumis au souverain pontife, ce qui n'empêche pas leurs rapports directs avec le chef suprême?

M. Dubuisson a dû vous consulter sur un projet que j'ai soumis à votre approbation relatif à la création d'un petit Bulletin tous les trois mois du mouvement Positiviste au Brésil. Je crois cette publication extrêmement utile pour notre action. Ce bulletin, essentiellement contiendra un article d'application à une question brésilienne et des nouvelles relatives au progrès du Positivisme dans tous les pays. L'action prépondérante que prend chez nous le Positivisme nous conduit nécessairement à intervenir avec nos solutions dans toutes les graves questions. Je sais parfaitement les dangers inhérents à toute publication périodique, aussi je vous promets la sobriété la plus grande et une sage réserve dans nos articles. Si ce projet mérite votre approbation, je combinerai l'abonnement du Bulletin avec celui de la *Revue Occidentale*, de manière à ce que tout abonné de celui-là trouve un grand avantage à s'abonner également à celle-ci. Ainsi le Bulletin viendra activer la

lecture de la *Revue Occidentale*, dont l'existence me semble une des nécessités fondamentales de la situation du Positivisme dans le monde entier. Mon Bulletin a du reste un précédent déjà, dans celui que M. Nystrom publie à Stockolm. Je vous prie de me donner le plus tôt possible les renseignements que vous m'annoncez sur le rôle des sociétés positivistes pendant la transition.

Voici comment j'ai conçu ici notre organisation.

J'ai appelé Centre Positiviste Brésilien la totalité des adhérents répandus dans tout le pays, l'adhésion étant caractérisée par ces deux faits: souscription au subsidé sacerdotal et subordination au directeur reconnu par le chef universel. Vous voyez donc que le Centre c'est à proprement parler l'*Eglise Positiviste du Brésil*.

Mais dans ce centre il y a un élément plus spécial, dont les membres sont en petit nombre et qui constitue le noyau ostensiblement actif de la propagande positiviste: c'est la Société Positiviste de Rio, pouvant avoir des sociétés filiales dans d'autres villes du Brésil. Je fais ainsi la part de tout le monde: de ceux qui veulent bien coopérer à notre oeuvre, mais en restant dans la foule, et de ceux qui sont poussés par leur nature et leur situation à accepter la responsabilité d'une action publique.

Voilà comment j'ai conçu les choses ici; vous me direz si cela mérite votre approbation sans laquelle je ne ferais jamais rien de définitif.

Le 5 Septembre je ferai une conférence sur Auguste Comte. Le soir, selon la tradition de l'Eglise de Paris, nous aurons un repas fraternel.

Le 7 Septembre nous célébrerons avec éclat l'anniversaire de notre indépendance nationale. Nous allons essayer de faire revivre cette fête patriotique tombée depuis quelques années, en lui donnant le caractère organique du Positivisme; nous en ferons la fête de la Patrie Brésilienne. Pour cela j'ai rédigé et je ferai distribuer et publier un appel à la population (dont je vous envoie la traduction) et nous-mêmes nous célébrerons une séance publique. M. Teixeira Mendes est chargé du discours. Nous attendons les meilleurs résultats de cette initiative civique.

Voici la situation actuelle du Positivisme chez nous.

Quant à ma situation personnelle elle reste la même. Dans l'impossibilité presque de trouver un emploi, en dehors du monde officiel, du journalisme ou de l'enseignement payé, trois choses qui me mettraient aussitôt en contradiction évidente, la direction et la propagande positiviste suffisente déjà pour absorber entièrement mon temps. Ces motifs réunis au désir d'instituer les moeurs normales et de mettre leur chef dans les conditions d'entière indépendance, ont suggéré à nos confrères l'idée de m'instituer un subsidé personnel. M. Lagarrigue a dû vous consulter là-dessus; je renouvelle aujourd'hui cette consultation en vous priant de me faire connaître votre opinion à ce sujet.

Je vous prie de m'excuser la longueur de cette lettre, mais je crois que vous serez content d'être bien renseigné sur notre situation.

Veuillez me rappeler au souvenir de nos confrères.

Salut et Respect

Miguel Lemos

(Travessa do Desterro n.º 47)

*P. Scriptum* — Parmi les divers sujets dont je voulais vous entretenir dans cette lettre, j'avais pris note du discours de M. Beesley, publié dans les derniers n.ºs de la *Revue Occidentale*. Mais comme cette lettre devenait excessivement longue j'avais ajourné cette question pour une autre fois. Un fait qui est venu confirmer ma prévision sur l'effet de ce discours, m'oblige à vous en dire quelques mots, au risque d'allonger encore cette lettre.

La lecture de ce discours nous a fait une impression très fâcheuse. Il y a deux points principaux sur lesquels j'insisterai.

D'abord il nous est impossible d'admettre ce caractère vague qu'il veut donner à l'organisation positiviste et qui tend à autoriser toutes les divagations, sans excepter le *liturésime*. En effet, M. Beesley nous dit: "Nous ne sommes en réalité qu'un petit nombre de laïques, unis entre nous par l'adoption commune des principes les plus importants établis par Auguste Comte, et qui désirons sérieusement poursuivre leur application, sans vouloir le moins du monde contester la prétention de qui que ce soit à être considéré comme positiviste, parce que nous pouvons différer de lui sur quelques conséquences secondaires de ces principes. Nous sommes tout disposés à reconnaître que ces conséquences ne devront être mises au rang des vérités acquises que lorsqu'elles auront subi l'épreuve de l'expérience. Il faudrait être doué d'une imagination bien prosaïque pour supposer que Comte ait jamais eu la pensée qu'une société prendrait le quatrième volume de sa *Politique Positive* pour son Lévitique. Il savait trop bien qu'on ne compose un Lévitique que longtemps après que les règles qu'il décrit se sont spontanément développées".

Nous croyons que ce morceau, que M. Littré aurait signé volontiers, est en contradiction formelle avec ce que nous ont enseigné Auguste Comte et son successeur actuel. D'abord quels seront ces principes importants dont l'adoption commune caractériserait les vrais positivistes? Il est facile de voir que chacun choisirait ses principes importants selon sa fantaisie. Car si l'on veut admettre cette définition et si l'on veut en même temps des chefs, ou bien ces chefs décideront quels sont ces principes et alors à quoi servira cette faculté de choix des individus, ou bien les chefs laisseront une entière liberté à ce sujet, et alors à quoi serviront les chefs? Ensuite il nous semble, contrairement à ce qui paraît être l'opinion de M. Beesley, que nous avons sans nul doute le droit de contester à qui que ce soit la prétention d'être considéré comme positiviste, s'il n'admet l'*oeuvre entière* d'Auguste Comte et s'il ne reconnaît l'organisation tracée par le Maître, car cette organisation elle même *fait partie de son oeuvre*.

Nous considérons également une concession dépassant les ménagements exigés par une sage propagande que de dire *sans rien préciser* que les conséquences secondaires sur lesquelles on diverge, ne doivent être mises au rang des vérités acquises que lorsqu'elles auront subi l'épreuve de l'expérience. Quelles seront ces conséquences secondaires?

L'avenir normal construit par Auguste Comte est-il, oui ou non une prévision scientifique, *déduite* de la connaissance des lois du Passé? Oui, dussions-nous mériter le reproche d'imagination prosaïque, ce qui n'est pas probable chez les descendants des Portugais et des Espagnols, nous affirmons que pour nous, le 4<sup>e</sup> volume de la *Politique Positive* est notre Lévitique, lévitique scientifique, aussi certain pour nous que la géométrie. Si cela n'est pas, la constitution de la sociologie comme science positive aurait été manquée par Auguste Comte.

Un lévitique théologique ne peut sans doute s'écrire que longtemps après que les règles qu'il décrit se sont spontanément développées, car nous savons que quoique sous forme de révélation divine, la découverte de ces règles a été le fruit d'un long et lent empirisme; mais nous savons aussi que la *prévision scientifique* épargne justement ces tâtonnements du commencement. Par conséquent les règles décrites dans le 4<sup>e</sup> volume de la *Politique* (lequel comprend aussi la *théorie du Présent*), sont pour nous rigoureusement scientifiques et comme telles leur application doit être poursuivie comme on poursuit l'application d'un théorème de géométrie, *dont on possède déjà la démonstration*, et nullement dont on commence par mettre en doute la vérité.

Cette manière dangereusement vague de comprendre ce que c'est qu'un positiviste, et qui justifie d'avance toutes les révoltes de l'orgueil individuel, est en opposition formelle avec la tradition et l'enseignement d'Auguste Comte que vous développez avec une si admirable continuité. On peut être plus

ou moins positiviste, comme il y a des lignes plus ou moins droites, mais de même que la ligne droite est une chose bien définie et précise de même le positiviste est un type bien caractérisé et précis.

L'autre point du discours de M. Beesley qui nous a suggéré quelques objections quoique moins capital, est encore d'une grande importance pour nous. Je veux parler des considérations qu'il a présentées à propos de notre culte public. Il n'est pas difficile de voir que la plupart des précautions qu'il prend à ce sujet, lui sont dictées par les conditions du milieu anglais et par les réclamations de M. Congrève — deux circonstances trop spéciales pour devoir déterminer la même manière de voir dans le pays où la population n'est pas protestante et où l'on n'est pas préoccupé directement de faire revenir les adhérents de M. Congrève dans le giron de l'Église.

Tout le monde est d'accord, d'après vos sages recommandation, que l'institution de notre culte public, doit être poursuivie avec une extrême réserve dont vous donnez le précieux exemple, mais cela veut-il dire que nous ne *ferons rien* dans cette direction et surtout que nous ne profiterons pas des éléments existants dans les diverses populations de l'occident? Dans nos populations méridionales, par exemple, qui aiment les fêtes, les discours éloquents, la poésie, la musique, mettons-nous de côté ces moyens précieux de propagande? Ici, les fêtes, les beaux discours, etc. ne sont pas le privilège de l'église catholique; cela est passé dans les moeurs, c'est populaire et laïque. Nous mettons à profit ces dispositions pour propager notre doctrine. Les fêtes de Camoens, de Turgot, de Calderón, célébrées chez nous, sont là pour démontrer les bons résultats de cette excellente politique.

Je crois qu'une propagande qui ne profiterait sagement (comme a fait du reste le catholicisme) de ces dispositions propres à chaque pays, pour les faire servir au triomphe de la nouvelle religion, ferait une faute grave. On dira: mais il faut procéder avec une extrême prudence; sans doute, peut-on diriger à un degré quelconque un mouvement de cet ordre sans prudence? C'est une qualité préalable que doivent avoir ceux qui sont à la tête du mouvement.

Tels sont, mon cher Maître, les objections et les doutes soulevés dans notre esprit par la lecture du discours de M. Beesley, et que je vous expose loyalement comme c'est mon devoir.

Quand nous eûmes lu ce discours, nous nous sommes dit que les faux positivistes allaient nager dans la joie et profiter des armes que leur fournissait notre digne confrère de Londres. Notre prévision vient de se réaliser.

Il a paru hier dans un journal de Rio (*O Cruzeiro*) un article anonyme (1).

Dans cette article on s'appuie sur les discours de M. Beesley pour nier avec quelque vraisemblance, la nécessité d'une organisation positiviste et pour mettre de côté, jusqu'à nouvel ordre le système politique et religieux d'Auguste Comte, l'adhésion devant se borner à la philosophie positive. On y fait l'éloge de M. Littré, comme le plus éminent propagateur du positivisme, on déclare que les vrais chefs du Positivisme sont M. Barreto, au Brésil, M. Braga, au Portugal, M.M. Beesley et Bridges en Angleterre et... M. Laffitte, en France, comme chef suprême!... L'auteur de l'article, comme toujours, se pose en homme pratique, fait appel au bon sens et insinue que nous sommes (la société positiviste de Rio) des exaltés qui compromettons par notre imprudence l'avenir du Positivisme. Sans doute je ne nie pas que ce soit plus pratique de vouloir être riche, député, etc., qu'on montre plus de bon sens en voulant comme nous disons chez nous, allumer un cierge à Dieu et un autre au Diable, et surtout que c'est beaucoup plus prudent d'accepter le positivisme de manière à ce qu'on ne devienne incompatible avec toutes les ambitions temporelles et spirituelles, en même temps.

(1) Il faut que vous sachiez qu'ici tous les journaux ont une section à la disposition du public, où l'on écrit en payant tant par article.

Cette divagation de journaliste, où tout se trouve mêlé, et qui confirme d'une manière si éclatante les accusations de mon article de la *Revue* sur la dégénération de M. Barreto, n'aura ici aucune influence, mais elle est précieuse en tant que symptôme pour juger la portée dangereuse du discours de M. Beesley.

Je vous prie de m'excuser la longueur de ce post-scriptum.

Salut et Respect.

Miguel Lemos

Le journal français de Rio, "*Le Messager du Brésil*" vient de traduire la substance de ma circulaire relative à la fête du 7 de Septembre, avec des commentaires. Cet article tiendra lieu de ma traduction. J'ai rectifié deux altérations de mon texte portugais.

(Traduction)

S. Paulo, le 10 Aout 1881

Cher Monsieur G. Furtado

Je vous remets inclus le tableau des positivistes orthodoxes de S. Paulo et avec leur assentiment je vous prie de vouloir bien, dans votre qualité de membre du centre Positiviste de Rio, l'envoyer à notre digne chef et Président du même groupe, pour que celui-ci veuille nommer parmi ceux qui y sont inscrits un délégué afin de constituer dans cette ville un "noyau positiviste" filial du Centre de Rio, capable d'initier les travaux de divulgation et de cathéchèse avec la régularité inseparable du régime de la nouvelle Eglise

Votre dévoué

José Leão.

Voir le tableau ci-joint.

Tableau des positivistes religieux habitant la ville de S. Paulo

Dr. Carlos Mariano Galvam Bueno — (1)

José Leão Ferreira Souto — (2)

Francisco Paulino de Almeida Albuquerque — (3)

Dr. Leopoldo de Bulhões Jardim — (4)

Antônio Fontoura Xavier — (5)

Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça Júnior — (6)

Antônio da Silva Jardim — (7)

(1) — agé de 49 ans — marié — Professeur à la Faculté de Droit.

(2) — " " 31 " — garçon — employé d'administration.

(3) — " " 31 " — " " " "

(4) — " " 28 " — marié — Professeur et avocat.

(5) — " " 23 " — garçon — étudiant en droit.

(6) — " " 22 " — " " " "

(7) — " " 21 " — " " " " et professeur à l'École Normale.

*Observation* — des deux facultés de droit qui existent au Brésil, l'une d'elles est à S. Paulo. Le Positivisme envahit donc nos anciennes pépinières de légistes et d'avocats.

— Dans ce tableau ne sont pas compris M. Godofredo Furtado, à qui cette lettre a été adressée et M. Mendonça, tous deux déjà membres de la Société Positiviste de Rio.

Rio, le 7 Descartes 93 (le 14 octobre 1881)

Très cher et très vénéré Maître

Me voilà de retour de mon voyage à Saint Paul. Je suis parti pour cette ville le 12 Septembre et j'y suis resté une vingtaine de jours. J'y ai fait neuf conférences sur la vie et la doctrine d'Auguste Comte.

Cette exposition a été un véritable événement pour S. Paul. Plus de 300 personnes l'ont suivie avec assuidité et avec un intérêt toujours croissant. Tous les journaux, sans distinction de couleur politique ont tenu à donner très exactement le compte rendu de chaque conférence.

Quoi qu'il en soit de cet accueil trois résultats importants ont été obtenus.

1.<sup>o</sup> — J'ai fait voir que le vrai Positivisme différerait beaucoup des doctrines à la mode qui avaient cours sous ce nom, de manière à dissiper complètement toutes les préventions des esprits sensés.

2.<sup>o</sup> — J'ai d'une manière décisive ébranlé le prestige dont jouissait M. Littré.

3.<sup>o</sup> — J'ai conduit un grand nombre d'esprits à réfléchir et à vouloir connaître le Positivisme.

Ce qui est certain c'est que ces conférences ont déterminé à S. Paul un grand courant sympathique en faveur du Positivisme.

J'ai aussi inauguré et constitué définitivement le nouveau groupe positiviste, dont je vous ai entretenu dans ma dernière lettre. J'ai désigné M. Godofredo Furtado pour son président. A ce sujet il faut rectifier mes dernières informations. Quelques unes des adhésions communiquées dans ma dernière lettre, étant prématurées, le groupe a été réduit à six personnes, ce qui est un avantage réel, vu l'hétérogénéité des autres éléments.

Nous avons donc désormais une Société Positiviste à S. Paul, acceptant d'elle-même ma direction et reliée à celle de Paris.

Ma situation dans le Positivisme brésilien, surtout après ce voyage qui a eu un caractère exclusivement *apostolique*, est devenue très décisive. Cette situation qui s'accroît de plus en plus me rend incompatible avec une fonction pratique quelconque qui déterminerait ma dépendance matérielle et par suite philosophique envers mes chefs industriels. Cet ensemble de conditions a conduit naturellement nos positivistes brésiliens à concevoir le projet de me faire un subsidé personnel de manière à que je puisse me consacrer entièrement au Positivisme, tout en me rendant entièrement *indépendant*, ce qui est pour nous le point capital. Moi-même sous l'impulsion de mêmes considérations, après avoir envisagé sans illusions puéres ma situation, j'ai fini par reconnaître que cette solution était la seule bonne et la seule possible. J'ai donc déclaré accepter la situation qu'on veut me faire et je tâche de la systématiser. J'espère que dans peu mon subsidé suffira à mes modestes besoins et que je pourrai inaugurer cette nouvelle phase par mon mariage, attendu depuis sept ans et qui devient une condition essentielle de mon action publique et privée. Je compte réaliser ce projet le plus tôt possible, mais je voudrais être marié comme positiviste. En conséquence je vous prie d'envoyer par le premier courrier une délégation à M. Godofredo Furtado, pour me conférer le mariage positiviste. Il viendra spécialement de S. Paul dans ce but.

L'institution de mon subsidé est preuve la plus décisive des progrès accomplis par le Positivisme chez nous. Nous sommes actuellement cinquante dans tout le Brésil, dont trente à Rio; et je vous prie de remarquer que loin d'exciter les adhésions, je me montre, au contraire, très difficile pour les nouvelles admissions. Ici, où, comme je vous l'ai déjà dit, nous sommes en pleine évidence, il faut que le groupe positiviste ne contienne que des éléments irréprochables, surtout sous le rapport moral.

Nous venons d'être douloureusement surpris par la nouvelle de la mort de Mme. Robinet. Ceux qui ont eu le bonheur de vivre quelque temps

dans l'intimité de l'église parisienne, pourront seuls apprécier à sa juste valeur l'énormité de cette perte.

Veuillez me rappeler au souvenir de nos bons confrères.

Salut et respect.

Miguel Lemos

(Travessa do Destêrro 47)

P.S. Je vous envoie un exemplaire du discours prononcé par M. Mendes le 7 Septembre (Fête de la Patrie) et qui vient de paraître.

Rio, le 23 Moïse 94 (le 23 Janvier 1882)

Très cher et très vénéré Maître.

Je remplis un devoir des plus agréables, en vous annonçant que mon mariage a eu lieu le 19 de ce mois, jour de la naissance d'Auguste Comte.

Malheureusement, malgré deux ajournements, votre délégation ne m'est pas encore arrivée, de manière que j'ai été obligé de me contenter de la cérémonie catholique, indispensable comme étant la seule légale.

Mon mariage a été signalé par un événement heureux. Sur ma prière et sur celle de ma femme, ma belle-mère a affranchi ce même jour tous ses esclaves. Quoique chez elle l'esclavage fut plus nominal que réel, cet acte est éminemment propre à démontrer de la manière la plus formelle, combien le Positivisme sait inspirer une conduite en harmonie avec la morale qu'on prêche.

Nous venons donc de réparer, autant que cela dépendait de nous, le grand crime occidental, comme l'a appelé Auguste Comte.

Je n'ai aujourd'hui que le temps de vous annoncer ces heureuses nouvelles.

Très prochainement je vous écrirai très au long sur les affaires positivistes au Brésil.

M. Alvaro d'Oliveira a demandé de ne plus faire partie de la Société Positiviste de Rio. C'est une histoire que je vous raconterai tout au long.

Salut et Respect

Miguel Lemos

(Travessa do Ouvidor n.º 7)

Rio de Janeiro, le 28 Moïse 94 (28 Janvier 1882)

Très cher et très vénéré Maître.

Je dois aujourd'hui vous faire quelques communications relatives à notre vie intérieure, car pour l'action publique vous trouverez dans ma correspondance pour la *Revue* tous les renseignements désirables.

Vous savez déjà que l'institution de mon subside est un fait accompli. M. Laguarrigue vous a d'abord consulté à ce sujet et vous en avez approuvé l'idée. Cette institution revenait, en somme, à demander une augmentation des cotisations habituelles pour la rendre possible. Mon subside doit donc être considéré comme une partie du subside général appliquée à un des buts pour lesquels il fut institué par Auguste Comte.

Une fois que je fus décidé à accepter cette situation, j'ai cru de mon devoir d'en prendre sur moi l'initiative et la responsabilité. Par conséquent, je me suis adressé directement à tous nos confrères, par écrit ou verbalement, et tous répondirent à mon appel et reconnurent pleinement le devoir de

mettre leur chef dans les conditions de digne indépendance matérielle. Il n'y eut qu'une exception. M. Alvaro de Oliveira qui, depuis le jour où j'avais pris la présidence de la Société Positiviste de Rio, s'était peu à peu éloigné de nous, me répondit par une lettre peu courtoise dans laquelle il me déclarait purement et simplement ne pas reconnaître ce devoir et m'annonçait sa retraite de la Société Positiviste.

Je lui écrivis une lettre où je lui démontrai avec des textes et des exemples ce devoir qu'il méconnaissait et dans laquelle je lui faisais voir le vrai point de vue positiviste qu'il oubliait. Il me répondit par une nouvelle offense, en me renvoyant cette lettre sans y joindre un mot.

M. Alvaro de Oliveira est professeur de chimie à l'École Polytechnique, position qui ici, comme nous sommes un pays sans caste savante, n'a pas du tout la même importance qu'en France. Extrêmement orgueilleux et profondément ignorant du Positivisme, il n'a pas le sentiment social assez développé pour y subordonner ses rancunes personnelles. Partageant les préjugés pédantocratiques de sa classe, il croit que le Positivisme ne pourra être accessible qu'aux savants, quoique lui-même soit très loin de remplir les conditions intellectuelles qu'il place en première ligne. Sa position doublement officielle, outre son manque de préparation, le rendant incapable de suivre l'exemple des vrais apôtres positivistes, son immense orgueil le poussa continuellement à la critique et à la révolte. Ne connaissant pas l'ensemble de la doctrine, il affecte en outre de ne pas accepter les idées d'Auguste Comte sur la chimie, sur laquelle il prétend avoir des idées à lui. Il appartient au nombre de ceux qui croient que la *science a marché depuis Auguste Comte* et que l'oeuvre du philosophe doit s'incorporer les *nouvelles recherches et découvertes*. Sa suffisance est telle que lorsqu'il sut que vous n'acceptiez pas la théorie de l'atonicité, il n'a pas hésité à me dire que vous n'étiez pas assez compétent à ce sujet, n'ayant pas fait d'études spéciales en chimie! Vous reconnaîtrez très bien à ces signes le pédantocrate spécialiste.

L'antipathie personnelle qu'il a toujours laissé paraître pour ma personne tient aussi, je crois, à ces prétentions chimiques, car j'ai osé une fois à propos de sa thèse lui déclarer avec toute la modestie possible que je ne pouvais pas accepter sa théorie favorite.

On a aussi lieu de croire que son orgueil fut vivement blessé de ne pas avoir été choisi pour succéder à M. Mendonça. Il sait qu'avant mon départ de Paris je me suis opposé à une ouverture que M. Mendes lui avait faite dans ce but, en me fondant sur l'incompatibilité de ses fonctions officielles et la direction positiviste, outre son incompétence mentale et morale. M. Mendes avait été conduit à cette démarche comme un pis aller pour éviter les inconvénients de l'absence de M. Mendonça et à ce moment-là je ne comptais pas encore quitter Paris.

Le fait est qu'aussitôt que M. de Mendonça me transmit la Présidence de la Société Positiviste de Rio, M. Alvaro cessa de comparaître à nos réunions, se démit des fonctions de trésorier de la Société et finit par s'éloigner complètement de nous.

Mon subside a été le prétexte pour une rupture qu'il devait désirer beaucoup non seulement à cause de son orgueil blessé, mais surtout parce que le Positivisme sous ma direction venait enfin de sortir du sanctuaire mystérieux où ces gens-là le tenaient caché pour paraître au grand jour. Vous concevez bien que celui qui reçoit de gros appointements du gouvernement n'est pas naturellement très disposé à suivre les *imprudents* qui ont la prétention ridicule de vouloir prêcher la morale au gouvernement et au public. On affecte alors un langage circonspect, on parle de modération, de prudence, on a soin de rappeler que la jeunesse réfléchit peu, le langage en somme que vous connaissez très bien et qui est invariablement employé par les *modérés* de tous les temps et de tous les lieux.

La manière offensante dont M. Alvaro s'est conduit envers moi m'a déterminé à refuser de sa part toutes les contributions qui se font par mon entremise, mais je désire, et je vous en fais la demande formelle, qu'il

soit exclu par votre propre autorité de toute participation au subsidie positiviste.

C'est pour moi une condition capitale et j'ai fait savoir à M. Alvaro que j'allais faire cette démarche auprès de vous. On a offensé en moi l'aspirant au sacerdoce institué par Auguste Comte, le chef reconnu du Positivisme au Brésil, de manière que l'offense s'étend à vous qui m'avez consacré comme aspirant et reconnu comme chef brésilien, et à Auguste Comte lui-même fondateur de notre Église. Nos armes sont toutes spirituelles mais il faut savoir y recourir pour faire respecter la dignité de nos fonctions.

La mesure que je demande a des précédents dans le Positivisme. Si ma mémoire n'est pas en défaut, je crois qu'Auguste Comte l'a appliquée le premier, mais vous-même l'avez prise dernièrement envers M. Sémérie.

La conduite blessante de M. Alvaro a déterminé de la part de nos confrères brésiliens une manifestation qui les honore beaucoup. Ils m'ont adressé une chaleureuse adhésion à ma conduite et ont réprouvé énergiquement celle de M. Alvaro. Je vous envoie ci-jointe une traduction de cette adresse.

Je ne regrette pas M. Alvaro, sinon d'une manière générale, comme on doit regretter toute perte quelconque. Mais il était plutôt un obstacle, car sa conduite n'étant pas en harmonie avec nos principes, la solidarité qui nous unissait à lui, rendait souvent embarrassante notre situation devant certaines interrogations. Je vous le répète, ici le Positivisme est en plein jour et on est à même de connaître tous les actes de notre vie privée et publique. M. Alvaro, par son orgueil intraitable, par ses prétentions ridicules était un grand empêchement à l'unité positiviste et une source de continuelles critiques et oppositions.

Ce qu'il y a à regretter le plus dans la retraite de M. Alvaro, c'est qu'il a réussi, après quelque hésitations, à entraîner M. Benjamin Constant, son ami intime et, comme lui, professeur officiel.

Mais ici le cas est très différent. M. Benjamin est un parfait *gentleman*, il joint une intelligence élevée à une nature affective de haute valeur. Sa grande lacune est du côté du caractère; très ferme quand il s'est décidé une fois, il est néanmoins très facile à se laisser entraîner quand on agit sur son cœur. Il connaît le Positivisme moins encore peut-être que M. Alvaro, mais il l'avoue toujours loyalement et c'est l'homme le plus modeste, le plus dénué de prétention que je connaisse.

Cependant, malgré l'excellence de son cœur, la fatalité de sa situation officielle, aggravée encore par la faiblesse de son caractère ne pouvait pas déterminer chez lui une adhésion complète à notre action publique. Il a déclaré même qu'en politique, et surtout en mathématiques qu'il enseigne, il a de graves dissentiments avec les opinions d'Auguste Comte. Il suffira de vous dire qu'il n'accepte pas la *Synthèse Subjective*.

Un autre travers de son esprit, et celui-ci est trop grave pour une personne qui se dit positiviste, c'est qu'il croit naïvement que la meilleure manière de faire triompher le Positivisme c'est de faire passer nos doctrines dans les programmes officiels d'enseignement. Il méconnaît ainsi le théorème fondamental de notre politique et tombe dans une contradiction formelle, car se disant sectaire d'une doctrine qui proclame l'entière liberté spirituelle, la cessation de tout privilège théorique et l'incompétence de l'État sur ces matières, il commence par conseiller au gouvernement d'imposer cette doctrine.

Dans ses cours de mathématiques il n'a jamais cessé, tout à l'opposé de M. Alvaro, de rendre hommage au génie d'Auguste Comte et de proclamer toujours son nom. Mais son exposition se borne toujours aux généralités philosophiques contenues dans la partie mathématique du *Cours de Philosophie Positive*, quoiqu'il n'ait jamais caché son adhésion au système politique et religieux. Mais il déclarait loyalement que cette adhésion était de pure confiance, car il ne connaissait pas l'ensemble de la doctrine.

Vous voyez donc qu'il s'agit d'un homme très différent de M. Alvaro. Mais l'un et l'autre ne pourront pas échapper, quoiqu'à des degrés différents à la grave responsabilité d'avoir laissé la mystification littérisée s'emparer des jeunes intelligences, sans lui opposer l'exposition de la vraie doctrine. Il fallut attendre la transformation de ces mêmes jeunes gens pour que le Positivisme complet fut connu de notre public.

M. Benjamin Constant avait d'abord accepté l'idée de mon subside, mais la retraite de M. Alvaro étant survenue quelques jours après, celui-ci réussit à l'ébranler. Enfin, j'ai reçu avant-hier une lettre de lui dans laquelle, avec sa courtoisie habituelle, il me déclarait ne pouvoir plus continuer à faire partie de la Société Positiviste.

Dans M. Benjamin il y a à regretter le concours de son excellente nature morale, mais il faut bien le dire, lui et M. Alvaro, à cause de leurs préjugés de classe, et des inconvénients de leur situation officielle, créaient plutôt des difficultés à l'action positiviste. Ils avaient peur de tout et la plus petite manifestation les effrayait. Chez M. Benjamin cela affectait des formes douces et polies, mais M. Alvaro se répandait en critiques malveillantes. Je viens même d'apprendre que celui-ci, après sa retraite de la Société Positiviste, répand les plus viles calomnies sur mon compte. Ce procédé est digne de lui, mais heureusement il n'aura aucun effet sur un public qui me connaît assez bien. Du reste il a soin de s'épancher à voix basse.

Ainsi la seule personne qui avait refusé son concours à mon subside, n'a été suivie que par son ami intime, qui n'a pas su résister à cette influence. Tous les autres confrères, depuis S. Paulo jusqu'au Maranhão, ont accepté avec empressement la proposition d'augmenter leurs contributions d'une cotisation applicable à mon entretien.

Je vous prie, afin de défaire une fois pour toutes les sophismes malveillants, de vouloir bien déclarer dans votre prochaine circulaire:

- 1.<sup>o</sup> que vous approuvez mon subside personnel, comme aspirant au sacerdoce et comme chef brésilien;
- 2.<sup>o</sup> que ce subside doit être considéré une partie du subside sacerdotal préalablement désignée pour être appliquée à cette fin.
- 3.<sup>o</sup> que M. Alvaro de Oliveira, vu sa conduite blessante envers le Directeur du Positivisme au Brésil, est exclu par vous de toute contribution au subside sacerdotal.

Je crois que vous ne devez pas hésiter: le Positivisme au Brésil est déjà une affaire considérable et celui qui a réussi à être accepté comme chef par ses confrères mérite d'être soutenu énergiquement par vous. Je sais très bien que j'ai contre moi la présomption d'imprudence qui résulte de mon âge, mais je crois avoir déjà donné assez de preuves du contraire pour mériter votre entière confiance. Du reste il n'y a ici qu'un chef reconnu et qu'un groupe positiviste et du moment que la totalité de mes confrères est avec moi, vous ne pouvez pas balancer. La marche du Positivisme au Brésil dépend de l'approbation entière de ma conduite dans cette affaire. C'est cette approbation que j'attends de votre haute justice.

J'ai tout sacrifié à ma mission apostolique et il serait bien malheureux que des gens qui ne se distinguent que par un égoïsme hautain et qui passent leur vie à s'occuper de soi et de leurs familles, eussent raison contre moi. J'aurais pu, j'ose le dire, aspirer aux plus hautes positions sociales et politiques de mon pays; j'ai renoncé à tout, pour me consacrer entièrement à l'oeuvre de la régénération humaine.

C'est donc avec une pleine confiance que je m'adresse au second Grand Prêtre de l'Humanité, au successeur d'Auguste Comte, pour qu'il défende en ma personne la dignité des fonctions spirituelles.

Salut et Respect

Miguel Lemos

(Travessa do Ouvidor n.<sup>o</sup> 7)

Lettre de M. Alvaro de Oliveira, en réponse à la circulaire instituant un subside pour le Directeur du Positivisme au Brésil

(Traduction)

Rio, le 22 Bichat 93 (le 24 Décembre 1881)

Monsieur et Confrère

Seulement aujourd'hui je puis répondre à votre lettre-circulaire du 3 de ce mois, reçue le 6.

Ce retard résulte de la gravité du sujet. Je ne voulais pas que ma réponse fut affectée de la surprise que me causa cette circulaire.

Après mûre réflexion, j'ai cru devoir me borner à vous déclarer: que je ne considère pas un devoir, comme vous le supposez, de contribuer pour le subside dont s'occupe votre circulaire.

Et ce n'est pas tout: cette nouvelle divergence me conduit à réaliser le projet, conçu depuis quelque temps, de ne plus faire partie de la Société Positiviste de Rio de Janeiro.

Salut et Fraternité

Alvaro Joaquim de Oliveira

Adresse à M. Miguel Lemos

Président du Centre Positiviste Brésilien

(Traduction)

Les soussignés, membres du Centre Positiviste Brésilien, ayant appris les incidents survenus entre l'ancien confrère M. Alvaro d'Oliveira et le digne président du Centre, remplissent avec joie le devoir de dresser cet acte d'adhésion entière à la noble conduite de leur chef, et espèrent que le successeur d'Auguste Comte, actuel Grand Prêtre de l'Humanité, donnera son énergique appui à son représentant au Brésil.

Il est indispensable d'empêcher que des prétendus positivistes puissent embarrasser la marche de la Religion de l'Humanité, en se révoltant contre les autorités constituées légitimement, d'après la doctrine qu'ils disent accepter.

Le Positivisme est une religion qui prescrit des devoirs et non pas un simple thème scientifique que chacun peut appliquer à sa fantaisie.

Rio de Janeiro, le 26 Bichat 93 (28 Décembre 1881)

Raymundo Teixeira Mendes, professeur de mathématiques, 47, Trav. do Desterro.

José Joaquim Virgilio da Sylva, élève de l'École Polytechnique, 34, r. da Pedreira da Gloria.

Augusto Vespasiano de Moura, pharmacien, 55, Assembleia.

Augusto Vieira Lins de Albuquerque, pharmacien, 35, r. D. Luiza.

José Mariano de Oliveira, ingénieur géographique, 29, r. das Sete Pontes (Nitheroy).

Raymundo Belfort Teixeira, docteur en médecine, 70, r. 1.º de Março.

José E. Teixeira de Souza, docteur en médecine, 17, r. da Candelaria.

Alfredo Coelho Barretto, professeur à l'école Normale, 106, r. da Carioca.

A. C. Ferreira Paula, élève de l'École Polytechnique, 63, r. Visconde de Maranguape.

Anibal Falcão, sténographe à la Chambre des Députés, 8, r. do Areal.

Generino dos Santos, Bachelier en droit, 8, r. do Areal.

Honorino G. Pinheiro, ingénieur, 54, R. Bella da Princeza.

Bernardino de Carvalho, employé d'administration, 35, r. de D. Luiza.

João Frederico de Almeida Fagundes, élève en médecine, 65, r. do Carmo.  
Gabriel B. de Campos, pharmacien, 4, r. do Neves.

Tancredo Saturnino Teixeira de Mello, élève de l'École Polytechnique, 7, r. Voluntários da Pátria.

Manoel Machado de Oliveira Jor., élève de l'École Polytechnique, 23, r. da Quitanda.

Cypriano J. de Carvalho, ingénieur civil, 18, r. de Sta. Isabel.

J. Leão Ferreira Souto, employé d'administration, 22, r. do Piques (S. Paulo).

Ont déclaré adhérer à cette adresse les confrères absents de Rio qui suivent :

Godofredo Furtado, président de la Société Positiviste de S. Paulo, professeur à l'École Normale de cette ville.

Calixto de Paula Souza, élève de l'École Polytechnique.

Torres Cotrim, docteur en médecine.

Júlio Diniz, docteur en médecine.

Adolpho Barboza, élève en médecine.

Barros Figueiredo — élève en médecine.

Fiúza Junior, élève de l'École Polytechnique.

Rio, le 4 Aristote 94 (le 1<sup>er</sup> Mars 1882)

Très cher et très vénéré Maître

Je vous prie de vouloir m'envoyer, *avec urgence*, une délégation spéciale pour marier M. Teixeira Mendes avec Mlle. Ernestina Torres de Carvalho.

On se prépare ici pour célébrer le 8 Mai prochain, le centenaire du marquis de Pombal; je vais profiter de l'occasion pour écrire cette année le travail que j'ai promis dans la préface de mon *Camoens*.

Ne pourrait-on aussi faire quelque chose à Paris, ce jour-là? Mais nous désirerions que ce fut vous-même l'orateur du jour, car le seul *espagnol* qui pourrait le faire convenablement, M. J. Laguarrigue, est à présent très occupé avec ses examens.

Je ne parle pas de M. Araujo qui n'a pas l'âge ni les conditions pour remplir une telle mission.

A ce propos, je dois vous dire que nous avons tous été surpris lorsque nous avons vu ce jeune homme chargé de prendre la parole sur la tombe de Clotilde de Vaux, le 5 Septembre dernier. Il nous semblait que dans ces occasions solennelles, les porte-paroles du Positivisme devaient être toujours choisis parmi les confrères les plus considérés. M. Araujo est sans contestation très intelligent, mais son âge, sa condition actuelle de dépendance envers sa famille, le déplorable événement qui fut cause de son éloignement de Rio, et le besoin qu'il a d'être contenu dans sa vanité exceptionnelle, au lieu d'y être encouragé, tous ces motifs et beaucoup d'autres le rendaient le moins propre à cet office.

Notre surprise n'a pas été moins grande lorsque nous l'avons vu chargé du cours d'arithmétique à la rue M. le Prince. D'après les leçons du Fondateur et les vôtres, nous savons que pour remplir une quelconque des fonctions sacerdotales, il ne suffit par d'avoir le degré d'intelligence nécessaire. L'enseignement, surtout, exige tout le prestige que seul peut donner un ensemble de qualités et de conditions morales, difficiles à remplir. Comment, nous sommes-nous demandé, un tout jeune homme qui accuse des lacunes si considérables du côté du caractère (prudence nulle) et encore plus grandes du côté du cœur (vanité excessive et absence complète de vénération), pourrait-il remplir, fut-il le plus intelligent du monde, cette grave fonction, surtout, quand elle est déferée officiellement et exercée au siège sacré de notre religion?

C'est M. Araujo lui-même qui y perdra le premier, car au lieu d'être poussé à son perfectionnement moral, il donnera libre carrière à ses imperfections, qui finiront même par rendre stérile son intelligence, vu la réaction nécessaire du cœur sur l'esprit. Au lieu de cet encouragement offert à ses défauts, il nous semble qu'il serait plus avantageux et pour lui et pour la société qu'il doit servir, qu'il fut encouragé, sous votre paternelle et sage inspection à se préoccuper de son perfectionnement moral, en comprimant chez lui la vanité et en développant la vénération et la prudence.

Voilà les réflexions qu'on m'a chargé de vous présenter très respectueusement, dans la persuasion que c'est un devoir pour les fidèles, qu'aucune considération ne peut éluder d'éclairer leurs chefs.

C'est toujours désagréable d'avoir à présenter les imperfections d'autrui, surtout lorsqu'il s'agit d'un confrère et d'un compatriote, mais il faut avoir le courage de le faire, car les considérations personnelles doivent céder le pas aux exigences du bien public. Pour remplir ce devoir je ne craindrai jamais ni la calomnie ni la malveillance des intrigants.

Si vous en avez besoin je pourrai vous donner des renseignements plus détaillés, mais M. Lagarrigue est là qui connaît presque aussi bien que moi M. Araujo et vous pouvez vous adresser à lui pour toutes les explications.

Nous allons commencer prochainement des cours systématiques. Le ministre de l'intérieur a mis à notre disposition un grand amphithéâtre de l'École Polytechnique. M. Mendes y fera un cours de mathématiques d'après la *Synthèse Subjective* qui comprendra cette année depuis l'arithmétique jusqu'à la géométrie différentielle. Moi-même j'y ferai un cours d'histoire générale de l'Humanité, avec un complément relatif au Portugal et au Brésil.

M. le Dr. Teixeira de Souza fera aussi à l'école de Médecine une série de conférences sur *Broussais et la médecine positive*. En outre M. Mendes reprendra tous les dimanches son cours d'exposition élémentaire du Positivisme d'après le *Catéchisme positiviste*, qu'il a déjà fait l'année dernière.

Je m'occupe en ce moment de rédiger mon rapport annuel. A l'avenir il sera achevé plutôt.

M. Mendonça fait imprimer actuellement le 1er volume de la traduction de vos circulaires.

Voilà les nouvelles plus importantes que je devais vous communiquer.

Veillez, je vous prie, me rappeler au souvenir de nos confrères parisiens.

Salut et Respect

Miguel Lemos  
(Travessa do Ouvidor n.º 7)

P.S. Je n'ai jamais reçu votre délégation pour mon mariage, ni la lettre que vous avez dû adresser en même temps. Si vous avez gardé une copie de la délégation et de la lettre, pourriez-vous m'en envoyer une reproduction?

2º P.S. Afin d'éviter les difficultés d'un ajournement M. Mendes m'a proposé le moyen que vous trouverez dans la demande ci-jointe. La cérémonie catholique de son mariage doit avoir lieu le 24 avril prochain.

Nous soussignés prions M. Miguel Lemos, aspirant au sacerdoce de l'Humanité, directeur provisoire du Positivisme au Brésil et président perpétuel de la société positiviste de Rio, de présenter à M. Pierre Laffitte, second Grand-Prêtre de l'Humanité et successeur d'Auguste Comte la demande suivante:

Vu l'éloignement où nous sommes du Centre Parisien qui difficile (sic) les délégations spéciales nécessaires à la célébration des sacrements positivistes au Brésil, nous prions M. Laffitte, second Grand Prêtre de l'Humanité et successeur d'Auguste Comte d'accepter, au moyen de ce document, les engagements qui doivent être pris à la cérémonie préliminaire du mariage en nous dispensant de cette cérémonie définitive trois mois après la cérémonie accomplie suivant les lois de notre Patrie. Voici nos engagements :

1.<sup>o</sup> — Nous promettons de vivre fraternellement pendant trois mois après la cérémonie théologique qui, au Brésil remplace le mariage civil, qui n'existe pas;

2.<sup>o</sup> — Nous acceptons et tâcherons de remplir les devoirs que la religion de l'Humanité prescrit aux époux;

3.<sup>o</sup> — Nous reconnaissons que le veuvage éternel est le complément indispensable de l'indissolubilité.

Fait à Rio de Janeiro le 13 Aristote 94  
(10 Mars 1882)

Raymundo Teixeira Mendes  
Ernestina Torres de Carvalho.

Ce document est la reproduction d'un autre qui a été envoyé à M. Pierre Laffitte et que nous croyons perdu. Il n'y a qu'une seule altération dans le document primitif on disait, — après la cérémonie *catholique*, et dans celui-ci on dit, — après la cérémonie *théologique*, parce que cette copie a été faite le 14 Archimède 94 (8 Avril 1882) 16 jours après notre mariage par un pasteur *methodiste*, l'évêque de Rio n'ayant pas voulu nous accorder la cérémonie catholique en conséquence de ma déclaration d'être *positiviste*.

Rio le 14 Archimède 94 (8 Avril 1882)  
Raymundo T. Mendes.

Nous soussignés, Pierre Laffitte, second grand-prêtre de l'Humanité, successeur d'Auguste Comte,

Considérant que Monsieur Raymundo Teixeira Mendes et Madame Ernestina Torres de Carvalho ont pris les engagements que prescrit la religion de l'Humanité et qui doivent être pris dans la cérémonie préliminaire, instituée par Auguste Comte;

Considérant la situation spéciale que crée la distance où se trouvent les deux époux du centre normal de la vraie foi;

Considérant la demande spéciale faite par les deux époux;

Par ces motifs nous conférons à Monsieur Miguel Lemos, aspirant au sacerdoce de l'Humanité, directeur provisoire du positivisme au Brésil, pouvoir spécial pour accomplir la cérémonie définitive du mariage.

Fait à Paris le 2 Saint Paul 94  
(Saint-Cyprien) (22 Mai 1882)

Rio de Janeiro, le 3 Gutenberg 94 (le 15 Aout 1882)

Très cher et très vénéré Maître

Je vous demande pardon de ne pas avoir répondu plus tôt à votre lettre du 17 Aristote dernier, mais j'attendais pour le faire que la traduction française de mon *rapport annuel* fut prête, afin de vous l'adresser en même

temps. Malheureusement la multiplicité de mes occupations a retardé considérablement cet envoi et encore aujourd'hui la traduction n'est pas terminée, mais je ne veux pas ajourner plus longtemps ma réponse. A l'avenir vous aurez toujours mon rapport en Février, au plus tard.

Je vous remercie de tout ce que vous me dites d'affectueux et d'encourageant à l'occasion de mon mariage. Ma belle-mère et ma femme me prient aussi d'être auprès de vous l'interprète de leurs sentiments de reconnaissance et de vénération envers votre personne.

Mes correspondances pour la *Revue* ont dû vous renseigner sur les derniers progrès et actes accomplis par le Positivisme au Brésil. Nous obtenons chaque jour de nouvelles sympathies et adhésions, quoique, il faut le dire, les purs lettrés et les journalistes commencent à voir plus ou moins clairement combien le Positivisme est opposé à leurs prétentions.

M. Lagarrigue a dû vous communiquer les pièces relatives à une polémique que nous n'avons pas pu éviter. Un journaliste d'abord et puis M. Alvaro de Oliveira m'ont attaqué de la manière la plus violente et déshonnable. Nous avons répondu en réfutant les calomnies de ces messieurs.

Vous voyez combien il est nécessaire que vous interveniez par un acte de votre autorité, jugeant et condamnant la conduite de M. Alvaro. Vous jouissez ici d'un tel prestige que votre sentence mettra une fin à toutes ces indignités.

Le cas de M. Alvaro mérite toute votre attention. Il ne s'agit pas de la simple retraite d'un confrère, sous le prétexte fondé ou non de divergences de vues. Mais d'un faux positiviste, dominé par l'orgueil qui injurie un délégué du Chef Suprême de notre Église et qui répand contre lui les plus viles calomnies. Il a provoqué gratuitement une discussion scandaleuse et encouragé par sa révolte les hostilités d'une presse avide de diffamation. Il appartient, en somme, à cette classe de pédants qui veulent jouir de la considération que procure déjà le titre de positiviste, sans accomplir aucun des devoirs que prescrit la Religion de l'Humanité.

J'ai conféré le 12 Charlemagne, en vertu de votre délégation le sacrement du mariage à M. Teixeira Mendes et Me. Ernestina Carvalho. La cérémonie a eu lieu dans le salon de ma belle-mère, convenablement orné pour la circonstance. Tous nos confrères présents à Rio y assistèrent ainsi que plusieurs familles de nos connaissances. Les sacrements vont prendre chez nous un grand développement, ce qui se conçoit d'après la nature de notre milieu. Ici on se préoccupe beaucoup de *pratiquer* le Positivisme aussitôt que l'on y adhère. Mais ces besoins trouvent un obstacle dans les lenteurs imposées par l'éloignement de Paris à toute demande spéciale de délégation, M. Lagarrigue a dû déjà vous entretenir des inconvénients de cette situation.

J'appelle de nouveau votre attention là-dessus. Je crois qu'en me conférant une délégation générale, renouvelable au bout d'un certain temps, comme fait l'Église Catholique, serait la meilleure manière de pourvoir à ces besoins de consécration, très prononcés chez nous. La durée de la délégation pourrait être d'un an et s'étendre à tous les sacrements à l'exception de la *destination sacerdotale* et de l'*incorporation*, dont la gravité et l'importance exceptionnelle me semblent ne pas comporter une telle mesure — J'aurai besoin en même temps de vos renseignements spéciaux sur le *rituel* de chacune de ces cérémonies.

M. Lagarrigue m'annonce une nouvelle lettre de vous, je vous écrirai à cette occasion plus longuement.

Veuillez me rappeler au souvenir de tous nos confrères.

Salut et Respect

Miguel Lemos  
(Travessa do Ouvidor n.º 7)

## Paris 2 Shakespeare 94 (Moreto)

Nous, Pierre Laffitte, successeur d'Auguste Comte, second Grand Prêtre de l'Humanité, délègue par ces présents, à M. Miguel Lemos, aspirant au Sacerdoce de l'Humanité, le pouvoir de conférer tous les sacrements positivistes, sauf ceux de la *destination sacerdotale* et de l'*Incorporation*. Le présent pouvoir est conféré pour la durée de deux ans, à partir du 5 Septembre de l'an 1882 (24 Gutenberg 94).

A M. Pierre Laffitte, Directeur Suprême du Positivisme, à Paris

Rio, le 25 Descartes 94 (le 1<sup>er</sup> Novembre 1882)

Très cher et très vénéré Maître

J'ai reçu vos deux lettres du 9 Dante et 2 Shakespeare 94 et avec celle-ci un pouvoir, valable pour deux années, m'autorisant à conférer tous les sacrements, sauf ceux de la destination sacerdotale et de l'incorporation. Nous nous confessons éternellement reconnaissants pour cette nouvelle preuve de votre sollicitude envers les besoins de plus en plus grands de notre développement religieux et je dois personnellement vous remercier de cette dernière marque de votre confiance.

Je réponds d'abord à l'avant-dernière de vos lettres. Je crois qu'il y a eu en effet, un malentendu dans la question relative à M. Araujo, mais je crains fort qu'il ne soit dû à ma manière un peu gauche d'écrire le français, qui m'empêche souvent de faire comprendre toute ma pensée. Je vais donc tâcher de m'expliquer derechef en m'efforçant d'être plus complet et précis.

D'abord je n'ai jamais voulu dire que pour guérir M. Araujo de ses graves défauts il fallait l'éloigner d'auprès de vous; je crois, au contraire avoir fait des vœux pour que votre paternelle et sage inspection lui fût directement utile. L'enseignement constitue sans nul doute un travail utile, mais il nous semblait qu'au point de vue religieux enseigner quelque chose au public veut dire qu'on lui montre la route qui conduit à la Morale, aboutissant théorique et pratique de toute rénovation religieuse. Par conséquent nous croyons qu'on doit exiger des apôtres quels qu'ils soient, parlant au nom du Positivisme organisé, une moralité capable de surmonter le juste reproche d'hypocrisie qui est devenu proverbial envers le clergé catholique des derniers siècles. Vous dites que pendant la transition vous serez bien obligé pour les sciences inorganiques d'accepter le concours de personnes n'ayant aucune prétention quelconque à faire partie de la corporation philosophique, pourvu que, suffisamment initiés au Positivisme, ils soient disposés à accepter nos programmes et nos méthodes. Cela doit être ainsi, mais il faudra qu'outre nos programmes et nos méthodes, ces personnes acceptent d'abord notre moralité. L'indulgence sur ce point pourra nous attirer de la part des chrétiens l'application de ces paroles attribuées à leur prétendu fondateur: "Les scribes et les pharisiens sont assis sur la chaire de Moïse; mais ne faites pas comme ils font, parce qu'ils disent et ne font pas". Il nous semblait donc que nul ne devait porter la parole au nom du Positivisme, c'est-à-dire *prêcher la morale*, s'il n'a le cœur et les mœurs assez purs pour être un témoignage en faveur de la doctrine et non un motif de scandale pour l'Église et pour le public.

Or, M. Araujo a besoin de se purifier d'abord si vous voulez que le résultat de son travail tourne à son profit et à celui de notre cause, au lieu de devenir la source de désordres. En premier lieu il faut que vous sachiez que M. Araujo est sorti de Rio à la suite d'un acte coupable. Ayant été en butte aux tracasseries de ses camarades de l'École Polytechnique, à cause de ses manières pédantesques, il ne trouva pas d'autre moyen de se

venger que de tirer un coup de revolver en plein jour et en pleine rue, à l'un des jeunes gens qui dirigeaient les taquineries contre lui. Heureusement le coup manqua. Il n'y a pas sans doute aucune faute qui ne soit susceptible d'être remise à ceux qui en font l'expiation, mais en attendant il ne convenait pas à M. Araujo de s'asseoir sur la chaire de Moïse, pour me servir de l'expression évangélique. Arrivé à Paris il a suivi la route vulgaire des jeunes gens mondains donnant à ses moeurs un caractère reprochable. Sans doute il faut avoir égard à son âge et à la manière dont il a été élevé — en fils unique d'une mère extrêmement égoïste au point de vue maternel — mais nous avons cru qu'il n'appartient pas à un jeune homme léger de parler sur la tombe de Clotilde de Vaux et d'enseigner officiellement, ne fût-ce que l'arithmétique, au siège vénéré de la religion universelle, consacré par tous les souvenirs concernant la mémoire inviolable du Maître.

Sur le rapport du développement anormal de sa vanité, vous savez très bien combien les occupations purement intellectuelles, surtout avec un caractère public, sont propres à aggraver ce défaut. Je me rappelle que jadis dans les couvents lorsqu'un des membres se rendait coupable d'orgueil ou de vanité, le supérieur ne l'envoyait pas prêcher ou exercer les hautes fonctions du sacerdoce, mais lui imposait la prière et les services les plus humbles de la communauté. Dans le même esprit je crois que M. Araujo pourrait être chargé de beaucoup de travaux utiles au sein de notre église, travaux modestes et sans publicité, tout en lui imposant les habitudes de la prière, résumé de la culture morale.

Tel a été, mon très cher et très vénéré Maître, le point de vue auquel nous nous sommes placés dans cette question relative à M. Araujo. Mon but dans cette communication n'a pas été de tracer à mon supérieur une conduite quelconque, car il sait mieux que nous ce qu'il convient à notre église, mais d'empêcher que faute de renseignements suffisants il n'encourageât un mal individuel et public qui nous paraissait assez grave.

Quant à l'affaire de M. Alvaro je crois, en effet, ainsi que je vous l'ai dit déjà, qu'il y a urgence à ce que vous vous prononciez à ce sujet. Tout d'abord je serais bien aise, en ce qui me concerne, d'obtenir de vous d'une manière explicite et précise l'approbation de toute ma conduite envers M. Alvaro et en même temps la réprobation non moins explicite et précise de sa conduite envers moi. Je dois sans doute aspirer à mériter toujours la sympathie de mon Pontife, mais ma situation de chef national deviendrait impossible si outre cette bienveillance, je ne méritais pas votre pleine adhésion dans les luttes inévitables qu'entraîne, comme vous dites, une si grande chose que l'installation de la religion finale.

Notre action continue ici d'une manière plus lente, mais en revanche beaucoup plus sûre. Mes correspondances pour la Revue ont dû vous renseigner à cet égard.

J'ai eu dernièrement avec M. Joaquim Ribeiro de Mendonça une discussion privée sur un point qui me semble capital. Vous savez qu'Auguste Comte a formellement défendu aux positivistes d'accepter des places politiques pendant la phase inaugurale de la transition qui dure encore. Il est inutile de rappeler ici les hautes raisons sur lesquelles il a fondé ce précepte, puisque vous le connaissez mieux que moi. M. Mendonça prétend que la défense n'existe point et qu'il n'y a nulle raison valable pour qu'un positiviste n'aspire dès maintenant aux diverses fonctions politiques. Je me suis opposé de toutes mes forces à cette prétention, en lui résumant les justes fondements du précepte d'Auguste Comte et en y ajoutant la citation textuelle du Maître (*Appel aux Conservateurs*, pgs. 108, 109 et 110). M. Mendonça s'est borné dans sa réponse à me déclarer que tout cela ne change pas sa manière de voir et qu'il continue à penser que tout positiviste peut accepter aujourd'hui une fonction politique quelconque et que même c'est seulement à chacun qu'il appartient de juger dans chaque cas s'il doit accepter ou non. Dans ma réplique, n'ayant pas à réfuter aucun ar-

gument nouveau, je me suis borné aussi à maintenir la doctrine orthodoxe et à protester contre la prétention révolutionnaire d'instituer chaque positiviste juge suprême de sa conduite publique, sans avoir égard pour la discipline et la subordination dues aux chefs.

Cette divergence me semble très grave, car la renonciation à toute ambition politique, suivant les recommandations formelles du Fondateur, est selon moi une condition *sine qua non* pour faire partie de notre groupe ou pour y continuer. Rendre effective cette renonciation, a été pour moi, depuis que vous avez daigné me confier la direction provisoire du Positivisme au Brésil, un des objets sur lesquels j'ai concentré le plus tous mes efforts.

Il n'y a pas longtemps qu'un de nos jeunes confrères (employé à l'administration du ministère de la guerre) a refusé d'après mes conseils une place politique qu'on voulait lui faire accepter. Il y a quelques jours encore M. Godofredo Furtado, président de la Société Positiviste de S. Paulo, a refusé dans un document rendu public la place de directeur de l'École Normale de cette ville, pour laquelle il avait été nommé, parce que ce poste était considéré avoir un caractère de confiance politique. Dans nos conférences, brochures et réunions hebdomadaires je n'ai jamais cessé de prêcher cette abstention salutaire de toute ambition politique, sans laquelle le Positivisme dégènerait bientôt dans une espèce de nouvelle formule verbale à l'usage de rhéteurs et des médiocrités ambitieuses. De plus, quelles garanties de désintéressement pourrions-nous donner au public si nous lui offrons le spectacle peu édifiant des compétitions politiques?

Cette discussion avec M. Mendonça et l'observation d'autres symptômes m'ont conduit à méditer sur la nécessité de préciser un certain nombre d'engagements formels pour ceux qui voudront faire partie de notre organisation, engagements ayant pour but d'éviter à l'avenir des situations contradictoires qui poussent au sophisme et à la démoralisation. Ces engagements porteront sur deux points principaux: 1.<sup>o</sup> Renonciation à toute ambition politique dans les conditions prescrites par Auguste Comte; 2.<sup>o</sup> Renonciation à la possession d'esclaves, soit par héritage, achat ou donation.

Je crois ces deux conditions indispensables, non seulement comme gage de régénération individuelle mais aussi comme garantie essentielle auprès du public. On ne peut pas prétendre à la réformation des opinions et des mœurs, à installer une nouvelle religion, tout en continuant à *sacrifier à l'empereur et aux idoles*, pour parler comme les premiers catholiques. Nous ne forçons personne à être du nombre des nouveaux élus, mais ce n'est pas, je crois, être trop exigeant que de vouloir que ceux qui désirent entrer ou se conserver dans le giron de la nouvelle église y observent dans leur conduite le minimum des nouveaux devoirs.

Je sou mets ce projet et ces réflexions à votre appréciation, vous priant de me dire votre sentiment là-dessus.

Je dois ajouter une consultation qui se rattache à cette question: croyez-vous qu'un positiviste ostensiblement rallié peut et doit aspirer à des places dans le haut personnel enseignant de l'État, faculté de médecine, faculté de droit, etc.?

J'aurais beaucoup de renseignements à vous demander au sujet de nos sacrements. Je désirerais d'abord que vous vouliez bien m'envoyer une indication précise des divers empêchements au mariage. En second lieu j'ai besoin de savoir quel est l'âge le plus convenable pour conférer à un enfant le sacrement de la présentation. Troisièmement je serais bien aise d'obtenir de vous un petit résumé sur la manière dont on doit considérer à présent et à l'avenir les fonctions d'ingénieur, d'avocat et de magistrat: ceci se rapporte au sacrement de la destination.

Je passe maintenant à un sujet purement scientifique. Nos jeunes confrères de l'École Polytechnique me prient de vous demander une réponse aux questions suivantes de philosophie chimique:

1.<sup>o</sup> — Quelle est votre opinion sur la théorie de l'atonicité, dont M. Wurtz s'est fait l'apôtre en France.

2.<sup>o</sup> — Cette théorie peut-elle fournir la base de la classification chimique.

3.<sup>o</sup> — Quels sont les bornes respectives du subjectif (sic) et de l'objectivité (sic) dans la conception du dualisme chimique. Peut-on dire qu'on a ramené une combinaison au dualisme quand on s'est contenté d'un pur arrangement hiéroglyphique?

4.<sup>o</sup> — Auguste Comte n'a-t-il pas accepté définitivement l'opinion de Bertholet sur la doctrine des proportions définies, c'est-à-dire, que les proportions multiples ne doivent pas être considérées comme étant l'exception et non la règle, contrairement à l'opinion actuellement admise dans le monde académique?

5.<sup>o</sup> — Que pensez-vous des petits travaux chimiques publiés par M. Mehay? Sont-ils dans la vraie voie positiviste?

Nos confrères vous prient aussi de les éclairer sur une difficulté à laquelle ils se sont heurtés en lisant ce qui concerne la philosophie chimique dans la *Politique Positive*. Dans le 1.<sup>er</sup> volume, pg. 557, Auguste Comte dit expressément que l'étude du milieu terrestre (air et eau) doit précéder celle des éléments et cependant au tome 4.<sup>o</sup>, pg. 216, dans l'énumération des sept chapitres dont devra se composer le traité normal de chimie, il place au contraire, l'étude des éléments avant celui du milieu terrestre.

Je finis ici cette lettre assez longue, en vous priant de me rappeler au bon souvenir de nos confrères parisiens.

Salut et Respect

Miguel Lemos

Directeur Provisoire du Positivisme au Brésil

(7, Travessa do Ouvidor)

*P. Scriptum* (le 25 Frédéric.) Le retard involontaire qu'a subi l'envoi de cette lettre me permet de vous annoncer que le 3 Frédéric courant ma femme a accouché d'un enfant plein de force et de santé. Il s'appellera Cyrien Cezar.

À ce propos je crois qu'il faut que vous déléguiez M. Mendes pour la cérémonie de la présentation, car je pense que dans ce cas étant moi-même le père et comme tel prenant des engagements, je ne puis pas être en même temps l'engagé et l'engageant.

À M. Pierre Laffite, Directeur du Positivisme

Rio, le 8 Moïse 95 (8 Janvier 1883)

Très cher et très vénéré Maître

J'ai reçu votre lettre du 23 Frédéric 94, dans laquelle vous me communiquez les décisions que vous venez de prendre relativement aux célébrations de Mahomet, Louis XI et d'Alembert.

Je vous serais bien obligé, en effet, si vous vouliez m'indiquer les sources les plus pures où je pourrai puiser les éléments de l'appréciation de Louis XI. En dehors des histoires générales de France, je ne connais sur Louis XI que les mémoires de Commines et son histoire par Duclos. Je sais, cependant, qu'il y a des travaux modernes où l'on a essayé de réhabiliter le fondateur de l'unité française et d'opposer la vérité historique aux calomnies de la noblesse.

Je vous envoie avec cette lettre la traduction française de mon rapport annuel, relatif à l'année 93 (1881). J'avoue qu'elle vous arrive singulièrement en retard, mais l'urgence d'autres travaux m'empêcha de la finir plus tôt. Vous savez que l'original portugais a été déjà publié à Rio.

Cependant, malgré ce retard, je crois que ce document pourra encore vous être utile pour votre prochaine circulaire.

Peut-être il serait encore temps de reproduire cette traduction dans la *Revue* et d'en faire, si vous le jugez convenable, un tirage à part. Dans ce cas je vous prierai de vouloir bien charger un de nos confrères parisiens de revoir et retoucher, s'il faut, mon français, qui ne m'inspire pas beaucoup de confiance.

Les pièces justificatives supprimées dans cette traduction pour ne pas la grossir inutilement, vous ont été déjà communiquées pour la plupart, soit directement, soit par l'entremise de M. Lagarrigue, soit par la *Revue Occidentale*, où quelques unes ont déjà paru. Ce sont les documents relatifs à l'affaire Alvaro et Benjamin, nos diverses protestations, etc.

Je vais commencer immédiatement la rédaction du rapport de l'année que vient de finir. Pour prévenir la reproduction d'un retard aussi considérable, je le rédigerai d'abord en français; de cette manière j'espère pouvoir vous en remettre une copie jusqu'à la fin de Février, au plus tard. Vous le recevrez encore à temps pour l'utiliser pour votre prochaine circulaire.

Votre lettre m'est arrivée presque au même moment où le télégraphe nous annonçait la mort, à jamais déplorable du grand citoyen qui était devenu le soutien le plus ferme et le plus éclairé de la République Française. Nous le regrettons comme s'il s'agissait d'un compatriote et nos coeurs s'associent à la douleur dont cette mort prématurée a rempli tous les bons français. Pour nous positivistes, je crois que nous avons perdu en lui l'homme d'État républicain le plus émancipé de la métaphysique révolutionnaire et des procédés démocratiques.

Sous le poids de la consternation où nous jeta cette triste nouvelle, nos confrères décidèrent dans notre dernière réunion hebdomadaire que je vous présenterais, en leur nom, leurs sincères condoléances. Vous résumez aujourd'hui l'expression la plus haute du génie de la France et à ce titre c'est à vous qu'il appartient de conduire le deuil qui afflige à cette heure la grande nation centrale. Recevez, donc, les vifs regrets de tous les positivistes brésiliens et agréés les voeux qu'ils font pour que cette épreuve soit bientôt vaincue et pour que la France républicaine continue à guider le monde.

Veillez me rappeler au souvenir de nos confrères, à qui nous adressons les mêmes regrets et les mêmes voeux.

Salut et Respect

Miguel Lemos

Directeur Provisoire du Positivisme au Brésil

(Travessa do Ouvidor n.º 7)

J'ai publié un petit article sur la mort de Gambetta — simple épanchement de notre douleur.

Rio, le 26 Homère 95 (le 23 Février 1883)

Très cher et très vénéré Maître

M. Lagarrigue vous remettra, en même temps que cette lettre mon rapport annuel.

J'espère qu'il vous arrivera encore à temps pour que vous puissiez vous en servir pour votre prochaine circulaire.

En comparant ce rapport avec l'antérieur vous verrez que j'ai perfectionné la forme, en m'adressant directement à vous et en divisant le sujet en plusieurs sections.

Si vous jugez utile de publier le tout ou des extraits dans la *Revue*, je vous prie de faire revoir mon français par un de nos confrères.

Salut et Respect.

Miguel Lemos

(Trav. do Ouvidor n.º 7)

À M. Pierre Laffitte, Directeur du Positivisme, à Paris

Rio de Janeiro le 27 Aristote 95 (le 24 Mars 1883)

Très cher et très vénéré Maître

J'ai reçu votre lettre du 23 Homère de cette année (20 Février).

Je regrette beaucoup d'avoir pu vous donner lieu de penser que ma direction tend à devenir insuffisante par un excès de fermeté. En terminant mon dernier rapport annuel, qui doit être à cette heure entre vos mains, je suis allé au devant de cette crainte, dont M. Lagarrigue m'avait déjà communiqué l'expression générale. Je crois y avoir fait nettement ressortir, quoique d'une manière sommaire, les caractères de la situation positiviste au Brésil et les causes qui la rendent plus homogène et synthétique qu'ailleurs. Ceci loin d'être un résultat cherché par ma direction, est, au contraire, le produit de circonstances locales, auxquelles ma direction doit s'adapter, sous peine de s'annuler, et ce qui pis est, de tomber dans la démoralisation.

Nous avons ici, en effet, un public suffisamment renseigné sur les prescriptions et sur les devoirs que le Positivisme impose à ses fidèles, et, comme d'un autre côté, ce même public se trouve placé surtout au point de vue de la réglementation morale, cela établit par rapport à nous une surveillance continuelle d'autant plus active qu'elle s'inspire souvent dans le désir de nous nuire. C'est notre propagande qui a répandu ces connaissances, car il ne nous était pas permis de cacher certains côtés de notre doctrine, justement ceux qui devaient frapper le plus une population ibérique-américaine, c'est-à-dire, placée dans les meilleures conditions pour accepter le nouveau code religieux.

Or, une des choses que notre public sait le mieux, c'est qu'Auguste Comte a formellement prescrit que "pendant la période d'inauguration, tous les vrais croyants, tant praticiens que théoriciens, se bornent à l'influence consultative, quand même le commandement leur serait offert; la foi positive ne pouvant utilement obtenir l'ascendant politique quand son développement aura d'une part, assez modifié l'opinion publique, et d'une autre part, assez régénéré les hommes d'Etat. Jusqu'à ce que ces deux conditions soient remplies les positivistes doivent uniquement éclairer les conservateurs; ceux-ci peuvent seuls installer la transition organique, comme ceux-là l'accomplir. Un tel début, outre que la situation l'impose, est spontanément propre à caractériser l'avènement de l'état normal, en indiquant déjà la séparation finale entre le commandement et le conseil. En même temps, les positivistes faciliteront ainsi l'essor de la transition organique, en exerçant une influence politique qui se trouvera purifiée de toute ambition temporelle. Cette attitude disposera les conservateurs à respecter une doctrine qui les guidera sans les assujétir, suivant une combinaison impossible jusqu'ici". (*Appel aux Conservateurs*, pg. 109).

Je pourrais vous citer mille faits journaliers pour vous prouver combien notre public est instruit là-dessus. Je choisis un entre autres. Dernièrement, à l'occasion d'un débat sur l'instruction publique au sein de l'assemblée provinciale (conseil général) de S. Paulo, un député ayant émis des opinions positivistes sur l'incompétence du pouvoir temporel dans ces matières, s'attira d'un collègue la réplique suivante: "Si mon collègue est en effet positiviste je m'étonne qu'il siége ici, car il devrait imiter ses confrères pour qui c'est un devoir de ne pas aspirer à aucune place politique et de se contenter de l'influence spirituelle". Cet exemple me semble décisif et donne bien l'image de la situation positiviste au Brésil. Il en résume très bien les deux caractères principaux: les dispositions favorables de nos classes dirigeantes pour accepter nos points de vue sur les diverses questions qu'on agite et la connaissance qu'elles ont des devoirs prescrits par notre doctrine, connaissance qui leur permet le contrôle de notre conduite.

Le texte d'Auguste Comte que je viens de citer me semble péremptoire et malgré tout le respect que j'ai pour vos décisions, il m'encourage à insister encore sur cette question.

Il est évident d'abord, que nous sommes encore dans la période d'inauguration; donc la renonciation explicite à toute place politique ne peut pas être prématurée. D'un autre côté, Auguste Comte étend le précepte tant aux praticiens qu'aux théoriciens. Et loin de croire que cette conduite pourrait avoir comme conséquence la cristallisation du Positivisme, faute d'une suffisante conception sur la séparation entre la théorie et la pratique, il la juge, au contraire, très propre à indiquer déjà la séparation finale entre le commandement et le conseil. Mais le motif moral qu'il met en avant serait ce me semble, plus que suffisant pour déterminer une telle conduite. En effet, il faut donner au public toutes les garanties de notre désintéressement et lui démontrer par des actes que l'influence politique que nous voulons exercer reste pure de toute ambition temporelle. Comme vous-même le dites dans votre dernière circulaire, à propos de l'anonymat: "il est nécessaire qu'on ne puisse pas justement accuser le Positivisme de méconnaître dans la pratique les règles morales qu'il établit dans la théorie.

L'inflexibilité sous ce rapport me semble d'autant plus nécessaire chez nous, qu'aussitôt que l'ascendant positiviste sur les classes actives deviendra ici plus sensible, un double danger menacera le Positivisme dans la personne de ses chefs et de ses adeptes. Les premiers seront exposés aux cajoleries et aux séductions des chefs temporels cherchant à obtenir ainsi les concessions et les accommodements dont ils croiront avoir besoin pour autoriser leurs procédés; parmi les derniers beaucoup se sentiront poussés à exploiter le crédit naissant de la doctrine pour satisfaire toute espèce d'ambition personnelle ce seront les faux frères prédits par Auguste Comte. Le Positivisme tendrait alors à devenir une sorte de *jésuitisme scientifique* s'alliant à son tour aux classes gouvernantes au dépens toujours du prolétariat, dont l'incorporation à la société moderne constitue le but suprême de notre action.

Sans doute, il faut espérer que cette situation dangereuse sera surmontée lorsqu'elle se produira; mais il n'en reste pas moins vrai qu'il faut dès à présent constituer assez fortement la pratique positiviste pour développer les qualités qui nous permettront de résister à tous ces dangers. Je demande maintenant la permission de vous présenter quelques réflexions sur le cas de M. le Docteur Robinet, auquel vous faites allusion dans votre lettre.

Personne ne vénère plus que moi la personne du Dr. Robinet et personne ne reconnaît plus que moi les grands services qu'il a rendus à la cause commune. Mais si l'on pense que la prescription d'Auguste Comte n'est pas lettre morte, ce que je crois fermement, je dirai, avec tout le respect possible, que l'acceptation de sa part d'une place politique quelconque n'a pas moins été une violation du précepte formel du Maître.

Je comprends très bien les ménagements, à ce sujet, et à d'autres que le milieu français et l'obligation où vous étiez de conquérir le pouvoir spirituel, laissé vacant par la mort d'Auguste Comte, vous imposait au début de votre direction. Mais chez nous le cas est tout à fait différent: non seulement le milieu ne s'oppose pas à la pratique rigoureuse des préceptes positivistes, il l'exige, au contraire; mais je n'ai pas les mêmes ménagements à garder, n'étant qu'un délégué nommé par le pouvoir compétent et reconnu comme tel.

Du reste, si je ne me trompe, M. le Dr. Robinet fut maire d'un arrondissement de Paris, lors de la guerre de 1870 et pendant le siège de la grande ville, et dans ce cas la situation exceptionnelle où se trouvaient la France et sa capitale justifierait pleinement notre éminent confrère, et maître à mon égard, de n'avoir pas reculé devant une responsabilité pleine de dangers.

C'est ainsi du moins que je résolus l'objection que M. Mendonça a voulu tirer de ce précédent dans la discussion que nous avons eue ensemble, il n'y a pas bien longtemps, et dans laquelle il me soutenait la légitimité de l'ambition politique chez les positivistes actuels. Ceci vous montre en même temps combien l'on s'empresse aussitôt de s'autoriser de ces exemples pour nier le principe même établi par Auguste Comte. Imaginez maintenant avec quelle avidité on s'emparerait des restrictions et adoucissements que vous y apportez dans votre dernière lettre, pour donner libre carrière à tous les sophismes possibles. Nous serions vraiment débordés par une avalanche de positivistes faits à la hâte qui seraient bien aises de pouvoir s'affubler de ce titre sans se reconnaître obligés à aucun sacrifice. Car c'est là le danger qui frapperait certainement le Positivisme au Brésil, tout le monde ici ne demandant mieux que de pouvoir se dire positiviste, pourvu qu'on puisse continuer à se conduire comme auparavant. Notre groupe serait impuissant pour maintenir le vrai point de vue au milieu de cette débandade générale et nous péririons, sous les coups des armes fournies par nous-mêmes.

Je crois donc que tout en utilisant le concours de tous ceux qui adhèrent au Positivisme à des degrés divers et tout en usant les ménagements permis et exigés par la relativité de notre doctrine (double condition que je remplis toujours); il est nécessaire (je parle ayant surtout en vue le cas brésilien) de maintenir d'une manière très nette la distinction entre ces adhésions variables et les cas de ceux qui sont membres effectifs du noyau régénérateur, et, par conséquent, les représentants officiels et ostensibles de la doctrine. Ceux-ci doivent, selon moi (je parle toujours en positiviste brésilien) se reconnaître d'une manière précise un minimum d'obligations, et comme gage de régénération personnelle et comme garantie de bonne foi auprès du public. Vous savez en outre que l'exemple, (nous en avons ici la preuve tous les jours) est le moyen le plus décisif de propagande, surtout chez des populations placées comme la nôtre, je ne cesserai de le répéter, au point de vue moral.

Cet ensemble de raisons m'oblige donc, à mon grand regret, de maintenir les considérations et propositions de ma lettre du 25 Descartes 94 et de vous demander respectueusement de vouloir bien examiner de nouveau cette affaire.

Vous avez oublié de me répondre sur deux points importants. D'abord s'il n'est pas un devoir pour tout membre occidental, et spécialement brésilien, de l'Église Positiviste de renoncer à la possession d'esclaves, ou mieux, car je crois que le principe ne comporte pas de doute si la possession d'esclaves ne doit pas être considérée un empêchement pour être reçu en qualité de membre de notre noyau. Il faut que nous ayons ici, sous ce rapport, une conduite bien nette, le grand débat qui préoccupe aujourd'hui le pays étant justement l'abolition de l'esclavage. Cette situation locale combinée avec la manière spéciale dont Auguste Comte a flétri l'esclavage colonial, me semble rendre nécessaire la mesure que je vous ai proposée.

Un incident qui vient d'arriver dans notre sein prouve d'une manière évidente combien j'ai bien jugé de l'opportunité de cette mesure. Un des journaux abolitionnistes ayant dénoncé au public que notre confrère M. le Dr. Mendonça, maître d'une plantation exploitée avec des esclaves, avait fait insérer dans le *Jornal do Commercio* de Rio une déclaration promettant une prime d'argent à celui qui saisirait un esclave enfui de chez lui, j'ai, après avoir vérifié le fait, communiqué l'affaire à nos confrères réunis. On résolut d'un commun accord que j'adresserai à notre confrère les observations fraternelles réclamées par un acte aussi contraire, non seulement à sa qualité de positiviste rallié, mais même à l'état actuel de l'opinion à Rio. M. Mendonça nous répondit par une lettre, où après avoir essayé de se justifier par de mauvaises raisons, il terminait en nous déclarant que vu ce dissentiment dans la manière de voir les choses, il se retirait du Centre Positiviste. Il faut dire que dans ma lettre je lui avais indiqué moi même,

cette solution dans le cas où il n'accepterait pas nos remontrances et persisterait à se conduire sous ce rapport d'une manière compromettante pour le noyau brésilien "Nous pourrions ainsi, lui dis-je, continuer nos relations affectueuses, tout en gardant notre indépendance réciproque d'action et en nous déchargeant mutuellement d'une solidarité pénible pour vous et pour nous. Notre discussion s'est maintenue, en effet, sans aigreur et nos rapports son restés amicaux.

Au point de vue personnel, je regrette certainement la retraite de M. Mendonça, mais au point de vue social, le seul prépondérant ici, je m'en réjouis, au contraire. La présence d'un planteur à esclaves dans notre groupe constituait pour nous un sujet continu d'inquiétude et de reproche. Il ne faut pas oublier que nous sommes à Rio, où l'opinion complètement gagnée en faveur de la cause de l'abolition, est d'une susceptibilité très grande sur tout ce qui s'y rapporte. Combien de fois n'ai-je pas été embarrassé pour répondre aux personnes qui me manifestaient leur surprise de savoir qu'il y avait parmi nous un planteur à esclaves!

L'autre point sur lequel vous avez oublié de me répondre est le suivant: si les positivistes, ou plutôt, les membres du Centre Positiviste Brésilien peuvent légitimement aspirer à des places dans l'enseignement des *facultés* M. Lagarrigue a suppléé en quelque sorte à votre oubli, car il me dit dans sa lettre que vous croyez qu'un positiviste peut très bien être professeur dans les établissements officiels, pourvu que ce qu'il enseigne soit positif. Je dois dire que ma question n'était pas générale comme la réponse le fait supposer. Je n'ai pas dit dans les établissements officiels quelconques, mais seulement dans les *facultés*, c'est-à-dire, dans cette partie de l'enseignement officiel où l'on singe l'organisation académique européenne et surtout le spécialisme germanique. Cette organisation, à l'occasion des dernières réformes décrétées par le gouvernement, a été combattue par nous assez vigoureusement et notre discussion a eu beaucoup de retentissement. Pouvons-nous et d'après nos principes et d'après cette discussion, aller augmenter les réserves de la pédantocratie qu'on est en train de créer chez nous? Je ne le crois pas. Mon dernier rapport, dans l'article où je vous rends compte de notre discussion, à propos de la dernière réforme de la Faculté de Médecine de Rio, trace à ce sujet la vraie situation de notre pays, d'où l'on peut déduire la conduite qu'elle nous impose.

Quant aux autres établissements officiels d'enseignement, il y en a où un positiviste peut très bien, selon moi, occuper une place de professeur, sans grande inconséquence: telles sont d'abord les écoles primaires et puis celles exclusivement professionnelles et dégagées des prétentions académiques. Nous avons, par exemple, des confrères qui sont professeurs de mathématiques et de langues à l'École Normale de Rio et à celle de S. Paulo. Or, ces écoles soi-disant normales qui n'ont d'autre but que de préparer les professeurs primaires des deux sexes, me semblent, au contraire des facultés, un champs très convenable pour y attirer ceux de nos confrères qui se vouent à l'enseignement.

Je crois donc qu'il faut distinguer suivant le cas et les distinctions que je viens d'établir, tout en supposant préalablement que l'objet de l'enseignement doit toujours être positif, montrent bien aussi que les raisons d'empêchement ne doivent pas, ce me semble, être déduites de la nature de la chose enseignée, mais du caractère social des institutions et des corps enseignants.

J'arrive à présent à l'affaire Alvaro de Oliveira.

Puisque vous persistez à croire que le cas n'est pas assez grave pour mériter votre blâme public, je n'insisterai plus là-dessus, et je me bornerai à rappeler que je vous avais demandé de vouloir bien, au moins, lui adresser ainsi qu'à M. Benjamin Constant, une lettre privée où vous blâmeriez leur refus de reconnaître le devoir de participation au subside.

Cependant comme vous appliquez au cas de M. Alvaro des considérations générales qui me semblent ne pouvoir pas y être appliquées, sans qu'on ait oublié la manière dont l'incident s'est produit, je vous demande la permission de rappeler ici les circonstances principales.

M. Alvaro n'a pas été éliminé par moi de la Société Positiviste. C'est lui-même qui a déclaré tout de suite se retirer, dans la même lettre où il me signifiait d'un ton insultant son refus de reconnaître la légitimité de mon subside. Ce ne fut qu'après une nouvelle offense directe que je refusai de recevoir les contributions retardées qu'il m'envoya postérieurement, lui signifiait à cette occasion que je ne recevrais plus de lui aucune cotisation, soit générale, soit spéciale. Après cela je me crois autorisé par la logique et par la solidarité de l'Église Positiviste à vous demander de refuser vous-même toute participation de M. Alvaro au subside central.

Vous dites dans votre lettre: "et après avoir fait les justes observations privées ou publiques que l'on croit utiles, il faut surtout attendre le rétablissement de l'équilibre de l'élévation de votre propre action". Or, c'est justement la conduite que j'ai tenue dans l'affaire de M. Alvaro.

Mais ce que vous ajoutez ensuite pourrait faire croire que j'en ai une toute opposée, car vous écrivez: "Ainsi dans le cas de M. Alvaro de Oliveira, après l'avoir nettement blâmé de ne pas reconnaître le devoir moral de la participation au subside, il fallait laisser la chose tranquille et attendre du temps et de l'étendue de votre action une modification convenable". J'ai en effet laissé la chose tranquille après avoir blâmé nettement M. Alvaro de son refus. C'est M. Alvaro qui par une attaque publique dans le *Jornal do Commercio*, appuyant indirectement les ignobles calomnies d'un journaliste, a obligé nos confrères à défendre et à justifier auprès du public la personne et la moralité de leur chef brésilien, indignement calomniées. Le silence était impossible, vu la position sociale de celui qui m'attaquait, vu les circonstances dans lesquelles l'attaque se produisit et vu surtout la situation positiviste au Brésil.

Pourquoi ne le dirai-je pas, puisque je m'adresse à celui qui doit être considéré le père spirituel de tous ces fidèles? Mon cœur s'est attristé, malgré lui, lorsque j'ai vu qu'après tant d'insultes et de calomnies courageusement essuyées pour le bien de notre cause, c'est moi en définitive que vous semblez blâmer, sans que vous ayez fait sentir à celui qui m'insultait et me calomniait la plus légère marque de votre réprobation.

Notre action continue d'une manière lente mais sûre. Je viens d'admettre dans notre sein deux nouveaux convertis, dont l'un est un lieutenant de la marine impériale. Nous venons aussi d'inaugurer nos premiers rapports directs avec un groupe important de prolétaires.

Mon cours et conférences annuelles vont commencer à la fin de ce mois et je dois me rendre prochainement à São Paulo pour y conférer à M. José Leão le sacrement de la Destination. Il est employé dans l'administration des Finances de l'État.

Veillez me rappeler au souvenir de nos confrères.

Salut et Respect

Miguel Lemos

(Travessa d'Ouvidor n.º 7)

Je vous prie de ne pas oublier d'ajouter aux renseignements que vous m'avez promis sur certaines destinations, l'indication précise des empêchements au mariage.

Pour ajouter aux questions de chimie: quel est votre jugement sur Gerhardt? Partagez-vous sur lui l'opinion de M. Sabatier dans sa brochure sur l'organisation des écoles communales?

A M. Pierre Laffitte, Directeur du Positivisme, à Paris.

Rio de Janeiro, le 9 César 95 (1<sup>er</sup> Mai 1883)

Très cher et très vénéré Maître

Je vous écris à la hâte pour vous faire une communication importante et vous consulter sur un cas d'empêchement de mariage.

Voici la communication: deux de nos confrères qui sont élèves de l'École Polytechnique ont pris l'initiative d'inviter leurs collègues à faire aussi quelque chose de leur côté pour la célébration du centenaire de D'Alembert. La proposition a été très bien accueillie et je puis déjà vous annoncer que court (sic) en ce moment parmi eux une souscription ayant pour but l'impression de votre prochaine conférence sur le grand géomètre français. Ils m'ont prié de vous en faire part et de demander votre acquiescement pour ce projet. Le total de la souscription vous serait envoyé vers la fin de l'année (Novembre ou Décembre).

Mais je crois qu'ils ne resteront pas là et qu'on fera avec le concours des écoles Militaire, de la Marine et de Médecine une fête dans le genre de celle qu'on a fait pour Pombal. Pour activer ces bonnes dispositions je vais adresser à l'École Polytechnique et à celles ci-dessus nommées une circulaire les invitant à célébrer cette fête.

Le sujet de la consultation, le voici: Un de nos confrères, fiancé à une parente au 4<sup>e</sup> degré désirerait savoir s'il pourrait donner à son mariage la consécration positiviste. D'après les antécédents catholiques j'ai répondu que son cas n'était pas susceptible d'aucune dispense et qu'il ne pourrait en conséquence recevoir le sacrement positiviste. Mais ne voulant pas décider par moi-même une question si délicate je lui ai promis de vous consulter là-dessus. Son mariage doit avoir lieu en Juillet, ainsi il y a urgence à savoir votre réponse.

Je voudrais aussi savoir s'il est permis de conférer le sacrement du mariage sans que l'homme qui se marie ait déjà reçu le sacrement de la destination.

Autre question: Peut-on donner à un enfant, lors de sa présentation d'autres noms que ceux qui sont dans le calendrier concret?

Nos cours habituels sont ouverts. Nous venons de mener une campagne vigoureuse en faveur de la consécration des cimetières et contre la création. Nos progrès sont sensibles et notre influence, c'est-à-dire, celle de la doctrine, augmente tous les jours.

Veuillez me rappeler au souvenir de nos confrères.

Salut et Respect

Miguel Lemos

(Trav. do Ouvidor n.º 7)

P. S. Je dois dire, ce que j'ai oublié, que notre confrère dont il est parlé ci-dessus, était déjà fiancé, lorsqu'il se convertit au Positivisme.

Rio de Janeiro, le 27 Charlemagne 95 (le 14 Juillet 1883)

Très cher et très vénéré Maître

Votre dernière lettre du 19 Saint Paul (8 Juin) m'oblige, à mon grand regret, de vous demander définitivement de vouloir bien me permettre de ne pas continuer comme directeur du Positivisme au Brésil.

Je laisse de côté tous les motifs quelconques qui pourraient à eux seuls justifier cette résolution, pour m'en tenir à un seul, celui qui me semble capital. Je veux parler de la manière dont vous entendez le précepte formel,

d'après lequel Auguste Comte a défendu à ses disciples, praticiens ou théoriciens, d'aspirer à des places politiques, ou même de les accepter quand elles leur seraient offertes, pendant la phase inaugurale de la transition.

Après avoir reconnu dans une lettre antérieure le principe, tout en permettant les infractions, vous vous prononcez maintenant, en réponse aux nouvelles observations que je vous ai soumises respectueusement, contre le principe même, puisque vous les mettez au nombre de ces conseils qu'Auguste Comte a pu donner à ses disciples dans un moment donné, et dont l'opportunité peut changer avec le temps.

Or, il m'est impossible malgré toute ma bonne volonté d'admettre votre point de vue, qui, selon moi, a ce caractère extrêmement grave, d'accuser nettement dans l'esprit général de la direction positiviste des tendances contraires aux leçons d'Auguste Comte et je puis ajouter, aux leçons que j'ai eu souvent l'occasion de vous entendre répéter vous-même.

Sans poursuivre ici une discussion maintenant déplacée, je me borne donc à vous déclarer que je continue à croire très fermement à la nécessité de maintenir le conseil d'Auguste Comte et que par suite il m'est impossible de continuer plus longtemps dans une direction dépourvue des conditions qui peuvent la rendre utile. Tout en ne cessant pas d'accepter le fait actuel de votre suprématie religieuse comme chef universel, je demande cependant la permission de suivre dans cette circonstance l'opinion d'Auguste Comte, dont le jugement doit nous dominer tous, petits et grands.

J'ai déjà communiqué à mes confrères de Rio ma résolution et le motif qui l'a déterminée.

Je crois toutefois devoir garder le titre et la fonction de président de la Société Positiviste de Rio et j'ai soumis à mes confrères un plan de conduite qui aurait pour but de continuer avec cette société notre action antérieure, restreinte désormais à l'application civique du Positivisme. Nous ne cesserions de reconnaître votre direction générale, mais nous nous réserverions la faculté de remplir avec toute la rigueur possible les devoirs imposés par la doctrine et d'obéir aux préceptes démontrés par Auguste Comte. C'est le seul moyen qui nous reste, selon moi, pour sauver le fruit de trois années d'efforts continus et pour remédier autant que possible à la débandade dont nous sommes menacés.

Finalement, je dois ajouter que ma renonciation au poste de directeur entraînant nécessairement l'extinction de mon subside, je suis obligé de renoncer aussi dès à présent à la vocation sacerdotale, car ma nouvelle situation personnelle exige que je cherche mon entretien matériel d'après un mode plus ou moins dépendant et je ne puis dès lors remplir les obligations qu'impose le titre d'aspirant au sacerdoce, outre que le temps me manquerait absolument pour poursuivre ma préparation théorique.

En terminant il me reste à vous remercier spécialement de toutes les bontés dont vous m'avez honoré jusqu'ici.

Puisse la Postérité condamner ma fermeté à maintenir un précepte d'Auguste Comte et approuver les modifications que vous y apportez!

C'est le vœu sincère d'un homme qui a toujours soumis ses opinions et satisfactions personnelles à l'intérêt et à la gloire de notre grande cause.

Salut et Respect

Miguel Lemos

(Travessa do Ouvidor n.º 7)

Rio de Janeiro, le 17 Dante 95 (1<sup>er</sup> Aout 1883)

Très cher et très vénéré Maître

En parcourant des yeux le dernier n.<sup>o</sup> de la *Revue Occidentale* (4<sup>ème</sup> de cette année), je viens de remarquer que la reproduction de mon rapport annuel de 1881, a été faite avec de nombreuses suppressions.

Je n'ai rien à objecter contre le droit que vous avez de faire insérer dans votre recueil périodique les pièces qui vous sont adressées, de la manière que vous jugerez le plus convenable. Aussi, c'est seulement contre l'omission, par oubli, sans doute, d'une note déclarant que ces suppressions et changements ont été faits par la rédaction de la *Revue* et non pas par moi que j'appelle votre attention, vous priant de vouloir bien insérer dans le prochain n.<sup>o</sup> de la *Revue* une déclaration qui me décharge du reproche d'infidélité. Je fais cette réclamation ayant surtout en vue le mauvais effet que fera chez nos confrères brésiliens la suppression voulue de l'affaire de M. Alvaro et le changement qu'on a fait au texte de mon rapport pour y suppléer en quelque sorte.

Salut et Respect

Miguel Lemos

Président de la Société Positiviste de Rio de Janeiro  
(Travessa do Ouvidor n.<sup>o</sup> 7)

Rio de Janeiro, le 11 Frédéric 95 (le 15 Novembre 1883)

Cher Maître

Après ma lettre du 27 Charlemagne (14 Juillet) il est survenu ici un changement que je dois m'empreser de vous communiquer.

Dans cette lettre je croyais encore pouvoir harmoniser assez mes devoirs de positiviste avec la reconnaissance de votre autorité comme chef général. Mais des réflexions postérieures et, surtout, les faits très graves qui sont depuis arrivés à notre connaissance, m'ont décidé définitivement à ne plus reconnaître votre suprématie. Vous croirez sans peine que cette décision a du être bien douloureuse pour moi: aussi des motifs extrêmement graves e d'un ordre supérieur pouvaient seuls m'y conduire. Ces motifs seront exposés prochainement dans une *adresse* à tous les positivistes.

Je me borne seulement ici à vous notifier le fait de ma séparation, en ajoutant que suis suivi en cela par l'élite de notre groupe, une vingtaine, jusqu'ici. Nous continuerons notre propagande et notre action, qui seront désormais empreintes d'un caractère de rigoureuse fidélité à Auguste Comte et nous attendrons que son vrai successeur surgisse pour refaire sur des bases plus solides l'unité nominale et factice qui existe aujourd'hui. Jusque là nous croyons obéir au Maître en ne reconnaissant plus une direction qui malheureusement dévie de plus en plus, en théorie et en pratique, de l'orthodoxie positiviste.

Mais tout cela ne nous fera oublier jamais les services que vous avez rendus et comme propagateur de la doctrine et comme président des exécuteurs testamentaires d'Auguste Comte. Et en ce qui me regarde personnellement je garderai toujours le souvenir de vos bontés, quelle que soit la conduite que l'intérêt suprême du Positivisme m'obligera de tenir envers vous.

Salut et Fraternité

Miguel Lemos

(Travessa do Ouvidor n.<sup>o</sup> 7)

### III

#### CARTAS DE PIERRE LAFFITTE A MIGUEL LEMOS.

A Monsieur Miguel Lemos à Rio de Janeiro

(le 14 Mars 1882) 17 Aristote 94, Zénon

Mon cher disciple

J'ai appris avec une vive satisfaction votre mariage qui fixe définitivement votre vie, et lui donne toute la stabilité possible. L'ensemble des conditions dans lesquelles il s'est produit, promet à votre union, j'en suis persuadé, tout le bonheur que comporte notre destinée. L'acte admirable par lequel votre belle-mère a consacré votre union, outre le noble exemple ainsi donné, prouve comment vous avez dû dignement modifier une nature évidemment élevée par l'action systématique du Positivisme. Faites agréer, je vous prie, à votre jeune femme, l'expression de mes meilleurs souhaits, et à votre belle-Mère, celle de ma respectueuse estime pour l'acte qu'elle a su dignement accomplir. Vous entrez ainsi d'une manière élevée dans une carrière qui sera certainement utile et glorieuse pour le positivisme et pour votre pays.

Vous avez le premier hautement voué votre vie au positivisme en vous agréant directement au sacerdoce; vous êtes le premier parmi les jeunes disciples qui ont surgi autour de moi, qui ait accompli un tel acte, et mon désir le plus vif serait que votre exemple pût être imité en France; et c'est là un intérêt des plus urgents du positivisme. Vu l'âge et les conditions nécessaires de l'organisation sacerdotale, le titre de directeur du Positivisme au Brésil, ne peut être que provisoire, mais il est certain pour moi qu'il deviendra définitif et que vous le conquerez peu à peu par votre prudence autant que par votre activité. Dans ces conditions, j'ai donc, su avec une grande satisfaction que vos correligionnaires du Brésil et de l'Amérique du Sud et aussi avec la participation de quelques français aient pensé à vous constituer une modeste annuité, pour vous permettre l'accomplissement de votre fonction sociale. Je n'ai eu qu'un regret, c'est que l'insuffisance du subsidé central, ne m'ait pas permis de vous l'adresser directement.

Tout en lui laissant la forme actuelle, il faut le considérer comme une prolongation du subsidé central. Il y aura lieu plus tard à traiter la question systématique de l'organisation du paiement des membres du sacerdoce. (1)

Parmi les travaux qu'il serait, je crois, utile de faire et que nous publierons dans la *Revue Occidentale*, en faisant un tirage à part, se trouve la question de l'histoire de l'Indépendance du Brésil. Je vous charge donc de ce travail, en vous laissant bien entendu le choix du moment. Je vous écrirai plus en détail, à mon retour de la Gironde, sur diverses questions et diverses vues relatives à la propagande du positivisme. Je

(1) Du reste je traiterai de la question de votre subsidé, dans la prochaine circulaire.

me contente aujourd'hui de vous dire seulement qu'il est utile de ne pas oublier la base scientifique, soit pour vous-même, soit pour la propagande et vous pouvez combiner les deux en faisant un cours scientifique, sans vous laisser naturellement trop absorber. Ces questions de mesure vous regardent et je crois qu'on peut s'en rapporter à vous.

J'ai appris avec peine les discussions qui ont surgi parmi vous, et l'opposition que vous avez rencontrée. Vous m'annoncez que M. Alvaro de Oliveira a quitté la Société positiviste; il faut le regretter sans doute, mais il y a à cet égard là une règle de conduite qu'inspire non seulement la situation mais aussi l'esprit relatif du positivisme. C'est après la constatation des motifs qui ont amené la séparation éviter toute polémique, laisser s'adoucir les différences, jusqu'au moment où les gens devenus plus calmes donnent au positivisme le degré d'adhésion que comporte leur nature, leurs habitudes ou leurs antécédents. C'est la conduite que je me suis efforcé de suivre dans les dissensions bien autrement graves surgies parmi nous en 1877; ce qui n'empêche pas, bien entendu, de compter essentiellement et solidement pour la propagande sur les convictions complètes, coordonnées et subordonnées.

Recevez mon cher disciple mes meilleurs vœux pour votre bonheur domestique et pour le développement croissant de votre action sociale.

Salut et fraternité.  
Pierre Laffitte

A Monsieur Lemos à Rio de Janeiro

Paris 24 Juillet 1882 (9 Dante 94 Michelange)

Mon cher disciple

Il me semble qu'il y a dans la question relative à M. Araujo un malentendu. Quant à ce qui regarde au discours prononcé au Père Lachaise, il faut observer qu'il se rapporte à la partie de la cérémonie spontanément organisée par les positivistes eux-mêmes en dehors de mon action systématique; M. Araujo a été désigné par ses confrères et il n'a fait que remplir le mandat qui lui avait été confié par eux. Il n'y a donc pas lieu à ce sujet à aucune intervention.

Quant au cours d'Arithmétique professé par M. Araujo 10, rue Monsieur le Prince, vous donnez à cela une portée qui dépasse la nature même de l'acte. Faire un cours d'Arithmétique même 10 rue M. le Prince, n'implique nullement ni une participation au sacerdoce ni à l'aspiration, pas plus que des conférences spéciales dans les locaux quelconques. Pendant la transition surtout nous serons bien obligés pour les sciences inorganiques d'accepter le concours de personnes n'ayant aucune prétention quelconque à faire partie de la corporation philosophique, pourvu que suffisamment initiées au positivisme elles soient disposées à accepter nos programmes et nos méthodes. C'est là le cas de M. Araujo. En second lieu, en admettant l'ensemble des imperfections morales que vous signalez, y compris surtout une vanité extrême, le moyen de guérir ne consiste pas à éloigner mais plutôt à rapprocher, à modifier par des contacts personnels, à exciter les bons sentiments en associant la personne à des travaux utiles, qui n'impliquent nullement dans la situation actuelle, l'idée quelconque d'une direction. L'action spirituelle est surtout supérieure à l'action temporelle parce qu'elle tient compte de toutes ces circonstances et qu'elle n'est pas obligée d'employer ces procédés absolus et définitifs inhérents à la répression temporelle. L'action spirituelle comporte

et exige une prudence extrême, et c'est là son principal avantage sur l'action temporelle, nécessairement absolue. Dans le cas spécial de M. Araujo, si jamais il demandait à faire partie du sacerdoce, il y aurait lieu alors de le soumettre à un examen spécial pour porter un jugement définitif. Jusque là, je ne crois pas qu'il y ait lieu de refuser la participation modeste mais très utile à notre oeuvre d'enseignement scientifique: utile pour le positivisme et utile pour l'amélioration morale de celui qui l'accomplit. La distance a pu probablement exagérer l'importance de la chose. Mais, en outre, d'une manière générale, il faut insister le plus que l'on peut, sur les reemblances en éliminant autant que possible, les dissidences. Cette communication est au fond confidentielle, sauf les communications personnelles à faire avec prudence quant à l'explication des faits sur lesquels vous m'avez interrogé.

Je vous félicite maintenant de tout mon coeur de l'activité et du dévouement que vous mettez dans la propagande du positivisme au Brésil; vous aurez inévitablement des luttes à soutenir, mais mon estime et ma sympathie de même que celle de tous nos confrères vous seront un appui dans les luttes inévitables qu'entraîne une si grande chose que l'installation de la religion finale.

Je vous enverrai bientôt une délégation spéciale pour conférer les divers sacrements sauf celui relatif à la destination sacerdotale, ou plutôt pour tous les sacrements préliminaires jusqu'au mariage inclusivement.

Bien à vous,

Pierre Laffitte

A Monsieur Miguel Lemos, directeur provisoire du Positivisme au Brésil

Paris, le 23 Frédéric 94 (Franklin) (le 27 Novembre 1882)

Mon cher disciple

J'ai décidé l'institution définitive et annuelle de la fête de Mahomet. Vous pourriez voir dans une de mes précédentes circulaires, le plan d'après lequel chaque année doit être faite une pareille célébration, de manière à combiner l'appréciation du passé avec la direction élevée du présent. Mahomet est conservé dans la partie concrète du calendrier abstrait mais la date exacte de sa célébration n'a pas été fixée par Auguste Comte. En outre il occupe une place importante dans le calendrier concret, qui doit prévaloir surtout dans la transition. D'après cela, j'ai fixé la célébration annuelle de la fête de Mahomet au vingt-huit Janvier. Cette célébration annuelle commencera le 28 Moïse de l'année prochaine 95. Je vous charge d'une pareille célébration. Vous appartenez à une population qui a lutté longtemps contre l'Islamisme. Cela donnera un intérêt plus élevé au discours que vous prononcerez.

Le 30 Août 1883 est le quatrième centenaire de la mort de Louis XI. Je me propose de le célébrer à Paris; mais il serait important qu'il fut célébré partout, car au moment où tant d'esprits, sous l'impulsion de la philosophie allemande, attaquent la France, il est, je crois, utile, d'honorer le fondateur d'une nationalité, qui a joué comme élément de l'Occident un rôle si important, et qui est destinée à jouer encore un si capital dans l'initiative pour l'établissement de l'état normal. Je serais donc heureux que vous vouliez vous charger d'une telle célébration, et si c'était nécessaire, je me tiendrais à votre disposition pour les renseignements et les indications que vous pourriez désirer.

Enfin, le 30 Octobre 1883 je célébrerai à Paris le centenaire de la mort de D'Alembert. M. Teixeira Mendes me semble tout naturellement désigné pour accomplir au Brésil une telle célébration. Outre le rôle de D'Alembert dans le mouvement philosophique du XVIII<sup>e</sup> siècle, son rôle scientifique fut

capital; et nous ne devons pas oublier que la science est la base inébranlable de notre religion.

Je vous félicite de nouveau de votre admirable initiative dans le mouvement brésilien; j'insisterai là-dessus dans ma prochaine circulaire.

Salut et fraternité

Pierre Laffitte

10 rue Monsieur le Prince

P.S. J'ai reçu vos diverses publications, dont je vous remercie.

À Monsieur Miguel Lemos à Rio de Janeiro

Paris, le 23 Homère 95 (Lucrèce) le 20 Février 1883

Mon cher disciple,

J'ai reçu vos deux lettres et votre résumé du mouvement positiviste en 1881. J'espère pouvoir publier celui-ci dans un prochain numéro de la *Revue*. Je ne puis qu'être profondément satisfait de l'ensemble de votre action et j'en manifesterai l'expression dans ma prochaine circulaire. Mais en même temps je dois à cet égard et d'une manière générale vous avouer franchement que dans l'ensemble de votre direction le danger vers lequel vous pourriez peut-être tendre, serait l'excès de fermeté et une disposition qui pourrait devenir insuffisamment relative. Il faut d'abord distinguer entre le pouvoir spirituel et l'ensemble des fidèles. Pour les membres du premier il y a des prescriptions tout-à-fait précises et irrécusables; pour les autres, il faut savoir comprendre tous les degrés d'adhésion et les utiliser. En outre l'action spirituelle consiste surtout essentiellement dans l'appel à la raison et au sentiment, dont il faut savoir attendre l'effet. Le blâme public et surtout l'élimination, n'étant que des mesures extrêmes qui touchent à l'emploi de la force. Je puis citer mon exemple personnel. Dans la crise de 1877 et 1878, beaucoup de positivistes ont certainement montré envers moi des dispositions et même des actes bien autrement graves que ce qui vous est arrivé dans les difficultés personnelles qui ont surgi pour vous. Mais en maintenant toujours la continuité de mon action, en laissant au temps son influence naturelle et en montrant par mon activité propre que d'une manière essentielle la raison était de mon côté, j'ai graduellement rétabli l'unité du groupe dont l'existence était évidemment compromise, si je n'avais écouté que la voix de mon mécontentement légitime. Cela revient à dire qu'il faut employer la méthode positive plutôt que la méthode négative. Et après avoir fait les justes observations privées ou publiques que l'on croit utiles, il faut surtout attendre le rétablissement de l'équilibre de l'élévation de votre propre action, comme cela a lieu dans votre cas, et aura lieu de plus en plus. Ainsi dans le cas de M. Alvaro d'Oliveira, après l'avoir nettement blâmé de ne pas reconnaître le devoir moral de la participation au subside, il fallait laisser la chose tranquille et attendre du temps et de l'étendue de votre action une modification convenable.

Quant à l'affaire de M. Joachim Ribeiro de Mendonça, je suis de votre avis en principe et je le prêche constamment aux positivistes. Mais c'est une affaire de pure persuasion, et mon digne et éminent ami M. le Docteur Robinet a pu être maire d'un arrondissement de Paris sans que cela ait rompu nos relations ni personnelles ni positivistes, et cela n'empêche pas mon digne ami de contribuer plus que qui ce soit peut-être au service de la grande cause. La règle n'est absolue que pour les théoriciens, se vouant systématiquement au sacerdoce.

Quant au sacrement de la présentation, il n'y a pas d'âge bien déterminé, mais il faut le faire le plus tôt possible, et en général dans la première année.

Quant à vos questions sur la chimie, j'ai trop peu de disponibilité pour pouvoir y répondre, mon travail étant en ce moment excessif, par une combinaison exceptionnelle de méditations et d'expositions. Je m'en occuperai dans le mois de repos que je vais prendre à la campagne. De même pour ce qui est relatif à la *destination* en tant qu'elle se rapporte à l'avocat, à l'ingénieur et au magistrat.

Quant à votre idée de demander des formules de renonciation à la vie politique cela est grandement prématuré et n'est vraiment applicable qu'aux théoriciens purs. On arriverait ainsi à cristalliser le positivisme, faute d'une suffisante conception sur la séparation entre la théorie et la pratique. Votre action resterait purement restrictive, au lieu d'être affirmative et positive. Je ne puis donc nullement approuver votre intention.

Quant à Louis XI, je crois qu'avec Duclos, Commines, les histoires générales et les théories positivistes vous avez suffisamment pour faire une appréciation de Louis XI, quoique les travaux de Mrs. Desjardins, Bréol, et autres aient apporté d'utiles éclaircissements.

Je vous renouvelle en terminant, mon cher disciple, la satisfaction que m'inspirent vos efforts et ceux de M. Teixeira Mendes, mais en appelant aussi votre sérieuse attention sur les diverses observations que je vous ai faites, et que pourra préciser dans son passage à Rio Janeiro, notre excellent confrère M. Lagarrigue.

Bien à vous,

Pierre Laffitte

A Monsieur Miguel Lemos à Rio de Janeiro

Paris le 19 Saint Paul 95 (Heloïse) (le 8 Juin 1883)

Mon cher disciple

La théorie positive des degrés de parenté dans le mariage est encore à faire. Dans cette situation et jusqu'à ce que des méditations spéciales, très difficiles du reste, m'aient permis d'établir des règles, je crois qu'il y a à suivre la marche suivante; 1.<sup>o</sup> Demander le maintien strict de ce que la loi civile a établi à ce sujet, 2.<sup>o</sup> s'en tenir au point de vue religieux à la règle établie par notre précurseur le plus immédiat, à savoir, le catholicisme.

Vous me demandez si on peut donner à un enfant, lors de sa présentation un autre prénom que ceux qui sont dans le calendrier concret. Je crois que cela se peut parfaitement. Sans doute le prénom établit une certaine corrélation de la vie domestique à la vie publique. Mais le prénom a aussi une autre destination; il est corrélatif aux traditions de la famille, tant au point de vue de la solidarité que de la continuité; et par conséquent, il y a des conditions dont sont juges les parents, parrains et marraines. C'est une décision domestique qu'il faut respecter, à moins qu'il n'ait une inconvenance exceptionnelle dans le choix. Il faut laisser une très grande liberté à cet égard tout en se réservant un simple droit d'observation. C'est à chaque famille à résoudre le problème de la corrélation dans le choix du prénom avec des émotions et des souvenirs qui, dans certains cas mêmes, suivant la juste observation de M. Lagarrigue, sont purement esthétiques. Pour les prénoms féminins surtout le choix de noms deviendrait limité dans un degré réellement peu acceptable. Plusieurs noms même ont une origine purement abstraite; ainsi le nom de Sophie est d'origine grecque et abstraite comme vous savez. Mais quelle condensation de souvenirs concrets ne s'est pas synthétisée dans

ce prénom chéri du XVIIIème siècle; en premier lieu, la ravissante création de Fielding; en second lieu Mme. de Condorcet porta ce prénom de même que la fille adoptive d'Auguste Comte; et Diderot le donna à Mlle. Volant, dont le prénom réel était Louise Henriette. Eh bien, un tel nom, qui n'est pas, je crois, dans le calendrier positiviste, devrait être éliminé dans les prénoms féminins, tandis qu'il y a, au contraire, toutes sortes de raisons de le conserver. Du reste le théorie des noms et des prénoms que j'ai déjà ébauchée souvent sera, à la plus prochaine occasion traité par moi d'une manière complètement dogmatique.

Quoique en règle générale, le sacrement du mariage doit suivre celui de la destination et que l'usage s'en établira certainement peu à peu, ce n'est pas, bien loin de là, une règle absolue. Cela peut donner lieu tout au plus à des observations pas mêmes publiques.

Je vous remercie de ce que vous me dites sur le centenaire de D'Alembert. Vous me demandez mon opinion sur Gerhardt; je n'ai jamais rien lu de lui et je ne le connais que par le cas très grand qu'en faisait autrefois le docteur Williamson. Je n'ai plus présent ce qu'a dit M. Sabatier sur les écoles communales, il faudra que je remette la main sur la brochure et la relise spécialement.

Sans revenir spécialement sur la question de la participation des positivistes au pouvoir politique, je vous engage à réfléchir davantage sur un tel sujet, car vous me paraissez être au point de vue logique à ce sujet dans une voie dangereuse. Il ne faut pas confondre les principes de la doctrine positiviste et les règles de sa morale, avec des conseils donnés par Aug. Comte à un moment donné et qui n'ont qu'un simple caractère d'opportunité très susceptible de changer avec les temps et les lieux. Faute de tenir compte de cela et de bien distinguer la théorie de la pratique, le sacerdoce bien loin de conquérir l'adhésion publique resterait sans action. Sa fonction est de se faire croire et non pas de s'imposer. La règle est absolue pour le pouvoir spirituel et nul ne peut faire partie du sacerdoce, s'il ne renonce au pouvoir politique. Mais elle est de simple conseil très variable, pour les gens pratiques.

Bien à vous,

Pierre Laffitte

#### IV

### CARTA DE RAIMUNDO TEIXEIRA MENDES A PIERRE LAFFITTE

Rio, le 25 Dante (8 Août 1880).

Très vénéré M. Pierre Laffitte.

L'accueil bienveillant dont vous m'avez honoré à l'occasion des deux visites que je vous ai rendues pendant mon séjour à Paris, m'encourage actuellement à vous écrire, pour vous communiquer ma conversion à la religion de l'Humanité. C'est aujourd'hui que j'apprécie convenablement toute la profondeur de vos observations, en rappelant autant que je le peux, les sujets de ces inestimables entretiens. Plus j'y pense, plus je regrette vivement de ne pas avoir mieux profité de mon séjour dans cette Ville Sainte en suivant régulièrement vos cours. Le moment est donc venu de vous témoigner ma perpétuelle reconnaissance, à présent que je suis en état de mesurer la vraie portée de votre enseignement.

Je n'acceptais alors que le *Système de Philosophie Positive*. Sans avoir jamais lu les autres travaux du Maître, ainsi que je vous ai déclaré dès ma première visite, je ne me sentais pas bien résolu à les étudier. Je croyais, légèrement sans doute, dans un retour à cet état théologique que je venais de franchir. Il est presque inutile de vous exposer les motifs de ce jugement prématuré, qui m'a conduit à une si douloureuse injustice envers l'incomparable génie auquel je devais déjà une demi-coordination dans mes idées. Vous les connaissez du reste: je n'ai pas été le seul égaré. Quand on est jeune, on est porté à croire de confiance et sans plus d'examen, tout ce qu'on nous dit avec les apparences d'un enthousiasme sincère. Ajoutez-y le manque de discipline actuel, si favorable au triomphe, quoique momentané, d'une critique quelconque. Tout cela explique ma faute sans m'excuser à mes yeux; et m'engage à consacrer le reste de ma vie au service dévoué de la grande cause que j'avais méconnue. C'est pour cela qu'aussitôt converti, j'ai commencé une exposition régulière du Catéchisme, terminée dimanche dernier. Pour la première fois la doctrine d'Auguste Comte a été présentée au Brésil dans son ensemble. Le nombre des auditeurs était peu considérable, et presque toujours les mêmes, dont quelques-uns étrangers à la religion. C'est encore dans la même pensée que je viens mettre à votre disposition les forces de mon âme, quoique persuadé de leur insignifiance.

Agréé, Monsieur, les hommages sincères de ma profonde vénération.

Raimundo Teixeira Mendes

19, Travessa do Desterro.

V

CARTAS DE BENJAMIN CONSTANT A PIERRE LAFFITTE

Gabinete do Ministro da Guerra  
(Barrete frigio)

*Confidentielle*  
Rio de Janeiro 9 Mars 1890.

Mon cher Maître

J'ai été très heureux de recevoir votre approbation et vos encouragements. Depuis bien longtemps déjà je me suis efforcé de conformer toujours ma conduite privée et publique aux enseignements du fondateur de la Religion de l'Humanité tout en tenant compte des conditions particulières de notre milieu. Je n'ai pas la prétention de ne m'être jamais trompé et comme vous le dites fort bien il serait étrange que le positivisme conférât le don de l'infailibilité. J'ai la certitude d'avoir propagé dans la mesure de ce que je pouvais la vraie doctrine et je suis décidé à continuer à servir la cause de l'Humanité et celle de ma Patrie tant que je serai au gouvernement en dépit des criailleries de quelques-uns de ceux qui affichent le plus haut la prétention d'être les seuls dépositaires de la véritable pensée d'Auguste Comte.

C'est dans ce but que je viens de réformer le plan de l'enseignement de l'École Militaire et d'envoyer quelques professeurs à Paris dans l'espoir que vous voudrez bien les guider et les préparer pour mieux remplir leur mission.

Mon ami, notre distingué confrère, Oscar d'Araujo porteur de la présente lettre est chargé de vous les présenter et de vous dire avec plus de détails tout ce que j'ose espérer de vous pour eux. Vous voudrez donc bien j'espère vous en rapporter à M. d'Araujo et agréer ce qu'il vous demandera de ma part.

Croyez mon très cher Maître à l'expression de mes sentiments les plus distingués.

Salut et fraternité

Benjamin Constant.

(Cartas de Benjamin Constant a Pierre Lafitte — 2)

Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e  
Telegraphos ..... Secção.

Capital Federal, 11 Août de 1890.

Monsieur Pierre Laffitte  
126, rue d'Assas  
Paris.

Mon cher Maître

Je vous suis très reconnaissant des amitiés dont vous avez chargé M. Marcondes pour moi. M. Oscar d'Araujo porteur de la présente vous témoignera combien je prise haut les conseils éclairés que vous m'avez adressés. M. d'Araujo est chargé par moi de vous dire confidentiellement ma pensée sur tout ce qui a trait à mes projets et aux élèves que j'ai envoyés à Paris. Il sera en quelque sorte le ministre de la république auprès du nouveau pouvoir spirituel.

Veuillez donc le considérer comme tel et avoir recours à son intermédiaire pour me faire parvenir toutes les indications qui vous sembleront pouvoir aider au développement de notre doctrine au Brésil.

Croyez mon cher Maître à mes sentiments de la plus haute considération et de la plus profonde vénération.

Salut et fraternité.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

### CARTA DE PIERRE LAFFITTE A BENJAMIN CONSTANT

LETTRE DE PIERRE LAFFITTE À BENJAMIN CONSTANT, d'après la copie faite par Mr. Urbano Marcondes:

À Monsieur Benjamin Constant.  
Paris, 1<sup>er</sup> Archimède 102 (26 Mars 1890).

Monsieur,

Les positivistes français ont accueilli avec une grande satisfaction la proclamation de la République au Brésil, et nous l'avons témoigné de diverses manières. J'ai spécialement, dans le dernier numéro de la *Revue Occidentale*, montré la légitimité de ce mouvement important. J'ai en même temps été heureux de signaler en vous, parmi les membres du gouvernement, un homme qui a depuis longtemps affirmé ses convictions positivistes. Tous les journaux français, du reste, ont indiqué que l'influence de notre doctrine n'était pas étrangère à ce grand événement.

Mais c'est précisément cette solidarité sur laquelle on insiste qui me permettra, j'espère, sans indiscretion malséante, de vous présenter à cet égard quelques considérations.

Monsieur le Docteur Urbano Marcondes, qui défend à Paris la cause de la république brésilienne avec autant d'activité et de fermeté que de prudence, a bien voulu me communiquer les journaux brésiliens où, précisément, l'esprit politique du positivisme me semble méconnu, quoiqu'avec la plus parfaite sincérité et sous l'impulsion de sentiments vraiment progressifs, auxquels je me plais à rendre justice. Les erreurs presque inévitables commises à cet égard résultent de ce que l'on ne sépare pas assez les conceptions fondamentales d'Auguste Comte des applications plus ou moins précises et passagères qu'il en a faites au cours des événements contemporains. L'erreur tient aussi à ce que l'on donne à quelques expressions d'Auguste Comte le sens courant et vulgaire, tandis qu'il leur a donné lui-même un sens philosophique analogue, quoiqu'à beaucoup d'égards différent. Il faut bien reconnaître aussi que le public a pu être trompé par les exagérations de quelques personnes qui, prenant le titre de positivistes, et croyant même l'être, ne prennent dans Auguste Comte que quelques formules ou quelques applications que l'on répète indéfiniment, et l'on peut dire presque machinalement. C'est là un métier facile et qui devait tenter ceux qui, à une très grande vanité, joignaient une très petite capacité. Mais Auguste Comte n'a pas pu vouloir faire une doctrine pour des hommes sans cerveau, et il n'a pu croire qu'il pouvait nous dispenser à jamais de toute réflexion personnelle. L'eût-il voulu, et cela n'est pas, qu'il lui aurait été impossible d'imposer sa volonté à cet égard.

Ces réflexions s'appliquent surtout aux abus que plusieurs positivistes ont fait du mot *dictature*, dont on a tant abusé aussi contre le positivisme lui-même.

Auguste Comte proclame, en effet, souvent la nécessité du régime dictatorial; mais qu'entend-il par là? Il faut le reconnaître ses vues manquent peut-être de précision. Mais les applications qu'il en a faites, et la conception qu'il a toujours établie de la nécessité, avec la dictature, de la liberté complète de discussion et d'exposition, et de la surveillance d'une assemblée financière élue qui peut refuser le budget, permettent de mieux préciser la théorie de Comte et de la dégager du caractère trop absolu qu'on a voulu lui donner. Du reste, grâce à la lutte que depuis 1870 nous soutenons en France pour l'établissement d'une république à la fois organique et progressive, nous avons acquis une expérience qui manquait à Auguste Comte; et enfin, sans manquer au respect que nous devons au grand génie du Maître cette expérience a pu nous conduire à des observations historiques qui lui ont fait défaut.

En premier lieu, Auguste Comte ne donne nullement au mot *dictature* le sens de pouvoir personnel absolu qu'on lui attribue; car il appelle Louis XVIII le meilleur des dictateurs qui aient surgi en France depuis Danton, et Louis Philippe le plus imparfait. Par conséquent le mot *dictature* désigne chez lui la prépondérance du Gouvernement sur les Assemblées, prépondérance qui se caractérise surtout par l'initiative; et, en second lieu, la concentration en une personne de cette action directrice gouvernementale. Certes on peut discuter sur ces idées et les combattre mais ont-elles quelque chose dont puissent s'effrayer les partisans sincères d'une réelle liberté? Du reste, un exemple caractéristique va éclaircir ma pensée.

L'Angleterre a réalisé ce régime, de Robert Walpole jusqu'à nos jours, et c'est pour cela que le régime parlementaire a pu faire en Angleterre de si grandes choses et placer si haut ce grand pays. Au fond, l'Angleterre a été pendant cette période gouvernée par une série de dictateurs; car le Parlement subissait toujours la direction du premier ministre et la subit encore, jusqu'à ce que le dictateur provisoire ne se trouve plus en rapport avec l'opinion publique. Robert Walpole a je crois, gouverné l'Angleterre pendant 21 ans; William Pitt a présidé aussi pendant un grand nombre d'années à ses destinées; mais il n'est jamais tombé dans la tête des sages hommes d'État de l'Angleterre de vouloir se dispenser de la direction politique d'un chef unique, et de confier la direction des affaires à une assemblée sans responsabilité, dont l'incohérence ne peut cesser que par la subordination à un ministère ferme et présidé. Telle est la vraie conception de la dictature. On peut discuter sans aucun doute sur la part proportionnelle de la chambre et du gouvernement; et pour mon compte je suis de ceux qui pensent qu'il faut faire très grande celle du gouvernement; mais qu'y a-t-il là d'effrayant et d'oppressif?

S'il m'est permis de me citer, c'est cette conception que j'ai cherché à appliquer dans mon intervention philosophique dans des affaires de mon pays. C'est pour cela que j'ai constamment appuyé la prépondérance de Gambetta et, après sa mort, celle de M. Jules Ferry, non pas que j'approuvassé tous leurs actes, mais parce qu'ils me paraissaient être au mieux des intérêts du pays et les plus capables de diriger les destinées de la France. L'admettais du reste, fort bien, que je pouvais me tromper, n'ayant jamais cru à mon infailibilité. Je n'admets pas le ridicule ineffable de me transformer en un Grégoire VII *in partibus* excommuniant les peuples et les rois. Il faut laisser cela aux gens qui, n'ayant pas assez de talent pour être journalistes, veulent en avoir néanmoins le plus alléchant privilège, celui de prononcer irrévocablement sur toutes les questions, principalement sur celles qu'ils ne connaissent pas.

Au reste, Monsieur, vous et vos collègues, vous n'avez fait au fond qu'appliquer cette manière sage et raisonnable de concevoir la dictature, et permettez-moi de vous en faire tous mes compliments. Vous avez, à vos risques et périls, pris l'initiative de l'établissement au Brésil d'une république vraiment opportune; et je dis à vos périls, car si vous avez ménagé les

monarchistes, eux certainement ne vous auraient pas épargnés. Nous connaissons leurs traditions par une expérience chèrement acquise. Une si grande et si noble initiative vous conférait donc légitimement la mission de diriger une telle situation, jusqu'au moment où vous croiriez opportun de la faire cesser par l'avènement d'une Constituante. Mais là encore, vous avez combiné l'initiative qui vous incombe avec la liberté. Vous avez avec vos Collègues, assumé toute la responsabilité gouvernementale, en laissant la presse convenablement libre.

Le gouvernement de la république brésilienne a placé à une époque vraiment raisonnable la réunion d'une Assemblée Constituante. Pour un pays aussi étendu que le Brésil, et dans votre situation, un an était certainement le minimum indispensable pour assurer votre oeuvre. Vous prenez l'initiative de la nouvelle Constitution et c'est un devoir absolu qui incombe au gouvernement provisoire. Il eût été vraiment étrange que les hommes qui ont opéré si courageusement cette grande transformation, n'eussent pas la capacité, en même temps que la fermeté, de poser les bases du système qui doit affermir la république brésilienne. Il n'y a que les purs démocrates français qui aient de telles naïvetés; mais ils commencent à être ici singulièrement déconsidérés. Vous avez donc au fond réalisé la dictature, dans le sens vraiment sage qu'il faut donner à ce mot, et de la manière dont on l'a conçue en Angleterre. Tous mes voeux accompagnent le gouvernement de la république brésilienne dans une telle voie.

Mais vous avez évidemment des ennemis, et de dangereux: ce sont les mêmes qui ont menacé la République française. C'est au fond le parti théologique qui sera le point d'appui de toutes les tentatives rétrogrades. Ne vous laissez pas abuser par le mot liberté dont nos bons démocrates parisiens ont été si souvent dupes. Votre devoir est de maintenir très haut la prépondérance du pouvoir civil. La liberté ne peut consister à donner à nos adversaires le pouvoir de nous détruire. Le gouvernement brésilien saura prendre à cet égard les mesures nécessaires.

Mais je m'arrête, Monsieur; car je sens que je me laisserais peut-être entraîner à trop dogmatiser, et c'est un inconvénient qu'il est nécessaire d'éviter quand on s'adresse aux hommes politiques.

Transmettez, je vous prie, Monsieur, au gouvernement de la République brésilienne l'expression de mes meilleurs voeux pour la continuation de son oeuvre nécessaire, et permettez-moi de vous témoigner à vous-même ma plus haute considération.

P. Laffitte  
10, rue Monsieur le Prince.

CARTAS DO DR. JOAQUIM RIBEIRO DE MENDONÇA A PIERRE  
LAFFITTE E ROBINET

Jacarehy 24 Gutenberg 89 (5 Septembre 1877)

Mon cher Monsieur Pierre Laffitte  
Chef et Directeur du Positivisme

Veillez permettre au plus obscur de vos disciples, malgré qu'il ne vous connaisse que par vos écrits, de vous adresser ces lignes.

Il y a quelques jours l'un de mes amis voulut bien s'engager à vous envoyer, par mon ordre, la somme de deux cents francs (200 fr.) et il vous a demandé en grâce de lui envoyer des livres positivistes.

Je ne sais pas si vous l'avez reçue, parce que je n'ai pas eu de réponse.

Je vous demande de recevoir le restant de cette somme pour le subsidé positiviste; il est vrai que cette donation est très médiocre, mais il est en rélation avec ma fortune.

Je m'empresse de vous donner la bonne nouvelle du progrès du positivisme au Brésil; il y a déjà un grand nombre de positivistes. Voilà ceux que je connais: M. M. Benjamin Constant et Alvaro professeurs à l'École polytechnique; M. Dr. Luiz Pereira Barreto médecin à Jacarehy; M. M. Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça et França Leite ingénieurs; M. Guimarães professeur de Mathématiques au collège de Pedro 2.<sup>o</sup> Il y a aussi un grand nombre de pseudo-positivistes.

J'ai eu, il y a quelques jours, une question et je désire savoir votre opinion. Le positivisme n'admet pas l'égalité des sexes et le Maître a déclaré: L'homme a le devoir de soutenir la femme; et la femme le devoir de perfectionner la morale de l'homme.

Mais, je crois, qu'il faut bien admettre présentement l'égalité des sexes, car, dans l'état révolutionnaire que nous traversons, les prolétaires n'ont pas d'argent pour se soutenir; comment peuvent-ils soutenir les femmes? Grand nombre de femmes obligées par la misère, suivent une vie déréglée. Si ces femmes pouvaient être médecins, savantes, n'auraient-elles une vie plus honnête?

J'ai lu avec enthousiasme votre monumentale oeuvre — Les Grands Types de l'Humanité.

Comte a dit: "Tous les grands hommes sont plus ou moins dominés par le milieu dans lequel ils vivent".

Je crois que l'on peut appliquer à vous ce principe; car, dans votre oeuvre, volume 1.<sup>o</sup> pg. 114, vous avez dit: "*La critique serait quelque chose d'extraordinaire et surhumaine, tout à fait au dessus du médiocre génie de la France, et qui ne pouvait être traitée comme il convenait que par l'incomparable Allemagne. Seuls des savants en ns, en off ou en ski, étaient capables de faire la critique*". Il semble que vous avez été dominé en ce moment par le patriotisme. En effet, dans tous vos écrits, du Maître, enfin, de tous les positivistes (quand je dis positivistes, je veux dire les

positivistes orthodoxes et non pas les métaphysiques, matérialistes qui suivent M. Littré); on y voit l'idée de l'Humanité prédominant sur l'idée de la Patrie. Pour le positiviste la Patrie n'est pas la France, l'Allemagne, le Brésil, etc. mais la planète entière.

J'espère que vous me pardonnez cet avertissement.

Voici mon adresse: A Monsieur Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça Jacarehy, province de S. Paulo

Brésil

J'écris très mauvais le français; mais j'espère cependant que vous parviendrez à déchiffrer mon griffonnage

Salut et fraternité

Tout à vous

Dr. J. R. Mendonça

à Mr. Pierre Laffitte, Chef et Directeur du Positivisme à Paris  
Jacarehy, 6 Bichat 89 (8 Décembre 1877)

Monsieur

Je me considère fort heureux d'avoir reçu votre estimée et instructive lettre du 17 Descartes 89 et je m'empresse de vous répondre.

Je me conforme avec les explications, que vous venez de me faire, sur les femmes et sur l'appréciation, que vous avez faite, du rôle de la critique allemande. Non seulement l'ensemble des antécédents historiques et la situation géographique de la France, mais aussi les derniers résultats des élections prouvent bien sa suprématie dans les destins de l'Humanité.

Votre haute position de Chef et Directeur du Positivisme, en vous engageant à grands travaux, ne vous permet pas, je crois, d'être en correspondance suivie avec les positivistes étrangers, cela étant, je vous prie de m'indiquer ce que je dois faire pour être en relation avec le Centre Directeur de la France. J'ai eu le projet d'organiser à Rio de Janeiro une association pour l'instruction positive du peuple, en instituant un cours de l'Histoire Générale de l'Humanité et en publiant un journal. Mon oncle Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça, qui m'a initié dans le positivisme, m'a dit: "C'est une bonne idée, mais elle est à présent impossible de réaliser, en outre, où est le professeur de l'Histoire Générale de l'Humanité? Lea Laffittes sont rares". J'espère à l'avenir réaliser cette idée.

J'ai traduit et j'ai fait publier dans la Revista Médica do Rio de Janeiro la *Théorie Positive des Epidémies*, d'après Auguste Comte, publiée par le Dr. G. Audiffrent dans la Revue Occidentale de la Politique Positive. J'espère que le Dr. G. Audiffrent m'excusera cette faute.

Mon ami, Oscar Araujo, vous a écrit une lettre, l'avez vous reçue?

Excusez, Monsieur, les fautes de cette lettre, parce que je ne sais pas écrire dans la langue de Comte

Salut et Fraternité

Votre dévoué disciple

Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça  
Jacarehy, Provincia de S. Paulo (Brazil)

A. Mr. Pierre Laffitte  
 Chef et Directeur du Positivisme

Jacarehy 19 Aristoteles 90 (16 Mars 1878)

Je suis heureux d'avoir reçu votre aimable lettre du 15 Moïse 90.

Je n'ai pas reçu encore les ouvrages que vous voulez bien me remettre. Je connais uniquement celles de vos circulaires qui sont publiées dans l'oeuvre de Mr. le Dr. Robinet — *Auguste Comte, sa vie et ses oeuvres*, et dans la Revue de la Politique Positive de Mr. le Dr. Semerie.

Je serais très heureux d'avoir entre mes mains la série de vos diverses circulaires.

Si vous désiriez m'envoyer la série de vos circulaires, ou quelques autres ouvrages, je vous demande de remettre à la poste et non pas au libraire. Je dois vous dire que, dans ce cas, il faut que les enveloppes, où les adresses sont écrites, soient très résistantes.

Je vous demande de dire à Mr. le Dr. Dubuisson que j'ai déjà reçu la lettre qu'il voulut bien m'écrire, et que je vais lui écrire et lui faire parvenir la somme de 225 francs, soit: 200 francs, importance de 8 abonnements de cette année de la Revue Occidentale, et 25 francs pour le subside positiviste, donnés par mon oncle Mr. le Dr. Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça. Connaissez-vous *As Três Filosofias* de notre correligionnaire Mr. Luiz Pereira Barreto? Je vous envoie les deux premiers volumes de cette oeuvre, sitôt que le troisième sera publié je vous le ferai parvenir. Je vous remets aussi deux numéros du journal — *Provincia de S. Paulo*, où sont transcrits un manifeste républicain et un projet, en établissant dans la Province de S. Paul, un institut des sciences naturelles, présenté à l'assemblée provinciale par Mr. le Dr. Cezario Nanzianzeno, député républicain.

Je ne ferai pas de considérations sur le projet de Mr. le Dr. Cezario, ni sur les républicains de S. Paul, je dirai seulement: la Province de S. Paul complète pour le Brésil le même rôle que la France pour l'Humanité — elle marche à l'avant de la civilisation.

Pardonnez-moi les barbarismes de cette lettre.

Salut et fraternité

Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça

Jacarehy — Province de S. Paul — Brésil.

*Réservée*

À Mr. Pierre Laffitte  
 Chef et Directeur du Positivisme

Jacarehy 3 Cesar 90 (25 Avril 1878)

Monsieur,

Lorsqu'un catholique a commis un péché, il se confesse à un prêtre de sa religion; un positiviste doit, je suis convaincu, régler sa vie, d'après les avis des prêtres de la Religion de l'Humanité, dont vous êtes le chef, librement accepté. C'est pourquoi je vous prie de donner votre avis sur un point particulier de la vie de mon ami Mr. J.

Il faut que je vous donne l'histoire de sa famille afin que votre avis soit sûr.

Son grand-père est mort je ne sais pas de quelle maladie, mais je ne sais bien qu'elle n'a été une maladie héréditaire. Sa grande-mère est morte d'après ses parents, à l'âge fort avancé, de Elephantiasis Greco-

rum. Elle a eu 7 enfants: deux, le père de Mr. J. et un de ses oncles, sont morts de la même maladie; quatre sont morts de diverses maladies, mais non de Elephantiasis; une tante est pleine de vie. Cette tante de Mr. J. est à l'âge de 86 ans, et elle a, présentement, l'habitude de monter à cheval et faire un voyage de 24 kilomètres.

Tous les membres de la famille de mon ami ont atteints un âge fort avancé; son Père a vécu 76 ans et sa Mère de 40 ans est pleine de vie.

Mr. J. est un garçon, positiviste, de 25 ans, jouissant, présentement d'une santé parfaite. Il aime une demoiselle et il est aimé par elle. Quelle est votre opinion? Doit-il, en bien de l'Humanité, sacrifier son amour et doit-il vivre toute sa vie célibataire? ou non? Je ne sais pas si Mr. le Dr. Dubuisson a reçu ma lettre avec la somme de 225 francs, soit 200 francs pour 8 abonnements de la Revue Occidentale et 25 francs pour le subsidé positiviste, donnés par mon oncle Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça.

Je n'ai pas reçu les ouvrages que vous m'avez remis.

Salut et fraternité  
Votre disciple  
Dr. J. R. Mendonça

À M. Pierre Laffitte  
Chef et Directeur du Positivisme

Jacarehy 9 Shakespeare 90 (18 Septembre 1878)

Il y a quelques jours j'ai pris la liberté de vous annoncer mon mariage, que j'ose confirmer en cas de ma participation ne pas avoir pris la juste direction. Je désirais bien avoir reçu le sacrement du mariage de vos mains, au lieu de l'avoir reçu d'un prêtre catholique. Malgré cela je persévérerai dans le Positivisme; je me suis marié dans le Catholicisme parce que les lois du Brésil reconnaissent seulement le mariage catholique. Je vous envoie à cette date une copie de l'acte de la première séance d'une Association que nous avons créée à Rio de Janeiro. Elle n'est pas encore bien basée vue qu'elle est encore à organiser définitivement, c'est à peine une ébauche du premier effort qui, j'espère, ne sera pas inutilisé. En exécution de l'article 3<sup>ème</sup>, je vous remets jointe à la présente, une lettre de change de la somme de mille cent soixante un francs (1161 frs) pour que vous ayez la bonté d'acheter des livres selon la détermination du même article décrit dans la copie qu'avec cette lettre doit vous parvenir et faire encaisser et les diriger, ainsi que le connaissement pour les retirer de Douane, à Mr. le Dr. Alvaro Joaquim de Oliveira, rue de Sto Amaro 33 à Rio de Janeiro.

Nous avons eu l'idée d'établir des enseignements publics et gratuits mais l'état actuel de notre Association ne comporte pas.

Nos confrères, le Dr. Benjamin Constant et le Dr. Alvaro de Oliveira, m'ont demandé de vous prier de donner des éclaircissements sur un cours de Arithmétique et de Physique. Le Dr. Benjamin Constant a été prié de faire un cours de Arithmétique positive et il a répondu qu'il peut enseigner toutes les parties de la Mathématique, moins l'Arithmétique, qu'il considère la plus difficile. Le Dr. Alvaro espère obtenir la chaire de Physique dans l'École Polytechnique.

Je vous demande excuse et pardon en même temps, excuse de vous faire de la peine avec ces exigences, et pardon de ne pouvoir vous faire quelques petites considérations sur le développement de notre doctrine dans le Brésil qu'il me semble doivent vous intéresser. Aussitôt que

j'aurai quelques moments à moi j'écrirai à Mr. le Dr. Dubuisson sur ce sujet, je ne le fais aujourd'hui parce que mon collègue et confrère le Dr. Barreto fait une voyage d'un mois et je suis le seule médecin dans cette ville.

Salut et fraternité

Dr. J. R. Mendonça

Jacarehy — Province de S. Paul — Brésil

P. S. j'ai reçu deux numéros de la Revue Occidentale (le 1.<sup>o</sup> et le 2.<sup>o</sup> numero) et je ne sais pas à qui ils sont destinés.

Copie de l'acte de la première séance commémorative de la mort d'Auguste Comte célébrée à Rio de Janeiro.

À 24 Guttemberg 90 (5 Septembre 1878) 21<sup>ème</sup> anniversaire de la mort d'Auguste Comte, Fondateur du Positivism, réunis Messieurs les Drs. J. Mendonça, Benjamin Constant, Alvaro de Oliveira et Oscar Araujo, est proclamé président le Dr. J. Mendonça. Le même déclare qu'il avait pouvoir de représenter les Drs. Pereira Barreto et França Leite.

En séance on a résolu:

1<sup>er</sup> Fonder une Association à fin de propager et de développer la Doctrine positive par tous les moyens d'atteinte des associés.

2<sup>ème</sup> — Consigner dans la présente que cette Association est la continuation de celle qui a été fondée en 7 Archimède 88 (1<sup>er</sup> d'Avril 1876) par Dr. Oliveira Guimarães mort le 2 Homère du courant, (30 Janvier 1878) laissant un souvenir reconnaissant aux vrais positivistes.

3<sup>ème</sup> — Employer dès maintenant la somme de quatre cent quatre vingt un mille et huit cent reis, qui par les efforts du Dr. Oliveira Guimarães a été acumulée et qui se trouve en mains du trésorier à l'achat des livres que contient la bibliothèque positiviste d'Auguste Comte et un abonnement de la Revue Occidentale.

4<sup>ème</sup> — Accepter n'importe qu'elle offre soit en argent soit en livres du moment que ceux-là soient de la bibliothèque positiviste d'Auguste Comte ou publication de la même école.

5<sup>ème</sup> — Que chaque associé contribue dès maintenant avec la somme de deux mil reis au minimum payée au commencement de chaque mois.

6<sup>ème</sup> — Que le produit de ces mensualités et de ces offres perçues par le trésorier auront l'application suivante:

§ 1<sup>er</sup> — Moitié pour achat des livres de la bibliothèque positiviste d'Auguste Comte, dans le cas où la somme mentionnée dans l'article 3<sup>ème</sup> ne suffise pas pour l'acquisition de tous les livres dont elle est constituée, aussitôt que celle-ci se trouvera complète pour l'achat des publications de l'école positiviste.

§ 2<sup>ème</sup> — Un quart pour le subside sacerdotal, qui sera remis de la manière la plus convenable au Directeur du Positivism en France.

§ 3<sup>ème</sup> — Un autre quart pour constituer un fonds de réserve qui aura son destin déterminé par l'Association dans une de ces séances.

7<sup>me</sup> — Que les sommes traitées dans l'article précédent resteront à charge d'un trésorier à qui le Directeur donnera les instructions nécessaires.

8<sup>me</sup> — Que les associés présents et représentés dans cette séance contractent le compromis solennel d'écrire des articles qui commenceront à être publiés dans les journaux au plus tard jusqu'au mois d'Archimède (Mars et Avril) de l'année prochaine pour propager le positivisme, consacrant surtout à montrer l'aptitude de cette Doctrine pour éduquer et moraliser la société.

9<sup>me</sup> — Que les nouveaux associés contracteront toujours qu'il sera possible le compromis de propagande par les journaux.

10<sup>me</sup> — Que ces articles seront soumis à l'approbation de deux confrères avant d'être publiés, afin de garantir la parfaite solidarité des autres membres de l'Association avec les opinions émises par l'auteur.

11<sup>me</sup> — Que l'auteur remette à chaque associé un exemplaire du Journal dans lequel il aura publié quelques-uns de ses écrits.

12<sup>me</sup> — Que pour être admis associé il est indispensable la présentation par trois associés et l'approbation du Directeur.

13<sup>me</sup> — Que le Directeur convoquera une séance par lettres ou circulaire dirigées aux associés en leur marquant jour, heure et endroit, et en les informant des affaires à traiter.

Il est choisi Directeur le Dr. J. Mendonça et celui-ci désigne pour la charge de trésorier le Dr. Alvaro de Oliveira et pour celle de bibliothécaire le Dr. Benjamin Constant. Moi Oscar Araujo, secrétaire, j'écris le présent acte qui a été par moi signé, et par tous les associés présents.

Directeur

Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça

Trésorier

Dr. Alvaro Joaquim de Oliveira

Bibliothécaire

Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães

Secrétaire

Oscar Araujo

A Monsieur P. Laffitte

Chef et Directeur du Positivisme.

Jacarehy, le 1 Cesar 91 (23 avril 1879)

J'ai reçu votre aimable et importante lettre du 13 Aristotele 91 (10 Mars 1879) que je vous répons, profitant l'occasion de vous présenter mon ami M. Leon Simon. Né dans la religion Judaïque il commence son initiation dans la Religion de l'Humanité.

M. le Dr. Alvaro de Oliveira a déjà reçu la caisse des livres que vous avez bien voulu lui envoyer.

J'espère ardemment la copie de votre cours d'arithmétique et je vous demande la permission de la traduire et la faire publier.

Si vous croyez que le foyer brésilien est très important et régulier, vous vous trompez. Nous avons posé fermement les bases de l'Association positiviste de Rio de Janeiro, célébré au 5 Septembre la commémoration de l'Auguste Comte; mais nous n'avons fait rien au 1<sup>er</sup> Janvier, nous ne fe-

rons rien au 5 Septembre de cette année. Aujourd'hui la société positiviste de Rio de Janeiro compte seulement 7 associés, séparés par plusieurs lieux. Voici leurs noms: Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça et le Dr. Luiz Pereira Barreto — Jacarehy — Province de Saint Paul; le Dr. Nicolau França Leite — ville de Saint Paul; le Dr. Alvaro Joaquim de Oliveira, Dr. Benjamin Constant et Oscar Araujo — ville de Rio de Janeiro; Dr. Francisco Antonio Brandão — ville de Saint Louis do Maranhão — Province do Maranhão. Mon oncle le Dr. Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça, malgré sa conviction positiviste, ne veut pas encore appartenir à la Société positiviste de Rio. Nous voulons établir la bibliothèque et la mettre à la disposition du public, avant d'instituer des réunions régulières.

Il peut arriver que nous ne pourrions jamais faire la réunion au 1<sup>er</sup> Janvier pour célébrer la fête de l'Humanité, ou, au moins, les positivistes qui demeurent au dehors de Rio de Janeiro, ne pourront comparaître, car c'est au 1<sup>er</sup> Janvier que la chaleur, l'épidémie de la fièvre jaune, la variole font les plus grands desastres.

Dans cette date je remets à M. le Dr. Dubuisson par mon ami Leon Simon le subside sacerdotal et celui de mon oncle, je remettrai plus tard le subside sacerdotal de la société positiviste de Rio. Tous nos confrères brésiliens vous autorisent à livrer à la publicité leurs noms et tout ce que vous jugez convenable.

Jusqu'à ce moment notre foyer brésilien n'a fait rien pour la propagande de la religion de l'Humanité, sauf quelques conversions isolées.

J'ai déjà demandé à M. le Dr. Dubuisson d'avoir la bonté de m'envoyer toutes vos circulaires, pour les traduire et les faire publier avec celles d'Auguste Comte, sous le titre de Positivisme, ou Histoire du Positivisme.

Ma conviction positiviste n'a pas été altérée par les formalités catholiques de mon mariage; j'ai marié dans le Catholicisme non seulement parce que ma femme et sa famille sont catholiques, mais aussi, parce que les lois civiles du Brésil ne reconnaissent pas d'autre mariage que le catholique. J'ai assisté toutes les cérémonies que le catholicisme fait à la semaine sainte parce qu'il serait une cruauté de priver ma femme, ma tante, et ma mère de les assister. J'ai dû les accompagner à l'Église.

Veuillez agréer les sympathies de votre serviteur.

Salut et fraternité

Dr. J. R. de Mendonça.

Mon cher Directeur Pierre Laffitte

S. José dos Campos 6 Shakespeare 92 (14 Septembre 1880)

Dimanche, 25 Gutemberg 92, nous avons commémoré, à Rio, l'anniversaire de la mort d'Auguste Comte. Voici comment nous avons célébré la fête — à midi dans la salle du Club Mozart M. Teixeira Mendes, à ma demande et devant un considérable auditoire, cent personnes environ, a prononcé le discours commémoratif. Dans ce discours M. Teixeira Mendes, après avoir relevé la mémoire du Maître déchirée par des hommes maudits, a exposé le culte positiviste et a traité spécialement de l'*oraison* et des sacrements de la *destination* et du *mariage*. À deux heures de l'après-midi nous allâmes au cimetière *S. João Batista* faire une visite à la tombe du Dr. Oliveira Guimarães, ici nous avons déposé une couronne de scabieuses (*saudades*) et M. le Dr. Benjamin Constant a prononcé un touchant discours. À cinq heures du soir nous nous sommes réunis dans un banquet fraternel, où nous avons traité des moyens de propagande. Nous avons résolu: faire des petites modifications dans nos statuts; faire des cours et des conférences positivistes. M. Teixeira Mendes fera un cours d'Arithmétique, d'après votre plan et un cours d'explication du

Cathéchisme Positiviste, ce dernier cours a été déjà réalisé cette année. Au commencement du premier dimanche de Décembre tous les positivistes présents à Rio se réuniront pour faire des lectures des publications positivistes. Dans notre banquet fraternel a été soulevée une question très importante, que nous avons résolu de vous soumettre. C'est la question de direction. Ici je suis obligé d'entrer en détails personnels. J'étais médecin à Jacarehy quand M. Oscar Araujo, qui aujourd'hui est à Paris, m'a demandé de faire une réunion des positivistes brésiliens pour organiser une société; la réunion a été faite et vous savez que la société existe. J'ai accepté la direction de la société positiviste de Rio lorsqu'elle était en embryon, disposé à transmettre cette direction au plus compétent lorsqu'elle fut plus développée. Dans notre banquet j'ai émis le vœu de faire ce changement. Tous nos confrères se sont soulevés en opposition; seulement M. Teixeira Mendes a émis le vœu de faire la division des deux pouvoirs. D'après lui je dois continuer avec la direction temporelle, parce que j'étais déjà le directeur et principalement parce que je suis aujourd'hui chef industriel (je dirige un établissement agricole à *S. José dos Campos*, province de Saint Paul) et d'après lui je dois nommer un directeur spirituel; il m'a indiqué le nom de notre confrère M. Miguel Lemos.

Vous êtes, Monsieur, le Directeur du Positivisme dans toute la planète et les positivistes brésiliens reconnaissent votre autorité et se soumettent volontairement à vos décisions, par conséquent je vous demande de résoudre la question suivante: un même individu peut continuer, sans inconvénient pour la Religion de l'Humanité à être en même temps directeur temporel et spirituel de la société positiviste de Rio? ou faut-il que les deux fonctions soient exercées par deux organes différents?

Voici les noms des membres de la société positiviste de Rio de Janeiro qui ont contribué au subsidé sacerdotale l'année dernière et que M. Miguel Lemos, en obéissant à vos ordres, m'a demandés:

M. le Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça	45 francs	30 cent
M. le Dr. Benjamin Constant B. de Magalhães	45 francs	30 cent
M. le Dr. Alvaro Joaquim de Oliveira	45 francs	30 cent
M. Oscar Araujo	45 francs	30 cent
M. le Dr. Nicolau França Leite	19 francs	80 cent
Somme	201 francs	

Nous remettrons un de ces jours à M. le Dr. Robinet la somme de la souscription de la société positiviste de Rio au subsidé sacerdotal pendant cette année.

Agréé, Monsieur, les sympathies de votre disciple

Salut et fraternité

Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça

S. José dos Campos — Province de Saint Paul — Brésil.

À M. P. Laffitte

Directeur du Positivisme et vrai successeur d'Auguste Comte.  
S. José dos Campos 21 Homere 94 (Aristophane) 18 Février 1882.

Cher Maître

J'ai reçu votre aimable lettre de 8 Dante 93. Le désir de vous annoncer la publication du travail de mon oncle sur le Fétichisme, et les maladies de ma femme et des mes enfants ont retardé jusqu'aujourd'hui la réponse que je vous devais. J'ai demandé à notre confrère M. Lemos

de vous envoyer un exemplaire de ce travail. Le 1<sup>er</sup> volume de ma traduction de vos Circulaires doit être sous presse et paraître bientôt. Ce 1<sup>er</sup> volume comprend les Circulaires jusqu'à 1870.

Par les entraves que M. Littré a mises au développement de la Religion de l'Humanité, sa mémoire, il me semble, doit être jugée publiquement par vous, Grand Prêtre de l'Humanité, sept ans après sa mort. Pardonnez-moi la hardiesse de vous donner ici mon avis.

Je crois avoir déjà donné des preuves très suffisantes pour être considéré un positiviste, c'est pourquoi j'ose vous demander une copie du manuscrit de M. Lonchampt sur la vie d'Auguste Comte. Vous pouvez demander à quelque positiviste de la faire et je lui paierai.

Permettez-moi, cher Maître, de vous soumettre quelques doutes et je vous demande aussi l'autorisation à publier votre réponse si cela serait nécessaire.

1<sup>er</sup> — A. Comte a dit que chaque entendement présente la succession de trois états: théologique, métaphysique et positif. Je ne peux pas comprendre comment on peut placer le Fétichisme dans l'état théologique, parce qu'il n'a pas le caractère du théologisme, qui consiste à croire à des êtres surnaturels.

2<sup>ème</sup> — La question de l'abolition de l'esclavage au Brésil est à l'ordre du jour. Sur ce sujet je ne suis pas de plein accord avec quelques uns de nos confrères. M. Teixeira Mendes a publié sur cette question un article où il demandait l'abolition immédiate. Je crois que cette réforme (La transformation du travail esclave au travail libre) est très radicale et qu'on doit faire très lentement et qu'on ne doit modifier la loi de 28 Septembre 1871 malgré ses défauts. Je sais bien, cher Maître que vous ne pouvez, parce que vous êtes très éloigné de notre milieu, résoudre cette question, mais je crois que vous pouvez nous donner des règles générales pour nous guider.

3<sup>ème</sup> — Dans la transition les positivistes doivent s'abstenir du pouvoir temporel, je veux dire, du gouvernement? où doivent-ils donner leur voix dans les élections? S'ils doivent intervenir dans les conflits électorales, peuvent-ils donner leur voix à un métaphysique qu'ils croient le meilleur administrateur? Enfin, un positiviste peut, sans contradiction, être électeur ou membre du conseil municipal? Je crois que Comte, en demandant aux positivistes de s'abstenir, pendant la transition, du gouvernement leur a permis d'être électeur, Maire, ou membre du conseil municipal.

Salut et fraternité.

Agréé, cher Maître, les sympathies et les respects de votre disciple.

Dr. J. R. Mendonça

M. Pierre Laffitte

Suprême Chef et Directeur du Positivisme.

Jacarehy 11 Shakespeare 95 (20 septembre 1883)

Ici joint je vous envoie un article que j'ai publié dans la "Provincia de S. Paulo" en votre défense contre le mauvais disciple M. Lemos. Je vous envoie en portugais parce que je ne connais bien le français pour faire une bonne traduction, mais vous pouvez demander à M. Oscar de Araujo ou à quelque autre de faire la traduction.

Agréé le respect et la vénération de votre disciple bien dévoué

Dr. J. R. Mendonça

## A DIRETORIA DO POSITIVISMO NO BRASIL VIVER AS CLARAS

*A submissão é a base do aperfeiçoamento individual*  
(A. Comte)

Estabeleci para mim, como preceito de higiene cerebral, não escrever artigo algum, principalmente os que pudessem dar origem a polêmicas. mas o dever de veneração do discípulo para com o mestre, obriga-me a abrir hoje uma exceção a esta regra e a protestar enérgicamente contra o artigo publicado no *Jornal do Comércio*, de 13 do corrente, sob o título acima, pelo sr. Miguel Lemos.

Quando meu ilustrado colega e amigo o Dr. L. P. Barreto, publicou o 1.º volume de sua obra — *Três Filosofias* — o sr. Miguel Lemos, então estudante da Escola Politécnica, o combateu enérgicamente, em um jornal dos estudantes, e aconselhou aos seus colegas que não lessem semelhante trabalho por ser retrógrado, cultural e não sei o que mais; era nesta ocasião s.s. acérrimo littréista.

Suspenso depois pelo sr. visconde do Rio Branco, diretor da Escola, foi o sr. Lemos a Paris. Arrastado por J. Lagarrigue aos cursos de P. Laffitte, na rua *Monsieur-le-Prince*, 10, foi aí dominado pela voz eloqüente do sábio filósofo e então converteu-se, ou antes julgou converter-se à sã doutrina positivista, dirigindo-me nesta ocasião uma carta, donde extraio os seguintes trechos.

"Tive, pelo Laffitte, notícia de que vv. aí ensaiaram a organização de um grupo positivista religioso e resolvi para logo dirigir-me ao senhor, com o fim de pôr-me em comunicação direta com os seus membros."

"Depois de minha conversão, aproximei-me do grupo religioso, e hoje posso dizê-lo, faço parte dêle. Um dos meus maiores prazeres e distração neste exílio em que estou, é assistir às reuniões da sociedade positivista, todas as quartas-feiras, no local da rua *Monsieur-le-Prince*. Aí ouço debater tôdas as grandes questões pendentes, aí ouço o eco das vozes de todos os nossos irmãos espalhados pelo nosso planeta, aí muitas vezes ouço falar da minha pátria e dos progressos que nela faz a nossa santa religião"...

"Com esta carta só quero noticiar-lhe a minha conversão e pedir-lhe que me considere como um membro do grupo brasileiro..."

E de tal modo portou-se ainda que obtive do supremo chefe do positivismo o grau de aspirante ao sacerdócio, de diretor do positivismo no Brasil, e sob fé destes títulos, escolhi-o para suceder-me como presidente da Sociedade Positivista do Rio.

Mas hoje, tendo o nosso venerando diretor, P. Laffitte, se oposto ao seu orgulho, veio êle, no artigo aludido, não só declarar que renunciara o grau de aspirante e o lugar de diretor, o que para os positivistas é talvez felicidade, mas também que continua a ser positivista, não reconhecendo, porém, como seu chefe P. Laffitte por ser um chefe insuficiente.

Laffitte, que desde 1857 tem sido reconhecido por todos os positivistas, do polo Norte ao Sul, do Oriente ao Ocidente, como o verdadeiro sucessor de Augusto Comte, é um chefe insuficiente!! Isto não tem nome, é pelo menos ridículo. Quem é então, sr. Miguel Lemos, o verdadeiro chefe? Será por acaso v.s.? Pensa poder convencer aos positivistas que uma doutrina religiosa como o positivismo pode dispensar um chefe?

"Tôda a doutrina, mesmo a de Comte, precisa de interpretação, e logo que é preciso interpretar, não há dúvida que cai-se na anarquia mais completa, ou para melhor dizer, no protestantismo, logo que cada

um se julgue com o direito de traduzir à sua vontade o pensamento do mestre".

Vê, portanto, o público que o sr. M. Lemos foi a princípio littréista, depois positivista e hoje... eu não sei o que.

Aproveito a ocasião para expor os motivos da minha separação do Centro Positivista do Rio, dizendo algumas palavras sôbre a história do positivismo no Brasil.

Em 1.º de Abril de 1876, o sr. Antonio Carlos de Oliveira Guimarães fundou uma sociedade, cujo fim era a criação de uma biblioteca positivista e, quando os sócios estivessem mais bem preparados e o fundo da sociedade o permitisse, a criação de cursos públicos e gratuitos sôbre as sete ciências enciclopédicas.

Faziam parte desta sociedade positivistas ortodoxos e dois littréistas: Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Esta sociedade pouco durou, porque logo depois faleceu, ainda jovem e esperançoso, o seu fundador e entusiasta defensor. Depois do falecimento do Dr. Oliveira Guimarães, o meu amigo o sr. Oscar de Araujo, escreveu-me diversas cartas pedindo-me que convocasse os positivistas brasileiros a fundarem uma sociedade positivista. Depois de uma discussão um pouco longa, convenci-me da utilidade da criação desta sociedade, a qual foi, com efeito, fundada a 5 de Setembro de 1878. Fui, então, eleito presidente, cargo que aceitei com a intenção de resigná-lo logo que apparecesse quem pudesse assumi-lo de um modo mais sistemático; e resolvemos, de acôrdo com o art. 5.º dos Estatutos da sociedade, fundada por Dr. Oliveira Guimarães, empregar o fundo existente da extinta sociedade, na fundação da biblioteca que acha-se hoje em poder do sr. Miguel Lemos.

Em Maio de 1881, tendo chegado ao Rio de Janeiro, o Sr. Miguel Lemos, julguei-o, pelas razões já expostas, o mais competente para substituir-me e lhe transmiti nesta ocasião a presidência, continuando eu como membro da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro. Pouco depois, começou a dissidência entre nós. Era eu de opinião que, apesar de Comte *aconselhar* a todos os positivistas de não exercerem cargo público algum durante a primeira fase da transição moderna, contudo não se deveria fazer dêste preceito uma applicação rigorosa, e, em carta dirigida ao Sr. M. Lemos, citava-lhe os exemplos de Robinet Filho, que é positivista e conselheiro municipal do Sena, e o dr. Robinet, médico particular de Comte e um dos seus testamenteiros, que em 1870, durante a guerra franco-prussiana, exerceu o cargo de *maire* do Sena, mostrando êle e sua digna espôsa, Mme. Robinet, a maior energia e dedicação à pátria. Com prazer vejo hoje que esta minha opinião é a verdadeira, porque é a mesma de P. Laffitte, o *único juiz competente*.

Apesar desta dissidência, continuei como sócio até que, no princípio dêste ano, recebendo do sr. M. Lemos uma carta insultuosa, em que declarava-me que um positivista brasileiro não podia possuir escravos e que eu devia abandonar todos os meus, retirei-me do Centro Positivista do Rio.

Aquêles que quiserem conhecer a opinião da escola positivista sôbre a questão da escravatura do Brasil, podem ler com proveito a obra — *A Escravatura no Brasil*, por F. A. Brandão Junior, publicada em Bruxelas em 1865 com a aprovação de P. Laffitte. Além disto devo acrescentar que quando o sr. M. Lemos achava-se em Paris sob o domínio de P. Laffitte, era de opinião que não se devia declarar a emancipação pura e simples sem indenização, como hoje pensa. Provo-o com o seguinte trecho da carta que, a 6 de Dezembro de 1880, dirigiu-me o Sr. Teixeira Mendes:

"Remeto-lhe também um exemplar do que escrevi sôbre a escravidão (refere-se a um artigo publicado em 1880 na *Gazeta da Tarde*), devendo lealmente comunicar-lhe que o *Miguel achou revolucionário o tópi-*

co que se refere à possibilidade de abolição pura e simples, com o que o Laffitte concordou".

Para ver-se que a moral positiva é contrária à abolição imediata e sem indenização basta ler o seguinte princípio estabelecido por P. Laffitte no seu curso de moral positiva publicada na *Política Positiva* de 1872, páginas 245:

"Além da justiça desta medida, queremos, dêste modo, estabelecer um grande princípio: o da *indenização*, tôdas as vêzcs que, pelo fato da evolução natural da sociedade, a situação de uma classe ou de um indivíduo fôr perturbada. É assim que se facilitarão as transições. Tôda a indústria perturbada por um nôvo progresso deve ser indenizada na pessoa do chefe e dos proletários assim privados de repente de seus meios de existência. Muitos dentre êles não estão mais em idade de mudar de vida. Quanto ao modo de consolação que consiste em lhes dizer, que em 200 anos, a nova indústria nutrirá muito mais proletários do que não o fazia a que sucumbe, deixam-lhe o monopólio aos economistas".

Terminando declaro que absolutamente não responderei a artigo algum, nem do sr. M. Lemos, nem de nenhum outro.

Jacarehy, 7 de Shakespeare de 95 (16 de Setembro de 1883)

Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça  
Médico

Mon cher Maître M. P. Laffitte

Jacarehy le 20 Aout 1886 (le 8 Guttemberg 98)

Je viens de recevoir votre aimable lettre de 28 Juillet 1886. Ci joint je vous envoie une lettre pour M. Ch. Jeannolle, je vous demande de la faire parvenir à ses mains.

Je n'ai pas encore reçu le n.º de 1<sup>er</sup> Mai 1884 de la *Revue Occidentale*, ni les exemplaires de la Revue de 1<sup>er</sup> Juillet 1886. J'ai bien reçu les diverses brochures de MM. Lemos, Lagarrigue et Auddiffrent, mais jamais je les ai lues; c'est un moyen d'hygiène cérébrale que j'ai pris.

Quand j'ai reçu votre lettre je lisais une oeuvre très importante de M. Dujardin-Banmelz: *Leçons de Clinique Thérapeutique*, et j'arrivais à un point très applicable à ces messieurs. En traitant des émissions sanguines, Dujardin parle de l'esprit de système et de routine attaché à une doctrine philosophique ou médicale, et il dit: "Si la parole du maître doit être respectée, il faut se défier des adeptes trop enthousiastes qui, dépassant le but, transforment ainsi, par leur excès, une méthode utile en une véritable folie".

Je crois que l'utopie de la vierge mère, c'est, d'après Comte, le type de la perfection féminine et les femmes doivent faire tous les efforts pour s'en approcher, mais qu'elles ne l'atteindront jamais, de la même manière qu'une quantité peut s'approcher infiniment d'une autre sans jamais l'atteindre. Suis-je en erreur?

Agréez les sympathies et les respects de votre disciple bien dévoué

Dr. J. R. Mendonça

Mon cher Maître

Jacarehy le 6 Decembre 1887

Je vous ai envoyé en Février 1887 une lettre de change de 75 francs pour ma souscription et celle de mon oncle au subside sacerdotal. L'avez-

vous reçue? N'avez-vous pas publié la Circulaire de 1887? J'ai reçu une duplicata de la Circulaire de 1886, mais je n'ai pas encore reçu celle de 1887. Pouvez-vous me donner l'opinion de l'école positiviste sur l'hypnotisme? je ne sais pas ce qu'on doit penser quand on voit des hommes tels que Charcot et Luys défendre l'hypnotisme. Pouvez-vous me donner des formules pour prêter le serment devant le tribunal du jury? J'ai été déjà obligé de faire un serment devant l'autorité. Voilà comment je le fis: Je jure devant l'Humanité de dire la vérité et de juger d'après la justice. C'est bien fait? Pardonnez-moi, cher Maître, de prendre votre précieux temps avec ces petites choses.

Agréé, monsieur, les respects de votre disciple bien dévoué  
Dr. J. R. Mendonça

Monsieur le Dr. Robinet

Jacarehy 28 Mai 1883

Seulement aujourd'hui, après une fièvre pernicieuse qui m'a mis au lit pendant 40 jours et qui m'aurait tué si je n'avais pas eu à mon côté mon ami M. le Dr. Barreto avec sa bonté, son noble dévouement et toute sa profonde science pour me sauver, seulement aujourd'hui, je répète, je pense vous écrire. On peut dire de M. Barreto — *voilà le vrai médecin* — oui, tous les autres médecins qui étaient à mon côté ont été contraires à lui, mais sa persévérance et son dévouement m'ont arraché à la mort.

Ici joint je vous envoie une lettre de change de 75 francs, soit: 25 francs de ma subscription au subside sacerdotal et 50 francs de la subscription de mon oncle M. Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça.

Vous devez déjà savoir que, quelques jours avant ma terrible maladie, j'ai cessé d'être membre de la société positiviste de Rio de Janeiro parce que je n'étais ni ne suis d'accord avec M. Lemos sur la question de l'esclavage au Brésil.

Je vous demande, mon cher ami, de m'envoyer toutes les années 2 exemplaires des circulaires de notre respectable Directeur.

Je n'ai pas encore reçu les circulaires de cette année.

Agréé, cher ami, les sympathies de votre bien dévoué  
Dr. J. R. Mendonça

Mon cher confrère Dr. Robinet

Jacarehy 15 Aout 1883

J'ai fixé de nouveau ma résidence à Jacarehy où je commence de nouveau à exercer la profession médicale.

Agréé mes congratulations pour le mariage de Mme. Virginie Robinet.

La question la plus importante d'ici c'est la question de l'émancipation de l'esclavage, mais je crois que M. Lemos s'est conduit très mal: dans son dernier article il a insulté tout le monde; eh bien! dites-moi une chose? L'insulte c'est un procédé de raisonnement sanctionné par le positivisme? Je ne crois pas. Je voulais vous envoyer l'article de M. Lemos, mais je ne pense pas devoir le faire. Cela c'est ma protestation contre les insultes.

Je vous envoie une lettre de change de 75 fr.; soit 50 fr. de la souscription de mon oncle Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça au subsidé sacerdotal et 25 fr. de souscription au subsidé.

Agrérez les sympathies de votre confrère et ami

Dr. J. R. Mendonça

Jacarehy, 29 Janvier 1891

Mon cher confrère le Dr. Robinet

Je pleure en ce moment la perte irréparable que la Patrie et l'Humanité viennent de souffrir. Le Dr. Benjamin Constant, le fondateur de la République au Brésil, le Grand Héros, n'existe plus. Il a cessé d'exister quand sa vie était le plus nécessaire. Quel sera l'avenir de la République brésilienne sans son chef? Je ne peux traduire ici tous ce que les journaux de Rio et de S. Paul ont écrit sur ce Grand Homme, mais j'espère pouvoir vous envoyer quelques exemplaires. Vous me demandez si le régime republicain au Brésil est avantageux à la propagande positiviste. En bien, tout ce qu'on a fait en obsèques de Benjamin Constant prouve bien que le nombre des positivistes au Brésil est plus grand qu'on n'a jamais pensé.

Benjamin Constant le vrai chef de la révolution du 15 Novembre, membre du gouvernement provisoire, qui avait à sa disposition le trésor de la République a laissé sa famille pauvre, parce qu'il était l'homme le plus pur, le plus honnête, le plus patriote de tous les brésiliens qui ont surgi jusqu'aujourd'hui. Il avait le coeur de S. Paul et l'énergie de Danton.

Je viens de recevoir votre aimable lettre du 9 janvier et les reçus de la souscription au subsidé; mais je n'ai pas encore reçu les circulaires.

Votre ami bien dévoué

Dr. J. R. Mendonça

Jacarehy — état de S. Paulo

Brésil

## VIII

Eugène Sémérie: "*La conquête du microbe*"

VICHY

WALLON, IMPRIMEUR

1883

### LA CONQUÊTE DU MICROBE

Par le Docteur E. Sémérie

Lorsque sur la terre, enfin refroidie, les animaux apparurent, longtemps la question resta indécise de savoir auquel d'entre eux appartenait la planète, et rien ne prouvait que ce serait l'homme. Les théologiens, rendant constamment à Dieu ce qui appartient à l'Humanité, racontent que ce père adorable avait tout préparé avec amour pour notre venue. Mais ceux qui ont étudié l'histoire de notre origine autre part que dans la bibliothèque du Paradis terrestre, savent combien il faut rabattre de cette gracieuse réception.

C'était inhabitable et peuplé de bêtes sans nombre qui nous disputaient la place. Il a fallu des milliers de générations humaines, luttant sans relâche, pour conquérir péniblement la terre sur les grands végétaux et les grands animaux, et approprier à nos besoins le sol, qui se défendait par des mortelles émanations telluriques. Et si nous trouvons aujourd'hui, en contemplant les résultats obtenus, que tout cela est bon, l'honneur, comme la reconnaissance, doivent en remonter à nos ancêtres disparus, à l'Humanité, dans laquelle nos métaphysiciens s'obstinent à ne voir qu'une abstraction, comme si les abstractions avaient à leur actif de pareilles campagnes. Quant à Dieu, ses préférences étaient manifestement pour les poissons, si c'est lui, comme on le prétend, qui leur a donné les trois quarts du globe d'une manière indélogeable. Et si son plan a échoué, c'est qu'à l'inverse d'un maréchal célèbre, il a manqué d'eau!

Bien qu'il ne puisse y avoir de doute aujourd'hui sur l'issue de la grande opération sociale qui doit nous livrer tout le domaine terrestre, cette conquête n'est pas tellement terminée qu'on ne puisse juger ce qu'elle a dû coûter. Aujourd'hui encore, dans l'Inde seulement, plus de vingt mille êtres humains succombent annuellement sous la dent des tigres ou la morsure des serpents. En outre, et c'est là ce dont nous voulons nous occuper en ce moment, d'autres ennemis se sont révélés dont la nature exigeait un certain développement scientifique de civilisation.

L'épuration de la terre au profit de l'homme exige, pour être complète, une dernière campagne contre les animaux et végétaux microscopiques, le monde des infiniment petits, le *microbe*, selon une appellation qui tend à prévaloir.

Se développant dans les milieux organiques, le microbe peut se conserver à l'état de germe dans l'atmosphère sous forme de poussière desséchée, n'attendant qu'une occasion pour pulluler avec la terrible fécondité des organismes inférieurs. Abandonnez à l'air, dans votre chambre, un liquide organique quelconque, et, au bout de peu de temps, le microbe en aura pris possession, ce qui, récemment encore, avait fait croire à la génération spontanée.

On comprend facilement que le corps de l'homme soit pour lui un terrain merveilleusement fécond. Aussi toutes nos ouvertures naturelles sont-elles parfois de véritables réservoirs où grouillent des organismes de toute espèce qui, au moment précis où cesse la vie, se mettent à émigrer dans tout le corps, s'emparant de leur proie, *vibrions* ouvriers de la mort, dont Dumas a dit, dans son *Etrangère*, qu'ils sont émissaires de Dieu, accomplissant leur fonction de désorganisation.

Mais il en est de plus dangereux dont l'invasion provoque la mort au lieu de l'attendre. Tel est le vibron pyogénique qui, dans les milieux confinés surtout, s'attaque à nos opérés, à nos nouvelles accouchées, à tous ceux qui présentent une plaie, pénètrent dans le corps par cette brèche ouverte, s'introduisent dans le sang où ils rampent flexueux à travers les globules, comme les serpents à travers les hautes herbes, viciant toutes les actions vitales et allant fonder, loin de leur point de départ, de véritables colonies pyogéniques qui déterminent les graves états connus sous le nom d'*infection* ou *résorption purulente*, *abcès métastatiques*, *septicémies*, etc.

Tel est le cas, plus dangereux encore, de la maladie charbonneuse où le microbe, à peine introduit par la moindre piqûre, détermine, en quelques heures, des accidents mortels, par la foudroyante prolifération de *bactéridies*, donnant naissance à un virus d'une puissance telle qu'un homme touché est presque un homme perdu, et qu'il suffit parfois de quelques heures pour terrasser toutes les bêtes d'une étable.

Tels sont encore certains cas de gangrène; mais je n'ai pas à faire un dénombrement. Il nous suffit d'avoir établi que beaucoup de maladies dangereuses ont pour origine un parasite animal ou végétal, et à cette question, élucidée par la science, en succède immédiatement une autre: Comment s'en débarrasser?

En les détruisant, quand on peut les atteindre directement, comme dans le cas de la gale devenue aujourd'hui une affection bénigne qu'une friction fait disparaître. De même les chirurgiens modernes attaquant avec l'acide phénique les vibrions du pus, tarissent la source de cette humeur morbide, évitent l'infection putride et, ne redoutant plus les ouvertures articulaires et les vastes ablations de substances, osent des opérations devant lesquelles reculaient leurs maîtres de la génération précédente.

Dans les cas virulents on a tenté, par l'inoculation, de provoquer chez les sujets une maladie bénigne qui les exempterait d'une maladie grave, de même qu'on agissait, au siècle dernier, pour la petite vérole, avant la découverte du vaccin jennérien. Mais ce procédé, jusqu'à nos jours, était resté empirique. Ce sont les travaux modernes, et notamment ceux de M. Pasteur, qui l'ont rendu rationnel et systématique et qui ont fait, comme je le dis en tête de cet article, la conquête du Microbe.

Comme un jardinier cultive des plantes et fait avec les espèces sauvages des espèces civilisées, développant chez chacune d'elles les qualités utiles à l'homme, M. Pasteur s'est fait jardinier en végétaux microbiques. Convaincu que chaque virus est dû à l'existence d'un organisme microscopique spécial, il cherche et isole ce microbe, puis l'ensemence dans ce qu'il appelle un liquide de culture, levure de bière, urine, bouillon de poulet... et avec les précautions les plus délicates, pour éviter les causes d'erreur, il étudie le développement et l'évolution de son microbe, sa manière de naître et de mourir, dans quelles conditions précises de chaleur

ou d'oxygénation ce sauvageon d'espèce nouvelle conserve sa propriété virulente, dans quelles autres cette virulence est augmentée ou atténuée.

En un mot, il les cultive, et il est parvenu à créer ainsi, dans le monde microscopique, des variétés nouvelles et même des races douées héréditairement de propriétés opposées au tronc d'où elles sortent. Merveilleux résultat du génie de l'homme qui ploie et assouplit sous sa volonté intelligente les générateurs de ces abominables fléaux, les contraint de dépouiller leur léthifère influence pour devenir salutaires! Le virus poison devient virus vaccinal: le microbe mortel microbe bienfaisant. Il y a là, comme on voit, autre chose qu'un fait empirique; il y a une méthode qui comporte des développements. C'est un chapitre de plus, ajouté à l'action totale de l'humanité sur sa planète. C'est le monde microscopique devenant tributaire de l'homme. Après le chien et le cheval, la vigne et le blé, c'est le microbe conquis!

Je ne voudrais pas grandir outre mesure M. Pasteur. Son oeuvre exige évidemment plus de patience et d'ingéniosité que de puissance intellectuelle. En outre, si dans ce mouvement progressif il représente le point culminant, il ne remplit pas toute la route parcourue avant ou après lui par Davaine, Toussaint, Arloing, Cornevin, Thomas et tant d'autres, français ou étrangers, les uns préparant, les autres complétant ou perfectionnant la découverte; ce qui nous ramène toujours à la notion d'Humanité dont l'effort collectif obtient des résultats qu'aucun effort individuel ne saurait atteindre; et en même temps apparaît la supériorité morale de cette notion sur celle de Dieu.

Quand on dit en effet de ce dernier qu'il a toujours placé le remède à côté du mal, cela ne le dispense en rien, puisque étant de sa nature tout puissant, il pourrait s'occuper plus utilement qu'à ces niaiseries compensatives; tandis que dans l'humanité, irresponsable du mal, nous pouvons admirer sans réserve l'effort soutenu pour nous en préserver.

Aux expériences de laboratoire de M. Pasteur il fallait une confirmation pratique. Elle a eu lieu, et il faut reconnaître qu'elle a été triomphale. C'est la mémorable expérience de Pouilly-le-Fort, près Melun, faite au mois de mai 1881.

La Société d'agriculture de Melun avait mis à la disposition de M. Pasteur quarante-huit moutons, deux chèvres et dix vaches. Il leur dit: "Je vaccinerai d'abord vingt-quatre moutons, une chèvre et six vaches avec mon virus cultivé et atténué qui préserve du charbon. Puis, quelques jours après, j'inoculerai en bloc toute la masse avec du virus très virulent. Les animaux primitivement vaccinés ne subiront aucun effet de cette dernière inoculation, tandis que les autres, les vingt-quatre moutons et la chèvre mourront; les vaches ne mourront pas, mais seront très malades."

Et les choses se passèrent ponctuellement comme il l'avait annoncé. Quarante-huit heures après l'inoculation générale, les animaux vaccinés avaient toutes les apparences de la santé. Vingt et un moutons et la chèvre non vaccinés étaient déjà morts; deux autres moutons moururent sous les yeux des spectateurs, et le dernier de la série s'éteignit à la fin du jour. Les vaches n'étaient pas mortes, mais elles étaient très malades.

L'assistance, émerveillée, battit des mains et c'était justice; car, devant un résultat aussi conforme à ce qui avait été prédit, on se sent venir malgré soi à l'esprit cette formule de l'Évangile: "Et cela arriva, afin que la parole s'accomplît." N'est-ce pas, en effet, la véritable prophétie de l'avenir que cette prévision scientifique basée sur l'observation rigoureuse des faits qui permet aux opérations intracérébrales de marcher parallèlement avec la succession des phénomènes extérieurs, de façon à les reproduire comme un miroir reflète un objet.

Je ne fais qu'esquisser l'histoire de cette importante découverte sans pouvoir insister sur le mouvement qui l'a suivie. Naturellement, dans les esprits jeunes et hardis, des illusions ont surgi. La mode est au microbe

et l'on ne serait pas éloigné d'en faire la base d'une nouvelle synthèse médicale ou d'y trouver au moins la formule de toutes les maladies virulentes, infectieuses et contagieuses. On le cherche dans le virus de la rage, on le soupçonne dans la phthisie, dans la syphilis; on croit l'avoir trouvé dans la lèpre, le pus blennorrhagique, et il tend à détrôner le vieux *miasme* des fièvres intermittentes. À la condition de ne jamais prendre une hypothèse pour un fait, et un désir pour une réalité, il est permis et même utile aux savants de sortir du constaté pour entrer dans le possible. C'est pourquoi nous disons que le jour viendra peut-être où un Pasteur de l'avenir, tenant dans son liquide de culture les microbes de la fièvre jaune, du choléra et de la peste, nous montrera au bout de sa lancette les fils apprivoisés de ces redoutables fléaux transformés en vaccins de leurs pères. Quelque éloigné et douteux que soit encore un résultat aussi grandiose, il est possible, et doit par conséquent être tenté, car il ne dépasse pas les limites permises de l'idéal scientifique moderne. N'avons-nous pas vu, dans le passé, un exemple de progrès bien plus admirable, quand les antiques sacerdoces préludant à la lente transformation toute sociale de la femelle humaine en femme, constituèrent gardiens jaloux de l'indispensable pureté virginale, ceux qui étaient le plus à même de la flétrir, et ont créé, par une culture morale spéciale, des races d'hommes qui respectent leurs filles et leurs soeurs.

Contemplons donc l'avenir avec assurance et ne dénigrons pas le passé. À la triste et confuse philosophie pessimiste qui nous vient d'Allemagne, prêchant le désespoir social, la claire et énergique philosophie française, fille de la Révolution et de la science, répond en nous ouvrant légitimement la porte des plus audacieuses espérances et en promettant la fin de la misère et de la maladie; car bien que de grandes choses aient déjà été accomplies, nous n'en sommes qu'au début de la construction du bonheur, et les deux notions connexes de Progrès et d'Humanité commencent à peine à se concrétiser dans les cerveaux encore obscurcis par l'immobilisme théologique.

## IX

### PROGRAMA DE FILOSOFIA E LÓGICA DO COLÉGIO PEDRO II ENQUANTO ERA CATEDRÁTICO AGLIBERTO XAVIER

PROGRAMA OFICIAL DO CURSO DE FILOSOFIA E LÓGICA do Colégio Pedro II, adotado até 1925, e organizado pelo catedrático Professor Agliberto Xavier.

Concepção escolástica da Filosofia. Filosofia primeira de Aristóteles ou Metafísica de seus tradutores e comentadores. Ontologia, Psicologia e Teologia. Filosofia racional ou Lógica. Filosofia Moral ou Moral propriamente dita. Concepção moderna da Filosofia. Filosofia natural.

#### FILOSOFIA PRIMEIRA

Da Filosofia Primeira modernamente encarada por Bacon e Comte, como constituída de leis naturais.

Teoria da abstração teórica.

Primeiro grupo de leis, tanto objetivas como subjetivas:

Lei básica da Filosofia primeira. Seu apanhado primeiramente teológico — Deus age sempre na ordem natural pelo caminho mais curto — depois metafísico — A Natureza economiza sempre suas forças — finalmente positivo — Formar a hipótese mais simples e mais simpática que comporte o conjunto dos conhecimentos que se têm de representar. Consideração das hipóteses como artifícios lógicos indispensáveis à indução, quer espontânea, quer sistemática. Exemplo do uso das hipóteses na formação do eterno tipo da verdadeira ciência — a Astronomia.

Da imutabilidade das leis naturais. Sua concepção absoluta segundo a teologia e a metafísica. Concepção relativa peculiar ao espírito positivo e conforme a lei básica da Filosofia primeira: Conceber como imutáveis as leis que regem os seres segundo os acontecimentos.

Da integridade das leis através das modificações da ordem universal. Quaisquer modificações da ordem universal são limitadas à intensidade dos fenômenos cujo arranjo fica inalterável. Pressentimento desta lei por Broussais quando assinalou a imutabilidade das leis fisiológicas nos próprios casos patológicos, e até por Lavoisier, reconhecendo a inalterabilidade das leis da química na composição e decomposição dos corpos dentro mesmo dos organismos vivos.

Segundo grupo de leis, essencialmente subjetivas:

Primeiro sub-grupo; relativo ao estado estático do entendimento:

Subordinar as construções subjetivas aos materiais objetivos. Esboço dessa lei por Aristóteles — Nada há na inteligência que não venha pelos sentidos. Sua apreciação sucessiva por Leibnitz e Kant.

Leis complementares relativas às imagens, servindo para discriminar a realidade da ficção e a nitidez da confusão de imagens: As imagens interiores são sempre menos vivas e menos nítidas que as impressões exteriores. Toda imagem normal deve ser preponderante sobre as que a agitação cerebral faz simultaneamente surgir.

Segundo sub-grupo: relativo ao surto dinâmico do entendimento.

Lei fundamental da dinâmica do entendimento — Cada entendimento apresenta a sucessão de três estados: fictício, abstrato e positivo, para quaisquer concepções, com velocidade proporcionada à generalidade dos fenômenos correspondentes.

Leis complementares, relativas à evolução da atividade e do sentimento: a atividade é primeiramente conquistadora, depois defensiva e finalmente industrial. A sociabilidade é primeiramente doméstica, depois cívica e finalmente universal, conforme a natureza própria de cada um dos três instintos simpáticos.

Terceiro grupo de leis, essencialmente objetivas.

Primeiro sub-grupo. Generalização a todos os fenômenos das três leis básicas da mecânica geral:

Lei da persistência — Todo estado estático ou dinâmico tende a persistir espontaneamente sem alteração alguma, resistindo às perturbações exteriores. (Képler)

Lei da coexistência — Um sistema qualquer mantém sua constituição ativa ou passiva, quando seus elementos experimentam mutações simultâneas, contanto que sejam exatamente comuns. (Galileu)

Lei da equivalência — Há sempre equivalência entre a reação e a ação, se sua intensidade é medida conforme a natureza de cada conflito. (Huyghens e Newton)

Segundo sub-grupo:

A evolução decorre da ordem como a dinâmica da estática, segundo o princípio da mutualidade de D'Alembert. Subordinar sempre a teoria do movimento à da existência, concebendo todo progresso como desenvolvimento da ordem correspondente, cujas condições quaisquer regem as mutações que constituem a evolução.

Lei da classificação: Toda classificação positiva deve proceder segundo a generalidade crescente ou decrescente, tanto subjetiva como objetiva. Lei do intermediário: Todo intermediário deve ser normalmente subordinado aos dois extremos cuja ligação êle opera.

## PSICOLOGIA

Concepção metafísica de alma.

Consequências relativas à doutrina: unidade e imortalidade da alma.

Consequência referente ao método: processo de introspecção.

Princípio de filosofia fisiológica — Não há função sem órgão — do qual resulta a concepção positiva de alma. Consequência quanto à doutrina: pluralidade dos órgãos e dificuldade da unidade psíquica, donde o grande problema moral e religioso. Consequências atinentes ao método: impraticabilidade da observação interior; uso do método subjetivo ou construtivo, completado pelo método objetivo — anátomo-patológico.

Análise da obra de Gall encarada como posição do problema da psicologia no terreno positivo: 1.º, considerando a alma como o conjunto de impulsos afetivos, faculdades intelectuais e qualidades práticas; 2.º admitindo que, a cada uma das funções simples dêse complexo corresponde um órgão; 3.º localizando todos êsses órgãos no cérebro. Insuficiência dos meios científicos de Gall para a solução definitiva de seu problema.

Impossibilidade da localização de funções e mesmo de uma análise psicológica perfeita sem um quadro prévio das funções simples ou irredutíveis. Solução apresentada por Comte. Quadro das funções simples e sua localização. Exame de algumas funções compostas.

Teoria da sensação. Determinação do número de sentidos do Homem. Concepção antiga do *sensorium commune* e teoria moderna da pluralidade das sedes sensoriais. Localização dessas sensações.

Alucinações e êxtases. Sono, sonho e sonambulismo.

Apreciação geral dos estados extremos da razão humana: loucura e idiotismo. Equilíbrio mental.

Considerações gerais sobre a alienação e a criminalidade.

Impulsos irresistíveis por exaltações de móveis afetivos.

Movimentos insofreadáveis por excitações de órgão da atividade.

## LÓGICA

Considerações fundamentais sobre a Lógica. Sua definição. Vício de sua construção, separando-a, quer de sua fonte social — o sentimento, quer de seu destino prático — a atividade. Imperfeições fundamentais que têm caracterizado sua concepção como ciência e até como arte. Inseparabilidade do método e da doutrina. Resumo da Lógica positiva: Induzir para deduzir, a fim de construir.

Apreciação geral de cada um dos três elementos lógicos: sentimento, imagem e sinal, ou consistência, clareza e precisão. Conexidade destes três elementos. Preponderância de cada um deles ocasionando um sistema especial característico. Lógica dos sentimentos ou construtiva; dos sinais ou dedutiva. Acôrdo de cada um destes sistemas com cada uma das três fases da evolução preliminar da espécie humana: fetichismo, politeísmo e monoteísmo.

Concepção positiva do método quer na ciência, quer na arte; sua analogia com a máquina no domínio industrial, visto que, sem nada criar, ambas têm por fim aumentar nosso poder intelectual e material. Concepção de um só método, como de uma só ciência, tornando-se indutivo nas investigações do mundo, dedutivo nas pesquisas do número, da extensão e do movimento, e construtivo ou subjetivo na Moral.

Da evolução da Lógica. Situação social do meio grego quando Aristóteles criou seu *Organum*. Sofística e dialética entre os gregos. Apreciação do *Organum* de Aristóteles.

Das *Categorias* ou tratado das cinco universais e das categorias.

Da *Hermeneia* ou interpretação (teoria da proposição).

Das *Analíticas* ou tratado de silogismo.

Dos *Tópicos* ou fontes prováveis do raciocínio.

Dos *Sofismas* ou dos maus raciocínios.

Modificações feitas no *Organum*, de Aristóteles, durante a idade média e os tempos modernos.

Confronto do *Organum* de Aristóteles, com o *Novum Organum*, de Bacon e o *Discurso sobre o Método*, de Descartes.

## LÓGICA DAS IMAGENS OU INDUTIVA

### 6 lições

Exame sumário da indução teórica. Da indução espontânea e da indução sistemática. Distinção entre mundo inteligível e mundo sensível, segundo Empédocles, ou entre o objetivo e subjetivo, conforme Kant. Divisão do mundo inteligível em duas partes: uma formada de propriedades abstratas e outra de relações abstratas (leis naturais). Importâncias da indução espontânea para a instituição das propriedades abstratas na primeira infância. Uso da indução sistemática para a apreensão posterior das relações abstratas.

Fundamentos subjetivos em que se baseia a indução sistemática: 1. Leis da simplicidade das hipóteses, da imutabilidade das relações abstratas e das modificações da ordem universal sem alteração do arranjo, que asseguram a simplicidade e constância das relações.

2. Leis da subordinação do subjetivo ao objetivo e leis das imagens, que definem o estado normal da razão, pois que de outro modo flutuaria entre o excesso de subjetividade e a demasiada objetividade.

3. Lei da evolução-intelectual, que harmonize o grau normal de subjetividade com as flutuações inerentes às diversas fases da evolução mental, visto que nos estados teológicos e metafísicos há excesso de subjetividade e no fetichico prevalece a objetividade.

Fundamentos objetivos: leis da persistência, da coexistência, da reação e da mutualidade, que precisam a estabilidade na ordem externa.

Da indução em astronomia. Recurso objetivo para tornar possível a indução nesta ordem de fenômenos — a observação. Apreciação dos instrumentos de observação astronômica, horários e angulares. Modificações que sofrem as observações em consequência do invólucro fluido em que se acha o observador e de seu deslocamento do centro dos sistemas. Dos erros em astronomia. Meios práticos e teóricos de atenuá-los. Importância da teoria dos erros em astronomia. Das hipóteses científicas em astronomia. Hipótese geocêntrica, seu valor na astronomia preliminar; necessidade de sua substituição nas questões mais complicadas.

Da indução em física e química. Meios objetivos necessários para realizar a indução em física, a observação e a experimentação. Artíficos empregados em química — a análise e a síntese. Recursos subjetivos que resultam da análise e da síntese que facilitam a dedução e a própria indução: nomenclatura e notação. Induções gerais que devem ser consideradas como resultados lógicos do estado da física e da química. 1.<sup>a</sup> — a indestrutibilidade da matéria. 2.<sup>a</sup> a atividade da matéria, sendo que essa atividade é física e química. 3.<sup>a</sup> Identidade entre a matéria viva e a não viva, ou, em termos, toda matéria é essencialmente mineral.

Da indução em biologia. Meio de induzir em biologia — método de comparação. Duplo trabalho — indutivo e dedutivo — que exige a classificação. A indução em sociologia por meio da filiação histórica. Induções gerais que promanam do conjunto da biologia, como resultados lógicos desse estudo; 1.<sup>a</sup> Vida só existe onde há estrutura. 2.<sup>a</sup> A idéia de organização no estudo abstrato da vida comparado com a de sistema na apreciação também abstrata do movimento. 3.<sup>a</sup> Não há função sem órgão.

## LÓGICA DOS SINAIS OU DEDUTIVA

### 5 lições

Apreciação geral da lógica dos sinais ou dedutiva. O cálculo como o mais poderoso instrumento de dedução. Imperfeição inerente a semelhante instrumento. Associação do cálculo à geometria, segundo a concepção cartesiana ou combinação dos sinais com as imagens. Resultado desta combinação, dando maior clareza ao cálculo e mais generalização e precisão à geometria. Artíficos lógicos empregados pelo cálculo, tanto dos valores como das relações.

Artíficos dedutivos usados pelo cálculo transcendente. Aptidão natural deste cálculo para dar às suas equações mais simplicidade e principalmente mais generalidade que o cálculo ordinário. Do cálculo das variações e sua incomparável superioridade dedutiva.

Principais artíficos dedutivos usados em Geometria e Mecânica. Reação lógica do estudo destas partes da matemática.

ESBOÇO MUITO INCOMPLETO DE UMA BIBLIOGRAFIA DE  
POSITIVISTAS BRASILEIROS E DE AUTORES QUE, NO BRASIL,  
TÊM TRATADO DO POSITIVISMO.

Além das publicações de Miguel Lemos, Teixeira Mendes, Dr. Bagueira Leal, José Mariano de Oliveira, Alípio Bandeira e demais membros do Apostolado, constantes do Catálogo dêste último, e das de Pereira Barreto (cuja relação é devida ao Professor Roque Spencer Maciel de Barros), consegui arrolar as seguintes que vão registradas em ordem cronológica:

- Justiniano da Silva Gomes: *"Plano e Método de um Curso de Fisiologia"*, tese para concurso, Bahia, 1844.
- Antônio Ferrão Moniz de Aragão: *Elementos de Matemáticas*. Tip. E. Pedroza, Bahia, 1858.
- Luís Pereira Barreto: *Teoria das Gastralgias e das nevroses em geral*. Tip. Paula Brito, Rio, 1865.
- Francisco Antônio Brandão Júnior: *A Escravidão no Brasil*. Tip. H. Tvan Buggenthoudt, Bruxelas, 1865.
- Benjamin Constant Botelho de Magalhães: *Teoria das Quantidades Negativas*. Tip. Mercantil de Bartolomeu Pereira Sudré, Petrópolis, 1868.
- Luís Pereira Barreto: *As Três Filosofias*. Laemmert, Rio, 1874.
- Joaquim Ribeiro de Souza Mendonça: *Da Nutrição*. Tip. Central, Rio, 1876.
- Feliciano Pinheiro de Bitencourt: *O Positivismo*. (Conferências Populares n.º 9). Rio, 1876.
- R. Teixeira Mendes: *Elementos de Geometria Sintética*. Tip. da Gazeta de Notícias, Rio, 1877.
- Carolino de Harveva (Veridiano de Carvalho): *Os Positivistas*, drama em 3 atos. Rio, 1877.
- José Eduardo Teixeira de Souza: *Influência das experiências fisiológicas sobre o progresso da medicina prática*. Rio, 1879.
- R. Teixeira Mendes: *L'Évolution de l'Analyse Transcendante*. Tip. da Gazeta de Notícias, Rio, 1879.
- R. Teixeira Mendes: *Reflexões sobre os Fundamentos da Análise Transcendente*. Tip. da Gazeta de Notícias, Rio, 1879.
- Pierre Laffitte: *Calcul Arithmétique*, Rio, 1880.
- Antônio Luís dos Santos Werneck: *O Positivismo na Academia*. São Paulo, 1880.
- Luiz Pereira Barreto: *Positivismo e Teologia*. Liv. Popular, São Paulo, 1880.
- Joaquim Bagueira do Carmo Leal: *Teoria Positiva das Epidemias*. Rio, 1881.
- Raimundo Belfort Teixeira: *Medicação Revulsiva*. Rio, 1881.
- João Francisco de Souza: *Relatório Clínico das Enfermarias dos Alienados do Hospital de São João Batista de Niterói*, Rio, 1881.
- Joaquim Vilela de O. Marcondes: *Augusto Comte e seus pseudo-discipulos*. Tip. Popular, São Paulo, 1881.
- Godofredo Furtado: *Reforma da Instrução Pública*. São Paulo, 1881.

- Álvaro Joaquim de Oliveira: *Apontamentos de Química*. 2 vls. Tip. Lombaerts, Rio, 1882.
- Rodolfo Paula Lopes: *Importância da Fisiologia Experimental*. Rio, 1882.
- Adolfo Simões Barbosa: *Higiene da Primeira Infância*. Rio, 1882.
- Carlos Augusto Oliveira: *Vantagens e Inconvenientes da cremação dos cadáveres*. Rio, 1882.
- Alberto Sales: *Política Republicana*. G. Leuzinger & Filhos, Rio, 1882.
- Pierre Laffitte: *Circulares Positivistas*, trad. pelo Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça, Rio, 1882.
- Mocidade Acadêmica Brasileira: *Centenário do Marquês de Pombal*. Tip. Lombaerts & Cia., Rio, 1882.
- Francisco do Rêgo Barros Figueiredo: *Dos Nervos Tróficos*. Rio, 1883.
- João Frederico de Almeida Fagundes: *Do Estado Patológico em Geral*. Rio, 1883.
- Ignotus (Joaquim Serra): *A Imprensa no Maranhão*. (1820-1880), Rio, 1883.
- Benedito Gabriel de Campos: *Medicação Antiflogística*. Rio, 1884.
- Godofredo Furtado, Antônio da Silva Jardim e Cipriano José de Carvalho: *A Escola Normal e seus professores positivistas*. Tip. King, São Paulo, 1885.
- Alberto Sales: *Catecismo Republicano*. São Paulo, 1885.
- Alberto Sales: *Cartas a Júlio Ribeiro*. (Com pseudônimo de Demócrito). 1885.
- Licínio Cardoso: *Teoria Elementar das Funções*. Tip. Mont' Alverne, Rio, 1885.
- Anastácio José Viana: *Diagnóstico e tratamento da angina de peito*. Rio, 1886.
- Alberto Saboia Viriato de Medeiros: *Interpretação patogênica das coréias*. Rio, 1886.
- Alfredo Cândido de Moraes Rêgo e Antônio Gabriel de Moraes Rêgo: *Elementos de Álgebra ou Cálculo das Funções Diretas*. J.J. de Souza Peixoto Editor, Rio, 1886.
- Antônio Aguiar: *Clorose*, Rio, 1887.
- F. Saturnino de Brito: *Teoria Lógica da Assimilação*. Tip. Leuzinger, Rio, 1887.
- Licínio Cardoso: *Mecânica Racional*. Tip. Laemmert, Rio, 1887.
- Antônio da Silva Jardim: *Salvação da Pátria* (Governo Republicano), Santos, 1888.
- Francisco Bhering: *Tese de Concurso*. Tip. da Gazeta de Notícias, Rio, 1889.
- Antônio Gomes de Azevedo Sampaio: *Abolicionismo*. Tip. Louzada, S. Paulo, 1890.
- Veríssimo Dias de Castro: *Das Emoções*, Rio, 1890.
- Antônio G. de Moraes Rêgo e Alfredo C. de Moraes Rêgo: *Tratado de Álgebra Superior*. Imprensa Nacional, Rio, 1890.
- Antônio A. de Azambuja: *Regimento Interno do Clube Cooperador Sul Riograndense*. Rio Grande do Sul, 1891.
- Alberto Sales: *Ciência Política*. Teixeira & Irmão, São Paulo, 1891.
- J. Montenegro Cordeiro: *Tiradentes* (esquisse biographique)... Souvenir du premier centenaire célébré à Paris et à Berlin par la jeunesse brésilienne. Paris, 1892.
- Américo Brazílio Silvado: *Documentos para a história da revolta de 6 de setembro de 1893*. 1893.
- A. Bain: *Fragmentos de Filosofia Positiva*, trad. de M. C. da Rocha, Rio, 1894.
- Veríssimo Dias de Castro: *Carta dirigida ao Dr. Antão de Faria*. Tip. do Comércio, Bagé, 1895.
- Javert de Madureira: *Da Unidade Cerebral e da Loucura*, Rio, 1895.

- J. Eulálio da Silva Oliveira: *Mecânica Geral*. Imprensa Nacional, Rio, 1895.
- J. Lucas de Lima e Domingos Pinto de F. Mascarenhas: *Carta dirigida ao Dr. Romaguera Corrêa*. Tip. de O Comércio, Bagé, 1895.
- Figueiredo Mascarenhas, Veríssimo Dias de Castro, João Antônio de O. Vale, J. Lucas de Lima, Vicente e Manoel de Lima: *O sr. Gaspar Martins e a Bandeira Nacional*. Bagé, 1896.
- Alvaro Nunes Pereira: *Escola Livre de Engenharia de Pôrto Alegre*. Oficinas da Livraria Americana. Pôrto Alegre, 1896.
- Lauro Sodré: *Palavras e Atos*. Tip. do Diário Oficial. Belém, 1896.
- Lauro Sodré: *Crenças e Opiniões*. Tip. do Diário Oficial. Belém, 1896.
- José Faustino da Silva Filho: *O Positivismo às Claras*. (cartas ao cônego Mâncio C. Ribeiro). Tip. Universal, Fortaleza, 1896.
- Samuel de Oliveira e Liberato Bitencourt: *Geometria Algébrica*. 2.<sup>a</sup> edição, Cunha & Irmão Editôres, Rio, 1896.
- Alfredo C. de Moraes Rêgo e Antônio G. de Moraes Rêgo: *Tratado de Mecânica Geral*. Imprensa Nacional, Rio, 1897.
- Eduardo de Sá: *Exposição Republicana de Belas Artes*. Tip. Pinheiro & Cia. Rio, 1898.
- Antônio Gomes de Azevedo Sampaio: *Essai sur l'histoire du positivisme au Brésil...* avec une préf. de Pierre Laffitte. Paris, Société Positiviste, 1898.
- Alfredo C. de Moraes Rego e Antônio G. de Moraes Rêgo: *Tratado de Geometria Diferencial*. 1.<sup>o</sup> vol. Imprensa Nacional, Rio, 1898.
- Licínio Cardoso: *Concepção da Medicina*. Rio, 1899.
- Gomes de Castro: *O Positivismo e as vãs diatribes do Pe. Júlio Maria*. C. Wiegandt, Pará, 1902.
- José Feliciano: *Cometas, Estrêlas Cadentes e Bólides*, São Paulo, 1902.
- Roberto Trompowsky Leitão de Almeida: *Lições de Geometria Algébrica*. Imprensa Nacional, Rio, 1903.
- Júlio Oscar de Novais Carvalho: *Teoria filosófica do cérebro e suas localizações segundo A. Comte*. Rio, 1904.
- Otávio Barbosa Carneiro: *Contra a obrigatoriedade da vacina* — resumo dos discursos dos senadores Lauro Sodré e Barata Ribeiro, contra o projeto de lei tornando obrigatórias a vacinação e a revacinação em tôda a República, Rio, 1904.
- Roberto Trompowsky Leitão de Almeida: *Lições de Algebra Superior*. Imprensa Nacional, Rio, 1904.
- Roberto Trompowsky Leitão de Almeida: *Lições de Geometria Diferencial*. Imprensa Nacional, Rio, 1904.
- Roberto Trompowsky Leitão de Almeida: *Lições de Geometria Integral*. Imprensa Nacional, Rio, 1905.
- Edgar Roquette Pinto: *Etnografia Americana* — O Exercício da Medicina entre os Indígenas da América. Proposições — Três sôbre cada uma das cadeiras do curso de Ciências Médico-Cirúrgicas. E. Bevilacqua & Cia. Rio, 1906.
- Manoel de Almeida Cavalcanti: *Apontamentos de Aritmética*. Imprensa Nacional. Rio, 1907.
- J. Lonchampt: *Princípios de Mecânica Geral*. trad. de C. Torres Gonçalves. Pôrto Alegre, 1907.
- João Gambetta Perissé: *Algumas contribuições ao estudo da Terapêutica*. Rio, 1908.
- Guilherme Bastos Milward: *Do conceito diagnóstico da attitude*. Rio, 1908.
- José Feliciano de Oliveira: *José Bonifácio e a Independência*. Livraria Martins Editôra. São Paulo.
- Agliberto Xavier: *Ensaio sôbre Lógica*. Rio, 1908.

- A. R. Gomes de Castro: *A Lógica — Sua Instituição positiva por A. Comte*. Tip. Leuzinger, Rio, 1909.
- Agliberto Xavier: *Funções do Cérebro*. Macedo, Rio, 1909.
- Agliberto Xavier: *Cálculo das Secções Angulares* — Imprensa Nacional, Rio, 1909.
- Agliberto Xavier: *Théorie des Approximations Numériques et du Calcul Abrégé*. Gauthier-Villars, Paris, 1909.
- Agostinho Raimundo Gomes de Castro: *A Lógica, sua instituição positiva segundo Augusto Comte*. Tip. Leuzinger, Rio, 1909.
- Reis Carvalho: *A questão do ensino, bases de uma reforma da instrução pública no Brasil*. Tip. do Jornal do Comércio, Rio, 1910.
- E. F. Montarroyos: *Carta sobre a compatibilidade entre as crenças positivistas e os deveres profissionais dos militares*. Ch. Boulangé, Paris, 1910.
- Ignacio M. Azevedo do Amaral: *Sobre o Desenvolvimento em Série das Funções*. Tip. Leuzinger, Rio, 1912.
- Alfredo Soares: *Elementos de Trigonometria* — 2.<sup>a</sup> edição, Empresa Foto-Mecânica do Brasil, Rio, 1912.
- Alfredo Soares: *Cálculo Aritmético*.
- Gabriel de Toledo Piza e Almeida: *Altruisme contre Égoïsme*. Sociétié des anciens établissements Alcan-Lévy — Paris, 1912.
- Manoel de Almeida Cavalcanti: *Apontamentos de Geometria Preliminar*. Tipografia Renascença, Lisboa, 1913.
- Manoel de Almeida Cavalcanti: *Iniciação Filosófica*. Imprensa Nacional, Rio, 1914.
- Manoel de Almeida Cavalcanti: *Essai d'un Cours Philosophique de Calcul Arithmétique d'après Auguste Comte* — Traduction française par Augusto de Araujo Gonçalves — Librairie Scientifique Émile Blanchard, Paris, 1916.
- J. Mariano de Oliveira: *A Mulher*. Rio, 1916.
- Nilo Cairo: *Elementos de fisiologia*. Tip. C. Schulz, Curitiba, 1916.
- Joaquim da Silveira Santos: *Homenagem à memória de Miguel Lemos*. Piracicaba, 1917.
- Alfredo de Araujo Lima: *Ensaio Filosófico*. São Paulo, 1919.
- Montenegro Cordeiro: *As Catedrais*. Garnier-Frères, Rio, 1920.
- Agliberto Xavier: *Entre o Abstrato e o Concreto*. Tip. da Revista dos Tribunais, Rio, 1921.
- Manoel de Almeida Cavalcanti: *A Educação sob o ponto de vista religioso de acôrdo com a Moral Positiva*. Tip. Vilas-Boas, Rio, 1921.
- Um grupo de republicanos mandou imprimir e coligiu: artigos episódicos sobre a *Bandeira Nacional*, dos srs. major Alípio Bandeira e S. Vieira Souto, acompanhados de uma carta de R. Teixeira Mendes e outra de F. S. Rodrigues Saturnino de Brito Filho. Tip. Marques Araujo, Rio, 1921.
- A. R. Gomes de Castro: *As Raças Humanas, A Mulher*. Marques, Araujo & Cia., Rio, 1921.
- Gabriel de Toledo Piza e Almeida: *A Metafísica contra o Positivismo*. Imprimerie Centrale de la Bourse, Alcan-Lévy, Paris, 1922.
- Montenegro Cordeiro: *Dante e Beatriz*. 2.<sup>a</sup> edição, 1922.
- Fulvio Malinconico: *Ensaio Crítico de filosofia positivista*. Rio, 1922.
- Gomes de Castro: *A Pátria Brasileira*. Ed. O Norte. Rio, 1922.
- R. Trompowsky Leitão de Almeida: *Regras de Falsa Posição*. Imprensa Militar, Rio, 1923.
- Alexandre Goes: *A Questão Social*. (conferência realizada no Clube de Engenharia. Correia Bastos, Rio, 1923.
- Luís Bueno Horta Barboza: *A bem da verdade sobre Napoleão Bonaparte*. Of. Gráf. Vilas-Boas, Rio 1923.
- Francisco Viana: *Apanhados e Fatos Históricos*. Livraria Francisco Alves, Rio, 1924.

- A. R. Gomes de Castro: *A Medicina Positiva*. Pimenta de Melo & Cia., Rio, 1924.
- João Francisco de Souza: *Teoria da Sensação*. Tip. Bernard Frères, Rio, 1925.
- Agliberto Xavier: *O Catolicismo em sua origem*. J. R. de Oliveira & Cia., Rio, 1925.
- Moreira Guimarães: *Fatos e Orientação*. Editor Artur Moya, Rio, 1925.
- Nilo Cairo: *Elementos de Patologia Geral* 2.<sup>a</sup> edição, P. & Silva. Curitiba, 1925.
- Reis Carvalho: *Os Feriados Brasileiros*. Pimenta de Melo & Cia., Rio, 1926.
- Dolores C. F. de Oliveira: *La Terre d'Abord...* Librairie Scientifique Louis Blanchard, Paris, 1927.
- João Pernetá: *Os Dois Apóstolos*. 2 volumes. Empresa Gráfica Paranaense, Curitiba, 1928.
- Pierre Laffitte: *Les Grands Types de l'Humanité*. Cia Nacional de Artes Gráficas, Rio, 1928.
- Joaquim da Silveira Santos: *Auguste Comte*. São Paulo, 1928.
- Alexandre Goes: *O Humanismo ou a religião civil, guia filosófico da mocidade e dos cientistas*. Bahia, 1928.
- Alexandre Goes: *O Positivismo e a religião da Humanidade*. Bahia, 1928.
- Mário Barbosa Carneiro: *Em tôrno do voto supremo de A. Comte*. Rio, 1928.
- Ximeno de Villeroy: *Benjamin Constant e política republicana*. Rio, 1928.
- Amaro da Silveira: *Monumento a Benjamin Constant*. Rio, 1929.
- Lupércio Hope: *Sociologia*. Paulo Pongetti, Rio, 1930.
- Manoel de Almeida Cavalcanti: *Elementos de Álgebra Elementar*. Imprensa Nacional, Rio, 1930.
- Silvio Braga e Costa: *Lições e Apontamentos de Biologia Geral*. Tipografia São Benedito, Rio, 1930.
- Mário Barboza Carneiro: *A Casa de Augusto Comte*. Rio, 1931.
- Nilo Cairo: *Elementos de Patologia Geral*. 3.<sup>a</sup> edição, Curitiba, 1931.
- Jefferson de Lemos: *Teoria Normal do Cérebro e da Inervação*. Rio, 1931.
- Nilo Cairo: *Elementos de Fisiologia*. 3.<sup>a</sup> edição, Jacinto Ribeiro dos Santos, Editor, 1931.
- Paulo E. de Berredo Carneiro: *Le Guaraná et Paulinia Cupana*. H.B.F.K. Jauve & Cie Editeurs, Paris, 1931.
- Reis Carvalho: *Noções de Filosofia Primeira*. Imprensa Nacional, Rio, 1932.
- Amaro da Silveira: *Em defesa das conquistas republicanas do povo brasileiro*, acêrca do projeto de uma nova Constituição para a República, Rio, 1933.
- Rubem Descartes de Garcia Paula: *O Carbono e suas Variedades Alotropicas*. Tip. São Benedito, Rio, 1933.
- Luís B. Horta Barboza: *Introdução Geral da Síntese Subjetiva de A. Comte*. Jornal do Comércio, Rio, 1933.
- Demétrio Ribeiro: *Ação Documentada*. Aníbal Thompson Esteves, Rio, 1934.
- Reis Carvalho: *A Ditadura Republicana*. Rio, 1935.
- Geonísio Curvelo de Mendonça: *O ensino religioso nas escolas oficiais*. Tip. do Jornal do Comércio, Rio, 1935.
- Luís B. Horta Barboza: *A Prova da Verdade sôbre Napoleão Bonaparte*. Jornal do Comércio, Rio, 1935.
- Generino dos Santos: *Humanidades: o mundo, a humanidade, o homem*. Tip. do Jornal do Comércio, Rio, 1937.

- Paulo Mendes Viana: *"O ensino da matemática"*, Rio, Livraria Alves, 1937.
- Fontenelle: *Diálogos Sôbre a Pluralidade dos Mundos*. Tradução e notas de Luís Hildebrando de B. Horta Barbosa. *Jornal do Comércio*, Rio, 1938.
- Venâncio de Figueiredo Neiva: *Resumo biográfico de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Irmãos Pongetti, Rio, 1938.
- Martins Fontes: *Nos Jardins de Augusto Comte*. São Paulo, 1938.
- Martins Fontes: *Calendário Positivista*. São Paulo, 1938.
- Salvador Barbalho Uchôa Cavalcanti: *Crítica das Religiões* (Complemento de O Mundo e o Homem). Oficinas Alba Gráficas, Rio, 1938.
- Paula Lopes: *Biologia*. 2.<sup>a</sup> edição, *Jornal do Comércio*, Rio, 1939.
- João Francisco de Souza: *Os Milagres e a Medicina*. 1939.
- Maria da Glória Neto d'Ávila d'Oliveira — tradução do livro de Juan Enrique Iagarrigue — *"A Religião da Humanidade"*, Rio, 1939.
- Rubem Descartes de Garcia Paula: *Alimentos*, 2.<sup>o</sup> vol. livraria Editora da Casa do Estudante, Rio, 1939.
- Reginaldo Nunes: *A Margem da Política Positiva*. Livr. José Olímpio, Rio, 1940.
- José Mariano de Oliveira: *Heloiza, episódio histórico*. Tip. H. M. Sondermann, Rio, 1940.
- Jefferson de Lemos: *Problemas Sociais, Sua Solução Positiva*. Emiel Editôra, Rio, 1940.
- Benjamin Constant Neto: *Benjamin Constant*. Biblioteca Militar. Rio, 1940.
- Américo Brazílio Silvado: *Imitação maternal ou uma adaptação da Imitação de Cristo de Tomaz Kempis ao culto positivo*. Tip. do *Jornal do Comércio*, Rio, 1940.
- Alfredo Severo: *A Política Positiva e seus Comentadores*. *Jornal do Comércio*, Rio, 1941.
- Salvador B. Uchôa Cavalcanti: *Apreciações Filosóficas*. Oficinas Alba Gráficas. Rio, 1941.
- Robinet: *Filosofia Positiva*. Tradução de João Francisco de Souza e Antenor Rangel Filho. Papelaria Rio Branco, Rio, 1942.
- Rubem Descartes de Garcia Paula: *A Doutrina Química na obra de Lavoisier*. *Jornal do Comércio*, Rio, 1943.
- João Camilo de Oliveira Torres: *O Positivismo no Brasil*. Editôra Vozes de Petrópolis, 1943.
- Ester Maria Perestelo da Câmara de Viveiros: *Apêlo à Mulher*. *Jornal do Comércio*, Rio, 1945.
- Luís Hildebrando de Barros Horta Barboza: *O Absoluto e o Relativo à Luz do Positivismo*. 1946.
- Djalma Poli Coelho: *A Bandeira do Brasil*. Serviço Gráfico do Exército. Rio, 1947.
- Ester de Viveiros: *Enfermagem no Lar*. Imprensa Nacional, Rio, 1947.
- Luís Hildebrando de Barros Horta Barboza: *A Bandeira Nacional e o seu idealizador*. J. Modesto Lima, Rio, 1948.
- Ester de Viveiros: *Do Casamento*. Livraria Quaresma. Rio, 1949.
- Ester de Viveiros: *Amor*.
- Castilhos Goycochea: *L'Hypothèse Cosmogonique Herschel-Laplace*, Premier Mémoire sur la Cosmogonie Positive présenté par Auguste Comte à l'Académie des Sciences de l'Institut de France en 1835, suivi par un Essai sur A. Comte et son Mémoire". *Jornal do Comércio*, Rio, 1950.
- Rubem Descartes de Garcia Paula: *"Dois Grandes Beneméritos da Química: Bertholet e Berzelius"*. *Jornal do Comércio*, Rio, 1950.
- Edgar Ramos de Proença Rosa: *Galileu Redivivo*. Rio, 1951.
- Agenor Correia: *A objetividade da alma. Os fenômenos espíritos em face da positividade e da verdade cristã*. Rio Claro, 1951.

- João Cruz Costa: *Augusto Comte e as origens do Positivismo*. Ind. Graf. J. Magalhães, São Paulo, 1951.
- Venâncio de Figueiredo Neiva: *Benjamin Constant* (conferência). Jornal do Comércio, Rio, 1952.
- Alfredo de Araujo Lima: *O que é o Positivismo*. São Paulo, 1953.
- Benjamin de Oliveira Filho: "*A Filosofia Social de A. Comte*". Ed. Guilhaume Haddad, Rio, 1954. "*Introdução à Ciência do Direito*", 2.<sup>a</sup> ed., Rio, 1957.
- Aníbal da Silveira Santos: *Psicopatologia*. São Paulo, 1954.
- Mozart Pereira Soares: *Concepções Anatômicas e Fisiológicas de Aristóteles*, Tese de Doutorado, Imprensa Universitária, Pôrto Alegre, 1954.
- Aníbal da Silveira Santos: *Psicologia Fisiológica*. São Paulo, 1955.
- Paulo F. R. Mendes Viana: *O Ensino da Matemática*. Livraria Francisco Alves.
- Jerônimo de Viveiros: *A vida de um Apóstolo*. São Luís do Maranhão, 1956.
- João Cruz Costa: *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Livraria José Olympio, Rio, 1956.
- João Cruz Costa: *O Positivismo na República*. Comp. Editôra Nacional. São Paulo, 1956. "*Augusto Comte e as origens do Positivismo*", 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, 1959.
- Jefferson de Lemos: *A Instituição Positiva da Alma Humana*. Graf. Laemmert Ltda. Rio, 1957.
- Geonísio Curvelo de Mendonça: *Augusto Comte e a questão racial*. 3.<sup>a</sup> conferência comemorativa pronunciada no Clube de Engenharia, Rio, 1957.
- Geonísio Curvelo de Mendonça: *Calendários positivista, católico-romano e republicano*. Ed. Dois Irmãos, Rio, 1957.
- Evaristo de Moraes Filho: *A. Comte e o pensamento sociológico contemporâneo*. Livraria São José, Rio, 1957.
- Venâncio Neiva: *Augusto Comte e a República*. Ed. Dois Irmãos, Rio, 1957.
- Augusto Beltrão Pernet: *Filosofia Primeira*. Graf. Laemmert Ltda., Rio, 1957.